



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2429

Quinta-feira - 11 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Galvão .....	302	Nova Veneza .....	571
Agronômica .....	65	Garopaba .....	303	Novo Horizonte .....	573
Água Doce .....	66	Gaspar .....	305	Otacílio Costa .....	581
Alto Bela Vista .....	68	Governador Celso Ramos .....	311	Ouro .....	582
Anchieta .....	70	Grão Pará .....	330	Paial .....	583
Anitápolis .....	74	Guaraciaba .....	331	Palhoça .....	584
Antônio Carlos .....	75	Guaramirim .....	335	Palma Sola .....	596
Apiuna .....	76	Guatambú .....	336	Palmitos .....	600
Arabutã .....	78	Herval d'Oeste .....	342	Paraíso .....	601
Arroio Trinta .....	84	Ibicaré .....	343	Passo de Torres .....	603
Ascurra .....	85	Ibirama .....	344	Passos Maia .....	615
Balneário Piçarras .....	92	Ilhota .....	345	Paulo Lopes .....	630
Balneário Rincão .....	95	Imbituba .....	346	Penha .....	631
Bandeirante .....	96	Iomerê .....	348	Peritiba .....	643
Barra Velha .....	97	Ipira .....	352	Pescaria Brava .....	644
Bela Vista do Toldo .....	105	Ipuaçu .....	353	Petrolândia .....	648
Belmonte .....	110	Ipumirim .....	356	Pinheiro Preto .....	649
Biguaçu .....	111	Irani .....	357	Piratuba .....	664
Bom Jesus do Oeste .....	115	Iratí .....	358	Planalto Alegre .....	666
Bom Retiro .....	120	Irineópolis .....	359	Pomerode .....	667
Braço do Trombudo .....	121	Itá .....	421	Ponte Alta do Norte .....	670
Brunópolis .....	123	Itapema .....	422	Porto Belo .....	671
Brusque .....	124	Itapiranga .....	424	Porto União .....	683
Caçador .....	161	Itapoá .....	425	Praia Grande .....	686
Caibi .....	163	Jaborá .....	428	Presidente Nereu .....	688
Camboriú .....	164	Jacinto Machado .....	436	Quilombo .....	699
Campos Novos .....	166	Jaraguá do Sul .....	437	Rio das Antas .....	700
Canoinhas .....	169	Joaçaba .....	438	Rio do Campo .....	705
Capinzal .....	186	José Boiteux .....	449	Rio dos Cedros .....	720
Catanduvas .....	191	Lacerdópolis .....	450	Rio do Sul .....	706
Caxambu do Sul .....	198	Lages .....	463	Romelândia .....	725
Chapadão do Lageado .....	199	Laguna .....	464	Salto Veloso .....	727
Cocal do Sul .....	202	Lebon Regis .....	467	Santa Cecília .....	730
Concórdia .....	204	Leoberto Leal .....	469	Santa Rosa de Lima .....	732
Cordilheira Alta .....	235	Luis Alves .....	470	Santa Terezinha do Progresso .....	733
Coronel Freitas .....	237	Luzerna .....	478	Santiago do Sul .....	776
Correia Pinto .....	238	Mafra .....	480	São Bento do Sul .....	777
Corupá .....	240	Major Vieira .....	482	São Bernardino .....	778
Cunha Porã .....	243	Maracajá .....	483	São Bonifácio .....	796
Cunhataí .....	246	Maravilha .....	496	São Cristóvão do Sul .....	798
Curitibanos .....	247	Marema .....	500	São Domingos .....	799
Dionísio Cerqueira .....	277	Matos Costa .....	501	São Francisco do Sul .....	801
Ermo .....	279	Modelo .....	515	São João do Oeste .....	845
Eral Velho .....	281	Monte Carlo .....	518	São Joaquim .....	847
Faxinal dos Guedes .....	282	Monte Castelo .....	520	São José .....	849
Flor do Sertão .....	283	Morro da Fumaça .....	521	São José do Cedro .....	923
Forquilha .....	285	Morro Grande .....	561	São Lourenço do Oeste .....	926
Fraiburgo .....	287	Navegantes .....	564	São Miguel da Boa Vista .....	928
Frei Rogério .....	299	Nova Trento .....	569	São Miguel do Oeste .....	931

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2429

Quinta-feira - 11 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

São Pedro de Alcântara.....	932	Timbó .....	976	Urupema .....	983
Seara .....	937	Timbó Grande.....	977	Vargem Bonita .....	984
Serra Alta .....	954	Três Barras .....	978	Vidal Ramos.....	993
Sul Brasil .....	955	Treze Tílias .....	979	Videira.....	995
Tangará.....	961	Trombudo Central.....	980	Xanxerê.....	1001
Tijucas .....	968	Tunápolis.....	981	Xavantina .....	1002
Timbé do Sul .....	975	Urubici .....	982	Xaxim.....	1007

## Consórcios

ARIS .....	1008
CIGA .....	1008
CIMCATARINA.....	1013
CIMVI.....	1014
CIS/AMOSC.....	1018
CIS/AMURC .....	1019
CIRSURES.....	1021



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

Publicação Nº 1487158

#### CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC realiza Chamada Pública nº 01/2018 para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC. Os agricultores deverão apresentar a documentação prevista artigo 27 da Resolução FNDE nº 26/13, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 12/02/2018, às 14:00hs, na Prefeitura Municipal, localizada na RUA JOAO SANTIN – ABDON BATISTA SC – Telefone (049) 3545-1133, email: [compras@abdonbatista.sc.gov.br](mailto:compras@abdonbatista.sc.gov.br)

Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponível na página da Internet: <http://abdonbatista.sc.gov.br>

Altair Busnello

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### LEI COMPLEMENTAR 069/17 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1486826

LEI COMPLEMENTAR 069/2017 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017;  
(ORIGEM DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 069/2017 DE 29 DE SETEMBRO DE 2017)

"INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei torna público que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### TÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei institui, com fundamento na Constituição Federal, Constituição Estadual, no Código Tributário Nacional e na Lei Orgânica Municipal, o Sistema Tributário do Município de ABDON BATISTA, Estado de Santa Catarina, e estabelece as normas gerais relativas à atividade tributária de competência do município, sujeito ativo da obrigação para exigir o seu cumprimento.

Art. 2º O Sistema Tributário do Município de Abdon Batista, SC, é regido pelo disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina, na Lei Orgânica Municipal, e nas demais normas complementares, supletivas ou regulamentares que compõem os sistemas tributários nacional, estadual e municipal, entre elas o Código Tributário Nacional e as disposições deste Código.

#### CAPÍTULO II SEÇÃO I DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 3º Compõem o Sistema Tributário Municipal os seguintes tributos e preço público:

##### I. Impostos:

- a. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
- b. Imposto sobre a Transmissão "Inter-vivos", por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos - ITBI;
- c. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, não compreendidos no artigo 155, II, da Constituição Federal.

##### II. Taxas:

- a. Decorrentes do exercício das atividades relativas ao Poder de Polícia do Município;
- b. Decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

##### III. Contribuições:

- a. Contribuição de Melhoria, decorrentes de obras públicas;
- b. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.

Parágrafo Único. Outros tributos que em virtude de convênios venham ser de competência do município para manutenção e arrecadação.

##### IV. Preço Público

- a. Toda receita não tributária.

#### CAPÍTULO III SEÇÃO I DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS

Art. 4º Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa será considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária ou não tributária, senão em virtude deste Código ou leis posteriores ou anteriores que versem claramente a respeito.

Art. 5º A vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária municipal reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis as normas jurídicas, em geral, ressalvado o previsto neste capítulo.

Art. 6º Entram em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, as normas tributárias que:

- I. Instituem ou majorem impostos, taxas e contribuição de melhoria;
- II. Definam novas hipóteses de incidência;
- III. Instituem ou majorem penalidades.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º Os preços públicos serão sempre facultativos, e em virtude de domínio econômico.

§ 4º A aplicabilidade do caput deste artigo excetua-se nos casos em que a Lei dispuser de forma favorável ao contribuinte.

#### CAPÍTULO IV

##### SEÇÃO I

##### DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 7º Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

- I. Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;
- II. Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente;
- III. Promover qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- IV. Cobrar tributos:

- a. Em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituídos ou aumentados;
- b. No mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

V. Utilizar tributo, com efeito, de confisco;

VI. Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

VII. Instituir imposto sobre:

- a. Patrimônio, renda ou serviço da União, dos Estados ou de outros Municípios e suas autarquias;
- b. Templos de qualquer culto;
- c. Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei;
- d. Livros, e jornais periódicos e o papel destinado a sua impressão;
- e. Transmissão de bens e direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica para a realização de capital, bem como sobre a transmissão de bens e direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 1º A vedação do inciso VII, alínea "a" é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º As vedações do inciso VII, alínea "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º As vedações expressas no inciso VII, alíneas "b" e "c", compreende somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, e desde que observadas às disposições da Lei

complementar federal 101, de 04 de maio 2000, ou outra normativa que venha substituí-la ou alterá-la.

Art. 8º As imunidades e isenções previstas no artigo anterior não abrangem as taxas e as contribuições, exceto quando expressamente previstas em lei.

#### CAPÍTULO V

##### SEÇÃO I

##### DA APLICAÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 9º Na aplicação e na interpretação da legislação tributária municipal será observado o disposto nos artigos 105 a 112, do Código Tributário Nacional, e demais normas afins e correlatas.

#### TÍTULO II

##### DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

##### CAPÍTULO I

##### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, e tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Art. 11. No cumprimento das obrigações tributárias acessórias, os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

- I. Apresentar declarações e guias, e a escriturar em livro próprio ou outros meios admissíveis os fatos geradores das obrigações tributárias, segundo as normas deste código e dos regulamentos da legislação;
- II. Comunicar à Fazenda Municipal em até 15 (quinze) dias contados da data da ocorrência de qualquer alteração capaz de gerar modificar ou extinguir obrigação tributária;
- III. Conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento ou dados que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;
- IV. Prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária.

Parágrafo Único - Mesmo no caso de isenção tributária, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento das obrigações acessórias constantes deste artigo.

Art. 12. O Fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a estes fatos.

§ 1º As informações obtidas por força deste artigo têm caráter



sigiloso e só poderão ser utilizados em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município.

§ 2º Constitui falta grave, punível nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, a divulgação de informações obtidas no exame de livros e documentos fiscais exibidos, bem como de outras informações obtidas em razão do desempenho de suas atribuições funcionais.

## CAPÍTULO II DO SUJEITO ATIVO E PASSIVO SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

Art. 14. O sujeito passivo da obrigação tributária principal ou acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou a penalidade pecuniária.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal e/ou acessória diz-se:

- I. Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitui o respectivo fato gerador;
- II. Responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Art. 15. O sujeito passivo da obrigação tributária acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 16. O sujeito passivo, quando notificado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa, e, quando insuficientes ou imprecisas, poderá a autoridade fazendária exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º A notificação do sujeito passivo será feita por qualquer meio admitido em lei.

§ 2º Após a devida notificação, o sujeito passivo terá o prazo de 15 (quinze) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

## SEÇÃO II DA SOLIDARIEDADE

Art. 17. O sujeito passivo solidário responde pela totalidade da obrigação tributária, isolada ou conjuntamente com os demais co-obrigados, a critério do fisco municipal, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º Salvo disposição de lei em contrário, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

- a. O pagamento efetuado por um dos co-obrigados aproveita aos demais;
- b. A isenção ou remissão de crédito exonera todos os co-obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- c. A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos co-obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

§ 2º São solidariamente obrigadas:

- a. As pessoas que tenham interesse comum no evento fiscal que constitua o fato gerador da obrigação;
- b. As pessoas expressamente designadas por lei.

## SEÇÃO III DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 18. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

- I. Quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
- II. Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o local de qualquer um de seus estabelecimentos, ou, no caso de prestação de serviço, o local de contato onde estejam sendo desenvolvidos os atos;
- III. Quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante, ou sede regional.

§ 1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que deram origem à obrigação.

§ 2º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 19. O domicílio tributário atualizado do sujeito passivo deverá ser informado nas petições, guias e outros documentos que os contribuintes devam apresentar à Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo Único - Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão toda a mudança de domicílio, no prazo de 30 (trinta) dias, contados na data da ocorrência.

## CAPÍTULO III DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE TERCEIROS SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Em caráter supletivo ao cumprimento total ou parcial da obrigação, a responsabilidade pelo crédito tributário será atribuída a terceira pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, nos termos desta lei, hipótese que será excluída a obrigação do contribuinte ou será atribuída a este em caráter supletivo o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Art. 21. São formas de responsabilidade tributária de terceiros:

- a. A responsabilidade superveniente, quando a obrigação depois de ter sido originada por pessoa determinada, em virtude de um fato posterior transfere-se para uma terceira pessoa;
- b. A responsabilidade por substituição, quando o dever de contribuir é imputado diretamente pela lei a uma pessoa não envolvida com fato gerador, mas que mantém com o "substituído" relações que lhe permitem ressarcir-se da substituição.

## SEÇÃO II DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 22. São pessoalmente responsáveis:

- I. O adquirente a qualquer título, pelas obrigações existentes relativas aos bens adquiridos ou remidos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, salvo quando conste do título a prova de sua quitação;
- II. O espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujos" até a data de

abertura da sucessão;

III. O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo "de cujos" até a data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade, ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 23. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 24. A sucessão tributária entre as pessoas jurídicas de direito privado regular-se-á pelo disposto na Lei federal 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 ou outra lei que venha a substituí-la.

### SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 25. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

- I. Os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II. Os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;
- III. Os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV. O inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V. O síndico e o administrador judicial, pelos tributos devidos pela massa falida ou pela empresa em regime de recuperação judicial;
- VI. Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles em razão do seu ofício;
- VII. Os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Art. 26. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

- I. As pessoas referidas no artigo anterior;
- II. Os mandatários, prepostos e empregados;
- III. Os diretores, os gerentes ou os representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

### TÍTULO III CAPÍTULO I DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta, dada a sua natureza em relação à Fazenda Municipal, apurada pelo lançamento e dotada de certeza, liquidez e exigibilidade.

Art. 28. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe de origem.

Art. 29. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Parágrafo Único - O agente fazendário é responsável pelo lançamento, arrecadação e fiscalização dos créditos tributários, que dispensar ou renunciar total ou parcialmente sua exigência, fora das hipóteses estabelecidas nesta Lei ou na legislação tributária

municipal, sujeitar-se-á às consequências funcionais previstas em lei.

### CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SEÇÃO I DO LANÇAMENTO

Art. 30. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributária, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e propor a aplicação da penalidade cabível, quando for o caso.

§ 1º O lançamento, regularmente processado, confere presunção de certeza, liquidez e exigibilidade ao direito de crédito preexistente, servindo de fundamento para a formação do título executivo extrajudicial, através da inscrição em Dívida Ativa, e assegurando à Fazenda Pública Municipal o direito de exigir judicialmente seu crédito.

§ 2º A forma do lançamento, como regra geral, é escrita, não sendo admitida a forma verbal, mas, excepcionalmente, havendo previsão legal, é admitido o lançamento tácito.

§ 3º O lançamento não se confunde com o auto de infração, porquanto este é um ato procedimental complexo e único, reunindo atos jurídicos diferentes:

- I. O lançamento de tributos, propriamente dito, se for o caso;
- II. O ato de aplicação de sanções;
- III. O ato de intimação do autuado.

§ 4º Considera-se regularmente constituído o crédito tributário, quando formalizado pelo lançamento, através de ato administrativo emanado da autoridade competente, em consonância com a legislação tributária vigente.

Art. 31. O exercício do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário, previstas nesta Lei e na legislação tributária municipal.

Art. 32. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então em vigor, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º No caso de infração tributária, tendo o agente fiscal dúvidas ou dificuldade em graduá-la, ou de interpretação da legislação, aplica-se ao infrator a legislação mais favorável a este.

§ 2º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por período certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 33. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- I. Decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, em

impugnação de iniciativa do sujeito passivo, por ofensa aos requisitos e pressupostos legais;

II. Retificação de ofício, por erro de fato ou omissão, que resultar defeitos formais inexistência ou incorreções do lançamento;

III. Revisão de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos nos artigos 38 e 41, desta Lei.

Art. 34. A omissão ou erro do lançamento não exige do contribuinte o cumprimento da obrigação tributária, nem de qualquer modo pode ser aproveitada.

Art. 35. A notificação do lançamento do tributo, assim como suas alterações, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, será comunicada:

I. Por notificação escrita direta e pessoal;

II. Por edital afixado no átrio da Prefeitura Municipal ou publicado na imprensa local, se incerto e não sabido o domicílio fiscal do sujeito passivo;

III. Por aviso publicado em outros meios de comunicação de massa, a critério do órgão municipal de administração tributária.

§ 1º O sujeito passivo será notificado do lançamento do tributo preferencialmente em seu domicílio tributário, na sua pessoa, representante ou preposto, podendo ocorrer via postal por correspondência registrada, com aviso de recebimento, a critério da autoridade fazendária.

§ 2º Quando a Fazenda Municipal permitir que o contribuinte eleja o domicílio fora de seu território, a notificação far-se-á via postal por correspondência registrada, com aviso de recebimento.

§ 3º A notificação far-se-á por publicidade em órgão da imprensa local ou por edital afixado no átrio da Prefeitura Municipal, na impossibilidade da entrega direta do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

§ 4º Será sempre de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo para o pagamento, ou para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado em Lei.

§ 5º A notificação de lançamento conterá, no mínimo:

I. O endereço do imóvel tributado se for o caso;

II. O nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;

III. A denominação do tributo;

IV. O exercício ou exercícios a que se refere;

V. O nº do processo se houver;

VI. O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

VII. O prazo para recolhimento, bem como as penalidades e encargos financeiros em caso de inadimplência;

VIII. O comprovante da regular notificação do sujeito passivo.

## SEÇÃO II

### MODALIDADES DO LANÇAMENTO

Art. 36. São modalidades de lançamento:

I. Lançamento com base em declaração do sujeito passivo ou de terceiros;

II. Lançamento de ofício;

III. Lançamento por homologação.

Art. 37. O lançamento é efetuado com base nos dados constantes no Cadastro Fiscal do Município e nas declarações do sujeito passivo ou de terceiros, na forma e nas épocas estabelecidas na legislação tributária municipal.

§ 1º As declarações deverão conter todos os dados e informações

necessárias ao conhecimento do fato gerador da obrigação tributária, permitindo a apuração do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise reduzir ou excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funda, e antes de notificado do lançamento.

§ 3º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

§ 4º O lançamento baseado em declaração errônea, em detrimento da Fazenda Pública Municipal, quer involuntariamente, quer dolosamente, quando denunciados espontaneamente pelo contribuinte, mesmo após a notificação poderá ser alterado.

Art. 38. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrar aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art. 39. No arbitramento a autoridade lançadora poderá utilizar-se de quaisquer meios probatórios, desde que razoáveis e assentados em presunções tecnicamente aceitáveis, como:

I. Preços estimados segundo o valor de mercado;

II. Pautas de valores;

III. Despesas correntes e necessárias para execução dos fatos geradores;

IV. Volumes de produção ou vendas em períodos anteriores entre outros.

Parágrafo Único - Os lançamentos efetuados de ofício ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face de superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.

Art. 40. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pelo órgão fazendário nos seguintes casos:

I. Quando assim determinar a legislação tributária;

II. Quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III. Quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender no prazo e na forma da legislação tributária, o pedido de esclarecimento formulado pela Fazenda Municipal, recuse-se a prestá-lo, ou não o preste satisfatoriamente, a juízo da autoridade fiscal;

IV. Quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V. Quando se comprove omissão ou inexistência, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI. Quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII. Quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII. Quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX. Quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade lançadora, ou omissão, pela

mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

**Parágrafo Único** - A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal lançar o crédito tributário.

**Art. 41.** O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade tributária, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologue.

§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo por ventura devido e, sendo o caso, na imposição da penalidade, ou sua graduação.

§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**Art. 42.** O sujeito passivo no prazo da notificação poderá impugnar o lançamento do crédito tributário, interferindo na formação do título executivo, como forma de controlar a correção e a regularidade do ato administrativo, anexando a impugnação à documentação que faça prova de sua contestação.

### **CAPÍTULO III**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

**Art. 43.** Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I. A moratória;
- II. O depósito integral do principal, na via administrativa ou judicial;
- III. As reclamações e os recursos, apresentados na forma da lei;
- IV. A concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- V. A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI. O parcelamento;
- VII. O decreto de desapropriação.

**Parágrafo Único** - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja suspenso ou dela consequente.

**Art. 44.** São consequências da suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- I. Suspensão do direito de ajuizamento da execução fiscal ou do lançamento do tributo, se este ainda não tiver sido realizado;
- II. Interrupção do prazo prescricional para ajuizamento da ação fiscal.

**Art. 45.** A Fazenda Pública Municipal poderá conceder excepcionalmente moratória em caráter geral e individual, mediante lei municipal específica e a requerimento do sujeito passivo, através de parcelamento do crédito tributário e nas seguintes condições:

- I. O número de parcelas será definido pela lei concedente da moratória, com vencimento mensal e consecutivo;
- II. Sobre as parcelas incidirão correção monetária, e juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração;
- III. A inadimplência de 02 (duas) parcelas consecutivas implicará o cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para a imediata cobrança judicial;
- IV. Em caso de comprovada fraude e/ou sonegação fiscal, através de processo regular o contribuinte não fará jus a disposto no caput deste artigo.

**Parágrafo Único** - Na apuração do débito para fins de parcelamento na forma deste artigo, em relação ao principal, correção monetária, juros de mora, multas e penalidades geradas pelo não pagamento do tributo no seu vencimento, observar-se-á a regra a ser estabelecida pela lei municipal específica do parcelamento.

**Art. 46.** A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- I. O prazo de duração;
- II. Os tributos a que se aplica;
- III. As condições da concessão em caráter individual;
- IV. As garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.

**Art. 47.** Os efeitos suspensivos cessam pela extinção ou pela exclusão do crédito tributário, pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo e pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança ou em outras espécies de ação judicial.

### **CAPÍTULO IV**

#### **EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

##### **SEÇÃO I**

##### **DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO**

**Art. 48.** São modalidades de extinção do crédito tributário:

- I. O pagamento;
- II. A compensação;
- III. A transação;
- IV. A remissão;
- V. A prescrição e a decadência;
- VI. A conversão de depósito em renda;
- VII. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 41, parágrafos 1º e 4º;
- VIII. A consignação em pagamento, nos termos do disposto no art. 57;
- IX. A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- X. A decisão judicial transitada em julgado;
- XI. A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

**Parágrafo Único** - A extinção total ou parcial do crédito tributário não impede posterior verificação da irregularidade da sua constituição nos termos deste Código e da legislação tributária em geral.

##### **SEÇÃO II**

##### **DO PAGAMENTO**

**Art. 49.** O pagamento do crédito tributário, nos prazos regulamentares, mesmo quando realizado por terceiro, tem eficácia liberatória.



Art. 50. A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.

Art. 51. O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

- I. Quando parcial, das prestações em que se descomponha;
- II. Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

§ 1º Nos casos de pagamentos com cheque, considera-se extinto crédito tributário somente após a compensação do mesmo;

§ 2º Nos casos de pagamento do tributo com cartão de débito ou crédito no momento da autorização da transação.

Art. 52. Todo pagamento de crédito tributário deverá ser efetuado na rede arrecadadora autorizada, mediante de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) com código de barras ou por transação com cartão de débito ou crédito, sob pena de nulidade.

Art. 53. Somente será válido o pagamento realizado através do competente Documento de Arrecadação Municipal - DAM, ou transação com cartão de crédito ou débito na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Nos casos de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

§ 2º Pela cobrança a menor de tributo, se de má-fé, responde solidariamente, perante a Fazenda Pública Municipal, o servidor responsável.

§ 3º O disposto do caput deste artigo poderá ser elidido nos casos de pagamento de tributo por depósito judicial, que deverá ser autorizado o levantamento da quantia ou porcentagem desta e convertido em renda, ou através de cartão de débito ou crédito.

§ 4º Quando se tratar de depósito judicial, a porcentagem de que trata o § anterior será a definida em Lei e autorizado judicialmente quando se tratar de processo dessa natureza.

Art. 54. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 30 (trinta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

Art. 55. Admitir-se-á a consignação judicial em pagamento da importância do crédito tributário nos casos de:

- I. Recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;
- II. Subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;
- III. Exigência, por outro Município, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda;

§ 3º Julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido dos juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 56. Os créditos tributários não quitados na data de seu vencimento, antes da abertura de qualquer procedimento fiscal, e se outros não estiverem previstos, sujeitar-se-ão aos seguintes encargos financeiros:

- I. Atualização monetária do principal tendo por base os índices de correção fixados por este Código ou legislação posterior;
- II. Juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o principal atualizado, devidos a partir do dia seguinte ao do vencimento;
- III. Multa moratória, sobre o valor principal atualizado, graduada da seguinte forma:
  - a. 2% (dois por cento) para pagamento até 30 (trinta) dias do vencimento;
  - b. 4% (quatro por cento) para pagamento até 60 (sessenta) dias do vencimento;
  - c. 6% (seis por cento) para pagamento até 90 (noventa) dias do vencimento;
  - d. 8% (oito por cento) para pagamento até 120 (cento e vinte) dias do vencimento;
  - e. 10% (dez por cento) para pagamento acima de 120 (cento e vinte) dias do vencimento.

Parágrafo Único - Considera-se como mês qualquer fração.

Art. 57. A Fazenda Municipal poderá delegar poderes a estabelecimentos bancários, lotéricas e outros estabelecimentos similares com sede no Município de Abdon Batista-SC, para arrecadarem tributos municipais.

### SEÇÃO III DO PAGAMENTO INDEVIDO

Art. 58. O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

- I. Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II. Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III. Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 59. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, convertendo-se o valor do tributo pago à maior em UFM da época convertido em moeda corrente no ato da restituição.

Parágrafo Único - A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Art. 60. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados:

- I. Nas hipóteses dos incisos I e II do art. 58, da data do pagamento do crédito tributário;
- II. Na hipótese do inciso III do art. 58, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 61. A restituição será autorizada pelo titular do órgão fazendário, ou afim, em processo de curso regular, através de requerimento pela parte interessada, que apresentará a prova do pagamento indevido e as respectivas razões de seu pedido.

Parágrafo Único - Quando se tratar de tributos e multas irregularmente arrecadados por motivo de erro cometido pelo fisco ou pelo sujeito passivo, regularmente apurado, a restituição poderá ser feita de ofício, mediante determinação do responsável pelo órgão fazendário.

Art. 62. O valor pago indevidamente, por culpa do contribuinte, será restituído dentro do prazo regulamentar.

#### SEÇÃO IV DA COMPENSAÇÃO

Art. 63. A Fazenda Municipal poderá, na forma do regulamento, compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo, nas condições e sob as garantias que estipular.

§ 1º Não estando vencido o crédito do sujeito passivo, a apuração do seu montante sofrerá conversão pela UFM.

§ 2º O deferimento ou indeferimento do pedido de compensação dependerá de processo administrativo regular.

#### SEÇÃO V DA TRANSAÇÃO

Art. 64. Lei específica pode facultar, nas condições que estabeleça aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em terminação de litígio e consequente extinção de crédito tributário.

Parágrafo Único - A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.

#### SEÇÃO VI DA REMISSÃO

Art. 65. A Fazenda Pública Municipal, mediante lei específica, poderá conceder remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I. À situação econômica do sujeito passivo;
- II. Ao erro ou desconhecimento legal escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
- III. À diminuta importância do crédito tributário;
- IV. À consideração de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V. Às condições peculiares a determinada região do Município, como desastres naturais, dificuldades econômicas e outras de igual natureza e magnitude, devidamente decretadas.

§ 1º A concessão de remissão prevista neste artigo não gera direito adquirido, podendo ser revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora.

§ 2º A remissão de que trato o caput deste artigo deverá atender às disposições da Lei Complementar federal 101, de 04 de maio de 2000, ou outra normativa que venha substituí-la.

Art. 66. Os créditos tributários referentes a contribuintes que tenham falecido sem deixar bens passíveis de penhora poderão ser extintos mediante processo regular.

#### SEÇÃO VII DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Art. 67. O direito de a Fazenda Pública Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

- I. Do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II. Da data em que se tornar definitiva a decisão que tiver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado;
- III. Com o decurso do prazo, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação ao sujeito passivo ou qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 68. A ação para a cobrança de crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo Único - A prescrição se interrompe:

- I. Pela citação pessoal feita ao devedor;
- II. Pelo protesto judicial;
- III. Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV. Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 69. Os créditos tributários legalmente prescritos poderão ser extintos, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo ou de qualquer pessoa interessada, por despacho e/ou ato do Chefe do Poder Executivo, mediante parecer favorável do órgão jurídico da administração pública municipal.

Art. 70. Ocorrendo a prescrição do crédito tributário abrir-se-á inquérito administrativo para que seja apurada a responsabilidade.

Parágrafo Único - A autoridade municipal responsável, qualquer que seja seu cargo ou função, em caso de eventual prescrição de créditos tributários, responderá civil, criminal e administrativamente, obrigando-se a consequente indenização do respectivo montante.

#### CAPÍTULO V DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71. Excluem o crédito tributário:

- I. A isenção;
- II. A anistia.

Parágrafo Único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

#### SEÇÃO II DA ISENÇÃO

Art. 72. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo Único - A isenção pode ser restrita a determinada região do território do município, em função de condições peculiares.

Art. 73. A isenção, como causa excludente de exigibilidade do crédito tributário, dispensa o sujeito passivo da obrigação tributária.

§ 1º A isenção será sempre declarada pela autoridade fazendária, mediante requerimento interposto pelo sujeito passivo, no qual fique provado o preenchimento das condições e o cumprimento dos



requisitos exigidos por lei.

§ 2º Tratando-se de isenção por prazo certo, a declaração mencionada no parágrafo anterior deverá ser renovada antes de expirar o prazo, mediante provocação do interessado, cessando, a isenção automaticamente a partir do primeiro dia seguinte ao encerramento do seu prazo.

§ 3º A isenção somente produzirá efeito a partir da declaração mencionada nos §§ 1º e 2º, deste artigo.

Art. 74. A isenção pode ser estendida às taxas e às contribuições de melhoria, mediante lei específica.

Art. 75. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

### SEÇÃO III DA ANISTIA

Art. 76. A anistia, em caráter geral ou individual, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

- I. Aos atos classificados em lei como crime ou contravenções, e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
- II. Às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

## CAPÍTULO VI GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 77. O crédito tributário da Fazenda Pública Municipal prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou tempo da constituição deste, ressalvado o concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público e os créditos decorrentes da legislação trabalhista e de natureza alimentar.

## TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

### CAPÍTULO I DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS TRIBUTÁRIOS

#### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 78. Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposições deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos municipais de administração tributária e suas repartições, segundo as atribuições constantes na lei de organização e estruturação administrativa, e do respectivo regimento e atribuições funcionais estatutárias.

Art. 79. Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização de tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, poderão dar orientações técnicas aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

§ 1º Aos contribuintes é facultado reclamar a orientação de que trata este artigo aos órgãos responsáveis, como outros esclarecimentos que entenderem necessários.

§ 2º As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que lesarem ou tentarem lesar o fisco.

Art. 80. Os órgãos de administração tributária colocarão à disposição dos contribuintes nas respectivas repartições, sempre que necessário, modelos de declarações, formulários, guias, boletos e outros documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamentos, cobrança e recolhimento de tributos.

Art. 81. São autoridades fiscais, para efeito desta Lei, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

### SEÇÃO II DA FISCALIZAÇÃO

Art. 82. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas naturais ou jurídicas sujeitas ao cumprimento das obrigações tributárias, inclusive sobre aquelas que gozem de imunidade ou isenção tributária.

Art. 83. O Fisco Municipal, por seus agentes terá ampla faculdade de fiscalização, podendo, especialmente:

- I. Exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e documentos comerciais e fiscais, e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária de competência municipal;
- II. Fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas à obrigação tributária, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável;
- III. Exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
- IV. Notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições fazendárias;
- V. Apreender bens, livros e documentos com a finalidade de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos sujeitos passivos, e, determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, bem como os que constituam prova material da infração tributária;
- VI. Requisitar o auxílio de força pública, estadual ou federal, quando forem os agentes vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessária a efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Parágrafo Único - Não cabe oposição com o fim de limitar ou excluir qualquer das prerrogativas dos agentes fiscais prevista neste artigo.

Art. 84. Os livros de escrituração fiscal, instituídos pela legislação tributária, e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art. 85. De todos os exames e as diligências fiscais lavrar-se-á termo circunstanciado do apurado, dele constando além do que forem julgados convenientes, as datas inicial e final do período fiscalizado, a relação dos livros e dos documentos examinados, e a assinatura do agente responsável pela fiscalização.

Parágrafo Único - O termo será lavrado no estabelecimento ou local em que se efetivar a fiscalização, em formulário próprio, do qual se entregará cópia de inteiro teor à pessoa sujeita à fiscalização, vistada pelo agente fiscalizador.

Art. 86. A fiscalização não poderá exceder o prazo 90 (noventa) dias corridos para sua conclusão, a contar do ato de instauração do procedimento administrativo fiscal.

Parágrafo Único - O prazo referido neste artigo poderá ser dilatado por mais 90(noventa) dias, a critério do titular da Fazenda Pública Municipal, havendo justo motivo, devidamente comprovado pelo agente fiscal.

Art. 87. Mediante notificação escrita, são obrigados a prestar aos agentes fiscais todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I. Os tabeliães, os escrivães e demais serventuários de ofício;
- II. Os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
- III. As empresas de administração de bens de terceiros;
- IV. Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
- V. Os inventariantes;
- VI. Os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII. Os contadores;
- VIII. Quaisquer outras entidades ou pessoas que em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 88. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação a qualquer título, pelos agentes fiscais, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros, e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no artigo 90, os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

§ 2º A não observância ao disposto neste artigo constitui infração administrativa, punível na forma da legislação municipal competente.

Art. 89. O Fisco Municipal poderá trocar elementos e informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou, independente deste ato, sempre que solicitadas.

### SEÇÃO III DA REPRESENTAÇÃO

Art. 90. Qualquer cidadão poderá representar contra toda ação ou omissão que configure infração à legislação tributária municipal, requerendo:

- I. A sujeição do sujeito passivo a regime especial de fiscalização;
- II. O cancelamento de regime especial concedido;
- III. A suspensão de licença;
- IV. O cancelamento ou suspensão de isenção;
- V. A interdição de estabelecimento.

Art. 91. A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço do seu autor, acompanhada de provas ou indicação dos elementos destas, mencionando os meios ou circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida à infração.

Art. 92. Recebida a representação, o órgão fazendário determinará as diligências necessárias à apuração da veracidade dos fatos denunciados, e adotará as providências cabíveis.

### SEÇÃO IV A NOTIFICAÇÃO FISCAL

Art. 93. Constatada a omissão não dolosa do sujeito passivo em relação a suas obrigações tributárias ou qualquer infração a legislação, que possa resultar evasão de receitas tributárias, será expedida notificação, para que no prazo de 30 (trinta) dias, regularize a situação.

§ 1º O sujeito passivo poderá, ainda, ser notificado para prestar declarações ou informações fiscais exigidas pelo órgão fazendário, nos termos desta Lei, e, quando insuficientes ou imprecisas, poderá a autoridade fazendária exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 2º A notificação do sujeito passivo será feita por qualquer meio admitido em lei.

§ 3º Não sendo atendido os termos da notificação de que trata este artigo, o contribuinte ficará sujeito à aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 94. A notificação, com forma a ser definida em regulamento, será emitida em no mínimo 02 (duas) vias, e, além de outros elementos julgados necessários, conterá:

- I. O nome do notificado e seu número de inscrição;
- II. O local, dia e hora da expedição;
- III. A descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal infringido;
- IV. A identificação do tributo, e seu montante;
- V. O montante das multas cabíveis e dos dispositivos que as cominem;
- VI. O prazo para cumprimento da obrigação tributária e a repartição em que deve ser procedido o recolhimento, ou para apresentar defesa, na forma desta Lei;
- VII. A assinatura do responsável pelo órgão expedidor ou de outro servidor autorizado, a indicação do seu cargo ou função e número da matrícula.

§ 1º O sujeito passivo notificado deverá exarar ciência de recebimento na própria notificação.

§ 2º A recusa do recebimento da notificação poderá ser suprida pela declaração do agente fiscal ou por testemunhas, se presentes.

§ 3º Quando a notificação se der por falta de licença de funcionamento, esta deverá mencionar que o funcionamento fica suspenso até a regularização da situação.

§ 4º O contribuinte que não atender as determinações da notificação estará sujeito às penalidades cabíveis, além de responder civil e criminalmente pelos atos e ocorrências havidos no estabelecimento.

Art. 95. A notificação será feita:

- I. Pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia ao notificado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;
- II. Via postal, com aviso de recebimento - AR, datado e assinado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio tributário;
- III. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação em jornal local, se desconhecido e não sabido o domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 96. As vias da notificação terão o seguinte destino:

- I. A primeira, para o notificado;
- II. A segunda, para a repartição em que deve ser procedido o

recolhimento, ou início do processo administrativo fiscal.

Art. 97. Concordando com os termos da notificação fiscal, o sujeito passivo poderá efetuar o pagamento do tributo ou cumprir a exigência, conforme teor da notificação fiscal, dentro do prazo estabelecido, com a seguinte graduação de redução da penalidade imposta:

- I. 30% para pagamento até 30 (trinta) dias do vencimento;
- II. 10% para pagamento até 60 (sessenta) dias do vencimento.

Parágrafo Único: A notificação de que trata esta seção será definida em regulamento.

Art. 98. Vencido o prazo fixado na notificação sem que o contribuinte tenha cumprido a exigência fiscal, ou contra ela tenha interposto impugnação, ou sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, o mesmo estará sujeito às penalidades previstas na legislação tributária, e, o montante do crédito tributário será inscritos em dívida ativa.

Art. 99. Não caberá notificação fiscal, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado, quando:

- I. For encontrado em exercício da atividade tributável, sem prévia inscrição ou licença;
- II. Houver provas ou indícios de tentativa de eximir-se ao pagamento do tributo;
- III. Restar manifesta a intenção de sonegar tributos;
- IV. O sujeito passivo reincidir em nova falta, após notificação fiscal anterior.

#### SEÇÃO V DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 100. Verificada a infração a qualquer dispositivo da legislação tributária municipal, que implique diretamente em evasão de tributos devidos à Fazenda Municipal, que não seja caso de notificação fiscal, será lavrado auto de infração.

Parágrafo Único - O auto de infração, nada mais é, do que o relatório da ocorrência que o agente fiscal presume constituir infração e a materializa em um ato descritivo para levar a conhecimento da autoridade julgadora e assim instaurar o processo fiscal contencioso.

Art. 101. O auto de infração, com forma a ser definida em regulamento, será lavrado em duas vias no mínimo, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá conter:

- I. O local, dia e hora da lavratura;
- II. O nome do infrator e seu número de inscrição quando houver;
- III. O nome das testemunhas se houver;
- IV. A descrição do fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes;
- V. A indicação do dispositivo violado;
- VI. A indicação do dispositivo das penalidades cominadas;
- VII. O prazo para cumprimento da obrigação tributária e repartição em que deve ser procedido o recolhimento, ou para apresentar defesa, na forma da Legislação;
- VIII. As assinaturas do autuado e do autuado, bem como das testemunhas, quando houver.

§ 1º As eventuais omissões ou incorreções do auto não acarretam sua nulidade, quando do processo constar elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

§ 2º A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto, assim como não significa confissão da infração

arguida.

§ 3º Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto de infração, far-se-á menção desta circunstância.

Art. 102. Da lavratura do auto o infrator será intimado:

- I. Pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia ao notificado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;
- II. Via postal, com aviso de recebimento - AR, datado e assinado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio tributário;
- III. Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação em jornal local, se desconhecido e não sabido o domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 103. O auto de infração quando retratar valores, por si só já notifica o infrator para no prazo determinado efetuar o pagamento do crédito tributário acrescido das penalidades cabíveis, na forma definida em regulamento, bem como o prazo para apresentação de defesa ou pagamento do crédito tributário apresentado.

Art. 104. Concordando o sujeito passivo, com o conteúdo da autuação, terá o mesmo direito à redução prevista no artigo 97 deste código, com o consequente arquivamento do procedimento fiscal.

#### SEÇÃO VI DO AUTO DE APREENSÃO

Art. 105. Da apreensão lavrar-se-á o competente auto, com forma a ser definida em regulamento, contendo, no que couber, os elementos do auto de infração.

Parágrafo Único - Conterá ainda, o auto de apreensão, a descrição das coisas, mercadorias, objetos ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e assinatura do depositário, o qual será designado pelo agente fiscal, podendo a designação recair no próprio detentor.

Art. 106. Os documentos originais apreendidos poderão, a requerimento do autuado, serem devolvidos, ficando no processo, cópia de inteiro teor, caso os mesmos não sejam provas irrefutáveis do processo.

Art. 107. Os bens, mercadorias ou objetos apreendidos deverão ser devolvidos após cadastramento do contribuinte junto ao órgão fazendário Municipal.

§ 1º - Não possuindo domicílio tributário no município, a devolução ocorrerá após a quitação das obrigações legais;

§ 2º - Terá o contribuinte o prazo de 90 (noventa) dias para retirada dos bens apreendidos, após esse prazo os bens serão encaminhados para leilão, visando o ressarcimento das custas processuais.

Art. 108. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, bem como origem lícita, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados à hasta pública ou leilão, ficando o valor obtido depositado em conta remunerada vinculada ao respectivo procedimento fiscal.

§ 1º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão, ou na falta de hasta pública, os bens poderão ser doados sem restituição ao autuado.

§ 2º Eventual saldo remanescente, após a dedução do crédito tributário acrescido das penalidades cabíveis, será devolvido ao

atuado, no prazo de 30 (trinta) dias, o qual será notificado para receber.

§ 3º No caso de origem ilícita, o produto da venda dos bens apreendidos será destinado a entidades civis sem fins lucrativos, com atuação na área social.

§ 4º Em caso de apreensão de bens ou objetos de valor inferior ao custo de hasta pública, os mesmos poderão ser doados a entidades beneficentes para venda em bazar, com o valor alcançado revertido a esta.

## CAPÍTULO II DA DÍVIDA ATIVA

Art. 109. Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita no órgão fazendário municipal, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§ 1º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º Compete ao órgão fazendário municipal o controle da dívida ativa tributária.

Art. 110. O órgão fazendário municipal, após a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, tentará a cobrança administrativa, extrajudicial através da notificação do sujeito passivo fixando-lhe prazo de 30 (trinta) dias para pagamento, não sendo satisfeito o crédito tributário será expedida a competente certidão de dívida ativa (CDA), encaminhando-a para o órgão competente para a cobrança judicial.

Parágrafo Único - Encaminhada a certidão de Dívida Ativa para cobrança judicial cessará a responsabilidade do órgão fazendário, cumprindo-lhe apenas prestar as eventuais informações solicitadas.

Art. 111. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- I. O nome do devedor, e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um ou de outros;
- II. A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
- III. A origem e a natureza de crédito, mencionando especificadamente a disposição da lei em que seja fundado;
- IV. A data em que foi inscrita;
- V. Sendo o caso, o número do processo administrativo de que se originou o crédito.

§ 1º A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º O livro de inscrição de dívida ativa poderá ser gerado em processo informatizado e arquivado em meio magnético.

Art. 112. A omissão de qualquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 113. A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único - A presunção que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Art. 114. A Fazenda Pública Municipal inscreverá em dívida ativa os sujeitos passivos inadimplentes, até o último dia útil do exercício em que deveria ter ocorrido o pagamento do crédito tributário.

§ 1º Os créditos tributários inscritos em dívida ativa sofrerão atualização monetária, juros de mora a contar do prazo fixado para seu pagamento, bem como a incidência de multa, na forma prevista nesta Lei.

§ 2º Os créditos inscritos em Dívida Ativa Municipal poderão ser parcelados em até 36 vezes, corrigidas mensalmente, com parcela mínima de 70 (setenta) UFM.

Art. 115. O recolhimento de créditos constantes das certidões já encaminhadas à cobrança executiva será feito, exclusivamente, através de guia de recolhimento judicial emitida pela autoridade judicial competente, com encaminhamento de cópia ao órgão fazendário municipal.

## CAPÍTULO III DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 116. A prova de quitação do tributo municipal, quando exigida, será feita por certidão negativa, expedida mediante requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa física ou jurídica, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período que se refere o pedido.

§ 1º Não poderão ser considerados, na expedição da certidão negativa, os débitos tributários legalmente prescritos.

§ 2º A certidão negativa de débitos será fornecida no prazo até 48 (quarenta e oito) horas da data do protocolo do requerimento, mediante pagamento da taxa de expediente.

§ 3º A Certidão Negativa poderá ser extraída sem custo para o contribuinte no ato da solicitação se esta se der via eletrônica pelo site [www.abdonbatista.sc.br](http://www.abdonbatista.sc.br)

Art. 117. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão que constar a existência de créditos não vencidos, em curso de ação executiva com efetivação da penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 118. A certidão negativa de débitos será válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua expedição, para o fim a que se destinar e terá efeito liberatório quanto aos tributos que mencionar, salvo no que se refere a créditos tributários que venham a ser posteriormente apurados, ressalva esta que deverá constar da própria certidão, ou quando emitida na forma a que se refere o artigo seguinte.

Art. 119. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo crédito tributário e penalidades aplicáveis, sem exclusão da responsabilidade funcional e criminal que couber.

## CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 120. As infrações a esta Lei, sem prejuízo das cominadas para



os crimes contra a ordem tributária, sofrerão as seguintes penalidades:

- I. Proibição de transacionar com qualquer órgão da administração pública municipal;
- II. Sujeição a regime especial de fiscalização;
- III. Cancelamento de regime especial estabelecido em favor do contribuinte;
- IV. Suspensão ou cancelamento de isenção de tributos municipais;
- V. Suspensão temporária ou cassação da licença concedida no exercício regular do poder de polícia;
- VI. Aplicação das multas previstas na legislação tributária municipal;
- VII. Interdição temporária do estabelecimento.

Art. 121. São competentes para aplicar as penalidades previstas no artigo anterior:

- I. Qualquer servidor responsável pelas compras municipais, quanto à referida no inciso I do artigo anterior;
- II. Os Agentes Fiscais Municipais, quanto às referidas nos incisos II, III, V, VI e VII do artigo anterior;
- III. O Prefeito Municipal mediante lei, quanto às referidas no inciso IV do artigo anterior.

Parágrafo Único - Nas penalidades de competência do Prefeito Municipal, o órgão fazendário municipal, no próprio encaminhamento para despacho, apresentará sugestão quanto à aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 122. Na aplicação e graduação das penalidades observar-se-á:

- I. Os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação tributária municipal;
- II. Os motivos determinantes da infração;
- III. A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências;
- IV. As circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 123. São circunstâncias agravantes, quando não constituam ou qualifiquem a infração:

- I. O cometimento da infração mediante sonegação ou fraude fiscal;
- II. A reincidência nas infrações à legislação tributária municipal;
- III. O cometimento da infração em concurso de pessoas;
- IV. Ter o infrator se apropriado indevidamente de valores que deviam ser recolhidos à Fazenda Pública Municipal;
- V. Ser a infração matéria objeto de decisão proferida em consulta formulada pelo infrator;
- VI. A inobservância as instruções baixadas pela Fazenda Pública Municipal;
- VII. A clandestinidade do ato, operação no estabelecimento;
- VIII. A inexistência de escrita fiscal e comercial, e a falta de emissão de documentos fiscais, quando exigidos;
- IX. Tentar, de qualquer forma, impedir ou dificultar a ação da fiscalização.

§ 1º Reincidência é a prática de nova infração à legislação tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro de 01 (um) ano da data do trânsito em julgado da decisão administrativa que aplicou a penalidade anterior.

§ 2º Sonegação ou fraude fiscal é toda a ação ou omissão dolosa, praticada pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, visando omitir ou prestar declaração falsa, falsificar, alterar ou deixar de emitir documento fiscal, com a intenção de eximir-se ou exonerar-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos municipais e qualquer acessório devido por lei.

Art. 124. São circunstâncias atenuantes:

- I. A comprovação do regular lançamento das operações comerciais tributáveis na forma da lei, com base em documentos legalmente admitidos;
- II. A comprovada inexistência de má-fé;
- III. Ter o infrator, antes de procedimento fiscal, procurado de maneira inequívoca e eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração;
- IV. A primariedade do infrator;
- V. Ter o infrator praticado infrações de pequeno potencial lesivo;
- VI. Colaboração com a ação de fiscalização.

Art. 125. Nenhuma penalidade será aplicada, sem que se ofereça, ao contribuinte, a oportunidade do contraditório e da ampla defesa.

Art. 126. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações pela mesma pessoa natural ou jurídica, serão aplicadas cumulativamente as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

Art. 127. No caso de concurso de pessoas na prática de infrações tributárias, os coautores ou cúmplices responderão na medida de sua culpabilidade, não se comunicando entre si as circunstâncias e as condições de caráter pessoal.

Art. 128. A aplicação de penalidade de qualquer natureza quer administrativa, civil ou criminal, e o seu cumprimento, não dispensam o pagamento do tributo devido com seus acréscimos na forma da legislação tributária.

Art. 129. Não constituirá infração a esta Lei, se o contribuinte ou servidor tiver agido ou praticado qualquer ato de acordo com interpretação à legislação tributária proferida por instância administrativa fazendária, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 130. Ficam excluídas as respectivas penalidades, quando o contribuinte ou responsável denunciar espontaneamente a infração à legislação tributária, efetuando o pagamento do crédito tributário atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais, ou, se for o caso, depositar a importância arbitrada pela autoridade fazendária.

§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo fiscal relacionado com a infração.

§ 2º A apresentação de documentos obrigatórios à administração não importa em denúncia espontânea, para o disposto neste artigo.

## SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES DE TRANSACIONAR COM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 131. O sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública Municipal não poderá participar de licitação pública, celebrar contrato ou realizar qualquer transação com o Município, obter autorização para construção, reforma e "habite-se", aprovação em projeto de parcelamento de solo urbano, bem como gozar de quaisquer benefícios fiscais.

Parágrafo Único - A proibição de transacionar compreende o recebimento de quaisquer valores ou créditos do Município, bem como praticar quaisquer outros atos que importem em transação comercial e/ou administrativa.

### SEÇÃO III DO REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

Art. 132. O sujeito passivo que for considerado reincidente na prática de infrações à legislação tributária municipal ou que tiver suspensão ou cancelada a isenção ou licença de funcionamento, ou, ainda, quando se recusar a fornecer ao fisco os esclarecimentos solicitados, poderá ser submetido ao regime especial de fiscalização.

§ 1º O regime especial consistirá no acompanhamento de suas atividades por agentes fiscais, por período determinado em regulamento.

§ 2º O prazo máximo do regime especial de fiscalização poderá ser fixado a critério do fisco municipal, de acordo com as circunstâncias exigidas pelo caso.

Art. 133. Por ocasião de regime especial de fiscalização, considerar-se-á como devido à Fazenda Pública Municipal, a diferença apurada entre o confronto dos créditos tributários efetivamente recolhidos no período do regime especial e os valores recolhidos no período dos últimos doze meses imediatamente anteriores.

Art. 134. A autoridade fazendária municipal estabelecerá as obrigações acessórias a serem observadas durante a vigência do regime especial, conforme regulamentação.

### SEÇÃO IV DO CANCELAMENTO DE REGIME ESPECIAL ESTABELECIDO EM FAVOR DO CONTRIBUINTE

Art. 135. Os regimes especiais estabelecidos em favor do contribuinte, de acordo com a legislação tributária, serão cancelados sempre que, por eles, forem cometidos infração revestida de circunstâncias agravantes, ou recusada à prestação de esclarecimentos solicitados pelo Fisco, ou ainda, embaraçada, iludida, dificultada ou impedida a ação dos agentes do Fisco.

Parágrafo Único - O ato que cancelar o benefício, fixará prazo para o início do cumprimento normal das obrigações cuja prestação havia sido dispensada.

### SEÇÃO V DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA OU CASSAÇÃO DA LICENÇA CONCEDIDA NO EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA

Art. 136. As licenças concedidas pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, poderão ser suspensas temporariamente ou cassadas:

- I. Pela falta de pagamento do tributo eventualmente devido;
- II. Pela recusa em prestar os esclarecimentos solicitados pelo Fisco Municipal, por embaraço, ilusão, imposição de dificuldades ou impedimento à ação dos agentes do fisco;
- III. Pelo cometimento de infração à legislação tributária, revestida de qualquer circunstância agravante;
- IV. Se tratar de atividade diferente da proposta da licença requerida.

Art. 137. Considerar-se-ão como clandestinos, os atos praticados e as operações realizadas, enquanto vigentes os efeitos da suspensão, ou cuja licença tenha sido cassada, assim como outras que dependem de licenciamento.

Art. 138. No caso de falta de pagamento do tributo devido, a imposição da penalidade de suspensão será automática.

### SEÇÃO VI DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 139. Será suspensão, pelo prazo de 01 (um) ano, a isenção de tributos municipais concedida ao contribuinte que infringir qualquer das disposições contidas na legislação tributária.

§ 1º O período de que trata este artigo se dará a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da ocorrência da infração;

§ 2º Havendo a suspensão de que trata este artigo, o contribuinte fica sujeito a revisão dos lançamentos e eventuais pagamentos ocorridos ou efetuados de acordo com a isenção que fazia jus;

§ 3º O Fisco lançará de ofício os valores ou diferença de valores encontrados em processo regular, das movimentações do exercício ou exercícios que o contribuinte gozou da isenção.

Art. 140. Será definitivamente cancelado o favor:

- I. Quando a infração se revestir de circunstâncias agravantes;
- II. Quando verificada a inobservância das condições e requisitos para a concessão ou o desaparecimento dos mesmos.

### SEÇÃO VII DA INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DO ESTABELECIMENTO

Art. 141. Sempre que se verificar o funcionamento irregular de estabelecimento sujeito à fiscalização, o agente fiscal poderá, na forma que dispuser o regulamento, interditar-lo temporariamente até que se regularize a infração verificada.

Art. 142. A interdição, sempre temporária, será comunicada ao infrator, apontando-lhe o motivo, concedendo-se prazo para regularização ou apresentação de defesa, mantendo-se suspensas as atividades.

Art. 143. A aplicação da penalidade prevista nesta seção não exclui as demais eventualmente cabíveis.

### SEÇÃO VIII DAS MULTAS DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 144. As multas podem ser:

- I. Moratórias;
- II. Infracionais;
- III. Acessórias.

### SEÇÃO IX DA MULTA MORATÓRIA

Art. 145. A multa moratória é a penalidade imposta ao sujeito passivo para compensar o Estado pelo atraso no pagamento do crédito tributário.

§ 1º As multas de mora serão computadas sobre créditos tributários já lançados ou notificados pelo Fisco Municipal, ou ainda em procedimento fiscal.

§ 2º A incidência da multa moratória é automática, independentemente de abertura de procedimento próprio para sua aplicação.

Art. 146. As multas de mora serão aplicadas sobre o crédito atualizado do valor da operação.

I. A aplicação das multas de que trata este artigo serão graduadas,



levando-se em consideração o prazo para pagamento e os seguintes percentuais:

- a. 2% (dois por cento) para pagamento até 30 (trinta) dias do vencimento;
- b. 4% (quatro por cento) para pagamento até 60 (sessenta) dias do vencimento;
- c. 6% (seis por cento) para pagamento até 90 (noventa) dias do vencimento;
- d. 8% (oito por cento) para pagamento até 120 (cento e vinte) dias do vencimento;
- e. 10% (dez por cento) para pagamento acima de 120 (cento e vinte) dias do vencimento.

Parágrafo Único - Para efeitos deste artigo considerar-se-á como mês qualquer fração do mês, e os prazos serão contados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento até o dia em que ocorrer o pagamento.

#### SEÇÃO X DAS MULTAS INFRACIONAIS

Art. 147. As multas infracionais serão aplicadas quando restar caracterizada a tentativa de evasão fiscal ou qualquer ação ilegal do contribuinte visando a sonegação fiscal.

§ 1º As multas infracionais serão de:

- I. Antes da ação fiscal 50% (cinquenta por cento), do valor do tributo.
- II. Após o início da ação fiscal, 100% (cem por cento), do valor do tributo, nas demais infrações à legislação tributária visando à sonegação ou evasão tributária.

Parágrafo Único - As multas infracionais incidirão sobre o valor do crédito tributário devido atualizado monetariamente.

Art. 148. As multas infracionais poderão ser cumuladas com a multa moratória.

Art. 149. Para aplicação das multas previstas nos artigos 147 e 151 será obrigatória a lavratura do competente auto de infração, bem como a observância do devido processo legal.

#### SEÇÃO XI DAS MULTAS ACESSÓRIAS

Art. 150. As multas acessórias serão aplicadas por infração a dispositivos da legislação tributária no que tange ao não cumprimento das obrigações tributárias acessórias.

Art. 151. As multas acessórias obedecerão à seguinte graduação:

I. 50 (cinquenta) UFM`s - Unidades Fiscais Municipal, nos casos de o sujeito passivo:

- a. Promover inscrição no Cadastro Fiscal fora do prazo;
- b. Não promover a sua inscrição no Cadastro Fiscal;
- c. Deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinguir a obrigação tributária;

II. 30 (trinta) UFM`s - Unidades Fiscais Municipal, nos casos de o sujeito passivo:

- a. Manter em atraso a escrituração dos livros fiscais, por livro;
- b. Deixar de fazer a declaração em livro fiscal eletrônico, por competência;

III. 80 (oitenta) UFM`s - Unidades Fiscais Municipal, nos casos de

o sujeito passivo:

a. Iniciar atividades ou praticar atos sujeitos a taxas de licença, antes da concessão desta;

IV. 100 (cem) UFM`s - Unidades Fiscais Municipal, nos casos de o sujeito passivo:

- a. Deixar de remeter às repartições municipais, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido pela legislação tributária;
- b. Deixar de apresentar, no prazo fixado, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou de bases de cálculo de tributos municipais.

V. 200 (duzentas) UFM`s - Unidades Fiscais de Referencia Municipal, nos casos do sujeito passivo:

- a. Apresentar inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas à tributação, com omissões, ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar imposição tributária;
- b. Negar-se a prestar informações, ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos Agentes do Fisco;
- c. Deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida na legislação tributária.

#### CAPÍTULO V DO CADASTRO FISCAL SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 152. Os Cadastros Fiscais Municipais são:

- I. O Cadastro Imobiliário;
- II. O cadastro mobiliário dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e de Prestadores de Serviços de qualquer natureza;
- III. O Cadastro dos Produtores Rurais.

Parágrafo Único - O órgão fazendário municipal poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastramento de contribuintes, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais, notadamente os relativos às taxas de licença pelo poder de polícia e prestação de serviços, e a contribuição de melhoria.

#### SEÇÃO II DA FINALIDADE DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 153. O Cadastro Imobiliário tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais urbanas e rurais existentes, ou que vierem a existir, bem como do sujeito passivo ou responsável, e demais elementos que permitam a exata apuração do montante da respectiva obrigação tributária.

Parágrafo Único - Não elide a obrigatoriedade do cadastramento, a isenção ou a imunidade tributária.

#### SEÇÃO III DA INSCRIÇÃO

Art. 154. A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas e rurais no Cadastro Imobiliário será promovida:

- I. Pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- II. Por qualquer dos condôminos;
- III. Pelo compromissário comprador;
- IV. De ofício, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo e na

forma legal.

§ 1º É fixado em 30 (trinta) dias o prazo para promoção da inscrição, contados da data da conclusão das construções, reconstruções ou reformas, demolição, e, nos casos de aquisição, a qualquer título, da assinatura formal do contrato ou título de propriedade.

§ 2º Na concessão do "habite-se" a autoridade fazendária realizará de ofício a atualização cadastral de que trata este artigo.

Art. 155. Para efetivar a inscrição o sujeito passivo ou responsável deverá informar, entre outros definidos em regulamento, os seguintes dados:

- I. Nome do proprietário, possuidor ou compromissário comprador da propriedade a unidade condominial;
- II. Localização da propriedade;
- III. Serviços públicos e melhoramentos existentes nos logradouros em que se situa a propriedade ou condomínio;
- IV. Descrição e área da propriedade territorial ou unidade condominial;
- V. Área, características e tempo de existência da propriedade predial;
- VI. Valor venal da propriedade territorial, predial ou condominial, quando existente;
- VII. Utilização dada à propriedade;
- VIII. Existência ou não, de passeio e muro em toda extensão da testada;
- IX. Valor da aquisição.

§ 1º A propriedade que se limitar com mais de um logradouro será considerada como situada naquele em que a propriedade territorial apresentar maior testada.

§ 2º Às informações serão anexadas à planta da propriedade territorial, em escala que possibilite a perfeita identificação da situação do imóvel.

§ 3º Em se tratando de área loteada, deverá a planta ser completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos, bem como designar o valor da aquisição, os logradouros, quadras e lotes, a área total, as áreas cedidas ao Patrimônio Público Municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art. 156. Consideram-se sonegadas à inscrição, as propriedades cujas informações apresentem elementos destinados à identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e à apuração de seu montante de maneira incorreta, incompleta ou inexata.

Art. 157. Será obrigatoriamente comunicada ao órgão fazendário municipal a ocorrência que possa, de qualquer maneira, alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário.

Parágrafo Único - É de 30 (trinta) dias, contado da data da ocorrência do fato, o prazo para a comunicação referida neste artigo.

Art. 158. Em caso de litígio sobre o domínio da propriedade, a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o Juízo onde correr a ação.

Art. 159. Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, até o mês de novembro de cada ano, ao órgão fazendário municipal, relação dos lotes alienados definitivamente ou mediante compromisso, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números da quadra e do lote, as dimensões deste e o valor do contrato de venda.

Art. 160. Do Cadastro Imobiliário constará o valor venal atribuído à

propriedade nos termos da legislação tributária.

#### SEÇÃO IV DAS ALTERAÇÕES DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Art. 161. As alterações no cadastro imobiliário dar-se-ão através do preenchimento de formulário próprio, no ato da transação imobiliária.

Art. 162. O formulário de que trata o artigo anterior deverá conter, entre outras definidas em regulamento, as seguintes informações:

- I. Número de arquivamentos a ser preenchido pela Administração Fazendária;
- II. Nome, endereço e CNPJ/CPF do requerente ou permutante;
- III. Endereço de localização do imóvel, citando o distrito, a rua, a localidade, a unidade condominial e a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário do Município;
- IV. Descrição sucinta do imóvel com as respectivas áreas;
- V. Valor do imóvel declarado pelo cartório;
- VI. Data e assinatura do servidor e cartório responsável pela informação;
- VII. Valor do imóvel ou unidade particular, calculado pela repartição arrecadadora, bem como o valor do imposto a pagar;
- VIII. Destinação das vias do formulário;

Parágrafo Único - Na hipótese de permuta, as informações para alteração do cadastro imobiliário serão fornecidas para cada imóvel envolvido na transação.

#### SEÇÃO V DO CADASTRO DOS PRODUTORES RURAIS

Art. 163. O cadastro dos produtores rurais tem por fim o registro nominal dos sujeitos da obrigação tributária, ou dos que por ela forem responsáveis referentes a tributos mencionados na legislação.

§ 1º O cadastro de que trata este artigo será efetuado e controlado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuária, (Secretaria de Agricultura) ou outro órgão ou departamento designado pelo Chefe do Executivo.

§ 2º As taxas a serem cobradas pelos serviços desenvolvidos pela secretaria de Agricultura e pelo serviço de Inspeção Municipal - SIM serão as constantes do anexo XIV desta Lei.

Art. 164. Aplicar-se-á, no que couber a esta seção, as disposições do Cadastro Imobiliário.

#### SEÇÃO VI DO CADASTRO MOBILIÁRIO

Art. 165. A inscrição no cadastro da indústria, comércio e dos prestadores de serviços de qualquer natureza tem por fim o registro nominal dos sujeitos passivos da obrigação tributária, ou dos que por ela forem responsáveis, referentes a Taxa de Licença de Localização e Funcionamento e ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

#### SEÇÃO VII DA INSCRIÇÃO

Art. 166. A inscrição no cadastro de que trata o artigo anterior será promovida pela pessoa mencionada no artigo anterior, em requerimento destinado à Secretaria de Administração e Finanças ou ao departamento de cadastro, da qual constará:

- I. Nome/ Razão Social e denominação da firma ou sociedade;
- II. Ramo de atividade;

- III. Prova de constituição da pessoa jurídica;
- IV. Contrato Social atualizado;
- V. Ramo de atividade;
- VI. Local do estabelecimento ou centro de atividades;

§ 1º Como complemento dos dados para inscrição, os sujeitos passivos são obrigados a fornecer, por escrito ou verbalmente, a critério do Fisco, quaisquer informações que lhes forem solicitadas.

§ 2º Em se tratando de sociedade, a prova de identidade será exigida a um só dos membros da direção, gerência ou presidência.

§ 3º Aos profissionais liberais e trabalhadores autônomos se aplica no que couber, o disposto do caput do presente artigo.

Art. 167. A inscrição, por estabelecimento ou local de atividade, precederá o início da atividade.

§ 1º Em caso de não iniciação das atividades no ato da inscrição, o contribuinte afirmará por declaração esta situação, determinando prazo para o início das atividades.

§ 2º A inscrição será intransferível e obrigatória, e será alterada sempre que ocorrer qualquer modificação nos elementos enunciados nos incisos I a VI do artigo anterior.

§ 3º O cancelamento da inscrição, por transferência, venda, fechamento ou baixado estabelecimento, será requerido ao órgão fazendário municipal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ocorrência.

## CAPÍTULO VI

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

#### SEÇÃO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 168. Iniciar-se-á o processo administrativo tributário:

- I. Com qualquer requerimento do sujeito passivo ou procedimento de ofício pela autoridade fazendária, nos termos da presente Lei;
- II. Com a reclamação ou impugnação, pelo sujeito passivo, do lançamento ou ato administrativo dele decorrente;
- III. Com a lavratura do termo de início de ação fiscal ou notificação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse do Fisco Municipal;
- IV. Com a lavratura do termo de apreensão de livros comerciais ou fiscais ou de outros documentos fiscais, bem como de eventuais apreensões de mercadorias;
- V. Com a lavratura do auto de infração por infração contra a legislação tributária municipal;
- VI. Com qualquer ato escrito da autoridade fazendária ou do agente fiscal, que caracterize o início de procedimento para a apuração de infração fiscal ou qualquer outro ato que envolva questões tributárias.

#### SEÇÃO II

#### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL CONTENCIOSO

Art. 169. Considera-se processo administrativo fiscal contencioso todo aquele que tiver por objeto decidir sobre a aplicação da legislação tributária municipal.

§ 1º Eventuais falhas do processo não constituirão motivos de nulidades sempre que existam elementos que permitam supri-las, sem cerceamento do direito de defesa do interessado.

§ 2º A apresentação de processo à autoridade incompetente não induzirá caducidade ou preempção, devendo a petição ser encaminhada, de ofício, à autoridade competente pelo agente que a

recebeu.

Art. 170. Os processos contenciosos serão organizados na forma de autos forenses, e sob essa forma serão instruídos e julgados.

Art. 171. Nenhum processo ficará em poder de servidor por mais de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo Único - Quando a natureza do assunto exigir maior prazo para exame e elucidação, o retardamento deverá ser convenientemente justificado.

Art. 172. Os processos com a nota "urgente" tramitarão com preferência sobre todos os demais, de forma que sua instrução e julgamento ocorram com a maior brevidade possível.

Parágrafo Único - A nota de "urgência" será aposta na capa do processo, à direita, no alto, e só será considerada, se rubricada pelo responsável pelo órgão fazendário municipal ou pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, ou pelo Chefe do Executivo, quando o conselho não existir.

Art. 173. Formam o processo administrativo fiscal contencioso:

- I. As contestações/ impugnações;
- II. As reclamações;
- III. As defesas;
- IV. As consultas;
- V. Os recursos;
- VI. As autuações infracionais;
- VII. Os pareceres;
- VIII. As decisões.

#### SEÇÃO III

#### DA CONTESTAÇÃO

Art. 174. É facultado ao denunciado contestar representação contra si direcionada.

Art. 175. A contestação será apresentada à autoridade a quem competir a aplicação da penalidade, dentro do prazo que por essa mesma autoridade for fixado.

§ 1º A contestação deverá estar munida das provas que a justifique.

§ 2º Se o procedimento já passou para fase de processo contencioso, e ainda em 1ª instância, a contestação será encaminhada ao Titular da Fazenda Pública Municipal.

#### SEÇÃO IV

#### DA RECLAMAÇÃO

Art. 176. É lícito ao sujeito passivo de obrigação tributária reclamar de lançamento ou de notificação contra ele expedida, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da ciência da notificação ou do lançamento.

§ 1º A reclamação será dirigida, em petição escrita, à autoridade julgadora de primeira instância, facultada a juntada de provas.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 177. É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão de lançamento.

Art. 178. As reclamações terão efeito suspensivo quanto à cobrança

dos tributos e multas lançadas ou notificadas.

#### SEÇÃO V DA DEFESA CONTRA O AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 179. É lícito ao autuado apresentar defesa contestando o auto de infração contra ele lavrado.

§ 1º A defesa será dirigida, em petição, à autoridade julgadora de primeira instância.

§ 2º Não se conhecerá de defesa apresentada fora do prazo legalmente concedido para tanto.

Art. 180. Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá todas as provas que pretende produzir, juntando desde logo as provas documentais, e, sendo o caso, arrolando as testemunhas.

#### SEÇÃO VI DA CONSULTA

Art. 181. É facultado formular consulta à autoridade julgadora de primeira instância, sobre assuntos relacionados com a aplicação e interpretação da legislação tributária.

§ 1º A consulta não terá efeito suspensivo quanto à exigência de tributos.

§ 2º Não se admitirá consulta que versar assunto objeto de ação fiscal já iniciada contra a consulente.

§ 3º A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e somente poderá focalizar dúvidas de circunstâncias à situação do consulente.

#### SEÇÃO VII DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 182. Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação, caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Parágrafo Único - Não existindo Conselho Municipal de Contribuintes, os recursos voluntários serão denominados como recurso de segunda instância, e serão encaminhados ao Prefeito Municipal.

Art. 183. O prazo para apresentação de recurso voluntário será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de primeira instância.

Art. 184. O recurso voluntário será entregue à repartição em que se constituiu o processo fiscal original, e por ela encaminhado à destinação.

Art. 185. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo contribuinte.

Art. 186. Os recursos voluntários interpostos depois de esgotado o prazo previsto, serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá tomar conhecimento, excepcionalmente, determinando o levantamento de perempção, nos casos em que esta tenha ocorrido por motivo alheio à vontade dos interessados.

#### SUBSEÇÃO VIII DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 187. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio excedera 500 (quinhentas) Unidades Fiscais Municipais - UFM.

§ 1º Não existindo conselho de contribuintes, ou este não estando em atividade, o recurso será interposto ao Chefe do Executivo Municipal.

§ 2º O recurso de ofício de que trata o caput deste artigo, cabe ao funcionário que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Art. 188. Será facultado o recurso de ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a matéria for, justificadamente, considerada de maior interesse para a Fazenda Municipal.

#### SEÇÃO IX DO JULGAMENTO DE PROCESSOS CONTENCIOSOS

Art. 189. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira, singular, e a segunda, colegiada, ou pelo Chefe do Poder Executivo quando não houver Conselho Municipal de Contribuintes.

§ 1º Em primeira instância, decide o responsável pelo órgão fazendário municipal, e em segunda, o Conselho Municipal de Contribuintes, ou o Chefe do Poder Executivo se o Conselho Municipal de Contribuintes não existir.

§ 2º Ao contribuinte, acusado ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 190. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais e a natureza e a extensão dos efeitos de fatos já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 191. As decisões administrativas serão incompetentes para:

- I. Declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;
- II. Dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária principal.

#### SEÇÃO X DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 192. O responsável pelo órgão fazendário municipal proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada, e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior, sempre que determinada a conversão do processo em diligência.

Art. 193. Ao interessado se comunicará a decisão proferida em primeira instância:

- I. Pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;
- II. Pelo correio, com aviso de recebimento - AR;



III. Por correspondência eletrônica quando esta for possível;  
IV. Por edital, publicado na forma desta Lei.

Parágrafo Único - A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 194. O responsável pelo órgão fazendário fica impedido de julgar:

- I. Quando tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
- II. Quando for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;
- III. Quando estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até o terceiro grau.

Parágrafo Único - Impedido o responsável pelo órgão fazendário para julgar, competirá ao responsável pelo órgão de administração municipal ou Fiscal de Tributos ou Auditor Fiscal substituí-lo no feito.

Art. 195. Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se julgada procedente a ação fiscal ou improcedente a reclamação ou defesa, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Art. 196. São consideradas definitivas as decisões proferidas em primeira instância após passadas em julgado.

#### SEÇÃO XI DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 197. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes ou pelo Prefeito Municipal, enquanto o Conselho não for constituído, observados os prazos e demais normas previstas nesta Lei, e em regulamento.

Art. 198. O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de 10 (dez) membros, sendo:

1 (um) representante da Procuradoria Municipal, 2 (dois) representantes da Secretaria de Administração e Finanças, 1(um) representante da Secretaria de Planejamento e 1 (um) representante da Secretaria de Obras, 1 (um) representante dos contadores, 1 (um) representante do CREA, 1 (um) representante do CDL, 1 (um) representante do Sindicato Rural e 1 (um) representante da OAB. Todos nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado, observados, sempre, os parágrafos deste artigo.

§ 1º Serão nomeados um suplente para cada conselheiro e um Presidente, a ser livremente escolhido entre os demais participantes do conselho.

§ 2º Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos quanto os suplentes, serão apresentados pelas entidades ou órgãos competentes, sendo estas representativas do comércio, da indústria ou da prestação de serviços.

§ 3º Os representantes da Administração Pública Municipal, tanto os efetivos quanto os suplentes, serão escolhidos dentre servidores municipais versados em assuntos fazendários, posturas municipais e planejamento ou servidores com formação em Direito, Contabilidade ou Administração.

Art. 199. É de competência do Chefe do Executivo Municipal, a nomeação e distribuição dos cargos dos membros do Conselho Fiscal de Contribuintes, o que será feito por decreto.

Art. 200. A posse dos membros do Conselho Municipal de

Contribuintes realizar-se-á perante o Prefeito Municipal, mediante termo lavrado em livro próprio.

Art. 201. Perde o mandato o Conselheiro que deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas, sem motivo justificado.

§ 1º Em se tratando de Conselheiro representante da Administração Pública, o fato constituirá falta de exação no cumprimento do dever e será registrado em sua ficha funcional.

§ 2º Igual disposição se aplica ao Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 202. A função de Conselheiro ou de Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes não será remunerada, constituindo serviço público relevante.

Art. 203. O Conselho Municipal de Contribuintes requisitará, da Secretaria de Administração e Finanças, servidores para o bom desempenho de suas tarefas, inclusive para secretariar seus trabalhos.

Art. 204. O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto nesta Lei e no regimento interno a ser baixado pelo Conselho, após aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

#### SEÇÃO XII DAS DECISÕES EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 205. O Conselho Municipal de Contribuintes só poderá deliberar quando presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 206. Deverão declarar-se impedidos de participar de julgamento, os Conselheiros que:

- I. Hajam participado, a qualquer título, no processo ou em diligência que nele seja debatido ou lhe tenha dado origem;
- II. Sejam sócios, cotistas, acionistas ou interessados de recorrente, como da direção ou do conselho fiscal;
- III. Sejam parentes de recorrente, em linha reta e colateral, até o terceiro grau.

Art. 207. Os processos de recursos serão distribuídos aos Conselheiros mediante sorteio, garantida a igualdade numérica.

§ 1º O relator restituirá, no prazo de 10 (dez) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º Quando, a requerimento do relator, for realizada qualquer diligência, terá este novo prazo de 5 (cinco) dias, para completar o estudo, contados da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º Fica automaticamente destituído da função de membro do conselho, o relator que retiver processos além dos prazos previstos nos parágrafos anteriores, salvo motivo de doença ou deferimento de dilação de prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator alegue, comprovadamente, em requerimento dirigido tempestivamente ao Presidente do Conselho, a necessidade de dilação.

§ 4º O presidente do Conselho comunicará a destituição ao Chefe do Poder Executivo, a fim de ser providenciada a nomeação de novo Conselheiro, ou suplente.

Art. 208. O Conselho poderá converter em diligência qualquer processo em julgamento, neste caso, o relator lançará a decisão no processo, com o visto do Presidente, prosseguindo-se imediatamente os tramites diligenciais.

Art. 209. Enquanto o processo estiver em diligência, ou em estudo com o relator, poderá o recorrente requerer ao Presidente a junta de documentos, a bem de seus interesses, desde que isso não protele o andamento do processo.

Art. 210. Será facultada a sustentação oral do recurso.

Art. 211. A decisão, sob forma de acórdão, será redigida pelo relator, até 8 (oito) dias após o julgamento.

§ 1º Se o relator for vencido, o Presidente designará, para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos Conselheiros cujo voto tenha sido vencedor.

§ 2º Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 3º As decisões serão enfileiradas em volumes, para distribuição aos interessados.

§ 4º Sempre que for possível as decisões serão arquivadas em documento eletrônico, assim como serão distribuídas aos interessados substituindo as impressas que determina o parágrafo anterior.

Art. 212. O Presidente mandará organizar e publicar, em edital até a véspera do dia da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

- I. Data da entrada no protocolo do Conselho;
- II. Data do julgamento em primeira instância;
- III. Maior valor, considerando-se os dois elementos anteriores de precedência.

Parágrafo Único - Terão preferência absoluta, para inclusão na pauta de julgamento, os processos que tiverem oposição da nota "urgente".

Art. 213. Proferida a decisão definitiva, o Conselho encaminhará comunicação da mesma à Secretaria de Administração e Finanças, para as providências de execução da decisão.

Parágrafo Único - Ficarão arquivadas no Conselho, cópia da petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito.

Art. 214. É facultado ao Conselho Municipal de Contribuintes:

- I. Sugerir ao Prefeito Municipal, justificadamente, a dispensa de penalidades, pela aplicação do princípio de equidade;
- II. Comunicar irregularidade ou falta funcional verificada no processo, na instância inferior;
- III. Propor medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos;
- IV. Sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.

Art. 215. O Conselho mandará cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou injuriosas, proferidas por qualquer das partes.

Art. 216. A decisão do Conselho Municipal de Contribuintes será comunicada ao recorrente, na forma desta Lei.

### SEÇÃO XIII DA EFICÁCIA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 217. São definitivas as decisões:

- I. De primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;
- II. De segunda instância, quando esta não contiver obscuridades, omissões ou erros formais.

Art. 218. A decisão definitiva contrária ao sujeito passivo será cumprida no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo para cumprimento da decisão, o crédito tributário decorrente será inscrito em dívida ativa e encaminhado à autoridade competente para promover a cobrança extrajudicial e judicial.

Art. 219. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade competente exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

### PARTE ESPECIAL TÍTULO V DOS IMPOSTOS CAPÍTULO I SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 220. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Art. 221. Os impostos componentes do Sistema Tributário Municipal são exclusivamente os que constam deste livro, com as normas e limitações constantes da legislação tributária.

### CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 222. O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizada na zona urbana do Município e zona de expansão urbana.

§ 1º Considera-se, para todos os efeitos legais, ocorrido o fato gerador, do imposto de que trata este artigo, no dia primeiro de janeiro de cada ano.

§ 2º O imóvel é urbano quando situado na zona urbana ou de expansão urbana, independentemente de sua destinação.

§ 3º Será considerado imóvel rural, aquele mesmo situado em zona urbana do município e zona de expansão urbana, destinado, comprovadamente, à atividade produtiva agrícola, pecuária ou agroindustrial.

Art. 223. Para efeitos deste imposto, considera-se como zona urbana aquela definida e delimitada em lei municipal, onde existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I. Meio fio, calçamento ou pavimentação asfáltica com canalização de águas pluviais;
- II. Abastecimento de água;
- III. Sistema de esgoto sanitário;
- IV. Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para



distribuição domiciliar;

V. Escola, ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado para o lançamento do tributo.

Parágrafo Único - Consideram-se, também, urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, de acordo com os loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria, ou ao comércio, mesmo que localizados fora dos limites da zona urbana.

Art. 224. São bens imóveis, para efeitos deste imposto, o solo e tudo quanto lhe se incorporar natural ou artificialmente, e, entende-se por:

I. Propriedade territorial, o solo por sua natureza sem benfeitorias;  
II. Propriedade predial, as benfeitorias ou edificações úteis incorporadas ao solo, de modo que não se possam retirá-las sem destruição, modificação, fratura ou dano.

Art. 225. O bem imóvel será considerado sem benfeitoria ou não edificado, quando:

I. A edificação seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição ou modificação;  
II. A edificação estiver em andamento ou paralisada;  
III. A edificação estiver em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;  
IV. A edificação for considerada inadequada pela autoridade competente para a destinação ou utilização pretendida.

Art. 226. Considera-se edificado o bem imóvel no qual existam edificações utilizáveis para a habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for sua denominação, forma ou destino.

Art. 227. Incidirá, ainda, o imposto sobre a propriedade predial territorial urbana, a qualquer título, de imóvel, mesmo quando localizado fora da zona urbana, que seja utilizado como sítio de recreio, e no qual a eventual produção não se destine à comercialização.

Parágrafo Único - Para efeitos deste artigo considerar-se-á sítio de recreio quando:

I. Sua produção não seja comercializada;  
II. Sua área não seja superior à área do módulo rural, nos termos da legislação agrária aplicável, para exploração não definida na zona típica em que estiver localizado;  
III. Tenha edificação e seu uso seja reconhecido para a destinação de que trata este artigo.

## SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 228. O sujeito passivo ou contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do imóvel a qualquer título.

Parágrafo Único - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido, os titulares de direito de usufruto, de uso, de habitação ou qualquer outro direito real sobre a propriedade alheia.

## SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Art. 229. A base de cálculo do imposto é o valor venal do bem imóvel, excluído o valor dos bens móveis nele mantidos, em caráter temporário, para efeito de utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

§ 1º Entende-se por valor venal aquele que o bem alcançaria, à

vista, no mercado imobiliário se fosse posto à venda em condições normais, sem incluir qualquer encargo financeiro.

§ 2º O valor venal do imóvel será apurado no ato de sua inscrição no Cadastro Imobiliário, e cabe ao contribuinte declará-lo, todavia seu valor não poderá ser inferior aos valores de referência estimados na Planta Genérica de Valores, calculada na forma desta Lei, conforme anexo XV.

§ 3º Fica assegurado ao contribuinte, no prazo para impugnar o lançamento, o direito à avaliação contraditória, nos termos desta Lei, no caso de discordar dos valores constantes da Planta Genérica de Valores, mediante apresentação de Laudo de avaliação expedido por perito em avaliação de imóveis.

Art. 230. O valor venal do imóvel é o constante do Cadastro Imobiliário e no seu cálculo será considerado o valor do terreno e, sendo o caso, cumulativamente, o da edificação, onde:

I. FÓRMULAS PARA O CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU

II. O valor venal do bem imóvel de que trata o caput deste artigo será obtido através da soma do valor venal do terreno e do valor venal da edificação, de acordo com a seguinte fórmula.

$$Vv = Vvt + Vve$$

Onde:

Vv = valor venal do imóvel

Vvt = valor venal do terreno

Vve = valor venal da edificação

Para efeito de determinação do valor venal do bem imóvel, considera-se:

a) Valor Venal do Terreno, aquele obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado de terreno, aplicado os fatores de correção, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Vvt = Vgm^2t \times At \times P \times T \times S \times MP$$

Onde:

Vgm<sup>2</sup>t = valor genérico do metro quadrado do terreno

At = área do terreno

P = fator corretivo de pedologia

T = fator corretivo de topografia

S = fator corretivo de situação do terreno

MP = fator corretivo de muro e passeio.

b) O valor da edificação será conhecido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VVE = VM^2E \times CAT/100 \times C \times AC$$

Onde:

VM<sup>2</sup>E = valor do metro quadrado por tipo de edificação

CAT/100 = percentual indicativo da categoria da construção.

C = estado de conservação

AC = área construída.

c) Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma, será calculada a fração ideal do terreno pela seguinte fórmula:

área do terreno x área da unidade

Fração ideal =

área total da edificação

Art. 231. Na fixação da Planta Genérica de Valores Imobiliários observar-se-á os preços médios do mercado imobiliário, tendo por base fatores de correção, baseado nos seguintes elementos:

I. Quanto à propriedade territorial:

- a. A localização, de acordo com o zoneamento do perímetro urbano;
- b. Os equipamentos e serviços públicos postos à disposição;
- c. A largura do logradouro;
- d. A testada, a profundidade, a posição na quadra;
- e. A topografia;
- f. O nível sócio-econômico do bairro.

II. Quanto à propriedade predial:

- a. A localização, de acordo com o zoneamento do perímetro urbano;
- b. A destinação ou utilização;
- c. A categoria ou classe;
- d. O tipo de edificação;
- e. Os valores do Custo Unitário Básico da Construção Civil – CUB – SC;
- f. O estado de conservação.

§ 1º A planta genérica de que trata este artigo será revisada a cada 5 (cinco) anos, contados da promulgação desta Lei Complementar, ou a qualquer momento que se fizer necessária levando-se em consideração a economia local e regional e será aplicada por ato do Chefe do Executivo.

Art. 232. Os valores genéricos por metro quadrado dos terrenos e das benfeitorias são os constantes da Planta Genérica de Valores Imobiliários, a qual será fixada por decreto do Poder Executivo, observados os elementos estabelecidos no art. 230, com base em planta de valores elaborada por comissão especialmente nomeada ou por empresa especializada.

§ 1º Para efeitos de atualização monetária, os valores relativos ao metro quadrado dos terrenos e das benfeitorias serão indexados a UFM – Unidade Fiscal Municipal.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá, quando entender necessário, optar pela nomeação de Comissão Especial para revisão anual dos valores da Planta Genérica de Valores Imobiliários;

§ 3º Os novos valores apurados pela comissão serão implantados por ato do Chefe do Executivo.

Art. 233. Para fins de elaboração da Planta Genérica de Valores Imobiliários, o perímetro urbano poderá ser dividido em zonas e setores.

Art. 234. As alíquotas do Imposto sobre a propriedade predial e territorial Urbana de imóveis com edificação será de 0,15% (zero vírgula quinze por cento).

§1º – Nos casos de imóveis sem edificação a alíquota a ser aplicada, poderá ser progressiva na graduação de 1 a 7 % (um a sete por cento), de acordo com decreto municipal expedido pelo chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO IV  
DO LANÇAMENTO

Art. 235. O imposto será lançado de ofício, anualmente de acordo com regulamento por ato do Chefe do Executivo, e de acordo com a alíquota aplicável sobre seu valor venal, considerando-se as reduções e as respectivas alíquotas previstas nesta Lei e suas

posteriores alterações.

§ 1º O lançamento será distinto um para cada imóvel ou unidade imobiliária, ainda que contíguos e de propriedade do mesmo contribuinte.

§ 2º O prazo para o lançamento poderá ser prorrogado por ato do Chefe do Poder Executivo, havendo motivo justificável.

Art. 236. O lançamento far-se-á em nome de quem estiver inscrita a propriedade no Cadastro Imobiliário.

§ 1º Na hipótese de compromisso de compra e venda, até a inscrição do compromitente comprador, o imposto será lançado em nome do compromitente vendedor.

§ 2º No caso de condomínio indiviso, o lançamento será feito em nome de qualquer um, de alguns ou de todos os condôminos, mas somente será aceito o pagamento integral do crédito tributário.

§ 3º Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um em nome de seus proprietários condôminos, considerada também a respectiva quota ideal do terreno.

Art. 237. O valor do lançamento corresponderá ao imposto anual.

Art. 238. Todo imóvel, habitado ou em condições de ser habitado, deverá ter o imposto lançado, independentemente de sua regularidade jurídica.

Art. 239. A notificação do lançamento do imposto será feita, no mínimo 15(quinze) dias antes de seu vencimento em quota única, preferencialmente, de forma direta e na pessoa do contribuinte, na de seu familiar, representante ou preposto, podendo se dar por via postal, com aviso de recebimento, a critério da autoridade fazendária.

SEÇÃO VI  
DO PAGAMENTO

Art. 240. O imposto será pago em parcela única, ou em até 3 (três) parcelas mensais e consecutivas, na forma e prazos definidos nesta lei ou por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Para o pagamento em cota única até a data do primeiro vencimento, o contribuinte gozará de desconto de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 241. Fica vedado o registro imobiliário de escritura pública de compra e venda, sem que ocorra a regularização da situação fiscal do imóvel perante a Fazenda Pública Municipal.

SEÇÃO VII  
DAS ISENÇÕES

Art. 242. São isentos do pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana:

I. O imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais, relativamente às partes cedidas e enquanto ocupadas pelos citados serviços;

II. O imóvel de propriedade ou doado para uso, por Conselho Comunitário ou Associação de Moradores, Sociedades beneficentes, Associações de Classe, Sindicatos, Clubes Esportivos e Recreativos, entidades religiosas e educacionais privadas reconhecidas de utilidade pública pelo Município de Abdon Batista (SC), desde que ocupado pela entidade, e com atividade voltada para o fim a que se propõe;

III. O imóvel que possua valor histórico, artístico e/ou cultural, tombado por ato da autoridade competente, observado o disposto no § 1º deste artigo;

IV. O imóvel desapropriado pelo poder público, a partir da parcela correspondente, ao período de arrecadação de imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante.

§ 1º A isenção de que trata o inciso III, será reconhecida a partir da citação oficial ao possuidor do domínio útil do imóvel.

§ 2º A qualquer tempo a isenção prevista neste artigo poderá ser cancelada, uma vez verificada não mais existirem os pressupostos que autorizam sua concessão.

§ 3º As isenções previstas nos incisos I, II, III e IV, deverão ser requeridas por escrito e protocolado no período de outubro e novembro de cada ano, para entrar em vigor no exercício seguinte.

Art. 243. Fica suspenso o pagamento do imposto:

I. Relativo à imóvel atingido total ou parcialmente por projeto de obra do sistema viário, de tal forma que inviabilize sua utilização.

Parágrafo Único - Deixando de existir as razões que determinaram a suspensão, relativas à situação prevista no inciso I deste artigo, o crédito tributário será revigorado permitido ao titular do imóvel o recolhimento do principal, até 30 (trinta) dias contados da data em que for expedida a notificação de lançamento, com direito de desconto de 20 % (vinte por cento) do valor original.

### CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS

- ITBI

#### SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 244. O imposto sobre a transmissão "inter vivos" a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos a eles relativos - ITBI tem como fato gerador:

I. A transmissão "inter vivos" a qualquer título por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definido na lei civil;

II. A transmissão "inter vivos" a qualquer título por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III. A cessão de direitos a qualquer título por ato oneroso, sobre bens imóveis;

Art. 245. A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I. A compra e venda, pura ou condicional;

II. A dação em pagamento;

III. A permuta de bens imóveis e de direito a eles relativos;

IV. O mandato em causa própria ou com poderes equivalentes, e seus substeleamentos, para a transmissão de imóveis;

V. A arrematação, a adjudicação e a remissão;

VI. A cessão do direito, por ato oneroso, do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação;

VII. A cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda;

VIII. A cessão de benfeitorias e construção em terrenos comprometidos à venda ou alheio, exceto a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;

IX. A instituição de cessão onerosa de usufruto sobre imóveis;

X. Todos os demais atos e contratos translativos da propriedade, por ato "inter vivos" a título oneroso, de imóveis por natureza ou acessão física, e constitutivos de direitos reais sobre imóveis.

Art. 246. O imposto é devido quando os imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos transmitidos ou cedidos, se situarem no território do Município, mesmo que a mutação patrimonial decorra de contrato celebrado fora de seus limites territoriais.

Parágrafo único - A emissão do ITBI estará condicionada a comprovação de regularidade fiscal do imóvel e do(s) contribuinte(s) vendedor(es).

Art. 247. Consideram-se bens imóveis, para efeitos do imposto previsto neste capítulo, o solo, por sua natureza, e tudo quanto lhe se incorporar natural ou artificialmente.

### SEÇÃO II

DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 248. O imposto sobre transmissão de bens imóveis e os direitos a eles relativos, por ato oneroso, não incide nos seguintes casos:

I. Pela União, Estados e Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, quando criadas e mantidas pelo poder público;

II. Pelos partidos políticos e pelos templos de qualquer culto, quando utilizados na consecução dos seus objetivos institucionais;

III. Pelas entidades sindicais dos trabalhadores, e pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos da legislação.

Parágrafo Único - Não se aplica o disposto no inciso III deste artigo, às instituições de educação e de assistência social que:

a. Distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b. Não mantiverem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de comprovar sua exatidão;

c. Não aplicarem, integralmente, os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Art. 249. O imposto não incide ainda, sobre:

I. A transmissão de bens ou direitos, quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica na realização de capital social subscrito;

II. A transmissão de bens ou direitos, quando decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

III. A transmissão de bens e direitos, dos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica;

IV. A extinção do usufruto, quando o nu-proprietário for o instituidor;

V. Substeleamento de procuração em causa própria ou com poderes equivalentes, para efeito de receber o mandatário a escritura definitiva do imóvel;

VI. Aquisição por usucapião;

VII. Instituição de direitos reais de garantia.

§ 1º O disposto nos incisos I, II e III deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica tiver como atividade preponderante a venda ou locação de imóveis ou cessão de direito a eles relativo.

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais que 50%(cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 12(doze) meses anteriores à data da aquisição sejam provenientes de transação em locação, venda e/ou concessão de direito.

§ 3º Verificada a preponderância referida no § 1º, o imposto será devido, nos termos da lei vigente à data da aquisição calculado sobre o valor do bem ou direito, naquela data, corrigida a expressão monetária da base de cálculo para o dia do vencimento do prazo, para o pagamento do crédito tributário respectivo.

### SEÇÃO III DA ISENÇÃO

Art. 250. São isentas de imposto sobre as transmissões imobiliárias e os direitos a elas relativos, as aquisições, a qualquer título, de bens imóveis através de programas habitacionais de promoção social ou desenvolvimento comunitário, destinados a pessoas de baixa renda, instituídos e desenvolvidos pelo Poder Público Federal, Estadual e/ ou Municipal, diretamente ou através de entidades ou órgãos criados para este fim.

Art. 251. Ficam, ainda, isentas do pagamento de imposto sobre as transmissões de bens imóveis, as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

### SEÇÃO IV DO SUJEITO PASSIVO

Art. 252. O contribuinte do imposto é:

- I. O adquirente ou cessionário de bens ou direitos transmitidos ou cedidos;
- II. Na permuta, cada um dos permutantes.

Parágrafo Único - Nas transmissões ou nas cessões que se efetuem com recolhimento insuficiente, ou sem recolhimento do imposto devido, respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:

- I. O transmitente;
- II. O cedente;
- III. Os tabeliães, escrivães e demais serventuários da justiça em razão do seu ofício.

Art. 253. Além dos contribuintes definidos no artigo anterior, é responsável pelos créditos tributários provenientes do Imposto sobre transmissão de bens imóveis - ITBI devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão, o espólio através do inventariante.

### SEÇÃO V DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 254. A base de cálculo do imposto é o valor comercial dos bens imóveis ou direitos a eles relativos, transferidos ou cedidos.

Parágrafo Único - Na apuração do valor comercial observar-se-á a estimativa fiscal arbitrada pela Fazenda Municipal constante da Tabela Para Cálculo do ITBI, Anexo XVII, ou o valor da transação, se este for maior.

Art. 255. O valor comercial, constante da Tabela do Anexo XVII Para Cálculo do ITBI, será estimado pela Fazenda Pública Municipal, através de avaliação feita com base nos elementos que dispuser, bem como os declarados pelo sujeito passivo, ou valores médios do mercado imobiliário, apurados pela Comissão de avaliação de Bens Imóveis, ou ainda as tabelas editadas por órgãos do governo do Estado, considerando-se:

- I. Para os imóveis urbanos e direitos a eles relativos, o valor venal utilizando-se como base de cálculo os valores referenciais da tabela prevista no caput deste artigo;
- II. Para os imóveis rurais e direitos a eles relativos, os valores referenciais, apurados pela comissão de que trata o caput deste artigo, que na avaliação levará em consideração os seguintes elementos:

- a. A localização geográfica;
- b. A topografia do terreno;
- c. A área utilizada e não utilizada;
- d. A área aproveitável e não aproveitável;
- e. A área de interesse ambiental existente sobre o imóvel (reservas ambientais e áreas de preservação permanente);
- f. Os valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes;

§ 1º A Tabela Para Cálculo do ITBI, de que trata o caput deste artigo será atualizada anualmente pela variação da UFM, e seus valores base serão revistos sempre que houver elementos ou motivos que aconselhem uma nova avaliação, sendo que os novos valores serão implantados por decreto do chefe do executivo, com efeitos a partir do primeiro dia útil do exercício seguinte.

§ 2º Fica assegurado ao contribuinte, no prazo para impugnar o lançamento, o direito à avaliação contraditória, nos termos desta Lei, no caso de discordar dos valores constantes da Planta Genérica de Valores, mediante apresentação de Laudo de avaliação expedido por perito em avaliação de imóveis.

§ 3º O recolhimento importa em concordância tácita do cálculo do imposto devido, precluindo o prazo para qualquer reclamação relativa ao imposto pago.

Art. 256. O imposto previsto neste capítulo será calculado com base nas seguintes alíquotas:

- I. 1% (Um por cento) sobre o valor financiado e 2% (dois por cento) sobre o saldo do imóvel pago com recursos próprios, nas transmissões financiadas através do sistema financeiro de habitação, exclusivamente de caráter social;
- II. 2% (Dois por cento) nas demais transmissões.

### SEÇÃO VI DO LANÇAMENTO

Art. 257. O lançamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis - ITBI ocorre:

- I. Nas transmissões ou nas cessões, através do preenchimento, pelo contribuinte, escrivão de notas ou tabelião, antes da lavratura da escritura pública ou do instrumento, conforme o caso, do Formulário Informativo da Transmissão Imobiliária, contendo descrição detalhada do imóvel, suas características, localização, área do terreno, informações a respeito das benfeitorias e outros elementos que possibilitem o cálculo do imposto, o qual deverá ser encaminhado a Fazenda Pública Municipal para sua homologação ou adequação aos valores referenciais estabelecidos;
- II. Nos demais casos que independam da lavratura de escritura pública ou outro instrumento similar, através da solicitação do cálculo do imposto, nos termos do inciso anterior, pelo Oficial de Registro, antes da transcrição imobiliária.

### SEÇÃO VII DO RECOLHIMENTO

Art. 258. O Imposto sobre transmissão de bens Imóveis - ITBI será recolhido:

- I. Antecipadamente, até a data de lavratura do instrumento que servir de base à transmissão;
- II. No prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do trânsito em julgado da decisão, se a transmissão for decorrente de sentença judicial.

Art. 259. O pagamento será efetuado através de documento próprio, como dispuser o regulamento.



## SEÇÃO VIII DAS PENALIDADES

Art. 260. O contribuinte ou responsável pelo pagamento do imposto sobre transmissão de bens imóveis - ITBI que não pagar o imposto devido no prazo estabelecido fica sujeito à multa em conformidade com o disposto do artigo 146, além do recolhimento do imposto devido com os demais acréscimos legais.

Art. 261. Em caso de ausência ou inexatidão da declaração relativa às informações do imóvel que possam influir no cálculo do imposto, com evidente intenção de fraude ou sonegação fiscal, sujeitará o sujeito passivo a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devido.

Art. 262. Sem prejuízo das penalidades criminais e administrativas cabíveis, será aplicada a penalidade prevista no artigo anterior, ao serventuário ou funcionário público que não observar qualquer dos dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto sobre transmissão de bens imóveis, bem como concorrer de qualquer modo para seu não pagamento ou evasão fiscal, devendo ser notificado para o pagamento da multa.

## SEÇÃO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 263. Os serventuários da justiça devem facilitar aos encarregados da fiscalização, o exame dos livros, autos e papéis que interessarem à arrecadação do imposto municipal.

Art. 264. Nas transações em que figurem como adquirentes, ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, sua comprovação se dará através de documento expedido pela autoridade fiscal.

Art. 265. Além das demais hipóteses de restituição previstas nesta Lei, o imposto recolhido será devolvido, na forma do art. 58, quando, por qualquer motivo, a transação imobiliária não se consolidar, mediante requerimento do sujeito passivo instruído com documentos que comprovem o alegado.

Art. 266. O imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizada em áreas rurais do Município.

Parágrafo Único - Considera-se para efeito da arrecadação do ITR, o convenio, as normas e os tratados, firmados entre a União e o Município de Abdon Batista.

## CAPÍTULO IV DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – IS-SQN SEÇÃO I FATO GERADOR

Art. 267. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Lista de Serviços anexo deste Código, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação lá tenha se iniciado.

§ 2º - Ressalvadas as exceções expressas na Lista de Serviços, os serviços nela mencionados ficam sujeitos somente à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º - O imposto de que trata este artigo incide ainda sobre os

serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º - A incidência do imposto independe:

- I. Da denominação dada ao serviço prestado;
- II. Da existência de estabelecimento fixo;
- III. Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao prestador dos serviços;
- IV. Do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação.

§ 5º - A Lista de Serviços em anexo de que trata o Caput este artigo será atualizada e fixada por ato do Chefe do Executivo Municipal, sempre que houver alterações da Lei Complementar Federal 116/2003, e Lei Complementar 157/2016/2017 e/ou outras Leis Complementares que venham alterá-la ou substituí-la.

## SEÇÃO II NÃO INCIDÊNCIA

Art. 268. O imposto não incide sobre:

- I. As exportações de serviços para o exterior do País;
- II. A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- III. O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- IV. Sobre os valores percebidos a título de ajuda de custo e ressarcimento de atos gratuitos dos serviços relacionados nos itens 21 da lista anexo I.

Parágrafo Único - Não se enquadram no disposto no inciso I deste artigo, os serviços desenvolvidos no Município de Abdon Batista, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por contratante residente no exterior, respeitando-se as exceções previstas nos incisos I a XXV do artigo 269 desta Lei Complementar.

## SEÇÃO III LOCAL DA PRESTAÇÃO

Art. 269. O imposto é devido no local da prestação do serviço.

Parágrafo Único - Entende-se por local da prestação do serviço o lugar onde se realizar a configuração econômica que identifique o estabelecimento prestador, ou na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, Rua, Avenida, Servidão, Estrada, Localidade ou qualquer outra denominação, neste município de Abdon Batista, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV do Art. 3º da Lei Complementar 116/2003, com redação dada pela Lei Complementar 157/2016 e 2017, quando o imposto será devido no local da prestação do serviço, e passaram a fazer parte desta Lei Complementar como anexo especial, e será alterado ou substituído por ato do Chefe do Poder Executivo sempre que forem alterados ou substituídos nas Leis Complementares nº 116/2003 e 157/2016/2017.

Art. 270. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, respeitadas as exceções previstas no artigo anterior.

Parágrafo Único - Considera-se estabelecimento prestador:

I. O local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas, configurando unidade econômica do prestador;

II. O local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização ou não de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão-de-obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios e que configure unidade econômica ou profissional do prestador.

#### SEÇÃO IV SUJEITO PASSIVO

Art. 271. Sujeito passivo do imposto é o contribuinte ou o responsável, na forma prevista neste Código.

#### SEÇÃO V CONTRIBUINTE

Art. 272. Contribuinte é o prestador do serviço sujeito à incidência do imposto.

Art. 273. Para efeito deste imposto considera-se:

I. Empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividades econômicas de prestação de serviços;

II. Profissional autônomo - toda e qualquer pessoa física que habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III. Sociedades de profissionais - sociedade civil de trabalho profissional, de caráter especializado, organizada para prestação de qualquer dos serviços relacionados nos itens 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.06, 1.07, 1.08, 4.01, 4.02, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.14, 4.15, 4.16, 4.18, 5.01, 5.04, 6.01, 6.02, 6.03, 7.03, 7.19, 8.01, 8.02, 17.01, 17.03, 17.14, 17.16, 17.19, 17.20 e 34.01 da lista anexa. Estas ficarão sujeitas ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado "sócio, empregado ou não que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável";

IV. Trabalhador avulso - aquele que exerce atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vínculos empregatícios;

V. Trabalho pessoal - aquele, material ou intelectual executado por pessoa física;

Parágrafo Único - A contratação de empregados para execução de atividades assessorias ou auxiliares não competentes da essência do serviço, estabelecimento prestador - local onde sejam planejados organizados contratados administrados fiscalizados ou executados os serviços, totais ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, Não desqualifica nem descaracteriza o trabalho pessoal, sendo irrelevante para sua caracterização a denominação de sede, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, matriz ou quaisquer outras que venham se utilizar.

#### SEÇÃO VI RESPONSÁVEL POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 274. São responsáveis por substituição tributária, pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais:

I. O tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País;

II. A pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária de serviço prestado por contribuinte que não esteja

regularmente cadastrado como contribuinte do Município de Abdon Batista ou não tenha emitido nota fiscal de prestação de serviço, autorizadas pelo Município de Abdon Batista - SC;

III. As empresas públicas e sociedades de economia mista, quando contratarem a prestação de serviços sujeitos à incidência do imposto;

IV. As distribuidoras de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização, em relação às vendas subsequentes realizadas pelas entidades esportivas autorizadas ou empresas contratadas, exploradoras de casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanentes;

V. Os administradores de bens e negócios de terceiros, em relação aos serviços de venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios, realizados em casas de jogos e bingos eletrônicos ou permanentes;

VI. As empresas prestadoras dos serviços de planos de medicina de grupo ou individual e planos de saúde, em relação aos serviços de saúde e assistência médica, descritos no item 4 (quatro) da Lista de Serviços;

VII. As agências de propaganda, em relação aos serviços prestados por terceiros, quando contratados por conta e ordem de seus clientes;

VIII. As empresas incorporadoras e construtoras, em relação aos serviços de agenciamento, corretagem ou intermediação de bens imóveis, descritos no subitem 10.05 da Lista de Serviços;

IX. As empresas seguradoras, em relação aos serviços dos quais resultem:

a. Remunerações a título de pagamentos em razão do conserto, restauração ou recuperação de bens sinistrados;

b. Remunerações a título de comissões pagas a seus agentes, corretores ou intermediários, pela venda de seus planos;

c. Remunerações a título de pagamentos em razão de inspeções e avaliações de risco para cobertura de contrato de seguros e de prevenção e gerência de riscos seguráveis.

X. Os construtores, empreiteiros principais e administradores de obras hidráulicas, de construção civil ou de reparação de edifícios, estradas, logradouros, pontes e congêneres, pelo imposto relativo aos serviços prestados por subempreiteiros;

XI. Os administradores de obras de construção civil, os construtores, os titulares de direito sobre prédios;

XII. Os hospitais e clínicas privadas, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestado;

a. Por empresas de guarda e vigilância bem como de conservação e limpeza de imóveis;

b. Por laboratórios de análises, de patologia e de eletricidade médica e assemelhada, quando a assistência se fizer sem intervenção das empresas das atividades relativas a planos de saúde e medicina em grupo;

c. Por banco de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como por empresas que executem remoção de pacientes.

XIII. Os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância bem como de conservação e limpeza de imóveis;

XIV. Os bancos e demais instituições financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância, de transportes de valores, de conservação e limpeza de imóveis, bem como de digitação de dados;

XV. Os bancos e outras instituições financeiras ou empresas autorizadas pelo Banco Central, sobre as operações de leasing realizadas no município de Abdon Batista;

XVI. As empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços, sobre as operações com cartão de crédito e desconto.

XVII. O tomador dos serviços descritos no item 21 da lista de Serviços.



§ 1º - O disposto nos incisos VII e VIII não se aplica quando o contribuinte prestador do serviço sujeitar-se a pagamento do imposto em base fixa ou por estimativa no Município de Abdon Batista - SC, devendo esta condição ser comprovada.

§ 2º - A responsabilidade a que se refere este artigo somente será elidida nos seguintes casos:

- a. Quando o prestador dos serviços, agindo com o propósito de impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou de evitar ou diferir o seu pagamento, prestar informações falsas ao responsável induzindo-o a erro na apuração do imposto devido;
- b. Na concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em qualquer espécie de ação judicial.

§ 3º Ocorrendo qualquer ato previsto na alínea "a" do § 2º o tomador fica obrigado a denunciar o infrator ao Fisco municipal.

§ 4º A responsabilidade de que trata o caput deste artigo permanece em caráter supletivo ao contribuinte prestador.

§ 5º Os prestadores dos serviços descritos no item 21 da Lista de Serviços deverão emitir recibo, destacando em separado o valor do imposto e dos serviços, não incluindo na base de cálculo os valores pagos pelo Tomador a título de Selo de Fiscalização e de Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ.

§ 6º Para efeitos do parágrafo anterior o valor do imposto devido não integra o preço do serviço.

#### SEÇÃO VII RESPONSÁVEIS POR TRANSFERÊNCIA

Art. 275. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devido por serviços tomados, os órgãos da administração pública da União, do Estado e de outros ente federados, inclusive suas autarquias e fundações.

#### SEÇÃO VIII RETENÇÃO DO IMPOSTO NA FONTE

Art. 276. Fica atribuída, em caráter supletivo do cumprimento total da obrigação tributária, aos tomadores ou intermediários de serviços, a responsabilidade pela retenção do crédito tributário e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN devido pelos prestadores dos serviços tributados no Município de Abdon Batista, quando a obrigação não for de substituição tributária.

§ 1º. Será, ainda, retido o imposto por parte das pessoas jurídicas inscritas no Município tomadoras de quaisquer serviços tributáveis pelo Município, sempre que o prestador:

- a. Sendo pessoa jurídica, não tiver inscrição no Município de Abdon Batista;
- b. Sendo pessoa física, profissional liberal ou autônomo, não comprovar sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município de Abdon Batista.

§ 2º. Os órgãos da administração direta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias e controladas e as Fundações instituídas pelo Poder Público, que contratarem serviços sujeitos ao imposto, farão a retenção do imposto devido, no ato do pagamento do serviço.

§ 3º. O imposto retido na fonte, em qualquer hipótese, deverá ser recolhido até o dia 10 do mês seguinte àquele da emissão da nota fiscal do serviço.

§ 4º. Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1.º deste artigo, são responsáveis pela obrigação tributária:

- a. O tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no fora do País;
- b. A pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços previstos no caput deste artigo.

§ 5º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

Art. 277. As entidades mencionadas no artigo anterior deverão fornecer aos prestadores dos serviços o Comprovante de Retenção do Imposto na Fonte.

Parágrafo Único - O comprovante de que trata este artigo deverá ser fornecido ao prestador no momento da retenção.

#### SEÇÃO IX BASE DE CÁLCULO

Art. 278. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Entende-se por preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, exceto as previsões determinadas nos subitens da lista de serviços, casos que o contribuinte deverá fazer prova das deduções.

§ 2º Quando os serviços a que se referem os itens 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.06, 1.07, 1.08, 4.01, 4.02, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.14, 4.15, 4.16, 4.18, 5.01, 5.04, 6.01, 6.02, 6.03, 7.03, 7.17, 8.01, 8.02, 17.01, 17.03, 17.13, 17.15, 17.18, 17.19 e 34.01 da lista de serviços forem prestados por sociedades, estas ficaram sujeitas ao imposto na forma de caráter pessoal com o valor determinado pela Tabela 2, do Anexo I deste código, calculado em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.

§ 3º Na falta de preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o preço corrente praticado no local da prestação do serviço ou da praça mais próxima.

§ 4º Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da Lista de Serviços forem prestados conjuntamente no território de Abdon Batista e outros município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes existentes no Município de Abdon Batista.

§ 5º Quando os serviços descritos nos Subitens 7.18, 9.02 e 20.01 da lista de serviços forem prestados conjuntamente no município de Abdon Batista e outros municípios, a base de cálculo será o percentual de rios ou lagos pertencente ao território do município de Abdon Batista.

§ 6º Na hipótese de serviço prestado por empresas enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço dos serviços de cada atividade.

§ 7º o contribuinte devesse apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das varias atividades, sob

pena do imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

§ 8º quando o serviço for prestado em caráter pessoal, o valor terá como base a UFM, conforme anexo I deste código.

#### SEÇÃO X ARBITRAMENTO

Art. 279. Sempre que forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal.

Parágrafo Único. O arbitramento de que trata o caput deste artigo se dará sempre que;

- I. O contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;
- II. O contribuinte, depois de intimado deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;
- III. Ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;
- IV. Sejam omissos ou não merecerem fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
- V. O preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 280. A autoridade fiscal que proceder ao arbitramento da base de cálculo lavrará Termo de Arbitramento, valendo-se dos dados e elementos que possa colher junto:

- I. A contribuintes que promovam prestações semelhantes;
- II. Ao próprio sujeito passivo, relativamente a prestações realizadas em períodos anteriores;
- III. No estabelecimento, com base no movimento das operações apuradas em período de tempo determinado, mediante acompanhamento do Fisco.

Parágrafo Único - O arbitramento poderá basear-se ainda em quaisquer outros elementos probatórios, inclusive despesas necessárias a manutenção do estabelecimento ou a efetivação das prestações.

Art. 281. O Termo de Arbitramento integra a Notificação Fiscal e deve conter:

- I. A identificação do sujeito passivo;
- II. O motivo do arbitramento;
- III. A descrição das atividades desenvolvidas pelo sujeito passivo;
- IV. As datas, inicial e final, ainda que aproximadas, de cada período em que tenham desenvolvidas as atividades;
- V. Os critérios de arbitramento determinados pela autoridade fazendária;
- VI. O valor da base de cálculo arbitrada, correspondente ao total das prestações realizadas em cada um dos períodos considerados;
- VII. O ciente do sujeito passivo ou, se for o caso, a indicação de que este se negou a opor o ciente.

Parágrafo Único - Os critérios a que se refere o inciso V deste artigo serão estabelecidos em regulamento.

Art. 282. Acompanham o Termo de Arbitramento as cópias dos documentos que lhe serviram de base, salvo quando estas tenham sido extraídas de documentos pertencentes ao próprio sujeito passivo, caso em que serão identificados.

Art. 283. Não se aplica o disposto desta Seção quando o fisco dispuser de elementos suficientes para determinar o valor real das

prestações.

Art. 284. É assegurado ao contribuinte o direito de contestar a avaliação do valor arbitrado, na forma da Legislação.

Parágrafo Único - A contestação de que trata este artigo deverá ser acompanhada de documentos que comprovem as alegações.

#### SEÇÃO XI PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS E SOCIEDADES DE PROFISSIONAIS

Art. 285. O imposto devido em razão de serviço prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será fixo e estabelecido em função da formação escolar ou profissional exigida para o exercício da atividade, de acordo com o que preceitua o anexo I desta lei.

§ 1º - Considera-se serviço pessoal do próprio contribuinte aquele realizado direta e exclusivamente por profissional autônomo e sem o concurso de outros profissionais de mesma ou de outra qualificação técnica.

§2º Não descaracteriza o caráter pessoal do serviço o auxílio ou ajuda de terceiros que não contribuam para a sua produção.

§3º O serviço prestado por profissional vinculado à entidade de classe independe da escolaridade do prestador.

Art. 286. Quando os serviços forem prestados por sociedades simples, porém realizados de forma pessoal, estas ficarão sujeitas ao pagamento do imposto na forma do artigo anterior, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Parágrafo Único - As sociedades a que se refere este artigo são aquelas formadas por pessoas físicas, devidamente habilitadas para o exercício de todas as atividades consignadas em seus objetos sociais.

#### SEÇÃO XII ALÍQUOTAS

Art. 287. O imposto será calculado mediante a aplicação das alíquotas constantes da Tabela (Anexo I) deste Código.

#### SEÇÃO XIII APURAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 288. O imposto será apurado:

- I. Mensalmente, pelo próprio sujeito passivo, quando proporcional à receita bruta;
- II. De ofício, quando fixo ou devido por estimativa fiscal.

#### SEÇÃO XIV ESTIMATIVA FISCAL

Art. 289. O valor do imposto poderá ser fixado pela fiscalização, a partir de uma base de cálculo por estimativa, nos seguintes casos:

- I. Quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II. Quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;
- III. Quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação;
- IV. Quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades, aconselhem tratamento fiscal específico, a exclusivo critério

da autoridade competente;

Parágrafo Único - No caso do inciso I deste artigo, consideram-se provisórias as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Art. 290. Para a fixação da base de cálculo estimada, a Fiscalização levará em consideração, conforme o caso:

- I. O tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade;
- II. O preço corrente dos serviços;
- III. O volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;
- IV. A localização do estabelecimento;
- V. As informações do contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidade de classe diretamente vinculadas a atividade.

§ 1º A base de cálculo por estimativa poderá, ainda, considerar o somatório de valores das seguintes parcelas:

- a. O valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- b. Folhas de salários pagos durante o período, adicionada de todos os rendimentos pagos, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
- c. Aluguel mensal do imóvel e dos equipamentos ou, quando próprio, 1% (um por cento) do valor dos mesmos, computado ao mês da fração;
- d. Despesa como fornecimento de água, telefone e demais encargos obrigatórios ao contribuinte.

§ 2º O enquadramento do contribuinte no regime de estimativa poderá, a critério da fiscalização, ser feito individualmente, por categoria de contribuintes e grupos ou setores de atividade.

§ 3º Quando a estimativa tiver fundamento na localização do estabelecimento, prevista no inciso IV, o sujeito passivo deverá optar pelo pagamento do imposto de acordo com o regime normal.

§ 4º A aplicação do regime de estimativa independerá do contribuinte possuir escrita fiscal.

§ 5º Poderá a qualquer tempo a critério da fiscalização, ser suspensa a aplicação do regime de estimativa, de modo geral ou individual, bem como rever os valores estimados para determinado período e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes à revisão.

Art. 291. O valor da estimativa será fixado, mediante requerimento do interessado, para o exercício em que for deferido e servirá como limite mínimo de tributação, mas não exige de possuir escrita fiscal.

Parágrafo Único - A continuidade no regime de que trata esta lei, deverá ser requerida anualmente, no mês de janeiro.

Art. 292. O valor mínimo do ISQN, a ser recolhido mensalmente, para os serviços descritos nos itens 1, 4, 8, 13, 17, 24, e seus sub-itens, e o sub-item 6.04 da lista de serviços, será de acordo com regulamento caso haja necessidade de diferenciação dos demais recolhimentos.

Art. 293. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa não estão dispensados do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 294. Findo o exercício a que se refere a estimativa, o contribuinte deverá apurar as receitas da prestação de serviços e o montante do imposto devido, com base na escrituração regular. Verificada diferença a favor do município, o valor deverá ser recolhido no prazo previsto na legislação.

Parágrafo Único - Caso seja constatado o pagamento de imposto a maior que o devido, as diferenças serão compensadas, mediante requerimento, nos pagamentos futuros.

Art. 295. Suspensa a aplicação deste regime, por qualquer motivo, o fisco procederá a apuração das receitas da prestação de serviços e o montante do imposto devido pelo contribuinte. Verificada diferença, será o contribuinte notificado a recolher ou, sendo o caso, informado de que os valores apurados serão compensados nos recolhimentos futuros.

Art. 296. A autoridade fiscal que proceder ao enquadramento do contribuinte no regime de que trata esta seção levará em conta, além das informações declaradas na forma prevista no artigo anterior, os seguintes critérios:

- I. O volume das prestações tributadas obtidas por amostragem;
- II. O total das despesas incorridas na manutenção do estabelecimento;
- III. A aplicação de percentual de margem de lucro bruto, previsto em regulamento;
- IV. O tempo de duração e a natureza especificam da atividade;
- V. O preço corrente dos serviços;
- VI. O local onde se estabelece o contribuinte;
- VII. Outros dados apurados pela administração fazendária que possam contribuir para a determinação da base de cálculo do imposto.

Art. 297. Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhar, e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento das obrigações tributárias, a Administração poderá, a requerimento do interessado e sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do imposto.

Parágrafo Único - A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 298. A inclusão do contribuinte no regime previsto nesta seção não o dispensa do cumprimento das obrigações acessórias.

## SEÇÃO XV LANÇAMENTO

Art. 299. O imposto será lançado:

- I. Uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal ou por sociedades de profissionais, por profissional;
- II. Mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, quando o prestador for pessoa jurídica.

Art. 300. Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do imposto ficam obrigados a;

- I. Manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;
- II. Efetuar mensalmente declaração em livro eletrônico mantido no site do município;
- III. Emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

§ 1º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa por despacho fundamentado, permitir ou exigir complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

§ 2º Durante o prazo de 5 (cinco) anos dado à Fazenda Pública para constituir o crédito tributário, o lançamento ficará sujeito a revisão, devendo o contribuinte manter a disposição do Fisco os livros e documentos de exibição obrigatória.

Art. 301. Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos contados da data da ocorrência do fato gerador, sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considerar-se-á homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

#### SEÇÃO XVI PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 302. O imposto será pago:

- I. Por ocasião da ocorrência do fato gerador, quando o prestador e o contratante não estiverem cadastrados como contribuintes do Município;
- II. Quando fixo, em cota única e antecipado ao fornecimento da licença;
- III. Quando por estimativa fiscal, em parcelas mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador;
- IV. Quando retido na fonte ou por substituição tributária até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao do fato gerador;
- V. Nos demais casos sob o preço dos serviços prestados, apurado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de competência;
- VI. Quando o prestador for optante pelo regime Simples Nacional o pagamento ocorrerá de acordo com as determinações da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Lei Complementar 128 de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores.

§ 1º Poderá ser autorizado, em caráter especial e mediante despacho do titular do órgão fazendário do Município que os estabelecimentos temporários e os contribuintes estabelecidos em outros Estados ou Municípios que prestem serviços dentro dos limites territoriais de Abdon Batista – SC recolham o imposto devido com outros prazos na forma definidos no respectivo despacho.

§ 2º Tratando-se de lançamento de ofício, a que se respeitar o intervalo de 30(trinta) dias entre o recebimento da notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 303. É dever do sujeito passivo apurar e declarar o imposto de acordo com o período de apuração, mediante declaração em livro eletrônico de serviço, conforme dispuser o regulamento.

Art. 304. O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza devido pela mão-de-obra na construção civil poderá ser recolhido à vista ou parcelado, antecipadamente ou durante a execução da obra.

§ 1º O imposto devido na forma deste artigo, será calculado por estimativa tendo por base tabela de valores unitários de construção civil, fixada e atualizada mensalmente pelo órgão fazendário, conforme regulamento.

§ 2º A liberação da carta de habite-se fica condicionada a comprovação do pagamento total do imposto devido na forma deste artigo.

§ 3º Terminada a construção é facultado a ambas as partes, sujeito

ativo e passivo da relação tributária, exigir o imposto apurado a maior do que a estimativa para a edificação, ou a devolução pelo recolhimento a maior em razão de prestação de serviços insuficientes para alcançar o imposto lançado e pago.

§ 4º O sujeito ativo da relação tributária, de que trata o parágrafo anterior, efetuará a devolução mediante requerimento ao sujeito passivo do recolhimento a maior.

Art. 305. Não se subordinam às regras do artigo anterior os contribuintes pessoas jurídicas, que estiverem cadastrados na Prefeitura como prestadores de serviços no ramo da construção civil e desde que venham recolhendo seus tributos com normalidade.

Art. 306. O lançamento do imposto será efetuado de ofício, pela autoridade administrativa:

- I. Quando o valor do imposto, apurado e declarado pelo sujeito passivo, em livro eletrônico ou Guia de Informação Fiscal - GIF, não corresponder à realidade;
- II. Quando o valor do imposto for levantado e apurado em ação fiscal.

Parágrafo Único - Sobre o crédito tributário constituído na forma deste artigo, incidirão os juros moratórios e as multas previstas na legislação tributária.

Art. 307. Prestado o serviço, o imposto será recolhido aos cofres Municipais independentemente do pagamento do preço ser à vista ou em prestação.

Art. 308. A inscrição em Dívida Ativa dos créditos tributários declarados em livro eletrônico ou Guia de Informações Fiscais, independente de nova notificação de lançamento ao sujeito passivo.

#### SEÇÃO XVII ISENÇÕES

Art. 309. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

#### CAPÍTULO V OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS SEÇÃO I LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 310. Os livros e demais documentos fiscais necessários à fiscalização, lançamento, recolhimento e controle das operações sujeitas à incidência do imposto, serão os previstos em regulamento.

Art. 311. Ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes- CMC, as pessoas físicas ou jurídicas que:

- I. Realizem prestações de serviços sujeitas à incidência do imposto;
- II. Sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso I, responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários;

Parágrafo Único - Excepcionados os casos previstos em regulamento, será exigida inscrição independente para cada estabelecimento.

Art. 312. As prestações de serviços devem ser consignadas em documentos fiscais próprios, de acordo com os modelos fixados em regulamento.



Parágrafo Único - O regulamento disporá sobre normas relativas à impressão, emissão e escrituração de documentos fiscais, podendo fixar os prazos de validade dos mesmos.

Art. 313. Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar, os livros fiscais previstos em regulamento.

Parágrafo Único - Os contribuintes e demais pessoas obrigadas, entregarão, nos prazos fixados em regulamento, à Secretaria de Administração e Finanças, as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária, via protocolo geral do município.

## CAPÍTULO VI

### SEÇÃO I

#### CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 314. Compete ao órgão fazendário do Município a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Parágrafo Único - A fiscalização do imposto é atribuição exclusiva dos agentes do fisco.

Art. 315. Os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, poderão requisitar o auxílio da força pública estadual sempre que forem vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando for necessária a adoção de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 316. No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive em meios magnéticos.

Parágrafo Único - No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, providenciará a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embaraço a ação fiscal.

Art. 317. Considerar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de prestações de serviços tributáveis na escrita fiscal, desde que lançadas na comercial.

Art. 318. Presumir-se-á prestação de serviço tributável não registrada, quando se constatar:

- I. O suprimimento de caixa sem comprovação da origem do numerário quer esteja escriturado ou não;
- II. A efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;
- III. A diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;
- IV. A falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil, quando existente nesta;
- V. A efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;
- VI. O pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;
- VII. A existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, assim como a manutenção, no passivo, de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada;
- VIII. A existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados,

ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

§ 1º - Não perdurará a presunção mencionada nos incisos I, II, e VI quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º - Não produzirá os efeitos previstos no § 1º à escrita contábil, quando:

- I. Contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;
- II. Os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;
- III. Os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;
- IV. O contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exhibir seus livros e documentos para exame.

## SEÇÃO II

### INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 319. As infrações às disposições da Legislação, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 120 e art.146 desta Lei, serão punidas, cumulativamente, com as seguintes penalidades:

- I. Multa de 80 (oitenta) UFM quando;
  - a. Não comparecimento à repartição própria do Município, para solicitar a inscrição no cadastro de atividades econômicas ou anotações das alterações ocorridas;
  - b. Não houver comunicação, no caso de alteração, venda ou transferência de estabelecimento, encerramento ou alteração de ramo de atividade, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência;
  - c. Falta de livros fiscais;
  - d. Falta de escrituração do imposto;
  - e. Dados incorretos na escrituração ou documentos fiscais incorretos;
  - f. Falta do número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais;
  - g. Falta de declaração de dados;
  - h. Erro, omissão ou falsidade de declaração de dados;
  - i. Falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela administração;
  - j. Falta ou recusa de exibição de livros, notas, ou outros documentos fiscais;
  - k. Retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros e documentos fiscais, exceto nos casos previstos em lei;
  - l. Sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;
  - m. Embaraço ou impedimento à fiscalização.

- I. Multa de 100 % sobre o valor do imposto nos casos de não retenção do imposto devido;
- II. Multa de 200 % sobre o valor do imposto nos casos da falta de recolhimento do imposto retido na fonte, sem prejuízo da aplicação de penalidades dispostas no art. 120 deste código;
- III. Multa infracionária conforme disposto no art. 147 deste código.

Parágrafo Único - As multas de que trata este artigo serão aplicadas individualmente.

## TÍTULO VI

### DAS TAXAS

#### CAPÍTULO I

### SEÇÃO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 320. Taxa é um tributo que tem como fato gerador o exercício regular pelo Município do seu poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Parágrafo Único - A taxa não poderá ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 321. Considera-se poder de polícia a atividade da administração municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos coletivos ou individuais.

Parágrafo Único - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pela repartição competente, nos limites da lei aplicável, com observância do devido processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Art. 322. Os serviços públicos consideram-se:

- I. Efetivamente utilizados pelo contribuinte, quando usufruídos, a qualquer título, por ele próprio;
- II. Potencialmente utilizados pelo contribuinte, quando sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição em efetivo funcionamento;
- III. Específicos, quando sua utilização pode ser individualizada, beneficiando direta e particularmente o usuário;
- IV. Divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um de seus usuários.

Art. 323. Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições do Município, aquelas que, segundo as Constituições, Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, e a legislação tributária correlata, que a ele competem.

Art. 324. A taxa, como espécie de tributo, subordina-se aos princípios da legalidade, da capacidade contributiva, do não confisco, da irretroatividade, da anterioridade e da não limitação do tráfego de pessoas ou bens.

Art. 325. Integram o Sistema Tributário Municipal as seguintes taxas:

I. Taxas pelo exercício do poder de polícia, compreendidas:

- a. Taxa de licença para localização - TLL;
- b. Taxa de fiscalização de funcionamento - TFF;
- c. Taxa de licença para funcionamento em horário especial - TFE;
- d. Taxa de licença para o comércio ambulante ou eventual - TCA;
- e. Taxa de licença para a utilização de logradouros públicos - TUL;
- f. Taxa de licença para publicidade - TLP;
- g. Taxa de licença para obras - TLO;
- h. Taxa de controle e fiscalização ambiental;
- i. Taxa de Licença Sanitária, e Vigilância Sanitária.

II. Taxa de serviços urbanos, compreendidas:

- a. Taxa de coleta de resíduos sólidos - TRS;
- b. Taxa de utilização do cemitério público - TUCP;
- c. Taxa de limpeza de vias e logradouros públicos - TLV;
- d. Taxa de conservação de vias e logradouros públicos - TCV;
- e. Taxa de segurança contra sinistros - TSS;
- f. Taxa de limpeza e conservação de terrenos baldios - TLCTB.

III. Taxa de serviços administrativos, compreendidas:

- a. Taxa de expediente - TEX;
- b. Taxa de vistoria de Imóveis - TVI;
- c. Taxa de serviços diversos - TSD.

§ 1º A taxa de que trata alínea "e" do Inciso II deste artigo reger-se-á pela lei do FUNREBOM, e será de competência do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, podendo ser administrada pelo município mediante convenio firmado entre o município e o Estado de Santa Catarina.

§ 2º A taxa de que trata alínea "i" do Inciso I deste artigo reger-se-á pelas normas e regulamento da Vigilância Sanitária, e será de competência do Município de Abdon Batista, e será Calculada de acordo com a tabela B do anexo II.

## CAPÍTULO II

### TAXA PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

#### SEÇÃO I

##### DO FATO GERADOR

Art. 326. A taxa pelo exercício do poder de polícia tem como fato gerador o exercício de fiscalização e vistoria, no âmbito do território municipal, visando a proteção do interesse público no que tange à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à incolumidade, ao respeito à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos coletivos ou individuais, bem como à legislação urbanística, e/ou o Departamento de Tributação e Fiscalização com corpo de servidores a disposição dos contribuintes, considerando-se a capacidade contributiva dos contribuintes classificados por classes de atividade.

§ 1º Estão sujeitas à prévia licença as seguintes atividades:

- I. A localização de estabelecimento agropecuário, comercial, industrial, prestador de serviços, geração de bens e objetos de qualquer natureza palpáveis ou não que possam ser medidos ou dimensionados por qualquer meio;
- II. O funcionamento de estabelecimento agropecuário, comercial, industrial, prestador de serviços, geração de bens e objetos de qualquer natureza palpáveis ou não que possam ser medidos ou dimensionados por qualquer meio;
- III. O funcionamento de estabelecimento em horário especial;
- IV. A veiculação de publicidade, em qualquer das suas formas, em vias e logradouros públicos ou propriedades particulares;
- V. A execução de quaisquer obras, assim entendidas: construções, reconstruções, acréscimos, reparos, reformas, pinturas e demolições de prédios, muros, tapumes e calçadas;
- VI. A abertura de ruas e implantação de loteamentos e desmembramentos;
- VII. A utilização de áreas, de vias, ou de logradouros públicos;
- VIII. O exercício de comércio eventual ou ambulante;

§ 2º As licenças de que trata este artigo não poderão ser concedidas por prazo superior a um ano, com exceção das licenças previstas nos incisos V e VI do § 1º, que serão concedidas pelo prazo previsto no parágrafo seguinte.

§ 3º As licenças previstas no § 1º serão concedidas pelos seguintes prazos:

- I. Relativas ao inciso I, por prazo indeterminado, renovada anualmente;
- II. Relativas ao inciso II, para o exercício em que forem concedidas, renovada anualmente;
- III. Relativas aos incisos III, IV, VII e VIII, pelo período solicitado;

IV. Relativas aos incisos V e VI, pelo prazo previsto para execução das respectivas obras.

§ 4º As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser exibido à fiscalização, quando solicitado.

§ 5º A concessão das licenças previstas neste artigo ocorrerá a pedido da parte interessada, e, o não atendimento de qualquer providência exigida para sua concessão implica no abandono do pedido, com seu consequente arquivamento.

§ 6º As licenças previstas neste artigo são obrigatórias para qualquer estabelecimento, e não sendo elas requeridas o Órgão Fazendário emitirá de ofício e comunicará o estabelecimento para retirar a licença mediante pagamento da taxa que será também lançada de ofício.

## SEÇÃO II DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO – TLL

Art. 327. A taxa de licença de localização tem como fato gerador a concessão da licença obrigatória para localização e instalação de qualquer estabelecimento no Município, pertencente a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, e demais normas do código de posturas e da legislação urbanística em geral, visando a execução de uma política urbana sustentável.

§ 1º A taxa de localização e funcionamento será devida anualmente, a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele da instalação do estabelecimento ou do início da atividade, e paga sempre até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, se outro prazo não for fixado em regulamento ou decreto.

§ 2º Incluem-se entre os estabelecimentos sujeitos à fiscalização, os comerciais, os industriais, os agropecuários, os de prestação de serviços em geral, os de geração de bens e objetos de qualquer natureza palpáveis ou não que possam ser medidos ou dimensionados por qualquer meio, e, ainda, os estabelecimentos de entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes do exercício de qualquer profissão, arte ou ofício.

§ 3º Os estabelecimentos de pequeno comércio, indústria, profissão, arte ou ofício, tais como: barracas, balcões, boxes, lojas itinerantes, e outros assemelhados, além da taxa prevista nesta seção, estão sujeitos a taxa para uso da área de propriedade ou domínio público quando localizados nestas áreas.

§ 4º Entende-se por estabelecimento o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, fixo ou móvel, as atividades previstas no § 2º, deste artigo, sendo irrelevante para sua caracterização a denominação.

§ 5º Os estabelecimentos sujeitos a taxa de licença para localização, deverão promover sua inscrição como contribuinte, para cada estabelecimento distinto, com os dados, informações e esclarecimentos necessários à correta fiscalização, na forma regulamentar.

§ 6º Consideram-se estabelecimentos distintos:

- I. Os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
- II. Os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramo de negócios, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos, ou ainda aqueles situados no mesmo prédio, mas sem ligação interna.

§ 7º Os estabelecimentos de ensino municipais e estaduais ficam isentos do pagamento da taxa de licença para fins de alvará de funcionamento.

§ 8º Ficam isentas do pagamento da taxa de localização e de funcionamento as associações comunitárias, as casas de atendimento social, a Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais (APE), as capelas mortuárias das associações comunitárias e municipais.

§ 9º As licenças previstas neste artigo são obrigatórias para qualquer estabelecimento, e não sendo elas requeridas o Órgão Fazendário emitirá de ofício e comunicará o estabelecimento para retirar a licença mediante pagamento da taxa que será também lançada de ofício.

Art. 328. A inscrição é promovida mediante o preenchimento de formulário próprio, com a exibição de documentos previstos na forma regulamentar.

Parágrafo Único - Precedendo o pedido de inscrição, deverá ser requerida a vistoria do local para o exercício das atividades, excetuadas as atividades exercidas sem estabelecimento fixo.

Art. 329. A inscrição somente se completará depois de concedido o alvará de licença para localização.

§ 1º Nenhum alvará será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento constantes das posturas municipais e atestadas pelos órgãos e/ou Departamentos competentes.

§ 2º Os atestados, os órgãos competentes, e os departamentos de que trata o § 1º deste artigo serão determinados em regulamento.

Art. 330. O alvará de funcionamento terá validade por prazo indeterminado, e será sempre expedido a título precário, podendo ser cassado a qualquer tempo, quando o estabelecimento deixar de atender às exigências para concessão do alvará, inclusive quando ao estabelecimento seja dada destinação diversa da requerida.

§ 1º O alvará será cassado, ainda quando a atividade exercida violar as normas de saúde, sossego, higiene, segurança e moralidade, nos termos da Lei Orgânica do Município de Abdon Batista e demais normas, municipais, estadual ou federal.

§ 2º A validade do alvará prorrogar-se-á, automaticamente, para cada exercício subsequente, independentemente de novo requerimento, desde que mantidas as condições exigidas para sua localização e funcionamento.

§ 3º Nos exercícios subsequentes à concessão da licença para localização, os contribuintes pagarão anualmente, nos prazos estabelecidos em regulamento, a taxa de fiscalização de funcionamento, prevista neste Capítulo de acordo com a tabela constante do anexo II.

Art. 331. O alvará será expedido pelo órgão fazendário municipal e conterá:

- I. Denominação de ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E LOCALIZAÇÃO;
- II. Nome da pessoa física ou jurídica a quem foi concedido;
- III. Local do estabelecimento;
- IV. Ramos de negócios ou atividades;
- V. Prazo e validade;
- VI. Número de inscrição;
- VII. Horário de funcionamento requerido;
- VIII. Data da emissão.

Art. 332. A taxa de licença para localização será calculada com

base na tabela constante do Anexo II.

§ 1º Será, em qualquer hipótese, de 40 (quarenta Unidades Fiscais - UFM, o valor mínimo da taxa).

### SEÇÃO III DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO – TFF

Art. 333. A taxa de fiscalização de funcionamento tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização do cumprimento das posturas municipais e das normas urbanísticas em geral pelo exercício das atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos agropecuários, comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como os profissionais autônomos.

§ 1º A taxa de fiscalização de funcionamento será devida sempre que haja ação fiscal, mesmo que a ação não seja no estabelecimento, mas, que este de alguma forma esteja envolvido.

§ 2º Aplica-se à taxa de fiscalização de funcionamento, no que couber, o disposto nas seções I e II, deste Capítulo.

§ 3º O lançamento da taxa de fiscalização e funcionamento ocorrerá de ofício, com base no Cadastro Fiscal Municipal.

Art. 334. A taxa de fiscalização de funcionamento será calculada como segue:

I. Para os estabelecimentos em geral, (comerciais, industriais e prestadores de serviços), quantitativo de UFM's pela atividade exercida, de acordo com a tabela do anexo II, desta Lei Complementar.

Art. 335. Para os profissionais autônomos, a licença será concedida mediante pagamento da taxa em quantitativo de Unidades Fiscais Municipais – UFM's, constantes dos itens 41.011, 41.02, 41.03 da Tabela do Anexo I.

### SEÇÃO IV DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL – TFE

Art. 336. Os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços que quiserem funcionar fora do horário normal de abertura ou fechamento, estabelecido na legislação municipal, deverão solicitar licença ao Poder Público Municipal, que, se julgar conveniente e compatível com a legislação vigente, a concederá após o pagamento da taxa prevista nesta seção.

Parágrafo Único - A licença para funcionamento em horário especial não elide a obrigatoriedade da licença prevista na seção I, deste capítulo, podendo, toda via, ser cumulativa com àquela.

Art. 337. A concessão da licença será declarada no respectivo alvará, exigido para cada estabelecimento que funcionar fora do horário comercial de abertura ou fechamento.

Art. 338. A taxa de licença para funcionamento em horário especial será cobrada por estabelecimento, conforme anexo III deste código.

Art. 339. Não estão sujeitos à licença de funcionamento em horário especial os hotéis, os motéis, as pensões, os hospitais, as casas de saúde, os jornais, as emissoras de rádio e televisão, as farmácias e drogarias, postos de combustíveis, bem como outros estabelecimentos que por sua natureza ou necessidade desenvolverem suas atividades em horário diferenciado, conforme definido em regulamento ou lei específica.

Art. 340. Não se exigirá a solicitação da licença de que trata esta seção, nem o pagamento da respectiva taxa, quando a autorização para funcionamento em horário especial, em caráter geral for concedida de ofício pelo Poder Público Municipal.

Art. 341. A renovação da licença para funcionamento em horário especial implicará no pagamento de nova taxa, na forma prevista nesta seção.

### SEÇÃO V DA TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE OU EVENTUAL – TCA

Art. 342. O comércio ambulante ou eventual poderá ser licenciado, desde que não inconveniente nem prejudicial ao comércio estabelecido, e, atenda as normas Federais, Estaduais e Municipais relativas a este tipo de atividade.

I. Considera-se comércio eventual aquele realizado em determinadas épocas, notadamente as de festejos ou comemorações, bem como a realização de feiras ou promoções de vendas de produtos de qualquer natureza, não superior a 15 (quinze) dias;

II. Considera-se comércio ambulante aquele realizado em vias e logradouros públicos sem instalações, mesmo que de caráter provisório ou removíveis, em locais previamente autorizados pelo município.

§ 1º Com a finalidade de organizar e disciplinar o comércio ambulante ou eventual, o Poder Executivo poderá através de regulamento, estabelecer a quantidade de ambulantes que a cidade comporta para cada atividade, os locais em que o comércio ambulante pode ser desenvolvido, bem como outras normas que entender necessárias e cabíveis, conforme regulamento por ato do Chefe do Executivo.

Art. 343. A taxa de licença para o comércio ambulante ou eventual será paga cumulativamente à taxa de licença para utilização de logradouros públicos, quando incidente em ambas.

Art. 344. São isentos do pagamento da taxa:

I. Os deficientes visuais, mentais e paraplégicos, que exerçam o comércio ambulante em pequena escala, e para sobrevivência;  
II. Os comerciantes ambulantes de jornais, revistas e livros, desde que realizado individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Parágrafo Único - A isenção de que trata o inciso I deste artigo será estendida às entidades representativas ou de assistência aos portadores das deficiências nele elencadas, desde que exercidas pelos próprios.

Art. 345. É obrigatória a inscrição, no órgão fazendário municipal, dos comerciantes eventuais ou ambulantes, conforme regulamento, mesmo quando isentos do pagamento da respectiva taxa.

Art. 346. A taxa de licença para o comércio ambulante ou eventual será cobrada antecipadamente à concessão da licença, com base na Unidade Fiscal Municipal- UFM, conforme tabela constante do Anexo V deste código.

Parágrafo Único - Na cobrança da taxa para concessão de licença para realização de feiras ou eventos promocionais de vendas de produtos de qualquer natureza não se aplicam as disposições deste artigo, estando a referida cobrança sujeita às normas do art. 348.

Art. 347. Será isento de cobrança da taxa de que trata esta seção o comércio ambulante ou eventual realizado por produtores rurais



e artesanais deste município, cuja comercialização for de produtos "in natura" ou semi-elaborados, artesanatos e produtos alimentícios caseiros, quando devidamente autorizado pelo Município, e seus produtos inspecionados pelo Serviço de Vigilância Sanitária Municipal, quando for caso.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal poderá, através de regulamento, estabelecer normas para organizar o comércio na forma deste artigo.

Art. 348. A concessão de licença para realização de feiras ou eventos promocionais de vendas de produtos de qualquer natureza obedecerá ao estabelecido nos incisos a seguir:

I. A licença não poderá ser superior a 15 (quinze) dias;

II. A empresa promotora deverá formular pedido de licença, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, acompanhado dos seguintes documentos:

- a. Contrato de locação ou autorização de uso do prédio ou outro espaço físico onde se realizará o evento, constando obrigatoriamente o período e a duração da feira;
- b. Cópia atualizada e autenticada do contrato social da empresa promotora;
- c. Planta com dimensionamento 1:100 com respectivas anotações de responsabilidade técnica - ART, alocando os boxes, estandes, bancas ou compartimentos, com identificação numérica de área ocupada;
- d. Planta com locação dos equipamentos de prevenção e combate a incêndios, devidamente assinado pelo promotor do evento e profissional técnico habilitado;
- e. Laudo de aprovação das instalações fornecido pelo corpo de bombeiros, ou na sua falta, por autoridade competente;
- f. Laudo de instalações elétricas e hidráulicas, emitido por engenheiro civil ou eletricitista credenciado a Companhia de Energia Elétrica de Santa Catarina - CELESC, acompanhado das respectivas anotações de responsabilidade técnica -ART, quando o local da realização do evento não disponha de alvará de licença e localização expedido pelo município e Corpo de Bombeiros;
- g. Laudo de vistoria do Setor de Vigilância Sanitária Municipal, referente às áreas de alimentação e instalações sanitárias do local;
- h. Cópia do documento enviado à Promotoria Especial de Defesa do Consumidor ou ao PROCON local, comunicando a realização da feira;
- i. Comprovante de pagamento de todas as taxas previstas na legislação municipal;
- j. Relação dos expositores, bem como os respectivos endereços e cópia de documentos pessoais (RG/CNH/CPF), comprovante de endereço e a descrição dos produtos/serviços a serem comercializados/prestados;
- k. Declaração informando o endereço na cidade onde o promotor do evento efetuará a troca de mercadorias que apresentem defeito ou vício, e quem intermediará as relações com o consumidor, até 30 (trinta) dias, após a conclusão da feira, de acordo com o que estabelece o código de defesa do Consumidor.

III. As instalações para realização do evento deverão estar concluídas pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes de seu início, para que possam ser vistoriadas pelos órgãos municipais competentes;

IV. Ocorrendo a cobrança de ingresso, o valor do mesmo não poderá exceder a 2% (dois por cento) do salário mínimo vigente, obrigando-se a empresa promotora a destinar 50% (cinquenta por cento) da renda assim obtida a alguma entidade filantrópica, a ser indicada pelo município;

V. A eventual instalação de praça de alimentação só poderá ser explorada única e exclusivamente por empresa do ramo e com autorização do Município, desde que não exista no local do evento estabelecimento que já explore o ramo de alimentação;

VI. A taxa de licença será cobrada da empresa promotora do evento no valor correspondente a 10 (dez) Unidade de Fiscal Municipal -UFM por m<sup>2</sup> (metro quadrado) utilizado;

VII. O não cumprimento das determinações contidas neste artigo, bem como a tentativa de burlá-las, implicará no fechamento imediato do local e imposição de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da taxa de licença devida, nunca inferior a 500 (quinhentas) UFM's, que deverá ser recolhida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da lavratura e recebimento do auto de infração, a ser expedido pelo respectivo órgão de fiscalização municipal.

§ 1º- Quando se tratar de feira de máquinas, veículos ou equipamentos, efetuada por comerciantes instalados no Município de Abdon Batista - SC, as exigências dispostas no inciso II deste artigo poderão ser cumpridas em parte, de acordo com regulamento.

§ 2º- Quando se tratar de feira de máquinas e veículos advindos de fora do município o valor da taxa será calculado de acordo com o disposto do anexo VI desta Lei.

§ 3º- Quando se tratar de feira ou comércio eventual durante as comemorações alusivas ao aniversário do município, estas serão tratadas de acordo com regulamento específico por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 349. Além da aplicação das penalidades cabíveis, serão apreendidos os produtos ou mercadorias, quando ocorrer à comercialização ambulante ou eventual sem a devida licença e o pagamento da taxa prevista nesta seção.

§ 1º A liberação dos produtos ou mercadorias eventualmente apreendidas somente ocorrerá após o pagamento da taxa acrescida da multa correspondente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da apreensão.

§ 2º No caso de não recolhimento da taxa, na forma e no prazo previsto no parágrafo anterior, será decretada por ato administrativo a perda dos produtos e mercadorias apreendidas, e destinadas à hasta pública, cujo valor arrecadado será destinado para pagamento das despesas da ação fiscal.

§ 3º Não havendo hasta pública ou sendo esta desaconselhável as mercadorias poderão ser destinadas a entidades beneficentes locais.

#### SEÇÃO VI DA TAXA DE LICENÇA PARA A UTILIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS - TUL

Art. 350. A critério do órgão fazendário municipal, e desde que não inconveniente à utilização pela população em geral, poderá ser concedida licença para utilização de logradouros públicos.

Art. 351. Entende-se por utilização de logradouro público, aquela feita mediante instalação provisória ou a título precário de balcão, barraca, pequenos trailers, mesa, tabuleiro, quiosque ou qualquer outro móvel de pequeno porte ou utensílio, utilizado para depósito de materiais com fins comerciais imediatos ou de prestação de serviço para estacionamento privativo de veículos em locais permitidos.

Parágrafo Único - A utilização de logradouros públicos somente poderá ocorrer mediante autorização do Poder Público na forma prevista nesta subseção, e, desde que a atividade desenvolvida esteja de acordo com a legislação municipal vigente e regulamento específico.

Art. 352. A taxa de que trata esta subseção será cobrada uma só

vez, antecipadamente à concessão da licença.

Art. 353. Dispensar-se-á o pagamento desta taxa, quando a utilização tiver fim patriótico, político, religioso ou de assistência social ou cultural.

Art. 354. A taxa de licença para utilização de logradouro público será calculada com base na tabela constante no Anexo VI, respeitado o disposto nos artigos. 344 e 345.

Parágrafo Único - Quando a utilização objetivar a venda de alimentos produzidos de forma artesanal por produtores locais a taxa sofrerá redução de 50% (cinquenta por cento).

Art. 355. Além da aplicação das penalidades cabíveis, serão apreendidos os produtos ou mercadorias, quando ocorrer à comercialização em logradouros públicos sem a devida licença e o pagamento da taxa estabelecida nesta subseção.

§ 1º A liberação dos produtos ou mercadorias eventualmente apreendidas somente ocorrerá após o pagamento da taxa acrescida da multa correspondente, no prazo de dez dias contados da apreensão.

§ 2º No caso de não recolhimento da taxa na forma e no prazo previsto nos parágrafos anteriores, será decretada a perda dos produtos e/ou mercadorias apreendidas e destinadas para entidades beneficentes locais.

#### SEÇÃO VII DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE – TLP

Art. 356. A exploração ou utilização dos meios de publicidade nas vias e logradouros públicos, propriedades particulares, bem como nos lugares de acesso comum, dependerá de prévia licença do Poder Público local, e, quando for o caso, ao pagamento da taxa devida.

Art. 357. Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

- I. Os cartazes, os letreiros, os painéis, os outdoors, as placas, faixas, os anúncios em geral, fixos ou volantes, afixados ou pintados, exceto no próprio estabelecimento;
- II. A propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e outros meios.

Parágrafo Único - A veiculação de publicidade na forma prevista neste artigo deverá observar a legislação vigente, bem como disciplinamento estabelecido em regulamento próprio.

Art. 358. São isentos do pagamento da taxa:

- I. A publicidade com fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;
- II. Os anúncios publicados em jornais, revistas, divulgados através de panfletos, e os irradiados através de rádio e outros meios de comunicação licenciados;
- III. Os letreiros, placas e outdoors que indicam locais e estabelecimentos públicos do poder público.

Parágrafo Único - A declaração de isenção será expressa pela autoridade competente, na própria petição em que for solicitada a autorização da publicidade.

Art. 359. A taxa de licença para publicidade será paga, integralmente e antecipadamente à licença, e quando sujeita a renovação, até o último dia do mês de janeiro de cada exercício.

Art. 360. A taxa será calculada, com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, de acordo com a tabela constante do Anexo IV.

§ 1º O valor da taxa para Outdoor poderá sofrer redução quando disponibilizar espaço a informativo da municipalidade.

§ 2º A redução de que trata o parágrafo anterior será determinada por ato do Chefe do Poder Executivo, que determinará os parâmetros a serem seguidos.

#### SEÇÃO VIII DA TAXA DE LICENÇA PARA OBRAS – TLO

Art. 361. A construção, a reconstrução, a ampliação, a reforma ou demolição de prédios, muros, calçadas e quaisquer tapumes, ficam sujeitos a prévia licença do Poder Público local, que a concederá somente após o pagamento da taxa estabelecida nesta seção.

Art. 362. Responde pelo pagamento da taxa de licença para obras, quem determinar sua execução e solidariamente quem as executar.

Art. 363. A taxa de licença para obras será calculada com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, de acordo com a tabela constante do Anexo VIII.

#### SEÇÃO IX DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA SEÇÃO X DO FATO GERADOR

Art. 364. A taxa de controle e fiscalização ambiental (TCFA) decorre do exercício do poder de polícia para licenciamento, controle e fiscalização de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, entendidas como tais, as atividades constantes do anexo IX deste código.

#### SEÇÃO XI DO SUJEITO PASSIVO

Art. 365. O contribuinte das taxas previstas neste capítulo é a pessoa física ou jurídica que se enquadrar em quaisquer das situações previstas em leis ambientais.

§ 1º No ato do requerimento, o contribuinte deverá fornecer as informações e dados necessários para concessão da licença, mediante preenchimento de formulário próprio.

§ 2º A taxa de que trata o Art. 364 tem como sujeito passivo e contribuinte a pessoa física ou jurídica que provocar, em seu benefício ou por ato seu, a realização de atividade definida como fato gerador do tributo.

#### SEÇÃO XII DA BASE DE CÁLCULO

Art. 366. A base de cálculo da taxa de que trata o Art. 364 é o custo despendido pelo Município no licenciamento, controle e fiscalização ambiental, relativamente às atividades constantes do Anexo IX deste código.

Art. 367. Tratando-se do disposto na alínea "e" do Inciso II do artigo 325, a taxa será calculada pela tabela anexa a lei do FUNREBOM, e será de competência do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

#### SEÇÃO XIII DO LANÇAMENTO.

Art. 368. As taxas pelo exercício do poder de polícia previstas neste capítulo serão lançadas em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos, e na respectiva tabela do valor das taxas.

§ 1º A taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.

§ 2º O contribuinte fica obrigado a comunicar ao órgão fazendário municipal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências relativas ao seu estabelecimento:

- I. Alteração da razão social ou do ramo de atividade;
- II. Alterações físicas do estabelecimento;
- III. Alteração de endereço.

#### SEÇÃO XIV DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 369. As infrações às disposições deste capítulo serão punidas, se outras penalidades especiais não estiverem previstas, com as seguintes penalidades:

- I. Cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando após a interdição temporária deixarem de ser cumpridas as pendências exigidas pelo Fisco Municipal, ou quando a atividade estiver sendo exercida contra os interesses públicos ou contra a legislação vigente;
- II. Multa de 100% (cem por cento) do valor da taxa, no caso de exercício de qualquer atividade sujeita à autorização do Poder Público local sem a respectiva licença;
- III. Multa no valor correspondente a 30% (trinta por cento) da taxa, no caso de alteração da razão social, de endereço, ramo de atividade, ou qualquer outra alteração física sofrida pelo estabelecimento, sem comunicação ao Fisco Municipal.

#### CAPÍTULO III DAS TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 370. O fato gerador das taxas de serviços urbanos é a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta de lixo e resíduos sólidos domésticos, de limpeza e conservação de vias e logradouros públicos, de coleta de esgoto sanitário, de pavimentação de vias e logradouros públicos, e, pela utilização de cemitério público, prestados pelo município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, com a regularidade necessária.

#### SEÇÃO II DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – TRS

Art. 371. A taxa de coleta de resíduos sólidos tem como fato gerador a prestação pelo município ou por terceiros contratados, dos serviços da coleta de lixo e resíduos domiciliares, entendida a remoção periódica de lixo e resíduos sólidos domésticos gerados por unidades residenciais e não residenciais urbanas.

Parágrafo Único - O pagamento da taxa prevista nesta subseção não dá direito a remoção especial de lixo, entendida como a retirada de entulhos, detritos industriais, a limpeza de terrenos, e, ainda, a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado, estando todos esses serviços sujeitos ao pagamento de preço público.

Art. 372. A taxa de que trata esta seção, será lançada anualmente com base no Cadastro Imobiliário e incidirá sobre cada uma das propriedades prediais urbanas ou unidades condominiais beneficiadas pelo serviço.

Art. 373. A taxa de coleta de resíduos sólidos será calculada, anualmente, considerando-se, área construída da unidade beneficiada pelo serviço, conforme tabela constante do Anexo X.

Parágrafo Único - A cobrança da taxa prevista nesta seção independe da efetiva utilização pelo contribuinte, dos serviços postos à sua disposição pelo município, e seu valor será rateado em até 12 (doze) parcelas, cujos lançamentos serão mensais, podendo a cobrança ser feita por autarquias municipais ou outros órgãos estatais que o Município mantenha convenio, conforme regulamento.

Art. 374. Aplicam-se no que couber, a taxa de coleta de resíduos sólidos, as disposições referentes ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, exceto as hipóteses de isenções e imunidades e reduções especiais de alíquotas.

#### SEÇÃO III DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO – TCP

Art. 375. A taxa de utilização do cemitério público será paga por quem solicitar o respectivo serviço, e sua cobrança se fará com base na Unidade Fiscal Municipal- UFM, aplicando-se a tabela constante do Anexo XI.

§ 1º A construção de carneiras, jazigo ou nicho, bem como a necessária demolição de baldrame, lápides ou mausoléus, e sua posterior reconstrução, poderão ser executadas pela administração pública mediante pagamento de importância (preço público) prevista em tabela elaborada pelo setor competente e mediante a todo titular da Secretaria de Administração e Finanças.

§ 2º Quando os serviços de que trata o parágrafo anterior forem executados por terceiros, estes deverão ter a licença para execução dos serviços, o que para tanto deverá o interessado obter licença mediante pagamento de taxa específica, conforme dispuser regulamento.

#### SEÇÃO IV DA TAXA DE SEGURANÇA CONTRA SINISTROS – TSS

Art. 376. A taxa de segurança contra sinistros tem como fato gerador os serviços decorrentes de prevenção, proteção e combate a incêndio ou outros sinistros, específicos ou divisíveis, prestados aos contribuintes, ou postos a sua disposição, conforme dispuser lei específica do FUNREBOM.

Art. 377. O contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio ou possuidor a qualquer título de imóveis edificadas no Município.

Art. 378. A taxa de segurança contra sinistros será devida em função da área edificada e tipo de utilização, conforme dispuser lei específica do FUNREBOM.

Art. 379. A taxa de segurança contra sinistros será lançada anualmente e a sua cobrança ocorrerá conforme dispuser lei específica do FUNREBOM.

#### SEÇÃO V DO SUJEITO PASSIVO

Art. 380. O contribuinte das taxas previstas neste capítulo é a pessoa física ou jurídica que se enquadrar em quaisquer das situações previstas.

#### SEÇÃO VI DO CÁLCULO DAS TAXAS

Art. 381. As taxas, previstas neste capítulo, pelos serviços públicos urbanos prestados ou colocados à disposição serão calculadas de acordo com as disposições deste capítulo.

#### SEÇÃO VII DO LANÇAMENTO

Art. 382. As taxas pela utilização dos serviços públicos urbanos prestados ou colocados à disposição serão lançadas em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos, e na respectiva tabela do valor das taxas.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS TAXAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**  
**SEÇÃO I**  
**DO FATO GERADOR**

Art. 383. As taxas de serviços administrativos têm como fato gerador a prestação de serviços administrativos de qualquer natureza, sendo devida pelo contribuinte que solicitar o serviço.

**SEÇÃO II**  
**DA TAXA DE EXPEDIENTE – TEX**

Art. 384. A taxa de expediente é devida pelos atos emanados pela administração municipal decorrentes da apresentação de petições ou requerimentos às repartições públicas municipais, ou pela lavratura de documentos em geral.

Art. 385. A taxa é devida pelo próprio requerente ou pelo interessado no ato administrativo municipal.

Art. 386. A cobrança da taxa será efetuada antecipadamente à realização do ato administrativo, no momento do protocolo da petição ou requerimento.

Art. 387. Ficam isentos da taxa de expediente:

- I. Os requerimentos e as certidões dos servidores municipais ativos, sobre assunto de estrita natureza funcional;
- II. Os requerimentos relativos a fins militares ou eleitorais;
- III. Os requerimentos ou abaixo-assinados que tratem de assuntos de interesse público da administração municipal, ou subscrito por entidade de classe, civis ou sindicais;
- IV. As petições em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder;
- V. O fornecimento de certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse social.

Art. 388. A taxa de expediente será cobrada com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, aplicando-se a tabela constante do Anexo XII.

**SEÇÃO III**  
**DAS TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS – TSD**

Art. 389. A taxa de serviços diversos tem por fato gerador a prestação de serviços pelo Município, referentes a:

- I. Numeração de prédios;
- II. Apreensão de bens móveis ou mercadorias;
- III. Apreensão de animais;
- IV. Limpeza e coleta de resíduos sólidos em terrenos baldios;
- V. Outros serviços de natureza administrativa.

§ 1º O contribuinte da taxa será o solicitante ou quem der causa a ação administrativa exigida.

§ 2º O disposto do inciso IV tem como fato gerador a prestação pelo Município dos serviços de roçada ou capinagem, limpeza, coleta e remoção de entulhos, lixo e resíduos, gerados pelo proprietário ou outros indivíduos ou pela natureza.

§ 3º Além da taxa, responderá o proprietário ou responsável pelas eventuais despesas decorrentes da arrecadação, transporte, conservação e manutenção dos bens ou animais apreendidos.

**SEÇÃO IV**  
**DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA**

Art. 390. A taxa de serviços diversos será cobrada com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, de acordo com tabela constante do Anexo XIII.

Parágrafo Único - Além da taxa, responderá o contribuinte pelas eventuais despesas decorrentes da arrecadação, transporte, conservação e manutenção dos bens apreendidos.

**TÍTULO VII**  
**DAS CONTRIBUIÇÕES**  
**CAPÍTULO I**  
**DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
**SEÇÃO I**  
**DO FATO GERADOR**

Art. 391. A contribuição de melhoria instituída e regulada por este Código tem por fato gerador a realização de obra pública, que proporcione acréscimo de valor econômico, efetivo ou potencial, direto ou indireto, em patrimônio de particulares, localizados em sua área de abrangência, e terá como limite global a despesa realizada.

Parágrafo Único - São objeto de contribuição de melhoria as seguintes obras públicas:

- I. Abertura, alargamento, pavimentação, passeios públicos, arborização e outros melhoramentos em vias e logradouros públicos;
- II. Construção ou ampliação do sistema de trânsito rápido, incluindo todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;
- III. Construção ou ampliação de parques, praças, pontes, túneis e viadutos;
- IV. Obras de canalização, drenagem e esgotos pluviais;
- V. Proteção contra secas, inundações erosão e de saneamento e drenagem em geral, diques, desobstrução de valas, retificação e regularização de cursos de água e extinção de pragas prejudiciais a qualquer atividade;
- VI. Aterros e realização de embelezamentos em geral, inclusive, desapropriações sem desenvolvimento de plano de aspectos paisagísticos e urbanísticos;
- VII. Construção ou pavimentação de estradas de rodagem;
- VIII. Construção ou instalação de equipamentos comunitários públicos;
- IX. Recuperação de áreas degradadas;
- X. Outros tipos de melhoramentos públicos.

**SEÇÃO II**  
**DO SUJEITO PASSIVO**

Art. 392. É contribuinte ou responsável pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência de obras públicas.

Parágrafo Único - Os imóveis em condomínio indiviso serão considerados de propriedades de um só condômino, cabendo a esse exigir dos demais condôminos, a parte que lhes couber.

Art. 393. Para os demais imóveis a contribuição de melhoria será lançada em nome de seus respectivos titulares.

Art. 394. A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhando o imóvel mesmo após a transmissão.

**SEÇÃO III**  
**DA BASE DE CÁLCULO**



Art. 395. Para fixação da contribuição de melhoria, o órgão fazendário municipal com base no custo apurado da obra:

- I. Delimitará a zona de influência da obra;
- II. Dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, se for o caso;
- III. Individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;
- IV. Obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados;
- V. Calculará a contribuição de melhoria relativa a cada imóvel.

Parágrafo Único - A base de cálculo da contribuição de melhoria é o valor econômico proporcionado pela realização da obra.

#### SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO

Art. 396. Precederá ao lançamento da contribuição de melhoria, a publicação dos seguintes elementos:

- I. Memorial descritivo do projeto;
- II. Orçamento do custo da obra;
- III. Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição, quando for o caso;
- IV. Delimitação da zona de influência;
- V. Determinação do fator de absorção do custo para cada uma das zonas diferenciadas nela contida;
- VI. Valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.

Parágrafo Único - É lícito ao contribuinte impugnar qualquer dos elementos referidos neste artigo, desde que o faça até 30 (trinta) dias após a publicação dos mesmos, juntando à impugnação as provas que façam esclarecimentos da argumentação.

Art. 397. Reputam-se executadas pelo Município, para fins de lançamento de Contribuição de Melhoria, as obras executadas em conjunto com o Estado, ou com a União, tomando como limite máximo para a soma dos lançamentos o valor com que o Município participa da execução.

Art. 398. Na apuração serão computadas as despesas relativas a estudos, aos projetos, aos materiais, a administração e execução da obra.

Art. 399. A distribuição do montante global da contribuição de melhoria se fará entre os contribuintes, proporcionalmente à participação da soma de um ou mais dos seguintes grupos de elementos:

- I. Unidade condominial localizada na área de influência da obra pública, constante do Cadastro Imobiliário;
- II. Testada de propriedade territorial;

Parágrafo Único - Na determinação do valor da contribuição de melhoria poderá ser considerada a diferenciação de uso do imóvel.

Art. 400. Em função da localização, os imóveis serão classificados em zonas de influência através de decreto do Poder Executivo.

Art. 401. Do lançamento da contribuição de melhoria será notificado o responsável pela obrigação principal, informando-o quanto:

- I. Ao montante de crédito tributário;
- II. A forma, prazo e local de pagamento;
- III. Os elementos que integram o cálculo do montante;
- IV. Prazo concedido para reclamação.

Art. 402. Compete ao órgão fazendário municipal lançar a contribuição de melhoria, com base nos elementos que lhe forem fornecidos pela repartição responsável pela execução da obra ou melhoramento.

Art. 403. No caso de fracionamento do imóvel já lançado, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis ou unidades em que efetivamente se fracionar o primitivo.

Art. 404. As reclamações contra lançamentos referentes à contribuição de melhoria formarão processos comuns e serão julgados de acordo com as normas gerais estabelecidas pela legislação tributária.

#### SEÇÃO V DO PAGAMENTO

Art. 405. O pagamento da contribuição de melhoria poderá ser feito de uma só vez ou parcelado, de acordo com o disposto em lei específica.

#### CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP SEÇÃO I

Art. 406. Conforme Legislação Federal e Lei própria do Município.

#### TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS CAPÍTULO I SEÇÃO I DOS PRAZOS

Art. 407. Os prazos fixados neste Código ou na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 408. Quando as regras deste Código não tratarem de forma específica, o prazo para recolhimento dos créditos tributários será:

- I. Decorrentes de tributos, até o 30º (trigésimo) dia da ocorrência do fato gerador;
- II. Decorrentes de lançamento fiscal por notificação com adicional de multa variável, até o 30º (trigésimo) dia de conhecimento da notificação ou da publicação do edital de comunicação;
- III. De lançamento fiscal, por auto de infração pelo descumprimento de obrigação acessória, até o 30º (trigésimo) dia da data do conhecimento do auto ou do edital de comunicação.

Art. 409. Os cartórios serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, para efeito de lavrar a da escritura de transferência ou venda do imóvel, certidão de aprovação do loteamento, Guia de Imposto Sobre Transmissão de bens Imóveis, devidamente quitada, e ainda enviar à Administração relação mensal das operações realizadas com imóveis.

#### CAPÍTULO II SEÇÃO I DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM

Art. 410. Para fins de referência fiscal, fica instituída a Unidade Fiscal Municipal -UFM, no valor correspondente a R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos), cujo valor será atualizado anualmente,

sempre no mês de dezembro, pela variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, do IBGE, ou outro indicador que venha lhe substituir.

§ 1º A atualização de que trata o caput deste artigo aproveitará duas casas decimais do resultado, desconsiderando as demais.

§ 2º A publicação da atualização da Unidade Fiscal Municipal, na forma deste artigo, dar-se-á através de ato do Poder Executivo Municipal.

## SEÇÃO II DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES.

Art. 411. A planta genérica de que trata este artigo será revisada a cada 5 (cinco) anos, contados da promulgação desta Lei Complementar, e será aplicada por ato do Chefe do Executivo, conforme determina o § 2º Art. 231 desta Lei.

## CAPÍTULO III SEÇÃO I DAS MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DOS MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Art. 412. As Micro Empresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores individuais, terão tratamento diferenciado e de acordo com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores.

Parágrafo Único – O Micro Empreendedor Individual terá gratuidade da taxa de licença de funcionamento no exercício da constituição da pessoa jurídica.

## CAPÍTULO IV SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 413. O Poder Executivo Municipal expedirá, através de atos próprios, regulamentos e instruções que se apresentarem necessárias à correta e eficaz aplicação deste Código.

Art. 414. São partes integrantes da presente Lei Complementar, os Anexos, com as seguintes denominações:

- I. Lista de Serviços e alíquotas;
- II. Tabela para cobrança da Taxa de Licença relativa à Localização e Funcionamento de Estabelecimentos;
- III. Tabela para cobrança da Taxa de Licença relativa ao Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial;
- IV. Tabela para cobrança da Taxa de Licença relativa Veiculação de Publicidade em Geral;
- V. Tabela para cobrança da Taxa de Licença Para Comercio Ambulante;
- VI. Tabela para cobrança da Taxa de Licença Para Comercio Eventual ou Temporário, de Caráter não Definitivo;
- VII. Tabela para cobrança da Taxa de Licença Para Feiras e Promoção de Vendas, de Caráter não Definitivo;
- VIII. Tabela para cobrança da Taxa de Licença Para Relativa à Execução de Obras, Arruamento e Loteamentos;
- IX. Tabela de cálculo da taxa de controle e fiscalização ambiental;
- X. Tabela de Cálculo da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos;
- XI. Tabela de Cálculo da Taxa de Utilização do Cemitério Público;
- XII. Tabela de Cálculo da Taxa de Expediente;
- XIII. Tabela de cálculo da Taxa de Serviços Diversos;
- XIV. Tabela de Cálculo da taxa de inspeção municipal;
- XV. Tabela de Alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

XVI. Tabela de Valores de Construção - ISS HABITE-SE;  
XVII. Tabela Para Cálculo do ITBI de Terrenos Urbanos;  
XVIII. Tabela de cálculo da contribuição para custeio da iluminação pública.

Art. 415. Esta Lei será regulamentada no que couber de acordo com suas necessidades.

Parágrafo Único - A regulamentação do disposto no Capítulo IV do Título V será por decreto específico.

Art. 416. Ficam revogadas as Leis Complementares nº 03/2007, nº 012/2009, nº 16/2010, nº 17/2011, nº 35/2013, e as Leis Ordinárias nº 408/2001, nº 608/2009, assim como decretos e demais normas contrárias a esta Lei Complementar.

Art. 417. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, sendo que a eficácia respeitará ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

Abdon Batista, 29 de dezembro de 2017.  
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

## PORTARIA 001/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1487028

Portaria nº 001/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:  
Art. 1º - Conceder Férias à: CARLA ZANCHETT, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 03.03.2016 à 02.03.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

## PORTARIA 002/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1487029

Portaria nº 002/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:  
Art. 1º - Conceder Férias à: TEREZINHA SANTIN BORTOLI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao

período aquisitivo de 01.11.2015 à 31.10.2016.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 003/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487032

Portaria nº 003/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: FABIANA MECABO, ocupante do cargo Comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 03.10.2016 à 02.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 21 de janeiro de 2018, sendo lhe foi concedido abono pecuniário de 10 dias, previsto em lei.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 004/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487037

Portaria nº 004/2018

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JULIANO MECABO, ocupante do cargo em provimento efetivo de AGRONOMO, referente ao período aquisitivo de 03.12.2016 à 02.12.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 005/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487041

Portaria nº 005/2018

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JONAS PALAVRO, ocupante do cargo de Assessor Especial de Controle Interno, referente ao período aquisitivo de 03.10.2016 à 02.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 006/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487043

Portaria nº 006/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: DILVANE FATIMA VARELA PASSOS MANCHEIN, ocupante do cargo de SERVENTE, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 à 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 007/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487044

Portaria nº 007/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: VANDERLEA DE FATIMA RODRIGUES, ocupante do cargo de Gestora de Convênios, referente ao período aquisitivo de 01.03.2016 à 28.02.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 008/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487046

Portaria nº 008/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ILAINE CARISE VIEIRA BRANCO, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVA, referente ao período aquisitivo de 17.10.2016 à 16.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 009/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487048

Portaria nº 009/2018

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: GILBERTO MARTENDAL, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, referente ao período aquisitivo de 16.02.2016 à 15.02.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 010/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487050

Portaria nº 010/2018

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: IVO ZANCHETT, ocupante do cargo de CARPINTEIRO, referente ao período aquisitivo de 21.10.2016 à 20.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 011/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487058

Portaria nº 011/2018

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SIDNEI ROSS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de 16.05.2016 à 15.05.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.



Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 012 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487145

Portaria nº 012/2018  
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: CLEISON JOSÉ MARTENDAL, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, referente ao período aquisitivo de 08.03.2016 à 07.03.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 013/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487148

Portaria nº 013/2018  
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: FABIANO MECABO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, referente ao período aquisitivo de 01.11.2015 à 31.10.2016.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 014/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487152

Portaria nº 014/2018  
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: EMERSON ZANCHETT, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de 08.03.2016 à 07.03.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 015/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487154

Portaria nº 015/2018  
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: CLEOMAR SALMORIA, ocupante do cargo de VIGIA, referente ao período aquisitivo de 03.12.2016 à 02.12.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 016/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487155

Portaria nº 016/2018  
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: RONALDO GODOI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 15.03.2016 à 14.03.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 017/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487156

Portaria nº 017/2018  
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: DIONISIO PETRI, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DE ESPORTES, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 à 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 018/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487162

Portaria nº 018/2018  
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: CLOVIS VARELA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de 08.03.2016 à 07.03.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 15 de janeiro à 13 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem

seus efeitos em 15.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 019/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487163

Portaria nº 019/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: IVONETE DELFES GUESSER, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 020/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487164

Portaria nº 020/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: GISIANE NISSEL, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 021/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487166

Portaria nº 021/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARIZA ROSA, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 022/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487167

Portaria nº 022/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: EDILSE APARECIDA SAURIN ANTUNES, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 023/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487168

Portaria nº 023/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de

conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: KARINE CRISTINA VARELA, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 024/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487170

Portaria nº 024/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: VALÉRIA MARTENDAL BORTOLI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 025/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487173

Portaria nº 025/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: TÂNIA MARI ZANCHETT CANANI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 026/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487174

Portaria nº 026/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: RAQUEL ALBUQUERQUE GONÇALVES LINS, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 027/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487175

Portaria nº 027/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SOLANGE ROSS, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 028/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487176

Portaria nº 028/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ROSE APARECIDA FERREIRA, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 029/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487177

Portaria nº 029/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SINTIA GUZATTI VEZARO, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 à 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada



**PORTARIA 030/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487178

Portaria nº 030/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: NAIR CORIM MACHADO, ocupante do emprego público de Enfermeira do PSF, referente ao período aquisitivo de 03.12.2015 a 02.12.2016.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 031/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487180

Portaria nº 031/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SABRINA ZANCHETT, ocupante do cargo de Cirurgiã Dentista do PSF, referente ao período aquisitivo de 25.09.2016 a 24.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 032/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487182

Portaria nº 032/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SÉRGIO CEREGATTI, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 02.11.2015 a 01.11.2016.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 033/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487184

Portaria nº 033/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARIA CECÍLIA PEIXOTO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Psicóloga, referente ao período aquisitivo de 03.10.2016 a 02.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 034/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487186

Portaria nº 034/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: LOURDES DE FÁTIMA ROSA SALMORIA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 01.03.2016 a 28.02.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 035/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487188

Portaria nº 035/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: TAILIZE JERONIMO DA SILVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 03.03.2016 a 02.03.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 036/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487189

Portaria nº 036/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: TISSIANE FAVARETTO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02.01.2017 a 01.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 037/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487190

Portaria nº 037/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARISTELA PALAVRO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06.07.2016 a 05.07.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 038/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487191

Portaria nº 038/2018  
Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: CLAUDIO ZANCHETT, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 15.03.2016 a 14.03.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 041/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487194

Portaria nº 041/2018  
Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de

conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ADRIANA APARECIDA MECABO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 042/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487196

Portaria nº 042/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ANGELA MARIA HULLA FREITAS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.07.2017 a 30.06.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 043/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487198

Portaria nº 043/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: DENILCE MARIA MATOS MECABO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.07.2017 a 30.06.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 044/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487200

Portaria nº 044/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: DENISE APARECIDA ALVES PADILHA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 045/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487201

Portaria nº 045/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ELIANE DE FATIMA GONÇALVES RIBEIRO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 03.02.2017 a 02.02.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 046/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487203

Portaria nº 046/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ELIZANE APARECIDA MATTOS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Administradora de Creche, referente ao período aquisitivo de 13.12.2016 a 12.12.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 047/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487204

Portaria nº 047/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ERLI SILVANA DEMENECK, ocupante do cargo em provimento efetivo de Analista Educacional, referente ao período aquisitivo de 03.03.2017 a 02.03.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 048/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487211

Portaria nº 048/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: FATIMA PETRI BORTOLI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 049/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487212

Portaria nº 049/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: GISELE REGINA ROSS ZANCHETT, ocupante do cargo em provimento efetivo de Analista Educacional, referente ao período aquisitivo de 04.12.2016 a 03.12.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 050/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487214

Portaria nº 050/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ISABEL REDANTE HERMES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 02.01.2017 a 01.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.



Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 051/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487216

Portaria nº 051/2018  
Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ISABEL REDANTE HERMES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 03.02.2017 a 02.02.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 052/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487221

Portaria nº 052/2018  
Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ITACIANI INES RECH MOCELIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 03.03.2017 a 02.03.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 053/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487225

Portaria nº 053/2018  
Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JANETE TEREZINHA BORTOLI MOCELIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.09.2016 a 31.08.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 054/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487226

Portaria nº 054/2018  
Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JANETE TEREZINHA BORTOLI MOCELIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Analista Educacional, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 055/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487235

Portaria nº 055/2018  
Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JULIANI DEBASTIANI RECH, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 29.09.2016 a 28.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 056/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487245

Portaria nº 056/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JUSTINA MARIA PAULI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 057/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487248

Portaria nº 057/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: KELLY CHAYANY BERNS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2015 a 31.10.2016.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 058/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487250

Portaria nº 058/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: LUCIANE CATARINA MECABÔ GONÇALVES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 03.03.2017 a 02.03.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 059/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487252

Portaria nº 059/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: LUCIMARA APARECIDA FREITAS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 060/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487254

Portaria nº 060/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARIA ROSENIR CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 02.01.2017 a 01.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 061/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487255

Portaria nº 061/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARIA ROSENIR CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 03.02.2017 a 02.02.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 062/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487257

Portaria nº 062/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de

conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARILENE BORTOLI RECH, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 063/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487259

Portaria nº 063/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARLI LUCI WILPERT DEMENECK, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 064/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487262

Portaria nº 064/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: NATALIA MENEGAZZO MOCELIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 065/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487267

Portaria nº 065/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: PRISCILA MARINA ZANCHETT, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 12.12.2016 a 11.12.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 066/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487270

Portaria nº 066/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ANA CRISTINA BORTOLI HILDEBRANDO DOS SANTOS, ocupante do cargo Comissionado de Secretária Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 à 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 21 de janeiro de 2018, sendo lhe foi concedido abono pecuniário de 10 dias, previsto em lei.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 067/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487271

Portaria nº 067/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SELEZIA ANGELA BORTOLI DALPIVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 068/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487273

Portaria nº 068/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SILVANA PACHECO DOS SANTOS BORGES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada



**PORTARIA 069/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487275

Portaria nº 069/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SIMONE DALPIVA FREITAS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 03.02.2017 a 02.02.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 070/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487278

Portaria nº 070/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SIRLEI AGOSTINI CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 02.01.2017 a 01.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 071/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487279

Portaria nº 071/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de

conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SIRLEI AGOSTINI CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 02.06.2017 a 01.06.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 072/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487280

Portaria nº 072/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SUSANE APARECIDA MECABO DEMENECK 02.01.2017, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 02.01.2017 a 01.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 073/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487282

Portaria nº 073/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SUSANE APARECIDA MECABO DEMENECK 02.01.2017, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a

31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 074/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487283

Portaria nº 074/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SUZANE MARIA ZANCHETT MANCHEIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 075/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487287

Portaria nº 075/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: VANIA MARTENDAL MOCELIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 02.01.2017 a 01.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 076/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487288

Portaria nº 076/2018

Concede Férias à Professora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 405,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ZENILDA BORTOLI CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Orientadora Pedagógica, referente ao período aquisitivo de 01.08.2016 a 31.07.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 077/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487290

Portaria nº 077/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ANDRÉIA DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE MANCHEIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 à 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 078/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487294

Portaria nº 078/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: FLÁVIA RAQUEL SANTIN DE SÁ, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 01.03.2016 à 28.02.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos em 02.01.2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 079/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487296

Portaria nº 079/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JULIANE DEMENECK, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 02.01.2017 à 01.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 080/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487300

Portaria nº 080/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de

conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARIA CRISTINA DA SILVA LEITE, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 03.03.2016 a 02.03.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 081/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487301

Portaria nº 081/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ROSILDA DA SILVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 082/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487304

Portaria nº 082/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: BERNADETE LURDES FREITAS, ocupante do cargo em provimento efetivo de MERENDEIRA, referente ao período aquisitivo de 29.09.2016 a 28.09.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 083/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487306

Portaria nº 083/2018  
Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ADILSON FERNANDO BORTOLI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 01.03.2016 a 28.02.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 084/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487307

Portaria nº 084/2018  
Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: CARLOS JOSÉ ZANCHETT, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 01.03.2016 a 28.02.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 085/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487308

Portaria nº 085/2018  
Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: AUGUSTINHO MECABO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

#### **PORTARIA 086/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487316

Portaria nº 086/2018  
Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: HILDO BORTOLI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada



**PORTARIA 087/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487321

Portaria nº 087/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: LORI VARELA DA SILVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 088/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487322

Portaria nº 088/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: LUIZ CARLOS SANTIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 01.11.2016 a 31.10.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 089/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487323

Portaria nº 089/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de

conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: PEDRO ALBERTO DEBASTIANI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 02.05.2016 a 01.05.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 090/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487327

Portaria nº 090/2018

Concede Férias ao Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: VANDERLEI BORTOLI ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 24.06.2016 a 23.06.2017.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PORTARIA 091/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487329

Portaria nº 091/2018

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: SILVIA APARECIDA ROSS ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, referente ao período aquisitivo de 10.01.2017 a 09.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 à 31 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 092/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487331

Portaria nº 092/2018

EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 32 da lei 420/2002 e, Comunicação de Decisão emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS

Resolve:

Art.1º - Exonerar: JOÃO PAULO DA SILVA, nomeado através da portaria nº 223/2017, no cargo em provimento em Comissão de Diretor de Direitos Humanos e Políticas para a Juventude.

Art. 2º - Este ato se dá em conformidade com o art. 32 da Lei Municipal nº420/2002, e Decisão de Aposentadoria por Invalidez comunicada pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

### **PORTARIA 093/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487332

Portaria nº 093/2018

Concede Licença Prêmio a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal em de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 70 da Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a MARISTELA LORENZONI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, referente ao quinquênio de 01.03.2012 à 01.03.2017.

Art. 2º - O período de gozo da licença Prêmio será de 90 dias: 02 de janeiro à 01 de abril de 2018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 094/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487334

Portaria nº 094/2018

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal em de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 70 da Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a ONILDO DA SILVA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, referente ao quinquênio de 08.03.2010 à 08.03.2015.

Art. 2º - O período de gozo da licença Prêmio será de 90 dias: 02 de janeiro à 01 de abril de 2018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 03 de janeiro de 2018.  
Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra mencionada

### **PORTARIA 095/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487336

Portaria nº 095/2018

NOMEIA CARGO COMISSINADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei complementar nº 033/2013;

Resolve:

Art.1º - Nomear: MAIARA VEZARO DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº 103.637.129-84, para responder pelas funções do cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Gabinete, com carga horária, vencimento e vantagens previstas em lei.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

**PORTARIA 096/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487338

Portaria nº 096/2018  
NOMEIA CARGO COMISSINADO

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei complementar nº 033/2013;

Resolve:

Art.1º - Nomear: EDILSON OLIVEIRA DA SILVEIRA, portador do CPF nº 897.771.669-15, para responder pelas funções do cargo de Provimento em Comissão de CAPATAZ DE TURMA NIVEL III, com carga horária, vencimento e vantagens previstas em lei.

Art. 2º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 03 de janeiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

**PORTARIA 097/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487342

Portaria nº 098/2018  
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORÁRIO

Altair Busnello, Prefeito Municipal em exercício de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a lei complementar nº 420/2002;

Considerando gozo de Licença Prêmio do titular Juliano Cesari Pinheiro;  
Considerando a extrema necessidade de profissional qualificado no cargo de Médico Veterinário;

Resolve:

Art.1º - Contratar Temporariamente: MARIO CEREGATTI JÚNIOR, portador do CPF nº 079.582.959-01, para responder pelas funções do cargo de Médico Veterinário, com carga horária, vencimento e vantagens previstas em lei, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - A contratação se dá em substituição ao titular Juliano C. Pinheiro, ficando à mesma condicionada ao retorno do mesmo.

Art. 3º - Esta portaria tem efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 08 de janeiro de 2018.

Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício  
Registrada e Publicada em data supra

**PORTARIA 098/18 DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1487343

Portaria nº 099/2018  
Concede Férias a Servidora que Menciona

Altair Busnello, Prefeito Municipal em exercício de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MONICA ALVES COELHO, ocupante do cargo em provimento em comissão de Assistente e Gabinete, referente ao período aquisitivo de 09.01.2017 à 08.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 09 de janeiro à 07 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 09 de janeiro de 2018.  
Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra mencionada

**PREGÃO PRESENCIAL 01/2018**

Publicação Nº 1487146

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2018  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 01/2018  
Objeto: CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO ELEVADOR DA PREFEITURA MUNICIPAL.  
TIPO :Menor preço POR ITEM  
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 26 de janeiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2018  
Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

**PREGÃO PRESENCIAL 02/2018**

Publicação Nº 1487147

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2018  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 02/2018  
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO QUILOMETRO PARA USO OFICIAL DO PREFEITO  
TIPO :Menor preço POR ITEM  
Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 25 de janeiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na

Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2018  
Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL 03/2018**

Publicação Nº 1487150

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2018  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 03/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. (Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.)

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 29 de janeiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2018  
Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL 04/2018**

Publicação Nº 1487151

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2018  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 04/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES PLACAS MMK - 9882 E MKU 3828 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço POR LOTE

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 26 de janeiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2018  
Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL 05/2018**

Publicação Nº 1487153

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2018  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 05/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO.

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 25 de janeiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2018  
Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL 06/2018**

Publicação Nº 1487157

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2018  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE.

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 24 de janeiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2018  
Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PREGÃO PRESENCIAL 07/2018**

Publicação Nº 1487159

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2018  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 07/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO NA MANUTENÇÃO DOS BENS MOVÉIS E IMOVÉIS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 15:30hs. do dia 24 de janeiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 10 de janeiro de 2018  
Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício



# Agronômica

## PREFEITURA

### Lei Nº. 1114 de 11 de janeiro de 2018

Publicação Nº 1486933

LEI Nº 1.114/2018 DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONÔMICA".

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito municipal de Agronômica em exercício Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei,

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito deste Município a "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE AGRONÔMICA", regularmente constituída em 28/10/2010, sob CNPJ nº 12.846.524/0001-87, com sede à Rua Seis de Junho, nº 186, centro, Agronômica/SC.

Art. 2º - A respectiva Associação preenche os requisitos para concessão do título de utilidade pública, porquanto constituída há mais de 2 (dois) anos dentro do Município, prestando desde então serviços relevantes ao interesse social e assistencial, com caráter beneficente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica expressamente revogada qualquer disposição em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de janeiro de 2018.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

# Água Doce

## PREFEITURA

**027/2018**

Publicação Nº 1487561

PORTARIA Nº 027/2018 – DE 10 DE JANEIRO DE 2018  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Artigo 1º Conceder férias a servidora ROSIANE MARIA DA SILVA, inscrita no CPF nº 081.030.969-62, ocupante do cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, no período de 10/01/2018 até 25/01/2018, período 17/18.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Diretora do Dpto Recursos Humanos

**CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018**

Publicação Nº 1486668

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 001/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que está aberto edital de chamada pública n. 001/2018 para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – exercício de 2018, devendo ser entregue documentação e plano de vendas até o dia 30 de janeiro de 2018 às 11h30, junto ao setor de licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Água Doce, situada na Praça João Macagnan, 322. A análise da documentação e plano de vendas terá início no mesmo dia às 13h30.

Água Doce, SC, 10 de janeiro de 2018  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 004/2018**

Publicação Nº 1486850

DECRETO Nº 004//2018 – DE 08 DE JANEIRO DE 2018  
"CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações

posteriores,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica constituída, nos termos do § 4º, do artigo 51 da lei nº 8.666/93 de 21/06/93, constituída a Comissão Permanente de Licitação do Município de Água Doce, composta pelos seguintes membros;

I. GLÁUCIA REGINA VARASCHIN, brasileira, solteira, servidora pública efetiva do Município de Água Doce-SC, inscrita no CPF sob nº 006.597.239-21;

II. EVANDRA REGINA MACAGNAN, brasileira, casada, servidora pública no Município de Água Doce-SC, inscrita no CPF sob nº 023.418.239-39;

III. CRISTIANO SAVARIS DA SILVA, brasileiro, solteiro, servidor público efetivo no Município de Água Doce-SC, inscrito no CPF sob nº 005.614.419-95;

IV. JULIANA BORGIA, brasileira, solteira, servidora pública efetiva no Município de Água Doce-SC, inscrita no CPF sob nº 026.486.189-29;

V. VERA LÚCIA DAROS BALESTRIN, brasileira, casada, servidora pública efetiva no Município de Água Doce-SC, inscrita no CPF sob nº 027.692.789-32;

Parágrafo único. A Presidência da Comissão Permanente de Licitações será exercida pela servidora Gláucia Regina Varaschin, já os serviços de secretariado serão exercidos pela servidora Evandra Regina Macagnan.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Licitações executará suas atribuições em estrita obediência à Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e seus serviços têm prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 3º. A Comissão deverá ser representada nas sessões de licitações por no mínimo três membros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 005/2018**

Publicação Nº 1486853

DECRETO Nº 005/2018 – DE 10 DE JANEIRO DE 2018

"AUTORIZA A QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA PARA PAGAMENTO DE DESPESAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce-SC. No uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 5º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e:

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8666/93, cada Unidade da Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

CONSIDERANDO, que a ordem cronológica só pode ser alterada

quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO problemas técnicos na configuração do sistema de informática do setor de Arrecadação e Fiscalização, para abertura do exercício financeiro de 2018, acarretando, em consequência, atrasos nos demais setores administrativos do Município;

CONSIDERANDO a necessidade do cumprimento de obrigações firmadas com órgãos oficiais, bem como do pagamento de despesas para o andamento regular das atividades; e, ainda:

CONSIDERANDO a necessidade do pagamento de diárias a servidores da Secretaria Municipal de Educação para participação em curso de capacitação;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o pagamento das despesas a seguir relacionadas, em detrimento de outras, alterando-se a ordem cronológica de pagamentos:

I – NE nº 35/2018 – Federação Catarinense dos Municípios - FECAM

II – NEs nº 140/2018; 141/2018 e 142/2018 – Agência de Fomento de Santa Catarina S. A. – BADESC;

III – NE nº 10010/2017 – Confederação Nacional dos Municípios – CNM;

IV – NEs nº 149; 150 e 151 – Fundo de Materiais Publicações e Impressos;

V – NEs nº 143/2018 – Gilson Talis Percisi, 144/2018 – Claudete Dulcinéia Dall Acosta, 145/2018 – Thiara Gabriela Cyrino Ramos, 146/2018 – Peterson Setti, 147/2018 – Rafael Munaretto e 148/2018 – Evandro Carlos Zanatto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de janeiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

Publicação Nº 1486663

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 1/2018

PREGÃO PRESENCIAL 1/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2018", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de serviços de transporte escolar, o qual será processado e julgado no dia 23 de janeiro de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 10 de janeiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018 - FMS

Publicação Nº 1486644

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 1/2018

PREGÃO PRESENCIAL 1/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 1/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 1/2018", do tipo "MAIOR DESCONTO", destinado a selecionar proposta mais vantajosa para aquisição de medicamentos constantes na tabela da Revista ABC Farma, o qual será processado e julgado no dia 24 de janeiro de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 10 de janeiro de 2018

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

Gestora do FMS

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2018

Publicação Nº 1486665

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 2/2018

PREGÃO PRESENCIAL 2/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 2/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 2/2018", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda escolar da rede municipal de ensino, o qual será processado e julgado no dia 23 de janeiro de 2018 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 10 de janeiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.539, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1486760

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, GILBERTO RECH, ocupante do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE INFRAESTRUTURA, matrícula 813, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2.444 de 05 de julho de 2018.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de Janeiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.540, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1486972

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, MARTA RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento em comissão de ENCARREGADA DE UNIDADE ESCOLAR, matrícula 819, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2.454 de 05 de julho de 2018.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de Janeiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.541, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1486987

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, JESSICA TAIS FISCHER, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADORA DE UNIDADE ESCOLAR, matrícula 820, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2.455 de 05 de julho de 2018.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 10 de Janeiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas Publicações

### PORTARIA Nº 009, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1486974

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 92, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família (Irmão) ao Servidor Público Municipal, ROSELI BOURCKHARDT HOFFMANN, matrículas 340 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA, no período de 30 (trinta) dias, a contar de 06 de Janeiro de 2018, conforme Termo de Curador Provisório emitido pela Vara da Família Órfãos, sucessões inf e Juventude autos nº 0304189-52.2017.8.24.0019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 06 de Janeiro a 04 de fevereiro de 2018.



Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Janeiro de 2018 e revogando as disposições em contrário.

Prefeita Municipal  
Registrada e publicada em data supra.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 08 de Janeiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

## PORTARIA Nº 010, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1486762

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

### RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
478	ANDERSON GRIEBLER	05/04/2016	04/04/2017	10/01/2018	08/02/2018
222	ELTON RECH	01/12/2016	30/11/2017	10/01/2018	08/02/2018

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 10 de Janeiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### CONTRATO 003/2018 - FMS

Publicação Nº 1487087

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 003/2018

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS AMEOSC, entre os consorciados nos Termos do art.8º Lei nº 11.107/05, nos meses de janeiro à dezembro de 2018. VALOR TOTAL R\$: 7.758,84 (Sete Mil, Setecentos e Cinquenta e Oito Reais e Oitenta e Quatro Centavos), divididos em 12 parcelas mensais.

Fundamento Legal: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC CIS-AMEOSC.

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pelo Presidente: SADI INÁCIO BONAMIGO.

Anchieta, 03 de Janeiro de 2018.

Esportes, ocupantes dos cargos de Professor de Ensino Infantil, Professor de Ensino Fundamental, Professor de Creche, Monitoras de Creche, Auxiliar de Serviços Gerais, Merendeiras, Motoristas do Transporte Escolar e Zeladoras, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 09 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### CONTRATO 004/2018 - FMS

Publicação Nº 1487068

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 004/2018

OBJETO: Prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Anchieta, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, nos meses de janeiro à junho de 2018.

VALOR TOTAL R\$: 31.574,58 (Trinta e Um Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Cinquenta e Oito Centavos), divididos em 6 parcelas mensais.

Fundamento Legal: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC - CIS-AMEOSC.

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pelo Presidente: SADI INÁCIO BONAMIGO.

Anchieta, 03 de Janeiro de 2018.

### PORTARIA Nº 20/2018

Publicação Nº 1486841

PORTARIA Nº. 20/2018

De, 09 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Rosangela Dondoefer Teixeira, ocupante do cargo Técnica em Vigilância Sanitária, matrícula 1334, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 09 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### PORTARIA Nº 19/2018

Publicação Nº 1486840

PORTARIA Nº. 19/2018  
De, 09 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para os Servidores Públicos lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e

**PORTARIA Nº 21/2018**

Publicação Nº 1486842

PORTARIA Nº. 21/2018  
De, 09 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:  
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Edgar Rossato, ocupante do cargo Operador I designado para exercer as funções de Motorista do Transporte Escolar, matrícula 897, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 09 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 22/2018**

Publicação Nº 1486844

PORTARIA Nº. 22/2018  
De, 09 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Valdionara Alves de Moraes Putton, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 103, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade Pronto Atendimento, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 09 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 23/2018**

Publicação Nº 1486846

PORTARIA Nº. 23/2018  
De, 09 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Noeli Guerini Santin, ocupante do cargo Agente Comunitária de Saúde, matrícula 1941, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 09 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 24/2018**

Publicação Nº 1486847

PORTARIA Nº. 24/2018  
De, 09 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Clarisse Ana Foschiera, ocupante do cargo Agente Comunitária de Saúde, matrícula 2357, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 09 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 25/2018**

Publicação Nº 1486849

PORTARIA Nº. 25/2018  
De, 09 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Marli Teresinha Uliana Presotto, ocupante do cargo Agente Comunitária de Saúde, matrícula 1261, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 09 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 26/2018**

Publicação Nº 1486851

PORTARIA Nº. 26/2018  
De, 10 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Tiane Dalmoro, ocupante do cargo de Monitora Social, matrícula 2316, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social- FMAS, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 10 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 27/2018**

Publicação Nº 1486852

PORTARIA Nº. 27/2018  
De, 10 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Luciane Gavineski Scopel, ocupante do cargo de Monitora Social, matrícula 1937, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social- FMAS, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 10 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 28/2018**

Publicação Nº 1487034

PORTARIA nº. 28/2018  
De, 10 de Janeiro de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar Responsáveis,

Art. 1º - Ficam designados como responsáveis pela assinatura nas contas abaixo enumeradas constantes do CNPJ 11.243.552/0001-47 – Fundo Municipal da Saúde - FMS, o Secretário Municipal da Saúde, Senhor Martinhos Scantamburlo e o Tesoureiro, senhor



Robson Swirke.

Art. 2º - As contas correntes são as seguintes: 11.123-6, 11.124-4, 11.126-0, 11.223-2, 11.279-8, 11.952-0, 12.053-7, 12.054-5, 12.077-4, 12.185-1, 12.359-5, 12.443-5, 12.475-3, 12.504-0, 12.515-6, 12.665-9, 12.666-7, 12.705-1, 12.726-4, 12.813-9, 13.151-2, 13.152-0, 13.559-0, 13.362-0, 13.485-6, 13.522-4, 13.523-2, 13.524-0, 13.525-9, 13.526-7, 13.527-5, 13.528-3, 13.529-1, 13.530-5, 13.531-3, 13.542-9, 13.543-7, 13.578-X, 13.592-5, 13.593-3, 13.600-X.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 10 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,  
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Fernanda Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

### **PREGÃO PRESENCIAL N 001/2018 - PM**

Publicação Nº 1487072

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 001/2018

O Prefeito em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial de Registro de Preço visando a contratação de empresa para fornecimento de marmita para alimentação dos funcionários do Setor de Obras e Serviços Rodoviários, que realizam trabalhos no interior do município, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 26/01/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 10 de Janeiro de 2018.  
VILMAR PAULO PIOVEZANI  
Prefeito em Exercício.

# Anitápolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2018

Publicação N° 1486575

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS. RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO TP – 046/2017 - EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2018. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS. CONTRATADA: ACESSE CONCURSOS LTDA – ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público e Processo Seletivo. Valor: R\$ 12.400,00. Data da Assinatura: 10/01/2018. Prazo de vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 10/01/2018. Rogério Hasse – Prefeito Municipal em Exercício.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****DECRETO N. 145/2017**

Publicação Nº 1486793

DECRETO Nº 000145/17 de 29 de Dezembro de 2017

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.207,22 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.843.0010.0.003-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.207,22

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.843.0010.0.003-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.207,22

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### AVISO PP 11/2018

Publicação Nº 1484786

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 11/2018  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA PERÍMETRO URBANO E RURAL, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE CAPINA MANUAL E MECANIZADA, ROÇADA MANUAL E MECANIZADA, INTERVENÇÃO DE PODA DE ÁRVORES E ARBUSTOS E LIMPEZA DE BUEIROS E BOCA DE LOBOS, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, INSUMOS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 05, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 24/01/2018 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 24/01/2018 – Às 09 horas e 40 minutos

Edital disponível no site [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br) e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

### DECRETO Nº 2888/2017

Publicação Nº 1486535

DECRETO Nº 2888/2017

De 29/12/2017.

FIXA CALENDÁRIO DE PONTO FACULTATIVO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna/SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Orgânica do Município em seu Art. 64, inciso VI:

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais durante o exercício de 2018 nas datas abaixo relacionadas:

Mês	Dia(s) do Mês	Dia(s) da Semana/Referência
Fevereiro	12	Segunda Feira – Carnaval
Fevereiro	13	Terça-Feira – Carnaval
Abril	30	Segunda-Feira – Dia do Trabalho
Novembro	16	Sexta-Feira – Proclamação da República

Art. 2º Para os Pontos Facultativos fixados no Art. 1º não haverá necessidade de compensação de horas por parte dos servidores municipais.

Art. 3º Ficam excluídos deste calendário os servidores vinculados as Creches Municipais.

Art. 4º Este Decreto poderá sofrer alterações mediante comunicado prévio efetuado pelo Poder Executivo às chefias das repartições municipais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 29 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

### INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO Nº 12/2018

### CREDENCIAMENTO/

Publicação Nº 1486820

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Inexigibilidade (Credenciamento/Chamamento) nº 12/2018

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Local de entrega dos envelopes, abertura e julgamento: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala nº 05, centro, Apiúna/SC.

Data/Hora da Abertura: 31/01/2018 – Às 09 horas.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000. Edital disponível em [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br).

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

### PORTARIA Nº 0008/2018

Publicação Nº 1486971

PORTARIA Nº 0008/2018

De 08 de janeiro de 2017

DESIGNA CARLOS ALBERTO PEIXER VINCI

COMO GESTOR DE TERMO DE PARCERIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei, especialmente o inciso VI, do art. 2º e inciso III do art. 8º da Lei n. 13.019/2014, RESOLVE

Designar CARLOS ALBERTO PEIXER VINCI, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, para atuar como Gestor do Termo de Parceria celebrado entre a Prefeitura Municipal de Apiúna e a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio - Bombeiros Voluntários da União, durante o exercício de 2018, até a prestação de contas final, controlando e fiscalizando a execução do referido termo em tempo hábil e de modo eficaz.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de janeiro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 0009/2018

Publicação Nº 1486973

PORTARIA Nº 0009/2018

De 08 de janeiro de 2017

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

DE TERMOS DE PARCERIA PARA O ANO DE 2018

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso XI do art. 2º da Lei no 13.019/2014 e o §1º do art. 12 do Decreto nº 2721/2017,



**RESOLVE**

Nomear membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Termos de Parcerias da Prefeitura Municipal de Apiúna para o exercício de 2018, até a prestação de contas final, controlando e fiscalizando a execução dos Termos em tempo hábil e de modo eficaz:

Caroline de Lima Bohmann – Auxiliar de Escritório;

Jeniffer Bueno de Oliveira - Auxiliar de Escritório;

Letícia Lange - Diretor de Departamento.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 08 de janeiro de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

### DECRETO 2178

Publicação Nº 1486557

DECRETO Nº 2178, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

ESTABELECE O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2018 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLGUIN RICARDO METZ, prefeito em exercício, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e art. 221 da Lei Complementar nº 15/1993, de 16 de dezembro de 1993, que institui o Código Tributário de Município e dá Outras Providências,  
Considerando o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM do exercício 2017;

Considerando o percentual de 1,94% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro de 2016 a novembro de 2017;

#### DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 152,72 (cento e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos) para a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM no exercício de 2018.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Fica revogado o Decreto 2174 de 02/01/2018.

Arabutã - SC, 03 de Janeiro de 2018.

Olguin Ricardo Metz

Prefeito em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 03 de Janeiro de 2018.

Glaucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

### DECRETO 2179

Publicação Nº 1486558

DECRETO Nº 2179, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

CORRIGE OS VALORES DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL E DAS MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS, CONFORME ANEXOS I E II DA LEI MUNICIPAL Nº 213, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLGUIN RICARDO METZ, prefeito em exercício, do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e art. 55, da lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001,

Considerando o percentual de 1,94% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro de 2016 a novembro de 2017;

#### DECRETA

Art. 1º Os valores constantes do Anexo I – Atos de Vigilância Sanitária Municipal e Anexo II – Multas Decorrentes de Infrações Sanitárias, ambos da Lei Municipal nº 213, de 31 de janeiro de 2001, serão reajustados em 1,94%, nos termos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, relativo aos meses de dezembro de 2016 a novembro de 2017, cujos valores passa vigorar conforme Anexos I e II deste Decreto.

Parágrafo único. Os valores reajustados, conforme este artigo, vigorarão em todo o exercício de 2018.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto 2.175 de 02/01/2018.

Arabutã - SC, 03 de Janeiro de 2018.

Olguin Ricardo Metz

Prefeito em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 03 de Janeiro de 2018.

Glaucia Pottratz

Responsável Pelas Publicações

**ANEXO I**  
**ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL**  
 (Lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001)

Codificação	Identificação do Ato e Valor	Valor em R\$
1	LAVARÁ SANITÁRIO (Art. 31, III, da lei nº 213/2001)	
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	De Maior Risco Epidemiológico	699,51
112	De Menor Risco Epidemiológico	457,01
12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
121	De Maior Risco Epidemiológico	
12101	Açougue	236,31
12102	Casa de Carnes	135,29
12103	Cantina Escolar	50,76
12104	Casa de Sucos/Caldo de Cana e Similares	50,76
12105	Comércio Atacadista e/ou Depósito de Produtos Perecíveis	365,41
12106	Confeitaria	169,13
12107	Cozinha de Escolas	135,29
12108	Lanchonete/Café Colonial	135,29
12109	Mercado/Supermercado	101,50
12110	Mercearia/Armazém	101,50
12111	Padaria/Panificadora	169,13
12112	Pastelaria	101,50
12113	Pizzaria	169,13
12114	Restaurante/Bufet/Churrascaria	236,31
12115	Sorveteria	101,50
12199	Congêneres	135,29
122	De Menor Risco Epidemiológico	
12201	Bar/Boate	101,50
12202	Depósito de Bebidas	101,50
12203	Depósito de Frutas e Verduras	101,50
12204	Quitanda de Frutas e Verduras	45,15
12299	Congêneres	101,50
13	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
131	De Maior Risco Epidemiológico	
13101	Agrotóxicos	676,82
13102	Cosméticos Perfumes e Produtos de Higiene	676,82
13103	Produtos Farmacêuticos	676,82
13104	Produtos de uso Laboratorial	676,82
13105	Produtos de uso Médico/Hospitalar	676,82
13106	Produtos de uso Odontológico	676,82
13199	Congêneres	676,82
132	De Menor Risco Epidemiológico	
13201	Produtos Veterinários	457,01
13299	Congêneres	457,01
14	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
141	De Maior Risco Epidemiológico	
14101	Agrotóxicos	457,01
14102	Comércio e Distribuição de Medicamentos	457,01

14103	Comércio e Distribuição de Produtos Odontológicos	457,01
14104	Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários	457,01
14105	Comércio e Distribuição de Saneantes/domissanitários	457,01
14106	Produtos Químicos	457,01
14199	Congêneres	457,01
142	De Menor Risco Epidemiológico	
14201	Alimentação animal – ração e supletivos	272,68
14202	Com. E Dist. de Cosméticos, Perfumes e Produtos de Higiene	272,68
14203	Próteses	272,68
14204	Sementes Seleccionadas e Mudas	272,68
14299	Congêneres	272,68
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
151	De Maior Risco Epidemiológico	
15101	Ambulatório Médico	272,68
15102	Ambulatório Odontológico	272,68
15103	Ambulatório Veterinário	135,29
15104	Clínica Médica	457,01
15105	Clínica Veterinária	272,68
15106	Farmácia	457,01
15107	Drogaria	457,01
15108	Hospital Geral	457,01
15109	Laboratório de Análises Clínicas	457,01
152	De Menor Risco Epidemiológico	
15201	Clínica de Fisioterapia e/ou Reabilitação	357,78
15202	Clínica de Odontologia	357,78
15203	Consultório Médico	272,68
15204	Consultório Odontológico	272,68
15205	Consultório Veterinário	272,68
15206	Estabelecimento de Massagem	272,68
15207	Laboratório de Prótese Dentária	272,68
15208	Ótica	135,29
15299	Congêneres	135,29
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
161	De Maior Risco Epidemiológico	
16101	Escola de Natação e Similares	272,68
16102	Estabelecimento de Ensino – Maternal, Educação Infantil, Creche	272,68
16103	Estabelecimento de Ensino – Educação Básica	272,68
16104	Sauna	272,68
16199	Congêneres	272,68
162	De Menor Risco Epidemiológico	
16201	Academia de Ginástica	135,29
16202	Barbearia	50,76
16203	Casa de Espetáculo – Discoteca, Baile e Similares	236,31
16204	Estação de Tratamento de Água para Abastecimento Público	457,01
16205	Estética Facial/Maquagem	124,10
16206	Hotel – por cômodo	33,79
16207	Motel – por cômodo	33,79
16208	Pensão – por cômodo	16,89



16209	Posto de Combustível/Lubrificante	135,29
16210	Oficina Mecânica	101,50
16211	Salão de Beleza/Manicura/Cabeleireiro	101,50
16212	Serviços e Veículos para Transporte de Alimentos – por veículo	101,50
16213	Serviço de Lavagem de Veículos	101,50
16214	Transportadora de Produtos Perecíveis – por veículo	101,50
16215	Transporte Coletivo	101,50
16299	Congêneres	101,50

**ANEXO II****MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS**

Art. 41, da Lei Municipal nº 213, de 31 de dezembro de 2001.

IDENTIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO	VALOR EM R\$	
	DE	A
Infrações Leves	89,18	513,09
Infrações Graves	410,30	979,50
Infrações Gravíssimas	820,63	4.062,12

Arabutã/SC, 03 de janeiro de 2018.

Olguin Ricardo Metz

Prefeito em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 03 de Janeiro de 2018.

Glauca Pottratz

Responsável Pelas Publicações

**EXTRATO DISPENSA 01/2018**

Publicação Nº 1487458

MUNICÍPIO DE ARABUTA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

O Prefeito em Exercício, torna público que ratificou o ato da Presidente da Comissão de Licitação que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso XXX, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para contratar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT), junto a Empresa de Pesquisa Agropecuária E Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, visando promover o desenvolvimento de todo o setor de agricultura familiar no Município, no valor de R\$ 20.499,96 (vinte mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), com vigência até 31/12/2018.

Arabutã, SC, 10 de janeiro de 2018.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

**EXTRATO I 01/2018**

Publicação Nº 1487456

MUNICÍPIO E ARABUTÃ- SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

O Prefeito em exercício torna público que ratificou o ato da Senhora presidente da comissão de Licitação, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para o credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames laboratoriais especificados no Anexo "B" do Edital de Credenciamento 001/2017, para atendimento a população do Município, conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, em favor da empresa GÊNESE ANÁLISES CLÍNICAS SOCIEDADE SIMPLES LTDA, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), com vigência até 31/12/2018.

Arabutã, SC, 10 de janeiro de 2018.

Olguin Ricardo Metz

Prefeito em exercício.

**PORTARIA 005/2018**

Publicação Nº 1486615

PORTARIA Nº. 005/2018  
PRORROGA LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito de Arabutã em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a licença maternidade da servidora ROSANGELA PRESOTTO, inscrita no CPF sob nº. 053.926.389-37, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Médico veterinário, por mais 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia 10 de janeiro 2018, conforme art.105 da Lei Complementar nº159/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de janeiro de 2018  
OLGUIN RICARDO METZ  
Prefeito em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 006/2018**

Publicação Nº 1486616

PORTARIA Nº 006/2018  
SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito Municipal de Arabutã em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 12 de janeiro de 2018, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 452/2017, de 22 de dezembro de 2017, da servidora RÚBIA C. PATZLAFF KIEKOW, inscrita no CPF sob nº. 022.227,659-27, ocupante do cargo de Secretária de Educação, sendo que os mesmos serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de janeiro de 2018.  
OLGUIN RICARDO METZ  
Prefeito em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA 007/2018**

Publicação Nº 1486683

PORTARIA Nº 007/2018  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz Prefeito de Arabutã em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, ao servidor MARCELO R. KIEKOW, inscrito no CPF sob nº. 933.392.759-04, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Motorista de Ambulância, férias referentes ao período aquisitivo de 13 de julho de 2016 a 12 de julho de 2017, para

serem gozadas no período de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2018.

Art.2º Fica reduzido em 07 (sete) dias, o período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular deven-do, portanto, apresentar-se ao serviço a partir do dia 07/02/2018

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 10 de janeiro de 2018.  
OLGUIN RICARDO METZ  
Prefeito em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**PREGÃO 05.2018**

Publicação Nº 1487846

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 008/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e serviço de mão de obra, visando o conserto da FIAT DUCATO, placa MKR 1277, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" do Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 24/01/2018.  
Abertura: às 09h00 do dia 24/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 10 de Janeiro de 2018  
Olguin Ricardo Metz  
Prefeito em Exercício

**SEGUNDO ADENDO AO EDITAL 01/2018**

Publicação Nº 1487362

**SEGUNDO ADENDO AO EDITAL AO CONCURSO PÚBLICO nº 01/2018**

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Avenida Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representado por seu Prefeito em Exercício Olguin Ricardo Metz, torna público o Segundo Adendo ao EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO nº 01/2018.

1. O Número de vagas para o cargo de Agente de Tecnologias Agropecuárias, citado no Anexo I, do Edital do CONCURSO PÚBLICO 01/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Carga Horária Semanal	Quantidade de Vagas	Vencimento	Escolaridade/Qualificação
Agente de Tecnologias Agropecuárias	40 h	01	1.704,00	Técnico em Agropecuária, Técnico em Agronegócio, Técnico Agrícola e outras formações técnicas da área afim e/ou Graduação em nível superior em Administração Rural, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Florestal e outras formações em nível superior na área das Ciências Agrárias, com o respectivo registro junto ao Conselho fiscalizador do exercício profissional, no que couber.

2. O item "6.1." do Edital do CONCURSO PÚBLICO 01/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"6.1. Os habilitados e aprovados neste Concurso serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos da legislação do Município de Arabutã SC, em especial ao disposto na LC 158/2014, LC 159/2014 e LC 204/2017."

3. O Preâmbulo do Edital do CONCURSO PÚBLICO 01/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Município de Arabutã SC, inscrito no CNPJ nº 95.995.221/0001-53, com sede na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, Arabutã, SC, torna público que se encontram abertas, no período de 11 de janeiro de 2018 a 05 de fevereiro de 2018, as inscrições para o concurso público com vistas ao preenchimento de cargos efetivos vagos ou que vierem a vagar, no prazo do certame, constantes no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, classe inicial, previstos na Lei Complementar nº 204, de 26 de dezembro de 2017, os quais se submeterão ao plano de carreira previsto na Lei Complementar nº 158 de 29 de dezembro de 2014, com suas alterações e regime estatutário previsto na Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014 com suas alterações, regendo-se o certame de acordo com as instruções deste Edital."

4. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Arabutã, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Olguin Ricardo Metz  
Prefeito em Exercício

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2018 - PR

Publicação Nº 1487784

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0001/2018 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS, GRAXAS E FILTROS, EM PROVEITO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA, VISANDO A MANUTENÇÃO EM CARÁTER PREVENTIVO E PERIÓDICO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES ÀS SUAS FROTAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, COM FORNECIMENTO CONTINUADO, PELO PERÍODO MÁXIMO DE 1 ANO A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 08h:00 do dia 23/01/2018

Abertura dos Envelopes: Às 08h:30m do dia 23/01/2018

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroio30.com.br](mailto:compras@arroio30.com.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 09 de Janeiro de 2018

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal



# Ascurra

## PREFEITURA

### ATA DE PREÇOS REGISTRADOS PREGÃO 69/2017

Publicação Nº 1486929

PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Benjamin Constant, 221, centro, Ascurra/SC, 89138-000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Lairton Antonio Possamai, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 69/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei n. 10.520/02, Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO DIVERSOS PARA TODOS OS SETORES QUE COMPÕE ESTA ADMINISTRAÇÃO, conforme quantitativos e condições a seguir:

COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA - EPP				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
4. TUBO DE CONCRETO 200MM DIAM. SIMPLES.	100	UND	12,05	1.205,00
6. TUBO DE CONCRETO 1000MM DIAM. PA2.	100	UND	219,00	21.900,00
INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
5. TUBO DE CONCRETO 800MM DIAM. PA1.	250	UND	133,90	33.475,00
MONDINI EXTRACAO DE AREIA LTDA EPP				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1. AREIA MÉDIA DE RIO.	200	M3	41,99	8.398,00
2. AREIA MÉDIA INDUSTRIAL.	300	M3	37,79	11.337,00
3. MISTURA (CONTAMINADO)	200	M3	37,79	7.558,00

1.2 Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Ascurra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

#### 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 69/2017 e seus anexos;
- Proposta da (s) Licitante(s).

#### 3 VIGÊNCIA

3.1 Os preços registrados por força do processo terão validade até 5/5/2018, com início a partir da assinatura da ata de registro de preços.

#### 4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos serão fornecidos de forma PARCELADA, em atendimento às requisição expedida pelo servidor público municipal designado pela Administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento do contrato, e deverão ser feitas no local indicado na respectiva requisição.

4.2 Após o recebimento da requisição, a empresa deverá entregar os produtos requisitados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.3 A empresa vencedora deverá entregar o objeto no local indicado na solicitação, compreendendo qualquer local dentro dos limites do Município de Ascurra.

4.4 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, o MUNICIPIO DE ASCURRA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.5 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura correspondente as quantias entregues realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.6 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte (frete), tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

#### 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017 e 2018:

DOTAÇÕES							
Exercício da despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Subelemento	Vínculo
2017	436	04	001	2009	3339000000000000	3339030240000000	01010000
2017	437	04	001	2009	3339000000000000	3339030240000000	01360000
2017	459	04	001	2013	3339000000000000	3339030240000000	01010000
2017	470	04	002	2008	3339000000000000	3339030240000000	01000000
2017	475	06	001	2015	3339000000000000	3339030510000000	01000000
2017	488	07	001	2016	3339000000000000	3339030510000000	01000000
2017	523	07	001	2063	3339000000000000	3339030510000000	01640200
2017	620	04	002	2008	3339000000000000	3339030510000000	03000000

## 6 REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## 9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Ascurra, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Ascurra, 4 de dezembro de 2017.


MUNICÍPIO DE ASCURRA  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
CONTRATANTE

COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA - EPP  
RENE GILBERTO ZONTA  
CONTRATADA

INOVA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME  
ODAIR MACHADO  
CONTRATADA

MONDINI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP  
PEDRO FABIO MONDINI  
CONTRATADA

## ATA DE PREÇOS REGISTRADOS PREGÃO 71/2017

Publicação Nº 1486930

PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra/SC, CEP 89.138-000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Lairton Antonio Possamai, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 71/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MELHORIAS NAS ESTRADAS MUNICIPAIS, E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TERRAPLENAGEM NA ZONA RURAL E URBANA DESTE MUNICÍPIO, PARA VIGÊNCIA DE 12 MESES, conforme quantitativos e condições a seguir:

JM TERRAPLANAGEM - JEAN MENIN ME				
Item e Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA, TRACÇÃO 6X4, CAPACIDADE NÃO INFERIOR A 10M³, ANO MÍNIMO DO VEÍCULO 2008. DISPONIBILIDADE MÍNIMA DE 3 (TRÊS) EQUIPAMENTOS SIMULTANEAMENTE.	1.500	HORAS	R\$ 70,00	R\$ 105.000,00
4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, DE NO MÍNIMO 14 TONELADAS, ANO MÍNIMO DO EQUIPAMENTO 2010.	1.000	HORAS	R\$ 107,99	R\$ 107.990,00
7. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORAS DE ROLO COMPACTADOR, PÉ DE CARNEIRO E LISO, MÍNIMO 9 TONELADAS.	300	HORAS	R\$ 130,00	R\$ 39.000,00
TERRAPLANAGEM ZIMATH EIRELI ME.				
Item e Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, DE NO MÍNIMO 20 TONELADAS, ANO MÍNIMO DO EQUIPAMENTO 2010.	1.000	HORAS	R\$ 120,00	R\$ 120.000,00
8. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORAS DE TRATOR ESTEIRA, MÍNIMO 12 TONELADAS.	300	HORAS	R\$ 117,00	R\$ 35.100,00
9. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM HORAS DE RETROESCAVADEIRA, TRACÇÃO 4X4, ANO MÍNIMO DO EQUIPAMENTO 2010.	1.000	HORAS	R\$ 78,00	R\$ 78.000,00

1.2 Este instrumento não obriga o MUNICIPIO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 71/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

## 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura desta ata.

## 4 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A prestação dos serviços será conforme necessidade das Secretarias de Agricultura, Obras, Estradas e Serviços Urbanos e deverão ser prestados em um prazo máximo de 3 (três) dias, mediante apresentação de requisição pela Administração.

4.2 Para fins de contabilidade das horas previstas no quantitativo referente às máquinas, será considerado como horas trabalhadas as aferidas no horímetro da máquina do momento do início até o término dos trabalhos executados pela contratada.

4.3 A empresa contratada obriga-se a:

- a) Manter profissional operador da máquina devidamente contratado/registo na empresa e habilitado na forma da legislação vigente;
- b) Arcar com todo e qualquer custo manutenção e transporte de máquinas e equipamentos (peças/diesel/reparos) etc;
- c) Manter os equipamentos que serão utilizados para a execução dos serviços objeto da contratação em perfeito estado de conservação, de modo que seja possível o seu pleno funcionamento. Na hipótese de pane elétrica ou mecânica ou de defeito que implique a perda ou potência do equipamento, a contratada se obriga a executar os reparos imediatamente no próprio local em que estão sendo desenvolvidos os trabalhos. Caso não seja possível tal providência ou caso o conserto demande o prazo maior que 1 (um) dia, a contratada se obriga a substituir o equipamento por outro regular;
- d) Arcar com todos os custos de hospedagem e alimentação de seus funcionários e prepostos quando a serviço no município;
- e) Arcar com todos os custos de impostos de responsabilidade da licitante participante, estes, de toda e qualquer natureza;
- f) Fornecer e ficar em dia quanto ao uso uniforme identificado da Empresa, bem como por EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) de funcionários e prepostos da Empresa quando a serviço do Município.

4.4 A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho.

## 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios de 2017 e 2018:

DOTAÇÕES							
Exercício da despesa	Referência	Órgão	Unidade	Ação	Plano	Subelemento	Vínculo
2017	475	06	001	2015	3339000000000000	3339039990000000	01000000
2017	478	07	001	1008	3339000000000000	3339039990000000	01640100
2017	488	07	001	2016	3339000000000000	3339039990000000	01000000
2017	523	07	001	2063	3339000000000000	3339039990000000	01640200

## 6 REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato,



cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## 7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## 8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos materiais adquiridos.

## 9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos materiais já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## 10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia no atraso injustificado na prestação dos serviços, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior.
- 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Ascurra, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
- 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
- 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

## 11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Ascurra, 12 de dezembro de 2017. MUNICÍPIO DE ASCURRA  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
CONTRATANTE

TERRAPLANAGEM ZIMATH LTDA ME  
ROLAND ZIMATH JUNIOR  
CONTRATADA

JM TERRAPLANAGEM – JEAN MENIN ME  
JEAN MENIN  
CONTRATADA

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 001/2018 FMAS

Publicação Nº 1486818

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO 005/2017- FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - FMAS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018-FMAS

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesete o MUNICÍPIO DE Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL BALNEARIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na NEREU RAMOS Nº. 817, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 12.679.392/0001-46, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA REPASSE AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA DEVIDAMENTE CADASTRADAS CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 419/2014., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.  
NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA – R\$ 37.200,00

Balneário Piçarras/SC, 09 de janeiro de 2018.

ANA PAULA RIBEIRO STIEBLER – Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### CONTRATO 001/2018 FME

Publicação Nº 1486705

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS Secretaria de Administração	
--	--

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS E A EMPRESA TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ME PARA FORNECIMENTO DE UNIFORME ESCOLAR.

CONTRATO Nº 001/2018 – FME DE 09/01/2018  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2017 – FME  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016 – FME  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016 – FME  
HOMOLOGADO EM 18/01/2017

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Emanuel Pinto, nº. 1.655, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.335/0001-48, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representado pela sua Gestora Sra. LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 030.165.399-26, residente e domiciliada à Rua Mario Bras Santana, nº 395, Centro, Balneário Piçarras/SC, infra-assinado,

doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ME com sede em Navegantes, na Rodovia BR 470, Km 06, nº5400, Bairro Machados, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.304.046/0001-43, neste ato representada pela Sra. Edjane Mara Domingos Correa, inscrito no CPF sob nº 816.640.959-34, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 027/2016, Pregão Presencial nº 016/2017, Ata de Registro de Preços 013/2017 FME, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer uniforme escolar (inverno e verão) para distribuição aos alunos da Escolas de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 1.470.600,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil e seiscentos reais), a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimentos dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

2.1 - Os pagamentos referidos acima serão efetuados após conferência e aceite da Secretaria de Educação, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da dotação:

242 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil – R\$ 514.710,00

245 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – R\$ 955.890,00

#### CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

7 - A CONTRATADA deverá fornecer o objeto de forma parcelada, no prazo de até 10 (dez) dias, conforme pedido da Secretaria de Educação após recebimento de Autorização de Fornecimento, na Secretaria Municipal de Educação no endereço Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº68, Centro, Balneário Piçarras/SC ou nos

locais por ela indicados.

7.1 – O presente contrato terá vigência de 01 ano, a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

a) fornecer os produtos mencionados na Cláusula Primeira, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela PREFEITURA, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento e qualidade do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) a falta de quaisquer dos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

f) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

g) fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura.

h) reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

#### CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes estipulam uma multa contratual de valor igual a 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, à parte que, por qualquer razão, infringir dispositivo constante do presente contrato, incorrendo a parte infratora, ainda, em todas as despesas de eventual execução judicial, custas, honorários advocatícios e demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 – O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Educação, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE: a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) Quando necessária à modificação do

valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes: a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial; c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 – Constituem motivo para rescisão do presente contrato:

I - O não cumprimento de suas cláusulas e especificações;

II - O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas e especificações;

III - A subcontratação, parcial ou total, do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no Edital, bem como a fusão, cisão ou a incorporação, que afetem a boa execução deste;

IV - O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

V - O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;

VI - A decretação de falência, ou pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

VII - A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do presente;

VIII - O protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

IX - Razões de interesse do serviço público,

X - A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XI - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrentes da locação e/ou serviços já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Balneário Piçarras, 09 de janeiro de 2018.

Textil Brasil Ind. E Com. De Confecções Ltda - Me  
CONTRATADA

Laureci Bernadete Schneider Pereira  
Gestora do Fundo Municipal de Educação



LEONEL JOSÉ MARTINS  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Balneário Piçarras(SC), 22 de dezembro de 2017.  
Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Obs: O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Mural do Edifício da Prefeitura Municipal.

#### T E S T E M U N H A S

Nome: Allan Diego Eleuterio Nome: Rosani Cesário Pereira  
C.P.F. 059.514.879-43 C.P.F. 576.380.989-00

Obs: O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, bem como publicado no Mural do Edifício da Prefeitura Municipal.

ANA LUCIA WILVERT  
Secretária Municipal de Fazenda  
De acordo:  
José Grava Neto  
OAB/SC 26.627  
Procurador Jurídico

#### CONTRATO 002/2018 FME

Publicação Nº 1486661

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
CONTRATO 002/2018 – FME  
DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2017 – FME  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016 – FME  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 – FME  
CONTRATADO: TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 029/2016, Pregão Presencial nº 018/2016, Ata de Registro de Preços 017/2017 do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer tênis para distribuição aos alunos das Escolas de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras.

VALOR GLOBAL DE R\$245.959,00,  
Balneário Piçarras, 09 de janeiro de 2017.  
LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo municipal de Educação

#### CONTRATO 031/2017 PMBP

Publicação Nº 1487171

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CONTRATO Nº 031/2017 - PMBP DE 22/12/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2017 - PMBP  
TOMADA DE PREÇOS 010/2017 - PMBP  
HOMOLOGADO EM 22/12/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 069/2017 - PMBP – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2017 - PMBP, e tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, CALÇADAS, LOMBADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ABÍLIO MANOEL DE BORBA - TRECHO 1 E 2 conforme documentos anexos ao Processo, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo.

BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA  
VALOR DO CONTRATO R\$ 144.378,94  
VIGENCIA: 21/04/2018



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 003/SAMAE/2018

Publicação N° 1487668

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 003/SAMAE/2018.

Tipo: MENOR PREÇO Global.

Data e horário da sessão de abertura: 31/01/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço técnico profissional para elaboração e instalação de projeto de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, para o uso do SAMAE de Balneário Rincão – SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico [licitacao@balneariorincao.sc.gov.br](mailto:licitacao@balneariorincao.sc.gov.br)

Balneário Rincão – SC, 10 de Janeiro de 2018.

Pregoeira

Gisele Ferreira

# Bandeirante

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2018 FMS

Publicação Nº 1487328

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE  
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2018  
CREDENCIAMENTO

O Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante informa que, encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE DISPONIBILIZEM DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICA ESPECIALIZADAS, PARA O ANO DE 2018, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação a partir da publicação do presente extrato até as 09h30min do dia 02/02/2018, no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antonio.

O Edital estará disponível no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br).  
Informações pelo fone (049) 3626 0012, ou pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br)

Bandeirante/SC, 10 de janeiro de 2018.  
Neuri Biazzi - Gestor do FMS.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATO 008/2017 DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

Publicação Nº 1487318

ATO 008/2017

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DA PROVA ESCRITA  
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

A Presidente do IPREVE - Instituto de Previdência Social do Município de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão de Concurso Público, e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1. Divulga-se a Classificação Preliminar da Prova Escrita, do Concurso Público nº 001/2007, constante do anexo I deste ato, em ordem decrescente de nota final.
2. Os candidatos que solicitaram vaga para deficiente restaram reprovados na Classificação.
3. Os recursos contra a classificação preliminar poderão ser interpostos nos 11 e 12 de janeiro de 2018, conforme edital.

Barra Velha, 10 de janeiro de 2018

Valter Marino Zimmermann Moema Ramos Alvim Gouveia

Prefeito Municipal Presidente do IPREVE

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROVA ESCRITA

Agente Administrativo   Ensino Médio Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	739418	31/10/1983	Marcos Antonio Fornari	14	2,80	17	5,10	31	7,90	Aprovado
2	762163	08/11/1984	Maria Heloisa Becker	17	3,40	14	4,20	31	7,60	Aprovado
3	756847	06/06/1989	Giacomo Gasparelo Oliveira	15	3,00	14	4,20	29	7,20	Aprovado
4	761068	22/04/1983	Etiene Cristina Checo Schicovski	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
5	745049	18/01/1993	Loana Keitelin Moreira Da Silva Pereira	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
6	768548	17/09/1985	Robson Rosa Dos Santos	14	2,80	13	3,90	27	6,70	Aprovado
7	743573	06/07/1968	Jose Ricardo Gomes	15	3,00	12	3,60	27	6,60	Aprovado
8	739160	02/08/1986	Felipe Ferreira Alcoforado	13	2,60	13	3,90	26	6,50	Aprovado
9	742537	09/05/1981	Alessandra Regina Lucas	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
10	744973	20/05/1982	Diego Keske Ramos	13	2,60	12	3,60	25	6,20	Aprovado
11	741710	30/10/1991	Daniel Schiavoni	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
12	773796	16/03/1992	Jadsman Pereira	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
13	739705	26/04/1974	Elizangela De Andrade De Souza	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
14	763759	09/06/1978	Claudio Angiolletti	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
15	775640	02/05/1982	Aylla Karina Schulte	12	2,40	12	3,60	24	6,00	Aprovado
	774458	06/06/1976	Rodrigo Luchesi Tichy	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Reprova- do
	776285	16/12/1980	Marcelo Policarpo	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Reprova- do
	765783	01/10/1996	Julia Goetten Carvalho	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Reprova- do
	744577	30/03/1982	Andre Luiz Da Silva Correia	14	2,80	10	3,00	24	5,80	Reprova- do
	739152	21/08/1987	Gabriela Abaide Moretti	14	2,80	10	3,00	24	5,80	Reprova- do
	738830	14/11/1995	Heitor Dos Santos Militao Jacino	14	2,80	10	3,00	24	5,80	Reprova- do
	776516	04/07/1988	Isabel Machado	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Reprova- do

774396	28/04/1993	Josder Da Silveira Martins	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Reprova-do
743725	03/09/1993	Jeferson Siqueira Balelo	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Reprova-do
761280	06/07/1994	Thais Aparecida Amaro	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Reprova-do
752948	04/04/1965	Silvone Spitzner	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Reprova-do
739821	28/01/1989	Thais Fernanda Rodrigues De Lima Ferrari	13	2,60	10	3,00	23	5,60	Reprova-do
741874	22/04/1995	Glaciela Paczkovski	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Reprova-do
739788	28/10/1989	Ricardo Carlos Ferrari	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Reprova-do
773354	11/09/1974	Fabio Dorian Goncalves	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Reprova-do
766293	05/10/1979	Eliane Da Silva	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Reprova-do
758102	01/06/1988	Kelly Cristina Do Carmo	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Reprova-do
775740	30/03/1994	Mayra Maria Souza	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Reprova-do
752879	21/02/1995	Jorge Da Veiga Neto	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Reprova-do
750647	19/01/1996	Barbara Amanda Leite Da Silva	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Reprova-do
761492	06/11/1990	Vagner Henrique Barbosa De Moraes	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Reprova-do
738570	21/01/1991	Emerson Eduardo Kuehn	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Reprova-do
738497	26/11/1991	Aline Arbigauss Ferreira	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Reprova-do
745642	21/02/1991	Andreia Ferreira Lourenco	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Reprova-do
742416	20/11/1978	Rosana Dos Santos Barbosa	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Reprova-do
747937	05/07/1982	Anderson Tavaroni Da Silva	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Reprova-do
763290	16/06/1968	Pedro Ivo Schlickmann	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprova-do
741671	29/06/1988	Jennifer Ludwig Costa	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprova-do
775223	10/08/1993	Roberto De Oliveira Junior	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprova-do
775465	24/02/1995	Kethyn Da Silva	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprova-do
739069	12/08/1997	Vinicius Dos Santos Da Silva	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprova-do
768620	18/04/1996	Andre Luis Lourenco Junior	14	2,80	7	2,10	21	4,90	Reprova-do
742647	23/06/1991	Lidiane Ponchirolli	6	1,20	12	3,60	18	4,80	Reprova-do
763355	19/06/1982	Ketlen Da Costa E Arruda	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprova-do
773510	13/04/1990	Marcos Eduardo Körber	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprova-do
738659	25/12/1990	Sabrina Kunze	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprova-do
767048	19/09/1985	Andrey Jose Benedine	12	2,40	8	2,40	20	4,80	Reprova-do
744688	13/02/1985	Adriana Rodrigues Sanches	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprova-do
738761	08/11/1988	Marcelo Klimke Bento	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprova-do
774292	25/02/1992	Anderson De Oliveira	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprova-do

773789	30/04/1994	Graziela De Fátima Candão Pereira	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprova-do
743138	24/06/1956	Vera Lucia De Deus Bento	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Reprova-do
745015	28/10/1986	Willian John	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Reprova-do
775935	06/06/1992	Thays Cristini Müller	8	1,60	10	3,00	18	4,60	Reprova-do
739602	16/07/1986	Raquel Atanasio	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Reprova-do
742934	18/02/1998	Amanda Moraes	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Reprova-do
771633	21/12/1955	Regina Prachthauser Pereira	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Reprova-do
750299	25/12/1976	Robson Jose Castro Pereira	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Reprova-do
767700	04/09/1999	Edlaine Jacinto Da Silva	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Reprova-do
740994	11/10/1976	Ilane Marizete Da Silva	12	2,40	7	2,10	19	4,50	Reprova-do
766635	04/03/1999	Claudionir Arbigauss Junior	12	2,40	7	2,10	19	4,50	Reprova-do
761897	04/09/1956	Suely De Lima	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Reprova-do
757083	12/11/1991	Douglas Conrado Conti	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Reprova-do
775484	11/08/1980	Danielle A. Wittmann Da Costa	5	1,00	11	3,30	16	4,30	Reprova-do
776217	26/04/1979	Josemar Adilson Verediana	11	2,20	7	2,10	18	4,30	Reprova-do
738709	28/08/1988	Imer Pereira Neto	11	2,20	7	2,10	18	4,30	Reprova-do
776609	28/02/1992	Fernanda Andreia Regert Dos Passos	11	2,20	7	2,10	18	4,30	Reprova-do
775531	24/05/1991	Ruan Eduardo Da Costa	6	1,20	10	3,00	16	4,20	Reprova-do
775533	15/11/1996	Valesca Ferraz Graf	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Reprova-do
740254	31/03/1979	Josi Da Silva	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Reprova-do
738599	23/08/1977	Ester Reis De Franca	10	2,00	7	2,10	17	4,10	Reprova-do
761222	02/06/1996	Marina Gabrielle Goncalves De Oliveira	10	2,00	7	2,10	17	4,10	Reprova-do
746965	23/07/1990	Jose Joaquim Douglas Wundevalde Tavares	8	1,60	8	2,40	16	4,00	Reprova-do
770104	07/10/1979	Daniela De Assis Pereira	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Reprova-do
762915	01/01/1973	Lucimara Goncalves De Oliveira	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Reprova-do
744440	24/03/1984	Paula Tatiana Santana Vechi	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Reprova-do
751876	20/05/1992	Janaina Adelia Duarte	5	1,00	9	2,70	14	3,70	Reprova-do
775597	21/06/1973	Marcio Andre Deitos	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Reprova-do
745051	15/08/1986	Karla Crystina Thomassen	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Reprova-do
748227	19/01/1990	Carla Batschauer Gonçalves	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Reprova-do
745653	01/11/1999	Bruna Motta Dos Santos	6	1,20	8	2,40	14	3,60	Reprova-do
757761	02/11/1990	Amanda Da Rosa Marcelo	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Reprova-do
766003	10/07/1998	Gabriel Vicente Claudino	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Reprova-do



749405	10/10/1962	Marina Tromm	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Reprova- do
738632	22/02/1983	Janaina De Luca Da Rocha	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Reprova- do
738976	20/02/1998	Alessandro Quirino Dos Santos	10	2,00	5	1,50	15	3,50	Reprova- do
745012	02/07/1981	Ana Carina Salvin	5	1,00	8	2,40	13	3,40	Reprova- do
752720	01/03/1991	Bruna Da Silveira	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Reprova- do
776735	18/11/1981	Eliana Filomena Da Silva	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Reprova- do
744570	27/09/1988	Franciele Caroline Costa Da Trindade	9	1,80	5	1,50	14	3,30	Reprova- do
741363	05/08/1995	Karine Aparecida Gavasso	7	1,40	6	1,80	13	3,20	Reprova- do
774541	26/03/1996	Jessica Luiza Urias Bento	6	1,20	5	1,50	11	2,70	Reprova- do
747720	09/02/1999	Leandro Dos Santos Zamberlan	4	0,80	5	1,50	9	2,30	Reprova- do
739244	13/05/1989	Aline Dalla Vecchia Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
773916	15/12/1966	Artides Rodrigues Junior	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
742918	25/07/1985	Ary Henrique Santos De Macedo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
761452	07/10/1991	Bruna Aparecida Da Silva Davini	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
738630	08/12/1982	Carlos Eduardo Rodrigues	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
738612	19/12/1998	Caroline Dos Santos Fagundes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
740400	18/12/1977	Diogo De Oliveira Brod	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
754015	21/05/1995	Edisia De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
773187	23/03/1991	Gessica Franciane Pereira Sezinando	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
744338	09/03/1984	Gilmara Luciano	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
741534	18/12/1968	Gisela Sonni Draeger Blahobrazoff Grimaldi	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
745962	18/07/1985	Ismael Oliveira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
753456	19/03/1987	Jackson Jose De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
774457	10/07/1994	Jhonatan Diego Tolentino	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
738973	20/05/1997	Joao Pedro Montanari	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
770670	08/04/1967	Joao Ramos Neto	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
741192	23/09/1977	Juliana Cavalcanti De Sousa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
742650	22/03/1979	Karina Porto Goes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
739895	23/01/1981	Kelen Cristiane Pinto Soares	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
745883	03/10/1975	Leandro Kraemer	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
739810	12/12/1964	Lucia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
747451	22/03/1994	Lygia Daphne De Carvalho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
739203	28/01/1976	Marcelo Machado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
739950	24/11/1980	Marcelo Povoas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
769003	21/10/1987	Marcelo Sikora	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
775080	29/01/1980	Renata Knupp Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
746058	14/02/1983	Renata Sant Ana Tavares	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
761084	15/07/1991	Rosimery De Fatima Moreira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
744660	16/11/1977	Sandro Mendes De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
756096	15/10/1980	Silene De Nazare Ribeiro De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
743821	23/02/1988	Vanessa Tatiane Da Trindade	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

Advogado | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	770363	25/03/1992	Lucas Scagliusi Miguel	13	2,60	19	5,70	32	8,30	Aprovado
2	772807	18/08/1995	Caroline De Souza	11	2,20	20	6,00	31	8,20	Aprovado
3	743978	26/09/1980	Fabiano Bastos Garcia Teixeira	15	3,00	17	5,10	32	8,10	Aprovado
4	739039	28/09/1981	Alexandre Velame	13	2,60	18	5,40	31	8,00	Aprovado
5	743989	27/04/1994	Theo Rocha Toscano De Lima	11	2,20	18	5,40	29	7,60	Aprovado
6	738655	14/02/1983	Vitor Casagrande Junior	14	2,80	16	4,80	30	7,60	Aprovado
7	744721	10/09/1993	Vinicius De Melo Silva	12	2,40	17	5,10	29	7,50	Aprovado
8	750688	16/07/1981	Peterson Walter Scabury De Oliveira	13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado
9	775658	26/10/1988	Thiago Enrique Shoda	16	3,20	14	4,20	30	7,40	Aprovado
10	739521	18/10/1993	Amanda Gabriela Souza Oliveira	11	2,20	17	5,10	28	7,30	Aprovado
11	767620	28/06/1990	Rafael Alt Santos De Chaves	10	2,00	17	5,10	27	7,10	Aprovado
12	744183	12/12/1985	Barbara Prochaska Lemos	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado
13	746961	01/05/1993	Thaís Bozz	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado
14	771399	17/09/1993	Monica Heloisa Fagundes	8	1,60	18	5,40	26	7,00	Aprovado
15	739434	31/03/1992	Matheus Zimmermann Freitas	14	2,80	14	4,20	28	7,00	Aprovado
16	765906	13/01/1990	Tiago Murilo De Souza	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
17	761387	21/06/1991	Dayane Cristina Pontes	12	2,40	15	4,50	27	6,90	Aprovado
18	768766	03/11/1988	Sabrina Dorn	10	2,00	16	4,80	26	6,80	Aprovado
19	739565	22/02/1989	Jefferson Luiz Ostrowski	13	2,60	14	4,20	27	6,80	Aprovado
20	776797	09/12/1967	Jeane Beatriz Godoy	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
21	741597	03/05/1985	Heloisa Pereira Rodrigues	12	2,40	14	4,20	26	6,60	Aprovado
22	767240	22/05/1992	Gustavo Da Silva Machado	10	2,00	15	4,50	25	6,50	Aprovado
23	771561	13/07/1987	Natalia da Silva Pavan	11	2,20	14	4,20	25	6,40	Aprovado
24	776730	30/07/1984	Eurico Dos Santos Junior	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
25	746023	18/10/1994	Wilson Cristofolini Junior	10	2,00	14	4,20	24	6,20	Aprovado
26	752754	20/10/1987	Christiano Sell Neto	13	2,60	12	3,60	25	6,20	Aprovado
27	756799	01/07/1987	Gabriella Cardoso Da Silva	8	1,60	15	4,50	23	6,10	Aprovado
28	771039	02/03/1977	Marlete De Souza	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
29	740534	08/10/1992	Tamara Suarez Rodrigues	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
30	748084	27/02/1994	Jolivete Nantes Fontoura	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
	775175	12/10/1987	Darlon Nogueira Martins	10	2,00	13	3,90	23	5,90	Reprova- do
	775620	05/02/1992	Tasso Jardel Vilande	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Reprova- do
	767849	01/07/1991	Aladia Cristina Sedrez	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Reprova- do
	762114	01/03/1991	Bruno Petersson Pacheco	14	2,80	10	3,00	24	5,80	Reprova- do
	775659	19/03/1985	Philip Ferraz De Abreu	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Reprova- do
	743219	20/07/1992	Morgana Dos Santos	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Reprova- do
	758873	28/05/1969	Katia Geni Raiter Mathias	11	2,20	11	3,30	22	5,50	Reprova- do
	776557	02/08/1986	Antonioni Lucas Costa Magalhaes	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Reprova- do
	744301	12/01/1975	Antonio Carlos Rodrigues	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Reprova- do
	775294	26/09/1985	Thiago Alexandre	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Reprova- do
	744459	16/01/1995	Bianca Testoni	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Reprova- do

775323	04/06/1988	Josilaine Eliz Marchiori	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Reprova-do
765184	09/01/1995	Andressa De Souza Da Silva	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Reprova-do
775320	10/10/1972	Roberto Leu	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprova-do
776151	17/02/1981	Isabelle Cortes Carnasciali	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprova-do
738749	12/04/1991	Giovani Teixeira Dominghini	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprova-do
770644	16/06/1989	Camila Garcia	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprova-do
771314	21/08/1989	Murilo Campos Peralta	12	2,40	8	2,40	20	4,80	Reprova-do
755292	10/02/1990	Layla Caroline Wehr	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Reprova-do
738939	31/05/1993	Mariana Danna Vicente	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Reprova-do
758330	22/07/1990	Marjorie Amanda Pinto Fogaca	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Reprova-do
774063	06/05/1994	Ana Flavia Rosa	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Reprova-do
740077	30/06/1962	Miraci Severo Vieira	8	1,60	9	2,70	17	4,30	Reprova-do
747084	18/03/1989	Daiane Wrobel Stella	10	2,00	7	2,10	17	4,10	Reprova-do
770635	09/06/1995	Ana Paula Müller	13	2,60	5	1,50	18	4,10	Reprova-do
758882	24/02/1964	Maria Aparecida Gruner	11	2,20	6	1,80	17	4,00	Reprova-do
738948	16/10/1988	Rafael Mendes Do Nascimento	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Reprova-do
776445	27/02/1990	Juciara Reis Censi	10	2,00	6	1,80	16	3,80	Reprova-do
757795	13/10/1993	Augusto Farias Klug	8	1,60	7	2,10	15	3,70	Reprova-do
750276	09/03/1980	Ana Maria Da Luz Quadros Pereira	9	1,80	6	1,80	15	3,60	Reprova-do
740993	10/03/1975	Erika Valentina De Oliveira	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Reprova-do
773126	20/04/1976	Fabiola Alves	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Reprova-do
762097	03/06/1988	Carla Aline Dolzan	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Reprova-do
768113	13/04/1982	Naidi Nagila Espindola	10	2,00	4	1,20	14	3,20	Reprova-do
757217	02/07/1978	Patricia Pereira	8	1,60	5	1,50	13	3,10	Reprova-do
776455	23/01/1972	Gilmara Reis Censi	6	1,20	6	1,80	12	3,00	Reprova-do
776690	31/08/1988	Alan Gregory Retkva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
744102	07/05/1992	Alexis Thomaz Schroeder	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
776728	19/05/1988	Fernando Arndt	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
739664	23/12/1989	Flavia Adriana Bahnert	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
742455	11/09/1984	Islandia da Silva Gomes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
738932	20/06/1990	Jonatan Braga Ribeiro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
739059	11/07/1991	Juan Felipe Berti	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
739804	23/10/1976	Luciane Marin Da Silva Garcia Lehmkuhl	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
754841	14/05/1975	Margarete Jacques Giacomelli	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
775057	11/03/1986	Richard Delfino De Araujo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
738957	11/08/1988	Thays Mattos Melo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
739421	30/11/1982	Valter Altermar Ortiz Dos Santos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

## Contador | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Prova Escrita	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	776105	12/09/1981	Rubens Tives	14	2,80	16	4,80	30	7,60	Aprovado
2	776457	28/06/1980	Jonas Nestor Da Silva	12	2,40	13	3,90	25	6,30	Aprovado
3	738961	05/09/1987	Deivite Geraldo Alves	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
4	773139	04/02/1988	Aline Souza Ramos Kraisch	11	2,20	13	3,90	24	6,10	Aprovado
5	743024	28/03/1975	Otavio Augusto Mariano Meneguella	14	2,80	11	3,30	25	6,10	Aprovado
	775131	15/05/1976	James Severien	15	3,00	8	2,40	23	5,40	Reprovado
	754451	03/04/1987	Sheila Butzke Garcia	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Reprovado
	745177	08/01/1995	Fernanda Arbigauss	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Reprovado
	744602	11/03/1980	Paulo Fagundes Dos Reis Junior	8	1,60	11	3,30	19	4,90	Reprovado
	752821	24/03/1987	Diego Egidio Conzati	11	2,20	9	2,70	20	4,90	Reprovado
	755446	06/01/1988	Angela Fiori Ribeiro	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprovado
	745640	31/12/1988	Juliane Da Silva Magalhaes	9	1,80	10	3,00	19	4,80	Reprovado
	739844	08/09/1973	Marcos Paulo De Souza Pousa	7	1,40	11	3,30	18	4,70	Reprovado
	765343	12/12/1992	Stephanie Oliveira Dos Reis Delfino	10	2,00	9	2,70	19	4,70	Reprovado
	740931	12/04/1979	Evandro Jose Nogueira	11	2,20	8	2,40	19	4,60	Reprovado
	739670	07/01/1993	Fabio Luis Da Silva De Aviz	9	1,80	9	2,70	18	4,50	Reprovado
	773828	11/01/1982	Rosane Lopes De Camargo Vaz	10	2,00	8	2,40	18	4,40	Reprovado
	744584	03/09/1992	Taiara Bianca Salvador	9	1,80	8	2,40	17	4,20	Reprovado
	771886	30/01/1972	Leandro Juca De Lima	7	1,40	9	2,70	16	4,10	Reprovado
	756541	06/02/1957	Aloir Vieira Da Costa	9	1,80	7	2,10	16	3,90	Reprovado
	738791	29/12/1976	Marcio Alexandre Dos Santos	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Reprovado
	764086	19/02/1995	Katiane Ranghetti	7	1,40	8	2,40	15	3,80	Reprovado
	751562	07/11/1982	Gilmar Sebastiao Vieira	10	2,00	6	1,80	16	3,80	Reprovado
	775600	19/09/1992	Diogo Romario Aguiar	7	1,40	7	2,10	14	3,50	Reprovado
	739840	21/07/1990	Sueli Hermes	5	1,00	8	2,40	13	3,40	Reprovado
	743705	07/11/1990	Jonize Marlene Da Silva	8	1,60	6	1,80	14	3,40	Reprovado
	750291	16/01/1986	Luciana Vieira Matias	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Reprovado
	746092	31/05/1992	Marcio Anderson Lima	6	1,20	7	2,10	13	3,30	Reprovado
	751757	23/04/1978	Estela Roberta Ramos	7	1,40	6	1,80	13	3,20	Reprovado
	769836	16/12/1952	Harri Jose Fendrich	4	0,80	4	1,20	8	2,00	Reprovado
	776077	08/01/1978	Cristiane Alexandre	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	745957	10/08/1988	Deise Cristiane Oliveira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

	747672	08/10/1980	Ivan Tibincoski	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	774508	13/03/1955	Joaquim Fernandes De Oliveira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	764679	12/05/1996	Maira Iagla Jacques	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	740094	14/01/1970	Maximiliano Pacheco De Freitas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	775605	09/05/1983	Nicale Beatriz Pestana Polidoro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	747284	05/01/1988	Sidner De Jesus Custodio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	742738	22/06/1977	Walcione Dias Goes	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS Nº 12/2017

Publicação Nº 1486706

#### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Contrato Nº 095/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: COMASO CONSTRUÇÃO COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA. CNPJ 02.674.801/0001-68, Estrada Geral São Tomaz, s/nº, Rondinha, Papanduva, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEDRA BRITA, AREIA, PEDRISCO, CONCRETO USINADO E OUTROS.

Valor do Contrato: R\$ 487,50 (Quatrocentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

Data da assinatura: 04.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 096/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: HOBI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. CNPJ nº 80.752.959/0001-12- Localidade de Geriza – KM 06, s/nº, Iri-neópolis, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEDRA BRITA, AREIA, PEDRISCO, CONCRETO USINADO E OUTROS.

Valor do Contrato: R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais).

Data da assinatura: 05.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 097/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: COMASO CONSTRUÇÃO COMERCIO E INDÚSTRIA LTDA. CNPJ 02.674.801/0001-68, Estrada Geral São Tomaz, s/nº, Rondinha, Papanduva, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEDRA BRITA, AREIA, PEDRISCO, CONCRETO USINADO E OUTROS.

Valor do Contrato: R\$ 487,50 (Quatrocentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).

Data da assinatura: 05.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 098/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: HOBI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. CNPJ nº 80.752.959/0001-12- Localidade de Geriza – KM 06, s/nº, Iri-neópolis, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEDRA BRITA, AREIA, PEDRISCO, CONCRETO USINADO E OUTROS.

Valor do Contrato: R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais).

Data da assinatura: 05.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 101/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ALEX WILLIAN HOPPE, CPF nº 043.915.679-38, Rua Alberto Tokarski, nº11, Centro, Canoinhas/SC.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento, a prestação de serviços, pelo CONTRATADO, de assessoria e execução de leilões públicos, visando à alienação de bens de propriedade do CONTRATANTE.

Valor do Contrato: R\$ 7% (sete por cento).

Data da assinatura: 13.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 102/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME, CNPJ nº 16.982.129/0001-82, Rua Gustavo Brandes, nº 484, sala 02, Canoinhas/SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA.

Valor do Contrato: R\$ 46.577,88 (Quarenta e Seis Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta e Oito Centavos).

Data da assinatura: 13.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 103/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LIDERANÇA COMERCIO DE TINTAS LTDA - EPP, CNPJ nº 82.174.186/0001-60, Rua Tenente Ary Rauen, nº 200, Centro II, Mafra - SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA.

Valor do Contrato: R\$ 9.688,80 (Nove Mil Seiscentos e Oitenta e Oito Reais e Oitenta Centavos).

Data da assinatura: 15.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

##### Contrato Nº 104/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA STELZNER, CNPJ nº 27.436.958/0001-86, Rio dos Poços, Bela Vista do Toldo - SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS, CONSIDERANDO MÃO DE OBRA SEM FORNECIMENTO DE

MATERIAL, NA FORMA ESTABELECIDA NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICE DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI.

Valor do Contrato: R\$ 41.975,21 (Quarenta e Um Mil Novecentos e Setenta e Cinco Reais e Vinte Um Centavos).

Data da assinatura: 18.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 105/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA STELZNER, CNPJ nº 27.436.958/0001-86, Rio dos Poços, Bela Vista do Toldo - SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS, CONSIDERANDO MÃO DE OBRA SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA FORMA ESTABELECIDA NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICE DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI.

Valor do Contrato: R\$ 35.556,55 (Trinta e Cinco Mil Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).

Data da assinatura: 18.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 106/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA STELZNER, CNPJ nº 27.436.958/0001-86, Rio dos Poços, Bela Vista do Toldo - SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS, CONSIDERANDO MÃO DE OBRA SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA FORMA ESTABELECIDA NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICE DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI.

Valor do Contrato: R\$ 42.828,79 (Quarenta e Dois Mil Oitocentos e Vinte Oito Reais e Setenta e Nove Centavos).

Data da assinatura: 18.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 107/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: GOMES LUBRIFICANTES, CNPJ nº 22.017.890/0001-87, Rua Augusto Kuchler, nº150, Centro, Bela Vista do Toldo, SC. Objeto: REGISTRO DE PREÇO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), ASSIM DEFINIDAS PELO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, PARA REGISTRO DE PREÇO DE ÓLEOS, LUBRIFICANTES E FILTROS AUTOMOTIVOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLD/SC..

Valor do Contrato: R\$ 13.217,00 (Treze Mil Duzentos e Dezessete Reais).

Data da assinatura: 19.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 109/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MARIO ALVES MASSANEIRO ME, CNPJ nº 27.785.820/0001-92, Rio Bonito, Bela Vista do Toldo-SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS, CONSIDERANDO MÃO DE OBRA SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, NA FORMA ESTABELECIDA NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICE DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI.

Valor do Contrato: R\$ 10.181,23 (Dez Mil Cento e Oitenta e Um Reais e Vinte e Três Centavos).

Data da assinatura: 19.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 110/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ARAUCARIA ACESORIOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME, CNPJ nº 10.687.632/0001-29, Rua Frei Rogério, nº 777, Centro, Matos Costa, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DOS RECURSOS BB BRASIL CARINHOSO – APOIO CRECHES E FNDE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Valor do Contrato: R\$ 31.565,00 (Trinta e Um Mil Quinhentos e Sessenta e Cinco Reais).

Data da assinatura: 20.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 111/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LIDERANÇA COMERCIO DE TINTAS LTDA - EPP, CNPJ nº 82.174.186/0001-60, Rua Tenente Ary Rauhen, nº 200, Centro II, Mafra - SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS/FERRAMENTAS, PINTURA E DE LIMPEZA, PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA.

Valor do Contrato: R\$ 12.009,00 (Doze Mil e Nove Reais).

Data da assinatura: 21.12.2017.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

TERMOS ADITIVOS

Termo Aditivo Nº 026/2017 – PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: IM BORRACHARIA E LAVAÇÃO. CNPJ 27.870.759/0001-81, Rua Leopoldo Koch, s/n, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CREDENCIAMENTO para MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), ASSIM DEFINIDAS PELO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA, NOS DIVERSOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLD/SC.

Contrato: Aditivo de serviços continuados

Data de Assinatura: 07.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 027/2017 – PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: BORRACHARIA JULINSKI. CNPJ 17.417.740/0001-20, Rua Francisco Karvat Sobrinho, s/n, Centro, Bela Vista do Toldo/SC. Objeto: CREDENCIAMENTO para MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), ASSIM DEFINIDAS PELO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA, NOS DIVERSOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

Contrato: Aditivo de serviços continuados

Data de Assinatura: 07.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 028/2017 – PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: RODRIGO DOS SANTOS 077275563927. CNPJ 28.087.852/0001-87, Vila Rio da Veada, Major Vieira/SC. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO HORA/MÁQUINA, ESPECIALMENTE PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS, DENTRE OS QUAIS O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, para MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO DECRETO Nº 468/2017, DE 26 DE JUNHO DE 2017.

Contrato: Aditivo de serviços continuados.

Data de Assinatura: 08.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 029/2017 – PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: KOCH & LIMA TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI. CNPJ 12.029.665/0001-07, Rua Rodovia Ovidio Damaso da Silveira, Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO HORA/MÁQUINA, ESPECIALMENTE PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS, DENTRE OS QUAIS O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, para MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO DECRETO Nº 468/2017, DE 26 DE JUNHO DE 2017.

Contrato: Aditivo de serviços continuados.

Data de Assinatura: 08.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 030/2017 – PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA STELZNER ME. CNPJ 27.436.958/0001-86, Vila Rio dos Poços, Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO HORA/MÁQUINA,

ESPECIALMENTE PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS, DENTRE OS QUAIS O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, para MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO DECRETO Nº 468/2017, DE 26 DE JUNHO DE 2017.

Contrato: Aditivo de serviços continuados.

Data de Assinatura: 08.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 031/2017 – PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: AGROPRATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP. CNPJ 20.963.380/0001-77, Linha União da Serra, nº 50, Bairro Caravaggio, Nova Prata - RS.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data de Assinatura: 11.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 032/2017- PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: NILO MEURER EPP. CNPJ 24.735.598/0001-25, Rodovia SC 370, s/nº, Bairro Rio Pequeno, Grão Pará – SC.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 11.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 033/2017- PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: FREITAS COMERCIAL AGRICOLA EIRELI - EPP. CNPJ 27.883.350/0001-08, Rua João Batista de Mello, nº 960, sala 03, Centro, Sério – RS.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 11.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 034/2017- PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA ME. CNPJ 09.079.981/0001-89, Rua Caetano Costa, nº 793, Centro, Canoinhas, SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA EM GRAMA SINTÉTICA, DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 15.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 035/2017- PREF



Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CONSTRUTORA SAN REMO LTDA - EPP. CNPJ 10.771.614/0001-20, Avenida Papa João XXIII, nº 278, São Cristovão, Papanduva/SC.

Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA PRAÇA CENTRAL AO ACESSO DO MUNICÍPIO, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 15.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 036/2017- PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA. CNPJ 09.427.503/0001-12, Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Canto, Florianópolis/SC.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 19.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 037/2017- PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: PLANA - SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA. - ME. CNPJ 07.756.659/0001-11, Rua Duque Caxias, 594, Alto das Palmeiras, Canoinhas/SC.

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica na área de elaboração de projetos e captação de recursos.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 19.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 038/2017- PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA. CNPJ 83.073.536/0001-64, Rua Ottokar Doerffel, 841, Atiradores, Joinville, SC.

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na área de engenharia sanitária e ambiental.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 19.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 039/2017- PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: BITUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA. CNPJ 00.579.954/0001-09, Rua Prefeito Farid Abrahão, 332, São Francisco, Bituruna/PR.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NUM PERÍODO DE 113 DIAS LETIVOS NO ANO DE 2014.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 22.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 040/2017- PREF

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ 14.365.450/0001-92, Rodovia BR 280, 4.517, Boa Vista, Canoinhas, SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE PÓRTICO TURÍSTICO AO ACESSO DO MUNICÍPIO, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

Contrato: Aditivo de Prorrogação Contratual

Data da assinatura: 22.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

Termo Aditivo Nº 002/2017 – FMAS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratada: IM BORRACHARIA E LAVAÇÃO. CNPJ 27.870.759/0001-81, Rua Leopoldo Koch, s/n, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CREDENCIAMENTO para MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), ASSIM DEFINIDAS PELO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA, NOS DIVERSOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

Contrato: Aditivo de serviços continuados

Data de Assinatura: 22.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 003/2017 – FMAS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratada: BORRACHARIA JULINSKI. CNPJ 17.417.740/0001-20, Rua Francisco Karvat Sobrinho, s/n, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CREDENCIAMENTO para MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), ASSIM DEFINIDAS PELO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA, NOS DIVERSOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

Contrato: Aditivo de serviços continuados

Data de Assinatura: 22.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## SAÚDE

Termo Aditivo Nº 009/2017 – FMS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: IM BORRACHARIA E LAVAÇÃO. CNPJ

27.870.759/0001-81, Rua Leopoldo Koch, s/n, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CREDENCIAMENTO para MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), ASSIM DEFINIDAS PELO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA, NOS DIVERSOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

Contrato: Aditivo de serviços continuados

Data de Assinatura: 07.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo N° 010/2017 – FMS

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: BORRACHARIA JULINSKI. CNPJ 17.417.740/0001-20, Rua Francisco Karvat Sobrinho, s/n, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: CREDENCIAMENTO para MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), ASSIM DEFINIDAS PELO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/06, PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E BORRACHARIA, NOS DIVERSOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

Contrato: Aditivo de serviços continuados

Data de Assinatura: 07.12.2017

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal



# Belmonte

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1487796

MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Dispensa de Licitação Nº 01/2018

Objeto: Contratação da Associação Pública denominada "CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)" para que esta possa disponibilizar os serviços de tecnologia de informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária (GCIM e G-Simples) e Diário Oficial dos Municípios (DOM), ao valor anual de R\$ 4.200,00 para o exercício de 2018, por Dispensa de Licitação, com base legal no art. 24, XXVI, da Lei 8.666/93, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. A integral do Contrato encontra-se no endereço eletrônico [www.belmonte.sc.gov.br](http://www.belmonte.sc.gov.br), Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Belmonte/SC, 02 de janeiro de 2018.  
GENESIO BRESSIANI  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1487798

MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Dispensa de Licitação Nº 02/2018

Objeto: Rateio das despesas do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, entre os consorciados nos termos do Art. 8º DA LEI Nº. 11.107/05, ao valor anual de R\$ 6.000,00 para o exercício de 2018, por Dispensa de Licitação, com base legal no art. 24, XXVI, da Lei 8.666/93, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. A integral do Contrato encontra-se no endereço eletrônico [www.belmonte.sc.gov.br](http://www.belmonte.sc.gov.br), Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 02 de Janeiro de 2018.  
GENESIO BRESSIANI  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 - FMS

Publicação Nº 1487797

MUNICIPIO DE BELMONTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Dispensa de Licitação Nº 01/2018

Objeto: Rateio das despesas administrativas e custeio de serviços de saúde do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC-CIS/AMEOSC e, entre os consorciados nos termos do art. 8º da lei Nº. 11.107/05, ao valor anual de R\$ 31.620,00 para o exercício de 2018, por Dispensa de Licitação, com base legal no art. 24, XXVI, da Lei 8.666/93, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. A integral do Contrato encontra-se no endereço eletrônico [www.belmonte.sc.gov.br](http://www.belmonte.sc.gov.br), Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Belmonte/SC, 02 de janeiro de 2018.  
GENESIO BRESSIANI  
Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO CC 222/2017 - PMB

Publicação Nº 1486997

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

#### COMUNICADO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 222/2017-PMB

O Município de Biguaçu através do Secretário de Administração, vem por meio desta comunicar às empresas interessadas em participar do referido processo, que devido a erro de digitação no item nº 11.10, altera-se o texto, passando a ter seguinte redação:

item nº 11.10: Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar amostrar dos materiais previstos no item 7.1.6.1, antes da homologação do vencedor, afim de assegurar que os materiais ofertados atendam as especificações técnicas. O vencedor após a solicitação de amostra deverá em até 03 (três dias) apresentar as amostras, sob pena de desclassificação.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2018.  
DANIEL CESAR DA LUZ  
Secretário de Administração

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO CMC Nº 01/2018

Publicação Nº 1486782

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PAUTA DE JULGAMENTO CMC Nº 01/2018

A Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Alessandra de Andrade Klettenberg, faz saber que, de acordo com o art. 9º, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, aprovado pelo Decreto nº 77/2012, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 30 de janeiro de 2018, às 14:00hs, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, situada na Rua Barão do Rio Branco, nº 77, Centro, neste Município, o seguinte processo administrativo-tributário:

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 8681/2017  
REFERENTE: PEDIDO DE ISENÇÃO /IMUNIDADE DE IPTU  
RECORRENTE: SIND. DOS TRABALHADORES NAS IND. DE MAT. PLÁSTICO  
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
CONSELHEIRA RELATORA: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica, conforme art. 67, § 1º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, aprovado pelo Decreto nº 77/2012:

Art. 67. Terminada a leitura do relatório, o Presidente do Conselho dará a palavra, sucessivamente, ao contribuinte ou a seu

representante devidamente credenciado e à Representação da Fazenda, pelo prazo de quinze minutos cada um, que poderá ser prorrogado por mais cinco minutos, a critério da Presidência.  
§ 1º Tratando-se de recurso de ofício, após a leitura do relatório, a Representação da Fazenda fará seu pronunciamento antes de ser concedida a palavra ao contribuinte ou a seu representante devidamente credenciado.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2018.  
Alessandra de Andrade Klettenberg  
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes  
Decreto nº 138/2016

Anderson Opuszka Soares  
Secretário Geral do Conselho Municipal de Contribuintes  
Decreto nº 138/2016

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO CMC Nº 02/2018

Publicação Nº 1486784

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PAUTA DE JULGAMENTO CMC Nº 02/2018

A Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Alessandra de Andrade Klettenberg, faz saber que, de acordo com o art. 9º, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, aprovado pelo Decreto nº 77/2012, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 30 de janeiro de 2018, às 14:50hs, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, situada na Rua Barão do Rio Branco, nº 77, Centro, neste Município, o seguinte processo administrativo-tributário:

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7789/2017  
REFERENTE: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI  
RECORRENTE: SIND. DOS TRABALHADORES NAS IND. DE MAT. PLÁSTICO  
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL  
CONSELHEIRO RELATOR: DIEGO MACEDO

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica, conforme art. 67, § 1º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, aprovado pelo Decreto nº 77/2012:

Art. 67. Terminada a leitura do relatório, o Presidente do Conselho dará a palavra, sucessivamente, ao contribuinte ou a seu representante devidamente credenciado e à Representação da Fazenda, pelo prazo de quinze minutos cada um, que poderá ser prorrogado por mais cinco minutos, a critério da Presidência.  
§ 1º Tratando-se de recurso de ofício, após a leitura do relatório, a Representação da Fazenda fará seu pronunciamento antes de ser concedida a palavra ao contribuinte ou a seu representante devidamente credenciado.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2018.  
Alessandra de Andrade Klettenberg  
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes  
Decreto nº 138/2016

Anderson Opuszka Soares  
Secretário Geral do Conselho Municipal de Contribuintes  
Decreto nº 138/2016

### EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO CMC Nº 001/2018

Publicação Nº 1486778

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO CMC Nº 01/2018  
RECORRENTE: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES BARRIGA VERDE  
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA

PROCESSOS Nº 8403/2014  
EMENTA: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO. INTIMAÇÃO FISCAL. APLICABILIDADE. RECURSO INDEFERIDO.

### ACÓRDÃO

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS, RESOLVEM OS MEMBROS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE, DIEGO GARCIA CRISTOFOLINE, DIEGO MACEDO E ISOLETE SCHLEMPER WALTER, LEANDRO FRANCISCO TORQUATO, VOTARAM PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO, MANTENDO DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS – COMAT, INDEFERINDO A INCLUSÃO DOS DESCONTOS DO PPEX AOS DÉBITOS DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 42/2013.

Alessandra de Andrade Klettenberg  
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes  
Decreto nº 138/2016

Anderson Opuszka Soares  
Secretário Geral do Conselho Municipal de Contribuintes  
Decreto nº 138/2016

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 022/2018

Publicação Nº 1487406

PORTARIA Nº 022/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias nos períodos que menciona, aos servidores pertencentes ao Quadro da Câmara Municipal de Biguaçu, relacionados abaixo.

Nº	Nome	Cargo	Período de Férias
1	Carlos Eduardo da Silva	Assessoria Parlamentar – Nível II	05/01/2018 – 03/02/2018
2	Cintya Itamaro Pereira	Contador	08/01/2018 – 27/01/2018
3	Rozilene Jacira G Zimmermann	Assessoria Parlamentar – Nível II	08/01/2018 – 06/02/2018
4	Cristiane Santos Machado	Assessoria Parlamentar – Nível II	10/01/2018 – 19/01/2018
5	Graziela Terezinha de Oliveira	Assessoria Parlamentar – Nível II	11/01/2018 – 09/02/2018
6	Leandra Bernadete Guesser Roz	Assessoria de Assuntos Comunitários	08/01/2018 – 06/02/2018
7	Marcos Aurélio Ferreira	Chefe de Gab da Presidência	09/01/2018 – 07/02/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 05 de janeiro de 2018.  
Vereador Marconi Kirch  
Presidente

### PORTARIA 023/2018

Publicação Nº 1487411

PORTARIA Nº 023/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

#### RESOLVE

Art. 1º - Nomear, a partir de 05 de janeiro de 2018, o Sr. FERNANDO DIAS LEAL, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Almo-xarifado.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 05 de janeiro de 2018.  
Vereador Marconi Kirch  
Presidente

**PORTARIA 024/2018**

Publicação Nº 1487414

**PORTARIA Nº 024/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear, a partir de 05 de janeiro de 2018, o Sr. CARLOS EDUARDO GARCIA DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Comunicação Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 05 de janeiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**PORTARIA 025/2018**

Publicação Nº 1487415

**PORTARIA Nº 025/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias à servidora, IVALDETE CATARINA VIEIRA CURCIO, ocupante do cargo comissionado de Assessoria Parlamentar – Nível I da vereadora Salete Orlandina Cardoso por 30 (trinta) dias a partir de 02/01/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/01/2018.

Biguaçu/SC, 05 de janeiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**PORTARIA 026/2018**

Publicação Nº 1487419

**PORTARIA Nº 026/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, PERI CESCONETTO WARTTMANN, ocupante do cargo comissionado de Assessoria Parlamentar – Nível II da vereadora Salete Orlandina Cardoso por 30 (trinta) dias a partir de 02/01/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/01/2018.

Biguaçu/SC, 05 de janeiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**PORTARIA 027/2018**

Publicação Nº 1487422

**PORTARIA Nº 027/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear, a partir de 05 de janeiro de 2018, a Sra. MARI-VONE COSTA, para exercer o cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível I do vereador Marconi Kirch.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 05 de janeiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**PORTARIA 028/2018**

Publicação Nº 1487426

**PORTARIA Nº 028/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear, a partir de 08 de janeiro de 2018, a Sra. ELISABETE PEREIRA, para exercer o cargo em comissão de Diretor da Câmara Mirim.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 08 de janeiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**PORTARIA 029/2018**

Publicação Nº 1487427

**PORTARIA Nº 029/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear, a partir de 08 de janeiro de 2018, o Sr. ARLINDO NEIS NETO, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Serviços Administrativos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 08 de janeiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**PORTARIA 030/2018**

Publicação N° 1487430

**PORTARIA N° 030/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear, a partir de 09 de janeiro de 2018, o Sr. NELSON HENRIQUE LEONI ADRIANO, para exercer o cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível II do vereador Marconi Kirch..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 09 de janeiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

**PORTARIA 031/2018**

Publicação N° 1487432

**PORTARIA N° 031/2018**

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias à servidora, IVETE ERTAL CORRÊA, ocupante do cargo comissionado de Assessoria Parlamentar – Nível II do vereador Adriano Luiz Vicente por 30 (trinta) dias a partir de 11/01/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 09 de janeiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONCESSÃO (CONCORRENCIA PUBLICA) Nº. 001/2018

Publicação Nº 1486882

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 17/2018  
EDITAL DE CONCORRENCIA (CONCESSÃO) Nº. 01/2018  
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu  
Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 15 de fevereiro de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Concorrência Pública (Concessão) tendo como objeto a concessão e/ou permissão de uso de bens móveis (máquinas/equipamentos), e imóveis (Pavilhão Industrial) pertencentes ao município, para empresas que queiram estabelecer suas atividades no Município para fins de contemplação de incentivos no setor industrial e prestadores de serviços no município. O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 11 de janeiro de 2018.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO VAGA CONCURSO PÚBLICO.

Publicação Nº 1487030

CONVOCAÇÃO  
EXMA SENHORA  
HELLEN WIEBBELLING

Ronaldo Luiz Senger, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, em conformidade com o Edital de Seleção nº 001/2017 CONCURSO PÚBLICO, CONVOCA a Senhora Hellen Wiebbelling, para assumir no prazo de 45 dias a Vaga de Médico Saúde da Família-PSF, apresentando a documentação necessária junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Bom Jesus do Oeste (SC), 10/01/2018.

-----  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

Recebi ...../ ..... / .....

Hellen Wiebbelling

### DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 24/2018

Publicação Nº 1487021

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 33/2018  
EDITAL DE DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 24/2018  
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu  
Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que realizou Dispensa de Licitação por Justificativa para contratação, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) para o exercício de 2018.  
O Processo foi regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações no Centro Administrativo Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [licitacoes@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:licitacoes@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 08 de janeiro de 2018.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 02/2018

Publicação Nº 1486681

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 26 /2018

INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 02/2018 O Município de Bom Jesus do Oeste (SC), através do SECRETARIA DE ESTRADAS E RODAGENS, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Inexigibilidade para Credenciamento e posterior Contratação de pessoas físicas, para fornecimento de Aquisição de Mineral (cascalho) para manutenção e conservação de estradas vicinais do município mediante autorização prévia da SECRETARIA DE ESTRADAS E RODAGENS, através de servidor (a) designado para tal, e mediante as condições expressas no presente Edital. I – DO OBJETO

O presente edital tem por objeto credenciar pessoas físicas para fornecimento Cascalho para manutenção de estradas vicinais do Município, destinado a Aquisição de Mineral Cascalho para manutenção e reforma de estradas vicinais do município com valor máximo de R\$ 12,00 por carga. II – DA PROPOSTA

O valor a ser pago está fixado em 12,00 por carga a ser retirada. III– CREDENCIAMENTO/INSCRIÇÃO

Os interessados deverão apresentar junto no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, localizada na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120 – Centro – Bom Jesus do Oeste/Santa Catarina no Setor de Compras e Licitações, com Jeferson Persch e/ou Fábio Gerhardt, os seguintes documentos, dentro do prazo de validade (originais ou cópias devidamente

autenticadas conforme Artigo 32 da Lei Federal nº.8.666/93 e alterações posteriores) os quais serão analisados pela Comissão municipal de Licitações, sendo:

- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e dívida ativa da união;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;
- Comprovante de Residência
- Cópia de CPF e RG.
- Cópia de Certidão de matrícula/escritura da área onde poderá ser retirado o mineral (cascalho)

#### IV – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

1. A Comissão de Licitação, analisará e avaliará a documentação e realizará vistoria, preenchendo os respectivos relatórios, no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir do encerramento deste edital.
2. A Comissão de Licitação emitirá ata datada e rubricada pelos participantes e os habilitados para o credenciamento.
3. A Comissão de Licitação publicará no Diário Oficial do Município a relação dos participantes habilitados para eventual celebração de contrato. Os participantes que não atenderem os requisitos exigidos, constantes no presente Edital, serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratadas pelo município.
4. A inexigibilidade de licitação será obrigatoriamente comunicada à autoridade superior, para ratificação, nos termos do artigo 26, da Lei Federal nº. 8.666/93.
5. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relacionados a esta Edital de Inexigibilidade de Credenciamento deverão ser obtidos junto ao setor de licitações do Município de Bom Jesus do Oeste, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00h.
6. Fica reservada, à Comissão de Licitação, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular o presente Edital, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.
7. Fica eleito o foro de Modelo/SC, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir as questões que não puderem ser, amigavelmente, resolvidas pelas partes.

#### V – DO PRAZO

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento será até o dia 30 de novembro de 2018.

Os documentos, originais ou devidamente autenticados deverão ser endereçados à Comissão de Permanente de Licitações do Município de Bom Jesus do Oeste/SC, entregues no Setor de Licitações e Contratos do Município, Sito AV. Nossa Senhora de Fátima, 120 – Centro – Bom Jesus do Oeste/SC, sendo que após o prazo não serão aceitas novas inscrições, nem alterações, inclusões ou substituição de quaisquer documentos.

O prazo de vigência do credenciamento será pelo exercício de 2018, contados a partir da assinatura do contrato.

#### VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

São parte integrante deste Edital o Anexo I (modelo de Declaração) e Anexo II (Minuta de Contrato).

Bom Jesus do Oeste (SC) 08 de janeiro de 2018.  
Ronaldo Luiz Senger Marília Cecon Maggi  
Prefeito Municipal Secretária de Administração e Fazenda

Cesar Luís Majolo  
Assessor Jurídico OAB/SC 32.022  
CPF: 942.309.009-53

#### ANEXO I PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2018

#### INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 02/2018 DECLARAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitações do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina:

Eu, \_\_\_\_\_, Residente e domiciliado a \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CPF sob nº. \_\_\_\_\_, telefone ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_, neste ato, solicito o credenciamento e declara que aceita o valor fixado no presente Edital, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	Cascalho para manutenção de estradas vicinais do Município	R\$ 12,00 (doze reais) por carga

#### 2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL, RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

IDENTIDADE N.º: \_\_\_\_\_

CPF/MF N.º : \_\_\_\_\_

CIDADE/ESTADO ONDE RESIDE: \_\_\_\_\_

Bom Jesus do Oeste (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .. de 2018.

Carimbo e Assinatura

#### ANEXO II

#### MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº. /2018

Contrato que entre si celebram o município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, através do SECRETARIA DE ESTRADAS E RODAGENS e \_\_\_\_\_ para fornecimento de Cascalho para manutenção de estradas vicinais do Município. Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, 120 Centro Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.594.009/0001-30, neste ato representado pelo(a) Sr Prefeito Municipal, brasileira(o), casada(o), portador(a) da cédula de identidade n.º, expedida pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob nº residente no domicílio à rua –, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado o(a) \_\_\_\_\_, inscrita no CPF sob o nº XX.XXX.XXX/XX-XX, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_, (município/SC), neste ato doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 3277, de 22/12/2006, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Processo Licitatório nº. 26/2018, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO de fornecimento Cascalho para manutenção de estradas vicinais do Município, mediante as cláusulas e condições a seguir. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO para fornecimento Cascalho para manutenção de estradas vicinais do Município, sendo:

- O valor máximo por carga de Mineral (cascalho) de R\$ 12,00. Parágrafo Único – A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E REAJUSTE

O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 0,00 (por extenso). A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelas cargas devidamente retiradas,

§ 1º. No preço ajustado entre as partes estão incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, despesas com custo, descarga, seguro e frete, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

§ 2º. Os reajustes independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente até dia 15 (quinze) do mês subsequente à efetiva entrega dos produtos e mediante apresentação de relatório e declaração devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos,

§ 2º. A CONTRATADA deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha os descontos os mesmos poderão ser providenciados pela Administração Municipal.

§ 3º. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA

A CONTRATADA entregará os produtos imediatamente após emissão da autorização de fornecimento, para conferência; ou na sua própria sede através de servidor designado pela Administração para recebimento do objeto contratado, munido a autorização de fornecimento original.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício 2018, contados a partir data de assinatura deste e findando dia 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte verba

Orçamentária, despesa nº.1048 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

Das Obrigações da CONTRATANTE:

1. Pagar as despesas decorrentes da publicação do instrumento contratual;
2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos neste contrato;
3. Fiscalizar a correta execução e cumprimento do Contrato.

Das Obrigações da CONTRATADA:

1. Manter-se durante o período de vigência do presente instrumento,

compatibilidade com as obrigações assumidas na habilitação quanto à qualificação e regularidade fiscal;

2. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado da contratação;
3. Aceitar a fiscalização da Secretaria responsável pelo edital;
4. Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa;
5. Responder pelos vícios dos serviços que se compromete a prestar, e por quaisquer danos que venham a causar inclusive perante terceiros, ficando a contratante isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da execução dos serviços, objeto do presente contrato;
6. Entregar os produtos conforme preços, prazos e condições estabelecidas neste instrumento e aplicar o desconto oferecido em sua proposta sobre as tabelas descritas no objeto;

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este contrato:

- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada;
- Rescindir-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- Fiscalizar a execução;
- Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a:

- Advertência;
- Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infração, correspondente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido.

§ 1º. As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

§ 2º. O valor total das multas não poderá ultrapassar de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, limite que permitirá sua rescisão, não cabendo, neste caso, a multa prevista na Cláusula Décima Primeira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Município poderá declarar rescindido o presente Contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrer uma das hipóteses elencadas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93.

§ 1º - O descumprimento total das obrigações contidas neste instrumento, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do presente Contrato, além de rescisão do mesmo.

§ 2º - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Elegem o foro da Comarca de Modelo, Santa Catarina, para

dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

### **INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 03/2017**

Publicação Nº 1486682

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2018

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE – CHAMADA PÚBLICA Nº. 003/2018  
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que até o dia 30 de Novembro de 2018, na sede da Municipalidade, estará recebendo propostas para Contratação de óticas para fornecimento de lentes de grau aos munícipes Bom Jesuenses mediante autorização prévia da Secretaria Municipal de Saúde.

O Processo será regido pelas Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, e pela Lei Municipal nº. 647/2008 de 30 de outubro de 2018, e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br), ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 08 de janeiro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### **LEILÃO PÚBLICO Nº. 01/2018**

Publicação Nº 1487460

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2018  
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº. 01/2018

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, que realizará a venda de ativos inservíveis, através de leilão público oficial, on line e presencial, devidamente assessorado pela empresa SUPERBID WEBSERVICES LTDA. Para os lances presenciais, o Leilão será realizado às 10:00 horas do dia 20 de fevereiro de 2018, na sede da Câmara de vereadores do Município, situada na Rua Irmãos Ambrósio nº. 23, Bom Jesus do Oeste/SC, sendo que para lances virtuais a SUPERBID WEBSERVICES LTDA disponibilizará um posto avançado, situado na Alameda Lorena, nº. 800, 2ª. Andar – Jardim Paulista – São Paulo /SP – CEP: 01424-001 (Auditório Superbid), para que os interessados possam acompanhar o leilão e ofertar seus lances através do PORTAL [www.superbid.net](http://www.superbid.net).

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 11 de janeiro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 011/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1487309

PORTARIA Nº 011/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA SR. RODRIGO ZANELLA AO CARGO DE INSEMINADOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. RODRIGO ZANELLA, portador do CPF sob nº. 025.766.970-11, com lotação na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, para ocupar o cargo de Inseminador em Caráter Temporário, classificado conforme CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, com carga horária de 20 horas semanais constante na Lei 755/2010 e suas alterações, a partir de 09 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação do DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de janeiro de 2018.

RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 012/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1487315

PORTARIA Nº 012/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA SR. JARDELINO ANTUNES AO CARGO DE INSEMINADOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. JARDELINO ANTUNES, portador do CPF sob nº. 809.798.239-00, com lotação na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, para ocupar o cargo de Inseminador em Caráter Temporário, classificado conforme CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, com carga horária de 20 horas semanais constante na Lei 755/2010 e suas alterações, a partir de 09 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação do DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 09 de janeiro de 2018.

RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 013/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1487464

PORTARIA Nº 013/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Méritos para servidores públicos municipais, a partir do mês de janeiro 2018, conforme art. 68 da Lei nº 542/2006 (Estatuto de Servidores) e art. 25 § 1º e § 2º da Lei nº 755/2010 (Plano de Cargos e Salários), conforme relação e percentual abaixo:

NOME	MATRICULA	PERCENTUAL
Missiara Staudt	569-0	2%
Claisa Roessler Bohrer	680-7	2%
Fernanda Borgheti	688-2	2%
Fabiana Kátia Thedesco Jung	520-7	2%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de janeiro de 2018

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### MINUTA PP 01/2018

Publicação Nº 1487272

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 01/2018 para Aquisição de frutas, verduras e legumes, para as Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 22/01/18 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de janeiro de 2018.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PP 02/2018

Publicação Nº 1487274

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 02/2018 para fornecimento mensal de 20 (vinte) cestas básicas de alimentos e produtos de higiene, para pessoas economicamente vulneráveis, através do Fundo Municipal de Assistência Social. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 22/01/18 às 13h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de janeiro de 2018.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

### MINUTA PP 03/2018

Publicação Nº 1487277

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 03/2018 para Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2018. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 23/01/18 às 09h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 11 de janeiro de 2018.  
Vilmar José Neckel  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2 2018

Publicação Nº 1486660

DECRETO Nº. 002/2018.

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezoito, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 45.439,45 (Quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos.), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(31) – 3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.0067.000000 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos ..... R\$ 45.439,45

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 45.439,45 (Quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos.), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(30) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0067.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 45.439,45

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 03 de janeiro de 2018.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO N.º 3 2018

Publicação Nº 1486667

DECRETO Nº. 003/2018.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 32.500,00 (Trinta e dois mil e duzentos e cinquenta reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura (140) – 4.4.90.00.00.00.00.00 0.3.0089.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 32.500,00

TOTAL ..... R\$ 32.500,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2017 do recurso 3.0089 – Alienação de Bens destinados a Outros Programas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 03 de janeiro de 2018.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO N.º 4 2018

Publicação Nº 1486671

DECRETO Nº. 004/2018.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(39) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0067.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2017 do recurso 3.0067 – Assistência Farmacêutica Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 03 de janeiro de 2018.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO N.º 5 2018**

Publicação Nº 1486672

DECRETO Nº. 005/2018.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS  
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.061 – Coleta de Rejeitos de Resíduos Sólidos  
(141) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.3.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

TOTAL ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2017 do recurso 3.0000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 03 de janeiro de 2018.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO N.º 6 2018**

Publicação Nº 1487519

DECRETO Nº 006/2018.

Delega competências ao contador sobre movimentação financeira.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegado que na ausência da tesoureira a servidora Joice Ramos CPF 059.627.979-57, o contador Daniel Bueno Kurzlop CPF 055.819.189-81 nomeado para exercer o cargo de Técnico em Contabilidade em 24.09.2013, conforme portaria nº 190/2013, fará a movimentação financeira das contas da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com os seguintes CNPJ:

CNPJ: 95.952.230/0001-67 – Município de Braço do Trombudo.

CNPJ: 11.481.782/0001-44 – Fundo Municipal de Saúde de B.T.

CNPJ: 13.554.908/0001-99 – Fundo Municipal de Assistência Social de B.T.

CNPJ: 24.313.527/0001-34 – Fundo Mun. de Turismo e Meio Ambiente de B.T.

CNPJ: 22.347.681/0001-00 – Fundo Mun. Da Pessoa Idosa de B.T.

CNPJ: 15.268.603/0001-46 – Coordenadoria Mun. De Defesa Civil de B.T.

CNPJ: 21.402.111/0001-02 – Fundo da Infância e Adolescência de B.T.

As Movimentações serão em conjunto com o Prefeito do Município em Exercício Vilberto Muller Schovinder, inscrito no CPF nº 185.255.479-72, com os seguintes poderes:

- Emitir cheques;
- Abrir contas de depósito;

- Autorizar cobrança;
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos e extratos;
- Requisitar talonários de cheques;
- Autorizar débito em conta relativo a operações;
- Retirar cheques devolvidos;
- Endossar cheque;
- Requisitar cartão eletrônico;
- Movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- Efetuar transferências/pagamentos, exceto por MEI;
- Sustar/contra-ordenar cheques;
- Cancelar cheques;
- Baixar cheques;
- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar saques – conta corrente;
- Efetuar saques – poupança;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- Efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- Consultar contas/Aplic. Programas, Repasse Recursos Feder-RPG;
- Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/Aasp;
- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico;
- Encerrar contas de depósito;
- Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 0047/2016 de 12 de maio de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 10 de janeiro de 2018.  
Vilberto Muller Schovinder  
Prefeito Municipal em Exercício

# Brunópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1486833

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

#### RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 02/2018 – Dispensa de Licitação nº 01/2018

Na qualidade de Prefeito Municipal de Brunópolis/SC, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2018, relativo à contratação emergencial de serviços de perfuração de poço tubular profundo, na localidade de Vila Weber, em favor de Leão Poços Artesianos Ltda., no valor de R\$ 24.715,00.

Brunópolis/SC, 09 de janeiro de 2018.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 04/2018

Publicação Nº 1486834

DECRETO EXECUTIVO Nº04DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

REGULAMENTA A RESPONSABILIZAÇÃO POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO PRATICADAS POR SERVIDORES NO USO DE VEÍCULOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a reiterada ocorrência de infrações de trânsito praticadas por servidores quando em uso de veículos pertencentes a Prefeitura Municipal;

Considerando ainda, que as infrações praticadas geram multas e que ocasionam ônus à Municipalidade;

Considerando a necessidade de se regulamentar a responsabilização pelo pagamento das multas pelas infrações praticadas pelos servidores públicos municipais;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficaregulamentado através do presente Decreto, que todo o servidor público que conduzindo qualquer veículo pertencente ao Município de Brunópolis, ou que ao mesmo tenha sido cedido, é o responsável direto, único e imediato pelo pagamento de toda e qualquer multa por infração de trânsito que pelo mesmo venha a ser praticada, sem prejuízo ainda, de eventual instalação de Processo Administrativo Disciplinar.

Parágrafo Primeiro – Tendo o Município recebido a notificação de trânsito, além da comunicação ao órgão responsável acerca de quem era o servidor condutor, descontará do mesmo, em folha de pagamento, o respectivo valor da multa que foi imposta.

Art.2º. O presente Decreto é válido para todas as Secretarias e ou Pastas da Administração Pública Municipal, para todos os veículos pertencentes à Municipalidade.

Este decreto em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, 10 de janeiro de 2018.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado o presente Decreto no DOM e no Mural das Repartições Públicas.

# Brusque

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO DO C. ADM. E C. FISCAL - IBPREV (19.02.2016)

Publicação Nº 1487467

#### ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO INSTITUTO BRUSQUENSE DE PREVIDÊNCIA – IBPREV

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis (19/02/2016), com início às 14:00 horas, no Salão Nobre de Prefeitura Municipal de Brusque, sob a presidência do Sr. Célio Francisco de Camargo, reuniram-se os membros titulares dos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, facultada também a participação, sem direito a voto, dos membros suplentes e convidados, todos nominados e assinados abaixo, para tratar da seguinte pauta: 1. Discussão e aprovação do Regimento Interno do Conselho de Administração; 2. Discussão e deliberação acerca da base de cálculo do auxílio-doença; 3. Prestação de contas referente mês janeiro/2016; 4. Assuntos gerais. Abertos os trabalhos e efetuada a verificação de quorum, notadamente em relação aos membros do Conselho de Administração, constatou-se a presença de nove Conselheiros com direito a voto. Sendo assim, havendo quorum legal para deliberação válida, passou-se a discussão do primeiro item da ordem do dia, ou seja, o Regimento Interno do Conselho de Administração. Considerando que todos os Conselheiros receberam, com antecedência, minuta do Regimento, o Presidente efetuou a leitura do texto proposto, artigo por artigo, franqueando a todos discussão pormenorizada de cada item, levando à votação cada sugestão apresentada e incorporando ao texto as emendas aprovadas. Concluída, pelo conjunto dos Conselheiros presentes, a redação final do Regimento Interno do Conselho de Administração do IBPREV, o Presidente levou o mesmo para análise final e aprovação, restando aprovado pela unanimidade dos presentes com direito a voto, nos seguintes termos: "Capítulo I. Das Disposições Preliminares. Art. 1º. O presente Regimento Interno, em cumprimento ao que determina o inc. III do art. 30 da Lei Complementar nº 174, de 20 de setembro de 2011, regulamenta a composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho de Administração, como órgão superior de deliberação colegiada, incumbido de administrar e fazer cumprir os objetivos institucionais do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, como órgão gestor do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Brusque – RPPS. Capítulo II. Da Composição. Art. 2º. O Conselho de Administração é composto, nos termos dos artigos 28, 29 e 30 da Lei Complementar nº 174, de 20 de setembro de 2011, de 09 (nove) membros, não remunerados, nomeados pelo Prefeito Municipal de Brusque, com mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução, da seguinte forma: Membros Indicados: I – 2 (dois) conselheiros, e respectivos suplentes, indicados pelo Prefeito Municipal. sendo 1 (um) servidor ativo e 1 (um) servidor inativo ou pensionista, vinculados ao RPPS; II – 1 (um) conselheiro, e respectivo suplente, indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores, dentre servidores ativos, inativos ou pensionistas da Câmara de Vereadores, vinculados ao RPPS; Membros Eleitos: III – 05 (cinco) conselheiros, e respectivos suplentes, eleitos na forma do regulamento sendo 04 (quatro) servidores ativos e 01 (um) servidor inativo ou pensionista vinculados ao RPPS; Membro Nato IV – O Diretor-Presidente do IBPREV que será também o presidente do Conselho de Administração. § 1º. Os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, cujo mandato, em relação aos membros indicados e eleitos, será de dois anos admitida a recondução por uma vez. § 2º. O regulamento para a eleição

prevista no Inciso III deste artigo será elaborado pelo Poder Executivo com acompanhamento do Sindicato representativo da classe. § 3º. No processo eletivo de que trata o Inciso III deste artigo, cada servido terá o direito de votar em até 05 (cinco) representantes sendo 04 (quatro) ativos um inativo § 4º. A nomeação e posse, em cargo de provimento em comissão de membro eleito do Conselho de Administração resulta na perda imediata do mandato. Capítulo III. Dos Conselheiros. Art. 3º. Constituem obrigações dos membros titulares do Conselho de Administração: I-apresentar-se às reuniões do Conselho de Administração, delas participando, sendo-lhe assegurado fazer o uso da palavra, bem como, formular proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria concernente às atribuições do Conselho e realizar todos os atos inerentes ao exercício do mandato de Conselheiro; II – desempenhar as atribuições para as quais foi designado, delas não se escusando, exceto por motivo justificado, que será apreciado pelo Conselho; III – apresentar, dentro do prazo estabelecido, pareceres que lhe forem solicitados; IV – ser depositário fiel, para efeitos legais e administrativos, de processos, papéis, documentos e outros expedientes, quando com vista e carga para estudos ou pareceres; V – comunicar ao Presidente do Conselho, para providências deste, quando por justo motivo, não puder comparecer às reuniões; VI – participar de atividades formativas deliberadas pelo Conselho de Administração; VII – cumprir este Regimento. Art. 4º. Os membros do Conselho de Administração não serão destituíveis ad nutum, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, nos casos de: I – falecimento; II – renúncia, III – desinteresse do Conselheiro, manifestado por 03 (três) faltas consecutivas ou 4 (quatro) alternadas às reuniões do Conselho, no mesmo exercício, exceto as faltas decorrentes de caso de força maior. § 1º. Em caso de afastamento temporário ou impedimento, o Conselheiro deverá justificar a sua ausência às reuniões ordinárias, por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, hipótese em que será representado pelo seu suplente. § 2º. Se a ausência do Conselheiro vier a caracterizar falta de interesse será extinto o seu mandato e, mediante convocação do Presidente do Conselho, o respectivo suplente assumirá em definitivo. § 3º. É permitida a presença dos Conselheiros Suplentes em todas as reuniões plenárias, nas quais poderão participar, sem direito a voto. Art. 5º. O Diretor-Presidente do IBPREV, cargo de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, será também o presidente do Conselho de Administração. § 1º. Em caso de afastamento temporário justificado do Presidente, o Conselho de Administração elegerá dentre os demais Conselheiros, um membro para substituí-lo interinamente somente para a reunião ordinária ou extraordinária. § 2º. Em caso de ausência do Presidente à reunião por motivo de força maior, fica a critério dos membros do Conselho presentes decidir quanto à realização ou não da reunião. § 3º. Poderá o Presidente do Conselho, a seu critério e com a concordância dos demais Conselheiros, indicar um dos membros para auxiliá-lo nas reuniões como Secretário, para lavratura de ata. § 4º. Dentre outras atribuições que lhe forem conferidas, ao Presidente compete ainda: I – representar a entidade em juízo ou fora dele; II – cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração; III – nomear, admitir, contratar, transferir, exonerar, demitir ou dispensar os servidores da Autarquia; IV – apresentar balanços e encaminhar as prestações de contas anuais da entidade para deliberação do Conselho de Administração; V – encaminhar ao Conselho de Administração o Plano de Aplicação e Investimento; VI – proferir decisão sobre os pedidos de concessão de benefícios previdenciários bem como de inscrição dos segurados



dependentes e pensionistas; VII – movimentar as contas bancárias do IBPREV conjuntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro; e VIII – ordenar despesas e praticar todos os demais atos de administração. Capítulo IV. Da Competência. Art. 6º. Compete ao Conselho de Administração: I – elaborar a proposta orçamentária do IBPREV; II – deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária do IBPREV; III – decidir sobre a forma de funcionamento do Conselho, elaborar e reformular seu Regimento Interno; IV – fiscalizar o recolhimento das contribuições, inclusive verificando a correta base de cálculo e a aplicação das alíquotas; V – analisar e fiscalizar a aplicação do saldo de recursos do RPPS quanto à forma, ao prazo e à natureza dos investimentos; VI – expedir instruções necessárias à devolução de parcelas de benefícios indevidamente recebidos; VII – propor a alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 13 da Lei Complementar nº 17412011, com vistas a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, com base nas avaliações atuariais; VIII – elaborar, aprovar e publicar a Política de Investimentos do RPPS para o próximo exercício fiscal; IX – garantir pleno acesso das informações referentes à gestão do Regime aos segurados e dependentes; X – divulgar no quadro de publicações da Prefeitura Municipal e no sítio eletrônico do Município ou do IBPREV, ou na imprensa oficial todas as decisões do Conselho; XI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência; XII – decidir recursos interpostos de despachos sobre concessão ou denegação de benefícios; XIII – deliberar sobre outros assuntos de interesse do RPPS e do IBPREV; IV – normatizar as regras das perícias médicas, nos termos do art. 98 da Lei Complementar 17412011. Parágrafo único – Para a consecução dos trabalhos poderão ser constituídas tantas comissões quantas forem necessárias, para a elaboração de estudos ou pareceres. Art. 7º. Para cumprimento do disposto no inc. XII do art. 6º., o recurso será apresentado ao Conselho de Administração na próxima reunião ordinária ou extraordinária, momento em que será criada a comissão temporária, composta por três conselheiros escolhidos ou voluntários, para analisar o recurso previdenciário. § 1º. Depois de criada a comissão temporária de análise do recurso previdenciário o Diretor-Presidente despachará o processo à comissão. § 2º. De imediato a comissão formada escolherá um coordenador, um relator e um membro. § 3º. O relator terá o prazo de 10 dias para elaborar seu parecer por escrito e submeter aos demais membros no dia subsequente para proferirem seus votos. § 4º. O parecer deverá ser elaborado de forma clara sobre a conveniência da aprovação ou rejeição da matéria. § 5º. Após a reunião da comissão de análise do recurso previdenciário, o coordenador da comissão deverá protocolar a conclusão dos trabalhos e demais documentos no IBPREV para que seja colocada na ordem do dia da próxima sessão ordinária ou extraordinária, e encaminhado aos Conselheiros com a convocação. § 6º. Se o parecer do relator não for adotado pela maioria dos membros será considerado rejeitado, podendo os demais membros apresentarem voto em separado. § 7º. O posicionamento da comissão temporária de análise do recurso previdenciário será levado ao plenário da reunião ordinária do Conselho de Administração ou convocada extraordinariamente, para decisão final do colegiado. Art. 8º Compete ao Presidente do Conselho de Administração. I – representar o Conselho; II – dirigir executar e disciplinar os trabalhos do Conselho; III – abrir, presidir encerrar as reuniões, mandar proceder a leitura de expedientes para conhecimento e deliberação do Conselho, bem como, votar com os demais Conselheiros em caso de empate da votação e proclamar os resultados; IV – conduzir as questões de ordem, reclamações ou solicitações em plenário; V – dar conhecimento aos Conselheiros da correspondência oficial endereçada ao Conselho, bem como, as matérias expedidas ou outras matérias, atos ou fatos de interesse do Conselho; VI – convocar reuniões ordinárias e extraordinárias nos termos deste Regimento; VII manter a ordem das reuniões, suspendendo-as caso as circunstâncias o exigirem, reabrindo-as no momento oportuno; VIII – assinar todos os atos e papéis do expediente a seu cargo, e, com os demais

Conselheiros, as atas das reuniões; IX – aprovar as matérias e expedientes que deverão integrar a pauta da reunião subsequente; X – apreciar e homologar os requerimentos de afastamento provisório ou definitivo dos membros do Conselho; XI – convocar o suplente para assumir o mandato, no caso de vacância por afastamento do membro efetivo ou, se necessário, substituí-lo em caso de ausência; XII – autorizar sempre que necessário e com a deliberação do Conselho, verbas para custeio em congressos, conferências, seminários e cursos para a formação especializada dos membros do conselho de administração, bem como, solicitar recursos humanos, materiais e serviços imprescindíveis e adequados ao desenvolvimento das atribuições do Conselho; XIII – cumprir e fazer cumprir este Regimento e exercer as demais atribuições de lei. Capítulo V. Das Reuniões. Art. 9º. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, de acordo com calendário previamente estabelecido, e extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente, ou por requerimento fundamentado subscrito pela maioria absoluta dos Conselheiros. Parágrafo único – As convocações para as reuniões extraordinárias deverão ser efetuadas no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Art. 10º. Nas reuniões ordinárias do Conselho os trabalhos obedecerão à seguinte ordem: I – verificação do número mínimo de conselheiros presentes para realização da mesma; II – comunicações do Presidente do Conselho; III – conhecimento, discussão e deliberação de matérias, expedientes, processos e demais documentos de interesse do Conselho; IV – manifestação dos conselheiros; V – convocação para a reunião subsequente e encerramento; VI – leitura, discussão e aprovação da ata. Art. 11º. É ato administrativo de competência do Conselho de Administração deliberar sobre assuntos de sua competência, os quais, dependendo de sua relevância, serão votados e veiculados por meio de resoluções, que serão numeradas anualmente a partir do número 01 (um). Parágrafo único – As resoluções e as atas deverão ser publicadas no site do IBPREV. Art. 12º. A votação será nominal, e eventual voto divergente será redigido pelo seu prolator, se assim entender necessário, e anexado ao respectivo termo de deliberação da maioria, consignando-se o fato em ata. Capítulo VI. Das Atas. Art. 13º. Do que ocorrer nas reuniões, será lavrada ata em livro próprio ou digitada, a qual será lida para fins de aprovação pelos presentes, que a assinarão. § 1º. A ata deverá ser remetida aos Conselheiros por meio eletrônica e por cópia reprográfica quando solicitado. § 2º. As atas serão publicadas no site da autarquia. Art. 14º. A ata das reuniões do Conselho de Administração mencionará: I – o dia, o mês e o ano da reunião, a hora em que foi aberta, assim como o local em que foi realizada; II – o número de ordem da reunião; III – o nome de quem presidiu os trabalhos e de quem secretariou os trabalhos; IV – rol de conselheiros presentes; V – registro de eventuais suplentes presentes; VI – as comunicações do Presidente; VII – matérias objeto de discussão ou deliberação; VIII – manifestações de interesse dos conselheiros e seus votos, quando contrários à maioria, e mais o que ocorrer. Capítulo VII. Do “Quorum”. Art. 15º. As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros. Parágrafo único – Se a primeira chamada não alcançar o “quorum” estabelecido no “caput”, o Presidente fará outra, quinze minutos após; persistindo a insuficiência de presenças para o início da reunião, o Presidente a cancelará. Art. 16º. Pelo voto da maioria simples dos conselheiros presentes deliberar-se-á sobre as matérias submetidas ao Conselho exceto o disposto no artigo 19 deste Regimento. Capítulo VIII. Das Comissões. Art. 17º. É facultada ao Conselho de Administração, constituir comissões permanentes ou temporárias a fim de atender ao disposto no artigo 60 deste regimento. § 1º. As comissões serão compostas por 03 (três) Conselheiros, indicados pelo Conselho, podendo funcionar com a presença de 02 (dois) deles, com a participação dos suplentes interessados. § 2º. A comissão será presidida por um de seus membros, escolhido entre eles. § 3º. O Conselheiro somente poderá eximir-se de participar da comissão, mediante justificativa fundamentada e aceita pelo Conselho. Capítulo IX. Disposições Finais. Art. 18º. Os

casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão dirimidos pelo Conselho de Administração. Art. 19º. As propostas de alteração deste Regimento, assim como a solução tanto das dúvidas surgidas na sua aplicação, como dos casos omissos, serão tomadas pelo voto de, pelo menos, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Art. 20º Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.”. A seguir passou-se ao segundo item da ordem do dia, com a discussão acerca da base de cálculo do auxílio-doença. Com a palavra o Procurador Jurídico do IBPREV, Dr. Claudio Miguel Rolim de Quadro, teceu considerações sobre a matéria e deu conhecimento aos Conselheiros do parecer por ele elaborado, em 20 de janeiro de 2016, onde concluiu que não é possível utilizar a base de cálculo do auxílio-doença as contribuições previdenciárias em que o servidor fez a opção em contribuir sobre vantagens temporárias, de quaisquer espécies, devendo o referido cálculo ter como base o art.60 da LC 147/09 e o art. 17 da LC 174/11. Após intenso debate com a participação de todos os presentes, o Conselho concluiu que, por se tratar apenas de cumprimento de lei, não compete ao colegiado deliberar sobre a questão, de modo que devolve a matéria à Diretoria Executiva para que cumpra o que a lei determina. Ao depois, com a palavra o diretor Administrativo e Financeiro Antônio Carlos Cerchiari Junior, o mesmo realizou a apresentação do relatório referente as receitas e despesas da autarquia e esclareceu as dúvidas dos conselheiros quanto à prestação de contas do mês de janeiro de 2016, a qual, não havendo objeções, restou aprovada. Ato contínuo, passou-se a tratar de assuntos gerais. Primeiramente, o Diretor-Presidente do IBPREV explicou aos Conselheiros os problemas havidos em relação às perícias médicas, que atrasaram e ainda estão atrasadas em razão da negativa dos médicos que compõem a Junta Médica Oficial do Município em realizar ditas perícias, sob o argumento que o IBPREV é entidade alheia à administração municipal e não constitui obrigação deles, médicos da Junta, a realização de tais perícias. Gestionando junto ao Gabinete do Prefeito, a administração do IBPREV conseguiu resolver a questão, e, a partir do mês de março, a nova Junta Médica do Município passará a atender também esta autarquia. Prosseguindo, discutiu-se sobre a necessidade de que o Conselho Fiscal passe a se reunir separadamente para o cumprimento de suas funções, nos termos da lei, muito embora os membros do Conselho Fiscal continuem convidados para participarem, obviamente sem direito a voto, das reuniões do Conselho de Administração, no intuito de enriquecer cada vez mais o debate das questões que envolvem o instituto. Restou decidido que o Conselho Fiscal se organizará na forma preconizada em lei, contando com o apoio operacional dos servidores do IBPREV. Por fim, verificada a necessidade de alteração na legislação previdenciária municipal, restou decidido que o Conselho de Administração formará uma comissão de estudos legislativos, composta por três dos seus

membros, para análise das normas legais que norteiam as atividades do IBPREV e apresentação, a este Conselho, de sugestões e alterações que eventualmente entenderem necessárias. A referida Comissão será nomeada na próxima reunião do Conselho, quando também será fixado o prazo para a conclusão dos trabalhos. Por derradeiro, foi discutido e aprovado o calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2016, que ficou assim definido: MARÇO, dia 23; ABRIL, dia 20; MAIO, dia 18; JUNHO, dia 15; JULHO, dia 20, AGOSTO, dia 17; SETEMBRO, dia 21; OUTUBRO, dia 19; NOVEMBRO, dia 23; DEZEMBRO, dia 07, sempre com início às 08h30min, no salão nobre da Prefeitura Municipal de Brusque, ficando cientes todos os Conselheiros presentes e devendo ser cientificados os ausentes. Nada mais havendo a tratar e deliberar, foi dada por encerrada a reunião, lavrada a presente ata em sete (7) laudas que, após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

##### Titulares:

CÉLIO FRANCISCO DE CAMARGO ERNANI BOLOGNINI

GERSON SOUZA BUENO IVONE ZUCCO

JAIR MAESTRI JEFFERSON SILVEIRA

LUIZ GIANESINI MARIA TEREZINHA HOFFMANN

RUDI RAIMUNDO VETTER

##### Suplentes:

HELENA GROSS

#### CONSELHO FISCAL

##### Titulares:

LUIZ ROBERTO VELHO VIERIA ROGÉRIO SANTOS PEDROSO

##### Suplente:

ROSE MARIE ULRICH

#### OUTROS

ANTONIO CARLOS CERCHIARI JR CLÁUDIO ROLIM DE QUADROS

### CONVÊNIO 012-2017 - SEC.TRÂNS. MOB., POL. CIVIL E MILITAR

Publicação Nº 1487463

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE				
CONVÊNIO - SEC.TRÂNS. MOBILIDADE, POL. CIVIL E MILITAR				
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE				
012/2017				
MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO/2017				
SALDOS				
- SEC. TRÂNS. MOBILIDADE .....	R\$	3.066.097,22		
- POLICIA CIVIL .....	R\$	36.093,45		
- POLICIA MILITAR .....	R\$	36.093,45		

RECEITA ARREC.BRUTA .....	R\$	390.256,40		
DÉBITO CONTRATUAL .....	R\$	34.085,31		
TARIFA DE COBRANÇA .....	R\$	6.145,41		
DESPESA – PAGTO JARI. ....	R\$	14.967,60		
DESP.- PAGTO CORREIO .....	R\$	24.310,50		
RESTITUIÇÃO DE MULTAS .....	R\$	244,73		
RECEITA ARREC.LIQUID .....	R\$	310.502,85		
DISPONIBILIDADE SSP		310.502,85		
- SEC. TRÂNS. MOBILIDADE .....	R\$	217.351,99		
- POLICIA CIVIL .....	R\$	46.575,43		
- POLICIA MILITAR . ....	R\$	46.575,43		
REPASSE EFETUADO			36.093,45	
- POLICIA CIVIL (BRASIL C/C 307.851-5) .	R\$		36.093,45	
- POLICIA MILITAR (B.B.C/C 841.073-9 .	R\$			
SEC. TRÂNS. MOBILIDADE			756.817,91	
SALDOS				2.526.631,30
- SEC. TRÂNS. MOBILIDADE .....	R\$			46.575,43
- POLICIA CIVIL .....	R\$			46.575,43
- POLICIA MILITAR .....	R\$			
TOTAIS	3.138.284,12	310.502,85	829.004,81	2.619.782,16

Brusque 03 de Janeiro 2018

JONAS OSCAR PAEGLE CRISTIANO BITTENCOURT JOEL FUCKNER

Prefeito Municipal Contador Auxiliar Contábil

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 16-2017 - SEFAZ**

Publicação Nº 1487465

Publicação n. 17/2017/SEFAZ

MUNICÍPIO DE BRUSQUE  
SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ**EDITAL 16/2017 DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUINTES DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO REFERENTE AO ISS FIXO 2018**

A Secretária Fazenda do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais, resolve promover a notificação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Ficam os contribuintes abaixo relacionados, notificados do lançamento tributário referente ao ISS FIXO, conforme Art. 20 da LCM 106/2003, em reais, para o exercício de 2018, ficando os vencimentos para 31/01/2018 para a parcela única, ou 10/01/2018, 10/02/2018, 10/03/2018, 10/04/2018, 10/05/2018 e 10/06/2018 para a opção parcelada em seis vezes.

Cadastro	Contribuinte	Tributo
268	DELVIO FRANCISCO DE SOUZA	R\$ 1.621,74
308	RONALDO SANTOS	R\$ 1.621,74

351	MARIO ANTONIO BERGAMASCHI	R\$ 1.621,74
355	GUSTAVO LUIZ LAUTH	R\$ 1.621,74
484	NATAN BEN HUR BRAGA	R\$ 1.621,74
557	JOSE CARLOS MEURER	R\$ 1.621,74
588	LUCAS PEREIRA BORGES FILHO	R\$ 1.621,74
691	PAULO ROBERTO PANKO	R\$ 1.621,74
738	ARY DE SOUZA DIAS	R\$ 1.621,74
803	ARTUR CESAR STEFANI	R\$ 1.621,74
948	OSCAR TORMENA	R\$ 1.621,74
992	ELIANE DE FARIA ISFER DE LIMA	R\$ 1.621,74
1102	ROBERTO FONTANA	R\$ 1.621,74
1146	ROSANIA HERMSDORFF FERREIRA	R\$ 1.621,74
1174	PAULO ROBERTO WEBSTER	R\$ 1.621,74
1217	RENNE TEIXEIRA DOS REIS JUNIOR	R\$ 1.621,74
1373	LILIAN DA SILVA MAFRA	R\$ 1.621,74
1477	ARNONI ULISSES CALDART	R\$ 1.621,74
1509	ANTONIO CARLOS BASTOS DIAS	R\$ 1.621,74
1545	ANDRE KARNIKOWSKI	R\$ 1.621,74
1590	FABRICIO GEVAERD	R\$ 1.621,74
1593	EMERSON ALEXANDRE SGROTT	R\$ 1.621,74

1633	CLAUDIA DA SILVA CORONEL	R\$ 1.621,74
1638	HAILTON BOING JUNIOR	R\$ 1.621,74
1653	MARIA CRISTINA PEREIRA RAMOS CHEREM	R\$ 1.621,74
1704	CESAR TOURNIER ELIAS	R\$ 1.621,74
1705	ANTONIO VALDEMAR MOSER	R\$ 1.621,74
1714	DENISE SCHLOSSER DE MIRANDA	R\$ 1.621,74
1726	JOAO LUIZ SEDREZ JUNIOR	R\$ 1.621,74
1731	JONAS OSCAR PAEGLE	R\$ 1.621,74
1753	BIANCA MOSER	R\$ 1.621,74
1789	RUBENS AVIZ	R\$ 1.621,74
1790	CATARINO ANTONIO HERNANDEZ MORENO	R\$ 1.621,74
1802	NEUSA MARILSA LEMOS	R\$ 1.621,74
1820	LUIZ ROBERTO VELHO VIEIRA	R\$ 1.621,74
1883	MARCUS VINICIUS BAUER MORITZ	R\$ 1.621,74
2013	JOAO ALEXANDRE COLOMBI	R\$ 1.621,74
2159	CAMBISES JOSE MARTINS	R\$ 1.621,74
2238	ADEMAR AURELIANO DUARTE	R\$ 1.621,74
2266	SILVIO DAVID MONARIM	R\$ 1.621,74
2302	JORGE LUIZ MARTINS	R\$ 1.621,74
2304	JOSE ANTONIO WALENDOWSKY	R\$ 1.621,74
2343	VALENTIM HODECKER	R\$ 665,33
2384	ANTONIO CARLOS SANDRINI	R\$ 1.621,74
2584	ADAIR JOAO RIGO	R\$ 665,33
2822	OSNILDO HABITZREUTER	R\$ 158,02
2845	ADILSON SCHAEFER	R\$ 1.621,74
2928	HELENA ZEN	R\$ 665,33
3069	GERMANO ANGELO GALLI	R\$ 1.621,74
3436	ANTENOR JOSE COMANDOLLI	R\$ 158,02
3532	ELIANE NUNES	R\$ 665,33
3592	LUIS FERNANDO SILVA	R\$ 1.621,74
3871	JOAO ANTONIO SCHAEFER	R\$ 1.621,74
4051	OSMAR DA SILVA	R\$ 158,02
4348	CARLOS GERMANO RISTOW	R\$ 1.621,74
4360	ANTONIO SERAFIM VENZON	R\$ 1.621,74
4594	ADAIL JAPY LIRA	R\$ 1.621,74
4788	MARCUS ANTONIO LUIZ DA SILVA	R\$ 1.621,74
5427	CARLOS ALEXANDRE STOLL	R\$ 665,33
5478	MARCOS EUGENIO WELTER	R\$ 665,33
5873	EDER GONCALVES	R\$ 1.621,74
5952	AIRTON JORGE PEDRINI	R\$ 665,33
5957	RAFAEL KISTENMACHER	R\$ 1.621,74
6238	HILARIO ZORRER	R\$ 158,02
6376	ALECIO MICHEI	R\$ 158,02
7208	SIMONE SCHLOSSER	R\$ 158,02
7606	ADILSON SCALVIN	R\$ 158,02
7833	RICARDO LUIZ GEVAERD	R\$ 1.621,74
7950	JURANDI ZUCCO	R\$ 1.621,74
8101	MARCIA MARINEZ LOGLI	R\$ 1.621,74
8305	LUIZ GAMBA NETO	R\$ 158,02
8343	SERGIO GERMANO	R\$ 665,33
8352	MARISA HELENA GONZAGA	R\$ 158,02

8532	LUCIA HORT	R\$ 665,33
8550	JOAO JUVENTINO DOS SANTOS	R\$ 158,02
8669	WANDERLEI DE SIMAS	R\$ 665,33
8909	JOSE MAFRA	R\$ 158,02
9167	SANDRA MARA SILVEIRA TOMASONI	R\$ 1.621,74
9231	DELFINO JOAO SCHAEFER	R\$ 1.621,74
9254	LUIZ ELIAS VALLE	R\$ 1.621,74
9810	ANDRE ANTONIO LANDO	R\$ 1.621,74
9866	CORNELIO ANIBAL MARTINENGHI	R\$ 158,02
9876	JOAO VECHI	R\$ 665,33
10211	OSNILDO RAMOS REIS	R\$ 1.621,74
10212	SEBASTIAO ALEXANDRE ISFER DE LIMA	R\$ 1.621,74
10311	JORGE LUIZ BATTISTI ARCHER	R\$ 1.621,74
10312	JOSE JORGE CHEREM	R\$ 1.621,74
10313	HUGO SERGIO DA LUZ BUSCH	R\$ 1.621,74
10317	PAULO RICARDO SOARES DOS SANTOS	R\$ 1.621,74
10367	VALMIR PRUNER	R\$ 158,02
10373	WOLNEY CARLOS LOEFF	R\$ 1.621,74
10456	SANDRO JOSE CENSI	R\$ 158,02
11012	ELIAS SOARES GONCALVES	R\$ 1.621,74
11368	NORBERTO KUCHENBECKER	R\$ 1.621,74
11547	ADILSON DOS SANTOS	R\$ 665,33
12121	CARLOS ALBERTO SBARDELATTI - ESPOLIO	R\$ 158,02
12188	ADEMIR GAMBA	R\$ 158,02
12431	PEDRO PAULO KOHLER	R\$ 158,02
12880	ANA MARIA DOS SANTOS	R\$ 158,02
13105	FRANCISCO NICOLAU FERREIRA	R\$ 158,02
13504	EUGENIO BRAND	R\$ 158,02
13944	REINALDO LOPES	R\$ 158,02
14326	VANIO FISCHER	R\$ 665,33
14979	PEDRO DOS SANTOS	R\$ 665,33
15298	AUGUSTINHO CARLOS FACHINI	R\$ 158,02
16542	LILIAN REGINA GERMANO BECKER	R\$ 1.621,74
17405	ROSELI FLORIANI	R\$ 158,02
18389	JOAO CARLOS HABITZREUTER	R\$ 1.621,74
18432	RAQUEL SCHOENING	R\$ 1.621,74
18646	ANTONIO CARLOS BEDUSCHI	R\$ 1.621,74
19223	EVALDO ALOISIO SCHWARZ	R\$ 1.621,74
19270	GILVAN GALM	R\$ 1.621,74
19644	JORGE ALFREDO ZIEGLER NETO	R\$ 1.621,74
19658	JOSE FRANCISCO DALSOCHIO	R\$ 158,02
19709	PEDRINHO RODRIGUES PEDROSO	R\$ 665,33
19882	LUCIANO MAFFEZZOLLI	R\$ 665,33
20074	SANDRO DE CARVALHO KRIEGER	R\$ 1.621,74
20260	HELIO MAFRA	R\$ 1.621,74
20306	GETULIO DE ALMEIDA	R\$ 1.621,74
20659	JOSE SANTO PASQUALLOTO RIBEIRO	R\$ 1.621,74
20896	HEINS ROBERTO LOMBARDI	R\$ 1.621,74
20928	CARLITO ODISI	R\$ 1.621,74
20929	MARCELO SCHMACHTENBERG	R\$ 1.621,74
20961	ANTONIO CARLOS PUCCI DE OLIVEIRA	R\$ 1.621,74



21086	JOSE LIZARDO SION CANTOS	R\$ 1.621,74
21169	LUIZ FABIANI MANSKE BORDIN	R\$ 158,02
21286	LUIZ MORETON	R\$ 158,02
21569	LEANDRO CESAR PEREIRA	R\$ 1.621,74
22723	RUI CARLOS CIRIMBELLI	R\$ 1.621,74
23909	MARCIO MOURA BRIDON	R\$ 1.621,74
24000	ANA BELA DE BARROS PALAZZO	R\$ 1.621,74
24252	MARCOS FABIO JACOMETTO	R\$ 665,33
24641	ANTONIO CARLOS DE MATTOS ROXO	R\$ 1.621,74
27037	MAURO CESAR FLORES	R\$ 1.621,74
30045	GILSON JOSE HECKERT	R\$ 665,33
30050	MAURICIO SILVEIRA DE SOUZA	R\$ 1.621,74
30134	JULIO CESAR BOOS	R\$ 1.621,74
30185	PEDRO RENATO AVILA	R\$ 1.621,74
30284	CELSE CARLOS EMIDIO DA SILVA	R\$ 1.621,74
30392	ALTEVIR DEUCHER	R\$ 158,02
30642	RENILSON JARACESKI	R\$ 158,02
30874	LEANDRO MORESCO	R\$ 1.621,74
31179	LEANDRO COMANDOLI	R\$ 1.621,74
31411	JOSE LOURIVAL DA SILVA	R\$ 158,02
31422	CONTABILY CONTABILIDADE EIRELI ME	R\$ 1.621,74
31427	SOLANGE REGINA TEIXEIRA	R\$ 158,02
31466	TANIA MARIA CARDOSO	R\$ 665,33
31519	IRENE MADALENA CADORE	R\$ 158,02
31604	SIDNEI CARLOS WESTPHAL	R\$ 665,33
31611	ADEMIR FRENA	R\$ 158,02
31715	FABIO BUSQUIROLI	R\$ 1.621,74
31812	DINAMICA CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA ME	R\$ 3.243,47
31866	RUDIMAR FERNANDO DOS REIS	R\$ 1.621,74
32026	GENIVALDO VIEIRA CARVALHO	R\$ 665,33
32297	ROSELI PEREIRA	R\$ 158,02
32299	MILENA FANTONI	R\$ 158,02
32448	CESAR AUGUSTO NIKEL	R\$ 1.621,74
32490	EUCLIDES DA SILVA JUNIOR	R\$ 1.621,74
32502	MEROLI CARDOSO	R\$ 1.621,74
32505	VANIA DUTRA ELIAS WERNER	R\$ 1.621,74
32509	SILVINA JORGE MARQUES	R\$ 158,02
32719	EDSON PETRIS	R\$ 158,02
32735	JOICE SIBELE KOHLER SCHLINDWEIN	R\$ 1.621,74
32778	CELIO FRANCISCO DE CAMARGO	R\$ 1.621,74
32781	JOAO ALEXANDRE COLOMBI FILHO	R\$ 1.621,74
32783	MARCELO PETERMANN	R\$ 1.621,74
33023	VALDIR DA SILVA	R\$ 158,02
33327	WALDIR DALLA ROZA	R\$ 158,02
33495	TAMARA GEVAERD GOMIDES	R\$ 1.621,74
33536	EDSON LUIZ BONAMENTE	R\$ 158,02
33793	PAULO CESAR LANA	R\$ 158,02
34094	LAZARO FRANCISCO VIEIRA	R\$ 158,02
34590	EDSON JOSE BETINELLI	R\$ 158,02
34704	LAIR BAUMGARTNER	R\$ 158,02
34892	VALDIR IATZAC	R\$ 1.621,74

34932	AGNALDO DA SILVA	R\$ 158,02
35002	VALMOR DOS SANTOS	R\$ 665,33
35145	MARIA DE FATIMA CARDOZO	R\$ 158,02
35196	SANDRO BUSCHIROLI	R\$ 1.621,74
35214	ALESSANDRO FAZZINO	R\$ 1.621,74
35370	MARLEI APARECIDA DE OLIVEIRA	R\$ 158,02
35443	HENRIQUE MACHADO	R\$ 158,02
35448	LEOCLIDES PEREIRA	R\$ 158,02
35649	JAIR SEBASTIAO DIAS	R\$ 158,02
35716	SERGIO STEFFEN	R\$ 158,02
35717	ADAO ANGELIM CADILHAC	R\$ 158,02
35809	PAULO FANTINI	R\$ 158,02
35840	JULIANO ECKART	R\$ 665,33
35869	DIRETA CONTABILIDADE LTDA	R\$ 3.243,47
35895	FRANCISCO ROMEU RODRIGUES	R\$ 158,02
36389	MARIA DAS DORES PRIM FURLANI	R\$ 665,33
36390	ELITE LEGAL	R\$ 665,33
36595	MARCIO RAMOS AGUIRRA	R\$ 158,02
36620	BARNI CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA	R\$ 3.243,47
36628	CESAR VALENTINO RAIMONDI	R\$ 1.621,74
36716	ZILDA LILIANE DUTRA	R\$ 158,02
36738	JEAN CARLO SCHULENBURG	R\$ 1.621,74
36801	CRISTIANO CESAR MACHADO	R\$ 158,02
37404	FABIO DA SILVA	R\$ 158,02
37434	ISOLETE BECKER	R\$ 158,02
37514	EDILSON MIRANDA FARIA	R\$ 158,02
37800	ROSEANE BOOS	R\$ 158,02
37837	CLENAR APARECIDA CE BENVENUTTI	R\$ 665,33
38205	MARIA DJACIRA DA SILVA	R\$ 158,02
38284	WILSON LUIZ VICENTINI	R\$ 1.621,74
38469	SUPERVISAO SERVICOS CONTABEIS EIRELI	R\$ 3.243,47
38482	DAVID HODECKER	R\$ 158,02
38483	EDSON ANTONIO GAMBA	R\$ 158,02
38518	JOEL MENDES	R\$ 1.621,74
38584	MARCIANO IMMIAOVSKY	R\$ 158,02
38748	EULITA MARIA SCHWARTZ	R\$ 158,02
38788	ANESIA CATARINA WOICIKOSKI	R\$ 158,02
38891	MORGANA KUEHL ESCARAMUSA	R\$ 665,33
39141	VILMAR PEREIRA	R\$ 158,02
39177	ELANDIA ADELINA PACHECO	R\$ 158,02
39250	ADELIRIO SCHULLE	R\$ 158,02
39295	MAURICIO TORMENA	R\$ 158,02
39439	ADEMAR DA CUNHA	R\$ 158,02
39613	JORGE REIS DE ARAUJO	R\$ 158,02
39683	VILSON CORREA DE MELLO	R\$ 158,02
39726	MOACIR JOSE SPOTTI - MDY3389	R\$ 158,02
39796	ELTON FABRICIO PEREIRA	R\$ 158,02
39903	RAULINO ALVES	R\$ 158,02
40236	JORGE DOS SANTOS	R\$ 1.621,74
40459	RODRIGO VOLTOLINI	R\$ 1.621,74
40655	MARCELO JOAO FANTINI	R\$ 665,33



40753	JULIANO FONSECA TONELLO	R\$ 1.621,74
40873	ELISA BIANCHINI	R\$ 158,02
40876	GILMARIZE ROMANIO	R\$ 1.621,74
40891	MARIO DE PINHO	R\$ 158,02
40976	JAIR VISCONTI	R\$ 158,02
41030	JOVAN ALVES DA SILVA	R\$ 158,02
41108	JEFERSON PETERMANN	R\$ 1.621,74
41133	SAVIO MORANDI SACHETE	R\$ 158,02
41466	PAULO ENRIQUE ZECCA COPPINI	R\$ 1.621,74
41551	ANA PAULA DIEGOLI RAULINO	R\$ 1.621,74
41584	MARCELO ANDRE BARON	R\$ 1.621,74
41646	ELIZANGELA PEREIRA DA SILVA	R\$ 158,02
41775	SARA REGINA DE GOES	R\$ 158,02
41776	EDSON ALVES CARDOSO	R\$ 158,02
42121	GEDRIA CARDOSO DE SOUZA	R\$ 1.621,74
42172	CONRADO BASTOS SANTIAGO	R\$ 1.621,74
42185	MAURICIO CARVALHO DE OLIVEIRA	R\$ 665,33
42231	LUIZ ADAO FERREIRA	R\$ 665,33
42260	JOSE ANTONIO NUNES	R\$ 158,02
42264	RICARDO ALEXANDRE GONCALVES	R\$ 158,02
42336	INGRID ELEN BARON	R\$ 1.621,74
42574	MARCOS WITZKE JUNIOR	R\$ 158,02
42683	RODRIGO COSTA	R\$ 665,33
42709	FRANCINE VAN WILPE HOFFMANN DE SOUZA	R\$ 1.621,74
42759	PATRICIA SEYFERTH	R\$ 158,02
42760	ALMIR MOACIR CIDRAL	R\$ 158,02
42761	WALDIR GOMES	R\$ 158,02
43109	LUSTERRIMAR PETRY	R\$ 158,02
43155	LEOPOLDO DE PINHO	R\$ 158,02
43176	EDSON DOS SANTOS BURGHUSEN	R\$ 665,33
43218	ROSEANE BOOS	R\$ 158,02
43256	FERNANDO DA CRUZ	R\$ 158,02
43325	VANESSA LIMA DE JESUS	R\$ 158,02
43346	VALMIR ERTHAL	R\$ 1.621,74
43461	GEORGE EVANDRO BOOS	R\$ 1.621,74
43648	MARISOL CANTU GERMANO	R\$ 1.621,74
43782	IVANI CUSTODIO	R\$ 665,33
43789	OLAVIO GARCIA DA CUNHA	R\$ 158,02
43814	ANTONIO SEVERINO - ESPOLIO	R\$ 158,02
44037	WALTER JOSE WESSELEY	R\$ 158,02
44145	LEONARDO PIANO	R\$ 1.621,74
44152	OSNI MACHADO	R\$ 158,02
44205	MURILO VENSKE	R\$ 158,02
44301	ALICE ALBINO	R\$ 158,02
44373	CERTA ASSESSORIA CONTABIL LTDA ME	R\$ 3.243,47
44395	ADALBERTO RAINERT	R\$ 1.621,74
44407	ADRIANA DA SILVEIRA DUARTE	R\$ 665,33
44683	ERASMO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	R\$ 158,02
44764	SUSANA MARIA MOREIRA RODRIGUES COELHO FLORES	R\$ 158,02
44802	ANDRE SANI	R\$ 1.621,74

44804	MARIA DA GRACA GONCALVES	R\$ 158,02
44957	MAURINO DE JESUS	R\$ 158,02
44977	VALDIR ANTONIO MANOEL NETO	R\$ 158,02
45088	MARCELO RAMOS REIS	R\$ 665,33
45354	AUGE CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA ME	R\$ 3.243,47
45573	ANTONIO ALVES MERCES	R\$ 158,02
45627	MARCOS AURELIO DE MELO	R\$ 158,02
45669	OLAVIO KEPP	R\$ 158,02
45865	JOAO DE OLIVEIRA REIS	R\$ 665,33
45966	DAVI COSTA DOS SANTOS	R\$ 1.621,74
46019	LONGUINHO RODRIGUES DE SOUZA	R\$ 158,02
46020	ALFONSO EUGENIO BRANDT FILHO	R\$ 158,02
46072	GILSON ADAM	R\$ 158,02
46118	MANOEL JOSE VICTORINO	R\$ 158,02
46344	SERGIO DE ANDRADE	R\$ 158,02
46593	SILVANA DA SILVA	R\$ 158,02
46688	OLDEMIR LOPES DA SILVA	R\$ 665,33
47189	GILSON MAYER	R\$ 158,02
47228	MERCEDES PASCOINA BARON	R\$ 158,02
47285	AGIL CONTABILIDADE & ASSESSORIA LTDA ME	R\$ 3.243,47
47465	J REZINI ASSESSORIA EMPRESARIAL	R\$ 1.621,74
47508	SEBASTIAO SOARES	R\$ 158,02
47509	PEDRO HELENO DA SILVA	R\$ 158,02
47669	VITOR JOSE CERVI	R\$ 1.621,74
47672	JOCEMARA STEINHEUSER WANKA	R\$ 158,02
47754	CARLOS MELENTINO DA SILVA	R\$ 665,33
48018	ACIR CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 3.243,47
48036	CARLOS AUGUSTO VENSKE	R\$ 158,02
48123	SEBASTIAO SOEIRO DA SILVA	R\$ 665,33
48173	H H C CONTABILIDADE LTDA EPP	R\$ 4.865,21
48309	ODETE KLABUNDE	R\$ 158,02
48380	DANIELA SALVADOR ALVES	R\$ 1.621,74
48593	JOAO ALOISIO SCHWARZ AUMOND	R\$ 1.621,74
48627	MURILO BENINI	R\$ 1.621,74
48694	HELIO DE ANDRADE RODRIGUES	R\$ 158,02
48834	LURDES CAVILHA DA SILVA	R\$ 158,02
48960	EDMILSON KLABUNDE	R\$ 1.621,74
48999	OSVALDO MAFFEZZOLLI NETO	R\$ 158,02
49014	PATRICIA SCHAEFER ROSA	R\$ 1.621,74
49016	JOHNY WILLIAM JABLONSKI	R\$ 1.621,74
49134	MARCOS VENICIUS MAFFEZZOLLI	R\$ 1.621,74
49306	ANDERSON PEDRO GAMBA	R\$ 158,02
49319	ANTONIO CELSO DA SILVA MATTOS	R\$ 158,02
49324	RUBENS ROBERTO SCHULEMBURG	R\$ 665,33
49374	EDUARDO JORGE	R\$ 665,33
49547	JUHAMA BEATRIZ DE SOUZA MAYER	R\$ 1.621,74
50138	GEREMIAS MANOEL FERREIRA	R\$ 158,02
50191	ADRIANE DE FATIMA BRIZOLA ALBANI	R\$ 665,33
50237	MARINA DE SOUZA CARVALHO SOTINI	R\$ 158,02
50266	JOSE LUIZ ANTUNES PACHECO	R\$ 158,02

50340	JOAO BIZARRI	R\$ 158,02
50422	EDSON SCHNEIDER	R\$ 158,02
50463	LUIS BARBOSA	R\$ 158,02
50513	TEREZINHA FELISBERTO	R\$ 158,02
50672	ROGERIO MAFFEZZOLLI	R\$ 158,02
50769	RICARDO ALEXANDRE PEREIRA	R\$ 1.621,74
51140	EDEGESSIR DO PRADO	R\$ 158,02
51146	GELASIO CORREA	R\$ 158,02
51437	MARILENE DE CASSIA SILVEIRA	R\$ 665,33
51438	EVERALDO FAGUNDES BATISTA	R\$ 665,33
51439	SILVANA LUCIA PICCINI VIEIRA	R\$ 158,02
51520	NILDO DE PAULA	R\$ 158,02
51724	FERNANDO LUIS MACHADO	R\$ 1.621,74
51810	ALDORI DE PINHO	R\$ 665,33
52171	NEI MARINO REIS	R\$ 1.621,74
52478	JADER CORREA	R\$ 158,02
52577	NICE BRAGA RAUBER	R\$ 158,02
52702	RAFAEL KNOP	R\$ 665,33
52727	JUCIARA BERTOLDI	R\$ 158,02
52856	HILARIO HEIL	R\$ 158,02
52881	CLAUDIO RENATO WEHMUTH	R\$ 158,02
53010	LOLITA STANESCO	R\$ 665,33
53172	TANIA MARIA VOLTOLINI	R\$ 665,33
53185	HENRIQUETA CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 4.865,21
53760	CESAR LUIS MORESCO	R\$ 665,33
53845	ALMIR JOSE SARTORI JUNIOR	R\$ 158,02
53951	ROSANGELA MARIA DA SILVA MASTRAN- DREAS	R\$ 158,02
53983	JOSE HILARIO FUHR	R\$ 158,02
54203	ANDERSON CRISTIANO DE MATTOS	R\$ 158,02
54328	IVINA DOS SANTOS	R\$ 158,02
54477	VIVIANE APARECIDA CARDOSO FERREIRA KLANN ME	R\$ 1.621,74
54520	ARIBERTO PADOAN	R\$ 158,02
54673	ELAINE CRISTINA KNIHS	R\$ 1.621,74
54677	SERGIO STEFFEN	R\$ 158,02
54773	ALTAIR GOHR	R\$ 158,02
54921	MARILENE SALETE DOS SANTOS	R\$ 158,02
54958	ANILDES SCOZ	R\$ 158,02
54992	SILMARA RAMOS DA SILVA DE SOUZA	R\$ 158,02
55159	CIFRA CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 6.486,95
55719	JULIANA COSMA MAFRA	R\$ 158,02
55830	RITA DE CASSIA CIDRAL HENNING	R\$ 158,02
56091	JOSE ANTONIO DA SILVA	R\$ 158,02
56220	RAFAEL LUIS GAMBA	R\$ 665,33
56449	RODRIGO MACIEL DE FREITAS	R\$ 1.621,74
56450	JOSE CYRO DE MOURA GOMIDES	R\$ 1.621,74
56674	CONTABILIDADE UNIVERSAL LTDA ME	R\$ 3.243,47
56682	KATIUSCIA PETERMANN BRESSIANI	R\$ 1.621,74
56756	ERNANDES HEINING	R\$ 665,33
56810	CARLOS HENRIQUE ECCEL	R\$ 665,33
56899	JONATAN LUIZ PACHECO GONCALVES	R\$ 158,02

57219	LGD CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA	R\$ 4.865,21
57349	VIVIAN RISTOW ZEN	R\$ 1.621,74
57356	LUIS OTAVIANO BUGNO PIRES DE ALMEIDA	R\$ 665,33
57374	FERNANDO PEREIRA	R\$ 158,02
57396	SHIRLEY BATTISTI ARCHER LOOS	R\$ 1.621,74
57428	GILDO JOSE DA SILVA	R\$ 1.621,74
57488	DORIVAL MANOEL DE SOUZA JUNIOR	R\$ 1.621,74
57495	MARGARIDA MARIA PAVESI	R\$ 665,33
57549	ARLINDO HECKERT	R\$ 665,33
57588	PRISCILA ROSALY PAEGLE BELTRAO DE SOUZA	R\$ 1.621,74
57620	ANTONIO VITOR BUENO MENNA BARRETO	R\$ 1.621,74
57685	LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA	R\$ 1.621,74
57686	NATALIA BARON DA SILVA	R\$ 665,33
57794	TENILLE GALLASSINI NAZARIO	R\$ 665,33
57892	DIFFERENÇA CONTABILIDADE E ASSESSO- RIA EMPRESARIAL LTDA	R\$ 3.243,47
57985	LOECIR RICARDO MONTEIRO CEZAR	R\$ 1.621,74
58042	FERNANDA RISTOW	R\$ 1.621,74
58294	MURILO VINICIUS COSTA ME	R\$ 1.621,74
58305	RIFFEL CONTABILIDADE LTDA EPP	R\$ 3.243,47
58493	GEORGE MADUELL DE MATTOS	R\$ 1.621,74
58515	DANIEL DELL AGNOLO ME	R\$ 1.621,74
58533	FRANCISCO CEZAR DOS SANTOS	R\$ 158,02
58563	JULIO CESAR MACHADO	R\$ 158,02
58595	FERNANDA KLABUNDE	R\$ 1.621,74
58702	RONEY MODESTO BERTOLDI	R\$ 158,02
58787	ANTONIO CARLOS MELO VIEIRA	R\$ 665,33
58807	CONTABILIDADE MARTINENGHI EIRELI ME	R\$ 1.621,74
58826	ROSANE JACINTO	R\$ 158,02
58888	ROSANE DIAS DOS SANTOS	R\$ 158,02
58890	FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA	R\$ 158,02
58917	ADAIR ZANON	R\$ 665,33
58919	MANOEL MESSIAS SAPORITO DA SILVA	R\$ 158,02
58932	GELSON RICARDO	R\$ 665,33
58935	SILVIO SOARES NOGUEIRA	R\$ 1.621,74
58943	GILMARA DOS SANTOS	R\$ 158,02
58964	EDSON SCUZZIATTO	R\$ 158,02
58968	MARIANE HEIL MARTINI ME	R\$ 1.621,74
58978	LUZIA CRISTINA BERLANDA MACANEIRO	R\$ 158,02
59009	SANDRO WEHRMANN	R\$ 665,33
59045	ADRIANE STECKEL DA CUNHA	R\$ 1.621,74
59046	MAICON ROGERIO DE LIMAS	R\$ 1.621,74
59047	MAIRA ROBERTA DE LIMA	R\$ 1.621,74
59089	VANILDO REIS	R\$ 158,02
59139	JOSE RAIMUNDO TURO	R\$ 665,33
59188	FRANCISCO COSTA	R\$ 158,02
59193	SILVANA MORANDI SACHETE	R\$ 1.621,74
59217	ANTONIO ZAURI FARIAS VENANCIO	R\$ 158,02
59218	ANDRESSA BORNSCHEIN	R\$ 1.621,74
59243	JULIO DE MODESTI	R\$ 158,02
59253	BETINA VIDOTTO IMHOF	R\$ 1.621,74

59254	FABIO BENEDETTI RODRIGUES	R\$ 1.621,74
59318	ROSELY KLOSER	R\$ 1.621,74
59326	ELIONIR ANACLETO TONIOLI	R\$ 158,02
59340	RODRIGO BAENA DE ALMEIDA	R\$ 1.621,74
59350	FERNANDA KLABUNDE ME	R\$ 1.621,74
59354	GREGORY VALOTTA DE SOUZA	R\$ 158,02
59364	LUCIA ARALDI CARDOSO	R\$ 665,33
59374	GUILHERME ANTONIO HEIL	R\$ 1.621,74
59388	ADRIANA MORITZ	R\$ 1.621,74
59442	ADALBERTO VOSS	R\$ 158,02
59447	MARCOS AURELIO DE MOURA CAMPOS	R\$ 1.621,74
59453	ROSEMARI INACIO	R\$ 665,33
59476	RODINALDO RONCAGLIO	R\$ 665,33
59477	CARLOS PEDRO NAU	R\$ 158,02
59507	MARCOS ANTONIO MELZI	R\$ 158,02
59525	JOSE FUSAO	R\$ 158,02
59551	LUDMILA MAFFEZZOLLI	R\$ 158,02
59630	MARCIEL ALVES DE BRITO	R\$ 158,02
59635	CONT'RENDA CONTABILIDADE E IMPOSTO DE RENDA LTDA ME	R\$ 3.243,47
59646	W CONTABILIDADE SOCIEDADE SIMPLES LTDA ME	R\$ 3.243,47
59649	ESCRITORIO CONTABIL CERVÍ S/S LTDA	R\$ 3.243,47
59666	MASSAROLO CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 3.243,47
59679	TARCISIO FISCHER	R\$ 665,33
59681	ISOLETE GERMANO ME	R\$ 1.621,74
59700	CONTABIL CONTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA ME	R\$ 3.243,47
59718	CLAUDEMIR TESTONI	R\$ 665,33
59722	AC CONTABILIDADE S/S LTDA ME	R\$ 3.243,47
59833	PABLO RICARDO BENVENUTTI	R\$ 1.621,74
59834	PAULO ROBERTO FENELON SANTOS DE SA	R\$ 1.621,74
59847	FERNANDA BOOS COMANDOLI	R\$ 1.621,74
59849	THAISE DE OLIVEIRA SALOVSKY	R\$ 1.621,74
59927	ITAMAR BOOS	R\$ 158,02
59934	FABIO SCHAEFER SCHAADT	R\$ 1.621,74
59940	VALMIR KOHLER CONTABILIDADE ME	R\$ 1.621,74
59957	VILMAR DE MORAES	R\$ 158,02
59965	FABIANE DIDOMENICO	R\$ 1.621,74
59966	FRANCINE MARCHIORI CARVALHO	R\$ 1.621,74
59981	MARINEIA MACHADO FERREIRA	R\$ 158,02
59983	JUCEMARA BOOS	R\$ 665,33
59996	IRANILDE MARIA DA SILVA	R\$ 665,33
59999	ETIENE PRESTES DE OLIVEIRA	R\$ 665,33
60020	ADRIANA GEBERT	R\$ 665,33
60061	FRANCO ADRIANO P ROSA	R\$ 665,29
60094	CARLOS ALBERTO LOPES	R\$ 665,33
60144	IRENE MORETON HECKERT	R\$ 158,02
60145	GASTAO DA CUNHA	R\$ 1.621,74
60163	IVANOR VISNHESKI	R\$ 665,33
60177	L.F. CONTABILIDADE LTDA	R\$ 3.243,47
60190	B&C CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA	R\$ 3.243,47

60238	JOSE CARLOS GAMERRO	R\$ 158,02
60311	EVERTON CELIO ADAO SOUTO ME	R\$ 1.621,74
60312	ALEX MAÇANEIRO ME	R\$ 1.621,74
60334	ANGELA MARIA ZERMIANI CADORE	R\$ 1.621,74
60395	JOAO KNHIS NETO	R\$ 158,02
60408	CLAUDIO DOS SANTOS	R\$ 1.621,74
60435	ANTONIO BATISTA CORREIA SOBRINHO	R\$ 1.621,74
60516	ZENO PETERMANN	R\$ 665,29
60563	GERVASIO SCHWEIGERT	R\$ 665,33
60655	CASSIO JOSE DE CARVALHO	R\$ 1.621,74
60691	JOSUE LOURENCO SILVA	R\$ 1.621,74
60717	DLF CONTABILIDADE EIRELI ME	R\$ 3.243,47
60743	VANALDO PEREIRA ISIDORO	R\$ 1.621,74
60814	FRANCINE DE OLIVEIRA FISCHER SGROTT	R\$ 1.621,74
60842	ROSE MICHEI CAVILHA ME	R\$ 1.621,74
60849	MARCONT ORGANIZACOES CONTABEIS EIRELI ME	R\$ 1.621,74
60941	EDUARDO SAMUEL HAUBERT	R\$ 1.621,74
60946	RAFAEL NIEBUHR MAIA DE OLIVEIRA	R\$ 1.621,74
61092	EDUARDO DE LIMAS CONTABILIDADE ME	R\$ 3.243,47
61131	FRANCISCO DJALMA HABITZREUTER JUNIOR	R\$ 1.621,74
61211	RAFAEL FRANCISCO DOMINONI	R\$ 1.621,74
61218	MARIA ANGELICA DIAS FERREIRA DUQUE	R\$ 1.621,74
61241	SERGIO WITKOWSKY	R\$ 1.621,74
61263	CARINE NUNES DOS SANTOS	R\$ 158,02
61292	AUGUSTINHO SCHMIDT	R\$ 158,02
61347	BRUSCONT ASSESSORIA CONTABIL SOCIEDADE SIMPLES LTDA ME	R\$ 4.865,21
61415	R.N. CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 3.243,47
61584	DENISE FATIMA CARLINI ME	R\$ 3.243,47
61634	GIANESINI CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 3.243,47
61654	MAIELA QUINOTO IMHOF	R\$ 1.621,74
61848	HUMBERTO MARTINS FORNARI	R\$ 1.621,74
61911	EDUARDO DOS SANTOS BALLESTER	R\$ 1.621,74
62065	AMILTON ANTONIO MAESTRI	R\$ 158,02
62076	DANIEL RODRIGO KLEIN	R\$ 1.621,74
62220	LEILA CRISTINA KOHLER	R\$ 1.621,74
62244	CARLOS SILVESTRE LAURENTINO SOARES ME	R\$ 1.621,74
62264	LUIZ MARCELINO GONZAGA JUNIOR	R\$ 1.621,74
62265	JOSE CARLOS FUGANTI	R\$ 1.621,74
62276	ANDREIA CRISTIANE DE SOUZA	R\$ 1.621,74
62291	ANDERSON LUIZ MULLER	R\$ 158,02
62293	ANTONIO MARCOS FONTES	R\$ 158,02
62296	SIDNEI CORDEIRO BETINELI	R\$ 158,02
62463	CARLOS HENRIQUE BERNARDI	R\$ 1.621,74
62526	ALINE RESNER	R\$ 1.621,74
62528	FERNANDA BELLI MAFRA	R\$ 1.621,74
62537	JULIO CESAR DOS SANTOS	R\$ 1.621,74
62539	LEANDRO MAX WEISE	R\$ 1.621,74
62552	ADMA SILVA DE LIMA	R\$ 1.621,74
62566	ARTUR GIMENEZ	R\$ 1.621,74

62639	PATRICIA DUTRA DA SILVA	R\$ 665,33
62677	VINICIUS RAPHAEL VALLE	R\$ 1.621,74
62692	CARLOS FERNANDO MUELLER	R\$ 1.621,74
62704	RENATO DE BORBA	R\$ 1.621,74
62722	DAIANA PRISCILA DA SILVA	R\$ 1.621,74
62728	MARCIO PETERMANN FILHO	R\$ 1.621,74
62751	CLAUDIA REGINA RUBLESKI VIEIRA	R\$ 158,02
62796	MARCO ALESSANDRO MERICO	R\$ 1.621,74
62823	TIAGO GAMBA	R\$ 158,02
62932	JEAN LUIZ FISCHER	R\$ 1.621,74
62935	RIANE WEGNER SCHRAMM	R\$ 1.621,74
63088	INDICE CONSULTORIA CONTABIL LTDA ME	R\$ 4.865,21
63120	PAULO R SCHAFFER CONTABILIDADE ME	R\$ 1.621,74
63151	RAFAELA FISCHER	R\$ 1.621,74
63199	CRISTIANE DAMO BERTOLI	R\$ 1.621,74
63272	JOSIANE FISCHER	R\$ 1.621,74
63285	WILLIAN SOARES DA COSTA	R\$ 1.621,74
63323	VANESSA CASANOVA	R\$ 1.621,74
63333	ALYSSON OLIVEIRA DE ANDRADE	R\$ 1.621,74
63356	MICHELLE ROSSEL	R\$ 1.621,74
63367	CLAUDINO JOAO FOPPA JUNIOR	R\$ 1.621,74
63410	ANA CLAUDIA DOS SANTOS	R\$ 1.621,74
63432	BARBARA BARON & ASSOCIADOS SS	R\$ 3.243,47
63444	FABIANI ROCHA GUEDES	R\$ 1.621,74
63445	JOCILEIDE PAZA REUTER	R\$ 1.621,74
63446	TALITA CANE SCHERNER DA SILVA	R\$ 1.621,74
63511	A & R CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 3.243,47
63573	CARINA MARIA LYRA STEINGRABER	R\$ 1.621,74
63582	MAYARA HOFFMANN RAU	R\$ 1.621,74
63584	FERNANDA DA LUZ RIBEIRO	R\$ 1.621,74
63591	PATRICIA CRISTINA ZUNINO	R\$ 1.621,74
63593	RAFAEL VARGAS CAETANO	R\$ 1.621,74
63595	CONCEITO EMPRESARIAL CONTABILIDADE EIRELI ME	R\$ 1.621,74
63596	MARCOS JOSE ABRAHAO GAMBA	R\$ 158,02
63622	CARINE SCHAEFER FEDELI	R\$ 1.621,74
63628	ANTONIO CARLOS CLARINDO	R\$ 1.621,74
63648	ANA KRIS DA SILVA	R\$ 1.621,74
63665	SIDNEY CRISPIANO DA CONCEICAO	R\$ 1.621,74
63712	JOSE RUBENS BARON	R\$ 665,33
63982	CESAR BUSNARDO JUNIOR	R\$ 1.621,74
63996	AGOSTINHO CESAR	R\$ 1.621,74
64010	SUANY FRANCINE GARCIA	R\$ 1.621,74
64065	LOURIVAL HELIO LINO	R\$ 1.621,74
64076	MARALICE LAIZ	R\$ 665,33
64128	ITAMAR DAL BO JUNIOR	R\$ 665,33
64138	LUIZ GUSTAVO BENVENUTTI DE OLIVEIRA	R\$ 1.621,74
64175	RODRIGO MARTINS ASSESSORIA CONTABIL ME	R\$ 1.621,74
64193	EDINA MARA MENSOR BENTO	R\$ 1.621,74
64304	FABIANO SIEGEL	R\$ 1.621,74
64356	ADRIANA DA SILVA	R\$ 665,33

64410	MARCIEL GERMANO	R\$ 1.621,74
64521	JULIANA DE OLIVEIRA	R\$ 1.621,74
64537	HORT SOLUCOES CONTABEIS LTDA ME	R\$ 3.243,47
64641	AUGUSTO VICENTE PINOTTI JUNIOR	R\$ 1.621,74
64643	J REZINI ASSESSORIA CONTABIL EIRELI ME	R\$ 1.621,74
64775	MARIANE XAVIER GOMES	R\$ 1.621,74
64776	JORDANA MEES PEPLAU	R\$ 1.621,74
64796	DANIELI CRISTINA RECH	R\$ 1.621,74
64826	ROSANGELA REGINA SALLA	R\$ 158,02
64864	CESAR LUIS MORESCO	R\$ 665,33
64931	JULIANO BECKER	R\$ 1.621,74
64948	ARTUR BELZ NETO	R\$ 1.621,74
64997	LISIANE TANARA MEIRELLES SEVERO	R\$ 1.621,74
65051	DEBORA PRZYSIEZNY	R\$ 1.621,74
65057	FELIPPE HEINIG	R\$ 1.621,74
65066	EMPRESA TESTE SINCRONIZACAO SIMPLES NACIONAL	R\$ 1.621,74
65113	FRANCIELE CARMINATTI	R\$ 1.621,74
65114	DEBORA GONÇALVES FERNANDES	R\$ 1.621,74
65223	CLEMILSON DURIGON	R\$ 665,33
65378	PRISMA CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 3.243,47
65413	MARIANA ESPINDOLA SERAFIN	R\$ 1.621,74
65564	ESVETILANE APARECIDA RAITZ PESSOA	R\$ 1.621,74
65599	LEONARDO FISCHER NETO	R\$ 1.621,74
65620	KLAUS HUND DA COSTA PEREIRA	R\$ 1.621,74
65634	GIZELE ELIZABETH RIEHS	R\$ 1.621,74
65672	NANI HELENA GARTNER JORGE	R\$ 1.621,74
65714	NATASSIA LUITA LIZ CARVALHO	R\$ 1.621,74
65849	THIAGO ROSA	R\$ 665,33
65937	ALINE BIANCHA HABITZREUTER GEVAERD	R\$ 1.621,74
66131	CAMILA MORELLI MALUCHE	R\$ 1.621,74
66259	DIOGO VISCONTI	R\$ 1.621,74
66292	LUCAS ANTONIO CHINATO	R\$ 1.621,74
66296	SILVIO RAFAEL DELLAGNOLO DA SILVA	R\$ 1.621,74
66391	ANDRESA NASCIMENTO	R\$ 1.621,74
66424	BERNARDO BERTOLI DIEGOLI	R\$ 1.621,74
66457	JOSE JAIR DA SILVA	R\$ 665,33
66458	JULIANA KRIEGER	R\$ 1.621,74
66538	JOAO ACACIO DA ROCHA	R\$ 158,02
66556	FRANCISCO JOSE BARON JUNIOR	R\$ 1.621,74
66579	SIMONE DA SILVA	R\$ 1.621,74
66747	SERGIO LUIZ PADOANI	R\$ 665,33
66766	OTAVIO CEZARI - ESPOLIO	R\$ 158,02
66770	JOSE AUGUSTO DE MELLO	R\$ 158,02
66814	MOACIR JOAO DIAS	R\$ 158,02
66871	FLAVIA LUCHI DA SILVA APPEL	R\$ 1.621,74
66937	JOAO CARLOS VANATT	R\$ 1.621,74
66986	LUCIANO LUIZ REZINI	R\$ 158,02
66992	GABRIELA SCHLEMPER LARGURA	R\$ 1.621,74
67109	ALANA REGIS FERRARI DA SILVA	R\$ 1.621,74
67176	FERNANDA HOFFMANN	R\$ 1.621,74
67210	GEISI MARA PASQUIM	R\$ 1.621,74



67242	EDIVALDO DA SILVA	R\$ 1.621,74
67255	DJALMA SCHLINDWEIN	R\$ 1.621,74
67318	RICARDO BREITWISSER	R\$ 1.621,74
67360	DOUGLAS BENVENUTI	R\$ 1.621,74
67402	FABRICIO PAVESI JUNIOR	R\$ 1.621,74
67515	ALOIR JOSE KONOPKA	R\$ 1.621,74
67623	SILVIA ELISA MORES	R\$ 1.621,74
67711	ALEXANDRE JOSE ERBS	R\$ 1.621,74
67713	MORETTI SERVICOS CONTABEIS EIRELI - ME	R\$ 1.621,74
67768	FREDERICO GUIMARAES MARCHISOTTI	R\$ 1.621,74
67804	MARINA ZENDRON	R\$ 1.621,74
67817	GIOVANNI ENRICO DIAS FAVRETTO	R\$ 1.621,74
67886	DAVINO BARON	R\$ 158,02
67897	ROBERTA OTILIA KORMANN	R\$ 1.621,74
67950	EDUARDO FERNANDO KRIEGER FILHO	R\$ 1.621,74
67969	GUSTAVO CAON LOEFF	R\$ 1.621,74
67971	SERGIO SEBOLD ME	R\$ 665,33
68085	PRUDENCIO ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 3.243,47
68107	ANDRESSA CRISTINE MICHELON	R\$ 665,33
68165	CAMILA GIRARDI PEREIRA	R\$ 1.621,74
68280	VINICIUS MACEDO	R\$ 1.621,74
68284	TAMBOSI CONTADORES ASSOCIADOS LTDA ME	R\$ 3.243,47
68294	GISELY PEIXER	R\$ 1.621,74
68296	ALEXANDRE AZEREDO DE OLIVEIRA	R\$ 1.621,74
68297	THIAGO TEIXEIRA SILVA	R\$ 1.621,74
68304	EDNEI MELO	R\$ 665,29
68373	MARISA KLEIN HORNER	R\$ 1.621,74
68548	JAMILE DE SOUZA	R\$ 1.621,74
68567	PATRICIA CASSANIGA ELEUTERIO	R\$ 1.621,74
68677	CARLOS FERNANDO FAGUNDES	R\$ 665,33
68701	TAMIREZ JORDYN STEDILE BONONOMI	R\$ 1.621,74
68728	NATALIA SCHAADT	R\$ 1.621,74
68737	THIAGO SCHLINDWEIN	R\$ 1.621,74
68870	ANGELA MALHEIROS CORREA DA COSTA MATZENBACHER	R\$ 1.621,74
68885	DENISE GRIECO RODRIGUES	R\$ 665,33
68922	ANDREIA CARLA BRINGHENTI MARCHIORI PRANDINI	R\$ 1.621,74
68961	ANDRE LEONARDO AZEVEDO	R\$ 1.621,74
68997	CARLOS ANDRE BELLI	R\$ 1.621,74
69017	IONARA GERVASONE SPENGLER	R\$ 1.621,74
69063	ANA PAULA AICHINGER	R\$ 1.621,74
69065	MARCELO BELLI	R\$ 1.621,74
69160	NATHALIA EDUARDO SGROTT	R\$ 1.621,74
69172	MARCIO MAURICIO MORAES	R\$ 1.621,74
69180	CARLOS PEREIRA MOREIRA JUNIOR	R\$ 1.621,74
69246	DIRCE SALETE FAGUNDES	R\$ 1.621,74
69262	JESSICA WANDREY	R\$ 1.621,74
69274	LUCIANO WITKOWSKY	R\$ 1.621,74
69281	GUILHERME KEMPT RODRIGUES	R\$ 1.621,74
69282	ANGELICA DELLAGNOLO	R\$ 1.621,74

69405	DANIELLE COUTO GONÇALVES	R\$ 1.621,74
69411	WITKOWSKY & CARPENA ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 3.243,47
69429	JANAINA BITTENCOURT CUNHA	R\$ 1.621,74
69452	MARCELO PEREIRA	R\$ 1.621,74
69576	SANTOS & BALLESTER SERVIÇOS MEDICOS SS LTDA	R\$ 3.243,47
69628	R.R SERVIÇOS MEDICOS EIRELI	R\$ 1.621,74
69632	LUCIANE DE JESUS 03958956939	R\$ 665,33
69662	BARON, LIRA & LOPES ADVOGADOS	R\$ 4.789,28
99913	GILMAR BAUMGARTNER	R\$ 158,02
99919	FABIO JOSE VENSKE	R\$ 158,02
99920	EDSON JOSE BEUTING	R\$ 158,02
99921	EVALDO JOSE DA CRUZ - ESPOLIO	R\$ 158,02
99922	HILARIO HORT - ESPOLIO	R\$ 158,02
99924	JOAO ALBERTO WEBER	R\$ 158,02
99934	DARCI ANTONIO BELETTI	R\$ 158,02
99942	MARIO SAPELLI	R\$ 158,02
99943	NATAL BETINELLI	R\$ 158,02
99945	ADEMIR VALLE	R\$ 158,02
99946	ERMELINA BARON	R\$ 158,02
99948	HUBERTO ANTONIO MARCHI	R\$ 158,02
99951	PAULO GRIPA	R\$ 158,02
99952	IRINEU ANTUNES DA LUZ	R\$ 158,02
99953	ALESSANDRO VEBER	R\$ 158,02
99954	IVAN LUIS GAMBA	R\$ 158,02
99968	ALEXANDRE ANTONIO IMMIAOVSKY	R\$ 158,02
99974	JOSE ILGINARCIO CAVICHIOLI	R\$ 158,02
99976	RUBENS LAURITZEN	R\$ 158,02
99982	ANTONIO BAUMGARTNER	R\$ 158,02
99995	JOSE DE PINHO	R\$ 158,02
99996	MODESTO LUIZ BERTOLDI	R\$ 158,02
100002	MARLENE FELLER BERTOLDI	R\$ 158,02
100009	LINDESIA CATARINA IMMIAOVSKY	R\$ 158,02
100010	DOMINGOS TADEU DE PINHO	R\$ 158,02
100011	FRANCISCO CARLOS CAVICHIOLI - ESPOLIO DE	R\$ 158,02
100014	DARIO BERTOLDI	R\$ 158,02
100017	MARIO SANTOS PEREIRA	R\$ 158,02
100020	ALTAIR GOHR	R\$ 158,02
100021	CARIN JAQUELINE FISCHER TEIXEIRA	R\$ 158,02
100023	PAULO SEBASTIAO LIBARDO	R\$ 158,02
100033	ROBSON MATEUS	R\$ 158,02
100035	MARCIA GUERREIRO GAMBA	R\$ 158,02
100037	DAVI BELETTI	R\$ 158,02
100042	VILMAR MUNIZ DE MOURA	R\$ 158,02
100044	ROGERIO LAURITZEN	R\$ 158,02
100045	JOSE VILMAR DE SOUZA	R\$ 158,02
100046	REINALDO RUBLESKI	R\$ 158,02
100049	JAIME SILVEIRA	R\$ 158,02
100052	CLEUSA MARIA LAURITZEN	R\$ 158,02
100053	ARCEO ABEL NASCIMENTO	R\$ 158,02



430099	ATLAS ASSIS VASSELAI	R\$ 158,02
999016	AMELIA DALLAGNOLO MARCHI	R\$ 665,33
999020	OTAIR COSTA SWERTS	R\$ 1.621,74
999029	TERESA JOVITA BRAGA VIEIRA WILLRICH	R\$ 1.621,74
999072	LUIZ DA CUNHA	R\$ 158,02
999075	EDESIO GONCALVES DE OLIVEIRA	R\$ 1.621,74
999100	EVELERIO BARG	R\$ 665,33
999101	NELSON GOTTARDI	R\$ 665,33
999102	OSVALDEMIR WESTARB	R\$ 665,33
999103	ORDEMAR SANTO DAROSSO	R\$ 665,33
999104	IRINEO DALCASTAGNE	R\$ 665,33
999111	VILTON DE MELO	R\$ 1.621,74
999112	ODAIR HECKERT	R\$ 158,02
999125	SANTA LAURA DUARTE	R\$ 158,02
999187	FELPUDOS FENIX LTDA	R\$ 158,02
999279	OSNILDO DEBRASSI	R\$ 1.621,74
999310	JURANDIR BISSONI	R\$ 158,02
999313	MARILIA DE NOVAES COSTA BERGAMASHI	R\$ 1.621,74
999317	ANDRE SERGIO LANG	R\$ 158,02
999331	OSVALDO JOSE SAMAGAIA	R\$ 158,02
999357	EUGENIO PAZA	R\$ 158,02
999397	ESCRITORIO CONTABIL HEINIG LTDA	R\$ 8.108,69
999455	JAMES THOMAS CREWS JUNIOR	R\$ 158,02
999482	ONILDO MACHADO	R\$ 158,02
999500	NANCI CYPRIANI DOS SANTOS	R\$ 665,33
999510	ANTONIO VALENTIM NASCIMENTO	R\$ 158,02
999604	SALETE MARLY DOS SANTOS	R\$ 665,33
999626	MANUEL DOMINGUEZ PARENTE	R\$ 1.621,74
999666	ATIVO ASSESSORIA E PLANEJAMENTO CONTABIL LTDA EPP	R\$ 3.243,47
999704	RICARDO VIANNA HOFFMANN	R\$ 1.621,74
999707	ANDREA MARIA VIEIRA BLEYER SCHLINDWEIN	R\$ 1.621,74
999710	VANDERLEI MACHADO	R\$ 665,33
999764	WITKOWSKY CONTABILIDADE S/S LTDA	R\$ 3.243,47
999814	DELTA CONTABILIDADE E CONSULTORIA EIRELI ME	R\$ 3.243,47
999815	FRANCISCO OSMAR GESSER	R\$ 665,33
999841	FISCHER ASSESSORIA E CONTABILIDADE LTDA	R\$ 3.243,47
999972	HENRIQUE JOSE DE CORDOVA FILHO	R\$ 1.621,74
1000026	BENTA SALVELINA SARTORI	R\$ 665,33
1000148	J & J CONTABILIDADE LTDA	R\$ 3.243,47
1000150	JOSEMAR GONCALVES	R\$ 158,02
1000200	LUIZ CARLOS BRIQUE ME	R\$ 1.621,74
1000221	JOSE LEOPOLDO KOHLER	R\$ 158,02
1000236	MARCELO PRUNER	R\$ 158,02
1000239	KATIA SILENE GABRIEL MESQUITA	R\$ 1.621,74
1000265	NADIR COGNACCO	R\$ 158,02
1000270	EDEVALDO PEREIRA DA SILVA	R\$ 158,02
1000281	WILSON MORELLI FILHO	R\$ 1.621,74
1000337	GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ	R\$ 1.621,74

1000373	PANORAMA CONTABILIDADE E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME	R\$ 3.243,47
1000380	HERIBERTO CESAR VIEIRA	R\$ 1.621,74
1000446	HORST HEINIG	R\$ 665,33
1000450	ANA ISABEL PLENTZ	R\$ 1.621,74
1000492	CONTASSE CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA	R\$ 3.243,47
1000532	CRISTIANO LANCONI	R\$ 158,02
1000533	BEATRIZ LOBATO MARTINS	R\$ 1.621,74
1000578	MARLI BEILFUSS SCHLINDWEIN	R\$ 158,02
1000581	BRIGITTE BRANDES	R\$ 1.621,74
1000616	ALBERTO FEDELI JUNIOR	R\$ 1.621,74
1000659	JOSEANE VELLWOCK	R\$ 1.621,74
1000682	VANDERLEI MARIO DE ANDRADE	R\$ 665,33
1000749	ORGANIZACOES CONTABEIS ZANON LTDA	R\$ 3.243,47
1000758	LEONI CONTABILIDADE LTDA ME	R\$ 3.243,47
1000771	PERFIL ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S	R\$ 3.243,47
1000804	MARIA PIRES	R\$ 158,02
1000904	MARCIO JOSE ANACLETO	R\$ 158,02
1000973	NUSS CONTABILIDADE EIRELI	R\$ 3.243,47
1001044	VILSON MARCHI	R\$ 158,02
1001076	MARCA REGISTRADA CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA	R\$ 3.243,47
1001083	IRONILDES DE BORBA	R\$ 158,02
1001205	BCM ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	R\$ 6.486,95
1001249	MARILANE VIEIRA MACHADO PINOTTI	R\$ 1.621,74
1001263	MARISE CLEONICE BORTOLUZZI SANTOS	R\$ 1.621,74
1001270	JOCELITO VASQUEZ MARTINEZ	R\$ 1.621,74
1001321	IDELMO COTTONE	R\$ 1.621,74
1001324	MARLI TRIDAPALLI	R\$ 158,02
1001332	CRISTINA HELENA DE SOUZA ASSINI	R\$ 665,33
1001380	CLELIA JANE MARQUES	R\$ 1.621,74
1001399	LOURECI MARQUES GONCALVES	R\$ 158,02
1001456	VALERIO ROSSINSKY	R\$ 158,02
1001549	SHIRLEY CRISTIANE DE MELO EUFRAZIO	R\$ 1.621,74
1001599	SILVIO CLEMENTE GODOY	R\$ 1.621,74
1001617	ROSEMERI DALCEGIO VARELA	R\$ 158,02
1001725	LUIZ CARLOS MACANEIRO	R\$ 1.621,74
1001731	NADIR SILVEIRA GOULART VENERO	R\$ 158,02
1001763	GLADYS DE OLIVEIRA	R\$ 158,02
1001771	ELIZETE MARIA DA CAS	R\$ 1.621,74
1001815	RUI RIBEIRO	R\$ 665,33
1001866	JOAO BATISTA NOGUEIRA	R\$ 158,02
1001912	MELCEDES AVELINO LASSOLI	R\$ 158,02
1001920	GLADES RISTOW COMANDOLLI	R\$ 158,02
1001931	LUZIMERI DE AMARAL ZIMERMANN	R\$ 158,02
1001939	ADRIANA BAUMGARTNER PETERMANN	R\$ 1.621,74
1001960	JAIR ZANCA	R\$ 158,02
1001979	JOAO PAULO ANDRINI	R\$ 158,02
1002002	JOSE MILHORANZA MEDEIROS	R\$ 1.621,74
1002011	CLAUDIA DE SOUZA PINTO	R\$ 158,02
1002014	HEIDY STOLTENBERG	R\$ 1.621,74

1002031	LIA MARCIA CRUZ E PRADO	R\$ 1.621,74
1002034	LUCIA CHAVES	R\$ 158,02
1002065	ANDREIA ROCHA DE LIMA DIONIZIO	R\$ 158,02
1002082	SERGIO MARCOS	R\$ 158,02
1002086	VANETE TARTER	R\$ 665,33
1002093	ROSEMARI ALVES	R\$ 158,02
1002115	RICARDO ZEN	R\$ 1.621,74
1002116	GILSON AMILTON SGROTT	R\$ 1.621,74
1002120	MARCIO SILVEIRA	R\$ 1.621,74
1002121	SALETE ECCEL LOMBARDI	R\$ 1.621,74
1002122	ANTONIO DECKER	R\$ 1.621,74
1002123	ROSANA LETZOV	R\$ 1.621,74
1002134	TACIANA MAISA AGUIAR MAFRA	R\$ 1.621,74
1002144	MARCUS ANTONIO LUIZ DA SILVA	R\$ 1.621,74
1002145	RODRIGO IVAN LAZZAROTTI	R\$ 1.621,74
1002148	VITO ANTONIO DEPIN	R\$ 1.621,74
1002149	LUIS HOFFMANN	R\$ 1.621,74
1002150	REGIANE MARIA SOPRANO MORESCO	R\$ 1.621,74
1002165	FERNANDA LUCHI DA SILVA GORGES	R\$ 1.621,74
1002166	GILBERTO GORGES	R\$ 1.621,74
1002182	ARNO SCHROER	R\$ 158,02
1002194	LUANA INGRID TODT CAMARGO	R\$ 158,02
1002209	CLAUDIO OLAVO DE CAMPOS NETO	R\$ 158,02
1002280	NORMA SDRIGOTTI BOETTNER	R\$ 665,33
1002628	VALDIR CENSI	R\$ 158,02
1003169	NELSON JOSE ERTHAL	R\$ 158,02
1003186	GLADIS HELENA KRIEGER MERICO CARNEIRO	R\$ 1.621,74
1004001	DENISE BEATRIZ RIESEMBERG DE BORBA	R\$ 1.621,74
1004341	JAIME CESARI	R\$ 158,02
1004408	ANTONIO VALMOR MERLO	R\$ 158,02
1004595	CARLOS ALBERTO RUZINSKY	R\$ 158,02
1004709	LUIZ VINOTTI	R\$ 158,02
1005531	MAURO ALVES DA COSTA	R\$ 158,02
1005717	VERA LUCIA SCHAADT	R\$ 665,33
1005806	MOACIR GAMBA JUNIOR	R\$ 1.621,74
1005840	CANDIDA DA CUNHA SOUZA	R\$ 665,33
1006593	EDESIO JACO DA LUZ	R\$ 158,02
1007719	DARLEI DAWTON COLZANI	R\$ 1.621,74
1007779	LINESIO SOUZA	R\$ 158,02
1008415	MATHIAS MOLLERI FILHO	R\$ 158,02
1009055	OSWALDO DA SILVEIRA MAYER JUNIOR	R\$ 1.621,74
1009214	ALBERTO AQUIM VARGAS	R\$ 1.621,74
1009295	DANIELA MARTINS	R\$ 665,33
1009667	OSCAR SBARDELATTI - ESPOLIO	R\$ 158,02
1009695	ANDRE RICARDO SASSI	R\$ 1.621,74
1010745	SUZANA ECCEL	R\$ 665,33
1010903	MOACIR CLAUDIO LOPES TRINDADE	R\$ 158,02
1011606	LAZARO FRANCISCO VIEIRA	R\$ 158,02
1011770	MARCIO ZUQUI	R\$ 158,02
1011844	MARIA JUDITE WERNER DE MELO	R\$ 1.621,74
1011906	JOSE ROBERTO GRAF - ESPOLIO	R\$ 158,02

1011911	RENATO PEDRO KLOCK	R\$ 158,02
1011916	MARIA SALETE BERTOLINI	R\$ 158,02
1012016	ORIVAL CARLOS DA ROCHA	R\$ 158,02
1012032	LARA CRISTINA FERNANDES CASTILHO	R\$ 1.621,74
1012162	OLAVIA GERVASI	R\$ 158,02
1012600	AUGUSTINHO AFONSO WILL	R\$ 158,02
1013999	MARCOS EDESIO GONCALVES DE OLIVEIRA	R\$ 1.621,74
1015933	ELIAS DE OLIVEIRA	R\$ 158,02

Edena Beatris Censi  
Secretária da Fazenda

Luiz Mattioli  
Diretor da SEFAZ

## PORTARIA N. 001-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1487576

PORTARIA Nº 001/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

### RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Maureci Zancanela, matrícula 28614-01, ocupante do cargo de Mecânico;  
Nestor Edson Padilha de Carvalho, matrícula 8087-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE;  
Rafael Barbosa do Amaral, matrícula 24376-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;  
Reinaldo Mellão, matrícula 8079-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;

Pelo período de 08/01/2018 até 27/01/2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/01/2018.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

## PORTARIA N. 002-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1487580

PORTARIA Nº 002/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

### RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Ricardo Bortolotto, matrícula 21148-00, ocupante do cargo de Químico.

Pelo período de 08/01/2018 até 06/02/2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/01/2018.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA N. 003-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487583

PORTARIA Nº 003/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE  
Conceder Férias aos servidores:

Jose Reis Filho, matrícula 18562-01, ocupante do cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água;  
Murilo Soares da Silva, matrícula 18074-02, ocupante do cargo de Agente de ETA;

Pelo período de 22/01/2018 até 10/02/2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 22/01/2018.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA N. 004-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487586

PORTARIA Nº 004/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE  
Conceder Férias aos servidores:

Alirio Pedro dos Santos Filho, matrícula 21032-00, ocupante do cargo de Agente de Almoxarifado;  
Sidnei Cesari, matrícula 17965-01, ocupante do cargo de Operador de Maquinas;

Pelo período de 22/01/2018 até 20/02/2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 22/01/2018.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA N. 005-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487587

PORTARIA Nº 005/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Carlos Eduardo Branco, matrícula 21121-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;  
Gilberto Reis, matrícula 18104-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;  
José Carlos Padoani, matrícula 18198-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, e  
José Mario Beuting, matrícula 26832-02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais.

Pelo período de 29/01/2018 até 17/02/2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 29/01/2018.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA N. 006-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487589

PORTARIA Nº 006/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Rodrigo Moraes Barata, matrícula 44610-00, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;

Pelo período de 10/01/2018 até 29/01/2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. 007-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487590

**PORTARIA Nº 007/2018**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias ao servidor:

Carolina Zimmermann, matrícula 7927-00, ocupante do cargo de Assistente Administrativo;

Pelo período de 15/01/2018 até 03/02/2018.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 15/01/2018

Brusque, 10 de janeiro de 2018.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

**PORTARIA N. 008-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487593

**PORTARIA Nº 008/2018**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 473, inciso I do Decreto-Lei n.º 5.452 de 1º de maio de 1943:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Falecimento de 02 (dois) dias ao servidor Nilton Gervásio Corrêa, na função de Agente de Serviços Especiais por contrato temporário, devido ao falecimento de seu pai GERVASIO CORRÊA no dia 13 de dezembro de 2017, conforme Certidão de Óbito, Nº 104810 01 55 2017 4 00169 020 0061509 91 no Hospital Santo Antônio, em Blumenau/SC.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 13/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

**PORTARIA N. 009-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487594

**PORTARIA Nº 009/2018**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

**RESOLVE**

1) Rescindir o contrato por tempo determinado, a pedido, do

servidor RODRIGO MORAES BARATA, matrícula 44610-00, do cargo de Agente de Serviços Especiais;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

**PORTARIA N. 010-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487604

**PORTARIA Nº. 010/2018**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal das Licitações e Contratos Administrativos,

**RESOLVE**

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente de Licitação do SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão Permanente de Licitações os servidores 48070-00 Deivison Araldi, 26980-00 Anauri Schafer, 20974-00 Silvine Studnicka, cabendo a presidência ao primeiro nomeado.

§ 1º. Nomear a servidora 8214-00 Silvia Eliane Roso da Silva e 8079-00 Reinaldo Mellão como membro suplente da Comissão Licitação referida neste artigo.

§ 2º. O mandato dos membros titulares e suplente será de um ano, permitida a recondução de no máximo dois membros titulares para o mandato subsequente.

Art. 3º Os membros titulares da Comissão Permanente de Licitação desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a contar de 01/01/2018.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

**PORTARIA N. 011-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1487606

**PORTARIA Nº. 011/2018**

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal das Licitações e Contratos Administrativos e na Lei 10.520/02,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, o servidor 2399-02 Leandro Bolognini.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, os servidores: 48070-00 Deivison Araldi, 7161-00 Jaqueline Maurici



Montibeller Testoni e 20974-00 Silvine Studnicka.

Art. 3º Fica designada a servidora 20974-00 Silvine Studnicka para atuar como pregoeira substituta em caso de impedimento ou ausência motivada do pregoeiro designado no Art. 1º desta portaria.

Art. 4º O mandato dos membros desta comissão será de um ano e desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a contar de 01/01/2018.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

## PORTARIA N. 012-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1487609

PORTARIA Nº. 012/2018

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal das Licitações e Contratos Administrativos,

### RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão de Recebimento de Materiais/Serviços do SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão de Recebimento de Materiais os servidores, cabendo a presidência ao primeiro nomeado:

21091-00 Gilberto Cesar Albrecht para o recebimento de serviços e matérias de segurança e de mecânica,  
8222-00 Adilson Correa para o recebimento de materiais de limpeza da administração,  
21032-00 Alírio Pedro dos Santos Filho e 18910-01 Pedro Tavares

de Lima para o recebimento de combustível e materiais de almoxarifado,  
29971-00 Armando Alberto Walendowsky e 28533-00 Luiza Sarah Thomsen Pereira para o recebimento de serviços e materiais para a construção civil,  
3751-04 Denise Bruns e 8052-00 Rosangela de Mello para o recebimento de serviços e materiais da administração,  
28320-00 Elzira Maria Azzolini de Azevedo para o recebimento de materiais de limpeza da área técnica e ETA,  
25941-00 Maicon Buss para o recebimento de equipamentos, serviços e materiais referente à ETA,  
8460-00 Django Deucher para o recebimento de serviços e materiais referente ao controle do asfalto,  
48526-00 Fernando Giraldo para o recebimento de serviços e materiais referente ao controle do asfalto  
21083-00 Diego Ribeiro Pena para o recebimento de serviços e materiais elétricos,  
48089-01 Mirrai Muller para o recebimento de serviços e materiais referente ao frotas.

Art. 3º Caberá, exclusivamente, à comissão ora criada, representada no mínimo por três membros, receber material e serviços de qualquer natureza, desde que, por recebimento, seu valor seja igual ou superior ao limite estabelecido na alínea "a" do Inciso II do art. 23 da Lei 8666/93 e suas posteriores alterações.

Parágrafo Único. No caso de valores inferiores ao estabelecido no caput deste artigo, a comissão, poderá ser representada por apenas um dos seus membros.

Art. 4º No desempenho de suas funções a Comissão de Recebimento observará a legislação federal e seu Regimento Interno.

Art. 5º O mandato dos membros desta comissão será de um ano e desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a contar de 01/01/2018.

Brusque, 10 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 4322 - 2017

Publicação Nº 1487470

PORTARIA Nº 4322/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017.

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 07/12/2017 c/c ofício nº 17/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Amanda Marina de Souza	679038 -08	Professor	Horizontal	A II	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.  
Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora



**PORTARIA Nº 4323-2017**

Publicação Nº 1487472

## PORTARIA Nº 4323/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 07/12/2017 c/c ofício nº 17/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ana Maria Basso dos Santos	681873-05	Professor	Horizontal	A II	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA Nº 4324 - 2017**

Publicação Nº 1487474

## PORTARIA Nº 4324/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 07/12/2017 c/c ofício nº 17/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ariane Rodrigues dos Santos Gamba	750050-04	Professor	Horizontal Vertical	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA Nº 4325 - 2017**

Publicação Nº 1487475

## PORTARIA Nº 4325/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 07/12/2017 c/c ofício nº 17/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Dirlaine Pereira	724815-04	Professor	Horizontal	A II	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

## PORTARIA N° 4326 -2017

Publicação N° 1487477

### PORTARIA N° 4326/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto n° 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 07/12/2017 c/c ofício n° 17/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Gladis da Silva Vale dos Santos	675059-00	Professor	Horizontal	D II	E II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

## PORTARIA N° 4327 -2017

Publicação N° 1487478

### PORTARIA N° 4327/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto n° 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 07/12/2017 c/c ofício n° 17/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Jose Carlos Torresani	315567-12	Professor	Horizontal	A - II	B - II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4328 -2017**

Publicação Nº 1487480

## PORTARIA Nº 4328/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 07/12/2017 c/c ofício nº 17/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Luciana da Silva Lapa	4123794-01	Professor	Horizontal	A - II	B - II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4329 -2017**

Publicação Nº 1487481

## PORTARIA Nº 4329/2017

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017.

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 07/12/2017 c/c ofício nº 17/2017, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Maraiza Sardo	4138554-01	Professor	Horizontal Vertical	A - I	B - II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4360-2017**

Publicação Nº 1487484

## PORTARIA Nº 4360/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 44/2017, emitido em 11/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Laudelino José de Novaes Neto	4124626-01	Educador Social	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4361 -2017**

Publicação Nº 1487486

## PORTARIA Nº 4361/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 44/2017, emitido em 11/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Maicon Francez	573434-01	Agente Administrativo	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4362 -2017**

Publicação Nº 1487488

## PORTARIA Nº 4362/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 44/2017, emitido em 11/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Silvia Kuhnen	816299-01	Educador Social	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4363 - 2017**

Publicação Nº 1487489

## PORTARIA Nº 4363/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 44/2017, emitido em 11/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Simone da Silva Ribeiro	4123824-01	Educador Social	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora



**PORTARIA Nº 4364 - 2017**

Publicação Nº 1487491

## PORTARIA Nº 4364/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 44/2017, emitido em 11/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Tatilena Moreira	1000061504-01	Agente Administrativo	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA Nº 4365 - 2017**

Publicação Nº 1487492

## PORTARIA Nº 4365/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 11/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 44/2017, emitido em 11/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ladjane Bento de Oliveira	814482-01	Servente de Serviços Gerais	Horizontal Vertical	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA N° 4430-2017**

Publicação N° 1487496

## PORTARIA N° 4430/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício n° 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto n° 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Alexandra da Silva Nobre	1011774-01	Servente de Serviços gerais	Horizontal	A I	B I

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA N° 4431-2017**

Publicação N° 1487498

## PORTARIA N° 4431/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício n° 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1° da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto n° 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1° - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Carlos Eduardo Maluche	518468-00	Dentista	Horizontal	B II	C II

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA Nº 4432-2017**

Publicação Nº 1487500

**PORTARIA Nº 4432/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Clayton Masieiro Pedrosa	871800-02	Agente de Obras	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA Nº 4433-2017**

Publicação Nº 1487501

**PORTARIA Nº 4433/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Giane Cristina de Souza	1050389-00	Enfermeiro	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA Nº 4434-2017**

Publicação Nº 1487503

**PORTARIA Nº 4434/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas

atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Jessica Thais Voss	4129601-01	Técnico em Enfermagem	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

## PORTARIA Nº 4435-2017

Publicação Nº 1487505

### PORTARIA Nº 4435/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,

Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Joyce Felix	921386-00	Auxiliar de Consultório Odontológico	Horizontal	B I	C I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

## PORTARIA Nº 4436-2017

Publicação Nº 1487506

### PORTARIA Nº 4436/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,

Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Julio Wittacker de Moraes	4126181-01	Agete Administrativo	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

## PORTARIA Nº 4437-2017

Publicação Nº 1487520

### PORTARIA Nº 4437/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Kamila Ricardo de Souza	903876-00	Auxiliar de Consultório Odontológico	Horizontal	B I	C I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

## PORTARIA Nº 4438-2017

Publicação Nº 1487522

### PORTARIA Nº 4438/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Kelvin Willian Siqueira dos Santos	4129270-01	Educador Social	Horizontal	A I	B I



Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

## PORTARIA Nº 4439-2017

Publicação Nº 1487524

### PORTARIA Nº 4439/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Leonice de Oliveira Braz Reisner	732524-00	Assistente Social	Horizontal	C I	D I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

## PORTARIA Nº 4440-2017

Publicação Nº 1487528

### PORTARIA Nº 4440/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Luana Vieira Costa	4128036-01	Técnico em Enfermagem	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4441-2017**

Publicação Nº 1487529

## PORTARIA Nº 4441/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Marcelo Bruno Castro da Silva	1003127-00	Cirurgião Dentista Especialista	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4442-2017**

Publicação Nº 1487530

## PORTARIA Nº 4442/2017

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Maria de Jesus da Rocha	10000000197-01	Servente de Serviços Gerais	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4443-2017**

Publicação Nº 1487533

**PORTARIA Nº 4443/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Odileide Antonia Marani Gauguer	13692-01	Agente de Serviços Especiais	Horizontal	G II	H II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4444-2017**

Publicação Nº 1487534

**PORTARIA Nº 4444/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Priscila Scheffer	4129571-01	Técno em Enfermagem	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4445-2017**

Publicação Nº 1487536

**PORTARIA Nº 4445/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Sabrina da Silva Wilvert Floriani	785369-03	Servente de Serviços Gerais	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4446-2017**

Publicação Nº 1487537

**PORTARIA Nº 4446/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Sandra Regina Jorge Kormann	941391-01	Auxiliar de Consultório Odontológico	Horizontal	A I	B I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4447-2017**

Publicação Nº 1487538

**PORTARIA Nº 4447/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Catia Raquel gomes	648337-00	Agente Administrativo	Vertical	C II	C III

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4448-2017**

Publicação Nº 1487539

**PORTARIA Nº 4448/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Edilaine Martins Moratto Oliveira	942383-01	Enfermeiro	Vertical	B II	B III

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora



**PORTARIA Nº 4449-2017**

Publicação Nº 1487541

**PORTARIA Nº 4449/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Wanderson Jose da Cunhados santos	4116704-01	Agente de Obras	Vertical	B II	B III

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4450-2017**

Publicação Nº 1487543

**PORTARIA Nº 4450/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Carline Fernanda Scheren	744050-01	Técnico em Enfermagem	Vertical/Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4451-2017**

Publicação Nº 1487545

**PORTARIA Nº 4451/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Fernanda Cristina Facchini	1085670-01	Engenheiro Civil	Vertical/Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4452-2017**

Publicação Nº 1487546

**PORTARIA Nº 4452/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Gilsander Ferreira Romero	4124430-01	Agente Administrativo	Vertical/Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4453-2017**

Publicação Nº 1487548

**PORTARIA Nº 4453/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ketlyn Lais Bonfim	4138520-01	Educador Social	Vertical Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4454-2017**

Publicação Nº 1487550

**PORTARIA Nº 4454/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ligiane de Souza Scapini	100003878-01	Assistente Social	Vertical Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4455-2017**

Publicação Nº 1487551

**PORTARIA Nº 4455/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Luiz Roberto Maffezzolli	928755-01	Educador Social	Vertical Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4456-2017**

Publicação Nº 1487553

**PORTARIA Nº 4456/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Marcio Pereira	4129636-01	Técnico em Enfermagem	Vertical Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4457-2017**

Publicação Nº 1487557

**PORTARIA Nº 4457/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Ricardo Pinto Juliani	4129636-01	Médico Especialista	Vertical Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora

**PORTARIA Nº 4458-2017**

Publicação Nº 1487559

**PORTARIA Nº 4458/2017**

Considerando a Ata da Comissão Permanente de Avaliação Funcional do dia 04/12/2017,  
Considerando o Ofício nº 41/2017, emitido em 04/12/2017 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional,  
A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto nº 8.064/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal e/ou vertical, para os seguintes servidores, por cumprirem com os requisitos legais da legislação vigente – Lei Complementar 143/2009, com fulcro nos artigos 24 a 29 do mesmo diploma legal.

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Vilma dos Santos de Oliveira	812072-01	Servente de Serviços Gerais	Vertical Horizontal	A I	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/12/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora



**PORTARIA Nº 338-2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1487597

PORTARIA Nº 338/2017

O DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "e" do art. 111 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE

- 1) Tornar sem efeito a Portaria 286/2017, tendo em vista que, por lapso, este número não fora utilizado.
- 1) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 20 de dezembro de 2017.

ROBERTO BOLOGNINI  
Diretor Presidente

# Caçador

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017 – FMAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017

Publicação Nº 1486577

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017 – FMAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017 – FMAS - AQUISIÇÃO DE CRÉDITO PARA VALES-TRANSPORTES DESTINADO AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS CRAS E CREAS. O presente aditivo tem por objeto a renovação contratual, de acordo com solicitação e justificativa emitida pelo Fundo Municipal de Assistência Social, e mediante parecer jurídico favorável nº 442/2017. CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, neste ato representado pelo Sr. ERON MARCELO CRUZ, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 765.830.239-20, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. O presente Aditivo tem o prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir de 31 de dezembro de 2017 e findando dia 31 de dezembro de 2018. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 34.167,80 (trinta e quatro mil, cento e sessenta e sete reais e oitenta centavos).

### CONTRATO Nº 18/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017 FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

Publicação Nº 1486570

CONTRATO Nº 18/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017 FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS EM MDF 15 MM NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CRAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONTRATADA: FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.943.540/0001-25 com sede na cidade de Balneário Camboriú/SC, neste ato representada por procuração pela Sra. PRISCILLA BIANCA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 006.864.609-79, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador, SC. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste e findando dia 7 de dezembro de 2018. O acompanhamento e fiscalização do presente Contrato será efetuada pela servidora da Fundo Municipal de Assistência Social GISELE DE SOUZA BLEICHUEHL ZARUR, inscrita no CPF sob o nº 029.219.320-32.

#### ITEM

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	30216 - DIVISÓRIA EM MDF 15 mm NA COR BRANCA, MEDINDO: 450 cm DE COMPRIMENTO X 150 cm DE LARGURA X 270 cm DE ALTURA, COM PORTA DE CORRER E FECHADURA. DISMACENTER	UN	2	3.000,00	6.000,00
TOTAL R\$ 6.000,00					

### EDITAL DE INTIMAÇÃO - PROCON

Publicação Nº 1487558

PAD Nº 45/2016 Cip nº 42.006.001.16.0003077  
Reclamante: SHIRLEY TERESINHA FABIANI SANTI  
Reclamada: A. M. DA SILVA – SERVIÇOS DE COBRANÇAS - EIRELI  
CNPJ Nº 17.119.518/0001-41  
EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, intima a reclamada A. M. DA SILVA – SERVIÇOS DE COBRANÇAS – EIRELI, em lugar incerto e não sabido, de que foi proferida decisão administrativa sancionatória nos autos do PAD nº 45/2016.

Fica intimada a representante da reclamada a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do teor da referida decisão do processo administrativo nº 45/2016, apresentar recurso, ou recolher a multa aplicada .

Transcorrido o referido prazo, sem apresentação de recurso, ou o recolhimento da multa imposta, o referido débito será lançado em dívida ativa, com posterior execução judicial.

Caçador (SC), 09 de janeiro de 2018.  
CRISTIANO ZANCHI  
Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON  
Município de Caçador (SC)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PROCON**

Publicação Nº 1487563

PAD Nº 40/2016 Cip nº 42.006.001.16.0002724  
Reclamante: LENEDI DE PAULA FERREIRA  
Reclamada: MARCELO HENRIQUE CORDEIRO DE LIMA – ME  
CNPJ Nº 21.949.827/0001-16

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, intima a reclamada MARCELO HENRIQUE CORDEIRO DE LIMA – ME, em lugar incerto e não sabido, de que foi proferida decisão administrativa sancionatória nos autos do PAD nº 40/2016.

Fica intimada o representante da reclamada a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do teor da referida decisão do processo administrativo nº 40/2016, apresentar recurso, ou recolher a multa aplicada .

Transcorrido o referido prazo, sem apresentação de recurso, ou o recolhimento da multa imposta, o referido débito será lançado em dívida ativa, com posterior execução judicial.

Caçador (SC), 09 de janeiro de 2018.  
CRISTIANO ZANCHI  
Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON  
Município de Caçador (SC)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PROCON**

Publicação Nº 1487562

PAD Nº 41/2016 Cip nº 42.006.001.16.0001524  
Reclamante: MARISTELA CACHINSKI  
Reclamada: ADAO MESSIAS NUNES DE SOUZA  
CPF Nº 021.680.351-99

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, intima a reclamada ADAO MESSIAS NUNES DE SOUZA, em lugar incerto e não sabido, de que foi proferida decisão administrativa sancionatória nos autos do PAD nº 41/2016.

Fica intimada o representante da reclamada a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do teor da referida decisão do processo administrativo nº 41/2016, apresentar recurso, ou recolher a multa aplicada .

Transcorrido o referido prazo, sem apresentação de recurso, ou o recolhimento da multa imposta, o referido débito será lançado em dívida ativa, com posterior execução judicial.

Caçador (SC), 09 de janeiro de 2018.  
CRISTIANO ZANCHI  
Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON  
Município de Caçador (SC)

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****PORTARIA Nº 1.160, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1486748

PORTARIA nº 1.160, de 20 de dezembro de 2017.  
Altera a Portaria nº 1.158 de 15 de dezembro de 2017, que concede férias à Servidora Pública DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, da Portaria nº 1.158, de 15 de dezembro de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Servidora DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, ocupante do cargo de Advogada do IPASC, referentes ao período aquisitivo de 25/03/2016 a 24/03/2017, a serem gozadas a contar do dia 20/12/2017 até 18/01/2018.” (N.R.)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 20 de dezembro de 2017.

Fábio Deniz Casagrande- DIRETOR PRESIDENTE DO IPASC.

# Caibi

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1487117

#### MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 009/2018 na modalidade Pregão Presencial Nº 002/2018, para Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para manutenção das atividades das escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Caibi do tipo menor preço – Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:00 horas do dia 23 de Janeiro de 2018 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi –SC 10 de Janeiro de 2018.DAIANA MENIN– Prefeita Municipal em Exercício.

### DECRETO Nº 006/18, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1487033

DECRETO Nº 006/18, de 10 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre o critério de escolha de vagas para Admissão em Caráter Temporário, para atuar no Magistério Público Municipal no Ano Letivo de 2018, e da outras providências.

DAIANA MENIN, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pela legislação vigente, DECRETA:

Art. 1º - A escolha de vagas para admissão de Professores em caráter temporário para o ano letivo de 2018, período de 19 de janeiro a 09 de fevereiro para Professores de Educação Infantil e Auxiliar de Classe, se dará pelos critérios estabelecidos no presente Decreto.

Parágrafo único - A escolha de que trata este artigo será efetuada por ordem de classificação no Processo Seletivo.

Art. 2º - A escolha das vagas ocorrerá no dia 15 de janeiro de 2018, a partir das 14h e 00min, na sala da Secretaria Municipal de Educação, junto a Prefeitura Municipal.

Art. 3º - São as seguintes vagas disponíveis:

Professor de Educação Infantil

- a) 04 (quatro) vagas vinculadas de 20 hs - Turno Matutino
- b) 04 (quatro) vagas vinculadas de 20 hs - Turno Vespertino

Professor Auxiliar de Classe – Educação Infantil

- a) 02 (duas) vagas de 20hs, Matutino.
- b) 02 (duas) vagas de 30hs, Matutino.
- c) 02 (duas) vagas de 20hs, Vespertino.
- d) 02 (duas) vagas de 30hs, Vespertino.

Art.4º - A escolha se dará obrigatoriamente pela ordem de classificação na área pela qual o candidato se inscreveu.

Parágrafo Único - O candidato poderá escolher somente uma vaga oferecida.

Art. 5º - O candidato que não comparecer para a escolha de vagas no dia e horário marcado, perderá este direito, permanecendo na mesma posição da lista de classificação, para a próxima chamada de escolha de novas vagas.

Art.6º - Comparecendo o candidato e, não desejando escolher a vaga, permanecerá na mesma posição de lista de classificação.

Parágrafo Único - O disposto no artigo 6º somente será aplicado uma vez.

Art.7º - O candidato que escolher a vaga e desistir ficará impedido de escolher outra vaga.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi-SC, em 10 de janeiro de 2018.

DAIANA MENIN

Prefeita em Exercício

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

### LEI N.º 3.029/2018

Publicação Nº 1487801

LEI N.º 3.029/2018

Dispõe sobre incentivos fiscais para apoio à realização de projetos esportivos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito municipal, incentivo fiscal a ser concedido à pessoa física ou jurídica com domicílio ou sede no Município de Camboriú, em apoio à realização de projetos esportivos de caráter não comercial e não lucrativo, nas modalidades desportivas de rendimento, comunitário e eventos de lazer, na forma desta Lei:

I - formação esportiva de base de escolinhas de iniciação para atletas, mantendo-se e selecionando equipes que representam o Município de Camboriú em campeonatos, torneios e eventos esportivos de âmbito regional, estadual, nacional e internacional;

II - realização de eventos comunitários de lazer e recreação e outras atividades esportivas no município de Camboriú de âmbito estadual, nacional e internacional;

III - outras atividades que se enquadrarem aos objetivos desta Lei.

Art. 2º O valor do montante a ser concedido a título do incentivo de que trata esta Lei será decretado anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Os projetos esportivos serão apresentados à Fundação Municipal de Esportes, pelos produtores esportivos, na forma de regulamento, capacitando-os a receber recursos de contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, mediante certificado emitido pela Fundação Municipal de Esportes.

§ 1º Os recursos financeiros captados junto aos contribuintes em favor dos projetos representarão, no máximo, 30% (trinta por cento) do total do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, devido pelo contribuinte.

§ 2º Os Certificados emitidos pela Fundação, para efeito de captação de recursos, terão validade de um ano contado da data de sua expedição, cujos valores serão expressos em moeda corrente.

Art. 4º Fica autorizada a criação da Comissão de Avaliação, composta por pessoas de comprovada idoneidade moral e de reconhecida notoriedade na área esportiva, a ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo, a qual ficará incumbida do exame e da proposta de enquadramento dos projetos esportivos apresentados. Parágrafo único. Aos membros da comissão é vedada a apresentação de projetos esportivos durante o período de seu mandato, bem como aos servidores da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 5º Além das sanções penais cabíveis, será multado em dez vezes o valor incentivado o produtor esportivo que não comprovar a correta aplicação desta Lei, por dolo, com desvio dos objetivos ou dos recursos.

Art. 6º Fica o Chefe de Poder Executivo autorizado a regulamentá-la, para o fiel cumprimento desta Lei, no prazo de 90 (trinta) dias após a sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de janeiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob  
Secretário M. de Administração

### LEI N.º 3.030/2018

Publicação Nº 1487802

LEI N.º 3.030/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde do Município de Camboriú e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Camboriú que as Unidades de Saúde que ofereçam atendimento pediátrico contarão, obrigatoriamente, com brinquedoteca nas suas dependências.

Art. 2º Considera-se brinquedoteca, o espaço provido de brinquedos e jogos educativos, destinado a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar, contribuindo para a construção e/ou fortalecimento das relações de vínculo e afeto entre as crianças e seu meio social.

Art. 3º A implementação da brinquedoteca deverá ser precedida de um trabalho de divulgação e sensibilização junto à equipe da Unidade e de voluntários, que deverá estimular e facilitar o acesso das crianças aos brinquedos, de jogos e aos livros; com intuito de entreter às crianças durante a espera do atendimento.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com pessoas jurídicas e/ou pessoas físicas, bem como receber doações de brinquedos, jogos e livros.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, a fim de aperfeiçoar e viabilizar sua execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de janeiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob  
Secretário M. de Administração

### TERMO DE ERRATA PR 125/17 - PMC

Publicação Nº 1487018

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 125/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 125/2017 - PMC, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO



DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXO I", sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado no Item 01 do Anexo I:

01 - [...] TRIBUTAÇÃO PÚBLICA

Foi alterado o parágrafo terceiro da Clausula Oitava do Anexo X Minuta Contratual:

- onde lê-se: PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo para execução das etapas de conversão, implantação e treinamento de todos os sistemas licitados será de no máximo 150 (cento e cinquenta) dias, após assinatura do contrato.

- leia-se: PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo para execução das etapas de conversão, implantação e treinamento de todos os sistemas licitados será de no máximo 60 (sessenta) dias, após assinatura do contrato.

Foi adicionado o subitem 11.3 no Edital:

11.3 – Os recursos para o pagamento das despesas provenientes do contrato correrão por conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ - 3.3.90.39.11 (47).

Foi corrigido o TERMO DE ERRATA publicado em 04/01/2018:

-Onde lê-se:

- 6.4.1.

- leia-se:

- 6.4.2.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 23/01/2018 as 12h30min

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 10 de Janeiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 01/2018

Publicação Nº 1487719

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 01/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 23 de Janeiro de 2018 às 15 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA E SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS E DESRATIZAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h00min diariamente.

Campos Novos, 11 de Janeiro de 2018.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### AVISO DE PP Nº02/2018.

Publicação Nº 1487206

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 02/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24 de Janeiro de 2018 às 14 horas e 30 minutos Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto o AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CERCAR A QUADRA ESPORTIVA NO CEIM PADRE ARMANDO DE COSTA. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h00min diariamente.

Campos Novos, 11 de Janeiro de 2018.  
Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018

Publicação Nº 1487733

EXTRATO DE CONTRATO - CMV Nº 02/2018  
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: KATIUSSI FAÉ PAGANINI  
OBJETO: CONTRATO TEMPORÁRIO  
VALOR MENSAL: R\$ 1.016,56  
DATA: 08/01/2018  
VIGENCIA: 31/12/2018

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018

Publicação Nº 1487734

EXTRATO DE CONTRATO - CMV Nº 03/2018  
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS  
CONTRATADA: BRUNA GABRIELA MARTINS  
OBJETO: CONTRATO TEMPORÁRIO  
VALOR MENSAL: R\$ 1.016,56  
DATA: 09/01/2018  
VIGENCIA: 31/12/2018

### PORTARIA Nº 1/2018

Publicação Nº 1487723

Portaria Nº 1/2018  
NOMEIA A SERVIDORA MARILIA FAGUNDES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA COMUNITÁRIA DE ATENDIMENTO À CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora MARILIA FAGUNDES, brasileira, casada, inscrita sob RG nº 4.983.703 e CPF nº 050.461.559-90, para o cargo em Comissão de Assessora Comunitária de Atendimento à Cidadania - ACC, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 08 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 2/2018**

Publicação Nº 1487724

Portaria Nº 2/2018

NOMEIA A SERVIDORA ARIANE CRISTINA CARMINATTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE RECEPCIONISTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Senhora ARIANE CRISTINA CARMINATTI, brasileira, casada, inscrita sob RG nº 4.507.614 - SSP/SC e CPF nº 043.851.689-38, para o cargo em Comissão de Recepcionista - RP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 08 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

casada, advogada, inscrita na OAB/SC sob o nº 22.751, portadora do RG nº 4.244.592 - SSP/SC, CPF nº 036.636.029-90, para o cargo em comissão de Assessora Jurídica - AJ - 01 da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 08 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 5/2018**

Publicação Nº 1487727

Portaria Nº 5/2018

NOMEIA O SERVIDOR LUIZ CELSO KUNEN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o Senhor LUIZ CELSO KUNEN, brasileiro, casado, portador da CI nº 1.072.392, SSP/SC, expedida em 18/11/2005, CPF nº 345.605.139-53, para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete - CG - 01 da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 08 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 3/2018**

Publicação Nº 1487725

Portaria Nº 3/2018

NOMEIA A SERVIDORA DAIANE APARECIDA DEMETRIO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a senhorita DAIANE APARECIDA DEMETRIO, brasileira, solteira, inscrita sob RG nº 4.877.738 e CPF nº 055.038.189-97, para o cargo em Comissão de Operadora de Central Telefônica - OCT - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 08 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 6/2018**

Publicação Nº 1487728

Portaria Nº 6/2018

NOMEIA A SERVIDORA KATIUSSE FAÉ PAGANINI PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Senhora KATIUSSE FAÉ PAGANINI, brasileira, casada, portadora do RG nº 5.911.272 - SSP/SC, data de expedição 01/03/2004, CPF nº 091.325.479-78, para a função temporária de Auxiliar de Serviços Operacionais - ASO - 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Contrato nº. 002/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 08 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 4/2018**

Publicação Nº 1487726

Portaria Nº 4/2018

NOMEIA A SERVIDORA RAQUEL DA COSTA VIEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Senhora RAQUEL DA COSTA VIEIRA, brasileira,

**PORTARIA Nº 7/2018**

Publicação Nº 1487729

Portaria Nº 7/2018

NOMEIA A SERVIDORA BRUNA GABRIELA MARTINS PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Senhora BRUNA GABRIELA MARTINS brasileira, solteira, portadora do RG nº 6.646.789 - SSP/SC, data de expedição 17/12/2010, CPF nº 098.914.529-80, para a função temporária de Auxiliar de Serviços Operacionais - ASO - 01, da Câmara Municipal de Vereadores, conforme Contrato nº. 003/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 09 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 8/2018**

Publicação Nº 1487730

Portaria Nº 8/2018

NOMEIA A SERVIDORA KARINA DE ALMEIDA BRUSE BRESOLA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA COMUNITÁRIA DE ATENDIMENTO À CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Senhora KARINA DE ALMEIDA BRUSE BRESOLA, brasileira, casada, inscrita sob o RG nº 2.815.058, SSP/SC e CPF nº 003.564.039-12, para o cargo em comissão de Assessora Comunitária de Atendimento à Cidadania - ACC, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 09 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

**PORTARIA Nº 9/2018**

Publicação Nº 1487732

Portaria Nº 9/2018

NOMEIA A SERVIDORA MICHELI DIONÍSIO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a senhorita MICHELI DIONISIO, brasileira, solteira, inscrita sob RG nº. 4.654.279 e CPF nº 062.336.569-31, para o cargo em comissão de Operadora de Central Telefônica - OCT - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 09 de Janeiro de 2018.

José Adelar Carpes
Presidente da Mesa

# Canoinhas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 013/2018

Publicação Nº 1487095

PORTARIA Nº. 013/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 5.556 de 12/02/2015 e suas alterações, resolve:

#### ALTERAR COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Art. 1º - Fica alterada a Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria nº 959/2017, que passa a vigor com a seguinte redação:

I - Presidente:  
Adilson Fernando Ribeiro.

II - Secretária:  
Karina de Cassia Kohler Wendt.

III - Membro Titular:  
Diogo Carlos Seidel.

IV - Membros Suplentes:  
Luís Gustavo Vieira de Britto;  
Janice de Fátima Stempinhak;  
Camila Machado dos Santos Melo;  
José Carlos Herbst.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 09 de janeiro de 2018.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/01/2018.

JOSÉ CARLOS HERBST  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### PORTARIA Nº 014/2018

Publicação Nº 1487102

PORTARIA Nº. 014/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 012/2017, que nomeou Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem na modalidade Pregão presencial e eletrônico, já alterada pela Portaria nº 960/2017, que passa a vigor com a seguinte redação:

I. Pregoeiro: Marciano Fernandes Correa.  
Suplente: Adilson Fernando Ribeiro

II. Equipe de Apoio: Camila Machado dos Santos Melo;  
Suplente: Karina de Cassia Kohler Wendt.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 960/2017.

Canoinhas/SC, 09 de janeiro de 2018.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/01/2018.

JOSÉ CARLOS HERBST  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### PORTARIA Nº 015/2018

Publicação Nº 1487110

PORTARIA Nº. 015/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### ALTERAR COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 1º - Fica alterada a Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2017, constituída através da Portaria nº 379/2017, passando a vigor com a seguinte formação:

I - Presidente:  
Luís Gustavo Vieira de Britto;

II - Membros:  
Danielle Ludka;  
Sandro Antonio de Oliveira Lima.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 10 de janeiro de 2018.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/01/2018.

JOSÉ CARLOS HERBST  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino



# PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 26/2017

Publicação Nº 1487350

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS</b>  <b>CNPJ: 83.102.384/0001-80</b> <b>RUA FELIPE SCHMIDT, 10</b> <b>C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 26/2017 - CC</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 190/2017</b> <b>Data do Processo: 22/11/2017</b>
	Folha: 11/15

## OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

## ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº

Ao(s) 10 de Janeiro de 2018, às 09:15 horas, na sede da(o) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 649/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 190/2017, Licitação nº 26/2017 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 190/2017, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 26/2017, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Aos 10 (dez) dias do mês de janeiro do ano de 2018, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de C. Kohler Wendt e Sra. Camila Machado dos Santos Mello, nomeados pela Portaria nº 13/2018, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas MAGALI REGINA FUCK NEGOSEK 71289666920, representada pelo Sr. Vinicius Luiz Negosek de Oliveira; empresa SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL LTDA, representada pelo Sr. José Amir Steidel; empresa FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA EPP, representada pela Sra. Daniele Flavia Sorg; empresa ANTONIO CARLOS CORDEIRO BIANEK - ME, representada pelo Sr. Lucas Voigt Noenberg; empresa SUPERMERCADO DJEK E SHERON LTDA EPP, representada pelo Sr. Djek Fuchs; a empresa PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP, representada pelo Sr. Marlon Eising e a empresa NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. As empresas ANTONIO CARLOS CORDEIRO BIANEK - ME, MAGALI REGINA FUCK NEGOSEK 71289666920, FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA EPP, SUPERMERCADO DJEK E SHERON LTDA EPP, PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas MAGALI REGINA FUCK NEGOSEK 71289666920, SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL LTDA, FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA EPP, ANTONIO CARLOS CORDEIRO BIANEK - ME, SUPERMERCADO DJEK E SHERON LTDA EPP, PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP e NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA HABILITADAS no certame. Os representantes das empresas participantes assinaram o termo de renúncia de interposição de recursos, referente à fase de habilitação. Aberta a palavra aos participantes, os mesmos declinaram de usá-la. As os representantes das empresas participantes assinaram o termo de renúncia de interposição de recursos, referente à fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam, as empresas MAGALI REGINA FUCK NEGOSEK 71289666920, SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL LTDA, FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA EPP, ANTONIO CARLOS CORDEIRO BIANEK - ME, SUPERMERCADO DJEK E SHERON LTDA EPP, PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP e NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. Primeiramente foram verificadas as inviolabilidades das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas, foi gerado o relatório com a classificação dos itens em que houve empate, após foi questionado verbalmente se haveria interesse dos participantes enquadrados como ME/EPP em cobrir o valor vencedor. Os valores vencedores ficaram distribuídos de acordo com o quadro comparativo em anexo.

**Participante: 6099 - SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
13	ALIMENTO COM PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, SEM LACTOSE.	LAT	180,00	soymilke	0,0000	22,85	4.113,00
23	FARINHA DE ARROZ	KG	370,00	urbano	0,0000	3,25	1.202,50
27	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDO	KG	3.165,00	sinha	0,0000	1,48	4.684,20
29	FARINHA PARA QUIBE, PACOTE COM 500 GRAMAS	KG	2.730,00	pinduca	0,0000	4,77	13.022,10
34	ACHOCOLATADO EM PÓ DIET, SEM ADIÇÃO DE LEITE DE VACA E SEUS DERIVADOS	KG	840,00	apti	0,0000	10,84	9.105,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.102.384/0001-80  
 RUA FELIPE SCHMIDT, 10  
 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 190/2017  
 Data do Processo: 22/11/2017

Folha: 22/15

Participante: 6099 - SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
37	PACOTE OU CAIXA DE PÓ PARA PREPARO DE GELATINA DIET, SABORES DIVERSOS	PCT	725,00	apti	0,0000	1,88	1.363,00
43	PÓ P/ PREPARO DE PUDIM S/ LEITE, DIET, S/ AÇÚCAR REFINADO 25 A 30 GRAMAS	PCT	700,00	bretzke	0,0000	1,58	1.106,00
48	ESSÊNCIA DE BAUNILHA LÍQUIDA - 25 A 30 ML	VD	625,00	arcolor	0,0000	3,15	1.968,75
49	CHÁ MATE DESIDRATADO	KG	1.193,00	matex	0,0000	3,28	3.913,04
51	QUEIJO RALADO TIPO PARMESÃO - 40 A 50 GRAMAS	PCT	4.340,00	criolo	0,0000	2,55	11.067,00
55	DOCE DE LEITE - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 400 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	KG	1.166,00	nectar	0,0000	5,97	6.961,02
56	GOIABADA DE 300 A 1KG	KG	710,00	pinduca	0,0000	5,77	4.096,70
63	ERVILHA EM CONSERVA, C/ RECIPIENTES DE LATA OU CAIXA CARTONADA TIPO LONGA VIDA CONTENDO 200 GRAMAS.	CXA	6.040,00	fugini	0,0000	1,19	7.187,60
67	AMENDOIN CRU S/ CASCA E C/ PELE TIPO 1 EMB 500G	KG	1.060,00	jaragua	0,0000	6,47	6.858,20
68	MILHO PARA PIPOCA PACOTES COM 500 Gr. TIPO I	KG	1.380,00	pinduca	0,0000	3,94	5.437,20
69	MILHO PARA CANJICA TIPO 1, BRANCA, EMBALAGEM 500 GRAMAS	KG	2.835,00	jaragua	0,0000	3,58	10.149,30
70	GRÃO DE BICO	KG	820,00	pinduca	0,0000	11,94	9.790,80
77	SEMENTE DE LINHAÇA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 200 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	KG	140,00	jureia	0,0000	9,98	1.397,20
79	UVA PASSA ESCURA S/ SEMENTE	PCT	438,00	la violetera	0,0000	4,89	2.141,82
81	FARINHA DE MULTICEREAIS	KG	1.325,00	panfacil	0,0000	3,57	4.730,25
84	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM EMB 500ML	LAT	350,00	lar	0,0000	11,85	4.147,50
91	BISCOITO DOCE INTEGRAL, SEM AÇÚCAR REFINADO TIPO COOKIES - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS ALUMINIZADAS ÍNTEGRAS DE 30 GRAMAS A 35 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	UN	2.250,00	jasmine	0,0000	2,78	6.255,00
92	BISCOITO SALGADO INTEGRAL EMB. INTEGRA DUPLA DE 150G A 1KG	KG	1.618,00	orquidea	0,0000	8,87	14.351,66
100	BISCOITO DE MEL	KG	4.115,00	bolamel	0,0000	8,37	34.442,55
101	PAO INTEGRAL FATIADO EMBALADO E ROTULADO	KG	1.200,00	nutritiva	0,0000	8,35	10.020,00
105	PAO DE HAMBURGUER, EMBALADO E ROTULADO	KG	3.810,00	nutritiva	0,0000	8,77	33.413,70
106	BOLINHO PRONTO COBERTO OU RECHEADO DE CHOCOLATE COM 40 G	UN	16.320,00	renata	0,0000	0,83	13.545,60
112	MACARRÃO DE ARROZ TIPO PENNE OU PARAFUSO EMB. 0,5 A 1KG	KG	200,00	urbano	0,0000	4,19	838,00
113	MACARRÃO INTEGRAL TIPO PENNE OU GRAVATA OU PARAFUSO EMB. DE 0,5 A 1KG.	KG	1.460,00	ninfa salducci	0,0000	5,97	8.716,20
120	PETIT SUISSÉ C/ POLPA DE MORANGO BANDEJA DE 360GR 8 UN	BAN	1.850,00	tirol	0,0000	4,27	7.899,50
131	ADOÇANTE LÍQUIDO COMPOSTO 100% EDUCOLRANTE NATURAL	FRS	205,00	gold	0,0000	14,45	2.962,25
132	COXA COM SOBRECORA DE FRANGO COM OSSO CONGELADA	KG	11.410,00	danieli	0,0000	4,17	47.579,70
135	MOELA DE FRANGO CONGELADA EMB DE 1 A 3KG.	KG	3.833,00	danieli	0,0000	4,78	18.321,74
137	CARNE MOÍDA CONGELADA DE BOVINO, COM MODERADO TEOR DE GORDURA	KG	4.335,00	marcon	0,0000	8,96	38.841,60
138	PERNIL SUÍNO CONGELADO, SEM OSSO E SEM PELE	KG	11.380,00	fricasa	0,0000	9,75	110.955,00
139	ALMONDEGAS DE CARNE BOVINA CONGELADA EMB. DE 0,5 A 1KG.	KG	4.290,00	marcon	0,0000	10,57	45.345,30
141	QUEIJO MUSSARELA FATIADO RESFRIADO.	KG	5.100,00	lactofrios	0,0000	17,75	90.525,00
142	QUEIJO MUSSARELA FATIADO RESFRIADO	UN	6.940,00	bonacolsi	0,0000	3,44	23.873,60
143	APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES E ÍNTEGRAS DE 1,0 A 2,5 KG.	KG	3.930,00	fricasa	0,0000	14,87	58.439,10
144	APRESUNTADO FATIADO RESFRIADO EMB DE 160G	UN	7.200,00	pamplona	0,0000	3,14	22.608,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS</b>  <b>CNPJ: 83.102.384/0001-80</b> <b>RUA FELIPE SCHMIDT, 10</b> <b>C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC</b>				<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 26/2017 - CC</b>	
				<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 190/2017</b> <b>Data do Processo: 22/11/2017</b>	
					Folha: 33/15

Participante: **6099 - SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
148	UNIDADES DE 100 GRAMAS CADA DE ALIMENTO COM SOJA CREMOSO (TIPO IOGURTE) SABOR FRUTAS VERMELHAS OU PÊSSEGO, SEM GLUTEN.	UN	1.900,00	batavo	0,0000	3,18	6.042,00
149	ALIMENTO 0% LACTOSE (TIPO IOGURTE OU BEBIDA LÁCTEA) PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. UNIDADES DE NO MÍNIMO 100 GR CADA.	UN	2.400,00	tirol	0,0000	2,95	7.080,00
180	AMACIANTE PARA CARNE, POTE COM 120 GRAMAS. PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS DEVIDAMENTE LACRADAS E ROTULADAS. VALIDADE MÍNIMA APOS ENTREGA: 06 MESES.	POTE	16,00	maggi	0,0000	5,55	88,80
185	AZEITONA EM CONSERVA	VD	110,00	la violetera	0,0000	5,78	635,80
187	BISCOITO SALGADO TIPO ÁGUA E SAL - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM DUPLA DE 400GR VALIDADE MÍNIMA APOS ENTREGA: 10 MESES.	PCT	830,00	orquidea	0,0000	3,98	3.303,40
188	PAO TIPO FRANCÊS, MÉDIA 50 GRAMAS	KG	770,00	nutritiva	0,0000	9,85	7.584,50
189	BALA DE GOMA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS DEVIDAMENTE LACRADAS E ROTULADAS DE 500 GRAMAS A 1 KG. VALIDADE MÍNIMA APOS ENTREGA: 06 MESES.	KG	220,00	docile	0,0000	9,40	2.068,00
192	BATATA PALHA TRADICIONAL OU EXTRA FINA	PCT	480,00	carambitos	0,0000	12,85	6.168,00
193	CALDO DE GALINHA CXA COM 126 GRAMAS	CXA	250,00	apti	0,0000	1,74	435,00
195	FARINHA DE ROSCA TORRADA 500 GRAMAS	PCT	150,00	nutritiva	0,0000	5,15	772,50
196	FRUTA S PASSAS - PCT 200 GR.	PCT	90,00	la violetera	0,0000	4,85	436,50
197	MASSA PARA PASTEL CORTADAS EM CIRCULO, TAMANHO MÍNIMO DE 12 CM	PCT	790,00	bela italia	0,0000	4,95	3.910,50
199	CALDO DE CARNE CXA COM 126 GRAMAS	CXA	180,00	apti	0,0000	1,84	331,20
200	NATA; POTE COM 300 GRAMAS	POTE	625,00	pia	0,0000	4,70	2.937,50
201	PIMENTA DO REINO EM PÓ 100 GRAMAS, POTE TIPO SALEIRO	UN	58,00	bretzke	0,0000	8,80	510,40
202	FARINHA LÁCTEA - PCT 400GR - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE DEVIDAMENTE EMBALADO E ROTULADO. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	LAT	340,00	vitallon	0,0000	8,95	3.043,00
203	SUCO CONCENTRADO, DIVERSOS SABORES FRASCO COM 500ML	FRS	3.250,00	da fruta	0,0000	5,25	17.062,50
205	TEMPERO PRONTO POTE COM 300 GRAMAS - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM POTE LACRADO, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO SEM ADIÇÃO DE PIMENTA. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 06 MESES NA ENTREGA.	POTE	138,00	oliveira	0,0000	2,45	338,10
206	SACHES DE TEMPEROS EMB. CONTENDO 12 SACHES CADA	PCT	130,00	sason	0,0000	3,25	422,50
207	XAROPE CONCENTRADO P/ REFRESCOS; DIVERSOS SABORES, FRASCOS CONTENDO 800 ML	FRS	782,00	jureia	0,0000	6,55	5.122,10
208	DOCE DE ABÓBORA - POTE 450 GR	POTE	243,00	nectar	0,0000	3,89	945,27
209	HAMBURGUER DE CARNE BOVINA 672 GRAMAS	CXA	1.200,00	aurora	0,0000	10,35	12.420,00
214	BALAS SORTIDAS - MASTIGÁVEIS - VÁRIOS SABORES	PCT	800,00	simonetto	0,0000	3,58	2.864,00
215	COCAD MISTA	CXA	314,00	nnbom	0,0000	60,45	18.981,30
217	BAUNILHA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ÍNTEGRA CONTENDO 40 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. V	POTE	125,00	incas	0,0000	2,15	268,75
218	MANGERONA EM FLOCOS - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRA DE 10 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADA E EMBALADA. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	PCT	50,00	sanvitta	0,0000	3,18	159,00
219	FORMAS MEDINDO 35CM DE COMPRIMENTO X 25CM LARGURA DE BOLO DE CENOURA ASSADO COM COBERTURA DE CHOCOLATE	UN	630,00	nutritiva	0,0000	19,85	12.505,50
220	BOMBOM (TIPO OURO BRANCO) - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICA LACRADA DE 500 GR A 1,0 KG, E CADA BOMBOM DEVE PESAR 21,5 GRAMAS. VALIDADE: NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	170,00	serenats amor	0,0000	28,85	4.904,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.102.384/0001-80  
 RUA FELIPE SCHMIDT, 10  
 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 190/2017  
 Data do Processo: 22/11/2017

Folha: 44/15

Participante: 6099 - SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
224	BOMBOM WAFER AO LEITE (TIPO BIS)	CXA	1.930,00	vitarella	0,0000	3,15	6.079,50
227	CUQUE DIVERSOS SABORES (ABACAXI, BANANA, FAROFA). FORMAS MEDINDO 35CM COMPRIMENTO X 25CM DE LARGURA, COM 35 PEDAÇOS.	UN	730,00	nutritiva	0,0000	13,20	9.636,00
228	DOCE DE FRUTAS DIET - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 450 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.VALIDADE MINIMA NA ENTREGA: 10 MESES.	POTE	400,00	ritter	0,0000	12,40	4.960,00
231	LEITE CONDENSADO DIET - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS COM 395 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE 10 MESES	CXA	340,00	delacasa	0,0000	13,00	4.420,00
232	LINGUIÇINHA SUÍNA	KG	370,00	frigolaste	0,0000	8,95	3.311,50
235	PAÇOCA DE AMENDOIM - PRODUTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO 20 GRAMAS CADA. VALIDADE MINIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	UN	4.110,00	nnbom	0,0000	18,45	75.829,50
236	PÃO DE LEITE - UNIDADE 500GR PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE, LACRADA. A EMBALAGEM DEVERA ESTAR ÍNTEGRA, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO, INCLUINDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, COM A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE INSCRITA NA EMBALAGEM. VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA: 10 DIAS.	UN	2.050,00	nutritiva	0,0000	4,97	10.188,50
237	BOLO ALIMENTÍCIO, TIPO PANETONE SABOR FRUTAS CRISTALIZADAS/UVAS PASSAS, TIPO PANETONE.	UN	1.030,00	bodnar	0,0000	9,54	9.826,20
241	REFRIGERANTE 1,5 LITROS DIET	UN	250,00	cini	0,0000	4,98	1.245,00
242	SALSICHAO CONGELADO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS LACRADAS, CONTENDO 3 KG.VALIDADE MINIMA NA ENTREGA: 03 MESES.	UN	125,00	fricasa	0,0000	12,98	1.622,50
243	SORVETE - SABORES DE MORANGO E CHOCOLATE.DEVERÁ SE ENTREGUE EM POTES PLASTICOS LACRADOS, CADA UM CONTENDO 200ML DE SORVETE	POTE	2.100,00	kimito	0,0000	7,48	15.708,00
244	SUCO DE SOJA TIPO ADES - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VIDA ÍNTEGRA CONTENDO 1 (UM LITRO), DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.VALIDADE MINIMA NA ENTREGA: 03 MESES.	LT	530,00	soyos	0,0000	3,97	2.104,10
245	SUSPIRO PACOTE 120 GRAMAS	PCT	300,00	nbomm	0,0000	4,55	1.365,00
246	TORRÃO DE AMENDOIM EMBALADO INDIVIDUALMENTE 50 GRAMAS	UN	2.500,00	nbomm	0,0000	4,95	12.375,00
247	BOLACHA RECHEADA - TIPO TORTINHA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS LACRADAS, CONTENDO CADA UMA 160 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE: NO MINIMO 3 (TRES) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	PCT	2.030,00	isabela	0,0000	1,98	4.019,40
248	BOLACHA RECHEADA SABOR CHOCOLATE E MORANGO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS LACRADAS, CONTENDO CADA UMA 150 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.VALIDADE: NO MINIMO 3 (TRÉS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	2.050,00	yupi	0,0000	1,58	3.239,00
249	DOCINHO DE ABÓBORA - CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. VALIDADE: NO MINIMO 3 (TRÉS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CXA	2.010,00	nbomm	0,0000	27,20	54.672,00
251	GELÉIA SABOR DIVERSOS PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS E LACRADAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE: NO MINIMO 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: 10	POTE	540,00	aurea	0,0000	5,58	3.013,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

**CNPJ:** 83.102.384/0001-80  
**RUA FELIPE SCHMIDT, 10**  
**C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC**

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 190/2017  
**Data do Processo:** 22/11/2017

Folha: 55/15

**Participante: 6099 - SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
253	CHUMBINHO DE PRATA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS E LACRADAS, CONTENDO CADA UMA 40 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.VALIDADE: NO MÍNIMO 3 (TRÊS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	310,00	faça festa	0,0000	2,25	697,50
255	PIRULITO PCT COM 400 GRAMAS	PCT	470,00	simonetto	0,0000	5,94	2.791,80
256	CARVÃO, PACOTE COM 3 KG	PCT	325,00	cruz macahdo	0,0000	9,55	3.103,75
257	EMUSTAB - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM POTES LACRADOS DE 200 GRAMAS.VALIDADE: NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	POTE	160,00	selecta	0,0000	6,80	1.088,00
258	CEREAL INFANTIL, COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS, QUE AUXILIAM NO BOM FUNCIONAMENTO DA FLORA INTESTINAL. PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 6 MESES. (TIPO MUCILON)	KG	150,00	all nutri	0,0000	12,89	1.933,50
259	IOGURTE LIGHT COM POLPA DE FRUTAS	LT	1.000,00	tirol	0,0000	5,98	5.980,00
260	LINGUIÇA DEFUMADA.	KG	75,00	frigolaste	0,0000	7,42	556,50
261	COXA COM SOBRECOXA TEMPERADO PARA ASSAR NO ESPETO	KG	370,00	danieli	0,0000	5,58	2.064,60
262	EMPANADO DE FRANGO 100 G ÍNTEGRA E LACRADA. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	1.600,00	aurora	0,0000	1,18	1.888,00
263	SUCO CONCENTRADO DIET - DIVERSOS SABORES - FRASCO 500ML	FRS	500,00	maguary	0,0000	9,58	4.790,00
264	MEIO DE ASA (TULIPA) DE FRANGO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS. SELADOS PELA INDÚSTRIA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA ANVISA.	KG	80,00	danieli	0,0000	10,88	870,40
265	PÓ PARA O PREPARO DE GELATINA, SABORES DIVERSOS, COM 85 G	CXA	390,00	bretzke	0,0000	0,84	327,60
266	FRANGO INTEIRO CONGELADO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS. SELADOS PELA INDÚSTRIA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA ANVISA.	KG	300,00	daniiele	0,0000	5,42	1.626,00
267	LINGUIÇA DE FRANGO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, LACRADA, CONGELADA, PESANDO 1,0KG. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 03 MESES.	KG	390,00	nat	0,0000	7,98	3.112,20
268	CARNE DE GADO (FILÉ SIMPLES) - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES E ÍNTEGRAS. SELADOS PELA INDÚSTRIA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA ANVISA.	KG	565,00	pamplona	0,0000	17,58	9.932,70
270	CARNE DE GADO, (FILÉ AMERICANO). - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES E ÍNTEGRAS. SELADOS PELA INDÚSTRIA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA ANVISA.	KG	380,00	pamplona	0,0000	14,75	5.605,00
271	CARNE BOVINA (PALETA)	KG	580,00	pamplona	0,0000	11,90	6.902,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.102.384/0001-80  
 RUA FELIPE SCHMIDT, 10  
 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 190/2017  
 Data do Processo: 22/11/2017

Folha: 66/15

Participante: 6099 - SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
272	CARNE DE GADO (FILÉ DUPLO) - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES E INTEGRAS. SELADOS PELA INDÚSTRIA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA ANVISA.	KG	270,00	pamplona	0,0000	24,87	6.714,90
273	CARNE DE GADO (COSTELA) - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES E INTEGRAS. SELADOS PELA INDÚSTRIA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA ANVISA.	KG	195,00	pamplona	0,0000	11,88	2.316,60
274	CARNE DE GADO (MÚSCULO)	KG	380,00	pamplona	0,0000	11,90	4.522,00
275	CARNE SUÍNA COM OSSO E PELE (PERNIL) TEMPERADO, EMB. PLAST.	KG	160,00	fricasa	0,0000	13,85	2.216,00
276	CARNE SUÍNA (PERNIL) SEM OSSO, FATIADA E TEMPERADA. CONGELADA, PARA ASSAR NA GRELHA.	KG	240,00	fricasa	0,0000	11,45	2.748,00
277	BACON SUÍNO DEFUMADO	KG	150,00	fricasa	0,0000	18,45	2.767,50
278	CARNE SUÍNA (PALETA)	KG	390,00	fricasa	0,0000	7,84	3.057,60
279	CARNE SUÍNA (PERNIL COM PELE)	KG	330,00	fricasa	0,0000	8,42	2.778,60
280	SUSPIRO EM BARRA - CAIXA COM 50 UNIDADES - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS LACRADAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE: NO MÍNIMO 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CXA	210,00	nbomm	0,0000	25,88	5.434,80
281	QUILOS DE PERU INTEIRO CONGELADO	KG	80,00	rezende	0,0000	49,00	3.920,00
282	TETA DE NEGA, CAIXA COM 50 UNIDADES. PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS LACRADAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE: NO MÍNIMO 3 (TRÊS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CXA	160,00	nbomm	0,0000	25,85	4.136,00
283	TILÁPIA PEIXE - CONGELADO	KG	420,00	peixemar	0,0000	29,85	12.537,00
284	FILÉ DE PEIXE SEM ESPINHAS - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS INTEGRAS, CONGELADO, CONTENDO DE 500 GRAMAS A 1,0 KG DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE NO MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	KG	20,00	peixemar	0,0000	29,85	597,00
285	PRESUNTO FATIADO RESFRIADO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS RESISTENTES E INTEGRAS DE 1,0 A 3,0 KG. SELADOS PELA INDÚSTRIA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 60 DIAS.	KG	1.035,00	fricasa	0,0000	18,95	19.613,25
286	MORTADELA SUÍNA, EM PEÇA, SEM CUBOS DE GORDURA	UN	105,00	aurora	0,0000	5,45	572,25
288	SORVETE SECO, CAIXA COM 50 UNIDADES. PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS LACRADAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE: NO MÍNIMO 3 (TRES) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CXA	160,00	nbomm	0,0000	23,88	3.820,80
303	PÉ DE MOLEQUE - CAIXA 50 UNIDADES	CXA	160,00	nutribom	0,0000	23,95	3.832,00
304	PÉ DE MOÇA	CXA	160,00	nutribom	0,0000	28,45	4.552,00
306	PALMITO EM CONSERVA PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM VIDRO LACRADO, DE 300 GRAMAS, DEVIDAMENTE EMBALADO E ROTULADO. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	VD	210,00	jureia	0,0000	11,00	2.310,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

**CNPJ:** 83.102.384/0001-80  
**RUA** FELIPE SCHMIDT, 10  
**C.E.P.:** 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 190/2017  
**Data do Processo:** 22/11/2017

Folha: 77/15

**Participante: 6099 - SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
309	MARIA MOLE - CAIXA 50 UNIDADES - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS LACRADAS, CONTENDO, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE: NO MINIMO 3 (TRES) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CXA	160,00	nbomm	0,0000	24,58	3.932,80
317	FAROFA DE MANDIOCA TEMPERADA	PCT	280,00	pinuca	0,0000	4,28	1.198,40
319	QUEIJO RALADO, TIPO PARMESÃO COM 50 G	UN	1.045,00	criolo	0,0000	2,84	2.967,80
320	SAL GROSSO, PACOTES CONTENDO 500 GRAMAS.	PCT	65,00	diana	0,0000	3,48	226,20
321	SUPERLIGA PARA SORVETE. POTE CONTENDO 100 GRAMAS.	POTE	40,00	selecta	0,0000	4,64	185,60
322	PÓ SABORIZANTE DE SORVETE. POTE CONTENDO 100 GRAMAS.	POTE	55,00	apti	0,0000	3,65	200,75
323	MISTURA PARA BOLO - SABOR CHOCOLATE - PCT 500GR	PCT	110,00	orquidea	0,0000	4,35	478,50
325	IOGURTE DIET OU LIGHT SEM ADIÇÃO DE ACUCARES, COM NO MINIMO 90 GRAMAS	UN	760,00	batavo	0,0000	3,28	2.492,80
326	BACON EM CUBOS	KG	60,00	fricasa	0,0000	19,85	1.191,00
327	BOLO ALIMENTICIO, SABOR CHOCOLATE AO LEITE, TIPO CHOCOTONE	UN	780,00	bodnar	0,0000	10,98	8.564,40
328	MASSA DE PASTEL CORTADAS EM CÍRCULOS TAMANHO PEQUENO 09 CM DE DIAMETRO	PCT	500,00	da iltalia	0,0000	3,08	1.540,00
330	DOCE DE LEITE CREMOSO DIET	UN	280,00	delacasa	0,0000	13,64	3.819,20
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>1.216.844,60</b>

**Participante: 9561 - FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
145	DUZIA DE OVOS VERMELHOS	DZ	6.930,00	KOHIYAMA	0,0000	4,26	29.521,80
150	ABACATE MANTEIGA EMB. DE 1 A 5KG	KG	3.450,00	IN NATURA	0,0000	3,59	12.385,50
151	ABACAXI - FRUTA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE FRESCO, FIRME E DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO. DEVERA SER ENTREGUE EM EMBALAGENS QUE PERMITAM A SUA DISTRIBUIÇÃO SEM ALTERAR SUAS CARACTERISTICAS	UN	8.380,00	IN NATURA	0,0000	2,46	20.614,80
152	BANANA COMUM	KG	37.940,00	IN NATURA	0,0000	1,16	44.010,40
153	BANANA PRATA	KG	2.860,00	IN NATURA	0,0000	1,39	3.975,40
154	CAQUI CAFÉ OU CHOCOLATE - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE FRESCO, FIRME E DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO. DEVERA SER ENTREGUE EM REDES PLÁSTICAS CONTENDO 1,0 KG A 5,0 KG.	KG	2.450,00	IN NATURA	0,0000	4,08	9.996,00
155	CARAMBOLA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE FRESCO E EMBALAGENS QUE PERMITAM O TRANSPORTE DO PRODUTO SEM ALTERAR SUAS CARACTERISTICAS.	KG	515,00	IN NATURA	0,0000	6,99	3.599,85
156	GOIABA	KG	865,00	IN NATURA	0,0000	5,43	4.696,95
157	LARANJA PERA	KG	18.700,00	IN NATURA	0,0000	1,18	22.066,00
158	LARANJA LIMA. - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE FRESCO, FIRME, DE COR BRILHANTE, DE TAMANHOS MÉDIOS E SEM MACHUCADOS. DEVERA SER ENTREGUE EM REDES PLÁSTICAS CONTENDO 1,0 KG A 5,0 KG.	KG	4.350,00	IN NATURA	0,0000	2,57	11.179,50
159	MAÇA VERMELHA	KG	34.390,00	IN NATURA	0,0000	1,24	42.643,60
160	MAMAO FORMOSA	KG	21.310,00	IN NATURA	0,0000	1,87	39.849,70
161	MANGA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE FRESCO, FIRME E SEM MACHUCADOS E DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO. DEVERA SER ENTREGUE EM REDES PLÁSTICAS CONTENDO 1,0 KG A 5,0 KG.	KG	20.150,00	IN NATURA	0,0000	1,97	39.695,50
162	MARACUJÁ AZEDO EMB. DE 1 A 5KG.	KG	51.650,00	IN NATURA	0,0000	6,36	328.494,00
163	MELÃO AMARELO EMB DE 1 A 2KG	KG	2.510,00	IN NATURA	0,0000	2,06	5.170,60
164	PÉRA TIPO ARGENTINA	KG	3.615,00	IN NATURA	0,0000	6,02	21.762,30

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS</b>  <b>CNPJ: 83.102.384/0001-80</b> <b>RUA FELIPE SCHMIDT, 10</b> <b>C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 26/2017 - CC</b>	
	<b>Processo Administrativo:</b>	
	<b>Processo de Licitação:</b> 190/2017 <b>Data do Processo:</b> 22/11/2017	

Folha: 88/15

Participante: 9561 - FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
165	ABOBRINHA VERDE, DE PRIMEIRA, TAMANHO MÉDIO, UNIFORME, TENRA, COR UNIFORME COM BRILHO, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, LIVRES DE TERRA OU CORPOS ESTRANHOS. DEVERÁ SER ENTREGUE LIMPAS E EM REDES PLÁSTICAS CONTENDO 1,0 KG A 5,0 KG.	KG	3.036,00	IN NATURA	0,0000	1,04	3.157,44
166	BATATA INGLESA LAVADA.	KG	11.280,00	IN NATURA	0,0000	1,13	12.746,40
167	BETERRABA LAVADA	KG	4.694,00	IN NATURA	0,0000	0,90	4.224,60
169	CENOURA FRESCA DE BOA QUALIDADE, FIRME, CASCA LIMPA, LISA E DE COR ALARANJADO VIVO, SEM PIGMENTAÇÃO VERDE OU ROXA NA PARTE SUPERIOR E SEM BROTO. DEVERÁ SER ENTREGUE EM REDES PLÁSTICAS DE 1,0 KG A 5,0 KG.	KG	3.334,00	IN NATURA	0,0000	0,90	3.000,60
170	CHUCHU - VERDURA	KG	1.905,00	IN NATURA	0,0000	1,69	3.219,45
171	TOMATE, FRESCO DE BOA QUALIDADE E FIRME, CASCA LIMPA, LISA E DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM MACHUCADOS. DEVERÁ SER ENTREGUE EM REDES PLÁSTICAS DE 1,0 KG A 5,0 KG.	KG	11.030,00	IN NATURA	0,0000	1,57	17.317,10
172	ACELGA EM CABEÇA COM FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUJIDADES. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.	UN	1.810,00	IN NATURA	0,0000	1,69	3.058,90
174	ALHO NACIONAL IN NATURA	KG	316,00	IN NATURA	0,0000	14,85	4.692,60
175	BROCOLIS.	UN	2.627,00	IN NATURA	0,0000	1,20	3.152,40
176	COUVE-FLOR - VERDURA	UN	2.756,00	IN NATURA	0,0000	1,70	4.685,20
177	REPOLHO VERDE (UN)	UN	2.990,00	IN NATURA	0,0000	1,09	3.259,10
230	KIWI - FRESCO DE BOA QUALIDADE E FIRME, CASCA LIMPA, LISA E DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM MACHUCADOS.	KG	570,00	IN NATURA	0,0000	6,10	3.477,00
233	COUVE MANTEIGA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE COM FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUJIDADES.	UN	310,00	IN NATURA	0,0000	1,27	393,70
234	SALSINHA EM MAÇOS GRANDES COM FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUJIDADES. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.	MAÇ	860,00	IN NATURA	0,0000	1,05	903,00
252	CEBOLINHA EM MAÇOS GRANDES COM FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUJIDADES. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.	MAÇ	640,00	IN NATURA	0,0000	1,05	672,00
287	QUILO DE UVA. CACHOS DE UVA, FIRMES. DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALAGENS QUE CONSERVE A CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	KG	710,00	IN NATURA	0,0000	7,94	5.637,40
289	PERA NACIONAL	KG	510,00	IN NATURA	0,0000	4,35	2.218,50
290	MELANCIA	KG	930,00	IN NATURA	0,0000	1,19	1.106,70
291	MIMOSA FRESCA DE BOA QUALIDADE E FIRME, CASCA LIMPA, LISA E DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM MACHUCADOS.	KG	1.390,00	IN NATURA	0,0000	1,79	2.488,10
292	MORANGO, BANDEJA PESANDO DE 250 A 300 GRAMAS	UN	530,00	IN NATURA	0,0000	2,95	1.563,50
294	LIMÃO	KG	150,00	IN NATURA	0,0000	4,50	675,00
295	QUILO DE VAGEM, FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTES, SEM MACHUCADOS E SUJIDADES. DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICAS DE 500 GRAMAS A 1,0 KG	KG	230,00	IN NATURA	0,0000	3,99	917,70
296	UVA ITÁLIA - KG	KG	115,00	IN NATURA	0,0000	8,15	937,25
297	BATATA SALSA - IN NATURA	KG	480,00	IN NATURA	0,0000	4,39	2.107,20
298	ALHO ROXO, TIPO ESPECIAL, COM 150 GRAMAS	PCT	108,00	IN NATURA	0,0000	3,19	344,52
299	PIMENTÃO VERMELHO FRESCO DE BOA QUALIDADE E FIRME, DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM MACHUCADOS.	KG	105,00	IN NATURA	0,0000	6,99	733,95
300	PIMENTÃO AMARELO - FRESCO DE BOA QUALIDADE E FIRME, DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM MACHUCADOS.	KG	80,00	IN NATURA	0,0000	6,99	559,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.102.384/0001-80  
 RUA FELIPE SCHMIDT, 10  
 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 190/2017  
 Data do Processo: 22/11/2017

Folha: 99/15

**Participante: 9561 - FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
301	PIMENTAO VERDE FRESCO DE BOA QUALIDADE E FIRME, DE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM MACHUCADOS.	KG	145,00	IN NATURA	0,0000	2,99	433,55
302	MANDIOCA (AIMPIM) IN NATURA COM CASCA	KG	564,00	IN NATURA	0,0000	2,49	1.404,36
307	PÊSSEGO IN NATURA	KG	1.030,00	IN NATURA	0,0000	4,35	4.480,50
315	PEPINO EM CONSERVA, VIDRO COM 500 GRAMAS	VD	510,00	BRADOSKI	0,0000	4,19	2.136,90
324	PEPINO IN NATURA	KG	360,00	IN NATURA	0,0000	0,85	306,00
333	AIPI (MANDIOCA)	KG	100,00	IN NATURA	0,0000	2,49	249,00

**Total do Participante -----> 735.920,72**
**Participante: 11288 - SUPERMERCADO DJEK E SHERON E CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	AÇÚCAR REFINADO, PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS DE 1,00 KG A 5,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	KG	14.765,00	ALTO ALEGRE	0,0000	2,10	31.006,50
2	LEITE DE VACA EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO, C/ EMBALAGENS ALUMINIZADAS CONTENDO 0,4 KG À 1 KG.	KG	11.155,00	SANTA CLARA	0,0000	15,90	177.364,50
22	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO.	KG	2.430,00	MOLINO ROSSO	0,0000	1,89	4.592,70
26	FUBÁ DE MILHO ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, C/ EMBALAGENS PLÁSTICAS, TRANSPARENTES CONTENDO 0,5 KG A 1 KG.	KG	720,00	ZANIM	0,0000	1,45	1.044,00
38	PÓ PARA O PREPARO DE PUDIM COM LEITE, SABOR MORANGO	KG	1.461,00	APTI	0,0000	6,98	10.197,78
39	PÓ PARA PREPARO DE PUDIM DE CHOCOLATE COM LEITE, EMBALAGENS EM PACOTES PLÁSTICOS DE 01KG.	KG	1.478,00	APTI	0,0000	6,98	10.316,44
40	PÓ PARA PUDIM COM LEITE, SABOR BAUNILHA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS COM 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	KG	1.396,00	APTI	0,0000	6,98	9.744,08
41	PÓ PARA PUDIM COM LEITE, SABOR COCO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS COM 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	KG	1.403,00	APTI	0,0000	6,98	9.792,94
42	PACOTE OU CAIXA DE 40 A 50 GRAMAS DE PÓ PARA O PREPARO DE PUDIM SEM LEITEM SABORES SORTIDOS (MORANGO, CHOCOLATE, BAUNILA E COCO)	PCT	520,00	NEILAR	0,0000	0,79	410,80
44	ALHO PICADO EM PASTA S/ SAL	KG	1.568,00	JANDIRA	0,0000	17,90	28.067,20
45	PACOTES/VIDROS DE 30 A 40 GRAMAS DE CRAVO DA INDIA EM PÓ	PCT	424,00	LUIZA	0,0000	4,00	1.696,00
53	LEITE CONDENSADO, COM 395 GRAMAS	CXA	5.030,00	ITALAC	0,0000	2,66	13.379,80
57	MARGARINA SEM SAL, COM NO MÍNIMO 50% DE GORDURA TOTAL.	KG	1.200,00	COAMO FAMÍLIA	0,0000	5,48	6.576,00
58	CREME VEGETAL C/ SAL S/ LEITE	KG	1.800,00	PRIME	0,0000	3,90	7.020,00
59	MELADO DE CANA	POTE	205,00	IMPERIAL	0,0000	9,80	2.009,00
60	MAIONESE SEM LEITE, EMBALAGEM DE 500 GR A 1,0 KG	KG	3.103,00	SOYA	0,0000	5,60	17.376,80
71	ERVILHA PARTIDA EMB 500G	KG	920,00	JANDIRA	0,0000	9,80	9.016,00
73	FLOCOS DE MILHO AÇUCARADOS, EMBALAGENS DE 1,0 KG.	KG	5.300,00	GOLD FLAKES	0,0000	6,89	36.517,00
82	PESSEGO EM CALDA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE NO MÍNIMO 450 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	LAT	1.310,00	SCHRAM	0,0000	6,95	9.104,50
83	ABACAXI EM CALDA EMB 400G DRENADO	LAT	810,00	PINDUCA	0,0000	6,90	5.589,00
90	VINAGRE DE ÁLCOOL, C/ RECEPIENTES CONTENDO 900 ML.	FRS	1.896,00	HEINIG	0,0000	1,40	2.654,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.102.384/0001-80  
 RUA FELIPE SCHMIDT, 10  
 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 190/2017  
 Data do Processo: 22/11/2017

Folha:

**Participante: 11288 - SUPERMERCADO DJEK E SHERON E CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
93	BISCOITO SALGADO (TIPO CREAM CRACKER) - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM INTEGRAL DUPLA CONTENDO DE 200 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA: 06 MESES.	KG	3.235,00	PRODASA	0,0000	6,59	21.318,65
94	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM INTEGRAL DUPLA CONTENDO DE 200 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA: 06 MESES.	KG	1.995,00	PRODASA	0,0000	6,39	12.748,05
95	QUILOS DE ROSQUINHA SABOR COCO. PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM INTEGRAL CONTENDO DE 200 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MINIMA APOS ENTREGA: 06 MESES.	KG	3.495,00	PRODASA	0,0000	6,59	23.032,05
96	ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE EMB. 0,2 A 1KG	KG	3.675,00	PRODASA	0,0000	6,59	24.218,25
102	PÃO PARA CACHORRO QUENTE EMBALADO E ROTULADO, PACOTE COM 10 UNIDADES DE 50 GRAMAS, EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE LACRADA, INTEGRAL, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO, INCLUINDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, COM A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE INSCRITA NA EMBALAGEM.	PCT	6.730,00	NINO	0,0000	3,89	26.179,70
104	PAO FATIADO TIPO PLUMA, PARA SANDUICHES, EMBALADO E ROTULADO	KG	9.340,00	NINO	0,0000	7,49	69.956,60
110	MACARRÃO C/ OVOS TIPO GRAVATA EMB 0,5 A 1KG	KG	2.635,00	PARATI	0,0000	5,49	14.466,15
117	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS INTEGRAS DE 100 A 125 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MINIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	PCT	685,00	BRUGGEMAN	0,0000	3,87	2.650,95
118	FERMENTO BIOLÓGICO SECO, INSTANTANEO SACHES DE 10 GRAMAS	PCT	1.650,00	FLEISCHMAN	0,0000	1,10	1.815,00
128	BEBIDA LÁCTEA PRONTA SABOR CHOCOLATE, EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VIDA CONTENDO 200 ML.	CXA	25.430,00	ITALAKINHO	0,0000	0,74	18.818,20
133	COXA SOBRECOXA DE FRANGO DESOSSADA CONGELADA EMB. 1 A 3KG	KG	30.630,00	JAGUA	0,0000	7,16	219.310,80
134	PEITO DE FRANGO CONGELADO S/ OSSO E S/ PELE EM EMBALAGEM DE 01 A 03KG.	KG	9.380,00	CANÇÃO	0,0000	7,53	70.631,40
136	CARNE MOIDA CONGELADA DE BOVINO, COM BAIXO TEOR DE GORDURA, SENDO O CORTE DE COXAO MOLE, PATINHO OU ALCATRA.	KG	13.430,00	FRIGOFORTE	0,0000	11,78	158.205,40
140	SALSICHA RESFRIADA, SEM CORANTES ARTIFICIAIS.	KG	1.135,00	CANÇÃO	0,0000	5,34	6.060,90
146	IOGURTE INTEGRAL COM POLPA DE FRUTA, MORANGO, COCO, SALADA DE FRUTAS OU PESSEGO.	UN	39.630,00	UNIBABY	0,0000	3,36	133.156,80
147	LEITE FERMENTADO DESNATADO ADOÇADO SABOR NATURAL, EMBALAGEM COM 75 ML	CXA	5.750,00	FRUTAP	0,0000	4,29	24.667,50
168	CEBOLA NACIONAL EMB. DE 1 A 5KG	KG	7.010,00	CEASA	0,0000	1,49	10.444,90
173	ALFACE AMERICANA EM CABEÇA COM AS FOLHAS FIRMES, FRESCAS, DE COR VIBRANTE, SEM MACHUCADOS E SUJIDADES. DEVERA SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.	UN	4.670,00	CEASA	0,0000	0,99	4.623,30

**Total do Participante -----> 1.235.780,04**
**Participante: 16066 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	400G FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES COM PROTEÍNAS LÁCTEAS, SEM LACTOSE	LAT	150,00	APTAMIL SL PROEXPER	0,0000	19,50	2.925,00
14	FORMULA INFANTIL A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA COM FERRO PARA LACTENTES MENORES DE 12 MESES. ISENTA DE LACTOSE	LAT	130,00	APTAMIL SOJA 1 E 2	0,0000	15,76	2.048,80
15	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES EM CONDIÇÕES DE REFLUXO (ANTIREFLUXO), ESPESADO.	LAT	130,00	APTAMIL AR	0,0000	17,59	2.286,70



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS</b>  <b>CNPJ: 83.102.384/0001-80</b> <b>RUA FELIPE SCHMIDT, 10</b> <b>C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC</b>				<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 26/2017 - CC</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 190/2017</b> <b>Data do Processo: 22/11/2017</b>			
				Folha:			

**Participante: 16066 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA COM FERRO PARA LACTANTES - 0 A 6 MESES.	LAT	430,00	MILUPA 1	0,0000	12,47	5.362,10
17	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES - 6 A 12 MESES, (LATA DE 400 GRAMAS).	LAT	530,00	MILUPA 2	0,0000	12,86	6.815,80

**Total do Participante -----> 19.438,40**

**Participante: 17749 - PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	LEITE DE VACA INTEGRAL LONGA VIDA	LT	11.310,00	LANGUIRU	0,0000	2,19	24.768,90
4	LEITE DE VACA SEMI DESNATADO LONGA VIDA	LT	1.220,00	LANGUIRU	0,0000	2,19	2.671,80
5	LEITE DE VACA LONGA VIDA SEM LACTOSE	LT	2.150,00	LANGUIRU	0,0000	2,96	6.364,00
6	LEITE EM PÓ INTEGRAL, ZERO LACTOSE	UN	1.200,00	NINHO	0,0000	19,93	23.916,00
8	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES A BASE DE PEPTÍDIOS E AMINOÁCIDOS, SEM LACTOSE E SEM SOJA.	LAT	100,00	APTAMIL	0,0000	47,15	4.715,00
9	FÓRMULA INFANTIL COM AMINOÁCIDOS LIVRES PARA LACTENTES ATÉ 1 ANO PARA CRIANÇAS COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA.	LAT	70,00	APTAMIL	0,0000	89,64	6.274,80
10	FÓRMULA INFANTIL COM AMINOÁCIDOS LIVRES PARA LACTENTES A PARTIR DE 1 ANO PARA CRIANÇAS COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA.	LAT	110,00	APTAMIL	0,0000	85,64	9.420,40
11	LEITE DE SOJA LONGA VIDA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VIDA INTEGRA CONTENDO 1 (UM LITRO), DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	LT	1.160,00	PURITY	0,0000	4,90	5.684,00
12	LEITE DE SOJA EM PÓ INSTANTÂNEO NATURAL, SEM AÇÚCAR E SEM LACTOSE, COM ÔMEGA	LAT	140,00	SUPRA SOY	0,0000	21,89	3.064,60
18	CEREAL PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM FARINHA DE ARROZ.	KG	260,00	MILNUTRI	0,0000	14,97	3.892,20
19	ARROZ PARBOLIZADO, LONGO, FINO, TIPO 1	KG	18.120,00	DELLARROZ	0,0000	1,86	33.703,20
20	ARROZ INTEGRAL - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS, TRANSPARENTES CONTENDO 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	KG	3.970,00	DELLARROZ	0,0000	2,63	10.441,10
21	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO 1, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO.	KG	10.800,00	GARDENIA	0,0000	1,35	14.580,00
25	AMIDO DE MILHO	KG	925,00	BELA	0,0000	2,50	2.312,50
28	FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJÚ - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 0,5 KG A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MINIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	KG	2.355,00	IPANEMA	0,0000	2,59	6.099,45
30	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA, SABOR NATURAL, EMBAL. 500 GR A 01 KG	KG	100,00	VITAO	0,0000	16,40	1.640,00
31	POLVILHO AZEDO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 0,5 KG A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	KG	3.160,00	PRATA	0,0000	5,58	17.632,80
32	ACHOCOLATADO EM PÓ - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 0,4 KG A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MINIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	KG	4.615,00	LEO	0,0000	6,45	29.766,75
33	ACHOCOLATADO EM PÓ DIET, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR REFINADO	KG	485,00	GOLD	0,0000	71,42	34.638,70
35	COCO RALADO DESIDRATADO	PCT	3.940,00	INGA	0,0000	2,17	8.549,80
36	GELATINA, SABORES DIVERSOS (LIMÃO, UVA, MORANGO, ABACAXI, MARACUJÁ).	KG	1.215,00	LEO	0,0000	6,89	8.371,35
46	CANELA EM PÓ PACOTES/VIDROS DE 40 A 50 GRAMAS PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 40 A 50 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	POTE	1.045,00	BELA	0,0000	1,20	1.254,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.102.384/0001-80  
 RUA FELIPE SCHMIDT, 10  
 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 190/2017  
 Data do Processo: 22/11/2017

Folha:

Participante: 17749 - PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	ORÉGANO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 8 A 10 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	PCT	1.305,00	BELA	0,0000	0,90	1.174,50
50	SAGÜ , TIPO 1 EMBALAGEM EM PACOTES PLÁSTICOS COM 0,5 KG.	KG	2.386,00	PRATA	0,0000	6,58	15.699,88
52	CREME DE LEITE 200G UHT HOMOGEINIZADO.	CXA	3.080,00	PIRACANJUB	0,0000	1,79	5.513,20
54	DOCE DE FRUTAS - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 400 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	KG	816,00	DIFRUTTI	0,0000	5,49	4.479,84
61	LATA/CAIXA/PACOTE DE 840 A 850 GRAMAS DE EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO.	CXA	4.795,00	DAJUDA	0,0000	5,56	26.660,20
62	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO	UN	7.690,00	STELLA DORO	0,0000	1,46	11.227,40
64	MILHO VERDE EM CONSERVA (DRENADO)	CXA	6.460,00	PREDILECTA	0,0000	1,34	8.656,40
65	FEIJÃO PRETO TIPO I, EMBALAGEM COM 01 KG.	KG	5.070,00	BRINGHENTTI	0,0000	3,49	17.694,30
66	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 LIMPO, EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS ÍNTEGROS DE 1,0 KG. DEVIDAMENTE ROTULADO.	KG	1.055,00	BRINGHENTTI	0,0000	3,79	3.998,45
72	LENTILHA, EMBALAGEM DE 400 GR A 500 GR.	KG	920,00	ARBAZA	0,0000	9,34	8.592,80
74	FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS, TRANSPARENTES COM 01 KG.	KG	970,00	GOLD FLAKES	0,0000	10,00	9.700,00
75	GRANOLA TRADICIONAL	KG	2.210,00	NATURALE	0,0000	9,97	22.033,70
76	GRANOLA DIET, SEM LACTOSE	KG	280,00	NATURALE	0,0000	19,90	5.572,00
78	SEMENTE DE GERGELIM BRANCO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 200 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 05 MESES.	KG	140,00	BELA	0,0000	19,50	2.730,00
80	FARINHA DE AVEIA EMB. DE 250 A 500 GRAMAS	KG	860,00	NATURALE	0,0000	8,00	6.880,00
85	ÓLEO DE SOJA REFINADO, COM 900 ML	FRS	8.560,00	COAMO	0,0000	3,46	29.617,60
86	ATUM RALADO OU EM PEDAÇO EM ÓLEO COMESTÍVEL EMB 170G	LAT	1.500,00	GOMES DA COSTA	0,0000	3,86	5.790,00
88	SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL	LAT	1.850,00	NAVE	0,0000	1,98	3.663,00
89	SAL REFINADO E IODADO (EXTRA FINO)	KG	3.203,00	GARCA	0,0000	0,97	3.106,91
97	ROSQUINHA DE POLVILHO AZEDO, SEM GLUTEN EMB. 100 A 400G.	KG	580,00	MASPA	0,0000	29,40	17.052,00
98	BISCOITO CASEIRO S/ CONSERVANTE SABOR ARARUTA - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ÍNTEGRA CONTENDO DE 300 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MÍNIMA APOS ENTREGA: 03 MESES.	KG	3.580,00	MASPA	0,0000	9,93	35.549,40
99	BISCOITO CASEIRO S/ CONSERVANTES SABORES DIVERSOS	KG	3.390,00	MASPA	0,0000	9,93	33.662,70
109	MACARRAO COM OVOS TIPO PARAFUSO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ÍNTEGRA CONTENDO DE 500 GRAMAS A 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MÍNIMA APOS ENTREGA: 06 MESES.	KG	2.855,00	BORTOLINE	0,0000	2,58	7.365,90
111	MACARRÃO C/ OVOS TIPO PENNE EMB 0,5 A 1KG	KG	2.070,00	BORTONILE	0,0000	2,58	5.340,60
114	MACARRÃO C/ OVOS TIPO ALETRIA, NINHO OU CABELO DE ANJO EMB. DE 0,5 A 1KG.	KG	2.425,00	ROSANE	0,0000	4,98	12.076,50
115	MACARRÃO C/ OVOS TIPO LETRINHA EMB DE 0,5 A 1KG	KG	1.150,00	GERMANI	0,0000	5,48	6.302,00
116	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 500 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	PCT	470,00	APTI	0,0000	13,74	6.457,80
119	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, EMBALAGEM DE 100 GRAMAS.	POTE	1.835,00	TRISANTI	0,0000	1,60	2.936,00
121	CEREAL EM BARRA SABOR BRIGADEIRO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ÍNTEGRA INDIVIDUAL METALIZADA DE 22 A 25 GRAMAS CADA, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	UN	17.900,00	NATURALLE	0,0000	0,69	12.351,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.102.384/0001-80  
 RUA FELIPE SCHMIDT, 10  
 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 190/2017  
 Data do Processo: 22/11/2017

Folha:

Participante: 17749 - PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
122	CEREAL EM BARRA SABOR FRUTAS DE 22 A 25G S/ CHOCOLATE - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ÍNTEGRA INDIVIDUAL METALIZADA DE 22 A 25 GRAMAS CADA, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	UN	11.400,00	NATURALLE	0,0000	0,75	8.550,00
123	CEREAL EM BARRA SABORES DIVERSO DE 22 A 25G C/ COBERTURA DE CHOCOLATE	UN	19.800,00	NATURALE	0,0000	0,74	14.652,00
124	CEREAL EM BARRA DIET DE 22 A 25G S/ ADIÇÃO DE AÇÚCAR REFINADO	UN	3.650,00	NATURALE	0,0000	0,79	2.883,50
125	SUCO INTEGRAL DE UVA TINTO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, CONSERVANTES E CORANTES. 500ML A 1.000ML	Fr	2.310,00	ALIANCA	0,0000	8,98	20.743,80
126	SUCO PRONTO COM POLPA DE FRUTAS DIVERSOS SABORES, C/ EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VIDA CONTENDO 200 ML.	CXA	24.130,00	SARANDI	0,0000	1,39	33.540,70
127	SUCO PRONTO DIET, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR REFINADO, COM POLPA DE FRUTAS SABORES DIVERSOS - ABACAXI, MARACUJÁ, MORANGO, SEM ADIÇÃO DE CORANTES ARTIFICIAIS.	CXA	4.300,00	MAGUARY	0,0000	1,79	7.697,00
129	BEBIDA PRONTA A BASE DE SOJA SABOR CHOCOLATE CXA 200ML	CXA	700,00	ADES	0,0000	1,79	1.253,00
130	BEBIDA PRONTA A BASE DE SOJA SABOR ABACAXI, EMBALAGENS CARTONADAS TIPO LONGA VIDA CONTENDO 200 ML.	CXA	4.100,00	ADES	0,0000	1,73	7.093,00
178	FILTRO PARA CAFÉ Nº 103 COM 30 UNIDADES	CXA	813,00	BRIGUIDA	0,0000	2,68	2.178,84
179	CAFÉ - PACOTES COM 500 GRAMAS, TORRADO E MOÍDO C/ SELO DE PUREZA ABIC E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	PCT	3.150,00	RIO SUL	0,0000	7,85	24.727,50
181	ARROZ BRANCO, TIPO 1, PACOTE COM 05 KG.	PCT	115,00	DELLAROS	0,0000	10,20	1.173,00
182	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, PACOTE 01 KG. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 03 MESES.	PCT	111,00	MONSIL	0,0000	4,10	455,10
183	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, PACOTES DE 1 KG VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA: 06 MESES.	PCT	81,00	BELA	0,0000	3,59	290,79
184	MARGARINA COM SAL	POTE	920,00	COAMO	0,0000	3,69	3.394,80
190	MACARRÃO COM OVOS TIPO ESPAGUETE, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DEVIDAMENTE LACRADAS E ROTULADAS, PACOTES CONTENDO 1 KG.	PCT	155,00	BORTOLINE	0,0000	2,80	434,00
191	FARINHA DE MILHO AMARELA, TIPO BIJU, PCT 1KG	PCT	115,00	IPANEMA	0,0000	2,99	343,85
194	CHÁ MATE DIVERSOS SABORES CXA COM 25 SACHES, CADA UM COM 1,60 GR; ERVA CIDREIRA, HORTELÃ E CAMOMILA OU FRUTAS.	CXA	1.230,00	CHILENO	0,0000	3,50	4.305,00
210	LEITE DE COCO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EMBALADO EM FRASCOS, CONTENDO 200 ML CADA, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.	FRS	366,00	INGA	0,0000	3,53	1.291,98
211	AÇÚCAR MASCAVO ORGANICO EMB. 0,5 A 1 KG	KG	230,00	BELA	0,0000	6,00	1.380,00
212	CONDIMENTO PARA BISCOITO (CRAVO, CANELA, GENGIBRE E NOZ-MOSCADA)	PCT	100,00	BELA	0,0000	2,97	297,00
213	ÓLEO DE GIRASSOL 900ML	FRS	535,00	SALADA	0,0000	6,99	3.739,65
216	CHÁ SABOR CAPIM LIMÃO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM CAIXAS ÍNTEGRA, CONTENDO 25 SACHES DE CHÁ, COM 1,6 GRAMAS CADA, TOTALIZANDO A CAIXA 40 GR. VALIDADE NO MÍNIMO 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	CXA	410,00	CHILENO	0,0000	3,00	1.230,00
221	PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICA ÍNTEGRA CONTENDO DE 500 GRAMAS À 1,0KG, E CADA BOMBOM DEVE PESAR 21,5 GRAMAS. VALIDADE: NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	170,00	AMOR CARIOCA	0,0000	25,84	4.392,80
222	CAIXA DE BOMBOM	CXA	2.300,00	AMOR CARIOCA	0,0000	7,86	18.078,00
223	PÓ PARA GELATINA - SABORES DIVERSOS - PCT 12GR	PCT	430,00	BELA	0,0000	0,59	253,70
225	CHÁ MATE SABOR NATURAL, CAIXA DE 40 GR, COM 25 SACHES DE 1,6 GR CADA UMA.	CXA	1.515,00	CHILENO	0,0000	3,56	5.393,40
226	CREME DE LEITE UHT HOMOGENIZADO LIGHT 200 GRAMAS	CXA	750,00	PIRACANJUB	0,0000	1,79	1.342,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

**CNPJ:** 83.102.384/0001-80  
**RUA FELIPE SCHMIDT, 10**  
**C.E.P.:** 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 26/2017 - CC**

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 190/2017  
**Data do Processo:** 22/11/2017

Folha:

**Participante: 17749 - PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
229	ERVA PARA CHIMARRÃO - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ÍNTEGRA, DE 1,0 KG, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.VALIDADE: NO MÍNIMO 3 (TRÊS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	KG	380,00	CHIRU	0,0000	8,53	3.241,40
238	PIPOCA DOCE - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS INTEGRAS E LACRADAS, CONTENDO CADA FARDO 10 UNIDADES DE 55 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE: NO MÍNIMO 3 (TRÊS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	FARD	830,00	JURIEL	0,0000	11,20	9.296,00
240	REFRIGERANTE 1,5 LITROS	UN	1.090,00	QUIPO	0,0000	3,97	4.327,30
250	PIPOCA DOCE - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS INTEGRAS E LACRADAS, CONTENDO CADA UMA 55 GRAMAS, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO.VALIDADE: NO MÍNIMO 3 (TRÊS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	1.600,00	JURIEL	0,0000	1,20	1.920,00
254	VINAGRE DE MAÇÃ - PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS INTEGRAS COM 500 ML, DEVIDAMENTE REGISTRADO E ROTULADO. VALIDADE MÍNIMA APOS ENTREGA: 10 MESES.	FRS	15,00	CHEMIN	0,0000	3,89	58,35
293	FEIJÃO DE COR, EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS ÍNTEGROS DE 1,0 KG. COM DEVIDO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DEVIDAMENTE ROTULADO. VALIDADE MÍNIMA APOS ENTREGA: 08 MESES.	PCT	50,00	BRINGUENTH	0,0000	4,00	200,00
305	CHOCOLATE GRANULADO, PACOTES COM 150 GRAMAS	PCT	555,00	APTI	0,0000	3,68	2.042,40
308	CHOCOLATE GRANULADO. PACOTE COM 40 GRAMAS	PCT	480,00	APTI	0,0000	2,20	1.056,00
310	QUILO DE SUCO EM PÓ DIVERSOS SABORES. PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGEM ÍNTEGRA CONTENDO 1,0 KG DE PO PARA PREPARO DE SUCO, SABOR UVA. VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA 03 MESES.	KG	240,00	LEO	0,0000	6,86	1.646,40
311	BOLACHA TIPO MARIA, EMB 400 GRAMAS	PCT	750,00	COROA	0,0000	3,44	2.580,00
312	CHOCOLATE GRANULADO - PACOTES CONTENDO 150 GRAMAS	PCT	450,00	APTI	0,0000	3,44	1.548,00
313	COCO RALADO	UN	275,00	INGA	0,0000	2,56	704,00
314	CHOCOLATE GRANULADO	UN	335,00	APTI	0,0000	2,20	737,00
316	CANJICUINHA (QUIRERA DE MILHO)	PCT	160,00	DALLA	0,0000	2,00	320,00
318	POLVILHO DOCE	PCT	350,00	PRATA	0,0000	2,89	1.011,50

**Total do Participante ----->** 793.448,69

**Total Geral ----->** 4.001.432,45

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.102.384/0001-80  
RUA FELIPE SCHMIDT, 10  
C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONCORRÊNCIA  
Nr.: 26/2017 - CC**

Processo Administrativo: 190/2017  
Processo de Licitação: 22/11/2017  
Data do Processo:

Folha:

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Canoinhas, 10 de Janeiro de 2018

**COMISSÃO:**

ADILSON FERNANDO RIBEIRO	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT	- ..... - SECRETÁRIA
LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO	- ..... - MEMBRO SUPLENTE
DANIELA CRISTINA DA SILVA	- ..... - MEMBRO SUPLENTE
JANICE DE FATIMA STEMPINHAK	- ..... - MEMBRO SUPLENTE
DIOGO CARLOS SEIDEL	- ..... - MEMBRO TITULAR



**PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 27/2017**

Publicação Nº 1487360

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 192/2017, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 27/2017, QUE TEM POR OBJETO CONCESSÃO DE USO REMUNERADO, POR TEMPO DETERMINADO, DE 02 (DUAS) SALAS COMERCIAIS, LOCALIZADAS NA RUA PAUL HARRYS, CENTRO – CANOINHAS, ANEXO AO TERMINAL RODOVIÁRIO, PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE VENDA DE PASSAGENS, DO TIPO MAIOR OFERTA POR LOTE.

Aos 10 (dez) dias do mês de janeiro do ano de 2018, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de Cassia Kohler Wendt e Sra. Camila Machado dos Santos Melo, nomeados pela Portaria nº 13/2018, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa AGÊNCIA DE VIAGENS ADUR LTDA ME, representada pela Sra. Juliana Adur Burgardt. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. O CNPJ da empresa participante foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante não consta como inidônea no referido Portal. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou a empresa AGÊNCIA DE VIAGENS ADUR LTDA ME HABILITADA no certame. Aberta a palavra ao participante, o mesmo declinou de usá-la. A Comissão de Licitação decidiu proceder à abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, a empresa AGÊNCIA DE VIAGENS ADUR LTDA ME. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA, os valores para execução da totalidade dos serviços previstos no edital ficaram assim distribuídos: No LOTE 01: em 1º lugar a empresa AGÊNCIA DE VIAGENS ADUR LTDA ME, com o valor mensal R\$ 505,00; e no LOTE 02: em 1º lugar a empresa AGÊNCIA DE VIAGENS ADUR LTDA ME, com o valor mensal R\$ 505,00. A comissão declarou vencedora dos Lotes 01 e 02 a empresa AGÊNCIA DE VIAGENS ADUR LTDA ME com o valor mensal de cada lote R\$ 505,00. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da proposta. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Adilson Fernando Ribeiro  
Presidente

Karina de Cassia Kohler Wendt  
Secretário

Camila Machado dos Santos Melo  
Membro

AGÊNCIA DE VIAGENS ADUR LTDA ME  
Sra. Juliana Adur Burgardt

# Capinzal

## PREFEITURA

### FMAS CONTRATO 0013/2018 M

Publicação Nº 1487230

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0013/2018 M  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL  
Contratada.: PADARIA E CONFEITARIA PAO DOCE LTDA - ME  
Valor ..... : 25.810,00 (vinte e cinco mil oitocentos e dez reais)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 10/01/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0126/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo\_Licitatório.....: 0189 / 2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO PREÇO para aquisição de produtos de panificação e gêneros de alimentação, para encontros de estudos e capacitação de profissionais da rede municipal de ensino; para formaturas realizadas no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e para as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 10 de Janeiro de 2018  
KAMILLE SARTORI BEAL

### FMAS CONTRATO 0015/2018 M

Publicação Nº 1487233

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0015/2018 M  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL  
Contratada.: STEMPCOSKI & STEMPCOSKI PADARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 51.464,00 (cinquenta e um mil quatrocentos e sessenta e quatro reais)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 10/01/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0126/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo\_Licitatório.....: 0189 / 2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO PREÇO para aquisição de produtos de panificação e gêneros de alimentação, para encontros de estudos e capacitação de profissionais da rede municipal de ensino; para formaturas realizadas no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e para as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 10 de Janeiro de 2018

KAMILLE SARTORI BEAL

### FMAS CONTRATO 0014/2018 M

Publicação Nº 1487231

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0014/2018 M  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL  
Contratada.: SILVIO MELO WALTRICK 05027184980  
Valor ..... : 11.950,00 (onze mil novecentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 10/01/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0126/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo\_Licitatório.....: 0189 / 2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO PREÇO para aquisição de produtos de panificação e gêneros de alimentação, para encontros de estudos e capacitação de profissionais da rede municipal de ensino; para formaturas realizadas no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e para as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 10 de Janeiro de 2018

KAMILLE SARTORI BEAL

### PMC CONTRATO 0012/2018 M

Publicação Nº 1487220

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
EXTRATO CONTRA-  
TUAL

Contrato Nº.: 0012/2018 M  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
Contratada.: MERCADO MUNARI LTDA - ME  
Valor ..... : 249,90 (duzentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 10/01/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0126/2017 Processo\_Licitatório.....: 0189 / 2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO PREÇO para aquisição de produtos de panificação e gêneros de alimentação, para encontros de estudos e capacitação de profissionais da rede municipal de ensino; para formaturas realizadas no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e para as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 10 de Janeiro de 2018

**PMC CONTRATO 0013/2018 M**

Publicação Nº 1487224

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Contrato Nº.: 0013/2018 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: PADARIA E CONFEITARIA PAO DOCE LTDA - ME</p> <p>Valor ..... : 16.987,60 (dezesesseis mil novecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos)</p> <p>Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 10/01/2019</p> <p>Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0126/2017 Processo_Licitatório....: 0189 / 2017</p> <p>Recursos ..... : Dotação:</p> <p>Objeto ..... : REGISTRO PREÇO para aquisição de produtos de panificação e gêneros de alimentação, para encontros de estudos e capacitação de profissionais da rede municipal de ensino; para formaturas realizadas no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e para as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>	
Capinzal, 10 de Janeiro de 2018	

Contrato Nº.: 0014/2018 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: SILVIO MELO WALTRICK 05027184980

Valor ..... : 9.925,50 (nove mil novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 10/01/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0126/2017 Processo\_Licitatório....: 0189 / 2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO PREÇO para aquisição de produtos de panificação e gêneros de alimentação, para encontros de estudos e capacitação de profissionais da rede municipal de ensino; para formaturas realizadas no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e para as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais

Capinzal, 10 de Janeiro de 2018

**PMC CONTRATO 0015/2018 M**

Publicação Nº 1487229

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Contrato Nº.: 0015/2018 M</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: STEMPCOSKI &amp; STEMPCOSKI PADARIA LTDA - ME</p> <p>Valor ..... : 24.666,20 (vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)</p> <p>Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 10/01/2019</p> <p>Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0126/2017 Processo_Licitatório....:0189 / 2017</p> <p>Recursos ..... : Dotação:</p> <p>Objeto ..... : REGISTRO PREÇO para aquisição de produtos de panificação e gêneros de alimentação, para encontros de estudos e capacitação de profissionais da rede municipal de ensino; para formaturas realizadas no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar e para as atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais</p>	
Capinzal, 10 de Janeiro de 2018	

**PMC CONTRATO 0014/2018 M**

Publicação Nº 1487227

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRA-	
TUAL	
-----	

**CÂMARA MUNICIPAL****PROJETO DE LEI Nº 001, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1486925

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 001, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Tenho a honra de apresentar a essa Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 001/2018, que autoriza promover a doação de Bens Móveis à Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares – COAFAM, localizada na Rua Carmelo Zócolli, nº 248, centro, nesta cidade de Capinzal.

Os bens móveis de que trata o presente projeto trata-se de um caminhão equipado com tanque isotérmico que serão doados pelo

Município de Capinzal com o objetivo de atender as necessidades do transporte da produção de leite dos agricultores familiares dos associados da COAFAM, adquirido em convênio com o Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Agrário com contrapartida do Município.

Considerando que o caminhão equipado com tanque isotérmico é adaptado para a finalidade de recolhimento e transporte de leite, o qual não tem uso pelo Município, é de extrema necessidade para os produtores agrícolas beneficiados, os quais são responsáveis pela manutenção, abastecimento e despesas com pessoal. O veículo é do ano de 2010, o qual já requer maior prevenção e manutenção mecânica.

Considerando o interesse social no fomento da atividade leiteira através do cooperativismo, gerando assim, renda e desenvolvimento à agricultura familiar.

Considerando que os bens móveis foram adquiridos com o objetivo

de incentivar exclusivamente a agricultura conforme proposto pelo Programa Federal de Desenvolvimento Agrário

Ante ao exposto, submetemos o presente projeto à apreciação desta Casa Legislativa, em regime de urgência, considerando que, após regular tramitação, seja deliberado e aprovado na devida forma regimental.

Capinzal, em 10 de janeiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

**PROJETO DE LEI Nº 001, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Autoriza promover a doação de Bens Móveis à Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa - COAFAM, na forma que especifica.

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a promover a doação de Bens Móveis, à Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa - COAFAM, inscrita no CNPJ sob o nº 10.909.700/0001-57, com sede à Rua Carmelo Zóccoli, nº 248, centro, nesta cidade de Capinzal.

Parágrafo único. Os Bens Móveis de que trata a presente Lei possui as seguintes especificações:

I - caminhão zero km, Volkswagen, ano e modelo 2010, Chassi 9533182T4AR039098, RENAVAL 224185209, Cor Branca, Placa MGX 5027, tração 4x2, motor a diesel, turbo e intercooler, sistema de injeção com bomba injetora, potência de 170 cv, cabine em chapa de aço, caixa de mudança de 05 marchas a frente e uma a ré, freios a ar, tipo tambor nas rodas dianteira e traseiras, com freio motor, direção hidráulica, ar quente, diferencial de dupla relação, PBT homologado de 16.000 kg, CMT de 28.800 kg, pneus radiais sem câmara, tanque de combustível com capacidade de 210 litros e distância entre eixos de 4,80 metros;

II - tanque isotérmico de coleta de leite a granel com capacidade nominal de 8.000 litros com 03 compartimentos, cada um com entrada e saída de produto e acionamento mecânico, de formato oval, de corpo duplo, em aço inox, passarela metálica com escada em aço inox, tubulação para entrada e saída de produto, bomba sanitária autoescovente para limpeza, mangueira plástica de 1/5", 12 metros, plataforma inteira e tomada de força.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei destina-se ao atendimento das necessidades da comunidade, exclusivamente, para a realização do transporte da produção de leite dos agricultores dos municípios sócios da Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa - COAFAM.

Art. 3º Somente será permitida a venda dos Bens Móveis caso seja adquiridos outros bens de igual ou superior valor.

Art. 4º Caso a Cooperativa COAFAM venha a ser dissolvida ou mudar de atividade, os Bens Móveis doados através da presente Lei ou aquele que venha substituí-los em caso de venda, deverão reverter ao patrimônio do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 10 de janeiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

**JUSTIFICA DE TRAMITAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA**

**PROJETO DE LEI Nº 001, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Estamos remetendo para apreciação e votação em Regime de Urgência o Projeto de Lei anexo, a fim de regularizar a situação dos bens móveis de que trata o presente Projeto de Lei, sendo um

caminhão equipado com tanque isotérmico que serão doados pelo Município de Capinzal com o objetivo de atender as necessidades do transporte da produção de leite dos agricultores familiares dos municípios sócios da COAFAM.

Os bens móveis acima especificados já estavam cedidos à COAFAM, autorizado pela Lei Municipal nº 2.926, de 25 de agosto de 2010 e Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel nº 001/2010, cópias anexas e já expirou a vigência do Termo de Cessão de Uso celebrado pelo prazo de 05 (cinco) anos e os agricultores familiares dos municípios de Campos Novos, Capinzal e Zortéa, sócios da COAFAM estão aguardando apenas a aprovação do presente Projeto de Lei, a fim de receber o veículo em doação e poder utilizá-lo.

Diante das considerações acima, solicitamos a tramitação do presente projeto de lei em regime de urgência.

Capinzal, em 10 de janeiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

## **PROJETO DE LEI Nº 002, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1486926

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 002, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Tenho a honra de apresentar a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 002/2018, que autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com a Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa – COAFAM.

O objeto do Termo de Cessão de Uso visa a cedência do Município de Capinzal à Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa – COAFAM, de 01 (uma) Carreta Agrícola 06T Marca Lumeco, Modelo LMC 6000, Série Nº 160-2017, Pat/FDR Nº 1659, a qual foi cedida pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca ao Município de Capinzal através do TCU FDR 247/2017 e 1º Termo Aditivo, cópias anexas.

O Termo de Cessão de Uso do veículo acima especificado destina-se exclusivamente aos serviços do Setor Agrícola, de forma a elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares dos municípios de Campos Novos, Capinzal e Zortéa, sócios da COAFAM, que serão responsáveis pela manutenção e conservação do veículo, fornecimento de pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso do veículo.

Segue minuta do Termo de Cessão de Uso.

Ante ao exposto, submetemos o presente projeto à apreciação desta Casa Legislativa, em regime de urgência, considerando que, após regular tramitação, seja deliberado e aprovado na devida forma regimental.

Capinzal, em 10 de janeiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

**PROJETO DE LEI Nº 002, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com a Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa – COAFAM, na forma que especifica.

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo,



autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel com a Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa - COAFAM, inscrita no CNPJ sob o nº 10.909.700/0001-57, com sede à Rua Carmelo Zócolli, nº 248, centro, nesta cidade de Capinzal.

Art. 2º O Bem Móvel constitui em 01 (uma) Carreta Agrícola 06T Marca Lumeco, Modelo LMC 6000, Série Nº 160-2017, Pat/FDR Nº 1659, destinado exclusivamente para a execução dos serviços do Setor Agrícola, de forma a elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares dos municípios de Campos Novos, Capinzal e Zortéa, sócios da COAFAM.

Art. 3º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso será de até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, a critério do Estado de Santa Catarina – Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 10 de janeiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

#### JUSTIFICA DE TRAMITAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 002, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Estamos remetendo para apreciação e votação em Regime de Urgência o Projeto de Lei anexo, tendo em vista que a Carreta Agrícola 06T Marca Lumeco, Modelo LMC 6000, Série Nº 160-2017, Pat/FDR Nº 1659, objeto do Termo de Cessão de Uso foi cedida pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca ao Município de Capinzal através do TCU FDR 247/2017 e 1º Termo Aditivo, sendo que os agricultores familiares dos municípios de Campos Novos, Capinzal e Zortéa, sócios da COAFAM estão aguardando apenas a aprovação do presente Projeto de Lei, a fim de celebrar o Termo de Cessão de Uso e utilizar o veículo.

Diante das considerações acima, solicitamos a tramitação do presente projeto de lei em regime de urgência.

Capinzal, em 10 de janeiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

MINUTA

#### TERMO DE CESSÃO DE USO Nº

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Capinzal - SC e a Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa – COAFAM.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de 2018, o Município de Capinzal SC, doravante denominado - Cedente situado à Rua Carmelo Zócolli, nº 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, neste ato representado pelo Exmo Sr. Nilvo Dorini, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 482.175.149-68, e a Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa – COAFAM, doravante denominada – Cessionária, inscrita no CNPJ sob o nº 10.909.700/0001-57, com sede à Rua Carmelo Zócolli, nº 248, centro, nesta cidade de Capinzal, amparados na Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva da Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa – COAFAM, 01 (uma) Carreta Agrícola 06T Marca Lumeco, Modelo LMC 6000, Série Nº 160-2017, Pat/FDR Nº 1659.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se exclusivamente para a execução dos serviços do Setor Agrícola, de forma a elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares dos municípios de Campos Novos, Capinzal e Zortéa, sócios da COAFAM, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse veículo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

A Cessionária, pelo uso do veículo, obrigar-se-á:

- I. Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- II. Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;
- III. Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM

A Cessionária assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que a CESSIONÁRIA se obriga a arcar com qualquer despesa com a manutenção, conservação, multas e taxas em geral que incidam ou venham a incidir sobre os bens objetos deste Termo e relacionados na cláusula primeira, bem como, no que couber mantê-los abastecidos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VISTORIA

A Cessionária declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS

A Cessionária compromete-se em recuperar o bem ora cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabiliza pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso permanece em vigor até 31 de dezembro de 2018, produzindo efeitos a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo, a critério do Estado de Santa Catarina – Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO TERMO

O presente Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativa.



**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Capinzal - SC,

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal Presidente da COAFAM

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

# Catanduvás

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2018 - PREGÃO Nº 0001/2018

Publicação Nº 1487736

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2018  
PREGÃO Nº 0001/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRENSA FALADA, ESCRITA E ONLINE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Dotação Orçamentária:

2.004.3390.00 - 100 - 15/2018 - Manut. Atividades Secret. Administ. Finanças

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 23 de janeiro de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 11 de janeiro de 2018, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvás – SC, 11 de janeiro de 2018.

Paulo Constante Fuga

Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0041/2017

Publicação Nº 1487082

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0041/2017

PREGÃO Nº 0005/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: COLOMAR ANTONIO MORESCO & CIA LTDA ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 03 de fevereiro de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de abril de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0043/2017

Publicação Nº 1487065

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0043/2017

PREGÃO Nº 0005/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: VALDIR LUIZ SOSTER & CIA LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 03 de fevereiro de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de abril de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0059/2017

Publicação Nº 1487121

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0059/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: LIDER MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - EPP

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 09 de março de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0070/2017**

Publicação Nº 1487749

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0070/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2017 PROCESSO Nº 0032/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 21 de março de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0090/2017**

Publicação Nº 1487096

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0090/2017

PREGÃO Nº 0040/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: VALE DO CONTESTADO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 09 de maio de 2017 para:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de abril de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0092/2017**

Publicação Nº 1487424

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0092/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 15 de maio de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0116/2017**

Publicação Nº 1487755

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0116/2017

PREGÃO Nº 0062/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0075/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A,

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 27 de julho de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0128/2017**

Publicação Nº 1487120

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0128/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0007/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0077/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: LIDER MATERIAIS ELETRICOS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 28 de setembro de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais

cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0129/2017**

Publicação Nº 1487107

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0129/2017

PREGÃO Nº 0068/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0085/2017)”.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: JHC LOCACOES EIRELI - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 05 de outubro de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de junho de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

#### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0042/2017**

Publicação Nº 1487056

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0042/2017

PREGÃO Nº 0005/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: MASSON TURISMO E TRANSPORTES LTDA - ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 03 de fevereiro de 2017:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de abril de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

#### **EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0051/2015**

Publicação Nº 1487452

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0051/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 0002/2015 (PROCESSO Nº 0040/2015).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 15 de maio de 2015.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

#### **EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0040/2017**

Publicação Nº 1487067

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0040/2017

PREGÃO Nº 0005/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: CVZ TRANSPORTES ZUCHI LTDA ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 03 de fevereiro de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de abril de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

#### **EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0076/2017**

Publicação Nº 1487751

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0076/2017

PREGÃO Nº 0031/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2017)”.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS

**DE INFORMÁTICA LTDA - ME**

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 28 de março de 2017.

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA** – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

**FUNDAMENTO JURÍDICO** – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Dorival Ribeiro dos Santos

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0078/2017**

Publicação Nº 1487161

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0078/2017**

**TERMO DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO, VISANDO O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC E A EMPRESA LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME, VENCEDORA DA TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2017).**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, com sede à Rua Felipe Schmidt, 1435 - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, doravante denominado **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.336.749/0001-53, com sede à Rua 12 de maio, nº 152, Sala 02, Vila Alemanha, Luzerna – SC, CEP: 89.609-000, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 06 de abril de 2017, alterando-o conforme segue:

**CONSIDERANDO** a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura;  
**CONSIDERANDO** o previsto na **CLÁUSULA XI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**, do Contrato original;  
**CONSIDERANDO** a necessidade de manter a prestação dos serviços e estender o prazo do contrato supramencionado por interesse da Administração Municipal.

**RESOLVEM:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro

de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

**FUNDAMENTO JURÍDICO** – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

Testemunhas:

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0089/2017**

Publicação Nº 1487165

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0089/2017 PREGÃO Nº 0040/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2017).**  
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
**CONTRATADA:** ETELVINO MAGNABOSCO - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 09 de maio de 2017.

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA** – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

**FUNDAMENTO JURÍDICO** – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0114/2016**

Publicação Nº 1487753

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0114/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 0011/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2016)."**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
**CONTRATADA:** BOTTIN CONSULTORIA LTDA - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 05 de outubro de 2016.

**OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA** – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

**FUNDAMENTO JURÍDICO** – O presente aditivo Contratual tem



amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Dorival Ribeiro dos Santos

### **EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0115/2016**

Publicação Nº 1487416

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0115/2016  
TOMADA DE PREÇO Nº 0012/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0074/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: INOVA SOLUCOES EM TELECOMUNICACAO LTDA - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 26 de outubro de 2016.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

### **EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0002/2015**

Publicação Nº 1487459

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0002/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0017/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 12 de janeiro de 2015.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

### **EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0058/2017**

Publicação Nº 1487144

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0058/2017

“TERMO DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA AJARDINAMENTO DAS ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO, COMPREENDENDO TODO TRABALHO DE ELABORAÇÃO DE JARDINS, CUIDADOS E MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE PLANTAS E IMPLEMENTOS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC E A EMPRESA IZEQUIEL TAVARES BATISTA PRATES EIRELI – ME, VENCEDORA DO PREGÃO Nº 0021/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2017)”.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45, sito a Rua Felipe Schmidt, 1435 - Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: IZEQUIEL TAVARES BATISTA PRATES EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 26.988.718/0001-21, com sede na Rua Celestina da Costa, nº 2.697, Bairro Cidade Jardim, Catanduvas - SC, CEP: 89.670-000, doravante denominado CONTRATADO.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 06 de março de 2017, alterando-o conforme segue:

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA XI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, do Contrato original;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a prestação dos serviços e estender o prazo do contrato supramencionado por interesse da Administração Municipal.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.

Testemunhas:

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0042/2016**

Publicação Nº 1487743

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0042/2016**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2016 PROCESSO Nº 0035/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 18 de março de 2015.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso IV, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Dorival Ribeiro dos Santos

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0044/2017**

Publicação Nº 1487062

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0044/2017 PREGÃO Nº 0005/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: VALE DO CONTESTADO TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 03 de fevereiro de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de abril de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0069/2017**

Publicação Nº 1487042

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0069/2017 PREGÃO Nº 0024/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: MARIA ELOIZA OTTO 03738763945

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 22 de março de 2017.

OBJETO:CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de setembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

CONTRATANTE

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0088/2017**

Publicação Nº 1487036

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0088/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: LOGOS ASSESSORIA GESTAO E PROJETOS LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 11 de maio de 2017.

OBJETO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 28 de fevereiro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

CONTRATANTE

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0116/2016**

Publicação Nº 1487047

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0116/2016 PREGÃO Nº 0058/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0089/2016)".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 23 de novembro de 2016.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2018, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem

amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

# Caxambu do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 02\_2018

Publicação Nº 1486744

PORTARIA N.º 02/2018.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO estar o Servidor abaixo relacionado com período de férias vencidas, adquiridas no período:

Antonio Primo Ziliotto, ocupante do cargo de Secretário Geral, com período aquisitivo:

01/01/2017 à 31/12/2017.

#### RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder período de vinte dias de férias ao Sr. ANTONIO PRIMO ZILIOTTO, Servidor da Câmara Municipal de Vereadores, para gozo no período de 11/01/2018 à 30/01/2018, referente ao período respectivo.

Art. 2.º - AUTORIZAR conversão do abono pecuniário de 10 (dez) dias. Art. 68, da Lei Complementar n.º 001/2001.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 10 de janeiro de 2018.

IVANOR SFREDDO

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOTTO

Secretário Geral

Registra-se e Publica-se.

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 018.2018

Publicação Nº 1486910

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 018/2018

- CONSIDERANDO o período de férias da Servidora Zuleide Diel Schneider;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora, LARISSA RAYMUNDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no período de 08.01.2018 a 06.02.2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 08.01.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2018.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 019.2018

Publicação Nº 1486911

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 019/2018

CONSIDERANDO, o período de férias a membro do Conselho Tutelar.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Leis Municipais nº 0013 de 23.01.97 e nº 0568 de 01.03.2013 e Ata nº 112 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALI VAIS, para exercer a Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado - SC, pelo período de 08/01/2018 a 06/02/2018, em substituição a Conselheira LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 08/01/18.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 020.2018

Publicação Nº 1486913

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 020/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 15.08.2016 à 14.08.2017, a SERGIO SCHNEIDER, matriculado sob o nº 65/01, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, no Gabinete da Prefeita.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 08.01.2018 à 27.01.2018, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 08.01.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2018.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 021.2018

Publicação Nº 1486914

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 021/2018

CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de vícios que os tornam ilegais;

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela administrativa permite à Administração reapreciar seus atos.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, bem como, de acordo com as informações e considerações apensadas aos autos,

#### RESOLVE:



Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 004/2018, de 08 de janeiro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder e autorizar a gozar férias regulamentares de 30 (trinta) dias, no período de 08.01.2018 à 06.02.2018, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº. 008, de 23.12.99, aos servidores municipais abaixo relacionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	ÓRGÃO
Adenilson Antônio	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Adriana Machado Correia	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Claudia A. A. de Souza	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Cleber Meurer	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Clobson Scheidt	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Crislei Sebold	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Eva Aparecida k. Abreu	2017/2018	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Evaristo Franzem	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Elisangela Sebold Maciel	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Gerusa Anacleto	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Isolete Sebold Pereira	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Isolene Batista Correa	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
João Clemente	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Josiani Machado de Pinho	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Juliana Maria Longen	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Julie Mara de Oliveira	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Liliane Scheidt Jasper	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Luzia Preti Palhano	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Maicon de Souza	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Mauricio Andrade	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Meirelein Grach Machado	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Neide Sebold da Silva	2017/2018	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Nerci Ramos	2017/2018	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Pedro Lopes	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rosildo Jose Pereira	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Rogério Capistrano	2017/2018	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Roni Capistrano	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Samir Pereira da Silva	2015/2016	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Simone Cordeiro dos Santos	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Silvia K. Maciel	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Solange S. Marquez	2017/2018	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Vera Lucia Graci De-métrio	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.
Valdirene Mohr Márquez	2016/2017	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 08.01.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

## 022.2018

Publicação Nº 1486917

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 022/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 18.12.2015 à 17.12.2016, a GIOVANI ANACLETO, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 08.01.2018 à 27.01.2018, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 08.01.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

## 023.2018

Publicação Nº 1486932

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 023/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

### RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o servidor

público, GIOVANI ANACLETO, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 11 e 12 de Janeiro de 2018, 02 (dois) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2015/2016, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de Janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/PMCS/2018 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 1486632

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/PMCS/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/PMCS/2018 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de homem x hora para serviços de manutenção mecânica de veículos, com fornecimento de peças eventualmente necessárias, sem exclusividade, com a devida comprovação da origem com nota fiscal ou documentos, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Prejulgado Nº 0803, do Tribunal de Contas de SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 23/01/2018.

Abertura: Dia 23/01/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 10 de janeiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 78/PMCS/2017

Publicação Nº 1486563

CONTRATO Nº: 78/PMCS/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ISAC SERVIÇO DE SOLDA E MANUTENÇÃO MECÂNICA LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 81/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 59/PMCS/2017.

Objeto: Serviços de serralheria, solda, pintura e remanufaturamento de peças e componentes de veículos e equipamentos da Prefeitura de Cocal do Sul.

Assinatura: 22/12/2017.

Vigência: Início: 22/12/2017 Término: 21/12/2018.

Valor: R\$ 79.251,60 (setenta e nove mil e duzentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos)

Dotação Orçamentária: 27,30,56,68,72,73,79,91,110,126,134,138,177 (3.3.90.00.00.00.00) 165 (4.4.90.00.00.00.00).

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 15/FMS/2017

Publicação Nº 1486907

CONTRATO Nº: 31/2017.

ADITIVO Nº: 15/2017.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: EQUIPEL COMÉRCIO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 15/FMS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL: 14/FMS/2017.

Objeto do contrato: Aquisição de mobiliário sob medida, destinado para prédios públicos do município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 22/09/2017.

Assinatura: 14/12/2017

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/03/2018.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 16/FMS/2017

Publicação Nº 1486890

CONTRATO Nº: 32/2017.

ADITIVO Nº: 16/2017.

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: OSMAR ORLANDI JUNIOR – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 15/FMS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL: 14/FMS/2017.

Objeto do contrato: Aquisição de mobiliário sob medida, destinado para prédios públicos do município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 22/09/2017.

Assinatura: 14/12/2017

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/03/2018.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 19/FMS/2017

Publicação Nº 1486624

CONTRATO Nº: 03/2016.

ADITIVO Nº: 19/2017.

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: JOÃO RAFAEL ZACCARON.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04/FMS/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/FMS/2016.

Objeto do contrato: Locação de imóvel de propriedade do locador, localizado na Rua Professor Paulo Galli, nº 39, Centro, neste Município, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do município (almoxarifado da secretaria de saúde).

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto PRORROGAÇÃO do contrato firmado entre as partes em 28/04/2016.

Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$: 8.389,56 (oito mil e trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 34/PMCS/2017**

Publicação Nº 1486541

CONTRATO Nº: 11/2014.  
ADITIVO Nº: 34/2017.  
TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. – PRORROGAÇÃO.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: ANTÔNIO QUAREZEMIN.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 11/PMCS/2017.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02/PMCS/2014

Objeto do contrato: Locação do imóvel (parte térrea e todo o primeiro piso) de propriedade do locador, localizado na Rua Paulino Búrigo, nº. 12, Centro, neste Município, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do Município - Sede da Secretaria de Educação e outros.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto PRORROGAÇÃO do contrato firmado entre as partes em 20/02/2014

Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$: 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais).

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 45/PMCS/2017**

Publicação Nº 1486556

CONTRATO Nº: 13/2017.  
ADITIVO Nº: 45/2017.  
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA - COONAFOR.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 06/PMCS/2017.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/PMCS/2017

Objeto do contrato: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de Educação Básica Pública, Verba FNDE/PNAE.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 24/02/2017.

Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 28/02/2018.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 39/PMCS/2017**

Publicação Nº 1486552

CONTRATO Nº: 21/2017.  
ADITIVO Nº: 39/2017.  
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO & ACRÉSCIMO.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: OEDING ASSESSÓRIA CONTÁBIL LTDA - EPP.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 09/PMCS/2017.  
CONVITE: 01/PMCS/2017

Objeto do contrato: Contratação de serviços de assessoria técnica especializada nas áreas contábil, administrativa, financeira e de controle interno com execução de uma carga horária variável de acordo com as necessidades do município.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO e ACRÉSCIMO de 1,80% (um vírgula oitenta por cento) INPC da vigência do Contrato firmado entre as partes em 01/03/2017.

Assinatura: 14/12/2017.

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$: 57.946,20 (cinquenta e sete mil e novecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos).

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017 FMS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

Publicação Nº 1487302

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC  
ADENDO 01 AO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2017 FMS  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, SC, por intermédio do Gestor do FMS, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: locação de equipamentos concentradores de oxigênio para pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital foi alterado, sendo que o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 29 de janeiro de 2018, até as 16h00min, e a sessão de abertura da licitação, dia 30 de janeiro de 2018 às 14h00min. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 10 de janeiro de 2018.  
SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do FMS

### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 1487564

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO.

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado pela sua Gestora, Denise Justi Lopes, declara como dispensável o Chamamento Público com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, a favor da entidade SOCIEDADE CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 12.505.298/0001-70, representada pela sua Presidente, senhora Lenir Terezinha Kobs, CPF nº. 035.338.519-07 e RG nº. 2.130.145, localizado na Linha Suruvi, nesta cidade de Concórdia SC.

O Objeto de tal dispensa é o repasse de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinado ao Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na Modalidade Casa de Passagem. O valor de R\$ 9.272,72 (nove mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos), que será repassado em até 11 (onze) parcelas, podendo chegar ao valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) com o prazo final em 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura do Termo de Fomento.

As razões do interesse público, dotação orçamentária, bem como os demais aspectos que justificam a formalização do Termo de Fomento se encontram descritos na justificativa 03, a qual é parte

integrante do presente ato e foi publicada no Diário Oficial do dia 05 de janeiro de 2018, Edição nº 2424. Não houve impugnação. Face ao disposto no art. 30, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, proceda-se com a devida publicidade.

Concórdia SC, 10 de janeiro de 2018.  
JAIME ESTEVÃO BERNARDI  
Secretário de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação, em Exercício

### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 1487567

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO.

#### ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado pela sua Gestora, Denise Justi Lopes, declaro como dispensável o Chamamento Público com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, a favor da entidade a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS, inscrita no CNPJ sob nº 08.361.094/0001-36, representada pela sua Presidente, senhora IDAMARA ARTIFON MAGNANI, CPF nº. 345.867.929-49, domiciliada nesta cidade de Concórdia SC

O Objeto de tal dispensa é a destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do Serviço de Proteção Social Básica, para pessoas com deficiência auditiva e suas famílias.

O valor de R\$ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em até 10 (dez) parcelas, podendo chegar ao valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no prazo de até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura do Termo de Fomento a contar do mês subsequente à prestação dos atendimentos. Por meio de depósito em conta corrente do credenciado, conforme informado no Plano de Trabalho.

As razões do interesse público, dotação orçamentária, bem como os demais aspectos que justificam a formalização do Termo de Fomento se encontram descritos na justificativa 02, a qual é parte integrante do presente ato e foi publicada no Diário Oficial do dia 05 de janeiro de 2018, edição 2424. Não houve impugnação.

Face ao disposto no art. 30, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, proceda-se com a devida publicidade.

Concórdia SC, 10 de janeiro de 2018.  
JAIME ESTEVÃO BERNARDI  
Secretário de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação. Em Exercício.



**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2018 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS**

Publicação Nº 1487305

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2018 - PMC

Objeto: Aquisição de materiais esportivos para atendimento das necessidades das Escolas Públicas Municipais e Fundação Municipal de Esportes, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 26/01/2018.

Início da Sessão: dia 26/01/2018 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 10 de janeiro de 2018.

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Publicação Nº 1487310

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018 - PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximos unitários (mão de obra e material) para execução de serviços na parte elétrica, iluminação do parque e plantão para o Carnaval 2018, no Parque de Exposições Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 24/01/2018.

Abertura: dia 24/01/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 10 de janeiro de 2018.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018 – FMS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Publicação Nº 1487299

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018 - FMS  
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de serviço de transporte coletivo intermunicipal, através de fornecimento de bilhetes de passagens terrestres, mediante empresa que possua registro junto ao DETER/SC, para itinerário Concórdia-Florianópolis e Florianópolis-Concórdia, para transporte de pacientes que realizam Tratamento Fora do Domicílio (TFD), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital..

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 01/02/2018.

Abertura: dia 01/02/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 8 de janeiro de 2018.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT

Gestor do FMS

**DECRETO Nº 1.003/2017**

Publicação Nº 1487608

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.003/2017, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 685/2016, de 31 de agosto de 2016, que designa membros para integrar 1/3 do Conselho Municipal de Educação – CME.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 159, de 1º de junho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.201, de 3 de março de 2000 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 685/2016, de 31 de agosto de 2016, que designa membros para integrar 1/3 do Conselho Municipal de Educação – CME, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

b) suplentes:

1. MARLEI SALETE RADIN;

2. ADRIANE RITA VITTO CHAVES;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal, em exercício

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.004/2017

Publicação Nº 1487610

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.004/2017, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 216/2015, de 27 de fevereiro de 2015 e alterações, que designam membros para integrar 2/3 do Conselho Municipal de Educação – CME.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 159, de 1º de junho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.201, de 3 de março de 2000 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 216/2015, de 27 de fevereiro de 2015 e alterações, que designam membros para integrar 2/3 do Conselho Municipal de Educação – CME, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

b) suplentes:

1. EMERSON RODRIGO KOCH;

2. DAIANE FRIGO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal, em exercício

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.012/2017

Publicação Nº 1487611

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.012/2017, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora EDNA ALINE RENNER.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora EDNA ALINE RENNER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Sonhos de Criança, com dedicação exclusiva, no período de 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, em face do afastamento da titular, em gozo de férias e de licença-prêmio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal, em exercício

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.013/2017

Publicação Nº 1487613

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.013/2017, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa membros para integrar os Conselhos Curador e Deliberativo da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar os Conselhos Curador e Deliberativo da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, as pessoas abaixo relacionadas, pelo período de quatro anos, a partir de 7 de dezembro de 2017:

I – Conselho Curador:

a) LEONICE PARIZOTTO CAMARGO, representante da Secretaria Municipal de Finanças;

b) CHARLES KOPSEL, representante da Secretaria Municipal de Administração;

c) MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

d) ELISETE ANA BARP, representante da Fundação Universidade do Contestado – FUnC, Campus Concórdia;

e) ALTIR PEDRO GÖEDERT, representante da Associação dos Biólogos de Concórdia – ABIOC;

f) ELOI MAXIMINO WOLOSZIN, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia – CDL;

g) IVANIR MIOTTO, representante das Organizações Não Governamentais – ONGs;

## II – Conselho Deliberativo:

a) presidente: MAURO MARTINI, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

b) WAGNER ISIDORO SIMIONI, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

c) JACIR HERMINIO MAZOCCO, representante da Secretaria Municipal de Finanças;

d) ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, representante da Secretaria Municipal de Administração;

e) MARCIA DE BONA LAZZARI, representante da Secretaria Municipal de Educação;

f) AIRTON COLDEBELLA, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

g) Secretário Executivo: GILBERTO ANTONIO ROMANI, Superintendente da FUMDEMA;

h) CELI ARALDI FAVASSA, representante da Fundação Universidade do Contestado – FUnC, Campus Concórdia;

i) NERI ANTONIO ZANFERRARI, representante da Associação dos Biólogos de Concórdia – ABIOC;

j) RONALDO BALBINOT, representante das Organizações Ambientais Não Governamentais, devidamente oficializadas – Rotary Club Concórdia;

k) PAULO AFONSO CORBELINI, representante dos engenheiros sanitários;

l) ELISANDRO SANDRO BALBINOT, representante dos engenheiros florestais;

m) HENRIQUE MORIGUTI, representante dos engenheiros agrônomos;

n) LUIS MARCHIORO, representante do Núcleo dos Técnicos Agrícolas;

o) WILLIAM AMPESE, representante da União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC;

p) PAULO CESAR PUNTEL, representante da Organização Municipal das Associações Rurais de Concórdia – OMARC;

q) GIOVANI ROGOWSKI, representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Concórdia;

r) VALDIR PERETTI, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Concórdia;

s) RAFAEL LANDO MENUTE, representante da Associação Empresarial de Concórdia – ACIC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 444/2013, de 25 de abril de 2013; 964/2013, de 25 de novembro de 2013; 826/2015, de 8 de setembro de 2015; 645/2016, de 15 de agosto de 2016; 864/2016, de 29 de novembro de 2016 e 140/2017, de 2 de fevereiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

EDILSON MASSOCCO

Prefeito Municipal, em exercício

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.014/2017

Publicação Nº 1487614

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.014/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Promoção Vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pelo Decreto nº 129/2017, de 2 de fevereiro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, Promoção Vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I – BRUNA DIAS MEWS, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche;

II – EDINEI ANTUNES, ocupante do cargo de Servente Braçal;

III – ELIAMARA DA COSTA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche;

IV – ELISA WIEDERKEHR BERGAMO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche;

V – VANIA POZZO ROSSATTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.015/2017

Publicação Nº 1487615

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.015/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas e informadas pela CI CPCCS 32/2017, de 11 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Promoção Horizontal aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, para a Faixa de Vencimento B:

I – DANUZA PALINSKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 29 de dezembro de 2016;

II – JOSIANE WIERZYNSKI PIOVEZAN, ocupante do cargo de Psicólogo, com efeitos retroativos a 29 de novembro de 2017;

III – JOSUE ANDERSON GALVÃO, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 2 de novembro de 2017;

IV – MARCELINO PEREIRA, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2017;

V – MARCIA INES VOGT, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 30 de novembro de 2017.

Art. 2º Fica concedida Promoção Horizontal aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, para a Faixa de Vencimento C:

I – CASSIANO POZZA, ocupante do cargo de Desenhista, com efeitos retroativos a 18 de setembro de 2017;

II – DIANA FATIMA BOCCHI ANDRIOLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 7 de novembro de 2017;

III – MAICO ZANFONATO, ocupante do cargo de Torneiro Mecânico, com efeitos retroativos a 2 de outubro de 2017;

IV – MARCELO VOSS GONÇALVES, ocupante do cargo de Técnico em Telecomunicações, com efeitos retroativos a 2 de outubro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 11 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.016/2017

Publicação Nº 1487616

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.016/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao item 2 da alínea "a" do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 385/2017, de 3 de abril de 2017 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 e nos Decretos nºs. 5.129, de 28 de agosto de 2006 e 5.354, de 12 de novembro de 2008.

DECRETA :

Art. 1º O item 2 da alínea "a" do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 385/2017, de 3 de abril de 2017 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

2. MORGANA SANDI – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC / Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	DENISE JUSTI LOPES Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.017/2017

Publicação Nº 1487618

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.017/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o desligamento da servidora MARISA ADELAIDE LAZZARIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a servidora MARISA ADELAIDE LAZZARIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, matrícula



33332-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.018/2017

Publicação Nº 1487620

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 1.018/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora LEDA MARIA TURCATEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

### DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora LEDA MARIA TURCATEL, ocupante do cargo de Enfermeiro, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.019/2017

Publicação Nº 1487621

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 1.019/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao inciso II do art. 2º do Decreto nº 834/2017, de 20 de setembro de 2017, que designa Gestor das Parcerias e membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.183, de 6 de abril de 2017.

### DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 2º do Decreto nº 834/2017, de 20 de setembro de 2017, que designa Gestor das Parcerias e membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II – ROSANA MARIA VENSON, ocupante do cargo de Escriturário;”  
(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	MAURO MARTINI Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.020/2017

Publicação Nº 1487622

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.020/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Revoga a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora MARISTELA ISGANZELA SCHWINGEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

### DECRETA :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de janeiro de 2018, a gratificação pelo exercício de função de direção, concedida à servidora MARISTELA ISGANZELA SCHWINGEL, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 59528-00 e 59528-03, pelo Decreto nº 284/2017, de 8 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.021/2017

Publicação Nº 1487623

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.021/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa a servidora ELAINE ROMAN para responder pelo cargo de  
Chefe do Departamento de Ouvidoria, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complemen-  
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ELAINE ROMAN, ocupante do  
cargo de Analista de Gestão Humana, para responder pelo cargo  
de Chefe do Departamento de Ouvidoria, no período de 12 a 19 de  
dezembro de 2017, em face do afastamento da titular, percebendo,  
nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos  
da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa,  
no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora,  
pelo inciso I do art. 3º do Decreto nº 129/2017, de 2 de fevereiro  
de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.022/2017

Publicação Nº 1487624

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.022/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa a servidora IVETE DAHMER ALBIERO para responder pelo  
cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio  
Ambiente – FUMDEMA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complemen-  
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 3.178, de  
20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Funda-  
ção Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado  
pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000, no art. 12, IV e  
VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 e no Decreto nº  
963/2013, de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora IVETE DAHMER ALBIERO, ocu-  
pante do cargo de Biólogo, para responder pelo cargo de Direto-  
ra-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente –  
FUMDEMA, no período de 2 a 31 de janeiro de 2018, enquanto  
perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo,  
nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos  
da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º A Diretora-Geral designada exercerá, no período referido no  
art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Em face do disposto neste Decreto, a movimentação das  
contas bancárias da FUMDEMA será efetuada pela Ordenadora de  
Despesas/Diretora-Geral/Superintendente designada, senhora IVE-  
TE DAHMER ALBIERO, em conjunto com o Conselheiro ANDERSON  
DAL PRA DAL VESCO, Tesoureiro interino, no período 2 a 31 de  
janeiro de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Adminis- tração
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.023/2017

Publicação Nº 1487627

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.023/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o desligamento da servidora TEREZINHA LUIZA HIRT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Comple-  
mentar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder  
Executivo, a servidora TEREZINHA LUIZA HIRT, ocupante do cargo  
de Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, em face da con-  
cessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Idade, pelo  
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município  
de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste  
Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos retroativos a 8 de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.024/2017

Publicação Nº 1487628

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.024/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora VERA LUCIA MARIA  
UBERTI PELLIZZARO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Comple-  
mentar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20,  
§ 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e  
alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar do Magistério Pú-  
blico Municipal, a servidora VERA LUCIA MARIA UBERTI PELLIZZA-  
RO, ocupante do cargo de Professor, matrícula 39020-00, regime  
estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria  
por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos  
Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste De-  
creto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com  
efeitos retroativos a 13 de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.025/2017

Publicação Nº 1487629

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.025/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Nomeia a servidora TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN para respon-  
der pelo cargo de Secretária Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complemen-  
tar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora TELMA DE FATIMA CUNHA SU-  
ZIN, ocupante do cargo de Diretora Pedagógica, para responder  
pelo cargo de Secretária Municipal de Educação, no período de 18  
de dezembro de 2017 a 3 de janeiro de 2018, em razão do afas-  
tamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim,  
subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.026/2017

Publicação Nº 1487630

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.026/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARCIA DEVENSE  
BACH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do  
Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei  
Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2018, à servidora  
MARCIA DEVENSE BACH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche,  
o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade,  
com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – pe-  
ríodo aquisitivo de 16 de fevereiro de 2009 a 15 de fevereiro de  
2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.027/2017**

Publicação Nº 1487632

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.027/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora GLADIS KIRSTEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2018, à servidora GLADIS KIRSTEN, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de março de 2010 a 7 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN

Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.028/2017**

Publicação Nº 1487633

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.028/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MERCEDES GLACI NIETIEDT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2018, à servidora MERCEDES GLACI NIETIEDT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 19 de fevereiro de 1998 a 18 de fevereiro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.029/2017**

Publicação Nº 1487634

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.029/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa a servidora TEREZINHA CONTE SOLIGO como Gestora das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.183, de 6 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora TEREZINHA CONTE SOLIGO, ocupante do cargo de Coordenadora, como Gestora das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações, no período de 13 a 30 de dezembro 2017, em face do afastamento do servidor Carlos Alberto Broch, em gozo de férias.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica revogado o Decreto nº 999/2017, de 7 de dezembro de 2017, que designa a servidora MIRNA GAUGER como Gestora das Parcerias celebradas pelo Fundo para a Infância e Adolescência – FIA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de dezembro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.030/2017**

Publicação Nº 1487636

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.030/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera dispositivos do inciso II do art. 1º do Decreto nº 1.007/2017, de 7 de dezembro de 2017, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CM-DPD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013 e no Decreto nº 5.882, de 8 de abril de 2014.  
DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 1.007/2017, de 7 de dezembro de 2017, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – os itens 2 e 3 da alínea “a”, passam a vigorar com a seguinte redação:

“2. SOLANGE APARECIDA ZOTTI, representando familiar de pessoa com deficiência;

3. ROSANGELA APARECIDA TONIN, representando os profissionais que trabalham com pessoas com deficiência;” (NR)

II – o item 3 da alínea “b”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“3. ROSANA CRISTINA KOHLS, representando a Fundação Universidade do Contestado – FUnC – Campus Concórdia;” (NR)

III – o item 7 da alínea “b”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“7. IVANETE TERESINHA CASSOL, representando a Associação Comunitária Renovação para Integração da Família – ACRIF.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES  
Secretária Municipal de Desenvolvimento  
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.031/2017

Publicação Nº 1487638

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.031/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MILIANA ZANON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, à servidora MILIANA ZANON, ocupante do cargo de Agente Administrativo, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio

por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de janeiro de 2012 a 4 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.032/2017

Publicação Nº 1487639

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.032/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora CARLISE VIER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2018, à servidora CARLISE VIER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de janeiro de 2007 a 7 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN  
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.033/2017

Publicação Nº 1487640

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.033/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor MOACIR ROBERTO DAL BOSCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do



Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2018, ao servidor MOACIR ROBERTO DAL BOSCO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de outubro de 1996 a 30 de setembro de 2001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.034/2017**

Publicação Nº 1487641

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 1.034/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora HERCI SCHNEIDER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2018, à servidora HERCI SCHNEIDER, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.035/2017**

Publicação Nº 1487642

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 1.035/2017, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa a servidora DIANE DOS SANTOS para responder pelo cargo de Diretora-Presidente do IPRECON, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Procurador, para responder pelo cargo de Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, no período de 2 a 15 de janeiro de 2017, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pela Portaria nº 26/2014, de 2 de maio de 2014, do IPRECON.

Art. 3º Fica designada a servidora DIANE DOS SANTOS, no período de 2 a 15 de janeiro de 2017, para movimentar as contas bancárias do IPRECON, mediante assinatura, em conjunto, com a Diretora Financeira da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.036/2017**

Publicação Nº 1487645

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 1.036/2017, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedida à servidora MAISA BIANCHINI RENOSTO, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 58602-00 e 58602-01, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Lua de Cristal, com dedicação exclusiva, no período de 2 a 31 de janeiro de 2018, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN Secretária Municipal de Educação, em exercício
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de janeiro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.037/2017

Publicação Nº 1487646

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.037/2017, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa o servidor FABIO JOSE PELISER para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor FABIO JOSE PELISER, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 49891-00 e 49891-01, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, no período de 20 de dezembro de 2017 a 2 de janeiro de 2018, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º deste Decreto, as funções e atribuições de Superintendente e Ordenador de Despesas da FMEC, e efetuará a movimentação das contas bancárias da FMEC, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 36/2017, de 4 de janeiro de 2017 e 171/2017, de 8 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGERIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.038/2017

Publicação Nº 1487648

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.038/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora SALETE DA SILVA BRESSAN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora SALETE DA SILVA BRESSAN, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Criança Feliz, com dedicação exclusiva, no período de 26 de dezembro de 2017 a 9 de janeiro de 2018, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN Secretária Municipal de Educação, em exercício
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.039/2017

Publicação Nº 1487649

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.039/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora DANIELI FERNANDA RODRIGUES FERNANDES DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora DANIELI FERNANDA RODRIGUES FERNANDES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Itália Chiuchetta, com dedicação exclusiva, no período de 17 a 31 de janeiro de 2018, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN  
Secretária Municipal de Educação,  
em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.040/2017

Publicação Nº 1487650

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.040/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO no cargo de Encarregado da Seção Legislativa, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer o cargo de Encarregado da Seção Legislativa – Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de janeiro de 2018.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica revogada a gratificação concedida ao referido servidor, pelo Decreto nº 829/2017, de 19 de setembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.041/2017

Publicação Nº 1487652

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.041/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora JOSI AGRECIA BEE ZANON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora JOSI AGRECIA BEE ZANON, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a

50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Primeiros Passos, com dedicação exclusiva, no período de 2 a 17 de janeiro de 2018, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN  
Secretária Municipal de Educação,  
em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.042/2017

Publicação Nº 1487654

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.042/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao inciso X do art. 1º do Decreto nº 74/2017, de 17 de janeiro de 2017 e alteração, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob os regimes de adiantamento e autonomia de gestão financeira.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 4º da Instrução Normativa nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O inciso X do art. 1º do Decreto nº 74/2017, de 17 de janeiro de 2017 e alteração, que designam servidores para atuar como responsáveis pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos disponibilizados sob o regime de adiantamento, instituído pela Lei nº 3.564, de 7 de junho de 2004 e alteração, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

X – FERNANDO SVILLEN, Secretaria Municipal de Educação.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.043/2017**

Publicação Nº 1487655

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.043/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora CLEUSA APARECIDA LICHESKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora CLEUSA APARECIDA LICHESKI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Acalanto, com dedicação exclusiva, no período de 2 a 16 de janeiro de 2018, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	TELMA DE FATIMA CUNHA SUZIN Secretária Municipal de Educação, em exercício
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.044/2017**

Publicação Nº 1487657

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.044/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa o servidor AMARILDO REGINATO para responder pelo cargo de Diretor de Transportes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor AMARILDO REGINATO, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Auto Elétrica, para responder pelo cargo de Diretor de Transportes, no período de 2 a 16 de janeiro de 2018, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JOÃO VALMOR REITEL  
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.045/2017**

Publicação Nº 1487658

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.045/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LUZIA MARTA GALVÃO SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2018, à servidora LUZIA MARTA GALVÃO SILVA, ocupante do cargo de Professor, matrícula 31852-02, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 13 de setembro de 2012 a 12 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 1.046/2017**

Publicação Nº 1487659

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.046/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ERNO FAUTH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2018, ao servidor ERNO FAUTH, ocupante do cargo de Servente Braçal, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio

– período aquisitivo de 11 de junho de 2012 a 10 de junho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 1.047/2017

Publicação Nº 1487661

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.047/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dá nova redação ao item 2 da alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 792/2017, de 29 de agosto de 2017 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto nº 5.397, de 23 de abril de 2009.

DECRETA:

Art. 1º O item 2 da alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 792/2017, de 29 de agosto de 2017 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

2. suplente: ACACIO GUERREIRO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 6.224

Publicação Nº 1487598

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.224, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.934, de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	02.01	Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade	04.0122.0002.2002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 7.500,00
Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% ..... R\$ 35.000,00
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2015	Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% ..... R\$ 85.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40%...R\$ 110.000,00
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2608	Ações de Educação Infantil para Pré-Escola – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% ..... R\$ 2.000,00
Órgão	10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Unidade Orçamentária	10.01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET
Projeto/Atividade	04.0122.0050.2036	Manutenção das Atividades-Meio da SEDET
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 15.000,00
TOTAL ANULADO .....		R\$ 254.500,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO
-------	----	----------------------



Unidade Orçamentária	02.01	Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade	04.0122.0002.2002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 7.500,00
Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% ..... R\$ 35.000,00
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2015	Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% ..... R\$ 85.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIS – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% ..... R\$ 85.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% ..... R\$ 25.000,00
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2608	Ações de Educação Infantil para Pré-Escola – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% ..... R\$ 2.000,00
Órgão	10	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO – SEDET
Unidade Orçamentária	10.01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Projeto/Atividade	04.0122.0050.2036	Manutenção das Atividades-Meio da SEDET
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC ..... R\$ 15.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 254.500,00

Art. 3º Fica suplementada, com recurso do excesso de arrecadação verificado até novembro de 2017, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
-------	----	---

Unidade Orçamentária	09.01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade	08.0122.0043.2032	Manutenção das Atividades-Meio da SEDES
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura ..... R\$ 87.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO .....		R\$ 87.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## DECRETO Nº 6.227

Publicação Nº 1487599

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.227, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Fixa a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, para o exercício de 2018.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 176, de 11 de dezembro de 2000 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 3,53, a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, no âmbito do Município de Concórdia, para o exercício de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

JACIR HERMINIO MAZOCCO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa



**DECRETO Nº 6.228**

Publicação Nº 1487601

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.228, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações e na Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT Secretário Municipal de Saúde
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS – Da 0h (zero hora) às 7h (sete horas)

Período: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

DIA	JAN/2018 Farmácia	FEV/2018 Farmácia	MAR/2018 Farmácia	ABR/2018 Farmácia	MAI/2018 Farmácia	JUN/2018 Farmácia	JUL/2018 Farmácia	AGO/2018 Farmácia	SET/2018 Farmácia	OUT/2018 Farmácia	NOV/2018 Farmácia	DEZ/2018 Farmácia
1º	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2
2	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3
3	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
4	Oeste Far-ma – Rua 29 de Ju-lho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Far-ma – Rua 29 de Ju-lho, 185, Sala 1	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 914	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Oeste Far-ma – Rua 29 de Ju-lho, 185, Sala 1	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Oeste Far-ma – Rua 29 de Ju-lho, 185, Sala 1	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 949
5	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concór-dia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Oeste Far-ma – Rua 29 de Ju-lho, 185, Sala 1
6	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Far-ma – Rua 29 de Ju-lho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Far-ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2

DIA	JAN/2018 Farmácia	FEV/2018 Farmácia	MAR/2018 Farmácia	ABR/2018 Farmácia	MAI/2018 Farmácia	JUN/2018 Farmácia	JUL/2018 Farmácia	AGO/2018 Farmácia	SET/2018 Farmácia	OUT/2018 Farmácia	NOV/2018 Farmácia	DEZ/2018 Farmácia
7	São João – Rua Anita Gari- baldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Popular – Rua do Comércio, 364	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 364	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 364	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
8	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	Popular – Rua do Comércio, 364
9	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Gari- baldi, 16	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451
10	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Gari- baldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Gari- baldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357
11	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
12	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 364	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 914	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 914	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769
13	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 914
14	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
15	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	Popular – Rua do Comércio, 364	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 364	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 364	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1
16	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357
17	Oeste Far- ma – Rua 29 de Ju- lho, 185, Sala 1	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 914	São João – Rua Anita Gari- baldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Gari- baldi, 16	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Gari- baldi, 16	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
18	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Gari- baldi, 16

DIA	JAN/2018 Farmácia	FEV/2018 Farmácia	MAR/2018 Farmácia	ABR/2018 Farmácia	MAI/2018 Farmácia	JUN/2018 Farmácia	JUL/2018 Farmácia	AGO/2018 Farmácia	SET/2018 Farmácia	OUT/2018 Farmácia	NOV/2018 Farmácia	DEZ/2018 Farmácia
19	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
20	Popular – Rua do Comércio, 364	Concórdia – Rua do Comércio, 357	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vital Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
21	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Vital Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Vital Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
22	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 364	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336
23	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	Popular – Rua do Comércio, 364	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	Popular – Rua do Comércio, 364	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
24	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2
25	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3
26	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
27	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
28	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2	Vital Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vital Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Vital Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
29	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	SESI – Rua do Comércio, 336	Vital Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2
30	São João – Rua Anita Garibaldi, 16		Popular – Rua do Comércio, 364	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 364	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 364	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357

DIA	JAN/2018 Farmácia	FEV/2018 Farmácia	MAR/2018 Farmácia	ABR/2018 Farmácia	MAI/2018 Farmácia	JUN/2018 Farmácia	JUL/2018 Farmácia	AGO/2018 Farmácia	SET/2018 Farmácia	OUT/2018 Farmácia	NOV/2018 Farmácia	DEZ/2018 Farmácia
31	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000		RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451		Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua do Comércio, 128, Sala 2		Concórdia – Rua do Comércio, 357		Popular – Rua do Comércio, 364

**DECRETO Nº 6.229**

Publicação Nº 1487602

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 6.229, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Baixa Escala de Plantão para Serviços Funerários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 82, de 17 de dezembro de 1993 e no Decreto nº 3.582, de 15 de dezembro de 1994 e alteração.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica baixada a Escala de Plantão para os Serviços Funerários – exercício de 2018, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

DECRETO Nº 6.229, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

**ANEXO ÚNICO****ESCALA DE PLANTÃO PARA OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2018**

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEM- BRO	OUTUBRO	NOVEM- BRO	DEZEM- BRO
A	3 QUA	2 SEX	4 DOM	3 TER	3 QUI	2 SÁB	2 SEG	1 QUA	5 QUA	5 SEX	4 DOM	4 TER
	8 SEG	7 QUA	9 SEX	8 DOM	8 TER	7 QUI	7 SÁB	6 SEG	10 SEG	10 QUA	9 SEX	9 DOM
	13 SÁB	12 SEG	14 QUA	13 SEX	13 DOM	12 TER	12 QUI	11 SÁB	15 SÁB	15 SEG	14 QUA	14 SEX
	18 QUI	17 SÁB	19 SEG	18 QUA	18 SEX	17 DOM	17 TER	16 QUI	20 QUI	20 SÁB	19 SEG	19 QUA
	23 TER	22 QUI	24 SÁB	23 SEG	23 QUA	22 SEX	22 DOM	21 TER	25 TER	25 QUI	24 SÁB	24 SEG
	28 DOM	27 TER	29 QUI	28 SÁB	28 SEG	27 QUA	27 SEX	26 DOM	30 DOM	30 TER	29 QUI	29 SÁB
								31 SEX				

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
B	4 QUI	3 SÁB	5 SEG	4 QUA	4 SEX	3 DOM	3 TER	2 QUI	1 SÁB	1 SEG	5 SEG	5 QUA
	9 TER	8 QUI	10 SÁB	9 SEG	9 QUA	8 SEX	8 DOM	7 TER	6 QUI	6 SÁB	10 SÁB	10 SEG
	14 DOM	13 TER	15 QUI	14 SÁB	14 SEG	13 QUA	13 SEX	12 DOM	11 TER	11 QUI	15 QUI	15 SÁB
	19 SEX	18 DOM	20 TER	19 QUI	19 SÁB	18 SEG	18 QUA	17 SEX	16 DOM	16 TER	20 TER	20 QUI
	24 QUA	23 SEX	25 DOM	24 TER	24 QUI	23 SÁB	23 SEG	22 QUA	21 SEX	21 DOM	25 DOM	25 TER
	29 SEG	28 QUA	30 SEX	29 DOM	29 TER	28 QUI	28 SÁB	27 SEG	26 QUA	26 SEX	30 SEX	30 DOM
										31 QUA		
C	5 SEX	4 DOM	1 QUI	5 QUI	5 SÁB	4 SEG	4 QUA	3 SEX	2 DOM	2 TER	1 QUI	1 SÁB
	10 QUA	9 SEX	6 TER	10 TER	10 QUI	9 SÁB	9 SEG	8 QUA	7 SEX	7 DOM	6 TER	6 QUI
	15 SEG	14 QUA	11 DOM	15 DOM	15 TER	14 QUI	14 SÁB	13 SEG	12 QUA	12 SEX	11 DOM	11 TER
	20 SÁB	19 SEG	16 SEX	20 SEX	20 DOM	19 TER	19 QUI	18 SÁB	17 SEG	17 QUA	16 SEX	16 DOM
	25 QUI	24 SÁB	21 QUA	25 QUA	25 SEX	24 DOM	24 TER	23 QUI	22 SÁB	22 SEG	21 QUA	21 SEX
	30 TER		26 SEG	30 SEG	30 QUA	29 SEX	29 DOM	28 TER	27 QUI	27 SÁB	26 SEG	26 QUA
			31 SÁB									31 SEG
D	1 SEG	5 SEG	2 SEX	1 DOM	1 TER	5 TER	5 QUI	4 SÁB	3 SEG	3 QUA	2 SEX	2 DOM
	6 SÁB	10 SÁB	7 QUA	6 SEX	6 DOM	10 DOM	10 TER	9 QUI	8 SÁB	8 SEG	7 QUA	7 SEX
	11 QUI	15 QUI	12 SEG	11 QUA	11 SEX	15 SEX	15 DOM	14 TER	13 QUI	13 SÁB	12 SEG	12 QUA
	16 TER	20 TER	17 SÁB	16 SEG	16 QUA	20 QUA	20 SEX	19 DOM	18 TER	18 QUI	17 SÁB	17 SEG
	21 DOM	25 DOM	22 QUI	21 SÁB	21 SEG	25 SEG	25 QUA	24 SEX	23 DOM	23 TER	22 QUI	22 SÁB
	26 SEX		27 TER	26 QUI	26 SÁB	30 SÁB	30 SEG	29 QUA	28 SEX	28 DOM	27 TER	27 QUI
	31 QUA				31 QUI							
E	2 TER	1 QUI	3 SÁB	2 SEG	2 QUA	1 SEX	1 DOM	5 DOM	4 TER	4 QUI	3 SÁB	3 SEG
	7 DOM	6 TER	8 QUI	7 SÁB	7 SEG	6 QUA	6 SEX	10 SEX	9 DOM	9 TER	8 QUI	8 SÁB
	12 SEX	11 DOM	13 TER	12 QUI	12 SÁB	11 SEG	11 QUA	15 QUA	14 SEX	14 DOM	13 TER	13 QUI
	17 QUA	16 SEX	18 DOM	17 TER	17 QUI	16 SÁB	16 SEG	20 SEG	19 QUA	19 SEX	18 DOM	18 TER
	22 SEG	21 QUA	23 SEX	22 DOM	22 TER	21 QUI	21 SÁB	25 SÁB	24 SEG	24 QUA	23 SEX	23 DOM
	27 SÁB	26 SEG	28 QUA	27 SEX	27 DOM	26 TER	26 QUI	30 QUI	29 SÁB	29 SEG	28 QUA	28 SEX
							31 TER					

Obs.: O plantão será desenvolvido a partir da 0 (zero) hora.

A – FUNERÁRIA SÃO FRANCISCO

B – FUNERÁRIA CONCÓRDIA

C – FUNERÁRIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

D – FUNERÁRIA SÃO JOSÉ

E – FUNERÁRIA SANTA BÁRBARA

## DECRETO Nº 6.230

Publicação Nº 1487603

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.230, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Fixa tarifa das passagens do transporte coletivo no perímetro urbano e de expansão urbana do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 6º, § 2º, da Lei Complementar nº 155, de 18 de dezembro de 1998, na Lei Complementar nº 247, de 20 de setembro de 2002 e alteração, e no Contrato de Concessão nº 5/2014, de 13 de janeiro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos), a tarifa das passagens do transporte coletivo no perímetro urbano e de expansão urbana do Município de Concórdia, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.



ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## **EDITAL DE CONCURSO Nº 1/2018 - FMC**

Publicação Nº 1487313

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

### **EDITAL DE CONCURSO Nº 1/2018**

Objeto: A Fundação Municipal de Cultura, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Abramo Eberle, 322, Centro, através de seu Diretor Superintendente, em exercício, senhor Bruno Dariva, comunica a todos os interessados que estão abertas, a partir da data de publicação até 27 de fevereiro de 2018, observadas as disposições, as inscrições para PROCESSO SELETIVO DE EXPOSIÇÕES DE ARTES VISUAIS DA GALERIA MUNICIPAL DE ARTES DE CONCÓRDIA – ANO 2018, a fim de selecionar 8 (oito) propostas de Artes Visuais para exposições individuais e/ou coletivas, visando ocupação da Galeria Municipal de Artes de Concórdia/SC a partir de abril de 2018. Inscrições: A partir da data de publicação até 27 de fevereiro de 2018. Informações complementares: Quaisquer dúvidas que pairarem sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Fundação Municipal de Cultura, sito a Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através do telefone nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248 , em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail cultura@concordia.sc.gov.br ou culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 09 de janeiro de 2018.  
BRUNO DARIVA  
Diretor-Superintendente da FMC, em exercício

## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2018 - FMC**

Publicação Nº 1487314

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2018**

Objeto: A Fundação Municipal de Cultura, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Abramo Eberle, 322, Centro, através de seu Diretor Superintendente, em exercício, senhor Bruno Dariva, comunica a todos os interessados que estão abertas, a partir da data de publicação até 05 de fevereiro de 2018, observadas as disposições, as inscrições para credenciamento de interessados para comercialização de comidas e bebidas do tipo "FoodTrucks", durante o Carnaval de Rua de Concórdia 2018, que será realizada no Município de Concórdia no dia 10 de fevereiro de 2018, no Parque de Exposições de Concórdia/SC.

Credenciamento: a) para interessados do município: A partir da data de publicação até 29 de janeiro; b) para interessados de outras localidades de 30 de janeiro a 05 de fevereiro.

Informações complementares: Quaisquer dúvidas que pairarem sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Fundação Municipal de Cultura, sito a Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através do telefone nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248 , em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail cultura@concordia.sc.gov.br ou culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 09 de janeiro de 2018.  
BRUNO DARIVA  
Diretor-Superintendente da FMC, em exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1487575

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) LIDIANA POLHMANN inscrito(a) no CPF sob nº 072.809.039-24, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 02/01/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2018**

Publicação Nº 1487579

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) TATIANE HEINRICHS inscrito(a) no CPF sob nº 070.647.439-22, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.517,36 (dois mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos).

PRAZO: 02/01/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2018**

Publicação Nº 1487582

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ALDRIANE PEREIRA VON FRUAUFF inscrito(a) no CPF sob nº 034.926.919-00, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 02/01/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2018**

Publicação Nº 1487584

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER inscrito(a) no CPF sob nº 915.060.509-72, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.481,81 (um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos).

PRAZO: 02/01/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2018**

Publicação Nº 1487585

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA inscrito(a) no CPF sob nº 069.423.709-40, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 02/01/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2018.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2018**

Publicação Nº 1487588

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2018

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL inscrito(a) no CPF sob nº 945.117.309-97, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.963,62 (dois mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: 08/01/2018 a 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 08 de janeiro de 2018.

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2018 – PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Publicação Nº 1487447

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2018

Contratação de Serviços

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora, Camila Cristina Marinho Viera Nogueira, Diretora de Compras, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 04 de janeiro de 2018, para a Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores para a modalidade Pregão, a favor da empresa: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA-ME, Valor total de R\$ 0,00 (zero reais com zero centavos)

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DEO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CORREÇÃO DO CONVÊNIO Nº 1/2018 – FMS**

Publicação Nº 1486572

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DEO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CORREÇÃO DO CONVÊNIO Nº 1/2018 – FMS

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.455.823/001-65, representado neste ato pelo seu gestor, senhor SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT, Secretário Municipal de Saúde, e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, neste ato representado pelos seus procuradores, ÉDIO SANTO ROSSET e ANDRÉ BRUCKMANN.

CONSIDERANDO: Primeiro parágrafo, onde consta a data de assinatura do CONVÊNIO Nº 1/2018, dia 27/12/2017 por extenso.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 2017, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, Gestor do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município de Concórdia, instituído pela Lei Complementar nº 36, de 9 de dezembro de 1991, inscrito no CNPJ sob o nº 10.455.823/0001-65, com sede na Dr. Maruri, 1360, Edifício Carmelo, 2º andar, Concórdia – SC, representado neste ato pelo seu gestor, senhor SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT, Secretário Municipal de Saúde, inscrito no CPF sob nº 073.188.179-65, residente e domiciliado neste município, doravante denominado FMS, e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, com sede na Rua Marechal Deodoro, 915, Concórdia SC, neste ato representada pelos seus procuradores, ÉDIO SANTO ROSSET, Diretor Geral, inscrito no CPF sob nº 503.347.609-25, residente e domiciliado neste município e ANDRÉ BRÜCKMANN, Diretor Adjunto, inscrito no CPF sob nº 022.332.189-30, residente e domiciliado neste município, doravante denominado CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei autorizadora nº 5.026 de 13 de dezembro de 2017, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FMS.

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 10/2017**

Publicação Nº 1487663

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 10/2017

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e o INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – IFC – CAMPUS CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 10.635.424/0005-00, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral, senhor NELSON GERALDO GOLINSKI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de facilitar o acesso dos agricultores às novas tecnologias e incentivar a difusão do turismo de eventos, mediante a realização do Show Tecnológico Rural do Oeste Catarinense – TECNOESTE, mediante fornecimento de materiais, horas-máquina e locação de equipamentos.

PRAZO: Até 31 de março de 2018, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2017.

**LEI Nº 5.036**

Publicação Nº 1487666

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.036, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Acresce art. 1º-A na Lei nº 4.810, de 6 de novembro de 2015 e alteração, que aprova o Plano Municipal de Educação, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido art. 1º-A na Lei nº 4.810, de 6 de novembro de 2015 e alteração, que aprova o Plano Municipal de Educação, para o decênio 2015/2025, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A. O Plano Municipal de Educação passará por avaliação bianual, por meio de Audiência Pública organizada pela Secretaria Municipal de Educação, com a colaboração das redes de ensino.” (NR)

Art. 2º A efetivação das estratégias 16.2 e 18.8, constantes no Anexo Único da Lei nº 4.810/2015 e alteração, fica condicionada à conclusão dos trabalhos da comissão designada pelo Decreto nº 556/2017, de 30 de maio de 2017 e alteração, que verificará a viabilidade destas ações.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

**LEI Nº 5.038**

Publicação Nº 1487667

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****LEI Nº 5.038, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Concórdia, para o exercício de 2018.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2018, estima a receita em R\$ 204.161.725,00, fixa a despesa em R\$ 156.249.110,00 e as transferências financeiras em R\$ 47.912.615,00.

Art. 2º O Orçamento do Poder Legislativo para o exercício financeiro de 2018, estima transferências do tesouro municipal e fixa despesas em R\$ 4.225.700,00.

Art. 3º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada e Indireta, estima a receita em R\$ 55.838.275,00, acrescido das transferências financeiras no valor de R\$ 43.686.915,00 e fixa a despesa em R\$ 99.525.190,00.

Parágrafo único. O valor total consolidado do Orçamento do Município para receitas e despesas perfaz o montante de R\$ 260.000.000,00.

Art. 4º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada é composto pelos seguintes Fundos:

I – Fundo Municipal de Saúde – FMS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 35.962.742,00, mais R\$ 31.742.165,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 67.704.907,00;

II – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 1.009.033,00, mais R\$ 5.110.250,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 6.119.283,00;

III – Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 121.050,00, mais R\$ 100.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 221.050,00.

Art. 5º O Orçamento da Administração Indireta é composto pelas seguintes Fundações e Instituto:

I – Fundação Municipal de Cultura – FMC, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 393.500,00, mais R\$ 1.737.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 2.130.500,00;

II – Fundação Municipal de Esportes – FMEC, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 115.950,00, mais R\$ 4.039.800,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 4.155.750,00;

III – Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 36.000,00, mais R\$ 957.700,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 993.700,00;

IV – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, com uma receita estimada e

despesa fixada em R\$ 18.200.000,00.

Art. 6º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei nº 4.998, de 23 de outubro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária 2018 – LDO.

Art. 7º A despesa total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

Art. 8º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 9º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, autorizado a abrir crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Art. 10. O limite autorizado no art. 9º desta Lei não será onerado quando o crédito se destinar a atender:

I – insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;

II – ao pagamento de despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

III – insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em programas de trabalho das funções de saúde, assistência, previdência e em programas de trabalho relacionados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma mesma categoria econômica e do mesmo programa, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 12. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 13. Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita ou o seu excesso poderão, independentemente do valor, ser utilizados como fontes de recursos para abertura, mediante decreto, de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do tesouro nacional para a realização desses financiamentos.



Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os governos federal, estadual e municipal, e firmar Termos de Co-operação e de Fomento, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, com entidades de que trata o art. 15 da Lei nº 4.998/2017 – LDO 2018.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a reunir num projeto/atividade programas pertencentes à mesma subfunção.

Art. 19. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme art. 2º, § 4º, da Lei nº 4.998/2017 – LDO 2018.

Art. 20. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças manter durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 21. Ficam atualizados os anexos das Leis relativas ao Plano Plurianual – PPA 2018/2021 e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018, com base nos valores constantes nesta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JACIR HERMINIO MAZOCCO Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de dezembro de 2017.

MAYARA AMPESE

Diretora Administrativa

Obs. Os anexos encontram-se à disposição, na Secretaria Municipal de Administração – protocolo nº 20722/2017

## LEI Nº 5.039

Publicação Nº 1487669

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.039, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera dispositivos da Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001, que cria o Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001, que cria o Conselho Municipal do Idoso – CMI, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º O art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal do Idoso – CMI, como órgão deliberativo, paritário, consultivo e controlador das ações, em todos os níveis, dirigidas à proteção e à defesa dos direitos do idoso.

Parágrafo único. O CMI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação – SEDES.” (NR)

Art. 3º O art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Compete ao CMI:

I – zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa;

II – propor, opinar e acompanhar a elaboração da lei de criação da Política Municipal da Pessoa Idosa;

III – propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas à pessoa idosa, zelando pela sua execução;

IV – participar da elaboração do diagnóstico social referente à situação do idoso no Município e traçar estratégias de intervenção e programas sociais de atendimento;

V – cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e alteração, a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter estadual e municipal;

VI – aprovar programas e projetos de acordo com a política do idoso, em articulação com os planos setoriais;

VII – denunciar, à autoridade competente e ao Ministério Público, o descumprimento de qualquer dispositivo legal;

VIII – receber e encaminhar aos órgãos competentes, as petições, denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos da pessoa idosa e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

IX – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados à promoção, proteção, defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida do idoso;

X – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela co-participação de organizações representativas dos idosos na formulação de políticas, planos e projetos de atendimento ao idoso;

XI – elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do Fundo Municipal do Idoso, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

XII – acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas e filantrópicas, onde forem aplicados recursos governamentais do Município, Estado e União;

XIII – elaborar e aprovar seu regimento interno;

XIV – participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XV – divulgar os direitos do idoso, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XVI – oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral, com vistas à valorização do idoso;

XVII – convocar e promover as conferências de direitos do idoso, em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso – CNDI;



XVIII – realizar outras ações que considerar necessárias à proteção do direito do idoso.

Parágrafo único. Aos membros do CMI será facilitado o acesso aos diversos setores da administração pública, especialmente aos programas prestados à população idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões, propostas e ações, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.” (NR)

Art. 4º Fica acrescido parágrafo único ao art. 3º, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso, perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatíveis a sua representação no Conselho;
- III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.” (NR)

Art. 5º Ficam acrescidos arts. 15-A a 15-C com a seguinte redação:

“Art. 15-A. Fica criado o Fundo Municipal do Idoso – FMI, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Concórdia.

Art. 15-B. Constituirão receitas do FMI:

- I – dotação orçamentária da União, do Estado e do Município;
- II – as resultantes de doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- III – os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- IV – as advindas de acordos e convênios;
- V – as provenientes das multas aplicadas com base na Lei Federal nº 10.741/2003 e alterações.

Art. 15-C. O FMI ficará vinculado diretamente à SEDES, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovada pelo CMI.

§ 1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal do Idoso”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente, balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, após apresentação e aprovação do CMI.

§ 2º A contabilidade do FMI tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º Caberá à SEDES gerir o FMI, sob a orientação e controle do CMI, cabendo ao seu titular:

- I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao CMI;
- II – submeter ao CMI, demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.” (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

DENISE JUSTI LOPES  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,  
Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de dezembro de 2017.  
MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

## PORTARIA Nº 212/2017

Publicação Nº 1487670

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 212/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

- I – com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2017:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	106003-00	Marcia Paulina Freisleben Burget	Professor
2	53457-08	Marisa Aparecida Cavalli Pozzo	Professor

II – com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2017:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	102822-00	Alexandra Godin	Professor
2	415790-00	Fabiana Lanfredi Herpich	Professor
3	96644-00	Maristela Teresinha Zolet da Campo	Professor

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 213/2017**

Publicação Nº 1487671

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 213/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando a CI SEMURB 679/2017, de 14 de dezembro de 2017, emitida pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO, ocupante do cargo de Engenheiro, para atuar como fiscal na execução de obra de pavimentação asfáltica da Rua Vitorino Antonio Mafessoni, neste Município, objeto do Contrato nº 243/2017 – PMC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 214/2017**

Publicação Nº 1487672

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 214/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Relatório de Avaliação in loco de Segurança nº 08/2017;

- a CI DRH 524/2017, protocolizada sob nº 24679/2017, em 15 de dezembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JAMIR BARON, ocupante do cargo de Mestre de Obras, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 215/2017**

Publicação Nº 1487673

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 215/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração.

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o inciso II do art. 2º da Portaria nº 195/2017, de 24 de novembro de 2017, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora K. C. A. S., matrícula 98620-00, ocupante do cargo de Secretário Escolar, Grupo Ocupacional Funcional – GF, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II – secretário: RODRIGO DAL ZOT RITTER, ocupante do cargo de Agente Administrativo;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 216/2017**

Publicação Nº 1487674

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 216/2017, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 22720/2017, de 21 de novembro de 2017, do qual se extrai que os servidores L. L. C., ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, matrícula 89540-00, e V. T., ocupante do cargo de Motorista, matrícula 1094424-00, em tese, discutiram em horário de almoço e ao final do expediente, acabando por agredir-se verbal e fisicamente, no pátio da Secretaria Municipal de Transportes, no dia 20 de novembro de 2017;

- o Parecer n. 1365/2017, da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que tais fatos, se comprovados, atentam contra o dever funcional previsto no art. 151, XI, e configuram a conduta prevista no art. 168, VIII, ambos da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- que, se comprovada a culpabilidade dos servidores, poderá sujeitá-los à penalidade de demissão, conforme art. 168 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

**RESOLVE :**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar

a veracidade dos fatos envolvendo os servidores L. L. C., ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, matrícula 89540-00; e V. T., ocupante do cargo de Motorista, matrícula 1094424-00, Grupo Ocupacional Operacional – GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para efetuar todos os procedimentos necessários, em face da instauração do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: LETICIA FARINA PUNTEL, servidora estável, ocupante do cargo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – membros:

a) FABIELE MAIER DUARTE, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 217/2017**

Publicação Nº 1487676

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 217/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEMED nº 1923, da Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMADRA nº 210, da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e na CI 117/2017, da Seção de Patrimônio.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ADRIANE RITA VITTO CHAVES, ocupante do cargo de Especialista em Educação, matrícula 95478-01, a partir de 22 de janeiro de 2018;

II – DIONES CARMEN ROBINI DEL POSSO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, matrícula 96024-01, no período de 2 a 7 e a partir de 25 de janeiro de 2018;

III – ELISABETE FALKOSKI, ocupante do cargo de Orientador de Informática, a partir de 17 de janeiro de 2018;

IV – GRACIELA SANDRIN, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, a partir de 22 de dezembro de 2017;

V – JUSSARA APARECIDA DA SILVA GAVA, ocupante do cargo de Professor, matrícula 98108-04, a partir de 22 de janeiro de 2018;

VI – MARCIA DE BONA LAZZARI, ocupante do cargo de Professor, matrícula 4146-00, a partir de 22 de janeiro de 2018;

VII – MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI, Secretária Municipal de Educação, a partir de 18 de janeiro de 2018;

VIII – MARISTELA MACIEL, ocupante do cargo de Professor, matrícula 1140353-00, a partir de 22 de janeiro de 2018;

IX – MARLEI SALETE RADIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, matrícula 92622-00, a partir de 22 de janeiro de 2018;

X – NADIA LOINI KASTER SCHEIFLER, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 92231-00 e 92231-02, a partir de 17 de janeiro de 2018;

XI – SIMONE PASQUALON MARTINI, ocupante do cargo de Escriturário, no período de 2 a 17 de janeiro de 2018;

XII – SUSANE SAVOLDI SIEGA, ocupante do cargo de Secretário Escolar, a partir de 22 de janeiro de 2018;

XIII – TATIANE LUZZI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 17 de janeiro de 2018;

XIV – VANI TEREZINHA LOCATELLI MAJESKI, ocupante do cargo de Professor, matrícula 92541-00, a partir de 22 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA Nº 218/2017

Publicação Nº 1487677

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 218/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nas CIs SEMURB 681 e 686/2017, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras; na CI 416/2017, da Diretoria de Compras; nas CIs SEMADRA 226 e 227/2017, da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente; na CI SEMED 1953, da Secretaria Municipal de Educação e na CI SEMUS 856/2017, da Secretaria Municipal de Saúde.

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ACACIO GUERREIRO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, no período de 17 a 20 de janeiro de 2018;

II – ALEXSANDRO WILLIAM HERPICH, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, no período de 2 a 16 de janeiro de 2018;

III – ANDRE DE PARIS DA SILVA, ocupante do cargo de Chefe do

Departamento de Programas de Saúde e Postos de Saúde, a partir de 2 de janeiro de 2018;

IV – CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA, ocupante do cargo de Diretora de Compras, no período de 2 a 21 de janeiro de 2018;

V – CLARICE MARIA VOGT CENCI, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 91383-01 e 91383-03, no período de 2 a 10 de janeiro de 2018;

VI – ERICA KOCHI ROBINI, ocupante do cargo de Enfermeiro, no período de 2 a 14 de janeiro de 2018;

VII – HELEM SCARPIM SPAGNOL, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 88293-00, no período de 17 a 26 de janeiro de 2018;

VIII – INEI EDSON WILSKE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 17 de janeiro de 2018;

IX – JUSERLEI DE OLIVEIRA GUIMARÃES, ocupante do cargo de Encarregada da Seção Administrativa, no período de 2 a 14 de janeiro de 2018;

X – MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, a partir de 18 de janeiro de 2018;

XI – MARGARET GOMES DE SENA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 51640-04, a partir de 22 de janeiro de 2018;

XII – MARIA NOEMI FERREIRA DA SILVA SCHMIDT, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 17 de janeiro de 2018;

XIII – MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriturário, a partir de 8 de janeiro de 2018;

XIV – MARLENE APARECIDA GOMES SONNTAG, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 22 de janeiro de 2018;

XV – MONICA CRISTINA TONDELLO MORETTI, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 32913-04 e 32913-07, a partir de 17 de janeiro de 2018;

XVI – NAIR KOPPE VOGT, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Apoio Administrativo, no período de 2 a 16 de janeiro de 2018;

XVII – NEUDI LUIS TEDESCO, ocupante do cargo de Motorista, no período de 2 a 15 de janeiro de 2018;

XVIII – SALETE DA SILVA BRESSAN, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 2 a 9 de janeiro de 2018;

XIX – SANDRA DE LURDES RENOSTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 2 a 16 de janeiro de 2018;

XX – SANDRA MORAES SULENTA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 17 de janeiro de 2018;

XXI – SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT, Secretário Municipal de Saúde, no período de 2 a 14 de janeiro de 2018;

XXII – TANIA MARIA MAIOLI LANZIOTTI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 21342-05, a partir de 18 de janeiro de 2018;

XXIII – VANESSA CRISTINA TUREK DE AVILA, ocupante do cargo de Professor, matrícula 114227-00, no período de 15 a 21 de janeiro de 2018;

XXIV – VANUSA SALETE CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro, a partir de 22 de janeiro de 2018;

XXV – VERA BOURCKHARDT KLEIN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 17 de janeiro de 2018;

XXVI – VINICIUS TIAGO VOSS, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário, no período de 10 a 16 e a partir de 24 de janeiro de 2018;

XXVII – VIVIANE HENN SCHWAMBACH, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 2 a 16 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

VIII – JACIR HERMINIO MAZOCCO, Secretário Municipal de Finanças, a partir de 17 de janeiro de 2018;

IX – LEÃO MARCOS AMPESSAN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, no período de 2 a 14 de janeiro de 2018;

X – LEONICE PARIZOTTO CAMARGO, ocupante do cargo de Tesoureiro, no dia 2 de janeiro de 2017 e a partir do dia 23 de janeiro de 2018;

XI – RENI WASEN RHEINHEIMER, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 2 a 4 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 220/2017**

Publicação Nº 1487678

### **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 220/2017, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nas CIs SEMED 1927 e 1967, da Secretaria Municipal de Educação, nas CIs SEMUF 275 e 276/2017, da Secretaria Municipal de Finanças e CI SEDES 884/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA, ocupante do cargo de Orientador de Informática, a partir de 24 de janeiro de 2018;

II – CLAUDIA APARECIDA CMIEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 2 a 16 de janeiro de 2018.

III – DORIS MARCON, ocupante do cargo de Psicólogo, a partir de 22 de janeiro de 2018;

IV – FABIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 17 de janeiro de 2018;

V – FATIMA TERESINHA DE OLIVEIRA JANKE, ocupante dos cargos de Professor, matrículas 66176-01 e 66176-03, a partir de 17 de janeiro de 2018;

VI – GILSON LUIZ DEL POSSO, ocupante do cargo de Motorista, no período de 2 a 16 de janeiro de 2018;

VII – IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO RAHMEIER, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 17 de janeiro de 2018;



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 53/2018

Publicação Nº 1486619

#### DECRETO Nº 53/2018

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 16, da Lei Complementar nº 093/2013 e art. 6º, § 1º da Lei Complementar nº 100/2013,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação dos Servidores Municipais para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, composta pelos seguintes representantes:

I - Presidente: Aline de Almeida Kalles

II –Membros;

Kátia Rosy Grando

Marga Angela Mocellin Giacomini

Valdinei Garbozza

Cachtuize Magnanti

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao Setor de pessoal, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º os servidores serão avaliados, mediante o preenchimento de formulário específico, levando em conta os seguintes fatores:

I – Assiduidade e pontualidade;

II – produtividade;

III – responsabilidade;

IV – disciplina;

V – dedicação ao serviço público;

VI – cooperação;

VII – criatividade;

VIII – organização e planejamento;

IX – conhecimento do trabalho;

X – bom senso e iniciativa;

Art. 4º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 54/2018

Publicação Nº 1486620

#### DECRETO Nº 54/2018

“INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei Orgânica Municipal, atendendo o Art. 17, § 1º da Lei Complementar nº 092/2013 e art. 6º, § 1º e 2º da Lei Complementar nº 100/2013,

#### DECRETA

Art 1º Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Avaliação dos Profissionais da Educação para fins de Concessão de Adicional de Progressão por Mérito, composta pelos seguintes representantes:

I- Representante da Secretaria Municipal da Educação  
Maike Elize Techio

II- Representante dos Profissionais da Educação  
Sonia Fátima Cenci

III -Representante da Secretaria Municipal de Administração  
Mariane Kurz

IV – Representante do Conselho Municipal de Educação  
Aline de Almeida Kalles

V - Representante do Departamento Pessoal  
Kely Cristina Ranzan

Art. 2º A Comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao Setor de pessoal, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações a pontuação obtida.

Art. 3º Os trabalhos da Comissão serão considerados relevantes ao Município, não atribuindo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

**DECRETO N° 55/2018**

Publicação N° 1486621

DECRETO N° 55/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SECRETÁRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. ALCEU MAZZIONI, Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, matrícula nº 447103, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/01/2017 á 15/01/2018, que serão gozadas a partir do dia 01/02/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

ALCEU MAZZIONI  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

# Coronel Freitas

## CÂMARA MUNICIPAL

**02-2018**

Publicação Nº 1486713

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS  
CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA Nº 02/2018  
CONCEDE FÉRIAS Á SERVIDOR MUNICIPAL

O Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Senhor JOSÉ FRANCISCO RITTER, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 21, Parágrafo Único da Lei Municipal Nº. 2.078/2015, RESOLVE

Art. 1º. Conceder – 15 (quinze) dias de férias ao servidor público municipal, DEOCLÉCIO GASPARINI ocupante do cargo de Assessor de Imprensa pelo período aquisitivo de 01/01/2017 a 31/12/2017, a contar de 15/01/2018 a 29/01/2018.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões; 10 de janeiro de 2018.  
JOSÉ FRANCISCO RITTER  
Presidente da Câmara de Vereadores

# Correia Pinto

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO 2017-2018

Publicação Nº 1487713

Ata N. 001

ATA DA 1ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, tendo por local o Centro de Eventos Alexandre Júlio neste Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os nove Vereadores para Sessão de Posse da 9ª Legislatura. Sob a Presidência do Vereador mais idoso eleito, Vereador OSNI ANTÔNIO DO AMARAL DUARTE, os trabalhos foram declarados abertos. A seguir o Cerimonial fez a composição Oficial da Mesa. Ainda o Cerimonial registrou a presença das demais autoridades. O Presidente da Mesa declarou abertos os trabalhos e convidou todos para acompanharem a execução do Hino Nacional. Ato contínuo os Vereadores eleitos fizeram o juramento de acordo com o que determina a LOM e em seguida assinaram o termo de posse, estando todos com a documentação de acordo com o que determina a legislação vigente no país. Etapa concluída o Senhor Presidente da Mesa declarou empossados os Vereadores da 9ª Legislatura do Município de Correia Pinto, sendo eles: Amarildo dos Santos Ruivo, Anildo do Nascimento, Antonio Rodrigues Madruga, Beatriz Mesquita (Bia), Everaldo da Silva (Prego), Josmar da Silva, Lúcia Raquel Ortiz, Osni Antonio do Amaral Duarte (Madruguinha) e Vilso Rostirolla. Na sequência procedeu-se a verificação de documentos, e estando tudo de conformidade com a lei, seguiu-se o juramento e assinatura do termo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito, sendo eles Celso Rogério Alves Ribeiro e Casimiro Rêuter de Liz respectivamente declarados empossados aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Correia Pinto para o mandato 2017-2020. Empossados os novos mandatários do Município o Cerimonial convidou os representantes religiosos para ministrarem uma bênção. Assim o fez o Pastor Normélio da Igreja Evangélica Assembleia de Deus e o Padre Dorli Gonzaga da Paróquia Nossa Senhora dos Campos. A seguir fizeram uso da palavra na tribuna cada um dos Vereadores ora empossados, tecendo considerações a respeito do exercício do mandato que se inicia e agradecimentos aos familiares e eleitores. A seguir manifestaram-se na tribuna, o Vice-Prefeito Casimiro de Liz e o Prefeito Celso Rogério que expressaram a gratidão ao povo correiapintense, bem como reafirmaram o compromisso com o desenvolvimento, transparência, eficiência e eficácia na gestão pública. Concluído o ato de posse, a sessão foi suspensa por trinta minutos para que Prefeito e Vice se deslocassem ao Prédio da Prefeitura para a transmissão de cargo em Gabinete, ao mesmo tempo em que a secretaria do Legislativo abriu prazo para os procedimentos de eleição da nova Mesa Diretora da Câmara de Vereadores. Transcorrido o prazo determinado, a sessão foi reaberta e a Mesa presidida de acordo com o que determina o RI, pelo Vereador mais idoso, sendo ele o Vereador MADRUGUINHA que convocou os Vereadores JOSMAR e PREGO para ocuparem "ad hoc" as secretarias da Mesa. Foram apresentadas as inscrições de duas chapas para concorrerem a Mesa Diretora sendo que uma era encabeçada pelo Vereador Anildo do Nascimento e a outra pelo Vereador Madruguinha. Por ordem de inscrição as mesmas foram denominadas Chapa 1 e Chapa 2 respectivamente. Elaboradas as cédulas, procedeu-se a votação secreta, por ordem alfabética. Escrutinados os votos apurou-se cinco votos para a Chapa 1 e quatro votos para a Chapa 2. Dessa forma, o Presidente da Sessão, Vereador MADRUGUINHA proclamou o resultado e declarou empossada a nova Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de

Correia Pinto para o biênio 2017/2018 que ficou assim composta: Presidente: ANILDO DO NASCIMENTO, Vice-Presidente: AMARILDO DOS SANTOS RUIVO; 1ª. Secretária: LÚCIA RAQUEL ORTIZ e 2º Secretário VILSO ROSTIROLLA. A seguir, os eleitos assentaram-se a Mesa Diretora e o Presidente ANILDO registrou seu agradecimento aos votos que recebeu e afirmou seu compromisso em bem trabalhar na direção dos trabalhos Legislativos. Esgotados os assuntos para a presente sessão, e nada mais havendo a ser tratado o Sr. Presidente comunicou que a primeira sessão ordinária será dia 06 de fevereiro, de acordo com o que determina o RI, às 19:00 horas, informou ainda que todos os Senhores Vereadores estarão à disposição do Poder executivo caso seja necessária alguma convocação de sessão extraordinária durante o mês de janeiro. A seguir agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos dos quais lavra-se esta ata.

ANILDO DO NASCIMENTO  
Presidente

LÚCIA RAQUEL ORTIZ  
1ª. Secretária

VILSO ROSTIROLLA  
2º Secretário

### ATA DE POSSE DO PRESIDENTE MESA DIRETORA PARA O ANO DE 2018

Publicação Nº 1487696

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE DO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO PARA O ANO DE 2018

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às 10:00hs (dez horas), no plenário da Câmara de Vereadores do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, na presença dos Senhores Vereadores, tomou posse na Presidência da Mesa Diretora da Câmara, o Vereador Amarildo dos Santos Ruivo, em virtude da renúncia ao cargo do Ex-Presidente Anildo do Nascimento, de acordo com ofício protocolado nesta Casa, ficando assim com a incumbência de Presidir a Casa até o final do biênio que se iniciou em primeiro de janeiro de dois mil e dezessete. Este termo foi lavrado na presença dos senhores vereadores e segue assinado pela Mesa Diretora.

CORREIA PINTO/SC, 02 de janeiro de 2018.  
AMARILDO DOS SANTOS RUIVO  
Presidente

LUCIA RAQUEL RODRIGUES ORTIZ  
Primeira Secretária

VILSO ROSTIROLLA  
Segundo Secretário

**LEI COMPLEMENTAR PROMULGADA 183/2017**

Publicação Nº 1487689

LEI COMPLEMENTAR PROMULGADA nº 183/2018  
de 10 DE JANEIRO DE 2018

AMARILDO DOS SANTOS RUIVO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Correia Pinto, em cumprimento ao disposto no art. 70, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto e no art. 37, IV do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei Complementar:

"ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2012, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS SERVIÇOS, DO QUADRO DE PESSOAL, DOS VENCIMENTOS E DEFINE FUNÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º. Fica extinto o cargo de Assessor de Relações Institucionais previsto no artigo 5º, inciso I – Mesa Diretora, item 1 – Órgãos de Assessoramento, alínea "d", da Lei Complementar nº 105/2012 criado através da lei complementar 166 de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Fica criado o cargo de provimento em comissão de Diretor de Secretaria, pelo que a Lei Complementar nº 105/2012, de 11 de dezembro de 2012, que "DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS SERVIÇOS, DO QUADRO DE PESSOAL, DOS VENCIMENTOS E DEFINE FUNÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", em seu artigo 5º, inciso I – Mesa Diretora, item 1, alínea "d", passará a vigor com a seguinte redação:

"Art. 5º ...

1. Órgãos de Assessoramento e Direção:

...

d) Diretor de Secretaria - CPC (Cargo de provimento em comissão)

..."

Art. 3º. O artigo 8-A da Lei Complementar nº 105/2012, de 11 de dezembro de 2012, passará a vigor com a seguinte redação:

"Art. 8-A - Ao Diretor de Secretaria, compete:

I - Assessorar seus superiores hierárquicos e a Mesa Diretora em todas as questões que lhe competir, especialmente os atos de competência da Secretaria da Câmara;

II - Gerenciar e assessorar os servidores sob sua subordinação, proporcionando o correto desenvolvimento dos trabalhos da Secretaria da Câmara;

III - Gerenciar os trabalhos sob sua responsabilidade, determinando a realização das atividades de comunicação institucional e legal, o acesso à informação e transparência, de áudio, vídeo e das demais atividades relacionadas com comunicação social;

IV - Gerenciar as atividades e divulgações das sessões legislativas e gerenciar os serviços de ouvidoria;

V - Assessorar a disponibilização ao público das informações e publicações legais e institucionais da Câmara, além de propor meios para a melhoria do processo de disponibilização e acesso à informação, conforme legislação vigente;

VI – Revisar todas as matérias legislativas antes dos autógrafos competentes;

VII - Realizar a supervisão das atividades da secretaria, executando, inclusive a elaboração de projetos de leis, redação final, vetos, resoluções, decretos, portarias, moções e outras proposições solicitadas;

VIII - Gerenciar o almoxarifado, determinando compras ou realização de serviços necessários para o bom andamento administrativo da Casa;

IX - Determinar a execução dos trabalhos de cerimonial e protocolo,

agendamento de visitas, palestras e apresentações internas e externas;

X - Assessorar os vereadores e servidores no cumprimento das normas relativas à propaganda e publicidade inerentes a Câmara Municipal;

XI - Resolver questões, emitir pareceres e propor melhorias em sua área de atuação;

XII - Organizar a escala de horários, compensações, férias e licenças de sua equipe de forma que não ocorra prejuízo aos serviços;

XIII - Cumprir e fazer cumprir as determinações de superiores hierárquicos;

XIV - Realizar outras tarefas administrativas e correlatas ao cargo por iniciativa própria ou que lhe forem atribuídas por superior."

Art. 4º. A seção II - Das Funções, item 1 - Órgão de Assessoramento e Direção, inciso IV passa a vigor com a seguinte redação:

"IV – DIRETOR DE SECRETARIA - Atribuições estabelecidas no art. 8-A. Com carga horária de 30 horas semanais e vencimento estipulado em R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais)."

Art. 5º. Fica criado mais um cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pelo que o inciso V – Setor Administrativo, do item 2 - Órgãos de Execução, da Seção II – Das Funções, do Capítulo V – Classificação de Cargos e Funções da Câmara de Vereadores do Município de Correia Pinto, da Lei Complementar nº 105/2012, de 11 de dezembro de 2012, passará a vigor com a seguinte redação:

"Capítulo V

DA CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

[...]

SEÇÃO II

DAS FUNÇÕES

[...]

2. Órgãos de Execução

VI – Setor Administrativo:

[...]

- AGENTE ADMINISTRATIVO - atender o público externo e interno, receber e encaminhar o público ao destino solicitado, atender às chamadas telefônicas, informar os horários de atendimento e agendar compromissos pessoalmente ou por telefone; duplicar documentos diversos, operando máquina própria; receber correspondências efetuando encaminhamentos; realizar serviços de correio; executar outras atribuições afins. Portador de certificado de ensino médio. Com carga horária de 35 horas semanais, constituído de 02 (duas) vagas.

Art. 6º. Revogam-se as disposições conflitantes com a redação conferida os artigos antecedentes, atualmente existentes na Lei Complementar nº 105, de 11 de dezembro de 2012.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Correia Pinto/SC, 10 de janeiro de 2018.

AMARILDO DOS SANTOS RUIVO

Presidente



# Corupá

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 1486821

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443- Fone 375-6500 - 89.278-000 - -SC www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2018

PROCESSO SELETIVO 002/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar publico:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Edital Nº 002/2017, conforme tabela abaixo, e deverão apresentar-se na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana no seguinte endereço: R. Jorge Czerniewicz, 1277 - Czerniewicz, Jaraguá do Sul – SC, para tratarem de assunto(s) referente(s) à(s) Contratação(es) Temporária(s) do ano de 2018 e realização de exame admissional.

Informamos que o(s) candidato(s) convocado(s) por este Edital que não comparecerem, serão considerados desistentes e eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Conforme o EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, nos itens:

16.6. O candidato, após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

16.7. O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

16.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Corupá, até a data estabelecida conforme item 16.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

16.10. A inobservância do subitem 16.8, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo. Os demais classificados continuarão no aguardo de nova publicação de edital de chamamento.

A escolha de vagas para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo.

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS/ CLASSIFICAÇÃO
Auxiliar de Serviços Gerais	1	12/01/2018	10:25	1º - Valdirene Maia Tascheck
Auxiliar de Serviços Gerais	1	12/01/2018	10:10	2º - Jean Carlo Bachmann

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, aos 9 dias do mês de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2018

Publicação Nº 1486832

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2018

CONCURSO PÚBLICO 001/2015

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº001/2015, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este Edital deverá apresentar-se na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Jorge Czerniewicz, 1277 - Czerniewicz, Jaraguá do Sul – SC, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado, importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido

como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 09 dias do mês de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: MERENDEIRA - 44 HORAS

Ordem	Nome	Data	Horário
9º	Lindacir Aparecida do Livramento Vicente	12/01/2018	10:15

## EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 003/2018

Publicação Nº 1486836

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 003/2018

CONCURSO PÚBLICO 001/2015

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital de Concurso Público nº001/2015, conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este Edital deverá apresentar-se na Clínica Henry Ey Ltda. - Humana, sito à Rua Vidal Ramos, nº 222, Bairro Centro, próximo a Escola de Educação Básica Teresa Ramos, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado importará na sua eliminação do Concurso Público, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 10 dias do mês de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO: PROFESSOR II - Inglês 30 HORAS

Ordem	Nome	Data	Horário
2º	Simoni Siqueira Gallo Gessner	15/01/2018	13:50

CARGO: PROFESSOR II - Artes 40 HORAS

Ordem	Nome	Data	Horário
5º	Rafael Rodrigo Soares	15/01/2018	13:55
6º	Filipi Andre de Amorim	15/01/2018	14:00

CARGO: PROFESSOR II – Geografia 20 HORAS

Ordem	Nome	Data	Horário
2º	Silvana SchmitelPetry	15/01/2018	14:05

CARGO: PROFESSOR II - Ciências 20 HORAS

Ordem	Nome	Data	Horário
2º	Bruna Elisa Winter	15/01/2018	14:10

CARGO: AUXILIAR DE SETOR - 40 HORAS

Ordem	Nome	Data	Horário
-------	------	------	---------

39º	Camila Burger	15/01/2018	14:15
40º	Jordana Mafra	15/01/2018	14:20
41º	Jaqueline de Souza Xavier da Costa	15/01/2018	14:25
42º	Josilene Marcia Viebrantz	15/01/2018	14:30
43º	Zaira Caroline Maas	15/01/2018	14:35

**EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2018**

Publicação Nº 1486838

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443- Fone 375-6500 - 89.278-000 - -SC www.corupa.sc.gov.br - corupa@corupa.sc.gov.br

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 004/2018

PROCESSO SELETIVO 002/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar publico:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Edital Nº 002/2017 para que se dirijam a Sede da Secretaria de Educação e Cultura, sito a Rua Jorge Lacerda, 85 – Centro, Corupá, conforme tabela abaixo, para tratarem de assunto(s) referente(s) à(s) Contratação(es) Temporária(s) do ano de 2018.

Informamos que o(s) candidato(s) convocado(s) por este Edital que não comparecerem serão considerados desistentes e eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Conforme o EDITAL Nº 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, nos itens:

16.6. O candidato, após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

16.7. O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

16.8. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Corupá, até a data estabelecida conforme item 16.6, será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

16.10. A inobservância do subitem 16.8, implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo. Os demais classificados continuarão no aguardo de nova publicação de edital de chamamento.

A escolha de vagas para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo.

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Assistente Pedagógico	1	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 02
Auxiliar de Serviços Gerais	5	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 03 ao 10
Professor II – Educação Infantil	4	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 07
Professor II – Séries Iniciais	3	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 05
Professor II - Ciências	1	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 02
Professor II – Educação física	1	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 02
Professor II - História	1	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 02
Professor II - Inglês	2	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 03
Professor II – Português	1	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 02
Professor II - Matemática	2	18/01/2017	08:30	Classificados do nº 01 ao 03

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina,  
aos 9 dias do mês de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 04/2018

Publicação Nº 1487172

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 04/2018

Partes: Município de Cunha Porã e a empresa BR-ACO INDUSTRIAL LTDA ME.

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO GRATUITO, DE PARTE DE LOTE INDUSTRIAL, LOCALIZADO NO BAIRRO INDUSTRIAL DA LINHA OLARIA, DE PROPRIEDADE DA MUNICIPALIDADE, DESTINADO A FOMENTAR A ATIVIDADE ECONÔMICA LOCAL.

Processo Licitatório nº 1971/2017, Concorrência nº 01//2017.

Vigência: 03 anos a contar da data da assinatura do contrato.

Data: 02/01/2018.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 06/2018

Publicação Nº 1487367

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 06/2018

Partes: Município de Cunha Porã e o GRUPO ESCOTEIRO LÍRIOS DO CAMPO.

Objeto: LOCAÇÃO PARCIAL DE PRÉDIO DESTINADO A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Processo Licitatório nº 02/2018, na modalidade de Dispensa por Justificativa nº. 01/2018.

Valor Total: R\$ 3.000,00.

Vigência: 02/01/2018 até 31/12/2018.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 05/2018

Publicação Nº 1486993

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 05/2018

Partes: Município de Cunha Porã e a Fundação Hospitalar e Assistencial de Cunha Porã

Objeto: INTEGRAR A FUNDAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL DE CUNHA PORÃ AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS E DEFINIR A SUA INSERÇÃO NA REDE MUNICIPAL E HIERARQUIZADA DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO À GARANTIA DA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DE CUNHA PORÃ NA QUAL A FUNDAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL DE CUNHA PORÃ ESTÁ INSERIDA E DE ACORDO COM O DOCUMENTO DESCRITIVO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES.

Processo Licitatório nº 001/2018, Dispensa por Inexigibilidade nº 01/2018.

Valor mensal: R\$ 75.000,00.

Vigência: 02/01/2018 até 31/12/2018.

### EXTRATO CONTRATO Nº 07/2018.

Publicação Nº 1487653

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 07/2018

Partes: Município de Cunha Porã e MITRA DIOCESANA DE CHAPÉCO

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ DESTINADO PARA DEPÓSITO DE MATERIAIS

Processo Licitatório nº 03/2018, Dispensa por Justificativa nº 02/2018.

Valor Total: R\$ 8.400,00.

Vigência: 02/01/2018 até 31/12/2018.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Decreto 01-2018

Publicação Nº 1486544

DECRETO Nº 01/2018

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, no usando das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores, ponto facultativo no dia 02 à 05 de janeiro de 2018 em virtude do Recesso Legislativo previsto no Art. 12 do Regimento Interno – Resolução 06-2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Cunha Porã, SC, 02 de janeiro de 2018.

Registrada e Publicada em data supra e no local de Costume.

DEISI MARLA KEMPFER

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

### Decreto 02/2018

Publicação Nº 1486542

DECRETO Nº 02/2018

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE TURNO ÚNICO DE TRABALHO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEISI MARLA KEMPFER Presidente da Câmara Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente no inciso III do artigo 54 da Lei Orgânica deste Município.

DECRETO:

Art. 1º - Fica estabelecido a partir de 08 de janeiro de 2018 à 31 de janeiro de 2018, o sistema de turno único de trabalho nas

repartições da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã.

Art. 2º - O horário de expediente será das 07:30 às 13:30 horas).

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, 08 de janeiro de 2018.

DEISI MARLA KEMPFER

Presidente da Câmara de Vereadores de Cunha Porã, SC.

### Portaria 01/2018

Publicação Nº 1486545

PORTARIA Nº. 01/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILSON PEDRO KEMPFER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica pela presente portaria NOMEADA Servidora da Câmara Municipal de Cunha Porã, SC, Sra. NAYARA GRINGS FICAGNA, para desempenhar a função de Assessora Jurídica, em Cargo Comissionado, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data, com vencimento do respectivo cargo do quadro de pessoal.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cunha Porã, SC, 02 de Janeiro de 2018.

DEISI MARLA KEMPFER

Presidente

### Portaria 02/2018

Publicação Nº 1486546

PORTARIA Nº. 02/2018

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEISI MARLA KEMPFER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica pela presente portaria NOMEADA Servidora da Câmara Municipal de Cunha Porã, SC, Sra. FLÁVIA CRISTINA STEIN, para desempenhar a função de Assessora Parlamentar, Cargo Comissionado, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data, com vencimento do respectivo cargo do quadro de pessoal.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cunha Porã, SC, 02 de Janeiro de 2018.

DEISI MARLA KEMPFER

Presidente

### Portaria 03/2018

Publicação Nº 1486547

PORTARIA Nº. 03/2018

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEISI MARLA KEMPFER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica pela presente portaria fica NOMEADO Servidor da Câmara Municipal de Cunha Porã, SC, Sr. GIANCARLO SCHWENGBER DE LIMA, para desempenhar a função de Assessor Legislativo, Cargo Comissionado, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data, com vencimento do respectivo cargo do quadro de pessoal.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cunha Porã, SC, 08 de Janeiro de 2018.

DEISI MARLA KEMPFER

Presidente

### Portaria 04/2018

Publicação Nº 1486548

PORTARIA Nº. 04/2018

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEISI MARLA KEMPFER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica pela presente portaria NOMEADA Servidora da Câmara Municipal de Cunha Porã, SC, Sra. MARCILEI MARIA GABRIELA ZAMBONI, para desempenhar a função de Assessora de Imprensa e Comunicação Social, Cargo Comissionado, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data, com vencimento do respectivo cargo do quadro de pessoal.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cunha Porã, SC, 08 de Janeiro de 2018.

DEISI MARLA KEMPFER

Presidente

### Portaria 05/2018

Publicação Nº 1486549

PORTARIA Nº. 05/2017

FIXA HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ, SC.

DEISI MARLA KEMPFER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei, CONSIDERANDO, a necessidade do controle de ponto diferenciado dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã,



SC;

RESOLVE:

Art. 1º Fixa horários de trabalho, a partir de 08 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, para os servidores da Câmara Municipal de Vereadores, em horários diferenciados conforme segue:

GELSON LUIS SECCHI – De Segunda-feira à Sexta-feira (Das 07:30 às 13:30hs).

JOICE SCHWENGBER LIMA – De Segunda-feira à Sexta-feira (Das 07:30 às 13:30hs).

MARCILEI MARIA GABRIELA ZAMBONI – De Segunda-feira à Sexta-feira (Das 07:30 às 13:30hs).

NAYARA GRINGS FICAGNA– De Segunda-feira à Sexta-feira (das 07:30 às 11:30 hs);

FLÁVIA CRISTINA STEIN - De Segunda-feira à Sexta-feira (das 07:30 às 11:30 hs);

GIANCARLO SCHWENBER DE LIMA- De Segunda-feira à Sexta-feira (Das 07:30 às 13:30hs).

Art.2º Os servidores deverão efetuar o controle do horário mediante ponto eletrônico.

Art. 3º Fica permitido à compensação de horários, mediante prévia comunicação ao Presidente desta casa de Leis, conforme Portaria nº 13/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de janeiro de 2017.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário especialmente às contidas na Portaria 13/2017.

Cunha Porã, SC, 08 de janeiro de 2017.

DEISI MARLA KEMPFER  
Presidente

# Cunhataí

## PREFEITURA

### COMUNICADO ESCOLHA DE AULAS ACT - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Publicação N° 1486697

#### COMUNICADO

A Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Cunhataí, comunica aos Professores inscritos no processo seletivo 003/2017 deste município, que as escolhas de aulas para Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ano ao 5º ano) e Áreas Específicas (artes, inglês e educação física - treinamentos), acontecerá na segunda-feira dia 29/01/2018 às 14 hrs na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada na rua Av. 29 de setembro, 450 – centro, Cunhataí – SC.

O quadro de vagas estará disponível para consulta no site, no mural da Prefeitura Municipal e Biblioteca Pública Municipal.

Maiores informações, junto a secretária.

Cunhataí, 04 de janeiro de 2018.

Luciano Franz

Prefeito municipal

#### QUADRO DE VAGAS

##### PRÉ ESCOLAR CRIANÇA É AMOR

TURMA	TURNO	NÚMERO DE VAGAS
Pré I	Vespertino	01
Pré II - formandos	Matutino	01

##### C.E.I.M. BEIJA FLOR

TURMA	TURNO	NÚMERO DE VAGAS
Berçário I	Matutino	01
Berçário II	Matutino	01
Berçário II	Vespertino	01
Maternal I	Matutino	01
Pré I	Vespertino	01
Pré II - formandos	Matutino	01

##### ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL OSVIN SCHMITT - PRÉ ESCOLAR CRIANÇA É AMOR - C.E.I.M. BEIJA FLOR

TURMA	TURNO	NÚMERO DE VAGAS
Artes	Matutino - Vespertino	01
Inglês	Matutino - Vespertino	01
Educação Física - treinamentos	Matutino – Vespertino - Noturno	01

Luciano Franz

Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.978/2017

Publicação Nº 1487402

DECRETO Nº 4.978/2017

REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO ÁREA DE TERRA DOADO AO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SESI).

José Antonio Guidi, Prefeito do Município de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 79, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma disciplinada pelos artigos 17, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, art. 103, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e 2º das Leis Municipais nº 5.111/2013 e 5.251/2014

DECRETA

Art. 1º. Fica REVERTIDO ao Patrimônio Público do Município de Curitibanos/SC, 01 (uma) área de terras com 3.752,26m² (três mil setecentos e cinquenta e dois metros e vinte e seis centímetros quadrados) com as benfeitorias nela existentes, localizada no Bairro centro deste Município ao lado sul da rua Barão do Rio Branco, fazendo esquina ao leste da rua Ana Costa e objeto parcial da Matrícula Imobiliária nº 21.228 do Ofício do Registro de Imóveis desta comarca, doada ao Serviço Social da Indústria do Estado de Santa Catarina (SESI/SC) em decorrência de autorização legislativa pela Lei Municipal nº 5.111/20136, alterada pela Lei Municipal nº 5.251/2014.

Art. 2º. A REVERSÃO se dá em decorrência do não cumprimento, pela beneficiária, do disposto no art. 2º das referidas Leis Municipais.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos/SC, 22 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva Secretário Municipal de Administração e Finanças	Marcos Aurélio Scapini Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo
--	---

### DECRETO Nº 4.976/2017

Publicação Nº 1487391

DECRETO Nº 4.976/2017

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

Decreta

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal de Curitibanos na forma

da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0005 PAGAMENTO AO PASEP

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 130.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 130.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recursos ORDINÁRIOS.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.977/2017

Publicação Nº 1487400

DECRETO Nº 4.977/2017

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei n. 5.851/2016,

DECRETA

Art. 1º Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.851/2016:

#### DA MODALIDADE DE DESPESA

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 22.500,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 22.500,00

#### PARA A MODALIDADE DE DESPESA

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE

**SAÚDE**

3.1.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 22.500,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 22.500,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de dezembro ano de dois mil e dezessete na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

Altamir Carvalho Goetten

Secretário de Saúde

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 6/2018**

Publicação Nº 1487242

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 6/2018**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA PINTURA PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO E DEMAIS ENTIDADES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 23/01/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 23/01/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 09 de Janeiro de 2018.

Roque Stangerlin

Prefeito Municipal e.e.

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2018**

Publicação Nº 1487246

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2018**

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa CLÍNICA REVIVER LTDA, com o valor de R\$ 1.900,02 (Um mil e novecentos reais e dois centavos)

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA CONTINUIDADE DO TRATAMENTO DA MENOR ANA KIMBERLI SCHILISTING COSTA, CONFORME CRONOGRAMA E SOLICITAÇÕES ANEXAS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Secretário, sugerindo a referida contratação.

Diego Sebem Wordell Daiane Penteado

Presidente da Comissão Membro

Luci de Fátima Mello Angela de Fátima Menegazzo

Membro Membro

Ana Maria Lima

Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitiba, 05 de janeiro de 2018.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 05 de janeiro de 2018.

Altamir Carvalho Goetten

Secretário Municipal de Saúde

**LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2017**

Publicação Nº 1487405

**LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2017**

ALTERA ART. 3º E INSERE DISPOSITIVO AO ART. 11 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2006.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O inciso II e o § 1º do art. 3º da Lei Complementar n. 056/2006 de 21 de novembro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos:

I – (...)

II - um ano, nos casos dos incisos III, IV, V e VI do art. 2º.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo, poderão ser prorrogados por até mais um período mediante justificativa autorizada pelo

Secretário da pasta.

as disposições em contrário.

§ 2º. (...)

Curitiba, 21 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Art. 2º. Fica inserido ao art. 11 da Lei Complementar n, 056/2006 o inciso IV com a seguinte redação

“ Art. 11 ( ...)

IV – Antecipadamente por interesse da administração. ”

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

## LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2017

Publicação Nº 1487407

LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2017

ALTERA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CRIA SECRETARIA, DE HABITAÇÃO, EXTINGUE CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

### Capítulo I

#### DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Art. 1º Fica criada na estrutura administrativa do Município, a SECRETARIA DE HABITAÇÃO.

Art. 2º A Secretaria de Assistência Social e Habitação, passa a denominar-se SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

### Capítulo II

#### DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO

Art. 3º A Secretaria Municipal de Habitação é órgão de assessoramento ao Prefeito na relação com os demais poderes e órgãos da Prefeitura, e de planejamento, execução, coordenação e controle das atividades do Município relacionadas à habitação popular, com a finalidade de formular, executar e acompanhar a Política Municipal de Habitação e de regularização fundiária de forma integrada, mediante programas de acesso da população à habitação, bem como à melhoria da moradia e das condições de habitabilidade como elemento essencial no atendimento do princípio da função social da cidade.

Art. 4º Ficam extintos da estrutura administrativa do Município de Curitiba, instituídos pela Lei Complementar nº 023/2002 e alterações, os seguintes cargos:

I - Da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Diretor do Departamento de Habitação (CC/FG) DAC-4;
- b) Chefe de Setor de Habitação (CC/FG) DAC-7;
- c) Coordenador de Cadastro Habitacional (CC/FG) DAC-8

Art. 5º Ficam criados na estrutura organizacional do Município de Curitiba os seguintes cargos, de acordo com a tabela anexa, que passa a integrar os Anexos da Lei Complementar nº 023/2002:

I - Secretaria Municipal de Habitação

- a) Secretário Municipal de Habitação;
- b) Chefe de Setor de Habitação (CC/FG) DAC-7
- c) Coordenador de Projetos Habitacionais (CC/FG) DAC-5
- d) Coordenador de Cadastro Habitacional (CC/FG) DAC-8

Art. 6º As dotações orçamentárias a serem utilizadas pela Secretaria Municipal de Habitação no exercício de 2018 estão previstas nas dotações orçamentárias da Secretaria de Assistência Social em projetos e atividades específicas de Habitação, devendo o Poder Executivo Municipal efetuar as devidas revisões nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as previstas nesta lei.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Curitiba, 21 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal



Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal  
 Amaury Silva  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

## ANEXO I

## GRUPO: DIREÇÃO, ASSESSORAMENTO OU CHEFIA - DAC

Quantidade	Cargo	Nível	Subsídio ou remuneração
01	Secretário Municipal de Habitação	DAC - 1	R\$ 8.285,91
01	Chefe de Setor de Habitação	DAC - 7	R\$ 3.155,62
01	Coordenador de Projetos Habitacionais	DAC - 5	R\$ 3.699,04
01	Coordenador de Cadastro Habitacional	DAC - 8	R\$ 2.682,25

## GRUPO: FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

Quantidade	Cargo	Nível	Subsídio ou remuneração
01	Chefe de Setor de Habitação	FG - 7	R\$ 1.420,03
01	Coordenador de Projetos Habitacionais	FG - 7	R\$ 1.104,84
01	Coordenador de Cadastro Habitacional	FG - 07	R\$ 1.104,84

SECRETARIA DE HABITAÇÃO  
FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES

Vagas	Cargos	Funções/Atribuições	Nível
01	Secretário Municipal de Habitação	Planejar, executar, coordenar e controlar as atividades do Município, relacionadas à Política Municipal de Habitação e de regularização fundiária de forma integrada, mediante programas de acesso da população à habitação, bem como à melhoria da moradia e das condições de habitabilidade como elemento essencial no atendimento do princípio da função social da cidade, entre outras tarefas correlatas.	Subsídio
01	Chefe de Setor de Habitação	Chefia e supervisionar a execução dos programas municipais de habitação, voltados para o atendimento à população de baixa renda; realizar estudos, diagnósticos e levantamento sócio econômico das famílias cadastradas; reunir documentação pessoal e de titularidade dos terrenos dos beneficiários; além de outras tarefas correlatas ou que lhe sejam delegadas.	DAC - 7
01	Coordenador de Projetos Habitacionais	Programar, projetar e coordenar a elaboração, a execução e a avaliação de projetos de habitação, fixando os objetivos de ação dentro das disponibilidades de recursos e das orientações da Secretaria e exercer demais atividades pertinentes à sua área de atuação ou que lhe forem delegadas. Coordenar a equipe de engenharia e arquitetura na elaboração de mapas e vistorias dos programas de regularização fundiária. As atribuições deverão ser desenvolvidas por profissionais com graduação mínima em Engenharia civil ou arquitetura.	DAC - 5

01	Coordenador de Cadastro Habitacional	<p>a) elaborar e acompanhar o cumprimento do Cadastro Habitacional de interesse social; b) realizar estudos e coletas de dados necessários ao estabelecimento de convênios e contratos de financiamentos de obras e empreendimentos no âmbito da Secretaria;</p> <p>c) acompanhar o cumprimento de metas, bem como o alcance do objeto dos convênios e contratos;</p> <p>d) elaborar, coordenar e controlar projetos básicos, na área de habitação de interesse social;</p> <p>e) fomentar e estimular a oferta de habitação voltada para a população de baixa renda;</p> <p>f) acompanhar a execução dos planos e programas relacionados à Regularização Fundiária;</p> <p>g) elaborar a caracterização socioeconômica do público usuário dos programas; h) promover pesquisa socioeconômica da clientela de forma a subsidiar decisões superiores acerca do título de legalização a ser outorgado pelo Município e de futuros investimentos na área;</p> <p>i) controlar todos os processos pendentes de diligências;</p> <p>j) complementar o Sistema de Informação Municipal e de Processamento de Dados para a inclusão das informações sobre o setor habitacional; realizar o diagnóstico socioeconômico da comunidade, bem como, da rede de serviços local com a finalidade de garantir a eficácia da intervenção social ora proposta;</p> <p>l) orientar e informar os usuários acerca dos programas e projetos técnicos desenvolvidos pela Secretaria;</p> <p>m) elaborar cadastros de imóveis para fins de regularização da posse ou propriedade e, ainda, do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;</p> <p>n) encaminhar e acompanhar se necessário, os requerentes junto aos órgãos competentes para emissão de documentação com o objetivo de regularizar a propriedade e a construção;</p> <p>o) efetuar o cadastro, acompanhamento e gerenciamento dos candidatos a beneficiários dos programas habitacionais de interesse social;</p> <p>p) atender e prestar orientações, evidenciando o papel de cada agente envolvido, critérios de seleção e participação, direitos e deveres, em conformidade com as regras dos programas habitacionais;</p> <p>q) recolher a documentação necessária para inclusão dos candidatos a beneficiários nos programas de habitação de interesse social;</p> <p>r) efetuar a triagem para atendimento à comunidade, prestando os esclarecimentos relativos aos programas habitacionais disponíveis;</p> <p>s) selecionar os beneficiários em conformidade com as regras, diretrizes e critérios de cada programa;</p> <p>t) articular com os demais órgãos e entidades a inserção dos candidatos a beneficiários nos programas habitacionais;</p> <p>u) acompanhar e supervisionar o atendimento na busca da inserção dos candidatos a beneficiários nos programas voltados a habitação de interesse social.</p> <p>E outras atividades correlatas.</p>	DAC - 8
----	--------------------------------------	--	---------

**LEI COMPLEMENTAR Nº 192/2017**

Publicação Nº 1487409

**LEI COMPLEMENTAR Nº 192/2017**

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIOPÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.**

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreira e Remuneração do pessoal do Magistério Público Municipal, classificados na forma desta Lei.

Art. 2º Integram este plano de carreira do magistério público municipal os Profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de direção ou gestão escolar, e orientação educacional.

Art. 3º O regime jurídico do pessoal do magistério público municipal, será o estatutário.

Art. 4º. O Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público do Município de Curitiba, objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e sua valorização através de remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Município, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I. reconhecimento da importância da carreira pública e de seus agentes;

II. profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração digna e condições adequadas de trabalho;

III. formação continuada dos profissionais;

IV. promoção da educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;

V. liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais de democracia;

VI. gestão democrática do ensino público municipal;

VII. valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

VIII. avanço na carreira, através da promoção nos níveis e da progressão horizontal nas referências;

IX. período reservado ao Professor, incluído em sua carga horária, as horas de estudos, planejamento e avaliação do trabalho discente.

Art. 5º. A gestão democrática da Educação consistirá na participação das comunidades, internas e externas, na formação colegiada e representativa, observada a legislação federal pertinente, objetivando a formação de novas gerações para o exercício pleno da cidadania, cuja instituição se dará por lei Municipal específica.

## CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

Art. 6º Para efeito da aplicação desta lei, considera-se:

I - PLANO DE CARREIRA - Conjunto de diretrizes e normas que estabeleçam a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais do magistério.

II - CARREIRA - É o agrupamento de cargos integrantes do plano de carreira e remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.

III - CARGO - Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao profissional do magistério, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e formação profissional.

IV - CATEGORIA FUNCIONAL - Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V - PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO - Conjunto de professores e especialistas em assuntos educacionais, ocupantes de cargos e funções do quadro do magistério.

VI - PROFESSOR - Membro do magistério que exerce atividades docentes nas áreas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial.

VII - ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS E PEDAGOGO- Membro do magistério que desempenha atividades de administração, supervisão, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento pedagógico.

VIII - VENCIMENTO - Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

IX - REMUNERAÇÃO - Vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

X - GRUPO OCUPACIONAL - Conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

XI - NÍVEL - Graduação vertical ascendente.

XII - REFERÊNCIA - Graduação horizontal ascendente, existente em cada nível.

XIII - PROGRESSO FUNCIONAL - Deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo.

XIV - ENQUADRAMENTO - Atribuição de novo cargo, grupo, nível e referência ao servidor, levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado.

.XV - QUADRO DE PESSOAL - Conjunto de cargos de provimento efetivo e comissionado dos profissionais do magistério.

## CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DO PLANO DE CARREIRA

Art. 7º Este plano de carreira será constituído de:

I - Quadro de pessoal dos profissionais do magistério;

II - Ingresso;

III - Enquadramento;

IV - Progressão funcional;

V - Da valorização dos profissionais em educação;

VI - Gratificações.

Seção I

Da composição do quadro profissional

Art. 8º. O quadro de pessoal do magistério público municipal, compõe-se dos cargos de provimento em comissão e efetivos criados por esta lei e previstos nos anexos :

I - Dos Cargos em Comissão – Direção e assessoramento superior – DASMA

a) Diretor de Escola

II . Dos cargos Permanentes:

a) – Professor

b) Especialista em Assuntos Educacionais

Art. 9º Cada grupo ocupacional compreende:

I - Docente - DOC: Professor - os cargos a que sejam inerentes as atividades de magistério, nos diversos níveis.

II - Especialistas em Assuntos Educacionais : Os cargos inerentes às atividades de nível superior, que exerce as funções de planejamento, supervisão escolar e orientação educacional.

Art. 10 Os cargos permanentes que compõe os grupos Docente - DOC e os Especialista em Assuntos Educacionais, distribuem-se pelas categorias funcionais, amplitudes de referências e níveis de vencimentos especificados nos Anexos III e IV, partes integrantes desta lei.

Art. 11 Os cargos de provimento efetivo de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais têm as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na forma constantes dos Anexos I e II, partes integrantes desta Lei.

Art. 12 - Os cargos em Comissão, do Quadro de Pessoal do Magistério, a que sejam inerentes as atividades de chefia, direção e assessoramento são de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Executivo, especificados no Anexo III.

§ 1º Ao professor ocupante de cargo efetivo, se designado para exercício de cargo em comissão, terá acrescido ao seu vencimento a gratificação inerente ao cargo em comissão – Função Gratificada, podendo ainda optar pela remuneração do cargo, enquanto estiver exercendo a função.

§ 2º. O cargo de diretor de escola poderá ser incluído no Plano de Gestão democrática a ser instituído por lei específica.

Art. 13 - Ficam criados os cargos permanentes, nas quantidades e vencimentos constantes dos anexos I, II e III, partes integrantes desta Lei.

## SEÇÃO II

### Do Ingresso

Art. 14 - A investidura na Carreira do Magistério, far-se-á mediante aprovação prévia em Concurso Público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração ( artigo 37, II da Constituição Federal e consoante ao Anexo III e IV da presente Lei).

Parágrafo único - Comprovada a existência de vagas nas escolas e a indisponibilidade de candidatos aprovados em concurso anterior, o Sistema Municipal de Ensino realizará Concurso Público de provas e títulos, para preenchimento das mesmas.

Art. 15 - A nomeação do servidor ocorrerá na referência inicial estabelecida para o cargo, atendendo os requisitos previstos nesta Lei.

## SEÇÃO III

### Do Enquadramento

Art. 16 Os profissionais em educação que detenham habilitação nos termos desta Lei Complementar, serão enquadrados por ato do chefe do poder Executivo, nos respectivos cargos, em nível e referência constante dos Anexos II, III e IV, com vencimento igual ou em referência imediatamente superior ao vencimento atual.

Parágrafo único: O professor que não possuir habilitação necessária para adaptar-se aos critérios desta Lei, permanecerá em quadro isolado, com denominação de Professor Leigo, a ser extinto quando vagar, sem direito à Progressão Funcional, assegurado o direito, se buscar a habilitação exigida por esta Lei.

## SEÇÃO V

### Da Progressão Funcional

Art. 17 - A progressão funcional ocorrerá após o cumprimento do estágio probatório nos níveis e referências contidas no seu cargo, de acordo com sua habilitação conforme Anexos II,III e IV, da seguinte forma:

- I - Pela progressão por desempenho;
- II - Pela progressão por cursos de aperfeiçoamento;
- III - Por nova titulação ou habilitação.

§ 1º A progressão por desempenho ocorrerá de forma alternada com a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, ocorrendo uma delas a cada 02 (dois) anos, sendo a primeira por Avaliação de Desempenho, após o estágio probatório.

§ 2º A cada referência horizontal conquistada pelo Profissional do Magistério será acrescido em seu vencimento inicial 4.14% (quatro virgula quatorze por cento), até o limite máximo de 50% do vencimento inicial do cargo.

### Subseção I

#### Da Progressão por Desempenho

Art. 18 - A avaliação deve medir o desempenho do servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios comportamentais, estratégicos e operacionais:

- I- Assiduidade;
- II – Pontualidade;
- III – Disciplina;
- IV – Idoneidade;
- V – Responsabilidade;
- VI – Efetividade;
- VII – Produtividade;
- VIII- Iniciativa e inovação da prática pedagógica;
- IX- Relacionamento com a comunidade educativa;

X – Eficiência;  
XI - Organização e domínio dos processos de trabalho;  
XII- Dedicção.

Parágrafo Único - Os critérios de que trata este artigo poderão ser adaptados e/ou modificados, em função da natureza do cargo do servidor.

Art. 19 - A avaliação de desempenho será cumulativa e realizada anualmente, através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo anterior.

§ 1º - Avaliação de Desempenho será feita por Comissão Especialmente constituída, formada 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) Profissionais da Educação, escolhidos pela Categoria e 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Educação, designados pelo Secretário.

§ 2º - A Comissão Especial de Avaliação de Desempenho terá, em seu trabalho, a assessoria do Chefe imediato do servidor avaliado.

Art. 20 - O membro do magistério que não alcançar, na avaliação, os requisitos mínimos para conseguir a promoção, nos termos do regulamento, não receberá Progressão do período.

Art. 21. O servidor não terá direito a progressão funcional por desempenho, quando sofrer uma das seguintes penalidades, durante o período aquisitivo:

- I - Somar duas penalidades de advertência por escrito na unidade escolar registrada em ata e validadas pela Secretaria de Educação;
- II - Sofrer pena de suspensão disciplinar;
- III - Completar três faltas injustificadas ao serviço;
- IV - Somar cinco chegadas atrasadas ou saídas antecipadas sem autorização da chefia imediata.
- V – Obter na Avaliação de Desempenho do período 03 (três) conceitos iguais ou inferiores a 50% da soma total.

Art. 22 - A progressão por desempenho será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo.

#### Subseção II

##### Da Progressão por

##### Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação na Área de Atuação

Art. 23. A progressão por curso de aperfeiçoamento – Progressão horizontal – se dará a cada dois anos, de forma intercalada com a progressão por desempenho, conforme parágrafo único do art 17 por meio da apresentação pelo servidor de comprovante de participação em cursos na área de atuação, sendo que cada 160 (cento e sessenta) horas de curso, realizadas no período aquisitivo, dará direito a nova referência.

§ 1º - O requerimento para a promoção por curso de aperfeiçoamento/capacitação deverá ser apresentado no ano que o servidor completar o biênio a que se refere o parágrafo único do art. 17 desta lei, observado o prazo de 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data final do período aquisitivo, comprovando a realização de, no mínimo, 160 horas de curso, sob pena de decair do direito à progressão.

§ 2º Terão validade os cursos de aperfeiçoamento/capacitação realizados na área de atuação do servidor, durante o período aquisitivo, registradas no órgão competente e concluídos após o período de estabilidade do servidor.

§ 3º É permitido o somatório de horas/cursos com no mínimo 20 (vinte) horas de duração.

§4º Nos cursos realizados por livre iniciativa do servidor, sem a participação ou realização da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária superior a 20 horas serão consideradas apenas 20 horas por curso independente da carga horária do mesmo.

§5º. Para os cursos de formação continuada promovidos ou realizados pela Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual de Educação e Ministério de Educação serão consideradas as horas efetivamente realizadas.

§ 6º Na contagem das horas de realização de cursos de aperfeiçoamento o percentual mínimo de participação em cursos oferecidos pela Secretaria de Educação deverá ser de 62,5% .

§ 7º Fica facultado ao quadro técnico da Secretaria Municipal de Educação a aprovação ou não dos cursos levando em consideração a área de atuação específica.

§ 8º. Para o cômputo das horas de curso de aperfeiçoamento a Secretaria de Educação deverá promover cursos de, no mínimo, 100 horas/ano.

#### Subseção III

##### Da Progressão por Nova Habilitação

Art. 24 Os servidores do grupo ocupacional Magistério poderão progredir na carreira mediante apresentação de nova habilitação na área de atuação e a devida comprovação de permanência no sistema municipal de ensino de, pelo menos 3 (três) anos.

Parágrafo único - É vedada a Progressão por nova titulação - Progressão Vertical - sem a ascensão cronológica de níveis.

Art. 25. A progressão por nova titulação poderá ser regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo.



**SEÇÃO V****Da valorização do Profissionais da Educação**

Art. 26. O Sistema Municipal de Ensino, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei nº 9.394/96, - LDB e o Plano Municipal de Educação, envidará esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, incluída a formação em nível superior, em instituições credenciadas, bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço.

Parágrafo Único - A implementação dos programas de que trata o caput deste artigo, tomará em consideração.

I - A prioridade em áreas curriculares carentes de professores;

II - A situação funcional dos professores, de modo a priorizar os que terão mais tempo de exercício a ser cumprido no Sistema;

III - A utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos da educação em distância.

**Seção VI****Das Gratificações**

Art. 27. Ao profissional em educação em caráter efetivo, designado para exercer a função de Diretor de Escola, será concedida uma gratificação, com valor equivalente ao piso do professor, nível I, 30 (trinta) horas semanais, para função de 40 horas de trabalho semanal.

Art. 28. Aos Professores, auxiliares de creche e professores do centro integrado assistivo, regentes de classe e em efetivo exercício na sala de aula, será concedida a gratificação pelo exercício em sala de aula nos seguintes percentuais:

I - 20% (vinte por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo aos professores do Ensino Fundamental e Centro Integrado Assistivo de 1º a 5º ano;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo aos professores regentes de sala e aula de Ensino Fundamental Final de 6º a 9º ano e professores das disciplinas específicas de Artes, Educação Física e Informática do Ensino Fundamental Inicial e Final;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo aos professores e auxiliares de creche da Educação Infantil.

IV - Aos professores admitidos em caráter temporário será concedida gratificação pelo efetivo exercício em sala de aula no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo proporcional aos dias de efetivo exercício na função.

§ 1º A gratificação tem caráter indenizatório e não se incorpora aos vencimentos para nenhum efeito.

§ 2º O pagamento da gratificação será suspenso no caso do membro do magistério afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo por qualquer motivo, e o vencimento pago será proporcional aos dias de efetivo exercício em sala de aula.

Art. 29 A gratificação do exercício em sala de aula também será estendida aos servidores ocupantes dos cargos de Especialistas em Assuntos Educacionais, em efetivo exercício nos Centros de Educação Infantil e Núcleos Municipais, no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor do vencimento do cargo efetivo proporcional aos dias de efetivo exercício na função.

Art. 30 - Não serão incorporadas quaisquer gratificações aos vencimentos e proventos de aposentadoria, exceto as adquiridas pela progressão Funcional.

Art. 31. A cada Semestre a Secretaria Municipal de Educação poderá promover uma reunião pedagógica com o objetivo de promover estudos acerca do sistema de ensino municipal ou outros assuntos que entender pertinentes.

**CAPITULO IV****Da Tabela de Unidades de Vencimento.**

Art. 32 - A tabela de unidade de vencimentos será composta por níveis verticais e referências horizontais por nível.

§ 1º - A tabela de remuneração obedecerá a um crescimento linear na progressão horizontal, por referência e na progressão vertical de um nível para outro.

§ 2º - Quando da progressão vertical, o servidor será enquadrado na referência de valor imediatamente superior da qual se encontrava, no nível anterior.

Art. 33 - A tabela de vencimentos dos profissionais em educação está definida no Anexo III, cujo ponto médio terá a referência o custo médio aluno-ano, considerando que:

I - O custo aluno-ano será calculado com base nos recursos que integram o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério, ou equivalente, dividido pelo número de alunos do Ensino Fundamental Regular;(FUNDEB)

II - A remuneração média mensal dos docentes será equivalente ao custo aluno-ano, para uma função de vinte horas de aula ressalvados a hora atividade prevista em lei obedecendo o limite prudencial do município;

III- Jornada maior ou menor que a definida no inciso II, ou a vigência de uma relação aluno-professor diferente da mencionada no referido inciso, implicará diferenciação para mais ou para menos no fator de equivalência entre custo médio aluno-ano e o ponto médio da escala de remuneração mensal dos docentes.

Art. 34 - O piso salarial do pessoal do magistério público municipal é de R\$ 2.298,80 com habilitação em curso de magistério - Normal - Nível Médio, com atuação de 40 (quarenta) horas semanais de efetivo trabalho em sala de aula, ressalvados as horas atividades, de acordo com o artigo 37 desta Lei.

Parágrafo único: O valor do piso salarial poderá ser reajustado anualmente, por meio de lei ordinária específica, tendo como base os índices fornecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 35. O Profissional em Educação efetivo no sistema municipal de ensino, com jornada de até 30 (trinta) horas semanais, indicado para o Cargo de Diretor de Escola, terá sua carga horária e vencimentos alterados para 40 (quarenta), enquanto permanecer no Cargo, sem prejuízo da gratificação correspondente ao exercício do cargo em comissão.

Parágrafo Único: No caso deste artigo a contribuição previdenciária incidirá sobre os vencimentos da nova carga horária, aplicando-se, para fins de aposentadoria, o disposto no art. 42 desta Lei.

#### Capítulo V

##### Da Admissão em Caráter Temporário

Art. 36 - Fica autorizada a contratação de docentes em caráter temporário, para atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público:

I - Substituição de servidor efetivo afastado em licença médica, readaptação, licença maternidade e afastamento em caráter compulsório, licença prêmio ou a vacância de cargo efetivo por aposentadoria ou falecimento do titular, neste caso, desde que não existam vagas abertas em concurso público e até a abertura de novas vagas.

II - Para execução de convênios de cooperação entre o Município, Estado, União e/ou através de suas Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e de Economia Mista

III - Para atender a demanda de alunos do programa de Inclusão de pessoas com deficiência na Rede municipal de Ensino, levando em consideração a transitoriedade desses alunos.

IV - Em substituição a servidor efetivo ocupante de cargo do Magistério, quando designados para o exercício de cargo em comissão.

§ 1º - O prazo de contratação não será superior a um ano, podendo ser prorrogado por apenas um período.

§ 2º - O recrutamento será feito mediante processo seletivo de acordo com edital específico.

§ 3º - Nas contratações por prazo determinado, serão observados os níveis de vencimentos constantes dos anexos II, III e IV desta Lei, para as mesmas atribuições.

§ 4º - As contratações por período determinado se darão sob o regime administrativo especial com contribuição ao Regime Geral da Previdência Social.

#### Capítulo VI

##### Da Jornada de Trabalho

Art. 37 - A jornada de trabalho dos docentes poderá ser de até 40 (quarenta) horas semanais, das quais 20% (vinte por cento) serão destinadas à atividades de planejamento e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada escola.

§ 1º - O regime de trabalho do professor da rede municipal de ensino poderá ser de 10( dez), 20 (vinte), 30( trinta ) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a carga horária curricular percebendo vencimentos proporcional às horas trabalhadas.

§ 2º - Será a seguinte a composição da jornada semanal de trabalho do professor:

TOTAL DE HORAS	HORAS/AULA	HORAS/ATIVIDADE
10	08	02
20	16	04
30	24	06
40	32	08

§ 3º - O edital convocatório para preenchimento de cargos no Sistema Municipal de Ensino explicitará a carga horária e a disciplina e/ou módulo das vagas postas em Concurso Público de provas e títulos ou processo seletivo para admissão em caráter temporário.

§ 4º - Ao Professor que exceder seu número de hora/aula efetivamente ministrada, nos termos do caput deste artigo, terá direito a gratificação de 2,5% (dois e meio por cento), por aula ministrada semanalmente, sobre seu vencimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento).

Art. 38 - Para atender as necessidades específicas de cada unidade escolar o ocupante do cargo efetivo de professor do Quadro do Magistério Público Municipal poderá ter seu regime de trabalho alterado de forma temporária até completar 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A Secretaria de Educação e Cultura divulgará edital de convocação de alteração de carga horária e o interessado deverá, no prazo fixado, apresentar requerimento comprovando sua condição de servidor e sua titulação, bem como cópia da avaliação de desempenho do último ano letivo.

Art. 39 A alteração do regime de trabalho do servidor efetivo a que se refere o art. 38 poderá ocorrer em caráter temporário quando decorrente de vaga vinculada ou transitória excedente, nas seguintes situações:

I - Por período igual ou superior a 15 dias enquanto perdurar o afastamento do titular.

II - Até o dia 31 de janeiro do ano subsequente quando o afastamento do titular não tiver prazo certo de duração e quando em vaga transitória excedente.

Art. 40 O professor retornará ao regime de trabalho originário nas seguintes situações:

I - Movimentação funcional, a pedido do interessado, para outra unidade escolar que não ofereça aulas em número suficiente para a continuidade da carga horária;

II - Afastamento para licença remunerada ou não;

III - Afastamento para outro órgão com ou sem ônus;

IV - Redução do número de turmas da Unidade Escolar;

V - Nos casos de aposentadoria, exoneração ou desligamento;

VI - Não obtiver a pontuação mínima na avaliação desempenho anexada no edital de alteração de carga horária.

Art. 41 A distribuição das aulas excedentes se dará primeiramente ao professor efetivo da mesma unidade escolar enquanto que as vagas remanescentes serão ofertadas aos professores de outra unidade escolar com número de aulas inferior ao limite de carga horária a que necessita completar.

Parágrafo Único - Quando mais de um professor solicitar alteração da carga horária, nos termos do caput deste artigo, terá prioridade aquele que tiver mais tempo na rede Municipal de ensino; se idênticos os períodos, aquele que tiver maior nível de instrução; e se perdurar o empate, o candidato de maior idade.

Art. 42 Nos casos de alteração de carga horária previsto nesta lei a contribuição previdenciária incidirá sobre os vencimentos da nova carga horária.

Parágrafo Único : Havendo a alteração prevista neste artigo, e para fins de aposentadoria, o membro do magistério terá o seu vencimento fixado, quando da passagem para a inatividade, em índice resultante do cálculo da média da carga horária cumprida nos últimos sessenta meses imediatamente anteriores ao pedido de aposentadoria, que será apurado sobre os valores constantes da tabela de vencimento vigente, observados o cargo, nível e referência do servidor, de acordo com a seguinte fórmula:

CH 60

Iap = -----

2400

Sendo Iap = índice de aposentadoria

CH 60 = média da carga horária dos últimos 60 meses

§ 1º O somatório de cargas horárias do cargo efetivo e admissão em caráter temporário será considerado para efeitos de apuração do índice de aposentadoria - Iap, até o limite de 40 (quarenta) horas.

§ 2º No quinquênio anterior ao atingimento das condições para aposentadoria o servidor efetivamente poderá alterar a carga horária no máximo em 10 horas semanais, além da carga horária correspondente ao cargo efetivo.

Art. 43. Os professores que pretenderem aumentar a carga horária deverão assinar o termo de alteração de carga horária, segundo os termos do edital aberto especificamente para este fim.

## Capítulo VII

### Das disposições gerais

Art. 44. Ficam excluídos desta Lei quaisquer benefícios que impliquem afastamento da Escola, tais como faltas abonadas, e demais licenças não previstas na Constituição Federal ou no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curitiba, bem como cedência para outras funções fora do Sistema de Ensino, exceto se sem ônus para o Sistema de origem do integrante da Carreira do Magistério.

Art. 45 - Aos docentes em exercício de regência de classe nas unidades escolares e demais integrantes do magistério ficam assegurados trinta dias de férias anuais, na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos, quando não apresentar mais de cinco faltas injustificadas;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

Parágrafo Único: A critério da Secretaria de Educação poderão os Professores regentes de sala de aula ter acrescido 15 dias de recesso escolar conforme interesse da administração, sendo esse período não considerado como férias.

Art. 46 - Aplicam-se aos servidores do Magistério subsidiariamente as normas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 47 - Os Profissionais do Magistério terão lotação no Órgão Central e exercício nos locais para onde forem designados pela Chefia imediata, observado o interesse público.

Art. 48. O chefe do poder Executivo poderá expedir atos administrativos complementares necessários à plena execução desta Lei.

Art. 49 Os servidores não integrantes do quadro de cargos de provimento efetivo, no exercício de cargos de livre nomeação e exoneração e os servidores admitidos em caráter temporário na forma desta lei são assegurados os direitos e vantagens deste Plano de Carreira e do estatuto, exceto:

- I – A efetividade
- II – A estabilidade
- III – Progressão funcional
- IV – Licença para atividade política ou desempenho classista

#### CAPITULO VIII DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 50. Ficam criados na estrutura administrativa do Magistério, os cargos com suas atribuições e categorias funcionais constantes do anexo I e II desta Lei.

§ 1º Os valores dos vencimentos dos cargos de que trata o caput estão fixados no anexo III que integra esta Lei, e serão reajustados conforme o reajuste dos servidores públicos municipais.

§ 2º Os titulares de cargos, exclusivamente de provimento em comissão sujeitam-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 51. Fica extinto o cargo de Coordenador de Educação Infantil e suas respectivas vagas, criado e previsto na Lei Complementar n. 023/2002 junto a Estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 52. O cargo de Auxiliar de Creche da estrutura da Secretaria Municipal de Educação criado pela Lei Complementar n. 023/2002 fica extinto e as vagas ocupadas serão extintas quando ocorrer sua vacância, assegurando-se a seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos, inclusive a progressão até a sua efetiva extinção.

Art. 53 - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 55 - Ficam revogadas as Leis complementares nº 024/2002, 115/2014, 132/2015, 151/2015, 176/2017, Lei n. 2.755/1993 e Lei 1704/1986 referente ao Magistério e demais disposições em contrário.

Curitiba, 21 de dezembro de 2017  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima Secretário de Educação e Cultura	Amaury Silva Secretário Municipal de Administração e Finanças
--	--

#### ANEXO I Dos Grupos Educacionais

Grupo I - Docente – DOC

- Professor.

Grupo II - Especialista em Assuntos Educacionais – ESP

Grupo III – Diretor de Escola e Centro de Educação Infantil

#### DESCRIÇÃO DO CARGO

##### GRUPO I - PROFESSOR

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;

- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

#### GRUPO II - ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- Prestar assessoria à Direção da escola na definição de diretrizes de ação, na aplicação de legislação referente ao ensino e de administração de pessoal;
- Colaborar com a direção da escola no que se relaciona com sua habilitação profissional;
- Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas as finalidades da educação;
- Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Colaborar com todas os profissionais que atuam na escola, visando o aperfeiçoamento e busca de soluções aos problemas do ensino;
- Buscar aperfeiçoar-se constantemente;
- Ajudar a implantar e manter formas de atuação, estabelecidas com propósito de assegurar as metas e objetivos traçados para garantir a função social da escola;
- Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;
- Colaborar com a direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do projeto político-pedagógico da escola;
- Coordenar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo o seu cumprimento;
- Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional;
- Implantar e manter formas de manutenção adequadas para assegurar o cumprimento das metas e a consecução dos objetivos a serem alcançados;
- Planejar e coordenar o serviço de orientação educacional;
- Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento psicopedagógico do educando;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de proposta alternativas de solução;
- Ativar o processo de integração Escola-Família-Comunidade;
- Subsidiar os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos;
- Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Participar na construção do projeto político-pedagógico;
- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno vive;
- Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando a construção da cidadania;
- Participar da elaboração do regimento escolar;
- Colaborar na construção da auto-estima do aluno, visando a aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;
- Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometam com o atendimento as reais necessidades dos alunos;
- Avaliar o desempenho da escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade;
- Apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
- Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- Assessorar o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar;
- Assessorar o trabalho docente quanto à métodos e trabalhos de ensino;
- Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontros de estudos ou reuniões pedagógicas;
- Colaborar com todos os profissionais da escola, na busca de soluções para os problemas do corpo docente e de ensino;
- Estimular e assessorar a efetivação das mudanças no ensino;
- Executar outras atividades afins.

#### GRUPO III – DIRETOR DE ESCOLA E DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI

##### FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES

##### DIRETOR DE ESCOLA/CEI

1. Coordenar, planejar e acompanhar, junto com a equipe pedagógica, a execução do Projeto Político Pedagógico, da Unidade Educativa;
2. Implantar e implementar o processo de organização de A.P.P's, e/ou Conselho de Escola, Grêmio Estudantil e outros;
3. Participar, junto com a Equipe Pedagógica, do planejamento e execução das reuniões pedagógicas, conselhos de classe, reuniões de pais, e outras atividades da Unidade Educativa,
4. Dinamizar o processo ensino aprendizagem, incentivando as experiências da Unidade Educativa,
5. Zelar pelo cumprimento da função social da escola, dinamizando o processo de matrícula, o acesso e a permanência de todos os alunos na Unidade Educativa,
6. Administrar o cotidiano Escolar organizando e acompanhando trabalhos realizados pelos funcionários da Unidade Educativa em relação à limpeza, conservação, alimentação e higiene;
7. Zelar pelo cumprimento da legislação em vigor;
8. Acompanhar o processo ensino aprendizagem, através do índices de aprovação, evasão e repetência;
9. Informar oficialmente a Secretaria Municipal de Educação, dificuldades no gerenciamento da Unidade Educativa, bem como solicitar



providências no sentido de supri-las;

10. Contribuir junto com a comunidade educativa, na valorização do espaço escolar, bem como na sua conservação;
11. Acompanhar o trabalho de todos os funcionários da Unidade Educativa, no sentido de atender às necessidades dos alunos;
12. Buscar em conjunto com a Equipe Pedagógica, Professores e Pais, a solução dos problemas referentes à aprendizagem dos alunos;
13. Solucionar problemas administrativos e pedagógicos de forma conjunta com a Secretaria Municipal de Educação
14. Coordenar o processo educacional na área administrativa e no encaminhamento pedagógico;
15. Colaborar nas questões individuais e coletivas, que exijam respostas imediatas nos problemas de disciplinas de alunos, professores e funcionários;
16. Estimular, participar de cursos, seminários, encontros, reuniões e outros, buscando a fundamentação, atualização e redimensionamento de sua função;
17. Viabilizar o acesso e a permanência dos alunos em idade escolar, inclusive os portadores de deficiências;
18. Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas e pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação. e Conselho Municipal de Educação;
19. Cumprir e fazer cumprir as determinações legais estabelecidas pelos órgãos competentes, bem como, comunicar ao Departamento de Educação Fundamental, as irregularidades da Unidade Educativa, buscando medidas saneadoras;
20. Coordenar e manter o fluxo de informações entre a Unidade Educativa e a Secretaria Municipal de Educação;
21. Propor e discutir alternativas, objetivando a redução dos índices de evasão e repetência, consolidando a função social da escola;
22. Desenvolver o trabalho de direção, considerando a ética profissional;
23. Cumprir a legislação vigente;
24. Realizar outras atividades correlatas com a função.

## ANEXO II

### QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

#### GRUPO I – DOCENTE

CARGO	VAGAS	NÍVEL	HABILITAÇÃO
Professor	225	I	Habilitação obtida em curso de nível médio, na área do magistério, com registro na Secretaria de Estado da Educação.
		II	Habilitação obtida em curso de nível superior, licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.
		III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação especialização, na área de atuação e formação
		IV	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação mestrado, na área de atuação e formação.
		V	Habilitação obtida em curso de nível superior, licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC e curso de pós-graduação doutorado, na área de atuação ou formação.

#### GRUPO II - ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CARGO	VAGAS	NÍVEL	HABILITAÇÃO
Especialista em assuntos educacionais	08	I	Habilitação obtida em curso de nível médio, na área do magistério, com registro na Secretaria de Estado da Educação.
		II	Habilitação obtida em curso de nível superior, licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.
		III	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação especialização, na área de atuação e formação
		IV	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área do magistério, com registro no MEC e curso de pós-graduação mestrado, na área de atuação e formação.
		V	Habilitação obtida em curso de nível superior, licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC e curso de pós-graduação doutorado, na área de atuação ou formação.

## ANEXO IV

### CÓDIGO: DASMA – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – MAGISTÉRIO

#### CARGO: DIRETOR DE ESCOLA

Quantidade	Denominação do Cargo (Nível)	Habilitação necessária	Vencimento
18	Diretor de Escola/CEI- I (DASMA-I)	Ensino Médio – Magistério	R\$ 2.798,11
	Diretor de Escola/CEI – II (DASMA-II)	Licenciatura Plena em Educação	R\$ 3.497,61
	Diretor de Escola/CEI – III (DASMA-III)	Pós Graduado em Educação	R\$ 3.730,79
	Diretor de Escola/CEI – IV (DASMA-IV)	Mestrado em Educação	R\$ 4.041,70
	Diretor de Escola/CEI – V (DASMA-V)	Doutorado em Educação	R\$ 4.352,58

#### GRUPO: FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

Quantidade	Cargo	Nível	Subsídio ou remuneração
18	Diretor de Escola/CEI	FG	R\$ 1.724,25

## SUMARIO

CAPITULO I – Disposições Preliminares  
CAPITULO II – Conceito  
CAPITULO III – Estrutura do Plano  
Seção I – Quadro de Pessoal  
Seção II – Ingresso  
Seção III – enquadramento  
Seção IV – Progressão Funcional  
Subseção I – Progressão por desempenho  
Subseção II – Progressão por curso de aperfeiçoamento  
Subseção III – Progressão por nova titulação  
Seção V – Valorização dos profissionais da educação  
Seção VI – gratificações  
CAPITULO IV – Tabela de Vencimentos  
CAPITULO V – Admissão em caráter temporário  
CAPITULO VI – Jornada de trabalho  
CAPITULO VII – disposições finais

**LEI Nº 5.983/2017**

Publicação Nº 1487410

LEI Nº 5.983/2017

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "RUA KÁTIA DAMIANI DE SOUZA".

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de Rua Kátia Damiani de Souza o Logradouro Público sem denominação "J", o qual tem início no lado Norte da Rua José Maria de Almeida seguindo sentido Sul/Norte à Rua Osmar Gatner de Souza; tendo como rua paralela – lado oeste à Rua Hugo Miguel Sulzbach e paralela – lado Leste à Rua Orestes D'Agostini, Bairro São Luiz, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI Nº 5.984/2017**

Publicação Nº 1487412

LEI Nº 5.984/2017

DENOMINA MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL DE "ATECIR GUIDI".

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Ficará denominado de "Atecir Guidi" o Mercado Público Municipal a ser construído na Rua Heraclides Viera Borges esquina com a Avenida Coronel Vidal Ramos, neste Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de dezembro de 2017.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 270/2017**

Publicação Nº 1487363

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 1/8  
 Processo Nº.: 270/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 270/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 270/2017**

No dia 8 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ROQUE STANGUERLIN, inscrito no CPF sob o nº. . . . ., doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 270/2017, Processo Licitatório nº. 270/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E ESPORTES, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11796	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	5
9220	SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERI	2, 3, 6, 7
11540	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LT	13.192.721/0002-73	EUSEBIO FRONTORIO	419.651.679-34
SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MA	20.222.787/0001-43	RAFAEL PITZ SILVERIO	024.655.639-04
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	27.286.283/0001-36	RODRIGO ALVES DE CAMPOS	080.057.959-39

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E ESPORTES. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9220 - SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PULVERIZADOR CILINDRADA CM/3 63,3; ROTAÇÃO MÍNIMA 3.000; POTÊNCIA 2,9 KW; PESO 12,8KG	UN	STHIL SR 43C	2,000	1.749,0000	3.498,00
3	SOPRADOR CILINDRADA CM/3 56,5; ROTAÇÃO MÍNIMA 3.100; POTÊNCIA 2,6 KW; PESO 9KG	UN	VONDER SAV	1,000	1.140,0000	1.140,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/8

Processo Nº.: 270/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 270/2017

**Fornecedor: 9220 - SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ROÇADEIRA À GASOLINA 51.7 CC, com as especificações relacionados abaixo: - Potência – 1,9 hp - Diâmetro de corte – 255 mm - Uso – para corte de grama e vegetação densa em terrenos com inclinação de até 45 graus Equipado com: - Misturador de gasolina, kit de chave, lâmina 3 pontas e cinto de suporte da máquina. - Tipo de carburador – diafragma com prime - Tipo de ignição – eletrônica - Tipo de partida – manual retrátil - Tipo lubrificação – 2 tempos (óleo 2 tempos misturado com gasolina) mistura gasolina / óleo 25:1 / 40 ml de óleo em 1 litro de gasolina - Perneria - Consumo de combustível – 1,2 litros/hora - Carretel de nylon – opcional	UN	GARTHEN CC	1,000	722,0000	722,00
7	CORTADOR DE GRAMA À GASOLINA 3.8HP RECOLHEDOR, com as especificações relacionados abaixo: - regulagem de altura através de uma única alavanca e cabo dobrável - base em aço estampado - pintura eletrostática - tratamento anticorrosivo nas peças sujeitas a oxidação - duplo rolamento nas rodas que facilita a movimentação - borda da base deslizante para melhor desempenho do corte e saída lateral de resíduos - mistura de óleo 2 tempos na proporção de 40/1 - acompanha recolhedor de 41 litros - diâmetro de corte – 500 mm - motor – gasolina 2 tempos - potência – 3,8 hp - rotação do motor – 3.500 rpm - cilindrada – 121 cc - tipo de partida – manual retrátil - capacidade do tanque de combustível – 1,65 litros - base em aço estampado e pintura eletrostática - regulagem de altura de corte em uma única alavanca	UN	GARTHEN GF	1,000	1.377,0000	1.377,00

**Fornecedor: 11540 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ROÇADEIRA CILINDRADA CM/3 35,5; ROTAÇÃO MÍNIMA 2,800; POTÊNCIA 1,70; PESO 7,7KG	UN	NAGANO RN	3,000	1.840,0000	5.520,00

**Fornecedor: 11796 - NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	TRATOR CORTADOR DE GRAMA. POTENCIA 18,5HP; CILINDRO 344CM; COMBUSTÍVEL GASOLINA; CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL 4,7LTS; CAPACIDADE DE ÓLEO NO CARTE 1,4L; SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO DO MOTOR: BOMBA DE ÓLEO; AUTONOMIA: 2 HORAS; DIAMETRO TOTAL DE CORTE 107CM; NÚMERO DE LÂMINAS 02; PARTIDA ELETRICA; AUTOMÁTICO; EIXO VERTICAL REFRIGERADO A AR.	UN	GARDEM	1,000	10.890,0000	10.890,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/8  
Processo Nº.: 270/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 270/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 4/8  
Processo N°.: 270/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 270/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 5/8  
Processo Nº.: 270/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 270/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 270/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 270/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 270/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 270/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 8/8  
Processo Nº.: 270/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 270/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 8 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
ROQUE STANGUERLIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTD. CNPJ: 13.192.721/0002-73 \_\_\_\_\_

SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAT. CNPJ: 20.222.787/0001-43 \_\_\_\_\_

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME CNPJ: 27.286.283/0001-36 \_\_\_\_\_



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 43/2017**

Publicação Nº 1487740

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 43/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2017**

No dia 9 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860, bairro CENTRO, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DO FUNDO, o Sr(a). KLEBERSON LUCIANO LIMA, inscrito no CPF sob o nº. 000.459.139-94, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 43/2017, Processo Licitatório nº. 43/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE NICHOS EM MDF E CABOS DE AUDIO PLUG RCA, PARA USO NAS SALAS INTERATIVAS DO NUCLEO MUNICIPAL ROTARY. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11540	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	27.286.283/0001-36	RODRIGO ALVES DE CAMPOS	080.057.959-39

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 AQUISIÇÃO DE NICHOS EM MDF E CABOS DE AUDIO PLUG RCA, PARA USO NAS SALAS INTERATIVAS DO NUCLEO MUNICIPAL ROTARY. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11540 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CABO DE ÁUDIO PLUG RCA-RCA BLINDADO COM CONECTOR DE METAL, Cabo de áudio plug RCA-RCA blindado com conector de metal, Tamanho: 0,5m	UN	CR CABOS	20,000	23,5000	470,00
2	NICHO EM MDF 15MM COM PORTA INTERNA COM CHAVE NA COR BRANCA, NICHO DE PAREDE SEM FUNDO, COM PORTA INTERNA COM CHAVE, FABRICADO TODO EM MDF DE 15MM MEDINDO 15CM DE PROFUNDIDADE, 60CM DE LARGURA E 50CM DE ALTURA. CONTENDO 3 PEÇAS DE 5CM X 60CM E 4 PEÇAS DE 10CM X 10CM, ACOMPANHADO PARAFUSOS E SUPORTE EM "L" PARA FIXAÇÃO, FABRICAR CONFORME INSTRUÇÕES DE FUROS DA SECRETARIA.	UN	SANI MOVEIS	15,000	82,0000	1.230,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 9 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
KLEBERSON LUCIANO LIMA  
PRESIDENTE DO FUNDO

**Empresas Participantes:**

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME

CNPJ: 27.286.283/0001-36 \_\_\_\_\_

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### LEI Nº 4601/2018

Publicação Nº 1486927

LEI Nº 4601/2018.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faço saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Em atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estadual, Municipal e demais disposições legais vigentes, estima a Receita e fixa a Despesa do Município de DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo, Legislativo, Fundos e Autarquia, pertencentes à Administração direta e indireta deste Ente Federado; e,

II – Orçamento da Seguridade Social abrange todas as Entidades e Órgãos a eles vinculados, da Administração Direta e Indireta, bem como os Fundos e Autarquia do Município.

Art. 2º. A Receita Orçamentária fica estima em R\$ 41.684.252,30 (quarenta e um milhões seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), em observância ao disposto na Lei instituidora da Revisão do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e nesta Lei, para a execução no exercício financeiro de 2018.

Art. 3º. As receitas decorrentes das arrecadações de tributos, contribuições, transferências constitucionais e legais além de outras receitas correntes e de capital, foram estimadas obedecidas às normas preconizadoras constantes das Portarias ns. 42, 163, Portaria Conjunta nº. 1, e demais dispositivos constitucionais e legais atinentes, segundo os anexos integrantes da matéria orçamentária.

Art. 4º. A Despesa Orçamentária no mesmo valor da Receita Orçamentária, fica fixada em R\$ 41.684.252,30 (quarenta e um milhões seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), desdobrada em observância ao disposto da lei instituidora do Plano Plurianual e sua revisão para execução no exercício financeiro de 2018, bem como, em sintonia com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 suas alterações; Portaria Interministerial nº. 163, de 4 e maio de 2001; Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999; Portaria nº. 519/2001; Portaria nº. 340/2006; Portaria Conjunta nº. 01/2012; Portaria Conjunta nº. 02/2012; Portaria nº. 439/2012; Lei Complementar nº. 101/2000; Portaria nº. 438/2012 e demais legislações pertinentes à matéria, cujos anexos são partes integrantes desta matéria orçamentária.

Art. 5º. A despesa fixada à conta dos recursos previstos nesta Lei, observada a programação constante do Detalhamento das Ações determinadas pelo Governo Municipal, apresenta, por Órgãos, Fundos e Autarquia, o desdobramento em conformidade com os anexos desta Lei, mais especificadamente os constantes dos Anexos I a IX, além de outros que completam a presente matéria orçamentária à luz da norma constitucional e legal vigente, bem como, os preceitos determinados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a

proceder por ato próprio ao remanejamento, transpor ou transferir, total ou parcialmente, as categorias de programação constantes desta lei mantidas os respectivos detalhamentos por esferas orçamentárias, grupos de despesa, modalidades de aplicação, a fim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas para cada Órgão e Unidade do Orçamento Consolidado, limitado ao valor do saldo do projeto e/ou atividade na data expedição do respectivo ato, mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo.

Art. 6º. As despesas serão realizadas de acordo com as discriminações constantes dos anexos da presente Lei, segundo as funções, programas, subprogramas, categorias econômicas, Órgãos e Unidades Orçamentárias de acordo com cada unidade administrativa direta ou indireta deste Ente Federado.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a tomar as medidas necessárias a compatibilização das despesas com a realização da Receita, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais vigentes, mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo.

Art. 8º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo, conforme abaixo:

§ 1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 9º. Mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo, o Executivo Municipal poderá remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade, operações especiais, respeitando as Fontes de Recursos e as Especificações de Recursos.

Art. 10º. Toda abertura de crédito adicional no exercício de 2018, exceto o extraordinário, deverá compulsoriamente ter a autorização prévia e específica a cada caso do Poder Legislativo, independentemente de que fonte de recursos seja a cobertura do respectivo crédito.

Art. 11º. Mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo, o Executivo Municipal será autorizado a suplementar dotações orçamentárias consideradas insuficientes relativas às fontes Nº 1.0001 – 25% de Impostos da Educação e Nº 1.0002 – 15% de Impostos da Saúde, mediante utilização de recursos ordinários, Fonte 1.0000, tendo como origem as seguintes fontes:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas dentro de cada projeto ou atividade.

Art. 12º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa, mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo.

Art. 13º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no Orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo.

Art. 14º. As Receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo.

Art. 15º. Durante o exercício de 2018, o Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo.

Art. 16º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo.

Art. 17º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, mediante autorização prévia e específica do Poder Legislativo.

Art. 18. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE JANEIRO DE 2018.  
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

NORMELIO PERCIO  
Secretario Municipal da Administração

## **PREGÃO PRESENCIAL 14-2017 - HOMOLOGAÇÃO - FMAS**

Publicação Nº 1486839

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/17

HOMOLOGAÇÃO: 19/12/17

CONTRATADO: SALLA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DE EXPEDIENTE PARA A GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CRAS, DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC  
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.741,10 (treze mil setecentos e quarenta e um reais e dez centavos)

DATA: 10/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

# Ermo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2018

Publicação Nº 1487263

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 08/2018 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de peças e serviços p/ serem utilizados na reforma de mecânica geral, funilaria e pintura dos ônibus placas MAA-6067, ILC-4065, MJT-2659, IHD-9298, MJT-2059, JTO-5232, OKG-2969 e OKH-2594 dos alunos do ensino fundamental da Secr. Educação, conforme anexo a este edital, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00, do dia 24/01/2018 e abertura às 08:15 do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e 13h00min às 17h00min ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018 - FMS

Publicação Nº 1487264

DISPENSA PROCESSO 01/2018  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERMO  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018 - FMS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Aquisição de "MEDICAMENTOS", destinados ao atendimento das necessidades da rede básica municipal de saúde do município de Ermo, durante os meses de janeiro a junho de 2018, conforme relação anexa.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor global previsto dos produtos adquiridos importam em 90.000,00 (noventa mil reais), que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos. Os preços dos medicamentos serão irrealizáveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 09 de Janeiro de 2018.

GIANE PIRES LEONARDO  
Pres. Com. Perm. Licitação

#### RATIFICAÇÃO

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018 –FMS

Publicação Nº 1487269

DISPENSA PROCESSO 02/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERMO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018 –FMS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Contratação de serviços médicos especializados e exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Ermo e assessoria e manutenção de programas na área de saúde, conforme especificações e quantidades estimadas em anexo, para o exercício de 2018. Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor global previsto dos serviços contratados importam em R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos serviços prestados. Os valores pagos para cada serviço serão fixos e irrealizáveis. Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007. Da justificativa: A Dispensa de Licitação para realização de exames, consultas médicas especializadas e assessoria e manutenção de programas na área da saúde se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado. Ermo-SC, 09 de Janeiro de 2018.

GIANE PIRES LEONARDO  
Pres. Com. Perm. Licitação

#### RATIFICAÇÃO

A vista do exposto dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº. 07/2018

Publicação Nº 1487258

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº. 07/2018

O MUNICIPIO DE ERMO, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público o Edital de chamada pública para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados



à alimentação escolar para o exercício de 2018 no Município de Ermo/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

Ermo, 10 de Janeiro de 2018.

Aldoir Cadorin

Prefeito Municipal

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 001/2018

Publicação N° 1487118

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 001/2018  
Edital de Pregão n° 001/2018

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal n° 1386/2010 que regulou a Lei Federal n° 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Mecanização Agrícola, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 23/01/2018.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Reginaldo Alberto Lisot  
Prefeito Municipal em Exercício.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 0001/2018

Publicação N° 1487365

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0001/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES.

Contratado: DIARIO SB COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Objeto: Prestação dos Serviços das Publicações Legais do Município.

O Preço Global do objeto contratado é da ordem de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), divididos em parcelas, mensais, iguais e consecutivas, no importe de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

O prazo de execução será da data da assinatura do presente instrumento contratual até 31 de Dezembro de 2018, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 15 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n. 8.666/93 e 8.883/94 e suas posteriores alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de Janeiro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 005/2018

Publicação Nº 1487326

DECRETO Nº 005/2018

DISPÕE SOBRE A PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO (APOS OS RECURSOS) DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a pontuação da prova de títulos e tempo de serviço (após os recursos) dos candidatos inscritos no Edital de Processo Seletivo nº 001/2017 do município de Flor do Sertão/SC, conforme segue:

PROFESSOR COM LICENCIATURA ESPECIFICA (EDUCAÇÃO INFANTIL)						
Nº	Insc.	Candidato	Pós-Graduação	Curso atualização	Tempo de Serviço	Total
1	8	Adriana Lucia Canova	0,50	0,10	0,09	0,69
2	78	Adriane Dopke	0,50	0,50	0,86	1,86
3	69	Calen Josiane Spagnol	0,00	0,20	0,00	0,20
4	10	Claudete Wrzesinski Saito	0,50	0,50	0,13	1,13
5	57	Fabiana Nunes Da Silva	0,50	0,50	0,40	1,40
6	94	Fabiane Conte	0,00	0,50	0,00	0,50
7	73	Ivane Adelia Lenz Watte	0,00	0,50	0,12	0,62
8	74	Janete Schwertz	0,50	0,50	1,00	2,00
9	17	Juciani Cambuzzi	0,00	0,00	0,00	0,00
10	80	Juliana Soares Benacchio	0,00	0,50	0,15	0,65
11	90	Juilde Secchi	0,50	0,00	0,07	0,57
12	48	Lilia Quelen França De Lima	0,00	0,40	0,10	0,50
13	91	Marciane Suzana Balbinot Boff	0,50	0,50	0,30	1,30
14	66	Patrícia De Freitas Noronha	0,50	0,50	0,43	1,43
15	49	Sandra Batista Machado Merlo	0,50	0,40	1,00	1,90
16	79	Sarajane Canova	0,00	0,50	0,10	0,60
17	71	Sidiane Stefanon	0,00	0,40	0,00	0,40
18	27	Tatiane Fernandes Dos Santos	0,00	0,50	0,30	0,80
PROFESSOR COM LICENCIATURA ESPECIFICA (ENSINO FUNDAMENTAL)						
Nº	Insc.	Candidato	Pós-Graduação	Curso atualização	Tempo de Serviço	Total
1	83	Deisi Cristina Schafer	0,00	0,50	0,07	0,57
2	85	Delisa Engel	0,50	0,50	1,00	2,00
3	38	Delmina Sobieski Sacardo	0,00	0,50	0,58	1,08
4	39	Franciely Maria Baldo Genz	0,50	0,40	0,27	1,17
5	88	Jaqueline Stefanello Giglioli	0,50	0,50	0,30	1,30
6	59	Laura Maria Rogoski	0,00	0,50	1,00	1,50
7	58	Rosinéia Wroenski Dall Agnol	0,50	0,50	0,35	1,35
8	81	Veridiana Seewald Frey	0,00	0,00	0,00	0,00
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA						

Nº	Insc.	Candidato	Pós-Graduação	Curso atualização	Tempo de Serviço	Total
1	44	Clévio Osvaldo Pereira	0,50	0,20	0,52	1,22
2	86	Cristiane Carniri	0,50	0,30	0,36	1,16
3	43	Debora De Freitas Noronha	0,00	0,50	0,00	0,50
4	14	Giovane Ricardo Steffler	0,00	0,20	0,08	0,28
5	28	Leonice Fabris	0,00	0,00	0,00	0,00
6	24	Raquel Aparecida De Lima	0,50	0,50	0,73	1,73
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS						
Nº	Insc.	Candidato	Pós-Graduação	Curso atualização	Tempo de Serviço	Total
1	96	Eli Alves De Oliveira Wagner	0,50	0,50	1,00	2,00

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 10 dias do mês de Janeiro de 2018.  
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração



# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/PMF/2018;

Publicação Nº 1486559

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 07/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de fevereiro de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 10 de janeiro de 2018.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### DECRETO Nº. 009, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1486583

DECRETO Nº. 009, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

TORNA SEM EFEITO, A NOMEAÇÃO POR CONCURSO, DE ANA BEATRIZ SILVA ALMENDRA PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 211, de 06 de dezembro de 2017, nomeou por concurso, Ana Beatriz Silva Almendra para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Educação;

CONSIDERANDO que Ana Beatriz Silva Almendra foi comunicada, em 13 de dezembro de 2017, que seu ato de nomeação foi publicado e que teria prazo de 15 dias para apresentar a documentação para a posse;

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 19 da Lei Municipal Nº. 2.227, de 09 de março de 2017, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dispõe que a nomeação será revogada caso o candidato não se apresente no prazo estabelecido;

RESOLVE:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Educação de ANA BEATRIZ SILVA ALMENDRA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de janeiro de 2018.

FELIX HOBOLD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no mural e registrado em 08 de janeiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 010, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1486586

DECRETO Nº. 010, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

TORNA SEM EFEITO, A NOMEAÇÃO POR CONCURSO, DE RAQUEL DELFINO DONDÓSSOLA PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 221, de 15 de dezembro de 2017, nomeou por concurso, Raquel Delfino Dondóssola para exercer o cargo efetivo de Professor de Educação Infantil;

CONSIDERANDO que Raquel Delfino Dondóssola foi comunicada, em 20 de dezembro de 2017, que seu ato de nomeação foi publicado e que teria prazo de 15 dias para apresentar a documentação para a posse;

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 19 da Lei Municipal Nº. 2.227, de 09 de março de 2017, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dispõe que a nomeação será revogada caso o candidato não se apresente no prazo estabelecido;

RESOLVE:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Professor de Educação Infantil de RAQUEL DELFINO DONDÓSSOLA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de janeiro de 2018.

FELIX HOBOLD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no mural e registrado em 08 de janeiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 011, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1486587

DECRETO Nº. 011, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

TORNA SEM EFEITO, A NOMEAÇÃO POR CONCURSO, DE ROSILANE BITENCOURT M MAGAGNIN PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 221, de 15 de dezembro de 2017, nomeou por concurso, Rosilane Bitencourt M Maganin para exercer o cargo efetivo de Professor de Educação Infantil;

CONSIDERANDO que Rosilane Bitencourt M Maganin foi comunicada, em 20 de dezembro de 2017, que seu ato de nomeação foi publicado e que teria prazo de 15 dias para apresentar a documentação para a posse;

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 19 da Lei Municipal Nº. 2.227, de 09 de março de 2017, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, dispõe que a nomeação será revogada caso o candidato não se apresente no prazo estabelecido;

**RESOLVE:**

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação para exercer o cargo efetivo de Professor de Educação Infantil de ROSILANE BITENCOURT M MAGAGNIN.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de janeiro de 2018.

FELIX HOBOLD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no mural e registrado em 08 de janeiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006\_2018-PMF

Publicação Nº 1487438

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0012/2018 – PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2018-PMF

Objeto: Contratação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARI-NENSE – CIMCATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, visando a contratação de horas técnicas por profissional do CIMCATARINA para prestação de serviços de fiscalização da execução e outorga de poço profundo. Valor total do contrato: R\$ 3.510,00 (três mil e quinhentos e dez reais) Vigência: Início no mês de janeiro de 2018 e término em dezembro de 2018. Fundamento Legal: Artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07.Fraiburgo(SC), 09 de janeiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### Decreto nº 006 - 2018

Publicação Nº 1487429

DECRETO Nº 006, 10 DE JANEIRO DE 2018.

FIXA CALENDÁRIO DOS PONTOS FACULTATIVOS DO ANO DE 2018, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de informação à população de Fraiburgo dos dias de funcionamento das repartições públicas municipais e programação dos agentes públicos municipais, durante o ano de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado o calendário de pontos facultativos do ano de 2018, da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Fraiburgo:

I – Dias 12 e 13 de fevereiro de 2018 (segunda-feira e terça-feira) – Carnaval;

II – Dia 1º de junho (sexta-feira) – Em razão do feriado de Corpus Christi no dia 31 de maio de 2018 (quinta-feira);

III – Dia 15 de outubro (segunda-feira) – Dia do Professor – Válido única e exclusivamente para a Secretaria Municipal de Educação;

IV – Dia 24 dezembro (segunda-feira) à 28 de dezembro (sexta), em razão do Natal e recesso para fechamentos contábeis e administrativos.

Art. 2º. Serão respeitados o calendário de feriados nacionais e municipais, previstos legalmente, onde somente funcionarão serviços essenciais.

Parágrafo único. Para os agentes públicos municipais que desempenham suas funções em unidades vinculadas a Secretaria de Educação deverá ser observado o Calendário do Ano Letivo fixado pela referida Secretaria.

Art. 3º. Não haverá prejuízo na remuneração dos agentes públicos municipais durante os períodos de pontos facultativos fixados neste

Decreto, bem como não haverá necessidade de compensação de horas.

Art. 4º. Ficam excetuados do previsto neste Decreto, os plantões e serviços essenciais para atendimento a população, nas áreas de saúde (UPA), saneamento, limpeza e segurança de prédios públicos e outros a critério de cada secretário da pasta ou dirigente de entidade pública.

Parágrafo único. O previsto no artigo 1º, IV (recesso de final de ano), não se aplica para a Secretaria de Administração e Planejamento, Controladoria Interna e Secretaria de Finanças, serviços administrativos essenciais para cumprimentos legais, especialmente Lei de Responsabilidade Fiscal, e serviços essenciais, nas áreas de saúde, UPA e saneamento, cemitério público, manutenção, limpeza e segurança de prédios públicos, limpeza urbana, setor de emissão de notas de produtores rurais, Casa Lar, e outros a critério de cada secretário da pasta ou dirigente de entidade pública.

Art. 5º. Este Decreto poderá sofrer alterações mediante comunicado prévio efetuado pelo Poder Executivo às chefias das repartições municipais.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 10 DE JANEIRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00562018

Publicação Nº 1487510

PORTARIA Nº 0056, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 010/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Técnico em Enfermagem para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MÔNICA DE OLIVEIRA MEIRELES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 061.445.179-52, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de

28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 00572018**

Publicação Nº 1487513

PORTARIA Nº 0057, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DAIANE GISLAINE BONATO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.670.009-75, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 00582018**

Publicação Nº 1487517

PORTARIA Nº 0058, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALINE APARECIDA FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.503.429-07, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 00592018**

Publicação Nº 1487523

PORTARIA Nº 0059, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSIANE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.225.789-61, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 00602018**

Publicação Nº 1487527

PORTARIA Nº 0060, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GISELI DE MATOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.943.519-59, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00612018**

Publicação Nº 1487535

PORTARIA Nº 0061, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MARILETE NOGUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.557.519-30, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00622018**

Publicação Nº 1487542

PORTARIA Nº 0062, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n. 109/2010, e nos termos da Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2017 - PMF, homologado pelo decreto 181/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear EDINÉIA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 090.262.849-69, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00632018**

Publicação Nº 1487549

PORTARIA Nº 0063, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0124/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Bela Vista, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELENICE MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 040.712.079-30, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00642018**

Publicação Nº 1487555

PORTARIA Nº 0064, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0125/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Faxinal dos Carvalhos, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA APARECIDA MENDES HECKLER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 007.489.619-92, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no



período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00652018

Publicação Nº 1487721

PORTARIA Nº 0065, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0132/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Carlos Gomes, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EVELYN CRISTINA MORESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.580.989-67, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00662018

Publicação Nº 1487560

PORTARIA Nº 0066, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0133/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Estrelinha, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TAKINÁ DOS SANTOS PONIECINSKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 110.790.999-64, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00672018

Publicação Nº 1487565

PORTARIA Nº 0067, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0134/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Santo Antonio, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUANA GREICY BÖTTCHER, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 087.378.379-40, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00682018

Publicação Nº 1487568

PORTARIA Nº 0068, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0135/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Bela Vista, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MÔNICA DOS SANTOS, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 037.861.569-64, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00692018

Publicação Nº 1487571

PORTARIA Nº 0069, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0144/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Santo Antonio, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GRAZIELA OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 039.808.690-75, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00702018

Publicação Nº 1487573

PORTARIA Nº 0070, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0145/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Bela Vista, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.770.439-30, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00712018**

Publicação Nº 1487581

PORTARIA Nº 0071, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0146/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Macieira, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GLAUCIMARA RAMOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 052.696.219-40, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00722018**

Publicação Nº 1487591

PORTARIA Nº 0072, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0147/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários

do CEI Liberata, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA MARIA PEREIRA COUTINHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 431.272.898-47, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00732018**

Publicação Nº 1487600

PORTARIA Nº 0073, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0148/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Liberata, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLEIDE APARECIDA SEGALA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 086.120.429-84, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00742018**

Publicação Nº 1487612

PORTARIA Nº 0074, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0149/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Faxinal dos Carvalhos, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARISTELA LEODORO PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 102.395.159-27, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00752018**

Publicação Nº 1487619

PORTARIA Nº 0075, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0150/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Macieira, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISLAINE APARECIDA BECKER RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 092.716.599-61, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00762018**

Publicação Nº 1487626

PORTARIA Nº 0076, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0151/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Macieira, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CINARA APARECIDA CARDOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.501.139-70, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria nº 00772018**

Publicação Nº 1487631

PORTARIA Nº 0077, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0152/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Macieira, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JACIARA GOMES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.920.969-96, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00782018**

Publicação Nº 1487637

PORTARIA Nº 0078, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0153/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 79 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários do CEI Macieira, visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DAIANE CRISTINA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 833.085.040-49, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00792018**

Publicação Nº 1487651

PORTARIA Nº 0079, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0129/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KARLA DIAS RUCHEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.301.899-62, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 04 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00802018**

Publicação Nº 1487665

PORTARIA Nº 0080, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em



conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0130/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 009.413.809-55, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 04 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00812018**

Publicação Nº 1487700

PORTARIA Nº 0081, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0139/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUANA APARECIDA DE CARVALHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 388.650.638-07, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00822018**

Publicação Nº 1487701

PORTARIA Nº 0082, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0140/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KARINA MACIEL BECHER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.145.399-65, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00832018**

Publicação Nº 1487702

PORTARIA Nº 0083, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 04/2018, da Secretaria de Ação Social;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JACIANE SIQUEIRA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.292.299-64, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00842018**

Publicação Nº 1487703

PORTARIA Nº 0084, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0141/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art 1º. Contratar, em caráter temporário CHAIENE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.714.659-56, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00852018**

Publicação Nº 1487704

PORTARIA Nº 0085, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em

conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0143/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art 1º. Contratar, em caráter temporário MARILENE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 701.334.509-10, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria nº 00862018**

Publicação Nº 1487706

PORTARIA Nº 0086, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0126/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art 1º. Contratar, em caráter temporário LAÍSA FÁTIMA VARGAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.899.409-03, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00872018

Publicação Nº 1487708

PORTARIA Nº 0087, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0128/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art 1º. Contratar, em caráter temporário REGIANE MELO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 036.770.379-30, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 04 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00882018

Publicação Nº 1487709

PORTARIA Nº 0088, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ELIZIANE MARCON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 104.144.999-21, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SÃO JOSÉ, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

### Portaria nº 00892018

Publicação Nº 1487710

PORTARIA Nº 0089, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0006 de 30 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 198/2017, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em concurso público e que não houve preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Operacional, para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IGOR RAFAEL MENEGOL, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 997.724.260-72, na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de janeiro de 2018 até de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 00902018

Publicação Nº 1487712

PORTARIA Nº 0090, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de LEDA DE BASTIANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 069.230.739-79, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 00912018**

Publicação Nº 1487714

PORTARIA Nº 0091, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a determinação do Conselho Regional de Educação Física, através do ofício nº 2017/000179/FCZ;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º – Rescindir o contrato de DANIEL PEDROSO GODOY, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 085.690.179-28, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA - DANÇA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria nº 00922018**

Publicação Nº 1487718

PORTARIA Nº 0092, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 004/2018 do Departamento de Cultura;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear DANIEL PEDROSO GODOY, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 085.690.179-28, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 004/2018

Publicação Nº 1486739

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 004/2018

Pelo presente instrumento de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. CAROLINA MELLO DE ANDRADE, brasileira, casada, portadora do CPF: 064.327.759-57, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as segunites cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, objetivando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal 315/2004 e alterações, ADMITE, por tempo determinado, a Sra. CAROLINA MELLO DE ANDRADE para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, com lotação junto ao C.M.E.I MEUS PRIMEIROS PASSOS com carga horária de 20 (vinte) horas semanais com vínculo Estatutário ao Regime Geral da Previdência Social conforme resultado do Processo de Seleção n. 001/2017 e Portaria n. 010/2018.

JUSTIFICATIVA: Contratação devido ao afastamento da servidora Solange Leandro de Souza efetiva do cargo, conforme art. 61, inciso V da Lei Complementar 08/2001.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Pelos serviços prestados ao CONTRATANTE, a CONTRATADA auferirá remuneração mensal de R\$ 1.227,67 nos termos da legislação vigente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 08/01/2018, até o retorno da servidora afastada, limitado ao término do ano letivo.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido antes de findo o prazo contratual em havendo interesse de ambas as partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA não cumpra com as suas obrigações, ou, ainda, por razões de interesse público. Em qualquer das hipóteses, não haverá direito a indenização por rescisão antecipada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e a Lei Municipal 315/2004 e alterações, declarando a CONTRATADA estar plenamente ciente de seu teor.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento. E por estarem justos e contratados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Frei Rogério SC, 08 de janeiro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO \_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal Servidora Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1.: \_\_\_\_\_ 2.: \_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF

### CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 005/2018

Publicação Nº 1486742

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 005/2018

Pelo presente instrumento de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. CRISTIANE RIBEIRO CONCEIÇÃO, brasileira, casada, portadora do CPF: 026.467.969-51, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as segunites cláusulas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, objetivando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal 315/2004 e alterações, ADMITE, por tempo determinado, a Sra. CRISTIANE RIBEIRO CONCEIÇÃO para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, com lotação junto ao C.M.E.I MEUS PRIMEIROS PASSOS com carga horária de 20 (vinte) horas semanais com vínculo Estatutário ao Regime Geral da Previdência Social conforme resultado do Processo de Seleção n. 001/2017 e Portaria n. 011/2018.

JUSTIFICATIVA: Contratação devido ao afastamento da servidora efetiva Solange Leandro de Souza do cargo conforme art. 61, inciso V da Lei Complementar 08/2001.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO**

Pelos serviços prestados ao CONTRATANTE, a CONTRATADA auferirá remuneração mensal de R\$ 1.227,67 nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 08/01/2018, até o retorno da servidora afastada, limitado ao término do ano letivo.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido antes de findo o prazo contratual em havendo interesse de ambas as partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA não cumpra com as suas obrigações, ou, ainda, por razões de interesse público. Em qualquer das hipóteses, não haverá direito a indenização por rescisão antecipada.

**CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL**

O presente contrato fundamenta-se no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e a Lei Municipal 315/2004 e alterações, declarando a CONTRATADA estar plenamente ciente de seu teor.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento. E por estarem justos e contratados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Frei Rogério SC, 08 de janeiro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO \_\_\_\_\_

Prefeito Municipal

Servidora Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1.: \_\_\_\_\_ 2.: \_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF

**CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 006/2018**

Publicação Nº 1486743

**CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 006/2018**

Pelo presente instrumento de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER, brasileira, casada, portadora do CPF: 052.350.529-94, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, objetivando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal 315/2004 e alterações, ADMITE, por tempo determinado, a Sra. ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, com lotação junto ao C.M.E.I MEUS PRIMEIROS PASSOS com carga horária de 20 (vinte) horas semanais com vínculo Estatutário ao Regime Geral da Previdência Social conforme resultado do Processo de Seleção n. 001/2017 e Portaria n. 012/2018.

JUSTIFICATIVA: Contratação devido ao afastamento da servidora efetiva Loraides Alline Maciel do cargo conforme art. 61, inciso V da Lei Complementar 08/2001.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO**

Pelos serviços prestados ao CONTRATANTE, a CONTRATADA auferirá remuneração mensal de R\$ 1.227,67, nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 08/01/2018, até o retorno da servidora afastada, limitado ao término do ano letivo.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido antes de findo o prazo contratual em havendo interesse de ambas as partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA não cumpra com as suas obrigações, ou, ainda, por razões de interesse público. Em qualquer das hipóteses, não haverá direito a indenização por rescisão antecipada.

**CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL**

O presente contrato fundamenta-se no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e a Lei Municipal 315/2004 e alterações, declarando a CONTRATADA estar plenamente ciente de seu teor.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento. E por estarem justos e contratados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Frei Rogério SC, 08 de janeiro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO \_\_\_\_\_

Prefeito Municipal

Servidora Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1.: \_\_\_\_\_ 2.: \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 007/2018**

Publicação Nº 1486746

**CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 007/2018**

Pelo presente instrumento de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. DENISE MAIA ALBRECHT, brasileira, solteira, portadora do CPF: 103.451.579-90, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, objetivando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal n. 023/2007, ADMITE, por tempo determinado, a Sra. DENISE MAIA ALBRECHT para exercer o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, com lotação junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais com vínculo Estatutário ao Regime Geral da Previdência Social conforme resultado do Processo de Seleção n. 001/2017 e Portaria n. 013/2018.

JUSTIFICATIVA: Contratação para cargo vago até a realização do concurso público.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO**

Pelos serviços prestados ao CONTRATANTE, a CONTRATADA auferirá remuneração mensal de R\$ 954,00 nos termos da legislação vigente.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 08/01/2018, até a realização do concurso público, limitado a 08/01/2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido antes de findo o prazo contratual em havendo interesse de ambas as partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA não cumpra com as suas obrigações, ou, ainda, por razões de interesse público. Em qualquer das hipóteses, não haverá direito a indenização por rescisão antecipada.

**CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL**

O presente contrato fundamenta-se no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e no art. 28 da Lei Municipal 023/2007, declarando a CONTRATADA estar plenamente ciente de seu teor.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento. E por estarem justos e contratados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Frei Rogério SC, 08 de janeiro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO \_\_\_\_\_

Prefeito Municipal

Servidora Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1.: \_\_\_\_\_ 2.: \_\_\_\_\_

Nome: Nome:

CPF: CPF

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 001/2018

Publicação Nº 1486786

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 001/2018, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 001/2018, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 24 de janeiro de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DIVERSOS PARA SER UTILIZADO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 08 de janeiro de 2018.

Orli Antonio Farias Rose Ester Miglioretto  
Prefeito Municipal em exercício Secretaria Municipal

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 002/2018

Publicação Nº 1486789

MUNICIPIO DE GALVÃO  
EXTRATO DO PL Nº 002/2018  
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2018

O Município de Galvão através de seu representante legal Sr. Orli Antonio Farias, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que a partir do dia 08 de Janeiro de 2018, estará aberta a inclusão e atualização do Cadastro de Fornecedores aos interessados que desejarem fornecer bens e serviços ao Município de Galvão no decorrer de 2018. Obs: O edital encontra-se no setor de licitações ou na pagina do Município de Galvão [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br). Informações pelo Telefone (0\*\*49) 3342-1111 ou 3342-1112. Galvão - SC, 08 de janeiro de 2018.

ORLI ANTONIO FARIAS  
Prefeito Municipal em exercício

# Garopaba

## PREFEITURA

### ATO 009 DIVULGA RECURSOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

Publicação Nº 1487428

ATO 009/PS/002/2017

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017.

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, torna público o Julgamento dos Recursos, conforme segue:

CARGO - PROFESSOR DE CIENCIAS - EJA

CANDIDATO Nº 008588 CARLISE LEDUR RIGO – Protocolo nº 0130/2018 – Indeferido – Conforme Edital nº 002/2017 item 11.26 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

CARGO - PROFESSOR DE HISTÓRIA - EJA

CANDIDATO Nº 008270 RENATA SILVANA DE CARVALHO – Protocolo nº 0128/2018 – Indeferido – Conforme Edital nº 002/2017 item 11.26 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

CARGO - PROFESSOR COM LICENCIATURA II – 20H

CANDIDATO Nº 008684 VALDIRENE RODRIGUES ESTEVÃO SILVEIRA – Protocolo nº 0113/2018 – Indeferido – A solicitação é do Edital nº 001/2017 processo seletivo já homologado conforme DECRETO N.º 133, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

CARGO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 30H

CANDIDATO Nº 008177 ANA MARIA VON HOONHOLTZ – Protocolo nº 013/2018 – Indeferido – Conforme Edital nº 002/2017 item 11.26 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do Processo Seletivo.

Garopaba, 10 de janeiro de 2018.  
Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Ato no DOM/SC em 11/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### ATO 010 DIVULGA RECURSOS CONTRA QUESTÕES DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

Publicação Nº 1487532

ATO 010/PS/002/2017

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DA PROVA DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017.

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, torna público o Julgamento dos Recursos Contra Questão da Prova, conforme segue:

CARGO - PROFESSOR COM LICENCIATURA II – 20H

CANDIDATO Nº 008685 VALDIRENE RODRIGUES ESTEVÃO SILVEIRA – Protocolo nº 0142/2018 – deferido – Questão 14 – Anulada.

CANDIDATO Nº 008741 LEANDRA CARINE DA COSTA – Protocolo nº 0143/2018 – deferido – Questão 12 e 14 – Anuladas.

CARGO - PROFESSOR COM LICENCIATURA II – 40H

CANDIDATO Nº 008663 ALCINA MARIA DE SOUZA – Protocolo nº 0144/2018 – deferido – Questão 12 e 14 – Anuladas.

Garopaba, 10 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

Publicado o presente Ato no DOM/SC em 11/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PE083/2017

Publicação Nº 1487773

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 083/2017

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que SUSPENDEU "sine die" o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 29/12/2017, que tem por objeto o registro de preço para aquisição de equipamentos, eletrodomésticos e mobiliários para uso nas Unidades de Saúde e Policlínica Municipal. O edital foi suspenso para retificações devido a impugnação interposta ao mesmo.

Garopaba - SC, 10 de janeiro de 2018.

Rafael de Souza

Pregoeiro

### EXTRATO TERMO ADITIVO 2º AO CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

Publicação Nº 1487617

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 001/2016. PROCESSO Nº 027/2016; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; CONTRATADO: ÓTICA SRL EIRELI; CNPJ sob nº 16.756.117/0001-30 OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO nº 001/2016 POR 12 MESES, À PARTIR DE 01/01/2018 DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 3º AO CREDENCIAMENTO Nº 006/2015**

Publicação Nº 1487635

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 006/2015. PROCESSO Nº 132/2016; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; CONTRATADO: INSTITUTO PRÓ SAÚDE POLICLÍNICA ESPECIALIZADA; CNPJ sob nº 05.896.429/0001-22 OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO nº 006/2015 POR 12 MESES, À PARTIR DE 01/01/2018 DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

31/03/1992, correspondente a 03 (três) anos e 01 (um) mês, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de janeiro de 2018.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 4º AO CREDENCIAMENTO Nº 002/2014**

Publicação Nº 1487644

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 002/2014. PROCESSO Nº 014/2014; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; CONTRATADO: MUCCI & RIO ANALISES E DIAGNÓSTICOS CLINICOS S/S; CNPJ sob nº 07.150.735/0001-40 OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO nº 002/2014 POR 12 MESES, À PARTIR DE 01/01/2018 DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

**EXTRATO TERMO ADITIVO 6º AO CREDENCIAMENTO Nº 010/2012**

Publicação Nº 1487625

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 010/2012. PROCESSO Nº 065/2012; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA; CONTRATADO: ESSÊNCIA DA SAÚDE CLÍNICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADAS LTDA; CNPJ sob nº 11.911.384/0001-10 OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO nº 010/2012 POR 12 MESES, À PARTIR DE 01/01/2018 DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

**PORTARIA N.º 045/2018.**

Publicação Nº 1487020

PORTARIA N.º 045, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00017/17-4, nos assentos funcionais da servidora ROSA MARIA DE SOUZA BENTO, detentora da matrícula funcional nº. 0038 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR e dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) ROSA MARIA DE SOUZA BENTO, detentor(a) da matrícula nº 0038 e do cargo de provimento efetivo de Professor, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o protocolo nº 20001050.1.00017/17-4, quanto ao período de 01/03/1989 a



# Gaspar

## PREFEITURA

### TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 1487495

#### TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GASPAR, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GASPAR.

O MUNICÍPIO DE GASPAR neste ato representado pelo Prefeito Municipal KLEBER EDSON WAN-DALL, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua São Pedro, nº 128, Bairro Centro, CEP nº 89110-900 – Gaspar/SC, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representado pela Senhora, Secretária Municipal de Educação, ZILMA MÔNICA SANTÃO BENEVENUTTI, portadora do CPF nº 816.525.269-00, nomeada pelo Decreto nº 7.605, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOM no dia 09 de agosto de 2017, e a entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GASPAR, inscrita no CNPJ sob nº 83.794.982/0001-68, com sede na Rua Mafra, nº 99, Bairro Santa Terezinha, CEP nº 89114-232, Gaspar, Santa Catarina, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo PRESIDENTE, Senhor ROGÉRIO ALVES DE ANDRADE, portador do CPF nº 798.930.159-87, residente na Rua 31 de Julho, nº 95, Bairro Coloninha, CEP: 89110-113, Gaspar, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, registrado sob o nº 001/2018 regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2018, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, Lei Municipal nº 3.616, de 13 de novembro de 2014, Decreto Municipal nº 900 de 15 de junho de 2005 e ainda demais instruções normativas e legislações decorrentes da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, consoante o processo administrativo nº 001/2018 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### 1 DO OBJETO

1.1 O presente termo de fomento tem por objeto, a conjugação de esforços entre as partes convenientes e o auxílio financeiro à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para a execução do projeto denominado "Manutenção da APAE Gaspar" conforme plano de trabalho anexo a este termo de fomento.

#### 2 DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2.1 Integra este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, apresentado a CONCEDENTE e aprovado por sua equipe técnica, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujo termos os partícipes acatam integralmente.

#### 3 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

##### 3.1 DA CONCEDENTE:

3.1.1 Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial referentes ao objeto do presente convênio;

3.1.2 Transferir à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os recursos financeiros previstos para a execução deste termo de fomento, de acordo com a programação orçamentária e financeira e o estabelecido no cronograma de desembolso do presente convênio;

3.1.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste termo de fomento, comunicando à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

3.1.4 Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do termo de fomento e do seu plano de trabalho;

3.1.5 Analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira, apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

3.1.6 Retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos da legislação vigente;

3.1.7 Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a CONCEDENTE assumir essas responsabilidades, nos termos da legislação vigente;

3.1.8 Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos da legislação vigente;

3.1.9 Prorrogar de ofício a vigência do termo de fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitado à prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos da legislação vigente;

3.1.10 Publicar, no Diário Oficial dos Municípios, extrato do termo de fomento;

3.1.11 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público e demais órgãos responsáveis; e

3.1.12 Analisar as prestações de contas relativas a este termo de fomento, nos termos da legislação vigente aplicável.

## 3.2 DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

3.2.1 Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019/2014 e Instrução Normativa N. TC-014/2012;

3.2.2 Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;

3.2.3 Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

3.2.4 Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Fomento, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

3.2.5 Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição Federal e pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;

3.2.6 Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

3.2.7 Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno e externos;

3.2.8 Submeter previamente à CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

3.2.9 Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observado as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

3.2.10 Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

3.2.11 Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Termo de Fomento, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019/2014, mantendo-o atualizado;

3.2.12 Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando sempre que houver alterações;

3.2.13 Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;

3.2.14 Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

3.2.15 Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

3.2.16 Facilitar a supervisão e a fiscalização da CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

3.2.17 Permitir o livre acesso de conselheiros da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

3.2.18 Manter, em seu sítio oficial na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

3.2.19 Prestar contas à CONCEDENTE no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento do recurso, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do art. 58 da Instrução Normativa N. TC-014/2012, do art. 2º, inciso II, do Decreto Municipal nº 900/2005 e capítulo IV da Lei nº 13.019/2014;

3.2.20 Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

3.2.21 Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Fomento e, obedecido o modelo estabelecido pela CONCEDENTE, afixar a marca do Secretaria de Educação nas placas, painéis, outdoors e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento;

3.2.22 Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

3.2.23 Formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, no caso de adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, nas hipóteses de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção;

3.2.24 Manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

3.2.25 Permitir à CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;

3.2.26 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

3.2.27 Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

3.2.28 Apresentar relatórios semestrais contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos com a execução do projeto, detalhando a metodologia empregada para a execução das metas previstas no plano de trabalho, bem como análise do impacto social sobre o público-alvo beneficiado e sobre o problema e/ou demanda que deu origem ao projeto; e

3.2.29 Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às

despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

#### 4 DOS VALORES E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste termo de fomento são no valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso abaixo especificado:

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO						
Serviço de acolhimento, sob a modalidade abrigo institucional denominado ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GASPAR	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
	R\$ 50.475,00	R\$ 50.475,00	R\$ 18.405,00	R\$ 18.405,00	R\$ 18.405,00	R\$ 18.405,00
	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
	R\$ 18.405,00	R\$ 18.405,00	R\$ 18.405,00	R\$ 18.405,00	R\$ 18.405,00	R\$ 33.405,00

4.2 O valor a ser repassado mensalmente à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL estipulado no item 4.1, correrão à conta da dotação alocada no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 3820, novembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 08 de dezembro de 2017, Unidade Gestora Educação Fundamental, vinculada à Função Programática Nº 04.07.12.361.0010.2042.3350, à conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal, Fonte de Recursos Próprios, Natureza da Despesa: 3.3.50.

#### 5 DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os recursos financeiros relativos ao repasse da CONCEDENTE serão depositados em conta corrente específica e isenta de tarifa bancária, nos termos da legislação vigente.

5.2 Os recursos deste termo de fomento geridos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

5.3 Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

5.4 Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do termo de fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e anuência prévia da CONCEDENTE, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.5 A conta referida no caput desta Cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

#### 6 DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1 O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 É vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

6.2.1 utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho; e

6.2.2 pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

6.3 Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final pela CONCEDENTE e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária nos termos da legislação vigente.

#### 7 DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

7.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela CONCEDENTE, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

7.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

7.3 Para fins de comprovação das despesas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço nos termos da legislação vigente,

7.4 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas, nos termos da legislação vigente.

#### 8 DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

8.1 A execução do objeto deste termo de fomento será acompanhada pela CONCEDENTE por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular do termo, devendo ser registradas na CONCEDENTE.

8.2 As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento deste termo de fomento constantes da CONCEDENTE, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica do termo de fomento, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas ao termo de fomento.

8.3 A CONCEDENTE realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento deste termo de fomento, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da termo e do alcance das metas previstas, hipótese em que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá ser previamente notificada.

8.4 Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado na CONCEDENTE e enviado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

8.5 A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela CONCEDENTE, pelos órgãos de controle interno e externos competentes.

## 9 DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1 O prazo de vigência deste termo de fomento será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014.

## 10 DA ALTERAÇÃO

10.1 Este termo de fomento poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término nos termos da legislação vigente.

10.2 Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho e este termo de fomento, desde que submetidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e aprovados previamente pela CONCEDENTE.

## 11 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá conter elementos que permitam a CONCEDENTE avaliar o andamento e concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, e os resultados alcançados e periodicidade nos termos da legislação vigente.

11.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes nos termos da legislação vigente.

11.3 Para fins de prestação de contas, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar relatório semestral de execução do objeto, à CONCEDENTE, que conterá, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

11.3.1 a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

11.3.2 a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

11.3.3 os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

11.3.4 os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

11.3.5 informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

11.3.6 informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;

11.3.7 informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto; e

11.3.8 justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso.

11.4 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar os relatórios de execução financeira e prestação de contas, na periodicidade e nos termos da legislação vigente, e deverá conter no mínimo:

11.4.1 a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

11.4.2 o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

11.4.3 o extrato da conta bancária específica;

11.4.4 a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

11.4.5 a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

11.4.6 notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e do fornecedor e indicação do produto ou serviço nos termos da legislação vigente.

11.4.7 comprovação de pagamento, retenções necessárias, regularidade e cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários, obrigações e benefícios dos seus empregados utilizados na execução do objeto pactuado no presente termo de fomento, bem como a comprovação da manutenção das suas condições estabelecidas no início da vigência deste termo.

11.5 A análise do relatório de execução financeira e prestação de contas será feita pela CONCEDENTE e contemplará:

11.5.1 o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho; e

11.5.2 a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica deste termo de fomento.

11.6 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter a guarda dos documentos relativos à execução deste termo de fomento nos termos da legislação vigente, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

11.7 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar a prestação de contas por meio de relatório de execução do objeto, comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das férias e demais encargos quando for o caso.

11.8 A análise da prestação de contas pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido nos relatórios da CONCEDENTE, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

11.8.1 os relatórios de execução do objeto, execução financeira e prestação de contas feitos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

11.8.2 relatório de visita técnica in loco, quando houver; e

11.8.3 relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

11.9 Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor do termo de fomento, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos do mesmo.

11.10 Na hipótese de a análise de que trata o item 11.09 concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor do termo de fomento, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que apresente suas considerações e justificativas.

11.11 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar o disposto na Instrução Normativa n. TC - 014/2012, e o Decreto Municipal nº 900/2005 além das demais previsões contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 ou aquelas que vierem a substituí-las, bem como os prazos previstos nos termos da legislação vigente.



11.12 O parecer técnico conclusivo da prestação de contas embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

11.12.1 aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas do termo de fomento;

11.12.2 aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas do termo de fomento, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

11.12.3 rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

11.12.4 omissão no dever de prestar contas;

11.12.5 descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

11.12.6 dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

11.12.7 desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

11.13 A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos do termo de fomento.

11.14 A decisão sobre a prestação de contas caberá à autoridade responsável por celebrar o termo de fomento, vedada à subdelegação.

11.15 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

11.15.1 apresentar recurso, no prazo previsto, à autoridade que a proferiu, a qual, se manifestara nos termos da legislação vigente ; ou

11.15.2 sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, nos termos da legislação vigente.

11.16 Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

11.16.1 no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar na CONCEDENTE as causas das ressalvas; e

11.16.2 no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que, nos termos da legislação vigente:

11.16.2.1 devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

11.16.2.2 solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

11.17 O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

11.18 A CONCEDENTE deverá manifestar-se sobre a solicitação de que trata o item 11.17.2 nos termos da legislação vigente, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência do Secretário Municipal responsável pelo repasse de recursos.

11.19 A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução do termo de fomento.

11.20 Na hipótese do item 11.17.2.1, o não ressarcimento ao erário ensejará:

11.20.1 a instauração da Tomada de Contas Especial, nos Termos da legislação vigente; e

11.20.2 o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas na CONCEDENTE, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

11.21 O prazo de análise da prestação de contas será aquele definido na legislação vigente, contados da data de recebimento do relatório de execução do objeto, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

11.22 O transcurso do prazo definido no item 11.22, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

11.22.1 não impede que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL participe de outros chamamentos públicos e celebre novos termos de fomentos ou convênios; e

11.22.2 não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

11.23 Se o transcurso do prazo definido no item 11.22, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da CONCEDENTE, sem que se constate dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela CONCEDENTE, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

## 12 DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

12.1 O presente TERMO DE FOMENTO poderá ser:

12.1.1 denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a comunicação dessa intenção;

12.1.2 rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

12.1.2.1 utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho e demais normas relativas ao objeto do presente termo de fomento;

12.1.2.2 inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

12.1.2.3 constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

12.1.2.4 verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

## 13 DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

13.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste termo de fomento, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá restituir a CONCEDENTE, nos termos da legislação vigente, os saldos financeiros remanescentes, bem como os bens materiais permanentes disponibilizados pelo poder público ou adquiridos por ela com os recursos provenientes do termo de fomento.

13.2 Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

13.2.1 o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

13.2.2 os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

13.2.3 o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens em desacordo com a legislação



vigente.

13.3 A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente.

13.4 Os débitos a serem restituídos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

13.4.1 nos casos em que for constatado dolo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazos de análise da prestação de contas pela mesma; e

13.4.2 nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

13.4.2.1 do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução do termo de fomento; ou

13.4.2.2 do término da execução do termo de fomento, caso não tenha havido a notificação de que trata o item 13.4.2.1, com subtração de eventual período de inércia do CONCEDENTE quanto ao prazos de análise da prestação de contas pela Administração Pública Municipal.

13.5 os débitos a serem restituídos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

#### 14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

14.1 Nos termos da legislação vigente, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

14.1.1 advertência;

14.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria, contrato ou convênio com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

14.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria, contrato ou convênios com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONCEDENTE, que será concedida sempre que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 A CONCEDENTE determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nos termos da legislação vigente.

#### 15 DA AÇÃO PROMOCIONAL

15.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente do termo de fomento, será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição Federal.

15.2 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá disponibilizar para a CONCEDENTE a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

15.3 A CONCEDENTE fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

#### 16 DOS BENS REMANESCENTES

16.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do termo de fomento, os equipamentos e materiais permanentes disponibilizados pela administração pública ou adquiridos com recursos provenientes da celebração, serão devolvidos a CONCEDENTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da CONCEDENTE.

#### 17 DA DIVULGAÇÃO

17.1 Em razão do presente termo de fomento, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto deste termo de fomento, por qualquer meio ou forma, a participação da CONCEDENTE.

17.2 A publicidade de todos os atos derivados do presente termo de fomento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### 18 DA PUBLICAÇÃO

18.1 A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### 19 DO FORO

19.1 É obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais litígios decorrentes da execução do termo de fomento, não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste termo de fomento, o foro da Comarca de Gaspar.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos Termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Gaspar, 10 de janeiro de 2018.

ROGÉRIO ALVES DE ANDRADE Presidente da entidade APAE	ZILMA MÔNICA S. BENEVENUTTI Secretária Municipal de Educação de Gaspar
--	---

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

Publicação Nº 1487705

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC, torna público que realizará PROCESSO SELETIVO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal.

#### DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

1. Este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.
2. Todas as etapas deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão realizadas no Município de Governador Celso Ramos - SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério, exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.
3. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO constará de Avaliação Escrita Objetiva, conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.
4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos nas etapas descritas no Anexo II, no seguinte endereço:
  - 3.1 Endereço: FAEPESUL - Avenida José Acácio Moreira, 787, Dehon, Tubarão – SC – CEP 88-704-900 – Centro de Convivência da Unisul – 2º Andar;
  - 3.2 Telefone: (48) 3621-3002 ou (48) 3621-3215;
  - 3.3 Horário: das 14h00min às 17h00min, em dias úteis.
5. Os cargos com os respectivos números de vagas, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.
6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.
  - 5.1 Os candidatos PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) deverão observar as regras constantes no Anexo V.
  - 5.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.
7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO se dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.
  - 6.1 No sítio de internet do Município de Governador Celso Ramos – SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
  - 6.2 No sítio de internet da FAEPESUL: ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos));
8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.
9. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.
  - 8.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPESUL.
10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo VIII.
11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão convocados para ocupar os Cargos, em funções das vagas constantes no Anexo III e de acordo com a necessidade do Município de Governador Celso Ramos - SC dentro do prazo de validade do certame.
12. A aprovação neste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO não implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Governador Celso Ramos - SC.
13. Os candidatos aprovados, quando convocados ao trabalho, deverão apresentar os documentos admissionais exigidos pelo Município de Governador Celso Ramos - SC.
  - 12.1 A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;
  - 12.2 O candidato será convocado através dos meios de comunicação informado na ficha de inscrição deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;
  - 12.3 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Gerência de Pessoal do Município de Governador Celso Ramos - SC;
  - 12.4 O Município de Governador Celso Ramos - SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), carta com AR (Aviso de Recebimento), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).
  - 12.5 Após a convocação, o candidato terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para apresentação da documentação e tomar Posse no Cargo;
  - 12.6 O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados;

12.7 O candidato será convocado quantas vezes for necessário, durante a validade deste processo seletivo, segundo a ordem de classificação, até o limite das vagas autorizadas.

14. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO terá validade de 01 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Final a critério do Município de Governador Celso Ramos - SC.

15. Será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO o candidato que:

14.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortêsias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;

14.2 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

14.3 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

14.4 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.5 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

14.6 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta, apostar a sua assinatura ou de outros documentos, nos termos deste Edital;

14.7 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;

14.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame;

14.9 Faltar a qualquer uma das fases do certame de caráter eliminatório;

14.10 Não pontuar ou não atingir os quantitativos mínimos de pontuação definidos neste Edital na Avaliação Escrita Objetiva;

14.11 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPESUL, para:

16.1 Deferir e indeferir as inscrições;

16.2 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;

16.3 Prestar informações sobre o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;

16.4 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e demais etapas do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, bem como divulgar seus respectivos resultados;

16.5 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;

16.6 Publicar a homologação final do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO constituída pela Portaria Municipal nº 003/2018.

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO é o da Comarca de Biguaçu - SC.

Governador Celso Ramos - SC, 11 de janeiro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

#### ANEXO I CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
11/01/2018	Publicação: • Extrato Edital – Imprensa Oficial; • Edital.
11/01/2018 à 18/01/2018	Período para impugnação das disposições do Edital.
11/01/2018 à 26/01/2018	Período para: • Inscrição pela Internet ou posto de atendimento; • Emissão e remissão do boleto bancário; • Pagamento da taxa de inscrição; • Recebimento dos requerimentos para PNE; • Atendimento de Necessidades Especiais no Posto de Atendimento; • Protocolo dos documentos comprobatórios da isenção da taxa de inscrição.
29/01/2018	Data limite para pagamento da Taxa de Inscrição.
30/01/2018	Publicação: • Lista das inscrições deferidas; • Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos.
31/08/2018	Data para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.
01/02/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da Avaliação Escrita Objetiva.
04/02/2018	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

06/02/2018	Divulgação do Gabarito Preliminar e do caderno de Provas das Avaliações Escritas Objetivas aplicadas.
07/02/2018	Data para interposição de Recursos Administrativos concernente às questões e ao Gabarito Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
21/02/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
22/02/2018	Período para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
28/02/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Final da Avaliação Escrita Objetiva; • Homologação do Processo Seletivo Público.

## ANEXO II ETAPAS

CARGOS	Avaliação Escrita Objetiva
	Classificatória/Eliminatória
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 1 CAEIRA DO NORTE	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 2 AREIAS DE CIMA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 3 CALHEIROS	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 3 CANTO DOS GANCHOS	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 4 COSTEIRA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 4 FAZENDA DA ARMAÇÃO	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 5 PALMAS	X
AUXILIAR DE GABINETE DENTÁRIO (ESF)	X
ENFERMEIRO (ESF)	X
MÉDICO CARDIOLOGISTA	X
MÉDICO GINECOLOGISTA	X
MÉDICO ORTOPEDISTA	X
MÉDICO PEDIATRA	X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local aprezados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará **ELIMINAÇÃO** do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter eliminatório/classificatório de acordo com a forma constante no Anexo VII.

## ANEXO III

### CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÃO

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da posse. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos itens 7 e 8 deste Anexo, a nomeação não será efetivada.

2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de Governador Celso Ramos - SC.

3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.

4. O regime jurídico é o estatutário.

5. Além dos quantitativos de vagas expressas na tabela constante no item 7, os Candidatos classificados acima das vagas estabelecidas figurarão como Cadastro Reserva para posterior análise de aproveitamento pela Administração Municipal.

6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) vagas terão a reserva de cinco por cento em face da classificação obtida para Portadores de Necessidades Especiais – PNE conforme anexo V deste Edital.

6.1 Caso não houver nenhum candidato Portador de Necessidade Especial inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

### 7. CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS:

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS (R\$)
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 1 CAEIRA DO NORTE	1	40	1.332,50
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 2 AREIAS DE CIMA	2	40	1.332,50

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 3 CALHEIROS	1	40	1.332,50
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 3 CANTO DOS GANCHOS	1	40	1.332,50
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 4 COSTEIRA	1	40	1.332,50
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 4 FAZENDA DA ARMAÇÃO	2	40	1.332,50
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 5 PALMAS	2	40	1.332,50
AUXILIAR DE GABINETE DENTÁRIO (ESF)	3	40	1.230,00
ENFERMEIRO (ESF)	3	40	2.733,33
MÉDICO CARDIOLOGISTA	1	20	5.125,00
MÉDICO GINECOLOGISTA	1	20	5.125,00
MÉDICO PSIQUIATRA	1	20	5.125,00
MÉDICO ORTOPEDISTA	1	20	5.125,00
MÉDICO PEDIATRA	1	20	5.125,00

#### 8. CARGOS, NÍVEL, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

CARGOS	NÍVEL ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (Todos)	FUNDAMENTAL	Habilitação de Conclusão do Curso de Ensino Fundamental e/ou Curso de Capacitação para o cargo e residir na área de atuação.
AUXILIAR DE GABINETE DENTÁRIO (ESF)	MÉDIO	Habilitação de Conclusão do Curso de Ensino Médio.
ENFERMEIRO (ESF)	SUPERIOR	Habilitação de Conclusão do Curso Superior de Enfermagem, com Registro no Conselho Regional de Enfermagem.
MÉDICO CARDIOLOGISTA	SUPERIOR	Habilitação de Conclusão do Curso Superior em Medicina com especialização em cardiologia, com Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
MÉDICO GINECOLOGISTA	SUPERIOR	Habilitação de Conclusão do Curso Superior em Medicina com especialização em ginecologia, com Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
MÉDICO ORTOPEDISTA	SUPERIOR	Habilitação de Conclusão do Curso Superior em Medicina, com especialização em ortopedia com Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
MÉDICO PSIQUIATRA	SUPERIOR	Habilitação de Conclusão do Curso Superior em Medicina, com especialização em psiquiatria, com Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).
MÉDICO PEDIATRA	SUPERIOR	Habilitação de Conclusão do Curso Superior em Medicina, com especialização em pediatria com Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM).

• **ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:** As atribuições dos cargos estão definidos nas seguintes Leis Municipais: 1.159/2016, 1.088/2016, 1.086/2016, 1.072/2015, 924/2013, 374/2004, 303/2003, 676/2000 288/1995, 121/1993, 056/1993.

#### ANEXO IV INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPESUL, no seguinte endereço: [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos).

2. Os candidatos que não possuem acesso à Internet deverão se dirigir ao Posto de Atendimento, constante no item 4 deste Edital.

3. O valor das inscrições segue a tabela abaixo:

ESCOLARIDADE	VALOR (em R\$)
Nível Superior	100,00
Nível Técnico/Médio	80,00
Nível Fundamental	60,00

4. Serão aceitos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue.

4.1 Os Candidatos que desejam usufruir da isenção para Doadores de sangue devem preencher os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 999/2014 e seguir com os seguintes procedimentos:

4.1.1 Efetuar a inscrição no sítio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção Isenção da Taxa de Inscrição: "Doador de Sangue";

4.1.2 Protocolar Formulário - Anexo X e, em conjunto com o formulários os seguintes documentos comprobatórios:

4.1.2.1 Declaração que comprove três doações nos últimos 12 (doze) meses contados da publicação deste Edital, mediante documento



específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada;

4.1.2.2 Comprovante de residência no Município de Governador Celso Ramos emitido no máximo nos últimos 12 (doze) meses anterior à data da publicação do Edital

4.1.3 Os documentos descritos no item 4.1.2 deste Anexo poderão ser protocolados junto ao Posto de Atendimento, descrito no item IV deste Edital ou encaminhar, para o Endereço do Posto de Atendimento, por correio através da Opção Sedex/AR.

4.1.3.1 Os documentos encaminhados por correio devem chegar até o prazo máximo estabelecido no Cronograma descrito no Anexo I, não se responsabilizando a FAEPESUL por qualquer atraso ou outro fator que interfira no Cronograma estabelecido, sendo inutilizado o instrumento recebido fora no prazo definido.

5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

5.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

5.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

6. Será permitido a inscrição para apenas 1 (um) Cargo.

7. Após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada.

8. O sistema de inscrição via Internet permite ao candidato, a emissão de uma segunda via do boleto bancário, esse só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.

9. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.

10. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável pelo recebimento, sobre o efetivo adimplemento dos boletos bancários.

11. Caso o candidato não conste na Lista de inscrições deferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.

12. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

13. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.

14. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.

15. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.

16. A inscrição no presente PROCESSO SELETIVO PÚBLICO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

#### ANEXO V

##### PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

##### CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E

##### CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

1. Dos cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para os Candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE, na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei nº 12.870 de 12 de Janeiro de 2004 do Estado de Santa Catarina.

1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.

2. Não havendo candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE classificados em números suficientes para preencheras vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

3. Os candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE deverão protocolizar, no posto de atendimento descrito no item 4 deste Edital, o respectivo Laudo Médico que ateste sua portabilidade de necessidade especial, contendo o respectivo CID e a confirmação da sua capacidade física e mental para exercer o Cargo pretendido no prazo constante no Anexo I.

4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada), referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.

5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação da Junta Médica Oficial do Município de Governador Celso Ramos - SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.

6. Após análise da Junta Médica Oficial, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu,

o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

7. Para efeito deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.

8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.

9. O candidato portador de deficiência participará do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

10. Os candidatos que necessitem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis, com antecedência. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante (adulto), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a Avaliação acima mencionada.

11.1 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.

12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.

13. Tendo sido aprovada no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a pessoa portadora de necessidade especial será submetida à Equipe Multiprofissional do Município de Governador Celso Ramos - SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadas de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.

14. Em virtude das vagas ofertadas neste Edital não reserva de vagas para Portadores de Necessidades Especiais – PNEs.

#### ANEXO VI CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de, no máximo, 10 (dez) pontos.

3. O critério de desempate da Avaliação Escrita Objetiva obedecerá à seguinte ordem:

3.1 Tiver idade superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;

3.2 Obter a maior nota na prova objetiva de conhecimentos específicos;

3.3 For o mais idoso;

3.4 Possuir maior titulação acadêmica.

4. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.

#### ANEXO VII AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter classificatório/eliminatório, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.

2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.

3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

4. A Avaliação Escrita Objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.

4.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas Objetivas:

CARGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ESPECÍFICAS CARGO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (Todos)	10	10	5
AUXILIAR DE GABINETE DENTÁRIO (ESF)	10	10	5
ENFERMEIRO (ESF)	10	10	5
MÉDICO CARDIOLOGISTA	10	10	5
MÉDICO GINECOLOGISTA	10	10	5

MÉDICO ORTOPEDISTA	10	10	5
MÉDICO PEDIATRA	10	10	5

5. Cada questão terá o valor de 0,40 (zero quarenta) pontos

6. O resultado da Avaliação Escrita Objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

7. A Nota mínima, na Avaliação Escrita Objetiva para classificação e, consequente continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de 01 (um) ponto, independentemente da disciplina.

8. O Candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descrito neste item será, automaticamente, ELIMINADO do certame.

9. Na hipótese de anulação de questão (ões) da Avaliação Escrita Objetiva, por parte da Comissão de Coordenação do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

10. Na Avaliação Escrita Objetiva, também, será considerada com pontuação 0 (zero), a resposta do candidato contida no cartão-resposta quando:

10.1 Contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível(is);

10.2 Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;

10.3 Não estiver assinalada (s);

10.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas;

10.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.

11. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo Candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

11.1 O Candidato que não assinar ou recusar a apostar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

11.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.

11.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.

11.4 O preenchimento do cartão será de inteira responsabilidade do candidato.

11.5 O cartão-resposta não será substituído.

12. A duração da Avaliação Escrita Objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 2h30min (duas horas e trinta minutos).

13. O candidato somente poderá se retirar do local da Avaliação Escrita Objetiva, após 1h (uma hora) do seu início.

14. Para a entrada nos locais de realização das Avaliações, conforme etapas descritas no Anexo II, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitado, a confirmação de inscrição.

14.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de exercício profissional; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

15. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 min (quarenta e cinco minutos) antes do horário previsto para aplicação da prova.

16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a Avaliação Escrita Objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

17. Durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva é vedada a consulta a: livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

17.1 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, antes do início das avaliações, para serem devolvidos ao seu término.

17.2 A FAEPSUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

18. A Avaliação Escrita Objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da Avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

19. O candidato, ao encerrar a Avaliação Escrita Objetiva, entregará, ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o Caderno de Avaliação, podendo reter para si, apenas, a folha do Caderno de Avaliação onde consta o rascunho do gabarito.

20. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a Avaliação Escrita Objetiva, somente poderão retirar-se, após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinar a Ata de Encerramento da Avaliação Escrita Objetiva.

20.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

21. O Gabarito da Avaliação Escrita Objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

22. Os Cadernos de Avaliações ficarão disponíveis no site [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

23. O conteúdo programático para a Avaliação Escrita Objetiva será assim composto:

**22.1 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, TÉCNICO e MÉDIO:**

**22.0.1 LÍNGUA PORTUGUESA:** Nova Ortografia. Análise e interpretação de texto. Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia; Semântica. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem; Termos essenciais da oração; Vícios de linguagem, semântica; Gramática, divisão silábica, Crase, Classes gramaticais variáveis, Termos integrantes da oração, Orações coordenadas, Orações subordinadas: substantivos e pontuação. Encontros vocálicos, encontros consonantais; Dígrafo, sílaba; Sinais de pontuação; Sinônimos, antônimos, homônimos, substantivo, adjetivo, numeral, verbo, advérbio, preposição; Linguagem coloquial e formal; Sentido figurado; Gênero (masculino/feminino); Concordância entre adjetivos e substantivos.

**22.0.2 MATEMÁTICA:** Raciocínio Lógico. Operações Matemáticas: Adição, Subtração, Multiplicação, Divisão. Operações em conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais e reais). Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; estatística; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias. Máximo divisor comum e mínimo divisor comum. Algarismos romanos. Raízes. Frações.

**22.0.3 ESPECÍFICAS AUXILIAR DE GABINETE DENTÁRIO (ESF):** Processos radiográficos em Odontologia. Radioproteção. Etiologia e comportamento da cárie dental. Métodos e ação do Flúor. Os diversos materiais de uso odontológico e suas propriedades gerais (físico-químicas, biológicas, manipulatórias, estéticas e aplicações clínicas). Biossegurança. Classificação dos procedimentos e instrumentais odontológicos. Princípios de controle das infecções. Proteção pessoal, equipe, paciente e meio ambiente. Montagem, limpeza e desinfecção do consultório odontológico. Preparo do material, monitorização e meios de esterilização. Armazenamento do material estéril. Desinfetantes e anti-sépticos: uso e efeitos. Descarte dos resíduos produzidos no consultório odontológico.

**22.0.4 ESPECÍFICAS ENFERMEIRO (ESF):** Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higiene das mãos. Fundamentos e exercício da enfermagem: Lei do exercício profissional - análise crítica. Código de Ética - análise crítica. Epidemiologia e enfermagem. Estatística e enfermagem. Teorias em enfermagem. Enfermeiro como líder e agente de mudança. Concepções teórico-práticas da assistência de enfermagem. Administração dos serviços de enfermagem: Políticas públicas em saúde e sua evolução histórica. Lei orgânica de saúde a partir da Constituição Federal de 1988. Processo social de mudança das práticas sanitárias no SUS e na enfermagem. Administração de materiais e enfermagem. Normas, rotinas e manuais - elaboração e utilização na enfermagem. Teorias administrativas e enfermagem. Organização dos serviços de enfermagem. Estrutura e funcionamento dos serviços de enfermagem. Planejamento na administração e na assistência de enfermagem em ambulatorios. Enfermagem e recursos humanos - recrutamento e seleção. Enfermagem em equipe - dimensionamento dos recursos humanos. Enfermagem, enfermeiro, tomada de decisão na administração da assistência e do serviço. Enfermagem na auditoria dos serviços e da assistência. Normas do Ministério da Saúde para atuação: programa nacional de imunizações, programa da mulher, programa da criança, programa do adolescente, programa do idoso, programa DST e AIDS, programa de hanseníase, programa de pneumologia sanitária, programa de hipertensão, programa de diabético. Processo de enfermagem - teoria e prática. Consulta de enfermagem. Participação do enfermeiro na CIPA. Emergências clínico-cirúrgicas e a assistência de enfermagem. Primeiros socorros na empresa. Assistência integral por meio do trabalho em equipes: de enfermagem, multiprofissional e interdisciplinar. Planejamento do ensino ao cliente com vistas ao autocuidado: promoção e prevenção da saúde.

**22.0.5 ESPECÍFICAS MÉDICO CARDIOLOGISTA, MÉDICO GINECOLOGISTA, MÉDICO ORTOPEDISTA E MÉDICO PEDIATRA:** Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higiene das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico. Indicadores de saúde pública; Portaria nº 1886 de 18 de dezembro de 1997, que aprova as normas e diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família; Programa de Saúde da Família, noções de medicina comunitária, verminoses, noções de trabalho em equipe, noções de administração e planejamento público, cronograma de atendimento, territorialização, visitas médicas domiciliares, tuberculose e dermatologia. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

**22.1 CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:**

**22.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura, compreensão e interpretação de textos. Linguagem verbal e não verbal. Recursos que estabelecem a coesão do texto. Ortografia das palavras. Nova Ortografia. Estabelecer concordância nominal e verbal. Acentuação gráfica das palavras.

**22.1.2 MATEMÁTICA:** Adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas com as quatro operações. Regra de três simples e composta. Cálculo de áreas. Juros e porcentagem.

**22.1.3 ESPECÍFICAS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:** Conceito de Agente Comunitário de Saúde; Atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde: Quem é o ACS, Cadastramento e acompanhamento dos dados coletados; Diagnóstico do Meio Ambiente; Micro área e Micro área de risco; Mapeamento; Funções. Higiene, profilaxia e imunidade. Tipos de doença: hereditária, congênita, adquirida e epidemiológica. Fontes de infecção. Doenças causadas por bactérias e vírus. AIDS e Dengue. Principais verminoses humanas.

**ANEXO VIII****INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de publicação, a respeito:
  - a) Revisão do indeferimento de inscrição;
  - b) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
  - c) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
  - a) Fundamental, com argumentação lógica e consistente;
  - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
  - c) Estar relacionado ao próprio impetrante.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis na Área do Candidato no prazo final para publicação da Etapa e resultado, na forma de extrato, publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.
9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

**ANEXO IX****DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO**

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.
2. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:
  - 1.1 A aprovação neste Processo Seletivo Público;
  - 1.2 A prova da nacionalidade;
  - 1.3 O gozo dos direitos políticos;
  - 1.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
  - 1.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
  - 1.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
  - 1.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
  - 1.8 A comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
  - 1.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
  - 1.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
  - 1.11 Declaração de não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.
3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.
4. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:
  - 3.1 Cancelamento da naturalização;
  - 3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
  - 3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;
  - 3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.
5. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato e gera a sua recondução à última colocação.



neste certame.

**ANEXO X**  
**FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC	
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018	
FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO	
Protocolo: _____	
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Número de inscrição:	Cargo:
Nome:	
Telefones de contato:	E-mail:
DOCUMENTOS ENTREGUES	
OPÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS
Declaração doação de Sangue	
Comprovante de Endereço	
TOTAL DE FOLHAS ->	
Local e data do recebimento:	
Local: Data:	
Ao assinar, concordo que li o Anexo IV, referente as inscrições, bem como todo o Edital e concordo em seu inteiro teor.	
Assinatura do Candidato	
-----	
COMPROVANTE DE ENTREGA	
Protocolo: Inscrição:	
Nome:	
Data:	
Quantidade de Folhas:	
Responsável FAEPESUL	

**EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018**

Publicação Nº 1487711

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC, torna público que realizará PROCESSO SELETIVO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal.

**DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

1. Este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria e de acordo com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.
2. Todas as etapas deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão realizadas no Município de Governador Celso Ramos - SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério, exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.
3. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO constará de Avaliação Escrita Objetiva, conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.
4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos nas etapas descritas no Anexo II, no seguinte endereço:  
3.1 Endereço: FAEPESUL - Avenida José Acácio Moreira, 787, Dehon, Tubarão – SC – CEP 88-704-900 – Centro de Convivência da Unisul – 2º Andar;  
3.2 Telefone: (48) 3621-3002 ou (48) 3621-3215;

3.3 Horário: das 14h00min às 17h00min, em dias úteis.

5. Os cargos com os respectivos números de vagas, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.

6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.

5.1 Os candidatos PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) deverão observar as regras constantes no Anexo V.

5.2 Os candidatos que necessitem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.

7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO se dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.

6.1 No sítio de internet do Município de Governador Celso Ramos – SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);

6.2 No sítio de internet da FAEPESUL: ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos));

8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.

9. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.

8.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPESUL.

10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo VIII.

11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO serão convocados para ocupar os Cargos, em funções das vagas constantes no Anexo III e de acordo com a necessidade do Município de Governador Celso Ramos - SC dentro do prazo de validade do certame.

12. A aprovação neste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO não implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Governador Celso Ramos - SC.

13. Os candidatos aprovados, quando convocados ao trabalho, deverão apresentar os documentos admissionais exigidos pelo Município de Governador Celso Ramos - SC.

12.1 A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

12.2 O candidato será convocado através dos meios de comunicação informado na ficha de inscrição deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;

12.3 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Gerência de Pessoal do Município de Governador Celso Ramos - SC;

12.4 O Município de Governador Celso Ramos - SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), carta com AR (Aviso de Recebimento), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).

12.5 Após a convocação, o candidato terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para apresentação da documentação e tomar Posse no Cargo;

12.6 O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados;

12.7 O candidato será convocado quantas vezes for necessário, durante a validade deste processo seletivo, segundo a ordem de classificação, até o limite das vagas autorizadas.

14. O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO terá validade de 01 (um) ano, prorrogável uma vez, por igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Final a critério do Município de Governador Celso Ramos - SC.

15. Será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO o candidato que:

14.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortêsias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;

14.2 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

14.3 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

14.4 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.5 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

14.6 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta, apostar a sua assinatura ou de outros documentos, nos termos deste Edital;

14.7 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;

14.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame;

14.9 Faltar a qualquer uma das fases do certame de caráter eliminatório;

14.10 Não pontuar ou não atingir os quantitativos mínimos de pontuação definidos neste Edital na Avaliação Escrita Objetiva;

14.11 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPESUL, para:

- 16.1 Deferir e indeferir as inscrições;  
 16.2 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;  
 16.3 Prestar informações sobre o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO;  
 16.4 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e demais etapas do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, bem como divulgar seus respectivos resultados;  
 16.5 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;  
 16.6 Publicar a homologação final do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO constituída pela Portaria Municipal nº 004/2018.

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO é o da Comarca de Biguaçu - SC.

Governador Celso Ramos - SC, 11 de janeiro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

#### ANEXO I CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
11/01/2018	Publicação: • Extrato Edital – Imprensa Oficial; • Edital.
11/01/2018 à 18/01/2018	Período para impugnação das disposições do Edital.
11/01/2018 à 26/01/2018	Período para: • Inscrição pela Internet ou posto de atendimento; • Emissão e remissão do boleto bancário; • Pagamento da taxa de inscrição; • Recebimento dos requerimentos para PNE; • Atendimento de Necessidades Especiais no Posto de Atendimento; • Protocolo dos documentos comprobatórios da isenção da taxa de inscrição.
29/01/2018	Data limite para pagamento da Taxa de Inscrição.
30/01/2018	Publicação: • Lista das inscrições deferidas; • Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos.
31/08/2018	Data para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.
01/02/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da Avaliação Escrita Objetiva.
04/02/2018	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA
06/02/2018	Divulgação do Gabarito Preliminar e do caderno de Provas das Avaliações Escritas Objetivas aplicadas.
07/02/2018	Data para interposição de Recursos Administrativos concernente às questões e ao Gabarito Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
21/02/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
22/02/2018	Período para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva.
28/02/2018	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Final da Avaliação Escrita Objetiva; • Homologação do Processo Seletivo Público.

#### ANEXO II ETAPAS

CARGOS	Avaliação Escrita Objetiva
	Classificatória/Eliminatória
GARI	X
PEDREIRO	X

1. O não comparecimento do candidato em hora e local apazados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará ELIMINAÇÃO do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter eliminatório/classificatório de acordo com a forma constante no Anexo VII.

**ANEXO III****CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÃO**

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da posse. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos itens 7 e 8 deste Anexo, a nomeação não será efetivada.
2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de Governador Celso Ramos - SC.
3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.
4. O regime jurídico é o estatutário.
5. Além dos quantitativos de vagas expressas na tabela constante no item 7, os Candidatos classificados acima das vagas estabelecidas figurarão como Cadastro Reserva para posterior análise de aproveitamento pela Administração Municipal.
6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) vagas terão a reserva de cinco por cento em face da classificação obtida para Portadores de Necessidades Especiais – PNE conforme Anexo V deste Edital.
- 6.1 Caso não houver nenhum candidato Portador de Necessidade Especial inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

**7. CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS:**

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS (R\$)
GARI	9	40	2.000,00
PEDREIRO	9	30	1.230,00

**8. CARGOS, NÍVEL, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:**

CARGOS	NÍVEL ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
GARI	Fundamental	Primeiro grau Incompleto.
PEDREIRO	Fundamental	Conclusão das quatro primeiras series de ensino de 1º grau.

• **ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:** As atribuições dos cargos estão definidas nas seguintes Leis Municipais: 1.162/2017; 1.159/2016; 1.088/2016; 1.086/2016; 1.085/2016; 1.072/2015; 999/2014; 924/2013; 809/2012; 659/2009; 374/2004; 303/2003; 676/2000; 288/1995; 121/1993; 056/1993 e Lei nº 240/1989:

**ANEXO IV  
INSCRIÇÕES**

1. As inscrições para este PROCESSO SELETIVO PÚBLICO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPESUL, no seguinte endereço: [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos).
2. Os candidatos que não possuem acesso à Internet deverão se dirigir ao Posto de Atendimento, constante no item 4 deste Edital.
3. O valor das inscrições segue a tabela abaixo:

ESCOLARIDADE	VALOR (em R\$)
Nível Fundamental	60,00

4. Serão aceitos pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição para Doadores de Sangue.
  - 4.1 Os Candidatos que desejam usufruir da isenção para Doadores de sangue devem preencher os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 999/2014 e seguir com os seguintes procedimentos:
    - 4.1.1 Efetuar a inscrição no sítio de internet descrito no item 1 deste anexo e, assinalar a opção Isenção da Taxa de Inscrição: "Doador de Sangue";
    - 4.1.2 Protocolar Formulário - Anexo X e, em conjunto com o formulários os seguintes documentos comprobatórios:
      - 4.1.2.1 Declaração que comprove três doações nos últimos 12 (doze) meses contados da publicação deste Edital, mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada;
      - 4.1.2.2 Comprovante de residência no Município de Governador Celso Ramos emitido no máximo nos últimos 12 (doze) meses anterior à data da publicação do Edital
    - 4.1.3 Os documentos descritos no item 4.1.2 deste Anexo poderão ser protocolados junto ao Posto de Atendimento, descrito no item IV deste Edital ou encaminhar, para o Endereço do Posto de Atendimento, por correio através da Opção Sedex/AR.
    - 4.1.3.1 Os documentos encaminhados por correio devem chegar até o prazo máximo estabelecido no Cronograma descrito no Anexo I, não se responsabilizando a FAEPESUL por qualquer atraso ou outro fator que interfira no Cronograma estabelecido, sendo inutilizado o instrumento recebido fora no prazo definido.
5. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

- 5.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;
- 5.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.
6. Será permitido a inscrição para apenas 1 (um) Cargo.
7. Após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada.
8. O sistema de inscrição via Internet permite ao candidato, a emissão de uma segunda via do boleto bancário, esse só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.
9. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.
10. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável pelo recebimento, sobre o efetivo adimplemento dos boletos bancários.
11. Caso o candidato não conste na Lista de inscrições deferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.
12. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
13. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.
14. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.
15. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.
16. A inscrição no presente PROCESSO SELETIVO PÚBLICO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

**ANEXO V**  
**PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E**  
**CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO**

1. Dos cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco por cento) para os Candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE, na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei nº 12.870 de 12 de Janeiro de 2004 do Estado de Santa Catarina.
- 1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.
2. Não havendo candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE classificados em números suficientes para preencheras vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
3. Os candidatos Portadores de Necessidades Especiais - PNE deverão protocolizar, no posto de atendimento descrito no item 4 deste Edital, o respectivo Laudo Médico que ateste sua portabilidade de necessidade especial, contendo o respectivo CID e a confirmação da sua capacidade física e mental para exercer o Cargo pretendido no prazo constante no Anexo I.
4. O Laudo Médico (original ou cópia autenticada), referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública e não será devolvido ou fornecida cópia do instrumento ao final do certame.
5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação da Junta Médica Oficial do Município de Governador Celso Ramos - SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.
6. Após análise da Junta Médica Oficial, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu, o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
7. Para efeito deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.
8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.
9. O candidato portador de deficiência participará do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.
10. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo



no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis, com antecedência. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante (adulto), que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a Avaliação acima mencionada.

11.1 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.

12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.

13. Tendo sido aprovada no PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a pessoa portadora de necessidade especial será submetida à Equipe Multiprofissional do Município de Governador Celso Ramos - SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadas de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.

14. Neste Processo Seletivo Público não há reserva de vaga para Portadores de Necessidades Especiais.

#### ANEXO VI CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de, no máximo, 10 (dez) pontos.

3. O critério de desempate da Avaliação Escrita Objetiva obedecerá à seguinte ordem:

3.1 Tiver idade superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;

3.2 Obter a maior nota na prova objetiva de conhecimentos específicos;

3.3 For o mais idoso;

3.4 Possuir maior titulação acadêmica.

4. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.

#### ANEXO VII AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter classificatório/eliminatório, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.

2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.

3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

4. A Avaliação Escrita Objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.

4.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas Objetivas:

CARGOS	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	ESPECÍFICAS CARGO
GARI	10	10	5
PEDREIRO	10	10	5

5. Cada questão terá o valor de 0,40 (zero quarenta) pontos

6. O resultado da Avaliação Escrita Objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

7. A Nota mínima, na Avaliação Escrita Objetiva para classificação e, consequente continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de 01 (um) ponto, independentemente da disciplina.

8. O Candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descrito neste item será, automaticamente, ELIMINADO do certame.

9. Na hipótese de anulação de questão(ões) da Avaliação Escrita Objetiva, por parte da Comissão de Coordenação do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

10. Na Avaliação Escrita Objetiva, também, será considerada com pontuação 0 (zero), a resposta do candidato contida no cartão-resposta quando:

10.1 Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

- 10.2 Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- 10.3 Não estiver assinalada(s);
- 10.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas;
- 10.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.
11. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo Candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.
- 11.1 O Candidato que não assinar ou recusar a apostar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
- 11.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato.
- 11.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões.
- 11.4 O preenchimento do cartão será de inteira responsabilidade do candidato.
- 11.5 O cartão-resposta não será substituído.
12. A duração da Avaliação Escrita Objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 2h30min (duas horas e trinta minutos).
13. O candidato somente poderá se retirar do local da Avaliação Escrita Objetiva, após 1h (uma hora) do seu início.
14. Para a entrada nos locais de realização das Avaliações, conforme etapas descritas no Anexo II, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e se solicitado, a confirmação de inscrição.
- 14.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de exercício profissional; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.
15. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 min (quarenta e cinco minutos) antes do horário previsto para aplicação da prova.
16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a Avaliação Escrita Objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.
17. Durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva é vedada a consulta a: livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
- 17.1 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, antes do início das avaliações, para serem devolvidos ao seu término.
- 17.2 A FAEPSUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.
18. A Avaliação Escrita Objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da Avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.
19. O candidato, ao encerrar a Avaliação Escrita Objetiva, entregará, ao fiscal de sua sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o Caderno de Avaliação, podendo reter para si, apenas, a folha do Caderno de Avaliação onde consta o rascunho do gabarito.
20. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a Avaliação Escrita Objetiva, somente poderão retirar-se, após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinarem a Ata de Encerramento da Avaliação Escrita Objetiva.
- 20.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.
21. O Gabarito da Avaliação Escrita Objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.
22. Os Cadernos de Avaliações ficarão disponíveis no site [www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos), a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.
23. O conteúdo programático para a Avaliação Escrita Objetiva será assim composto:
- 22.1 CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:
- 22.0.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de Textos. Linguagem verbal e não verbal. Recursos que estabelecem a coesão do texto. Ortografia das palavras. Nova Ortografia. Estabelecer concordância nominal e verbal. Acentuação gráfica das palavras.
- 22.0.2 MATEMÁTICA: Adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas com as quatro operações. Regra de três simples e composta. Cálculo de áreas. Juros e porcentagem.
- 22.0.1 ESPECÍFICAS GARI e PREDEIRO: Limpeza e higiene em geral. Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. Controle de estoque dos materiais de limpeza. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo. Segurança e higiene do

trabalho. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. Noções sobre primeiros socorros. Uso de equipamentos de proteção individual - EPIs.

#### ANEXO VIII INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de publicação, a respeito:
  - a) Revisão do indeferimento de inscrição;
  - b) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
  - c) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
  - a) Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
  - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
  - c) Estar relacionado ao próprio impetrante.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis na Área do Candidato no prazo final para publicação da Etapa e resultado, na forma de extrato, publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.
9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

#### ANEXO IX DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.
2. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter efetivo:
  - 1.1 A aprovação neste Processo Seletivo Público;
  - 1.2 A prova da nacionalidade;
  - 1.3 O gozo dos direitos políticos;
  - 1.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
  - 1.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
  - 1.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
  - 1.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
  - 1.8 A comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
  - 1.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
  - 1.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
  - 1.11 Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.
3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.
4. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:
  - 3.1 Cancelamento da naturalização;
  - 3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
  - 3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;
  - 3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.
5. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato e gera a sua recondução à última colocação neste certame.

#### ANEXO X FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS – SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2018

## FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Protocolo: \_\_\_\_\_

## IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Número de inscrição:

Cargo:

Nome:

Telefones de contato:

E-mail:

## DOCUMENTOS ENTREGUES

OPÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS
Declaração doação de Sangue	
Comprovante de Endereço	
TOTAL DE FOLHAS ->	

Local e data do recebimento:

Local: Data:

Ao assinar, concordo que li o Anexo IV, referente as inscrições, bem como todo o Edital e concordo em seu inteiro teor.

Assinatura do Candidato

## COMPROVANTE DE ENTREGA

Protocolo: Inscrição:

Nome:

Data:

Quantidade de Folhas:

Responsável FAEPESUL

**EXTRATO EDITAL Nº 01/2018 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

Publicação Nº 1487716

## EXTRATO EDITAL

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL Nº 001/2018 – SAÚDE que abre inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários, por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal vinculados a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 11 de Janeiro de 2018 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governador Celso Ramos - SC: ([www.governadorcelsoamos.sc.gov.br](http://www.governadorcelsoamos.sc.gov.br));
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br>).

Governador Celso Ramos - SC, 11 de janeiro de 2018.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO EDITAL Nº 02/2018 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

Publicação Nº 1487720

## EXTRATO EDITAL

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL Nº 002/2018 – que abre inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporários, por excepcional interesse público, no quadro de pessoal da Administração Municipal vinculados a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 11 de Janeiro de 2018 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governador Celso Ramos - SC: ([www.governadorcelsoamos.sc.gov.br](http://www.governadorcelsoamos.sc.gov.br));
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br>).

Governador Celso Ramos - SC, 11 de janeiro de 2018.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 003 / 2018**

Publicação Nº 1486999

Portaria nº 003 / 2018

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os membros da comissão responsável para acompanhar as etapas do Edital de Processo Seletivo Público Nº 01 / 2018 da Secretaria Municipal de Saúde:

- JOICE EVALDA STIEHLER, matrícula 1053;
- ALINE LUCELIA DA SILVA, matrícula 905;
- RAFAEL VANDO COSTA, matrícula 5672.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 02 de janeiro de 2018

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 04 / 2018**

Publicação Nº 1487002

Portaria nº 004 / 2018

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os membros da comissão responsável para acompanhar as etapas do Edital de Processo Seletivo Público Nº 02 / 2018 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos:

- ALEXSANDRO MANOEL PORTO, matrícula 555;
- JARDEL ANTÔNIO DA SILVA, matrícula 5688;
- MARLEIDE ALVES COSTA CAMPOS, matrícula 935.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 02 de janeiro de 2018

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal



# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação N° 1487143

#### JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MONTEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIMENTO LTDA ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; e que o Município está em mora nos pagamentos pelos produtos fornecidos, fornecimento este que vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MONTEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIMENTO LTDA ME  
Restos a Pagar: 0554

Valor: R\$ 6.460,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 10 de janeiro de 2018.  
MARCIO BORBA BLASIU  
Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2018 ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS

Publicação Nº 1486717

#### JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018  
Processo Administrativo 01/2018

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação Beneficente Hospital São Lucas, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 86.245.982/0001-05, situada na rua Dom Pedro I, Nº 835, Centro, Guaraciaba/SC, por meio da formalização do termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), para a execução do projeto "Fortalecimento Institucional da Associação Beneficente Hospital São Lucas, conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação Beneficente Hospital São Lucas.

#### DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

De acordo com Ribeiro, (2015), no que tange às parcerias:

"O Estado busca por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal".

A presente parceria tem por objetivo o desenvolvimento do projeto "Fortalecimento Institucional da Associação Beneficente Hospital São Lucas", com o objetivo de melhorar e ampliar o atendimento hospitalar, propondo uma ação conjunta com o Poder Público a entidade responsabiliza-se por planejar, gerenciar e executar as ações de recuperação financeira e econômica da Instituição, por meio de quitação de pendências e obrigações trabalhistas, além dos demais débitos existentes.

A Associação Beneficente Hospital São Lucas é uma entidade filantrópica sendo a única localizada no município que atua como unidade hospitalar, onde são atendidos todos os munícipes que o necessitam, com atendimentos de primeiros socorros, de urgência e emergência e são efetuadas cirurgias eletivas com o objetivo de prestar serviços de qualidade aos usuários no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento na área ambulatorial; assistência em regime de internação; serviços de apoio diagnóstico terapêutico; aquisição, gestão e logística de suprimentos farmacêuticos e hospitalares; aquisição, operação e reposição de mobiliários e equipamentos médico-hospitalares; oferta e gestão dos serviços de alimentação, higienização e segurança na unidade de internação e quaisquer outros necessários à plena execução dos serviços; contratação e gestão de profissionais de todas as áreas

concernentes à operação da Unidade de Internação ; manejo e destinação dos resíduos hospitalares na forma da lei.

Atualmente a entidade encontra-se com dificuldades financeiras severas, com folha de pagamento dos colaboradores em atraso, ocasionando desmotivação na equipe de trabalho, bem como dificultando e prejudicando o atendimento à população que necessita do serviço de saúde hospitalar. Fazendo-se necessária a parceria, para que possa desenvolver um conjunto de ações para a recuperação econômico-financeira, em razão que o não pagamento dessas dívidas acarretará no fechamento da unidade hospitalar e como consequência prejuízos à saúde da população como um todo.

Considerando todos os aspectos acima citados, a referida parceria com a Associação Beneficente Hospital São Lucas é importante de várias entidades e organizações, sendo o único Hospital do município e o contratado atualmente para realização do Plantão de Urgência e Emergência, atividade obrigatória da Atenção Básica.

A Entidade conta com estrutura Física apropriada, com prédio e equipamentos; estrutura humana com equipe clínica capacitada e contratada, sendo certificada para recebimento dos leitos de retaguarda da Rede de Urgência e Emergência do Estado.

Para se manter a estrutura física e humana já instalada, os custos são altos e demandam de recursos adicionais de entidades privadas, doações e órgãos públicos.

A situação financeira da Entidade está crítica, e caso o poder público não intervenha a Instituição poderá vir a descontinuar suas atividades no município e sendo atividade imprescindível à garantia do direito constitucional à saúde.

O valor estimado para a execução de todo o projeto no ano de 2018 é de R\$ 110.000,00, sendo que abrangerá totalmente ao projeto proposto.

Sendo interesse da associação Beneficente Hospital São Lucas realizar esse projeto junto ao município pelo fato do poder público possa manter a instituição em plenas atividades, com capacidade técnica e operacional para realização de atendimentos de urgência e emergência, ambulatorial e de média e alta complexidades.

Observado o estatuto da entidade, visualiza-se que é uma associação civil, sem fins lucrativos, beneficente com atuação na área da saúde com o atendimento de todos os munícipes que necessitam atendimento hospitalar, e cuja missão vem ao encontro com os anseios do município, sendo o interesse público justificado e mútuo por meio das metas estabelecidas.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização em questão ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada: Termo de Fomento.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física, no cumprimento das metas e objetivos.

O presente pedido fundamenta-se na Lei Federal n. 13.019/2014, caput, do artigo 30, IV, o qual prevê:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público.

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - (VETADO).

V - (VETADO);

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com a Associação Beneficente Hospital São Lucas, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, na Lei Municipal 3074/2018 e no decreto municipal nº 715/2018, art. 3º, o que no caso está presente todos os requisitos para o Termo de Fomento com a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, e decreto municipal nº 715/2018, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo o referido Termo de Fomento com a Dispensa de Chamamento Público e assinatura do mesmo.

Guaraciaba/SC, 10 de Janeiro de 2018.

ANA PAULA REICHERT  
ÓRGÃO TÉCNICO DA PARCERIA

Aprovado pela comissão de seleção de propostas em .....

FELIPE BRUSTOLIN LETICIA SANTIN DA SILVA

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Deferido pelo Prefeito em .....

ROQUE LUIZ MENEHINI  
PREFEITO MUNICIPAL

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente Dispensa de Chamamento se fundamenta no art. 30 da Lei 13.019/2014, com suas alterações e no Decreto nº 715/2018, art. 3º.

Trata de Parceria com a Associação Beneficente Hospital São Lucas, que atende no Município desde sua fundação, sendo entidade sólida e a única no território municipal certificada para atuação nesse ramo.

Por tratar de ato administrativo vinculado, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. O chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos não há necessidade do chamamento público bem como de este ser inexigível ou dispensável, constante na Lei 13.019, entre os quais destaca-se no presente caso o art. 30, in verbis:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público.

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - (VETADO).

V - (VETADO);

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Analisando o parecer técnico, verifica que o Termo de Fomento com a Dispensa do chamamento público para a parceria com a Associação Beneficente Hospital São Lucas, é plenamente legal, pois tal situação está prevista na Legislação vigente, além de possuir razões de ordem e interesse público.

A lei prevê nessas situações onde não há necessidade do chamamento público, um rito de impugnação à justificativa após a publicação do seu extrato, o que deve ser observado pela Administração.

Assim a contratação através do Termo de Fomento com a Dispensa do Chamamento público se faz necessário para levar a efeito a parceria com a Associação Beneficente Hospital São Lucas. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil se justifica por prestar serviços de notória qualidade e de interesse da coletividade.

Diante do exposto, entendemos que o presente a justificativa do Termo de Fomento com a Dispensa do Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, recomendando a parceria por meio do acordo de cooperação.

Guaraciaba/SC, em 10 de Janeiro de 2018.

Marina Guerini  
OAB/SC nº 28067  
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Guaraciaba/SC, 10 de Janeiro de 2018.

ROQUE LUIZ MENEHINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATOS CONTRATOS 05 E 06.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 1486951

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2018

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC  
Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO EXTREMO OESTE

Valor ..... : 109.587,96 (cento e nove mil quinhentos e oitenta e sete

reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM

SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2018.

Contrato Nº.: 06/2018  
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC  
 Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO EXTREMO OESTE  
 Valor ..... : 16.412,04 (dezesesseis mil quatrocentos e doze reais e quatro centavos)  
 Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 31/12/2018  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2018  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2018.

### EXTRATOS CONTRATOS 09.2018.DOCX

Publicação Nº 1487199

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 MUNICIPIO DE GUARACIABA  
 EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 09/2018  
 Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
 Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION  
 Valor ..... : 0,00 ()  
 Vigência ..... : Início: 09/01/2018 Término: INDETERMINADO  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATO DE PROGRAMA O MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC OUTORGA AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPRAS COLETIVAS DAS QUAIS, NOS TERMOS DO EDITAL, POSSA DECORRER CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CELEBRADOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.  
 Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION  
 Vigência ..... : Início: 09/01/2018 Término: INDETERMINADO  
 Recursos ..... : Dotação:

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS 10.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 1486946

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2018  
 PROCESSO Nº 10/2018 HOMOLOGAÇÃO: 10/01/2018  
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2018.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO EXTREMO OESTE  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)  
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.  
 =====

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 13.18 AQUISIÇÃO DE MARMITAS.DOC

Publicação Nº 1486641

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº13/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 18/18, Edital de Pregão Presencial Nº 13/18. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Marmitas; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 24/01/18; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 24/01/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 10 de janeiro 2018.

Roque Luiz Meneghini,  
 Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 14.18 AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA.DOC

Publicação Nº 1486952

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 19/18, Edital de Pregão Presencial Nº 14/18, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Gás de Cozinha; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 24/01/18; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 24/01/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 10 de janeiro de 2018.

Roque Luiz Meneghini,  
 Prefeito Municipal

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 15.18 AQUISIÇÃO DE SEMEM BOVINO .DOC

Publicação Nº 1486957

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 20/18, Edital de Pregão Presencial Nº 15/18, Objeto: Aquisição de Semem Bovino; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 25/01/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 25/01/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da

Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)  
Guaraciaba em 10 de janeiro 2018.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 16.18 REGISTRO DE PREÇOS PARA TRANSPORTE EQUIPES ESPORTIVAS. DOC**

Publicação Nº 1487516

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 21/18, Edital de Pregão Presencial Nº 16/18, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE (VIAGENS) PARA EQUIPES ESPORTIVAS E ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 25/01/18; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 25/01/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)  
Guaraciaba em 10 de janeiro de 2018.  
Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal



# Guaramirim

## PREFEITURA

### ERRATA I: PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 227/2017 PMG

Publicação N° 1486627

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA I:  
PREGÃO PRESENCIAL N° 227/2017 – PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO da LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 227/2017 – PMG

#### 1. ALTERAÇÃO RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica marcada para o dia 01/02/2018 às 15horas, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda feira a sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), de 10 de janeiro 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINIL  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guatambú

## PREFEITURA

### DECRETO 06/2018

Publicação Nº 1487388

DECRETO N.06/2018

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, em conformidade com o disposto no inciso XXV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora SILVANA MENONCIN para o cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO recebendo a remuneração de Lei.

Art. 2º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu, SC,  
08 de janeiro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### DECRETO 07/2018

Publicação Nº 1487392

DECRETO N. 07 /2018

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto nos incisos XXIV e XXV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor VALDEIR NUNES DE GÓIS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, surtindo efeitos a partir do dia 03 de janeiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu, SC,  
09 de janeiro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2018

Publicação Nº 1487818

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2018  
(Limpeza de Terrenos)

Nos termos da Lei Municipal n.º 953 de 30 de Setembro de 2013, os proprietários abaixo qualificados ficam NOTIFICADOS para realizar manutenção dos terrenos baldios, no prazo de dez dias contados após a publicação.

Em não havendo a regularização e posterior comunicação ao ente

público municipal, registre-se, no prazo acima concebido, fica o Município autorizado a proceder os serviços de limpeza e roçada nos lotes, com posterior cobrança de valores conforme instituído no Código Tributário Municipal.

NOME	QUADRA	LOTE
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPI-TALARES	46	01
COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPI-TALARES	46	02
SUL MEDICAL	46	03
SUL MEDICAL	46	04
LUAN JONAS BACHI	46	06
MARLON FELIPE SCHMIDT	46	12
ANDRÉ GIOVANI RAMOS	46	13
ANTONIO FORTES VIEIRA	46	14
JOSÉ DE SOUZA DUARTE NETO	46	15

Guatambu, 10 de Janeiro de 2018.

VERA JUSTINA MARI FRATIN  
FISCAL DE VIGILÂNCIA

### EXTRATO DE CONTRATO 01/2018

Publicação Nº 1487337

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	01/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA.
Objeto .....	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – DOM/SC; GESTÃO TRIBUTÁRIA – GESTÃO DO CADASTRO INTEGRADO MUNICIPAL – G-CIM.
Valor .....	R\$ 6.405,00 (seis mil quatrocentos e cinco reais).
Vigência....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018.
Licitação....:	Dispensa nº 01/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EXTRATO DE CONTRATO 02/2018

Publicação Nº 1487341

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	02/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.

Contrata- do..:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA.
Objeto ..... :	CONTRATO DE RATEIO PARA CUSTEAR AS DESPESAS DO PROGRAMA DE GESTÃO DO MERCADO PÚBLICO REGIONAL PRÔMERCADO.
Valor ..... :	R\$ 3.000,00 (três mil reais).
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 02/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 03/2018**

Publicação Nº 1487344

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	03/2018
Contratan- te.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contrata- do..:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA.
Objeto ..... :	CONTRATO DE RATEIO PARA CUSTEAR AS DESPESAS DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS – PRÓA-GUA.
Valor ..... :	R\$ 8.400,00 (três mil reais).
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 02/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 04/2018**

Publicação Nº 1487347

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	04/2018
Contratan- te.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contrata- do..:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA.
Objeto ..... :	CONTRATO DE RATEIO PARA CUSTEAR AS DESPESAS DO PROGRAMA DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS - PRÓPOÇOS.
Valor ..... :	R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 02/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 05/2018**

Publicação Nº 1487354

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	05/2018
Contratan- te.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contrata- do..:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA.
Objeto ..... :	CONTRATO DE RATEIO PARA CUSTEAR AS DESPESAS DO PROGRAMA DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA - PROSUASA.
Valor ..... :	R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 02/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 06/2018**

Publicação Nº 1487356

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	06/2018
Contratan- te.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contrata- do..:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.
Objeto ..... :	CONTRATO DE RATEIO PARA CUSTEAR AS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DAS SEGUINTE DESPESAS DO CONSÓRCIO: A) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS DOS EMPREGADOS; B) DESPESAS COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CONSÓRCIO; C) DESPESAS COM INVESTIMENTOS.
Valor ..... :	R\$ 17.882,40 (Dezessete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 03/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 07/2018**

Publicação Nº 1487357

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	07/2018
Contratan- te.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contrata- do..:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

Objeto ..... :	CONTRATO DE RATEIO PARA CUSTEAR AS DESPESAS DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL A SEREM PRESTADOS AOS MUNICÍPIOS DO ENTE FEDERADO ACIMA QUALIFICADO, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS.
Valor ..... : :	R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais).
Vigência.....: Licitação...:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 03/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 08/2018**

Publicação Nº 1487358

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	08/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	LUIZ CARLOS MACIEL.
Objeto ..... :	LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM AREA DE 95 M², SITUADA NA RUA EMÍLIO ZANDAVALLI, NO DISTRITO DA FAZENDA ZANDAVALLI, PARA ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA.
Valor ..... : :	R\$ 10.560,00 (dez mil quinhentos e sessenta reais).
Vigência.....: Licitação...:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 04/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 09/2018**

Publicação Nº 1487368

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	09/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	LUIZ CARLOS MACIEL.
Objeto ..... :	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL EM ALVENARIA COM AREA CONSTRUÍDA DE 195 M, SITUADA NA RUA EMÍLIO ZANDAVALLI, DISTRITO DA FAZENDA ZANDAVALLI - PARA ATENDIMENTO DO PRÉ-ESCOLAR TRILHA DO SABER.
Valor ..... : :	R\$ 24.360,00 (vinte e quatro mil trezentos e sessenta reais).
Vigência.....: Licitação...:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 05/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 10/2018**

Publicação Nº 1487370

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	10/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	GOMERCINDO BORTOLOTO.
Objeto ..... :	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL, CONSTRUÍDA EM ALVENARIA, MEDINDO 96M², COM BANHEIRO, SITUADA NA RUA ORLANDO MACHIORI, S/N, CENTRO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, PARA FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.
Valor ..... : :	R\$ 6.840,00 (Seis mil oitocentos e quarenta reais).
Vigência.....: Licitação...:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 06/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 11/2018**

Publicação Nº 1487372

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	11/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	RONALDO LUIZ BERNARDI.
Objeto ..... :	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL, CONSTRUÍDA EM ALVENARIA, MEDINDO 94M², COM BANHEIRO, SITUADA NA AV. JOÃO BATISTA DALPIVA, CENTRO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Valor ..... : :	R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais).
Vigência.....: Licitação...:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 07/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 12/2018**

Publicação Nº 1487373

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	12/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	DALVA DA SILVA DAL PIVA.

Objeto ..... :	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL, CONSTRUÍDA EM ALVENARIA, MEDINDO 24M², COM BANHEIRO, SITUADA NA RUA ANGELO CORÁ, CENTRO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU MATRICULA Nº 21.993; PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.
Valor ..... :	R\$ 8.400,00 (Oito mil e quatrocentos reais).
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 08/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 13/2018**

Publicação Nº 1487375

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	13/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	SALETE LOURENÇO CORREIA CORÁ.
Objeto ..... :	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL MISTA, COM ÁREA DE 35M², LOCALIZADA, NA RUA ÂNGELO CORÁ, NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, PARA UTILIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.
Valor ..... :	R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 09/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 14/2018**

Publicação Nº 1487376

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	

**PORTARIA 01/2018**

Publicação Nº 1487395

PORTARIA 01/2018

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu - SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com os incisos IV e XXIV do artigo 72, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 12 de Fevereiro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º- Concede férias ao servidor relacionado abaixo, conforme segue:

Nome	Função	Período Aquisitivo	Período de Concessão	Retorno
ANDREIA DOS SANTOS VALEN-DORFF	Secretária Municipal	16/01/2017 a 15/01/2018	02/01/2018 a 31/01/2018	01/02/2018

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Contrato Nº.:	14/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	ARMANDO AFONSO SBEGHEN NETO.
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL PARA ATUAR NA UNIDADE DE SAÚDE DO DISTRITO DE FAZENDA ZANDAVALLI, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS A SER CUMPRIDA DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 08:00H ÀS 12:00H E DAS 13:00H ÀS 17:00H.
Valor ..... :	R\$ 24.835,66 (Vinte e quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos).
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 28/02/2018. Dispensa nº 10/2018.
Guatambu/SC, 02/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 15/2018**

Publicação Nº 1487380

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	15/2018
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ .
Objeto ..... :	LOCAÇÃO DE PAVILHÃO COM QUADRA ESPORTIVA, COM ÁREA DE 960M² LOCALIZADOS NO DISTRITO DE FAZENDA ZANDAVALLI, PARA REALIZAÇÃO DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR TRILHA DO SABER E ATIVIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO.
Valor ..... :	R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
Vigência..... Licitação....:	Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018. Dispensa nº 11/2018.
Guatambu/SC, 03/01/2018. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA PREFEITO MUNICIPAL	



Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Guatambu - Santa Catarina, 02 de janeiro de 2018.  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 02/2018

Publicação Nº 1487396

PORTARIA 02/2018

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu - SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com os incisos IV e XXIV do artigo 72, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 12 de Fevereiro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º- Concede férias ao servidor relacionado abaixo, conforme segue:

Nome	Função	Período Aquisitivo	Período de Concessão	Retorno
Aline Veiga da Silva	Assistente Administrativo	08/12/2016 a 07/12/2017	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
Cintia Sperotto	Assistente Administrativo	15/10/2016 a 14/10/2017	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
Elizabete da Aparecida Siqueira	Assistente Social	11/01/2016 a 10/01/2017	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
Giceli Aparecida Gosch	Auxiliar de serviços Gerais	04/03/2017 a 03/03/2018	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
Jean Gustavo Cora	Fiscal de Tributos Municipais	18/02/2016 a 17/02/2017	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
José Adair Zeferino	Motorista	05/05/2017 a 04/05/2018	08/01/2018 a 27/01/2018	28/01/2018
Mari Terezinha Zorzanello	Assistente Administrativo	12/11/2016 a 11/11/2017	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
Mara L. S.C. de Abreo	Chefe do Gabinete do Prefeito	02/01/2017 a 01/01/2018	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
Neudir Antonio Elis	Diretor de Departamento	09/01/2017 a 08/01/2018	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
Raquel Bernasconi da Silva	Telefonista	01/07/2016 a 30/06/2017	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018
Vanessa Farinon Lanzarini	Fonoaudiólogo	02/02/2017 a 16/04/2018	08/01/2018 a 06/02/2018	07/02/2018

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Guatambu - Santa Catarina, 04 de janeiro de 2018  
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 03/2018

Publicação Nº 1487398

PORTARIA N. 03 /2018

“DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, em conformidade com o artigo 72 da Lei Orgânica Municipal, com fulcro na Lei Complementar n. 15/2003;

RESOLVE:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo permanente de servidores públicos municipais, senhora LUCIMARA A. MARSSONA PAVAN, Técnica em Enfermagem, será concedido Adicional de Função Gratificada de 100% sobre o vencimento base do município, de acordo com o art. 15 da Lei Complementar n. 15/2003, em conformidade com a redação da Lei Complementar Nº 103/2017, considerando que a gratificação justifica-se pelo exercício de suas atividades como única responsável pela sala de vacina.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu – Estado de Santa Catarina, 05 de janeiro de 2018.  
Luiz Clóvis Dal Piva  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 04/2018**

Publicação Nº 1487401

PORTARIA N. 04 /2018

“CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, em conformidade com os incisos IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Guatambu; com fulcro no artigo 19 da Lei complementar n. 005/2001, alterado pela Lei Complementar n. 015/2003, que refere: “Art. 8º Fica extinto o Anexo IX relativo a insalubridade e acrescentado os §§ 12º e 2º, ao artigo 19, da Lei Complementar n. 005/2001, de 12/02/2001, alterado pelo artigo 5º da Lei Complementar n. 007/2001, de 22/05/2001, com a seguinte redação: “§1º - os adicionais de insalubridade e periculosidade serão concedidos aos servidores que comprovadamente trabalham em condições insalubres e perigosas, mediante laudo por profissional habilitado.”

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade no percentual de 20%, ao servidor ALDERI ZANETTE DA ROSA, servidor investido no cargo de MOTORISTA, em desempenho de suas funções na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Este adicional deixa de ser devido, quando o servidor não estiver mais sujeito aos agentes nocivos que ensejam seu pagamento.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu – Estado de Santa Catarina, 04 de janeiro de 2018.  
Luiz Clóvis Dal Piva  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 05/2018**

Publicação Nº 1487403

PORTARIA N. 05/2018

“EXTINGUE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, em conformidade com os incisos IV e XXIV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Guatambu; com fulcro no artigo 19 da Lei complementar n. 005/2001, alterado pela Lei Complementar n. 015/2003, que refere: “Art. 8º Fica extinto o Anexo IX relativo a insalubridade e acrescentado os §§ 12º e 2º, ao artigo 19, da Lei Complementar n. 005/2001, de 12/02/2001, alterado pelo artigo 5º da Lei Complementar n. 007/2001, de 22/05/2001, com a seguinte redação: “§1º - os adicionais de insalubridade e periculosidade serão concedidos aos servidores que comprovadamente trabalham em condições insalubres e perigosas, mediante laudo por profissional habilitado.”

RESOLVE:

Art. 1º Extingue adicional de insalubridade no percentual de 20%, ao servidor RICARDO LUCATELLI, servidor investido no cargo de MOTORISTA.

Art. 2º Este adicional deixa de ser devido, considerando que o servidor a partir do dia 02 de janeiro de 2018 passou a exercer suas atividades na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu – Estado de Santa Catarina, 04 de janeiro de 2018.  
Luiz Clóvis Dal Piva  
Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018

Publicação Nº 1486896

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018  
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

TIPO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO LOR LOTE  
OBJETO

Contratação em regime de empreitada por menor preço por lote, de empresa especializada para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q e em paralelepípedos de estrada e vias públicas no Município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra

#### ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 08h25min do dia 28/02/2018.

#### LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

#### EDITAL NA ÍNTEGRA

O edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de janeiro de 2018.

MAURO SÉRGIO MARTINI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### PORTARIA Nº 075/2018

Publicação Nº 1487207

#### PORTARIA Nº 075/2018

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 1333/2017, a servidora ROSELI ROLIM DA SILVA (MATRÍCULA 404), ocupante do cargo em provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível - 12/1, Referência - K, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 30 de outubro de 2015 e 31 de outubro de 2016, para serem gozadas a partir de 10 de janeiro de 2018 a 19 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de janeiro de 2018.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 076/2018

Publicação Nº 1487208

#### PORTARIA Nº 076/2018

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 36 (TRINTA E SEIS) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, ao servidor SEBASTIÃO LOPES DE ANDRADE (MATRÍCULA 965), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - G, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2014 e 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a partir de 10 de janeiro de 2018 a 14 de fevereiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de janeiro de 2018.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 077/2018

Publicação Nº 1487209

#### PORTARIA Nº 077/2018

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA MATERNIDADE, nos termos do art. 107 da Lei Complementar nº 281/2011, a servidora SIMONE APARECIDA BORSOI (MATRÍCULA 4500), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - A, 20 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para serem gozadas a partir de 08 de janeiro de 2018 a 06 de julho de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data do início do gozo da licença.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de janeiro de 2018.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

**Ibicaré****PREFEITURA****AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 1/2018 CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO**

Publicação Nº 1487554

**AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº 1/2018**

O Município de Ibicaré - SC, através do Prefeito Municipal em Exercício Sr. OLAVO BOESING, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Tomada de Preço nº. 1/2018, que previa a contratação de uma empresa especializada para a construção de um Galpão de Rodeio, indicou a falta de interesse da Administração em manter o certame.

Em nova análise constatou-se que o objeto do certame não possui caráter emergencial, e pode facilmente ser modificado para uma estrutura similar, com maiores vantagens financeiras para a Municipalidade.

Ibicaré, 10 de janeiro de 2018.

Olavo Boesing

Prefeito em Exercício

# Ibirama

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº: 01/2018. LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRAMA. LOCADOR: THIAGO BELTRAMINI MORAIS – CPF 009.293.229-08**

Publicação Nº 1486998

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

Contrato nº: 01/2018.

Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRAMA.

Locador: THIAGO BELTRAMINI MORAIS – CPF 009.293.229-08.

Valor: 45.960,00 (quarenta e cinco mil novecentos e sessenta reais).

Vigência: Inicio 10/01/2018 Termina: 31/12/2018

Licitação: DL nº 01/2018

Recursos: 09.001.2057.3339000000000000.(258).01020000 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde.

Objeto: Locação de imóvel para abrigar a sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de Ibirama.

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2018

Publicação Nº 1486995

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2018.

Objeto: Locação de imóvel para abrigar a sede administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de Ibirama.

Locador: Thiago Beltrami Moraes – CPF 009.293.229-08.

Ibirama, 10 de janeiro de 2018. Jucelio Jose de Andrade - Prefeito Municipal, em exercício.



# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 001 - 2018 SAMAE - SRP - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E COMPACTADOR

Publicação Nº 1487844

PROCESSO Nº. 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2018

ÁGUAS DE ILHOTA-SAMAE

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - ITEM
OBJETO	REFERENTE À AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E COMPACTADOR DE LIXO PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, CONFORME PLANO DE TRABALHO Nº 841755/2016 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 25/01/18 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 25/01/18 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17h.

ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 10 de Janeiro de 2017.

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 05/2018 INEXIGIBILIDADE 01/2018 SEDUCE

Publicação Nº 1486920

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDUCE

Processo Nº 05/2018 Inexigibilidade Nº 01/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PLANEJAR E EXECUTAR A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, CONTRIBUINDO PARA A ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC, COM A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DR. MANOEL ORIOSVALDO DE MOURA SOBRE O TEMA TEORIA DA ATIVIDADE, SUSTENTADA PELOS PRESSUPOSTOS DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL. ESSA DISCUSSÃO É IMPRENSCINDÍVEL PARA A ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE IMBITUBA.

Contratado: Professor Doutor Manoel Oriosvaldo de Moura.

CPF: 587.288.138-04

Valor Total: 2.000,00 (Dois mil reais).

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 11 de Janeiro de 2018.

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 06/2018 INEXIGIBILIDADE 02/2018 SEDUCE

Publicação Nº 1486921

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEDUCE

Processo Nº 06/2018 Inexigibilidade Nº 02/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PLANEJAR E EXECUTAR A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, CONTRIBUINDO PARA A ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC, COM A FORMAÇÃO DA PROFESSORA ZILMA DE MORAES RAMOS DE OLIVEIRA. SOBRE O TEMA BASE NACIONAL COMUM E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ESSA DISCUSSÃO É IMPRENSCINDÍVEL PARA A ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE IMBITUBA.

Contratado: Professora Zilma de Moraes Ramos de Oliveira.

CPF: 980.303.458-87

Valor Total: 2.000,00 (Dois mil reais).

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 11 de Janeiro de 2018.

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 01/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 (FUNREBOM)

Publicação Nº 1487507

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNREBOM

PROCESSO Nº 01/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 24 de janeiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002,

pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de janeiro de 2018

Guilherme Viríssimo" Serra Costa

Comandante da 2ª /8ª BBM

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 16/2018

Publicação Nº 1486979

PORTARIA PMI/SEAD Nº 16, de 11 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 8.080, de 22 de maio de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. EDEMIR FERRAZ DA SILVA, brasileiro, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 952.728.520-87, matrícula n.º 4376, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de janeiro de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 17/2018

Publicação Nº 1487215

PORTARIA PMI/SEAD Nº 17, de 11 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo

Administrativo nº 10.806, de 26 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. KATIANE MELLO SALLES, brasileira, Assistente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 024.137.919-90, matrícula n.º 5403, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de janeiro de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 18/2018**

Publicação Nº 1487265

PORTARIA PMI/SEAD Nº 18, de 11 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SE-AGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 12.852, de 23 de julho de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. DENISE MARTINS MORAES, brasileira, Agente Administrativa, inscrita no CPF sob o n.º 725.637.299-04, matrícula n.º 112, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de janeiro de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEDURB Nº 001**

Publicação Nº 1486737

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 001, de 09 de janeiro de 2018.

Subdelega competências para os atos que menciona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de subdelegação de competência ou de atribuições como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões, situando-se na proximidade dos órgãos, fatos ou pessoas ou problemas a atender.

CONSIDERANDO a racionalidade necessária ao exercício das funções da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, demandando uma divisão no desempenho daquelas funções, tecnicamente recomendável, objetivando ainda a qualificação técnica dos serviços prestados e a economia de tempo para tanto.

**RESOLVE:**

Art. 1º Observadas às disposições legais e regulamentares, subdelegar competência, na ausência do titular da pasta, a servidora pública, Chefe de Departamento de Protocolo e Despachos, Mayara Cardoso de Oliveira, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para a prática dos atos previstos na legislação vigente e, especialmente, aqueles elencados neste ato, ficando atribuídos os seguintes atos:

- I. Licença para Construção (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);
- II. Licença para a Instalação (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);
- III. Alvará de Uso (Capítulo XIX da Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);
- IV. Alvará de Licença (Lei nº 846 de 02-01-1986 - Código de Posturas);
- V. Aprovação de projetos (Lei nº 377, de 16-12-1974 - Código de Obras);

Art. 2º Fica a servidora indicada no caput do artigo 1º responsável pelos atos praticados em razão da subdelegação prevista na presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2018.

Anderson Cristiano Maximiano  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

# Iomerê

## PREFEITURA

### ATA DECISÃO IMPUGNAÇÃO PREGÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1486779

ATA DE REUNIÃO REFERENTE ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.

Ref. Edital Pregão nº 0001/2018  
Processo Licitatório nº 0004/2018

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, reunido o pregoeiro e equipe de apoio, juntamente com o jurídico, para análise à impugnação ao edital nº 0001/2018 protocolada em 09/01/2018 por Comércio de Produtos Cheiro Bom EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 28.235.922/0001-05, passam às seguintes considerações: a) não foi apresentado com a impugnação instrumento de mandato ou qualquer outro documento que comprove os poderes do signatário para representar a Impugnante, razão pela qual se decide pelo não conhecimento da impugnação ante a ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento regular do processo, qual seja, a representação processual válida; b) ainda que pudesse ser conhecida, a impugnação seria julgada improcedente, porque a adoção do tipo menor preço por lote é a que melhor atende a necessidade do município, que possui quadro reduzido de servidores para receber as entregas, razão pela qual as compras foram divididas em tantas parcelas quantas se mostram tecnicamente viáveis, o que resultou em 32 lotes em que cada um dos itens guardam consonância entre si para assegurar a ampla competitividade. A elaboração de cronograma prévio de entrega é impossível, pois depende do consumo verificado diária, semanal e mensalmente, com vistas a economizar dinheiro público evitando o perecimento de alimentos e o frescor da merenda escolar; c) a presente ata será publicada no site do município de Iomerê e no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Comissão do pregão,

Josnei Bavaresco                      Milton Luiz Borga  
Pregoeiro                                  Prefeito Municipal em exercício

Maria Savaris                          Renato Beal Macedo  
Equipe de Apoio                      Assessor Jurídico

### CONTRATO Nº 01/2018 - FMS

Publicação Nº 1486757

Contrato de prestação de serviço nº 01/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de serviço que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, e o Município de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ

nº 01.612.744/0001 - 20, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, CEP 89558-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplica-se ao presente Contrato de Prestação de serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, o Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 517, de 27 de maio de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 08/2010.

Cláusula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

#### DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este Contrato de Prestação de serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 08/2010.

#### DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONSÓRCIO/CONTRATADO:

A importância variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CISAMARP e disponível no programa informatizado ao Município.

Parágrafo primeiro - A cota anual máxima prevista do município é de R\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais), podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

Parágrafo segundo - O valor expresso no parágrafo anterior poderá ser aditivado na forma da lei, a pedido por conveniência ou necessidade do município.

Parágrafo terceiro - O Município repassará ao CISAMARP a importância variável, nos meses de janeiro a dezembro de 2018, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço.

#### DOS RECURSOS

Cláusula quinta - As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Prestação de serviço, correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do CONSORCIADO/CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro ☐ Para o pagamento das despesas decorrentes da prestação de serviço, poderá o município optar por utilizar recursos de Média e Alta Complexidade e/ou próprios para pagamento de valores até o limite dos valores da tabela SUS e deverá utilizar recursos próprios para a complementação dos valores que excedem os valores da tabela SUS, conforme portaria 1.606 de 11 de setembro de 2001.

Cláusula sexta - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de prestação de serviço.

#### DAS RESPONSABILIDADES



**É RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO/CONTRATADO:**

- I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;
- II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.
- III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;
- IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

**É RESPONSABILIDADE DO CONSORCIADO/CONTRATANTE:**

- I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários, utilizando o sistema informatizado disponibilizado pelo CONSÓRCIO/CONTRATADO;
- II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;
- III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;
- IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;
- V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;
- VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula sétima – O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2018, podendo ser alterado ou aditado.

**DAS PENALIDADES**

Cláusula oitava - O CONSORCIADO/CONTRATANTE inadimplente com o CONSÓRCIO/CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona - Uma vez notificado da inadimplência serão suspensos os serviços do CONSÓRCIO/CONTRATADO ao respectivo CONSORCIADO/CONTRATANTE até a regularização da dívida.

Cláusula décima - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE poderá ser excluído do CONSÓRCIO/CONTRATADO, mediante deliberação da Assembléia Geral.

**DO FORO**

Cláusula décima primeira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima segunda - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Iomerê, 02 de janeiro de 2018.

Luciano Paganini  
Presidente CISAMARP  
CONSÓRCIO/CONTRATADO

Luciano Paganini  
Prefeito de Iomerê  
CONSORCIADO/CONTRATANTE

**TESTEMUNHAS:****VISTO:**

Humberto Dalpizzol  
OAB/SC 15588

**CONTRATO Nº 02/2018 - FMS**

Publicação Nº 1486759

Contrato Administrativo nº 02/2018

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, e o Município de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.744/0001 - 20, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, CEP 89558-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula Primeira - Aplica-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, o Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 517, de 27 de maio de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 08/2010.

Cláusula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

**DO OBJETO**

Cláusula Terceira - Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 08/2010.

**DOS VALORES E FORMA DE REPASSE**

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONSÓRCIO/CONTRATADO:

a) A importância fixa de R\$ 1.475,00 (Um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) que serão utilizadas para cobertura das despesas administrativas do CONSÓRCIO/CONTRATADO, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

Parágrafo primeiro - O valor expresso no parágrafo anterior poderá ser aditivado na forma da lei, a pedido por conveniência ou necessidade do município.

Parágrafo segundo - O CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará ao CONSÓRCIO/CONTRATADO, a parcela fixa, nos meses de janeiro a dezembro de 2018, que deverá ser repassada até o dia 20 de cada mês.

**DOS RECURSOS**

Cláusula quinta - As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Rateio, correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do CONSORCIADO/CONTRATANTE.

Cláusula sexta - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE que não



consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### DAS RESPONSABILIDADES

##### É RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;

II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município, todas as despesas realizadas com os recursos hora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.

III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;

IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

##### É RESPONSABILIDADE DO CONSORCIADO/CONTRATANTE:

I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;

II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;

III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;

IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;

V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;

VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima – O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2018, podendo ser alterado ou aditado.

#### DAS PENALIDADES

Cláusula oitava - O CONSORCIADO/CONTRATANTE inadimplente com o CONSÓRCIO/CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona - Uma vez notificado da inadimplência serão suspensos os serviços do CONSÓRCIO/CONTRATADO ao respectivo CONSORCIADO/CONTRATANTE até a regularização da dívida.

Cláusula décima - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE poderá ser excluído do CONSÓRCIO/CONTRATADO, mediante deliberação da Assembléia Geral.

#### DO FORO

Cláusula décima primeira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Iomerê, 02 de janeiro de 2018.

Luciano Paganini

Presidente CISAMARP

CONSÓRCIO/CONTRATADO

Luciano Paganini

Prefeito de Iomerê

CONSORCIADO/CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

VISTO:

Humberto Dalpizzol

OAB/SC 1558

## EDITAL CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1487022

### Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra PRISCILLA NUNES, para o cargo de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 20 horas e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

a)Carteira de Trabalho;

b)PIS/PASEP;

c)1(uma)foto 3x4;

d)Comprovante de Residência

e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda

f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Titulo de Eleitor, Grupo Sangüíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;

g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);

h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)

i)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)

j)Avaliação Cardiológica;

l)Avaliação Neurológica;

m)RX Tórax;

n)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;

o) Hemograma;

p)VDRL;

q)ABO RH;

r)Glicemia

s)Ex. Quat. Urina

t)EPF;

u)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 10 de janeiro de 2018

Milto Luiz Borga

Prefeito Municipal e.e.

## PORTARIA 3143/2018

Publicação Nº 1487035

PORTARIA Nº 3143 DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia RENATO BEAL MACEDO para o cargo de Assessor Jurídico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 08 de janeiro de 2018, RENATO BEAL MACEDO, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 4.059.958 e CPF nº 010.226.339-61, para o cargo de Assessor Jurídico, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 03 de Janeiro de 2018.

MILTO LUIZ BORGHA

Prefeito Municipal em exercício

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3144/2018**

Publicação Nº 1487039

PORTARIA Nº 3144 DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia MARTA MARIA FALCHETTI,  
para o cargo de Diretor de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 0042/2015 de 15 de maio de 2015:

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear MARTA MARIA FALCHETTI, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 3.427.345 e CPF nº 927.790.269-87, para o cargo de Diretor de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

#### GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 08 de janeiro de 2018.

MILTO LUIZ BORGHA

Prefeito Municipal e.e.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

# Ipira

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 02/2018-PMI

Publicação Nº 1487142

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPIRA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 002/2018 - PMI  
Pregão Presencial nº 001/2018 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar. Entrega dos envelopes até as 13h45min do dia 22 de Janeiro de 2018. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 09 de Janeiro de 2018.

Adilson Alfredo Schwingel

Prefeito Municipal em Exercício

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 03/2018-PMI

Publicação Nº 1487149

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPIRA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2018 - PMI  
Pregão Presencial nº 002/2018 - PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preço, para aquisição de óleos lubrificantes e fluídos. Entrega dos envelopes até as 08h45min do dia 23 de Janeiro de 2018. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br

Ipira (SC), 09 de Janeiro de 2018.

Adilson Alfredo Schwingel

Prefeito Municipal em Exercício

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 04/2018-PMI

Publicação Nº 1487662

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA - PMI  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2018 - PMI  
Pregão Eletrônico nº 001/2018 - PMI

A Prefeitura Municipal de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para aquisição de equipamentos agrícolas no Município de Ipira em atendimento ao convênio nº 833035/2016/MAPA/CAIXA – Operação nº 1033007-01. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico 08h45min do dia 25 de Janeiro de 2018. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 10 de Janeiro de 2018.

Adilson Alfredo Schwingel

Prefeito Municipal em Exercício

# Ipuacú

## PREFEITURA

### ARP PREF 02.2018

Publicação Nº 1486708

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF 02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 64/2017

PREGÃO PRESENCIAL PREF N. 42/2017

VALIDADE: 08/01/2018 à 08/01/2019

OBJETO: Contratação empresa especializada em prestação de serviços especializados em sonorização (locação de equipamentos de sonorização com fornecimento de técnico de som) e assessoria em eventos culturais e demais festividades municipais, em conformidade com ANEXO I.

Proponentes: CLAUDINO GALEASSI, CNPJ sob o N.º 27.966.122/0001-93. Os itens e valores totais do objeto desta ata são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	V. UND	V. TOTAL
02	Locação de equipamentos de sonorização com fornecimento de um técnico de som. De forma a atender cronograma de apresentações/ eventos/ palestras/ reuniões, a serem realizadas em ambientes abertos e fechados para público acima de 600 pessoas, sem limite de duração dos eventos. Podendo intercalar os horários e podendo inclusive a prestação deste serviço acontecer em todo o território do município de Ipuacú-SC.	Und (evento)	30	690,00	20.700,00
03	Locação de equipamentos de sonorização com fornecimento de um técnico de som. De forma a atender cronograma de apresentações/ eventos/ palestras/ reuniões, a serem realizadas em ambientes abertos e fechados para público com menos de 600 pessoas, sem limite de duração dos eventos. Podendo intercalar os horários e podendo inclusive a prestação deste serviço acontecer em todo o território do município de Ipuacú-SC.	Und (evento)	100	410,00	41.000,00
TOTAL GERAL					61.700,00

ALDAIR LUIZ DA SILVEIRA CNPJ sob o N.º 28.834.888/0001-87

Os itens e valores totais do objeto desta ata são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. Mês	V. T
01	Contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços especializados em assessoria em eventos culturais e demais festividades municipais. Como também para promover, organizar e ornamentar eventos para as datas comemorativas deste. Organizar e regularizar conselho da cultura e turismo buscando o desenvolvimento do município, desde nas atividades turísticas como demais eventos. Coordenar e incentivar os grupos dos mais variados tipos culturais, coral (infantil/ adulto/ idosos), dança, teatro, música, fanfara municipal, shows nacionais e regionais, promover o destaque turístico municipal na região. Promover toda a organização da semana municipal de emancipação político econômica, apresentar propostas criativas e de acordo com a realidade da Municipalidade. A prestação dos serviços deverá dar-se mediante atendimentos de 20 horas semanais, sendo subdivididas em três dias da semana, de forma presencia na sede da contratante. Poderá exceder-se a qualquer momento e horário mediante meios de comunicação disponíveis (e-mail, telefones...);	mês	12	3.400,00	40.800,00

### CT FMS 01.2018

Publicação Nº 1486819

CONTRATO FMS 01 DE 04 DE JANEIRO DE 2018.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA – FMS.

CONTRATADA: AGD SERVIÇOS MÉDICOS, CNPJ sob o n.º 28.507.056/0001-56

CONSIDERANDO tratar-se de situação de emergência com previsão no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, onde lê-se:

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

CONSIDERANDO que o bem maior de um município são as pessoas, e que a saúde é dever do Estado e direito de todos, preceituados na Constituição Federal de 1988;

EFETIVA-SE este contrato em caráter de urgência, baseado no que segue:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, atualizada pela Lei nº 8.883 de 08/06/94; Lei nº 9.648 de 27/05/98; e demais normas pertinentes.

OBJETO: O objeto do presente instrumento consiste na prestação de serviços médicos sendo para contratação de serviços na área da Medicina, clínica geral, Esf " 1, desenvolvendo atividades profissionais, e exercendo suas funções junto a Unidades de Saúde da cidade e interior do município, inclusive no programa Saúde da Família- ESF e outros, conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o presente Edital.

VIGÊNCIA: 04 de janeiro de 2018 à 04 de março de 2018.

VALOR: R\$ 18.007,00 (dezoito mil e sete reais) mês. O total para o período de vigência deste termo no valor máximo de R\$ 36.014,00 (trinta e seis mil e quatorze reais).

## CT PREF 09.2018

Publicação Nº 1486696

CONTRATO PREF N.º 09 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ N. 04.328.816/00001-08

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 42/2016, Pregão Presencial Pref n.º 29/2016 e Ata de Registro de Preços n.º 03/2017 datada de 09/01/2017.

Considerando parecer jurídico favorável a este contrato emitido anterior a esta data.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e hospitalares, de acordo com cronograma e especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência deste edital - Prestar os serviços da coleta do lixo com veículos próprios, na quantidade necessária, para o bom atendimento necessários a demanda de lixo no município e para cada tipo de lixo, e dar-se-á da seguinte forma:

a) nas segundas, quartas e sextas-feiras, de forma ininterrupta, na área delimitada como perímetro urbano do município; incluindo o Rodovia SC 479, KM 03, linha Santa Isabel e Rodovia SC 480 KM58,2 Linha Rebelatto.

b) nas segundas e sextas-feiras na Aldeia Indígena Pinhalzinho do Município de Ipuçu - SC;

c) uma vez a cada 15 dias, o lixo hospitalar em todas as Unidades de Saúde da Sede e do Interior do Município, conforme indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR:

ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO MENSAL R\$	VALOR MÁXIMO R\$ TOTAL
01	12 meses	Serviço especializado para execução dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e hospitalares, de acordo com cronograma e especificações.	23.850,00	286.200,00

PRAZO: de 02 de janeiro de 2018 até 02 de janeiro de 2019

## CT PREF 10.2018

Publicação Nº 1486888

CONTRATO PREF n. 10 DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

CONTRATADA: CLAUDINO GALEASSI, CNPJ sob o N.º 27.966.122/0001-93 CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10520/02 e Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Processo Licitatório PREF 64/2017, Pregão Presencial n. Pref 42/2017 e Ata de Registro de Preços PREF N. 02 de 08/01/2018 do processo em epígrafe.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação empresa especializada em prestação de serviços especializados em sonorização (locação de equipamentos de sonorização com fornecimento de técnico de som) e assessoria em eventos culturais e demais festividades municipais, em conformidade com ANEXO I. Sendo que:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	V. UND	V. TOTAL
02	Locação de equipamentos de sonorização com fornecimento de um técnico de som. De forma a atender cronograma de apresentações/ eventos/ palestras/ reuniões, a serem realizadas em ambientes abertos e fechados para público acima de 600 pessoas, sem limite de duração dos eventos. Podendo intercalar os horários e podendo inclusive a prestação deste serviço acontecer em todo o território do município de Ipuçu-SC.	Und (evento)	30	690,00	20.700,00
03	Locação de equipamentos de sonorização com fornecimento de um técnico de som. De forma a atender cronograma de apresentações/ eventos/ palestras/ reuniões, a serem realizadas em ambientes abertos e fechados para público com menos de 600 pessoas, sem limite de duração dos eventos. Podendo intercalar os horários e podendo inclusive a prestação deste serviço acontecer em todo o território do município de Ipuçu-SC.	Und (evento)	100	410,00	41.000,00
TOTAL GERAL					61.700,00

A soma dos valores de todos os itens vencidos pela empresa perfaz o montante de R\$ 61.700,00 (sessenta e um mil setecentos reais).

VIGÊNCIA: de 08 de janeiro de 2018 e perdura até a data de 08 de janeiro de 2019



**DECRETO Nº 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1487680

DECRETO Nº 006

DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 9 da Lei 869 de 14 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária para o exercício de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

08.00 – Secretaria de Assistência Social

Projeto/Atividade n. 08.244.0801.2.024 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recurso: 0.100 – Ordinários

Despesa: 78 – R\$ 64.000,00

Para Programação de despesa:

08.00 – Secretaria de Assistência Social

Projeto/Atividade n. 08.244.0801.2.024 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 33500000

Fonte de Recurso: 0.100 – Ordinários

Despesa: 79 – R\$ 64.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 02 de janeiro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1487684

DECRETO Nº 007

DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 9 da Lei 869 de 14 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária para o exercício de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) na seguinte

programação de despesa:

07.00 – Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade n. 20.606.2001.2.045 – Manutenção da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 03.1364 – Superávit Financeiro – Transferências de Convênios do Estado

Despesa: 110 – R\$ 25.000,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 03.1364 – Superávit Financeiro – Transferências de Convênios do Estado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 02 de janeiro de 2018.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2018,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2018/FMS

Publicação Nº 1487525

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso IV, cujo objeto é: contratação de empresa em caráter emergencial para prestação de serviços médicos psiquiátricos, destinado ao atendimento á população, até realização de processo licitatório. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 10/01/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2018,INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2018/PM

Publicação Nº 1486655

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 2/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: receber inscrições para credenciamento das associações de agricultores reconhecidas pela Lei 1.413 de 05 de junho de 2.006, para a prestação de serviços de mecanização agrícola nos termos do art. 26 da Lei 1.811 de 16 de outubro de 2.017. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 10/01/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

# Irani

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018 - FMS

Publicação N° 1487847

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2018 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de clínica médica, consultas, procedimentos pré-cirúrgicos, cirúrgicos e procedimentos ambulatoriais, visando garantir a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 24/01/2018.

Abertura: às 9h00min do dia 24/01/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 11 de janeiro de 2018.

DILCE SALETE ZENARO – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### CHAMADA PÚBLICA N° 01/2018 - AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação N° 1487843

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2018

OUTRAS MODALIDADES N° 001/2018

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 01/2018

O Município de Irani torna público, que se encontra aberta CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar rural e do empreendedor rural familiar, destinados a compor a alimentação das unidades de ensino (escolas e creches) da rede municipal.

Recebimento de Envelopes: até às 13h30min do dia 31/01/2018.

Abertura: às 14h00min do dia 31/01/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), ou pelo telefone: (0xx49) 3432-3214.

Irani, SC, 11 de janeiro de 2018.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

# Irati

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018-FMS - CONTRATO DE RATEIO PARA REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS A MANUTENÇÃO DO CIS-AMOSC**

Publicação Nº 1487016

Estado de Santa Catarina  
Fundo Municipal de Saúde de Irati  
Rua João Beux Sobrinho, 412 – Centro – CEP 89.856-000

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretário de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto ..... : Rateio para repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção do CIS-AMOSC

Contratado ..... : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, CNPJ/MF 01.336.261/0001-40., com endereço na Avenida Getulio Vargas, 571-S, Centro, 89.801-970, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Fundamento Legal...: art. 24, VIII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati.

IRATI/SC, 10 DE JANEIRO DE 2018.

SÉRGIO PACHECO  
Comissão de Licitação  
Presidente

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2017 - FMS

Publicação Nº 1486689

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2017

3º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 47/2017, de fornecimento que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, estabelecida na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84600000, CNPJ 78.695.996/0001-94, pelo seu representante, Sr. José Ravanello, sob nº de CPF 057.306.009-68 e RG 906.157, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 06/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 09/2017, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, , tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 47/2017, de acordo com o parecer contábil da Senhora Suzane Furhmann – CRC/SC 037338/O-4, parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch – OAB/SC 45.815- A, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2017, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 47/2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 538,07 (Quinhentos e trinta e oito reais e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Item 01: Óleo Diesel S10 – 38.433,14 litros – valor anterior R\$ 2,903 Total R\$ 111.571,40 – valor reajustado R\$ 2,917 – valor total: R\$ 112.109,47, sendo o valor aditivado de R\$ 538,07. CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 14 de dezembro de 2017.

GISELI KEMPINSKI  
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JOSÉ RAVANELLO  
CERES COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Testemunhas:

Géssica Greschechen	Josilaine Montoski
CPF: 072.218.599-57	CPF: 081.276.439-04

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2017 - PM

Publicação Nº 1486675

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2017

3º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 37/2017, de fornecimento que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa



Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda, estabelecida na rua Francisco Fernandes Luiz, nº 685, Bairro São Joaquim, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84600000, CNPJ 78.695.996/0001-94, pelo seu representante, Sr. José Ravanello, sob nº de CPF 057.306.009-68 e RG 906.157, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 06/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 09/2017, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 37/2017, de acordo com o parecer contábil da Senhora Suzane Furhmann – CRC/SC 037338/O-4, parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch – OAB/SC 45.815- A, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, em 14 de dezembro de 2017, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 37/2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 4.932,94 (Quatro mil novecentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Item 01: Óleo Diesel S10 – 214.066,86 litros – valor anterior R\$ 2,903 Total R\$ 621.436,09 – valor reajustado R\$ 2,917 – valor total: R\$ 624.433,03, sendo o valor aditivado de R\$ 2.996,94.

Item 03: Óleo Diesel Comum 121.000 – valor anterior R\$ 2,798 Total R\$ 338.558,00 – valor reajustado R\$ 2,814 - valor total: R\$ 340.494,00, sendo o valor aditivado de R\$ 1.936,00. CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 14 de dezembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ RAVANELLO  
CERES – COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Testemunhas:

Nome: Josilaine Montoski  
CPF: 017.851.289-30

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

#### ATA RP PROC 05/2017 FMAS

Publicação Nº 1486781

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 04/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 05/2017, Pregão Presencial nº 04/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Demerson Barbosa - representante da empresa Demerson Barbosa MEI. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. A empresa Demerson Barbosa MEI segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante das empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 05/2017, Pregão Presencial nº 04/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Demerson Barbosa - representante da empresa Demerson Barbosa MEI. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Demerson Barbosa

MEI e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Demerson Barbosa 05674608946

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	1000	Unidade	PÃO DE QUEIJO (GRANDE) COM NO MÍNIMO 70G	Trigos	1,00	1.000,00
02	1000	Unidade	PÃO DE QUEIJO (PEQUENO) COM NO MÍNIMO 50G	Trigos	0,45	450,00
03	1000	Unidade	SANDUÍCHE NATURAL COM NO MÍNIMO 150G	Trigos	2,40	2.400,00
04	1000	Unidade	MINI SANDUÍCHE NATURAL (PÃO REDONDO) COM NO MÍNIMO 75G	Trigos	0,70	700,00
05	1000	Unidade	SONHO COM NO MÍNIMO 70G	Trigos	1,25	1.250,00
06	1000	Unidade	MINI SONHO COM NO MÍNIMO 35G	Trigos	0,75	750,00
07	1000	Unidade	SANDUÍCHE DE QUEIJO E PRESUNTO (INTEIRO) COM NO MÍNIMO 100G	Trigos	2,20	2.200,00
08	20	Unidade	EMPADÃO – FORMA GRANDE COM NO MÍNIMO 2,5KG	Trigos	19,50	390,00
09	30	Cento	MINI PASTEL	Trigos	40,00	1.200,00
10	30	Cento	MINI RISÓLES	Trigos	40,00	1.200,00
11	30	Cento	MINI COXINHA	Trigos	50,00	1.500,00
12	30	Cento	MINI ESFIRRA	Trigos	50,00	1.500,00
13	50	Unidade	BOLO NEGA MALUCA – FORMA GRANDE COM NO MÍNIMO 1KG	Trigos	29,80	1.490,00
14	50	Unidade	BOLO DE CENOURA – FORMA GRANDE COM NO MÍNIMO 1KG	Trigos	29,80	1.490,00
15	500	Unidade	CAROLINA	Trigos	1,00	500,00
16	500	Unidade	MINI CAROLINA	Trigos	0,55	275,00
17	20	Unidade	TORTA DE FRUTAS – FORMA COM NO MÍNIMO 1,5KG	Trigos	18,00	360,00
18	500	Unidade	MINI TORTA DE FRUTAS COM NO MÍNIMO 100G	Trigos	0,60	300,00
19	25	Kg	BOLO	Trigos	23,50	587,50
20	20	Unidade	CUQUE – FORMA COM NO MÍNIMO 1KG	Trigos	15,00	300,00
21	50	Unidade	BOLO REDONDO (SEM COBERTURA) TIPO INGLÊS COM NO MÍNIMO 550G	Trigos	5,00	250,00
22	300	Unidade	PASTEL COM NO MÍNIMO 100G	Trigos	2,50	750,00
23	20	Kg	ORELHA DE GATO	Trigos	13,50	270,00
24	300	Pacote	PÃO DE FORMA FATIADO COM NO MÍNIMO 450G	Trigos	3,75	1.125,00
25	100	Unidade	CACHORRO QUENTE COM NO MÍNIMO 60G	Trigos	0,60	60,00
Total R\$ 22.297,50 (vinte e dois mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)						

Irineópolis, 02 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

## ATA RP PROC 08/2017 HMBJ

Publicação Nº 1486589

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2017

PREGÃO PRESENCIAL 05/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2017, Pregão Presencial nº 05/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Lucio Flavio Lima; Sra. Maria Laura Binder Lima e Sra. Cristiane Kruger - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Marcio Barbosa - representante da empresa Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda; Sr. Robson Taciano da Silva - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Wilson Rodrigo da Silva - representante da empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Antoni Sinhörin de Souza - representante da empresa A.G. Kienen & Cia Ltda. A empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos encaminhou seus envelopes através da empresa Bauer Express pelo código 1089. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos ; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda e A.G. Kienen & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda solicitou desclassificação do item 195 por cotação errada. A empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda solicitou desclassificação dos itens 120, 124 e 251 por cotação errada.

A empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda solicitou desclassificação dos itens 147, 251, 280 e 281 por cotação errada. Os

representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. A Sessão encerrou-se as 11:30h com retorno as 13:15h.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2017, Pregão Presencial nº 05/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Lucio Flavio Lima; Sra. Maria Laura Binder Lima e Sra. Cristiane Kruger - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Marcio Barbosa - representante da empresa Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda; Sr. Robson Taciano da Silva - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Wilson Rodrigo da Silva - representante da empresa Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Antoni Sinhonor de Souza - representante da empresa A.G. Kienen & Cia Ltda. A empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos encaminhou seus envelopes através da empresa Bauer Express pelo código 1089. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda e A.G. Kienen & Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

A empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda apresentou o item 6, subitem 6.2, alínea "c" vencida, sendo assim considerada INABILITADA. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

A G Kienen & Cia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
07	100	Ampola	Acetato de Betametasona / Fosfato Dissodico de Betametasona	BRAINFARMA	3,10	310,00
11	02	Tubo	Acido mucopolissacarido + polissulfurico 500mg c/40g - pomada	U. QUIMICA	18,60	37,20
12	200	Ampolas	Adenosina 6mg/ 2 ml	HIPOLABOR	9,77	1.954,00
26	400	Ampola	Aminofilina 24 mg/ml - 10 ml Injetável	HIPOLABOR	0,75	300,00
28	500	Ampola	Amiodarona Injetavel	HIPOLABOR	1,90	950,00
33	05	Frasco	Argirol colírio 10%	ALLERGAN	9,68	48,40
42	800	Ampola	Benzil penicilina benzatina 400.000 UI	BLAU	4,75	3.800,00
45	400	Ampola	Bicarbonato de Sódio 8,4% 10 ml	SAMTEC	0,55	220,00
50	300	Ampolas	Bromoprida 5 mg/ml	HIPOLABOR	0,64	192,00
57	200	Comprimido	Carbamazepina 200 mg - cpr	TEUTO	0,08	16,00
67	4000	Frasco	Ceftriaxona dissodica 500mg	EUROFARMA	8,50	34.000,00
72	200	Comprimido	Cilostazol 50 mg	EUROFARMA	0,32	64,00
79	02	Tubo	Cloranfenicol + aminoácidos + metionina + retinol - pomada oftálmica estéril - 35 gr.	LATINOFARMA	10,59	21,18
81	200	Ampola	Cloreto de Potássio 19,1% 10 ml	SAMTEC	0,24	48,00
83	50	Frasco	Cloreto de Suxametônio 100 mg	BLAU	9,60	480,00
89	100	Frasco	Cloridrato de cetamina 50mg/ml - 10ml	BIOCHIMICO	44,80	4.480,00
91	100	Ampola	Cloridrato de clorpromazina 5mg/ml	U. QUIMICA	1,10	110,00
94	800	Ampola	Cloridrato de Etilefrina 10 mg / ml	U. QUIMICA	1,10	880,00
95	600	Ampola	Cloridrato de Hidralazina 20 mg	CRISTALIA	4,96	2.976,00
100	100	Ampola	Cloridrato de Ondansetrona - 2mg/ml - 04 ml	HYPOFARMA	0,82	82,00
101	500	Ampola	Cloridrato de Petidina 50mg- 2ml	U. QUIMICA	1,82	910,00
104	1000	Ampola	Cloridrato de Prometazina 25 mg/ml - 2ml	SANVAL	1,96	1.960,00
116	05	Frasco	Colírio anestésico 10ml (tetracaína 1%+fenilefrina 1%)	ALLERGAN	8,38	41,90
118	800	Ampola	Complexo B + acido ascórbico + frutose 10 ml	CRISTALIA	4,16	3.328,00
124	20	Caixas	curativo hidrocolóide estéril - 10 cm x 10 cm - curativos constituídos por partículas de hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose) e camada externa película protetora de poliuretano semipermeável. caixa com 05 unidades.	CONVATEC	74,25	1.485,00
125	20	Caixas	curativo hidrocolóide estéril - 20 cm x 20 cm - curativos constituídos por partículas de hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose) e camada externa película protetora de poliuretano semipermeável. caixa com 05 unidades.	CONVATEC	175,50	3.510,00

127	100	Caixa	Dexametasona + tiamina + piridoxina + cianocobalamina - Injetável em solução intramuscular: - cada ampola A de 2 ml contém: Cianocobalamina (vitamina B12) 5.000 mcg; Cloridrato de Tiamina (vitamina B1) 100 mg; Cloridrato de Piridoxina (vitamina B6) 100 mg; Cloridrato de Procaína 50 mg; Água destilada q.s.p 2 ml. - cada ampola B de 1 ml contém: Fosfato de Dexametasona - 4 mg; Água destilada q.p 1 ml; Veículo: Cloreto de Benzalcônio, Água Destilada e Fosfato de Sódio Bibásico. Caixa com 03 ampolas do tipo A e 03 ampolas do Tipo B.	MERCK	10,13	1.013,00
138	500	Ampolas	Dimenidrinato, cloridrato de piridoxina, glicose, frutose – Solução injetável de 3 mg/ml (dimenidrinato) + 5 mg/ml (cloridrato de piridoxina) + 100 mg/ml (glicose) + 100 mg/ml (frutose). Ampola de 10 ml.	TAKEDA	2,95	1.475,00
167	200	Ampola	Fitomenadiona 1mg/ml – 1ml	HIPOLABOR	1,50	300,00
181	600	Ampola	Haloperidol Injetável – 1 ml.	HYPOFARMA	1,02	612,00
182	100	Comprimido	Haloperidol Comprimido - 5 mg	U. QUIMICA	0,10	10,00
184	800	Ampola	Hemitartarato de norepinefrina 02 mg/ml.	HYPOFARMA	2,60	2.080,00
185	80	Frasco	Heparina Sódica – Frasco.	BLAU	9,62	769,60
186	1000	Ampola	Heparina Sódica 5.000UI/ml 0,25 ml.	CRISTALIA	4,68	4.680,00
196	04	Frasco	Insulina Regular Humana - 10 ml.	ASPEN	23,75	95,00
200	400	Frasco	Ketalar – 50 mg/ml – Frasco ampola de 10 ml.	BIOCHIMICO	45,50	18.200,00
248	300	Comprimido	Prednisona 20 mg	BRINFARMA	0,19	57,00
255	12	Caixas	Refil Fumarato de Fenoterol/Budesonida 6/200 mcg	BIOSINTETICA	69,55	834,60
302	800	Ampola	Sulfato de Atropina 0,5% – 1ml	HYPOFARMA	0,72	576,00
TOTAL R\$ 92.905,88 (noventa e dois mil novecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos)						

## Altermed Material Medico Hospitalar Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	800	Unidades	Abocath nº 18	TKL	0,65	520,00
04	2000	Unidade	Abocath nº. 22	TKL	0,65	1.300,00
10	1000	Comprimido	Acido Acetil Salicilico 500 mg	IMEC	0,03	30,00
15	50	Frasco	Água oxigenada 1litro – 10 volumes	FARMAX AMARAL	3,71	185,50
22	60	Frasco	Álcool iodado 1litro	RIOQUIMICA	11,57	694,20
24	200	Ampola	Amicacina 50 mg/ml	BLAU	0,82	164,00
30	500	Comprimido	Amoxicilina 500 mg	TEUTO	0,17	85,00
31	800	Ampola	Ampicilina 500 mg - Injetável	BLAU	3,11	2.488,00
32	1000	Comprimido	Ampicilina 500 mg Comprimido	PRATI DONADUZZI	0,24	240,00
39	1000	Comprimido	Azitromicina 500 mg	MEDQUIMICA	0,55	550,00
40	800	Comprimido	Bactrim : sulfametoxazol - trimetoprima – Comprimido.	TEUTO	0,10	80,00
41	1000	Ampola	Benzil penicilina benzatina 1.200.000 UI	TEUTO	9,15	9.150,00
46	1000	Comprimido	Bissulfato de Clopidogrel 75 mg	MELCON	0,53	530,00
48	400	Frasco	Brometo de Ipratropio 0,25mg – gotas 20ml	HIPOLABOR	0,82	328,00
49	150	Frasco	Bromidrato de fenoterol 5mg/ml - gotas- frasco com 20ml	PRATI DONADUZZI	2,95	442,50
51	500	Comprimido	Butilbrometo de Escopolamina	UNIÃO QUIMICA	0,52	260,00
52	500	Ampola	Butilbrometo de Escopolamina	TEUTO	1,05	525,00
53	500	Ampola	Butilbrometo de Escopolamina + Dipirona	TEUTO	1,20	600,00
54	10	Rolos	Cadaroço para tubo endotraqueal.	TECENIL	2,75	27,50
55	50	Unidade	Caneta para eletrocardiógrafo - Caneta para ECG Dixtal EP-3, na cor preta.	TECNOPRINT	24,28	1.214,00
56	2000	Comprimido	Captopril 25 mg	GEOLAB	0,02	40,00
59	500	Comprimido	Carvedilol 6,25 mg	TORRENT	0,11	55,00
60	500	Unidade	Cateter Nasal para oxigênio nº 04	BIOSANI	0,49	245,00
64	500	Comprimido	Cefalexina 500 mg - comprimido	TEUTO	0,35	175,00
66	20	Frasco	Cefalexina Suspensão Oral 250 mg/5 ml.	TEUTO	5,89	117,80
69	2000	Ampola	Cimetidina 150mg/ml 2ml	TEUTO	0,72	1.440,00
73	200	Comprimido	Cilostazol 100 mg	BIOLAB	0,55	110,00
74	1000	Comprimido	Ciprofloxacino 500 mg comprimido	PRATI DONADUZZI	0,27	270,00

75	200	Ampola	Citrato de Fentanila – Ampola 10 ml.	HIPOLABOR	2,42	484,00
76	100	Unidade	Clamp Umbilical Estéril	CIR. FERNANDES	0,31	31,00
77	500	Comprimido	Clindamicina 300 mg	UNIÃO QUIMICA	0,80	400,00
84	80	Frasco	Clorexidina Suspensão Alcoólica – 01 lt	RIOQUIMICA	11,49	919,20
93	500	Ampola	Cloridrato de dopamina 5 mg/ml	UNIÃO QUIMICA	1,28	640,00
98	3000	Ampola	Cloridrato de Metoclopramida 10mg – 2ml	TEUTO	0,28	840,00
103	200	Comprimido	Cloridrato de Prometazina 25 mg	TEUTO	0,19	38,00
107	800	Ampola	Cloridrato de Tramadol 50 mg	TEUTO	0,48	384,00
120	04	Pacote	Compressa Cirurgica Campo Operatório 23cm X 25 cm	AMERICA	32,48	129,92
126	50	Ampola	Deslanosídeo 0,2 mg/ml - 2 ml Injetável.	UNIÃO QUIMICA	1,51	75,50
128	50	Tubo	Dexpantenol 50mg/Gr. – Tubo com 30 gr.	PRATI DONADUZZI	3,89	194,50
129	300	Ampola	Dexametasona 4 mg – Injetavel	TEUTO	0,65	195,00
130	100	Frasco	Dexametasona Elixir 0,1 mg – 100 ml	SOBRAL	1,44	144,00
135	5000	Comprimido	Diclofenaco Potassico 50 mg	CIMED	0,06	300,00
136	2500	Ampola	Diclofenaco Potassico 75 mg/3ml - Injetavel	TEUTO	0,55	1.375,00
143	1500	Comprimido	Dipirona 500 mg	GREEN PHARMA	0,08	120,00
145	12	Unidades	Dipropionato de beclometasona	GSK	27,00	324,00
146	40	Unidade	Dreno de penrose nº 02	WALTEX	1,38	55,20
150	500	Unidade	Equipo Irrigador: Dispositivo para irrigação interna, com uma ponta perfurante padrão ISO e com protetor. Na extremidade da outra ponta dois orifícios de irrigação ; único canal para fluxo do líquido e pega ergonômica para manipulação. Embalagem individual, abertura em pétala, esterilizada em óxido de etileno.	BIOSANI	1,03	515,00
152	7000	Unidades	Equipo para soro macro gotas, flexível, com injetor lateral.	LABORIMPORT	0,69	4.830,00
155	05	Unidades	esfigmomanômetro: manômetro de alta precisão com alta tecnologia; testado e aprovado pelo inmetro. braçadeira adulto ( circunferência de 22 a 28 cm) em nylon com fecho em metal; manguito e pera em pvc. acompanha estojo para viagem. faixa de medição: 0 - 300 mmhg; divisão de 2 mmhg; tolerância de +/- 3 mmhg	GLICOMED ACCUMED PRE	67,99	339,95
157	500	Comprimido	Espironolactona 25 mg	ASPEN	0,19	95,00
158	05	Unidade	estetoscópio simples - baixo peso. diafragmas de alta sensibilidade. . tubo moldado em pvc de peça única para melhor transmissão do som. tamanho adulto.	BIOLAND	11,84	59,20
160	300	Ampola	Fenitoína Sódica 50 mg / ml - Ampola	HIPOLABOR	2,42	726,00
162	500	Ampola	Fenobarbital 200mg/ml	UNIÃO QUIMICA	1,60	800,00
163	02	Frasco	Fenobarbital 40mg 4% gotas	UNIÃO QUIMICA	3,16	6,32
165	200	Rolo	Fita Micropore 2,5 cm x 4,5m com capa	CRAL	1,31	262,00
166	80	Rolo	Fita para autoclave 19 mm x 30 m	POLI TAPE	2,89	231,20
169	100	Ampola	Flumazenil 0,1mg/ml – 5 ml	TEUTO	12,50	1.250,00
178	800	Ampola	Glicose hipertônica 25% - 10ml	FARMACE	0,23	184,00
179	800	Ampola	Glicose hipertônica 50% - 10ml	FARMACE	0,27	216,00
187	500	Comprimido	Hidroclorotiazida 25 mg – Comprimido	TEUTO	0,02	10,00
188	2000	Ampola	Hidrocortizona 500 mg Injetavel	UNIAO QUIMICA	4,70	9.400,00
190	50	Frasco	Hioscina Composta 4mg c/ 20 ml - gotas	MEDQUIMICA	7,42	371,00
197	300	Comprimido	Isossorbida 10 mg	E.M.S	0,33	99,00
198	300	Comprimido	Isossorbida 5 mg	E.M.S	0,25	75,00
202	10	Unidade	KIT DE MÁSCARA DE VENTURI – Tamanho Infantil: Kit composto por máscara transparente, flexível, atóxica, com elástico para ajuste facial e orifícios laterais traquéia, 06 diluidores coloridos para diferentes concentrações de %.	MD	13,29	132,90
206	1000	Comprimido	Levofloxacin 500 mg.	E.M.S	1,04	1.040,00
209	300	Frasco	Lidocaina 2% frasco - 20 ml	HIPOLABOR	2,20	660,00
211	500	Par	Luva Cirúrgica estéril nº 6,5	MAXITEX	0,93	465,00
212	500	Par	Luva Cirúrgica estéril nº 7,5	MAXITEX	0,93	465,00
214	300	Par	Luva Cirúrgica estéril nº 8.5	MAXITEX	0,99	297,00
217	500	Comprimido	Maleato de Enalapril 10 mg	CIMED	0,05	25,00



219	300	Ampola	Maleato de metilergometrina 0,2 mg / ml – Injetável – 1 ml	UNIÃO QUIMICA	1,51	453,00
220	100	Unidade	Manitol 20 % - 250 ml.	FRESENIUS KABI BRASI	4,95	495,00
227	800	Ampola	Mononitrato de Isossorbida 10 mg / ml.	BIOLAB	2,34	1.872,00
228	200	Ampola	Naloxone	HIPOLABOR	6,19	1.238,00
229	500	Tubos	Neomicina pomada - 20 gr	BELFAR	3,61	1.805,00
231	30	Frasco	Nistatina Suspensão Oral – 100.000 UI/ml – com 50 ml.	PRATI DONADUZZI	3,31	99,30
240	800	Pacote	Papel Toalha Simples, 19,5 x 20,5 cm com 1000 folhas – Branco.	QUALILUX	4,67	3.736,00
243	2000	Comprimido	Paracetamol 750 mg comprimido.	PRATI DONADUZZI	0,08	160,00
247	50	Frasco	Povidine Tópico 1 litro	RIOQUIMICA	19,24	962,00
256	10	Unidade	Valvula Reguladora para Oxigênio com fluxômetro e manômetro.	UNITEC	245,22	2.452,20
258	30	Pacote	Saco para lixo branco hospitalar 50 lts x 100 unidades	RAVA	19,60	588,00
259	30	Pacote	Saco para lixo branco hospitalar 30 lts x 100 unidades	RAVA	14,00	420,00
266	500	Unidade	Seringa descartável 01 ml sem agulha	SR	0,15	75,00
268	4000	Unidade	Seringa descartável 20 ml sem agulha	SR	0,33	1.320,00
290	300	Unidade	Soro Fisiológico 100 ml – Sistema Aberto.	FARMAX AMARAL	1,20	360,00
293	3000	Unidade	Soro fisiológico 500ml – Sistema Fechado	SEGMENTA EURO-FARMA	2,96	8.880,00
294	1000	Unidade	Soro Fisiológico 1000 ml – Sistema Fechado	SEGMENTA EURO-FARMA	4,67	4.670,00
301	100	Tubo	Sulfadiazina de prata 10 mg com 50 gr	NATIVITA	4,54	454,00
304	12	Frasco	Sulfato de Salbutamol 2mg/5ml – 120ml	PRATI DONADUZZI	1,22	14,64
305	500	Unidade	Sulfato de Salbutamol - Ampola	HIPOLABOR	1,65	825,00
306	200	Ampolas	Sulfato de Terbutalina	HIPOLABOR	2,75	550,00
307	500	Unidades	Tala para Imobilização tamanho G	RESGATE SP	15,66	7.830,00
308	500	Unidades	Tala para Imobilização tamanho M	RESGATE SP	12,29	6.145,00
309	500	Unidades	Tala para Imobilização tamanho P	RESGATE SP	10,20	5.100,00
313	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 2,5	LABORIMPORT LA-MEDID	3,04	121,60
314	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 3,0	LABORIMPORT LA-MEDID	3,03	121,20
315	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 3,5	LABORIMPORT LA-MEDID	3,08	123,20
316	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 4,0	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
317	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 4,5	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
318	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 5,0	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
319	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 5,5	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
320	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 6,0	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
321	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 6,5	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
322	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 7,0	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
323	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 7,5	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
324	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 8,0	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
325	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 8,5	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
326	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 9,0	LABORIMPORT LA-MEDID	2,82	112,80
328	10	Unidade	Tobramicina Colírio – 10 ml.	NEO QUIMICA BRAINFARM	4,38	43,80
331	1000	Ampola	Vitamina C	FARMACE	0,69	690,00

R\$ 103.915,13( cento e três mil novecentos e quinze reais e treze centavos)

## Damedi Dambros Comércio de Medicamentos Ltda EPP

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	200	Pacote	Abaixador de língua com 100 unidades	TALGE	2,57	514,00
05	2000	Unidade	Abocath nº. 24	SOLIDOR	0,72	1.440,00
08	500	Comprimido	Acetato de Dexametasona 0,5 mg	ACHE	0,38	190,00
09	2000	Comprimido	Acido Acetil Salicilico 100 mg	IMEC	0,02	40,00
14	12000	Ampola	Água Bi - Destilada 05 ml	EQUIPLEX	0,13	1.560,00
17	1000	Unidade	Agulha descartável 20 x 5,5	SOLIDOR	0,08	80,00
20	3000	Unidade	Agulha descartável 40 x 12	SOLIDOR	0,06	180,00
21	150	Frasco	Álcool 70% 1litro	CICLOFARMA	3,89	583,50
23	80	Rolo	Algodão Hidrófilo 500 gr	MELHOR MED	8,58	686,40
25	500	Comprimido	Aminofilina 100 mg - Comprimido	HIPOLABOR	0,07	35,00
27	500	Comprimido	Amiodarona 200 mg	GEOLAB	0,42	210,00
34	01	Unidade	ASPIRADOR CIRÚRGICO 1 LITRO COM FRASCO AUTOCLAVÁVEL - Características Técnicas: Bomba de Vácuo tipo pistão; Vácuo máximo de 25 polegadas de Hg; Vazão livre 34 lts/min; Capacidade do Frasco Coletor: 1 litro; Motor de 1/5 HP ;Consumo: 115 watts. Acompanha: 01 Bomba de Vácuo; 01 Frasco Coletor 1 litro; 01 Tampa de Borracha com Válvula de Segurança Acoplada; 01 Tubo de silicone; 01 Cânula de latão cromado; 01 Manual de Instruções.	NS	297,55	297,55
37	850	Unidade	Atadura de crepon 06 cm x 3 m	BIOTEXTIL	0,27	229,50
38	400	Unidades	Atadura de Ryon estéril 7 cm X 5 m	POLARFIX	7,79	3.116,00
47	60	Comprimido	Bromazepan 3 mg	GERMED	0,17	10,20
58	100	Comprimido	Carvão Ativado – 250 mg.	UNIAO QUIMICA	0,77	77,00
63	1000	Unidade	Cateter Nasal tipo óculos.	BIOBASE	0,64	640,00
70	500	Comprimido	Cimetidina 200 mg	TEUTO	0,40	200,00
71	600	Comprimido	Cinarizina 25 mg	NEO QUIMICA	0,08	48,00
78	10	Frasco	Clonazepam Gotas.	PRATI	2,85	28,50
85	100	Frasco	Clorexidina Suspensão Degermante – 01 lt	RIOQUIMICA	14,35	1.435,00
86	100	Frasco	Cloridrato de ambroxol 15 mg / 5 ml – c/ 120 ml – xarope pediatrico	FARMACE	1,93	193,00
87	300	Frasco	Cloridrato de ambroxol 30 mg / 5ml – c/ 120 ml – xarope adulto	FARMACE	2,13	639,00
90	80	Comprimido	Cloridrato de clorpromazina 25mg	CRISTALIA	0,26	20,80
97	400	Comprimido	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg	BELFAR	0,08	32,00
99	20	Frasco	Cloridrato de Metoclopramida 4mg/ml – 10 ml	MARIOL	0,62	12,40
106	500	Comprimido	Cloridrato de Tiamina 300 mg	PRATI	0,22	110,00
115	300	Unidade	Coletor para perfurocortantes com capacidade 13 litros	DESCARBOX	3,27	981,00
117	200	Comprimido	Complexo B - Cpr	VITAMED	0,05	10,00
121	04	Pacote	Compressa Cirurgica Campo Operatório 45cm X 50 cm	MEDIPLUS	52,80	211,20
122	1000	Pacote	compressa de gaze 7,5cm x7,5cm 13 fios estrela c/500 unidades não estéril - confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com oito camadas e cinco dobras, com dimensão de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas.	ULTRACOTON	17,90	17.900,00
131	30	Tubo	Dexametasona Pomada 10 gr	SOBRAL	0,96	28,80
132	800	Comprimido	Diazepan 05 mg – cpr	GERMED	0,11	88,00
134	48	Frasco	Diclofenaco Potassico 15mg/ml -10 ml gotas	GERMED	2,73	131,04
137	400	Comprimido	Digoxina 0,25 mg comprimido	PHARLAB	0,05	20,00
139	200	Comprimido	Dimeticona 40mg – cpr	PRATI	0,13	26,00
140	50	Frasco	Dimeticona gotas 10ml	HIPOLABOR	0,99	49,50
144	100	Frasco	Dipirona Gotas 10ml	FARMACE	0,70	70,00
156	300	Rolo	Esparadrapo comum 10 cm x 4,5 mts.	ADPELE	5,25	1.575,00
161	200	Comprimido	Fenobarbital 100 mg	TEUTO	0,13	26,00
168	200	Frasco	Fleet enema frasco com 130ml	NATULAB	4,83	966,00
173	600	Comprimido	Furosemda 40 mg comprimido	PRATI	0,03	18,00
174	10	Frasco	Gaze tipo Queijo – 91 cm x 91 cm – 13 fios.	MELHOR MED	58,92	589,20

175	10	Frasco	Gel condutor para eletrocardiograma com 1.000 gr.	MULTIGEL	5,08	50,80
177	300	Comprimido	Glibenclamida	MEDQUIMICA	0,03	9,00
180	200	Ampola	Gluconato de cálcio 100mg/ml - 10ml	HALEXISTAR	2,06	412,00
189	500	Comprimido	Hioscina Composta 10mg	PHARLAB	0,49	245,00
192	200	Frascos	Ibuprofeno 100 mg/ml – Frasco com 20 ml.	GEOLAB	2,69	538,00
193	1000	Comprimido	Ibuprofeno 600 mg	PRATI	0,10	100,00
194	04	Frasco	Imunoglobulina humana - anti Rho (D).	CSL BEHRING	262,93	1.051,72
204	200	Unidade	Lamina de bisturi n° 24	SOLIDOR	0,21	42,00
205	200	Unidade	Lamina de bisturi n° 22	SOLIDOR	0,21	42,00
207	1000	Bolsa	Levofloxacino - Solução Injetável 5mg/mL. Cartucho contendo 1 bolsa plástica de 100mL	ISOFARMA	8,54	8.540,00
208	50	Tubo	Lidocaina 2% 100mg/5g. – geléia	PHARLAB	1,93	96,50
213	800	Par	Luva Cirurgica estéril n° 8,0	MEDIX	0,93	744,00
230	120	Comprimido	Nifedipino 20 mg comprimido	GEOLAB	0,08	9,60
234	500	Comprimido	Norfloxacino 400 mg	GLOBO	0,26	130,00
237	1000	Comprimido	Omeprazol 40 mg	NOVA QUIMICA	0,94	940,00
242	60	Frasco	Paracetamol 200mg c/10ml.	FARMACE	0,70	42,00
244	05	Frascos	Penetro inalante – Frasco com 45 ml de solução.	DAUDT	18,35	91,75
245	4000	Unidade	Polifix 2 vias com clamp	VITALGOLD	0,60	2.400,00
249	200	Comprimido	Prednisona 5 mg comprimido	VITAPAN	0,09	18,00
250	100	Comprimido	Propanolol 40 mg comprimido	OSORIO DE MO-RAES	0,02	2,00
251	200	Pares	Propés descartável	ANADONA	8,84	1.768,00
252	01	Unidade	reanimador manual de silicone (ambu) neonatal - reanimador de silicone completo e autoclavável. o kit inclui reanimador reutilizável, máscara, bolsa reservatório e tubo de oxigênio. todos os materiais são livres de látex e os sacos de máscara, ou conector bolsa reservatório são feitas de polímero mais estável - silicone ou polisulfona, que oferecem confiabilidade, excelente vida útil e melhor longa termo resistência a condições ambientais extremas. para pacientes abaixo de 7kg. garantia de 01 ano.	SAFTI	127,64	127,64
253	01	Unidade	reanimador manual de silicone (ambu) pediátrico - reanimador de silicone completo e autoclavável. o kit inclui reanimador reutilizável, máscara, bolsa reservatório e tubo de oxigênio. todos os materiais são livres de látex e os sacos de máscara, ou conector bolsa reservatório são feitas de polímero mais estável - silicone ou polisulfona, que oferecem confiabilidade, excelente vida útil e melhor longa termo resistência a condições ambientais extremas. reanimador de silicone completo e autoclavável. para pacientes entre 7 a 30kg. garantia de 01 ano.	SAFTI	127,64	127,64
254	12	Caixas	Refil de 60 cápsulas de fumarato de formoterol di-hidratado 12 mcg + 60 cápsulas de budesonida 400 mcg	BIOSINTETICA	129,19	1.550,28
257	20	Pacote	Saco para lixo branco hospitalar 100lts x 100 unidades	DESCARPACK	27,00	540,00
261	1000	Unidade	Scalp n° 23	SOLIDOR	0,18	180,00
262	1000	Unidade	Scalp n° 25	SOLIDOR	0,18	180,00
263	100	Unidade	Scalp n° 27	SOLIDOR	0,18	18,00
269	100	Unidade	Sonda de aspiração traqueal n° 04	MARCK MED	0,42	42,00
270	100	Unidades	Sonda de aspiração traqueal n° 10	MARCK MED	0,40	40,00
271	100	Unidade	Sonda de aspiração traqueal n°06	MARCK MED	0,42	42,00
275	50	Unidade	Sonda de Foley 10 cm com 02 vias	SOLIDOR	3,82	191,00
276	50	Unidade	Sonda de Foley 12 cm com 02 vias	SOLIDOR	2,29	114,50
277	100	Unidade	Sonda de foley 16 cm com 02 vias	SOLIDOR	2,29	229,00
278	100	Unidade	Sonda de foley 18 cm com 2 vias	SOLIDOR	2,29	229,00
283	100	Unidades	Sonda Nasogastrica Longa n° 14	MARCK MED	0,71	71,00
284	100	Unidades	Sonda Nasogastrica Longa n° 16	MARCK MED	0,83	83,00
285	100	Unidade	Sonda uretral 04	MARCK MED	0,42	42,00
286	100	Unidade	Sonda uretral 08	MARCK MED	0,45	45,00

292	3000	Unidade	Soro Fisiológico 250 ml – Sistema Fechado	HALEXISTAR	2,31	6.930,00
297	500	Unidade	Soro Glicosado 100 ml	HALEXISTAR	2,11	1.055,00
298	1000	Unidade	Soro Glicosado 250ml	HALEXISTAR	2,37	2.370,00
300	800	Unidade	Soro Ringer com Lactato 500ml	HALEXISTAR	3,03	2.424,00
303	500	Ampola	Sulfato de Morfina 10 mg / ml	HIPOLABOR	0,77	385,00
311	300	Unidade	Touca Descartavel com Elastico	MEDIX	0,07	21,00
312	15	Metros	Tubo Extensor de Silicone para Oxigênio nº 204 esterilizável	KINNER	8,77	131,55
330	08	Litro	Vaselina liquida 1.000ml	CINORD	20,72	165,76
TOTAL R\$ 69.904,33 (sessenta e nove mil novecentos e quatro reais e trinta e três centavos)						

## Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
06	200	Frasco	Acebrofilina 25 mg / 5 ml – 120 ml suspensão	PRATI	2,75	550,00
13	1000	Ampola	Adrenalina 1g/ml.	BLAU	2,20	2.200,00
29	200	Frasco	Amoxicilina 250mg/5ml – suspensão - 60ml	PRATI	4,03	806,00
43	1000	Ampola	Benzil penicilina benzatina 5.000.000 UI	BLAU	8,00	8.000,00
65	300	Frascos	Cefalotina 1 gr – Frasco	BLAU	1,80	540,00
68	2500	Frascos	Cetoprofeno 100 mg para uso endovenoso	UNIAO QUIMICA	2,62	6.550,00
92	500	Ampola	Cloridrato de dobutamina 250 mg	BLAU	4,29	2.145,00
102	500	Ampola	Cloridrato de Piridoxina 50 mg/ml + Dimenidrato 50 mg/ml	UNIAO QUIMICA	1,16	580,00
105	4000	Ampolas	Cloridrato de Ranitidina 50 mg	FARMACE	0,37	1.480,00
108	1000	Ampolas	Cloridrato de Tramadol 100 mg	NOVAFARMA	0,65	650,00
119	2000	Ampola	Complexo B Inj - 2ml	SANTISA	0,78	1.560,00
133	1000	Ampola	Diazepan 10 mg Injetavel	SANTISA	0,52	520,00
142	5000	Ampola	Dipirona 1g / 2ml	SANTISA	0,33	1.650,00
148	100	Unidade	Enoxaparina sódica 40 mg.	BLAU	19,20	1.920,00
149	100	Unidade	Enoxaparina sódica 60 mg.	BLAU	20,50	2.050,00
172	2500	Ampola	Furosemida 20 mg	SANTISA	0,33	825,00
176	1000	Ampola	Gentamicina 80 mg Injetavel	NOVAFARMA	0,78	780,00
191	2500	Ampola	Hioscina Composta 4 mg + 500 mg / ml com 5 ml	FARMACE	1,30	3.250,00
199	400	Frasco	Cefazolina sódica – 01 gr.	BLAU	1,73	692,00
225	2500	Ampola	Metronidazol 500 mg – injetável	FARMACE	1,95	4.875,00
226	500	Ampola	Midazolam 5 mg / ml	HIPOLABOR	0,91	455,00
233	300	Ampola	Noripurum endovenosa – Ampola de 05 ml	BLAU	5,72	1.716,00
235	300	Ampola	Oxitocina 0,05 UI/1ml	UNIAO QUIMICA	0,91	273,00
238	1000	Ampola	Omeprazol 40 mg ampola	BLAU	5,85	5.850,00
TOTAL R\$ 49.917,00 (quarenta e nove mil e novecentos e dezessete reais)						

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	2000	Unidade	Abocath nº. 20	SOLIDOR	0,64	1.280,00
16	1000	Unidade	Agulha descartável 13 x 4,5	DESCARPACK	0,07	70,00
18	6000	Unidade	Agulha descartável 25 x 8	DESCARPACK	0,07	420,00
19	6000	Unidade	Agulha descartável 30 x 7	DESCARPACK	0,07	420,00
35	800	Unidade	Atadura de crepon 08 cm x 3 m	MDA	0,30	240,00
36	800	Unidade	Atadura de crepon 12 cm x 3 m	MDA	0,47	376,00
61	500	Unidade	Cateter Nasal para oxigênio nº 06	BIOSANI	0,46	230,00
62	500	Unidade	Cateter nasal para oxigênio nº 08	BIOSANI	0,51	255,00
82	200	Ampola	Cloreto de Sódio 10 ml	EQUIPLEX	0,18	36,00
110	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho G	ORTOCENTER	14,70	29,40
111	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho M	ORTOCENTER	14,70	29,40
112	02	Unidade	Colar Cervical Tamanho P	ORTOCENTER	14,70	29,40
113	200	Unidade	Coletor de urina sistema fechado	PHARMATEX	2,48	496,00
114	200	Unidade	Coletor para perfurocortantes com capacidade 07 litros	DESCARBOX	2,39	478,00

147	400	Pacote	eletrodo descartável para monitoração cardíaca, -eletrodo para monitorização cardíaca para procedimentos de curta ou longa duração (04 dias). indicado para eletrocardiograma e monitorização cardíaca em pronto-socorro, emergências, procedimentos cirúrgicos e uti; dorso de espuma; gel sólido; adesivo acrílico hipoalergênico; pino de aço inoxidável; contra-pino de cloreto de prata (agcl) – pacote com 50 unidades.	SOLIDOR	12,79	5.116,00
153	1000	Unidade	Equipo para soro micro gotas	BIOSANI	1,35	1.350,00
154	10	Unidade	esfigmomanômetro: manômetro de alta precisão com alta tecnologia; testado e aprovado pelo inmetro. braçadeira adulto ( circunferência de 22 a 28 cm) em nylon com fecho em velcro; manguito e pera em pvc. acompanha estojo para viagem. faixa de medição: 0 - 300 mmhg; divisão de 2 mmhg; tolerância de +/- 3 mmhg	ACCUMED PRE-MIUM	64,20	642,00
164	200	Rolo	Fita crepe 19 mm x 50m	CIEX	2,29	458,00
170	200	Unidade	Fralda Infantil – Tamanho M	DESCARPACK	0,39	78,00
171	600	Unidade	Fralda Geriátrica – Tamanho M	DESCARPACK	1,04	624,00
183	50	Caixas	Hastes Flexíveis com pontas de Algodão - Caixa com 150 unidades.	HIGIE TOPP	2,08	104,00
195	05	Unidade	Inalador Completo: Silencioso, leve e de fácil utilização. Itens inclusos: 01 compressor elétrico e 01 conjunto nebulizador (máscara, depósito e mangueira). Voltagem: Bivolt.	DARU	114,38	571,90
201	10	Unidade	KIT DE MÁSCARA DE VENTURI – Tamanho Adulto: Kit composto por máscara transparente, flexível, atóxica, com elástico para ajuste facial e orifícios laterais traquéia, 06 diluidores coloridos para diferentes concentrações de %.	MD	13,21	132,10
210	500	Par	Luva Cirúrgica estéril nº 6,0	LATEX BR	0,93	465,00
215	200	Caixa	Luva de procedimento em látex com 100 unidades – tamanho M	DESCARPACK	14,95	2.990,00
216	500	Caixa	Luva de procedimento em látex com 100 unidades – tamanho P	DESCARPACK	14,97	7.485,00
221	20	Unidade	Máscara de O2 com reservatório – Tamanho adulto: Máscara que permite a alta concentração de O2, transparente, em material macio que acompanha elástico, 01 máscara para nebulização com 1,5 mts de mangueira, 01 bolsa com reservatório.	MD	9,95	199,00
222	10	Unidade	Máscara de O2 com reservatório – Tamanho infantil: Máscara que permite a alta concentração de O2, transparente, em material macio que acompanha elástico, 01 máscara para nebulização com 1,5 mts de mangueira, 01 bolsa com reservatório.	MD	9,95	99,50
236	20	Unidade	óculos de proteção - óculos de proteção confeccionados em policarbonato óptico, lente curva, leve e resistente. haste de material plástico, tipo espátula, maleável. acompanha cordão de segurança.	SUPERMEDY	2,39	47,80
239	10	Caixa	Papel Crepado 060cm x 060 cm – Caixa com 500 fls.	HOSPFLEX	244,40	2.444,00
241	10	Pacote	papel para eletrocardiograma - 216mm x 280mm. papel para ecg , ótima sensibilidade, impressão térmica com ótima fixação. registro por caneta hidrográfica. pacote com 100 folhas.	TECNOPRINT	21,05	210,50
246	50	Frasco	Povidine Degermante 1 litro	RIOQUIMICA	19,90	995,00
260	2000	Unidade	Scalp n ° 21	LAMEDID	0,18	360,00
264	2000	Unidade	Seringa descartável 03 ml sem agulha	DESCARPACK	0,12	240,00
265	4000	Unidade	Seringa descartável 05 ml sem agulha	DESCARPACK	0,13	520,00
267	6000	Unidade	Seringa descartável 10 ml sem agulha	DESCARPACK	0,25	1.500,00
272	500	Unidades	Sonda de aspiração traqueal nº 12	BIOSANI	0,48	240,00
273	200	Unidade	Sonda de aspiração traqueal nº16	BIOSANI	0,56	112,00
274	200	Unidade	Sonda de aspiração traqueal nº 08	BIOSANI	0,46	92,00
279	100	Unidade	Sonda de foley nº 14	SOLIDOR	2,31	231,00
280	30	Unidade	Sonda Nasoenteral nº 12	SOLUMED	12,10	363,00
281	30	Unidade	Sonda Nasoenteral nº 14	SOLUMED	12,10	363,00



282	100	Unidades	Sonda Nasogastrica Longa nº 12	BIOSANI	0,70	70,00
287	500	Unidades	Sonda Uretral 12	BIOSANI	0,47	235,00
288	500	Unidades	Sonda Uretral 14	BIOSANI	0,48	240,00
289	100	Unidade	Sonda uretral 16	BIOSANI	0,51	51,00
291	5000	Unidade	Soro Fisiológico 125 ml – Sistema Fechado	EQUIPLEX	1,77	8.850,00
295	1000	Unidade	Soro Glicofisiológico 250 ml	EQUIPLEX	2,49	2.490,00
296	1000	Unidade	Soro Glicofisiológico 500 ml	EQUIPLEX	3,29	3.290,00
299	1000	Unidade	Soro Glicosado 500ml	EQUIPLEX	2,99	2.990,00
310	5000	Unidade	Tampinha para scalp	MEDSONDA	0,18	900,00
327	40	Unidade	Tubo endotraqueal nº 10	SOLIDOR	4,61	184,40
329	30	Unidade	umidificador para oxigênio medicinal - tampa em nylon conforme especificação; tubo com borbulhador para permitir o arraste das partículas; copo translúcido com indicação de nível mínimo e máximo. capacidade: 250 ml.	UNITEC	13,26	397,80
TOTAL R\$ 52.120,20(cinquenta e dois mil cento e vinte reais e vinte centavos)						

Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda

Irineópolis 21 de dezembro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

## ATA RP PROC 14/2017

Publicação Nº 1486830

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 14/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 14/2017, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 007/2017; Sr. Fabian Butzke - representante da empresa Mercantil Catarinense de Equipamentos Ltda - EPP; Sr. Semeão dos Santos Lima - representante da empresa Faitec - Equipamentos Ltda; Sr. Cristiano Vaz de Andrade - representante da empresa Luquipeças Ltda - ME e Marlon Cristof - representante da empresa Danna Comercial Eireli - ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Sr. Fabian Butzke - representante da empresa Mercantil Catarinense de Equipamentos Ltda - EPP; Sr. Semeão dos Santos Lima - representante da empresa Faitec - Equipamentos Ltda; Sr. Cristiano Vaz de Andrade - representante da empresa Luquipeças Ltda - ME e Marlon Cristof - representante da empresa Danna Comercial Eireli - ME., seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 14/2017, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sr. Reinaldo Stasiak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 007/2017; Sr. Fabian Butzke - representante da empresa Mercantil Catarinense de Equipamentos Ltda - EPP; Sr. Semeão dos Santos Lima - representante da empresa Faitec - Equipamentos Ltda; Sr. Cristiano Vaz de Andrade - representante da empresa Luquipeças Ltda - ME e Marlon Cristof - representante da empresa Danna Comercial Eireli - ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas, Faitec - Equipamentos Ltda, Luquipeças Ltda - ME e Danna Comercial Eireli - ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. A Empresa : Mercantil Catarinense de Equipamentos Ltda - EPP, apresentou a certidão municipal "positiva", abrindo o prazo de 5 dias úteis para a apresentação da mesma, de acordo com a Lei nº 123/2006, Artigo 43 - "As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, §1º - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa". Sendo que a não regularização da certidão supra mencionada, acarretará na Inabilitação do licitante. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Danna Comercial Eireli – EPP

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
19	01	Motor Elétrico 5 CV Polos 220/380	NOVA MOTORES	1.500,00	1.500,00
20	01	Motor Elétrico 7,5 CV Polos 220/380	NOVA MOTORES	2.300,00	2.300,00
TOTAL R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)					

## Faitec Equipamentos Ltda EPP

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	03	Calha da Abanadeira - manganês 15%	ECOPLAN	300,00	900,00
02	02	Cunha Lateral direita - manganês 15%	ECOPLAN	970,00	1.940,00
03	02	Cunha Lateral esquerda - manganês 15%	ECOPLAN	970,00	1.940,00
04	02	Mandíbula móvel com 30 dentes	ECOPLAN	3.300,00	6.600,00
05	03	Mandíbula fixa, modelo com 31 dentes - manganês 15%	ECOPLAN	2.850,00	8.550,00
06	01	Abanadeira 320mm	ECOPLAN	1.200,00	1.200,00
07	01	Cunha fixação mandíbula	ECOPLAN	1.110,00	1.110,00
08	02	Varão 900mm aço 1045 com rosca e porcas	SIDERSUL	490,00	980,00
09	02	Calha queixo contra cunha	ECOPLAN	540,00	1.080,00
10	02	Cunha fixação mandíbula móvel manganês 15%	ECOPLAN	520,00	1.040,00
11	02	Cunha lateral inferior direita manganês 15%	ECOPLAN	680,00	1.360,00
12	02	Cunha lateral inferior esquerda manganês 15%	ECOPLAN	680,00	1.360,00
13	01	Cunha lateral superior esquerda manganês 15%	ECOPLAN	1.270,00	1.270,00
14	01	Cunha lateral superior direita manganês 15%	ECOPLAN	1.270,00	1.270,00
15	03	Mandíbula fixa com 10 dentes manganês 15%	ECOPLAN	4.700,00	14.100,00
16	02	Mandíbula móvel com 09 dentes manganês 15%	ECOPLAN	3.820,00	7.640,00
17	02	Abanadeira 360mm	ECOPLAN	1.290,00	2.580,00
23	02	Rolamentos 22234 C3	KG	2.140,00	4.280,00
24	02	Rolamento 22330 KC3	KG	3.530,00	7.060,00
25	02	Rolamento 23238 C3	KG	4.140,00	8.280,00
26	02	Bucha H 2330 BGL	BGL	790,00	1.580,00
27	02	Lona de borracha 24,00m X 0,560mm com 3 telas sintéticas, sem emenda, aberta, espessura de 3/16 X 1/16	EMEMBELT	4.290,00	8.580,00
28	02	Lona de borracha 30,00m X 0,610mm com 3 telas sintéticas, sem emenda, aberta, espessura de 3/16 X 1/16	EMEMBELT	5.050,00	10.100,00
29	02	Lona de borracha 24,00m X 0,560mm com 2 telas sintéticas, sem emenda, aberta, espessura de 3/16 X 1/16	EMEMBELT	4.270,00	8.540,00
30	02	Lona de borracha 30,00m X 0,610mm com 2 telas sintéticas, sem emenda, aberta, espessura de 3/16 X 1/16	EMEMBELT	4.900,00	9.800,00
32	03	Tela Plana 300 X120 fio ½ malha 2mm	TELAÇO	2.190,00	6.570,00
TOTAL R\$ 119.710,00 (cento e dezenove mil setecentos e dez reais)					

## Mercantil Catarinense de Equipamentos Eireli EPP

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
21	01	Motor Elétrico 40 CV Polos 380/660	WEG	8.700,00	8.700,00
22	01	Motor Elétrico 50CV Polos 380/660	WEG	9.400,00	9.400,00
TOTAL R\$ 18.100,00 (dezoito mil e cem reais)					

## Luquições Ltda EPP

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
18	01	Varão 1300mm aço 1045 com rosca e porcas	LUQUIÇÕES	850,00	1.700,00
31	05	Cimento/cola adesivo de contacto à base de policloropreno de rápida cristalização, aditivado de óxidos metálicos, agentes protetivos, resinas de pegajosidade e tricloroetileno. Embalagem de 1kg	VIPAL	235,00	1.175,00

TOTAL R\$ 2.875,00 (dois mil oitocentos e setenta e cinco reais)

Irineópolis, 10 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 20/2017 FMS**

Publicação Nº 1486731

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 20/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 20/2017, Pregão Presencial nº 08/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Lucio Flavio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Marcio Barbosa - representante da empresa Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda; Sr. Robson Taciano da Silva - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Luiz Carlos da Rosa - representante da empresa Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Adalberto Luiz Reese - representante da empresa Efetive Produtos Médicos Hospitalares Ltda e Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Efetive Produtos Médicos Hospitalares Ltda e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Efetive Produtos Médicos Hospitalares Ltda solicitou desclassificação dos itens 66, 67 e 79 por cotação errada. A empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda solicitou desclassificação do item 113 por cotação errada e o item 79 por não atender ao solicitado no edital.

A empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda solicitou desclassificação dos itens 79 e 197 por não atender ao solicitado no edital. A empresa Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda solicitou desclassificação dos itens 66, 67 e 79 por cotação errada. Para o item 11 foi realizado sorteio por cotação de mesmo valor, entre as empresas Efetive Produtos Médicos Hospitalares Ltda e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli a qual a vencedora foi: Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. A Sessão encerrou-se as 11:30h com retorno as 13:15h.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 20/2017, Pregão Presencial nº 08/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Lucio Flavio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Sr. Marcio Barbosa - representante da empresa Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda; Sr. Robson Taciano da Silva - representante da empresa Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Luiz Carlos da Rosa - representante da empresa Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Sr. Adalberto Luiz Reese - representante da empresa Efetive Produtos Médicos Hospitalares Ltda e Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Damedí Dambros Comercio de Medicamentos Ltda; Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda; Cointer Material Médico Hospitalar Ltda; Efetive Produtos Médicos Hospitalares Ltda e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. O Sr. Renato Fronza - representante da empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda manifestou interesse de acompanhar a entrega do item 70 - Compressa de gaze 7,5X7,5 com 13 fios - 500 unidades, para comprovação de que atende ao solicitado no edital. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Altermed Material Medico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
009	Frasco	Água oxigenada 1000 ml	60	Farmax amarel	3,71	222,60
010	Unidade	Agulha descartável 13X3 para insulina	10.000	SR	0,07	700,00
033	Unidade	Bandagem triangular em algodão tamanho G	30	RESGATE SP	8,52	255,60
042	Unidade	Bolsa para colostomia 19X64mm transparente	300	OSTO-PLAST	6,27	1.881,00
058	Unidade	Colar cervical 4X1 em pvc	05	VNO	26,73	133,65
064	Unidade	Colchão piramidal 833X625 68 kg	02	ZEDAMED	75,60	151,20

071	Pacote	Compressa de gaze super absorvente estéril 100% viscosa 7,5X7,5cm (fechada) 7,5X30cm (aberta) peso líquido 1,0/un, com 05 unidades	3.000	MELHOR-MED MINASREY	0,41	1.230,00
072	Unidade	Cuba rim inox 26X12 cm	08	FAMI LU-MINOX	25,00	200,00
080	Unidade	Equipo para soro micro gotas com injetor lateral, com clamp e protetor de dedos	1.000	BIOSANI	1,37	1.370,00
081	Unidade	Escada 02 degraus em aço 40X34X40 cm	02	OLIMEDIC	71,30	142,60
101	Rolo	Fita adesiva microporosa 2,5 cm com 10 mt com capa protetora	250	MISSNER	1,90	475,00
113	Unidade	Incentivador respiratório	02	NCS	86,46	172,92
125	Unidade	Lixeira plástica 13 litros com pedal cor branca	12	PLASVALE	34,36	412,32
127	Par	Luva estéril nº 08	600	MAXITEX	0,94	564,00
130	Par	Luva estéril nº 8,5	500	MAXITEX	0,95	475,00
139	Unidade	Máscara para nebulização adulta	80	NEVONI	3,33	266,40
140	Unidade	Máscara para nebulização infantil	70	NEVONI	3,33	233,10
144	Unidade	Oxímetro de dedo com sensor adulto/infantil	10	CONTEC	120,00	1.200,00
146	Pacote	Papel toalha branco 20X22,5cm com 1.000 folhas	1.000	QUALILUX	6,19	6.190,00
147	Unidade	Pêra de borracha para ECG (adulto)	24	MISSOURI	2,40	57,60
148	Unidade	Pinça anatômica dente de rato reta 12 cm	23	ABC	9,68	222,64
152	Unidade	Pinça kelly curva 12 cm	22	ABC	22,54	495,88
155	Unidade	Porta agulha mayo hegar 12 cm	22	ABC	20,87	459,14
157	Unidade	Porta papel toalha em acrílico	10	PREMISSE	19,50	195,00
166	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 100 litros com tarja de identificação c/ 100 un	10	RAVA	25,50	255,00
167	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 200 litros com tarja de identificação c/ 100 un	10	RAVA	49,78	497,80
217	Unidade	Suporte para papel toalha plástico	07	PREMISSE	21,99	153,93
227	Unidade	Tesoura para bandagem 19 cm vermelha	20	MD	20,88	417,60
232	Par	Tornozeloira/caneleira 01 kg	02	ARKTUS	16,49	32,98
233	Par	Tornozeloira/caneleira 02 kg	02	ARKTUS	17,87	35,74
234	Par	Tornozeloira/caneleira 03 kg	02	ARKTUS	21,99	43,98
235	Par	Tornozeloira/caneleira 04 kg	02	ARKTUS	41,24	82,48
236	Par	Tornozeloira/caneleira 05 kg	02	ARKTUS	53,61	107,22
237	Par	Tornozeloira/caneleira 500 gr	02	ARKTUS	11,00	22,00
239	Metro	Tubo de látex garrote	10	BIOSANI	1,68	16,80
240	Metro	Tubo de látex para oxigênio/aspiração	30	BIOSANI	4,29	128,70
TOTAL R\$ 19.499,88 (dezenove mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos)						

## Cointer Material Medico Hospitalar LTDA

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
003	Unidade	Abocath nº 16 com dispositivo de segurança	200	POLYMED LABOR IMPORT	1,52	304,00
004	Unidade	Abocath nº 18 com dispositivo de segurança	200	POLYMED LABOR IMPORT	1,76	352,00
005	Unidade	Abocath nº 20 com dispositivo de segurança	200	POLYMED LABOR IMPORT	1,79	358,00
006	Unidade	Abocath nº 22 com dispositivo de segurança	1.500	POLYMED LABOR IMPORT	1,74	2.610,00
079	Unidade	Equipo para soro macro gotas com injetor lateral, com clamp e protetor de dedos	4.000	TKL	1,92	7.680,00
104	Unidade	Fita para glicemia aparelho Optium	30.000	ABBOTT	0,89	26.700,00
TOTAL R\$ 38.004,00 (trinta e oito mil e quatro reais)						

## Damedi Dambros Comércio de Medicamentos Ltda EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
001	Pacote	Abaixador de língua descartável de madeira com 100 unidades	200	TALGE	2,57	514,00
014	Unidade	Agulha descartável 25X7	8.000	LABOR IMPORT	0,06	480,00

017	Unidade	Agulha descartável 40X12	10.000	LABOR IMPORT	0,06	600,00
018	Frasco	Alcool 70 % com 1000 ml	150	CICLOFAR-MA	3,79	568,50
019	Frasco	Alcool gel 70% com 1000 ml	70	CICLOFAR-MA	5,60	392,00
022	Unidade	Almotolia plástica escura reta 500 ml	50	J.PROLAB	2,82	141,00
024	Unidade	Almotolia plástica transparente reta 500 ml	50	J.PROLAB	2,82	141,00
027	Unidade	Aplicador de creme vaginal	5.000	VAGISPEC	0,54	2.700,00
055	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos adulto	200	BIOBASE	0,59	118,00
094	Unidade	Faixa elástica 2 metros tipo elastômero	02	MERCUR	35,00	70,00
107	Unidade	Frasco para alimentação enteral descartável 300ml	250	BIOBASE	0,72	180,00
109	Galão	Gel para Ecg com 05 litros	24	MULTIGEL	14,92	358,08
118	Caixa	Lâmina fosca 26X76 com 50 unidades	80	PRECI-SION GLASS LINE	2,83	226,40
128	Par	Luva estéril nº 6,5	1.000	MEDIX	0,93	930,00
160	Unidade	Reanimador manual neonatal com máscara e reservatório	02	SAFTI	119,99	239,98
180	Unidade	Seringa descartável 10 ml sem agulha	5.000	SR	0,17	850,00
185	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 04	100	MARCK MED	0,42	42,00
186	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 06	100	MARCK MED	0,42	42,00
187	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 08	100	MARCK MED	0,45	45,00
188	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 10	100	MARCK MED	0,41	41,00
192	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 10	100	SOLIDOR	2,50	250,00
198	Unidade	Sonda nasogástrica nº 06 longa	100	MARCK MED	0,43	43,00
200	Unidade	Sonda nasogástrica nº 12 longa	100	MARCK MED	0,69	69,00
201	Unidade	Sonda nasogástrica nº 14 longa	100	MARCK MED	0,71	71,00
202	Unidade	Sonda nasogástrica nº 16 longa	100	MARCK MED	0,83	83,00
203	Unidade	Sonda nasogástrica nº 18 longa	100	MARCK MED	0,90	90,00
207	Unidade	Sonda uretral nº 04	100	MARCK MED	0,43	43,00
208	Unidade	Sonda uretral nº 06	100	MARCK MED	0,43	43,00
209	Unidade	Sonda uretral nº 08	1.500	MARCK MED	0,45	675,00
224	Unidade	Tesoura mayo reta 12 cm	25	ABC	19,98	499,50
TOTAL R\$ 10.545,46 (dez mil quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos)						

## Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli EPP

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
007	Unidade	Abocath nº 24 com dispositivo de segurança	2.500	POLYMED	1,88	4.700,00
011	Unidade	Agulha descartável 13X4,5	8.000	LABOR IMPORT	0,06	480,00
013	Unidade	Agulha descartável 25X6	3.000	LABOR IMPORT	0,06	180,00
016	Unidade	Agulha descartável 30X7	8.000	LABOR IMPORT	0,06	480,00
020	Frasco	Alcool iodado 1000 ml	05	RIOQUI-MICA	10,53	52,65
023	Unidade	Almotolia plástica transparente 100 ml	50	J PROLAB	1,40	70,00
043	Unidade	Cabo de bisturi 15	20	GOLGRAN	7,34	146,80
044	Unidade	Cabo de bisturi 23	10	GOLGRAN	7,34	73,40
047	Unidade	Cadeira de rodas para banho 864X1299 até 72 kg	02	CDS 201	151,89	303,78
048	Unidade	Caixa para esterilização 18X08X03 em aço inox canto arredondados	03	AÇO INOX	24,00	72,00



067	Caixa	Coletor para perfurocortante 13 litros com 10 unidades	70	ASTROBOX	32,95	2.306,50
069	Unidade	Comadre em inox 2,5 lt	02	ART INOX	105,41	210,82
073	Unidade	Detector fetal digital de mesa, garantia mínima de 01 ano	03	MEDPEJ DF 7000D	672,00	2.016,00
082	Unidade	Escova cervical descartável não estéril	2.000	CRAL	0,13	260,00
088	Unidade	Espéculo vaginal descartável médio	3.000	CRAL	0,65	1.950,00
089	Unidade	Especulo vaginal descartável pequeno	2.000	CRAL	0,61	1.220,00
095	Caixa	Fio de sutura 2.0 nylon com 24 unidades	30	PROCARE	26,25	787,50
096	Caixa	Fio de sutura 3.0 nylon com 24 unidades	30	PROCARE	23,01	690,30
097	Caixa	Fio de sutura 4.0 nylon com 24 um	30	PROCARE	26,25	787,50
098	Caixa	Fio de sutura 5.0 nylon com 24 um	30	PROCARE	26,25	787,50
099	Rolo	Fita adesiva branca 16X50	200	CIEX	2,00	400,00
100	Rolo	Fita adesiva microporosa 10 cm com 10 mt com capa protetora	150	MISSNER	6,83	1.024,50
102	Rolo	Fita adesiva microporosa 5,0 cm com 10 mt com capa protetora	300	MISSNER	3,15	945,00
105	Frasco	Fixador citológico 100 ml	35	CRAL	4,75	166,25
108	Rolo	Gaze 91mmX91mt 13 fios	100	MEDI PLUSS	32,90	3.290,00
114	Unidade	Infusor 2 vias com clamp	1.000	VITAL GOLD	0,50	500,00
115	Unidade	Infusor 4 vias com clamp	200	VITAL GOLD	1,19	238,00
116	Kit	Kit de nebulização adulto	70	DARU	4,55	318,50
117	Kit	Kit de nebulização infantil	70	DARU	4,55	318,50
126	Par	Luva estéril nº 07	700	MAXITEX	0,95	665,00
129	Par	Luva estéril nº 7,5	700	MAXITEX	0,95	665,00
131	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho extra P caixa com 100 unidades	50	NUGARD	13,85	692,50
133	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho média caixa com 100 unidades	300	NUGARD	13,75	4.125,00
134	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho pequena caixa com 100 unidades	300	NUGARD	13,65	4.095,00
138	Unidade	Máscara descartável de proteção individual	600	LABOR IMPORT	0,05	30,00
145	Unidade	Papagaio em inox 1000ml	02	ART INOX	50,50	101,00
150	Unidade	Pinça cheron descartável 15 cm	25	ADLIN	0,89	22,25
151	Unidade	Pinça foester curva 18 cm	21	GOLGRAN	40,45	849,45
154	Unidade	Pinça mixer baby 14 cm	20	GOLGRAN	40,45	809,00
162	Unidade	Refil sabonete bico de silicone 800 ml perfumado	20	PREMISSE	7,81	156,20
163	Galão	Sabonete líquido perfumado 05 litros	12	PREMISS	21,65	259,80
171	Pacote	Saco para lixo preto 40 litros com 100 unidades	80	JUREMA	9,97	797,60
173	Pacote	Saco para lixo preto 60 litros com 100 unidades	100	JUREMA	14,68	1.468,00
174	Unidade	Scalp nº 19 rígido	100	LAMEDID	0,18	18,00
175	Unidade	Scalp nº 21	100	LABOR IMPORT	0,15	15,00
176	Unidade	Scalp nº 23	1.000	LAMEDID	0,18	180,00
177	Unidade	Scalp nº 25	200	LAMEDID	0,18	36,00
178	Unidade	Scalp nº 27	200	LAMEDID	0,18	36,00
215	Caixa	Stopper com 500 unidades	04	CIEX	9,84	39,36
220	Unidade	Tala de papelão M	100	FIBRA RESGATE	1,02	102,00
229	Unidade	Tesoura spencer 12 cm	26	GOLGRAN	24,08	626,08
TOTAL R\$ 40.563,74 (quarenta mil quinhentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos)						

## Efetive Produtos Médico Hospitalares Ltda ME

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
012	Unidade	Agulha descartável 20X5,5	3.000	DESCAR-PACK	0,06	180,00
015	Unidade	Agulha descartável 25X8	10.000	DESCAR-PACK	0,06	600,00
021	Rolo	Algodão hidrófilo 500 gr	100	NATHALYA	8,00	800,00
025	Unidade	Andador articulado em alumínio 702/704	02	GLC	98,00	196,00
026	Unidade	Aparelho completo para inalação adulto com cachimbo, extensão e máscara, 220V	20	DARU	104,00	2.080,00
028	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX08cm – pacote com 12 unidades	1.400	MB TEXTIL	3,18	4.452,00
029	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX10cm – pacote com 12 unidades	1.000	MB TEXTIL	3,85	3.850,00
030	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX12cm – pacote com 12 unidades	1.000	MB TEXTIL	4,60	4.600,00
031	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX15cm – pacote com 12 unidades	1.400	MB TEXTIL	5,72	8.008,00

032	Pacote	Atadura de crepom 13 fios – 3mX20cm – pacote com 12 unidades	1.000	MB TEXTIL	7,70	7.700,00
036	Unidade	Bandeja inox retangular 37X27X4	20	ARTINOX	73,00	1.460,00
037	Unidade	Bandeja inox retangular 42X30X4	16	ARTINOX	76,00	1.216,00
038	Pacote	Bateria para AED Plus com 10 unidades (desfibrilador)	03	ZOOL	750,00	2.250,00
046	Unidade	Cadeira de rodas 1200X1400 até 120 kg	02	DUNE	570,00	1.140,00
054	Unidade	Caneta clínica tipo lanterna	20	PREMIUM	7,90	158,00
059	Unidade	Colar cervical M	07	RESGATE	12,00	84,00
060	Unidade	Colar cervical neonatal	04	RESGATE	12,00	48,00
061	Unidade	Colar cervical P	10	RESGATE	12,00	120,00
062	Unidade	Colar cervical pediátrico	07	RESGATE	12,00	84,00
065	Unidade	Colete Ked para imobilização adulto	02	RESGATE	190,00	380,00
068	Unidade	Coletor urinário de perna 750 ml	50	ADVANTIVE	3,40	170,00
070	Pacote	Compressa de gaze 7,5X7,5 com 13 fios – 500 unidades	2.000	MB TEXTIL	10,90	21.800,00
075	Pacote	Eletrodo adesivo 5X5 com 04 unidades	30	CARCI	16,90	507,00
077	Unidade	Eletrodo Padi Padz II para desfibrilação infantil (DEA Zoll Plus)	02	ZOOL	1.650,00	3.300,00
078	Unidade	Equipo para nutrição enteral embalagem papel cirúrgico	200	DESCARPACK	0,83	166,00
083	Unidade	Esfigmomanômetro adulto com velcro	30	PREMIUM	47,00	1.410,00
084	Unidade	Esfigmomanômetro infantil com velcro	10	PREMIUM	47,00	470,00
085	Rolo	Esparadrapo 10 cm X 4,5 mt	150	MISSNER	4,90	735,00
086	Rolo	Esparadrapo 4,5cmX12mm com 10 metros e capa protetora	100	MISSNER	5,00	500,00
087	Pacote	Espátula de Ayres de madeira com 100 unidades	2.000	THEOTO	4,26	8.520,00
091	Unidade	Estetoscópio com mangueira simples adulto	20	ADVANTIVE	10,90	218,00
092	Unidade	Estetoscópio com mangueira simples infantil	10	ADVANTIVE	10,99	109,90
093	Unidade	Estojo em polipropileno c/02 bandejas, 16 divisões, medindo 41X24,5X21,5cm, cor branca	03	REPLAST	52,00	156,00
103	Rolo	Fita para autoclave 19mmX30mt	100	POLITAPE	2,50	250,00
106	Unidade	Foco auxiliar clínico ginecológico FC 300 220V, garantia mínima de 01 ano	02	CONKAST	227,00	454,00
112	Unidade	Imobilizador de cabeça (coxim) tamanho adulto com velcro	02	RESGATE	87,00	174,00
119	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 15 com 100 unidades	15	ADVANTIVE	19,60	294,00
120	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 22 com 100 unidades	10	ADVANTIVE	19,75	197,50
121	Caixa	Lâmina para bisturi reta nº 23 com 100 unidades	04	ADVANTIVE	19,75	79,00
122	Unidade	Lanterna pupilar	15	PREMIUM	7,90	118,50
123	Rolo	Lençol de papel branco 70cm com 50 metros	300	CONFORT	7,00	2.100,00
132	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho grande caixa com 100 unidades	80	DESCARPACK	13,80	1.104,00
135	Unidade	Manta térmica aluminizada 2,10X1,40	100	RESGATE	3,90	390,00
141	Unidade	Negatoscópio de 02 corpos	02	CONKAST	300,00	600,00
143	Unidade	Otoscópio halogeneo com regulador de intensidade de luz	07	MIKATOS	207,00	1.449,00
159	Unidade	Reanimador manual adulto com máscara	02	FARMATEX	121,00	242,00
161	Unidade	Reanimador manual pediátrico com máscara e reservatório	02	FARMATEX	120,00	240,00
169	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 60 litros com tarja de identificação c/ 100 un	30	DESCARBOX	16,80	504,00
170	Pacote	Saco para lixo preto 30 litros com 100 unidades	100	NEKPLAST	13,00	1.300,00
172	Pacote	Saco para lixo preto 50 litros com 100 unidades	50	NEKPLAST	17,00	850,00
179	Unidade	Seringa descartável 1 ml para insulina sem agulha	5.000	SR	0,11	550,00
181	Unidade	Seringa descartável 20 ml sem agulha	3.000	SR	0,31	930,00
182	Unidade	Seringa descartável 3 ml sem agulha	5.000	SR	0,10	500,00
183	Unidade	Seringa descartável 5 ml sem agulha	5.000	SR	0,11	550,00
223	Unidade	Termômetro digital de máxima e mínima com cabo extensor	10	INCOTERM	57,80	578,00
238	Unidade	Trena antropométrica de madeira 1 metro	07	TAYLOR	41,00	287,00
TOTAL R\$ 91.208,90 (noventa e um mil duzentos e oito reais e noventa centavos)						

## Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
002	Unidade	Abocath nº 14 com dispositivo de segurança	200	LABOR IMPORT	1,30	260,00
008	Unidade	Adaptador de irrigação para frasco de soro 1,5mm sistema fechado	200	LAVITA	0,76	152,00

041	Unidade	Bolsa coletora de urina sistema fechado 2000 ml	300	PHARMA- TEX	2,30	690,00
049	Unidade	Caixa plástica organizadora com tampa 20 litros	20	PLEION	28,73	574,60
050	Unidade	Caixa plástica organizadora com tampa 25 litros	15	PLASVALE	52,48	787,20
051	Unidade	Campo fenestrado em algodão cru 30X30 cm	20	ANITA	4,90	98,00
053	Unidade	Campo fenestrado em algodão cru 40X40 cm	20	ANITA	8,55	171,00
056	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos infantil	200	BIOSANI	0,94	188,00
066	Caixa	Coletor para perfurocortante 07 litros com 10 unidades	60	DESCAR- BOX	23,80	1.428,00
074	Unidade	Dispositivo para incontinência urinária com preservativo	200	BIOSANI	1,89	378,00
076	Unidade	Eletrodo para desfibrilação adulto CPR Stat-Padz (DEA Zoll Plus)	04	ZOLI	1.167,00	4.668,00
110	Unidade	Halteres ½ kg par	02	ISP	6,24	12,48
111	Unidade	Halteres 1 kg par	02	ISP	12,00	24,00
124	Unidade	Lixeira inox 13 litros com pedal	10	MOR	74,00	740,00
136	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório adulto	120	MD	9,95	1.194,00
137	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório infantil	30	MD	9,95	298,50
142	Unidade	Óculos de proteção haste regulável acrílico	30	SUPERME- DY	2,39	71,70
149	Unidade	Pinça anatômica reta 12 cm	21	RICHARDS	8,75	183,75
153	Unidade	Pinça kelly reta 12 cm	26	ABC	22,52	585,52
156	Unidade	Porta lâmina em plástico individual	1.000	CRAL	0,29	290,00
158	Unidade	Preservativo masculino em látex não lubrificado	1.000	MADEITEX	0,24	240,00
164	Unidade	Saboneteira 800 ml	07	RICIE	9,05	63,35
165	Unidade	Saco coletor de urina descartável 2000 ml	200	MAXICOR	0,39	78,00
189	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 12	100	BIOSANI	0,48	48,00
190	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 14	100	BIOSANI	0,51	51,00
191	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 16	100	BIOSANI	0,58	58,00
193	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 12	100	SOLIDOR	2,32	232,00
194	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 14	100	SOLIDOR	2,31	231,00
195	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 16	200	SOLIDOR	2,39	478,00
196	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 18	200	SOLIDOR	2,35	470,00
197	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 18 siliconada	10	MD	14,49	144,90
199	Unidade	Sonda nasogástrica nº 10 longa	100	BIOSANI	0,64	64,00
204	Unidade	Sonda retal nº 24	100	BIOSANI	0,77	77,00
205	Unidade	Sonda retal nº 26	100	BIOSANI	0,78	78,00
206	Unidade	Sonda retal nº 30	100	BIOSANI	0,91	91,00
210	Unidade	Sonda uretral nº 10	1.500	BIOSANI	0,47	705,00
211	Unidade	Sonda uretral nº 12	1.500	BIOSANI	0,47	705,00
212	Unidade	Sonda uretral nº 14	100	BIOSANI	0,48	48,00
213	Unidade	Sonda uretral nº 16	100	BIOSANI	0,50	50,00
214	Unidade	Sonda uretral nº 18	100	BIOSANI	0,58	58,00
218	Pacote	Tala de alumínio de dedo 2,6mmX25cm com 12 unidades	02	MSO	8,86	17,72
219	Unidade	Tala de papelão G	100	FIBRA	1,62	162,00
222	Unidade	Termômetro clínico digital	80	MD	7,59	607,20
225	Unidade	Tesoura metzbaum curva 12 cm	22	RICHARDS	14,83	326,26
226	Unidade	Tesoura metzbaum reta 12 cm	20	RICHARDS	14,83	296,60
228	Unidade	Tesoura ponta romba	02	RICHARDS	12,10	24,20
230	Unidade	Tirante aranha adulto	05	ORTOCEN- TER	39,90	199,50
231	Unidade	Tirante aranha infantil	03	ORTOCEN- TER	39,90	119,70
TOTAL R\$ 18.518,18 (dezoito mil quinhentos e dezoito reais e dezoito centavos)						

Irineópolis 02 de janeiro de 2018

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 21/2017 FMS**

Publicação Nº 1486754

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PROCESSO LICITATORIO Nº. 21/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017  
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
 VALIDADE 12 MESES



Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2017, Pregão Presencial nº 09/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Lucio Flavio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Maicon Roberto Deola - representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP; Sr. Cezar Narciso Schacht - representante da empresa Odontosul Ltda; Sr. Pablo Camargo Souza - representante da empresa MF de Almeida & Cia Ltda EPP; Sr. Luiz Carlos Balam - representante da empresa Dental Cremer produtos Odontológicos S.A e Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli. A empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda encaminhou seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelo SEDEX DV993693417BR. A empresa Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda encaminhou seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelo SEDEX DV818666710BR. A empresa Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda encaminhou seus envelopes através da Empresa Expresso São Miguel código 1927866.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ; Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda; Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda; Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP; Odontosul Ltda; MF de Almeida & Cia Ltda EPP; Dental Cremer produtos Odontológicos S.A e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Dental Cremer produtos Odontológicos S.A pediu desclassificação do item 213 por não atender o solicitado no edital. A empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP pediu desclassificação dos itens 263, 264, 265 e 266 por não atender ao solicitado no edital. A empresa MF de Almeida & Cia Ltda EPP pediu desclassificação dos itens 184 e 268 por não atender ao solicitado no edital. A empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli pediu desclassificação dos itens 88 e 94 por não atender ao solicitado no edital. A empresa Odontosul Ltda pediu desclassificação dos itens 94, 154, 155, 208, 213, 263, 264, 265, 266 e 287 por não atender ao solicitado no edital. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. A Sessão encerrou-se as 11:30h com retorno as 13:15h.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 21/2017, Pregão Presencial nº 09/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Lucio Flavio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Maicon Roberto Deola - representante da empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP; Sr. Cezar Narciso Schacht - representante da empresa Odontosul Ltda; Sr. Pablo Camargo Souza - representante da empresa MF de Almeida & Cia Ltda EPP; Sr. Luiz Carlos Balam - representante da empresa Dental Cremer produtos Odontológicos S.A e Sr. Roberto Ferrarini - representante da empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli. A empresa Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda encaminhou seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelo SEDEX DV993693417BR. A empresa Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda encaminhou seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelo SEDEX DV818666710BR. A empresa Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda encaminhou seus envelopes através da Empresa Expresso São Miguel código 1927866.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ; Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda; Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda; Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP; Odontosul Ltda; MF de Almeida & Cia Ltda EPP; Dental Cremer produtos Odontológicos S.A e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Dental Cremer Produtos Odontológicos S.A

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
006	Unidade	Afastador minnesota com aspirador	02	GOLGRAN	80,85	161,70
007	Frasco	Água oxigenada 01 litro	20	RIOQUIMICA	4,37	87,40
009	Caixa	Agulha gengival extra curta com 100 unidades	26	INJEX	24,00	624,00
018	Pacote	Algodão odontológico com 100 unidades soft	100	CREMER	1,50	150,00
019	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 01 com 100 unidades	50	CREMER	1,50	75,00
020	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 02 com 100 unidades	75	CREMER	1,50	112,50
022	Caixa	Amálgama 01 dose com 50 cápsulas	06	GS80T	58,50	351,00
023	Caixa	Amálgama 02 porções com 50 cápsulas	20	GS80	62,40	1.248,00
024	Caixa	Anestésico articaina 4% com epinefrina 1:100.000 com 50 tubos	44	ARTICAINE	92,00	4.048,00
027	Caixa	Anestésico mepivacaína 2% + epinefrina 1:100.000 tubete cristal com 50 unidades	72	ALPHACAINE	75,00	5.400,00
028	Caixa	Anestésico mepivacaína 3% sem vasoconstritor 1,8 ml com 50 unidades	03	MEPIVALEM AD	58,63	175,89
030	Pote	Anestésico tópico gel benzocaína com 12 gr	15	BENZOTOP	5,30	79,50
032	Unidade	Aparelho de jato de bicarbonato	01	PRACTICAL JET KOND	247,00	247,00
036	Pacote	Bicarbonato em pó 500 gr	10	MAQUIRA	11,69	116,90
037	Unidade	Bomba de vácuo portátil capacidade de armazenamento 6,5 litros cirúrgica	01	Q2TEC SCHUSTER	2.483,00	2.483,00
062	Unidade	Broca alta rotação haste longa 1013	20	FAVA	1,47	29,40



081	Unidade	Broca Endo Z	02	ANGELUS	17,51	35,02
083	Unidade	Broca zekria 23mm	35	ANGELUS	17,40	609,00
096	Kit	Cimento de ionomero de vidro R cor A2 - líquido 8 ml, pó 10 gr	05	IONGLASS MAQUIRA	13,34	66,70
097	Unidade	Colete de chumbo com protetor de tireóide adulto	01	N-MARTINS	274,94	274,94
103	Unidade	Crema dental 90 gr de fabricação nacional	3.600	FREEDENT	0,98	3.528,00
108	Pacote	Cunha para resina transparente com 20 unidades	24	TDV	21,45	514,80
130	Unidade	Descolador de periosteio Prichard	05	GOLGRAN	46,80	234,00
133	Frasco	Digluconato de clorexidina 2% 100ml	07	MAQUIRA	7,14	49,98
136	Kit	Disco sof-lex pon on série laranja 4930 9,5mm	02	SOFLEX POP ON 3M	67,08	134,16
137	Kit	Disco sof-lex pon on série laranja 4931 12,7mm	02	SOFLEX POP ON 3M	67,08	134,16
153	Caixa	Esponja de fibrina com 10 unidades	06	HEMOSPON	23,30	139,80
158	Caixa	Fio de sutura agulhado de seda 4-0 com 24 unidades	30	TECHNEW	25,35	760,50
159	Rolo	Fio dental encerado com 100 metros	2.100	HILLO	1,12	2.352,00
160	Rolo	Fio retrator gengival nº 000 250cm extra fino	02	BIODINA- MICA	12,38	24,76
163	Frasco	Fixador de dentadura creme 40 gramas	33	COREGA	25,52	842,16
178	Pacote	Gorro branco descartável feminino 100 unidades	20	DESCAR- PACK	5,46	109,20
181	Unidade	Hidróxido de cálcio fotopolimerizável, 01 seringa com 2g + 03 bicos aplicadores	20	MAQUIRA	16,24	324,80
182	Frasco	Hidróxido de cálcio pó 10 gr	06	MAQUIRA	2,98	17,88
183	Caixa	Indicador biológico com 10 unidades	58	MAQUIRA	31,14	1.806,12
191	Unidade	Lima 21mm 1ª série	03	M-ACCESS DENTSPLY	13,39	40,17
201	Caixa	Máscara cirúrgica com elástico tripla camada e filtro com 50 unidades	76	MEDIX	4,80	364,80
204	Kit	Material de restauração nano-híbrido fluído universal de média viscosidade com carga superior a 81% em seringa anti gotejamento, kit nas cores A1, A2, A3, A3,5, WO 5X2g + escala de cores e acessórios	02	GRANDIO- SO FLOW VOC	303,86	607,72
207	Kit	Material restaurador provisório para coroas e pontes, embalagem com 01 base 50g, 01 catalisador 15g e bloco de mistura	01	PROVISORY TECHNEW	23,53	23,53
225	Caixa	Pasta zinco enólica 120g	20	MAQUIRA	23,27	465,40
230	Unidade	Pinça curva para algodão nº 7	26	GOLGRAN	9,85	256,10
231	Unidade	Pinça Dietrich dissecação 16 cm	06	GOLGRAN	76,52	459,12
233	Caixa	Pincel microbrush com aplicador descartável com 100 unidades	64	CAVIBRUSH	7,54	482,56
239	Unidade	Ponta para ultrassom piezoelétrico Schuster T1-S, T2-S, T3-S, T4-S, P3-S, P4-S, G3-S, G4-S, G5-S, G6-S	42	SCHUSTER	95,89	4.027,38
240	Unidade	Porta agulha castroviejo curvo	10	GOLGRAN	106,46	1.064,60
243	Unidade	Porta amálgama plástico	12	MAQUIRA	5,84	70,08
245	Kit	Posicionador de raio x odontológico adulto	01	MAQUIRA	37,57	37,57
246	Kit	Posicionador de raio x odontológico infantil	01	MAQUIRA	37,57	37,57
255	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3.5	04	CHARISMA	36,00	144,00
256	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B1	04	CHARISMA	36,00	144,00
257	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B2	05	CHARISMA	36,00	180,00
258	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g OA2	10	CHARISMA	36,00	360,00
259	Unidade	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g A2	02	CHARISMA	36,00	72,00
260	Unidade	Resina fotopolimerizável flow A2	04	APPLIC FLOW MAQUIR	9,61	38,44
261	Unidade	Resina fotopolimerizável flow A3	05	APPLIC FLOW MAQUIR	9,61	48,05
262	Kit	Selante de fissuras e fissuras fotopolimerizável matizado 5 ml com 5 seringas	06	MAXSEAL MAQUIRA	50,57	303,42
272	Frasco	Solução fixadora para raio x 475 ml	13	RAYTEC PLUS	6,50	84,50
273	Frasco	Solução reveladora para raio x 475 ml	13	RAYTEC PLUS	6,50	84,50



277	Caixa	Sugador cirúrgico plástico descartável com 40 unidades	34	MAQUIRA	31,07	1.056,38
278	Pacote	Sugador de saliva descartável com 40 unidades	235	SUGPLUS BIODONT	3,50	822,50
284	Frasco	Ticresol formalina 10 ml	10	MAQUIRA	4,15	41,50
286	Caixa	Tira de lixa para resina com 150 unidades	15	PREVEN	6,11	91,65
TOTAL R\$ 38.754,81 (trinta e oito mil setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e um centavos)						

## Dental Med Equipamento e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
002	Kit	Acabamento granulação fina e ultrafina	20	FAVA	23,20	464,00
011	Unidade	Alavanca apical direita infantil	01	TRINKS	11,87	11,87
012	Unidade	Alavanca apical esquerda infantil	01	TRINKS	11,87	11,87
013	Unidade	Alavanca apical reta 304069 M	05	TRINKS	11,87	59,35
014	Unidade	Alavanca apical reta infantil	01	TRINKS	11,87	11,87
015	Unidade	Alavanca heidbrink nº 3 direita	02	ABC	11,20	22,40
016	Unidade	Alavanca heidbrink nº 3 esquerda	02	ABC	11,20	22,40
033	Pacotes	Avental em TNT manga longa com velcro 20gr com 10 unidades	06	RM DESC	12,97	77,82
082	Unidade	Broca shofu chama de vela	10	MEDIM	8,80	88,00
094	Caixa	Cera utilidade com 18 unidades	05	LIZANDRA	8,89	44,45
095	Caixa	Cimento de hidróxido de cálcio pasta base + catalizador 24 gr radio-paco	05	TECHNEW	12,17	60,85
099	Kit	Composição de hidróxido de cálcio radiopaca com 01 tubo pasta base 13g + 01 tubo pasta catalizadora 11g + 01 bloco de mistura	04	TECHNEW	12,17	48,68
107	Pacote	Cunha de madeira odontológica colorida com 100 unidades anatômica	16	SOUZA E LEONARDI	5,15	82,40
114	Unidade	Cureta de dentina nº 15	01	TRINKS	4,12	4,12
142	Unidade	Escova de Robson	75	PREVEN	0,91	68,25
143	Caixa	Escova dental com cerdas macias adulto com 100 unidades coloridas	90	ULTRA	38,40	3.456,00
144	Caixa	Escova dental com cerdas macias infantil com 100 unidades coloridas	115	ULTRA	36,80	4.232,00
148	Unidade	Espátula inserção fio retrator 113 serrilhado	02	TRINKS	28,00	56,00
180	Frasco	Hemostático líquido 10 ml	12	MAQUIRA	9,21	110,52
192	Unidade	Lima de osso nº 11	06	PRATA	14,10	84,60
205	Kit	Material restaurador intermediário pó e líquido – pó 38 gr e líquido 15 ml	03	MRI	15,58	46,74
206	Kit	Material restaurador provisório com eugenol reforçado por polímeros para forramento de cavidades sob restauração de amálgama pó 38g + líquido 15ml	03	MRI	15,58	46,74
218	Frasco	Óleo para lubrificação spray de alta rotação 200 ml	08	MAQUIRA	14,82	118,56
219	Frasco	Óleo para lubrificação spray de baixa rotação 200 ml	07	MAQUIRA	14,82	103,74
224	Tubo	Pasta profilática com flúor para limpeza e polimento 50 gr	08	ALPLAN	3,70	29,60
235	Unidade	Ponta de borracha para polimento resina acrílica cônica creme	20	MEDIM	15,20	304,00
236	Unidade	Ponta de borracha para polimento resina acrílica grossa cônica preta	10	MEDIM	15,20	152,00
237	Unidade	Ponta de borracha para polimento resina acrílica média cônica verde	10	MEDIM	15,20	152,00
238	Caixa	Ponta Enhance para polimento dental com 07 pontas sortidas	14	MICRO-DONT	25,24	353,36
244	Unidade	Porta matriz adulto tofflemire inox	16	TRINKS	15,36	245,76
250	Unidade	Resina composta direta micro articulada fotopolimerizável A2	06	FGM	9,60	57,60
251	Unidade	Resina composta direta micro particulada fotopolimerizável A3	06	FGM	9,60	57,60
267	Unidade	Seringa carpule	22	TRINKS	15,52	341,44
269	Unidade	Sindesmótomo	05	TRINKS	4,56	22,80
274	Unidade	Sonda exploradora	08	TRINKS	4,12	32,96
275	Unidade	Sonda exploradora dupla	08	TRINKS	4,12	32,96
276	Unidade	Sonda exploradora em aço inox grau cirúrgico nº 05	15	TRINKS	4,12	61,80
TOTAL R\$ 11.177,11 (onze mil cento e setenta e sete reais e onze centavos)						

## Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda ME

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
003	Unidade	Acido gel fosfórico 37% - frasco com 2,5 ml	50	BIODINA-MICA	1,06	53,00
010	Caixa	Agulha gengival longa com 100 unidades	14	INJEX	24,65	345,10
021	Unidade	Alveolótomo biarticulado	06	GOLGRAN	479,00	2.874,00
025	Caixa	Anestésico cloridrato de lidocaína e fenilefrina injetável c/ 50 un 1,8 ml	02	SS WHITE	38,16	76,32
026	Frasco	Anestésico lidocaína spray 10% 50ml	14	CRISTALIA	68,44	958,16

029	Caixa	Anestésico mepivacaina com noradrelina 2% com 50 unidades 1,8 ml tubete cristal	15	DFL	77,25	1.158,75
031	Frasco	Antisséptico bucal sem álcool 2lt	28	COLGATE PLAX	35,45	992,60
034	Pacote	Babador impermeável descartável 33X47cm colorido com 100 unidades	140	SS PLUS	10,47	1.465,80
065	Unidade	Broca baixa rotação ½	15	MAILLEFER	2,66	39,90
066	Unidade	Broca baixa rotação nº 10	12	MAILLEFER	2,66	31,92
067	Unidade	Broca baixa rotação nº 2	30	MAILLEFER	2,66	79,80
068	Unidade	Broca baixa rotação nº 4	50	MAILLEFER	2,66	133,00
069	Unidade	Broca baixa rotação nº 6	80	MAILLEFER	2,66	212,80
070	Unidade	Broca baixa rotação nº 8	90	MAILLEFER	2,66	239,40
093	Caixa	Cera rosa nº 07 com 18 lâminas	10	LYSANDA	7,98	79,80
100	Pacote	Compressa de gaze hidrófila 7,5X7,5 cm com 13 fios com 500 unidades	210	MEDI PLUSS	11,99	2.517,90
109	Frasco	Curativo alveolar 20 gr	06	IODONTO-SUL	15,10	90,60
110	Unidade	Cureta de Crane-Kaplan ou Pádua lima nº 01	02	GOLGRAN	31,99	63,98
124	Unidade	Descolador Buser com cabo 8mm	01	GOLGRAN	46,45	46,45
125	Unidade	Descolador de Molt 2/4 com cabo 8mm	02	GOLGRAN	46,45	92,90
127	Unidade	Descolador de Molt nº 09 com cabo 8mm	01	GOLGRAN	46,45	46,45
129	Unidade	Descolador de periosteó Buser	05	GOLGRAN	46,45	232,25
139	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 200x330 com 100 unidades	85	HARBO	41,90	3.561,50
150	Unidade	Espátula para resina com ponta de titânio dupa nº 2	06	PRISMA	38,02	228,12
156	Caixa	Fio de sutura agulhado de nylon 3-0 com 24 unidades	30	PROCARE	23,54	706,20
157	Caixa	Fio de sutura agulhado de nylon 4-0 com 24 unidades (agulha 20 mm 3/8)	65	PROCARE	23,45	1.524,25
161	Rolo	Fita adesiva branca para odonto 19mmX30mt	35	CIEX	2,59	90,65
162	Rolo	Fita adesiva para autoclave 19mmX30mt	58	CIEX	2,73	158,34
164	Frasco	Fluoreto de fosfato acidulado gel 1,23% frasco com 200 ml	21	IODONTO-SUL	2,93	61,53
165	Frasco	Fluoreto de sódio 0,2% líquido 1000 ml	56	IODONTO-SUL	10,51	588,56
166	Frasco	Fluoreto de sódio 2% gel	34	IODONTO-SUL	2,93	99,62
176	Frasco	Formocresol 10 ml	04	BIODINAMICA	3,64	14,56
185	Unidade	Kit cirúrgico de campos + aventais + protetores de mangueira	10	PROT DESC	13,75	137,50
195	Caixa	Luva de látex para procedimento extra pequena talcada com 100 unidades	05	NUGARD	14,64	73,20
196	Caixa	Luva de látex para procedimento grande talcada com 100 unidades	05	NUGARD	14,64	73,20
198	Caixa	Luva de látex para procedimento pequena talcada com 100 unidades	324	NUGARD	14,64	4.743,36
210	Unidade	Matriz metálica 0,05X5X500mm	46	PREVEN	0,98	45,08
220	Frasco	Otosporin 10 ml	12	FQM	11,08	132,96
222	Frasco	Paramonoclorofenol canforado 20 ml	06	BIODINAMICA	4,89	29,34
223	Frasco	Pasta maisto 10 gr	07	IODONTO-SUL	17,16	120,12
226	Caixa	Pastilha para revelação de placa com 120 unidades	25	BIODINAMICA	7,57	189,25
268	Kit	Silicone de adição e condensação	02	VIGODENT	383,15	766,30
270	Frasco	Solução 0,5% de hipoclorito de sódio – líquido de Dakin – 1000 ml	02	ASFER	3,92	7,84
290	Frasco	Verniz com flúor de sódio e cálcio	04	FGM	14,53	58,12
TOTAL R\$ 25.240,48 (vinte e cinco mil duzentos e quarenta e reais e quarenta e oito centavos)						

## Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
213	Unidade	Mocho odontológico, com apoio para os braços, giratório, articulado, com suporte para alongamento e e regulagem de altura	01	KAVO	677,30	677,30
229	Unidade	Pinça curva para algodão em aço inox de grau cirúrgico	15	PRATA	19,60	294,00
266	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm U	10	FGM	72,50	725,00
TOTAL R\$ 1.696,30 (um mil seiscentos e noventa e seis reais e trinta centavos)						

## Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
001	Kit	Acabamento e polimento de acrílico ogivas viking (silicone abrasivo 9235 PM)	01	KG SO-RENSSEN	68,90	68,90

085	Unidade	Broca zekria 29mm	15	PRIMA	24,50	367,50
088	Unidade	Cabo para bisturi redondo	14	GOLGRAN	8,99	125,86
104	Tubo	Crete dental infantil sem flúor 50 gr	390	CONTEN-TE	2,90	1.131,00
132	Galão	Desinfetante hospitalar de artigos semi cítricos 1lt	10	NÃO COTADO	2,00	20,00
154	Caixa	Fio de sutura absorvível revestido (poliglactina 910) nº 05 com 12 unidades	06	SHALON	139,90	839,40
184	Kit	Ionomero de vidro fotopolimerizável pó 5 gr + líquido	10	L.CURE	76,90	769,00
202	Pacote	Material de moldagem a base de alginato, alta estabilidade, sistema longa vida, embalagem especial com atmosfera modificada, sem poeira, de presa rápida, 453g	80	DENTSPLY	23,99	1.919,20
247	Unidade	Protetor facial odontológico com dupla regulagem (cabeça e frontal), anti-embaçante e com menos de 100 gramas	02	DX	76,50	153,00
263	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A1	10	FGM	59,90	599,00
264	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A2	10	FGM	59,90	599,00
265	Unidade	Seringa 02 gramas – resina fluída incremento único de 4mm A3	10	FGM	59,90	599,00
287	Caixa	Tira de poliéster com 100 unidades	20	K-DENT	1,90	38,00
TOTAL R\$ 7.228,86 (sete mil duzentos e vinte e oito reais e oitenta e seis centavos)						

## MF de Almeida &amp; Cia Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
004	Unidade	Adesivo monocomponente frasco com 6 ml	20	MAQUIRA	24,00	480,00
102	Unidade	Contra ângulo multiplicador 1:2 cirúrgico, para uso com brocas 2,33mm a 2,35mm de diâmetro por 45mm ou 65mm de comprimento	01	DENTFLEX	1.558,20	1.558,20
105	Unidade	Cuba ultrassônica com reservatório com capacidade para 06 litros	02	KONDEN-TECH	1.909,00	3.818,00
118	Unidade	Cureta de Molt nº 2/4	15	TRINKS	23,81	357,15
152	Unidade	Espelho de mão tamanho grande modelo molar	30	JON	22,89	686,70
190	Unidade	Lamparina de hanna	02	KONNEM	18,65	37,30
212	Unidade	Misturador automático para alginato com cuba de borracha facilmente removível	01	BIOTRON	372,00	372,00
241	Unidade	Porta agulha mayo com vídea 14cm	06	ABC	83,87	503,22
242	Unidade	Porta agulha tipo castroviejo com ponta de vídea	07	ABC	90,81	635,67
288	Unidade	Ultrassom frequência de 30.000 Hz com bomba peristáltica e sistema Piezoelétrico, sem necessidade de instalação	03	ALT	1.635,70	4.907,10
TOTAL R\$ 13.355,34 (treze mil trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos)						

## Odontosul Ltda

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
005	Unidade	Afastador minnesota	03	FAVA	7,00	21,00
008	Caixa	Agulha gengival curta 0,3X21 mm com 100 unidades	46	DFL	24,39	1.121,94
035	Unidade	Bandeja odontológica em aço inoxidável 22X12X01	03	AÇONOX	15,00	45,00
038	Unidade	Broca 1032 tronco cônica invertida	20	CHAMPION	1,45	29,00
039	Unidade	Broca 1033 tronco cônica invertida	20	CHAMPION	1,45	29,00
040	Unidade	Broca 1034 tronco cônica invertida	20	CHAMPION	1,45	29,00
041	Unidade	Broca 1035 tronco cônica invertida	20	CHAMPION	1,45	29,00
042	Unidade	Broca 2200F	10	CHAMPION	1,45	14,50
043	Unidade	Broca 3083 ponta diamantada	08	CHAMPION	1,45	11,60
044	Unidade	Broca 3118 acabamento	05	CHAMPION	1,45	7,25
045	Unidade	Broca 3168 acabamento	05	CHAMPION	1,45	7,25
046	Unidade	Broca 701 haste longa	24	KAVO	5,70	136,80
047	Unidade	Broca 702 haste curta	14	KAVO	4,10	57,40
048	Unidade	Broca 702 haste longa	28	KAVO	5,70	159,60
049	Unidade	Broca 702 haste longa carbide	34	KAVO	5,70	193,80
050	Unidade	Broca 703 haste longa	24	KAVO	5,70	136,80
051	Unidade	Broca 703 haste longa carbide	30	KAVO	5,70	171,00
052	Unidade	Broca alta rotação 1011	15	CHAMPION	1,45	21,75
053	Unidade	Broca alta rotação 1012	15	CHAMPION	1,45	21,75
054	Unidade	Broca alta rotação 1013	35	CHAMPION	1,45	50,75
055	Unidade	Broca alta rotação 1014	60	CHAMPION	1,45	87,00
056	Unidade	Broca alta rotação 1091	20	CHAMPION	1,45	29,00
057	Unidade	Broca alta rotação 1092	20	CHAMPION	1,45	29,00
058	Unidade	Broca alta rotação 1093	20	CHAMPION	1,45	29,00
059	Unidade	Broca alta rotação 2200FF	24	CHAMPION	1,45	34,80

060	Unidade	Broca alta rotação 3118FF	14	CHAMPION	1,45	20,30
061	Unidade	Broca alta rotação 3168FF	04	CHAMPION	1,45	2,80
063	Unidade	Broca alta rotação haste longa 1014	20	CHAMPION	1,45	29,00
071	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 04	20	KAVO	4,10	82,00
072	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 06	40	KAVO	4,10	164,00
073	Unidade	Broca carbide alta rotação nº 08	10	KAVO	4,10	41,00
074	Unidade	Broca carboneto de tungstênio maxicut PM nº 1251, características: corte cruzado, corte 10, broca peça de mão, comprimento da ponta 12,9mm, ponta ativa 0,45 de diâmetro, cor azul	02	MASTER	42,00	84,00
075	Unidade	Broca carboneto de tungstênio maxicut PM nº 1508, características: corte cruzado, corte 10, broca peça de mão, comprimento da ponta 12,9mm, ponta ativa 0,45 de diâmetro, cor azul	02	DHPRO	42,00	84,00
076	Unidade	Broca cirúrgica 701 carbide PM	27	MEDIN	6,60	187,20
077	Unidade	Broca cirúrgica 702 carbide PM	27	MEDIN	6,60	178,20
078	Unidade	Broca de tungstênio maxicut PM H251E PERA, características: haste horizontal em aço inoxidável, para desgaste de resina acrílica e metal, baixa fusão	02	MASTER	42,00	84,00
079	Unidade	Broca de tungstênio maxicut PM H351E ogival, características: haste horizontal em aço inoxidável, para desgaste de resina acrílica e metal, baixa fusão	02	MASTER	42,00	84,00
080	Unidade	Broca de tungstênio maxicut PM H79E cônica, características: haste horizontal em aço inoxidável, para desgaste de resina acrílica e metal, baixa fusão	02	MASTER	42,00	84,00
084	Unidade	Broca zekria 28mm	32	MICRO-DONT	17,50	560,00
086	Unidade	Brunidor nº 29 oitavado simples	07	PRATA	5,50	38,50
087	Unidade	Brunidor nº 33	06	PRATA	4,70	28,20
089	Unidade	Cabo para espelho bucal em aço inox nº 05	30	BARASCH	1,55	46,50
090	Unidade	Calcador de Hollemnack nº 04	06	PRATA	4,11	24,66
091	Unidade	Calcador de Hollemnack nº 06	07	PRATA	4,11	28,77
098	Unidade	Colete de chumbo com protetor de tiróide infantil	01	ODONTO-LOGIC	217,00	217,00
101	Unidade	Condensador Ward	05	PRATA	4,10	20,50
106	Pacote	Cunha de madeira odontológica colorida com 100 unidades	03	PHARMAI-NOX	5,10	15,30
111	Unidade	Cureta de dentina nº 05	01	PRATA	4,11	4,11
112	Unidade	Cureta de dentina nº 11	01	PRATA	4,11	4,11
113	Unidade	Cureta de dentina nº 14	01	PRATA	4,11	4,11
115	Unidade	Cureta de dentina nº 17	06	PRATA	4,11	24,66
116	Unidade	Cureta de dentina nº 18	01	PRATA	4,11	4,11
117	Unidade	Cureta de dentina nº 20	01	PRATA	4,11	4,11
119	Unidade	Cureta Gracey 11-12	15	PRATA	5,99	89,85
120	Unidade	Cureta Gracey 7-8	15	PRATA	5,99	89,85
121	Unidade	Cureta tipo MCall 13-14	15	PRATA	5,99	89,85
122	Unidade	Cureta tipo MCall 17-18	15	PRATA	5,99	89,85
126	Unidade	Descolador de Molt 2-4	14	LM	23,00	322,00
128	Unidade	Descolador de Molt nº 9	11	LM	23,80	261,80
131	Unidade	Descolador Freer com cabo 8mm	01	GOLGRAN MILLENIUM	46,00	46,00
134	Kit	Disco para polimento de resina com 100 tdv kit com mandril	03	TDV	59,00	177,00
135	Kit	Disco sof-lex 19590 ½ polegada com mandril	03	3M	82,20	246,60
145	Unidade	Escova limpa broca	03	PHARMAI-NOX	3,80	11,40
146	Unidade	Esculpidor Hollembach 355	08	PRATA	4,11	32,88
147	Unidade	Espátula de cera nº 07	01	PRATA	5,99	5,99
149	Unidade	Espátula nº 24 flexível	06	PRATA	5,99	35,94
151	Unidade	Espelho bucal nº 05	80	PHARMAI-NOX	1,42	113,60
167	Unidade	Forceps adulto nº 151	06	WILCOS	46,45	278,70
168	Unidade	Forceps nº 101	06	GOLGRAN	46,45	278,70
169	Unidade	Fórceps nº 150	08	WILCOS	46,45	371,60
170	Unidade	Forceps nº 16 infantil	01	GOLGRAN	46,45	46,45

171	Unidade	Fórceps nº 17	06	GOLGRAN	46,45	278,70
172	Unidade	Fórceps nº 18L	06	WILCOS	46,45	278,70
173	Unidade	Fórceps nº 18R	06	WILCOS	46,45	278,70
174	Unidade	Forceps nº 69	08	WILCOS	46,45	371,60
175	Unidade	Forceps nº 69 infantil	08	GOLGRAN	46,45	371,60
177	Unidade	Gengivótomo Kirkland nº 15/16	03	LM	9,59	28,77
187	Caixa	Lâmina para bisturi nº 12 com 100 unidades	06	ADVANTIVE	21,00	126,00
188	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 C inox com 100 unidades	03	ADVANTIVE	21,00	63,00
189	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 com 100 unidades	05	ADVANTIVE	21,00	105,00
209	Caixa	Matriz de poliéster pré molar transparente com 20 unidades	14	TDV	34,00	476,00
211	Unidade	Matriz metálica 0,05X7X500mm	40	PREVEN	1,00	40,00
214	Kit	Moldeira de metal lisa, jogo completo nº 1, 2, 3, 4 dentado	02	EVOLUTION PR	120,00	240,00
216	Pote	Obturador provisório branco 25 gr	05	MAQUIRA	6,65	33,25
217	Unidade	Óculos odontológico de proteção incolor em policarbonato	10	SSPLUS	3,99	39,90
221	Caixa	Papel carbono para articulação 20x100mm com 12 unidades cores azul e vermelho	63	PHARMAI-NOX	1,35	85,05
227	Unidade	Pedra para afiar curetas de periodontia 15X5	10	PRATA	20,00	200,00
228	Unidade	Pinça clínica para algodão	08	LM	5,77	46,16
232	Unidade	Pinça hemostática curva reta	05	WILCOS	16,79	83,95
234	Kit	Polimento de amálgama 8089	10	MICRO-DONT	25,00	250,00
252	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A1	05	CHARISMA	36,90	184,50
253	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A2	07	CHARISMA	36,90	258,30
254	Unidade	Resina composta micro hibrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3	07	CHARISMA	36,90	258,30
279	Unidade	Tesoura cirúrgica 15 cm reta ponta fina	01	GOLGRAN	16,79	16,79
280	Unidade	Tesoura Goldman-Fox curva 13,5cm inox	06	WILCOS	24,00	144,00
281	Unidade	Tesoura Goldman-Fox reta 13,5cm inox	05	WILCOS	24,00	120,00
282	Unidade	Tesoura íris curva 12 cm	04	MUGHAL	13,00	52,00
283	Unidade	Tesoura ouro 10cm para corte de metal	05	WILCOS	18,00	90,00
285	Caixa	Tira de lixa para amálgama 4mm com 12 unidades	34	PREVEN	5,00	170,00
TOTAL R\$ 11.924,46 (onze mil novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos)						

## Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME

Item	Unidade	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
017	Frasco	Alcool 70% 1000 ml	140	FLOPS	4,55	637,00
064	Unidade	Broca baixa rotação ¼	15	MAILEFER	2,90	43,50
092	Frasco	Cariostático 10 ml	07	IODONTO-SUL	14,10	98,70
123	Unidade	Dedeira de borracha	02	JON	1,68	3,36
138	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 150X250 com 100 unidades	200	HARBO	23,60	4.720,00
140	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 90X260 com 100 unidades	250	HARBO	14,90	3.725,00
141	Unidade	Escova de dedo massageadora para bebê embalagem individual	110	EXPRESS	5,82	640,20
179	Caixa	Haste flexível de plástico com algodão tipo cotonete com 100 unidades	43	USE	2,08	89,44
193	Caixa	Luva cirúrgica com pó estéril talcada nº 7,5 com 50 pares	03	MAXITEX	52,10	156,30
194	Caixa	Luva cirúrgica com pó estéril talcada nº 8 com 50 pares	10	MAXITEX	52,10	521,00
197	Caixa	Luva de látex para procedimento média talcada com 100 unidades	224	NUGARD	14,60	3.270,40
208	Unidade	Material restaurador provisório sem eugenol 25g ph neutro com aplicação em endodontia, dentística e prótese	01	CAITHEC	7,59	7,59
215	Unidade	Negatoscópio visualizador de raio x odontológico	01	ESSENCE	111,23	111,23
248	Frasco	Resina acrílica líquida autopolimerizável 240ml	01	TDV	22,39	22,39
249	Frasco	Resina acrílica pó autopolimerizável de cor rosa 220g	01	TDV	27,88	27,88
271	Frasco	Solução de clorexidina 0,12% 01 litro, para bochechos	26	IODONTO-SUL	16,35	425,10
289	Frasco	Verniz com flúor 10 ml + 01 fr solvente	20	FGM	14,50	290,00
TOTAL R\$ 14.789,09 (quatorze mil setecentos e oitenta e nove reais e nove centavos)						

Irineópolis 02 de janeiro de 2018

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal



**ATA RP PROC 29/2017**

Publicação Nº 1486822

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sr. Oneres Lopes - representante da empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP; Sr. Erlon Itamar Binder - representante da empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME; Sr. Rodrigo Borges Silva - representante da empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME deixou de apresentar o credenciamento. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP, Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME e Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda ME pediu desistência de todos os lances do pregão e o representante se retirou da sessão. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sr. Oneres Lopes - representante da empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP; Sr. Erlon Itamar Binder - representante da empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME; Sr. Rodrigo Borges Silva - representante da empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME deixou de apresentar o credenciamento. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Irineópolis Construções Ltda. EPP, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME e Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME e foi constatado que as empresas não apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital. As empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP e Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME não apresentaram os termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial; a empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME não apresentou os cálculos dos índices de liquidez corrente e item 7.2 alínea "b"; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda não apresentou Balanço Patrimonial autenticado na Junta Comercial do Estado, sendo que a mesma pediu desistência dos lances e se ausentou do restante da sessão. Sendo assim, de acordo com o artigo 48, parágrafo 3º, da Lei 8666/93, abre-se prazo de até 08 dias para apresentação dos documentos em desacordo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017. Foi realizada a análise dos documentos faltantes apresentados pelas empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME, e Vanguarda Materiais de Construção Ltda ME. A empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP entregou os termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial; a empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME entregou o cálculo dos índices de liquidez corrente; a empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda ME alegou que o iniciou as atividades este ano, não possuindo por isso termo de encerramento, alegação aceita por parecer contábil anexo. Todos os documentos foram aceitos por estarem de acordo com o Edital. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

ANT Industria e Comercio de Tintas Ltda – ME  
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
30	78	Quilo	Arame galvanizado nº 20	MISTER	13,90	1.084,20
31	78	Quilo	Arame recozido nº 10	MISTER	6,50	507,00
32	63	Lata	Espuma expansiva 500ml	MISTER	15,50	976,50
34	41	Rolo	Fita para demarcação de área amarela e preta 70cmX200m	ACTIVE	10,50	430,50
53	170	Metro	Tela mosquiteiro 1,2m X 0,50m	MISTER	2,80	476,00

**MATERIAIS DE PINTURA**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
104	56	Unidade	Rolo de lâ 18cm com cabo	ROMA	12,90	722,40
105	56	Unidade	Rolo de lâ 23cm com cabo	ROMA	10,90	610,40
106	56	Unidade	Rolo de espuma 18cm com cabo	MISTER	6,70	375,20
108	56	Unidade	Pincel nº 3"	MISTER	6,45	361,20
109	306	Saco	Cal pronto para pintura – saco com 08 kg	MAXCAL	5,00	1.530,00
111	636	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 3,6L	LUZ E COR	44,90	28.556,40

112	636	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 18L	LUZ E COR	204,90	130.316,40
113	636	Lata	Tinta esmalte sintético com 3,6L	CIACOLLOR	49,00	31.164,00
114	170	Lata	Solvente para tintas e vernizes 900 ml	ANJOS	8,50	1.445,00
115	170	Lata	Aguarrás 900 ml	ANJOS	8,50	1.445,00
116	70	Lata	Massa corrida 3,6L	LUZ E COR	12,00	840,00
117	70	Lata	Massa corrida 900ml	LUZ E COR	5,00	350,00
119	17	Rolos	Fita crepe adesiva 18mmx50m	ADERE	2,90	49,30

**MATERIAIS DE LIMPEZA**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
146	255	Par	Luva de raspa – curta – vários tamanhos	KOCH	9,90	2.524,50
147	255	Par	Luva de raspa cano longo – vários tamanhos	KOCH	11,50	2.932,50
148	255	Par	Luva de couro – vários tamanhos	KOCH	11,50	2.932,50
149	255	Par	Luva de borracha – vários tamanhos	CONFORT	3,60	918,00
150	255	Par	Luva de látex para limpeza – vários tamanhos	CONFORT	3,50	892,50
151	114	Par	Bota de borracha cano longo – vários tamanhos	IMBRSEG	36,90	4.206,60
152	114	Par	Botina bico de aço – vários tamanhos	954	39,00	4.446,00
153	153	Par	Botina de couro com solado reforçado – vários tamanhos	954	39,00	5.967,00
154	75	Unidade	Vassoura para grama com no mínimo 18 dentes e cabo de madeira	NACIONAL	17,00	1.275,00

**TOTAL****227.334,10**

(Duzentos e vinte e sete mil trezentos e trinta e quatro reais e dez centavos)

**Irineópolis Construções Ltda – EPP****MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	44	Unidade	Adesivo plástico 17 G	PLASTILIT	2,50	110,00
03	765	Saco	Cimento 50kg	VOTORAN	22,90	17.518,50
05	576	Saco	Cal hidratado -20kg	BELA VISTA	7,50	4.320,00
08	117	Pacote	Prego 22 x 42 - kg	GERDAU	7,55	883,35
09	117	Pacote	Prego telheiro com 01kg – 18 x 30	SERRANA	10,50	1.228,50
10	38.250	Unidade	Tijolo 6 furos tamanho 9 x 14 x 24 – grande	PECH	0,49	18.742,50
11	192	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 5mm	MULTILIT	31,80	6.105,60
13	192	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 6mm	MULTILIT	22,90	4.396,80
14	78	Unidade	Chapa de compensado naval 10mm	NAVAL 10MM	49,00	3.822,00
15	1.914	Unidade	Goiva de barro de 1ª qualidade	1ª QUALIDADE	2,60	4.976,40
16	765	Metro	Ripa 1 x 2 de pinheiro	PINHEIRO	2,08	1.591,20
17	850	Metro	Ripa 2,5 x 5 de pinheiro	PINHEIRO	4,40	3.740,00
18	850	Metro	Ripão 5 x 5 de pinheiro	PINHEIRO	3,40	2.890,00
19	192	Unidade	Tabua 0,20 x 3,00m de pinheiro	PINHEIRO	20,89	4.010,88
20	192	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinheiro	PINHEIRO	26,90	5.164,80
21	192	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinus	PINUS	14,30	2.745,60
22	192	Unidade	Tabua 0,25 x 3,00m de pinus	PINUS	13,44	2.580,48
23	192	Unidade	Caibro 3 x 4 x 3m de pinheiro	PINHEIRO	20,20	3.878,40
24	192	Unidade	Caibro 2 x 4 x 4m de pinheiro	PINHEIRO	23,78	4.565,76
25	192	Unidade	Barra de ferro 4,2mm com 12 metros	VOTORAÇO	5,25	1.008,00
27	192	Unidade	Barra de ferro 3/8mm com 12 metros	VOTORAÇO	25,90	4.972,80
28	192	Unidade	Barra de ferro 5/8mm com 12 metros	VOTORAÇO	70,00	13.440,00
29	192	Unidade	Barra de ferro 1/4mm com 12 metros	VOTORAÇO	11,90	2.284,80
33	19	Caixa	Massa para calafetar 350g	KRONA	6,75	128,25
35	85	Unidade	Capa de chuva adulto em PVC forrada	MORCEGO	18,90	1.606,50
36	85	Unidade	Protetor auditivo tipo concha	PROSAFETW	18,00	1.530,00
37	85	Unidade	Óculos de Proteção em Acrílico Incolor	KALIPSO	4,90	416,50
38	170	Unidade	Lápis carpinteiro	FABER CASTEL	1,50	255,00
39	85	Unidade	Fita veda rosca 18mmX50m	PLASTILIT	4,90	416,50
40	425	Metro	Pestana	PESTANA	8,90	3.782,50
41	1700	Metro²	Forro PVC	REAL PVC	11,80	20.060,00
42	1700	Metro²	Forro de madeira - pinus	PINUS	9,90	16.830,00

43	1700	Metro	Meia cana de PVC	REAL PVC	2,90	4.930,00
44	1700	Metro	Meia cana de madeira - pinus	PINUS	1,25	2.125,00
45	8.500	Unidade	Telha romana	INDIANA	1,00	8.500,00
46	17	Unidade	Carrinho de mão de metal - reforçado	CAMPEÃO	89,00	1.513,00
47	17	Unidade	Desingripante	MUNDIAL	6,90	117,30
48	85	Unidade	Lamina de serra de aço flexível com 24 dentes, 12"	NICHONSON	2,90	246,50
49	24	Unidade	Disco de corte 4 polegadas	ILDER	5,40	129,60
50	24	Unidade	Disco de corte 2 polegadas	ILDER	6,70	160,80
51	17	Unidade	Porta de madeira almofadada – interna	ALMOFADA	73,00	1.241,00
52	17	Unidade	Batente de porta em madeira	MADEIRA	88,00	1.496,00
54	41	Unidade	Coluna de ferro 7X14	VOTORATO	57,00	2.337,00
56	850	Metro <sup>2</sup>	Piso P14	LUNA/CERAL	12,90	10.965,00

## MATERIAIS ELÉTRICOS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
57	39	Unidade	Disjuntor trifásico 60A	ELETROMAR	65,00	2.535,00
62	1.914	Metro	Fio flexível 2,5mm – preto	IGUAÇU	0,79	1.512,06
63	1.914	Metro	Fio flexível 2,5mm – azul	IGUAÇU	0,79	1.512,06
64	1.914	Metro	Fio flexível 2,5mm – verde	IGUAÇU	0,79	1.512,06
65	1.914	Metro	Fio flexível 2,5mm – vermelho	IGUAÇU	0,79	1.512,06
70	44	Rolo	Fita isolante 20 metros	DECORLUX	4,80	211,20
76	75	Unidade	Tomada sobrepôr	MEKTRONIC	4,40	330,00
77	75	Unidade	Interruptor sobrepôr	MEKTRONIC	3,80	285,00
79	75	Unidade	Interruptor 2 teclas	MEKTRONIC	7,00	525,00
80	75	Unidade	Interruptor + tomada embutir	MEKTRONIC	8,20	615,00
83	192	Unidade	Lâmpada econômica 60w espiral	MAMPLEX	53,80	10.329,60
88	170	Unidade	Soquete cebolinha	LUMIBRAS	1,30	221,00

## MATERIAIS HIDRÁULICOS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
90	41	Unidade	CAP PVC Soldável 75 mm	PLASTILIT	4,30	176,30
91	459	Metro	Tubo de PVC 25mm	PLASTILIT	1,70	780,30
94	255	Metro	Tubo de PVC 50mm esgoto	PLASTILIT	4,10	1.045,50
96	192	Unidade	Joelho 25mm	PLASTILIT	0,25	48,00
97	75	Unidade	Sifão para pia	PLASTUNING	5,90	442,50
99	75	Unidade	Luva 100mm esgoto	PLASTILIT	2,50	187,50
100	75	Unidade	Joelho 50mm esgoto	PLASTILIT	1,30	97,50

## MATERIAIS DE PINTURA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
102	56	Unidade	Rolo de lã 10cm com cabo	ORION	4,30	240,80
107	56	Unidade	Pincel nº 2"	ROMA	3,70	207,20
110	192	Unidade	Fixador de cal	JUNTALIDER	0,90	172,80
118	70	Unidade	Bandeja para pintura	ROMA	4,50	315,00

## FERRAGENS/FERRAMENTAS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
120	765	Unidade	Parafuso bitola 6mm com bucha	NEOFIX	0,10	76,50
121	765	Unidade	Parafuso bitola 8mm com bucha	NEOFIX	0,15	114,75
122	765	Unidade	Parafuso bitola 10mm com bucha	NEOFIX	0,15	114,75
125	39	Unidade	Cabo para pá	MONFORT	7,50	292,50
126	39	Unidade	Cabo para enxada	MONFORT	7,50	292,50
128	36	Unidade	Enxada sem cabo	PANDOLFO	12,70	457,20
129	56	Unidade	Pá com cabo reforçado	PANDOLFO	21,00	1.176,00
130	1.275	Metro	Corda 15mm	ARTEPLAS	1,80	2.295,00
131	255	Metro	Corda 10mm	ARTEPLAS	1,25	318,75
135	17	Unidade	Facão para mato em aço carbono 18 polegadas com cabo de polipropileno	TRAMONTINA	18,50	314,50
136	17	Unidade	Cadeado E-30	STAM	12,80	217,60
138	17	Unidade	Cortadeira com cabo em madeira	PANDOLFO	18,50	314,50

141	41	Unidade	Lima para motosserra	NICHOLSON	5,60	229,60
142	17	Unidade	Trena 5m	DISMA	9,20	156,40
143	09	Unidade	Machado com cabo em madeira	PANDOLFO	44,00	396,00
145	07	Unidade	Pé de cabra em ferro 60cm	PANDOLFO	20,33	142,31
TOTAL						225.485,12
(Duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e doze centavos)						

**Vanguarda Materiais de Construção Ltda – ME**  
**MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	170	Unidade	Argamassa 20Kg	CERTA ACI	7,50	1.275,00
04	180	Saco	Cal fino – 20kg	PAVIN	9,50	1.710,00
06	117	Pacote	Prego 17 x 27 - kg	GERDAU	7,49	876,33
07	117	Pacote	Prego 18 x 36 - kg	GERDAU	7,70	900,90
12	192	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 6mm	ISDRALIT	41,60	7.987,20
26	192	Unidade	Barra de ferro 5/16mm com 12 metros	BELGO/GERDAU	16,38	3.144,96
55	41	Unidade	Goiva de fibrocimento 6mm	ISDRALIT	29,99	1.229,59

**MATERIAIS ELÉTRICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
58	1.914	Metro	Fio flexível 1,5mm – preto	RCM PREMIUM	0,58	1.110,12
59	1.914	Metro	Fio flexível 1,5mm – azul	RCM PREMIUM	0,58	1.110,12
60	1.914	Metro	Fio flexível 1,5mm – verde	RCM PREMIUM	0,58	1.110,12
61	1.914	Metro	Fio flexível 1,5mm – vermelho	RCM PREMIUM	0,58	1.110,12
66	1.914	Metro	Fio flexível 6,0mm – preto	RCM PREMIUM	1,92	3.674,88
67	1.914	Metro	Fio flexível 6,0mm – azul	RCM PREMIUM	1,92	3.674,88
68	1.914	Metro	Fio flexível 6,0mm – verde	RCM PREMIUM	1,92	3.674,88
69	24	Rolo	Fita isolante 10 metros	ENERBRAS	3,00	72,00
71	75	Unidade	Tomada + 1 chave embutir	MECTRONIC	8,70	652,50
72	75	Unidade	Tomada + 2 chaves embutir	MECTRONIC	10,00	750,00
73	75	Unidade	Tomada embutir 10A	MECTRONIC	5,60	420,00
74	75	Unidade	Tomada para telefone	MECTRONIC	8,70	652,50
75	75	Unidade	Tomada simples de embutir 20A	MECTRONIC	6,70	502,50
78	75	Unidade	Interruptor 1 tecla	MECTRONIC	6,70	502,50
81	192	Unidade	Lâmpada econômica 25w espiral	MANPLEX	11,80	2.265,60
82	192	Unidade	Lâmpada econômica 40w espiral	MANPLEX	29,60	5.683,20
84	384	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	OSRAN	6,70	2.572,80
85	384	Unidade	Lâmpada Led tubular 18w	MANPLEX	26,40	10.137,60
86	90	Unidade	Reator 2 x 40v	INTRAL	25,90	2.331,00
87	170	Unidade	Plafon de PVC C/Soquete de Porcelana	FOXLUZ	3,80	646,00

**MATERIAIS HIDRÁULICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
89	41	Unidade	CAP PVC Soldável 25 mm	FORTELEV	0,55	22,55
92	126	Metro	Tubo de PVC 50mm	FORTELEV	5,55	699,30
93	255	Metro	Tubo de PVC 75mm esgoto	FORTELEV	5,75	1.466,25
95	255	Metro	Tubo de PVC 100mm esgoto	FORTELEV	6,70	1.708,50
98	75	Unidade	Joelho 100mm esgoto	FORTELEV	3,20	240,00
101	51	Unidade	T 100mm	FORTELEV	6,70	341,70

**MATERIAIS DE PINTURA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
103	56	Unidade	Rolo de lã 15cm com cabo	ROMA	6,30	352,80

**FERRAGENS/FERRAMENTAS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
123	1.914	Unidade	Parafuso telheiro	METASUL	0,46	880,44
124	63	Unidade	Pá quadrada com cabo	METASUL	22,00	1.386,00

127	63	Unidade	Enxada com cabo	METASUL	17,60	1.108,80
132	36	Unidade	Picareta com cabo	METASUL	41,90	1.508,40
133	17	Unidade	Martelo de unha com cabo de madeira – 27mm	MANFORT	18,90	321,30
134	07	Unidade	Marreta 2kg	MANFORT	30,80	215,60
137	17	Unidade	Cadeado E-35	3F	15,50	263,50
139	27	Unidade	Fechadura externa	3F	29,50	796,50
140	85	Unidade	Dobradiça 3,5 polegadas	FERCA	2,39	203,15
144	07	Unidade	Fechadura para banheiro	3F	23,90	167,30
						71.459,39

(setenta e um mil quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos)

Irineópolis, 10 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

## ATA RP PROC 29/2017 FMAS

Publicação Nº 1486827

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sr. Oneres Lopes - representante da empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP; Sr. Erlon Itamar Binder - representante da empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME; Sr. Rodrigo Borges Silva - representante da empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME deixou de apresentar o credenciamento. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP, Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME e Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda ME pediu desistência de todos os lances do pregão e o representante se retirou da sessão. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sr. Oneres Lopes - representante da empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP; Sr. Erlon Itamar Binder - representante da empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME; Sr. Rodrigo Borges Silva - representante da empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME deixou de apresentar o credenciamento. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Irineópolis Construções Ltda. EPP, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME e Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME e foi constatado que as empresas não apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital. As empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP e Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME não apresentaram os termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial; a empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME não apresentou os cálculos dos índices de liquidez corrente e item 7.2 alínea "b"; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda não apresentou Balanço Patrimonial autenticado na Junta Comercial do Estado, sendo que a mesma pediu desistência dos lances e se ausentou do restante da sessão. Sendo assim, de acordo com o artigo 48, parágrafo 3º, da Lei 8666/93, abre-se prazo de até 08 dias para apresentação dos documentos em desacordo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017. Foi realizada a análise dos documentos faltantes apresentados pelas empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME, e Vanguarda Materiais de Construção Ltda ME. A empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP entregou os termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial; a empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME entregou o cálculo dos índices de liquidez corrente; a empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda ME alegou que o iniciou as atividades este ano, não possuindo por isso termo de encerramento, alegação aceita por parecer contábil anexo. Todos os documentos foram aceitos por estarem de acordo com o Edital. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

ANT Industria e Comercio de Tintas Ltda – ME

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO



ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
30	04	Quilo	Arame galvanizado nº 20	MISTER	13,90	55,60
31	04	Quilo	Arame recozido nº 10	MISTER	6,50	26,00
32	04	Lata	Espuma expansiva 500ml	MISTER	15,50	62,00
34	3	Rolo	Fita para demarcação de área amarela e preta 70cmX200m	ACTIVE	10,50	31,50
53	10	Metro	Tela mosquiteiro 1,2m X 0,50m	MISTER	2,80	28,00

## MATERIAIS DE PINTURA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
104	04	Unidade	Rolo de lã 18cm com cabo	ROMA	12,90	51,60
105	04	Unidade	Rolo de lã 23cm com cabo	ROMA	10,90	43,60
106	04	Unidade	Rolo de espuma 18cm com cabo	MISTER	6,70	26,80
108	04	Unidade	Pincel nº 3"	MISTER	6,45	25,80
109	18	Saco	Cal pronto para pintura – saco com 08 kg	MAXCAL	5,00	90,00
111	38	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 3,6L	LUZ E COR	44,90	1.706,20
112	38	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 18L	LUZ E COR	204,90	7.786,20
113	38	Lata	Tinta esmalte sintético com 3,6L	CIACOLLOR	49,00	1.862,00
114	10	Lata	Solvente para tintas e vernizes 900 ml	ANJOS	8,50	85,00
115	10	Lata	Aguarrás 900 ml	ANJOS	8,50	85,00
116	10	Lata	Massa corrida 3,6L	LUZ E COR	12,00	120,00
117	10	Lata	Massa corrida 900ml	LUZ E COR	5,00	50,00
119	01	Rolos	Fita crepe adesiva 18mmx50m	ADERE	2,90	2,90

## MATERIAIS DE LIMPEZA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
146	15	Par	Luva de raspa – curta – vários tamanhos	KOCH	9,90	148,50
147	15	Par	Luva de raspa cano longo – vários tamanhos	KOCH	11,50	172,50
148	15	Par	Luva de couro – vários tamanhos	KOCH	11,50	172,50
149	15	Par	Luva de borracha – vários tamanhos	CONFORT	3,60	54,00
150	15	Par	Luva de látex para limpeza – vários tamanhos	CONFORT	3,50	52,50
151	7	Par	Bota de borracha cano longo – vários tamanhos	IMBRSEG	36,90	258,30
152	7	Par	Botina bico de aço – vários tamanhos	954	39,00	273,00
153	9	Par	Botina de couro com solado reforçado – vários tamanhos	954	39,00	351,00
154	5	Unidade	Vassoura para grama com no mínimo 18 dentes e cabo de madeira	NACIONAL	17,00	85,00
TOTAL						13.705,50
(Treze mil setecentos e cinco reais e cinquenta centavos)						

Irineópolis Construções Ltda – EPP

## MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	02	Unidade	Adesivo plástico 17 G	PLASTILIT	2,50	5,00
03	45	Saco	Cimento 50kg	VOTORAN	22,90	1.030,50
05	33	Saco	Cal hidratado -20kg	BELA VISTA	7,50	247,50
08	06	Pacote	Prego 22 x 42 - kg	GERDAU	7,55	45,30
09	06	Pacote	Prego telheiro com 01kg – 18 x 30	SERRANA	10,50	63,00
10	2.250	Unidade	Tijolo 6 furos tamanho 9 x 14 x 24 – grande	PECH	0,49	1.102,50
11	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 5mm	MULTILIT	31,80	349,80
13	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 6mm	MULTILIT	22,90	251,90
14	04	Unidade	Chapa de compensado naval 10mm	NAVAL 10MM	49,00	196,00
15	112	Unidade	Goiva de barro de 1ª qualidade	1ª QUALIDADE	2,60	291,20
16	45	Metro	Ripa 1 x 2 de pinheiro	PINHEIRO	2,08	93,60
17	50	Metro	Ripa 2,5 x 5 de pinheiro	PINHEIRO	4,40	220,00
18	50	Metro	Ripão 5 x 5 de pinheiro	PINHEIRO	3,40	170,00
19	11	Unidade	Tabua 0,20 x 3,00m de pinheiro	PINHEIRO	20,89	229,79
20	11	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinheiro	PINHEIRO	26,90	295,90
21	11	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinus	PINUS	14,30	157,30

22	11	Unidade	Tabua 0,25 x 3,00m de pinus	PINUS	13,44	147,84
23	11	Unidade	Caibro 3 x 4 x 3m de pinheiro	PINHEIRO	20,20	222,20
24	11	Unidade	Caibro 2 x 4 x 4m de pinheiro	PINHEIRO	23,78	261,58
25	11	Unidade	Barra de ferro 4,2mm com 12 metros	VOTORAÇO	5,25	57,75
27	11	Unidade	Barra de ferro 3/8mm com 12 metros	VOTORAÇO	25,90	284,90
28	11	Unidade	Barra de ferro 5/8mm com 12 metros	VOTORAÇO	70,00	770,00
29	11	Unidade	Barra de ferro 1/4mm com 12 metros	VOTORAÇO	11,90	130,90
33	02	Caixa	Massa para calafetar 350g	KRONA	6,75	13,50
35	05	Unidade	Capa de chuva adulto em PVC forrada	MORCEGO	18,90	94,50
36	05	Unidade	Protetor auditivo tipo concha	PROSAFETW	18,00	90,00
37	05	Unidade	Óculos de Proteção em Acrílico Incolor	KALIPSO	4,90	24,50
38	10	Unidade	Lápis carpinteiro	FABER CAS-TEL	1,50	15,00
39	05	Unidade	Fita veda rosca 18mmX50m	PLASTILIT	4,90	24,50
40	25	Metro	Pestana	PESTANA	8,90	222,50
41	100	Metro²	Forro PVC	REAL PVC	11,80	1.180,00
42	100	Metro²	Forro de madeira - pinus	PINUS	9,90	990,00
43	100	Metro	Meia cana de PVC	REAL PVC	2,90	290,00
44	100	Metro	Meia cana de madeira - pinus	PINUS	1,25	125,00
45	500	Unidade	Telha romana	INDIANA	1,00	500,00
46	01	Unidade	Carrinho de mão de metal - reforçado	CAMPEÃO	89,00	89,00
47	01	Unidade	Desingripante	MUNDIAL	6,90	6,90
48	05	Unidade	Lamina de serra de aço flexível com 24 dentes, 12□	NICHONSON	2,90	14,50
49	02	Unidade	Disco de corte 4 polegadas	ILDER	5,40	10,80
50	02	Unidade	Disco de corte 2 polegadas	ILDER	6,70	13,40
51	01	Unidade	Porta de madeira almofadada – interna	ALMOFADA	73,00	73,00
52	01	Unidade	Batente de porta em madeira	MADEIRA	88,00	88,00
54	03	Unidade	Coluna de ferro 7X14	VOTORAÇO	57,00	171,00
56	50	Metro²	Piso P14	LUNA/CERAL	12,90	645,00

## MATERIAIS ELÉTRICOS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
57	2	Unidade	Disjuntor trifásico 60A	ELETROMAR	65,00	130,00
62	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – preto	IGUAÇU	0,79	88,48
63	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – azul	IGUAÇU	0,79	88,48
64	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – verde	IGUAÇU	0,79	88,48
65	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – vermelho	IGUAÇU	0,79	88,48
70	02	Rolo	Fita isolante 20 metros	DECORLUX	4,80	9,60
76	05	Unidade	Tomada sobrepor	MEKTRONIC	4,40	22,00
77	05	Unidade	Interruptor sobrepor	MEKTRONIC	3,80	19,00
79	05	Unidade	Interruptor 2 teclas	MEKTRONIC	7,00	35,00
80	05	Unidade	Interruptor + tomada embutir	MEKTRONIC	8,20	41,00
83	11	Unidade	Lâmpada econômica 60w espiral	MAMPLEX	53,80	591,80
88	10	Unidade	Soquete cebolinha	LUMIBRAS	1,30	13,00

## MATERIAIS HIDRÁULICOS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
90	03	Unidade	CAP PVC Soldável 75 mm	PLASTILIT	4,30	12,90
91	27	Metro	Tubo de PVC 25mm	PLASTILIT	1,70	45,90
94	15	Metro	Tubo de PVC 50mm esgoto	PLASTILIT	4,10	61,50
96	11	Unidade	Joelho 25mm	PLASTILIT	0,25	2,75
97	05	Unidade	Sifão para pia	PLASTUNING	5,90	29,50
99	05	Unidade	Luva 100mm esgoto	PLASTILIT	2,50	12,50
100	05	Unidade	Joelho 50mm esgoto	PLASTILIT	1,30	6,50

## MATERIAIS DE PINTURA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
102	04	Unidade	Rolo de lã 10cm com cabo	ORION	4,30	17,20
107	04	Unidade	Pincel nº 2"	ROMA	3,70	14,80
110	11	Unidade	Fixador de cal	JUNTALIDER	0,90	9,90
118	10	Unidade	Bandeja para pintura	ROMA	4,50	45,00

## FERRAGENS/FERRAMENTAS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁ- RIO R\$	VALOR TOTAL R\$
120	45	Unidade	Parafuso bitola 6mm com bucha	NEOFIX	0,10	4,50
121	45	Unidade	Parafuso bitola 8mm com bucha	NEOFIX	0,15	6,75
122	45	Unidade	Parafuso bitola 10mm com bucha	NEOFIX	0,15	6,75
125	02	Unidade	Cabo para pá	MONFORT	7,50	15,00
126	02	Unidade	Cabo para enxada	MONFORT	7,50	15,00
128	03	Unidade	Enxada sem cabo	PANDOLFO	12,70	38,10
129	04	Unidade	Pá com cabo reforçado	PANDOLFO	21,00	84,00
130	75	Metro	Corda 15mm	ARTEPLAS	1,80	135,00
131	15	Metro	Corda 10mm	ARTEPLAS	1,25	18,75
135	01	Unidade	Fação para mato em aço carbono 18 polegadas com cabo de polipropileno	TRAMONTINA	18,50	18,50
136	01	Unidade	Cadeado E-30	STAM	12,80	12,80
138	01	Unidade	Cortadeira com cabo em madeira	PANDOLFO	18,50	18,50
141	03	Unidade	Lima para motosserra	NICHOLSON	5,60	16,80
142	01	Unidade	Trena 5m	DISMA	9,20	9,20
143	01	Unidade	Machado com cabo em madeira	PANDOLFO	44,00	44,00
145	01	Unidade	Pé de cabra em ferro 60cm	PANDOLFO	20,33	20,33
TOTAL						13.243,31
(Treze mil duzentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos)						

Vanguarda Materiais de Construção Ltda – ME  
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁ- RIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	10	Unidade	Argamassa 20Kg	CERTA ACI	7,50	75,00
04	10	Saco	Cal fino – 20kg	PAVIN	9,50	95,00
06	06	Pacote	Prego 17 x 27 - kg	GERDAU	7,49	44,94
07	06	Pacote	Prego 18 x 36 - kg	GERDAU	7,70	46,20
12	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 6mm	ISDRALIT	41,60	457,60
26	11	Unidade	Barra de ferro 5/16mm com 12 metros	BELGO/GER- DAU	16,38	180,18
55	03	Unidade	Goiva de fibrocimento 6mm	ISDRALIT	29,99	89,97

## MATERIAIS ELÉTRICOS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁ- RIO R\$	VALOR TOTAL R\$
58	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – preto	RCM PREMIUM	0,58	64,96
59	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – azul	RCM PREMIUM	0,58	64,96
60	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – verde	RCM PREMIUM	0,58	64,96
61	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – vermelho	RCM PREMIUM	0,58	64,96
66	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – preto	RCM PREMIUM	1,92	215,04
67	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – azul	RCM PREMIUM	1,92	215,04
68	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – verde	RCM PREMIUM	1,92	215,04
69	02	Rolo	Fita isolante 10 metros	ENERBRAS	3,00	6,00
71	05	Unidade	Tomada + 1 chave embutir	MECTRONIC	8,70	43,50
72	05	Unidade	Tomada + 2 chaves embutir	MECTRONIC	10,00	50,00
73	05	Unidade	Tomada embutir 10A	MECTRONIC	5,60	28,00
74	05	Unidade	Tomada para telefone	MECTRONIC	8,70	43,50
75	05	Unidade	Tomada simples de embutir 20A	MECTRONIC	6,70	33,50
78	05	Unidade	Interruptor 1 tecla	MECTRONIC	6,70	33,50
81	11	Unidade	Lâmpada econômica 25w espiral	MANPLEX	11,80	129,80
82	11	Unidade	Lâmpada econômica 40w espiral	MANPLEX	29,60	325,60
84	22	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	OSRAN	6,70	147,40
85	22	Unidade	Lâmpada Led tubular 18w	MANPLEX	26,40	580,80
86	05	Unidade	Reator 2 x 40v	INTRAL	25,90	129,50
87	10	Unidade	Plafon de PVC C/Soquete de Porcelana	FOXLUZ	3,80	38,00

## MATERIAIS HIDRÁULICOS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁ- RIO R\$	VALOR TOTAL R\$
------	------------	---------	-----------	-------	-------------------------	--------------------

89	03	Unidade	CAP PVC Soldável 25 mm	FORTELEV	0,55	1,65
92	08	Metro	Tubo de PVC 50mm	FORTELEV	5,55	44,40
93	15	Metro	Tubo de PVC 75mm esgoto	FORTELEV	5,75	86,25
95	15	Metro	Tubo de PVC 100mm esgoto	FORTELEV	6,70	100,50
98	05	Unidade	Joelho 100mm esgoto	FORTELEV	3,20	16,00
101	03	Unidade	T 100mm	FORTELEV	6,70	20,10

**MATERIAIS DE PINTURA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
103	04	Unidade	Rolo de lâ 15cm com cabo	ROMA	6,30	25,20

**FERRAGENS/FERRAMENTAS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
123	112	Unidade	Parafuso telheiro	METASUL	0,46	51,52
124	04	Unidade	Pá quadrada com cabo	METASUL	22,00	88,00
127	04	Unidade	Enxada com cabo	METASUL	17,60	70,40
132	03	Unidade	Picareta com cabo	METASUL	41,90	125,70
133	01	Unidade	Martelo de unha com cabo de madeira – 27mm	MANFORT	18,90	18,90
134	01	Unidade	Marreta 2kg	MANFORT	30,80	30,80
137	01	Unidade	Cadeado E-35	3F	15,50	15,50
139	01	Unidade	Fechadura externa	3F	29,50	29,50
140	05	Unidade	Dobradiça 3,5 polegadas	FERCA	2,39	11,95
144	01	Unidade	Fechadura para banheiro	3F	23,90	23,90
						4.243,22
(quatro mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos)						

Irineópolis, 10 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 29/2017 FMS**

Publicação Nº 1486824

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sr. Oneres Lopes - representante da empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP; Sr. Erlon Itamar Binder - representante da empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME; Sr. Rodrigo Borges Silva - representante da empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME deixou de apresentar o credenciamento. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP, Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME e Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda ME pediu desistência de todos os lances do pregão e o representante se retirou da sessão. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sr. Oneres Lopes - representante da empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP; Sr. Erlon Itamar Binder - representante da empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME; Sr. Rodrigo Borges Silva - representante da empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME deixou de apresentar o credenciamento. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Irineópolis Construções Ltda. EPP, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME e Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME e foi constatado que as empresas não apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital. As empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP e Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME não apresentaram os termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial; a empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME não apresentou os cálculos dos índices de liquidez corrente e item 7.2 alínea "b"; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda não apresentou Balanço Patrimonial autenticado

na Junta Comercial do Estado, sendo que a mesma pediu desistência dos lances e se ausentou do restante da sessão. Sendo assim, de acordo com o artigo 48, parágrafo 3º, da Lei 8666/93, abre-se prazo de até 08 dias para apresentação dos documentos em desacordo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017. Foi realizada a análise dos documentos faltantes apresentados pelas empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME, e Vanguarda Materiais de Construção Ltda ME. A empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP entregou os termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial; a empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME entregou o cálculo dos índices de liquidez corrente; a empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda ME alegou que o iniciou as atividades este ano, não possuindo por isso termo de encerramento, alegação aceita por parecer contábil anexo. Todos os documentos foram aceitos por estarem de acordo com o Edital. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

ANT Industria e Comercio de Tintas Ltda – ME

#### MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
30	04	Quilo	Arame galvanizado nº 20	MISTER	13,90	55,60
31	04	Quilo	Arame recozido nº 10	MISTER	6,50	26,00
32	04	Lata	Espuma expansiva 500ml	MISTER	15,50	62,00
34	3	Rolo	Fita para demarcação de área amarela e preta 70cmX200m	ACTIVE	10,50	31,50
53	10	Metro	Tela mosquito 1,2m X 0,50m	MISTER	2,80	28,00

#### MATERIAIS DE PINTURA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
104	04	Unidade	Rolo de lâ 18cm com cabo	ROMA	12,90	51,60
105	04	Unidade	Rolo de lâ 23cm com cabo	ROMA	10,90	43,60
106	04	Unidade	Rolo de espuma 18cm com cabo	MISTER	6,70	26,80
108	04	Unidade	Pincel nº 3"	MISTER	6,45	25,80
109	18	Saco	Cal pronto para pintura – saco com 08 kg	MAXCAL	5,00	90,00
111	38	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 3,6L	LUZ E COR	44,90	1.706,20
112	38	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 18L	LUZ E COR	204,90	7.786,20
113	38	Lata	Tinta esmalte sintético com 3,6L	CIACOLLOR	49,00	1.862,00
114	10	Lata	Solvente para tintas e vernizes 900 ml	ANJOS	8,50	85,00
115	10	Lata	Aguarrás 900 ml	ANJOS	8,50	85,00
116	10	Lata	Massa corrida 3,6L	LUZ E COR	12,00	120,00
117	10	Lata	Massa corrida 900ml	LUZ E COR	5,00	50,00
119	01	Rolos	Fita crepe adesiva 18mmx50m	ADERE	2,90	2,90

#### MATERIAIS DE LIMPEZA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
146	15	Par	Luva de raspa – curta – vários tamanhos	KOCH	9,90	148,50
147	15	Par	Luva de raspa cano longo – vários tamanhos	KOCH	11,50	172,50
148	15	Par	Luva de couro – vários tamanhos	KOCH	11,50	172,50
149	15	Par	Luva de borracha – vários tamanhos	CONFORT	3,60	54,00
150	15	Par	Luva de látex para limpeza – vários tamanhos	CONFORT	3,50	52,50
151	7	Par	Bota de borracha cano longo – vários tamanhos	IMBRSEG	36,90	258,30
152	7	Par	Botina bico de aço – vários tamanhos	954	39,00	273,00
153	9	Par	Botina de couro com solado reforçado – vários tamanhos	954	39,00	351,00
154	5	Unidade	Vassoura para grama com no mínimo 18 dentes e cabo de madeira	NACIONAL	17,00	85,00

TOTAL 13.705,50

(Treze mil setecentos e cinco reais e cinquenta centavos)

Irineópolis Construções Ltda – EPP

#### MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	02	Unidade	Adesivo plástico 17 G	PLASTILIT	2,50	5,00
03	45	Saco	Cimento 50kg	VOTORAN	22,90	1.030,50
05	33	Saco	Cal hidratado -20kg	BELA VISTA	7,50	247,50



08	06	Pacote	Prego 22 x 42 - kg	GERDAU	7,55	45,30
09	06	Pacote	Prego telheiro com 01kg – 18 x 30	SERRANA	10,50	63,00
10	2.250	Unidade	Tijolo 6 furos tamanho 9 x 14 x 24 – grande	PECH	0,49	1.102,50
11	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 5mm	MULTILIT	31,80	349,80
13	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 6mm	MULTILIT	22,90	251,90
14	04	Unidade	Chapa de compensado naval 10mm	NAVAL 10MM	49,00	196,00
15	112	Unidade	Goiva de barro de 1ª qualidade	1ª QUALIDADE	2,60	291,20
16	45	Metro	Ripa 1 x 2 de pinheiro	PINHEIRO	2,08	93,60
17	50	Metro	Ripa 2,5 x 5 de pinheiro	PINHEIRO	4,40	220,00
18	50	Metro	Ripão 5 x 5 de pinheiro	PINHEIRO	3,40	170,00
19	11	Unidade	Tabua 0,20 x 3,00m de pinheiro	PINHEIRO	20,89	229,79
20	11	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinheiro	PINHEIRO	26,90	295,90
21	11	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinus	PINUS	14,30	157,30
22	11	Unidade	Tabua 0,25 x 3,00m de pinus	PINUS	13,44	147,84
23	11	Unidade	Caibro 3 x 4 x 3m de pinheiro	PINHEIRO	20,20	222,20
24	11	Unidade	Caibro 2 x 4 x 4m de pinheiro	PINHEIRO	23,78	261,58
25	11	Unidade	Barra de ferro 4,2mm com 12 metros	VOTORAÇO	5,25	57,75
27	11	Unidade	Barra de ferro 3/8mm com 12 metros	VOTORAÇO	25,90	284,90
28	11	Unidade	Barra de ferro 5/8mm com 12 metros	VOTORAÇO	70,00	770,00
29	11	Unidade	Barra de ferro 1/4mm com 12 metros	VOTORAÇO	11,90	130,90
33	02	Caixa	Massa para calafetar 350g	KRONA	6,75	13,50
35	05	Unidade	Capa de chuva adulto em PVC forrada	MORCEGO	18,90	94,50
36	05	Unidade	Protetor auditivo tipo concha	PROSAFETW	18,00	90,00
37	05	Unidade	Óculos de Proteção em Acrílico Incolor	KALIPSO	4,90	24,50
38	10	Unidade	Lápis carpinteiro	FABER CASTEL	1,50	15,00
39	05	Unidade	Fita veda rosca 18mmX50m	PLASTILIT	4,90	24,50
40	25	Metro	Pestana	PESTANA	8,90	222,50
41	100	Metro²	Forro PVC	REAL PVC	11,80	1.180,00
42	100	Metro²	Forro de madeira - pinus	PINUS	9,90	990,00
43	100	Metro	Meia cana de PVC	REAL PVC	2,90	290,00
44	100	Metro	Meia cana de madeira - pinus	PINUS	1,25	125,00
45	500	Unidade	Telha romana	INDIANA	1,00	500,00
46	01	Unidade	Carrinho de mão de metal - reforçado	CAMPEÃO	89,00	89,00
47	01	Unidade	Desingripante	MUNDIAL	6,90	6,90
48	05	Unidade	Lamina de serra de aço flexível com 24 dentes, 12	NICHONSON	2,90	14,50
49	02	Unidade	Disco de corte 4 polegadas	ILDER	5,40	10,80
50	02	Unidade	Disco de corte 2 polegadas	ILDER	6,70	13,40
51	01	Unidade	Porta de madeira almofadada – interna	ALMOFADA	73,00	73,00
52	01	Unidade	Batente de porta em madeira	MADEIRA	88,00	88,00
54	03	Unidade	Coluna de ferro 7X14	VOTORAÇO	57,00	171,00
56	50	Metro²	Piso P14	LUNA/CERAL	12,90	645,00

## MATERIAIS ELÉTRICOS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
57	2	Unidade	Disjuntor trifásico 60A	ELETROMAR	65,00	130,00
62	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – preto	IGUAÇU	0,79	88,48
63	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – azul	IGUAÇU	0,79	88,48
64	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – verde	IGUAÇU	0,79	88,48
65	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – vermelho	IGUAÇU	0,79	88,48
70	02	Rolo	Fita isolante 20 metros	DECORLUX	4,80	9,60
76	05	Unidade	Tomada sobrepor	MEKTRONIC	4,40	22,00
77	05	Unidade	Interruptor sobrepor	MEKTRONIC	3,80	19,00
79	05	Unidade	Interruptor 2 teclas	MEKTRONIC	7,00	35,00
80	05	Unidade	Interruptor + tomada embutir	MEKTRONIC	8,20	41,00
83	11	Unidade	Lâmpada econômica 60w espiral	MAMPLEX	53,80	591,80
88	10	Unidade	Soquete cebolinha	LUMIBRAS	1,30	13,00

## MATERIAIS HIDRÁULICOS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
90	03	Unidade	CAP PVC Soldável 75 mm	PLASTILIT	4,30	12,90

91	27	Metro	Tubo de PVC 25mm	PLASTILIT	1,70	45,90
94	15	Metro	Tubo de PVC 50mm esgoto	PLASTILIT	4,10	61,50
96	11	Unidade	Joelho 25mm	PLASTILIT	0,25	2,75
97	05	Unidade	Sifão para pia	PLASTUNING	5,90	29,50
99	05	Unidade	Luva 100mm esgoto	PLASTILIT	2,50	12,50
100	05	Unidade	Joelho 50mm esgoto	PLASTILIT	1,30	6,50

## MATERIAIS DE PINTURA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
102	04	Unidade	Rolo de lã 10cm com cabo	ORION	4,30	17,20
107	04	Unidade	Pincel nº 2"	ROMA	3,70	14,80
110	11	Unidade	Fixador de cal	JUNTALIDER	0,90	9,90
118	10	Unidade	Bandeja para pintura	ROMA	4,50	45,00

## FERRAGENS/FERRAMENTAS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
120	45	Unidade	Parafuso bitola 6mm com bucha	NEOFIX	0,10	4,50
121	45	Unidade	Parafuso bitola 8mm com bucha	NEOFIX	0,15	6,75
122	45	Unidade	Parafuso bitola 10mm com bucha	NEOFIX	0,15	6,75
125	02	Unidade	Cabo para pá	MONFORT	7,50	15,00
126	02	Unidade	Cabo para enxada	MONFORT	7,50	15,00
128	03	Unidade	Enxada sem cabo	PANDOLFO	12,70	38,10
129	04	Unidade	Pá com cabo reforçado	PANDOLFO	21,00	84,00
130	75	Metro	Corda 15mm	ARTEPLAS	1,80	135,00
131	15	Metro	Corda 10mm	ARTEPLAS	1,25	18,75
135	01	Unidade	Facão para mato em aço carbono 18 polegadas com cabo de polipropileno	TRAMONTINA	18,50	18,50
136	01	Unidade	Cadeado E-30	STAM	12,80	12,80
138	01	Unidade	Cortadeira com cabo em madeira	PANDOLFO	18,50	18,50
141	03	Unidade	Lima para motosserra	NICHOLSON	5,60	16,80
142	01	Unidade	Trena 5m	DISMA	9,20	9,20
143	01	Unidade	Machado com cabo em madeira	PANDOLFO	44,00	44,00
145	01	Unidade	Pé de cabra em ferro 60cm	PANDOLFO	20,33	20,33
TOTAL						13.243,31
(Treze mil duzentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos)						

Vanguarda Materiais de Construção Ltda – ME

## MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	10	Unidade	Argamassa 20Kg	CERTA ACI	7,50	75,00
04	10	Saco	Cal fino – 20kg	PAVIN	9,50	95,00
06	06	Pacote	Prego 17 x 27 - kg	GERDAU	7,49	44,94
07	06	Pacote	Prego 18 x 36 - kg	GERDAU	7,70	46,20
12	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 6mm	ISDRALIT	41,60	457,60
26	11	Unidade	Barra de ferro 5/16mm com 12 metros	BELGO/GERDAU	16,38	180,18
55	03	Unidade	Goiva de fibrocimento 6mm	ISDRALIT	29,99	89,97

## MATERIAIS ELÉTRICOS

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
58	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – preto	RCM PREMIUM	0,58	64,96
59	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – azul	RCM PREMIUM	0,58	64,96
60	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – verde	RCM PREMIUM	0,58	64,96
61	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – vermelho	RCM PREMIUM	0,58	64,96
66	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – preto	RCM PREMIUM	1,92	215,04
67	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – azul	RCM PREMIUM	1,92	215,04
68	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – verde	RCM PREMIUM	1,92	215,04
69	02	Rolo	Fita isolante 10 metros	ENERBRAS	3,00	6,00
71	05	Unidade	Tomada + 1 chave embutir	MECTRONIC	8,70	43,50
72	05	Unidade	Tomada + 2 chaves embutir	MECTRONIC	10,00	50,00

73	05	Unidade	Tomada embutir 10A	MECTRONIC	5,60	28,00
74	05	Unidade	Tomada para telefone	MECTRONIC	8,70	43,50
75	05	Unidade	Tomada simples de embutir 20A	MECTRONIC	6,70	33,50
78	05	Unidade	Interruptor 1 tecla	MECTRONIC	6,70	33,50
81	11	Unidade	Lâmpada econômica 25w espiral	MANPLEX	11,80	129,80
82	11	Unidade	Lâmpada econômica 40w espiral	MANPLEX	29,60	325,60
84	22	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	OSRAN	6,70	147,40
85	22	Unidade	Lâmpada Led tubular 18w	MANPLEX	26,40	580,80
86	05	Unidade	Reator 2 x 40v	INTRAL	25,90	129,50
87	10	Unidade	Plafon de PVC C/Soquete de Porcelana	FOXLUZ	3,80	38,00

**MATERIAIS HIDRÁULICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
89	03	Unidade	CAP PVC Soldável 25 mm	FORTELEV	0,55	1,65
92	08	Metro	Tubo de PVC 50mm	FORTELEV	5,55	44,40
93	15	Metro	Tubo de PVC 75mm esgoto	FORTELEV	5,75	86,25
95	15	Metro	Tubo de PVC 100mm esgoto	FORTELEV	6,70	100,50
98	05	Unidade	Joelho 100mm esgoto	FORTELEV	3,20	16,00
101	03	Unidade	T 100mm	FORTELEV	6,70	20,10

**MATERIAIS DE PINTURA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
103	04	Unidade	Rolo de lâ 15cm com cabo	ROMA	6,30	25,20

**FERRAGENS/FERRAMENTAS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
123	112	Unidade	Parafuso telheiro	METASUL	0,46	51,52
124	04	Unidade	Pá quadrada com cabo	METASUL	22,00	88,00
127	04	Unidade	Enxada com cabo	METASUL	17,60	70,40
132	03	Unidade	Picareta com cabo	METASUL	41,90	125,70
133	01	Unidade	Martelo de unha com cabo de madeira – 27mm	MANFORT	18,90	18,90
134	01	Unidade	Marreta 2kg	MANFORT	30,80	30,80
137	01	Unidade	Cadeado E-35	3F	15,50	15,50
139	01	Unidade	Fechadura externa	3F	29,50	29,50
140	05	Unidade	Dobradiça 3,5 polegadas	FERCA	2,39	11,95
144	01	Unidade	Fechadura para banheiro	3F	23,90	23,90
						4.243,22
(quatro mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos)						

Irineópolis, 10 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 29/2017 HMBJ**

Publicação Nº 1486829

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017  
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sr. Oneres Lopes - representante da empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP; Sr. Erlon Itamar Binder - representante da empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME; Sr. Rodrigo Borges Silva - representante da empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME deixou de apresentar o credenciamento. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP, Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME e Konkreta Canoinhas

- Construtora Ltda. ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda ME pediu desistência de todos os lances do pregão e o representante se retirou da sessão. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka; Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017; Sr. Oneres Lopes - representante da empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP; Sr. Erlon Itamar Binder - representante da empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME; Sr. Rodrigo Borges Silva - representante da empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda. ME deixou de apresentar o credenciamento. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Irineópolis Construções Ltda. EPP, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda. ME e Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME e foi constatado que as empresas não apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital. As empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP e Vanguarda Materiais de Construção Ltda. ME não apresentaram os termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial; a empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME não apresentou os cálculos dos índices de liquidez corrente e item 7.2 alínea "b"; a empresa Konkreta Canoinhas - Construtora Ltda não apresentou Balanço Patrimonial autenticado na Junta Comercial do Estado, sendo que a mesma pediu desistência dos lances e se ausentou do restante da sessão. Sendo assim, de acordo com o artigo 48, parágrafo 3º, da Lei 8666/93, abre-se prazo de até 08 dias para apresentação dos documentos em desacordo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 29/2017, Pregão Presencial nº 18/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sr. Lucio Flávio Lima e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 07/2017. Foi realizada a análise dos documentos faltantes apresentados pelas empresas Irineópolis Construções Ltda. EPP, ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME, e Vanguarda Materiais de Construção Ltda ME. A empresa Irineópolis Construções Ltda. EPP entregou os termos de abertura e encerramento do Balanço Patrimonial; a empresa ANT Indústria e Comércio de Tintas Ltda ME entregou o cálculo dos índices de liquidez corrente; a empresa Vanguarda Materiais de Construção Ltda ME alegou que o iniciou as atividades este ano, não possuindo por isso termo de encerramento, alegação aceita por parecer contábil anexo. Todos os documentos foram aceitos por estarem de acordo com o Edital. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

ANT Industria e Comercio de Tintas Ltda – ME

#### MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
30	04	Quilo	Arame galvanizado nº 20	MISTER	13,90	55,60
31	04	Quilo	Arame recozido nº 10	MISTER	6,50	26,00
32	04	Lata	Espuma expansiva 500ml	MISTER	15,50	62,00
34	3	Rolo	Fita para demarcação de área amarela e preta 70cmX200m	ACTIVE	10,50	31,50
53	10	Metro	Tela mosquiteiro 1,2m X 0,50m	MISTER	2,80	28,00

#### MATERIAIS DE PINTURA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
104	04	Unidade	Rolo de lã 18cm com cabo	ROMA	12,90	51,60
105	04	Unidade	Rolo de lã 23cm com cabo	ROMA	10,90	43,60
106	04	Unidade	Rolo de espuma 18cm com cabo	MISTER	6,70	26,80
108	04	Unidade	Pincel nº 3"	MISTER	6,45	25,80
109	18	Saco	Cal pronto para pintura – saco com 08 kg	MAXCAL	5,00	90,00
111	38	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 3,6L	LUZ E COR	44,90	1.706,20
112	38	Lata	Tinta acrílica semibrilho com 18L	LUZ E COR	204,90	7.786,20
113	38	Lata	Tinta esmalte sintético com 3,6L	CIACOLLOR	49,00	1.862,00
114	10	Lata	Solvente para tintas e vernizes 900 ml	ANJOS	8,50	85,00
115	10	Lata	Aguarrás 900 ml	ANJOS	8,50	85,00
116	10	Lata	Massa corrida 3,6L	LUZ E COR	12,00	120,00
117	10	Lata	Massa corrida 900ml	LUZ E COR	5,00	50,00
119	01	Rolos	Fita crepe adesiva 18mmx50m	ADERE	2,90	2,90

#### MATERIAIS DE LIMPEZA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
146	15	Par	Luva de raspa – curta – vários tamanhos	KOCH	9,90	148,50
147	15	Par	Luva de raspa cano longo – vários tamanhos	KOCH	11,50	172,50
148	15	Par	Luva de couro – vários tamanhos	KOCH	11,50	172,50
149	15	Par	Luva de borracha – vários tamanhos	CONFORT	3,60	54,00
150	15	Par	Luva de látex para limpeza – vários tamanhos	CONFORT	3,50	52,50
151	7	Par	Bota de borracha cano longo – vários tamanhos	IMBRSEG	36,90	258,30
152	7	Par	Botina bico de aço – vários tamanhos	954	39,00	273,00

153	9	Par	Botina de couro com solado reforçado – vários tamanhos	954	39,00	351,00
154	5	Unidade	Vassoura para grama com no mínimo 18 dentes e cabo de madeira	NACIONAL	17,00	85,00
TOTAL						13.705,50
(Treze mil setecentos e cinco reais e cinquenta centavos)						

Irineópolis Construções Ltda – EPP  
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	02	Unidade	Adesivo plástico 17 G	PLASTILIT	2,50	5,00
03	45	Saco	Cimento 50kg	VOTORAN	22,90	1.030,50
05	33	Saco	Cal hidratado -20kg	BELA VISTA	7,50	247,50
08	06	Pacote	Prego 22 x 42 - kg	GERDAU	7,55	45,30
09	06	Pacote	Prego telheiro com 01kg – 18 x 30	SERRANA	10,50	63,00
10	2.250	Unidade	Tijolo 6 furos tamanho 9 x 14 x 24 – grande	PECH	0,49	1.102,50
11	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 5mm	MULTILIT	31,80	349,80
13	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 1,22 x 1,10 x 6mm	MULTILIT	22,90	251,90
14	04	Unidade	Chapa de compensado naval 10mm	NAVAL 10MM	49,00	196,00
15	112	Unidade	Goiva de barro de 1ª qualidade	1ª QUALIDADE	2,60	291,20
16	45	Metro	Ripa 1 x 2 de pinheiro	PINHEIRO	2,08	93,60
17	50	Metro	Ripa 2,5 x 5 de pinheiro	PINHEIRO	4,40	220,00
18	50	Metro	Ripão 5 x 5 de pinheiro	PINHEIRO	3,40	170,00
19	11	Unidade	Tabua 0,20 x 3,00m de pinheiro	PINHEIRO	20,89	229,79
20	11	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinheiro	PINHEIRO	26,90	295,90
21	11	Unidade	Tabua 0,30 x 3,00m de pinus	PINUS	14,30	157,30
22	11	Unidade	Tabua 0,25 x 3,00m de pinus	PINUS	13,44	147,84
23	11	Unidade	Caibro 3 x 4 x 3m de pinheiro	PINHEIRO	20,20	222,20
24	11	Unidade	Caibro 2 x 4 x 4m de pinheiro	PINHEIRO	23,78	261,58
25	11	Unidade	Barra de ferro 4,2mm com 12 metros	VOTORAÇO	5,25	57,75
27	11	Unidade	Barra de ferro 3/8mm com 12 metros	VOTORAÇO	25,90	284,90
28	11	Unidade	Barra de ferro 5/8mm com 12 metros	VOTORAÇO	70,00	770,00
29	11	Unidade	Barra de ferro 1/4mm com 12 metros	VOTORAÇO	11,90	130,90
33	02	Caixa	Massa para calafetar 350g	KRONA	6,75	13,50
35	05	Unidade	Capa de chuva adulto em PVC forrada	MORCEGO	18,90	94,50
36	05	Unidade	Protetor auditivo tipo concha	PROSAFETW	18,00	90,00
37	05	Unidade	Óculos de Proteção em Acrílico Incolor	KALIPSO	4,90	24,50
38	10	Unidade	Lápis carpinteiro	FABER CASTEL	1,50	15,00
39	05	Unidade	Fita veda rosca 18mmX50m	PLASTILIT	4,90	24,50
40	25	Metro	Pestana	PESTANA	8,90	222,50
41	100	Metro²	Forro PVC	REAL PVC	11,80	1.180,00
42	100	Metro²	Forro de madeira - pinus	PINUS	9,90	990,00
43	100	Metro	Meia cana de PVC	REAL PVC	2,90	290,00
44	100	Metro	Meia cana de madeira - pinus	PINUS	1,25	125,00
45	500	Unidade	Telha romana	INDIANA	1,00	500,00
46	01	Unidade	Carrinho de mão de metal - reforçado	CAMPEÃO	89,00	89,00
47	01	Unidade	Desingripante	MUNDIAL	6,90	6,90
48	05	Unidade	Lamina de serra de aço flexível com 24 dentes, 12"	NICHONSON	2,90	14,50
49	02	Unidade	Disco de corte 4 polegadas	ILDER	5,40	10,80
50	02	Unidade	Disco de corte 2 polegadas	ILDER	6,70	13,40
51	01	Unidade	Porta de madeira almofadada – interna	ALMOFADA	73,00	73,00
52	01	Unidade	Batente de porta em madeira	MADEIRA	88,00	88,00
54	03	Unidade	Coluna de ferro 7X14	VOTORAÇO	57,00	171,00
56	50	Metro²	Piso P14	LUNA/CERAL	12,90	645,00

## MATERIAIS ELÉTRICOS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
57	2	Unidade	Disjuntor trifásico 60A	ELETROMAR	65,00	130,00
62	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – preto	IGUAÇU	0,79	88,48
63	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – azul	IGUAÇU	0,79	88,48



64	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – verde	IGUAÇU	0,79	88,48
65	112	Metro	Fio flexível 2,5mm – vermelho	IGUAÇU	0,79	88,48
70	02	Rolo	Fita isolante 20 metros	DECORLUX	4,80	9,60
76	05	Unidade	Tomada sobrepor	MEKTRONIC	4,40	22,00
77	05	Unidade	Interruptor sobrepor	MEKTRONIC	3,80	19,00
79	05	Unidade	Interruptor 2 teclas	MEKTRONIC	7,00	35,00
80	05	Unidade	Interruptor + tomada embutir	MEKTRONIC	8,20	41,00
83	11	Unidade	Lâmpada econômica 60w espiral	MAMPLEX	53,80	591,80
88	10	Unidade	Soquete cebolinha	LUMIBRAS	1,30	13,00

## MATERIAIS HIDRÁULICOS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
90	03	Unidade	CAP PVC Soldável 75 mm	PLASTILIT	4,30	12,90
91	27	Metro	Tubo de PVC 25mm	PLASTILIT	1,70	45,90
94	15	Metro	Tubo de PVC 50mm esgoto	PLASTILIT	4,10	61,50
96	11	Unidade	Joelho 25mm	PLASTILIT	0,25	2,75
97	05	Unidade	Sifão para pia	PLASTUNING	5,90	29,50
99	05	Unidade	Luva 100mm esgoto	PLASTILIT	2,50	12,50
100	05	Unidade	Joelho 50mm esgoto	PLASTILIT	1,30	6,50

## MATERIAIS DE PINTURA

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
102	04	Unidade	Rolo de lã 10cm com cabo	ORION	4,30	17,20
107	04	Unidade	Pincel nº 2"	ROMA	3,70	14,80
110	11	Unidade	Fixador de cal	JUNTALIDER	0,90	9,90
118	10	Unidade	Bandeja para pintura	ROMA	4,50	45,00

## FERRAGENS/FERRAMENTAS

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
120	45	Unidade	Parafuso bitola 6mm com bucha	NEOFIX	0,10	4,50
121	45	Unidade	Parafuso bitola 8mm com bucha	NEOFIX	0,15	6,75
122	45	Unidade	Parafuso bitola 10mm com bucha	NEOFIX	0,15	6,75
125	02	Unidade	Cabo para pá	MONFORT	7,50	15,00
126	02	Unidade	Cabo para enxada	MONFORT	7,50	15,00
128	03	Unidade	Enxada sem cabo	PANDOLFO	12,70	38,10
129	04	Unidade	Pá com cabo reforçado	PANDOLFO	21,00	84,00
130	75	Metro	Corda 15mm	ARTEPLAS	1,80	135,00
131	15	Metro	Corda 10mm	ARTEPLAS	1,25	18,75
135	01	Unidade	Facão para mato em aço carbono 18 polegadas com cabo de polipropileno	TRAMONTINA	18,50	18,50
136	01	Unidade	Cadeado E-30	STAM	12,80	12,80
138	01	Unidade	Cortadeira com cabo em madeira	PANDOLFO	18,50	18,50
141	03	Unidade	Lima para motosserra	NICHOLSON	5,60	16,80
142	01	Unidade	Trena 5m	DISMA	9,20	9,20
143	01	Unidade	Machado com cabo em madeira	PANDOLFO	44,00	44,00
145	01	Unidade	Pé de cabra em ferro 60cm	PANDOLFO	20,33	20,33
TOTAL						13.243,31
(Treze mil duzentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos)						

Vanguarda Materiais de Construção Ltda – ME

## MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	10	Unidade	Argamassa 20Kg	CERTA ACI	7,50	75,00
04	10	Saco	Cal fino – 20kg	PAVIN	9,50	95,00
06	06	Pacote	Prego 17 x 27 - kg	GERDAU	7,49	44,94
07	06	Pacote	Prego 18 x 36 - kg	GERDAU	7,70	46,20
12	11	Unidade	Chapa para cobertura de amianto 2,44 x 1,10 x 6mm	ISDRALIT	41,60	457,60
26	11	Unidade	Barra de ferro 5/16mm com 12 metros	BELGO/GERDAU	16,38	180,18
55	03	Unidade	Goiva de fibrocimento 6mm	ISDRALIT	29,99	89,97

**MATERIAIS ELÉTRICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
58	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – preto	RCM PREMIUM	0,58	64,96
59	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – azul	RCM PREMIUM	0,58	64,96
60	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – verde	RCM PREMIUM	0,58	64,96
61	112	Metro	Fio flexível 1,5mm – vermelho	RCM PREMIUM	0,58	64,96
66	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – preto	RCM PREMIUM	1,92	215,04
67	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – azul	RCM PREMIUM	1,92	215,04
68	112	Metro	Fio flexível 6,0mm – verde	RCM PREMIUM	1,92	215,04
69	02	Rolo	Fita isolante 10 metros	ENERBRAS	3,00	6,00
71	05	Unidade	Tomada + 1 chave embutir	MECTRONIC	8,70	43,50
72	05	Unidade	Tomada + 2 chaves embutir	MECTRONIC	10,00	50,00
73	05	Unidade	Tomada embutir 10A	MECTRONIC	5,60	28,00
74	05	Unidade	Tomada para telefone	MECTRONIC	8,70	43,50
75	05	Unidade	Tomada simples de embutir 20A	MECTRONIC	6,70	33,50
78	05	Unidade	Interruptor 1 tecla	MECTRONIC	6,70	33,50
81	11	Unidade	Lâmpada econômica 25w espiral	MANPLEX	11,80	129,80
82	11	Unidade	Lâmpada econômica 40w espiral	MANPLEX	29,60	325,60
84	22	Unidade	Lâmpada fluorescente 40w	OSRAN	6,70	147,40
85	22	Unidade	Lâmpada Led tubular 18w	MANPLEX	26,40	580,80
86	05	Unidade	Reator 2 x 40v	INTRAL	25,90	129,50
87	10	Unidade	Plafon de PVC C/Soquete de Porcelana	FOXLUZ	3,80	38,00

**MATERIAIS HIDRÁULICOS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
89	03	Unidade	CAP PVC Soldável 25 mm	FORTELEV	0,55	1,65
92	08	Metro	Tubo de PVC 50mm	FORTELEV	5,55	44,40
93	15	Metro	Tubo de PVC 75mm esgoto	FORTELEV	5,75	86,25
95	15	Metro	Tubo de PVC 100mm esgoto	FORTELEV	6,70	100,50
98	05	Unidade	Joelho 100mm esgoto	FORTELEV	3,20	16,00
101	03	Unidade	T 100mm	FORTELEV	6,70	20,10

**MATERIAIS DE PINTURA**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
103	04	Unidade	Rolo de lã 15cm com cabo	ROMA	6,30	25,20

**FERRAGENS/FERRAMENTAS**

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
123	112	Unidade	Parafuso telheiro	METASUL	0,46	51,52
124	04	Unidade	Pá quadrada com cabo	METASUL	22,00	88,00
127	04	Unidade	Enxada com cabo	METASUL	17,60	70,40
132	03	Unidade	Picareta com cabo	METASUL	41,90	125,70
133	01	Unidade	Martelo de unha com cabo de madeira – 27mm	MANFORT	18,90	18,90
134	01	Unidade	Marreta 2kg	MANFORT	30,80	30,80
137	01	Unidade	Cadeado E-35	3F	15,50	15,50
139	01	Unidade	Fechadura externa	3F	29,50	29,50
140	05	Unidade	Dobradiça 3,5 polegadas	FERCA	2,39	11,95
144	01	Unidade	Fechadura para banheiro	3F	23,90	23,90

4.243,22

(quatro mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos)

Irineópolis, 10 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 49/2017**

Publicação Nº 1486670

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 49/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 25/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 49/2017, Pregão Presencial nº 25/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sr. Lucio Flávio Lima, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda - ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Waldemar Werle Junior - representante da empresa Protec Livraria e Papelaria Saber Ltda ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Luis Kaminski ME, Papelaria São Bento Ltda - ME, Fenix Informática e Telefonia Ltda ME, Protec Livraria e Papelaria Saber Ltda ME e Máxima Atacadista Eireli ME, as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento da proposta. Os representantes das empresas não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 49/2017, Pregão Presencial nº 25/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sr. Lucio Flávio Lima, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Luis Kaminski - representante da empresa Luis Kaminski ME; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda - ME; Sr. Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Mueller - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Waldemar Werle Junior - representante da empresa Protec Livraria e Papelaria Saber Ltda ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Luis Kaminski ME, Papelaria São Bento Ltda - ME, Fenix Informática e Telefonia Ltda ME e Máxima Atacadista Eireli ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 7 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe.

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Protec Livraria e Papelaria Saber Ltda ME e foi constatado que a empresa deixou de apresentar o documento constante do item 7, subitem 7.2, alínea "b" do Edital, sendo considerada INABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Fenix Informática e Telefonia Ltda

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
56	810	Resma	Papel Sulfite A4 branco 210 x 297mm - Resma com 500 folhas	Rino	14,90	12.069,00
67	07	Un	Pen Drive 8 GB	Sandisk	25,15	176,05
Total R\$ 12.245,05 (doze mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos)						

Luis Kaminski – ME

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
07	1.290	Unidade	Bastão de cola quente fina (7,2mm x 30 cm) - Unidade	Rendi-cola	0,24	309,60
09	320	Unidade	Borracha branca pequena nº 60	Leonora	0,12	38,40
11	370	Unidade	Caderno de linguagem com 48 folhas capa fina	Jandaia	0,80	296,00
21	790	Unidade	Cartoplex branco tamanho mínimo 66 x 50 cm	Vmp	0,65	513,50
22	670	Unidade	Cartoplex colorido tamanho mínimo 66 x 50 cm	Offpaper	0,65	435,50
27	121	Frasco	Cola branca líquida lavável embalagem com 1 litro	Frama	4,98	602,58
34	1.280	Unidade	E.V.A. diversas cores tamanho mínimo 45 x 60cm	Dubflex	0,98	1.254,40
39	74	Rolo	Fita dupla face estreita 12mm x 30 m	Adelbras	2,66	196,84
43	15	Unidade	Grampeador médio reforçado para grampo 26/6 – para 50 folhas no mínimo	Grampli-ne	19,70	295,50
48	938	Un	Lápis Preto Nº 2 de madeira de boa qualidade	Leonora	0,22	206,36
58	12	Pacote	Papel Vergê pacote com 50 folhas colorido – cor salmão	Sistem	8,95	107,40
63	103	Un	Pasta com grampo trilho em papelão colorido tamanho A4	Frama	0,98	100,94
78	22	Unidade	Tesoura Grande em aço inox resistente	Brw	4,00	88,00
96	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor preto	Sul brasil	58,49	350,94
97	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor laranja	Sul brasil	58,49	350,94
98	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor rosa	Sul brasil	58,49	350,94

99	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor lilás	Sul brasil	58,49	350,94
100	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor verde claro	Sul brasil	58,49	350,94
Total R\$ 6.199,72 (seis mil cento e noventa e nove reais e setenta e dois centavos)						

## Maxima Atacadista Eireli

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	13	Unidade	Almofada para carimbo nº 03 preta	Radex	3,10	40,30
04	01	Unidade	Apagador para quadro branco	Radex	3,40	3,40
05	20	Unidade	Apontador para lápis com reservatório	Jocar	0,69	13,80
08	20	Unidade	Bloco autoadesivo 76mm x 102mm cor amarelo com 100 folhas	Lyke	2,15	43,00
13	106	Unidade	Caixa para arquivo morto de plástico	Alaplast	3,38	358,28
14	685	Un	Caneta esferográfica azul ponta média esfera de tungstênio	Carim- brás	0,45	308,25
15	360	Un	Caneta esferográfica preta ponta média esfera de tungstênio	Carim- brás	0,45	162,00
16	335	Un	Caneta esferográfica vermelha ponta média esfera de tungstênio	Carim- brás	0,45	150,75
17	81	Unidade	Caneta marca texto amarela	Master- print	0,96	77,76
19	1.030	Unidade	Cartolina colorida tamanho mínimo 65 x 50 cm	Alo form	0,38	391,40
20	1.030	Unidade	Cartolina branca tamanho mínimo 65 x 50 cm	Alo form	0,44	453,20
29	119	Tubos	Cola para E.V.A com 25 gramas	Radex	2,02	240,38
30	02	Estojo	DVD com 100 unidades	Elgin	58,50	117,00
31	120	Unidade	Envelope cor branca tamanho 34 cm x 24 cm	Envopel	0,27	32,40
32	120	Unidade	Envelope cor branca tamanho 25 cm x 18,5 cm	Envopel	0,18	21,60
38	496	Unidade	Fita crepe branca 19mm x 50m	Sicad	2,19	1.086,24
42	132	Caixa	Giz de Cera grande atóxico - caixa com 12 cores	Pirati- ninga	2,20	290,40
44	10	Caixas	Grampo galvanizado para grampeador 26/6 com 5000 unidades – prata	Master- print	1,96	19,60
45	04	Caixas	Grampo trilho de metal com 50 jogos	Jocar	7,41	29,64
46	05	Caixas	Grampo trilho de plástico com 50 jogos	Dello	7,98	39,90
47	30	Unidade	Lápis borracha	Faber castell	2,30	69,00
49	123	Caixa	Lápis de Cor com 12 unidades tamanho grande, de boa qualidade	Labra	4,00	492,00
51	07	Unidade	Molha dedo 12g	Radex	1,24	8,68
54	285	Un	Papel crepom cores amarelo, verde bandeira e vermelho	Vmp	0,69	196,65
55	01	Caixa	Papel fotográfico A4 180gr com 50 folhas	Master- print	13,07	13,07
59	75	Unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com canaleta tamanho A4	Dac	1,57	117,75
60	155	Unidade	Pasta arquivo em plástico transparente com grampo trilho tamanho A4	Polibrás	1,08	167,40
61	05	Unidade	Pasta catálogo com 100 envelopes plástico	Dac	14,29	71,45
62	06	Unidade	Pasta catálogo com 50 envelopes plástico	Dac	9,41	56,46
64	160	Unidade	Pasta plástica transparente com elástico para documentos A4	Dac	1,35	216,00
65	54	Unidade	Pasta plástica 40mm cores variadas	Alaplast	2,33	125,82
66	32	Caixas	Percevejos 50 Unidades	Jocar	1,88	60,16
69	290	Unidade	Pincel Atômico cores diversas	Jocar	1,62	469,80
70	120	Un	Pincel nº 6	Leonora	0,98	117,60
71	120	Un	Pincel nº 8	Leonora	1,00	120,00
72	120	Un	Pincel nº 10	Leonora	1,03	123,60
74	34	Unidade	Pistola cola quente pequena com tomada grande reforçada e cabo/fio com no mínimo 0,80 cm	Jocar	13,43	456,62
75	850	Unidade	Plástico transparente reforçado com 04 furos para pastas de arquivo tamanho A4	Dac	0,10	85,00
79	50	Unidade	Tesoura pequena escolar em aço inox sem ponta resistente	Jocar	1,10	55,00
90	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor branco	MJ Textil	58,49	350,94
91	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor vermelho	MJ Textil	58,49	350,94
92	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor verde	MJ Textil	58,49	350,94
93	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor amarelo	MJ Textil	58,49	350,94
94	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor azul	MJ Textil	58,49	350,94
95	06	Rolo	TNT com 50 metros na cor marrom	MJ Textil	58,49	350,94
101	13	Frasco	Tinta preta para carimbo automático 30 ml	Radex	2,91	37,83

Total R\$ 9.044,83 (nove mil quarenta e quatro reais e oitenta e três centavos)

**Papelaria São Bento Ltda – EPP**

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	32	Caixa	Alfinete colorido com cabeça, caixa com no mínimo 50 unidades	Brw	1,80	57,60
03	02	Unidade	Apagador com reservatório para giz	Souza	3,15	6,30
06	220	Unidade	Apontador para lápis sem reservatório	Cis	0,16	35,20
10	210	Unidade	Caderno brochurão 96 folhas capa fina	Paname- ricana	2,00	420,00
12	71	Unidade	Caixa para arquivo morto de papelão	Sampa	1,55	110,05
18	85	Unidade	Caneta para E.V.A. nas cores preto, vermelho e azul	Maripel	2,08	176,80
23	07	Caixa	Clips para papel nº 0 – caixa com 500 gramas	New	6,05	42,35
24	07	Caixa	Clips para papel nº 3 – caixa com 500 gramas	New	6,05	42,35
25	08	Caixa	Clips para papel nº 6 com 500 gramas	New	6,05	48,40
26	09	Caixa	Clips para papel nº 8 com 500 gramas	New	6,05	54,45
28	185	Frasco	Cola branca líquida lavável frasco com 90 gramas	Pirati- ninga	0,99	183,15
33	120	Unidade	Envelope cor branca tipo ofício	Foroni	0,08	9,60
35	12	Unidade	Extrator de grampo galvanizado tipo espátula	Cavia	0,75	9,00
36	117	Unidade	Fita Adesiva transparente 12mm com no mínimo 40 metros	Polo	0,68	79,56
37	231	Unidade	Fita Adesiva transparente 48mm com no mínimo 45 metros	Polo	2,30	531,30
40	10	Caixas	Giz Branco antialérgico caixa com no mínimo 55 unidades	Delta	1,55	15,50
41	10	Caixas	Giz Colorido antialérgico caixa com no mínimo 55 unidades	Delta	2,03	20,30
50	561	Pote	Massinha de Modelar base amido – pote de 150 gramas cada, não tóxica. Composição: água, carboidrato de cereais, glúten, cloreto de sódio, propil parabeno, aroma, aditivos e pigmentos, cores: azul, amarelo, rosa, branco, verde e vermelho.	Acrilex	3,74	2.098,14
52	08	Rolo	Papel Contact colorido auto adesivo 25 metros x 450mm	Polifix	77,90	623,20
53	13	Rolos	Papel Contact transparente auto adesivo 25 metros x 450mm	Polifix	44,70	581,10
57	73	Resma	Papel Sulfite A4 colorido 210 x 297 mm - Resma com 500 folhas	Chamex	19,60	1.430,80
68	08	Unidade	Perfurador médio reforçado – para 50 folhas no mínimo	Gennes	49,45	395,60
73	375	Unidade	Pincel para quadro branco	Jocar	1,93	723,75
76	08	Unidade	Prancheta de madeira tamanho A4	Souza	3,46	27,68
77	190	Unidade	Régua Plástica com 30 cm	Walleu	0,48	91,20
80	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor azul	Pirati- ninga	2,18	50,14
81	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor amarelo	Pirati- ninga	2,18	50,14
82	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor verde	Pirati- ninga	2,18	50,14
83	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor preto	Pirati- ninga	2,18	50,14
84	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor branco	Pirati- ninga	2,18	50,14
85	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor marrom	Pirati- ninga	2,18	50,14
86	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor rosa	Pirati- ninga	2,18	50,14
87	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor laranja	Pirati- ninga	2,18	50,14
88	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor creme	Pirati- ninga	2,18	50,14
89	23	Pote	Tinta Guache pote com 250 ml cor vermelha	Pirati- ninga	2,18	50,14

Total R\$ 8.314,78 (oito mil trezentos e quatorze reais e setenta e oito centavos)

Irineópolis 02 de janeiro de 2018

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 56/2017**

Publicação Nº 1486691

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017



# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

## VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Muelles - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio Eireli EPP. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Paraná Foods Comércio Eireli EPP, Máxima Atacadista Eireli ME e Papelaria São Bento Ltda ME, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Muelles - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio Eireli EPP. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Papelaria São Bento Ltda ME, Lech & Cia Ltda e Máxima Atacadista Eireli ME; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Paraná Foods Comércio Eireli ME apresentou a documentação do item 7, subitem 7.3, alínea "b" em desacordo com o solicitado no edital, sendo considerada INABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Lech & Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	248	Galão	Água mineral com 20 litros	TREZE TI-LHAS	9,50	2.356,00
07	610	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	CHEMIX	4,62	2.818,20
78	50	Rolo	Papel Lençol Branco – Rolo – 70 cm x 50 metros	DELICATE	25,54	1.277,00
80	1500	Pacote	Papel toalha bronze, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.250 folhas	TA NA MAO	8,81	13.215,00
TOTAL R\$ 19.666,20 (dezenove mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)						

## Maxima Atacadista Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
05	1.840	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	BELLA DONA	2,19	4.029,60
06	100	Galão	Água sanitária, hipoclorito de sódio e água. teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p. princípio ativo: hipoclorito de sódio. produto a base de cloro, embalagem com 5 litros	BELLA DONA	8,98	898,00
15	30	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	ARQPLAST	8,17	245,10
23	06	Unidade	Conjunto com 4 lixeiras seletivas (papel, plástico, metal e orgânico), com no mínimo 50 litros cada para coleta seletiva em polipropileno com tampa vai e vem, com suporte para fixação das lixeiras em aço carbono contra corrosão	PLASVALE	668,00	4.008,00
32	150	Galão	Detergente líquido para louça. Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem plástica de 5 litros.	BELLA DONA	14,74	2.211,00
35	1403	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada. Embalagem com 03 unidades.	BETTANIN	1,79	2.511,37
43	25	Unidade	Flanela para limpeza, com no mínimo 30x40cm.	MARTINS	2,11	52,75
44	40	Pacote	Fralda descartável tam M com no mínimo 44 unidades	ANJINHO	31,90	1.276,00
45	40	Pacote	Fralda descartável tam G com no mínimo 39 unidades	ANJINHO	30,90	1.236,00
46	40	Pacote	Fralda descartável tam GG com no mínimo 32 unidades	ANJINHO	33,80	1.352,00

54	50	Pacote	Lenço umedecido infantil pct com 300 unidades	ANJINHO	11,28	564,00
58	22	Unidade	Lixeira com pedal em polipropileno cor branca, capacidade de 30 litros	PLASUTIL	72,40	1.592,80
65	40	Caixa	Luva de procedimento vinil, COM AMIDO DE MILHO, não estéril. Produto confeccionado a base de resina sintética de vinil, grau alimentício, descartável, ambidestras, hipoalergênicas. Isenta de soldas possibilita conforto, sensibilidade tátil e flexibilidade e permite proteção no contato com respingos de produtos químicos. Pulverizadas internamente com amido de milho. Caixa com 100 unidades	VA BENE	21,90	876,00
67	1500	Frasco	Multi Uso com 500 ml	BELLA DONA	2,69	4.035,00
73	150	Unidade	Pano para limpeza multiuso 35 x 29 cm	MARTINS	1,72	258,00
75	400	Fardo	Papel higiênico - embalagem com 64 rolos de 60 metros	DELLY	64,88	25.952,00
81	600	Pacote	Papel toalha branca, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.250 folhas	PLUFY	8,98	5.388,00
96	40	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	CANADA	6,38	255,20
98	40	Unidade	Rodo grande de madeira de boa qualidade com 60 cm de largura com 2 borrachas	CANADA	14,56	582,40
101	250	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatode sódio. embalagem de 1Kg	ULTRA CLASS	4,99	1.247,50
102	200	Unidade	Sabonete glicerinado 40gr	FRANCIS	2,79	558,00
103	140	Galão	Sabonete líquido, aspecto líquido físico, aroma erva-doce, acidez neutro-PH, aplicação toucador. Galão de 5 litros.	BELLA DONA	21,45	3.003,00
104	100	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 15 litros/3kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 39 x 58 cm.	IDEAL	9,40	940,00
106	100	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 50 litros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.	IDEAL	21,40	2.140,00
107	140	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 litros/20kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	IDEAL	44,90	6.286,00
108	20	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 150 litros, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 90 x 105 cm	IDEAL	79,00	1.580,00
111	620	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	SANY	3,84	2.380,80
115	01	Unidade	Suporte para copos descartáveis ( 150-200ml)	EMBRAST	28,50	28,50
116	01	Unidade	Suporte para papel toalha de banheiro	PANDOLFO	18,46	18,46
121	50	Pacote	Touca descartável de TNT cor branca resistente com 2 elásticos pacote com 100 unidades	VA BENE	14,45	722,50
124	13	Unidade	Vassoura nylon 30 cm, cerda média, com cabo de madeira	CANADA	9,08	118,04
TOTAL R\$ 76.346,02 (setenta e seis mil trezentos e quarenta e seis reais e dois centavos)						

## Papellaria São Bento Ltda – EPP

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
09	02	Frascos	Álcool gel, embalagem 500g	TUPI	6,27	12,54
10	130	Frasco	Amaciante de roupas com 02 litros	VERDESAN	5,08	660,40
18	20	Frasco	Cera líquida 05 litros preparado a base de emulsão de polietileno, resina termoplástica, plastificante, resina acrílica, coadjuvante, solvente, conservantes, atenuador de espuma, corante e fragrância	VERDESAN	19,68	393,60
24	460	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades.	BOMPACK	3,78	1.738,80
29	1070	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros.	VERDESAN	4,98	5.328,60
30	150	Galão	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem com 5 litros.	VERDESAN	9,29	1.393,50

31	1553	Fras-co	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	ZAWASKI	1,45	2.251,85
33	25	Unidade	Escova para vaso sanitário, cabo plástico e cerdas sintéticas, com suporte.	COLOMBINA	7,28	182,00
34	35	Unidade	Escova oval de mão plástica	COLOMBINA	3,58	125,30
36	165	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	SANI	1,78	293,70
37	155	Unidade	Esponja de aço inoxidável com 8 gramas, Produto fabricado em aço inox com fio 0,10mm. Não enferruja, não solta fuligens. Produto especial para brilho em louças de alumínio.	ZAWASKI	1,79	277,45
41	100	Un	Filtro permanente para café nº 105, composição aro 100% polipropileno, tela 100% poliéster.	COAR	5,00	500,00
55	254	Fras-co	Limpa vidros – embalagem com 500 ml	WORKEN	2,48	629,92
57	12	Unidade	Lixeira com pedal em polipropileno cor branca, capacidade de 50 litros	PLASVALE	85,50	1.026,00
59	20	Unidade	Lixeira com tampa em polipropileno cor cinza capacidade de 100 litros	PLASVALE	118,32	2.366,40
63	250	Par	Luva Multiuso de Latex, com palma antiderrapante, forrada com flocos de algodão, cor amarela tamanho P, M e G	VOLK	4,20	1.050,00
64	300	Par	Luva Nitrílica tamanhos P, M e G	VOLK	8,00	2.400,00
66	200	Pacote	Maço de fósforo com 10 caixas com 40 palitos	GLUX	2,48	496,00
68	140	Galão	Multi uso 5 litros, composição: ácido dodecil benzeno sulfônico, tripolifosato de sódio, acetato de butil glicol, essência, corante, hidróxido de sódio 50% e isotiazolinona.	VERDESAN	14,18	1.985,20
70	35	Unidade	Pá de lixo plástica	COLOMBINA	2,78	97,30
72	400	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	MARTINS	3,38	1.352,00
77	24	Fardo	Papel higiênico, embalagem com 12 rolos de 60 metros	TOPY	8,99	215,76
82	20	Lata	Pasta cristal rosa embalagem com 500gr	ROSA	2,98	59,60
84	200	Unidade	Pedra sanitária 40gr	SANI	1,48	296,00
94	50	Rolo	Plástico para alimentos 5kg 28X42cm c/100 unidades	SABENSUL	5,28	264,00
95	50	Rolo	Plástico para alimentos de 7kg com 100 unidades	SABENSUL	8,84	442,00
97	310	Unidade	Rodo de espuma 25 cm com fibra abrasiva cor verde cabo e estrutura do rodo em madeira, espuma de alta densidade grossa	COLOMBINA	8,78	2.721,80
100	110	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAWASKI	5,28	580,80
105	100	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 litros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	SABENSUL	18,79	1.879,00
109	20	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 200 litros, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 90 x 120 cm	SABENSUL	104,98	2.099,60
110	400	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	MARTINS	4,58	1.832,00
117	02	Jogo	Tapetes para banheiro - jogo	JUNIOR	42,72	85,44
119	60	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão, medidas mínimas 49x80cm	BEIRA RIO	6,28	376,80
123	130	Unidade	Vassoura com cerdas piaçava sintética plumada, cabo de madeira ou metal resistente, altura mínima 1,40 m, largura mínima 5 cm, profundidade mínima 23 cm, de excelente qualidade	CONDOR	9,49	1.233,70
125	13	Unidade	Vassoura cerda de pelo sintético, 30 cm, com cabo de madeira.	COLOMBINA	8,54	111,02
TOTAL R\$ 36.758,08 (trinta e seis mil setecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos)						

Irineópolis 05 de janeiro de 2018

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 56/2017 FMAS**

Publicação Nº 1486794

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papeleria São Bento Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Muelles - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio Eireli EPP. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Paraná Foods Comércio Eireli EPP, Máxima Atacadista Eireli ME e Papeleria São Bento Ltda ME, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papeleria São Bento Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Muelles - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio Eireli EPP. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Papeleria São Bento Ltda ME, Lech & Cia Ltda e Máxima Atacadista Eireli ME; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Paraná Foods Comércio Eireli ME apresentou a documentação do item 7, subitem 7.3, alínea "b" em desacordo com o solicitado no edital, sendo considerada INABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Lech & Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
07	40	Litro	Álcool etílico hidratado 46,2% embalagem 1 litro	CHEMIX	4,62	184,80
Total R\$ 184,80 (cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)						

Maxima Atacadista Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
05	40	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	BELLA DONA	2,19	87,60
15	05	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	ARQPLAST	8,17	40,85
35	20	Unidade	Esponha dupla-face multi-uso Esponha dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bicolor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada. Embalagem com 03 unidades.	BETTANIN	1,79	35,80
81	100	Pacote	Papel toalha branca, interfolhas, 100% de fibras celulósicas, tamanho 20x21cm, 2 dobras, pacote com no mínimo 1.250 folhas	PLUFY	8,98	898,00
96	05	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	CANADA	6,38	31,90
101	30	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonatado sódio. embalagem de 1Kg	ULTRA CLASS	4,99	149,70
106	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 50 litros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.	IDEAL	21,40	1.070,00
107	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 100 litros/20kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 75 x 105 cm.	IDEAL	44,90	2.245,00
108	50	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 150 litros, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 90 x 105 cm	IDEAL	79,00	3.950,00
124	05	Unidade	Vassoura nylon 30 cm, cerda média, com cabo de madeira	CANADA	9,08	45,40
TOTAL R\$ 8.554,25 (oito mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)						

Papeleria São Bento Ltda – EPP



Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
09	40	Frascos	Álcool gel, embalagem 500g	TUPI	6,27	250,80
31	30	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	ZAWASKI	1,45	43,50
50	100	Pacote	Guardanapo grande – embalagem com 50 unidades	BOB	1,76	176,00
51	100	pacote	Guardanapo pequeno – embalagem com 50 unidades	BOB	1,09	109,00
63	10	Par	Luva Multiuso de Latex, com palma antiderrapante, forrada com flocos de algodão, cor amarela tamanho P, M e G	VOLK	4,20	42,00
66	20	Pacote	Maço de fósforo com 10 caixas com 40 palitos	GLUX	2,48	49,60
77	120	Fardo	Papel higiênico, embalagem com 12 rolos de 60 metros	TOPY	8,99	1.078,80
79	50	Pacote	Papel toalha branco com 02 rolos com 60 toalhas 22x20cm	BOB	2,98	149,00
100	15	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAWASKI	5,28	79,20
105	60	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 litros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	SABENSUL	18,79	1.127,40
110	20	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	MARTINS	4,58	91,60
TOTAL R\$ 3.196,90 (três mil cento e noventa e seis reais e noventa centavos)						

Irineópolis 05 de janeiro de 2018

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 56/2017 FMS**

Publicação Nº 1486770

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Muelles - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio Eireli EPP. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Paraná Foods Comércio Eireli EPP, Máxima Atacadista Eireli ME e Papelaria São Bento Ltda ME, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Muelles - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio Eireli EPP. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Papelaria São Bento Ltda ME, Lech & Cia Ltda e Máxima Atacadista Eireli ME; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Paraná Foods Comércio Eireli ME apresentou a documentação do item 7, subitem 7.3, alínea "b" em desacordo com o solicitado no edital, sendo considerada INABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Lech &amp; Cia Ltda



Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
02	20	Tubo	Adesivo instantâneo universal 3gr	TRIBON- DER	3,14	62,80
03	130	Galão	Água mineral com 20 litros	TREZE TILHAS	9,50	1.235,00
04	50	Galão	Água mineral com 5 litros	TREZE TILHAS	6,50	325,00
76	140	Fardo	Papel higiênico – embalagem com 12 rolos de 100 metros	MILLI	16,19	2.266,60
TOTAL R\$ 3.889,40 (três mil oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos)						

## Maxima Atacadista Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
05	200	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo:2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	BELA DONA	2,19	438,00
06	10	Galão	Água sanitária, hipoclorito de sódio e água. teor de cloro ativo:2,0% a 2,5% p/p. princípio ativo: hipoclorito de sódio. produto a base de cloro, embalagem com 5 litros	BELLA DONA	8,98	89,80
15	15	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	ARQPLAST	8,17	122,55
25	800	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 180 ml - Pacote com 100 unidades	CRISTAL	3,48	2.784,00
26	50	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 50 ml - Pacote com 100 unidades.	CRISTAL	2,09	104,50
32	10	Galão	Detergente líquido para louça. Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e painéis, aroma neutro. Embalagem plástica de 5 litros.	BELLA DONA	14,74	147,40
35	120	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bico-lor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada. Embalagem com 03 unidades.	BETTANIN	1,79	214,80
48	08	Unidade	Garrafa térmica 1 litro	SOPRANO	27,90	223,20
73	40	Unidade	Pano para limpeza multiuso 35 x 29 cm	MARTINS	1,72	68,80
96	30	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	CANADA	6,38	191,40
101	70	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonato-de sódio. embalagem de 1Kg	ULTRA CLASS	4,99	349,30
111	60	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	SANY	3,84	230,40
124	35	Unidade	Vassoura nylon 30 cm, cerda média, com cabo de madeira	CANADA	9,08	317,80
TOTAL R\$ 5.281,95 (cinco mil duzentos e oitenta e um reais e noventa e cinco centavos)						

## Papeleria São Bento Ltda – EPP

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
10	30	Frasco	Amaciante de roupas com 02 litros	VERDESAN	5,08	152,40
11	10	Frasco	Amaciante de roupas floral 5 litros, composição: alcoolceto estearílico, cloreto cetil trimetil amônio, essência e isotiazolinona.	VERDESAN	13,18	131,80
12	100	Unidade	Aparelho de barbear 02 lâminas revestidas de cromo e platina com cabo deslizante	BIC	1,98	198,00
18	10	Frasco	Cera líquida 05 litros preparado a base de emulsão de polietileno, resina termoplástica, plastificante, resina acrílica, coadjuvante, solvente, conservantes, atenuador de espuma, corante e fragrância	VERDESAN	19,68	196,80
19	40	Frasco	Cera líquida incolor 750ml.	RUBI	5,08	203,20
24	100	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 200 ml - Pacote com 100 unidades.	BOMPACK	3,78	378,00
29	120	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 2 litros.	VERDESAN	4,98	597,60
30	10	Galão	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Componente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem com 5 litros.	VERDESAN	9,29	92,90

31	260	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	ZAWASKI	1,45	377,00
36	30	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	SANI	1,78	53,40
37	20	Unidade	Esponja de aço inoxidável com 8 gramas, Produto fabricado em aço inox com fio 0,10mm. Não enferruja, não solta fuligens. Produto especial para brilho em louças de alumínio.	ZAWASKI	1,79	35,80
52	30	Frasco	Inseticida aerossol 300ml.	RAID	8,99	269,70
55	25	Frasco	Limpa vidros – embalagem com 500 ml	WORKEN	2,48	62,00
56	10	Galão	Limpa vidros 5 litros, composição: butil glicol, etanol, essência, corante e lauril éter sulfato de sódio.	VERDESAN	15,28	152,80
63	100	Par	Luva Multiuso de Latex, com palma antiderrapante, forrada com flocos de algodão, cor amarela tamanho P, M e G	VOLK	4,20	420,00
66	30	Pacote	Maço de fósforo com 10 caixas com 40 palitos	GLUX	2,48	74,40
68	10	Galão	Multi uso 5 litros, composição: ácido dodecil benzeno sulfônico, tripolifosfato de sódio, acetato de butil glicol, essência, corante, hidróxido de sódio 50% e isotiazolínona.	VERDESAN	14,18	141,80
69	50	Frasco	Odorizador de ar 360ml	ULTRA FLES-CH	7,78	389,00
72	20	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	MARTINS	3,38	67,60
79	40	Pacote	Papel toalha branco com 02 rolos com 60 toalhas 22x20cm	BOB	2,98	119,20
84	280	Unidade	Pedra sanitária 40gr	SANI	1,48	414,40
93	220	Rolo	Plástico para alimentos 3kg 28X28cm c/100 unidades	SABENSUL	3,68	809,60
94	40	Rolo	Plástico para alimentos 5kg 28X42cm c/100 unidades	SABENSUL	5,28	211,20
97	50	Unidade	Rodo de espuma 25 cm com fibra abrasiva cor verde cabo e estrutura do rodo em madeira, espuma de alta densidade grossa	COLOMBINA	8,78	439,00
100	30	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAWASKI	5,28	158,40
110	100	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medidas mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	MARTINS	4,58	458,00
119	30	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão, medidas mínimas 49x80cm	BEIRA RIO	6,28	188,40
TOTAL R\$ 6.792,40 (seis mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)						

Irineópolis 05 de janeiro de 2018  
Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

## ATA RP PROC 56/2017 HMBJ

Publicação Nº 1486811

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Muelles - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio Eireli EPP. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Paraná Foods Comércio Eireli EPP, Máxima Atacadista Eireli ME e Papelaria São Bento Ltda ME, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.

Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 56/2017, Pregão Presencial nº 30/2017, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra.

Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Luiz Amarildo Muelles - representante da empresa Máxima Atacadista Eireli ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa Paraná Foods Comércio Eireli EPP. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Papelaria São Bento Ltda ME, Lech & Cia Ltda e Máxima Atacadista Eireli ME; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Paraná Foods Comércio Eireli ME apresentou a documentação do item 7, subitem 7.3, alínea "b" em desacordo com o solicitado no edital, sendo considerada INABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Lech & Cia Ltda

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	12	Pacote	Absorvente higiênico – pct com 08 unidades	INTIMUS	4,00	48,00
16	08	Par	Bota de borracha – cor branca – diversos tamanhos	VULCABRAZ	31,41	251,28
17	10	Par	Botina – diversos tamanhos	SAAD	52,66	526,60
27	20	Unidade	Copo em vidro, capacidade para 200ml	NADIR	1,79	35,80
42	48	Caixa	Filtro de papel nº 103 – com 30 unidades.	BRIGITA	2,42	116,16
122	02	Unidade	Travessa em vidro, com capacidade para 03 litros	MARINEX	29,00	58,00
TOTAL R\$ 1.035,84 (um mil trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)						

#### Maxima Atacadista Eireli

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
05	150	Litro	Água sanitária, Hipoclorito de Sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% A 2,5% P/P. Princípio ativo: Hipoclorito de sódio. Produto a base de cloro, frasco de 1 litro	BELA DONA	2,19	328,50
14	06	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 09 litros.	ARQPLAST	6,30	37,80
15	06	Unidade	Balde plástico reforçado, com alça de metal, capacidade 15 litros.	ARQPLAST	8,17	49,02
25	250	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 180 ml - Pacote com 100 unidades	CRISTAL	3,48	870,00
26	200	Pacote	Copo descartável de plástico resistente para água, capacidade 50 ml - Pacote com 100 unidades.	CRISTAL	2,09	418,00
35	30	Unidade	Esponja dupla-face multi-uso Esponja dupla-face multi-uso, 100x71x20mm, bico-lor: lado verde de fibra abrasiva para limpeza mais difícil e lado amarelo de esponja macia para limpeza mais delicada. Embalagem com 03 unidades.	BETTANIN	1,79	53,70
38	02	Unidade	Faca para cortar carne, lâmina reta, em aço inox.	TRAMONTINA	12,95	25,90
39	10	Unidade	Faca com serrilha na borda, em aço inox.	DI SOLLE	5,99	59,90
43	40	Unidade	Flanela para limpeza, com no mínimo 30x40cm.	MARTINS	2,11	84,40
48	04	Unidade	Garrafa térmica 1 litro	SOPRANO	27,90	111,60
54	24	Pacote	Lenço umedecido infantil pct com 300 unidades	ANJINHO	11,28	270,72
62	12	Frasco	Lustra móveis – frasco com 200ml.	WORKER	3,27	39,24
85	30	Pacote	Pilha AA4, pequena, embalagem com 04 unidades.	ELGIN	5,70	171,00
86	20	Pacote	Pilha C2, média, embalagem com 04 unidades.	ELGIN	5,50	110,00
87	60	Pacote	Pilha AAA, embalagem com 04 unidades.	ELGIN	3,70	222,00
90	10	Unidade	Pote com tampa, capacidade de 1000ml.	PLASVALE	11,60	116,00
96	34	Unidade	Rodo duplo 40 cm, composição: pigmento e matéria sintética. Borracha EVA	CANADA	6,38	216,92
98	12	Unidade	Rodo grande de madeira de boa qualidade com 60 cm de largura com 2 borrachas	CANADA	14,56	174,72
101	30	Pacote	Sabão em pó: Composição: Tensoativo aniônico, Tamponantes Coadjuvante, Branqueador Óptico, corantes, Alvejante, fragrância. Contém Alquil benzeno sulfonato de sódio. embalagem de 1Kg	ULTRA CLASS	4,99	149,70
104	80	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 15 litros/3kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 39 x 58 cm.	IDEAL	9,40	752,00
106	200	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 50 litros/10kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 63 x 80 cm.	IDEAL	21,40	4.280,00
108	150	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 150 litros, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 90 x 105 cm	IDEAL	79,00	11.850,00
111	50	Frasco	Saponáceo líquido embalagem de 300g	SANY	3,84	192,00
124	06	Unidade	Vassoura nylon 30 cm, cerda média, com cabo de madeira	CANADA	9,08	54,48
TOTAL R\$ 20.637,60 (vinte mil seiscentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)						

#### Papelaria São Bento Ltda – EPP

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
08	150	Unidade	Álcool etílico hidratado 92,2 INPM embalagem 1 litro	TUPI	6,25	937,50

10	200	Frasco	Amaciante de roupas com 02 litros	VERDESAN	5,08	1.016,00
12	200	Unidade	Aparelho de barbear 02 lâminas revestidas de cromo e platina com cabo desli- zante	BIC	1,98	396,00
13	12	Unidade	Aparelho elétrico para insetos	RAID	9,48	113,76
20	02	Unidade	Colher para alimentos, em aço inox	IKINZI	6,48	12,96
21	30	Unidade	Colher para café, em aço inox.	IKINZI	5,58	167,40
22	20	Unidade	Colher para sopa, em aço inox.	IKINZI	3,99	79,80
28	250	Frasco	Desinfetante: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio, nonilfenol etoxilado, essência, corante e água. Compo- nente Ativo: Cloreto de Didecil Dimetil Amônio / Cloreto de Alquil Amido Propil Dimetil Benzil Amônio a 0.28%. Aroma lavanda, embalagem de 500ml.	ZAWASKI	2,34	585,00
31	250	Frasco	Detergente líquido para louça Características técnicas: composto de tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente Ativo: linear Alquil benzeno sulfonato de sódio. Contém tensoativo biodegradável. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro. Embalagem: Deve estar acondicionado em embalagem plástica de 500ml.	ZAWASKI	1,45	362,50
36	40	Pacote	Esponja de lã de aço- pacotes com 8 unidades	SANI	1,78	71,20
37	20	Unidade	Esponja de aço inoxidável com 8 gramas, Produto fabricado em aço inox com fio 0,10mm. Não enferruja, não solta fuligens. Produto especial para brilho em louças de alumínio.	ZAWASKI	1,79	35,80
40	100	Rolo	Filme PVC para alimentos 28cm x 30m.	SABENSUL	3,68	368,00
47	20	Unidade	Garfo em aço inox	IKINZI	2,99	59,80
52	06	Frasco	Inseticida aerossol 300ml.	RAID	8,99	53,94
53	30	Unidade	Jarra em plástico transparente – 01 litro	PLASMONT	12,78	383,40
55	12	Frasco	Limpa vidros – embalagem com 500 ml	WORKEN	2,48	29,76
63	392	Par	Luva Multiuso de Latex, com palma antiderrapante, forrada com flocos de algo- dão, cor amarela tamanho P, M e G	VOLK	4,20	1.646,40
69	10	Frasco	Odorizador de ar 360ml	ULTRA- FLESCH	7,78	77,80
71	06	Caixa	Palito de dente de madeira	GINA	0,49	2,94
72	30	Unidade	Pano de prato em tecido branco, encorpado e absorvente, 100% algodão, tam. mínimo 70cmx 50cm	MARTINS	3,38	101,40
74	12	Rolo	Papel alumínio 45cm x 7,5m	SABENSUL	3,50	42,00
77	480	Fardo	Papel higiênico, embalagem com 12 rolos de 60 metros	TOPY	8,99	4.315,20
83	30	Unidade	Pastilha refil inseticida para aparelho elétrico, com 12 unidades	RAID	2,49	74,70
84	100	Unidade	Pedra sanitária 40gr	SANI	1,48	148,00
88	15	Unidade	Pote com tampa, capacidade de 300ml.	PLASVALE	5,33	79,95
89	10	Unidade	Pote com tampa, capacidade de 500ml.	PLASVALE	7,94	79,40
91	12	Unidade	Prendedor de roupas em madeira – com 10 unidades	PARANA	1,88	22,56
92	150	Rolo	Plástico para alimentos 2kg com 100 unidades	SABENSUL	3,04	456,00
93	40	Rolo	Plástico para alimentos 3kg 28X28cm c/100 unidades	SABENSUL	3,68	147,20
94	100	Rolo	Plástico para alimentos 5kg 28X42cm c/100 unidades	SABENSUL	5,28	528,00
95	20	Rolo	Plástico para alimentos de 7kg com 100 unidades	SABENSUL	8,84	176,80
100	08	Pacote	Sabão em barra com glicerina neutro, aspecto físico sólido - pacote contendo 5 unidades de 200 gramas cada	ZAWASKI	5,28	42,24
105	600	Pacote	Saco p/ lixo capacidade 30 litros/6kg, super resistente cor preta, pacote com 100 unidades, dimensões mínimas 59 x 62 cm.	SABENSUL	18,79	11.274,00
110	60	Unidade	Saco - Pano de chão alvejado 100% algodão, encorpado e absorvente, – medi- das mínimas comprimento 83cm e largura 60cm	MARTINS	4,58	274,80
112	12	Frasco	Shampoo neutro – embalagem com 350ml	COLORAMA	5,98	71,76
113	10	Frasco	Shampoo neutro infantil – embalagem com 200ml	COLORAMA	7,48	74,80
119	10	Unidade	Toalha de rosto 100% algodão, medidas mínimas 49x80cm	BEIRA RIO	6,28	62,80
120	20	Unidade	Toalha de banho 100% algodão, medidas mínimas 70x130cm	BEIRA RIO	11,98	239,60
126	10	Unidade	Xicara em porcelana, capacidade para 200ml.	OXFORD	9,93	99,30
TOTAL R\$ 24.710,47 (vinte e quatro mil setecentos e dez reais e quarenta e sete centavos)						

Irineópolis 05 de janeiro de 2018

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 63/2017**

Publicação Nº 1486676

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2017





**PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 63/2017, Pregão Presencial nº 32/2017, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Andressa Bendlin, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Alan Jair Rosenscheg - representante da empresa Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda; Sr. Eduardo Bahr Presendo - representante da empresa Revestical Extração e Comércio de Pedras Ltda ME; Sr. Josmar Kerber - representante da empresa Kerber & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda, Revestical Extração e Comércio de Pedras Ltda ME e Kerber & Cia Ltda seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 63/2017, Pregão Presencial nº 32/2017, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues, Sra. Andressa Bendlin, Sr. Reinaldo Stasiak e Sr. Lucio Flávio Lima - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 298/2017; Sr. Alan Jair Rosenscheg - representante da empresa Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda; Sr. Eduardo Bahr Presendo - representante da empresa Revestical Extração e Comércio de Pedras Ltda ME; Sr. Josmar Kerber - representante da empresa Kerber & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda e Kerber & Cia Ltda; e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope contendo os documentos da empresa Revestical Extração e Comércio de Pedras Ltda ME permanece lacrado junto ao Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	20.000	Tonelada	Pedregulho sujo	HOBÍ	18,00	360.000,00
02	20.000	Tonelada	Areia	HOBÍ	27,50	550.000,00
TOTAL R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais)						

Kerber &amp; Cia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
03	20.000	Tonelada	Pedra Brita Tipo bica corrida	Kerber	39,00	780.000,00
TOTAL R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais)						

Irineópolis 02 de janeiro de 2018

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 41/2017 - FMS**

Publicação Nº 1486685

CONTRATO Nº 41/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 31/2016, PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA, A SEREM PRESTADOS NOS LOCAIS INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 3089/2016, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, com sede à Avenida 22 de Julho, 1080, na Cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina - CEP 89440-000, CNPJ nº 06.089.125/0001-16, neste ato representada pela Senhora Giseli Kempinski, no exercício de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado à Avenida 22 de Julho, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 037.800.599-59, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa Centro Oftalmológico Carvalho Ltda, estabelecida na Rua Frei Menandro Kamps, nº 353, sala 03, bairro centro, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP 89.460-000, CNPJ nº 13.369.472/0001-68, pelo seu representante, Sr. Fernando Endler Carvalho, sob nº de CPF 026.401.839-74 e RG 3.118.881 SSP SC, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento para prestação de serviços de hora/máquina, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 09/2016, modalidade Credenciamento nº. 03/2016, e Inexigibilidade nº 04/2016 pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava do Contrato nº. 31/2016, de acordo com o Ofício nº 712/2017 de 18 de dezembro de 2017 da Senhora Giseli Kempinski – Secretária Municipal de Saúde, e deferido em 19 de dezembro de 2017, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até dia 20 de dezembro de 2018.



**CLAUSULA SEGUNDA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 21 de dezembro de 2017.

GISELI KEMPINSKI FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS Contratante	FERNANDO ENDLER CARVALHO CENTRO OFTALMOLÓGICO CARVALHO LTDA Contratado
Testemunhas	

Nome: Géssica Greschechen Nome: Josilaine Montoski

CPF: 072.218.599-57 CPF: 081.276.439-04

**DECRETO Nº 3350/2017-A**

Publicação Nº 1486837

DECRETO Nº. 3.350/2017-A, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA EFEITOS DO DECRETO Nº 3.164/2017, QUE APROVA DESMEMBRAMENTO DE SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, pelo presente,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar desta data, os efeitos do Decreto nº 3.164/2017, com redação dada pelo Decreto nº 3.240/2017, de 28/06/2017, que aprova o desmembramento de solo urbano matriculado no Registro de Imóveis de Porto União, Santa Catarina sob o nº 21.893, de propriedade de MARIO PAULO FRONCZAK e de sua esposa IVETE CARDOSO FRONCZAK, findo o qual referenciado Decreto perderá automaticamente a sua validade.

Art. 2º O Presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 28 de Dezembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 3356/2018**

Publicação Nº 1486787

DECRETO Nº. 3.356/2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2014 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para o cargo de Assistente Técnico Pedagógico;

Considerando a necessidade de convocação de servidores para desenvolver as atividades do cargo, na área da Educação;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 02 (duas) vagas no concurso público n.º 001/2014 para o cargo de Assistente Técnico Pedagógico e autorizado a CONVOCAÇÃO dos (as) candidatos (as) aprovados (as) de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º Os (as) candidatos (as) convocados (as) deverão comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Janeiro de 2018.

LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA

Prefeito Municipal em Exercício.

## DECRETO Nº 3357/2018

Publicação Nº 1486780

DECRETO Nº. 3.357/2018, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE REFORMA/AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI Nº 1.949/2017 DE 13/09/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS em Exercício, cidadão LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a realização de Processo Licitatório do tipo credenciamento, para fins de contratação de serviços de reforma/ampliação ou construção de unidades habitacionais a pessoas carentes, conforme demanda em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1949/2017, de 13/09/2017 e de acordo com a justificativa do Secretário Municipal da Administração.

Art. 2º O edital de credenciamento a ser lançado deverá estabelecer os seguintes requisitos mínimo de habilitação para as pessoas jurídicas interessadas:

#### I - Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou

☐ Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

☐ Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações;

b) Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, de acordo com o modelo constante no Edital.

#### II - Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de Regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), emitida nos termos da Portaria MF nº 358, de 05/09/2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17/10/2014;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

f) Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitido pela Justiça do Trabalho.

#### III - Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício fiscal, conforme especificação detalhada no edital.

#### IV - Qualificação Técnica:

a) Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 Anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (conforme modelo constante no Edital);

b) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, atestando que já prestou serviços do mesmo objeto do credenciamento;

c) Declaração de está ciente e concorda com o acompanhamento e fiscalização das obras, objeto do credenciamento, por engenheiro do setor de engenharia do Município de Irineópolis, inclusive com a emissão de laudos e sugestões.

#### V – Da Fiscalização

a) A fiscalização dos serviços será de responsabilidade do setor de Engenharia do Município, bem como, a emissão de ART, se for necessário.

Art. 3º O edital de credenciamento terá prazo de validade de 01 (um) ano.

Parágrafo único. Cada contrato realizado com as empresas credenciadas terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser renovado, por sucessivos períodos, nos termos do que autoriza o art. 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art. 4º Para fins de definição dos serviços a serem credenciados, ficam definidos os seguintes valores para fins de credenciamento:

Descrição do Serviço	Quantidade/mês	Valor unitário - R\$	Valor R\$ Total
Serviços de reforma/ ampliação ou construção de unidades habitacionais.	02	2.500,00	5.000,00

§ 1º Os valores para fins de credenciamento serão obtidos após pesquisa de preços de mercado realizada pelo beneficiário, com no mínimo 3 (três) proponentes diferentes, devidamente aprovada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Os beneficiários serão selecionados através de investigação e emissão de laudo social, pela Secretaria do Desenvolvimento Comunitário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 09 de Janeiro de 2018.

LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA

Prefeito Municipal.

### EXTRATO CONTRATO Nº 08/2018

Publicação Nº 1486642

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 08/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Adagil Hidráulica e Climatização Ltda EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E CONJUNTOS ESCOLARES PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO.

Valor total R\$ 13.720,00 (treze mil setecentos e vinte reais).

Vigência: 02.01.2018 a 01.01.2019

Base Legal – Processo Licitatório nº 62/2017 – Pregão Presencial nº. 31/2017

Lei 8.666/93 consolidada e Lei 10.520/02

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO Nº 09/2018

Publicação Nº 1486643

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 09/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Paulineia Lottermann Reis ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E CONJUNTOS ESCOLARES PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO.

Valor total R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais).

Vigência: 02.01.2018 a 01.01.2019

Base Legal – Processo Licitatório nº 62/2017 – Pregão Presencial nº. 31/2017

Lei 8.666/93 consolidada e Lei 10.520/02

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 05/2017 FMAS

Publicação Nº 1486775

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Demerson Barbosa 05674608946.

Irineópolis, 02 de janeiro de 2018.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 08/2017 HMBJ**

Publicação Nº 1486573

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: A G Kienen & Cia Ltda; Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Damedí Dambros Comércio de Medicamentos Ltda EPP; Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda; Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda.

Irineópolis, 21 de dezembro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 20/2017 FMS**

Publicação Nº 1486703

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 20/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda; Cointer Material Medico Hospitalar LTDA; Damedí Dambros Comércio de Medicamentos Ltda EPP; Efetive Produtos Médico Hospitalares Ltda ME; Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda e Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli EPP.

Irineópolis, 02 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 21/2017 FMS**

Publicação Nº 1486740

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 21/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Dental Cremer Produtos Odontológicos S.A; Dental Med Equipamento e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda; Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda ME; Dentária e Cirúrgica Mercosul Ltda; Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda; MF de Almeida & Cia Ltda; Odontosul Ltda e Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME.

Irineópolis, 02 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 49/2017**

Publicação Nº 1486650

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 49/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Fenix Informática e Telefonia Ltda; Luis Kaminski – ME; Maxima Atacadista Eireli e Papelaria São Bento Ltda - EPP.

Irineópolis, 02 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 56/2017**

Publicação Nº 1486690

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 56/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Lech & Cia Ltda; Maxima Atacadista Eireli e Papelaria São Bento Ltda - EPP.

Irineópolis, 05 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 62/2017**

Publicação Nº 1486631

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Adagil Hidráulica e Climatização Ltda EPP e Paulineia Lottermann Reis ME.

Irineópolis, 02 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 63/2017**

Publicação Nº 1486674

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda e Kerber & Cia Ltda.

Irineópolis, 02 de janeiro de 2018.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 010/2018**

Publicação Nº 1486785

PORTARIA Nº. 010/2018.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	ROBSON ROBERTO BINDER	08/01 a 22/01/2018
2.	IVETE CARDOSO FRONCZAK	24/01 a 07/02/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 09 de Janeiro de 2018.

LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA

Prefeito Municipal em Exercício.



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017 - HMBJ**

Publicação Nº 1486954

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 01/2017

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 15/01/2018 a 14/01/2019, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando o "CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA, PARA REALIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO NAS INTERNAÇÕES DE PACIENTES DO SUS, NO HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 3345/2017, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 21 de dezembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - FMS**

Publicação Nº 1486673

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

Termo de Rescisão Contratual que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rocio S.A.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de Contratante, e a empresa Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rocio S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.802.348/00014-00, com sede a rua Maria Aparecida de Oliveira, nº 599, Loteamento São Gerônimo, na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, CEP 83.606-177, neste ato representado pelo Senhor Carlos Muller Neto, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar a presente rescisão contratual, com fundamento no artigo 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justa e acertada a presente Rescisão do Contrato nº 32/2017 e o Aditivo nº 39/2017, para "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO HOSPITALAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS ELETIVAS E EXAMES ESPECIALIZADOS ELETIVOS EXCEDENTES AO OFERTADO PELO GESTOR ESTADUAL DO SUS, O QUE OCORRE ATRAVÉS DAS RESPECTIVAS CENTRAIS DE REGULAÇÃO, DESTINADO A POPULAÇÃO DE IRINEÓPOLIS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES", e de acordo com o Ofício nº 996/2017, do Senhor Lademir Fernando Arcari – Secretário Municipal da Administração e deferido em 19 de dezembro de 2017 pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal. Esta Rescisão é feita de comum acordo, na melhor harmonia, dando ao Contratado e ao Contratante recíproca e geral quitação, resolvendo as partes rescindir amigavelmente o Contrato nº 32/2017 e seu Aditivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A rescisão amigável de que trata este instrumento produzirá efeitos a partir de 31.12.2017, sendo que a partir desta data as partes ficarão liberadas de todas as cláusulas do Contrato Original e seu Aditivo, declarando, desde já, o Contratado, que nada tem a reclamar, administrativa ou judicialmente, seja que título for com relação ao Contrato que ora extingue.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 19 de dezembro de 2017.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis GISELI KEMPINSKI Contratante	Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rocio S.A.Responsável CARLOS MULLER NETO Contratada

Testemunhas:

Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04	Nome: Géssica Greschechen CPF: 072.218.599-57
---	--

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2018, INEXIGIBILIDADE N° 001/2018**

Publicação N° 1487317

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 001/2018

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2018

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a todos os interessados que está aberto a Chamada Pública de Pessoas Físicas e Jurídicas para fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para compor a merenda escolar para o primeiro semestre. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 15 de fevereiro de 2018 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 10 de Janeiro de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

# Itapema

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 084 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1487739

DECRETO Nº 84/2017  
Poder Executivo Municipal

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema e Lei Orçamentária Anual – LOA, para 2017, n.º 3.605, de 19 de dezembro de 2017:

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar de R\$ 4.338.853,30 (quatro milhões, trezentos e trinta e oito mil oitocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos), destinado a suplementar as seguintes dotações no Orçamento Municipal vigente:

Órgão/ Unidade	Entidade/Órgão	Funcional Programática	Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Elemento de Despesa	Valor da Suplemen- tação
23.01	Prefeitura Municipal de Itapema/Procuradoria Geral do Município	02.061.0002.2.006	Manutenção dos Serviços Administrativos – Procuradoria Geral	0.1.0000	3.1.90	28.800,00
26.01	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Planejamento Urbano	02.061.0002.2.006	Manutenção dos Serviços Administrativos – Procuradoria Geral	0.1.0000	3.1.90	308.000,00
26.05	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Planejamento Urbano	06.181.0018.2.016	Manutenção dos Serviços Administrativos – TRÂNSITO MUNICIPAL	0.1.0000	3.1.90	32.000,00
26.06	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Planejamento Urbano	16.482.0025.2.056	Manutenção dos Serviços Administrativos de Habitação	0.1.0000	3.1.90	5.000,00
28.04	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Turismo, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico	08.244.0027.2.064	Manutenção dos Serviços Administrativos – Programa Emprego e Renda	0.1.0000	3.1.90	2.950,00
28.05	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Turismo, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico	13.392.0012.2.084	Manutenção dos Serviços Administrativos – Diretoria de Cultura	0.1.0000	3.1.90	5.210,00
29.04	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria Municipal de Educação e Esportes	12.361.0002.2.079	Manutenção dos Recursos do FUNDEB – Ensino Fundamental	0.1.0018	3.1.90	2.532.346,03
29.04	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria Municipal de Educação e Esportes	12.365.0007.2.080	Manutenção dos Recursos do FUNDEB – Educação Infantil	0.1.0018	3.1.90	717.853,34
29.09	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria Municipal de Educação e Esportes	27.812.0014.2.042	Manutenção dos Serviços Administrativos – Secretaria de Esportes e Lazer	0.1.0000	3.1.90	10.000,00
30.11	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Saúde e Assistência Social	08.244.0027.2.062	Manutenção dos Serviços Administrativos – Secretaria de Assistência Social	0.1.0000	3.1.90	53.100,00
15.04	Fundo Municipal de Saúde	10.301.0009.2.113	Administração e Manutenção do FMS – Recursos Próprios	0.1.0002	3.1.90	158.593,93
15.05	Fundo Municipal de Saúde	10.305.0017.2.106	Implementação das Ações de Vigilância Epidemiológica	0.1.0002	3.1.90	140.000,00
15.07	Fundo Municipal de Saúde	10.302.0009.2.108	Manutenção dos Serviços e Atividades de Atenção Especializada – MAC	0.1.0002	3.1.90	300.000,00

31.01	Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema – FAACI	18.542.0010.2.105	Manutenção dos Serviços Administrativos – FAACI	0.1.0000	3.1.90	45.000,00
TOTAL						4.338.853,30

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

a) excesso de arrecadação, no valor de R\$ 1.027.393,93 (um milhão, vinte e sete mil trezentos e noventa e três reais e noventa e três centavos), de acordo com o artigo n.º 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964 e

b) anulação parcial das dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, no valor de R\$ 3.311.459,37 (três milhões, trezentos e onze mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos), de acordo com o artigo n.º 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964:

Órgão/Unidade	Entidade/Órgão	Funcional Programática	Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Elemento de Despesa	Valor da Suplementação
28.04	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Turismo, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico	08.244.0027.2.064	Manutenção dos Serviços Administrativos – Programa Emprego e Renda	0.1.0000	3.3.90	2.950,00
28.05	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Turismo, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico	13.392.0012.2.084	Manutenção dos Serviços Administrativos – Diretoria de Cultura	0.1.0000	3.3.90	5.000,00
28.05	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Turismo, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico	13.392.0012.2.084	Manutenção dos Serviços Administrativos – Diretoria de Cultura	0.1.0000	4.4.90	210,00
29.04	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria Municipal de Educação e Esportes	12.361.0002.2.079	Manutenção dos Recursos do FUNDEB – Ensino Fundamental	0.1.0018	3.3.90	2.532.346,03
29.04	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria Municipal de Educação e Esportes	12.365.0007.2.080	Manutenção dos Recursos do FUNDEB – Educação Infantil	0.1.0018	3.3.90	567.853,34
29.04	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria Municipal de Educação e Esportes	12.365.0007.2.080	Manutenção dos Recursos do FUNDEB – Educação Infantil	0.1.0018	4.4.90	150.000,00
30.11	Prefeitura Municipal de Itapema/Secretaria de Saúde e Assistência Social	08.244.0027.2.062	Manutenção dos Serviços Administrativos – Secretaria de Assistência Social	0.1.0000	3.3.90	53.100,00
TOTAL						3.311.459,37

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 22 de dezembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

Publicação Nº 1487660

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, que em razão do interesse público, de acordo com o disposto no item 20.6 do Edital Convocatório, fica PRORROGADA a abertura do dia 16 de janeiro de 2018 para o dia 23 de janeiro de 2018 as 08h30, DEVIDO A ALTERAÇÃO NA DESCRIÇÃO DOS ITENS 01, 02, 03 E 04 DO ANEXO A DO EDITAL. Informações complementares: o Edital Retificado em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Lauro Schlickmann  
Itapiranga, SC, 10 de Janeiro de 2018.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 03/2018

Publicação Nº 1487193

PORTARIA N.º 03, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Exonera a Servidora ANELISE EICH do Cargo de Diretora Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor...

#### RESOLVE:

Art.1.º EXONERAR a Servidora ANELISE EICH, brasileira, inscrita no CPF sob no 304.805.669-68 e Cédula de Identidade no 710.536, do cargo comissionado de Diretora Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga – SC.

Art.2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário

Itapiranga SC, 10 de janeiro de 2018.

Fábio Hahn  
Presidente da Câmara



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 95/2017 - PLACAS DE SINALIZAÇÃO

Publicação Nº 1487140

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo dia do mês de janeiro de 2018, a partir das 14:20 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, RODRIGO FERNANDES DE SOUZA e ISABELA RAICIK DUTRA POHL nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 95/2017, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando ao representante presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Registra-se que houve entrega de envelope com atraso, desse modo, tendo início da sessão publica as 14h:20min. Após rubricado o envelope de Proposta de Preço e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participantes	
Empresa	Representante
MM SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSERVAÇÃO EIRELI - ME	SERGIO MAIA DE OLIVEIRA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editais, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
MM SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSERVAÇÃO EIRELI - ME	1	R\$ 58.650,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s)

ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 10 de janeiro de 2018.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeiro

RODRIGO FERNANDES DE SOUZA

Membro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Membro

Licitantes:

MM SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSERVAÇÃO EIRELI – ME  
SERGIO MAIA DE OLIVEIRA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2018

Publicação Nº 1487685

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: L & E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - EPP, com sede à Rua Edgar Linhares, nº 770, Galpão 121, Bairro Nova Esperança, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.336-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.915.456/0001-68 e Inscrição Estadual: 256573646, representada neste ato por procurador, o Sr. ARILSON JOSE ALVES, portador do CNPF/MF nº 294.019.099-20 e do CI. RG nº 645370- SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 105/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2017 - PROCESSO Nº 145/2017.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para preparação da Alimentação Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 187.018,50

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 10 de janeiro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2018**

Publicação Nº 1487686

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: LUCAS VALENTE MACIEL - EPP, com sede a Rua Werner Guilherme Gaedke, nº 542, Bairro Cohapar, na cidade de Matinhos/PR, CEP: 83.260-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.600.533/0001-89 e Inscrição Estadual nº 90442582-66, representada neste ato por sócio Sr. LUCAS VALENTE MACIEL, portador do CNPJ/MF nº 046.065.489-67 e do CI. RG nº 9.007.762-7 – SESP/PR.

Licitação: PREGÃO Nº 105/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2017 - PROCESSO Nº 145/2017.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para preparação da Alimentação Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 32.000,00

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 10 de janeiro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2018**

Publicação Nº 1487687

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: OESA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S/A, com sede à Rua Ervin Rux, nº 1.000, Bairro Rio da Luz I, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP: 89.264-600, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.611.931/0001-28 e Inscrição Estadual: 251962130, representada neste ato por procurador, o Sr. EVAN CARLO FEIDEN FARIAS, portador do CNPJ/MF nº 027.029.730-86 e do CI. RG nº 7.192.448 – SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 105/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2017 - PROCESSO Nº 145/2017.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para preparação da Alimentação Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 263.633,00

DATA DA ASSINATURA: 05/01/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Itapoá, 10 de janeiro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

**INSCRIÇÕES DEFERIDAS/INDEFERIDAS – EDITAL Nº 049/2017 CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SAMAMBAIAL.**

Publicação Nº 1487185

INSCRIÇÕES DEFERIDAS/INDEFERIDAS – EDITAL Nº 049/2017  
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SAMAMBAIAL

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

**Ø INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

PROTOCOLO	CANDIDATO
223/2018	Andreia Miriam Andrade de Arruda
189/2018	Adriano dos Santos
199/2018	Camila da Silva Ocker
293/2018	Carina Fiamoncini
285/2018	Cilene Rosilene Bezerra
202/2018	Cristhian Ivan Loureiro
210/2018	Daiane Cristina Brito
269/2018	Giseli dos Santos Tenfen
221/2018	Helen Vanessa Lima Rosa Pereira
278/2018	Isis da Rosa Bolino
201/2018	Ivani Faligurski Silva
257/2018	Joelma da Graça Peres
300/2018	Joana Cadeira da Silva
195/2018	Leia Pesa Lima
287/2018	Rosana Roeder Cardozo
259/2018	Rosalva Monteiro
248/2018	Sabrina da Graça Peres
255/2018	Solange Zawodine Port Nogueira

Ø INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme item 3 - Sub Item 3.3 do referido Edital:

PROTOCOLO	CANDIDATO	MOTIVO
296/2018	Mario Luiz de Araujo	Não apresentou Quitação Eleitoral (sub item 3.3, alínea d)
299/2018	Michele Freitas da Rocha	Não apresentou cópia do Título de Eleitor (sub item 3.3, alínea d)
270/2018	Rosi Mery Faligurski	Não apresentou comprovante de residência nominal (sub item 3.3, alínea f ou g)

Itapoá, 10 de janeiro de 2018

Marciane Rech  
Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima  
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

**TERMO ADITIVO Nº 02/2018**

Publicação Nº 1487483

TERMO ADITIVO Nº 02/2018 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2017. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, Sra. LUIZA

MONTALVÃO DE OLIVEIRA, portadora do CNPF/MF 794.072.939-04, e do CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e de outro lado a Empresa MODELLO CONSTRUTORA LTDA EPP (BMG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP), com sede à Rua Coronel Procópio Gomes, nº 1244, Sala 29, Bairro: Bucarein, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.651.021/0001-84 e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por procurador o Sr. JERSON TRAUTWEIN DI CREDDO portador do CNPF/MF nº 466.759.819-00 e do CI.RG nº 1.743.216 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar o Contrato Administrativo nº 37/2017 para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Centro Educacional para sediar a Escola Municipal Alberto Speck, na localidade do Saí Mirim, compreendendo 740,88m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 05/2017 - PROCESSO Nº 55/2017, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa formalizar a alteração da razão social da empresa MODELLO CONSTRUTORA LTDA EPP constante no preâmbulo do Contrato Administrativo nº 37/2017 para BMG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP, conforme alterações realizadas, devidamente registradas na Junta Comercial do Estado

de Santa Catarina (JUCESC).

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 37/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 37/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 08 de janeiro de 2018.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC MARLON ROBERTO NEUBER PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA BMG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP JERSON TRAUTWEIN DI CREDDO
CONTRATANTE LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas:  Nome: CNPF/MF:	Nome: CPF/MF:

# Jaborá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 1/2018

Publicação Nº 1487547

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 10/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 11/2017

Contrato Administrativo nº: 1/2018.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Valor: O item 1- Combustível Gasolina Comum de R\$ 4,15 para R\$ 4,22 ao litro, item 3 - Combustível Óleo Diesel S10 de R\$ 3,50 para R\$ 3,55 ao litro.

Vigência: 31/12/2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: AUTO POSTO POYER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.461.114/0001-02.

Jaborá, SC, 10 de janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito em Exercício

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 4/2018

Publicação Nº 1487552

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE VALOR DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 29/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 46/2017

Contrato Administrativo nº: 4/2018.

Objeto: FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, COMBUSTÍVEIS E REAGENTE QUE É USADO JUNTAMENTE COM O SISTEMA DE REDUÇÃO CATALÍTICA SELETIVA (SCR) PARA REDUZIR QUIMICAMENTE AS EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITROGÊNIO PRESENTES NOS GASES DE ESCAPE DOS VEÍCULOS A DIESEL, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

Valor: O item 1- Combustível Gasolina Comum de R\$ 4,15 para R\$ 4,22 ao litro, item 3 - Combustível Óleo Diesel S10 de R\$ 3,50 para R\$ 3,55 ao litro e item 4 - Combustível Gasolina Aditivada de R\$ 4,18 para R\$ 4,26 ao litro.

Vigência: 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: AUTO POSTO POYER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.461.114/0001-02.

Jaborá, SC, 10 de janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito em Exercício

### EXTRATO DE CONTINUAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017

Publicação Nº 1487311

MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 6/2017

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 44/2017 – Tomada de Preço nº 6/2017, cujo objeto é ☐CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA E/OU ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM PROJETOS E OBRAS DE REVITALIZAÇÃO/REFORMA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E PROJETOS EXECUTIVOS RELATIVOS À REVITALIZAÇÃO E REFORMA DO ANTIGO "JUVENATO SÃO PASCOAL", fica designado o dia 15 de janeiro de 2018 as 09:00h, no setor de compras e licitações, para dar continuidade a sessão de abertura das propostas Técnicas e Preço e classificação das empresas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

Jaborá, 10 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Comissão de Licitação

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2018

Publicação Nº 1486855

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 21/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 8.074,81 (oito mil e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: CAPINZAL CENTER LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal



**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2018**

Publicação Nº 1486856

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 22/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 5.160,19 (cinco mil cento e sessenta reais e dezenove centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: CAPINZAL CENTER LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2018**

Publicação Nº 1486857

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 23/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2018**

Publicação Nº 1486858

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 24/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 155,50 (cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2018**

Publicação Nº 1486860

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 25/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 2.456,90 (dois mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.985.825/0001-14.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal



**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2018**

Publicação Nº 1486861

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 26/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 2.098,40 (dois mil e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.985.825/0001-14.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2018**

Publicação Nº 1486862

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 27/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 1.398,90 (Hum mil trezentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07814016/0001-87.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2018**

Publicação Nº 1486863

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 28/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 1.003,40 (Hum mil e três reais e quarenta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07814016/0001-87.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2018**

Publicação Nº 1486864

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 29/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 1.544,90 (Hum mil quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2018**

Publicação Nº 1486865

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 30/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 817,20 (oitocentos e dezessete reais e vinte centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Jaborá.

Contratada: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2018**

Publicação Nº 1486866

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 31/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 499,75 (quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: SUPERMERCADO E AÇOUGUE COMPRE MAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 80.141.906/0001-65.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2018**

Publicação Nº 1486867

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 35/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 52/2017.

Contrato Administrativo nº: 32/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, E DEMAIS SECRETARIAS, E PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 334,90 (trezentos e trinta e quatro reais e noventa centavos)

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: SUPERMERCADO E AÇOUGUE COMPRE MAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 80.141.906/0001-65.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2018**

Publicação Nº 1486955

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 36/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 53/2017.

Contrato Administrativo nº: 33/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais)

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: SUPERMERCADO E AÇOUGUE COMPRE MAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 80.141.906/0001-65.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2018**

Publicação Nº 1486956

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 36/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 53/2017.

Contrato Administrativo nº: 34/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2018.

Valor: R\$ 5.580,00 (Cinco mil quinhentos e oitenta reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: ADEMAR SAVOLDI &amp; CIA. LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 85.217.917/0001-03.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2018**

Publicação Nº 1487238

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 54/2017.

Contrato Administrativo nº: 35/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 4.217,60 (quatro mil duzentos e dezessete reais e sessenta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2018**

Publicação Nº 1487239

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 54/2017.

Contrato Administrativo nº: 36/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 2.577,40 (dois mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2018**

Publicação Nº 1487241

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 54/2017.

Contrato Administrativo nº: 37/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 13.756,03 (treze mil setecentos e cinquenta e seis reais e três centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.985.825/0001-14.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2018**

Publicação Nº 1487243

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 54/2017.

Contrato Administrativo nº: 38/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 8.830,00 (oito mil oitocentos e trinta reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.985.825/0001-14.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 39/2018**

Publicação Nº 1487244

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 54/2017.

Contrato Administrativo nº: 39/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 1.944,00 (Um mil novecentos e quarenta e quatro reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: LEO GULIANI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.160.300/0001-05.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2018**

Publicação Nº 1487249

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 54/2017.

Contrato Administrativo nº: 40/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 2.373,00 (dois mil trezentos e setenta e três reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: LEO GULIANI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.160.300/0001-05.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2018**

Publicação Nº 1487251

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 54/2017.

Contrato Administrativo nº: 41/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 20.952,30 (vinte mil novecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.518.341/0001-59.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 42/2018**

Publicação Nº 1487253

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 54/2017.

Contrato Administrativo nº: 42/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 11.282,15 (onze mil duzentos e oitenta e dois reais e quinze centavos)

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.



Contratada: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.518.341/0001-59.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.  
Adelir Manoel Inacio  
Prefeito Municipal em Exercício

## EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2018

Publicação Nº 1487284

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

### EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017  
Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.  
Processo de Licitação Nº: 54/2017.  
Contrato Administrativo nº: 43/2018.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.  
Valor: R\$ 6.701,20 (seis mil setecentos e um reais e vinte centavos).  
Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.  
Contratantes: Município de Jaborá.  
Contratada: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.  
Adelir Manoel Inacio  
Prefeito Municipal em Exercício

## EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2018

Publicação Nº 1487285

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

### EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 37/2017  
Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.  
Processo de Licitação Nº: 54/2017.  
Contrato Administrativo nº: 44/2018.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.  
Valor: R\$ 3.983,23 (três mil novecentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos).  
Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.  
Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.  
Contratada: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83.

Jaborá, SC, 10 de Janeiro de 2018.  
Adelir Manoel Inacio  
Prefeito Municipal em Exercício

## PORTARIA Nº 020/2018

Publicação Nº 1486848

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº 020, de 10 de janeiro de 2018.

REVOGA PORTARIA Nº 013/2018 QUE NOMEOU SERVIDOR PARA O CARGO DE COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor,

### RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a nomeação do servidor VILSON ANTONIO BERNARD, para o cargo em comissão de Coordenador de Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10/01/2018.  
ADELIR MANOEL INÁCIO  
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 11/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

## PORTARIA Nº 021/2018

Publicação Nº 1486869

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 021, de 10 de janeiro de 2018.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDORE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo relacionado, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Orlete Fátima Sarturi - 08/01/2018 à 07/02/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10/01/2018.  
ADELIR MANOEL INÁCIO  
Prefeito Municipal em exercício



Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 11/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

## TERMO DE POSSE

Publicação Nº 1486854

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

### "TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO"

Aos 10 (dez) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, presentes os senhores "Kleber Mércio Nora" e "Adelir Manoel Inácio", e as pessoas que assinam este termo, foi pelo primeiro transmitido ao segundo o cargo de "prefeito Municipal", pelo período de trinta (30) dias, para o gozo de férias regulamentares. Para constar lavrou-se o presente termo, que lido e achado conforme, vai assinado por todos os presentes.

Jaborá (SC), 10 de janeiro de 2018.

TRANSMITENTE -KLEBER MÉRCIO NORA

TRANSMITIDO – ADELIR MANOEL INÁCIO

OBS: O presente termo encontra-se registrado no Livro de Transmissão de cargo de Prefeito e Vice Prefeito.

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 03/2018 PP

Publicação Nº 1486791

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 03/2018 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de peças e serviços mecânicos para manutenção dos ônibus da Secretaria de Educação do município de Jacinto Machado.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 23/01/2018.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 23/01/2018.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. Aldo Brognoli

Prefeito Municipal e/e

### AVISO DA LICITAÇÃO 03/2018 PP FMS

Publicação Nº 1486887

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado  
Fundo Municipal de Saúde

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 03/2018 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de tiras-teste de glicemia para Unidades Básicas de Saúde do Fundo Municipal de Saúde do município de Jacinto Machado.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 11h45min do dia 23/01/2018.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 12h do dia 23/01/2018.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. Francisco de Assis Cardoso Aguiar

Gestor do Fundo

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1486483

ALTERAÇÃO DE DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO (PPP) – PMI 01/2016

A Prefeitura de Jaraguá do Sul, por seu prefeito, o Sr. Antídio Aleixo Lunelli, convida os interessados que, em atendimento a legislação vigente, realizará audiência pública que ocorrerá no dia 29 de janeiro de 2018, às 19 horas, na Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, sito a Rua Getúlio Vargas, 621, Centro, sobre o Chamamento Público – PMI nº 01/2016, cujo objeto é a concessão através de parceria público-privada – PPP da “Infraestrutura Urbana do município de Jaraguá do Sul, tendo por objeto a execução de projetos, implantação, ampliação, melhoramento, reforma, gestão, manutenção e comercialização da infraestrutura urbana”.

O regulamento da audiência pública está disponível no endereço eletrônico [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) no link “licitações”.

Jaraguá do Sul, SC, 09 de janeiro de 2018.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito

# Joaçaba

## PREFEITURA

### CONTINUAÇÃO PL 88/2017/PMJ - CC 06/2017/PMJ

Publicação Nº 1487722

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE CONTINUAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2017/PMJ  
CONCORRÊNCIA Nº 06/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 88/2017/PMJ – concorrência nº 06/2017/PMJ, cujo objeto é “Contratação de Empresa para a conclusão das obras de Construção do Edifício do Centro de Inovação, no Município de Joaçaba, SC.”, a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento da proposta, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 10 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação

### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - TESTE SELETIVO 006/2017

Publicação Nº 1487754

#### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base na Lei Complementar nº 97/2005 TORNA PÚBLICO a Homologação das Inscrições, referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 006/2017 destinado a contratação de pessoal por prazo determinado para os cargos de Técnico em enfermagem do SAMU e Motorista Socorrista do SAMU.

#### 1. DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: TÉCNICO ENFERMAGEM SAMU	
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	Jaqueline Elizaria Tortato Issler
002	Michel Pagno
003	Luciana Bottin
004	Luiz Fernando Fragoso
005	Marceli Leite
006	Idilene Salvadego
007	Makeli Luvison
008	Marcia Maria Bonotto
009	Pablo Ismael Gamba Bejar
010	Ivanir Alves Muller

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	
Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO

001	Valmor Lourenço
002	José Everaldo Tibes
003	Marciano Luiz da Silva
004	Pablo Ismael Gamba Bejar

Joaçaba/SC, em 08 de janeiro de 2018.

Jucelino Jorge Ferraz

Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

### PAUTA DA SESSÃO Nº 089/2018

Publicação Nº 1487683

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

#### PAUTA DA SESSÃO Nº 089/2018

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.935 de 09 de maio de 2016, alterado pelos Decretos nº 4.988/2016 de 01 de setembro de 2016, nº 5.171 de 11 de julho de 2017 e nº 5.244 de 06 de novembro de 2017 torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 23 de janeiro de 2018, terça-feira, com início às 08h e 30 min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação das Atas de nº 105 de 18 de dezembro de 2017 e nº 106 de 19 de dezembro de 2017;
2. Leitura do Acórdão nº 82/2017 relativo ao Processo nº 1.648/2016 em nome de TELESKA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – ME pelo Conselheiro VALDIR PATZLAFF;
3. Leitura do Acórdão nº 83/2017 relativo ao Processo nº 2.873/2017 em nome de TELESKA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – ME pelo Conselheiro MAXUEL MIQUELOTO;
4. Leitura do Acórdão 84/2017 relativo ao Processo nº 2.251/2017 em nome de BRIGITA ILONA KLEINE pelo Conselheiro MAXUEL MIQUELOTO;
5. Leitura do Acórdão nº 85/2017 relativo ao Processo nº 2.658/2017 em nome de CELSO FERRI pelo Conselheiro MARCOS LUIZ COMINI;
6. Leitura do Acórdão nº 86/2017 relativo aos Processos nº101/2017 e nº 102/2017 em nome de GUINDASTES TREVO LTDA EPP elaborado pelo Conselheiro EZEQUIEL DOUGLAS WILBERT;
7. Leitura do Acórdão nº 87/2017 relativo ao Processo nº 1.574/2017 em nome de LUCELIA APARECIDA MERLO pelo Conselheiro MARCOS LUIZ COMINI;
8. Leitura do Acórdão nº 88/2017 relativo ao Processo nº 3.617/2017 em nome de JOAÇABA AUTO LTDA elaborado pelo Conselheiro EZEQUIEL DOUGLAS WILBERT;
9. Leitura, discussão e votação do Processo nº 3.122/2017 em nome de SERGIO VOLPATO conforme relatório da Conselheira DANIELA APARECIDA MATTOS;
10. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 10 de janeiro de 2018.

Graciela Glasenapp  
Secretária do CMC

**PORTARIA N.º 1.856**

Publicação Nº 1487785

PORTARIA Nº 1.856 DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SOLANGE RIBEIRO, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 12 de outubro de 2016 a 11 de outubro de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.857**

Publicação Nº 1487786

PORTARIA Nº 1.857 DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 588/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 08 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.858**

Publicação Nº 1487787

PORTARIA Nº 1.858 DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NELSON BOTTCHER, Mecânico Ajustador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 09/2018 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 15 de outubro de 2016 a 14 de outubro de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 08 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.859**

Publicação Nº 1487788

PORTARIA Nº 1.859 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", para proceder análise de possível irregularidade na transferência de imóvel da Sociedade Habitacional para a Senhora Ivete Aparecida Penteado de Oliveira.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA N.º 1.860**

Publicação Nº 1487789

PORTARIA Nº 1.860 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 08 de julho de 2018, do(a) Servidor(a) MILENA NORA, Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação em 1º lugar no edital de Teste Seletivo nº 002/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme memorando 46/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 1.861**

Publicação Nº 1487790

PORTARIA Nº 1.861 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

**"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 09 de julho de 2018, do(a) Servidor(a) ELY ANE CARNEIRO MARTINS, Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação em 10º lugar no edital de Teste Seletivo nº 001/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme memorando 47/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO**

Publicação Nº 1487742

**TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista que decorreu o prazo da convocação enviada ao candidato(a) Sr(a) ALOISIO DE MATOS, Cargo de Motorista Socorrista Samu referente ao edital de teste seletivo n.º 001/2017, classificado em 06º lugar (2ª chamada), fica registrada a desistência, encerrando a lista de classificados.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO**

Publicação Nº 1487353

**TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista que decorreu o prazo de 48 horas da convocação do candidato(a) Sr(a) Gianluca Pagani - cargo de Auxiliar de Serviços Internos, referente ao Processo Seletivo n.º 014/2016 – Secretaria Municipal de Educação, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba, 09 de janeiro de 2018

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1487750

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista correspondência enviada pelo(a) candidato(a) Sr(a) ROSILEI BORDIM LAGO, Cargo de Técnico Administrativo, referente ao edital de teste seletivo n.º 002/2017, classificado em 14º lugar, fica a mesma encaminhada ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 08 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 007/2018 - LICENÇA PREMIO - BRUNO**

Publicação Nº 1487717

PORTARIA Nº 007/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do Servidor BRUNO CIELLO PADILHA, Técnico em Informática, conforme requerimento protocolizado sob o nº 001/18, deferido em 10 de janeiro de 2018, referente ao período de 08 de outubro de 2015 a 08 de outubro de 2016, nos termos do art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 10 de janeiro de 2018.

ALMIR PASTORI

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PLASS****EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 13/2013/PLASS**

Publicação Nº 1487059

TERMO ADITIVO Nº 05

TERMO DE ADESÃO Nº 13/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado ROTHBARTH & ROTHBARTH SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 04.499.199/0001-03, tendo como representante legal o Sr. Walter W. Rothbarth, com CPF nº 202.216.579-91 e o Sr. Rafael Rodrigues Rothbarth com CPF nº 026.740.749-14 estabelecido à Rua 13 de maio, Policlínica, Centro, na cidade de Joaçaba-SC., denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 13/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GASTROENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI

PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABAROTHBARTH & ROTHBARTH  
SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA ME

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 15/2013/PLASS**

Publicação Nº 1487081

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 15/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado CLINICA REVIVER LTDA inscrita no CNPJ sob nº 01.728.890/0001-15, tendo como representante legal o Sr. Rossano Zanchi, com CPF nº 601.713.919-34, estabelecido à Rua Albino Alberto Benemann, 01 Loteamento Diamantina, Ibicaré-SC., denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 15/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Resolução nº 01/2013, correspondentes a sua especialidade: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO** - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CLINICA REVIVER LTDA

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 16/2013/PLASS**

Publicação Nº 1487127

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 16/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado CLINICA DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.877.100/0001-01, tendo como representante legal o Sr. Diego Rosso, com CPF nº 007.117.269-65, estabelecido a Rua Florianópolis, 380, Centro, na cidade de Herval d'Oeste-SC, denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 16/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CIRURGIA VASCULAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO** - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI DIEGO ROSSO  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CLINICA DE CIRURGIA  
VASCULAR E ENDOVASCULAR LTDA

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

### EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 17/2013/PLASS

Publicação Nº 1487129

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 17/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado INARA PINTO SAAVEDRA & CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 04.128.626/0001-39, tendo como representante legal a Sra. Inara Pinto Saavedra, inscrito no CPF sob nº 238.730.510-87, estabelecido a Av. XV de Novembro, N.º 371, 7º Andar - Sala 704, Centro, na cidade de Joaçaba-SC, denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 17/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: DERMATOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

INARA PINTO SAAVEDRA  
INARA PINTO SAAVEDRA & CIA LTDA – ME

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

### EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 18/2013/PLASS

Publicação Nº 1487131

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 18/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado BORDIGNON & BENETTI LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.012.110/0001-50, tendo como representante legal Sr. Giovanni Benetti, com CPF nº 964.867.160-53, estabelecido a Rua Santos Dumont, 37, Bairro Tobias, na cidade de Joaçaba-SC, denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 18/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI GIOVANI BENETTI  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

BORDIGNON & BENETTI LTDA – ME

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 19/2013/PLASS**

Publicação Nº 1487134

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 19/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado L & L CONSULTORIO MÉDICO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.500.119/0001-06, tendo como representante legal o Sr. Leandro Chaves de Avellar, com CPF nº 025.047.727-00, estabelecido a Travessa Luiz Delfino, 66, Centro, na cidade de Joaçaba-SC, denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 19/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ORTOPEDIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LEANDRO CHAVES DE AVELLAR  
L & L CONSULTORIO MÉDICO LTDA ME

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 20/2013/PLASS**

Publicação Nº 1487135

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 20/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado CLINICA FEMINA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 05.934.261/0001-00, tendo como representante legal o Sr. Lucio Saavedra Teran, com CPF nº 018.288.018-44, estabelecido à Avenida XV de Novembro, 180, Edifício Itamaraty, Centro, na cidade de Joaçaba-SC, denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo



e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 20/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LUCIO SAAVEDRA TERAN  
CLINICA FEMINA LTDA ME

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

### EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 21/2013/PLASS

Publicação Nº 1487179

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 21/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC, inscrita no CNPJ sob nº 84.592.369/0001-20, tendo como representante legal o Sr. Adgar Zeferino Bittencourt, com CPF nº 003.141.299-87 estabelecido à Rua Getúlio Vargas, 2.125, Bairro Flor da Serra, na cidade de Joaçaba-SC, denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 21/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Resolução 01/2013, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO  
OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 22/2013/PLASS**

Publicação Nº 1487181

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 22/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado SAJO – SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABA S/SLTDA inscrita no CNPJ sob nº 03.406.784/0001-40, tendo como representante legal o Sr. Julio Tanaka, com CPF nº 415.497.247-20, estabelecido à Rua Getúlio Vargas, 577, Centro, na cidade de Joaçaba-SC, denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 22/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ANESTESIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO** - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SAJO – SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABA S/SLTDA SOCIAL

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 23/2013/PLASS**

Publicação Nº 1487183

TERMO ADITIVO Nº 05  
TERMO DE ADESÃO Nº 23/2013

O PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 07.146.181/0001-08, com sede e foro na Avenida XV de Novembro, 378 em Joaçaba-SC, representado pelo Diretor Executivo, Senhor JULIO CESAR BISSANI, CPF n.º 829.004.939-00, e pela Presidente do Conselho de Administração, a Senhora IVONE ZANATTA CPF n.º 651.921.849-91, a seguir denominado PLASS, de outro lado CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 04.487.212/0001-04, tendo como representante legal o Sr. Luiz Carlos B. Pinto, com CPF nº 198.062.210-87, estabelecido à Rua Francisco Lidner, 188, Edifício Firenze, Centro, na cidade de Joaçaba-SC, denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Termo de Adesão nº 23/2013, proveniente do Edital de Credenciamento nº 01/2013, que tem como objeto a prestação de serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: OFTALMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO** - O prazo do termo de adesão original fica prorrogado até 31 de Dezembro de 2018, a contar de 01 de Janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do termo de adesão original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017.

JULIO CESAR BISSANI  
PLASS – PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA  
SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LUIZ CARLOS PINTO  
CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA ME

ADONES MARCIANO

DIANE CARINA MATANA

## **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2018/PLASS TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018/PLASS**

Publicação Nº 1487053

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 – PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 – PLASS

### **1 – DO OBJETO**

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para prestação de serviços de: MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS.

### **2 – DA JUSTIFICATIVA**

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2017/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

### **3 – DAS CREDENCIADAS**

§ CLÍNICA MAESTRI LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.395.685/0001-48, estabelecida na Av. XV de Novembro, nº 180, 2º Andar, Sala 203, Edifício Itamaraty, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. ADILSON BEVILAQUA MAESTRI, portador da Carteira de Identidade nº 1.074.939 e CPF nº 491.828.899-53.

§ R & E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.216.259/0001-20, estabelecida na Av. XV de Novembro, nº 179, Edifício Royal Sollarys 2º Andar, Sala 13, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pela Sra. EMANUELLI CORA, portador da Carteira de Identidade nº 4.479.535 e CPF nº 054.038.409-74.

### **4 – DO VALOR**

O valor a ser pago será de acordo com a necessidade de utilização dos serviços pelos segurados e dependentes do PLASS.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

### **5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

### **6 – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 10 de janeiro de 2018.

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO  
DE JOAÇABA(SC) – PLASS  
JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 007/2018**

Publicação Nº 1486825

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 007/2018 10.01.2018

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº 01/2017 e a classificação em sétimo lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, a Sra.: Eduarda Bortoli, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 10 de janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 7º Lugar de Eduarda Bortoli no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE n.º 01/2017, para o Cargo de Auxiliar Administrativo de acordo com a Portaria JHL-333/2017 de 14/09/2017, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

**TOMADA DE PREÇOS JHL0006/2017**

Publicação Nº 1486596

Licitação nº 0081/2017

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0006/2017

Encontra-se aberto, no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Tomada de Preços JHL 0006/2017, Licitação 0081/2017, tipo Menor Preço por Lote, que trata do objeto: contratação de empresa especializada para construção de casa de química, base de reservatório, urbanização, instalações elétricas e hidráulica e instalação de reservatório de água potável na localidade de Serra Alta, município de Herval D'oeste/SC e para construção da estação de tratamento de água simplificada, base e instalação de reservatório e urbanização do sistema de abastecimento de água de Vila Kennedy, Município De Luzerna/SC. Da Entrega dos Envelopes: até dia 29/01/2017 às 9h, na Sede do Simae, Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC. Da Abertura: dia 29/01/2017 às 9h10min, na Sede do Simae. O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site: [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br). Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do Simae, no e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br) ou pelo telefone: (49) 3551-8200.

Joaçaba/SC, 11 de janeiro de 2018..

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

**José Boiteux****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRA DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DE TODA A FROTA MUNICIPAL**

Publicação Nº 1487836

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 24/01/2018, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Av 26 de Abril, nº655, REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRA DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DE TODA A FROTA MUNICIPAL MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 10 de Janeiro de 2018.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal



# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇO 01-2018

Publicação Nº 1487511

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 1/4

Processo Nº.: 38/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018

No dia 4 do mês de Janeiro do ano de 2018, o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2017 Processo Licitatório nº 38/2017. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
9268	ASSOCIACAO RECREATIVA DE ARBITROS DO MEIO OESTE CA	1, 2, 3

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ASSOCIACAO RECREATIVA DE ARBITROS DO MEIO OESTE CA	09.107.081/0001-06	JOÃO ADÃO RODRIGUES DO AMARAL	14170515900

#### Fornecedor: 9268 - ASSOCIACAO RECREATIVA DE ARBITROS DO MEIO OESTE CA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Futsal (02 tempos de 20 minutos cada) - 02 árbitros.	UN		90,000	104,0000	9.360,00
2	Arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Areia (02 tempos de 15 minutos cada) - 02 árbitros.	UN		90,000	102,0000	9.180,00
3	Arbitragem para jogos do Campeonato Municipal de Suiço (02 tempos de 20 minutos cada)- 02 árbitros.	UN		90,000	99,0000	8.910,00
Total						27.450,00

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 27/2017, Processo Licitatório nº 38/2017 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

#### 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

#### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

#### **5. DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### **6. DO CONTRATO**

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### **7 - DA DESPESA**

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

## **8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS**

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 27/2017, Processo Licitatório nº 38/2017 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigará-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 27/2017 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 27/2017;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

## 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 38/2017; o Edital do Pregão nº 27/2017 as propostas com preços e especificações.

## **17. DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 4 de Janeiro de 2018.

---

**Município de Lacerdópolis**

**SERGIO LUIZ CALEGARI**  
**PREFEITO**



**ATA REGISTRO DE PREÇO 02-2018**

Publicação Nº 1487514

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 39/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2018**

No dia 10 do mês de Janeiro do ano de 2018, o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 28/2017 Processo Licitatório nº 39/2017. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL**

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
8559	CAPINZAL CENTER LTDA ME	3, 4, 6, 8, 12, 14, 17, 18, 21, 22, 23, 26, 27, 29, 31, 34, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 54, 58, 60, 62, 64, 65, 70, 71, 77, 86, 90, 91, 93, 95
7277	EVANDRO SLONGO & CIA LTDA ME	5, 11, 80, 81, 82
9203	JUAREZ CHIODELLI - ME	1, 10, 13, 25, 32, 33, 39, 57, 66, 67, 68, 72, 73, 84, 89, 94
8897	MERCADO MUNARI LTDA ME	2, 7, 9, 15, 16, 19, 20, 24, 28, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 59, 61, 63, 69, 74, 75, 76, 78, 79, 83, 87, 88, 92

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CAPINZAL CENTER LTDA ME	07.383.088/0001-17	FELIPE DA SILVA	07533651979
EVANDRO SLONGO & CIA LTDA ME	04.891.468/0001-74	EVANDRO SLONGO	74392336972
JUAREZ CHIODELLI - ME	03.303.604/0001-03	JUAREZ CHIODELLI	01619987988
MERCADO MUNARI LTDA ME	10.878.273/0001-97	ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFANES	59083433900

**Fornecedor: 7277 - EVANDRO SLONGO & CIA LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Alho (150gr)	UN		25,000	4,4000	110,00
11	Batata	KG		250,000	2,4500	612,50
80	Pão francês fresco	KG		120,000	6,5900	790,80
81	Pão fatiado (500gr)	PCT	BOKITUS	80,000	4,1000	328,00
82	Pão integral fatiado (500gr)	PCT	BOKITUS	80,000	4,1000	328,00
Total						2.169,30

**Fornecedor: 8559 - CAPINZAL CENTER LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Açúcar mascavo	KG	DE CASA	20,000	8,4800	169,60
4	Açúcar refinado tipo 1 (pacotes 5 kg)	PCT	SABOR DOCE	100,000	9,9400	994,00
6	Amido de milho 500 gr	UN	DAJU	30,000	2,9700	89,10
8	Arroz integral	KG	CELIA	30,000	2,9800	89,40
12	Baunilha (100gr)	UN	INCAS	20,000	1,3000	26,00
14	Bife Bovino de 1º	KG	FRIPRANDO	60,000	20,9400	1.256,40
17	Bolacha de mel (300 g)	UN	PICININI	60,000	2,4800	148,80
18	Bolacha de milho (350gr)	PCT	PICININI	40,000	3,5000	140,00
21	Bolacha salgada Cream Cracker (370gr)	PCT	DIANA	80,000	3,3800	270,40
22	Bolacha salgada integral (400 gr)	PCT	ORQUIDEA	40,000	4,8500	194,00
23	Bolacha sem glúten e sem lactose (150gr)	PCT	sabor	70,000	5,9900	419,30
26	Café solúvel granulado 200 gr	UN	AMIGO	20,000	10,1800	203,60
27	Café torrado e moído (500gr)	UN	BOM DE PROSA	30,000	9,6400	289,20
29	Canjica branca - milho	PCT	INCAS	30,000	2,5400	76,20

	branco quebrado, 500 gramas					
31	Carne bovina moída de 1ª	KG	FRIBAZ	180,000	13,4500	2.421,00
34	Chá (sache) 40 grs	UN	NOBEL	30,000	3,4000	102,00
36	Coco Ralado 100 gramas, coco ralado em flocos, açúcar, sal, umectante INS 1520 e conservador INS 223	UN	VITACOCO	20,000	3,2400	64,80
37	Colorau em pó 500 gr	PCT	INCAS	12,000	2,9900	35,88
38	Cortes de Frango Coxa e sobrecoxa	KG	NAT	180,000	4,5800	824,40
44	Farinha de aveia (250gr)	UN	APTI	20,000	2,9500	59,00
45	Farinha de mandioca torrada tipo I	KG	MONSIL	20,000	4,9800	99,60
46	Farinha de milho (kg)	KG	DAJU	40,000	2,2900	91,60
47	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 5 Kg	PCT	SANANDUVA	60,000	8,2800	496,80
48	Farinha de trigo especial integral (pacotes 1Kg)	PCT	MARTELI	10,000	2,4400	24,40
52	Fermento em pó químico (200 gr)	UN	APTI	30,000	3,8700	116,10
54	Gelatina em pó (35 gr)	UN	BRINQ	250,000	0,7900	197,50
58	Leite integral UHTesterilizado 1 lt. caixa com 12 litros	CX	TERRA VIVA	180,000	25,9400	4.669,20
60	Lentilha (500gr)	UN	DAJU	30,000	4,2800	128,40
62	Macarrão com ovos tipo cabelo de anjo (500 g)	PCT	NORDESTE	40,000	2,9700	118,80
64	Macarrão com ovos tipo aletria (500 g)	PCT	ISABELA	40,000	3,3400	133,60
65	Macarrão integral 500 gramas, farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, e corantes naturais de cúrcuma e urucum.	PCT	PARATI	30,000	3,5800	107,40
70	Margarina cremosa com sal, com no mínimo 80 % de lipídeos (500 g)	UN	COAMO	50,000	3,9900	199,50
71	Massa com ovos tipo espaguete (Kg)	KG	FLOR DE LIS	40,000	3,7500	150,00
77	OLEO DE SOJA (900ML)	UN	COAMO	120,000	3,4900	418,80
86	Polvilho azedo 500g	UN	AMAFIL	40,000	3,0400	121,60
90	Sal refinado 1 kg	KG	ZIZO	40,000	1,3700	54,80
91	Sagu 500 gr	UN	PRATA	50,000	3,4900	174,50
93	Suco de maracujá concentrado (500ml)	UN	MAGUARY	90,000	7,9700	717,30
95	Vinagre tinto (750ml)	UN	KOLLER	50,000	2,4400	122,00
Total						16.014,98

**Fornecedor: 8897 - MERCADO MUNARI LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Alimento achocolatado em pó. Açúcar, cacau, extrato de malte de cevada, sal, complexo vitamínico (C, B3, B2, B6, B1, A, D e maltodextrina), leite desnatado em pó, soro de leite em pó, aromatizantes, emulsificante: lecitina de soja. Contem glúten. 400 gramas.	PCT	APTI	40,000	3,4700	138,80
7	Arroz parboilizado tipo I 5 kg	PCT	CAMPEIRO	60,000	10,3700	622,20
9	Amendoim de 1ª qualidade 500 gr	PCT	BONIELA	30,000	3,3400	100,20
15	Paleta Bovina	KG	BAZOTI	100,000	13,4600	1.346,00
16	Bisteca suína	KG	FRIPRANDO	100,000	11,5600	1.156,00
19	Bolacha doce tipo Maria (pacote 400 gr)	UN	DIANA	80,000	3,6700	293,60

20	Bolacha tipo rosquinha (300bg)	PCT	PRODASA	80,000	3,3700	269,60
24	Bolinhas de Milho com chocolate 500 gramas, semolina de milho, enriquecida com ferro e ácido, açúcar, cacau em pó, leite de vaca em pó, oleína de palma, açúcar invertido, manteiga de cacau, liquor de cacau, complexo vitamínico, enriquecido c vitaminas, corantes, aroma idêntico ao natural de chocolate e baunilha, antioxidante lecitina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio.	PCT	ALCAFOODS	60,000	6,9800	418,80
28	Canela em rama (10gr)	PCT	APTI	20,000	1,5600	31,20
30	Canjiquinha milho amarelo quebrado 500 gramas	PCT	DAJU	30,000	2,0600	61,80
35	Chocolate em pó 1 kg, açúcar cristal, cacau em pó Emulsificante, lecitina de soja. Não contém glúten.	UN	APTI	20,000	7,6300	152,60
40	Cravo da índia (12 g)	PCT	INCAS	20,000	2,4600	49,20
41	Doce de frutas 1 kg	UN	DOCITO	35,000	7,9500	278,25
42	Ervilha congelada 350g	UN	PINGUIM	50,000	3,9700	198,50
43	Farinha de arroz 1 kg	UN	RISOVITA	20,000	3,9100	78,20
49	Farinha láctea (210gr)	LT	MARATÁ	50,000	5,2500	262,50
50	Feijão Preto tipo I	KG	RIO BELO	30,000	3,9600	118,80
51	Fermento biológico gelado (500gr)	PCT	ARTPAN	15,000	5,1700	77,55
53	Flocos de Milho com açúcar - 500 gramas, milho, açúcar, amido de milho, sal, oleína de palma, enriquecido c vitaminas, corantes, aroma idênticoao natural de chocolate e baunilha, antioxidante lectina de soja, regulador de acidez bicarbonato de sódio.	UN	ALCAFOODS	40,000	7,5700	302,80
55	Granola kg. Mix de cereal, aveia em flocos, farinha de arroz, farinha de soja, fibra de trigo, açúcar cristal, açúcar mascavo, oleína de palma, castanha do pará, castanha de cajú, linhaça, cacau em pó, coco ralado, uva passa, sal, amidos, corantes e antioxidantes, sabores diversos.	KG	ALCAFOODS	30,000	13,4700	404,10
56	logurte com polpa de fruta (900ml)	UN	FRIMESA	250,000	3,7700	942,50
59	Leite especial sem lactose 1 lt	LT	PIÁ	150,000	3,1700	475,50
61	Linguiça suína especial sem pimenta	KG	FRIPRANDO	80,000	12,4700	997,60
63	Macarrão com ovos tipo caramujinho 500 gr	UN	ROSANE	40,000	2,8700	114,80
69	Manteiga pote 200 gr	UN	GARCIA	30,000	5,1700	155,10
74	Milho congelado (500g)	PCT	PINGUIM	50,000	4,3900	219,50
75	Milho para pipoca (500gr)	UN	DAKÍ	40,000	2,0000	80,00
76	Mix para bolo sem glúten	UN	SUPRASOY	30,000	6,9000	207,00
78	Orégano (100gr)	UN	INCAS	10,000	4,5700	45,70
79	Ovos	DZ	ZANINI	80,000	4,8800	390,40
83	Peito de frango sem osso	KG	AGRODANIELI	180,000	9,2800	1.670,40
87	Apresuntado fatiado	KG	LACTOFRIOS	40,000	19,9500	798,00

88	Queijo mussarela fatiado	KG	STA.BÁRBARA	60,000	22,9500	1.377,00
92	Suco de uva concentrado (500 ml)	UN	MAGUARY	90,000	6,9700	627,30
					Total	14.461,50

**Fornecedor: 9203 - JUAREZ CHIODELLI - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Abacaxi fruta	UN	JUAREZ CHIODELLI ME	60,000	5,9900	359,40
10	Banana	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	300,000	1,7300	519,00
13	Beterraba	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	30,000	2,7500	82,50
25	Brócolis	UN	JUAREZ CHIODELLI ME	30,000	3,7500	112,50
32	Cebola	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	50,000	2,6500	132,50
33	Cenoura	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	40,000	2,7500	110,00
39	Couve-flor	UN	JUAREZ CHIODELLI ME	40,000	3,7500	150,00
57	Laranja Comum	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	120,000	1,9900	238,80
66	Maça Fuji	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	200,000	3,9500	790,00
67	Mamão (fruta)	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	180,000	3,8700	696,60
68	Manga fruta	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	150,000	3,9500	592,50
72	Melancia (fruta)	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	250,000	1,2000	300,00
73	Melão fruta	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	100,000	3,9500	395,00
84	Pêra fruta	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	60,000	7,5800	454,80
89	Repolho	UN	JUAREZ CHIODELLI ME	30,000	2,5000	75,00
94	Tomate	KG	JUAREZ CHIODELLI ME	100,000	3,5000	350,00
					Total	5.358,60

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 28/2017, Processo Licitatório nº 39/2017 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

#### **5. DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### **6. DO CONTRATO**

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### **7 - DA DESPESA**

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

#### **8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS**

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.



8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 28/2017, Processo Licitatório nº 39/2017 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 28/2017 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 28/2017;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

## **12. DAS PENALIDADES**

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 39/2017; o Edital do Pregão nº 28/2017 as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 10 de Janeiro de 2018.

---

**Município de Lacerdópolis**

**SERGIO LUIZ CALEGARI**  
**PREFEITO**

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º ADT CONTRATO 12/2017 - REUNIDAS - SMS

Publicação Nº 1487141

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 12/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S/A, inscrito no CNPJ nº 04.176.082/0001-80, com sede a Rua Herculano Coelho de Souza, 555 Bairro Reunidas Caçador/SC CEP 89.500-000, resolvem celebrar este 1º Termo Aditivo ao Contrato 12/2017, conforme parecer jurídico nº 1510/2017, Processo Licitatório nº 16/2017, correlato à inexigibilidade 01/2017, homologada em 31/03/2017, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução: fica prorrogado até 31/12/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado a vigência do presente contrato até 31/12/2018, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 21 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO 5º ADITIVO CONTRATO 67/2016 - CCL - PML

Publicação Nº 1487023

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 67/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida a Rodovia BR 282, n.º 46 – Bairro São Sebastião – Lages/SC, Fone (49) 3251-15515 – ccl@cclconstrutora.srv.br, resolvem celebrar este 5º Termo Aditivo ao Contrato 67/2016, conforme parecer jurídico nº 1508/2017, Processo Licitatório nº 92/2016, correlato à Concorrência nº 09/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário, aberta em 08/07/2016 e homologada em 01/11/2016, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução: fica prorrogado até o dia 28/02/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado a vigência do presente contrato até o dia 28/02/2018, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 15 de dezembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### PROCESSO SELETIVO EDITAL 09/2017 PML

Publicação Nº 1486960

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 09/2017 – CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

A Comissão Especial do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 1647/2017, torna pública a convocação destinada a realização de prova prática para os candidatos aprovados na prova objetiva, dos cargos de Motorista Socorrista em Programas da Saúde, Motorista de Veículos de Emergência, Operador de Máquinas Pesadas e Operador de Máquinas Leves, estes classificados até a ordem 40 em cada cargo, e para o cargo de Cozinheiro classificados até a ordem 150, em atendimento ao item 4.5 do edital de abertura do Processo Seletivo.

Cronograma: Cargo: 432 – Operador de Máquinas Pesadas – Sábado (13/01/18) às 13h30 minutos, do classificado 01 ao 22;

Cargo: 442 – Operador de Máquinas Leves – Sábado (13/01/18) às 13h 30 minutos, do classificado 01 ao 08;

Cargo: 424 - Motorista Socorrista em Programas da Saúde – Domingo (14/01/18) às 08h, do classificado 01 ao 13;

Cargo: 425 – Motorista de Veículo de Emergência- Domingo (14/01/18) às 08h, do classificado 01 ao 40;

Todos os acima classificados deverão comparecer nos horários indicados no endereço: Rua Ministro Pedro de Toledo, 70 – Bairro Coral (Garagem da Prefeitura de Lages-SC).

Os classificados abaixo para o cargo de Cozinheiro, devem comparecer nos horários indicados no endereço: CAIC Nossa Senhora dos Prazeres, Rua Doutor Aujor Luz – Bairro Santa Catarina – Lages-SC: Cargo: 441 – Cozinheiro- Sábado (13/01/18) às 13h30 minutos, do classificado 01 ao 50;

Cargo: 441 – Cozinheiro- Domingo (14/01/18) às 08h , do classificado 51 ao 100;

Cargo: 441 – Cozinheiro- Domingo (14/01/18) às 13h30 minutos, do classificado 101 ao 150;

Lages, 11 de janeiro de 2018.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 036/2018

Publicação Nº 1487466

PORTARIA RH Nº 036/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

#### RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário MÁRIO CÉSAR BRUM para exercer o Cargo de Instrutor de Informática no Polo, 40 horas semanais, PENM, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/01/2017, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e nos termos do Edital 002/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 037/2018

Publicação Nº 1487707

PORTARIA RH Nº 037/2018

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

#### RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 08.01.18 a 06.02.2018.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Gisele Masiero	2016/2017
Luiz Augusto Borges	2017/2018

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2018.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 038/2018

Publicação Nº 1487468

PORTARIA RH Nº 038/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

#### RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, VANDERLEI RAMOS DA SILVA Motorista, do dia 08.01.2018 a 06.02.2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA  
Secretário Municipal

### PORTARIA Nº 041/2018

Publicação Nº 1487469

PORTARIA RH Nº 041/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

#### RESOLVE:

ADMITIR FELIPE MOREIRA MENDES para exercer o Cargo de Odontólogo, ANSS 2, pelo período de 01 (um) ano, nos termos do Edital Nº 001/2017 e em conformidade com a Lei nº 217/2010, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 042/2018

Publicação Nº 1487471

PORTARIA RH Nº 042/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

#### RESOLVE:

ADMITIR KARLLA HEINZ para exercer o Cargo de Psicólogo, ANSS 5, no NASF, pelo período de 01 (um) ano, nos termos do Edital Nº 001/2017 e em conformidade com a Lei nº 217/2010, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 043/2018**

Publicação Nº 1487473

PORTARIA RH Nº 043/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, MARCO AURÉLIO DE SOUZA, do cargo de Diretor o Departamento de Planejamento e Organização do Turismo, DS 3, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação, partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 044/2018**

Publicação Nº 1487479

PORTARIA RH Nº 044/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, GRAZIELLE SITÔNIO DUARTE do cargo em comissão de Assessor Especial, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 045/2018**

Publicação Nº 1487482

PORTARIA RH Nº 045/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, GUSTAVO TEIXEIRA BARZAN, do cargo em comissão de Supervisor de Extensão de Pesca e Aquicultura, GP 11, com lotação na Secretaria de Pesca e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 046/2018**

Publicação Nº 1487485

PORTARIA RH Nº 046/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, ROSANE DA SILVA COELHO do cargo em comissão de Supervisor de Cadastro Rural e Apoio ao Produtor, GP 11, com lotação na Secretaria de Pesca e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 047/2018**

Publicação Nº 1487487

PORTARIA RH Nº 047/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GRAZIELLE SITÔNIO DUARTE, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Planejamento, GP9, com lotação na Secretaria de Pesca e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 048/2018**

Publicação Nº 1487490

PORTARIA RH Nº 048/2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE, SR. PATRICK PAULINO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 142, de 14 de junho 2006;

RESOLVE:

NOMEAR, MARCOS AURÉLIO DE SOUZA para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Comunicação Social, DAF 1, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
PATRICK PAULINO DE SOUZA  
Presidente da Fundação

**PORTARIA Nº 049/2018**

Publicação Nº 1487493

PORTARIA RH Nº 049/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GUSTAVO BARZAN, para exercer o cargo em comissão de Supervisor de Cadastro Rural e Apoio ao Produtor, GP 11, com lotação na Secretaria de Pesca e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 050/2018**

Publicação Nº 1487497

PORTARIA RH Nº 043/2018

PORTARIA RH Nº 050/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e em conformidade com a Lei Complementar nº 340/2017, de 24 de abril de 2017;

RESOLVE:

NOMEAR, ADRIANO BALDUÍNO, para exercer o cargo em comissão de Integrador, GP 12, com lotação na Secretaria de Pesca e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 051/2018**

Publicação Nº 1487499

PORTARIA RH Nº 051/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0005707/2017;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 08 de Janeiro de 2018 a 06 de Fevereiro de 2018, a Servidora LARA MARIA MARTINS CORRÊA, Assistente de Administração, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 054/2018**

Publicação Nº 1487502

PORTARIA RH Nº 054/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANTÔNIO DA SILVEIRA FILHO para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Janeiro de 2018.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1096/2017**

Publicação Nº 1487741

PORTARIA RH Nº 1096/2017

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor MARILETE MACHADO MARTINS, do dia 18.12.2017 a 16.01.2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 19 de Dezembro de 2017.  
KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO  
Secretário Municipal

**PREGAO 03/2018-PML**

Publicação Nº 1486959

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO 03/2018-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a prestação de serviço de licenciamento de software de gestão escolar para as unidades da Educação do Município, no dia 23 de janeiro de 2018 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 10 de Janeiro de 2018.  
Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01-02-03/2018

Publicação Nº 1486788

#### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

##### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito de Lebon Régis, faz saber a quem possa interessar que realizará o PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018 para vagas de ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público, com execução técnico-administrativa da empresa SC Treinamentos, para ocupar as vagas de Agente de Saúde, Agente de Serviços Gerais, Assistente Social, Auxiliar de Enfermagem, Carpinteiro, Enfermeiro, Engenheiro Agrônomo, Farmacêutico, Fiscal de Tributos, Fisioterapeuta, Mecânico, Médico, Médico Veterinário, Motorista, Motorista de Veículo Escolar, Odontólogo, Operador de Máquinas Pesadas, Orientador Social, Pedreiro em Geral, Psicólogo, Recepcionista, Servente de Serviços Internos e Vigia. As provas objetivas serão realizadas na data provável de 18 de fevereiro de 2018. As inscrições serão realizadas somente através da internet no sítio [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), no período de 09/01/2018 até às 23h59min do dia 08/02/2018. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, nos sítios [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) e [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br). Lebon Régis, 09 de janeiro de 2018. DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - Prefeito Municipal

#### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

##### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito de Lebon Régis, faz saber a quem possa interessar que realizará o PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018 para vagas de ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público, com execução técnico-administrativa da empresa SC Treinamentos, para ocupar as vagas de Professor de Artes, Professor de Ciências, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Inglês, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Educação Infantil (Berçário a Pré-Escola), Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º a 5º Anos), Professor de Tecnologias Educacionais. As provas objetivas serão realizadas na data provável de 18 de fevereiro de 2018. As inscrições serão realizadas somente através da internet no sítio [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), no período de 09/01/2018 até às 23h59min do dia 08/02/2018. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, nos sítios [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) e [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br). Lebon Régis, 09 de janeiro de 2018. DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - Prefeito Municipal

#### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

##### HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

##### EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2018

LEONIRO DA SILVA PAHL, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa interessar que realizará o PROCESSO SELETIVO Nº 03/2018 para vagas de ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA de excepcional interesse público, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer

em decorrência de Concurso Público, com execução técnico-administrativa da empresa SC Treinamentos, para ocupar as vagas de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Técnico Radiologista, Cozinheira e Recepcionista. As provas objetivas serão realizadas na data provável de 18 de fevereiro de 2018. As inscrições serão realizadas somente através da internet no sítio [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br), no período de 09/01/2018 até às 23h59min do dia 08/02/2018. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, nos sítios [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) e [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br). Lebon Régis, 09 de janeiro de 2018. LEONIRO DA SILVA PAHL  
Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

### PORTARIA Nº 011/18 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1486648

#### PORTARIA Nº 011/18 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

##### CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) INAMIR RIBEIRO PEREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretária Municipal de Educação e Cultura, LICENÇA PREMIO (90 DIAS), a partir de 11/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de janeiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 04/2017. LICITAÇÃO: DL03/2017.

Publicação Nº 1486798

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 04/2017. Licitação: DL03/2017.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada a cláusula SÉTIMA do Contrato nº 03/2017, para prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2018, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA Fica alterada a cláusula QUARTA, parágrafo primeiro, do contrato em epígrafe para alterar o valor, passando a ser a cota anual máxima prevista do município de R\$ 328.118,00 (trezentos e vinte e oito mil, cento e dezoito reais), podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis. Contratado: CIS AMARP - 11.023.771/0001-10. Vigência: 01/01/2018.

Término: 31/12/2018  
Lebon Régis, 15/12/2017.  
DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 09/2017.  
LICITAÇÃO: DL06/2017.**

Publicação Nº 1486662

PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº: 09/2017. Licitação: DL06/2017.  
Objeto: Fica alterada a cláusula QUINTA do Contrato nº 09/2017, para prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2018, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.  
Contratante: Município de Lebon Régis  
Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO EST. DE SC - 04.310.564/0001-81.  
Vigência: 01/01/2018. Término: 31/12/2018.  
Lebon Régis, 15/12/2017.  
DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 10/2017.  
LICITAÇÃO: DL06/2017.**

Publicação Nº 1486666

PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº: 10/2017. Licitação: DL06/2017.  
Objeto: Fica alterada a cláusula QUINTA do Contrato nº 10/2017, para prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2018, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis  
Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO EST. DE SC - 04.310.564/0001-81.  
Vigência: 01/01/2018. Término: 31/12/2018  
Lebon Régis, 15/12/2017.  
DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 11/2017.  
LICITAÇÃO: DL06/2017.**

Publicação Nº 1486669

PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº: 11/2017. Licitação: DL06/2017.  
Objeto: Fica alterada a cláusula QUINTA do Contrato nº 11/2017, para prorrogar o prazo de vigência até 31/12/2018, justificada pelo art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.  
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis  
Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO EST. DE SC - 04.310.564/0001-81.  
Vigência: 01/01/2018. Término: 31/12/2018  
Lebon Régis, 15/12/2017.  
DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 14/2017.  
LICITAÇÃO: IN04/2017.**

Publicação Nº 1486656

PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº: 14/2017. Licitação: IN04/2017.  
Objeto: Fica alterada a cláusula NONA do Contrato nº 46/2017, para modificar o prazo de vigência para até 29/06/2018, justificada pelo art. 57, § 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, tendo em vista a ocorrência de fato imprevisível que consistiu na diminuição da demanda por parte das Escolas no decorrer do ano, o que acarretou a desnecessidade da aquisição da totalidade dos produtos licitados. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS  
Contratado: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA - ME - 03.910.392/0001-14.  
Vigência: 01/01/2018. Término: 31/03/2018.  
Lebon Régis, 15/12/2017.  
DOUGLAS F DE MELLO - Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 46/2017.  
LICITAÇÃO: DL12/2017.**

Publicação Nº 1486652

PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
Contrato Nº: 46/2017. Licitação: DL12/2017.  
Objeto: Fica alterada a cláusula NONA do Contrato nº 46/2017, para modificar o prazo de vigência para até 29/06/2018, justificada pelo art. 57, § 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, tendo em vista a ocorrência de fato imprevisível que consistiu na diminuição da demanda por parte das Escolas no decorrer do ano, o que acarretou a desnecessidade da aquisição da totalidade dos produtos licitados. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.  
Contratado: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON REGIS-COOPERLAF - 11.419.727/0001-24.  
Vigência: 01/01/2018. Término: 29/06/2018.  
Lebon Régis, 15/12/2017.  
DOUGLAS F DE MELLO - Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 168/2018

Publicação Nº 1487752

Portaria n.º 168, de 15 de dezembro de 2017.

“Designa servidor público municipal como Fiscal do Contrato nº 047/2017 e dá outras providências.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e suas alterações,

Considerando, o art. 67 da Lei nº 8.666/1993, em que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal, senhor DANIEL LOHN, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, inscrito sob a matrícula nº 1834, lotado no Gabinete do Prefeito, que além das atividades inerentes ao cargo, desempenhar função de Fiscal do Contrato nº 047/2017, vinculado ao Processo MI nº 59053.000102/2017-17 - Reconstrução de 01 (uma) ponte de concreto, pré-fabricada, com extensão de 5,10 x 15,60 (vão de 14,60) na comunidade de Alto Vargedo, sendo o valor total contratado de R\$ 176.886,74 (cento e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos), e vigência contratual até 07/12/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal  
Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças



**Luis Alves****PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2017**

Publicação Nº 1487352

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2017 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

**DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 30 (trinta) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

**DOS EXAMES MÉDICOS**

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

**DOS ATOS DO CHAMAMENTO**

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

**DA ADMISSÃO**

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 10 de janeiro de 2018.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2017

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Auxiliar Administrativo (Secretaria Municipal de Assistência Social)

N.º Inscrição	Candidato
0000108	Alexandre Henrique de Oliveira

Zelador(a)

N.º Inscrição	Candidato
0000304	Pâmela Rosa Rodrigues

Motorista

N.º Inscrição	Candidato
0000297	Jonatar César Vieira

Instrutor(a) de Artes

N.º Inscrição	Candidato
0000328	Fernanda Cristina Paluaczeski
0000284	Marta Fátima da Silva Wickert

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2017

## RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS
3. Cópia do PIS/PASEP
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
  - 4.1. CPF;
  - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF);
  - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
  - 4.3. Título de eleitor;
  - 4.4. Certidão de quitação eleitoral;
  - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
  - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
  - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
  - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
  - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
  - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
  - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
  - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
  - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
  - 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
  - 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
  - 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

## IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

## VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

--	--	--	--

## OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS


## FONTES DE RENDA


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura  
ANEXO II  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de \_\_\_\_\_, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato  
ANEXO II  
TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital nº 01/2017) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de tomar posse no Cargo de \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO II  
TERMO DE NÃO INTERESSE NO CARGO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2017, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de tomar posse no cargo de \_\_\_\_\_, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2017.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO II  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato  
ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 04/2018  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2017  
RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. Hemograma;
2. Glicemia;

3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;
5. Raio-X de torác com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador, atendente de educação infantil, professor de educação infantil e professor de séries iniciais);
7. Creatinina;
8. Transaminases;
9. Laudo Otorrinolaringológico com vídeo-laringoscopia (para o cargo de atendente de educação infantil, professor de séries iniciais e professor);
10. Audiometria;
11. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);
12. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 02/2018 - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016**

Publicação Nº 1487348

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 02/2018  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio de seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e considerando a homologação final do resultado do Concurso Público nº 01/2016 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

**DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado, que não quiser ser nomeado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 30 (trinta) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

**DOS EXAMES MÉDICOS**

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

**DOS ATOS DE NOMEAÇÃO**

3. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal nº 62/2014.

**DA POSSE**

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da posse, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 10 de janeiro de 2018.

GILMAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE N.º 02/2018

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Assistente Social

Nº Inscrição	Candidato
304855	Ana Beatriz de Paula

ANEXO II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 02/2017  
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS
3. Cópia do PIS/PASEP
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
  - 4.1. CPF;
  - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF);
  - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
  - 4.3. Título de eleitor;
  - 4.4. Certidão de quitação eleitoral;
  - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
  - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
  - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
  - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
  - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
  - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
  - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
  - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
  - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
  - 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
  - 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
  - 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS




## FONTES DE RENDA


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura  
ANEXO II  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de \_\_\_\_\_, deste Poder.  
E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

ANEXO II  
TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital nº 01/2017) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de tomar posse no Cargo de \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.  
Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO II  
TERMO DE NÃO INTERESSE NO CARGO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2017, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de tomar posse no cargo de \_\_\_\_\_, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2017.  
Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO II  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.  
E, por ser verdade, firmo a presente declaração.  
Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

## RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. Hemograma;
2. Glicemia;
3. Sorologia para LUES;
4. Parcial de Urina;
5. Raio-X de toráx com laudo;
6. Raio-X lombar – Sacra-AP e Perfil com laudo (para os cargos de motorista, operário braçal, operador de máquinas, zelador, atendente de

educação infantil, professor de educação infantil e professor de séries iniciais);

7. Creatinina;

8. Transaminases;

9. Laudo Otorrinolaringológico com vídeo-laringoscopia (para o cargo de atendente de educação infantil, professor de séries iniciais e professor;

10. Audiometria;

11. ECG de repouso (para os candidatos com mais de 35 anos);

12. Eletrocardiograma (para candidatos maiores de 30 anos).

## **ERRATA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO -E DE POSSE N.º 01/2018 - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2017**

Publicação N° 1486876

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 01/2018.  
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

Da página 02 do Edital de Convocação e de Posse n.º 01/2018, onde se lê: "Luiz Alves, 05 de dezembro de 2017", leia-se: "Luiz Alves, 05 de janeiro de 2018".

Luiz Alves, 10 de janeiro de 2018.  
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

## **ERRATA - PORTARIA N.º 03/2018**

Publicação N° 1486881

ERRATA DA PORTARIA N.º 03/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, torna pública a RETIFICAÇÃO da PORTARIA N.º 03/2018, de 09 de janeiro de 2018, que passa a vigorar com a numeração 04/2018, permanecendo inalterados os demais termos do referido ato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 10 de janeiro de 2018.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **ERRATA - PORTARIA N.º 04/2018**

Publicação N° 1486880

ERRATA DA PORTARIA N.º 04/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, torna pública a RETIFICAÇÃO da PORTARIA N.º 04/2018, de 09 de janeiro de 2018, que passa a vigorar com a numeração 05/2018, permanecendo inalterados os demais termos do referido ato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 10 de janeiro de 2018.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **ERRATA - PORTARIA N.º 05/2018**

Publicação N° 1486879

### **ERRATA DA PORTARIA N.º 05/2018**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, torna pública a RETIFICAÇÃO da PORTARIA N.º 05/2018, de 09 de janeiro de 2018, que passa a vigorar com a numeração 03/2018 e com a data de 03 de janeiro de 2018, permanecendo inalterados os demais termos do referido ato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 10 de janeiro de 2018.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## Luzerna

## PREFEITURA

## EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL 0062017

Publicação Nº 1487688

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2017 de 22 de dezembro de 2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVULGA o RESULTADO do Processo Seletivo destinado a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Luzerna(SC):

Inscr.	Candidato	Habilitação	CNH	Horas de Curso	Tempo de Serviço	Plano de Aula Escrito	Apresentação do Plano de Aula	Pontuação Final	Colocação
18	Leiza Regina Razera	0	2,00	80,00	26,40	5,00	9,00	122,40	1º
15	Daniele Diehl	0	2,00	80,00	7,20	5,00	10,00	104,20	2º
10	Lenita Lavratti Pereira	5,00	2,00	80,00	9,90	2,00	5,00	103,90	3º
26	Marta Behrend Rocha	0	2,00	48,00	39,30	3,40	6,40	99,10	4º
01	Jessica Talyta Ribeiro	0	2,00	80,00	0	4,50	9,20	95,70	5º
07	Arlete Triques Hoffelder	0	2,00	80,00	5,10	2,90	5,40	95,40	6º
14	Luana de Col	0	2,00	44,00	0	1,80	4,00	51,80	7º
05	Caroline Studene da Rosa Rodrigues	0	2,00	32,00	2,70	3,70	9,80	50,20	8º
23	Liliane de Oliveira	0	2,00	11,00	7,80	3,50	6,60	30,90	9º
11	Jossiane Schlindwein	0	2,00	15,50	7,50	4,50	8,30	37,80	10º
19	Viviane dos Santos	0	2,00	8,00	0	5,00	10,00	25,00	11º
12	Edna Maria de Pinho Rodrigues	2,50	2,00	4,00	2,70	4,40	8,50	24,10	12º
08	Jaine Camargo da Silva	0	2,00	0	5,40	4,80	9,70	21,90	13º
28	Inilce Luciana Prestes de Oliveira	0	2,00	0	6,30	3,10	5,80	17,20	14º
20	Joanice Klein	0	2,00	0	1,80	4,30	8,00	16,10	15º
25	Luciana Bittencourt dos Santos	0	2,00	0	2,70	2,60	5,60	12,90	16º
29	Tayna Regina Custodio	0	2,00	0	0	2,80	7,50	12,30	17º
22	Daniele Gonzaga Dias de Souza	0	2,00	0	0	1,80	7,30	11,00	18º
16	Sabrina Bonetti Picolli	2,50	2,00	0	0	2,00	4,40	10,90	19º
09	Fabiola da Rosa	0	2,00	0	0	1,20	6,40	9,60	20º
27	Gigliola Raquel Bizinela	0	2,00	0	5,10	0	2,20	9,30	21º
13	Estéfani Mitterer de Souza	0	2,00	0	0	2,20	4,60	8,80	22º
17	Rodrigo Valter Mattes	0	2,00	0	0	1,00	2,40	5,40	23º

\*Critério de desempate conforme item 5.2, alínea "d". (maior idade) SE TIVER

CANDIDATO DESCLASSIFICADO (SE TIVER)		
Inscr.	Candidato	
06	Nelise Aparecida Toigo	não atendeu o item 2.2.10 do Edital
03	Carla Rosana Padilha de Oliveira	não atendeu o item 2.2.10 do Edital



02	Marieli da Silva	não atendeu o item 2.2.10 do Edital
04	Rosangela Maria Dalla Costa	não atendeu às ligações de convocação
21	Aguinaldo Alves da Silva	não compareceu à apresentação do plano
24	Carlos Eduardo Martins	não compareceu à apresentação do plano

O prazo de recurso conforme ANEXO III - DO CRONOGRAMA de Edital é nos dias 11 e 12 de janeiro de 2018, até as 17h00, nos termos do item 6.2 do Edital em formulário próprio anexo ao Edital do Processo Seletivo.

Luzerna(SC), 11 de janeiro de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI  
Secretário de Saúde e Assistência Social



# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2017

Publicação Nº 1487393

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2017

Contrato nº: 120/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CNPJ: 03.725.725/0001-35

Objeto: contrato de cessão de uso de software compreendendo a atualização da legislação municipal, consolidação por dentro do texto, compilação e versionamento dos atos oficiais disponibilizados em sistema de pesquisa online, e acesso exclusivo a banco de dados compreendendo a legislação de municípios e estados brasileiros em um único ambiente de pesquisa.

Inexigibilidade nº 012/2017 Processo Licitatório n.º 624/2017.

Valor: R\$ 9.258,76 (nove mil duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos).

Data de Pagamento: até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva nota fiscal.

Data Assinatura: 13 de dezembro de 2017

Prazo: O presente contrato terá validade até 31/12/2018.

Dotação Orçamentária:

28 - 1 . 8001 . 4 . 122 . 8 . 2.14 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

### TOMADA DE PREÇO Nº 009/2017. (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 1487399

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 009/2017.

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 26/01/2018, às 09h00min na sede da Prefeitura do Município de Mafra, Departamento de Licitações, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma da Sede da Defesa Civil, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Governo e Cidadania. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo conteúdo neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 26/01/2018, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones(47) 3641-4000 ou (47) 3641-4009.

Mafra, 10 de janeiro de 2018

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 02/2018

Publicação Nº 1486590

PORTARIA Nº 02/2018, de 9 de janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador Adilson Sabatke, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias a servidora SIMONE EVERS DIAS, ocupante de cargo de Assistente Legislativo, do quadro de provimento efetivo da

Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único: As férias referem-se ao período aquisitivo de 2017, que será gozada de 22 de janeiro a 31 de janeiro de 2018, voltando dia 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da Lei Complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 9 de janeiro de 2018.

VER. ADILSON SABATKE

Presidente

# Major Vieira

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 005.2018

Publicação Nº 1486745

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2018 - SRP

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura AQUISIÇÃO DE VEICULO DO TIPO AUTOMÓVEL PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 19/01/2018 às 13h30. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Vilson Marcos Fernandes – Pregoeiro, Major Vieira/SC 05/01/2018.

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 004.2018

Publicação Nº 1486561

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2018

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura AQUISIÇÃO DE VEICULO DO TIPO AUTOMÓVEL PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSPORTE DE PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA. | Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 19/01/2018 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Vilson Marcos Fernandes – Pregoeiro, Major Vieira/SC 05/01/2018.

# Maracajá

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N° 001/FMS/2018.

Publicação N° 1486749

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial n° 001/FMS/2018.

OBJETO: Aquisição de um veículo novo zero km, modelo pick-up, cabine dupla, para 04 (quatro) pessoas, para atendimento a Vigilância Sanitária do Fundo Municipal de Saúde do Município de Maracajá/SC.

DATA DE ENTREGA: até o dia 24 de janeiro de 2018 às 09hs15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de janeiro de 2018 às 09hs30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getúlio Vargas n° 530 – Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelo telefone (48) 3523-1111, através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 10 de janeiro de 2018.

ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal em exercício

### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N.º 001/2018

Publicação N° 1486886

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N.º 001/2018

Abre inscrições para o Processo Seletivo Simplificado destinado a prover vagas no quadro temporário de pessoal, define suas normas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições legais, faz saber a quem interessar possa que se acham abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado destinado a prover vagas de NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO e ENSINO FUNDAMENTAL para CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, nos termos da Lei n° 914 de 13 de dezembro de 2012 e do art. 10 da Lei n° 985 de 12 de junho de 2014, e que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e pela legislação vigente.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado, para todos os efeitos, tem validade de 2 (dois) anos, a contar da data do ato de homologação do resultado final.

1.2 O período de validade estabelecido para este Processo Seletivo Simplificado não gera, para o Município de Maracajá, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados. A aprovação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na nomeação, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

1.3 O presente Processo Seletivo é regido pelas leis municipais: Lei Complementar n° 06 de 22 de dezembro de 2003, Lei n° 914 de 13 de dezembro de 2012 e Lei n° 985 de 12 de junho de 2014.

#### 2. DOS CARGOS, DAS VAGAS E DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas no quadro temporário de pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, atualmente existentes e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do processo seletivo.

2.1.1 Todos os classificados nos termos do item 11.6 do presente edital passam a incorporar o Cadastro de Reserva para os referidos cargos, independentemente do número de vagas, podendo ser chamados durante a vigência do presente processo seletivo para ocupação dos cargos, conforme a ordem de classificação.

2.2 Os cargos, as vagas, cargas horárias e a habilitação profissional estão relacionados nos quadros que seguem:

##### 2.2.1 CARGOS DE NIVEL SUPERIOR

Cargo	Vagas (ampla concorrência)	Vagas (portadores de necessi- des especiais)	Carga Horá- ria Semanal	Habilitação Profissional
-------	-------------------------------	--	----------------------------	--------------------------

Professor de Língua Portuguesa	01 01		40 h 10 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Português)
Professor Matemática	01		10 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em Matemática
Professor Ciências	01		20 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em Ciências
Professor Educação Patrimonial e Ambiental	01		40 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em História ou Geografia ou Ciências
Professor Educação Física	02		40 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em Educação Física
Professor Artes	01	01	40 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em Artes
Professor Ensino Religioso	01 CR		20 h 10 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em Ciências da Religião ou Curso de Teologia reconhecido pelo MEC
Professor Língua Estrangeira Inglês	CR 01		40 h 10 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Inglês)
Professor História	CR		40 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em História
Professor Geografia	CR		40 h	Nível Superior de Licenciatura Plena em Geografia
Professor Educação Infantil	04 01	02	40 h 20 h	Nível Superior em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil
Professor Séries Iniciais	01 02	01	40 h 20 h	Nível Superior em Pedagogia com habilitação em Séries/Anos Iniciais ou Normal Superior com habilitação em Séries/Anos Iniciais
Psicólogo	01		20 h	Ensino Superior completo em Psicologia com Registro no respectivo Conselho Regulador da Categoria Profissional

### 2.2.2 CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Vagas (ampla concorrência)	Vagas (portadores de necessidades especiais)	Carga Horária	Habilitação Profissional
Auxiliar de Agente Administrativo	01		40 h	Ensino Médio Concluído
Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	06		40 h	Nível Médio em curso de Magistério e ou Educação Geral

### 2.2.3 CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo	Vagas (ampla concorrência)	Vagas (portadores de necessidades especiais)	Carga Horária	Habilitação Profissional
Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais	05	02	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental incompleto ou Ensino Fundamental completo

## 2.3 DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.3.1 Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em Processo Seletivo Simplificado, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

2.3.2 O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

2.3.3 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, salvo quando houver apenas uma vaga.

2.3.4 O não preenchimento de vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais acarretará na destinação das referidas vagas para os candidatos de ampla concorrência.

## 3. DOS VENCIMENTOS E DA JORNADA DE TRABALHO

3.1 O vencimento mensal vigente de cada um dos cargos, objeto deste Processo Seletivo Simplificado, é o que segue:

### 3.1.1 – Cargos de Nível Superior

Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial (R\$)
Professor Língua Portuguesa	40 10	2.239,72 559,93
Professor Matemática	10	559,93



Professor Ciências	20	1.119,86
Professor Educação Patrimonial e Ambiental	40	2.239,72
Professor Educação Física	40	2.239,72
Professor Artes	40	2.239,72
Professor Ensino Religioso	20	1.119,86
Professor Língua Estrangeira Inglês	40	2.239,72
	10	559,93
Professor História	40	2.239,72
Professor Geografia	40	2.239,72
Professor Educação Infantil	40	2.239,72
	20	1.119,86
Professor Séries Iniciais	40	2.239,72
	20	1.119,86
Psicólogo	20	1.501,24

### 3.1.2 – Cargos de Nível Médio

Cargo	Carga Horária	Vencimento Inicial (R\$)
Auxiliar de Agente Administrativo	40	1.170,46
Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	40	937,00

### 3.1.2 – Cargos de Nível Fundamental

Cargo	Carga Horária	Vencimento Inicial (R\$)
Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais	40	1.119,57

3.2 O horário/período de trabalho obedecerão à jornada de trabalho do Município, podendo ser diurno ou noturno, como poderá exigir-se a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados.

## 4. DAS INSCRIÇÕES

### 4.1 DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1.1 A taxa de inscrição deverá ser paga mediante boleto bancário emitido no ato de inscrição, cujos valores para os cargos/função, de acordo com os níveis de escolaridade, serão os seguintes:

- a) Cargos de Nível Superior: R\$ 110,00 (Cento e Dez Reais)
- b) Cargos de Nível Médio: R\$90,00 (Noventa Reais)
- c) Cargos de Nível Fundamental: R\$ 60,00 (Sessenta Reais)

4.1.2 O valor da taxa de inscrição, uma vez pago, não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo Simplificado.

### 4.2 DAS NORMAS PARA INSCRIÇÃO

4.2.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado, inclusive dos requisitos exigidos no momento da posse previstos no item 13.2 deste Edital, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2.2 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento do formulário de inscrição online no endereço eletrônico: ([www.unesc.net/concursomaracaja](http://www.unesc.net/concursomaracaja)) e o pagamento da taxa de inscrição relativa ao respectivo cargo selecionado.

4.2.3 Cada candidato terá direito apenas a uma inscrição e concorre somente para a vaga do cargo/função no Processo Seletivo Simplificado de que se trata este Edital.

4.2.3.1 No caso do candidato efetivar mais de uma inscrição será considerada válida a inscrição de data mais recente, ou de maior número de inscrição, se ambas tiverem a mesma data.

4.2.4 Não serão aceitos pedidos de isenção de taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pela Lei n.º 10.567/97 (doadores de sangue). Neste caso, deverá ser entregue o comprovante de doador na Prefeitura Municipal de Maracajá, até o dia 30 de janeiro de 2018, mediante recebimento de protocolo.

4.2.4.1 Caso a documentação comprobatória da condição de doador de sangue esteja incompleta ou irregular a inscrição do candidato será indeferida.

4.2.5 Não será aceita inscrição por via postal, fac-símile, condicional ou fora do período estabelecido. Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não-atendimento a todos os requisitos fixados.

4.2.6 As informações prestadas no Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, ou de seu representante legal, podendo a Prefeitura Municipal de Maracajá excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que ao efetivar com dados incorretos ou rasurados bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

#### 4.3 DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

4.3.1 A inscrição poderá ser feita mediante o correto preenchimento do formulário de inscrição online no endereço eletrônico ([www.unesc.net/concursomaracaja](http://www.unesc.net/concursomaracaja)) e o pagamento da taxa de inscrição relativa ao respectivo cargo selecionado, ambos no período de 10 à 30 de janeiro de 2018.

4.3.2 É obrigatório o correto preenchimento de todos os campos do formulário de inscrição online. O não-preenchimento do campo referente ao cargo pretendido implicará no indeferimento do pedido de inscrição, pois esse procedimento possui caráter eliminatório.

#### 5. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA

5.1 A prova do Processo Seletivo Simplificado, objeto deste Edital será realizada na cidade de Criciúma, no campus da UNESC, sito a Avenida Universitária, 1.105 – Bairro Pinheirinho – Criciúma SC.

5.2 É responsabilidade do candidato, ou de seu representante legal, confirmar sua inscrição e o local de realização da prova a partir do dia 02 de fevereiro de 2018, em um dos seguintes endereços:

a) [www.unesc.net/concursomaracaja](http://www.unesc.net/concursomaracaja)

b) [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

c) no Mural Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Av. Getúlio Vargas, nº 530 – Centro.

5.3 Caso os dados pessoais do candidato, constantes na confirmação de inscrição, não estiverem de acordo com o Requerimento de Inscrição, o candidato, ou seu representante legal, deverá solicitar retificação à Coordenação Local no dia da prova.

5.4 Não será aceito pedido de alteração de opção de cargo diferente daquela preenchida no Requerimento de Inscrição.

5.5 O candidato é responsável pela conferência dos dados da confirmação de inscrição e do local de realização das provas, via online, ou pessoalmente.

#### 6. DA PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1 A relação das inscrições deferidas será publicada até 02 de fevereiro de 2018, nos sites [www.unesc.net/concursomaracaja](http://www.unesc.net/concursomaracaja) e/ou [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br), no Mural Público da sede da Prefeitura Municipal de Maracajá e no Bloco Administrativo na sede da UNESC.

#### 7. DA PROVA

7.1 A prova para todos os cargos será de caráter classificatório e eliminatório.

7.2 A prova terá duração de 3h e 30min (Três horas e Trinta minutos), com 40 questões objetivas de múltipla escolha, subdivididas em 04 (quatro) alternativas de resposta, de "a" a "d", e dessas alternativas somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta, e será composta de: 15 questões de Conhecimentos gerais e de 25 questões de Conhecimentos específicos para cada cargo, os quais abrangem o programa das disciplinas especificado no Anexo I deste Edital, de acordo com o cargo escolhido pelo candidato.

7.3 A prova será realizada no dia 04 de fevereiro de 2018, no horário das 13h às 16h30min.

7.3.1 O candidato deverá comparecer ao local de prova com pelo menos 30 minutos de antecedência ao início da prova.

7.4 O candidato que necessitar de prova especial (ampliada ou em braile), ou que necessitar de tratamento diferenciado para realizar a prova, deverá requerê-lo na Prefeitura Municipal de Maracajá, até o dia 30 de janeiro de 2018, à Comissão de Processo Seletivo Simplificado, por escrito, comprovando, com laudo médico, sua necessidade.

7.4.1 O candidato que não requerer a prova especial, seja qual for o motivo alegado, não terá a prova especial preparada.

7.4.2 O candidato que requerer prova ampliada receberá todo material de prova (caderno de prova e folha de respostas personalizado) ampliado com fonte Arial, tamanho 26.

7.4.3 O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para a realização da prova deverá requerê-lo, por escrito, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua necessidade especial.

#### 8. DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

##### 8.1 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

8.1.1 Somente será admitido para realizar a provão candidato que estiver munido de documento de identidade original.

8.1.2 Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Cédula de Identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade (OAB, CORECON, CRA, CRP, CREA, etc.); Passaporte e Carteira de Trabalho.

8.1.3 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

## 8.2 DO MATERIAL PERMITIDO

8.2.1 Para realização da prova o candidato deverá trazer somente caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

8.2.2 Não será permitida a entrada de candidatos em sala de prova portando livros, dicionários, apontamentos, resumos, apostilas, jornais, revistas, máquinas de calcular e/ou equipamentos similares, telefone celular, bipe, notebook, chave de carro com dispositivo eletrônico (alarme), ou qualquer receptor, etc., sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

## 8.3 DO ACESSO À SALA DE PROVA

8.3.1 O candidato deverá chegar ao local de realização da prova com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para a realização da prova. Os portões de acesso à sala de prova serão fechados rigorosamente às 13:00h (treze horas).

8.3.2 Não será admitido no local de realização da prova o candidato que se apresentar após o horário determinado.

8.3.3 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

## 8.4 DA SAÍDA DA SALA

8.4.1 O candidato não poderá sair da sala de realização da prova antes de transcorrida uma hora do seu início.

8.4.2 O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, portando material de prova (caderno de questões e/ou folha de respostas).

8.4.3 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de prova durante sua realização somente poderá fazê-lo se acompanhado de um fiscal.

8.4.4 Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de questões e a folha de respostas devidamente preenchido e assinado, com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

8.4.5 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão entregar o material de prova e se retirarem da sala simultaneamente.

## 8.5 DO CADERNO DE PROVA E DO CARTÃO RESPOSTA

8.5.1 Para realização da prova o candidato receberá o caderno de questões e a folha de respostas personalizada.

8.5.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento da folha de respostas de acordo com as instruções dele constantes, não podendo ser substituído, em caso de marcação errada ou rasura.

8.5.3 Na folha de respostas não serão computadas as questões em branco, as questões com duas ou mais alternativas assinaladas e as questões rasuradas.

## 9. DA SEGURANÇA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1 Para garantir a lisura e segurança na realização da prova a Coordenação Local poderá fazer uso de detectores de metal nos banheiros, nos corredores e/ou na sala de prova, e identificação datiloscópica de candidatos por autoridade competente que, se necessário, fará vistoria rigorosa. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

9.2 Para assegurar a lisura do Processo Seletivo Simplificado, a Prefeitura Municipal de Maracajá, a qualquer momento, durante o processo seletivo, poderá proceder à autenticação de documentos pertinentes, inclusive no momento da nomeação dos aprovados.

## 10. DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

10.1 Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, além dos outros requisitos previstos neste Edital:

- a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- b) apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;

- c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar um dos documentos de identidade exigidos nos termos deste Edital, para a realização da prova;
- e) ausentar-se da sala de realização da prova, sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrido o prazo mínimo para saída do candidato da sala;
- f) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- g) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (pagers, celulares, etc.) ou arma de fogo ou arma branca;
- h) lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;
- i) não devolver integralmente o material de prova;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- l) não apresentar os documentos exigidos por ocasião da posse;
- m) preencher o formulário de inscrição de forma incompleta, principalmente no item que trata do cargo.

## 11. DA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO NA PROVA

11.1 Os candidatos aprovados serão classificados por cargo, em ordem decrescente de acertos da Prova.

11.2 Para fim de desempate as 15 (quinze) questões de conhecimentos gerais terão peso 4 (quatro), e a soma das 25 (vinte e cinco) questões de conhecimentos específicos terão peso 6 (seis).

11.2.1A Nota da Prova, para fim de desempate, será calculada pela média aritmética ponderada da Prova, calculada pela seguinte fórmula:

$$NF = (CG \times 4) + (CE \times 6)$$

10

onde:

NF = Nota final

CG = Nota de Conhecimentos Gerais

CE = Nota de Conhecimentos Específicos

11.3 Se após a aplicação dos critérios constantes do item 11.2, ainda persistir o empate, dar-se-á preferência ao candidato de maior idade.

11.4 Será atribuída nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova:

- a) assinalada(s) no cartão de resposta que não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo Simplificado;
- b) assinalada(s) no cartão de resposta que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) que contenha(m) mais de uma opção assinalada no cartão de resposta;
- d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de resposta; e
- e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão de respostas, ou seja, preenchidas com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de tinta azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão de resposta.

11.5 Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova, essa(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente pelo(s) candidato(s).

11.6 Será considerado classificado na prova o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova.

## 12. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

12.1 É admitido pedido de recurso quanto:

- a) ao indeferimento da inscrição;
- b) ao conteúdo e à elaboração das questões da prova;
- c) ao gabarito divulgado; e

d) à classificação no Processo Seletivo Simplificado.

12.2 Os pedidos de recurso relativos ao item 12.1 deverão ser interpostos por escrito pelo candidato, até as 17 horas do dia útil subsequente, contados da ocorrência do evento, à Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no Setor de Prestação de Serviços da UNESC (Campus Criciúma/SC, Bloco da CENTAC, 2º Piso, Sala 8), ou na Prefeitura de Maracajá, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 530 – Centro de Maracajá, no Departamento de Educação.

12.3 As questões da prova e o seu gabarito estarão à disposição dos interessados, a partir das 17:00 horas do dia 05 de fevereiro de 2018, nos sites [www.unesc.net/concursomaracaja](http://www.unesc.net/concursomaracaja) e/ou [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).

12.4 Não serão admitidos, em nenhuma hipótese, pedidos de revisão via fax e/ou pelo correio eletrônico.

12.5 Somente serão apreciados os pedidos de recurso expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justificam, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo pretendido no Processo Seletivo Simplificado e o endereço completo para correspondência.

12.6 O pedido de recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, sendo observada, para cômputo de prazo, a data do respectivo protocolo ou data dos carimbos dos correios.

### 13. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

#### 13.1 Da nomeação

13.1.1 O candidato será nomeado no cargo, por ato do Prefeito Municipal de Maracajá obedecendo-se à ordem de classificação final por cargo.

13.1.2 A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura o direito de ingresso automático no quadro temporário de pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá.

13.1.3 Os candidatos aprovados serão convocados por ordem classificatória decrescente, alternando entre ampla concorrência e portadores de necessidades especiais, para ocupação de vagas conforme a necessidade exclusiva da Prefeitura Municipal de Maracajá.

13.1.3.1 Os candidatos aprovados que optarem por não ocupar determinada vaga disponível naquele momento permanecerão à disposição conforme sua classificação, sendo convocado o próximo na lista de classificação.

13.1.3.2 A desistência de qualquer das vagas depois de devidamente assinado o Contrato Administrativo acarretará em desclassificação no presente processo seletivo, não sendo mais convocado para qualquer vaga.

13.2 A convocação da posse será por meio de ato oficial, fixado no mural da prefeitura e comunicado pelo telefone de cadastro do ato de inscrição.

13.2.1 A posse ocorrerá após a entrega da documentação exigida e elaboração do Contrato Administrativo pelo Setor de Pessoal.

13.2.2 Por ocasião da convocação de posse, o candidato nomeado deverá apresentar os seguintes documentos, na Prefeitura Municipal de Maracajá, no Setor Pessoal:

Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos;

Carteira de Identidade;

Documento comprobatório de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

Título de eleitor e comprovante de votação da última eleição e/ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;

Certificado de reservista ou equivalente (sexo masculino);

Comprovante de residência;

Certidão de casamento;

Certidão de nascimento ou carteira de identidade dos dependentes (filhos menores de 21 anos ou inválidos de qualquer idade);

Carteira Profissional

PIS/PASEP

Comprovação do nível de escolaridade e da habilitação profissional, exigidos neste Edital;

Comprovação de estar regularmente registrado no respectivo Conselho Profissional quando exigido por este Edital;



1 (uma) Foto 3x4

Declaração de bens ou declaração de Imposto de Renda

Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares no exercício da função pública.

Declaração de não-acumulação de cargos públicos e proventos de aposentadoria não-acumuláveis. No caso de acumulação legal de cargos ou percepção de proventos, informar sobre o cargo, órgão ao qual pertence a carga horária do servidor.

Certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Federal, da Justiça Estadual e/ou da Justiça do Distrito Federal, da Justiça Eleitoral, todas da cidade onde residiu o candidato nos últimos 5 (cinco) anos, expedidas no máximo, há 3 (três) meses.

Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral, necessário para o exercício do cargo, expedido pela Junta Médica do Município;

13.2.3 O não-cumprimento dos requisitos exigidos pelo Edital de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado impede a posse do candidato.

13.2.4 Em caso de desistência, o candidato deverá assinar termo de desistência no Setor Pessoal ou enviar pedido de desistência pelo e-mail de cadastro da inscrição.

13.3 Os candidatos aprovados e que venham a ocupar o cargo poderão ser exonerados a qualquer momento mediante:

- a) o término do fato que gerou a excepcionalidade para a contratação do mesmo;
- b) o recebimento de 2 (duas) advertências, a juízo da municipalidade.

13.3.1 No caso do disposto no item 13.3, alínea "b", o candidato será excluído dos classificados no processo seletivo simplificado, não podendo ser novamente convocado para ocupar nova vaga.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será feita em duas listas, no dia 09 de fevereiro de 2018, a partir das 17:00 horas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, e a segunda somente os aprovados, de acordo com a ordem classificatória por cargo.

14.2 A homologação do resultado final do processo seletivo ocorrerá a partir do dia 19 de fevereiro de 2017 pela Prefeitura Municipal de Maracajá.

14.3 A Prefeitura Municipal de Maracajá e a UNESCO não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, à alimentação e ao alojamento dos candidatos, quando da realização da prova.

14.4 A responsabilidade operacional do Processo seletivo de que trata o presente Edital, cabe a FUCRI/UNESC, mediante contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Maracajá.

14.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo seletivo da UNESCO, prevista neste Edital e pela Comissão constituída por ato do Prefeito Municipal de Maracajá.

#### 15. DA PUBLICAÇÃO E DO FORO

15.1 O extrato do presente Edital será publicado em jornal de circulação local do Município de Maracajá.

15.2 O Edital completo, estará disponível nos sites [www.unesc.net/concursomaracaja](http://www.unesc.net/concursomaracaja) e/ou [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br) e afixados no Mural Público da Prefeitura Municipal de Maracajá e no hall da Biblioteca na UNESCO.

15.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir toda e qualquer questão inerente ao presente Processo Seletivo Simplificado.

Maracajá, 08 de janeiro de 2018.  
ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Anexo I – Conteúdo Programático

##### 1 - Cargos de Nível Superior

1.1 - Conhecimentos gerais para todos os cargos de nível superior: 15 questões

Atualidades: Atualidade, cultura, economia, transformações e estrutura social. Política no Brasil e no mundo, tipos de energias, tecnologias empregadas na transformação da economia mundial, arte e cultura. Educação e desenvolvimento social. Aspectos importantes da história e da geografia brasileiras. Economia sustentável e biodiversidade.

Português: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais. Leitura e interpretação de pequenos textos. Escrita de palavras. Separação em sílabas. Gênero masculino e feminino. Ordem alfabética. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática/Raciocínio Lógico: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos; Funções: Definição, Operações; Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração.

#### 1.2 – Conhecimentos específicos para cada cargo de nível superior: 25 questões

Psicólogo: Atribuições e intervenção do Psicólogo clínico, educacional, em saúde e na Assistência Social. Diagnóstico psicossocial e intervenção. Promoção, recuperação, reabilitação da saúde mental. Psicodiagnóstico e diagnóstico psicológico. Elaboração de laudo psicológico. Oficinas terapêuticas. Grupo operativo. Psicoterapia individual e grupal, nas diferentes faixas etárias e abordagens. Aplicação e análise de testes de inteligência e personalidade. Avaliação e atendimento a crianças com problemas de deficiência mental e sensorial. Avaliação e atendimento a crianças com dificuldades escolares. Aspectos preventivos e de intervenção sobre a dependência de drogas no âmbito educacional e da saúde. Atendimento em psicoterapia breve e em situações de crise. Avaliação e intervenção psicopedagógica. Trabalho em equipes multidisciplinares e programas de ação comunitária. Triagem e encaminhamento para serviços de saúde mental, assistência social, assistência a direitos violados e demais recursos da comunidade. Pesquisa e intervenção em psicologia no âmbito da clínica, saúde, educação, trabalho, assistência social. Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005) e Resoluções CFP nº 001/2009 e nº 007/2003. Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social – LOAS e dá outras providências. Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e altera alguns dispositivos da Lei Orgânica de Assistência Social. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com suas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM COMUM PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSORES: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), Constituição Estadual de Santa Catarina, Lei Complementar n. 170 de 1998, Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (Normas sobre Educação Básica), Plano Estadual de Educação de Santa Catarina. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Professor de Educação Infantil: Tendências Pedagógicas; Teorias da aprendizagem; Planejamento e avaliação; Currículo e interdisciplinaridade; Formação continuada e desenvolvimento profissional; Teóricos da formação docente; Legislação Educacional; Gestão democrática e participativa; Políticas educacionais; Projeto Político-Pedagógico; Educação inclusiva; Regimento escolar; Fundamentos e metodologias de ensino aplicadas na Educação Infantil; Concepções de infância. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.

Professor de Séries Iniciais: Tendências Pedagógicas; Teorias da aprendizagem; Planejamento e avaliação; Currículo e interdisciplinaridade; Formação continuada e desenvolvimento profissional; Teóricos da formação docente; Legislação Educacional; Gestão democrática e participativa; Políticas educacionais; Projeto Político-Pedagógico; Educação inclusiva; Regimento escolar; Fundamentos e metodologias de ensino aplicadas às séries iniciais. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental

Professor de Ensino Religioso: Fenômenos religiosos e diversidade cultural. Tradições religiosas. Ser humano e o conhecimento revelado. Base epistemológica e conceitos. Didática e avaliação. Ensino Religioso na legislação brasileira e catarinense.

Professor de História: O ensino da disciplina de História, seus conceitos e temporalidades. Processos históricos nos mais variados temas/ conteúdos de História regional, História do Brasil, História da América, História da África e História Geral, através dos conceitos de tempo, relações sociais, trabalho, poder, cultura e memória. Documentos norteadores e legislação de ensino do ensino de História. História e cultura afro-brasileira e indígena. História do Município de Maracajá.

Professor de Educação Física: Conhecimento das concepções críticas da Educação Física; processos e instrumentos de avaliação; planejamento e organização dos processos de ensino e aprendizagem; legislação de ensino; conhecimentos da cultura corporal; mídia e educação física.

Professor de Matemática: Estatística e Probabilidade; Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos; Funções: Definição, Operações; Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica; Porcentagem; Geometria; Álgebra; Análise Combinatória; Progressões.

Professor de Língua Portuguesa: Práticas de recepção e produção de textos: uso e reflexão. Léxico, ortografia e variação linguística. Reconhecimento de problemas gerais de coerência e coesão. Reconhecimento de gêneros textuais de diferentes esferas da comunicação. Domínio da norma padrão. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Português.

Professor de Língua Estrangeira (Inglês): Práticas de leitura de diferentes gêneros textuais em língua inglesa. Ortografia da língua inglesa. Falsos cognatos. Tópicos gramaticais de língua inglesa. Estratégias de Skimming e Scanning: teoria e prática. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Língua Estrangeira.

Professor de Artes: As artes visuais, o teatro, a música, a dança e outras expressões da visualidade contemporânea; Relações interculturais, saberes e estéticas étnico-raciais e indígenas na sociedade brasileira; Arte e meio ambiente; História da arte moderna e contemporânea, com ênfase nas artes visuais; Patrimônio e produção cultural; Fundamentos teóricos, históricos e metodológicos no Ensino da Arte; Ensino da Arte e avaliação; Legislação e políticas públicas nacionais no Ensino da Arte.

Professor de Educação Ambiental e Patrimonial: As correntes da Educação Ambiental. Bases filosóficas e fundamentos da questão ambiental. Política de Educação ambiental na comunidade. Constituição da República: Art. 225. Política Nacional de Meio Ambiente: Lei nº 6.938/81. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: LEI No 9.985/2000. Política Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina: Lei nº 13.558/2005. Caracterização e recuperação de áreas degradadas. Desenvolvimento sustentável. Qualidade e meio ambiente: ar, água, solo, saúde, segurança e meio ambiente. Legislação sobre patrimônio cultural no país, no estado e no município. Conceitos centrais

de patrimônio cultural, Educação Patrimonial, memória, história, identidade, cidadania. Processos de educação patrimonial e os diálogos entre o patrimônio histórico e educação. Materialidade e imaterialidade no patrimônio cultural. Patrimônio educativo, industrial, rural, de imigração, e demais tipologias. Patrimônios Históricos do Município de Maracajá.

Professor de Geografia: Espaço geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Orientação e representação espacial; Fusos horários; Escala cartográfica e geográfica, cálculo de escalas; Ambiente natural: ocupação, preservação/conservação; Economia e sociedade: desigualdades mundiais; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: diferenças regionais; Fontes energéticas: A produção de energia – mundo e Brasil; A questão do biodiesel. Desenvolvimento econômico e a desigualdade social. As grandes desigualdades, regionais, naturais e humanas. Processo de Globalização: A economia globalizada; Os fluxos da economia global e a fome no mundo; Meio Ambiente: A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; Perspectivas e desafios da sociedade atual com relação ao meio ambiente; Mudanças Climáticas; Evolução da humanidade e o clima; Políticas Nacionais e Internacionais sobre mudanças climáticas; Recursos naturais: localização e potencialidades; Os recursos energéticos (biomassa, hidroeletricidade, outras fontes de energia) e os recursos naturais; Geografia e educação ambiental. Meio Físico: Forma, dimensões, movimentos e estrutura do Planeta Terra; Caracterização do meio físico (geologia, geomorfologia, relevo, vegetação, domínios, biomas; processos erosivos e de formação do solo, solos; transformações naturais e antrópicas); As paisagens naturais; Climatologia: conceitos, camadas da atmosfera; caracterização, funções, processos e composição da atmosfera, climas. Sistemas de projeções. Identificação de sistemas de drenagem. Noções e conceitos básicos no ensino de geografia. Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia da População: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população no Brasil e no mundo globalizado. SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

Professor de Ciências:

CICLO DE MATÉRIA E ENERGIA: estados físicos da matéria, transformação (ocorrência e utilização), Processos de produção de energia (substâncias químicas, misturas, noções de atomística, tabela periódica, ligações químicas, reações químicas, calor, eletricidade). NOÇÕES DE BIOLOGIA CELULAR: seres eucariontes e procariontes, características estruturais das células (membrana plasmática citoplasma e núcleo celular), A célula eucariótica animal: biomembranas, especializações da membrana plasmática (envoltórios, projeções, junções); componentes celulares citoplasmáticos: citoesqueleto, substâncias de reserva e de secreção, organelas; núcleo celular; divisão celular (mitose meiose); o núcleo interfásico e divisional. SERES VIVOS: noções de classificação; principais características e representantes dos reinos: Monera, Protista, Fungi, Animais e plantas; Noções de parasitologia. VÍRUS: características e viroses. FUNDAMENTOS DE ECOLOGIA: conceitos fundamentais (organismos, populações e comunidades, habitat, nicho ecológico) interação do meio biótico e abiótico; Preservação, degradação e recuperação ambiental; Biomas brasileiros; Interações entre os seres vivos. O CORPO HUMANO: Funções corporais básicas (digestão, respiração, circulação, excreção e reprodução); sexualidade (reprodução e prevenção). NOÇÕES DE GENÉTICA E EVOLUÇÃO: - fecundação e hereditariedade (gametas, ovulogênese e espermatogênese na espécie humana); genes, genótipo e fenótipo; características hereditárias (homozigose, heterozigose, heredograma etc.); grupos sanguíneos e fator Rh. AR: os diferentes gases e suas funções no ambiente; influência do ar nas alterações climáticas, implicações sobre os seres vivos. O SOLO: estrutura da Terra, processos de produção, o homem como agente de transformação do solo. ÁGUA: ciclo da água: ocorrência de nuvens, neblina, orvalho, geada, granizo e neve; separação dos componentes de uma mistura por meio de mudanças de estado físico: vaporização, condensação, liquefação, fusão, solidificação; fontes que alteram a qualidade da água (algas, turbidez, cor, dureza, pH, DBO – demanda biológica de oxigênio).

## 2 - Cargos de Nível Médio

### 2.1 - Conhecimentos gerais para todos os cargos de nível Médio: 15 questões

Atualidades: Atualidade, cultura, economia, transformações e estrutura social. Política no Brasil e no mundo, tipos de energias, tecnologias empregadas na transformação da economia mundial, arte e cultura. Educação e desenvolvimento social. Aspectos importantes da história e da geografia brasileiras. Economia sustentável e biodiversidade.

Português: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais. Leitura e interpretação de pequenos textos. Escrita de palavras. Separação em sílabas. Gênero masculino e feminino. Ordem alfabética. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática/Raciocínio Lógico: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos; Funções: Definição, Operações; Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração.

### 2.2 – Conhecimentos específicos para cada cargo de nível Médio: 25 questões

Auxiliar de Ensino de Educação Infantil: Ética profissional; Virtudes profissionais: conceitos e valor; Segurança no Trabalho: conceito; Procedimentos de segurança no trabalho; Qualidade de vida no trabalho: cuidados com a saúde, administração de stress; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: conceito (Estatuto, criança, adolescente); características do ECA; Conselho Tutelar: constituição; Regimento Escolar.

Auxiliar de agente administrativo: Redação oficial: aspectos gerais, as comunicações oficiais, elementos de ortografia e gramática das redações oficiais. Gestão de arquivos municipais: criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais; informação, documentos e arquivo público municipal: características e importância; arquivo público municipal: requisitos para sua criação, implantação e operacionalização. Licitação: princípios; responsáveis pela licitação; modalidades de licitação; tipos de licitação. Atendimento ao público: processo de comunicação, tipos de comunicação, relacionamento interpessoal, postura profissional, atendimento telefônico. Cultura organizacional: conceituação de cultura organizacional; como é usada a cultura; culturas de ramos de negócios e subculturas da organização; administração e mudança de cultura. Gestão da qualidade: definições, conceitos e pressupostos; gestão da rotina diária; gestão de melhorias contínuas; ciclo do PDCA; metodologia 5S. Gestão de Estoques: classificação dos estoques, controle de estoques, políticas de estoque, Curva ABC, gerenciamento de estoques. Cálculos matemáticos: porcentagens, juros, frações e equações do segundo grau.

## 3 - Cargos de Ensino Fundamental

### 3.1 Conhecimentos Gerais para cargo de nível Ensino Fundamental

Atualidades: Atualidade, cultura, economia, transformações e estrutura social. Política no Brasil e no mundo, tipos de energias, tecnologias empregadas na transformação da economia mundial, arte e cultura. Educação e desenvolvimento social. Aspectos importantes da história e da geografia brasileiras. Economia sustentável e biodiversidade.

Português: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais. Leitura e interpretação de pequenos textos. Escrita de palavras. Separação em sílabas. Gênero masculino e feminino. Ordem alfabética. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática/Raciocínio Lógico: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos; Funções: Definição, Operações; Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração.

### 3.2 Conhecimentos Específicos para cargo de nível Ensino Fundamental

Auxiliar de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais: Aspectos gerais da limpeza urbana nas cidades brasileiras; A limpeza urbana no Brasil; A importância do serviço da limpeza urbana; Limpeza de Logradouros Públicos; A importância da limpeza de logradouros públicos; Aspectos históricos; Aspectos sanitários; Aspectos estéticos; Aspectos de segurança; Resíduos encontrados nos logradouros; Serviços de varrição; Aspectos construtivos das vias urbanas; Redimensionando roteiros de varrição manual; Utensílios, ferramentas e vestuário; Tarefas do varredor; - Varrição; Varrição mecanizada; Capinação; Serviços de capina e raspagem; Serviços de roçagem; Equipamentos mecânicos para roçagem de mato; Serviços de limpeza de ralos; Serviços de limpeza de feiras; Serviços de remoção manual e mecânica; Como reduzir o resíduos sólidos urbano lixo público; Limpeza de logradouros em cidades turísticas; Limpeza de logradouros; Limpeza de bocas-de-lobo ou caixas de ralo; Normas técnicas e resoluções correlacionadas: Coleta seletiva - Resolução CONAMA nº 275/2001; • Resíduos do Serviço de Saúde - Resolução CONAMA nº 358/2005; • Resíduos da construção civil - Resolução CONAMA nº 307/2002; • Óleo lubrificante - Resolução CONAMA nº 362/2005; • Pneus - Resolução CONAMA nº 258/99; • Pilhas e baterias - Resolução CONAMA nº 257/1999; • Resíduos sólidos - Classificação NBR 10.004; e • Aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos - NBR 8.419 e NBR 843. Lei nº 11.445/2007 do Saneamento Básico; Lei 12305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Riscos, doenças e acidentes relacionados ao trabalho de limpeza urbana; Riscos; Doenças; Acidentes; Prevenção de riscos, doenças e acidentes relacionados ao trabalho; Equipamento de proteção individual – EPI (NR6); Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR9) Trabalhos a céu aberto (NR21) Outras formas de prevenção para garantia da saúde e da segurança.

#### Anexo II

#### Descrição das Atividades dos Cargos

##### NÍVEL SUPERIOR

Cargos: Professor (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Patrimonial/Ambiental, Educação Física, Artes, Ensino Religioso, Língua Estrangeira Inglesa, História, Geografia, Pedagogo Educação Infantil e Pedagogo Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental).

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Nível Superior completo na área específica.

##### DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Participar da elaboração do Regimento Escolar e Proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Cargo: Psicólogo

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Psicologia com Registro no respectivo Conselho Regulador da Categoria Profissional.

##### DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Planejar, desenvolver, executar, interpretar, elaborar, orientar, analisar, acompanhar, validar e avaliar estratégias de intervenções psicossociais



a partir das necessidades e clientela identificadas entre os beneficiários e comunidade, fazendo-o por intermédio de técnicas psicológicas aplicadas na área de atuação, de acordo com a metodologia, as técnicas e as normas aceitáveis em sua área profissional.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- Atuar em parceria e integração com as equipes multisetoriais atuantes no município, em especial, no atendimento de programas federais ligados à assistência social, educação e saúde;
- Trabalhar em equipes multiprofissionais, colaborando na construção dos projetos terapêuticos e executando metas e metodologias derivadas dos programas implementados no município;
- Desenvolver diagnóstico psicossocial no setor em que atua visando à identificação de necessidades e da clientela alvo de sua atuação, proporcionando, por intermédio do acompanhamento profissional, acompanhamento e resolução das demandas;
- Desenvolver atividades que visem a preservação, promoção, recuperação, reabilitação da saúde mental e valorização do ser humano;
- Proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano para possibilitar a orientação à seleção e ao treinamento atitudinal no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínica;
- Realizar diagnóstico e atendimento psicológico;
- Elaborar laudos psicológicos;
- Efetuar o acompanhamento em pacientes em situação de risco;
- Participar de oficinas terapêuticas, realizar grupos temáticos e psicodiagnósticos;
- Oferecer psicoterapia, ludoterapia individual e ou grupal, com acompanhamento clínico, para tratamento dos casos;
- Empregar técnicas como testes de inteligências e personalidade, observações de conduta;
- Atender crianças com problemas de deficiência mental e sensorial ou portadora de desajustes familiares ou escolares, encaminhando-se para as escolas ou classes especiais;
- Promover e participar de ações intersetoriais com outras secretarias do poder público sociedade civil;
- Orientar e encaminhar clientela para atendimento curativo e/ou preventivo no âmbito da saúde mental;
- Orientar familiares;
- Realizar e participar de programas educativos para pais e educadores, voltados à prevenção e solução de problemas relacionados a dependências químicas;
- Prestar atendimento breve a pacientes em crise e a seus familiares, bem como a alcoolistas e toxicômanos;
- Formular hipóteses de trabalho, para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; realizar pesquisas psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos;
- Manter atualizado o prontuário de casos estudados;
- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multidisciplinares e programas de ação comunitária visando a construção de ações integradas;
- Desenvolver ações de pesquisas e aplicações práticas da psicologia no âmbito da saúde, educação, trabalho, assistência social e outros;
- Assessorar, prestar consultoria e dar pareceres dentro de uma perspectiva psicossocial;
- Elaborar relatórios de trabalhos desenvolvidos;
- Manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Psicologia;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

**NÍVEL MÉDIO**

Cargo: Auxiliar de Ensino da Educação Infantil

**NÍVEL DE FORMAÇÃO:** Nível Médio em curso de magistério e ou Educação Geral.

**Descrição Sumária:** Auxiliar os docentes em creches e jardins, no tocante ao atendimento às crianças.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Executar trabalhos de auxílio aos docentes do Ensino de Educação Infantil no tocante a:

- Recepcionar as crianças na entrada e saída do horário escolar;
- Realizar tarefas de banho e higiene das crianças;
- Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados;
- Manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação;
- Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças;
- Auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças;
- Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

Cargo: Auxiliar de Agente Administrativo

**NÍVEL DE FORMAÇÃO:** Ensino Médio Concluído

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver tarefas na área administrativa e executar atividades auxiliares do serviço de administração realizando trabalhos administrativos de rotina básica, tais como a organização de documentos, manutenção de controles, atendimento ao público, serviços de suporte técnico-administrativo, auxílio a função de agente administrativo, auxílio a superiores hierárquicos e outros funcionários da administração, operação de máquinas e equipamentos, fazendo-o de acordo com as técnicas e metodologias inerentes à área funcional.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**



- Desenvolver atividades na área administrativa dando suporte técnico-administrativo em atividades desenvolvidas pela administração;
- Receber, entregar, levar e buscar documentos, materiais de pequeno porte, livros e outros, através de malote e protocolo, providenciando os registros necessários de empréstimos e devoluções e afixar materiais de divulgação em editais, quando necessário;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Receber encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Realizar e atender chamadas telefônicas, anotar e enviar recados;
- Controlar a entrada e saída de materiais, ferramentas e equipamentos;
- Atuar como responsável pela fiscalização e manutenção da ordem nos ambientes;
- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias e sociedade na operacionalização de ações e agendas;
- Elaborar cálculos matemáticos referentes ao nível do segundo grau escolar, tais como: porcentagens, juros, frações e equações de segundo grau;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;
- Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros, publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas consultas;
- Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes;
- Conferir lançamentos e registros documentais referentes a pagamentos, tributos, recebimentos, etc;
- Classificar contas e registros de acordo com as especificações necessárias e previstas em planos de contas, manuais e legislação;
- Desenvolver atividades relacionadas a processos administrativos rotineiros ou não, segundo política administrativa para o setor;
- Realizar agendamentos e controles para seus supervisores diretos ou aqueles necessários para exercício de sua função;
- Cadastrar população para usufruir benefícios sociais e manter atualizados cadastros e sistemas relativos a controle e manutenção de programas diversos;
- Auxiliar na preparação de processos licitatórios, pedidos de compras, controle de estoque, conferência de empenhos, arquivamento e prestação de contas;
- Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

#### NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo: Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental incompleto ou Ensino Fundamental completo

#### DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Prestar serviços braçais e de apoio na área de obras e serviços, limpeza das vias urbanas, roçadas e capinagem de espaços e vias públicas, executando e ou oferecendo suporte à execução de atividades relacionadas à manutenção e conservação de espaços públicos, fazendo-o junto a obras públicas, reformas, ações de manutenção de espaços públicos em geral e ou ainda nas dependências dos prédios públicos de acordo com as demandas na sua área de atuação.

#### DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Efetuar trabalhos braçais pertinentes a obras e serviços urbanos e rurais;
- Limpar áreas públicas, raspando, varrendo, lavando, capinando, roçando, utilizando equipamentos do tipo: vassouras, pás, enxadas, raspadeiras, baldes, carrinhos de mão e outros;
- Recolher e transportar o lixo aos depósitos apropriados, recolher sucatas e entulhos em geral, colocando-os em vasilhames apropriados e auxiliando na sua destinação;
- Auxiliar na execução de tarefas e atividades operacionais, tais como carpintaria, marcenaria, serralheria, serviços de encanamento, colocação de tubos, manutenção de estradas e vias, colocação de placas e outros;
- Auxiliar operadores de máquinas e motoristas em atividades operacionais e de manutenção segundo orientações e de acordo com o nível de exigência de sua área de atuação;
- Colaborar com a limpeza da sua área de intervenção, em especial, manutenção de prédios e espaços públicos, praças, jardins e instalações de propriedade do município;
- Remover volumes, máquinas, móveis e equipamentos sempre que solicitado;
- Realizar corte de grama, pintura de meio-fio;
- Realizar atividades de varredura de ruas;
- Realizar atividades de poda e corte de árvores urbanas;
- Realizar atividades de plantio e conservação de flores e árvores;
- Desempenhar demais atribuições funcionais correlatas à sua atividade profissional;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 022/2018

Publicação Nº 1486646

DECRETO Nº 022, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Regulamenta o trâmite de projetos de engenharia para fins de atendimento ao Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC relativo a acessibilidade e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A celebração do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta – TAC, com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para regularização e implementação da acessibilidade em calçadas públicas e imóveis de uso coletivo,

A necessidade de regulamentar os procedimentos para fins de concessão do alvará de localização,

DECRETA:

Art. 1º O alvará de funcionamento para o ano de 2018 somente serão fornecidos mediante a comprovação de que seus detentores protocolizaram o projeto de adequação das calçadas públicas, bem como, projeto de adequação dos espaços públicos e de uso coletivo às normas de acessibilidade, laudo técnico apontando a acessibilidade integral ou atestado de firma não estabelecida.

§ 1º A comprovação dar-se-á mediante apresentação de protocolo específico, que será fornecido pelo Município de Maravilha, toda vez que algum projeto de adequação às normas de acessibilidade for apresentado no Setor de Planejamento Urbano.

I- Nas situações em que for observada a apresentação do atestado de firma não estabelecida, informação essa que deverá estar inserta no Atestado de vistoria para alvará de funcionamento, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Maravilha, ficará o proprietário desobrigado de apresentar projeto de adequação dos espaços públicos e de uso coletivo, exceto a calçada pública.

§ 2º O comprovante do protocolo do projeto ou laudo, a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser datado e assinado pelo Diretor de Planejamento Urbano, ou por servidor do respectivo setor, devendo ser apresentado juntamente com o rol de documentos necessários para liberação do alvará sanitário e/ou de funcionamento e localização.

§ 3º A não apresentação do protocolo, que ateste a entrega do referido projeto, impossibilitará a concessão do respectivo alvará.

§ 4º Nenhum estabelecimento poderá funcionar sem o respectivo alvará, podendo gerar multa, pelo descumprimento no importe de 20 (vinte) Unidade Fiscal Municipal – UFM, conforme art. 167 c/c art. 177 da Lei Complementar Municipal nº 091/2016 – Código de Posturas.

Art. 2º O Anexo – I do presente decreto deverá ser apresentado em quatro vias juntamente com os respectivos projetos, devidamente preenchido e assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 741, de 27 de dezembro de 2017 e nº 15, de 3 de janeiro de 2018.

Maravilha – SC, 10 de janeiro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

#### ANEXO I - COMPROVANTE DE PROTOCOLO DE PROJETO - TAC ACESSIBILIDADE PARA FINS DE LIBERAÇÃO DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO

Requerente	
Endereço	
CPF	

Proprietário da edificação		
Responsável técnico		
Endereço do imóvel		
O presente projeto foi apresentado em decorrência do TAC de acessibilidade		
PROJETO APRESENTADO	Rubrica, data e Carimbo do responsável pelo Setor de Planejamento Urbano	
1. Projeto de adequação da calçada pública ou habite-se da calçada pública, executada de acordo com as normas de acessibilidade e plano diretor municipal. 1.1. Pessoa física e/ou jurídica estabelecida em imóvel não localizado no perímetro urbano e que possui testada para rua/estrada não pavimentada	a) Apresentou o projeto ( ) b) Apresentou o habite-se ( ) c) Não é obrigatório a calçada ( )	
2. Projeto de adequação de acessibilidade de todas as áreas do imóvel (rampas acessíveis, plataformas elevatórias, adaptação de banheiros, vagas de estacionamento), ou laudo técnico + ART e/ou RRT apontando a acessibilidade integral do imóvel. 2.1. Atestado de firma não estabelecida	a) Apresentou projeto ( ) b) Apresentou laudo ( ) c) Apresentou atestado ( )	

Declaramos estar protocolizando os projetos e/ou laudos para atender integralmente o TAC, tanto em relação a calçada pública, bem como, em relação a adequação de acessibilidade das demais áreas do imóvel.

Assinatura do proprietário da edificação: \_\_\_\_\_

Assinatura do responsável técnico: \_\_\_\_\_

#### Instruções:

1ª Os projetos a que se referem os itens n. 1 e n. 2, devem ser apresentados, separados ou conjuntamente, para fins de liberação do alvará.

2ª. A apresentação deste documento é indispensável para a liberação dos alvarás para o ano de 2018.

## Decreto nº 023/2018

Publicação Nº 1487017

DECRETO Nº 023, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Exonera servidor público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal GENECI DE BRITO ROBERT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de janeiro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## PROCESSO LICITATÓRIO N. 005/2018

Publicação Nº 1486649

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 005/2018

Modalidade de Pregão Presencial n. 003/2018.

Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Senhor Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Maravilha - SC, PEDRO GILBERTO IORIS, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preços, para posterior aquisição, conforme necessidade, de combustíveis: Gasolina comum, óleo diesel S10, óleo diesel S500. Com abastecimento na sede da empresa vencedora, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/2006, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às

14 horas do dia 25 de janeiro de 2018, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 10 de janeiro de 2018. PEDRO GILBERTO IORIS – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DO PARECER DA MESA DIRETORA REFERENTE AO REQUERIMENTO Nº 32/2017

Publicação Nº 1486647

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARAVILHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO PARECER DA MESA DIRETORA REFERENTE AO REQUERIMENTO Nº 32/2017 - Pedido de declaração da perda do mandato do Vereador Jeovany Folle através de Decreto Legislativo.

Requerentes: Vereador Celso Antônio Ledur, Vereador Cléber Pertussatti, Vereador Eder Moraes, Vereador Gilmar Castanha e Vereadora Marclei Grando

Requerido: Jeovany Folle

Mesa Diretora:

Presidente da Casa de Leis: Vereador Lázaro Stieler

Vice-Presidente: Vereador Itamar Adler

1º Secretário: Vereador Natalino Prante

2º Secretário: Vereador Jandir Primon

#### Parecer da Mesa Diretora

A Egrégia Mesa Diretora desta Casa de Leis, após se reunir e analisar detalhadamente o procedimento instaurado, em razão do Requerimento nº 32/2017, os argumentos e documentos apresentados pelos autores, a Defesa do Vereador requerido e documentação que a instrui, emite o Parecer que segue:

No Requerimento nº 32/2017 os autores requerem a perda do mandato do Vereador Jeovany Folle.

Certidão do Cartório Eleitoral da 58ª Zona Eleitoral (fl.12)

Consoante a Lei Orgânica do Município de Maravilha, em seu art. 44, VI:

Perderá o mandato o Vereador:

[...]

VI – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

[...].

A primeira questão a ser examinada é da Certidão de fl.12, a qual, por meio da defesa apresentada pelo Vereador requerido, restou esclarecido que na data da emissão da Certidão de fl. 12 (16.11.2017), apresentada pelos autores do Requerimento, a pena do Vereador requerido já havia sido extinta, o que resta demonstrado pelos documentos de fls. 51/54, manifestação ministerial pela extinção do processo pelo cumprimento da pena restritiva de direitos, comprovante de pagamento da pena pecuniária, sentença extinguindo a pena pelo cumprimento da condenação.

Assim, há que se concluir que em relação à certidão de fl. 12, esta não é apta a ocasionar a perda do mandato do Vereador requerido, mormente porque o mesmo apresentou Certidão da Justiça Eleitoral - 58ª Zona Eleitoral de Maravilha – SC (fl. 50), expedida em 19 de dezembro de 2017, subscrita pela Chefe do Cartório Mariana Piccolo Flemming, documento cuja autenticidade foi verificada por esta Mesa, atesta que o Vereador requerido “[...] está quite com a Justiça Eleitoral na presente data”.

Sendo assim, emite esta Egrégia Mesa parecer no sentido de se arquivar o Requerimento nº 32/2017, no que diz respeito a Certidão da Justiça Eleitoral - 58ª Zona Eleitoral de Maravilha de fl. 12.

#### Condenação Criminal Transitada Em Julgado

No que diz respeito a sentença criminal que transitou em julgado nos autos da Ação Penal de nº 0001748-78.2012.8.24.0042, que resultou na condenação do Vereador requerido em 1 (um) ano de reclusão, tendo sido a pena corporal substituída por uma restritiva de direitos, consistente em prestação pecuniária no valor de 2 (dois) salários Mínimos, há que se atentar para o disposto na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Maravilha, Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Maravilha e Resolução nº 011/2005 - Código de Ética e Decoro Parlamentar, senão vejamos:

L.O.M - Art. 44. Perderá o mandato o Vereador:

[...]

VII – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

[...]

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e VII do “caput” deste artigo, a perda do mandato será declarada pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa, de eleitor ou de partido político representado na Câmara, assegurada ao acusado ampla defesa, nos termos do Regimento Interno da Câmara.

R.I - Art. 328. Perderá o mandato o Vereador:

[...]

VII – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

[...]

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e VII do “caput” deste artigo, a perda do mandato será declarada pela Câmara, mediante voto nominal e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa, de eleitor, ou de partido político representado na Câmara, assegurada ao acusado ampla defesa, nos termos do Código de Ética e Decoro Parlamentar, parte integrante deste Regimento.

Resolução nº 011/2005 - Código de Ética e Decoro Parlamentar – Art. 13:

[...]

VII - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

[...]

§ 1º Nos casos dos incisos I, II, III e VII do “caput” deste artigo, a perda do mandato será declarada pela Câmara, por voto nominal e maioria absoluta, mediante provocação de qualquer eleitor, observado o disposto no art. 17 a 19 desta Resolução.

Destarte, não obstante os argumentos apresentados na defesa do Vereador requerido, a condenação criminal em sentença transitado em julgado sofrida pelo mesmo, enquadra-se na Legislação anteriormente citada, mormente por dispor os seus incisos: “que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado”. Não existindo outro caminho, senão o atendimento do disposto na Lei Orgânica do Município de Maravilha, Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Maravilha e Resolução nº 011/2005 - Código de Ética e Decoro Parlamentar.

#### Conclusões Finais

Por todo o exposto, emite esta Egrégia Mesa decisão no sentido de:

- a) arquivar o Requerimento nº 32/2017, no que diz respeito a Certidão da Justiça Eleitoral - 58ª Zona Eleitoral de Maravilha de fl. 12.
- b) dar prosseguimento ao Requerimento nº 32/2017, no que tange a condenação criminal em sentença transitado em julgado, consoante previsão da Lei Orgânica, Regimento Interno e Código de Ética e Decoro Parlamentar.

#### Dos Encaminhamentos e Providências

- a) Requer-se, sejam tomadas todas as providências previstas na Lei Orgânica do Município de Maravilha, no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Maravilha e na Resolução nº 011/2005 - Código de Ética e Decoro Parlamentar, com a convocação de Sessão Extraordinária de Julgamento, conforme inciso VII, § 2º, do artigo 44, da L.O.M.
- b) Quanto ao item 3, do Requerimento nº 32/2017, sejam dados os encaminhamentos requeridos, com remessa do procedimento, após sua conclusão, ao: Poder Judiciário da Comarca de Maravilha/SC; Justiça Eleitoral; Tribunal Regional Eleitoral; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Este é o parecer e o voto conclusivo.

Maravilha/SC, em 09 de janeiro de 2018.

Mesa Diretora:

LÁURIO STIELER  
Presidente

ITAMAR ADLER  
Vice-Presidente

NATALINO PRANTE  
1º Secretário

JANDIR PRIMON  
2º Secretário



## Marema

## PREFEITURA

## METAS DE ARRECADAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 2018

Publicação Nº 1487061

Exercício: 2018

**STADO DE SANTA CATARINA**  
**REFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA**

letas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F Art. 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Ítem	Especificação	Bimestre 01	Bimestre 02	Bimestre 03	Bimestre 04	Bimestre 05	Bimestre 06	Soma
30000000000000	RECEITAS	3.930.765,35	3.598.878,95	3.961.885,59	4.247.626,86	3.911.919,20	4.769.524,04	24.420.600,00
10000000000000	Receitas Correntes	2.743.516,67	2.511.873,26	2.765.237,35	2.964.673,30	2.730.362,81	3.328.936,61	17.044.500,00
11000000000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	61.519,31	56.325,05	62.006,37	66.478,42	61.224,36	74.646,49	382.200,00
12000000000000	Contribuições	4.603,49	4.214,80	4.639,93	4.974,58	4.581,41	5.585,79	28.600,00
13000000000000	Receita Patrimonial	28.457,91	26.055,13	28.683,22	30.751,92	28.321,47	34.530,35	176.800,00
16000000000000	Receita de Serviços	17.995,45	16.476,04	18.137,92	19.446,07	17.909,17	21.835,37	111.800,00
17000000000000	Transferências Correntes	2.626.272,64	2.404.528,50	2.647.065,09	2.837.978,16	2.613.680,91	3.186.674,70	16.316.200,00
19000000000000	Outras Receitas Correntes	4.667,87	4.273,75	4.704,83	5.044,15	4.645,49	5.663,91	29.000,00
20000000000000	Receitas de Capital	147.520,00	516.320,00	442.560,00	1.475.200,00	1.844.000,00	2.950.400,00	7.376.000,00
21000000000000	Operações de Crédito	34.000,00	119.000,00	102.000,00	340.000,00	425.000,00	680.000,00	1.700.000,00
23000000000000	Amortização de Empréstimos	212,00	742,00	636,00	2.120,00	2.650,00	4.240,00	10.600,00
24000000000000	Transferências de Capital	113.308,00	396.578,00	339.924,00	1.133.080,00	1.416.350,00	2.266.160,00	5.665.400,00
30000000000000	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	-435.496,21	-398.725,95	-438.944,07	-470.601,84	-433.408,21	-528.423,72	-2.705.600,00
10000000000000	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-435.496,21	-398.725,95	-438.944,07	-470.601,84	-433.408,21	-528.423,72	-2.705.600,00
17000000000000	(R)EDUCOES RECEITA TRANSFERENCIA CORRENTE	-435.496,21	-398.725,95	-438.944,07	-470.601,84	-433.408,21	-528.423,72	-2.705.600,00
	<b>TOTAL GERAL PREVISTO</b>	<b>2.455.540,46</b>	<b>2.629.467,31</b>	<b>2.768.853,27</b>	<b>3.969.271,46</b>	<b>4.140.954,60</b>	<b>5.750.912,89</b>	<b>21.715.000,00</b>

**Adilson Barella**  
 Prefeito Municipal

Exercício: 2018

**STADO DE SANTA CATARINA**  
**REFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA**

onograma Bimestral de Desembolso por Modalidade (L.R.F Art. 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Ítem	Descrição	Bimestre 01	Bimestre 02	Bimestre 03	Bimestre 04	Bimestre 05	Bimestre 06	Soma
10000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.203.599,86	1.203.599,86	1.203.599,86	1.203.599,86	1.203.599,86	1.203.600,70	7.221.600,00
20000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.333,32	1.333,32	1.333,32	1.333,32	1.333,32	1.333,40	8.000,00
30000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	994.999,73	994.999,73	994.999,73	994.999,73	994.999,73	995.001,37	5.970.000,00
40000000000000	INVESTIMENTOS	251.440,89	425.367,75	564.753,71	1.765.171,90	1.936.855,03	3.546.810,73	8.490.400,00
50000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
30000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
	<b>Total Geral</b>	<b>2.455.540,46</b>	<b>2.629.467,32</b>	<b>2.768.853,28</b>	<b>3.969.271,47</b>	<b>4.140.954,59</b>	<b>5.750.912,89</b>	<b>21.715.000,00</b>

**Adilson Barella**  
 Prefeito Municipal

**Matos Costa****PREFEITURA****PORTARIA 001/2018**

Publicação Nº 1487187

PORTARIA Nº 001/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR o servidor AUGUSTO FAGUNDES REGINATTO, do cargo em comissão de ASSESSOR JURIDICO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 002/2018**

Publicação Nº 1487192

PORTARIA Nº 002/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR o servidor VALDECIR DE QUEIROZ investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para desempenhar suas funções junto ao Corpo de Bombeiros Militar de conformidade com o convenio nº 15.911/2009-5.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 003/2018**

Publicação Nº 1487197

PORTARIA Nº 003/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora MARCELA APARECIDA CORDEIRO, para o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional de TÉCNICO para a categoria funcional de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária mensal de 200 (duzentas) horas, de conformidade com a Lei nº 1847/2012 c/c Lei nº 2008/2014, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto a Unidade Sanitária em regime de plantões pelo período de 02.01.2018 a 31.01.2018 totalizando 30(trinta) dias. (Por falta de servidor efetivo titular da vaga).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 004/2018**

Publicação Nº 1487202

PORTARIA Nº 004/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora AGDA MARTINS FARIAS GRABOVSKI, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 005/2018

Publicação Nº 1487205

PORTARIA Nº 005/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ANASTASIA HOFLINGER BENDLIN, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 006/2018

Publicação Nº 1487210

PORTARIA Nº 006/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ELZA EDITE DA LUZ BRANCO, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 007/2018

Publicação Nº 1487213

PORTARIA Nº 007/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ILDIRA GERTRUDES CAYE SOPEL-SA, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 008/2018

Publicação Nº 1487217

PORTARIA Nº 008/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOSE MARIANO DE FREITAS, investido no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº

023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 009/2018

Publicação Nº 1487223

PORTARIA Nº 009/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora JUDIMAR IZABEL GREGORIO TOMACHEUSKI, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 010/2018

Publicação Nº 1487228

PORTARIA Nº 010/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora LUCIA SCHEFFER ROSA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo

ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, Designada para exercer a função de Confiança de Diretora, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 011/2018

Publicação Nº 1487232

PORTARIA Nº 011/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora LUCIA SCHEFFER ROSA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, Designada para exercer a função de Confiança de Diretora, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09



**PORTARIA 012/2018**

Publicação Nº 1487234

PORTARIA Nº 012/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora LUCIANA APARECIDA SKIBINSKI, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 013/2017**

Publicação Nº 1487240

PORTARIA Nº 013/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA HONESKO THEODORO, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09**PORTARIA 015/2018**

Publicação Nº 1487256

PORTARIA Nº 015/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora NADIR APARECIDA MORAES, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, Designada para exercer a função de Confiança de Diretora, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 016/2018**

Publicação Nº 1487260

PORTARIA Nº 016/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora NADIR APARECIDA MORAES, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, Designada para exercer a função de Confiança de Diretora, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria



em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 017/2018

Publicação Nº 1487276

PORTARIA Nº 017/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NERCI RIBEIRO DA SILVA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 018/2017

Publicação Nº 1487268

PORTARIA Nº 018/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NERCI RIBEIRO DA SILVA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a

serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 019/2018

Publicação Nº 1487281

PORTARIA Nº 019/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora PAULINA DA SILVA WARTA, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 020/2018

Publicação Nº 1487286

PORTARIA Nº 020/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSANI DE CAMARGO LOPES PERROZZO, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
--	---

## PORTARIA 021/2018

Publicação Nº 1487291

PORTARIA Nº 021/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SIRLENE RAQUEL ZAMBONI FREISLEBEN investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
--	---

## PORTARIA 022/2018

Publicação Nº 1487297

PORTARIA Nº 022/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NEUSA MARIA PAVOSKI investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO SEM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR COM HABILITAÇÃO (Magistério), 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09
--	---

## PORTARIA 023/2018

Publicação Nº 1487335

PORTARIA Nº 023/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SONIA VICENTIN DE CASTILHO, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO SEM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR COM HABILITAÇÃO (Magistério), 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 024/2018

Publicação Nº 1487340

PORTARIA Nº 024/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora GISELE TEREZINHA TOMACHEUSKI MULLER, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de ATENDENTE DE CRECHE, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 025/2018

Publicação Nº 1487346

PORTARIA Nº 025/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ALICE COGUTA WALEK, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 026/2018

Publicação Nº 1487349

PORTARIA Nº 026/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora CELIA REGINA DA SILVA, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 027/2018

Publicação Nº 1487355

PORTARIA Nº 027/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora DARCIELE KOCAN, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 028/2018

Publicação Nº 1487361

PORTARIA Nº 028/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora DELCI WARTA DEBOVI, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 029/2018

Publicação Nº 1487369

PORTARIA Nº 029/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora EDITE FERREIRA SZCZOTKA, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional

de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 030/2018

Publicação Nº 1487374

PORTARIA Nº 030/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ELAINE BEATRIZ CORDEIRO, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 031/2018

Publicação Nº 1487379

PORTARIA Nº 031/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;



**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora NADIA MARTINS FARIAS PINTO, investida no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 032/2018**

Publicação Nº 1487383

PORTARIA Nº 032/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora SUELI DA FATIMA ALMEIDA, investida no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 033/2018**

Publicação Nº 1487385

PORTARIA Nº 033/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora SUZETE NORONHA DE FREITAS, investida no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 034/2018**

Publicação Nº 1487390

PORTARIA Nº 034/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora SUZIMARI NORONHA DE FREITAS, investida no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL



A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 035/2018**

Publicação Nº 1487394

PORTARIA Nº 035/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora FLAVIA GREGORIO, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de ORIENTADOR EDUCACIONAL, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 036/2018**

Publicação Nº 1487397

PORTARIA Nº 036/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ALCEU DE OLIVEIRA CARNEIRO, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 037/2018**

Publicação Nº 1487404

PORTARIA Nº 037/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor CARLOS TOMAZI CARNEIRO, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 038/2018**

Publicação Nº 1487408

PORTARIA Nº 038/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor RODRIGO JOSE CARNEIRO, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria

em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

### PORTARIA 039/2018

Publicação Nº 1487413

PORTARIA Nº 039/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora LUCIANE SCHEFFER GOMES, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO SEM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR SEM HABILITAÇÃO, designada para desempenhar a função de Professor Com Habilitação, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

### PORTARIA 040/2018

Publicação Nº 1487417

PORTARIA Nº 040/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SOLANGE DE FATIMA RODRIGUES DE SOUZA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO SEM HABILITAÇÃO

na categoria funcional de PROFESSOR SEM HABILITAÇÃO, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

### PORTARIA 041/2018

Publicação Nº 1487439

PORTARIA Nº 041/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor CARLOS BENDLIN, investido no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

### PORTARIA 042/2018

Publicação Nº 1487442

PORTARIA Nº 042/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor CLAUDINEI GELINSKI, investido no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 043/2017**

Publicação Nº 1487446

PORTARIA Nº 043/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER antecipadamente a servidora CARINE APARECIDA CARNEIRO LEMOS, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 25 (vinte e cinco) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 27.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 044/2018**

Publicação Nº 1487443

PORTARIA Nº 044/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora JANETE DE CASTILHO, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 31.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 045/2018**

Publicação Nº 1487448

PORTARIA Nº 045/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor LUIZ ALEX KAMINSKI, investido no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 31.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 046/2018**

Publicação Nº 1487450

PORTARIA Nº 046/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROBERTA DIONEIA NESTOR, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de ADMINISTRATIVO na categoria funcional de RECEPCIONISTA, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 31.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 047/2018**

Publicação Nº 1487453

PORTARIA Nº 047/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSA MARIA FERREIRA DE MACEDO CORREIA, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO, do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 31.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 048/2018**

Publicação Nº 1487454

PORTARIA Nº 048/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor TIAGO MENEGASSO, investido no cargo de provimento em Carreira, do grupo ocupacional do PROFISSIONAL, na categoria funcional de ENGENHEIRO CIVIL, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 31.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 049/2018**

Publicação Nº 1487457

PORTARIA Nº 049/2018 – De 02 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora HENRIETE LUCI WEBER CARNEIRO, investida no cargo de provimento em Carreira, do grupo ocupacional do TECNICO, na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 02.01.18 a 31.01.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no  
Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09



# Modelo

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001-2018

Publicação Nº 1486595

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
CHAMADA PÚBLICA

Processo Administrativo nº: 001/2018  
Modalidade: Chamamento Público nº 001/2018  
Tipo: Cadastro de Fornecedores

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que encontra-se aberto, a partir desta data, o processo administrativo supracitado, objetivando o cadastro de fornecedores de bens e serviços, que atendam as condições legais e do edital, interessados em contratar com o Município de Modelo/SC.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, localizado na Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, nos dias úteis em horário de expediente, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC, 10 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1486543

PORTARIA Nº 004/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DO PREFEITO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando as Leis Municipais nº 1.810/2008 e 2.037/2012,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica registrado nos assentos funcionais do Prefeito Municipal RICARDO LUIS MALDANER, a fruição de 20 (vinte) dias de férias já adquiridos, relativo ao período aquisitivo de 01.01.2017 a 31.12.2017, que serão usufruídas no período de 22.01.2018 a 10.02.2018.

Parágrafo Único - Fica determinado ao Setor de Pessoal o respectivo cálculo e registro nos assentos funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 10 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### PORTARIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1486894

PORTARIA Nº 005/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

ALTERA PERÍODO DE CONCESSÃO DE FÉRIAS CONSTANTE NA PORTARIA 174/2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o período de concessão de férias constante na Portaria nº 174/2017, aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Josimar Machado	15.06.2016 a 14.06.2017	15.01.2018 a 13.02.2018 (30 dias)
Marcos Stocker	04.10.2014 a 03.10.2015	02.01.2018 a 26.01.2018 (25 dias)
Mauricio Antonio Metdler	02.04.2016 a 01.04.2017	02.01.2018 a 28.01.2018 (27 dias)
Tatiane Lindemann da Silva	10.02.2017 a 09.02.2018	05.02.2018 a 24.02.2018 (20 dias)

Art. 2º - Fica cancelada a concessão de férias à servidora Jandira Maria Lara Heckler constante na Portaria nº 174/2017, em virtude do atestado médico apresentado no período.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 10 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 006/2018**

Publicação Nº 1486897

PORTARIA Nº 006/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANDIRA MARIA LARA HECKLER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 28.12.2017, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por 60 (sessenta dias) a partir de 24.12.2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JANDIRA MARIA LARA HECKLER, matrícula nº 1915-1, ocupante do cargo de Professora Ensino Superior, lotada no Departamento Municipal de Educação.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 24.12.2017 a 21.02.2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 24 de dezembro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 10 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 007/2018**

Publicação Nº 1486916

PORTARIA Nº 007/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA ALBANI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.296/2017 e Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora SILVANA ALBANI, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde ESF, conforme Decreto de nomeação nº 0163/2012, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de fevereiro de 2018, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 06/2012 a 06/2017, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 10 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 008/2018**

Publicação Nº 1486922

PORTARIA Nº 008/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GILNEIDE MADALENA VOGEL BRAUN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.296/2017 e Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora GILNEIDE MADALENA VOGEL BRAUN, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Superior, conforme Decreto de nomeação nº 194/2007 de 11.10.2007, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de fevereiro de 2018, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 10/2012 a 10/2017, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 10 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 009/2018**

Publicação Nº 1487219

PORTARIA Nº 009/2018 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do Departamento e requerimento do Servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISI- TIVO	PERÍODO DE CONCES- SÃO
Micheli Luana Utzig	07.03.2016 a 06.03.2017	19.02.2018 a 28.02.2018 (10 dias) + 10 dias Abono Pecu- niário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 10 de janeiro de 2018.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

**FRANCIELI PAVALICINI**  
Assessora de Departamento

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2018

Publicação Nº 1487794

DECRETO Nº 01, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017.

ALMIR COLOMBO, Prefeito Municipal Em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal, em especial o art. 2º da Lei Complementar nº 88, de 2 de fevereiro de 2017,

#### DECRETA

Art. 1º Nos termos do art. 1º, da Lei Complementar nº 88, de 2 de fevereiro de 2017, o índice de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e dos subsídios dos agentes políticos, a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018, será de 2,07% (dois inteiros e sete centésimos por cento), assim considerado o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período de 1º/01/2017 a 31/12/2017.

Art. 2º Aplica-se às gratificações de função o mesmo índice previsto no art. 1º deste Decreto, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei Complementar nº 27, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 10 de janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

ALMIR COLOMBO  
Prefeito Municipal Em Exercício

### DECRETO Nº 002/2018

Publicação Nº 1487795

DECRETO Nº 02/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“PROMOVE O REAJUSTE DO VALOR DA FG – FUNÇÃO GRATIFICADA NA FORMA QUE ESPECIFICA”.

ALMIR COLOMBO, Prefeito Municipal Em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, em especial ao art. 23, § 2º da Lei Complementar 27/2007 de 11/12/2007, Lei Municipal nº 1.006/2016 de 17/06/2016, e demais legislações pertinentes.

Art. 1º - Fica reajustado, o valor da FG – FUNÇÃO GRATIFICADA, com as devidas atualizações monetárias pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulada nos últimos 12 (doze) meses, fixada em 2,07 % (dois inteiros e sete centésimo por cento), em todos os níveis, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.006/2016 de 17 de junho de 2016.

#### DECRETA:

Nível	Vagas	Valor Corrigido
FUNÇÃO GRATIFICADA I	08	112,24
FUNÇÃO GRATIFICADA II	08	218,92
FUNÇÃO GRATIFICADA III	08	293,33
FUNÇÃO GRATIFICADA IV	08	364,92
FUNÇÃO GRATIFICADA V	08	561,42
FUNÇÃO GRATIFICADA VI	08	1.122,89

Nível	Vagas	Alunos por Estabelecimento	Valor corrigido
Função Gratificada Diretor de Estabelecimento de Ensino I	06	Até 200	218,14
Função Gratificada Diretor de Estabelecimento de Ensino II	06	De 201 a 400	293,33
Função Gratificada Diretor de Estabelecimento de Ensino III	02	Acima de 400	560,45

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Monte Carlo, SC, 10 janeiro de 2018.  
Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

ALMIR COLOMBO  
Prefeita Municipal Em Exercício

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2018/PM

Publicação Nº 1487793

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 011/2018/PM  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018/PM  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2018/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício, o Sr. ALMIR COLOMBO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de SERVIÇOS DE LAVAÇÃO e SERVIÇOS DE BORRACHARIA para manutenção da frota da Administração Municipal. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 11/janeiro/2018 até as 08:30 horas do dia 29/janeiro/2018. Abertura da sessão no dia 29/janeiro/2018 às 09:00 horas.

A presente licitação será do tipo menor preço – julgamento por lote, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2017 de 16/novembro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo – SC, 09 de Janeiro de 2018

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações



# Monte Castelo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 071/2017

Publicação Nº 1487000

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇOS 003/17

EXTRATO DE CONTRATO 071/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO/SC, pessoa jurídica de direito público, com inscrição no CNPJ sob n.º 83.102.525/0001-65 e com sede administrativa a Rua Alfredo Becker n.º 385 – Centro – CEP 89.380-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA.

CONTRATADA: BR CONSTRUÇÃO, CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO E TRANSPORTES EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rua Bento Gonçalves, 1739 – Centro, CEP 89.380-000 na cidade de Monte Castelo-SC, inscrita no CNPJ sob n.º 07.220.022/0001-06, através de seu representante legal, ocupante do cargo de Proprietário Sr. Gildo Lisboa, residente e domiciliado na cidade de Monte Castelo-SC, portador do CPF nº 679.599.709-04.

OBJETO: Contratação de empresa para EXECUÇÃO de obras e serviços de engenharia para DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO NA RUA: ARTHUR CEZAR BUCZECK – TRECHO I - com área total 1.691,73 m².

VALOR DO CONTRATO: R\$ 294.046,03 (Duzentos e Noventa e Quatro Mil e Quarenta e Seis Reais e Três Centavos).

Data da Assinatura: 12/12/2017

Data da Vigência: 11/06/2018

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 072/2017

Publicação Nº 1487001

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇOS 004/17

EXTRATO DE CONTRATO 072/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO/SC, pessoa jurídica de direito público, com inscrição no CNPJ sob n.º 83.102.525/0001-65 e com sede administrativa a Rua Alfredo Becker n.º 385 – Centro – CEP 89.380-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA.

CONTRATADA: BR CONSTRUÇÃO, CONFECÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO E TRANSPORTES EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rua Bento Gonçalves, 1739 – Centro, CEP 89.380-000 na cidade de Monte Castelo-SC, inscrita no CNPJ sob n.º 07.220.022/0001-06, através de seu representante legal, ocupante do cargo de Proprietário Sr. Gildo Lisboa, residente e domiciliado na cidade de Monte Castelo-SC, portador do CPF nº 679.599.709-04.

OBJETO: Contratação de empresa para EXECUÇÃO de obras e serviços de engenharia para DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO NA RUA: ARTHUR CEZAR BUCZECK – TRECHO II - com área total 1.479,73 m².

VALOR DO CONTRATO: R\$ 248.836,38 (Duzentos e Quarenta e Oito Mil e Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Trinta e Oito Centavos).

Data da Assinatura: 21/12/2017

Data da Vigência: 20/06/2018

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 01/2017 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Publicação N° 1486654

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 01/2017  
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

AGENOR CORAL, Prefeito de Morro da Fumaça, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do CONCURSO PÚBLICO N° 01/2017 conforme segue:

#### Arquiteto

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Conheci- mentos Técnicos	Legis- lação e Informá- tica	Média final
1	730057	11/02/1995	Deborah Lurdes Triches Acordi	1,80	1,00	0,80	3,00	2,40	9,00
2	700286	08/01/1984	Bruna Gomes Casagrande	1,80	1,00	0,80	2,70	2,40	8,70
3	727670	01/10/1990	Alessandra Cechetto Arruda	2,00	0,80	1,00	2,70	2,10	8,60
4	734485	31/05/1984	Ana Paula Begrow	1,60	0,80	1,00	2,70	2,40	8,50
5	695400	06/08/1994	Julia Back Rosso	1,60	0,60	0,80	2,70	2,40	8,10
6	732193	28/12/1991	Marcos Antonio De Castro Rocha	1,80	1,00	1,00	2,10	2,10	8,00
7	718364	19/10/1990	Carolina Oliveira Da Silva	1,80	0,60	1,00	2,40	2,10	7,90
8	724733	22/01/1980	Diego Steffen Moraes	1,60	1,00	1,00	2,70	1,50	7,80
9	733587	17/04/1988	Anderson Ribeiro Rauber	1,80	0,40	1,00	2,70	1,80	7,70
10	704687	11/07/1983	Andre Gustavo Pinheiro	0,80	1,00	1,00	3,00	1,80	7,60
11	732900	11/12/1978	Rodrigo Modesto Portela	1,40	0,60	1,00	2,40	2,10	7,50
12	692294	13/01/1989	Beatriz Goncalves Dos Santos	1,80	0,60	0,80	2,40	1,80	7,40
13	692005	22/07/1994	Joelma Rzatki Maximiano	1,40	0,60	0,60	2,40	2,40	7,40
14	735404	08/08/1988	Mayra Mayumi Aihara	1,60	0,80	0,80	2,10	2,10	7,40
15	694335	13/02/1993	Andre Philipe Junckes	1,60	0,80	0,80	1,80	2,40	7,40
16	714310	12/02/1993	Leandra Carolina Boldrini	1,40	0,80	0,60	2,70	1,80	7,30
17	730242	08/11/1992	Gustavo Dörf Schmidt	1,40	0,60	0,80	2,10	2,40	7,30
18	707050	12/12/1988	Anne Beatrice Daros Zanatta	1,60	0,40	1,00	2,70	1,50	7,20
19	732563	28/11/1992	Ana Carolina Do Nascimento	1,20	0,40	0,80	2,40	2,40	7,20
20	699279	19/02/1993	Jessica Kelling De Carvalho	1,80	0,40	0,80	2,40	1,80	7,20
21	698208	01/05/1992	Camila Marcello	1,40	0,80	0,80	2,10	2,10	7,20
22	693386	05/01/1989	Bruna Mariano	1,40	0,20	1,00	2,70	1,80	7,10
23	721407	12/05/1986	Lara Palma Elsing	1,20	0,60	0,80	2,40	2,10	7,10
24	720636	25/03/1988	Cristiano Pelisser	1,80	0,80	0,60	2,10	1,80	7,10
25	721044	07/04/1992	Karine Fabiola Zonatto	1,40	0,60	0,80	2,40	1,80	7,00
26	709913	15/03/1989	Rodolfo Okuda Sodre Calijuri	1,60	1,00	0,80	2,10	1,50	7,00
27	717575	24/12/1991	Guilherme Henrique Spannemberg Darui	1,20	0,40	0,80	2,70	1,80	6,90
28	734753	28/10/1985	Emilio Serafim Daminelli	1,20	0,80	1,00	1,80	2,10	6,90
29	703441	04/03/1988	Mirela Macarini Zuchinalli	0,80	0,60	0,60	2,70	2,10	6,80
30	732251	01/03/1989	Luiz Fernando Goncalves	1,20	0,60	0,80	2,40	1,80	6,80
31	699222	08/03/1985	Lutiele Bueno Desconsi	1,20	0,80	0,60	2,40	1,80	6,80
32	723940	14/06/1989	Tiago Ronchi Laurindo	1,20	0,60	0,80	2,10	2,10	6,80
33	734390	18/01/1989	Fernando Luigi Padoin Fontanella	1,40	0,40	1,00	2,40	1,50	6,70
34	733973	11/01/1986	Mariana Boralli Coelho	1,20	0,20	0,80	2,10	2,40	6,70
35	721426	05/03/1993	Gregory Bernardini Duarte	1,20	0,40	0,80	1,80	2,40	6,60
36	730058	03/11/1955	Edson Luiz Silvestre	1,80	0,20	0,60	2,10	1,80	6,50
37	735522	08/07/1982	Elom Alano Guimaraes	0,80	0,20	1,00	3,00	1,50	6,50

38	730350	12/02/1993	Esau Gehlen Bordin	1,00	0,20	0,80	3,00	1,50	6,50
39	721971	25/12/1984	Suelen Artuso	1,60	0,40	0,60	2,40	1,50	6,50
40	697427	07/11/1970	Selio Heleno Da Silva	1,40	0,80	1,00	2,10	1,20	6,50
41	704820	14/03/1993	Fernanda Caroline Guasselli	1,80	0,00	1,00	2,10	1,50	6,40
42	731023	14/06/1985	Adriana De Luca Pierini Locks	1,60	0,60	0,60	1,80	1,80	6,40
43	698360	28/12/1991	Amanda Rocha Bernardino	1,00	0,60	0,80	2,40	1,50	6,30
44	702543	29/07/1992	Thais Vilaca Kelm	1,00	0,40	0,60	2,70	1,50	6,20
45	695194	06/03/1992	Vanessa Borges Heleodoro	1,00	0,80	0,20	2,40	1,80	6,20
46	735249	27/08/1993	Barbara Bilmaia Pacheco	1,00	1,00	0,60	2,10	1,50	6,20
47	693383	24/10/1993	Julia Dos Santos Pizzetti	1,00	0,60	0,60	2,70	1,20	6,10
48	727692	18/05/1990	Guilherme Espezim Leal	1,00	0,80	0,60	3,00	0,60	6,00
49	735394	18/02/1991	Guilherme Luiz Echer	1,40	0,60	0,40	1,80	1,80	6,00
50	730311	27/10/1992	Maria Cecilia Martins Beninca	1,20	0,60	0,80	2,10	1,20	5,90
51	706050	24/04/1991	Ana Paula De Almeida Souza	1,00	0,40	0,60	2,10	1,80	5,90
52	734532	19/12/1989	Anderson Henrique Rosa	1,20	0,40	0,60	2,10	1,50	5,80
53	695677	28/04/1995	Andreza Francineide De Barros	1,40	0,40	0,40	2,10	1,50	5,80
54	733678	31/08/1990	Gabriela Cechinel	1,00	0,20	1,00	1,50	2,10	5,80
55	735601	14/01/1992	Carla Fontana Gava	1,20	0,40	0,60	1,50	2,10	5,80
56	697037	30/04/1990	Fabiana Goulart Amboni	0,80	0,00	0,40	2,70	1,80	5,70
57	735458	26/03/1991	Marina Vieira Menezes	1,20	0,80	0,40	2,10	1,20	5,70
58	716665	05/02/1994	Lays Juliani Hespanhol	1,20	0,40	0,80	1,80	1,50	5,70
59	730663	24/11/1991	Mariana Milanez Brogni	1,00	0,80	0,60	1,80	1,50	5,70
60	729499	07/04/1994	Maria Emilia Crocetta Redivo	0,80	0,60	0,40	1,80	2,10	5,70
61	693779	09/09/1972	Marilea Geremias	1,00	0,00	0,80	1,50	2,40	5,70
62	712309	30/06/1980	Judson Wojtila De Rolim Lins	1,00	0,20	0,80	2,40	1,20	5,60
63	700141	19/10/1993	Renata Moretto Urbano	1,00	0,20	0,80	2,40	1,20	5,60
64	726807	26/09/1988	Claudia Rebelo Borges	0,80	0,60	0,60	2,40	1,20	5,60
65	710977	30/12/1993	Lilian Felisberto Ponciano	1,40	0,60	0,60	2,10	0,90	5,60
66	709192	30/03/1991	Mireli Warmling Formigoni	1,20	0,40	0,60	1,80	1,50	5,50
67	708717	03/03/1975	Carla Patricia De Oliveira	1,20	0,00	0,40	1,80	2,10	5,50
68	732424	17/02/1989	Murilo Vitorassi Preve	1,60	0,20	0,60	1,80	1,20	5,40
69	694794	25/07/1986	Julia Rocha Alves	1,20	0,40	0,40	2,40	0,90	5,30
70	693266	16/06/1994	Jessica Teixeira Maximiano	1,20	0,20	0,60	1,50	1,80	5,30
71	723501	21/11/1989	Carolina De Freitas Bonfada	0,40	0,40	0,80	2,40	1,20	5,20
72	695820	20/04/1994	Michele Dos Santos Maciel	0,40	0,60	0,60	2,40	1,20	5,20
73	735033	10/09/1993	Marinara Da Silva Machado	1,20	0,00	0,40	2,40	1,20	5,20
74	716458	15/01/1991	Vanessa Dorigon De Souza	0,80	0,40	0,40	2,10	1,50	5,20
75	733152	04/02/1987	Paulo Henrique Lombardi	1,20	0,20	0,80	1,80	1,20	5,20
76	697752	11/11/1991	Vanessa Serafin Ferrari	1,00	0,60	0,20	2,10	1,20	5,10
77	729893	17/09/1991	Rafaela Cristina Schneider	1,20	0,40	0,80	1,80	0,90	5,10
78	727321	16/07/1993	Carla Albuquerque Baum	1,00	0,60	0,40	2,10	0,90	5,00

## Auxiliar de Serviços Gerais

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Conheci- mentos Técnicos	Legis- lação e Informá- tica	Média final
1	693581	16/06/1999	Lincoln Vitorio Tavares	1,40	0,60	0,60	2,40	2,10	7,10
2	732226	02/11/1989	Ana Paula Rosa Bukaski Delfino	1,60	0,20	0,80	2,10	2,40	7,10
3	730313	29/10/1984	Guilherme Augusto Cataneo	1,60	0,80	1,00	1,80	1,80	7,00
4	710384	13/07/1978	Rosineide Brondani Weber	1,20	0,40	0,60	1,80	2,40	6,40
5	714872	13/02/1967	Rozineli Sorato Colossi	1,80	0,40	0,80	2,10	0,60	5,70
6	693312	01/08/1982	Daniel Jose Cardoso	0,80	0,40	0,60	2,10	1,80	5,70
7	703080	21/12/1974	Ivone Fernandes Madeira De Jesus	1,40	0,20	0,40	1,80	1,80	5,60

8	695755	22/10/1990	Jefferson Soares Bukaski	0,40	0,60	1,00	1,80	1,50	5,30
9	717387	13/10/1977	Silvia Costa De Farias	1,40	0,60	0,40	1,50	1,20	5,10

**Técnico em Enfermagem**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Conheci- mentos Técnicos	Legis- lação e Informá- tica	Média final
1	724702	18/05/1965	Lourdes Teresinha Nemet	1,00	0,40	1,00	2,40	1,80	6,60
2	725220	07/11/1976	Alexandra Kanarek Morona Fernandes	1,00	0,20	0,80	2,40	1,80	6,20
3	699114	07/04/1970	Jucélia Rodrigues	0,60	0,40	0,80	1,20	2,70	5,70
4	735323	25/08/1983	Bianca Angela Carvalho Ribeiro	1,20	0,20	0,60	2,10	1,50	5,60
5	702834	02/01/1989	Aline Sabino Beretta	1,20	0,00	0,60	2,40	1,20	5,40
6	699249	27/05/1977	Cheila Leonel Cacaes	1,20	0,60	0,20	2,10	1,20	5,30
7	734626	10/10/1971	Neiva Gaspar De Oliveira Martins	1,20	0,20	0,80	1,80	1,20	5,20
8	735191	23/02/1968	Marisselma Cogorni	1,20	0,00	0,40	1,20	2,40	5,20
9	701905	05/10/1970	Marcio Goncalves	0,20	0,60	0,40	1,80	2,10	5,10
10	714588	04/10/1980	Helen Moraes Luiz	1,20	0,20	0,60	1,50	1,50	5,00

Morro da Fumaça, 04 de dezembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 29**

Publicação Nº 1487738

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

**ZELADOR DE ESCOLA**

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
24º	NILCE MARIA SARTOR
25º	JARLEI BRAZ ABRÃO
26º	NILVANIA MARIA SARTOR SERAFIM
27º	MELISSA MÁXIMO
28º	MARIA APARECIDA BORGES PLASKIEVICZ

Morro da Fumaça, de 11 de Janeiro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO GUOLLO

Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017**

Publicação Nº 1487737

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2017

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2017, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

## PEDREIRO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	JEFFERSON SOARES BUKASKI

Morro da Fumaça, de 11 de Janeiro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO GUOLLO

Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

Publicação Nº 1486664



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017**

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA faz saber a quem possa interessar, a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 conforme segue:

**Auxiliar Administrativo**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	742286	07/08/1973	Andreia Machado Nogueira Nascimento	1,20	0,90	5,60	7,70	7,70
2	743211	11/05/1980	Sara Tenorio Da Silva	1,20	1,50	4,90	7,60	7,60
3	740339	04/01/1983	Animeire M. De Lorenzi Cancellier Recco	1,20	0,90	4,90	7,00	7,00
4	748703	31/12/1990	Josinei Borges Mendes	1,20	0,90	4,90	7,00	7,00
5	742752	11/08/1995	Mirella Dos Santos Da Silva	0,60	1,20	4,90	6,70	6,70
6	755066	16/04/1988	Jordana Ferrarezi	0,60	0,90	4,90	6,40	6,40
7	741816	29/06/1990	Mirian Da Silva Alessio	0,60	0,90	4,90	6,40	6,40
8	742612	26/04/1995	Gabriela De Souza Salvan	0,60	0,30	4,90	5,80	5,80
9	747283	23/05/1985	Ariana Cechinei	1,20	0,30	4,20	5,70	5,70
10	748652	17/12/1974	Valter Custodio Da Silva Junior	1,20	0,90	3,50	5,60	5,60
11	754772	03/10/1988	Henrique Messias Santos Ribeiro	0,60	0,60	4,20	5,40	5,40
12	757203	01/01/1971	Janine Zanette Bristot	1,20	0,00	4,20	5,40	5,40
13	743797	12/08/1988	John Marcell Ansiliero Maciel	0,90	0,60	3,50	5,00	5,00
14	752046	25/07/1996	Tamiris Sorato Vitkoski	1,50	0,60	2,80	4,90	4,90
15	740992	21/12/1977	Maria Janice	0,60	0,60	3,50	4,70	4,70
16	745966	05/10/1983	Guacira Regio Lopes	0,90	0,30	3,50	4,70	4,70
17	746195	26/12/1989	Fernanda Reus Frasson	0,90	0,30	3,50	4,70	4,70



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

18	740968	22/12/1989	Bruna Fernandes Colombo	1,20	0,00	3,50	4,70	4,70
19	752692	23/07/1989	Anderson Henfrain Guollo	0,60	1,20	2,80	4,60	4,60
20	741968	17/11/1990	Daniell Viel De Oliveira	0,60	0,30	3,50	4,40	4,40
21	752877	15/07/1991	Denize Rotta Teixeira	0,60	0,30	3,50	4,40	4,40
22	740805	20/04/1999	Amanda De Jesus	0,60	0,30	3,50	4,40	4,40
23	751423	24/10/1975	Silvia Mari Wagner	0,90	0,60	2,80	4,30	4,30
24	753758	21/04/1989	Alexandre Alves	0,90	0,60	2,80	4,30	4,30
25	754184	22/12/1996	Maria Alice Correia Burato	0,90	0,60	2,80	4,30	4,30
26	744929	05/02/1991	Carla Caroline Silveira	0,90	1,20	2,10	4,20	4,20
27	747330	10/03/1979	Juliana Teixeira De Souza	0,60	0,00	3,50	4,10	4,10
28	753136	01/09/1971	Gildecir Muzy Muller	0,60	0,60	2,80	4,00	4,00
29	743656	13/05/1995	Giani Feliciano Joaquim	0,60	0,60	2,80	4,00	4,00
30	739884	16/06/1995	Monique Gomes Formentin	0,60	0,60	2,80	4,00	4,00
31	747873	14/04/1986	Carlos Sweder De Rocchi Venerio	0,90	0,30	2,80	4,00	4,00
32	752357	09/11/1995	Thainara Teixeira	0,60	1,20	2,10	3,90	3,90
33	751072	29/07/1997	Rafael Gabriel De Costa	0,60	1,20	2,10	3,90	3,90
34	755615	06/11/1975	Nilson Fernandes Speck	0,90	0,90	2,10	3,90	3,90
35	755887	04/09/1991	Camila Francisco Pinto	0,60	0,30	2,80	3,70	3,70
36	744228	17/01/1996	Amanda De Souza Crecencio	0,60	0,90	2,10	3,60	3,60
37	741921	08/05/1985	Giovane Dieckes Nunes	0,90	0,60	2,10	3,60	3,60
38	740118	19/02/1995	Patrik Wiggers Junkes	0,90	0,60	2,10	3,60	3,60
39	754060	30/01/1999	Jaqueline Farias Caetano	0,90	0,60	2,10	3,60	3,60
40	744088	17/02/1987	Ediane Macedo Recco	1,20	0,30	2,10	3,60	3,60
41	746139	23/06/1971	Gildo Alves	0,30	0,30	2,80	3,40	3,40
42	748809	24/06/1967	Mara Verlaine Luz	0,60	0,60	2,10	3,30	3,30
43	739959	26/01/1990	Fernanda Fregnani Da Silva	0,60	0,60	2,10	3,30	3,30
44	744514	29/07/1992	Vanessa Bueno De Melo Venancio	0,60	0,60	2,10	3,30	3,30
45	753081	09/05/1997	Jaine Rezin Goncalves	0,60	0,60	2,10	3,30	3,30
46	739880	26/10/1995	Natieli De Matos Rosa	1,20	0,00	2,10	3,30	3,30



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

47	740847	03/02/1989	Aline Borges Alves	0,30	0,60	2,10	3,00	3,00
48	742493	07/11/1990	Vanessa Correia Garcia	0,30	0,60	2,10	3,00	3,00
49	743043	09/04/1993	Shirlane Gonçalves Mattos	0,30	0,60	2,10	3,00	3,00
50	751093	31/05/1985	Patricia Aguiar	0,60	0,30	2,10	3,00	3,00
51	753867	10/11/1981	Emilio Jose Plva	0,60	0,90	1,40	2,90	2,90
52	742270	14/01/2000	Andreza Frasson Cardozo	0,90	0,60	1,40	2,90	2,90
53	746801	25/04/1994	Kamyla Rosso	0,60	0,00	2,10	2,70	2,70
54	749986	20/03/1998	Morgana Cardozo	0,60	0,00	2,10	2,70	2,70
55	746164	22/04/1997	Georgia Spilere Tiscoski	1,20	0,00	1,40	2,60	2,60
56	751591	03/08/1985	Giselle Patricio Silveira Maragno	1,20	0,60	0,70	2,50	2,50
57	754008	23/07/1978	Mislaine Bressan Da Luz Scapin	0,30	0,00	2,10	2,40	2,40
58	755167	21/08/1998	Mislaine Elias Da Silva	0,60	0,30	1,40	2,30	2,30
59	752724	29/08/1972	Larissa Conti Maccari	0,30	0,30	1,40	2,00	2,00

**Auxiliar de Ensino de Educação**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	753643	12/01/1996	Suelen Jung Pedro	1,20	0,30	6,30	7,80	6,50	7,41
2	747078	21/05/1980	Patricia Soratto Cesca	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
3	753265	31/07/1995	Tayna Gonçalves Pereira	0,90	0,90	6,30	8,10	4,50	7,02
4	749795	29/08/1983	Denise De Freitas Cardoso	0,60	0,60	5,60	6,80	7,50	7,01
5	753837	09/12/1985	Nelma De Aguiar D'agostin	0,60	0,30	6,30	7,20	6,00	6,84
6	747229	18/06/1973	Simoni Marlene Pinto	0,30	0,60	5,60	6,50	7,50	6,80
7	753629	29/05/1975	Barbara Pellegri De Biasi	0,60	0,30	5,60	6,50	7,50	6,80
8	752358	09/11/1995	Thainara Teixeira	0,60	1,20	4,90	6,70	6,50	6,64
9	741561	07/06/1991	Jessica Tournier Warmling	0,90	0,90	7,00	8,80	1,50	6,61
10	741919	01/07/1986	Denisia Checluski Foizer	0,90	0,30	6,30	7,50	4,50	6,60
11	742896	07/12/1990	Adriele De Carvalho Goulart Campos	0,60	0,60	5,60	6,80	6,00	6,56



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

12	744954	29/01/1982	Denize Souza Ribeiro Miguel	0,90	0,90	7,00	8,80	1,00	6,46
13	745506	17/04/1973	Joelma Bortolotto	0,60	0,60	4,90	6,10	7,00	6,37
14	751809	11/09/1987	Silvana Teixeira Rocha	0,30	0,60	5,60	6,50	6,00	6,35
15	752726	07/06/1981	Giselli Demboski Floriano	0,60	0,60	4,20	5,40	8,50	6,33
16	742005	22/12/1986	Liziane Marcos Santos	0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
17	750554	26/02/1997	Cristiani Do Nascimento Coimbra	0,60	0,90	6,30	7,80	2,50	6,21
18	753753	21/04/1989	Alexandre Alves	0,90	0,60	6,30	7,80	2,50	6,21
19	752136	05/08/1993	Beatriz Cardoso Fermiano	1,20	0,60	7,00	8,80	0,00	6,16
20	754937	25/06/1980	Daniela Ceni Burato	0,90	0,60	4,90	6,40	5,50	6,13
21	742258	07/08/1973	Andreia Machado Nogueira Nascimento	1,20	0,90	5,60	7,70	2,00	5,99
22	749429	15/08/1995	Emily Araujo Machado	0,90	0,90	5,60	7,40	2,00	5,78
23	746992	22/08/1983	Meline Angela De Brida	0,90	0,60	6,30	7,80	1,00	5,76
24	750210	10/08/1992	Cleide Simao Scheffer	0,60	0,60	7,00	8,20	0,00	5,74
25	740199	19/04/1993	Franciele De Souza	0,90	0,30	4,90	6,10	4,50	5,62
26	754696	06/10/1983	Andressa De Souza Machado	0,60	0,60	4,20	5,40	6,00	5,58
27	744932	05/02/1991	Carla Caroline Silveira	0,90	1,20	5,60	7,70	0,50	5,54
28	746467	29/07/1983	Suziane Bortolon Gonçalves Sartor	0,60	0,30	7,00	7,90	0,00	5,53
29	747866	05/11/1988	Flavia De Moraes Coelho	0,90	0,60	6,30	7,80	0,00	5,46
30	751331	05/06/1991	Renata Zeferino	0,90	0,60	6,30	7,80	0,00	5,46
31	754185	22/12/1996	Maria Alice Correia Burato	0,90	0,60	6,30	7,80	0,00	5,46
32	740774	09/02/1980	Lucimari Araujo	0,90	0,90	4,90	6,70	2,50	5,44
33	742891	13/07/1978	Rosineide Brondani Weber	1,20	0,60	4,90	6,70	2,50	5,44
34	755060	23/02/1987	Monica De Costa	0,60	1,20	4,20	6,00	4,00	5,40
35	752048	25/07/1996	Tamiris Sorato Vitkoski	1,50	0,60	5,60	7,70	0,00	5,39
36	754589	23/08/1980	Karem Regina De Souza Coimbra	0,30	0,30	7,00	7,60	0,00	5,32
37	741760	16/07/1995	Tainara Maximiano Goulart	0,60	0,30	5,60	6,50	2,50	5,30
38	743698	07/06/1997	Karolaine Inacio Da Silveira	0,30	0,90	6,30	7,50	0,00	5,25
39	745618	23/05/1989	Josiane Tresi Xavier	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25
40	752823	27/05/1994	Joice Scarpato	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

41	753072	09/05/1997	Jaine Rezin Goncalves	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25
42	739819	08/05/1982	Silvana Goulart	0,60	0,60	5,60	6,80	1,50	5,21
43	741805	16/01/1993	Agnes Casagrande	0,60	0,60	5,60	6,80	1,50	5,21
44	743667	13/05/1995	Giani Feliciano Joaquim	0,60	0,60	5,60	6,80	1,50	5,21
45	757358	01/11/1995	Gabriela Pereira Viana	0,60	0,60	5,60	6,80	1,50	5,21
46	741321	11/07/1984	Juliana Silva Mello	0,60	1,20	5,60	7,40	0,00	5,18
47	740440	05/06/1999	Mariana De Jesus Dandolini	0,90	0,90	4,90	6,70	1,50	5,14
48	742621	10/07/1998	Fernanda Dos Santos Antunes	0,30	0,30	6,30	6,90	1,00	5,13
49	751217	04/08/1953	Albertina Maria Vieira	0,60	0,30	4,90	5,80	3,50	5,11
50	746472	17/10/1999	Camila Dos Santos Jacinto	0,60	0,60	5,60	6,80	1,00	5,06
51	747536	17/01/1980	Maristela Torquato Da Silva	0,90	0,00	6,30	7,20	0,00	5,04
52	744509	29/07/1992	Vanessa Bueno De Melo Venancio	0,60	0,60	4,90	6,10	2,50	5,02
53	754612	13/05/1984	Sabrina Martins	0,60	0,90	5,60	7,10	0,00	4,97
54	742664	25/05/1992	Janaina Zacarias	0,90	0,60	5,60	7,10	0,00	4,97
55	745663	16/01/1970	Maria Simoni Guollo	0,90	0,00	4,90	5,80	3,00	4,96
56	754666	10/10/1987	Dulcinea Felicidade Clarinda	0,30	0,60	4,90	5,80	2,50	4,81
57	742486	07/11/1990	Vanessa Correia Garcia	0,30	0,60	4,90	5,80	2,50	4,81
58	744110	04/09/1991	Camila Francisco Pinto	0,60	0,30	4,90	5,80	2,50	4,81
59	746768	23/07/1976	Marcia Simao Santhiago	0,30	0,30	5,60	6,20	1,50	4,79
60	747746	09/10/1985	Cristiane Anacleto Biava	0,30	0,90	5,60	6,80	0,00	4,76
61	745776	29/08/1997	Thalia Marques Vicente	0,60	0,60	5,60	6,80	0,00	4,76
62	739881	26/10/1995	Nateli De Matos Rosa	0,90	0,30	5,60	6,80	0,00	4,76
63	743525	28/10/1992	Michele Aparecida Cesconetto	0,30	0,90	4,90	6,10	1,50	4,72
64	742315	18/02/1981	Solange Oliveira Hahn	0,60	0,00	4,20	4,80	4,50	4,71
65	742931	30/08/1987	Morgana Alves Siberino	0,90	0,90	4,90	6,70	0,00	4,69
66	746802	25/04/1994	Kamyla Rosso	0,60	0,00	5,60	6,20	1,00	4,64
67	741165	01/09/1977	Mineia Cunha	0,60	0,00	4,90	5,50	2,50	4,60
68	750415	10/01/1970	Dorilda Scchaukoski	0,30	0,60	5,60	6,50	0,00	4,55
69	740849	03/02/1989	Aline Borges Alves	0,30	0,60	4,90	5,80	1,50	4,51





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

70	755079	16/04/1988	Jordana Ferrarezi		0,60	0,90	4,90	6,40	0,00	4,48
71	753926	27/02/1990	Mariane Melo Da Rosa		0,30	0,30	5,60	6,20	0,00	4,34
72	742719	07/09/1993	Tamiris Moraes Serafin		0,60	0,00	5,60	6,20	0,00	4,34
73	749957	20/03/1998	Morgana Cardozo		0,60	0,00	5,60	6,20	0,00	4,34
74	742211	16/07/1980	Claudia Fabiana Da Silva Machado		0,60	0,00	4,90	5,50	1,50	4,30
75	753922	18/06/1983	Mariana Burigo De Menech		0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
76	750841	31/01/1991	Gizelli Kemper		0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
77	756229	24/06/1991	Janeti Fernandes Kasmierchoki		0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
78	752028	21/08/1998	Mislaine Elias Da Silva		0,90	0,30	4,20	5,40	1,50	4,23
79	747882	02/07/1991	Monique De Oliveira Schmitz		0,60	0,30	4,90	5,80	0,00	4,06
80	750033	18/01/1979	Jamília Duarte Felisbino		0,60	0,90	4,20	5,70	0,00	3,99
81	753772	08/12/1966	Soraia Tavares		0,90	0,60	4,20	5,70	0,00	3,99
82	750752	26/01/1975	Adriana Pereira De Castro Da Costa		1,20	0,30	4,20	5,70	0,00	3,99
83	752412	18/06/1973	Silvana Marlene Pinto Da Silveira		0,00	0,60	4,90	5,50	0,00	3,85
84	745760	06/05/1977	Simone Silveira Dos Santos De Avila		0,30	0,30	4,90	5,50	0,00	3,85
85	751865	10/03/1979	Juliana Teixeira De Souza		0,30	0,30	4,20	4,80	1,50	3,81
86	750981	24/03/1990	Gabriela Cardoso		0,60	0,60	4,20	5,40	0,00	3,78
87	753222	10/11/1966	Andrea Geni Laureano Do Canto		0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
88	753994	23/07/1978	Mislaine Bressan Da Luz Scapin		0,30	0,00	4,90	5,20	0,00	3,64
89	750584	14/02/1979	Ariany Sales		0,60	0,00	3,50	4,10	2,50	3,62
90	745889	11/02/1999	Giovane Borges		0,60	0,30	4,20	5,10	0,00	3,57
91	741925	19/07/1999	Karoline Abrao Vieira		0,90	0,00	4,20	5,10	0,00	3,57
92	742251	30/01/1999	Jaqueline Farias Caetano		0,90	0,60	3,50	5,00	0,00	3,50
93	744019	05/05/1999	Karolayni Da Silva Ponciano Serafim		0,90	0,60	3,50	5,00	0,00	3,50
94	745037	01/11/1978	Janaina Crepaldi Cesca		0,90	0,30	3,50	4,70	0,00	3,29
95	749599	19/11/1986	Gabriela Bertoldo Alfredo		0,60	0,30	2,80	3,70	0,00	2,59
96	757300	31/05/1998	Rafaela Melo Goulart		0,90	0,30	0,70	1,90	0,00	1,33



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Artes (Infantil ao 9º ano) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	749419	23/04/1971	Fabiana Casagrande	1,20	1,20	5,60	8,00	8,50	8,15
2	747043	12/06/1964	Djalma Araujo	0,90	1,20	6,30	8,40	7,50	8,13
3	750284	28/09/1988	Keli Bortolin Salvan	0,90	1,50	5,60	8,00	7,50	7,85
4	745947	20/11/1984	Claudia Mara De Souza Oliveira	0,90	0,60	6,30	7,80	7,50	7,71
5	756134	10/10/1989	Andreza Pereira	0,60	0,60	4,90	6,10	7,50	6,52
6	742985	03/04/1987	Alini Cardoso De Souza	0,60	0,00	4,90	5,50	8,50	6,40
7	747071	30/10/1966	Adriana Aparecida Henfrain Guollo	1,20	0,60	3,50	5,30	8,50	6,26
8	740030	20/02/1979	Rodrigo Cardoso	0,90	0,90	3,50	5,30	7,00	5,81
9	744177	17/11/1989	Suelen Guessi Mendes	0,30	0,30	4,90	5,50	5,50	5,50
10	751523	07/11/1989	Naiara Rinaldi Elias	0,30	1,20	3,50	5,00	6,50	5,45
11	745226	05/01/1995	Sheila de Souza Brígido	0,60	0,30	5,60	6,50	2,00	5,15
12	741851	07/08/1982	Daiana De Borba Cruz	0,90	1,50	4,90	7,30	0,00	5,11
13	741783	11/08/1995	Mirella Dos Santos Da Silva	0,60	1,20	3,50	5,30	3,50	4,76
14	749560	03/02/1980	Valdice Felisbino Vieira Boschetto	0,60	0,90	2,80	4,30	5,50	4,66
15	753882	13/01/1993	Katia Teixeira Cardoso	0,30	0,00	3,50	3,80	6,50	4,61
16	750833	31/01/1991	Gizelli Kemper	0,60	0,60	4,20	5,40	2,00	4,38
17	745761	17/12/1982	Patricia Da Rosa Santos	0,60	0,90	4,20	5,70	0,00	3,99
18	741879	19/05/1986	Francielle Diana Rocha	0,30	0,90	2,10	3,30	4,50	3,66
19	757284	03/04/1990	Giovane Rabello Cardoso	0,30	0,90	3,50	4,70	1,00	3,59
20	742007	01/08/1968	Apolonia Feliciano Serafim	0,30	0,60	2,10	3,00	0,00	2,10

**Professor Artes (Infantil ao 9º ano) - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	746464	29/07/1983	Suziane Bortolon Gonçalves Sartor	0,60	0,30	6,30	7,20	0,00	5,04



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

2	757852	25/05/1959	Waldir Souza Nunes	0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
3	756231	24/06/1991	Janeti Fernandes Kasmierchcki	0,60	0,60	2,80	4,00	2,50	3,55

**Professor Ciências 6º ao 9º ano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	757311	18/10/1980	Edna Da Silva Constantino	1,20	0,60	6,30	8,10	7,50	7,92
2	758094	12/11/1991	Tamiris Francisco	0,60	0,90	7,00	8,50	6,50	7,90
3	752381	12/06/1991	Monica Citadin	1,20	0,90	5,60	7,70	7,00	7,49
4	745530	21/01/1962	Janete Silvano Cardozo	0,60	0,60	5,60	6,80	8,50	7,31
5	748646	22/02/1990	Veridiana Robetti	0,90	0,60	5,60	7,10	7,50	7,22
6	741817	29/06/1990	Mirian Da Silva Alessio	0,60	0,90	5,60	7,10	6,50	6,92
7	753823	09/12/1985	Nelma De Aguiar D'Agostin	0,60	0,30	6,30	7,20	6,00	6,84
8	743091	09/05/1983	Marcel Madeira De Costa	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73
9	751094	31/05/1985	Patricia Aguiar	0,60	0,30	5,60	6,50	4,50	5,90
10	746248	28/07/1983	Karoline Masiero Dos Santos	0,90	1,20	4,90	7,00	2,00	5,50
11	746204	08/06/1953	Flavio Teixeira	0,30	0,30	4,20	4,80	7,00	5,46
12	748957	04/01/1969	Soraia Bitencourt Dallo	1,20	0,60	3,50	5,30	5,50	5,36
13	748811	05/02/1980	Ramon Mrotskoski	0,90	0,90	2,80	4,60	7,00	5,32
14	742888	07/12/1990	Adriele De Carvalho Goulart Campos	0,30	0,00	4,20	4,50	6,00	4,95
15	740200	19/04/1993	Franciele De Souza	0,90	0,30	3,50	4,70	4,50	4,64
16	751429	06/10/1989	Karina Stefani Ferreira	0,60	0,30	2,80	3,70	5,00	4,09

**Professor Ciências 6º ao 9º ano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	757302	29/09/1994	Nicolli Domingues Naspolini	0,90	0,90	4,90	6,70	0,00	4,69



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Educação Especial - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	754183	28/09/1988	Keli Bortolin Salvan	0,90	1,50	6,30	8,70	7,50	8,34
2	755460	30/03/1978	Juliana Peppler Pacheco	0,90	1,20	5,60	7,70	8,50	7,94
3	754922	24/01/1991	Priscila Maria Inez De Souza	0,60	0,30	6,30	7,20	7,50	7,29
4	751659	27/01/1966	Geni Vargas Costa	0,60	0,30	6,30	7,20	7,00	7,14
5	755465	22/02/1984	Daiane Ricardo Coelho	1,20	0,90	5,60	7,70	5,50	7,04
6	745527	17/12/1967	Mabel Aparecida Costa	0,60	0,30	4,90	5,80	8,50	6,61
7	755000	06/04/1972	Simone Andrea Correia	0,30	0,30	4,20	4,80	8,50	5,91
8	740477	23/09/1985	Edineia Filastro	0,60	0,60	4,20	5,40	6,50	5,73
9	755443	01/11/1983	Aurea Ricardo Garcia Bitencourt	0,90	1,20	2,80	4,90	7,50	5,68
10	750446	31/07/1991	Jaquerli Boaventura Nandi	0,90	0,60	5,60	7,10	2,00	5,57
11	751085	30/06/1965	Albani Martins Silva	0,60	0,30	4,90	5,80	1,50	4,51

**Professor Educação Especial - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	751520	27/10/1970	Vania Goulart Roberto Dos Santos	0,30	0,90	4,20	5,40	6,50	5,73

**Professor Educação Especial/LIBRAS - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	752700	23/07/1989	Anderson Henfrain Guollo	0,60	1,20	4,90	6,70	7,50	6,94
2	741297	03/03/1984	Sabrina De Almeida Henfrain	0,90	0,30	3,50	4,70	8,50	5,84



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Educação Especial/LIBRAS - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	754660	10/10/1987	Dulcinea Felicidade Clarinda	0,30	0,60	4,90	5,80	2,50	4,81
2	752758	02/01/1991	Andriele Geremias	0,30	0,90	5,60	6,80	0,00	4,76
3	742686	06/08/1982	Graziela Lazzaris David	0,60	0,00	4,20	4,80	0,00	3,36

**Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	745524	03/02/1988	Simone Pinheiro De Souza	0,90	0,90	7,00	8,80	7,50	8,41
2	748068	27/05/1976	Eugenio Fleira Junior	0,90	0,90	6,30	8,10	8,50	8,22
3	757915	24/10/1989	Franciele Da Rosa Lidorio	0,60	0,90	6,30	7,80	8,50	8,01
4	750692	21/12/1991	Adriano Da Rocha Cechinel	1,20	1,20	5,60	8,00	7,50	7,85
5	744058	27/02/1990	Isabela Natal Milak	0,00	1,20	7,00	8,20	6,50	7,69
6	747676	24/03/1990	Bruna Leaci Dagostin Simon	1,20	1,50	4,90	7,60	7,50	7,57
7	747391	03/03/1988	Lais Tiscoski Da Silva	1,20	1,20	4,90	7,30	7,50	7,36
8	742607	02/12/1989	Camila Silveira Jose	0,90	1,20	4,90	7,00	7,50	7,15
9	741877	08/05/1985	Giovane Dieckes Nunes	0,90	0,60	5,60	7,10	6,50	6,92
10	749410	16/05/1977	Juceli Formanski	0,90	0,90	4,90	6,70	7,00	6,79
11	744066	17/02/1987	Ediane Macedo Recco	0,60	0,30	4,90	5,80	8,50	6,61
12	741917	22/12/1989	Douglas Ugioni Marques de Souza	0,90	0,30	4,90	6,10	7,50	6,52
13	742317	19/04/1995	Jhenifer De Almeida Bernardo	1,20	0,30	5,60	7,10	5,00	6,47
14	741789	11/11/1990	Eduarda Espindola	0,60	0,60	4,90	6,10	6,50	6,22
15	740562	07/04/1994	Guilherme Fretta	0,60	1,20	4,90	6,70	5,00	6,19
16	747788	06/08/1987	Lucas Camargo	0,90	0,90	4,90	6,70	5,00	6,19
17	741961	17/11/1990	Daniel Viel De Oliveira	0,90	0,30	4,20	5,40	7,50	6,03





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

18	745864	15/12/1989	Lucas De Souza Goulart	0,90	0,90	3,50	5,30	7,50	5,96
19	754063	27/09/1991	Elen Cristina Soratto	0,30	0,60	5,60	6,50	4,50	5,90
20	741314	01/03/1976	Mari Almerindo Martins Taufembach	0,90	0,90	2,80	4,60	8,50	5,77
21	741888	01/07/1986	Denisia Checluski Foizer	0,90	0,30	4,90	6,10	4,50	5,62
22	752291	16/04/1993	Maysa Pereira Soares Locks	0,30	0,60	5,60	6,50	3,50	5,60
23	745449	30/09/1991	Josias Pavanati Lopes	0,90	0,60	4,20	5,70	5,00	5,49
24	745612	18/09/1988	Gabriela Cancellier	1,20	0,60	2,80	4,60	7,50	5,47
25	754127	03/04/1991	Ademir Vargas Filho	0,60	1,20	4,20	6,00	3,00	5,10
26	751900	14/05/1991	Renato Porto	1,20	1,20	4,20	6,60	1,50	5,07
27	743555	23/02/1995	Rafaela Bitencourt Thomaz	0,60	0,90	5,60	7,10	0,00	4,97
28	753359	26/05/1993	Filipe Fernandes Pacheco	0,60	0,60	5,60	6,80	0,00	4,76
29	741979	10/09/1982	Rosane Vilarino Da Silva	0,30	0,90	4,20	5,40	3,00	4,68
30	756311	21/02/1989	Camila Joaquim Da Silva	0,30	0,90	4,20	5,40	3,00	4,68
31	751759	12/12/1979	Rosimeri Dos Reis Salvatiao	0,90	0,90	2,10	3,90	6,50	4,68
32	744250	22/01/1982	Lielson Feltrin Rosa	0,60	1,20	3,50	5,30	3,00	4,61
33	754312	09/06/1991	Isadora Martins Concer	0,30	0,00	3,50	3,80	6,50	4,61
34	753885	05/09/1987	Graziele Dos Santos Da Rosa	0,90	0,60	4,90	6,40	0,00	4,48
35	755858	30/11/1993	Leandro Martins Leacina	1,20	0,60	4,20	6,00	0,50	4,35
36	752736	11/02/1990	Karen Bortolin Salvan	0,60	0,30	2,10	3,00	7,50	4,35
37	750680	20/05/1977	Silvana Alves De Lima	0,60	0,00	5,60	6,20	0,00	4,34
38	757305	12/07/1990	Renan Goncalves Sebastiao	0,30	1,50	4,20	6,00	0,00	4,20
39	747874	14/04/1986	Carlos Sweder De Rocchi Venerio	0,90	0,30	2,80	4,00	4,00	4,00
40	743934	05/04/1979	Danilo Lopes Nasario	0,60	0,60	4,20	5,40	0,00	3,78
41	754396	04/10/1993	Lucas Lopes	0,60	1,20	3,50	5,30	0,00	3,71
42	758186	11/08/1984	Diego Jeremias	0,60	1,20	2,80	4,60	0,00	3,22
43	743053	20/11/1995	Mariane Rodrigues Albano	0,60	0,30	2,80	3,70	0,00	2,59
44	755936	06/01/1994	Jessica Cardoso Rabelo	0,30	0,30	2,80	3,40	0,00	2,38



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	751170	29/07/1997	Rafael Gabriel De Costa	0,60	1,20	4,90	6,70	3,50	5,74
2	747693	17/03/1995	Amanda Ferreira Inacio	0,60	0,30	4,90	5,80	0,00	4,06
3	753812	14/02/1972	Alexandre Rigo	0,30	0,90	4,20	5,40	0,00	3,78
4	742935	12/10/1995	Juliana Darc Ribeiro Dos Santos	0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
5	753959	31/05/1998	Rafaela Melo Goulart	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80

**Professor Educação Infantil (Creches/Pré-Escola) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	743702	21/01/1974	Edna Burigo	0,60	1,20	6,30	8,10	8,50	8,22
2	748388	28/11/1994	Jessica Sartor Teixeira De Souza	1,20	1,20	6,30	8,70	6,50	8,04
3	756153	16/01/1982	Juliana D'Agostin	0,60	0,90	6,30	7,80	8,50	8,01
4	749135	10/11/1977	Aleckssandra Vivian Dos Santos	0,90	0,30	6,30	7,50	8,50	7,80
5	739853	22/12/1977	Silvia Lucia Felizardo Mendonca	0,60	0,90	6,30	7,80	7,50	7,71
6	751792	12/04/1987	Antonina Geni Souza Dos Santos	0,90	0,60	6,30	7,80	7,50	7,71
7	754005	08/08/1992	Luana Souza Hespanhol	0,30	0,90	7,00	8,20	6,00	7,54
8	742669	14/05/1974	Mirtiz Guglielmi Bez Fontana	0,90	0,60	5,60	7,10	8,50	7,52
9	747858	02/02/1981	Josiane Santos Da Silva	0,90	0,60	5,60	7,10	8,50	7,52
10	751753	30/11/1984	Daiane Marangoni Baesso	0,90	0,60	5,60	7,10	8,50	7,52
11	752205	11/04/1971	Laurenice Manoel Mariano Pelizzari	0,60	0,60	6,30	7,50	7,50	7,50
12	755417	30/03/1978	Juliana Peppier Pacheco	0,90	1,20	4,90	7,00	8,50	7,45
13	741845	26/12/1981	Lidiane Gonçalves De Souza Lansone	1,20	0,90	4,90	7,00	8,50	7,45
14	746616	31/01/1980	Graziela Silveira Goudinho	0,90	0,90	5,60	7,40	7,50	7,43
15	754616	03/02/1969	Adenir Teixeira	0,90	0,30	5,60	6,80	8,50	7,31
16	754725	02/01/1959	Neura Silveira Bez Fontana	0,90	0,60	5,60	7,10	7,50	7,22



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

17	755801	11/02/1969	Valquiria Neves Estacio	0,60	0,60	6,30	7,50	6,50	7,20
18	749217	11/08/1989	Suzana Da Silva	1,20	0,90	4,90	7,00	7,50	7,15
19	745752	03/03/1987	Aline Costa Fernandes	0,60	1,20	5,60	7,40	6,50	7,13
20	750317	26/09/1972	Maria Lucas Fernandes Teixeira	1,20	0,60	5,60	7,40	6,50	7,13
21	751270	12/10/1968	Katia Aparecida Duarte Machado Niero	0,30	0,60	5,60	6,50	8,50	7,10
22	753132	31/01/1983	Andreza Amorim	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
23	752921	23/12/1983	Adriana Baesso Da Silva	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
24	747473	22/07/1976	Rubia Zaccaron Recco Magagnin	1,20	0,30	4,90	6,40	8,50	7,03
25	740601	18/09/1986	Cintia Generoso Pacheco	0,30	0,90	5,60	6,80	7,50	7,01
26	755306	22/03/1986	Luana Mendes Da Silva	0,60	0,60	5,60	6,80	7,50	7,01
27	753781	22/11/1989	Bruno Pereira Rocha	0,60	0,60	5,60	6,80	7,50	7,01
28	749614	16/01/1992	Joelma Da Silva	0,60	0,60	5,60	6,80	7,50	7,01
29	749785	06/08/1981	Sandra Fontanela	0,90	0,30	5,60	6,80	7,50	7,01
30	749542	03/06/1991	Silvia Rosinete Miguel Teixeira	0,90	0,30	5,60	6,80	7,50	7,01
31	753973	19/02/1985	Graziela Cittadin	0,90	0,90	5,60	7,40	6,00	6,98
32	743618	06/11/1995	Silvana Miguel Duarte	0,90	1,20	4,90	7,00	6,50	6,85
33	744756	12/11/1986	Renata Marcelo Da Silva	1,20	0,90	4,90	7,00	6,50	6,85
34	740748	11/11/1981	Micheli Golombieski Bertan	0,90	0,30	4,90	6,10	8,50	6,82
35	740888	30/11/1985	Maykon Da Silva Goulart	1,20	0,00	4,90	6,10	8,50	6,82
36	746650	07/05/1986	Simoni Quirino Tuan	0,30	0,60	5,60	6,50	7,50	6,80
37	743809	30/11/1980	Marlene Rosa De Oliveira Pacagnan	0,90	0,60	5,60	7,10	6,00	6,77
38	747157	18/08/1987	Juliana Laurindo Da Silva	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73
39	745980	17/10/1988	Datane Aparecida Pereira Luza	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73
40	752831	19/10/1990	Erica Cruz Ferreira	0,90	0,60	4,90	6,40	7,50	6,73
41	753820	25/10/1994	Tatiana Serafim Miguel	0,60	0,60	5,60	6,80	6,50	6,71
42	751966	12/06/1978	Raquel Arceno De Souza	0,30	0,60	6,30	7,20	5,50	6,69
43	751833	19/08/1991	Maiara Soares Candido	1,20	0,90	4,20	6,30	7,50	6,66
44	751849	23/06/1985	Josiane Konzen Salvalaio	0,90	0,90	4,90	6,70	6,50	6,64
45	749871	05/03/1983	Regiani Leopoldina Cardoso	1,20	0,60	4,90	6,70	6,50	6,64



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

46	749081	19/07/1980	Marinete Zisinio Saccon		0,90	0,60	5,60	7,10	5,50	6,62
47	740575	26/09/1988	Tatiane Cardoso Custodio		0,90	0,60	5,60	7,10	5,50	6,62
48	753009	06/04/1967	Maria Silveira Borges		0,60	0,30	4,90	5,80	8,50	6,61
49	743587	11/02/1968	Vanilde Frasson Debiasi		0,60	0,30	4,90	5,80	8,50	6,61
50	752029	12/05/1984	Andreia Cardoso Fernandes		0,30	0,30	5,60	6,20	7,50	6,59
51	752293	29/10/1987	Luana Gislon		0,30	0,30	5,60	6,20	7,50	6,59
52	746941	23/01/1987	Ariana Dimas Emerenciano		0,60	0,60	5,60	6,80	6,00	6,56
53	753623	01/12/1982	Fabia Demetrio Quagliotto		0,90	0,30	5,60	6,80	6,00	6,56
54	751462	27/09/1977	Fabiani Tartari		0,30	0,90	4,90	6,10	7,50	6,52
55	754552	05/02/1988	Deise Silvana Custodio Fernandes		0,90	0,30	4,90	6,10	7,50	6,52
56	740930	17/10/1985	Jhanifer Ezequiel Pacheco		1,20	0,30	4,90	6,40	6,50	6,43
57	753634	12/01/1996	Suelen Jung Pedro		1,20	0,30	4,90	6,40	6,50	6,43
58	747426	19/09/1983	Damiana Bertan Rocha		0,60	1,50	4,90	7,00	5,00	6,40
59	755002	06/04/1972	Simone Andrea Correia		0,30	0,30	4,90	5,50	8,50	6,40
60	742981	03/04/1987	Alini Cardoso De Souza		0,60	0,00	4,90	5,50	8,50	6,40
61	740297	20/09/1974	Loumax Cristiane Machado		0,30	0,00	5,60	5,90	7,50	6,38
62	743812	04/03/1981	Vanessa Zanini Formanski		0,90	0,30	4,20	5,40	8,50	6,33
63	751592	22/11/1992	Monique Geremias Da Silva		0,90	0,60	5,60	7,10	4,50	6,32
64	754227	30/03/1983	Dangela De Jesus Raicik		0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
65	742236	01/07/1983	Juliana Albani Salvan		0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
66	754923	24/01/1991	Priscila Maria Inez De Souza		0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
67	753849	22/03/1980	Monica Gomes Marcos		0,60	1,20	4,20	6,00	7,00	6,30
68	747713	08/03/1984	Adriana Nunes Silveira		0,90	0,60	4,90	6,40	6,00	6,28
69	753663	01/07/1981	Juliane Henfrain Maragno		1,20	0,30	4,90	6,40	6,00	6,28
70	757378	21/02/1982	Karina Gabriel Guollo		0,60	0,60	4,90	6,10	6,50	6,22
71	752157	12/11/1983	Tatiani Patricio Rebelo		0,60	0,30	5,60	6,50	5,50	6,20
72	742092	03/05/1973	Jucileni Marangoni Costa		0,90	0,00	5,60	6,50	5,50	6,20
73	740479	23/09/1985	Edineia Filastro		0,60	1,20	4,20	6,00	6,50	6,15
74	752416	18/06/1973	Silvana Marlene Pinto Da Silveira		0,30	0,60	4,20	5,10	8,50	6,12



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

75	749952	10/02/1974	Miranda Cascaes Pereira	0,60	0,30	4,20	5,10	8,50	6,12
76	747128	18/01/1989	Fernanda Bieger	1,20	0,90	4,90	7,00	4,00	6,10
77	753971	10/01/1970	Marilza Teixeira De Souza	0,30	0,30	4,90	5,50	7,50	6,10
78	751806	11/09/1987	Silvana Teixeira Rocha	0,60	0,60	4,90	6,10	6,00	6,07
79	756372	07/05/1984	Talita Cruz Da Silva Teixeira	0,90	0,30	4,90	6,10	6,00	6,07
80	739998	30/05/1985	Viviane Da Soler	0,90	0,30	4,90	6,10	6,00	6,07
81	740325	18/10/1964	Maria Terezinha Pinheiro	0,90	0,60	3,50	5,00	8,50	6,05
82	754825	25/04/1979	Senilde Mendes Vital	0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
83	743859	31/07/1981	Regiane Frasson	0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
84	750971	28/01/1986	Vanessa Bordinis Da Silva Arend	0,90	0,90	3,50	5,30	7,50	5,96
85	752841	13/02/1976	Simone Espindola Salgado	0,90	0,60	4,20	5,70	6,50	5,94
86	747293	09/08/1984	Janaina Teixeira De Souza Eduardo	0,90	1,20	3,50	5,60	6,50	5,87
87	757193	11/10/1991	Sueine Da Silva Goncalves	0,60	0,60	6,30	7,50	2,00	5,85
88	749744	12/06/1971	Geovana Maria De Bitencourt	0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84
89	755012	21/05/1979	Rosangela Wagner	0,60	0,30	4,20	5,10	7,50	5,82
90	749825	21/10/1991	Rosicleia Cardoso Rocha	0,90	0,60	4,20	5,70	6,00	5,79
91	755819	08/03/1982	Regina Cardoso Formentin	0,60	0,60	4,90	6,10	5,00	5,77
92	753734	20/01/1980	Patricia Buzzo Rovida	0,90	0,30	4,90	6,10	5,00	5,77
93	754602	29/05/1983	Mariza Sartor	0,60	1,20	2,80	4,60	8,50	5,77
94	746950	10/06/1978	Lislaine Bertan Pacheco	1,20	0,60	2,80	4,60	8,50	5,77
95	750433	23/03/1987	Fabiana Pereira Rodrigues	0,90	0,60	3,50	5,00	7,50	5,75
96	752712	05/09/1990	Sinara Maria Serafim	0,90	0,60	3,50	5,00	7,50	5,75
97	743704	12/03/1986	Paula Bitencourt Machado	0,60	0,60	4,20	5,40	6,50	5,73
98	752805	06/06/1991	Francieli Bonot	0,90	0,60	4,90	6,40	4,00	5,68
99	740704	29/04/1989	Mayara Castro Da Costa Mazzuco	0,60	1,20	6,30	8,10	0,00	5,67
100	747900	28/06/1987	Carolina De Costa Mazzuco	0,90	0,90	6,30	8,10	0,00	5,67
101	753740	28/09/1976	Sandra Gabriel Alves	0,90	1,50	4,20	6,60	3,50	5,67
102	745946	22/11/1971	Marilza Bitencourt Cavagnoli	0,60	0,30	4,20	5,10	7,00	5,67
103	750628	20/04/1994	Tamiris Da Silva De Souza	0,60	0,60	4,90	6,10	4,50	5,62





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

104	753115	21/11/1972	Julia Cristina Baptista Muller	0,90	0,60	5,60	7,10	2,00	5,57
105	750447	31/07/1991	Jaquerli Boaventura Nandi	0,90	0,60	5,60	7,10	2,00	5,57
106	747111	04/09/1979	Graziela Cizescki Machado	0,60	0,90	2,80	4,30	8,50	5,56
107	747336	07/06/1981	Giselli Demboski Floriano	0,90	0,60	2,80	4,30	8,50	5,56
108	753257	31/07/1995	Tayna Goncalves Pereira	0,90	0,90	4,20	6,00	4,50	5,55
109	751039	29/08/1978	Eliane Steff Cardoso	0,60	0,60	3,50	4,70	7,50	5,54
110	754266	23/08/1980	Valkiria Silva Floriano	0,60	0,60	3,50	4,70	7,50	5,54
111	743276	03/10/1984	Jadilene Rita Tomaz	0,60	0,60	3,50	4,70	7,50	5,54
112	747513	17/12/1976	Bernadete Rodrigues Maximo	0,60	0,30	4,20	5,10	6,50	5,52
113	740196	23/03/1985	Muriel Da Silva	0,90	0,30	4,90	6,10	4,00	5,47
114	750439	12/09/1975	Maritsa Tournier Tavares	0,30	1,20	6,30	7,80	0,00	5,46
115	742641	07/09/1992	Kelli Colodel Mota	0,60	0,90	3,50	5,00	6,50	5,45
116	753516	01/08/1987	Carla Bernardo Fernandes Garcia	0,60	0,60	4,20	5,40	5,50	5,43
117	751660	27/01/1966	Geni Vargas Costa	0,30	0,30	3,50	4,10	8,50	5,42
118	747148	03/06/1969	Vaedina Lopes Felisbino	0,60	0,00	3,50	4,10	8,50	5,42
119	748682	25/03/1975	Olivia Saul Ferreira De Freitas	0,60	0,30	4,20	5,10	6,00	5,37
120	753631	13/10/1985	Juliana Ronsani Rosso	0,60	0,90	4,20	5,70	4,50	5,34
121	757224	05/07/1986	Raquel De Souza Campos	0,60	0,90	4,20	5,70	4,50	5,34
122	752228	18/06/1973	Simoni Marlene Pinto	0,30	0,60	3,50	4,40	7,50	5,33
123	740893	14/03/1981	Elisiane De Moura Miguel	0,60	0,30	3,50	4,40	7,50	5,33
124	753577	10/11/1983	Joice Cipriano Crestani	0,60	0,30	3,50	4,40	7,50	5,33
125	741982	22/12/1986	Liziane Marcos Santos	0,60	0,30	3,50	4,40	7,50	5,33
126	753114	16/03/1987	Edimara Dalmolin	0,90	0,60	2,80	4,30	7,50	5,26
127	739936	26/01/1990	Fernanda Fregnani Da Silva	0,60	0,60	3,50	4,70	6,50	5,24
128	747041	20/05/1994	Carolina Dos Santos	0,60	0,60	3,50	4,70	6,50	5,24
129	740743	13/03/1967	Edina Osmarina Eduardo Fernandes	0,60	0,30	3,50	4,40	7,00	5,18
130	745204	17/10/1991	Priscila Teixeira Forgiarini	0,30	0,30	4,20	4,80	6,00	5,16
131	754938	25/06/1980	Daniela Ceni Burato	0,90	0,60	3,50	5,00	5,50	5,15
132	746148	10/06/1989	Tamires Inocente	0,30	0,30	3,50	4,10	7,50	5,12



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

133	752954	01/04/1985	Sibeli Martins		0,60	0,00	3,50	4,10	7,50	5,12
134	752313	17/11/1989	Suelen Guessi Mendes		0,30	0,30	4,20	4,80	5,50	5,01
135	739813	26/03/1989	Gabriela Cechinel		0,90	0,30	4,20	5,40	4,00	4,98
136	756245	12/07/1988	Deise Rodrigues Paes		0,90	0,60	5,60	7,10	0,00	4,97
137	753917	03/09/1991	Diandra Bertan		0,90	0,00	4,90	5,80	3,00	4,96
138	749645	14/06/1993	Tailta Felisberto Rodrigues		0,30	0,30	5,60	6,20	2,00	4,94
139	754823	24/03/1990	Rogeria De Souza Ghisi		0,30	0,60	4,20	5,10	4,50	4,92
140	740219	21/09/1967	Rozane Paskievski		0,60	0,30	4,20	5,10	4,50	4,92
141	743635	30/07/1985	Elisangela Felisberto		0,60	0,90	4,20	5,70	3,00	4,89
142	746805	01/01/1966	Loecir Pereira Jung		0,90	0,90	2,80	4,60	5,50	4,87
143	742534	18/10/1979	Edilezia Cleria Alexandre Da Silva		0,90	0,90	2,80	4,60	5,50	4,87
144	747181	17/07/1961	Janice Martignago		0,60	0,60	2,10	3,30	8,50	4,86
145	747178	23/10/1980	Cynthia De Souza Teixeira		0,90	0,30	2,10	3,30	8,50	4,86
146	753633	29/05/1975	Barbara Pellegri De Biasi		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
147	741334	06/03/1979	Cristiane Pereira De Castro		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
148	750266	08/02/1985	Gizelia Tizoni Pacheco Bonomi		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
149	752908	25/04/1973	Adriana Fernandes Pereira		0,30	0,90	4,20	5,40	3,50	4,83
150	757380	31/12/1995	Babila Da Costa Cardoso		0,90	0,30	4,20	5,40	3,50	4,83
151	743580	02/09/1979	Mislany Pacheco		0,60	0,60	5,60	6,80	0,00	4,76
152	742060	04/02/1995	Gesraeli De Souza Machado		0,90	0,30	5,60	6,80	0,00	4,76
153	754782	31/10/1985	Taise Cardoso Borges Eziquiel		0,30	0,00	4,90	5,20	3,50	4,69
154	754313	09/06/1991	Isadora Martins Concer		0,30	0,00	4,20	4,50	5,00	4,65
155	741298	03/03/1984	Sabrina De Almeida Henfrain		0,60	0,30	2,10	3,00	8,50	4,65
156	743646	10/11/1982	Lucineia Silveira Borges		0,30	0,30	2,80	3,40	7,50	4,63
157	752259	14/11/1993	Naiara Joaquim Costa		0,60	0,30	4,20	5,10	3,50	4,62
158	743679	19/02/1985	Camila Da Soler Casagrande		0,90	0,30	2,80	4,00	6,00	4,60
159	753924	04/03/1972	Selma Souza		0,60	0,00	4,20	4,80	4,00	4,56
160	755771	15/08/1990	Juliana Silveira Martins		0,90	0,60	3,50	5,00	3,50	4,55
161	751893	06/05/1984	Gislaine Martins Elias		0,90	0,60	4,90	6,40	0,00	4,48



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

162	753846	30/03/1984	Renata Machado	0,30	0,00	3,50	3,80	6,00	4,46
163	750673	14/08/1985	Ellen Rodrigues Vergilio	0,60	0,30	3,50	4,40	4,50	4,43
164	755752	16/06/1993	Pamela Duminelli Frassetto	0,90	0,30	4,20	5,40	2,00	4,38
165	753651	17/07/1990	Gislaine de Souza	0,30	0,90	2,80	4,00	5,00	4,30
166	747166	07/09/1968	Isabela Zanatta Marques	0,90	0,90	0,70	2,50	8,50	4,30
167	752374	01/12/1995	Karini Da Silva Ponciano	0,90	0,60	4,20	5,70	1,00	4,29
168	744226	10/09/1976	Jeovana Bortolon	0,60	0,30	1,40	2,30	8,50	4,16
169	743193	21/04/1995	Maria Fernanda Francelino	0,60	0,30	3,50	4,40	3,50	4,13
170	754697	06/10/1983	Andressa De Souza Machado	0,60	0,60	2,10	3,30	6,00	4,11
171	755036	02/07/1986	Francisca De Lima Macedo	0,30	0,30	3,50	4,10	3,50	3,92
172	756135	14/08/1993	Maiara Maccari Gerhardt	0,30	0,30	3,50	4,10	3,50	3,92
173	755194	10/06/1971	Andrea Cristiane Fidelis Gregorio	0,60	0,30	1,40	2,30	7,50	3,86
174	751987	13/08/1971	Giovana Sebastiao	0,60	0,60	2,80	4,00	3,50	3,85
175	752679	22/05/1993	Gabriela Jung	0,30	0,90	4,20	5,40	0,00	3,78
176	750469	28/04/1977	Zulmara Alexandrino Fernandes Figueredo	0,60	0,60	4,20	5,40	0,00	3,78
177	751086	30/06/1965	Albani Martins Silva	0,60	0,60	3,50	4,70	1,50	3,74
178	751980	30/06/1988	Carla Correia Rocha	0,90	0,90	1,40	3,20	5,00	3,74
179	752711	04/05/1983	Morgana Vieira Cardoso Bernardino	0,90	0,90	3,50	5,30	0,00	3,71
180	753904	27/03/1974	Andrea Souza Bento	0,60	0,90	3,50	5,00	0,00	3,50
181	747864	04/01/1987	Vanessa Do Canto	1,20	0,30	3,50	5,00	0,00	3,50
182	746648	12/03/1993	Aline Ferreira Cardoso	0,30	0,90	3,50	4,70	0,00	3,29
183	750944	03/08/1993	Jessica Duarte Pacheco	0,30	0,60	2,10	3,00	3,00	3,00
184	749945	03/11/1978	Andreza Nunes Fretta Rosso	0,60	0,30	2,80	3,70	0,00	2,59
185	744699	13/10/1988	Morgana Da Rosa Lima Zanetta	0,90	0,30	2,10	3,30	0,00	2,31
186	745331	15/10/1996	Camila Froder	0,90	0,30	2,10	3,30	0,00	2,31



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**  
**Professor Educação Infantil (Creches/Pré-Escola) - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	744086	18/09/1989	Aline Da Silva Machado	0,90	0,90	6,30	8,10	0,00	5,67
2	752120	05/08/1993	Beatriz Cardoso Fermiano	1,20	0,60	6,30	8,10	0,00	5,67
3	741567	07/06/1991	Jessica Tournier Warming	0,90	0,90	5,60	7,40	1,50	5,63
4	743875	28/08/1983	Keli Peruchi Dordet Peres	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25
5	747467	19/04/1992	Thais Soares Da Silva Dagostin	0,60	1,20	5,60	7,40	0,00	5,18
6	740737	10/03/1996	Laise Justino Ferreira	0,60	0,60	5,60	6,80	1,00	5,06
7	740775	09/02/1980	Lucimari Araujo	0,90	0,90	4,20	6,00	2,50	4,95
8	749430	15/08/1995	Emily Araujo Machado	0,90	0,90	4,20	6,00	2,00	4,80
9	754758	07/08/1994	Giselya Machado De Pieri	0,90	0,30	5,60	6,80	0,00	4,76
10	750555	26/02/1997	Cristiani Do Nascimento Coimbra	0,60	0,90	4,20	5,70	2,50	4,74
11	752846	20/06/1996	Grazieli Damski	0,60	0,60	4,90	6,10	1,50	4,72
12	744258	14/05/1986	Carine Pacheco Alves	0,90	0,90	4,90	6,70	0,00	4,69
13	752040	17/01/1980	Maristela Torquato Da Silva	0,90	0,00	5,60	6,50	0,00	4,55
14	741806	16/01/1993	Agnes Casagrande	0,60	0,90	4,20	5,70	1,50	4,44
15	742324	18/02/1981	Solange Oliveira Hahn	0,60	0,30	3,50	4,40	4,50	4,43
16	752325	15/01/1989	Rute Alves Fernandes Boaventura	0,00	0,30	2,80	3,10	7,50	4,42
17	755571	21/06/1997	Larissa De Oliveira	1,20	0,90	4,20	6,30	0,00	4,41
18	746534	01/05/1979	Lilian Novaski Faustino	0,30	0,60	4,90	5,80	1,00	4,36
19	741761	16/07/1995	Tainara Maximiano Goulart	0,60	0,30	4,20	5,10	2,50	4,32
20	744901	09/10/1985	Cristiane Anacleto Biava	0,30	0,90	4,90	6,10	0,00	4,27
21	750205	10/08/1992	Cleide Simao Scheffer	0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
22	741018	20/01/1984	Fernanda Ribeiro Da Silva	0,90	0,90	4,20	6,00	0,00	4,20
23	741287	21/12/1977	Maria Janice	0,60	0,60	3,50	4,70	2,50	4,04
24	754600	13/05/1984	Sabrina Martins	0,60	0,90	4,20	5,70	0,00	3,99
25	742677	25/05/1992	Janaina Zacarias	0,90	0,60	4,20	5,70	0,00	3,99
26	742178	09/09/1995	Adriana Rosa Candiottto	0,90	0,60	3,50	5,00	1,50	3,95



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

27	743777	18/08/1998	Michelle Cristhine Pereira Da Silva	0,30	0,60	4,20	5,10	0,00	3,57
28	747887	05/11/1988	Flavia De Moraes Coelho	0,90	0,60	3,50	5,00	0,00	3,50
29	751214	26/09/1982	Grasiela Laurindo Graciano Claro	1,20	0,90	2,80	4,90	0,00	3,43
30	742642	27/02/1990	Mariane Melo Da Rosa	0,60	0,00	4,20	4,80	0,00	3,36
31	750585	14/02/1979	Ariany Sales	0,60	0,30	2,80	3,70	2,50	3,34
32	756365	18/06/1983	Mariana Burigo De Menech	0,60	0,60	3,50	4,70	0,00	3,29
33	756113	19/02/1986	Cintia De Carvalho Pereira	0,90	0,30	3,50	4,70	0,00	3,29
34	748365	24/06/1967	Mara Verlaine Luz	0,60	0,30	3,50	4,40	0,00	3,08
35	750745	26/01/1975	Adriana Pereira De Castro Da Costa	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80
36	745041	01/11/1978	Janaina Crepaldi Cesca	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80
37	750982	24/03/1990	Gabriela Cardoso	0,30	0,60	2,80	3,70	0,00	2,59
38	747883	02/07/1991	Monique De Oliveira Schmitz	0,60	0,30	2,80	3,70	0,00	2,59
39	746825	21/02/1994	Ana Caroline Elias	0,60	0,90	2,10	3,60	0,00	2,52
40	744396	16/06/1989	Maria Aparecida Antonio Da Rosa	0,30	0,00	2,80	3,10	0,00	2,17
41	746720	21/10/1981	Helena Iandra Ferreira De Aguiar	0,90	0,60	1,40	2,90	0,00	2,03
42	747469	04/02/1996	Adriana Luiz Fernandes	0,00	0,60	2,10	2,70	0,00	1,89

**Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	746594	03/02/1969	Adenir Teixeira	0,90	0,30	7,00	8,20	8,50	8,29
2	757964	21/11/1973	Ingrid Roussenq Fortunato Martins	1,50	0,90	5,60	8,00	8,00	8,00
3	746612	31/01/1980	Graziela Silveira Goudinho	0,90	0,90	6,30	8,10	7,50	7,92
4	740889	30/11/1985	Maykon Da Silva Goulart	1,20	0,00	6,30	7,50	8,50	7,80
5	743710	21/01/1974	Edna Burigo	0,60	1,20	5,60	7,40	8,50	7,73
6	747482	22/07/1976	Rubia Zaccaron Recco Magagnin	0,90	0,90	5,60	7,40	8,50	7,73
7	750440	12/09/1975	Maritza Tournier Tavares	0,30	1,20	6,30	7,80	7,50	7,71
8	739854	22/12/1977	Silvia Lucia Felizardo Mendonca	0,60	0,90	6,30	7,80	7,50	7,71





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

9	745982	17/10/1988	Daiane Aparecida Pereira Luza	0,60	0,90	6,30	7,80	7,50	7,71
10	751683	26/11/1977	Rosemary Dagostin Frasson	0,90	1,50	4,90	7,30	8,50	7,66
11	742165	11/08/1989	Suzana Da Silva	1,20	0,90	5,60	7,70	7,50	7,64
12	751840	19/08/1991	Maiara Soares Candido	1,20	0,90	5,60	7,70	7,50	7,64
13	752030	12/05/1984	Andreia Cardoso Fernandes	0,30	0,30	7,00	7,60	7,50	7,57
14	751306	23/12/1983	Adriana Baesso Da Silva	0,90	0,60	5,60	7,10	8,50	7,52
15	755739	06/05/1980	Gisele Aparecida Pavanati Lopes	0,60	1,50	4,90	7,00	8,50	7,45
16	746686	06/10/1979	Jaqueline Tuon	0,90	1,20	4,90	7,00	8,50	7,45
17	748403	28/11/1994	Jessica Sartor Teixeira De Souza	0,90	1,20	5,60	7,70	6,50	7,34
18	740462	11/12/1979	Esperanca Fernandes Jacinto Possamai Della	0,90	0,30	5,60	6,80	8,50	7,31
19	740758	11/11/1981	Micheli Golombieski Bertan	0,90	0,30	5,60	6,80	8,50	7,31
20	744145	11/12/1965	Saete Goulart	0,90	0,90	4,90	6,70	8,50	7,24
21	741881	30/04/1973	Fabia Cristina De Quadra	1,20	0,60	4,90	6,70	8,50	7,24
22	755015	21/05/1979	Rosangela Wagner	0,90	0,60	5,60	7,10	7,50	7,22
23	750434	23/03/1987	Fabiana Pereira Rodrigues	0,90	0,60	5,60	7,10	7,50	7,22
24	750053	28/10/1969	Rosane Aparecida Simao Da Rosa	0,30	0,00	6,30	6,60	8,50	7,17
25	757304	11/02/1969	Valquiria Neves Estacio	0,90	0,90	5,60	7,40	6,50	7,13
26	751273	12/10/1968	Katia Aparecida Duarte Machado Niero	0,30	0,60	5,60	6,50	8,50	7,10
27	752315	29/10/1987	Luana Gislon	0,30	0,30	6,30	6,90	7,50	7,08
28	753862	22/03/1980	Monica Gomes Marcos	0,60	0,90	5,60	7,10	7,00	7,07
29	755428	22/02/1984	Daiane Ricardo Coelho	1,20	0,90	5,60	7,70	5,50	7,04
30	756150	16/01/1982	Juliana D'Agostin	0,60	0,90	4,90	6,40	8,50	7,03
31	747880	02/02/1981	Josiane Santos Da Silva	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
32	753126	31/01/1983	Andreza Amorim	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
33	754553	05/02/1988	Deise Silvana Custodio Fernandes	0,90	0,30	5,60	6,80	7,50	7,01
34	750972	28/01/1986	Vanessa Bordinis Da Silva Arend	0,90	0,90	4,90	6,70	7,50	6,94
35	746660	06/11/1995	Silvana Miguel Duarte	0,60	0,90	5,60	7,10	6,50	6,92
36	755585	12/08/1981	Daiani Honorato Piva	0,30	0,90	4,90	6,10	8,50	6,82
37	751490	27/09/1977	Fabiani Tartari	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

38	747164	18/08/1987	Juliana Laurindo Da Silva	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73
39	755799	16/03/1966	Mara Regina Francisco Mota	0,90	0,60	4,90	6,40	7,50	6,73
40	751805	12/04/1987	Antonina Geni Souza Dos Santos	0,90	0,60	4,90	6,40	7,50	6,73
41	749556	03/06/1991	Silvia Rosinete Miguel Teixeira	0,90	0,60	4,90	6,40	7,50	6,73
42	751852	23/06/1985	Josiane Konzen Salvalaio	0,90	0,90	4,90	6,70	6,50	6,64
43	749882	05/03/1983	Regiani Leopoldina Cardoso	1,20	0,60	4,90	6,70	6,50	6,64
44	749095	19/07/1980	Marinete Zisinio Saccon	0,90	0,60	5,60	7,10	5,50	6,62
45	747130	18/01/1989	Fernanda Bieger	1,20	0,90	5,60	7,70	4,00	6,59
46	753978	10/01/1970	Mariza Teixeira De Souza	0,30	0,30	5,60	6,20	7,50	6,59
47	756376	07/05/1984	Talita Cruz Da Silva Teixeira	0,90	0,30	5,60	6,80	6,00	6,56
48	750747	17/07/1984	Queila De Almeida Simoes Zanatta	0,90	0,60	4,20	5,70	8,50	6,54
49	751045	29/08/1978	Eliane Steff Cardoso	0,60	0,60	4,90	6,10	7,50	6,52
50	749840	06/08/1981	Sandra Fontanela	0,90	0,30	4,90	6,10	7,50	6,52
51	753974	19/02/1985	Graziela Cittadin	0,90	0,90	4,90	6,70	6,00	6,49
52	750318	26/09/1972	Maria Lucas Fernandes Teixeira	0,90	0,60	4,90	6,40	6,50	6,43
53	752310	13/02/1976	Simone Espindola Salgado	0,90	0,60	4,90	6,40	6,50	6,43
54	740920	17/10/1985	Jhanifer Ezequiel Pacheco	1,20	0,30	4,90	6,40	6,50	6,43
55	757247	19/09/1983	Damiana Bertan Rocha	0,60	1,50	4,90	7,00	5,00	6,40
56	745205	17/10/1991	Priscila Teixeira Forgiarini	0,30	0,60	5,60	6,50	6,00	6,35
57	740576	26/09/1988	Tatiane Cardoso Custodio	1,20	0,60	4,90	6,70	5,50	6,34
58	752883	14/11/1980	Alexandra Frello Frasson	0,90	0,30	4,20	5,40	8,50	6,33
59	746657	07/05/1986	Simoni Quirino Tuan	0,30	0,60	4,90	5,80	7,50	6,31
60	745399	01/07/1983	Juliana Albani Salvan	0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
61	749651	16/01/1992	Joelma Da Silva	0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
62	751064	06/06/1977	Eliane Sartor Pacheco	0,90	0,90	4,20	6,00	7,00	6,30
63	747073	30/10/1966	Adriana Aparecida Henfrain Guollo	1,20	0,60	3,50	5,30	8,50	6,26
64	753103	16/03/1987	Edimara Dalmolin	0,90	0,60	4,20	5,70	7,50	6,24
65	752718	05/09/1990	Sinara Maria Serafim	0,90	0,60	4,20	5,70	7,50	6,24
66	746707	28/07/1980	Susana Velho Do Nascimento	1,20	0,30	4,20	5,70	7,50	6,24



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

67	752156	12/11/1983	Tatiani Patricio Rebelo	0,60	0,30	5,60	6,50	5,50	6,20
68	744746	12/11/1986	Renata Marcelo Da Silva	0,90	0,90	4,20	6,00	6,50	6,15
69	751412	24/02/1970	Maria Isolete Laurindo	0,60	0,30	4,20	5,10	8,50	6,12
70	754011	08/08/1992	Luana Souza Hespanhol	0,30	0,90	4,90	6,10	6,00	6,07
71	746945	23/01/1987	Ariana Dimas Emerenciano	0,60	0,60	4,90	6,10	6,00	6,07
72	747076	21/05/1980	Patricia Soratto Cesca	0,90	0,60	3,50	5,00	8,50	6,05
73	741351	18/09/1986	Cintia Generoso Pacheco	0,30	0,90	4,20	5,40	7,50	6,03
74	743860	31/07/1981	Regiane Frasson	0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
75	749789	29/08/1983	Denise De Freitas Cardoso	0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
76	753778	22/11/1989	Bruno Pereira Rocha	0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
77	746949	10/06/1978	Lislaine Bertan Pacheco	1,50	0,60	2,80	4,90	8,50	5,98
78	753481	01/08/1987	Carla Bernardo Fernandes Garcia	0,60	0,60	4,90	6,10	5,50	5,92
79	747153	03/06/1969	Vaedina Lopes Felisbino	0,60	0,00	4,20	4,80	8,50	5,91
80	750470	28/04/1977	Zulmara Alexandrino Fernandes Figueiredo	0,60	0,30	5,60	6,50	4,50	5,90
81	747182	17/07/1961	Janice Martignago	0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84
82	746571	01/01/1969	Sonia Regina Pirola Dagostin	0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84
83	749959	12/06/1971	Geovana Maria De Bitencourt	0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84
84	743820	04/03/1981	Vanessa Zanini Formanski	0,90	0,30	3,50	4,70	8,50	5,84
85	757227	05/07/1986	Raquel De Souza Campos	0,60	0,90	4,90	6,40	4,50	5,83
86	753298	26/07/1978	Andressa Pagnan Teixeira	0,60	0,30	4,20	5,10	7,50	5,82
87	754816	23/08/1980	Valkiria Silva Floriano	0,60	0,30	4,20	5,10	7,50	5,82
88	743810	30/11/1980	Marlene Rosa De Oliveira Pacagnan	0,90	0,60	4,20	5,70	6,00	5,79
89	747732	08/03/1984	Adriana Nunes Silveira	0,90	0,60	4,20	5,70	6,00	5,79
90	749905	21/10/1991	Rosicleia Cardoso Rocha	0,90	0,60	4,20	5,70	6,00	5,79
91	753657	01/07/1981	Juliane Henfrain Maragno	1,20	0,30	4,20	5,70	6,00	5,79
92	754595	29/05/1983	Mariza Sartor	0,60	1,20	2,80	4,60	8,50	5,77
93	747170	07/09/1968	Isabela Zanatta Marques	0,90	0,90	2,80	4,60	8,50	5,77
94	751459	20/01/1979	Elizangela Casagrande	0,90	0,90	2,80	4,60	8,50	5,77
95	751976	12/06/1978	Raquel Arceno De Souza	0,30	0,60	4,90	5,80	5,50	5,71



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

96	745948	22/11/1971	Marilza Bitencourt Cavagnoli	0,60	0,30	4,20	5,10	7,00	5,67
97	744227	10/09/1976	Jeovana Bortolon	0,60	0,30	3,50	4,40	8,50	5,63
98	740009	30/05/1985	Viviane Da Soler	0,90	0,30	4,20	5,40	6,00	5,58
99	752360	26/03/1996	Bruna Pacheco	0,90	0,90	4,20	6,00	4,50	5,55
100	751981	30/06/1988	Carla Correia Rocha	0,90	0,60	4,20	5,70	5,00	5,49
101	748704	25/03/1975	Olivia Saul Ferreira De Freitas	0,60	0,30	4,20	5,10	6,00	5,37
102	753116	21/11/1972	Julia Cristina Baptista Muller	0,60	0,60	5,60	6,80	2,00	5,36
103	747183	23/10/1980	Cyntia De Souza Teixeira	0,90	0,30	2,80	4,00	8,50	5,35
104	751399	29/03/1969	Marinelza Maccari	0,60	0,90	4,20	5,70	4,50	5,34
105	751990	13/08/1971	Giovana Sebastiao	0,60	0,60	4,90	6,10	3,50	5,32
106	752375	01/12/1995	Karini Da Silva Ponciano	0,90	0,60	5,60	7,10	1,00	5,27
107	752698	04/03/1972	Selma Souza	0,90	0,00	4,90	5,80	4,00	5,26
108	746337	11/04/1971	Laurenice Manoel Mariano Pelizzari	0,90	0,60	2,80	4,30	7,50	5,26
109	753829	25/10/1994	Tatiana Serafim Miguel	0,60	0,60	3,50	4,70	6,50	5,24
110	743436	15/10/1978	Ederaldo Prudencio	0,30	0,60	2,80	3,70	8,50	5,14
111	740894	14/03/1981	Elisiane De Moura Miguel	0,30	0,30	3,50	4,10	7,50	5,12
112	755879	25/04/1973	Adriana Fernandes Pereira	0,30	0,60	4,90	5,80	3,50	5,11
113	745532	17/12/1967	Mabel Aparecida Costa	0,90	0,60	2,10	3,60	8,50	5,07
114	750945	03/08/1993	Jessica Duarte Pacheco	0,30	0,60	4,90	5,80	3,00	4,96
115	752151	24/03/1990	Rogeria De Souza Ghisi	0,30	0,60	4,20	5,10	4,50	4,92
116	755058	23/02/1987	Monica De Costa	0,60	1,20	3,50	5,30	4,00	4,91
117	740310	20/09/1974	Loumax Cristiane Machado	0,30	0,00	3,50	3,80	7,50	4,91
118	755231	02/07/1986	Francisca De Lima Macedo	0,30	0,30	4,90	5,50	3,50	4,90
119	747308	09/08/1984	Janaina Teixeira De Souza Eduardo	0,90	1,20	2,10	4,20	6,50	4,89
120	757194	11/10/1991	Sueine Da Silva Goncalves	0,60	0,60	4,90	6,10	2,00	4,87
121	754793	06/05/1984	Gislaine Martins Elias	0,90	0,60	3,50	5,00	4,50	4,85
122	741328	06/03/1979	Cristiane Pereira De Castro	0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
123	754232	30/03/1983	Dangela De Jesus Raicik	0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
124	750272	08/02/1985	Gizelia Tizoni Pacheco Bonomi	0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

125	753659	17/07/1990	Gislaine de Souza	0,30	0,90	3,50	4,70	5,00	4,79
126	754340	29/04/1989	Mayara Castro Da Costa Mazzucco	0,60	1,20	4,90	6,70	0,00	4,69
127	756246	12/07/1988	Deise Rodrigues Paes	0,90	0,60	4,90	6,40	0,00	4,48
128	750637	20/04/1994	Tamiris Da Silva De Souza	0,60	0,30	3,50	4,40	4,50	4,43
129	753632	13/10/1985	Juliana Ronsani Rosso	0,60	0,90	2,80	4,30	4,50	4,36
130	754792	31/10/1985	Taise Cardoso Borges Eziquiel	0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
131	742644	07/09/1992	Kelli Colodel Mota	0,60	0,60	2,10	3,30	6,50	4,26
132	747928	28/06/1987	Carolina De Costa Mazzucco	0,90	0,90	4,20	6,00	0,00	4,20
133	753853	30/03/1984	Renata Machado	0,60	0,00	2,80	3,40	6,00	4,18
134	740744	13/03/1967	Edina Osmarina Eduardo Fernandes	0,60	0,30	4,90	5,80	0,00	4,06
135	744032	17/12/1976	Bernadete Rodrigues Maximo	0,60	0,30	4,90	5,80	0,00	4,06
136	750064	04/01/1987	Vanessa Do Canto	1,20	0,30	4,20	5,70	0,00	3,99
137	753923	03/09/1991	Diandra Bertan	0,90	0,00	3,50	4,40	3,00	3,98
138	750687	14/08/1985	Ellen Rodrigues Vergilio	0,60	0,30	2,80	3,70	4,50	3,94
139	742061	04/02/1995	Gesraeli De Souza Machado	0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
140	757381	31/12/1995	Babila Da Costa Cardoso	0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
141	755427	21/09/1967	Rozane Paskievski	0,60	0,30	4,20	5,10	0,00	3,57
142	749972	03/11/1978	Andreza Nunes Fretta Rosso	0,60	0,30	4,20	5,10	0,00	3,57
143	746212	17/04/1973	Joelma Bortolotto	0,60	0,60	3,50	4,70	0,00	3,29
144	739814	26/03/1989	Gabriela Cechinel	0,90	0,30	3,50	4,70	0,00	3,29
145	752905	18/08/1993	Diandra Pereira Dos Santos	0,30	0,00	2,10	2,40	4,00	2,88
146	744700	13/10/1988	Morgana Da Rosa Limas Zanetta	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80

**Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	740738	10/03/1996	Laise Justino Ferreira	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25
2	752854	20/06/1996	Grazieli Damski	0,90	0,60	4,90	6,40	1,50	4,93





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

3	755572	21/06/1997	Larissa De Oliveira	0,90	1,20	4,90	7,00	0,00	4,90
4	755525	28/07/1981	Aline Ramos Constantino Reynaldo	0,90	0,60	4,90	6,40	1,00	4,78
5	746993	22/08/1983	Meline Angela De Brida	0,90	0,30	4,90	6,10	1,00	4,57
6	751563	23/05/1985	Ariana Cechinel	0,90	0,30	4,20	5,40	2,50	4,53
7	746826	21/02/1994	Ana Caroline Elias	0,60	0,90	4,90	6,40	0,00	4,48
8	747470	04/02/1996	Adriana Luiz Fernandes	0,00	0,60	4,90	5,50	0,00	3,85
9	744218	17/01/1996	Amanda De Souza Crecencio	0,60	0,90	3,50	5,00	0,00	3,50
10	747735	18/08/1998	Michelle Cristhine Pereira Da Silva	0,60	0,60	3,50	4,70	0,00	3,29
11	741028	20/01/1984	Fernanda Ribeiro Da Silva	0,90	0,90	2,80	4,60	0,00	3,22
12	756138	19/02/1986	Cintia De Carvalho Pereira	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80
13	751220	26/09/1982	Grasiela Laurindo Graciano Claro	0,90	0,60	2,10	3,60	0,00	2,52
14	755945	28/06/1981	Marines Ramos	0,00	0,30	2,80	3,10	0,00	2,17
15	756025	06/08/1982	Graziela Lazzaris David	0,60	0,00	2,10	2,70	0,00	1,89
16	742302	16/06/1989	Maria Aparecida Antonio Da Rosa	0,30	0,00	2,10	2,40	0,00	1,68

**Professor Geografia 6º ao 9ºano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	747066	04/03/1975	Denise Alves	0,90	1,50	7,00	9,40	8,50	9,13
2	755438	01/11/1983	Aurea Ricardo Garcia Bitencourt	0,90	1,20	4,90	7,00	7,50	7,15
3	750905	21/04/1981	Patrick Dos Santos	0,60	1,20	4,90	6,70	7,50	6,94
4	746569	06/08/1989	Victor Damiani Romagna	0,90	1,50	4,20	6,60	7,50	6,87
5	753504	28/07/1981	Aline Ramos Constantino Reynaldo	0,60	0,60	4,20	5,40	9,00	6,48
6	740357	21/04/1984	Guilherme Teixeira De Souza	0,90	0,90	3,50	5,30	7,50	5,96
7	753541	10/11/1977	Suzana Barros Monteiro	0,30	0,30	6,30	6,90	3,00	5,73
8	754304	25/04/1995	Ederaldo Do Nascimento De Souza	0,60	0,60	3,50	4,70	3,00	4,19



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Geografia 6º ao 9ºano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	744944	29/01/1982	Denize Souza Ribeiro Miguel	0,90	0,90	4,90	6,70	1,00	4,99
2	747234	18/01/1982	Diogo Manique	0,90	0,60	3,50	5,00	0,00	3,50
3	742508	05/04/1991	Tiago Goncalves Cardoso	0,60	0,90	1,40	2,90	0,00	2,03

**Professor História 6º ao 9ºano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	747049	12/06/1964	Djalma Araujo	0,90	1,20	5,60	7,70	7,50	7,64
2	753603	13/12/1986	Glauco Roberto Salvan	0,90	1,20	6,30	8,40	3,00	6,78
3	754834	17/11/1976	Fabricia Da Silva Soares	1,20	1,20	4,20	6,60	7,00	6,72
4	752316	15/01/1989	Rute Alves Fernandes Boaventura	0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
5	740568	14/05/1995	Lucas Bieger Rodrigues	1,50	1,20	5,60	8,30	0,00	5,81
6	742704	14/02/1991	Bruna Tomaz Bitencourt	0,60	0,90	4,20	5,70	4,50	5,34

**Professor História 6º ao 9ºano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	753377	14/09/1998	Daniel Dos Anjos Nunes	0,90	1,20	4,90	7,00	0,00	4,90
2	748583	21/12/1966	Jose Amlto Joaquin	0,90	0,60	0,70	2,20	0,00	1,54



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Inglês 1º ao 9º ano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	750651	19/07/1987	Luciane Burigo Mathiola	0,60	0,60	7,00	8,20	7,00	7,84
2	749993	03/08/1985	Giselle Patricio Silveira Maragno	1,20	0,60	6,30	8,10	6,00	7,47
3	740223	26/09/1982	Kezia Fernandes Americo	1,20	1,20	4,90	7,30	5,50	6,76
4	755347	12/06/1992	Patricia Correa Ferminio	1,20	0,60	6,30	8,10	3,50	6,72
5	749063	01/09/1988	Denize Sartor	1,20	0,90	4,20	6,30	7,50	6,66
6	751065	06/06/1977	Eliane Sartor Pacheco	0,60	0,90	4,20	5,70	7,00	6,09
7	746572	01/01/1969	Sonia Regina Pirola Dagostin	0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84

**Professor Inglês 1º ao 9º ano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	740340	04/01/1983	Animeire M. De Lorenzi Cancellier Recco	1,20	0,90	4,90	7,00	2,50	5,65

**Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	755348	12/06/1992	Patricia Correa Ferminio	1,20	0,60	6,30	8,10	3,50	6,72
2	749064	01/09/1988	Denize Sartor	1,20	0,90	4,20	6,30	7,50	6,66
3	747692	14/09/1980	Andresa Martins Bez Birolo	0,90	0,90	4,90	6,70	5,50	6,34
4	740224	26/09/1982	Kezia Fernandes Americo	1,20	1,20	3,50	5,90	5,50	5,78
5	751817	21/11/1971	Cristiane Da Silva Coradini	1,20	1,20	3,50	5,90	4,50	5,48
6	750672	19/07/1987	Luciane Burigo Mathiola	0,60	0,60	3,50	4,70	7,00	5,39



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	744397	23/06/1997	Bruna Jordao	0,90	0,00	3,50	4,40	0,00	3,08
2	746003	18/12/1971	Eliane Rebelo Gregorio Rebelo Gregorio	0,60	0,30	2,10	3,00	0,00	2,10

**Professor Matemática 6º ao 9º ano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	744043	07/02/1960	Marcio Roberto Leonardo	1,20	1,20	4,90	7,30	7,50	7,36
2	754382	25/03/1986	Adilson Motta	0,90	0,60	6,30	7,80	6,00	7,26
3	740138	29/05/1980	Rejane Cardozo	0,60	0,60	4,90	6,10	8,50	6,82
4	742013	26/12/1989	Fernanda Reus Frasson	1,20	0,30	6,30	7,80	4,00	6,66
5	745542	03/02/1988	Simone Pinheiro De Souza	0,90	0,90	4,20	6,00	7,50	6,45
6	754397	27/11/1983	Jaqueline Do Nascimento Teixeira	1,20	0,60	2,80	4,60	4,00	4,42
7	750601	20/12/1985	Daiane Zanelatto Luz	0,90	0,90	3,50	5,30	0,00	3,71
8	756317	09/11/1978	Leoclydes Vinicius Vianna Schraier	0,60	1,20	2,80	4,60	0,00	3,22
9	751041	31/07/1959	Ederaldo Colossi	0,60	0,60	2,80	4,00	0,00	2,80
10	751585	10/11/1981	Emilio Jose Piva	0,60	0,60	2,10	3,30	0,00	2,31

**Professor Matemática 6º ao 9º ano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	755595	06/11/1975	Nilson Fernandes Speck	0,90	0,90	1,40	3,20	0,00	2,24
2	745775	20/09/1979	Cessonnia Candido	0,30	1,20	1,40	2,90	0,00	2,03



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Zelador Escolar**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	755344	02/11/1989	Ana Paula Rosa Bukaski Delfino	1,20	1,50	7,00	9,70	9,70
2	748701	02/06/1989	Graziela Damasio Virtuoso	1,50	1,20	7,00	9,70	9,70
3	757359	30/12/1969	Edileia Pires Hermenegildo	0,90	1,50	7,00	9,40	9,40
4	745613	23/05/1989	Josiane Tresi Xavier	0,90	1,50	7,00	9,40	9,40
5	742901	13/07/1978	Rosineide Brondani Weber	1,20	1,20	7,00	9,40	9,40
6	751165	22/04/1997	Georgia Spilere Tiscoski	1,20	1,20	7,00	9,40	9,40
7	752627	02/06/1976	Joelma Quirino De Souza	0,90	1,20	7,00	9,10	9,10
8	742620	10/07/1998	Fernanda Dos Santos Antunes	1,50	0,90	6,30	8,70	8,70
9	753137	01/09/1971	Gildecir Muzy Muller	0,90	1,20	6,30	8,40	8,40
10	755340	20/07/1983	Alequis Sander Donato Bukaski	1,20	0,60	6,30	8,10	8,10
11	753671	14/07/1971	Luciani Pereira Sartor	1,20	0,90	4,90	7,00	7,00
12	748829	27/04/1983	Elizangela Pedro De Oliveira	0,90	0,60	4,20	5,70	5,70
13	741951	23/05/1993	Andreeli Borges Plaskievicz Elias	0,90	0,60	3,50	5,00	5,00
14	744097	24/06/1963	Clarise De Freitas Casagrande	0,30	0,30	2,80	3,40	3,40
15	741929	15/01/1966	Maria Aparecida Borges	0,60	0,30	1,40	2,30	2,30

Morro da Fumaça, 19 de dezembro de 2017.

**MÁRCIA DANIEL WARMLING CECHELINEL**  
Secretária Interina de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

Publicação Nº 1486658



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017**

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

AGENOR CORAL, Prefeito de Morro da Fumaça, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 conforme segue:

**Agente Comunitário de Saúde – Central**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	722211	28/10/1990	Gabriele Medeiros Gome	0,40	1,00	0,60	3,50	5,50	5,50
2	707411	30/04/1991	Camila Rufino Trautmann	0,60	0,80	0,60	3,50	5,50	5,50
3	720782	29/08/1972	Larissa Conti Maccari	0,80	1,00	0,60	2,80	5,20	5,20

**Agente Comunitário de Saúde – Cohab**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	731349	08/04/1993	Francieli Farias Caetano	0,40	0,40	0,40	4,20	5,40	5,40

**Agente Comunitário de Saúde – Estação Cocal**

Não houve candidatos aprovados neste cargo





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Agente Comunitário de Saúde – Graziela

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	692573	26/11/1980	Graziela Guollo	0,40	1,00	0,40	5,60	7,40	7,40
2	692137	30/01/1994	Eduarda Pereira Preve	0,60	0,80	0,60	4,90	6,90	6,90
3	721451	12/09/1988	Josiane Fernandes Hofmann	0,80	0,40	0,40	3,50	5,10	5,10

Agente Comunitário de Saúde – Napolini

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	695612	26/12/1981	Jucemara Carrador Marcelino	0,60	1,00	0,40	5,60	7,60	7,60
2	694872	07/10/1985	Edna Da Silva	0,80	0,80	1,00	4,90	7,50	7,50
3	698290	16/03/1987	Daiane Agostinho	0,40	0,20	1,00	3,50	5,10	5,10
4	726097	15/06/1986	Jaqueline Dos Santos	0,40	0,80	0,40	3,50	5,10	5,10

Agente Comunitário de Saúde – Valsech

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	703186	03/03/1985	Danubia Inacio	0,80	0,60	1,00	4,90	7,30	7,30
2	701713	24/02/1988	Suelen Pires Florentina	0,40	0,80	0,60	4,90	6,70	6,70
3	724998	26/10/1986	Priscila Dagostin De Souza	0,20	0,80	0,00	5,60	6,60	6,60
4	721684	19/04/1980	Gizeli Vieira Seolin	0,60	0,60	0,40	4,90	6,50	6,50
5	693126	31/12/1992	Grasiela Braz Rodrigues	0,80	0,60	0,40	4,20	6,00	6,00
6	720998	21/09/1982	Crislaine Meneghel Espindula	0,80	0,80	0,40	3,50	5,50	5,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Agente de Combate a Endemias

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	711942	08/03/1982	Regina Cardoso Formentin	0,60	0,60	0,60	4,20	6,00	6,00

Agente de Proteção e Defesa Civil

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	TAF - Teste de Aptidão Física	Média final
1	709075	07/03/1989	Israel Keoma Machado Francisco	0,00	0,20	1,00	5,60	6,80	Apto	6,80
2	719625	17/02/1994	Vagner Esser Da Silva	0,20	0,40	0,60	4,20	5,40	Apto	5,40
3	719068	01/02/1972	Willians Sebastiao	0,60	0,20	0,80	3,50	5,10	Apto	5,10
4	698737	19/08/1990	Andre Delfino Rocha	0,00	0,40	0,40	4,20	5,00	Apto	5,00

Educador Físico NASF

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	692111	01/03/1976	Mari Almerindo Martins Taufembach	0,60	0,40	0,40	4,90	6,30	6,30

Médico Clínico Geral ESF

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	731634	16/06/1994	Lucas Natale Cardoso	0,60	0,80	1,00	5,60	8,00	8,00
2	702733	16/05/1993	Laura Alves Freire	0,80	1,00	1,00	4,90	7,70	7,70
3	728190	26/08/1992	Fernando Votri	0,40	0,60	1,00	5,60	7,60	7,60
4	694674	13/03/1994	Paulakuhl@hotmail.com	0,80	1,00	0,80	4,90	7,50	7,50
5	731193	05/05/1992	Jamile De Assis Vieira	0,60	0,40	0,80	5,60	7,40	7,40



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

6	722904	09/05/1964	Cleo Gama Pinheiro	1,00	0,40	1,00	4,90	7,30	7,30
7	731777	07/03/1994	Giovana Patel Crepaldi	0,40	1,00	1,00	4,90	7,30	7,30
8	701359	28/05/1994	Jose Guezzi Junior	0,40	0,60	0,80	4,90	6,70	6,70
9	734616	25/08/1954	Jose Candido Ribeiro Junior	0,80	0,80	0,80	4,20	6,60	6,60
10	735617	15/02/1989	Antonio Carlos Gonçalves Braga	0,20	0,40	1,00	4,90	6,50	6,50
11	729884	28/03/1992	Joana Luiza Zimmer	0,40	0,80	1,00	4,20	6,40	6,40
12	729518	29/05/1991	Thayna Ferreira Furtado Pereira	0,40	0,40	0,60	4,90	6,30	6,30
13	716807	28/08/1981	Matheus Rosso Benedet	0,20	1,00	0,80	4,20	6,20	6,20
14	730518	26/08/1994	Lais Soares Boing	0,60	0,40	0,80	4,20	6,00	6,00
15	735553	07/11/1989	Diogo Luiz Wendhausen	0,80	0,80	0,80	3,50	5,90	5,90
16	721753	19/03/1992	Caroline Valim Henrique	0,60	0,40	0,80	3,50	5,30	5,30
17	703861	10/06/1992	Estefani Molinar	0,60	0,80	0,80	2,80	5,00	5,00

**Motorista/Socorrista SAMU**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Títulos	Média final
1	724857	02/11/1976	Ivan Gava	0,60	0,80	0,60	6,30	8,30	10,00	9,00	8,95
2	699592	24/04/1989	Lucky Wilk Feitosa	0,80	1,00	0,80	5,60	8,20	10,00	9,00	8,90
3	714782	16/06/1977	Cacio Ricardo Ferrari Duarte	0,60	0,80	0,80	5,60	7,80	9,50	10,00	8,75
4	717891	22/05/1987	Artur Eugenio Da Silveira Neto	0,40	0,60	0,60	5,60	7,20	9,50	10,00	8,45
5	728269	19/03/1987	Danilo Farias Viana	0,40	0,60	0,40	5,60	7,00	9,50	10,00	8,35
6	694220	29/07/1979	Rodrigo Jose Fernandes Ampese	0,40	0,80	0,60	4,90	6,70	10,00	10,00	8,35
7	693302	09/07/1990	Matheus Nunes	0,60	1,00	0,80	5,60	8,00	10,00	6,00	8,20
8	710262	27/11/1985	Alexsandro Piffer Dos Santos	0,20	1,00	1,00	5,60	7,80	9,50	7,00	8,15
9	714917	28/04/1978	Fabiano Feuser	0,60	0,80	1,00	4,90	7,30	10,00	7,00	8,05
10	692479	11/08/1988	Diego Bortolin	0,20	0,20	0,00	6,30	6,70	10,00	8,00	7,95



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Pedreiro**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	695007	22/10/1990	Jefferson Soares Bukaski	0,40	0,40	0,60	4,20	5,60	6,50	5,96

**Técnico de Enfermagem SAMU**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Títulos	Média final
1	710157	20/07/1984	Wagner Waltrique Vieira	0,20	0,20	0,60	4,90	5,90	10,00	3,00	6,55
2	732307	21/03/1971	Silvana Moreira Da Silva Chini	0,20	0,60	0,20	4,20	5,20	9,50	-	5,45
3	722249	16/07/1972	Julia Do Carmo Pereira Piovezan	0,20	0,20	0,40	4,20	5,00	7,00	-	4,60

Morro da Fumaça, 22 de dezembro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito

**REGISTRO DE PREÇOS 003/2018**

Publicação N° 1486578

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 003/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES CONFORME EMENDA 81001168, conforme anexo I. Data: 23/01/2018 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

**REGISTRO DE PREÇOS 004/2018**

Publicação N° 1486584

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 004/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES CONFORME EMENDA 28510002, conforme anexo I. Data: 23/01/2018 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 1-2018 - FMS

Publicação Nº 1486761

Contrato nº:	1/2018
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE
Contratada:	BETHA SISTEMAS LTDA
Valor:	R\$ 7.835,00
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	30/10/2018
Dotações:	(4) 1101.2031.33903911
Licitação:	Contratação Direta, Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93
Objeto Resumido:	Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Contabilidade, Tesouraria e Compras com acessos simultâneos, em ambiente Windows, com acessos ilimitados utilizando banco de dados relacional
Espécie:	Prestação de Serviços

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 1-2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1486747

Contrato nº:	1/2018
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Valor:	R\$ 7.128,00
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(22) 0302.2003.33903607
Modalidade:	Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93
Objeto Resumido:	Cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho", e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Leis Municipais nº 741/2012 e 763/2013 através do estágio.
Espécie:	Prestação de serviço

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 1-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1486773

Contrato nº:	1/2018
Contratante:	SAMAE DE MORRO GRANDE
Contratada:	BETHA SISTEMAS LTDA
Valor:	R\$ 6.505,76
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/08/2018

Dotações:	(07) 1001.2053. 33903911
Licitação:	Contratação Direta, Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93
Objeto Resumido:	Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Contabilidade e Folha com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional
Espécie:	Prestação de Serviços

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 2-2018 - FMS

Publicação Nº 1486764

Contrato nº:	2/2018
Contratante:	Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Contratada:	Colix Soluções Para Resíduos Ltda EPP
Valor:	R\$ 5.576,76
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(4) 1101.2031.33903911
Licitação:	Contratação Direta, Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93
Objeto Resumido:	Serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final (incineração, autoclavagem ou aterro industrial Classe I) dos resíduos de serviço de saúde.
Espécie:	Prestação de Serviços

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 2-2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1486750

Contrato nº:	2/2018
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	AUTO POSTO MELEIRO LTDA
Valor:	R\$ 97.250,00
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(06) 0201.2002.33903001, (22) 0302.2003. 33903001, (112) 0902.2014.33903001 (68) 0702.2018.3333903001, (92) 0702.2025.33903001, (39) 0403.2005.33903001 (53) 0403.2007.33903001, (132) 1202.2050.33903001
Licitação:	Edital de Pregão Presencial nº 36/2017
Objeto Resumido:	Aquisição parcelada de gasolina comum para manutenção das frotas municipais de veículos do município de Morro Grande
Espécie:	Aquisição de bens de consumo



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 3-2018 - FMS**

Publicação Nº 1486765

Contrato nº:	3/2018
Contratante:	Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Contratada:	Feco Eletromecânica EIRELI - ME
Valor:	R\$ 4.029,48
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(4) 1101.2031.33903911
Licitação:	Pregão Presencial nº 24/2017
Objeto Resumido:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS/EDGE
Espécie:	Prestação de Serviços

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 3-2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1486751

Contrato nº:	3/2018
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO EIRELI
Valor:	R\$ 660.100,00
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(68) 0702.2018.3333903001, (92) 0702.2025.33903001, (39) 0403.2005.33903001 (53) 0403.2007.33903001
Licitação:	Edital de Pregão Presencial nº 36/2017
Objeto Resumido:	Aquisição parcelada de combustíveis do tipo óleo diesel s-500 e óleo diesel s-10 para manutenção das frotas municipais de veículos e equipamentos do município de Morro Grande
Espécie:	Aquisição de bens de consumo

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 4-2018 - FMS**

Publicação Nº 1486766

Contrato nº:	4/2018
Contratante:	Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Contratada:	Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina
Valor:	R\$ 2.592,00
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(4) 1101.2031.33903607
Licitação:	Contratação Direta, Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93
Objeto Resumido:	Cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho", e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Leis Municipais nº 741/2012 e 763/2013 através do estágio

Espécie: Prestação de Serviços

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 4-2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1486752

Contrato nº:	4/2018
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	Betha Sistemas Ltda
Valor:	R\$ 20.367,95
Data da Assinatura:	08/01/2018
Vigência Inicial:	08/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(53) 0403.2007.33903911, (53) 0403.2007.33903905
Licitação:	Edital de Pregão Presencial nº 35/2017
Objeto Resumido:	Contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de aplicativo para gestão pública educacional via web, bem como a migração, implantação, treinamento, serviços técnicos e serviços de manutenção legal, corretiva e evolutiva
Espécie:	Prestação de Serviços

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 5-2018 - FMS**

Publicação Nº 1486767

Contrato nº:	5/2018
Contratante:	Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Contratada:	Auto Posto Meleiro Ltda
Valor:	R\$ 97.250,00
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(8) 1101.33903001
Licitação:	Pregão Presencial nº 36/2017
Objeto Resumido:	Aquisição parcelada de gasolina comum para manutenção da frota municipal de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Espécie:	Aquisição de bens permanentes

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 6-2018 - FMS**

Publicação Nº 1486769

Contrato nº:	6/2018
Contratante:	Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Contratada:	Romano Comercio Atacadista de Derivados de Petróleo Eireli
Valor:	R\$ 28.700,00
Data da Assinatura:	02/01/2018
Vigência Inicial:	02/01/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(8) 1101.33903001
Licitação:	Pregão Presencial nº 37/2017
Objeto Resumido:	Aquisição parcelada de combustíveis do tipo óleo diesel s-500 e óleo diesel s-10 para manutenção da frota do Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande
Espécie:	Aquisição de bens permanentes

**PORTARIA Nº 02/2018**

Publicação Nº 1486574

PORTARIA Nº 02/2018

TRATA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

EDUIR MARCELO, Prefeito Municipal de Morro Grande em exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado a partir da presente data, ANDRE TEIXEIRA DA SILVA, brasileiro, portador do CPF nº 000.057.179-22 e RG nº 3.470.613, para exercer o cargo da categoria funcional de "Fisioterapeuta", do Grupo I - Grupo Funcional Superior - GFS, Nível GFS 1, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Morro Grande, aprovado em Concurso Público, Edital nº 01/2017-FMS, homologado em 15 de Setembro 2017, com vencimentos e vantagens estabelecidos em Lei.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 10 de Janeiro de 2018.

EDUIR MARCELO

Prefeito Municipal em exercício

# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 190/2017 PMN - REPUBLICADO E RETIFICADO

Publicação Nº 1487692

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 190/2017 PMN  
REPUBLICADO E RETIFICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutigranjeiros) para composição da alimentação escolar destinados aos alunos da rede municipal de ensino (creches, escolas de ensino infantil, fundamental e EJA) do município de Navegantes/SC, para o ano letivo de 2018; através da Secretaria Municipal de Educação. Entrega/envelopes: 25/01/2018 até às 08h50. Abertura/envelopes: 25/01/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 193/2017 PMN

Publicação Nº 1487690

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 193/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando a aquisição de 01 (um) terminal de gerenciamento de senhas de autoatendimento - TOTEM de dispensa de senha e monitor de chamados de senhas para encaminhamento dos clientes aos guichês de atendimento do SESAN, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 26/01/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 26/01/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 76/2017 FMS

Publicação Nº 1487578

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 76/2017 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de medicamentos que compõem o Remun - Relação Municipal de Medicamentos, para dar cumprimento ao TAC - Termo de Ajuste de Conduta nº 0001/2015/01PJ/NAV, firmado entre o Ministério Público e o município de Navegantes, para atendimento aos pacientes da Farmácia Básica das unidades de saúde (UBS), Farmácia Municipal e Centros de Referência, conforme relação atualizada para o ano de 2018, através do Fundo Municipal de Saúde do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 24/01/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 24/01/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito

### CONVOCAÇÃO POR CONCURSO

Publicação Nº 1487031

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC  
E-mail: [gabinete@navegantes.sc.gov.br](mailto:gabinete@navegantes.sc.gov.br)  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 10 de janeiro de 2018.

Ilmo(a) Sr.  
VANDERLEI CARDOSO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 001/2015, para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin  
Diretora de RH Gerente de RH

### DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2017 - P2 INDUSTRIA E COMERCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

Publicação Nº 1487698

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 28/2017

CONTRATO (S): Pregão Presencial nº 127/2016

OBJETO: Registro de Preço visando aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino.

REQUERENTE: Almoxarifado Central

ASSUNTO: Não cumprimento das cláusulas editalícias por parte da Empresa P2 Industria e Comercio de Gêneros Alimentícios LTDA, referente ao Pregão Presencial nº127/2016.

O documento de fl. 02 deflagrou o presente procedimento, informando e requerendo o que segue: "(...)Pelo presente informo que no dia 25/05/2017, foi realizado pelo almoxarifado central da educação, o pedido de 1550 pacotes de mingau multicereais e 33 pacotes de cookie diet da AF 497 e 850 kg de feijão preto e mais 600 pacotes de canjica da AF 447, através de e-mail para empresa P2 Industria e Comercio de Gêneros Alimentícios LTDA, juntamente com as AFS correspondentes. No dia 13/06, após 13

dias da realização do pedido, o mesmo nos foi entregue parcialmente, sem o item feijão preto, sendo que a empresa tem cinco dias úteis para realizar a entrega, segundo o processo licitatório. Além de não cumprir o prazo para entrega, a empresa em nenhum momento nos comunicou de qualquer atraso. Após o recebimento parcial deste pedido, liguei para a empresa e falei com a Sra. Juliana, que pela primeira vez nos informou que devido as chuvas tiveram problemas na entrega deste produto. Conversa registrada através de e-mail em anexo no qual ela também nos informa que o produto chegaria no dia 21/06, o que não ocorreu novamente. No dia 23/06/17 retornamos a ligação por duas vezes e só na segunda obtivemos uma resposta da Sr. Juliana, de que o produto será entregue no dia 27/06. Ressaltamos que em nenhum momento a empresa teve a iniciativa de nos informar sobre qualquer problema. Só obtivemos informações após questionarmos tanta demora e descaso por parte da empresa”.

Instruem os autos os seguintes documentos:

1. Termo de Abertura (fl. 01);
2. Ofício nº02/2017 da Secretaria Municipal de Educação – Almo-xarifado Central (fl. 02);
3. E-mails trocados entre o almoxarifado e a empresa p2 no dia 25/05/2007 (fls.03 e 04);
4. Autorização de Fornecimento AF nº497/2017 (fls. 05 a 07);
5. Cópia da Nota Fiscal nº 000.003.493 (fl. 08);
6. Autorização de Fornecimento AF nº447/2017 (fls. 09 e 10);
7. Cópia da Nota Fiscal nº 000.003.494 (fl. 11);
8. Notificação nº 01/2017 do Departamento de Processo Adminis-trativo à Empresa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA. (fl. 12);
9. Cópia do AR (fl.13);
10. Cópia da Ata de registro de Preços – Pregão nº 127/2016 PMN (fls.14 a 37);
11. Cópia do Edital (fls.38 a 157).

## 1. DOS FATOS

O ofício de abertura de processo foi protocolado neste departa-mento no dia 23 de junho de 2017, (fl. 02), com o relato de des-cumprimento por parte da Empresa ganhadora do Pregão Presen-cial de Registro de Preços nº 127/2016 (Empresa P2 indústria e Comercio de Gêneros Alimentícios LT, CNPJ: 23.040.430/0001-32, estabelecida na Rua: Paulino de Siqueira Cortes, nº2001, São Jose dos Pinhais/PR), a qual não cumpriu algumas cláusulas da Ata de Registro de Preços Pregão nº127/2016, sendo elas: 10, 10.1, 13, 13.1, 14 etc., (fls.32 e 35) que tem por objeto:

”Registro de preço visando aquisição de Gêneros Alimentícios para composição da Merenda escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino, Através da Secretaria de Educação do Município de Nave-gantes/SC, para o ano letivo de 2017. ”

A empresa atrasou a entrega da Merenda escolar, visto que os itens que deixou de entregar, são essenciais para a alimentação das crianças que utilizam a rede pública de ensino deste município. Em decorrência dos fatos, a Secretaria de Educação, através do Al-moxarifado Central, enviou o ofício nº 02/2017, no dia 23 de junho de 2017, relatando que alguns itens das AF's 497 e 447, além de ter sido entregue com mais de 13 dias de atraso, ainda foram en-tregues de forma parcial. A diretora do Almo-xarifado, a Sra. Daniel-le, entrou em contato com a empresa via telefone, que informou através da Sra. Juliana, que iriam entregar o restante dos produtos no dia 21 de junho de 2017, fato este que não ocorreu. Depois foi prometido pela empresa uma segunda data, prazo este que tam-bém não foi cumprido. Fazendo-se necessário cumprir a lei, bem como garantir a supremacia do interesse público, em não gerar prejuízo ao erário e às crianças, o departamento de almoxarifado pediu abertura de processo para aplicar as penalidades cabíveis à empresa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios, para que a mesma não venha a incorrer no mesmo erro futuramente.

Frente a todas as alegações fáticas e documentação integrantes do presente Processo Administrativo, a Administração notificou a em-presa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA (NT nº 01/2017) - (fl. 12), garantindo-lhe prazo de 5 dias úteis para de-fesa, a fim de elucidar sua versão sobre os fatos. Conforme prevê o artigo 5º da Constituição federal, a parte interessada abriu mão de exercer seu direito à ampla defesa e ao contraditório, ficando revel frente às alegações da secretaria detentora da licitação, pois não respondeu à referida notificação até a presente data. Sendo assim, nada mais foi ajustado ao presente processo administrativo. Dando seguimento ao pleito, passa-se a expor os fundamentos de direito para a decisão deste.

É o relato necessário.

## 2. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame restringir-se-á à verificação acerca do descumprimento das cláusulas con-tratuais e editalícias, em virtude da constatação dos serviços não adimplidos pela Empresa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA. Antes de analisarmos o cerne da questão, é necessário destacar que as decisões administrativas devem ser de-vidamente fundamentadas, sob pena de nulidade. Exige-se que sejam explicitados tanto o fundamento normativo quanto o funda-mento fático da decisão, enunciando-se, sempre que necessário, as razões técnicas, lógicas e jurídicas que servem de calço ao ato conclusivo, de molde a poder-se avaliar sua procedência jurídica e racional perante o caso concreto.

A presente decisão atende ao princípio do contraditório e da ampla defesa, para aplicação do Direito e a proteção do mesmo, que guia a administração na elaboração de uma decisão imparcial e justa. O artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, dispõe o seguinte texto acerca de dois princípios:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residen-tes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igual-dade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:(...)

LV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defe-sa, com os meios e recursos a ela inerentes;(...)"

Por ampla defesa, compreende-se todos os recursos, meios e pro-vas, colocados à disposição do indivíduo, judicial ou administrati-vamente, para defesa de seus interesses legítimos. Por sua abran-gência, a ampla defesa engloba o contraditório (Princípio inerente ao direito da defesa, pois quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-lhe oportunidade de resposta) e contempla, dentre outras garantias, as de ser citado ou intimado de todos os atos processuais que lhe digam respeito, contrapor-se às pretensões contrárias, ser julgado pela autoridade competente, produzir provas lícitas e legítimas, impugnar provas ir-regulares, a fim de que se possa garantir a eficiência, a moralidade administrativa e a garantia dos direitos fundamentais.

Necessário trazer à baila que o inadimplemento da Empresa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA., prejudicou este Ente Público no fornecimento de uma merenda escolar ade-quada às crianças deste município. Cumpre ressaltar também, que se trata de produtos básicos para completar a alimentação dos alunos, como por exemplo, o feijão, que é de suma importância para a merenda escolar. O atraso nas entregas gera transtornos às cozinhas das unidades escolares; falta dos produtos nos estoques; bem como as agentes de serviços gerais responsáveis, obrigam-se a trocar a preparação dos cardápios, uma vez que a equipe técnica, através das nutricionistas, efetua o planejamento dos cardápios considerando uma meta nutricional que precisa ser cumprida.

Frente ao relato da Secretaria de Educação, dada a necessidade do fornecimento em dia dos produtos, é vedado ao administrador público alienar-se a qualquer denúncia ou fato, sob pena de afronta ao Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, que restrin-ge a administração de atuar de forma lesiva aos interesses públi-cos. Desta maneira, não pode a Administração ficar inerte diante



de denúncias ou atuar desviando-se da lei. Assim, e de acordo com o princípio mencionado, sempre que o ordenamento jurídico conceder uma competência (poder) aos agentes públicos, este poder representará também um dever. Deste modo, na situação concreta, a administração deve agir conforme manda o interesse público, não podendo escolher se deve ou não fazer, mas aplicar o Direito. Diante dos fatos narrados, cumpre observar, preliminarmente, que ao participar do certame o licitante concorda com todas as condições apresentadas no edital, este faz lei entre as partes. Segundo Lucas Rocha Furtado, Subprocurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o Instrumento Convocatório:

"É a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416) "

Importante, também, citar a decisão do Recurso de Apelação julgado pelo TJ-SP que dispõe:

TJ-SP - Apelação APL 40172256020138260114 SP 4017225-60.2013.8.26.0114 (TJ-SP)

Data de publicação: 30/06/2015

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PRETENSÃO AO AFASTAMENTO DE PENALIDADES APLICADAS EM PROCESSO ADMINISTRATIVO. EMPRESA QUE NÃO CUMPRIU CONTRATO DE LICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TESTE DE APTIDÃO PSICOLÓGICA EM GUARDAS MUNICIPAIS. PEDIDO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO. Ação julgada improcedente na origem. Inconformismo da autora. Descabimento. Matéria preliminar – Cerceamento de defesa. Inocorrência. Julgamento da lide no estado em que se encontra. Matéria de direito, não sendo necessária a produção de provas em audiência. Preliminar rejeitada. Mérito – Pedido da autora de rescisão do contrato de forma amigável em razão da ocorrência de caso fortuito. Impossibilidade. Edital prevendo a necessidade de que a contratante deveria dispor de ambiente e equipamentos adequados para a aplicação dos testes, o que não foi observado pela autora. Administração Pública que está adstrita ao princípio da legalidade e todas as diretrizes foram tratadas no edital, que faz lei entre as partes. Manutenção das penalidades aplicadas no processo administrativo. Sentença mantida. Recurso da autora não provido. (Grifo nosso)

TRT-4 - Recurso Administrativo RECADM 00018402420145040000 RS 0001840-24.2014.5.04.0000 (TRT-4)

Data de publicação: 19/05/2014

Ementa: RECURSO ADMINISTRATIVO. DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. RESCISÃO DO CONTRATO. O não cumprimento de cláusulas contratuais, consubstanciado no esgotamento do prazo, sucessivamente prorrogado, sem a execução integral dos serviços de reparos contratados, é causa de rescisão do contrato e de imposição à empresa das sanções administrativas de multa e de impedimento de contratar e de licitar com a União pelo período de um ano. Provimento negado.

Encontrado em: por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA JECRIS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Tribunal Regional do Trabalho Recurso Administrativo RECADM

Conforme observado, não restam dúvidas de que a empresa tem o dever de cumprir com todas as exigências previstas no edital, e que aceitou todas as informações nele contidas, ou seja, as entregas dos produtos deveriam cumprir com todas as especificações dos itens dispostos no Ato Convocatório.

Partindo dessa premissa, considerando que todas as regras que deveriam ser obedecidas pela empresa eram de sua ciência, pois, todas estavam previstas no edital, aqui importante ressaltar que a MINUTA DA ATA e a MINUTA DO CONTRATO são partes deste, não restando dúvidas de que a empresa ganhadora concordou

tacitamente com as cláusulas do contrato.

Diante disso, a formalidade nas emissões das Autorizações de Fornecimento, foram cumpridas, sendo dever da empresa cumprir o prazo estabelecido e expressos nas AF's 447 e 497 (fls.05 a 07; 09 e 10) para a entrega dos produtos, conforme se pode observar em decisão proferida pelo TRF da 1ª Região:

TRF-1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 27310 DF 2007.01.00.027310-6 (TRF-1)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. RECUSA EM HONRAR A PROPOSTA FORMULADA. REGIME JURÍDICO DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS. SEMELHANÇA. REGIME JURÍDICO DAS SANÇÕES PENAS. REPROVABILIDADE DA CONDUTA DO PARTICULAR QUE CONTRATA COM A ADMINISTRAÇÃO. PROVIMENTO DO AGRAVO. 1. A agravante aplicou à agravada a penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a respectiva empresa pública pelo prazo de 06 (seis) meses, por não ter entregue o objeto a ela adjudicado em processo licitatório - um gerador de raio-x para equipamento de inspeção localizado no Aeroporto Internacional de Salvador/Bahia. 2. No Direito Administrativo, a recusa do particular em honrar a proposta equivale ao inadimplemento do contrato, ainda que ele não esteja formalizado. 3. O regime jurídico das penalidades administrativas é semelhante às de natureza penal. Os princípios fundamentais do Direito Penal são aplicáveis no âmbito do Direito Administrativo repressivo. A reprovabilidade da conduta do particular emerge como requisito necessário à configuração das infrações administrativas. 4. Não se exige a vontade de produzir um resultado antijurídico ou de aceitar sua concretização (dolo), mas caracteriza-se "conduta reprovável" o sujeito deixar de "adotar as precauções e cautelas inerentes à posição jurídica de partícipe de uma relação jurídica com a Administração Pública." (Marçal Justen Filho, in "Comentários à lei de licitações e contratos administrativos", 11ª ed., São Paulo, ed. Dialética, 2005) 5. As alegações e os documentos trazidos pela agravada não a eximem de sua responsabilidade pela não entrega do produto objeto do pregão. Para a celebração de contrato com a Administração Pública não é suficiente a "certeza" baseada em telefonemas e mensagens enviadas e recebidos por meio de correio eletrônico. 6. Agravo de instrumento da INFRAERO provido. (grifo nosso)

Diante da decisão proferida, observa-se que o Egrégio Tribunal, configura como inadimplente o particular que não honra com a proposta, mesmo que o contrato não esteja formalizado, o que evidencia que a falta da assinatura do contrato não é motivo para a não entrega do produto.

Em sendo assim, cumpre salientar que tanto a Administração quanto a empresa contratada devem cumprir fielmente as regras contratuais. É, portanto, dever da Administração acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, para verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas acordadas. E o instrumento convocatório traz de forma clara as penalidades a que a licitante está sujeita (fls. 32 a 35):

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/FORNECEDORA:

##### 10.1. Constituem Obrigações da CONTRATADA/FORNECEDORA:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade.

#### 13. PENALIDADES

13.1 O não fornecimento/entrega dos gêneros alimentícios no prazo assinalado importara na aplicação à CONTRATADA/FORNECEDORA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do Contrato, limitada a 20% (vinte por cento) do valor contratual.

13.2. À CONTRATADA/FORNECEDORA, se recusar a fornecer/entregar os gêneros alimentícios ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta será aplicada multa de 20% (vinte por cento)

do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

13.3. Confiada a contratação à CONTRATADA/FORNECEDORA, e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

A própria lei nº 10.520/2002 estampa a previsão de punição pelo descumprimento das obrigações assumidas:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

O não cumprimento dessas disposições, total ou parcialmente, pode levar à rescisão contratual, de acordo com o que reza o artigo 66 da Lei de Licitações e Contratos, que assim dispõe, in verbis:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências se sua inexecução total ou parcial.

Importante citar os incisos I e II do artigo 78 da Lei 8.666/93:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
  - II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Ainda, o Artigo 79 do mesmo dispositivo legal menciona as formas de rescisão do contrato, que poderão ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação; trocados, em anexo, onde relatam supostas falhas por parte da empresa contratada.

Indubitável é que a Lei é clara e objetiva ao mencionar os incisos I e II do artigo 78 como causas para rescisão unilateral da Administração, sendo a Lei taxativa na forma de rescisão quando houver descumprimento por parte da contratada.

O descumprimento no caso em tela mostra-se claro e evidente através do ofício nº 02/2017 da A Secretaria de Educação - Departamento do Almoxarifado Central, encaminhado ao Departamento de Processos Administrativos no dia 23 de junho de 2017, atestando que a Empresa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA. Descumpriu os prazos de entrega previstos no contrato e edital.

Além disto, apesar de ter expressamente afirmado que estava descumprindo o avençado, a empresa Empresa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA, foi devidamente notificada nº 01/2017 por AR, quedando-se inerte (fls.12 e 13).

Frisa-se que na notificação nº01/2017, foram garantidos os prazos legais para produção de provas e arguição da ampla defesa e do contraditório, o que não aconteceu até a presente data.

Diante de tal situação, o artigo 87 da Lei 8666/93 dispõe sobre as penalidades aplicadas nos casos de inexecução total e parcial do contrato, conforme se pode observar:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Diante do que foi exposto, com fundamento na Lei, nos Princípios basilares da Administração Pública e nas jurisprudências dos Tribunais, esta comissão passa a decidir.

#### 11. DA DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração que:

1. Ficou apurado que realmente a Empresa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA., não atendeu as exigências previstas no edital na entrega dos itens em que se sagrou vencedora, conforme já exposto;
2. Foi dado à empresa o direito à ampla defesa e ao contraditório, contudo não restou comprovada sua inocência, visto que até a presente data, não arguiu defesa frente ao alegado pela Secretaria de Educação, frente aos descumprimentos das cláusulas contratuais e editalícias, toma este Ente Público como verdadeiros os fatos alegados;
3. Com fundamento no alegado pela Secretaria de Educação através do Ofício nº 02/2017 (fl.02), tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente público em garantir a supremacia do interesse público, ante todo exposto, com base na Legislação Vigente, nas Lei 8.666/93 e 10.520/02, nos Princípios e nas Jurisprudências do Tribunais, entende esta Comissão que é dever a aplicação das penalidades previstas na Legislação Vigente;

4. Isto posto, DETERMINAMOS A APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA, POR DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DA ATA 10, 10.1, 13, 13.1, 14 etc., (fls.32 e 35), E DE MULTA DE 20% SOBRE O VALOR TOTAL GANHO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº127/2017 PELA EMPRESA P2 (FLS.14 a 37) – TOTAL DE R\$89.685,00. A Multa será representada através de Boleto no valor de R\$17.937,00 (DEZESSE MIL NOVECIENTOS E TRINTA E SETE REAIS) por estar ferindo a supremacia do interesse público, conforme prevê lei 8666/93, que será enviado com AR para a Empresa P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios LTDA., e também estará disponível na Secretaria de Administração, com prazo para pagamento de 30 dias após a publicação desta Decisão. Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente o requerido a fl. 02, resguarda-se assim, se for de interesse e economicidade desta Administração, o Direito a abater o valor da multa em compensação aos valores que por acaso o contratante tenha a receber deste Ente público, gerando apenas a diferença, se assim for constatado.

Intime-se. Publique-se. Arquiva-se

Navegantes, 11 de Dezembro de 2017

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual



Fernanda Hassmann Constâncio  
Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto  
Membro da Comissão

Nelson da Cunha  
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa  
Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira  
Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa  
Responsável pelos Processos Administrativos

EMILIO VIEIRA                      KARLILE CUGNIER  
Prefeito de Navegantes      Secretária de Administração e Logística

DECISAO Procedimento Administrativo nº 28/2017  
Empresa P2 Industria e Comercio de Gêneros Alimentícios LTDA  
CNPJ: 23.040.430/0001-32

### **EXTRATO CONTRATUAL PMN 382/2017**

Publicação Nº 1487455

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL PMN 382/2017  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA.  
CNPJ: 00.456.865/0001-67.  
Vigência ..... : Início: 01/01/2018 Término:31/08/2018  
Licitação ..... : CC075/2015.  
Recursos....: Dotação: 2.014 3.3.90.00.00.00  
Objeto ..... : Oitavo Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 215/2014, no qual tem como objeto a Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Informática para Locação de Software de Gestão Pública - totalmente integrados, com acesso simultâneo de usuários pelo período de 48 (quarenta e oito) meses para a Prefeitura Municipal de Navegantes, Secretarias, Fundos e Fundações, conforme Concorrência nº 075/2014.  
Navegantes, 22 de dezembro de 2017.

### **EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 171/2017 PMN**

Publicação Nº 1486996

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2017 PMN**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 171/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 171/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DEVIDAMENTE FECHADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS CONTENDO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS BENEFICIADOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017 PMN, Conforme Pregão Presencial nº 171/2017 PMN  
Fornecedor: PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI  
CNPJ: 13.060.647/0001-50  
Valor: R\$ 192.000,00  
Vigência: 02/01/2018 a 02/01/2019  
A ata está disponível no Departamento de Licitações.  
Informações: tel.: (47) 3342-9500.  
Navegantes, 02 de janeiro de 2018.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1486940

PORTARIA Nº 004/2018

Demitir Servidor

Jaison Moacir Marchiori, Prefeito Municipal de Nova Trento, em Exercício, Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o constante no Processo Administrativo Nº 004/2017, pela prática da infração disciplinar capitulada no artigo 179, inciso II – item 14, da Lei nº 1.207/92 (Estatuto do Servidor Público Municipal) ,

#### RESOLVE:

DEMITIR, o Servidor Público Municipal, ADILSON ROBERTO BATSCHEVER, matrícula nº 7450, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, a contar de 02 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de janeiro de 2018.

Jaison Moacir Marchiori

Prefeito Municipal, em Exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1486943

PORTARIA Nº 005/2018

Exonera Servidor

Jaison Moacir Marchiori, Prefeito Municipal em Exercício, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere os incisos VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 64, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido, o Servidor Público Municipal ISAIAS ROVER, matrícula nº 20, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, atuante na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, a partir de 05 de janeiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de janeiro de 2018.

Jaison Moacir Marchiori

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 558/2017

Publicação Nº 1486843

PORTARIA Nº 558/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, usando das atribuições que lhe foram conferidas e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e amparado no Decreto 095 de 18/04/2017,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 208/2017, MARILÉIA RAISER DALLABRIDA, matrícula nº 7568, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Espreado, Município de Nova Trento, a contar de 09 de agosto de 2017 até 08 de agosto de 2018, em substituição a titular Sandra Regina DallaBrida Battisti, afastada conforme Portaria nº 711/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de agosto de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 118/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora TERESINHA APARECIDA RAISER SPERANZINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, s/nº, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 714.306.799-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil – Creche), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.568,41 (dois mil quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 06 de março de 2017 a 20 de dezembro de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de março de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Teresinha Aparecida Raiser Speranzini  
Contratada

Jucelino Marino Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de março de 2017.

**TESTEMUNHA:**

Izabela Daros  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA DE FERIAS Nº 01/2018**

Publicação Nº 1486964

**PORTARIA Nº 01/2018**

Carlos Roberto Orsi, Presidente da Câmara Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

**RESOLVE:**

Conceder férias a servidora Marlete de Souza Demonti no período 11/01/2018 a 30/01/2018, referente ao período aquisitivo de 01/09/2016 a 31/08/2017, em vista do seu pedido.

Nova Trento, 09 de janeiro de 2018.

Carlos Roberto Orsi  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

## Nova Veneza

## PREFEITURA

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1487019

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2018

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a AFAVE - ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA VENEZIANA - AFAVE, sociedade civil sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 801/89, localizada neste Município, inscrita no CNPJ sob o n.º 80.166.127/0001-14, sendo representada por sua Diretora-executiva, Sra. ALVINA LELMKUHL SAVIO, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

VALOR ANUAL: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente parceria correrão por conta da dotação orçamentária n.º (20) 3.3.50.00.00.00.00 0701 do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Veneza, relativa ao exercício de 2018 e específica para tal finalidade, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária n.º 2.584, de 21 de setembro de 2017 e Lei Orçamentária Anual n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017.

RESUMO: Termo de Colaboração com a AFAVE.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada". Todavia, nem todos os serviços de interesse público são realizados pela Administração Direta, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil. É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a AFAVE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica a AFAVE, desenvolve há mais de 25 anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas. Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a AFAVE, de acordo com o disposto na Lei Federal n.º 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Nova Veneza (SC), 11 de janeiro de 2018.

SÉRGIO ALBERTO SPILERE

Prefeito Municipal e.e.

**EXTRATO DE CONTRATOS, ADITIVOS E DISTRATOS - FMS/2018**

Publicação Nº 1487160

MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

## EXTRATO DE CONTRATOS, ADITIVOS E DISTRATOS

Contrato Nº...: 01/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: AR GAS LTDA

Valor ..... : 7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018

Objeto ..... : Fornecimento de carga de oxigênio medicinal para pacientes da rede básica municipal de saúde.

Contrato Nº...: 02/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: AUTO POSTO TIO CACO EIRELI - EPP

Valor ..... : 29.760,00 (vinte e nove mil setecentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 04/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2017

Objeto ..... : Aquisição de combustível destinado à frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Veneza/SC, durante o exercício de 2018.

Contrato Nº...: 03/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMESC

Valor ..... : 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil e reais)

Vigência ..... : Início: 04/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 40/2017

Objeto ..... : Aquisição de serviços médicos, procedimentos, exames e medicamentos (tabela de preços em anexo) junto ao CIS-AMESC (Consortio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense), destinados aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde do Município de Nova Veneza, para o exercício de 2018

Contrato Nº...: 04/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: LINE TELEINFORMATICA LTDA ME

Valor ..... : 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 05/01/2018 Término: 31/12/2018

Objeto ..... : Prestação de serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva das centrais telefônicas, ramais, linhas entre outros relacionados a telefonia fixa da rede de saúde básica municipal

Contrato Nº...: 05/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: MAGAGNIN E ENRICONI SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA

Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência ..... : Início: 05/01/2018 Término: 31/12/2018

Objeto ..... : Locação em perfeito estado de funcionamento da máquina abaixo exposta, de propriedade da LOCADORA: Modelo FS 1035 KYOCERA, Nº SÉRIE NW12604443 (MONO) e TRANSFORMADOS DE VOLTAGEM 1,5 KVA Nº 1176.



Contrato Nº...: 06/2018  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: COOFANOVE COOPERATIVA DE PRODUCOES AGROINDUSTRIAL  
 Valor ..... : 15.600,00 (quinze mil seiscientos reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/01/2018 Término: 31/12/2018  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 42/2017  
 Objeto ..... : Aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar junto a Cooperativa da Agricultura Familiar de Nova Veneza - COOFANOVE, através do ticket-feira, que visa a complementação alimentar dos servidores públicos municipais (Lei Municipal nº 2439 de 16 de abril de 2015), durante o exercício de 2018

Aditivo Nº ..... : 1-56/2017 - Contrato Nº: 56/2017  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: ALTERMED MAT MED HOSPITALAR LTDA  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 27/12/2017 Término: 30/03/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2017  
 Objeto ..... : Aquisição de material de consumo odontológico e cirúrgico, destinado a melhoria no atendimento da rede de atenção básica de Saúde de Nova Veneza.

Aditivo Nº ..... : 1-29/2017 - Contrato Nº: 29/2017  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: ALTERMED MAT MED HOSPITALAR LTDA  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 27/12/2017 Término: 30/03/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2017  
 Objeto ..... : O presente edital tem por objetivo a aquisição de material de consumo médico, cirúrgico e de enfermagem, destinados às unidades básicas de saúde do Município de Nova Veneza/SC, durante o exercício de 2017, conforme as especificações, determinações e quantitativos constantes no Anexo I, que faz parte integrante deste edital.

Aditivo Nº ..... : 1-78/2017 - Contrato Nº: 78/2017  
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
 Contratada...: CMED SERVICOS TECNICOS E DISTRIBUIDORA LTDA - ME  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 27/12/2017 Término: 30/03/2018  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2017  
 Objeto ..... : Aquisição de equipamentos e materiais permanentes constantes na proposta 10485.444000/1150-01 do Ministério da Saúde, os quais serão destinados as UBS - Unidades Básicas de Saúde do Município de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 10 de janeiro de 2018.

Sérgio Alberto Spilere

Prefeito Municipal de Nova Veneza e.e

Maristela Vitali Cúnico

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

## **PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2018-FMS**

Publicação Nº 1486692

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 - FMS

Objetivo: Aquisição de fraldas descartáveis a serem distribuídas aos idosos, acamados e pessoas com necessidades especiais que estejam sob recomendação médica.

Abertura: às 11:00 horas do dia 26/01/2018

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 10 de janeiro de 2018.

Sérgio Alberto Spilere

Prefeito Municipal de Nova Veneza e.e

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018**

Publicação Nº 1486684

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2018

Objetivo: Aquisição, lavagem, conserto e instalação de persianas e blackout no prédio sede e repartições públicas do Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 9:00 horas do dia 26/01/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 10 de janeiro de 2018.

Sérgio Alberto Spilere

Prefeito Municipal de Nova Veneza e.e

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018**

Publicação Nº 1486872

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
 AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2018

Objetivo: Fornecimento de refeições prontas (tipo marmite) a serem destinadas aos funcionários da Secretaria Municipal de Transportes e Obras do Município de Nova Veneza que laboram no "trecho".

Abertura: às 11:00 horas do dia 24/01/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 10 de janeiro de 2018.

Sérgio Alberto Spilere

Prefeito Municipal de Nova Veneza e.e

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### DECRETO 2.394

Publicação Nº 1487436

DECRETO Nº 2394, de 10 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE – RTM, A SER APLICADO NA ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E INTERPRETAÇÃO DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito do município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos VI do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal nº 040, de 29 de Setembro de 2010, Lei Complementar nº 51, de 18 de outubro de 2017, DECRETA:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As leis que tratam dos tributos de competência municipal serão aplicadas e interpretadas conforme o disposto neste Decreto, denominado Regulamento dos Tributos de competência do Município de Novo Horizonte, nos termos previstos na Lei Complementar Municipal nº 040/2010 e 051/2017, nas normas constitucionais e nas demais legislações aplicáveis.

Art. 2º Qualquer modificação, inclusão ou exclusão de dispositivos na lei tributária local ou de âmbito nacional deve ser refletida neste Regulamento, para que se mantenha atualizado e consolidado.

Art. 3º Nos casos que entender necessário, pode a administração tributária emitir instrução normativa tributária para complementar norma indicada neste Regulamento.

Parágrafo único. As instruções normativas devem ser expedidas pelo Secretário de Administração e Fazenda ou, na falta deste, pelo servidor ou servidores responsáveis pelo lançamento dos tributos municipais.

#### TÍTULO I

CALENDÁRIO FISCAL, ARRECADAÇÃO E ACRÉSCIMOS LEGAIS

##### CAPÍTULO I

##### CALENDÁRIO FISCAL

Art. 4º O pagamento dos tributos lançados de ofício uma vez ao ano seguirá o calendário disposto neste Capítulo.

##### Seção I

Calendário de pagamento do IPTU

Art. 5º O pagamento do IPTU ocorrerá em 02 (duas) cotas únicas ou em até 03 (três) parcelas, com vencimento nas seguintes datas: I – O vencimento da 1ª cota única ocorrerá até o dia 10/05, com desconto de 15% para os que estiverem rigorosamente em dia com o fisco municipal com tributos vencido até 15 de dezembro do ano anterior.

II – O vencimento da 2ª cota única será até o dia 10/06, com 10% de Desconto;

II – Caso o contribuinte opte por pagar o IPTU de forma parcelada:

a) a primeira parcela vencerá até o dia 10/07;

b) a segunda parcela vencerá até o dia 10/08;

c) a terceira parcela vencerá no dia 10/09;

Art. 6º Nos pagamentos em cota única ou parcelado o Município poderá incluir outros tributos, desde que devidamente discriminados.

Art. 7º As datas de que trata o art. 5º poderão ser alteradas em razão de feriados, finais de semana ou pontos facultativos, mediante expedição de Decreto.

##### Seção II

Calendário de pagamento da taxa de coleta do lixo (TCL)

Art. 8º A taxa de coleta de lixo será lançada junto com o carne de pagamento do IPTU e terá vencimento nas mesmas datas e

condições que o IPTU, sem qualquer desconto no pagamento em cota única.

##### Seção III

Calendário de pagamento do ISSQN incidente sobre os profissionais autônomos

Art. 9. O pagamento do ISSQN pelos profissionais liberais e autônomos lançados de ofício por valor fixo ocorrerá uma vez ao ano, em cota única ou em até 12 (doze) parcelas, com vencimento nas seguintes datas:

I – O vencimento: 23/02 – 1º parcela

15/03 – 2º parcela

29/03 – 3º parcela

30/04 – 4º parcela

30/05 – 5º parcela

29/06 – 6º parcela

30/07 – 7º parcela

29/08 – 8º parcela

28/09 – 9º parcela

30/10 – 10º parcela

30/11 – 11º parcela

28/12 – 12º parcela

##### Seção IV

Calendário de pagamento da taxa de fiscalização anual (TFA)

Art. 10. O pagamento da taxa de fiscalização anual (TFA) ocorrerá em cota única, com vencimento em 29/03 de cada ano.

##### Seção V

Calendário de pagamento da taxa de vigilância sanitária (TVS)

Art. 11. O pagamento da taxa de vigilância sanitária (TVS) ocorrerá em cota única, com data de vencimento 29/03 de cada ano.

#### CAPÍTULO II

FORMAS DE PAGAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 12. Os tributos municipais serão pagos por meio guia de arrecadação municipal, emitida no formato escolhido pelo Município dentre os permitidos pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A forma de convênio, de registro e a instituição financeira responsável pela gestão das guias serão escolhidas pela administração municipal, respeitados os princípios da administração pública na realização da contratação.

Art. 13. A instituição ou instituições bancárias aptas a receber o pagamento serão informadas no corpo da guia de arrecadação municipal.

Art. 14. Se houver disponibilidade técnica, pode a administração disponibilizar, também, os seguintes meios para o recolhimento dos tributos municipais:

I – Pagamento por meio de cartão de crédito ou débito, com o uso de terminal para leitura do cartão localizado no setor de tributos ou tesouraria do Município;

II – Pagamento via internet por meio de cartão de crédito, débito ou transferência online, em ferramenta disponibilizada no sítio oficial do Município ou no domicílio tributário eletrônico do contribuinte.

#### CAPÍTULO III – ACRÉSCIMOS LEGAIS NO ATRASO DOS PAGAMENTOS

Art. 15. Os tributos municipais não pagos na data de vencimento da fatura serão acrescidos de multa e juros de mora.

##### Seção I – Correção Monetária

Art. 16. Os créditos tributários que não forem efetivamente liquidados nos prazos estabelecidos terão seus valores atualizados monetariamente, com base nas variações da UFRM, nos termos do art.



168 da Lei Complementar 040/2010.

Seção II – Juros de mora

Art. 17. O crédito tributário não pago na data de vencimento da guia ou no prazo legal estipulado pelo fisco sofrerá o acréscimo de juros de mora, no percentual de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Os juros de mora incidem sobre o valor original do crédito tributário.

Seção III – Multa de mora

Art. 18. O não pagamento dos tributos municipais no prazo definido pelo fisco acarretará em multas de mora nos termos do art. 161 - 166 da lei complementar 040/2010

### TÍTULO III

#### ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

##### Capítulo I

###### IPTU

Art. 19. O lançamento e cadastramento do IPTU seguem o disposto na Lei Complementar Municipal 040/2010 e o previsto neste Regulamento.

###### Seção I

Fato gerador e contribuintes

Art. 20. O fato gerador genérico do IPTU é a posse, a propriedade ou domínio útil de imóvel localizado em zona urbana municipal ou em loteamento em área urbanizável aprovado pelo Município.

Art. 21. O IPTU, com base no fato gerador genérico, incide sobre os seguintes imóveis:

I – Terreno sem construção e sem utilização, localizado dentro da zona urbana;

II – Terreno utilizado para fins comerciais, como para estacionamentos, colocação de equipamentos provisórios e outros, localizado dentro da zona urbana;

III – Casa, apartamento, galpões, indústrias, salas, lojas ou qualquer outro tipo de construção localizada na zona urbana municipal, incluindo o terreno em que se localiza ou a fração ideal do terreno;

IV – Construções pré-fabricadas ou prontas, como containers, pré-moldados, construções especiais e outras enquadráveis na mesma categoria.

Art. 22. Mesmo localizado em área urbana, não constitui fato gerador do IPTU o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, pois sobre o mesmo incide o imposto territorial rural.

§1º Para o afastamento da incidência do IPTU o contribuinte deve comprovar que:

I – O imóvel possui área igual ou superior ao módulo rural estabelecido para o Município, que está devidamente escriturado como imóvel rural e possui Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR;

II – Que utiliza o imóvel para fins rurais, com a apresentação de laudo especializado, com a apresentação das notas de produtor rural expedidas em razão da produção na área ou com vistoria realizada pelo departamento de agricultura municipal.

§2º Caso exista no imóvel residência, estabelecimento comercial ou qualquer outro tipo de construção há menos de trinta metros da via pública e que seja servido por no mínimo dois dos melhoramentos previstos no art. 32, §1º do Código Tributário Nacional, tal área constitui fato gerador do IPTU e não do ITR.

§3º Nos casos previstos no parágrafo anterior, deve o fisco considerar como área do terreno para fins de IPTU um lote padrão, de trezentos e sessenta metros quadrados, acrescido da área construída.

§4º Sobre a área tributável pelo IPTU não haverá incidência do ITR, cabendo ao contribuinte informar a Receita Federal do Brasil para exclusão da área do cálculo do imposto da União.

Art. 23. São contribuintes do IPTU:

I – Os proprietários dos imóveis que se enquadram como fato gerador do imposto;

II – Os possuidores dos imóveis que se enquadram como fato gerador do imposto, desde que:

a) O proprietário não possa ser localizado ou identificado e haja documentação que comprove a posse do imóvel;

b) O proprietário do terreno seja entidade imune ou isenta.

§1º São proprietários dos imóveis aqueles que constam na matrícula junto ao Registro de Imóveis como proprietários.

§2º São possuidores aqueles que usam ou usufruem do imóvel com o ânimo de propriedade, ou seja, são aqueles que, apesar de não estarem devidamente indicados como proprietários, residem ou exercem atividade empresarial no imóvel como se fosse seu, sem realizar o pagamento de aluguel ou qualquer outra compensação a terceiro pelo uso do bem.

§3º São documentos suficientes para comprovar a posse para fins de IPTU a existência de contrato de compra e venda, feito com o proprietário ou por antigo posseiro; a comprovação de trâmite para regularização fundiária do imóvel em seu nome junto ao Poder Judiciário; a comprovação de ingresso de ação de usucapião sobre o imóvel; a existência de serviços públicos em nome do titular da posse, como água e energia elétrica, desde que cumulada com laudo do fisco que ateste a posse; e, na falta de qualquer documentação, laudo do fisco, cumulada com declaração do contribuinte, atestando a posse sobre o imóvel.

##### Capítulo II

###### ITBI

###### Seção I

Fato gerador e contribuintes

Art. 24. O fato gerador do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos é a transmissão onerosa, entre vivos, da propriedade, dos direitos reais sobre imóveis e a cessão de direitos para aquisição de bens imóveis, o que abrange as seguintes situações fáticas:

I - a compra e venda, pura ou condicional;

II - a dação em pagamento;

III - a permuta, inclusive nos casos em que o coproprietário se tem estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contíguos;

IV - os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes, para a transmissão de imóveis e respectivos subestabelecimentos;

V - a arrematação, adjudicação e a remição;

VI - a cessão de direito, por ato oneroso do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação;

VII - a cessão de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda;

VIII - a cessão de benfeitorias e construções em terrenos comprometidos à venda ou alheios exceto a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;

IX - cessão de direitos hereditários;

X - todos os demais atos translativos, "inter vivos" a título oneroso, de imóveis, por natureza ou acessão física e constitutivos de direitos reais sobre imóveis;

Art. 25. O contribuinte do imposto é o comprador ou adquirente, aquele para o qual será transferido o patrimônio.

###### Seção II

Base de Cálculo e alíquotas

Art. 26. A base de cálculo do ITBI é o valor venal do imóvel, mais especificamente o montante econômico, expresso em moeda corrente, equivalente ao patrimônio que está sendo transferido.

Parágrafo único. A base de cálculo do ITBI não é o valor do negócio, mas sim o valor patrimonial do bem.

Art. 27. Para os imóveis rurais, aqueles estabelecidos fora da zona urbana do Município ou que, dentro da zona urbana, tenham características rurais, a base de cálculo do ITBI será o valor declarado do bem pelo contribuinte, desde que este não seja menor que o valor mínimo dos preços de terra agrícolas estipulado pelo Centro Socioeconômico e de Planejamento Agrícola – CEPA, vinculado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI.

Parágrafo único. A tabela de preços atualizada será conferida periodicamente pelo fisco, que poderá, por meio de instrução normativa, publicar ou deixar a vista do público os valores mínimos

constantes na tabela.

Art. 28. Para os imóveis urbanos, aqueles que não se enquadram na definição de imóvel rural, o base de cálculo do ITBI será o valor declarado pelo contribuinte, desde que não seja menor que o valor mínimo estabelecido na planta genérica de valores constante no Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 51/2017.

Art. 29. Para apuração da base de cálculo, o fisco adotará os seguintes procedimentos:

I – Para imóveis rurais:

a) O cartório, o tabelionato ou o contribuinte devem informar o valor do negócio ao fisco, conforme as rotinas adotadas pela administração tributária municipal;

b) O fisco multiplicará a área total, em hectares, da propriedade que é objeto da transmissão pelo valor mínimo definido para as terras de primeira na tabela CEPA/EPAGRI.

c) Se o valor apurado na forma da alínea anterior é menor que o valor declarado pelo contribuinte, o fisco utilizará o valor declarado como base de cálculo do ITBI e se o valor apurado for maior que o declarado, o fisco deve:

1. Encaminhar as informações sobre a propriedade para a Secretaria Municipal de Agricultura, que, no prazo de cinco dias, deve informar o fisco se a propriedade em questão constitui campo nativo, terra de primeira, terra de segunda, terra de terceira ou área de reserva legal, seguindo os critérios técnicos e conhecimento do local;

2. Retornada a informação da Secretaria da Agricultura, por e-mail ou documento escrito, deve o fisco calcular o valor da terra com base nos valores mínimos do hectare apontados pela CEPA/EPAGRI para o tipo de terra indicada, atentando que se o valor declarado for maior que o valor mínimo obtido para o tipo de terra em análise, deve o fisco utilizar o valor declarado.

II – Para imóveis urbanos:

a) O cartório, o tabelionato ou o contribuinte devem informar o valor do negócio ao fisco, conforme as rotinas adotadas pela administração tributária municipal;

b) O fisco verificará se o tamanho das propriedades constantes na matrícula não é maior que o valor constante no cadastro imobiliário do imóvel;

c) Depois de aumentadas as áreas do cadastro imobiliário, se necessário, o fisco identificará se o valor declarado pelo contribuinte é maior que o valor venal apontado no espelho do imóvel;

d) Se o valor declarado for maior que o valor constante no cadastro, deve o fisco utilizar o valor declarado como base de cálculo e se o valor declarado for menor que o constante no cadastro, o valor do cadastro será utilizado como base de cálculo.

Parágrafo único. Para fins de identificação da base de cálculo, o fisco deve sempre considerar a realidade do imóvel no ato da transmissão e não somente as informações constantes na matrícula do imóvel, especialmente dos imóveis urbanos, que, para identificação da base de cálculo, deve obedecer as informações constantes no cadastro imobiliário do Município.

Art. 30. A alíquota de ITBI é de 2% (dois por cento) sobre o valor do imóvel e nos casos de programas de habitação de cunho social o valor do ITBI será reduzido em cinquenta por cento.

### CAPÍTULO III

#### ISSQN

Art. 31. Além das normas previstas na Lei Complementar Municipal nº 51/2017, de abrangência municipal, e na Lei Complementar 116/2003 e no Decreto-Lei nº 408/1968, de abrangência nacional, a cobrança e interpretação do ISSQN seguirá o disposto neste Regulamento e nas instruções normativas do fisco municipal, que constituem legislação tributária local.

#### Seção I

Fato gerador, alíquotas e contribuintes

Art. 32. Os fatos geradores, as alíquotas e contribuintes são aqueles mencionados no Capítulo II e no Anexo V da Lei Complementar Municipal nº 40/2010 e aqueles estabelecidos nos arts. 13 e 14 da Lei Complementar Municipal nº 51/2017.

#### Seção II

Base de cálculo e deduções

Art. 33. A base de cálculo do ISSQN é o preço total do serviço, exceto para os que exercem a profissão em caráter pessoal (profissionais liberais e autônomos).

Art. 34. Na prestação dos serviços constantes nos subitens 7.02 e 7.05 do Anexo V da Lei Complementar Municipal nº 40/2010, podem ser deduzidos da base de cálculo o valor dos materiais fornecidos pelo prestador ao tomador do serviço, desde que passem a integrar o patrimônio do tomador.

§1º São passíveis de dedução da base de cálculo do ISSQN os materiais efetivamente empregados e imobilizados na obra, como tijolos, areia, pedra, pisos e outros, pois estes foram fornecidos pelo prestador ao tomador e passarão a integrar o patrimônio deste.

§2º Não são passíveis de dedução da base de cálculo do ISSQN mercadorias, equipamentos e outros utensílios destinados a alimentação, segurança e deslocamento de trabalhadores e/ou máquinas durante a execução dos serviços, tais como gastos com comida, combustível, capacetes de segurança e outros, visto que tais materiais não são fornecidos pelo prestador ao tomador, mas sim utilizados pelo prestador na execução do serviço.

§3º A informação de materiais e equipamentos utilizados para fins de cálculo da contribuição previdenciária (INSS) não possui qualquer relação com a dedução da base de cálculo do ISSQN, por isso é vedada a utilização dos mesmos critérios da contribuição previdenciária para o cálculo da dedução do ISSQN.

Art. 35. A dedução da base de cálculo dos materiais fornecidos pelo prestador nos serviços definidos nos subitens 7.02 e 7.05 do anexo V da Lei Complementar Municipal nº 40/2010, somente será possível se cumpridos os seguintes requisitos:

I – A nota fiscal de prestação de serviços deve indicar o valor dos materiais que foram fornecidos ao tomador e imobilizados na construção;

II – O valor dos materiais imobilizados na obra não poderá ser superior a:

a) 5% (cinco por cento) nos serviços de terraplenagem;

b) 10% (dez por cento) nos serviços de perfuração de poços, detonação de rochas e nivelamento de encostas.

c) 50% (cinquenta por cento) nos demais casos de construção civil.

§1º Se não houver na nota fiscal informação dos materiais fornecidos pelo prestador que foram imobilizados na obra, a base de cálculo do ISSQN será o valor total da nota, sem qualquer dedução.

§2º Se o valor dos materiais fornecidos informados na nota forem superiores aos limites previstos neste dispositivo, deve o fisco aplicar os percentuais aqui estabelecidos para determinar a base de cálculo.

Art. 36. A qualquer momento, a fim de identificar a regularidade da dedução dos materiais da base de cálculo dos serviços constantes nos subitens 7.02 e 7.05 do Anexo V da Lei Complementar Municipal nº 40/2010, o fisco municipal pode exigir a comprovação dos materiais que foram fornecidos pelo prestador e empregados na obra, que deve ser feita da seguinte forma:

I – Apresentação de notas fiscais que indiquem o endereço ou o Cadastro Específico do INSS – CEI da obra em que os materiais foram empregados;

II – Apresentação de laudo técnico ou memorial descritivo, assinados por engenheiro civil, que ateste os materiais que foram imobilizados na construção.

Parágrafo único. A apresentação de notas genéricas, sem a menção da obra ou do CEI, somente serão aceitas se o laudo ou memorial descritivo comprovar que o valor exato daquela nota foi empregado na obra da qual se pretende deduzir os materiais.

#### Seção III

ISSQN por substituição tributária na construção civil

Art. 37. Nos termos do art. 211 da Lei Complementar Municipal nº 040/2010, o dono da obra é o sujeito passivo responsável pelo recolhimento do ISSQN e o imposto será exigido, no ato de solicitação do alvará de habite-se.

Art. 38. A base de cálculo estimativa da construção, para fins de cálculo do ISSQN antecipado, é a seguinte:

I – 10% (dez por cento) do valor do CUB por metro quadrado de área construída, quando a construção for de setenta por cento ou mais de alvenaria.

II – 5% (cinco por cento) do valor do CUB por metro quadrado de área construída, quando a construção tiver mais de setenta por cento de área construída de madeira.

III – 7% (sete por cento) do valor do CUB por metro quadrado de área construída, quando a construção for mista, entre madeira e alvenaria, mas não se enquadre nos incisos I e II.

IV – 5% (cinco por cento) do valor do CUB por metro quadrado de área construída, quando se tratar de construção de galpões, pavilhões ou de estruturas metálicas.

§1º O valor do CUB a ser considerado no cálculo é o vigente no mês de novembro do exercício anterior ao que se efetua o cálculo, cabendo ao fisco emitir instrução normativa ou deixar em local visível o valor do CUB utilizado no cálculo do ISSQN antecipado na construção civil.

§2º Quando o contribuinte informar, por meio de declaração, que a obra será executada por ele próprio ou por meio de mutirão, sem o pagamento pelos serviços de mão de obra, os percentuais para determinação da base de cálculo corresponderão a um quinto dos previstos no caput.

Art. 39. Sobre a base de cálculo estimada o fisco aplicará a alíquota definida para a construção civil no anexo V da Lei Complementar Municipal nº040/2010, que é de 3% (três por cento).

Parágrafo único. O dono da obra deve reduzir do valor pago ao construtor o valor do ISSQN que recolheu a maior no ato de solicitação do alvará de habite-se.

Art. 40. O pagamento do ISSQN lançado por estimativa, na forma definida nesta Seção, pode ser feito em até seis parcelas, sem o acréscimo de juros, conforme escolha do contribuinte, e o valor de cada parcela não pode ser menor que uma UFRM.

Art. 41. Até a emissão do habite-se, o contribuinte poderá apresentar ao fisco as notas fiscais e outros documentos que comprovem que o valor do ISSQN a ser pago foi menor que o apurado por meio da estimativa, neste caso o fisco deverá:

I – Autorizar a compensação do ISSQN eventualmente pago a mais nos tributos futuros lançados em nome do contribuinte, especialmente em relação ao IPTU a incidir sobre o imóvel nos próximos exercícios.

II – Não havendo lançamento de tributo em nome do contribuinte ou vinculado ao imóvel no período de doze meses após a conclusão da obra, poderá o fisco autorizar a devolução em pecúnia de eventual ISSQN estimado recolhido a maior.

Parágrafo único. A compensação ou devolução serão feitas considerando o valor do tributo atualizado, nos mesmos percentuais que os créditos tributários não pagos são atualizados.

Art. 42. O fisco, depois de concluída a obra, pode realizar lançamentos adicionais de ISSQN caso o valor recolhido por estimativa seja comprovadamente menor do que o realmente devido.

#### Seção IV

##### Nota Fiscal de Prestação de Serviços

Art. 43. A nota fiscal eletrônica será emitida por ocasião da prestação de serviços, nos termos da Lei Municipal nº 560/2017.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Novo Horizonte, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital ou senha de acesso do emitente e autorização de uso fornecida pelo Setor de Fiscalização e Tributação do Município.

Art. 44. São obrigados a emitir a NFS-e todos os contribuintes estabelecidos ou cadastrados como contribuintes de ISSQN no Município de Novo Horizonte, exceto os que tenham autorização para emissão de notas conjugada de ICMS e ISS.

Parágrafo único. Os contribuintes que ainda possuam bloco de notas ou formulários impressos devem, até o prazo máximo de 30 de novembro de 2018, efetuar seu cadastramento para emissão

da nota fiscal eletrônica e apresentar ao fisco municipal todos os blocos de nota e/ou formulários em sua posse.

#### Subseção I

Cadastramento e acesso ao sistema de emissão da NFS-e

Art. 45. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 46. Para obter acesso ao sistema de que trata este Decreto, os contribuintes deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

Art. 47. Depois do cadastramento, o interessado deverá imprimir o formulário “SOLICITAÇÃO DE ACESSO” e apresentá-lo à Administração tributária, direcionado ao Departamento de Fiscalização de Tributos.

Art. 48. Após a solicitação de acesso e comprovação, pela administração tributária, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida, será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 49. A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 50. Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário “SOLICITAÇÃO DE ACESSO”, e conterà as seguintes funções:

I – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;

II – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 51. A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Art. 52. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e pela administração tributária será realizado mediante a utilização de senha de acesso, que será emitida aos servidores responsáveis pelo setor de tributação e gestão do ISSQN.

Art. 53. A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao servidor responsável pela administração tributária e permitirá as seguintes funções:

I – Habilitar e desabilitar usuários;

II – Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III – Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 54. Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

#### Subseção II

Informações obrigatórias da NFS-e e forma de emissão

Art. 55. A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:



a) nome ou razão social;  
b) endereço;  
c) "e-mail";  
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ;  
e) inscrição no Cadastro Mobiliário;  
V - identificação do tomador de serviços, com:  
a) nome ou razão social;  
b) endereço;  
c) "e-mail";  
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ;  
VI - discriminação do serviço;  
VII - valor total da NFS-e;  
VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;  
IX - valor da base de cálculo;  
X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado conforme os fatos geradores previstos na lei municipal;  
XI - alíquota e valor do ISS;  
XII - indicação no corpo da NFS-e de:  
a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;  
b) serviço não tributável pelo Município de Novo Horizonte, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei tributária.  
c) retenção de ISS na fonte;  
d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";  
e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;  
f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;  
g) número e data do Recibo Provisório de Serviços RPS emitido, nos casos de sua substituição.  
§1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Município de Novo Horizonte" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços NFS-e".  
§2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.  
§3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.  
Art. 56. A NFS-e deve ser emitida de forma online, por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.novohorizonte.sc.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços devidamente cadastrados pelo Município.  
Parágrafo Único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.  
Art. 57. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Administração tributária.  
Art. 58. Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.  
Art. 59. É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e no setor de tributos, até o limite de duas notas por mês, devendo recolher o ISSQN referente a cada nota fiscal em guia própria do Município.  
Parágrafo único. O fisco pode liberar o acesso para emissão da nota fiscal eletrônica para a pessoa física, nos mesmos moldes que os demais contribuintes.  
Art. 60. A NFS-e avulsa será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.  
Art. 61. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar as NFS-e previstas neste Regulamento.  
Subseção II  
Cancelamento da NFS-e  
Art. 62. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio

do sistema informatizado, no endereço eletrônico <http://www.novohorizonte.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 63. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.

Art. 64. Para corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e, o contribuinte utilizará a Carta de Correção – CC-e.

§1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§3º A Carta de Correção Eletrônica – CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente por meio de senha ou com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§4º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§5º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

Subseção IV

Recibo Provisório de Serviços

Art. 65. Nos casos previstos na legislação, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços – RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I – identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II – identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
  - b) endereço;
  - c) número do CPF ou CNPJ;
  - d) número no cadastro mobiliário municipal;
  - e) correio eletrônico (e-mail);
- III – numeração sequencial;

IV – série;

V – a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI – inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO

VIGENTE.”

§2º Todas as informações descritas no §1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea “e” do inciso II, o qual é facultado.

Art. 66. O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I – adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 67. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos neste Decreto.

§1º O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§2º O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§4º Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§5º As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até a data prevista neste Regulamento.

§6º Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Administração tributária disponibilizará o “layout” do sistema da NFS-e no portal eletrônico [www.matoscosta.sc.gov.br](http://www.matoscosta.sc.gov.br).

Art. 68. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§1º Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no “caput” deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§2º O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§3º A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação tributária.

§4º Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§5º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§6º Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas.

Art. 69. Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, que ficará disponível no sistema informatizado de emissão da NFS-e.

Art. 70. O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, pela Legislação Estadual – RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal – ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II – as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual

vigente – RICMS/SC;

III – a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

Art. 71. As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

§1º Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: “A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.”

§2º As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

Art. 72. A partir da vigência desta legislação, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços – RPS.

Subseção V

Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC

Art. 73. Fica instituída a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC”, de acordo com o disposto nesta subseção.

Art. 74. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados neste Decreto.

Art. 75. A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação tributária.

Art. 76. A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

I – CPF/CNPJ do prestador;

II – endereço do prestador e do tomador;

III – CPF/CNPJ do tomador;

IV – e-mail do tomador;

V – o valor dos serviços prestados;

VI – o enquadramento na lista de serviços; e

VII – número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Subseção VI

Disposições finais sobre a NFS-e

Art. 77. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Art. 78. Para efeito deste Decreto, entende-se por processo administrativo regular todo aquele instaurado via protocolo central da administração tributária pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 79. No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Tributário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

I – mudança de endereço; e

II – mudança de ramo de atividade.

Art. 80. A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é 15 de abril de 2018.

Seção V

Escrita especial

Art. 81. Os cartórios, tabelionatos e afins deverão emitir, mensalmente, uma nota fiscal que englobe todos os serviços, indicando o tomador com a expressão “tomadores diversos”, e manter a disposição do fisco o relatório completo dos serviços prestados.

Art. 82. As instituições bancárias farão relatório mensal de serviços, a ser informado no livro eletrônico ou diretamente ao fisco municipal.

#### Capítulo IV Taxas

Art. 83. As taxas anuais serão cobradas conforme o calendário fiscal e as demais no ato de solicitação dos serviços ou do poder de polícia, conforme determinado na legislação tributária municipal.

#### Capítulo V COSIP

Art. 84. A contribuição para custeio do serviço de iluminação pública será recolhida na fatura de energia elétrica e será repassada ao Município pela concessionária de energia elétrica, conforme definido em convênio.

### TÍTULO IV PENALIDADES

#### Capítulo I

Multas por descumprimento de obrigação principal e acessória

Art. 85. As multas e penalidades por descumprimento de obrigação acessória são as definidas no art. 161 e seguintes do Código Tributário Municipal.

#### Capítulo II

Emissão de certidão negativa, positiva e positiva com efeitos de negativa

Art. 86. A certidão negativa de débitos será emitida somente para o contribuinte que não possua débito tributário e/ou não tributário em aberto com o Município, considerando-se débito qualquer multa, compromisso, penalidade, preço público ou tributo não recolhido no prazo de vencimento.

Art. 87. A certidão positiva com efeitos de negativa será emitida para o contribuinte que possua débitos tributários ou não tributários em atraso, mas com a exigibilidade suspensa por um dos seguintes motivos:

I – depósito administrativo ou judicial do montante devido;

II – que possuam decisão liminar, em qualquer tipo de ação, que afaste a incidência do tributo;

III – que estejam em parcelamento administrativo.

Art. 88. Quando o contribuinte possuir débitos em atraso, será gerada certidão positiva de débitos, que apenas mencionará a existência de valores em aberto ou indicará a impossibilidade de emissão de certidão negativa.

Art. 89. Por requerimento do contribuinte, do tabelionato, do escritório de imóveis ou do Poder Judiciário, o Município pode emitir certidão negativa de débitos do imóvel, somente para os casos em que não exista vinculada a aquele imóvel dívida de IPTU, taxas de serviço público ou de contribuição de melhoria.

### TÍTULO V COBRANÇA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 90. Os tributos municipais não recolhidos nas datas de vencimento serão cobrados de forma administrativa, por meio de carta ou notificação aos contribuintes, e/ou de forma judicial.

Art. 91. Os créditos tributários inscritos em dívida ativa serão objeto de execução fiscal, nos termos da lei que regulamenta este tipo de ação.

Art. 92. Nos termos da Súmula 22 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e considerando o custo judicial da ação, o Município somente ingressará com a execução fiscal quando a soma dos débitos em nome do contribuinte ultrapassar o valor equivalente a 30 (trinta) UFRM.

§1º Quando a soma não alcançar o valor previsto no caput e existirem créditos passíveis de prescrição, o Município notificará o contribuinte para que efetue o reconhecimento da dívida ou realizará o protesto judicial dos valores, a fim de interromper o prazo prescricional.

§2º Infrutífera a notificação do contribuinte ou inviável, pelas custas judiciais, o protesto judicial, será formalizado, por meio de

processo administrativo tributário, os motivos que impediram a interrupção da prescrição.

### TÍTULO VI

#### DAS ATRIBUIÇÕES NÃO TRIBUTÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Art. 93. São obrigações não tributárias do fisco municipal, dentro outras, a emissão de alvará de licença e localização e a gestão da cobrança dos preços públicos municipais.

### CAPÍTULO I

#### DO ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO

Art. 94. Qualquer estabelecimento ou atividade empresarial que tenha atendimento ao público ou local para exercer sua atividade depende de autorização do Município para funcionamento, conforme as regras de posturas municipais.

Art. 95. A licença para instalação e funcionamento é concedida por meio do alvará de localização e funcionamento.

Art. 96. O alvará de licença e localização é emitido no ato de solicitação da abertura da empresa e perdurará por tempo indeterminado, devendo a empresa manter atualizado seu cadastro junto ao fisco municipal, sob pena de cassação imediata do alvará e aplicação de multa.

Parágrafo único. A taxa de licença e localização será lançada anualmente, conforme definido no calendário fiscal, com base nas informações constantes no cadastro tributário do município.

Art. 97. No ano de 2018, para ajuste e revisão dos alvarás existentes, logo depois de recolhida a taxa de licença e localização serão emitidos alvarás sem data de vencimento para todos os contribuintes, que devem, por sua vez, manter seus cadastros atualizados junto ao fisco municipal.

### TÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 98. A unidade fiscal indicada neste Regulamento é aquela prevista pela lei municipal e a mesma será atualizada anualmente por meio de instrução normativa emitida pela administração tributária municipal.

Art. 99. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Novo horizonte, Estado de Santa Catarina, em 10 de janeiro de 2018.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito

Registre-se e Silvani Zilio Moschen

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

## PORTARIA 003

Publicação Nº 1486576

PORTARIA 003/2018

### ATO DE NOMEAÇÃO E DELEGAÇÃO DE PODERES.

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, por meio de seu responsável, usando de suas atribuições legais, DECLARA, para os devidos fins e a quem interessar possa que, o Sr. Rogério Acacio Mascarello, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado em Novo Horizonte-SC, atual Secretário Municipal de Saúde nomeado pela portaria 004/2017 e, Altair José Mattos, brasileiro, casado, servidor público, atual Tesoureiro Municipal nomeado pela portaria 028/2003, detêm autorização para efetuar as movimentações dos recursos das respectivas contas correntes do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ 11.411.624/0001-18, da Agência 1884 - CEF de São Lourenço do Oeste - SC, estando outorgados dos poderes abaixo especificados.



## PODERES:

9 EMITIR CHEQUES-----  
 10 ABRIR CONTAS DE DEPOSITO-----  
 11 AUTORIZAR COBRANCA-----  
 20 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO-----  
 26 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS-----  
 27 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES-----  
 31 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A----- OPERACO-  
 ES-----  
 36 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS-----  
 38 ENDOSSAR CHEQUE-----  
 39 ASSINAR INSTR DE CREDITO-----  
 51 EMITIR DUPLICATAS-----  
 52 ENDOSSAR DUPLICATAS-----  
 61 ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO-  
 62 ASSINAR ORCAMENTO-----  
 64 ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE-----  
 69 EMITIR TITULO DE CREDITO COMERCIAL-----  
 70 EMITIR TITULO DE CREDITO INDUSTRIAL-----  
 72 ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO-----  
 73 ASSINAR A APOLICE DE SEGURO-----  
 76 ENDOSSAR TITULOS DE CREDITO-----  
 94 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES-----  
 95 CANCELAR CHEQUES-----  
 96 BAIXAR CHEQUES-----  
 98 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS-----  
 99 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS-----  
 100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE-----  
 102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA-----  
 104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO-----  
 105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO---  
 113 RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO-----  
 119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER.----- FINAN-  
 CEIRO/AASP-----  
 124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS---  
 125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE---- CREDI-  
 TO-----  
 126 EMITIR COMPROVANTES-----  
 128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-- MEIO  
 ELETRONICO-----  
 133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO-----  
 137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO  
 DDA-----

Documentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
 Art. 3º - Revogam-se as disposições da Portaria Nº 039 de 24 de  
 fevereiro de 2.017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,  
 Em 10 de Janeiro de 2018

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito

Registre-se e

Publique-se

Silvani Zilio Moschen

Secretária SAF

E, por esta ser a fiel expressão da verdade vai devidamente assina-  
 da com validade até 31/12/2020.

Novo Horizonte – SC em, 10 de janeiro de 2018.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

**PORTARIA 004**

Publicação Nº 1487378

PORTARIA nº 004 de 10 de Janeiro de 2018

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELAS  
 AUTENTICAÇÕES DE DOCUMENTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa  
 Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Artigo  
 55 da Lei Orgânica Municipal,

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Municipal IDINARA CRISTINA  
 MASSUCCO, matrícula nº 368/01, ocupante do cargo de Agente  
 de Serviços Fazendários, como responsável pela Autenticação de

**Otacílio Costa****PREFEITURA****PREGÃO 003/2018 - SAÚDE**

Publicação Nº 1486771

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL PREGÃO Nº 003/2018

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de medicamentos para Farmácia Básica.. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 08:30 h. do dia 24/01/2018 e abertura da sessão será às 09:00 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 08/01/2018

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

### 2017TA034-01

Publicação Nº 1486694

TERMO ADITIVO N. 01/2017 AO CONTRATO N. 034/2017  
Processo Licitatório n. 0023/2017  
Pregão Presencial n. 0019/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: CLINIMED - CLÍNICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE SIMPLES / EPP  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTACAO DE SERVICO EM OBSTETRICIA.  
ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
Valor do aditivo: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).  
VIGÊNCIA: 02/01/2018 ATÉ 31/12/2018.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2017.

### 2017TA056-02

Publicação Nº 1486728

TERMO ADITIVO N. 02/2017 AO CONTRATO N. 056/2016  
Processo Licitatório n. 0049/2016  
Tomada de Preço n. 0002/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA EPP  
OBJETO: CONCLUSÃO DA QUADRA DE ESPORTES DO BAIRRO KLEINUBING.  
ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
VIGÊNCIA: 01/01/2018 ATÉ 28/02/2018.  
DATA DE ASSINATURA: 29/12/2017.

### PR 008/2018

Publicação Nº 1486712

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2018

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 25/01/2018, às 16:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0008/2018, na modalidade Pregão Presencial N. 0008/2018, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preços, com execução parcelada. Objeto: A presente licitação sob o sistema de registro de preços, COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em computadores, servidores de rede, impressoras multifuncionais a laser e jato de tinta, projetores de imagens (data show) notebooks, roteadores, modems, switche, monitores de LCD, LED e Tubos de Raios Catódicos, cabeamento e pontos de redes, estabilizadores, nobreaks e relógios pontos, com fornecimento das peças necessárias às referidas manutenções, mediante chamado da Administração Municipal, conforme descritos no anexo I do edital, para o exercício de 2018. Obtenção do edital: [licitacao2@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacao2@ouro.sc.gov.br); [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 09/01/2018. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

### PR 07/2018

Publicação Nº 1486710

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0007/2018

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 25/01/2018, às 13:45 hs, o Processo Licitatório nº. 0007/2018, na modalidade Pregão Presencial N. 0007/2018, tipo menor preço por item, sob regime de registro de preços, com entrega parcelada. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de produtos destinados à alimentação escolar das escolas de ensino fundamental e pré-escola da rede municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil, para o exercício de 2018. Obtenção do edital: [licitacao2@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacao2@ouro.sc.gov.br); [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 09/01/2018. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

# Paial

## PREFEITURA

### 8º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE Nº16/2015

Publicação Nº 1486772

Aditivo Nº ..... : 8AD 16/2015 - Contrato Nº: 16/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE PAIAL

Contratada...: CONXAP CONSTRUTORA LTDA EPP

Valor Aditado... : R\$ 22.749,02 (vinte e dois mil setecentos e quarenta e nove reais com dois centavos)

Vigência ..... : Término: 10/05/2018

Licitação ..... : Processo Licitatório nº 058/2014, Tomada de Preços nº 008/2014

Objeto ..... : Aditivo de valor para reequilíbrio econômico e prestação do serviço no ano de 2018, fundamentação legal prevista art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no Edital de Licitação.

NEVIO ANTONIO MORTARI- PREFEITO MUNICIPAL

# Palhoça

## PREFEITURA

### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO, SELEÇÃO E JULGAMENTO DO MARCO REGULATÓRIO DO DIA 10 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1487731

Ata da Reunião da Comissão de Credenciamento, Seleção e Julgamento do Marco Regulatório.

No dia dez de Janeiro de dois mil e dezoito às quatorze horas a Presidente da Comissão avisou aos representantes legais para se apresentarem para darmos início ao credenciamento. As 14:00 horas a Presidente deu início ao credenciamento. Iniciou-se então a assinatura dos envelopes lacrados, por todos os responsáveis legais de todas as entidades, atestando assim o lacre dos mesmos. Após a constatação e assinatura começou a referida seleção e julgamento dos documentos. A primeira entidade avaliada foi a Conselho Comunitário dos Pachecos, constatou-se a presença de todos os documentos constante no Edital tornando-a assim habilitada. Em seguida iniciou-se a análise da documentação da entidade do Conselho Comunitário do Furadinho estando esta com presença de todos os documentos constante no Edital estando também habilitada. A terceira entidade Associação Esportiva Recreativa Cultural Beneficente Social e Educacional Doce Mar apresentou todos os documentos de acordo com Edital tornando-se habilitada. A quarta entidade Conselho Comunitário Alto Aririú verificou-se que a Certidão de Débito Federal, Certidão de Débitos Municipal, Atestado fornecido pela Secretaria de Educação Municipal e Alvará de Funcionamento não constavam do rol de documentos exigidos no Edital de Credenciamento. Portanto a comissão abriu prazo de 02 (dois) dias para a regularização dos documentos. Sendo assim 03 (três) das 04 (quatro) entidades se credenciaram no dia de hoje. As 15 horas e 29 minutos no Auditório da Prefeitura Municipal de Palhoça encerrou o credenciamento das entidades referente ao Marco Regulatório.

Palhoça, 10 de Janeiro de 2018.

Comissão

Maísa Cristina Pierri  
Presidente

### DISPENSA Nº 001/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

Publicação Nº 1487756

Dispensa nº 001/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIÚ, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei

Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

### DISPENSA Nº 002/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

Publicação Nº 1487758

Dispensa nº 002/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

### DISPENSA Nº 003/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

Publicação Nº 1487759

Dispensa nº 003/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARÚ, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>.

pagina/valor/104. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

### **DISPENSA Nº 004/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

Publicação Nº 1487760

Dispensa nº 004/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AEBAS, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

### **DISPENSA Nº 005/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

Publicação Nº 1487761

Dispensa nº 005/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIÚ DA FORMIGA, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

### **DISPENSA Nº 006/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

Publicação Nº 1487762

Dispensa nº 006/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

### **DISPENSA Nº 007/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

Publicação Nº 1487763

Dispensa nº 007/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM - CCPI, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.

Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação



**DISPENSA Nº 008/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

Publicação Nº 1487764

Dispensa nº 008/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade CONSELHO COMUNITÁRIO DO SÃO SEBASTIÃO, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.  
Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

**DISPENSA Nº 009/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

Publicação Nº 1487765

Dispensa nº 009/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade CONSELHO COMUNITÁRIO PADRE RÉUS, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.  
Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

**DISPENSA Nº 010/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

Publicação Nº 1487766

Dispensa nº 010/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi

autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade ASSOCIAÇÃO JOÃO PAULO II, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.  
Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

**DISPENSA Nº 011/2018 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA**

Publicação Nº 1487767

Dispensa nº 011/2018 de Chamamento Público para Celebração de Parceria

O Município de Palhoça/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o art. 30, VI, da Lei nº 13.019/2014 e Parágrafo Único, inciso IV do artigo 32 do Decreto Municipal nº 2.282, de 01 de novembro de 2017, informa que foi autorizada a dispensa de chamamento público para formalização de parceria mediante termo de colaboração, a ser celebrada com a entidade CONSELHO COMUNITÁRIO SANTA CLARA, de modo que se torna público a justificativa da dispensa que está disponível na Secretaria Municipal de Educação e no link: <https://palhoca.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/104>. Nos termos do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventuais impugnações ao presente, que deverão ser efetuadas diretamente na Diretoria Executiva de Controle Interno, situada à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, 1º andar, Pagani, Palhoça/SC, e posteriormente serão enviadas à Secretaria Municipal de Educação.

Palhoça/SC, 10 de janeiro de 2018.  
Shirley Nobre Scharf  
Secretária Municipal de Educação

**ERRATA DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 262/2017**

Publicação Nº 1486877

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do dia 22/12/2017, edição n.º 2414, pág. 1336, onde se lê: "PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 037/2016", Leia-se: "PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N.º 41/2016".

**RESULTADO DO PG 151-2017**

Publicação Nº 1487735

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 151/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de pneus para veículos e máquinas pertencentes à Secretaria de Serviços Públicos e SAMAE de Palhoça SC, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações que é parte integrante do edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

RODA BRASIL COM. DE PEÇAS ficou classificada em 1º lugar nos itens 6 e 7 totalizando R\$ 146.754,00 (cento e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais).

TRANSP. E COM. PNEUS OENNING LTDA ficou classificada em 1º

lugar nos itens 3,8,12 e13 totalizando R\$ 43.222,50 (quarenta e três mil duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

CV TYRES EIRELI - ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 1, 2, 4, 5, 9, 10 e 14 totalizando R\$ 68.960,00( sessenta e oito mil novecentos e sessenta reais).

SOMA COMERCIO - ME ficou classificada em 1º lugar no item 11 totalizando R\$ 1.710,00 (mil setecentos e dez reais).

Palhoça, 10 de janeiro de 2018.

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017

Publicação Nº 1487768

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impenetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA			CNPJ: 94.894.169/0001-86		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alivium 100mg/ml 20ml.					
8	60,00	CX	MANTECORP/HYPER-MARCAS	R\$9,0000	R\$540,0000
Especificação: Arpadol 400mg, cx com 30 comp. Revestido.					
13	40,00	CX	APSEN	R\$43,9000	R\$1.756,0000
Especificação: Atensina 0,150 mg.					
14	1800,00	COMP	BOEHRINGER	R\$0,2760	R\$496,8000
Especificação: Cloridrato de bupropiona 150 mg, caixa com 60 comp.					
19	70,00	CX	EMS	R\$45,0000	R\$3.150,0000
Especificação: Cloridrato de Fexofenadina 180 mg, caixa com 10 comp.					
32	50,00	CX	UNICHEN - C/10	R\$13,9000	R\$695,0000
Especificação: Cymbalta 60 mg, caixa com 28 comp.					
38	35,00	CX	ELILILLY	R\$150,6000	R\$5.271,0000
Especificação: Indapamida 1,5mg,comp. Liberação prolongada, cx com 30 comp.					
69	24,00	CX	PHARLAB	R\$9,3000	R\$223,2000
Especificação: Isossorbida, dinitrato 5mg sublingua.					
75	100000,00	COMP	EMS	R\$0,3050	R\$30.500,0000
Especificação: Levonorgestrel 0,75mg, caixa com 2comprimidos					
81	2000,00	CX	EUROFARMA	R\$3,3900	R\$6.780,0000
Especificação: Micofenolato de Mofetila 500mg, caixa com 50 comp.					

90	90,00	CX	ACCORD	R\$337,3400	R\$30.360,6000
Especificação: Pregabalina 150mg c/28 comp.					
107	25,00	CX	MERCK	R\$54,7000	R\$1.367,5000
Especificação: Tadalafila 20mg					
123	200,00	COMP	HYPERMARCAS - BRAINF	R\$7,0000	R\$1.400,0000
Especificação: Trazodona 150mg cx com 30cp de liberação prolongada.					
125	24,00	CX	APSEN C/20	R\$47,6100	R\$1.142,6400
Especificação: Trazodona 50mg cx com 60 comp.					
126	20,00	CX	APSEN	R\$47,6100	R\$952,2000
Valor Total		(oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos)			R\$84.634,94

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017**

Publicação Nº 1487769

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA			CNPJ: 02.520.829/0001-40		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alendronato de sódio 70 mg,					
7	30000,00	COMP	ELOFAR	R\$0,2540	R\$7.620,0000
Especificação: Cetoconazol xampu 20mg/g frasco 100ml					
27	5000,00	FRS	NATIVITA	R\$3,9600	R\$19.800,0000
Especificação: Dipirona 500 mg/ml solução injetável ampola 2ml.					
44	15000,00	AMP	SANTISA	R\$0,3200	R\$4.800,0000
Especificação: Losartana potássica 50mg					
85	2300000,00	COMP	PRATI	R\$0,0340	R\$78.200,0000
Especificação: Nortriptilina 25mg					
101	300000,00	COMP	RANBAXY	R\$0,2800	R\$84.000,0000
Especificação: Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses					
115	50000,00	FRS	GLENMARCK	R\$6,2000	R\$310.000,0000
Valor Total		(quinhentos e quatro mil e quatrocentos e vinte reais)			R\$504.420,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017**

Publicação Nº 1487770

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		CNPJ: 05.782.733/0001-49			
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amoxilina+Ácido clavulâmico 500/125 mg					
11	200000,00	COMP	GLAXO	R\$0,5300	R\$106.000,0000
Especificação: Galvus met 50/1000mg, caixa com 56 comp.					
58	120,00	CX	GALVUS MET/NOVAR-TIS	R\$133,2300	R\$15.987,6000
Especificação: Seretide diskus 50+250 mcg, frs. c/ 60 doses					
117	50,00	FRS	GLAXO	R\$76,1000	R\$3.805,0000
Valor Total		(cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos)			R\$125.792,60

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017**

Publicação Nº 1487771

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICAS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEÚTICAS LTDA.		CNPJ: 44.734.671/0001-51			
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acetato de retinol 10.000 UI/g +aminoácidos 25 mg/g+metionina 5 mg/g +cloranfenicol 5 mg/g, pomada oftálmica estéril, bisnaga 3,5gramas.					
1	100,00	BN	CRISTÁLIA	R\$6,4500	R\$645,0000
Especificação: Cetamina cloridrato, 50mg/mL- solução injetável ampolas 2mL.					
26	500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$11,8400	R\$5.920,0000
Especificação: Clonazepan 2,5mg frasco 20ml					
31	100,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$5,9000	R\$590,0000
Especificação: Etomidato, 2mg/mL, solução injetável, ampola 10mL					
54	300,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$7,1500	R\$2.145,0000
Especificação: Fibrase pomada 10g					
55	100,00	TB	CRISTÁLIA	R\$15,5600	R\$1.556,0000
Especificação: Haloperidol 5mg					
64	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,0699	R\$13.980,0000
Especificação: Hidralazina 20mg c/1ml					
65	2000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$4,1300	R\$8.260,0000
Especificação: Vitamina K 10mg/ml, ampolas de 1 ml					
135	200,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$0,9400	R\$188,0000
Valor Total		(trinta e três mil e duzentos e oitenta e quatro reais)			R\$33.284,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017**

Publicação Nº 1487772

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº20/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.  
DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.			CNPJ: 04.071.245/0001-60		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Escitalopram 20mg/ml frasco 15ml					
51	50,00	FRS	EUROFARMA CARTU-CHO C/ 1 FRASCO 15ML	R\$42,0000	R\$2.100,0000
Valor Total		(dois mil e cem reais)			R\$2.100,00

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017

Publicação Nº 1487774

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA			CNPJ: 81.706.251/0001-98		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido Fólico 5mg					
2	500000,00	COMP	NATULAB	R\$0,0399	R\$19.950,0000
Especificação: Cinarizina 75mg					
28	100000,00	COMP	HYPERMARCAS	R\$0,1060	R\$10.600,0000
Especificação: Diosmina 450 + hesperidina 50mg, caixa com 30 comprimido.					
43	60,00	CX	HYPERMARCAS	R\$10,8000	R\$648,0000
Especificação: Glicose 25% 10ml					
61	2000,00	AMP	FARMACE	R\$0,2100	R\$420,0000
Especificação: Glicose 50%, ampolas de 10ml.					
62	2000,00	AMP	FARMACE	R\$0,2160	R\$432,0000
Especificação: Glimepirida 2 mg, caixa com 30 comp.					
63	30,00	CX	HYPERMARCAS	R\$9,4500	R\$283,5000
Especificação: Lactulose 120ml					
77	120,00	FRS	NATULAB	R\$6,9400	R\$832,8000
Especificação: Metformina 850mg					
88	1600000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,0459	R\$73.440,0000
Especificação: Metronidazol 250mg					
89	150000,00	COMP	HYPERMARCAS	R\$0,0990	R\$14.850,0000
Especificação: Nifedipino 10mg					
100	200000,00	COMP	HYPERMARCAS	R\$0,0273	R\$5.460,0000
Especificação: Sulfadiazina 500mg					
122	10000,00	COMP	SOBRAL	R\$0,1530	R\$1.530,0000



Especificação: Vitamina B1 300 mg

133	20000,00	COMP	NATULAB	R\$0,1240	R\$2.480,0000
-----	----------	------	---------	-----------	---------------

Especificação: Vitamina C 1000mg c/10cp efervescentes

134	80,00	CX	VITAMED	R\$4,9000	R\$392,0000
-----	-------	----	---------	-----------	-------------

Valor Total	(cento e trinta e um mil, trezentos e dezoito reais e trinta centavos)			R\$131.318,30	
-------------	--	--	--	---------------	--

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017**

Publicação Nº 1487775

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 09.944.371/0001-04	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Água destilada 10 ml injetável					
6	24000,00	AMP	EQUIPLEX	R\$0,1230	R\$2.952,0000
Especificação: Cloridato de Ondansetrona 2 mg, injetável, amp. c/ 2 ml					
33	10000,00	AMP	HALEX	R\$0,5900	R\$5.900,0000
Especificação: Mononitrato de isossorbida 10mg/ml, ampolas de 1 ml					
99	1000,00	AMP	BIOLAB	R\$1,9200	R\$1.920,0000
Especificação: Succinil colin 100mg injetável					
121	200,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$8,9400	R\$1.788,0000
Valor Total		(doze mil e quinhentos e sessenta reais)			R\$12.560,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017**

Publicação Nº 1487776

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 03.652.030/0001-70	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Medroxiprogesterona, acetato 10 mg					
87	2000,00	COMP	EMS	R\$0,9700	R\$1.940,0000
Especificação: Permetrina 50 mg (5%) loção, frasco com 60 ml.					
104	15000,00	TB	IFAL	R\$2,1500	R\$32.250,0000
Especificação: Pregabalina 75mg c/28 comp.					
108	80,00	CX	MEDLEY	R\$30,6000	R\$2.448,0000

Valor Total	(trinta e seis mil e seiscentos e trinta e oito reais)	R\$36.638,00
-------------	--	--------------

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017**

Publicação Nº 1487777

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA					CNPJ: 05.531.725/0001-20
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amoxicilina 500mg					
10	320000,00	COMP	PRATI-DONADUZZI	R\$0,1350	R\$43.200,0000
Especificação: Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml sol inal. 20ml					
17	1000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$0,6300	R\$630,0000
Especificação: Captopril 25 mg.					
21	2300000,00	COMP	SANVAL	R\$0,0120	R\$27.600,0000
Especificação: Complexo B injetável, ampolas de 2 ml					
35	2000,00	AMP	HYPOFARMA	R\$0,7140	R\$1.428,0000
Especificação: Digoxina elixir, frasco com 60 ml					
41	400,00	FRS	PRATI-DONADUZZI	R\$6,3000	R\$2.520,0000
Especificação: Isoflurano 100%, 100ml					
74	120,00	FRS	BIOCHIMICO	R\$31,9000	R\$3.828,0000
Especificação: Lidocaína 20mg + epinefrina 0,005mg ampola com 20ml					
82	10000,00	TB	HYPOFARMA	R\$3,1500	R\$31.500,0000
Especificação: Lidocaína geléia 20mg/g tubo 30g					
83	20000,00	TB	HIPOLABOR	R\$1,6000	R\$32.000,0000
Valor Total	(cento e quarenta e dois mil e setecentos e seis reais)				R\$142.706,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017**

Publicação Nº 1487779

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA					CNPJ: 67.729.178/0004-91
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acido fólico 15 mg					
3	5000,00	COMP	HIPOLABOR FOLINAC	R\$0,9000	R\$4.500,0000

Especificação: Amiodarona 200mg					
9	120000,00	COMP	GEOLAB AMIORON	R\$0,2550	R\$30.600,0000
Especificação: Ciprofloxacino 2mg/mL solução injetável, frasco 200mL.					
29	100,00	AMP	ISOFARMA CIPROBACTER	R\$33,5000	R\$3.350,0000
Especificação: Furosemida 40mg.					
57	900000,00	COMP	HIPOLABOR FUROSEMIDA	R\$0,0240	R\$21.600,0000
Especificação: Gliconato de cálcio 100mg/ml, frascos de 10 ml, injetável					
59	500,00	FRS	HALEX ISTAR GLICONATO DE CALCIO	R\$1,8000	R\$900,0000
Especificação: Hidralazina 50 mg					
66	10000,00	COMP	NOVARTIS APRESOLINA	R\$0,3900	R\$3.900,0000
Especificação: Ibuprofeno 300 mg					
68	6000000,00	COMP	MULTILAB BUPROVIL	R\$0,0740	R\$444.000,0000
Especificação: Latanoprost + maleato de timolol 50mcg+5mg/ml oftal 2,5ml					
79	70,00	FRS	GEOLAB LATANOPROSTA	R\$19,0000	R\$1.330,0000
Especificação: Latanoprost 50mcg sol. Oftálmica 2,5ml					
80	40,00	FRS	GEOLAB LATANOPROSTA	R\$18,9000	R\$756,0000
Especificação: Manitol 20%, solução injetável, sistema fechado, bolsa com 250mL					
86	300,00	FRS	SANOBIOL SORO MANITOL 20%	R\$4,2500	R\$1.275,0000
Especificação: Miconazol 20mg/g creme vaginal, com 80gr e 10 aplicadores.					
91	50000,00	TB	PRATI-DONADUZZI MI-CONAZOL	R\$4,6000	R\$230.000,0000
Especificação: Miconazol creme dermatológico (20mg/g) tubo com 28g					
92	20000,00	TB	HIPOLABOR MICONAZOL	R\$1,1800	R\$23.600,0000
Especificação: Propofol 10mg/ml, frasco de 20 ml					
111	5000,00	FRS	CLARIS PROVIVE	R\$4,8900	R\$24.450,0000
Valor Total		(setecentos e noventa mil e duzentos e sessenta e um reais)			R\$790.261,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2017**

Publicação Nº 1487780

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD, HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 94.516.671/0002-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carbamazepina xarope 20mg/ml					



22	3000,00	FRS	UNIÃO QUIMICA GENERICO	R\$4,7600	R\$14.280,0000
Valor Total		(quatorze mil e duzentos e oitenta reais)			R\$14.280,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017**

Publicação Nº 1487781

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 09.192.829/0001-08	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carvedilol 25 mg					
23	6000,00	COMP	Karvil / TORRENT CAIXA COM 30 CPR	R\$0,1700	R\$1.020,0000
Especificação: Carvedilol 12,5mg.					
24	800000,00	COMP	Karvil / TORRENT CAIXA COM 30 CPR	R\$0,1100	R\$88.000,0000
Especificação: Lamotrigina 25mg					
78	2000,00	COMP	LAMITOR / TORRENT CAIXA COM 30 CPR	R\$0,1900	R\$380,0000
Especificação: Torval CR 500mg, caixa com 30 comp.					
124	60,00	CX	TORVAL CR/TORRENT CAIXA COM 30 CPR	R\$15,0000	R\$900,0000
Valor Total		(noventa mil e trezentos reais)			R\$90.300,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017**

Publicação Nº 1487782

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 12.889.035/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido valpróico 50 mg/ml, frasco com 100 ml					
5	8000,00	FRS	TEUTO TEUTO	R\$2,0830	R\$16.664,0000
Especificação: Betaistina 16 mg caixa com 30 comp.					
15	30,00	CX	EUROFARMA EUROFARMA	R\$6,3000	R\$189,0000
Especificação: Dexametasona, acetato 4mg + cianocobalamina 2,5mg + tiamina 50 mg + piridoxina 50 mg/ml c/3 ml					
39	3000,00	AMP	ATIVUS / ARESE DEXADOR	R\$7,3900	R\$22.170,0000

Especificação: Duloxetine 60mg cx com 30cp de liberação prolongada

46	70,00	CX	EMS/GERMED CYMBI	R\$89,1000	R\$6.237,0000
----	-------	----	------------------	------------	---------------

Especificação: PAROXETINA 20 MG, CX C/ 30 COMP.

103	60,00	CX	ZYDUS ZYDUS	R\$5,4000	R\$324,0000
-----	-------	----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Venalot, caixa com 30 comprimidos

130	160,00	CX	CIFARMA VARICOSS	R\$4,5000	R\$720,0000
-----	--------	----	------------------	-----------	-------------

Valor Total	(quarenta e seis mil e trezentos e quatro reais)			R\$46.304,00	
-------------	--	--	--	--------------	--

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017**

Publicação Nº 1487783

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº29/2017 – Pregão Presencial 07/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA e CEAP, bem como medicamentos de uso veterinário.

DATA: 06/04/2017 à 05/04/2018.

Nome da Empresa: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP	CNPJ: 23.240.000/0001-64
---	--------------------------

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Insulina Novorapid, caixa com 5 refis com 3mL penfill

73	20,00	CX	NOVO NORDISK NOVORAPID	R\$134,8200	R\$2.696,4000
----	-------	----	------------------------	-------------	---------------

Valor Total	(dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e quarenta centavos)			R\$2.696,40	
-------------	---	--	--	-------------	--

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 087/2017**

Publicação Nº 1487757

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 087/2017, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 019/2017 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica SC HOSPITALAR LTDA. OBJETO: – Fica prorrogado até 31/03/2018 o prazo contratual anunciado na Cláusula décima primeira do Contrato de Prestação de Serviços n.º 019/2017.

DATA: 21/12/2017.



# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 003/2018 NOMEIA COMISSÃO DE JULGAMENTO DE CADASTROS DE FORNECEDORES

Publicação Nº 1487833

Decreto 003/2018, de 03 de janeiro de 2018.

Nomeia Comissão de Julgamento de Cadastros de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Palma Sola e dá Outras Providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão de Julgamento de Cadastros dos Fornecedoros da Prefeitura do município de Palma Sola SC, para atuação durante o exercício de 2018, integrada pelos senhores abaixo nominados:

- Marínes Fátima Sansigolo
- Getúlio Cesar Kuhn
- Tiago Bianqueto

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,  
em 03 de janeiro de 2018.

Moacir Sansigolo  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento

### EDITAL 001/2018 PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1486538

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PALMA SOLA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

EDITAL 001/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PELO CIEE

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nas Leis Municipais nºs. 1205/98 e a Lei nº 909/91, torna público pelo Presente Edital, que encontram-se abertas as inscrições para o processo seletivo simplificado para contratação de estagiários a serem selecionados pelo CIEE de São Miguel do Oeste e admitidos para estagiar nas Secretarias Municipais da Prefeitura de Palma Sola, conforme necessidade e interesse desta, observada as normas e procedimentos deste edital.

#### I - DA INSCRIÇÃO

1 As inscrições dar-se-ão no período de 18 de Janeiro a 29 de Janeiro das 08hs 00min as 11hs30min e das 13hs30 min as 17hs00min na Secretaria Municipal de Educação e Esportes da Prefeitura Municipal de Palma Sola SC, na Rua Francisco Zanotto, 600, centro.

#### II- DA CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

1.1 A carga horaria a que se refere o programa de estágio é de 20 horas semanais para estudantes de nível médio, e de até 30 horas semanais para estudantes de ensino técnico e superior.

1.2 A remuneração está estabelecida de acordo com a carga horaria e o nível de escolaridade.

Curso	Carga horaria	Valor Bolsa Auxilio
Ensino Técnico	10 horas semanais	R\$ 200,00
Ensino Técnico	20 horas semanais	R\$ 400,00
Ensino Técnico	30 horas semanais	R\$ 600,00
Ensino Superior	10 horas semanais	R\$ 300,00
Ensino Superior	20 horas semanais	R\$ 600,00
Ensino Superior	30 horas semanais	R\$ 800,00

**III – DOS REQUISITOS**

2.1 O estagiário deverá ter 16 anos completos no dia da inscrição.

2.2 Estar cursando o ensino médio em nível técnico especificamente na área de magistério e agropecuária; curso superior em pedagogia e licenciatura nas áreas de biologia, Português e Inglês; Administração, Direito; Técnico Jurídico e Engenharia Civil.

**IV - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

- Cópia do RG e CPF.

- Atestado de frequência/Matricula escolar.

- Cópia do histórico escolar do curso que está frequentando ou Boletim Escolar de 2017/2018.

- Cópia do comprovante de residência no município de Palma Sola.

**V- DA SELEÇÃO**

A seleção do candidato levará em conta:

5.1 A Análise e conferência dos documentos exigidos; A média das notas do curso que está sendo frequentado pelo candidato, acrescido em um décimo (0,10) por semestre. Nos casos de estudante de ensino médio de nível técnico, será considerada a média geral do ano de 2017 ou 2018.

5.2 Em caso de empate terá preferência o candidato de maior carga horaria de curso concluída.

**VI – DO PERÍODO DE ESTÁGIO**

6.1 O período de estágio de que trata este edital será por um ano, podendo ser prorrogado por igual período. Este ainda pode ser rescindido a qualquer momento pela administração de acordo com conveniência ou inadaptação dos selecionados as atividades desenvolvidas.

**VII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

7.1 - Para inscrever-se, o candidato terá ficha em modelo próprio, a disposição no local de inscrição, a qual deverá ser anexada cópia dos documentos indicados neste edital.

7.2 - Realizada a inscrição, o candidato será classificado ou desclassificado pelo CIEE que fornecerá a listagem para a Secretaria Municipal de Educação, e esta, publicará no site da Prefeitura Municipal de Palma Sola.

7.3 - A convocação será conforme o quadro de vagas existentes que será previamente publicado no site da Prefeitura de Palma Sola

7.4 - A seleção de que trata este edital terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

7.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo CIEE.

7.6 - Esse edital entra em vigor na data da sua divulgação.

Palma Sola SC, 09 de janeiro de 2018.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento

**PORTARIA 003/2018 NOMEIA LEILOEIRO E PREGOEIRO**

Publicação Nº 1487010

Portaria 003/2018, de 03 de janeiro de 2018.

Nomeia Leiloeiro e Pregoeiro Titular e dá outras providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, mais o que dispõe o item IV, Artigo 33º, da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e ainda o estatuído no § único, inciso II do artigo 7º, anexo I, do Decreto 026/2002, de 05 de setembro de 2002,  
Resolve:

Art. 1º. Nomear como Leiloeira e Pregoeira Titular, a Srta. Marínes Fátima Sansigolo, Técnica em Compras, Nível ATNS 1A, portadora do CPF 617.978.129-04 e RG 13/R-1. 949.577, e como Leiloeiro e Pregoeiro Suplente, o Senhor Tiago Bianqueto, Secretário de Administração, portador do CPF 043.443.289-06 e RG 2.949.359 – SSP SC, para que procedam os trâmites dos leilões e pregões da Administração do Município de Palma Sola, a partir desta data.

Art. 2º. Nomear, para compor a equipe de apoio e para atuar nos processos de licitação na modalidade pregão, nos termos da Lei Federal 10.520/2002, os seguintes servidores:

- Tiago Bianqueto.
- Marcos Alberto Vívian.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de janeiro de 2018.

Moacir Sansígolo

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Elizete Terezinha Vissoto

Secretaria de Planejamento.

## **PORTARIA 004/2018 NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

Publicação Nº 1487013

Portaria 004/2018, de 03 de janeiro de 2018.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações e dá outras Providências.

Moacir Sansígolo, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os incisos V e XXV, do Art. 73, da Lei orgânica do Município, combinado com o § 4º, do artigo 51, da Lei 8.666, de 21/06/1993, Resolve:

Art. 1º. Nomear os seguintes membros, para, sob a Presidência do primeiro nominado e no impedimento deste, pelo segundo relacionado, constituírem a Comissão Permanente de Licitações, responsável pela análise, julgamento e avaliação de todos os Processos Licitatórios e em todas as suas Modalidades, da Prefeitura Municipal de Palma Sola SC, durante o exercício de 2018, sendo eles:

- Marines Fátima Sansígolo;

- Tiago Bianqueto;

- Marcos Alberto Vívian.

Parágrafo Único – A Comissão tomará suas decisões por voto da maioria.

Art. 2º - Os trabalhos dos membros da Comissão de licitação terão caráter de relevância.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 072/2017, de 03 de Outubro de 2017.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de janeiro de 2018.

Moacir Sansígolo

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Elizete Terezinha Vissoto

Secretaria de Planejamento.

## **TERMO ADITIVO Nº. 02 - AO CONTRATO Nº. 076/2017 - NIEDERMAIER E DAHMER LTDA**

Publicação Nº 1486741

SEGUNDO (2º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 076/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 076/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA NIEDERMAIER E DAHMER LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Cleomar José Mantelli, portador do CPF Nº. 760.741.889-04 e de outro lado a empresa Niedermaier e Dahmer LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 26.124.381/0001-04, com sede na Av. Crestani, 1103, centro, na cidade de Palma Sola – SC, neste ato representado pelo Sr. Darley Evandro Dahmer, residente e domiciliado em Palma Sola, SC, inscrita no CPF sob N.º 062.406.329-10, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 076/2017, para fazer constar as seguintes alterações:

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

Cláusula Primeira: Os preços constantes na Cláusula Sexta do Contrato nº. 076/2017, item de nº. 02 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 12/2017, na modalidade Pregão Presencial de nº. 06/2017 passa ser o seguinte e a partir de 09/01/2018:

- Item nº. 02 – Gasolina Comum - R\$: 4,249 (quatro reais e duzentos e quarenta e nove centavos), por litro.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 09 de janeiro de 2018.

-----  
Moacir Sansigolo  
Prefeito Municipal em Exercício  
Contratante

-----  
Niedermaier e Dahmer LTDA  
CNPJ: 26.124.381/0001-04  
Darley Evandro Dahmer  
CPF: 062.406.329-10  
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Ana Caroline Pies NOME: Elaine Staudt  
CPF:024.607.219-94 CPF: 053.954.509-04

# Palmitos

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS FUNDOS 1 2018

Publicação Nº 1487389

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Contrato Administrativo: nº 01/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOTERAPIA PARA ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO PROGRAMA NOVOS CAMINHOS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL DOS AUTOS 0000109-13.2012.8.24.0046 E 0000956-49.2011.8.24.0046. Contratada: CLAUADIA RESENER Vigência: 31/03/2018. Valor Total R\$: R\$ 1.140,00. Palmitos 02/01/2018. Leda Maria Matte Perin – Gestora do Fundo.

### EXTRATO CONTRATOS PREFEITURA 1 2018

Publicação Nº 1487387

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 001/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADA, COMPREENDENDO SISTEMAS DE: CADASTRO DE UNIDADES ESCOLAR; MATRIZ CURRICULAR; FÓRMULAS DE AVALIAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR; ENSINO INFANTIL; ENSINO REGULAR, BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DESCRIÇÕES DEFINIDAS NOS SEUS ANEXOS. Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA. Vigência: 31/12/2018. Valor: R\$ 6.504,00. Palmitos 02/01/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 002/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS NOVOS (DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LIQUIDO). Contratada: AÇOMAG INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME. Vigência: 31/12/2018. Valor: R\$ 36.500,00. Palmitos 02/01/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 003/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS NOVOS (DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LIQUIDO). Contratada: MAQUINAS DONINI LTDA EPP. Vigência: 31/12/2018. Valor: R\$ 33.300,00. Palmitos 02/01/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 004/2018. Objeto: LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL COM FUNÇÃO DE COPIADORA, IMPRESSORA E SCANNER, COM MANUTENÇÃO E FORNECIMENTOS DE INSUMOS (CONSUMÍVEIS). Contratada: MAAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA. Vigência: 31/12/2018. Valor: R\$ 57.330,00. Palmitos 02/01/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 005/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA, NOVO. Contratada: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. Vigência: 03/07/2018. Valor: R\$ 548.500,00. Palmitos 04/01/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

#### PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 006/2018. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSELHO TUTELAR. Contratada: VANDERLEI TRINDADE DOS SANTOS. Vigência: 01/01/2019. Valor: R\$ 7.200,00. Palmitos 05/01/2018. Dair Jocely Enge – Prefeito.

### PROCESSO 09/2018

Publicação Nº 1487566

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

#### pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 09/2018. Modalidade: Pregão Presencial 05/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA ESPECIALIZADA VINCULADA DIRETA OU INDIRETAMENTE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO VISANDO O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS E TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO. Data da entrega dos envelopes: 24/01/2018 até as 08:30 horas. Data da abertura: 24/01/2018 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 10 de Janeiro de 2018. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

# Paraíso

## CÂMARA MUNICIPAL

**002/2018**

Publicação Nº 1486883

Portaria nº 002/2018

Dispõe sobre a nomeação de pessoal para cargo em provimento efetivo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONINHO LEÃO, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Parlamentar nº 008/2008, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2017, com a classificação final homologada pelo Edital nº 01/2017, de 20 de outubro de 2017, RESOLVE:

**NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO**

Art. 1º LENIR OBERGER, Brasileira, união estável, nascida em 27 de novembro de 1982, inscrita no CPF sob nº 047.759.859-57, residente e domiciliada na Linha Nereu Ramos, Município de São Miguel do Oeste -SC, em conformidade com a Lei Complementar nº 008/2008, para exercer o cargo em provimento efetivo de "Auxiliar de Serviços Gerais – Serviços Auxiliares (Zeladora/Copeira)", Classe A, Grupo III – SAU – I, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social – GRPS, do Quadro de Pessoal da Administração da Administração Direta da Câmara Municipal de Vereadores de Paraíso, e seus efeitos a contar a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão à conta do orçamento próprio da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se registre-se e cumpra-se.

Câmara de Vereadores de Paraíso - SC, em 10 de janeiro de 2018.

**ANTONINHO LEÃO**

Presidente da Câmara de Vereadores de Paraíso – SC

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso - SC, em 10 de janeiro de 2018.

## ATA DE ELEIÇÃO E POSSE Nº 001/2018

Publicação Nº 1486536

Ata nº 001/2018 de Eleição e Posse

Às (19:00hrs) dezoito horas do dia vinte de dezembro de dois mil e dezessete, tendo como local o Salão Nobre vereador Pedro Lermen da Câmara Municipal de Paraíso-SC, estabelecida na Rua Alcides Zanin nº 603, sob a Presidência do vereador Fabricio Garlet, reuniram-se a Edilidade, sendo eles: Antoninho Leão, Fabricio Garlet, Flavio Irthon Lamb, Joel Antonio Gehlen, Marcos Luiz Penz, Gilberto Belegante, Ruben Paulo Giacomini, Silene Maria Berwanger Líbero e Valdecir Silveira Menegais, para entre si, elegerem os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Paraíso para o ano de 2018. Após votação secreta e por chamada em ordem alfabética, proferiram seus votos, sendo verificado o seguinte resultado e composição da Mesa Diretora para o período de 01(primeiro) de janeiro à 31 (trinta e um) de dezembro de 2018 (dois mil e dezoito):

Presidente: Antoninho Leão

Vice-Presidente: Marcos Luiz Penz

1º Secretário: Fabricio Garlet

2º Secretário: Joel Antônio Gehlen

O resultado da escrutinação apurou cinco votos para presidente ao Antoninho Leão, e cinco votos ao vereador Marcos Luiz Penz para o cargo de vice presidente, do legislativo para o ano de 2018(dois mil e dezoito) foi eleito o vereador, sendo que para Presidente houve quatro votos para o vereador Valdecir Silveira Menegais, e para vice presidente houve quatro votos para o vereador Gilberto Belegante. Para primeiro secretário da Mesa Diretora foi eleito o vereador Fabricio Garlet com cinco votos, sendo que o vereador Flavio Irthon Lamb obteve quatro votos. Foi eleito para o cargo de segundo secretário o vereador: Joel Antônio Gehlen que obteve cinco votos, registrou-se quatro votos para o vereador Ruben Paulo Giacomini. O presidente anunciou a composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o ano de 2018 (dois mil e dezoito) e passou a palavra ao vereador Antoninho Leão, o qual agradeceu em primeiro lugar a Deus em seguida a sua família que sempre esteve junto apoiando, agradeceu aos colegas que confiaram o voto, falou que vai trabalhar para o fortalecimento do Município ajudando a provar a todos os projetos que venham para o bem do povo. Desejou a todos um feliz natal e um abençoado ano novo. Nada mais havendo a tratar, foi determinado a lavratura ata, que após lida e aprovada segue assinada pelos presentes. Fabricio Garlet, Antoninho Leão, Valdecir Silveira Menegais, Marcos Luiz Penz, Silene Maria Berwanger Líbero, Gilberto Belegante, Ruben Paulo Giacomini, Flávio Irthon Lamb, Joel Antônio Gehlen, Diana kunrath, Cristina Gazzi.



**OFICIO 001/2018**

Publicação Nº 1486539

Ofício nº 124/2017.

Paraíso SC, 22 de dezembro de 2017.

Prezado Senhor (a)  
Gerente de Atendimento  
Banco Brasil S/A  
Rua XV de Novembro  
São Miguel Do Oeste - SC

Saudando-o cordialmente, vimos pelo presente, remeter em anexo, a documentação do Vereador e Presidente Sr. Antoninho Leão, inscrito no CPF sob nº 526189609-63, e do Vereador e Tesoureiro Sr. Fabrício Garlet, inscrito no CPF sob nº 017.634.259-16. Sendo que estes assinam e movimentam em conjunto a conta da Câmara Municipal de Paraíso – SC, a partir de 01/01/2018.

Agencia 0599-1 Conta 360710-0

009 EMITIR CHEQUES  
010 ABRIR CONTAS DE DEPOSITO  
011 AUTORIZAR COBRANÇA  
018 UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES  
020 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO  
026 SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS E COMPROVANTES  
027 REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES  
031 AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES  
036 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS  
038 ENDOSSAR CHEQUE  
047 REQUISITAR CARTAO ELETRONICO  
048 MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTAO ELETRONICO  
093 EFETUAR TRANSFERENCIAS/PAGAMENTOS, EXCETO POR MEIO ELETRONICO  
094 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES  
095 CANCELAR CHEQUES  
096 BAIXAR CHEQUES  
098 EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS  
099 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS  
100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE  
102 EFETUAR SAQUES - POUPANCA  
104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO  
105 EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO  
117 EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG  
118 CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG  
119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP  
123 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTOS E OP. CREDITO  
124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS  
125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO  
126 EMITIR COMPROVANTES  
128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO  
137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA  
150 EFETUAR PAGAMENTOS PELO GERENCIADOR FINANCEIRO

Sendo o que tínhamos para o momento, e no aguardo do pronto deferimento, renovamos votos de alta estima e apreço.

Atenciosamente,

Antoninho Leão  
Presidente da Câmara Municipal.  
CPF 019.655.199-46

Fabrício Garlet  
1º Secretário (Tesoureiro)  
CPF 017.634259-16

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei.  
Servidora Responsável Diana Kunrath- MAT 52

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 001/2018 FMS

Publicação Nº 1487025

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2018/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Contratado: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.

Valor Global: R\$ 75.780,00 (setenta e cinco mil setecentos e oitenta reais).

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação: Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017/FMS

Dotações: 2.031.3390.00 - 696 - 17/2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA 2.031.3390.00 - 101 - 16/2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10), PARA ATENDER OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S). PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Passo de Torres – SC, 2 de Janeiro de 2018.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO Nº 159/2017

Publicação Nº 1487077

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratada: ALBINO & CIA LTDA

Valor Global: R\$ 182.890,00 (cento e oitenta e dois mil oitocentos e noventa reais).

Vigência: Início: 22/12/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

Dotação: 2.048.3390.00 - 95 - 148/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS 2.048.3390.00 - 100 - 149/2017 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, TRANSPORTE, RECONFORMAÇÃO E ESPALHAMENTO DE MATERIAL BRITADO E MACADAME PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS MUNICIPAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS EM ANEXO AO EDITAL, OBEDECENDO AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2018

Publicação Nº 1487024

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2018**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratada: ANA PAULA CARDOSO KJILLIM - ME

Valor Global: R\$ 286.464,00 (duzentos e oitenta e seis mil quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

Dotação: 2.011.3390.00 - 122 - 48/2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.011.3390.00 - 58 - 46/2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.011.3390.00 - 695 - 49/2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.048.3390.00 - 100 - 131/2018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS 2.010.3390.00 - 695 - 41/2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.034.3390.00 - 100 - 94/2018 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA 2.011.3390.00 - 61 - 47/2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.004.3390.00 - 100 - 18/2018 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2.020.3390.00 - 100 - 79/2018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES 2.050.3390.00 - 144 - 163/2018 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA OPER. DE SERV. PÚBLIC 2.003.3390.00 - 100 - 6/2018 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO 2.010.3390.00 - 58 - 35/2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.017.3390.00 - 695 - 51/2018 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10), PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S). PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Passo de Torres – SC, 2 de Janeiro de 2018.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018**

Publicação Nº 1487026

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratada: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.

Valor Global: R\$ 211.480,00 (duzentos e onze mil quatrocentos e oitenta reais).

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

Dotação: 2.011.3390.00 - 122 - 48/2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.011.3390.00 - 58 - 46/2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.011.3390.00 - 695 - 49/2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.048.3390.00 - 100 - 131/2018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS 2.010.3390.00 - 695 - 41/2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.034.3390.00 - 100 - 94/2018 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA 2.011.3390.00 - 61 - 47/2018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 2.004.3390.00 - 100 - 18/2018 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2.020.3390.00 - 100 - 79/2018 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES 2.050.3390.00 - 144 - 163/2018 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA OPER. DE SERV. PÚBLIC 2.003.3390.00 - 100 - 6/2018 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO 2.010.3390.00 - 58 - 35/2018 - MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR 2.017.3390.00 - 695 - 51/2018 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10), PARA ATENDER OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S). PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Passo de Torres – SC, 2 de Janeiro de 2018.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018 FMS**

Publicação Nº 1487027

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018/FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Contratado: ANA PAULA CARDOSO KJILLIM - ME

Valor Global: R\$ 80.490,00 (oitenta mil quatrocentos e noventa reais).

Vigência: Início: 02/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação: Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017

Dotações: 2.031.3390.00 - 696 - 17/2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA 2.031.3390.00 - 101 - 16/2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10), PARA ATENDER OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S). PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Passo de Torres – SC, 2 de Janeiro de 2018.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO PUBLICAÇÃO - DL 002/2018/FMS**

Publicação Nº 1486984

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº. 004/2018/FMS

Modalidade – Dispensa de Licitação nº. 002/2018/FMS

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E EXAMES COMPLEMENTARES PRESTADOS ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC, PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO LOCAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, CONFORME RELATÓRIO EM ANEXO.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE –AMESC.

VIGÊNCIA: 03/01/2018 a 31/12/2018

VALOR DO OBJETO: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a Dispensa de Licitação para os serviços acima citados, considerando-se a necessidade de não interromper o atendimento básico de saúde à população, e por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC uma entidade sem fins lucrativos e que pratica preços notoriamente abaixo do preço de mercado.

Passo de Torres - SC, em 03 de Janeiro de 2018.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

**EXTRATO PUBLICAÇÃO DL 001/2018/FMS**

Publicação Nº 1486983

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº. 003/2018/FMS

Modalidade – Dispensa de Licitação nº. 001/2018/FMS

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMÁCIA BÁSICA DAS UNIDADES DE SAÚDE E INJETÁVEIS PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, CONFORME LISTAGEM EM ANEXO.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE – AMESC.

VIGÊNCIA: 03/01/2018 a 30/06/2018

VALOR GLOBAL DO OBJETO: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a Dispensa de Licitação para aquisição dos medicamentos em geral, considerando-se a necessidade de não interromper o atendimento básico de saúde à população, e por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC uma entidade sem fins lucrativos e que pratica preços notoriamente abaixo do preço de mercado.

Passo de Torres - SC, em 03 de Janeiro de 2018.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal de Passo de Torres/SC

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 007-2017**

Publicação Nº 1487083

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 007/2017

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: LUZIA CORREA STEFFEN  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 003/2017  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 008-2017**

Publicação Nº 1487085

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 008/2017

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: LUIS FERNANDO BATISTA  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 004/2017  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018 E O REAJUSTE DO VALOR MENSAL PARA R\$ 2.450,00 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 009-2017**

Publicação Nº 1487086

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 009/2017

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: PAULO ROGERIO SILVEIRA  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 005/2017  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 011-2017**

Publicação Nº 1487088

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 011/2017**

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: ADAIR DA SILVA PADILHA  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 011/2017  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 027-2017**

Publicação Nº 1487089

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 027/2017**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
Contratada: OEDING ASSESSORIA CONTABIL LTDA EPP  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 21/02/2018  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 024/2017  
Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 21/02/2018.

Passo de Torres – SC, 29 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 029-2017**

Publicação Nº 1487090

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 029/2017**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
Contratada: FILIPE BORGES RODRIGUES  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 029/2017  
Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 29 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal



**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 037-2017 FMS**

Publicação Nº 1487092

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 037/2017**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Contratada: ASPEKTO COMUNICAÇÃO LTDA

Vigência: Início: 22/12/2017 Término: 31/12/2018

Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº 001/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 045-2017 FMS**

Publicação Nº 1487093

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 045/2017/FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Contratado: LUZIA CORREA STEFFEN

Vigência: Início: 22/12/2017 Término: 31/12/2018

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 007/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 046-2017 FMS**

Publicação Nº 1487094

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 046/2017/FMS**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 30 (trinta) dias da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 30/01/2018.

Passo de Torres – SC, 21 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 061-2017**

Publicação Nº 1487097

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 061/2017**

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: MARIA APARECIDA BOCKER HESPAHOL  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 040/2017  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 067-2017**

Publicação Nº 1487098

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 067/2017**

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: PAULO ROBERTO GODINHO DE SOUZA  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 049/2017  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 27 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 078-2017**

Publicação Nº 1487099

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 078/2017**

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: LAURA BATISTA  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 065/2017  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 099-2017**

Publicação Nº 1487101

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 099/2017**

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES

Contratada: SANTOS JONIO DA SILVA

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 074/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 113-2017**

Publicação Nº 1487103

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 113/2017**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratada: MAGNUS & HESPANHOL TELECOM LTDA. - ME

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 077/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 28 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 124-2017**

Publicação Nº 1487104

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO Nº 124/2017**

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES

Contratada: FILIPI RODRIGUES OLIVEIRA - EPP

Vigência: Início: 05/12/2017 Término: 31/12/2017

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 087/2017

Objeto: FICA REAJUSTADO O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 36 DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 65,00 PARA R\$ 75,87.

Passo de Torres – SC, 5 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 127-2017**

Publicação Nº 1487106

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 127/2017**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratada: ASPEKTO COMUNICAÇÃO LTDA

Vigência: Início: 22/12/2017 Término: 31/12/2018

Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº 003/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 131-2017**

Publicação Nº 1487108

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 131/2017**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratada: AMILTON HIGINO TEIXEIRA - EPP

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 01/03/2018

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 095/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 60 (sessenta) dias da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 01/03/2018.

Passo de Torres – SC, 29 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 149-2017**

Publicação Nº 1487109

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 149/2017**

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

Contratada: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 097/2017

Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 30 de Novembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 155-2017**

Publicação N° 1487112

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CONTRATO N° 155/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES  
Contratada: LITORAL SUL CONSULTORIA PROJETOS DE ENG. EIRELI  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia N° 111/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 29 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 157-2017**

Publicação N° 1487113

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CONTRATO N° 157/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: FABSUL PAVIMENTACOES LTDA - EPP  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N° 005/2017

Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 03 (TRÊS) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 30/03/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 158-2017**

Publicação N° 1487114

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CONTRATO N° 158/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: ADEMIR BATISTA DA SILVA 02912266980  
Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços N° 003/2017

Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 03 (TRÊS) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/03/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 01 AO CONTRATO 159-2017**

Publicação Nº 1487124

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 159/2017**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratada: ALBINO & CIA LTDA

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 29 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 02 AO CONTRATO 032-2017**

Publicação Nº 1487125

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 032/2017**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Contratado: FERNANDO SOARES DIAS JUNIOR

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 021/2017

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na prorrogação por mais 12 (doze) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/12/2018 e o acréscimo em até 25% do valor original do contrato, na forma do art. 65, II, "d", parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

Passo de Torres – SC, 29 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 02 AO CONTRATO 070-2017**

Publicação Nº 1487126

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 070/2017**

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES

Contratada: JOAO BATISTA DE QUADROS RAUPP

Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018

Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 27 de Dezembro de 2017.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal



**EXTRATO TA 02 AO CONTRATO 157-2017**

Publicação Nº 1487128

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 157/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: FABSUL PAVIMENTACOES LTDA - EPP  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2017  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NO ACRÉSCIMO DE R\$ 9.119,35 (NOVE MIL, CENTO E DEZENOVE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS) EQUIVALENTE A APROXIMADAMENTE 2% AO VALOR TOTAL DO CONTRATO ORIGINAL, CONFORME JUSTIFICATIVA DESCRITA NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO EM ANEXO AO TERMO.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 03 AO CONTRATO 001-2017**

Publicação Nº 1487130

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 001/2017

Contratante: MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: MANOEL LOPES RODRIGUES  
Vigência: Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018  
Objeto: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA PRORROGAÇÃO POR MAIS 12 (DOZE) MESES DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO PREVISTO PARA O DIA 31/12/2018.

Passo de Torres – SC, 22 de Dezembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO TA 07 AO CONTRATO 033-2015**

Publicação Nº 1487133

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO Nº 033/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES  
Contratada: CORESTRANS COLET. DE RESIDUOS E TRANSPORTES LTDA  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2014  
Objeto: FICA PRORROGADA A VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO POR MAIS 06 (SEIS) MESES A CONTAR DA DATA DE ASSINATURA DESTES TERMOS, COM TÉRMINO EM 30/05/2018.

Passo de Torres – SC, 30 de Novembro de 2017.  
JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

# Passos Maia

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 341, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação N° 1487119

PORTARIA N° 341, de 29 de dezembro de 2017.

“PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando que o prazo do referido contrato de trabalho encerrou-se em 20 de dezembro de 2017, conforme previsto na Portaria n° 081, de 24 de fevereiro de 2017;  
Considerando a solicitação de prorrogação do contrato de trabalho da referida servidora, realizada pela Secretária Municipal da Educação, haja vista a necessidade de dar continuidade às atividades do cargo em questão durante o exercício de 2018;  
Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de prorrogação do contrato de trabalho à época;

#### RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR O PRAZO do contrato de trabalho da servidora GRASIELE IRACEMA WILMSEM, ocupante do cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, até o dia 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### PORTARIA N° 342, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação N° 1487132

PORTARIA N° 342, de 29 de dezembro de 2017.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora pública municipal IVANIA SANGALLI DALL ORSOLETA, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Educação e Esportes, a partir do dia 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Determinar o retorno da servidora Ivania Sangalli Dall Orsoletta ao seu cargo efetivo de Orientador Educacional a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, em 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 324, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487045

PORTARIA Nº 324, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;  
Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;  
Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor CELSO COMUNELLO, ocupante do cargo de Diretor de Limpeza Pública, símbolo DLP-25, grupo ocupacional Assessoramento Superior, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 16/01/2017 a 15/01/2018, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 325, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487049

PORTARIA Nº 325, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;  
Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;  
Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor DOUGLAS TEIXEIRA DA ROSA, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, símbolo ASS-12, grupo ocupacional Assessoramento Superior, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2017 a 01/01/2018, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em

observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 326, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487051

PORTARIA Nº 326, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora LUCIA MACHADO DIAS, matrícula nº 10.418, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 327, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487052

PORTARIA Nº 327, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ADÃO VALENTIN LAMP, matrícula nº 34, ocupante do cargo de matrícula nº 34, ocupante do cargo de Pedreiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-5, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 17/02/2017 a 16/02/2018, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em

observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487055

PORTARIA Nº 328, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora TEREZA IVONE FERNANDES FERREIRA, matrícula nº 42, ocupante do cargo de Jardineiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-9, lotada na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 17/02/2014 a 16/02/2015, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 329, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487060

PORTARIA Nº 329, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, símbolo SG-4, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, lotados na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, no período de 20/12/2017 a 18/01/2018:

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
7026	Jair Correa Neves	21/08/2016 a 20/08/2017
473	Valmor Nikolay	14/05/2016 a 13/05/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 330, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487063

PORTARIA Nº 330, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;  
Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;  
Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor GESSI DE FREITAS MENDONÇA, matrícula nº 10377, ocupante do Cargo Público de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, referentes ao período aquisitivo de 06/07/2016 a 05/07/2017, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 331, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487070

PORTARIA Nº 331, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;  
Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;  
Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Motorista, grupo ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-3, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotados na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 20/12/2017 a 18/01/2018:

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
28	Aldir Capeletti	03/10/2017 a 02/10/2018
7042	Altair Ferreira	13/05/2017 a 12/05/2018



29	Antonio Cavalheiro Sobrinho	17/02/2016 a 16/02/2017
7054	Antonio Fernandes	01/03/2017 a 28/02/2018
8024	Jorge Ribeiro	23/10/2016 a 22/10/2017
30	Valdenir Correa	17/02/2017 a 16/02/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 332, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487073

PORTARIA Nº 332, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, grupo ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-13, lotados na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 20/12/2017 a 18/01/2018:

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
383	Andreia de Souza	06/02/2017 a 05/02/2018
2	Clarivane Maria Conte Debiazi	17/02/2015 a 16/02/2016
3	Cleide Aparecida Rosa	17/02/2017 a 16/02/2018
365	Cleimar Borges dos Santos	21/09/2017 a 20/09/2018
10433	Cristiane Biotto Ribeiro	15/02/2017 a 14/02/2018
10430	Elivane Prates Franken	15/02/2017 a 14/02/2018
10431	Elizangela Geraldina dos Santos	15/02/2017 a 14/02/2018
382	Ivanir de Oliveira Grohs	06/02/2016 a 05/02/2017
8206	Leonir Giombelli Zanchet	22/02/2017 a 21/02/2018
6	Lourdes Lovison Ferreira	17/02/2017 a 16/02/2018
10462	Margarete Ribeiro do Amaral	22/02/2017 a 21/02/2018
10435	Maria Elaine Rodrigues	22/02/2017 a 21/02/2018
11	Marines Salete Bizol Zanchetta	17/02/2017 a 16/02/2018
10588	Marlene Aguilera Sangalli	20/02/2017 a 19/02/2018
8079	Miraci Trindade da Silva	01/03/2014 a 28/02/2015
10506	Nair Martins	01/04/2017 a 31/03/2018
386	Ondina Mari de Oliveira Stempcoski	13/11/2016 a 12/11/2017
215	Solange de Jesus	03/01/2016 a 02/01/2017
381	Vanda Siqueira	06/02/2017 a 05/02/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 333, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1487075

PORTARIA Nº 333, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, grupo ocupacional Pessoal Docente, lotados na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 20/12/2017 a 18/01/2018:

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
380	Carlos Alberto Zenaro	03/10/2017 a 02/10/2018
19	Cleuci de Fatima Chernoski	17/02/2016 a 16/02/2017
8010	Eliane Ap. da Rosa Pavelski	30/07/2017 a 29/07/2018
9567	Eliane Ap. da Rosa Pavelski	30/07/2016 a 29/07/2017
21	Eliane Aparecida Zenaro Ribeiro	17/02/2017 a 16/02/2018
373	Elisete Aparecida Almeida Ofrazio	06/02/2017 a 05/02/2018
376	Elizete Corona	06/02/2017 a 05/02/2018
368	Erico Alcino Bertol	01/02/2017 a 31/01/2018
23	Fabiana Zanchet Moretto	17/02/2017 a 16/02/2018
176	Ivete Oliva Gandolfi dos Santos	03/10/2017 a 02/10/2018
8009	Ivete Oliva Gandolfi dos Santos	03/10/2017 a 02/10/2018
15	Jaqueline Maria Pacazza Camarotto	17/02/2017 a 16/02/2018
387	Josiani Marsango	13/02/2017 a 12/02/2018
20	Juliana Fabia Canonica Tirelli	17/02/2017 a 16/02/2018
9569	Juliana Fabia Canonica Tirelli	11/02/2017 a 10/02/2018
364	Juliana Saade José	23/01/2017 a 22/01/2018
16	Juliane Cizinande Linck	17/02/2017 a 16/02/2018
379	Jussara Rodrigues Pimentel	06/02/2017 a 05/02/2018
220	Lisnara Desanti	13/01/2017 a 12/01/2018
388	Luciana Aparecida Ribeiro Luz	16/02/2017 a 15/02/2018
8088	Marineide de Matos	01/03/2016 a 28/02/2017
216	Nelci Terezinha Perim	01/05/2017 a 30/04/2018
9568	Nilse Dalligna Zenaro	11/02/2017 a 10/02/2018
10533	Rafael Marchioro	01/07/2017 a 30/06/2018
378	Roberta Luvison	06/02/2017 a 05/02/2018
8018	Roselene Maria Michelon Dal Bello	08/02/2017 a 07/02/2018
10066	Sidiane Aparecida Gandolfi	21/03/2017 a 20/03/2018
213	Simone Leandra Tomazelli	01/10/2017 a 30/09/2018
374	Simone Leandra Tomazelli	06/02/2017 a 05/02/2018
17	Suzana Francisca Vieira	17/02/2017 a 16/02/2018
24	Tanara Comunello	17/02/2017 a 16/02/2018
10417	Valdinei Liboni	01/02/2017 a 31/01/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 334, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487076

PORTARIA Nº 334, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo ASS-12, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotados na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 20/12/2017 a 18/01/2018:

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
10600	Fernanda Patrícia Ravarena Paz	01/03/2017 a 28/02/2018
10601	Roberson Geremias Teixeira de Lima	01/03/2017 a 28/02/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 335, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487078

PORTARIA Nº 335, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Técnico Pedagógico, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotados na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 20/12/2017 a 18/01/2018:

Matrícula	Nome	Período Aquisitivo
371	Kelli Francisco Marques	06/02/2017 a 05/02/2018
8031	Nilse Bortolini De Oliveira	01/03/2014 a 28/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 336, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487080

PORTARIA Nº 336, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora TAMARA ROCHA RAUBER, matrícula nº 10498, ocupante do Cargo Público de provimento efetivo de Nutricionista, carga horária semanal de 30 (trinta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 25/04/2017 a 24/04/2018, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### **PORTARIA Nº 337, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487100

PORTARIA Nº 337, de 29 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ANA BENEDITA FERRONATTO, matrícula nº 10557, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Educação, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo DIE-15, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 338, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487105

PORTARIA Nº 338, de 29 de dezembro de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;  
Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;  
Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MILIRIA ARCARI KRAUSS, matrícula nº 391, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor de Creche, Grupo Ocupacional Técnico, Símbolo TC-18, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, referentes ao período aquisitivo de 16/02/2017 a 15/02/2018, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 339, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487111

PORTARIA Nº 339, de 29 de dezembro de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;  
Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ANTONIO CORREA NEVES, matrícula nº 506, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Apoio Administrativo e Operacional, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, Símbolo DAO-16, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 30/10/2014 a 29/10/2015, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 340, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487116

PORTARIA Nº 340, de 29 de dezembro de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a solicitação de férias coletivas realizada pela Secretária Municipal da Educação e Esportes haja vista a redução na demanda dos serviços da secretaria nesta época do ano;

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;

Considerando a falha do Setor de Recursos Humanos em não ter elaborado o ato de concessão de férias à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSIMAR NUNES DE SOUZA, matrícula nº 10590, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo DIE-17, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2017 a 01/02/2018, para serem gozadas do dia 20/12/2017 a 18/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 20 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 343, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487136

PORTARIA Nº 343, de 29 de dezembro de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a viabilidade ao poder público em antecipar férias a servidores sem período aquisitivo vencido, tendo em vista a redução na demanda do serviço público nesta época do ano;



**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora IVANIA SANGALI DALL ORSOLETTA, matrícula nº 10068, ocupante do cargo de provimento efetivo de Orientador Educacional, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018, para serem gozadas do dia 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 344, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487138

PORTARIA Nº 344, de 29 de dezembro de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor DERLI GENUINO BRUSTOLIN, matrícula nº 7007, ocupante do Cargo Público de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 12/11/2016 a 11/11/2017, para serem gozadas do dia 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 345, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1487139

PORTARIA Nº 345, de 29 de dezembro de 2017.

**“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor CLAUDIO SERGIO BERTOTTO, matrícula nº 7061, ocupante do Cargo Público de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 18/03/2016 a 17/03/2017, para serem gozadas do dia 02/01/2018 a 16/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de dezembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO 0004/2018

Publicação Nº 1486878

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0004/2018

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 0001/2018

TIPO: MELHOR OFERTA

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0004/2018, Modalidade de CONCORRÊNCIA n. 0001/2018 – Objeto: Concessão de uso, a título oneroso, de um LOTE URBANO, com área de 360,94 m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta vírgula noventa e quatro metros quadrados), localizado na Rua Maria Dal Bem, nesta cidade de Passos Maia, SC, registrado na Matrícula Imobiliária n. 7.040, do CRI de Ponte Serrada, SC, pertencente a este Município, para fins de instalação e implantação de equipamentos (torre) de telecomunicações para sinal de telefonia celular. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 19 de Fevereiro de 2018, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 11 de Janeiro de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

## TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 001/2017

Publicação Nº 1487236

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 001/2017

“QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC, E A ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E ALUNOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA – PASSOS MAIA, VISANDO MÚTUA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO”.

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Padre João Botero, 485, centro, Passos Maia-SC, neste ato, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LEOMAR ROBERTO LISTONI, portador da CI nº 2.074.422, inscrito no CPF sob o nº 639.458.199-20, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, PROFESSORES E ALUNOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA – PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Av. Padre João Botero, 670, Passos Maia – SC, inscrita no CNPJ sob nº. 10.881.046/0001-10, neste ato representado pelo Sr. EVERTON MARINI, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, ajustam entre si o presente convênio com fundamento na Lei nº 709/2013, e nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONVÊNIO

O presente convênio tem como objeto a mútua cooperação dos convenientes, consistente na transferência realizada pelo MUNICÍPIO no valor mensal de R\$400,00 (quatrocentos reais), em benefício da ASSOCIAÇÃO, destinados à manutenção das despesas de funcionamento da entidade, tais como serviços contábeis e de taxas e serviços bancários.

### CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA

A vigência do presente convênio terá início na data de sua assinatura, perdurando seus efeitos até o dia 31 de dezembro de 2018.

### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento de cada exercício.

### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Os convenientes poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, ou por mútuo acordo, mediante comunicação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Ponte Serrada, para dirimir quaisquer questões fundadas no presente instrumento com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Por estarem justos e de acordo, e para que produza os efeitos legais e jurídicos, o presente termo de convênio foi lavrado em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Passos Maia/SC, 29 de dezembro de 2017.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI EVERTON MARINI  
PREFEITO MUNICIPAL CONVENIADA

Testemunhas:

### TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 002/2017

Publicação Nº 1486980

#### TERMO ADITIVO AO DE CONVÊNIO Nº 002/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA – HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO, OBJETIVANDO O ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR NO SERVIÇO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E SOBREAVISO.

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 95.993.085/0001-62, com sede administrativa na Rua João Botero, 485, na cidade que lhe empresta o nome, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor LEOMAR ROBERTO LISTONI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 639.458.199-20, doravante denominado simplesmente de CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA – HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO, entidade civil, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob o nº 89.428.734/0022-04, localizada na Rua Celestino do Nascimento, 373, Centro, Xanxerê – Santa Catarina, neste ato representada por seu Diretor Administrativo Sr. FÁBIO IVONEI LUNKES, portador da RG nº 3.184.094-9 SSP/SC e CPF(MF) nº 020.490.519-21, doravante denominado CONVENIADO, que de comum acordo resolvem, nos termos da Lei Municipal nº 585, de 12 de março de 2009, e no que couber à Lei Federal nº 8.666/93, celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste no repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de serviços prestados no atendimento médico a população, no serviço de urgência/emergência e sobreaviso médico de 09 especialidades médicas, ambos com funcionamento integral (24 horas).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Têm fundamentação legal na Lei nº 585, de 12 de março de 2009, correndo as despesas de sua execução por conta de dotações orçamentárias próprias do Fundo Municipal de Saúde do exercício de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do Presente convênio o CONVENIENTE repassará ao CONVENIADO a importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil), que serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) cada, a contar do mês de janeiro de 2018, até o mês de dezembro de 2018, na conta bancária nº 40.724-0, Banco do Brasil, Agência 0586-X.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a cláusula terceira, serão liberados imediatamente pela Prefeitura, ou de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO CONVENIENTE

Ao Conveniente compete:

- I. Efetuar o repasse dos recursos financeiros de acordo com o estabelecido no presente convênio;
- II. Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

Ao Conveniado compete:

- I. Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente convênio;
- II. Prestar conta dos recursos recebidos na forma do estabelecido na Lei Federal nº 4.320/64;
- III. Adotar no âmbito municipal, as providências de ordem técnica e legal indispensáveis ao integral cumprimento de todas as obrigações do presente instrumento;
- IV. Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;
- V. Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente convênio;
- VI. Manter, na execução do presente convênio, profissionais capazes e habilitados;
- VII. Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, bem como as obrigações previdenciárias e trabalhistas, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a cláusula terceira, deverá ser apresentada ao Órgão competente da Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento dos recursos e na forma da Lei Federal nº 4.320/64.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONVENIENTE decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização na execução e documentação relativas ao objeto do presente convênio.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento pela CONVENIADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONVENIENTE, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2018, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Serrada para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 02 (duas) vias, na presença de testemunhas.

Passos Maia/SC, 29 dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA	ASSOC. EDUC. E CARITATIVA – HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO
LEOMAR ROBERTO LISTONI	FÁBIO IVONEILUNKES

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**Paulo Lopes****PREFEITURA****009/2018**

Publicação Nº 1486891

PORTARIA Nº 009/2018

JOSÉ ANTONIO ROGÉRIO, Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto no artigo 102 da Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e no Decreto nº 65, art. 1º, inciso VI de 07 de dezembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º - AMPLIAR A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, concedida pela Portaria Nº 049/2017, ao servidor Adilson Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Animador Cultural, nomeado pela Portaria 057/1998, matrícula nº 324, até 08/01/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 017 de 06 de abril de 2009.

Município de Paulo Lopes em 08 de janeiro de 2018.

José Antonio Rogério  
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 11 de janeiro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018-FME

Publicação Nº 1487011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017 - FME  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 – FME  
Sistema de Registro de Preços

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA, brasileiro, convivente, inscrito no CPF sob nº 060.971.929-75, portador do RG 4.052.937 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua João Luiz, nº 53. - Armação, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, estabelecida na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, na Rua 2480, nº 350, Apto nº 701, Bairro Centro, CEP: 88.330-000, Fone nº (47) 99989-4983, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.293.882/0001-93, representada neste ato pelo Sr. Marcos Faustino da Silva, CPF sob o nº 747.688.759-04, Cargo/Função: Presidente doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 03/2017-FME para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa, liga ou associação especializada para futura arbitragem de Beach Soccer, Futebol de Campo, Futsal, Futebol Suíço, Surf, Voleibol, Basquetebol e Vôlei de Praia visando a realização de competições, campeonatos e/ou torneios de acordo com cronograma de eventos para o exercício de 2018 da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº40/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os serviços de arbitragem encontram-se com os valores registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os serviços deverão ser realizados de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da realização não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO ITEM
1	Arbitragem com dois Juízes e um anotador para o Campeonato Municipal de Beach soccer, promovido pela FME.	70	UN	R\$ 300,00	R\$ 21.000,00
2	Arbitragem com um Juiz e dois bandeirinhas, um anotador para o Campeonato Municipal de Futebol de Campo, promovido pela FME.	20	UN	R\$ 550,00	R\$ 11.000,00
3	Arbitragem com dois Juízes e um anotador para o Campeonato Municipal de Futsal, promovido pela FME.	70	UN	R\$ 300,00	R\$ 21.000,00
4	Arbitragem com dois Juízes e um anotador para o Campeonato Municipal de Futebol Suíço, promovido pela FME.	80	UN	R\$ 200,00	R\$ 16.000,00
5	Arbitragem com seis Juízes Federados, dois HED JURE, um locutor, um Spot, 1 Bach marche e sistema de pontuação eletrônica para os campeonatos de SURF promovidos pela FME.	10	Dias	R\$ 470,00	R\$ 4.700,00
6	Arbitragem com dois Juízes e um anotador para o Campeonato Municipal de Voleibol, promovido pela FME.	10	Dias	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
7	Arbitragem com dois Juízes e um anotador para o Campeonato Municipal de Basquetebol, promovido pela FME.	20	UN	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
8	Arbitragem com dois Juízes e um anotador para o Campeonato Municipal de Vôlei de Praia, promovido pela FME.	10	Dias	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
TOTAL GERAL PREVISTO				R\$ 85.000,00	

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não



tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento dos serviços de arbitragem deverá ser realizado de forma parcelada, obedecendo o cronograma das datas e horários das competições, campeonatos e/ou torneios, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Fundação Municipal de Esportes.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços de arbitragem registrados neste instrumento serão efetuados através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dos serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir as datas e horários, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de profissionais e materiais necessários à execução dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço recusado, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser realizados os serviços de arbitragem conforme Cronograma;
- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local do serviço desde que observadas as normas de segurança;
- III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLAUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Fundação Municipal de Esportes.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do serviço/produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Fundação Municipal de Esportes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 10 de janeiro de 2018.

CARLOS CESAR DE SOUZA  
SUPERINTENDENTE DE ESPORTES Contratante

ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ Marcos Faustino da Silva Contratado  
T E S T E M U N H A S

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER  
Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2018 - PMP**

Publicação Nº 1486795

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2017 – MULTIENTIDADE - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2017 – PMP  
Sistema de Registro de Preços

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2018**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO E MATERIAL DE COPA E COZINHA.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS-EPP, estabelecida à Rua Noruega, nº. 533, sala 01, bairro Das Nações na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP 88.338-195, fone: 47 3366-1543, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.310.833/0001-60, representada, neste ato pelo Sr. Allan Roberto Momm, CPF sob o nº. 083.927.329-01, Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 066/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros de alimentação (café e açúcar) e material de copa e cozinha (filtro de papel) para atender necessidades das Secretarias, Procuradoria Geral, Fundação Municipal de Esportes, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Turismo, Polícia Civil e Polícia Militar do Município de Penha/SC, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos materiais/produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	DESCRIPTIVO	TIPO DE UN.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
01	Filtro de papel, para coar café, nº 103, caixa cm 30 unidades.	UN/ CAIXA	454	R\$ 2,75	R\$ 1.248,50
TOTAL GERAL				R\$ 1.248,50	

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. O fornecimento deverá ser realizado de forma parcelada pela Contratada, de acordo com a necessidade, nos locais indicados pelo órgão requisitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 5 (cinco) dias.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;



b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30(trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica

devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio

da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta dos produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do



exercício das Secretarias, Fundação, Fundos Municipais, Delegacia de Polícia Civil e Polícia Militar do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 09 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal Contratante

MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS-EPP Allan Roberto Momm Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome:

Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2018 - PMP

Publicação Nº 1486802

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2017 – MULTIENTIDADE - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2017 – PMP

Sistema de Registro de Preços

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO E MATERIAL DE COPA E COZINHA.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-ME., com sede em Navegantes/SC, na Rua Arnaldo Passos, n. 248, Bairro Centro, CEP 88.375-000, fone: 47 3065-5503, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.060.647/0001-50, neste ato representada por sua bastante procuradora Senhora Izabel Cristina Meurer de Souza, inscrita no CPF sob nº 572.768.209-63, Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 066/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de gêneros de alimentação (café e açúcar) e material de copa e cozinha (filtro de papel) para atender necessidades das Secretarias, Procuradoria Geral, Fundação Municipal de Esportes, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Turismo, Polícia Civil e Polícia Militar do Município de Penha/SC, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos materiais/produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade

recedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	DESCRIPTIVO	TIPO DE UN.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
03	Açúcar Refinado, não deve conter sujidades, umidade, bolor, coloração, mistura. Embalagem dever estar intacta, acondicionada em pacotes de polietileno transparente de 1kg. Prazo de validade de no mínimo 10 meses a contar da data de entrega. Apresentar amostra.	UN.	1.166	R\$ 2,90	R\$ 3.381,40
TOTAL GERAL				R\$ 3.381,40	

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado de forma parcelada pela Contratada, de acordo com a necessidade, nos locais indicados pelo órgão requisitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 5 (cinco) dias.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR****7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:**

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:****8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:**

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30(trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica

devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.****12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:**

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta dos produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício das Secretarias, Fundação, Fundos Municipais, Delegacia de Polícia Civil e Polícia Militar do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 09 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal Contratante

PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-ME. Izabel Cristina Meurer de Souza Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome:

Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

## AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Publicação Nº 1487079

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
Processo Licitatório nº 117/2017- Multientidade -PMP  
Pregão Presencial nº 83/2017 - PMP.

O Pregoeiro Oficial do Município de Penha, no uso de suas atribuições, torna público que o Processo Licitatório nº 117/2017- Multientidade - PMP, modalidade Pregão Presencial nº 083/2017 – PMP, Tipo menor preço por lote, visando o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura prestação de serviços de publicação em jornal de atos oficiais do Município de Penha/SC (Editais, Avisos Licitatórios, Extratos de Contratos e demais Atos Oficiais Legais) a nível estadual e regional, conforme solicitações anexas ao Processo, com abertura da sessão no dia 10/01/2018 às 09:30 horas, foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Penha (SC), 10 de janeiro de 2018.

Elton Cantenor Teixeira  
Pregoeiro titular

## TERMO DE CANCELAMENTO

Publicação Nº 1487570

### TERMO DE CANCELAMENTO

TERMO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (Ata de Registro de Preços nº 028/2017-FMS – Processo Licitatório nº 005/2017-FMS, Pregão Presencial nº 005/2017-FMS).

O MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, no uso de suas atribuições, com fundamento no Decreto Municipal nº 056/1999, na Cláusula Décima Primeira da Ata de Registro de Preços nº 28/2017-FMS e consoante ao pedido da Empresa e deferimento da Secretaria de Administração, CANCELA, por este ato, a contar de 10 de janeiro de 2018, o Registro de Preços da Empresa FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, estabelecida à Rua Santos Dumont, nº 1094, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.034.906/0001-58, telefone para contato (54) 3712-5888, flymedrs@outlook.com.br, representada pelo Sr. RICARDO ALEXANDRO SALOMONI, CPF sob o nº 801.312.800-82, constantes da Ata de Registro de Preços nº 028/2017-FMS, correspondente aos itens 24 (compressa de gaze 7,5x7,5), 135 (saco de lixo 100L) e 136 (saco de lixo 50L).

Penha, 10 de janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PL 01/2018 – DISPENSA 01/2018**

Publicação N° 1486525

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 01/2018 – Dispensa de Licitação 01/2018 - PMP

Objeto: Prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Dados do Contrato: Contrato nº 16/2018 / Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA - CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12 - Data do Contrato: 02/01/2018 - Valor do Contrato: R\$ 5.130,00 (cinco mil e cento e trinta reais). - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal



# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Publicação Nº 1486638

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Objeto: Convocação de aprovados para admissão imediata, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017.

O Prefeito Municipal de Pescaria Brava – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e ainda com fulcro nas disposições do item 13 do Edital nº 001/2017,

#### CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocados para admissão imediata, considerando-se para tal o período de 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público nº. 001/2017, para a vaga de Agente Comunitário de Saúde, para atuação nas unidades básicas de Saúde, conforme abaixo descrito:

UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) BARREIROS
---

12º Tulianny da Rosa Izidoro
------------------------------

Art. 2º Os candidatos convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente, na Secretaria Municipal de Saúde, Rodovia/SC, 437, KM 08, Centro, nesta Cidade de Pescaria Brava/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, para apresentação dos documentos abaixo relacionados:

• Os originais, bem como 01 (uma) cópia de:

1 – Documento de Identificação (Carteira de Identidade, Registro de Identidade Civil (RIC), Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Cédula de Identidade de Estrangeiro – CIE, Carteira de Conselhos, Identidade Militar, Passaporte);

2 - Título de Eleitor;

3 - Comprovante de votação/quitação eleitoral (pode ser emitido em <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

4 - Certificado de Reservista (para os homens);

5 - Comprovante de escolaridade e habilitação técnica (se for o caso), conforme exigido pelo edital para o cargo;

6 - Comprovante de residência (contrato de locação do imóvel, faturas de concessionária de serviços – telefonia, luz, água, etc., ou declaração de próprio punho);

7 - Certidão de casamento ou declaração de união estável, para inclusão do dependente;

8 - Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos ou de até 24 anos se for estudante em curso superior reconhecido pelo MEC, para inclusão de dependente(s)

9 - Comprovante de dados bancários CONTA SALÁRIO (extrato bancário, cópia do cartão magnético, cópia do talão de cheques ou declaração da entidade bancária;

10 - Comprovante da aptidão física e mental para exercício do cargo;

11 - Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;

12 - Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;

13 - Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.

Art. 3º Após a apresentação dos documentos admissionais, o setor de Recursos Humanos terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para analisar os documentos em conjunto com o Edital do Processo Seletivo e efetivar a nomeação do candidato aprovado, ou não, quando forem constatadas irregularidades.

Art. 4º - O Candidato que não comparecer no prazo determinado de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava- SC, 10 de Janeiro de 2018.  
DEYVISSON DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

## PORTARIA N° 0001/2018

Publicação N° 1486934

PORTARIA N° 001/2018

DEYVISSON DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
Paulo Sergio Medeiros	Secretário de Administração e Finanças	Comissionado

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DEYVISSON DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA N° 0002/2018

Publicação N° 1486935

PORTARIA N° 002/2018

DEYVISSON DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
DANIEL BARBOSA DE SOUZA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	Comissionado

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DEYVISSON DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA N° 0003/2018

Publicação N° 1486936

PORTARIA N° 003/2018

DEYVISSON DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
EDSON DE OLIVEIRA SOUZA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	Comissionado

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0004/2018**

Publicação Nº 1486937

PORTARIA Nº 004/2018  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

**RESOLVE**

Art. 1º. - CONCEDER a servidora RAQUEL MARTINS, Técnica de Enfermagem lotada na Secretaria de Saúde, LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS por atender as exigências do Artigo 7, inciso XVIII da Constituição Federal e a ainda a Lei Municipal n.º 72/2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade à servidora pública municipal para 180 dias) a contar de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2017.  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0005/2018**

Publicação Nº 1486938

PORTARIA Nº 005/2018  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º. Contratar os servidores de cargo tipo "Contratado" de acordo com a tabela abaixo;

HUMBERTO DE SOUZA ALANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
-------------------------	-------------------------

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 08 de Janeiro de 2017.  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0333/2017**

Publicação Nº 1486569

PORTARIA Nº 0333/2017  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º. Dispensar os servidores contratados, conforme tabela abaixo:

REVELINO IZIDORO	MOTORISTA I
ROBERTO MARTINHO ROSA	MOTORISTA I
ALEXSANDRO DA LUZ VICENTE	MOTORISTA I

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 28 de Dezembro de 2017.  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 0334/2017**

Publicação N° 1486571

PORTARIA N° 0334/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar os servidores, conforme tabela abaixo:

PAULO SERGIO DE MEDEIROS	SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
EDSON DE OLIVEIRA SOUZA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO COMPRAS E LICITAÇÃO
DANIEL BARBOSA DE SOUZA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTADOR

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 28 de Dezembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 01 2018 - INFO DIGITALL

Publicação Nº 1486885

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2018

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a empresa INFO DIGITALL SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ: 86.731.494/0001-08. Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC, DESTINADO AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS (LEIS MUNICIPAIS, DECRETOS, PORTARIAS, CORRESPONDÊNCIAS, CONTRATOS, REQUERIMENTOS, PARECERES JURÍDICOS, EDITAIS, MEDIDAS PROVISÓRIAS, LEI ORGÂNICA E OUTROS) COM O DEVIDO ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS SUAS FASES PROCESSUAIS, DE FORMA ORDENADA, POSSIBILITANDO A PESQUISA E A VISUALIZAÇÃO DE TODAS AS PEÇAS E O SEU ARMAZENAMENTO DIGITAL. Data: 03/01/2018. Valor dos Serviços: R\$ 4.127,40. Petrolândia, 11 de janeiro de 2018. Joel Longen – Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL 01 2018 - MATERIAL DE LIMPEZA

Publicação Nº 1486567

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 01/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO ÀS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 23/01/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 11 de janeiro de 2018. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 02 2018 - MATERIAL ESCOLAR

Publicação Nº 1486680

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 02/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL ESCOLAR PARA FORNECIMENTO ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 24/01/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 11 de janeiro de 2018. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 095/2017

Publicação Nº 1486537

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 095/2017

O Prefeito Municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, que o Edital de Licitação nº 095/2017, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com a seguinte alteração no item 1.2:

1.2 O valor estimado para fornecimento de peças para os veículos do Órgão Gerenciador Município de Pinheiro Preto é de R\$ 400.000,00, sendo:

Fundo Municipal de Saúde é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)  
Fundo Municipal de Assistência Social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).  
Secretaria de Transportes e Obras – 120.000,00 (cento e vinte mil reais)  
Secretaria de Agricultura – 80.000,00 (oitenta mil reais)  
Secretaria de administração R\$ 10.000,00 (dez mil reais)  
Gabinete do Prefeito R\$ 10.000,00 (dez mil reais )  
Conselho Tutelar R\$ 10.000,00 (dez mil reais)  
Secretaria de Educação – 80.000,00 (oitenta mil reais)

Fica mantida a data e horário de abertura do edital, permanecendo inalterados os demais itens, tendo em vista que a presente alteração não altera o mérito do edital.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 de janeiro de 2018.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO - 008/2018

Publicação Nº 1486753

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS  
TÉCNICOS GENERALIZADOS N.º: 008/2018

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS GENERALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, autorizado através da Dispensa de Licitação nº 001/2018, Processo Administrativo nº. 002/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO  
CNPJ-MF n.º: 04.072.953/0001-16  
Endereço: Rua Major Navarro Lins, nº692, Bairro Anita Garibaldi, Joinville, Sc – CEP: 89203-500

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 001/2018, iniciado em 02 de janeiro de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos profissionais na área de empresa especializada para licença de uso temporário, suporte e desenvolvimento continuado de sistema informatizado para gestão escolar na rede municipal de ensino.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço MENSAL de R\$ 317,73 ( trezentos e dezessete reais e setenta e três centavos), fazendo assim um preço global ANUAL de R\$ 3.812,76 ( três mil oitocentos e doze reais e setenta e seis centavos), devendo a despesa correr à conta das seguintes dotações orçamentárias:



Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:361 – Ensino Fundamental  
Programa:12 – Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.32 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Despesa 118  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

2.2 - O pagamento será efetuado até o 5º após a apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) início: assinatura do contrato
- b) término: 31/12/2018.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

##### 4.1. DAS PENALIDADES

##### DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Dispensa de licitação e ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2– Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial desta dispensa de licitação, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

##### 4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

#### V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à dispensa de licitação oriunda nº 001/2018 obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

#### VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

#### VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 02 de janeiro de 2018

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

## CONTRATO ADMINISTRATIVO - 009/2018

Publicação Nº 1486755

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CÁLCULO E AVALIAÇÃO ATUARIAL 2018 (DATA BASE 31/12/2017)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018

DISPENSA Nº 002/2018

CONTRATANTE:

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.593.265/0001-39, com sede na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, n. 111, na cidade de Pinheiro Preto - SC, neste ato representado pela Presidente, Sra. Bernadete Pasetto Farina, brasileira, casada, servidora pública municipal, portador do RG nº 1.888,810, inscrito no CPF/MF sob o nº 637.900.099-20, residente na Linha Túnel na cidade de Pinheiro Preto/SC;

CONTRATADA:

GUILHERME THADEU LORENZI WALTER – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.934.959/0001-60, com sede na Rua Frederico Guilherme Ludwig, nº 80, 1406/B, Centro, Canoas/RS, neste ato representado pelo Sr. GUILHERME THADEU LORENZI WALTER, brasileiro, em união estável, atuário, portador do RG nº 1083495554 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.410.910-40, residente e domiciliado na cidade de Canoas/RS;

Nos termos do processo Licitatório nº 008/2017, na modalidade de Dispensa nº 002/2018, e de acordo com o inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam as partes acima identificadas o presente contrato, mediante as cláusulas e condições abaixo:

### CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO:

0.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para efetuar o cálculo atuarial do o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI para o exercício de 2017, que compreende os seguintes serviços:

- Análise da aderência das hipóteses atuariais, tendo em vistas as exigências da Portaria MPS nº 403/2008, e elaboração de Relatório contemplando as hipóteses indicadas e suas respectivas justificativas técnicas;
- Elaboração de Nota Técnica Atuarial (NTA) para atendimento das exigências do artigo 5º da Portaria MPS nº 403/2008, se necessário;
- Realização da avaliação atuarial relativa ao ano-base de 2017, contemplando a apuração das Provisões Matemáticas e o resultado atuarial (superávit/déficit técnico) de acordo com o que preceitua a Portaria MPS nº 403/2008, conforme metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial, aprovada pela Secretaria de Previdência Social (SPS);
- Elaboração de Relatório de avaliação atuarial contemplando todos os resultados apurados, parecer técnico e indicações do atuário responsável para estabelecimento ou manutenção de equilíbrio financeiro e atuarial;
- Fluxo atuarial anual projetado de receitas e despesas do fundo, para fins de preenchimento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) e demais exigibilidades dos órgãos reguladores e fiscalizadores;
- Cálculo da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, quando da avaliação atuarial, para verificar se está em nível adequado para a estabilidade financeiro-atuarial do mesmo;
- Elaboração de Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), bem como tomar todas as providências necessárias para o encaminhamento das informações ao Ministério da Previdência Assistência Social – MPAS;
- Assessoria para elaboração de Leis Municipais advindas dos resultados apurados pela Avaliação Atuarial, objeto dessa proposta;
- Elaboração de sistema de acompanhamento de amortização de déficit atuarial, se necessário;
- Assessoria para gestão atuarial do RPPS em questões relativas aos resultados apurados pela Avaliação Atuarial objeto dessa proposta.
- Atualização das reservas matemáticas para fechamento do balanço de 2017.

### CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO:

2.1. O preço total da aquisição do serviço é de R\$ 4.550,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais), já inclusas todas e quaisquer taxas,

impostos e outros encargos que vierem a existir.

#### CLÁUSULA 3ª – DO PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado em uma única parcela, em até 05 (cinco) dias após a entrega dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA.

3.2. Considera-se a entrega do serviço dos serviços, o preenchimento do DRAA na página eletrônica do MPS pela CONTRATADA, após a autorização do CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:  
Manutenção das Atividades do RPPS do exercício de 2018

Unidade Gestora:5 - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:5000 - INSTITUTO DE PREV. DO SERV. PUBLICO MUNICIPAL

Unidade Orçamentária:5001 - INSTITUTO DE PREV. DO SERV. PUBLICO MUNICIPAL

Função:9 - Previdência Social

Subfunção:272 - Previdência do Regime Estatutário

Programa:8 - Previdência A Servidores Públicos

Ação:2.30 - PAGAMENTO A INATIVOS E PENSIONISTAS

Despesa 9

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA 5ª – DOS RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS:

5.1. O CONTRATANTE indicará à CONTRATADA o representante a quem competirá tratar, decidir e dirigir todas as questões relacionadas ao presente contrato. Por sua vez a CONTRATADA credencia junto ao CONTRATANTE seu representante, o Sr. Guilherme Thadeu Lorenzi Walter, a quem serão atribuídos poderes para tratar de todos os assuntos relacionados com os serviços objeto do presente contrato.

5.2. Em caso de diligência dos órgãos e entidades a que se subordina o CONTRATANTE, a CONTRATADA prestará os esclarecimentos e tomará as providências necessárias ao atendimento, ainda que já encerrada a prestação dos serviços, sem nenhum ônus adicional.

#### CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1. O CONTRATANTE obriga-se a fornecer à CONTRATADA todos os dados e documentos necessários à execução dos serviços ora contratados.

#### CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A CONTRATADA, bem como qualquer profissional sob sua responsabilidade se obriga a manter o mais absoluto e completo sigilo sobre quaisquer dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamentos do CONTRATANTE, de que venham a ter conhecimento ou acesso ou que lhe venham a ser confiados, em razão deste contrato, e que sejam de interesse do CONTRATANTE, não podendo, sob qualquer pretexto e mesmo após o término deste contrato, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a este contrato, sob as penas da lei.

7.2. A CONTRATADA através do profissional indicado prestará serviços descritos no item 1.1. deste instrumento, atendendo a legislação vigente.

7.3. Manter-se durante o período da execução contratual a regularidade fiscal e técnica apresentada no processo licitatório.

#### CLÁUSULA 8ª – DO FORNECIMENTO:

8.1. O início dos serviços deverá ser imediato após o recebimento da autorização de fornecimento, entregue na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Pinheiro Preto - IPREPI, com tolerância máxima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a apresentação dos relatórios não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias da data da assinatura do contrato.

#### CLÁUSULA 9ª – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

9.1. O presente Contrato Administrativo tem prazo de validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme previsto pelo art. §1º, do art. 65, do mesmo diploma legal.

9.2. O CONTRATANTE poderá rescindir imediatamente o presente contrato, sem que caiba à CONTRATADA o direito a qualquer indenização, compensação ou multa de qualquer natureza, e a qualquer título e independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, se a CONTRATADA:

a) ceder ou transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem prévia, expressa e escrita autorização do CONTRATANTE;

b) falir, entrar em concordata ou dissolução;

c) tiver contra si protestado, por falta de pagamento, título de dívida líquida e certa, de sua responsabilidade ou pela emissão de cheque(s) sem provisão de fundos, caracterizando sua insolvência;

d) infringir qualquer cláusula contratual e caso não preste os serviços aqui previstos com a qualidade e o rigor técnico a que se obrigou, bem como pela não observação dos prazos previstos neste contrato.

#### CLÁUSULA 10ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. As partes ficam, ainda, obrigadas as seguintes disposições:

- a) ocorrendo qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE em relação ao presente contrato, não implicará em alteração ou novação, nem criará direitos à CONTRATADA;
- b) as partes contratantes desde já acordam que terão pleno vigor e produzirão seus efeitos, todos os documentos e correspondências trocados entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente rubricada e assinada pelas partes contratantes;
- c) é dispensável a licitação com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA 11ª – DO FORO:

11.1. As partes elegem o foro da comarca de Tangará, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando expressamente, a outro foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Administrativo em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas, para todos os fins de direito.

Pinheiro Preto, 08 de janeiro de 2018

Pedro Rabuske  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Bernadete Pasetto Farina  
Presidente do IPREPI

CONTRATANTE  
Guilherme Thadeu Lorenzi Walter  
GUILHERME THADEU LORENZI WALTER – ME  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: ..... Nome: .....  
CPF: ..... CPF: .....

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 010/2018

Publicação Nº 1486756

#### CONTRATAÇÃO DIRETA DO CIMCATARINA POR ENTE CONSORCIADO nº. 010/2018

Pelo presente instrumento de contratação direta de consórcio público, pelo ente consorciado, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.827.148/0001-69, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111, na cidade de Pinheiro Preto - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Pedro Rabuske, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Pinheiro Preto - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, Sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. - Aplicam-se a esta contratação direta de consórcio público, pelo ente consorciado, as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07, a Portaria STN nº 274/2016, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 1750/2014.

1.2 - A presente contratação direta do CIMCATARINA é celebrada por dispensa de licitação, por se tratar de ente consorciado, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN n. 274/16.

1.3 - Nas contratações diretas de consórcios públicos, pelo ente consorciado, para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe”, conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Esta contratação direta tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das despesas de serviços de telefonia móvel.

2.2 - O CONTRATADO utilizará os recursos financeiros repassados, exclusivamente para pagamento do valor das despesas constantes na fatura de telefonia móvel que foi utilizada pela CONTRATANTE, em conformidade com os contratos celebrados entre o CIMCATARINA e a operadora de telefonia.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de até R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais).

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O CONTRATANTE deverá repassar através de boleto bancário, débito autorizado ou depósito em conta, o valor correspondente às despesas de sua responsabilidade pela utilização dos serviços de telefonia móvel disponibilizados pelo CONTRATADO.

4.2 - O CONTRATANTE deverá repassar valor estimado de R\$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais) com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do fechamento da fatura da telefonia. A disponibilização das linhas telefônicas (chip para celular) ensejará o início dos serviços e por consequência seu uso estará gerando despesas até o fechamento do ciclo mensal.

4.3 - Caso a estimativa seja deficitária ou superavitária, durante a execução das despesas deverão ocorrer os ajustes necessários ao equilíbrio das contas.

4.4 - O CONTRATADO fará o controle de recebimento e aplicação e demonstrará os saldos mensalmente.

4.5 - Havendo atrasos nos repasses do CONTRATANTE que comprometa a execução das despesas o CONTRATADO suspenderá os serviços até regularização.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Os serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS pelas operadoras de telefonia, foram contratados através de licitação pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para atender as necessidades dos entes consorciados.

5.2 - Os serviços serão prestados pelos fornecedores contratados (operadoras de telefonia), o CONTRATADO será o gestor dos contratos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto desta contratação, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização da presente contratação ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 - O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4 - O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude desta contratação, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Repassar os recursos financeiros decorrentes dos serviços utilizados;
- d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação terá a seguinte classificação orçamentária:

Classificação	Denominação/Valor
Órgão	2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade	2002 - SECRET. DE ADMINIST. E FINANÇAS
Funcional	4 - Administração
Dotação	Despesa 178
Recurso	2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



3.3.93.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$	6.600,00
TOTAL		R\$	6.600,00

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 - A presente contratação entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA**

10.1 - O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 – A presente contratação poderá ser rescindida por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

12.1 - O Presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 011/2018 Dispensa de Licitação nº 003/2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam a presente Contratação em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pinheiro Preto - SC, 09 de janeiro de 2018.

Município de Pinheiro Preto - SC PEDRO RABUSKE Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
---	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 011/2018**

Publicação Nº 1486758

**CONTRATAÇÃO DIRETA DO CIMCATARINA POR ENTE CONSORCIADO  
nº. 011/2018**

Pelo presente instrumento de contratação direta de consórcio público, pelo ente consorciado, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.827.148/0001-69, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111, na cidade de Pinheiro Preto - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Pedro Rabuske, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Pinheiro Preto - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. - Aplicam-se a esta contratação direta de consórcio público, pelo ente consorciado, as disposições da legislação federal de licitações,



Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07, a Portaria STN nº 274/2016, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 1750/2014.

1.2 - A presente contratação direta do CIMCATARINA é celebrada por dispensa de licitação, por se tratar de ente consorciado, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN n. 274/16.

1.3 - Nas contratações diretas de consórcios públicos, pelo ente consorciado, para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Esta contratação direta tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública, e serviços de monitoramento e controle mensal de Unidades de Consumo de Energia Elétrica – UCEE (Unidades de Iluminação Pública – UIP).

2.2 - O CONTRATADO utilizará os recursos financeiros repassados, para pagamento do valor das despesas constantes na fatura dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública que foi utilizada pela CONTRATANTE, em conformidade com os contratos celebrados entre o CIMCATARINA e a empresa contratada (terceirizada) e para custeio dos serviços de monitoramento e controle mensal de Unidades de Consumo de Energia Elétrica – UCEE (Unidades de Iluminação Pública – UIP) em conformidade com a Resolução 0038/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de até R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O CONTRATANTE deverá repassar através de boleto bancário, débito autorizado ou depósito em conta, o valor correspondente às despesas de sua responsabilidade pela utilização dos serviços e materiais de iluminação pública disponibilizados pelo CONTRATADO, e para custeio dos serviços de monitoramento e controle mensal de Unidades de Consumo de Energia Elétrica – UCEE (Unidades de Iluminação Pública – UIP).

4.2 - O CONTRATANTE deverá repassar valor estimado de R\$ 2.916,67 (Dois mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do fechamento da fatura da iluminação pública. A assinatura da contratação direta ensejará o início da disponibilização dos serviços e por consequência seu uso estará gerando despesas até o fechamento do ciclo mensal.

4.3 - Caso a estimativa seja deficitária ou superavitária, durante a execução das despesas deverão ocorrer os ajustes necessários ao equilíbrio das contas.

4.4 - O CONTRATADO fará o controle de recebimento e aplicação e demonstrará os saldos mensalmente.

4.5 - Havendo atrasos nos repasses do CONTRATANTE que comprometa a execução das despesas o CONTRATADO suspenderá os serviços até regularização.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

5.1 - Os serviços e o fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública, foram contratados através de licitação pelo Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para atender as necessidades dos entes consorciados.

5.2 - Os serviços serão prestados e os materiais fornecidos pelo fornecedor contratado (empresa terceirizada) e o CIMCATARINA será o gestor do contrato.

5.3 – Cada Unidades de Iluminação Pública – UIP será monitorada e controlada mensalmente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto desta contratação, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização da presente contratação ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 - O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4 - O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude desta contratação, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos e deveres do CONTRATANTE:

a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;

- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;  
c) Repassar os recursos financeiros decorrentes dos serviços utilizados;  
d) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação terá a seguinte classificação orçamentária:

Classificação	Denominação/Valor		
Orgão	2000 - PODER EXECUTIVO		
Unidade	2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Funcional	15 - Urbanismo		
Dotação	Despesa 193		
Recurso	Ação:2.38 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS		
3.3.93.30	MATERIAL DE CONSUMO	R\$	14.000,00
3.3.93.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$	21.000,00
TOTAL		R\$	35.000,00

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1 - A presente contratação entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA**

10.1 - O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 – A presente contratação poderá ser rescindida por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;  
b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;  
c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.  
d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;  
e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.  
f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

12.1 - O Presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 012/2018, Dispensa de Licitação nº 004/2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam a presente Contratação em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Pinheiro Preto - SC, 09 de janeiro de 2018.

Município de Pinheiro Preto - SC PEDRO RABUSKE Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
---	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 012/2018**

Publicação Nº 1486928

**CONTRATO DE RATEIO**

Contrato nº. 012/2018

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.827.148/0001-69, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111, na cidade de Pinheiro Preto - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Pedro Rabuske, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Pinheiro Preto - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12ºAndar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 1750/2014, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2014–198.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2018, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES**

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 28.548,00 (Vinte e oito mil quinhentos e quarenta e oito reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 2.379,00 (Dois mil trezentos e setenta e nove reais).

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário, depósito em conta do PROLICITA ou através de autorização de débito automático.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 – Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

**CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

**CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE**

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- d) Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação/Valor		
Orgão	2000 - PODER EXECUTIVO		
Unidade	2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS		
Funcional	4 - Administração		
Dotação	Despesa 172		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	21.060,00
Classificação	Denominação/Valor		
Orgão	2000 - PODER EXECUTIVO		
Unidade	2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS		
Funcional	4 - Administração		
Dotação	Despesa 173		
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	6.552,00
Classificação	Denominação/Valor		
Orgão	2000 - PODER EXECUTIVO		
Unidade	2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS		
Funcional	4 - Administração		
Dotação	Despesa 174		
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	936,00
TOTAL		R\$	28.548,00

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA**

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 – O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

13.1 - O Presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 013/2018, Dispensa de Licitação nº 005/2018.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Pinheiro Preto - SC, 09 de janeiro de 2018.

Município de Pinheiro Preto - SC PEDRO RABUSKE Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
---	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

**DECRETO 4737**

Publicação Nº 1486700

DECRETO Nº 4.737, DE 03 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 13.300,26 (Treze mil, trezentos reais e vinte e seis centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.59 - MANUTENÇÃO DO BLOCO DO M.A.C. UNIÃO

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:338 - Transferência do SUS/União Ex. anterior

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5.989-7 Mac União)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 4738**

Publicação Nº 1486701

DECRETO Nº 4.738, DE 03 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 16.996,72 (Dezesseis mil, novecentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 – Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.53 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - ESTADO

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:3.67 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5.016-4 Cof. Atenção Básica Estado)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 4739**

Publicação Nº 1486702

DECRETO Nº 4.739, DE 03 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 3.412,45 (Três mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e cinco centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.56 - MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - UNIÃO  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 338 - Assist. Farmacêutica Básica - União

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5.987-0 Farmácia Básica União)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 4740**

Publicação Nº 1486704

DECRETO Nº 4.740, DE 03 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 65.198,46 (Sessenta e cinco mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 0.3.38-PMAQ R\$ 62.182,23

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saude Com Qualidade  
Ação:2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 338 – PACS R\$ 3.016,23

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta



nº 5.988-9 Atenção Básica União)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 4749

Publicação Nº 1486597

DECRETO Nº 4.749, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014, COM AS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI 13.204/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, VIII, Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 13.019/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o sistema de cadastramento das organizações da sociedade civil do Município de Pinheiro Preto-SC, para fins de obtenção de reconhecimento como entidade credenciada, quando as atividades destas forem voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social.

Art. 2º Serão consideradas aptas e credenciadas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Pinheiro Preto:

I - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

II - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo à organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

III - certidão Negativa de:

- a) Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal;
- b) Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Certidão de Débito Trabalhista;

IV - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

VII - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

VIII – cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IX - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

X – comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XI – demonstrar possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação;

XII – apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XIII - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XIV - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XV - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014.

Art. 3º A experiência prévia solicitada no inciso X, do art. 2º, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I – instrumento de parceria ou outro equivalente, firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II – relatório de atividades desenvolvidas;

III – notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V – currículo de profissional ou equipe responsável;

VI – declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

VII – prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VIII – atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Art. 4º A solicitação do Credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo.

Art. 5º A Organização que não apresentar toda a documentação, será notificada para apresentar no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento.

Art. 6º Compete a Secretaria Municipal de Administração do Município, expedir em até cinco dias do protocolo, o comprovante do Credenciamento da Entidade na forma deste Decreto, ou emitir decisão justificada denegando o cadastramento.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração deverá previamente ter parecer de aprovação do órgão gestor da respectiva política no Município.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de janeiro de 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO 919/2018

Publicação Nº 1486870

DECRETO Nº 919/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 13.019/2014, COM AS ALTERAÇÕES CONTIDAS NA LEI 13.204/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito de Piratuba - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, especialmente para os fins de seu art. 30, inc. VI:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica criado o sistema de cadastramento das organizações da sociedade civil do Município de Piratuba -SC, para fins de obtenção de reconhecimento como entidade credenciada pelo órgão municipal gestor da respectiva política, quando as atividades destas forem voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social.

Art. 2º - Serão consideradas aptas e credenciadas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Piratuba:

I - cópia da Lei Municipal e/ou Estadual que reconhece a entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas na forma da Lei Federal n. 9.790, de 1999, e cópia da Lei Federal quando houver;

II - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo à organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

III - certidão Negativa de:

- a) Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal;
- b) Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Certidão de Débito Trabalhista;

IV - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

VII - Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertence a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

VIII – cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; e

IX – comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

X – demonstrar possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação;

XI – apresentar registro da organização da sociedade civil expedido pelo órgão gestor da respectiva política, conforme artigo 6º deste Decreto.

XII - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XIII - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XIV - declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014;

Art. 3º - A experiência prévia solicitada no inciso IX, do art. 2º, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I – instrumento de parceria ou outro equivalente, firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II – relatório de atividades desenvolvidas;

III – notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V – currículo de profissional ou equipe responsável;

VI – declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

VII – prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VIII – atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

Art. 4º - A solicitação do Credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo.

Art. 5º - A Organização que não apresentar toda a documentação, será notificada para apresentar a documentação faltante no prazo de cinco dias, sob pena de indeferimento.

Art. 6º - Compete a Secretaria de Educação, Saúde e/ou Assistência Social do Município, conforme for à gestora da respectiva política, expedir em até cinco dias do protocolo, o comprovante do Credenciamento da Entidade na forma deste Decreto, ou emitir decisão justificada denegando o cadastramento.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 10 de janeiro de 2018.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial  
Conforme Lei nº 226/93  
Em 10 de janeiro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

.

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

**EDCP01\_2018**

Publicação Nº 1487293

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO para provimento de vagas legais do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Município de Planalto Alegre, sendo contratados pelo Regime Geral de Previdência Social, com a execução técnico-administrativa da empresa CURSIVA Assessoria e Consultoria, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.612.829/0001-52, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e pelas demais disposições legais vigentes.

Das inscrições: estarão abertas no período de 10 de janeiro a 10 de fevereiro de 2018, via internet, no site [www.cursivani.com.br](http://www.cursivani.com.br).

Estão disponíveis as seguintes vagas: Auxiliar de Serviços Gerais Feminino; Auxiliar de Serviços Gerais masculino; Motorista; Operador de Maquinas 1 – Trator Agrícola de Pneus; Operador de Maquinas 2 – Retroescavadeira; Operador de Maquinas 3 – Motoniveladora; Assistente Administrativo; Técnico em Enfermagem; Técnico em Administração; Engenheiro Agrônomo; Enfermeiro(a); Assistente Social; Engenheiro Civil; Fisioterapeuta; Fiscal de Obras e Tributos; Odontólogo II; Médico II – 40h; Médico II – 20h; Agente de Controle Interno; Professor de Ensino Fundamental; Professor de Educação Infantil ; Professor de Língua Estrangeira – Inglês.

Planalto Alegre, 10 de janeiro de 2018

JUARES BET

Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### PORTARIA 22.362

Publicação Nº 1486871

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

#### PORTARIA Nº 22.362

PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR EDSON SIMÃO GOTZINGER, EM FACE DA CONCESSÃO DO AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

#### RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR O AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão - FAP, o servidor EDSON SIMÃO GOTZINGER, ocupante no cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO II – NÍVEL I, referência 008-C-216, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Obras, até 15 de setembro de 2017, data em que deverá retornar para nova avaliação da perícia médica.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de julho de 2017.

WILHELM ZILZ ÉRCIO KRIEK  
Sec. de Obras Prefeito Municipal

### PORTARIA 22.534

Publicação Nº 1486873

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

#### PORTARIA Nº 22.534

PRORROGA AFASTAMENTO DO SERVIDOR ARI JOSÉ KARLING, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

#### RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR O AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão - FAP, do servidor ARI JOSÉ KARLING, ocupante no cargo de TRATORISTA AGRÍCOLA – NÍVEL I, referência 005-A-208, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Agric. Indústria e Comércio, da Secretaria de Atividade Rural e Meio Ambiente, no período 13 de agosto de 2017 à 13 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de agosto de 2017.

WILHELM ZILZ ÉRCIO KRIEK  
Sec. Obras Prefeito Municipal



**PORTARIA 22.536**

Publicação Nº 1486874

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254  
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04  
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.536

CESSA AFASTAMENTO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 20 da Lei Complementar nº 122, de 20 de dezembro de 2005, CESSAR O AFASTAMENTO, em razão do término da concessão do auxílio doença junto ao Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, do servidor ENGELBERT BARHART, ocupante do cargo de GARI, referência 003-D-206, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 15 de agosto de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de agosto de 2017.

WILHELM ZILZ ÉRCIO KRIEK  
Sec. Obras Prefeito Municipal

**PORTARIA 23.049**

Publicação Nº 1486868

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE  
CNPJ: 83.102.251/0001-04  
Telefone: (47) 3387-7200  
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro  
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.049

EXONERA A PEDIDO NILTON HERMANN.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 307 de 09 de outubro de 2017 e decreto Municipal de nº 3.211/17, o servidor NILTON HERMANN, ocupante do cargo de Tratorista Agrícola, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, a partir de 27 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de novembro de 2017.

WILHELM ZILZ MARCOS A. RADÜNZ  
Sec. de Desenvolvimento Rural Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER ÉRCIO KRIEK  
Sec. Gestão Adm. e Fazenda Prefeito Municipal

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 003 / 2017 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE - ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Publicação Nº 1486768

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2017  
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 003 / 2017

**ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Às oito horas (08h00min.) do décimo dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito (10/01/2018) na sala de licitações do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n.º 23.267/2018 e suas alterações. Após serem analisados os documentos, constatou-se que as empresas que apresentaram seus documentos com a devida regularidade foram:

- POLI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP – Cód. Participante n.º 182079; e,
- EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA – EPP - Cód. Participante n.º 327840.

Fica INABILITADA a Empresa:

- SL CONSTRUTORA EIRELI EPP – Cód. Participante n.º 537462.
- Item 6.1.5, "c" do edital: A licitante não comprovou com os atestados apresentados, os seguintes itens: - Cobertura em telha cerâmica; - Revestimento Cerâmico de Piso; - Reboco em parede; - Revestimento Cerâmico Parede; - Para Raio - SPDA e, - Pintura Acrílica. Destes itens, não foram apresentados nenhuma metragem;
- Item 6.1.5, "d.5" do edital: Não foi apresentada cópia autenticada do Contrato de Trabalho do profissional de nível superior;
- Item 6.1.5, "f" do edital: Não foi apresentada a Declaração, com firma reconhecida, de que não possui obras em andamento junto a qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado com o cronograma de execução em atraso;
- Item 6.1.5, "h" do edital: Não foi apresentada a Declaração pessoal do responsável técnico indicado pela proponente, com firma reconhecida, concordando com a sua responsabilidade técnica perante as obras;
- Item 6.1.5, "i" do edital: Declaração apresentada sem firma reconhecida;
- Item 6.1.6, "a" do edital: Declaração apresentada sem firma reconhecida.

Diante da inabilitação da Empresa SL CONSTRUTORA EIRELI EPP e não havendo representante da licitante presente na sessão para manifestação de eventual renúncia recursal, a Comissão Permanente de Licitações suspende a presente sessão, concedendo o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis a licitante inabilitada, em conformidade com o disposto no item 15.7 do edital, iniciando o prazo em 12/01/2018 e com término em 18/01/2018.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

SÉRGIO RIEMER

Presidente da Comissão de Licitações

DONAIRE BAADE

Secretária

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO

Membro

**LICITANTES**

VALDENIR JOSÉ POLI

POLI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

VALDIR BENTO FALCHETTI

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA – EPP

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### EXTRATO PP01/2018

Publicação Nº 1486807

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 25/01/2018, às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E PINTURA DOS ABRIGOS DE ÔNIBUS ESCOLAR CONFORME DESCRITO NO ANEXO I.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 10/01/2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA 001/2018

Publicação Nº 1486568

PORTARIA Nº 001/2018  
CONCEDE PERÍODO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BERNARDO SCHMIDT, presidente da Câmara de Vereadores de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno e LOM:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido período de Férias de 20 dias ao servidor Sandro Fernandes Barcelos, o qual compreende entre os dias 15 de Janeiro a 04 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 08 de Janeiro de 2018.  
Rubens Bernardo Schmidt  
Presidente

# Porto Belo

## PREFEITURA

### ATA DE HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO – Nº 002/2017 - PMPB

Publicação Nº 1486953

Ata de Habilitação Chamamento Público – Credenciamento – nº 002/2017 - PMPB

Ata nº 002

Objeto: Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial (pessoa física) para a elaboração, assessoria e realização de leilão On Line e Presencial para alienação de bens móveis inservíveis da Administração Pública Municipal, incluindo todas as etapas, nos termos do Decreto Federal nº 21.981/32 e da Lei nº 8.666/93.

Aos oito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Reuniões, no Paço Municipal, localizada na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2.500, Centro, Porto Belo/SC, presentes os membros da Comissão Permanente de Licitações, ao final assinados, esta Comissão delibera no seguinte sentido:

No dia quinze de Dezembro do ano de dois mil e dezessete, foi aberto os envelopes contendo os documentos de Habilitação dos interessados no Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial, onde 20 pessoas físicas apresentaram a documentação. Após a análise dos documentos apresentados, verificou-se que todos os interessados apresentaram documentos faltantes ou em desacordo com o exigido no Edital, sendo assim todos foram inabilitados. O Presidente da Comissão, conforme o disposto no art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93, abriu o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação da documentação faltante e/ou em desacordo com o Edital, findando-se o prazo na data de 05/01/2018 às 18:00 hs.

Na data de 08/01/2018 às 13:00 hs verificou-se que apenas 05 (cinco) pessoas físicas, apresentaram a documentação faltante e em acordo com o Edital. Ato contínuo foram abertos os envelopes dos interessados, e constatou-se que todos apresentaram os documentos corretamente, e foram declarados CREDENCIADOS os seguintes participantes, todos pessoas físicas, sendo estas:

VANDERLEI PETRI, LUCIO UBIALLI, PAULO PIZZOLATTI NETO, JEFFERSON EDUARDO ZAMPIERI e DANIEL ELIAS GARCIA.

Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos e encaminhado para homologação.

Rodrigo Truffa da Costa  
Presidente da Comissão

Jessie Cordeiro Espindula Secretaria	Isabel Cristina Monteiro Membro
---	------------------------------------

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2018.

Publicação Nº 1487643

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2018.

Versão 001/2018

DISCIPLINA SOBRE OS PROCEDIMENTOS GERAIS PARA COMPRAS, SEJA ATRAVÉS DE LICITAÇÃO, COMPRA DIRETA, PROCESSO DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE, BEM COMO O PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE TERMO ADITIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda;

Considerando a necessidade de estabelecimento de critérios técnicos a serem observados na deflagração dos procedimentos de compra de materiais ou serviços no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Belo,

Considerando, ainda, a necessidade de adequação desses procedimentos ao determinado pelos artigos 14 e 38 da Lei Federal nº. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), resolve:

Art. 1º Determinar que, a partir da publicação dessa Instrução Normativa, todas as solicitações, sendo: aquisição de materiais, de licitação, de aditamento do contrato, contratação direta e do pedido de orçamento, sejam efetuados mediante o preenchimento dos formulários adequados em anexo;

Art 2º Nenhuma solicitação de compra, solicitação de material ou serviço poderá ser efetivada sem a devida autorização do(a) Secretário(a) Municipal ou Presidente de Fundação/Autarquia responsável pelo setor solicitante;

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 3º As ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade,

eficácia e eficiência.

Art. 4º A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 estabelece procedimentos rígidos para os processos de licitação e Contratos Administrativos.

Art. 5º É necessária a padronização e normatização das solicitações de licitações, compras diretas, contratações e termos aditivos aos contratos no âmbito do Poder Executivo Municipal, de forma a orientar os órgãos da Administração Pública Municipal para a correta observância acerca das regras gerais para a solicitação da realização de procedimentos gerais para compras.

Parágrafo único: Os ofícios de solicitação de despesas e a solicitação para realização de processo licitatório devem seguir os padrões apresentados nos modelos em anexo:

- a) Anexo I: Para solicitar a compra de materiais e prestação de serviços;
- b) Anexo II: modelo de solicitação de processo licitatório;
- c) Anexo III: Para solicitar aditamento de valor de contrato;
- d) Anexo IV: Para solicitar aditamento de prazo ao contrato.

Art. 6º Cada órgão da Administração Pública deverá planejar, com antecipação, suas compras para o ano vigente, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa.

## CAPÍTULO II DO AMPARO LEGAL

Art. 7º Para se efetuar a aquisição de qualquer bem ou serviço, deverá haver a previsão legal nas seguintes Leis Municipais:

I - Lei do Plano Plurianual – PPA. Essa Lei é elaborada no primeiro ano de cada mandato e tem validade por 04(quatro) anos-Princípio da Continuidade. Pode sofrer alterações devidamente justificadas, mediante autorização legislativa.

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO. Essa Lei é elaborada anualmente e estabelece as diretrizes gerais de gestão pública para o exercício seguinte, desde que contempladas no Plano Plurianual-PPA.

III - Lei do Orçamento Anual- LOA. Essa Lei é elaborada anualmente e quantifica os valores a serem gastos em cada rubrica no exercício seguinte, para a compra de bens e serviços atendendo o estabelecido na Lei do Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Pode sofrer alterações devidamente justificadas.

## CAPÍTULO III DA DETERMINAÇÃO LEGAL

Art. 8º As aquisições de materiais, bens, serviços e obras, são regidas pelas seguintes leis:

I - Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e suas alterações. Esta lei institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, inciso XV, letra b, da Constituição Federal. Destaca-se a seguir alguns dos seus artigos relacionados aos procedimentos de compras de bens e serviços.

Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Art. 59. O empenho de despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

§ 1º Ressalvado o disposto no Art. 67 da Constituição Federal, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

§ 2º Fica também, vedado aos Municípios, no mesmo período, assumir por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.

§ 3º As disposições dos parágrafos anteriores não se aplicam nos casos comprovados de calamidade pública.

§ 4º Reputam-se nulos e de nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito

Nos termos do Art. 1º, inciso V, do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. (grifo nosso)

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

§ 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho (grifo nosso) que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios

do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I- A origem e o objeto do que se deve pagar;

II- A importância exata a pagar;

III- Aquém se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I – o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II- a nota de empenho;

III- Os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

Art. 65. O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente constituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.

II - Lei nº 8.666 de 20 de junho de 1993 e suas alterações:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, Do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Destaca-se a seguir alguns dos seus artigos de caráter mais geral, que possibilitam ter a noção dos procedimentos que devem ser cumpridos para a compra de bens e serviços.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Artigo 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Artigo 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades (grifo nosso) salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Artigo 14º Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Artigo 22º São modalidades de licitação:

I- Concorrência;

II- Tomada de preços;

III- Convite;

IV- Concurso;

V- Leilão.

Artigo 92 Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade (grifo nosso), observado o disposto no art. 121 desta Lei: Pena – detenção, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide na mesma pena o contratado que, tendo comprovadamente concorrido para a consumação da ilegalidade, obtém vantagem indevida ou se beneficia, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais.

III - Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Artigo 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.



§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS COMPRAS: PROCEDIMENTOS E ROTINAS

Art. 9º As compras a serem efetuadas por todos os departamentos da Prefeitura, serão realizadas de forma centralizada, pelo Departamento de Compras, Licitação e Contratos, a quem terá exclusivamente a responsabilidade indelegável.

§ 1º Cada servidor responsável em seus respectivos departamentos, quando solicitarem a aquisição de materiais, bens ou serviços, ou ainda, realização de obras de engenharia e ou reformas, devendo dirigir-se ao Departamento de Compras e Licitações que tomarão as devidas providências.

§ 2º Não será admitido, no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Belo, servidor comprar em nome da Prefeitura, dos Fundos. Fundações ou Instituto, sem antes da realização do processo de compra, sob pena de advertência, abertura de procedimento administrativo com as punições legais.

§ 3º Qualquer compra realizada no comércio local ou fora do município sem a devida Autorização de Fornecimento (AF) emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, será nula e não será objeto de formalização do processo de compra, devendo o fornecedor que vendeu se dirigir ao servidor que adquiriu de forma errônea, cabendo a ele o ônus e a total responsabilidade pela compra.

§ 4º Se, determinado servidor efetuar uma compra em qualquer fornecedor e determinar ou portar em mãos Notas Fiscais, ou quaisquer outros documentos que caracterize compra antecipada, sem o conhecimento do Departamento de Compras, o servidor deverá ser advertido, podendo sofrer as penalidades legais.

##### Da Solicitação de Compra de Bens e Serviços- SMS

Art. 10. A solicitação de compras é o documento que representa a intenção do Poder Público, manifestada através de autoridade competente, de se efetuar a compra de bens e serviços.

§ 1º Esse documento é gerado e emitido através do sistema informatizado contratado e denominado de Solicitação de Materiais e ou Execução de Obras e Serviços - SMS. Deverá ser assinada pelo servidor emitente, pelo Secretário Municipal ou Presidente de Fundação/Autarquia. Ao assinar a SMS, a autoridade competente está ciente de autorizar um ato emanado de fundamentação legal.

§ 2º Se a compra do bem ou serviço for objeto de processo licitatório já homologado e adjudicado, esse deverá ter a mesma descrição que consta no termo de homologação e adjudicação. A Solicitação de Fornecimento –SF, que difere da SMS por se tratar de aquisição de bens e serviços de Processos Licitatórios já homologados, seguirá o mesmo trâmite da SMS e no corpo da SF deverá constar a identificação do processo licitatório a que pertence.

§ 3º Para aquisição de produtos, através de dispensa por limite de valor, (vide artigo 12 desta IN), e este for inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), o órgão administrativo deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Preencher a SMS com os respectivos materiais ou serviços pretendidos e enviar para o Departamento de Compras, observando o mais alto grau de especificação;

II - As SMS, deverão separar os produtos em solicitações diferentes para cada grupo de materiais de consumo: limpeza, gêneros alimentícios, peças para veículos, material de construção, material de pintura etc., ou material permanente como móveis, equipamentos diversos, conforme Manual de Detalhamento de Elementos de Despesas do TCE/SC;

III – As solicitações deverão vir acompanhadas de ofício, justificativa, três orçamentos, termo de referência e as negativas da empresa que apresentou a proposta mais vantajosa: a Certidão Negativa de Débitos Federais, Estaduais e Municipais, INSS, FGTS, Trabalhista. O valor do produto ou serviço deverá vir acompanhado de, no mínimo, 03 (três) orçamentos para cada item, devidamente comprovados através de documento escrito, com a identificação da empresa, razão social, endereço, telefone, CNPJ.

IV- Deverão ser prestadas todas as informações que serão exigidas do futuro fornecedor, como, prazo de pagamento, local de entrega, forma de entrega, responsabilidade por montagem, funcionamento, testes, treinamento, garantia e demais informações necessárias à confecção de um bom orçamento.

V- Informar também o nome e número do Banco, número agência e Conta corrente do fornecedor selecionado no orçamento.

§ 4º Se o bem ou serviço dessa compra já tenha sido objeto de compra anterior, e a soma superar o valor limite, obrigatoriamente deverá ser realizado processo licitatório. O Departamento de Compras será o responsável por essa verificação e determinará os novos procedimentos.

§ 5º Se o objeto da compra for de bem ou serviço cujo valor for superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), considerando o valor já utilizado e a utilizar no ano para este objeto, deverá ser realizado processo licitatório (vide artigo 11 desta IN). Encaminhar a SMS através de ofício junto com o termo de referência, 03 (três) orçamentos devidamente comprovados através de documento escrito, com a identificação da empresa, razão social, endereço, telefone, CNPJ e demais documentos que possam auxiliar na identificação e descrição do objeto. Também

deverão ser prestados todas as informações que serão exigidas do futuro fornecedor, como, prazo de pagamento, local de entrega, forma de entrega, responsabilidade por montagem, funcionamento, testes, treinamento, garantia e demais informações necessárias à confecção de um bom edital.

§ 6º Se o objeto da compra for caracterizado como obra e serviço de engenharia e para sua aquisição for realizada a dispensa por limite de valor, (vide artigo 12 desta IN) e este for inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Preencher a SMS com os respectivos serviços pretendidos e enviar para o Departamento de Compras, observando o mais alto grau de especificação;

II – As solicitações deverão vir acompanhadas de ofício, justificativa, três orçamentos, termo de referência e as negativas da empresa que apresentou a proposta mais vantajosa: a Certidão Negativa de Débitos Federais, Estaduais e Municipais, INSS, FGTS, Trabalhista. O valor do serviço deverá vir acompanhado de, no mínimo, 03 (três) orçamentos, devidamente comprovados através de documento escrito, com a identificação da empresa, razão social, endereço, telefone, CNPJ, o memorial descritivo, projetos necessários à sua execução, planilha orçamentária, cronograma físico e financeiro, as ARTs, e demais documentos que possam auxiliar na identificação e descrição do objeto.

III- Deverão ser prestados todas as informações que serão exigidas do futuro fornecedor, como, prazo de pagamento, local de entrega, forma de entrega, responsabilidade por montagem, funcionamento, testes, treinamento, garantia e demais informações necessárias à confecção de um bom orçamento. Informar também o nome e número do Banco, número da agência e conta corrente do fornecedor selecionado no orçamento.

§ 7º Se o objeto da compra for um serviço de engenharia cujo valor for superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), deverá ser realizado processo licitatório (vide artigo 11 desta IN). Encaminhar a SMS através de ofício junto com o termo de referência, 03 (três) orçamentos devidamente comprovados através de documento escrito, com a identificação da empresa, razão social, endereço, telefone, CNPJ e demais documentos que possam auxiliar na identificação e descrição do objeto. Também deverão ser prestados todas as informações que serão exigidas do futuro fornecedor, como, prazo de pagamento, local de entrega, forma de entrega, responsabilidade por montagem, funcionamento, testes, treinamento, garantia e demais informações necessárias à confecção de um bom edital.

§ 8º Se o objeto da compra se enquadrar nos critérios de Dispensa de Licitação, e ou, Inexigibilidade de Licitação, a SMS deverá ser acompanhada de ampla, irrefutável e comprovada justificativa (vide artigo 12 desta IN).

§ 9º Se o objeto for a compra ou locação de bem imóvel, deverá acompanhar a SMS os documentos constantes no artigo 12 desta IN.

Das solicitações para abertura de processo licitatório

Artigo 11º - A solicitação para realização de Processo Licitatório será precedida por ofício endereçado à Secretaria de Administração, especificamente ao Setor de Compras e Licitações, devidamente assinado pelo Secretário ou Presidente de Fundação/Autarquia solicitante, e deverá vir acompanhado pela solicitação de licitação, Justificativa, Termo de Referência contendo todas as informações necessárias para a devida execução do processo, além do anexo dos orçamentos efetuados junto ao mercado e todos os arquivos eletrônicos (disquete, CD ou email), projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico – financeiro, no caso de obra.

Parágrafo único- É importante ressaltar a necessidade de ser indicada a dotação orçamentária e reserva de saldo no valor total do contrato a ser efetivado. O valor de cada item e o valor global do processo deverá ser o valor médio dos orçamentos apresentados.

Da Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Art. 12. A contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços ou fornecimento de bens para o Município de Porto Belo, quando não necessitar de processo de licitação, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Justificar a necessidade do serviço ou material;

II - Apontar o motivo que torna sem necessidade a realização da licitação, conforme preceituam os artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

III - Informar a empresa ou organização que será contratada;

IV - Determinar o período da contratação;

V – Providenciar, através da Secretaria ou Fundação/Autarquia, 03 (três) orçamentos que comprove que o serviço/objeto estará sendo adquirido no valor de mercado;

VI - Determinar o valor da contratação, informando a dotação e a reserva de saldo, anexando o formulário fornecido pelo Departamento de Contabilidade;

VII - Solicitar a seguinte documentação devidamente autenticada à empresa:

a) Identificação do responsável pela assinatura do contrato, proprietário da empresa, diretor, gerente ou qualquer outra pessoa com procuração especial;

- b) carteira de identidade e CPF do responsável;
- c) comprovante de residência;
- d) Contrato ou estatuto social da empresa ou organização;
- e) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva, com efeito, de negativa;
- f) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva, com efeito, de negativa;
- g) Certidão Negativa de débitos junto a Receita Federal, ou Certidão Positiva, com efeito, de negativa;
- h) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS;
- i) Certidão Trabalhista.

Art. 13. A contratação de pessoa física para prestação de serviços ou fornecimento de bens para o Município de Porto Belo, quando não precisar de licitação, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Justificar a necessidade do serviço ou material (prestação de serviços por pessoas físicas somente em casos excepcionais, devidamente justificados);

II - Apontar o motivo que torna sem necessidade a realização da licitação, conforme preceituam os artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

III - Determinar o período da contratação;

IV – Providenciar, através da Secretaria ou Fundação/Autarquia, 03 (três) orçamentos que comprove que o serviço/objeto estará sendo adquirido no valor de mercado;

V - Determinar o valor da contratação, informando a dotação e a reserva de saldo;

VI - Solicitar a seguinte documentação devidamente autenticada à pessoa física:

- a) identificação do responsável pela assinatura do contrato.
- b) carteira de identidade e CPF do responsável;
- c) comprovante de residência;
- d) certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa.
- e) comprovante de Inscrição no PIS ou PASEP;
- f) conta bancária;

Parágrafo único. As referidas informações deverão, obrigatoriamente, ser anexadas ao processo pelo Departamento de Compras e Licitação.

Art. 14. - A locação de imóveis para uso do Município de Porto Belo, quando necessário, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Selecionar o imóvel pretendido;

II - Negociar o valor do aluguel e período de locação;

III - Solicitar laudo da Secretaria de Planejamento sobre o referido imóvel;

IV - Solicitar a cópia da seguinte documentação devidamente autenticada ao Proprietário:

§ 1º No caso do proprietário do Imóvel ser pessoa física, exigir-se-á os seguintes documentos:

- I - Identificação do responsável pelo imóvel, carteira de identidade, CPF, comprovante de residência e conta bancária;
- II – Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
- III - Matrícula ATUALIZADA do imóvel ou o Contrato de Compra e Venda com firma reconhecida.

§ 2º No caso do proprietário do Imóvel ser pessoa jurídica, exigir-se-á os seguintes documentos:

I - Identificação do responsável pela organização carteira de identidade, CPF, comprovante de residência e conta bancária;

II - Estatuto ou Contrato Social da organização;

III - Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

IV - Matrícula ATUALIZADA do imóvel ou o Contrato de Compra e Venda com firma reconhecida.

§ 3º As referidas informações deverão, obrigatoriamente, ser anexadas ao ofício endereçado ao Setor de Licitações e Contratos, devidamente assinado pelo Secretário ou Presidente de Fundação/Autarquia da entidade solicitante, juntamente com os seguintes termos:

I - Solicitar a locação do imóvel escolhido, com o seu devido endereço completo;

II - Justificar a escolha daquele imóvel e justificar o motivo pelo qual estão efetuando a locação do imóvel;

III - Informar a pessoa que irá assinar o contrato, proprietário do imóvel ou, no caso de empresa, responsável pela assinatura do contrato proprietário da empresa, diretor, gerente ou qualquer outra pessoa com procuração especial, com carteira de identidade, CPF, comprovante de residência;

IV - Identificar a dotação orçamentária com a devida reserva de saldo no valor total do contrato;

V - Identificar o período em que será realizada a locação;

VI - Fornecer os dados bancários completos para depósito mensal do valor da locação;

VII – Estar devidamente assinado pelo Secretário ou Presidente de Fundação/Autarquia.

§ 4º O envio de processo licitatório sem os devidos documentos acarretará na devolução do mesmo para a Secretaria ou Fundação/Autarquia interessada para instrução do processo.

§ 5º Caso haja qualquer informação a ser adicionada para a elaboração do contrato, esta deverá constar também no ofício.

Art. 15. A solicitação do orçamento, deverá ser apresentada de forma organizada, ou seja, em uma planilha contendo o item, quantidade, unidade, especificação detalhada do objeto, local para o preço unitário e para o preço total do item.

Art. 16. Deverão ser prestadas todas as informações que serão exigidas do futuro fornecedor, como, prazo de pagamento, local de entrega, forma de entrega, responsabilidade por montagem, funcionamento, testes, treinamento, garantia e demais informações necessárias à confecção de um bom orçamento.

§ 1º Cabe revisão dos conceitos, caso sejam observados preços muito diferentes para o mesmo objeto.

§ 2º O orçamento é uma peça fundamental de todo processo, por isso deverá ser bem elaborado, uma vez que, poderá prejudicar todo o resultado do certame e a seriedade e legalidade do mesmo.

§ 3º Toda e qualquer aquisição ou contratação, obrigatoriamente, deverá vir acompanhada de justificativa bem fundamentada, discriminando a razão, a necessidade e a finalidade da compra ou contratação.

Art. 17. Após a sua emissão e junto com a documentação necessária, a SMS deverá ser entregue no Departamento de Compras, obedecidos os seus critérios de organização interna, que fará a análise e decidirá pela continuidade de seu encaminhamento ou devolução ao órgão municipal de origem.

Art. 18. Se a opção for pela continuidade, deverá ser entregue à Secretaria da Fazenda, que pela assinatura de seu titular ou a quem este designar, atestará a existência ou não, de dotação orçamentária para empenhamento e de recursos financeiros para o pagamento do valor da despesa.

Parágrafo único. Caso não haja disponibilidade orçamentária e/ou financeira, a Secretaria da Fazenda encaminhará a SMS com a devida justificativa ao Departamento de Compras que a devolverá ao órgão de origem. Se houver disponibilidade orçamentária e financeira, a SMS será entregue ao Departamento de Compras e/ou Divisão de Licitações, para os atos subsequentes.

Da autorização de fornecimento de bens e serviços

Art. 19. A Autorização de Fornecimento- AF representa o início da confirmação por parte do Poder Público, manifestada através de autoridade competente, de se efetuar a compra de bens e serviços.

Art. 20. Esse documento é gerado e emitido através do sistema informatizado, contratado, e denominado de Autorização de Fornecimento- AF. A AF será emitida pelo Departamento de Compras- Divisão de Licitações, em três vias, que deverão ser assinadas pelo Assessor de Compras e pelo Secretário Municipal ou Presidente de Fundação/Autarquia solicitante do bem ou serviço.

§ 1º Uma via fica no Departamento de Compras para seu controle, uma via é devolvida à Secretaria ou órgão de origem que serve para

confirmar o procedimento inicial da compra, uma via será anexada à sua respectiva SMS ou SF e será encaminhada à Secretaria de Finanças para a emissão da NOTA DE EMPENHO- NE, nos termos do artigo 61 da Lei 4.320/64.

§ 2º Após a emissão da AF, o Departamento de Compras deverá proceder à solicitação do fornecimento do material ou serviço junto ao fornecedor para que faça a entrega nas condições já estabelecidas e orientando o mesmo a emitir a nota fiscal sem rasuras em nome da Prefeitura ou da Fundação/Autarquia identificado na AF.

§ 3º Os processos deverão estar formalizados antes da aquisição do material e da contratação de serviços antes da data do evento.

#### Da Nota de Empenho

Art. 21. A Nota de Empenho representa a confirmação final por parte do Poder Público, manifestada através de autoridade competente, de se efetuar a compra de bens e serviços.

§ 1º A Nota de Empenho – NE, é gerada e emitida através do sistema informatizado, contratado, e será assinada pelo servidor responsável pela sua emissão; pelo Contador do Município e pelo Prefeito Municipal, ou a quem este designar, na qualidade de Ordenador Primário.

§ 2º Após colher as assinaturas, a nota de empenho – NE, será arquivada pelo servidor responsável para aguardar os documentos que possibilitarão o pagamento de sua despesa.

#### Do Recebimento de Bens e Serviços

Art. 22. O recebimento de bens e serviços representa a confirmação da entrega dos mesmos, por parte do fornecedor ao Município de Porto Belo e será efetuado por servidor do Município de Porto Belo, devidamente designado.

Art. 23. A Nota Fiscal representa o documento oficial apresentado pelo fornecedor para a entrega de obras, bens e serviços e deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número da AF e da conta bancária do fornecedor.

§ 1º A descrição do objeto, a qualidade, a quantidade constante da Nota Fiscal, deve coincidir com o que consta na Autorização de Fornecimento-AF.

§ 2º Em caso de divergência entre a Nota Fiscal e a Autorização de Fornecimento, o bem ou serviço deverá ser recusado, o fato deverá ser registrado e comunicado à autoridade competente para que tome as providências que se fizerem necessárias.

§ 3º Em caso da Nota Fiscal e a Autorização de Fornecimento coincidirem, o Servidor receberá o bem ou serviço, carimbará e assinará a Nota Fiscal.

§ 4º O Servidor que receber o bem ou serviço deverá fazer constar no corpo da Nota Fiscal o número da correspondente Autorização de Fornecimento- AF, registrado pelo fornecedor ou por ele mesmo.

§ 5º Os Bens Móveis serão objeto de registro analítico individualizado no Departamento de Patrimônio, com a indicação de suas características e dos responsáveis pela sua guarda e administração.

§ 6º Para que ocorra o correto registro dos Bens Móveis, os responsáveis pelo recebimento dos bens deverão encaminhar para o Departamento de Patrimônio a nota fiscal da compra, bem como, a Autorização de Fornecimento como indicação do número do empenho, com a discriminação para qual localidade e a utilização do bem que está sendo adquirido, antes do processo de liquidação e pagamento da despesa.

§ 7º O prazo máximo de encaminhamento da cópia da Autorização de Fornecimento e da Nota Fiscal para o Departamento de Patrimônio será de 05 (cinco) dias.

§ 8º O Departamento de Patrimônio, após efetuar as devidas conferências e respectivo tombamento, informará na nota fiscal o Número de Patrimônio, assinará no verso da nota fiscal e devolverá à Secretaria competente.

§ 9º Em ato contínuo, o Servidor que receber a Nota Fiscal devidamente identificada com o número da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho e Tombamento do Patrimônio, quando for o caso, encaminhará ao Secretário titular da Pasta, que assinou a SMS ou SF, ou a quem lhe foi delegado poder, para a sua liquidação, que encaminhará ao departamento de compras para a liquidação no sistema.

#### Da Liquidação da Despesa

Art. 24. A Liquidação da Despesa representa a confirmação final do recebimento da compra de materiais, bens e serviços que após a liquidação da nota encaminhará a Nota Fiscal ao Departamento de Contabilidade.

Art. 25. A Liquidação da Despesa é responsabilidade do Secretário Titular da pasta ou do Presidente de Fundação/Autarquia em conjunto com o Servidor que recebeu o produto ou atestou o serviço executado.

Art. 26. A Liquidação da Despesa se dará na Nota Fiscal entregue ao Secretário ou Presidente de Fundação/Autarquia pelo servidor que recebeu o bem ou serviço carimbada e assinada.

Art. 27. O procedimento de liquidação consiste em carimbar a nota Fiscal com carimbo que contenha minimamente os elementos a seguir

e posteriormente preencher e assinar:

CERTIFICO que o ( ) MATERIAL- ( ) SERVIÇO constante deste documento foi ( ) RECEBIDO- ( ) PRESTADO e aceito em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Nome: (do responsável pela liquidação); Cargo (do responsável pela liquidação); Assinatura: (do responsável pela liquidação).

Parágrafo único. No processo de liquidação da despesa deverá conter ainda, nos casos de:

I- Bens Móveis: carimbo com o tombamento pelo Departamento de Patrimônio;  
II - Serviços: relatório detalhado dos serviços prestados, como: controle de horas, especificação dos serviços, fotos, entre outros;  
III - Materiais: nos casos de aquisição de materiais a serem armazenados, o devido comprovante do lançamento no almoxarifado/estoque;  
IV - Obras: ART da Execução, ART da Fiscalização, Boletim de Medição assinado pelo engenheiro informado na ART da Execução e pelo engenheiro responsável pela fiscalização, conforme ART da Fiscalização; Diário da Obra; Fotos da etapa da obra referente ao Boletim de Medição; GFip - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social com o comprovante de pagamento da GPS - Guia da Previdência Social; Negativas: Federal, Estadual, Municipal, FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Trabalhista.

#### Do Registro da Liquidação

Art. 28. O Registro da Liquidação consiste em transferir para o sistema informatizado, contratado, os dados da Nota Fiscal liquidada.

§ 1º O Servidor responsável, da Secretaria ou Órgão de Governo afim, localizará no sistema informatizado, a Autorização de Fornecimento – AF correspondente a Nota Fiscal- NF, e registrará todos os elementos necessários para confirmar a liquidação da despesa.

§ 2º Após efetuar os registros necessários no sistema informatizado, a Nota Fiscal deverá ser entregue à Secretaria Municipal da Fazenda para o início dos procedimentos de pagamento, para ser anexada à correspondente Nota de Empenho.

§ 3º Toda nota fiscal deverá ser entregue no departamento de compras no prazo máximo de 10 dias após a sua data de emissão, devidamente certificada e com o número da AF a que se refere destacada, sob pena de devolução da mesma.

#### Do pagamento

Art. 29. O Pagamento representa a confirmação da aquisição de materiais, bem ou serviço por parte do Poder Público.

Art. 30. Com a posse da Nota Fiscal-NF, em ato contínuo, será emitida a Ordem de Pagamento.

Art. 31. O Pagamento deverá ser efetuado nos termos do artigo 65 da Lei 4.320, obedecida à ordem cronológica da Liquidação da Despesa para cada fonte de recursos.

### CAPÍTULO V

#### DO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS

Art. 32. A solicitação de Termo Aditivo ao Contrato deverá ser precedida de ofício endereçado à Secretaria de Administração, especificamente ao Setor de Licitações e Contratos, devidamente assinado pelo Secretário ou Presidente de Fundação/Autarquia do setor solicitante, com as seguintes informações gerais:

I – Justificativa da necessidade da realização do aditivo;

II - Quantificação do período a acrescentar ou suprimir ao contrato original, se for o caso;

III - Cópia da emissão de Ordem de Serviço, quando houver;

IV – Informação do valor que será acrescentado ou suprimido ao contrato com a realização do aditivo com a apresentação de planilhas de adição e supressão, quando for o caso;

V – Informação da dotação orçamentária e a reserva de saldo no valor total do acréscimo referente ao aditivo, se for o caso;

VI - Solicitação da seguinte documentação devidamente autenticada ao contratado quando pessoa jurídica:

a) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

b) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

c) Certidão Negativa de débitos federais, junto a Receita Federal;

d) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;

e) Certidão Trabalhista.



VII - Solicitação da seguinte documentação devidamente autenticada ao contratado quando pessoa física:

- a) Identificação do responsável pela assinatura do contrato.
- b) carteira de identidade e CPF do responsável;
- c) comprovante de residência;
- d) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa.
- e) Certidão Negativa de débitos estaduais ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
- f) Certidão Negativa de débitos federais, junto a Receita Federal;

Parágrafo único. Caso haja qualquer informação a ser adicionada para a elaboração do contrato, esta deverá constar também no ofício.

## CAPÍTULO VI

### DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 33. Em se tratando de novas construções ou ampliações de espaços físicos nas construções que já existem, é pré-condição para a contratação de serviço para a sua execução, a elaboração do impacto financeiro global desse empreendimento, que deverá ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito para conhecimento, análise e deliberação.

Art. 34. Em se tratando de compra de bens e serviços com a participação de recursos provenientes de repasse do Governo Federal, e, ou, Estadual, faz-se necessário a emissão de Solicitação de Materiais e ou Execução de Obras e Serviços – SMS específica para cada origem de recursos, próprios ou de transferência, com a devida identificação da rubrica orçamentária e seu respectivo valor.

Art. 35. Em se tratando de compra de bens e serviços com a participação de recursos provenientes de repasse do Governo Federal, e, ou, Estadual, é obrigatório acompanhar a Solicitação de Materiais e ou Execução de Obras e Serviços- SMS, cópia do Contrato de Repasse ou o documento que formalizou a parceria.

Art. 36. Em se tratando de compras de bens, que forem registrados contabilmente na classificação de BENS PATRIMONIAIS, o Departamento de Contabilidade enviará cópia da Nota Fiscal - NF, à Divisão de Materiais e Patrimônios, para que se efetue o mesmo registro no controle patrimonial. Designando a guarda do bem ao respectivo responsável.

Art. 37. Toda a compra de bens e serviços cujo destinatário final não é o próprio Município de Porto Belo, a Solicitação de Materiais e ou Execução de Obras e Serviços-SMS deverá ser acompanhada de instrumento que lhe garanta a sua legalidade de transferência ou doação.

Art. 38. É salutar que existia em todo o processo, alguma forma de protocolo de entrega e retirada de documentos.

Art. 39. A Secretaria de Administração- Departamento de Compras- Divisão de Licitações, não se responsabilizam, sob nenhuma hipótese, pela falta de Dotação Orçamentária e Recursos Financeiros, referentes às despesas resultantes das SOLICITAÇÕES DE COMPRA emitidas pelas Secretarias, Fundações e Órgãos do Governo Municipal.

Art. 40. A Secretaria de Administração- Departamento de Compras- Divisão de Licitações, não se responsabilizam, sob nenhuma hipótese, por falhas em projetos técnicos relacionados e execução de obras e serviços de engenharia.

Art. 41. A Secretaria de Administração - Departamento de Compras- Divisão de Licitações, não se responsabilizam, sob nenhuma hipótese, por realização de despesas das demais Secretarias, Fundações e Órgãos do Governo Municipal sem amparo legal.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. A aquisição de produtos/serviços sem a observância do processo licitatório e das normas do direito financeiro é considerada infração passível de improbidade administrativa, além de crime de responsabilidade, tipificadas no artigo 1º do Decreto Lei nº. 201/1967:

Artigo 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

(...)

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

XI - Adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII - Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.

Art. 43. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, impôs a necessidade de planejamento na execução de ações governamentais, atendendo ao princípio da eficiência expresso no caput do artigo 37 da Constituição da República.

Art. 44. Todos os pedidos, em regra, referentes a esta Instrução Normativa, deverão ser endereçados ao Departamento de Compras e Licitações, Secretaria de Administração.

Art. 45. Cabe à Secretaria da Administração e ao Departamento de Compras e Licitação esclarecer quaisquer dúvidas e informar oficialmente às demais unidades envolvidas sobre o procedimento a ser adotado nos casos não previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 46. Revogam-se as demais normas contrárias referentes ao tema abordado por esta Instrução Normativa.

Art. 47. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 4 de janeiro de 2018.

ELIANE TOMAZ  
Secretária Municipal de Administração

Modelo Anexo I- Modelo de Solicitação de compra utilizado quando não tem Processo Licitatório para o item solicitado.

Ofício nº xxx/2018 Porto Belo, 04 de janeiro de 2018.

ASSUNTO: Encaminha processo de compra

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste solicitar-lhe a compra de \_\_\_\_\_ (indicar o objeto da compra), em razão de \_\_\_\_\_ (justificar a necessidade da compra) conforme solicitação anexa. Solicitamos ainda que seja realizada a modalidade DISPENSA de licitação.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de estima e apreço.

Atenciosamente:

Secretário(a) Municipal

A Sra.  
JESSIE CORDEIRO ESPÍNDULA  
Departamento de Compras  
Nesta

Modelo de Solicitação de compra/processo dentro do Sistema Betha Utilizado quando não tem Processo Licitatório para o item solicitado.

Modelo Anexo I- Modelo de Solicitação de compra utilizado quando tem Processo Licitatório para o item solicitado.

Ofício nº xxx/2018 Porto Belo, 04 de janeiro de 2018.

ASSUNTO: Encaminha processo de compra

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste solicitar-lhe a compra de \_\_\_\_\_ (indicar o objeto da compra), em razão de \_\_\_\_\_ (justificar a necessidade da compra) conforme solicitação anexa.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de estima e apreço.

Atenciosamente:

Secretário(a) Municipal

A Sra.  
JESSIE CORDEIRO ESPÍNDULA  
Departamento de Compras  
Nesta

Modelo de Solicitação de compra/processo dentro do Sistema Betha Utilizado quando tem Processo Licitatório para o item solicitado

Modelo Anexo II

Ofício nº XXX/2018 Porto Belo, 04 de janeiro de 2018.

ASSUNTO: Encaminha processo de Licitação

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste solicitar-lhe instauração de processo licitatório para Contratação de empresa especializada para sondagem geológica a percussão de simples reconhecimento tipo SPT, com estimativa de 60(sessenta) metros, a ser executada no terreno localizado na Rua \_\_\_\_\_, no Bairro \_\_\_\_\_, no município de Porto Belo/SC, conforme solicitação em anexo.

Tal solicitação justifica-se por \_\_\_\_\_.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de estima e apreço.

Atenciosamente:

Secretário(a) Municipal

A  
Exma. Sra.  
Eliane Tomaz  
Secretária Municipal de Administração  
Nesta

Modelo de Solicitação de aquisição de materiais e serviços dentro do Sistema Betha Utilizado para informar os itens que se pretende comprar através da realização de Processo Licitatório.

Ofício nº xxx/2018 Porto Belo, 04 de janeiro de 2018.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através do presente solicitar encaminhamentos do documento recebido (em anexo), referente à solicitação de Aditivo de valor ao contrato nº 027/2015 – Execução de Obras e Serviços especializados para reurbanização, pavimentação e iluminação da Praça da Bandeira, localizada no Município de Porto Belo/SC no valor de R\$ XXXXX ( \_\_\_\_\_ ).

Tal solicitação justifica-se \_\_\_\_\_.

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto votos de distinto apreço e elevada consideração.

Atenciosamente,

Secretária(o) de Municipal de XXX

A  
Exma. Sra.  
Eliane Tomaz  
Secretária Municipal de Administração  
Nesta

Ofício nº xxx/2018 Porto Belo, 04 de janeiro de 2018.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através do presente solicitar encaminhamentos do documento recebido (em anexo), referente à solicitação de Aditivo de prazo ao contrato nº 027/2015 – Execução de Obras e Serviços especializados para reurbanização, pavimentação e iluminação da Praça da Bandeira, localizada no Município de Porto Belo/SC por um período de mais 120 (cento e vinte ) dias.

Tal solicitação justifica-se \_\_\_\_\_

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto votos de distinto apreço e elevada consideração.

Atenciosamente,

Secretária(o) de Municipal de XXX

A  
Exma. Sra.  
Eliane Tomaz  
Secretária Municipal de Administração  
Nesta

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 371/2018

Publicação Nº 1487057

DECRETO Nº 371, de 10 de janeiro de 2018.

Insere alterações no Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Porto União em decorrência de sua revisão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Considerando o disposto no Art. 19 § 4º da Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico, fica revisado o Plano Municipal de Saneamento Básico instituído pelo Decreto nº 659, de 20 de fevereiro de 2015, que foi objeto de audiência pública na data de 19 de julho de 2017, cujo extrato é o constante do Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. A íntegra do Plano Municipal de Saneamento Básico Revisado, mencionado no “Caput” foi previamente disponibilizada para consulta pública no site [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 10 de janeiro de 2018.

ELISEU MIBACH MIGUEL CHOKAILO NETO

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### ANEXO I

#### EXTRATO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Porto União – SC apresenta os seguintes itens:

##### SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

###### Metas:

- Manter o Índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água – IARDA em 100% (cem por cento) da população urbana do MUNICÍPIO durante toda a vigência do contrato.

##### SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO:

###### Metas:

- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 25% (vinte e cinco por cento) na sede urbana do Município até o ano de 2020.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 40% (quarenta por cento) na sede urbana do Município até o ano de 2022.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 60% (sessenta por cento) na sede urbana do Município até o ano de 2024.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 70% (setenta por cento) na sede urbana do Município até o ano de 2032.
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 80% (oitenta por cento) na sede urbana do Município até o ano de 2042, mantendo o índice até o final do contrato.

### EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - TP 001/2018 - AMASPU

Publicação Nº 1486738

Extrato de Edital 002/2018 - AMASPU

Modalidade Tomada de Preços 001/2018

A AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União – Estado de Santa Catarina, e o Prefeito do município de Porto União, na qualidade de Curador desta AUTARQUIA, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto o Processo Licitatório para contratação de 01 (um) profissional na área de psicologia. Recebimento das propostas na sede da Prefeitura Municipal, sita na rua Padre Anchieta, 126, município de Porto União/SC, até o dia 30 de janeiro de 2018, às 13:30 horas, com início da sessão às 13:30 horas do mesmo dia. O edital poderá ser retirado no endereço [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br).

Maiores informações pelo e-mail impressprev@gmail.com, ou pelo telefone (42) 3523-1155 ou 3523-2632.

Porto União, SC, 10 de janeiro de 2018.  
MARGARETH FLISSAK  
Presidente AMASPU  
ELISEU MIBACH  
Curador AMASPU

## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2018

Publicação Nº 1487435

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Justificativa De Dispensa De Licitação  
Processo Licitatório nº 001/2018  
Dispensa de Licitação n.º 001/2018

Objeto: Contratação da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (CNPJ 76.484.013/0001-45) para a prestação dos serviços de água e esgotos nos termos do Contrato de Programa que será firmado com base na Lei Municipal nº 4.510, na Lei Estadual 16.242/2009 e na Lei Federal 11.445/2007 (regulamentada pelo Decreto Federal 7.217/2010), consoante autorização contida no Convênio de Cooperação firmado entre o Estado do Paraná e o Município de Porto União.

Do Prazo: O Contrato de Programa tem prazo de 30 (trinta) anos, prorrogável por igual período.

Fundamento Para Dispensa De Licitação: Conforme consta do Parecer Jurídico que integra o Processo Licitatório 001/2018, a contratação direta da SANEPAR está amparada no art. 24, XXVI da Lei 8.666/93, já que representa a associação entre entes da Administração Pública para a prestação de serviço de interesse comum.

Dito isso, o Sr. Prefeito resolve contratar por dispensa de licitação a SANEPAR para a prestação dos serviços essenciais de água e esgoto com a melhor qualidade e menor desembolso possível, nos termos do que dispõem os princípios que regem a Administração Pública.

Porto União, 10 de janeiro de 2018.  
MIGUEL CHOKAILO NETO  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 046/2017

## PORTARIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1487440

PORTARIA Nº 001, de 10 de janeiro de 2018.  
Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, encarregada de apurar a disparidade entre o estoque de alimentos e material de limpeza existente em depósito e o volume de compras realizadas pelo Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, no período de 01 a 11 de dezembro de 2017.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão Sindicante:

- I- Ludgeron Marcos Ilchechen – Presidente;
- II- Cássia Nalon Conte – Secretária;
- III- Andriéli Marina Giacomini – Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, não podendo ser prorrogado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de janeiro de 2018.  
ELISEU MIBACH MIGUEL CHOKAILO NETO  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2017 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017**

Publicação Nº 1487195

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 072/2017 - Modalidade Pregão Presencial nº 009/2017

Contratante: Câmara de Vereadores de Porto União (CNPJ sob nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: Centrus Escola de Idiomas Ltda. Me. (CNPJ sob nº 08.235.613/0001-10).

Objeto: Contratada empresa para aquisição de Passagens Aéreas.

Valores: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Vigência: de 24 de novembro de 2017 até 31 de outubro de 2018.

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01- Câmara de Vereadores de Porto União

Atividade – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade- 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.33.01.00.00.00 – Passagens para o País

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Luiz Alberto Pasqualin

Presidente



# Praia Grande

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONVÊNIO 01/2017

Publicação Nº 1486612

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC	
EXTRATO DE CONVÊNIO	
Convênio Nº.:	01/2017
Participantes:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E ASSOCIAÇÃO DE ANTI-ÁLCOOL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE APOIO AS FAMÍLIAS
Objeto ..... :	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS.
Valor ..... :	15.000,00 (Quinze mil reais).
Vigência ..... :	10.01.2018 até 31.12.2018
Fundamento Legal ....:	Lei Federal nº13.019/2014
Origem dos Recursos :	Fundo Mun. de Assistência Social
PRAIA GRANDE/SC, 11 de janeiro de 2018.	
EVERSON MAQUIVEL GUGLIELMI CITADIN	
Prefeito em Exercício	

### EXTRATO DE CONVÊNIO 02/2017

Publicação Nº 1486614

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC	
EXTRATO DE CONVÊNIO	
Convênio Nº.:	02/2017
Participantes:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - SC
Objeto ..... :	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS.
Valor ..... :	360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais).
Vigência ..... :	10.01.2018 até 31.12.2018
Fundamento Legal ....:	Lei Federal nº13.019/2014
Origem dos Recursos :	Fundo Municipal de Saúde
PRAIA GRANDE/SC, 11 de janeiro de 2018.	
EVERSON MAQUIVEL GUGLIELMI CITADIN	
Prefeito em Exercício	

### EXTRATO DE CONVÊNIO 03/2018

Publicação Nº 1486610

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC	
EXTRATO DE CONVÊNIO	
Convênio Nº.:	003/2018
Participantes:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E ASSOCIAÇÃO DE PAISE E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE
Objeto ..... :	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS.
Valor ..... :	24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).
Vigência ..... :	10.01.2018 até 31.12.2018
Fundamento Legal ....:	Lei Federal nº13.019/2014
Origem dos Recursos :	Fundo Mun. de Assistência Social
PRAIA GRANDE/SC, 11 de janeiro de 2018.	
EVERSON MAQUIVEL GUGLIELMI CITADIN	
Prefeito em Exercício	

**EXTRATO DE CONVÊNIO 04/2017**

Publicação Nº 1486608

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC	
EXTRATO DE CONVÊNIO	
Convênio Nº.:	004/2017
Participantes:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E ASSOCIAÇÃO DE PAISE E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE
Objeto ..... :	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS.
Valor ..... :	11.027,40 (Onze mil e vinte sete reais e quarenta centavos)
Vigência ..... :	10.01.2018 até 31.12.2018
Fundamento Legal ....:	Lei Federal nº13.019/2014
Origem dos Recursos :	Fundo Mun. de Assistência Social
PRAIA GRANDE/SC, 11 de janeiro de 2018.	
Everson MaquívelGuglielmeCitadin	
Prefeito em Exercício	

**LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018 - FMS**

Publicação Nº 1486884

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2018  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018 – REGISTRO DE PREÇOS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UM EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 08:00 HORAS DO DIA 24 DE JANEIRO DE 2018.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 08:15 HORAS DO DIA 24 DE JANEIRO DE 2018.  
O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00 ÀS 13:00 H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.  
PRAIA GRANDE-SC, 10 DE JANEIRO DE 2018.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
PREFEITO MUNICIPAL

**LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2018 - FMS**

Publicação Nº 1486944

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2018  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2018 – REGISTRO DE PREÇOS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UM EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 08:00 HORAS DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2018.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 08:15 HORAS DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2018.  
O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00 ÀS 13:00 H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.  
PRAIA GRANDE-SC, 10 DE JANEIRO DE 2018.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
PREFEITO MUNICIPAL

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA CONCURSO PÚBLICO 01/2017

Publicação Nº 1487656



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

**ATO 008/CP/001/2017**  
**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**  
**DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017**

O Senhor **Aurino Mainchain**, Prefeito em exercício de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Divulga-se a **Classificação Preliminar**, do Concurso Público nº 001/2007, constante do **anexo I** deste ato, em ordem decrescente de nota final.
2. Os recursos contra a classificação preliminar poderão ser interpostos nos **11 e 12 de janeiro de 2018**, conforme edital.

**PRESIDENTE NEREU, 10 de janeiro de 2018**

**AURINO MAINCHAIN**  
Prefeito Municipal em Exercício



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

### ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Assistente Social - CRAS   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	707985	28/01/1985	Vanessa Fronza De Matos	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
2	717982	01/05/1982	Jóice Da Silva Prim	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
3	730247	20/03/1970	Maria Idevalde Silva De Melo	3	0,60	15	4,20	18	4,80	Aprovado
	714365	24/04/1966	Rosimara Piva	5	1,00	10	2,80	15	3,80	Reprovado
	736786	02/07/1971	Claudelice Belegante	2	0,40	11	3,08	13	3,48	Reprovado
	735853	02/07/1986	Greici Eloange Furtado	3	0,60	10	2,80	13	3,40	Reprovado
	750600	11/10/1988	Andressa Aparecida Loterio	4	0,80	8	2,24	12	3,04	Reprovado
	749593	08/05/1977	Zilma Dill	2	0,40	9	2,52	11	2,92	Reprovado
	722690	25/01/1995	Ana Paula Carvalho	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	711155	01/10/1987	Lucas Severo Ramos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	722700	30/07/1989	Rosivane Sousa Dos Passo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	734484	08/08/1988	Suzana Franca Policarpo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

Auxiliar de Serviços Gerais   Alfabetizado										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	708908	02/04/1991	Luiza Rodrigues Padilha Casaril	10	4,00	10	6,00	20	10,00	Aprovado
2	726144	26/06/1994	Daiana Lima	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Aprovado
3	721237	03/10/1982	Nilza Aparecida Da Silva	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
4	745431	14/03/1999	Elen Goedert	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
5	711240	06/04/1981	Sandra Terezinha Mannrich	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
6	745919	29/07/1992	Ana Maria Linhares De Souza	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

7	710475	02/05/1998	Talia De Moura Clüerici		8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
8	751081	11/09/1998	Jaqueline Aparecida Elias		4	1,60	8	4,80	12	6,40	Aprovado
9	718395	10/07/1977	Ediomar Faustino Machado		7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
10	706911	02/07/1978	Sonia Tonon		5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
11	747774	13/01/1994	Priscila Gomes De Amaral		5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
12	727056	06/06/1985	Taciana Maichain		8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado
13	713844	01/11/1986	Neli Thayse De Menezes Gribler Kraus		6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
14	731048	14/11/1981	Eliane Kreuch		4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
15	730856	24/02/1987	Ana Paula Rebelo Knih		5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
16	706182	18/02/1965	Bernadete Pereira		4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
17	706992	02/08/1976	Leia Aparecida Da Silva		4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
	717287	04/03/1987	Clementina Martins Alexandre		5	2,00	3	1,80	8	3,80	Reprovado
	744590	31/12/1985	Jaqueline Marcilio		6	2,40	2	1,20	8	3,60	Reprovado
	714517	12/09/1999	Andriele Serverio Ricardo		6	2,40	2	1,20	8	3,60	Reprovado
	748734	11/11/1985	Silvana Ribeiro Dos Santos		2	0,80	4	2,40	6	3,20	Reprovado
	744064	27/03/1984	Giseli Ines Manini Tariga		4	1,60	2	1,20	6	2,80	Reprovado
	750345	13/08/1971	Andrea Aparecida Da Silva		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	709451	25/07/1985	Ary Henrique Santos De Macedo		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	713265	24/01/1985	Dayane Pereira Dos Santos		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	751078	13/11/2000	Grazielle De Melo		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	744487	23/09/1979	Luciana Da Silva		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	739333	17/03/1982	Marciela Da Costa Silva		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	745884	08/05/1963	Maria Helena Gebert Da Silva		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	707482	25/02/1991	Maycka Aparecida Caetano		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	707461	04/04/1986	Rodrigo Constantino		0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Enfermeiro   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	751417	23/04/1996	Camila Daniele Francisco	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
2	721689	16/03/1982	Michelle Caroline Siqueira	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
3	733602	01/03/1984	Eliane Raquel Koerich	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
4	726580	06/02/1975	Luciana Mengarda	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
5	725778	15/01/1995	Matussa Dana Müller	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
6	705988	27/06/1974	Regina Kipfer	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
	743971	19/07/1984	Julia Grazieli Soares	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

Engenheiro Florestal   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	725659	13/05/1992	Joao Vitor Frigeri	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado
2	718432	11/07/1989	Kaue Augusto Oliveira Nascimento	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
3	739365	28/11/1992	Marco Antonio Bento	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
4	711459	12/08/1987	Diego Leonardo Holk	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
5	750349	05/01/1988	Galdino Haas Falkenbach	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
6	746634	25/01/1988	Mebly Kuhnhen Heinz	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado
7	730721	20/02/1992	Sandra Mara Krefta	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
8	738164	30/04/1979	Odirlei Orlindo Hass	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
9	731260	23/05/1991	Henrique Knupfer Costa	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
10	717355	27/11/1993	Mariana Bruschi Rodrigues	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
11	737080	06/03/1993	Marcelli Veiga	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
12	723259	24/08/1978	Alessandro Francisco Zonta	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
13	738743	06/05/1987	Allan Antunes Alvarenga	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

14	721449	15/09/1990	Pablo Denilson Lamin	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
15	733810	13/09/1988	Emanuel Forlin	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
16	738921	11/03/1995	Nadia Da Silva	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
17	743549	21/02/1996	Janaina Naiara Sestari Vendrami	3	0,60	13	3,64	16	4,24	Aprovado
	714768	25/02/1994	Fernanda Sabrina Abreu	3	0,60	10	2,80	13	3,40	Reprovado
	750876	11/05/1990	Gabriel Bichon Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	710168	07/02/1991	Renata Conegatto Paim	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	732006	07/06/1983	Silvano Wathier	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

Farmacêutico   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
	722786	04/05/1989	Bruno Da Silva Felipe	Acertos	Nota	Acertos	Nota	0	0,00	Ausente

Nutricionista   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
1	750486	05/01/1993	Jessica Caratti Soares	Acertos	Nota	Acertos	Nota	30	7,76	Aprovado
2	748074	20/02/1989	Carine Dehlano	7	1,40	21	5,88	28	7,28	Aprovado
3	711605	04/07/1986	Ketlyn Christyn Ramos Hennich	4	0,80	21	5,88	25	6,68	Aprovado
4	707769	04/05/1986	Joseane Da Silva Pelentir Peters	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
	709718	03/05/1990	Edmilson Oliveira Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	731144	21/04/1978	Naiana Malheiro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Operário Braçal | Alfabetizado

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	710377	16/09/1996	Cristiano Maichain	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
2	713754	08/07/1994	Leandro Zaguini	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
3	707702	01/12/1993	Lauro Henrique Machado Pereira	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
4	747921	27/06/1976	Jairo Machado	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
5	739471	02/08/1994	Marcio Santos Kochanski	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
6	724623	24/08/1983	Dalton Antonio Belegante	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
7	742553	10/03/1985	Dirlei Da Rosa	2	0,80	6	3,60	8	4,40	Aprovado
8	748662	13/11/1979	Marcionei Plotegcker	3	1,20	5	3,00	8	4,20	Aprovado
	718373	30/05/1973	Luiz Aurelio Franzen	3	1,20	4	2,40	7	3,60	Reprovado
	748036	05/01/1996	Maicon Medeiros	3	1,20	4	2,40	7	3,60	Reprovado
	706209	03/07/1971	Silvio Cesar Lamin	1	0,40	2	1,20	3	1,60	Reprovado
	742488	27/07/1963	Hilario Mannrich	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	744601	04/01/1987	Schumacher Ruminik Wolf	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

Professor 20h | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	712095	20/03/1977	Gesseli Rech Andrade	8	1,60	20	5,60	28	7,20	Aprovado
2	742245	29/01/1996	Adriene Kretzschmar	6	1,20	21	5,88	27	7,08	Aprovado
3	707161	29/11/1995	Marcos Aurelio Junior Pinto	5	1,00	21	5,88	26	6,88	Aprovado
4	725417	14/10/1978	Evanilde Demetrio	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
5	706709	26/05/1985	Ana Paula Prim Da Silva	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
6	729493	27/08/1981	Simone Schussler	3	0,60	21	5,88	24	6,48	Aprovado
7	706423	01/11/1994	Giovana Stipp	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

8	733007	09/11/1982	Greicy Tamara Hamm	2	0,40	20	5,60	22	6,00	Aprovado
9	742250	06/11/1996	Carla Kochanski	3	0,60	19	5,32	22	5,92	Aprovado
10	750644	14/04/1976	Marlete Petri	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
11	708634	17/06/1986	Roseli Mannrich Resine	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
12	718393	04/09/1992	Leticia Knies de Souza	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
13	726607	26/07/1988	Fernanda Ferreira	1	0,20	16	4,48	17	4,68	Aprovado
14	750915	07/03/1973	Leonete teresinha sora sezerino	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
	713771	13/08/1981	Cleyciane Da Silva Dantas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	713260	24/01/1996	Felipe Alves De Souza	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	741612	06/07/1982	Izabel Cristina Santiago	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

Professor de Artes | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	726234	19/09/1974	Ericleia Becker Goedert	2	0,40	22	6,16	24	6,56	Aprovado
2	740856	17/05/1991	Jessica Dematte Franzen	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado

Professor de Educação Física | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	713831	02/03/1990	Luan Gustavo Bogo	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
2	741280	06/04/1979	Diana Beppler	2	0,40	21	5,88	23	6,28	Aprovado
3	735759	10/01/1997	Alan Junior Farias	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
4	714156	05/12/1996	Jonatan Garcia	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
	751177	05/12/1976	Elenice Kurek	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	742906	06/11/1987	Juliana Ribeiro Da Silva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Psicólogo - CRAS   Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	749157	26/09/1994	Andreza Iolanda Dolzan	11	2,20	20	5,60	31	7,80	Aprovado
2	720404	28/07/1992	Barbara Evers	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
3	739550	06/05/1988	Cleidi Mara Dos Santos	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
4	706015	04/09/1993	Tamara Furlan Capelin	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
5	734452	11/04/1989	Daniela Schmitz	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
6	750671	17/01/1973	Marcia Correa Ribeiro	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
7	723080	16/11/1987	Fernando Cardoso Bertoldo	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
8	729030	03/04/1996	Julia Ferrari Hobus	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
9	714172	25/04/1990	Mariana Schmidt Goebel	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
10	738676	17/09/1959	Osmar Caxoeira	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
11	733502	05/05/1990	Crislaine Roza	3	0,60	16	4,48	19	5,08	Aprovado
12	736689	28/01/1970	Marcelo Laurentino	6	1,20	11	3,08	17	4,28	Aprovado
13	742501	15/03/1984	Denilse Cunha	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado
14	735460	02/10/1989	Emanuelle Matos da Silva	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado
	721289	26/09/1992	Jucimara Seifert	3	0,60	11	3,08	14	3,68	Reprovado
	727953	08/05/1981	Amanda Loureiro Neves	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	735176	09/04/1986	Deyse Maira Kluge	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	730011	09/03/1983	Miriam Dumes Weiss	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	711067	31/05/1990	Tuana Barbosa Maciel Borges	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Técnico em Enfermagem   Ensino Médio Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	721028	20/12/1990	Cristiane Andrade Borges	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
2	707233	20/06/1982	Aldrin Pausen Camilo	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
3	709757	23/04/1998	Jalisa Jhulhiane Mafra	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
4	738910	11/09/1991	Carla Franciane Francisco	4	0,80	18	5,04	22	5,84	Aprovado
5	706579	13/11/1983	Edineia Catia De Melo Back	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
6	747824	09/08/1986	Priscila Aparecida Alves	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
7	718693	04/07/1984	Jakeline Kreusch Kemper	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
8	727016	16/12/1989	Marciane Wolf	4	0,80	15	4,20	19	5,00	Aprovado
	747659	17/10/1989	Alini Beckhauser Pagoti De Sousa	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Reprovado
	730839	29/03/1997	Leticia Da Cruz	4	0,80	11	3,08	15	3,88	Reprovado
	730810	23/08/1979	Rozemeri Pereira	4	0,80	10	2,80	14	3,60	Reprovado
	745939	14/10/1985	Catiane Aparecida Oliveira	2	0,40	11	3,08	13	3,48	Reprovado
	733636	04/09/1990	Alane Leske	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente
	717293	05/07/1988	Bruna Proencio	0	0,00	0	0,00	0	0,00	Ausente

**CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PROCESSO SELETIVO 02/2017**

Publicação Nº 1487664



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

**ATO 005/PS/002/2017**  
**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**  
**DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

O Senhor **Aurino Mainchain**, Prefeito de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Divulga-se a **Classificação Preliminar**, do Processo Seletivo nº 002/2007, constante do **anexo I** deste ato, em ordem decrescente de nota final.
2. Os recursos contra a classificação preliminar poderão ser interpostos nos **11 e 12 de janeiro de 2018**, conforme edital.

**PRESIDENTE NEREU, 10 de janeiro de 2018**

**AURINO MAINCHAIN**  
Prefeito Municipal em Exercício





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

### ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Inseminador   Alfabetizado									
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final
				Acertos	Nota	Acertos	Nota		
1	745910	18/01/1984	Gilson De Souza	6	2,40	6	3,60	12	6,00
2	745738	23/07/1986	Renato Mauro Rech	8	3,20	2	1,20	10	4,40
									Aprovado
									Aprovado

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 2/2018 FMS

Publicação Nº 1487123

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - QUILOMBO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 2/2018

Objeto : PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO CIS-AMOSC

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Quilombo - SC, torna pública a Dispensa de Licitação para participação no Consórcio CIS-AMOSC, referente serviços e manutenção, para assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial, para a população de Quilombo, em conformidade com as diretrizes do SUS, de acordo com o inciso XXVI do Art.24 da lei 8.666/93.

EMPRESA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

VALOR: R\$ 51.882,35 (Cinquenta e um mil e oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos).

QUILOMBO, 08 de janeiro de 2018.

CÁTIA R.BACKES DEZORDI

Secretária Municipal da Saúde

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### DECRETO 01-18

Publicação Nº 1486898

DECRETO Nº 01/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS - POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 114.884,28 (CENTO E QUATORZE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS) a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.007 – SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SMAMA

02.007.0020.0606.0330.2080.3339000000000000.01640000 – APLIC. DIRETAS (ref.236) ..... R\$ 65.714,28

02.008 – SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS - SMOS

02.008.0015.0451.0260.1059.3449000000000000.01340000 – APLIC. DIRETAS ref. (235) ..... R\$ 49.170,00

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º corre em R\$ 114.884,28 (CENTO E QUATORZE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), sendo: R\$ 49.170,00 por conta do provável excesso de arrecadação em 2018, da fonte 34 (Transferência de Convênios – União/Outros), especificamente ao recurso do Contrato de Repasse nº 804280/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA/ Processo nº 2623.1016945-41/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES e Termo Aditivo, firmado entre a CEF, representante do Ministério das cidades e o Município de Rio das Antas, na UG-PREFEITURA MUN. DE RIO DAS ANTAS; R\$ 35.714,28 da fonte 64 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social), especificamente ao convênio 2017TR1658, Processo nº ADR10 00002040/2017, entre Estado de Santa Catarina através da ADR 10 Caçador e o Município de Rio das Antas e R\$ 30.000,00 da fonte 64 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social), especificamente ao convênio 2017TR1721, Processo nº ADR10 00002137/2017, entre Estado de Santa Catarina através da ADR 10 Caçador e o Município de Rio das Antas.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 02 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO 02-18

Publicação Nº 1486899

DECRETO Nº 002/2018, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS CONSELHEIROS TUTELARES MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no inciso III, do Art. 8º da Lei nº 1760, de 07/10/2013;

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido o GOZO DE FÉRIAS as Conselheiras Tutelares Municipais abaixo relacionadas, a serem gozadas da seguinte forma:

NOME DA CONSELHEIRA	PERIODO AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS
1. SIRLEI CORREA DE LIMA	10/01/2017 A 09/01/2018	03/01/2018 A 01/02/2018
2. JEMIMA GARCIA	10/01/2017 A 09/01/2018	15/01/2018 A 13/02/2018
3. PATRICIA ISABEL DA SILVA	10/01/2017 A 09/01/2018	09/07/2018 A 07/08/2018
4. SILVANA DOS SANTOS FERREIRA	10/01/2017 A 09/01/2018	20/08/2018 A 18/09/2018

5. MARISA CELITE FAGANELLO

10/01/2017 A 09/01/2018

05/11/2018 A 04/12/2018

Art.2º - Quando o período de férias iniciarem em um mês e terminarem em outro, os valores relativos ao mesmo serão pagos no pagamento em que inicia o gozo de férias.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 03 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secr.Mun.Adm.e Finanças

## DECRETO 03-18

Publicação Nº 1486900

DECRETO Nº 03/2018, DE 05 DE JANEIRO DE 2018.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA NA SEDE DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO DOMINGOS LOSS, Prefeito de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o artigo 11 da Lei Complementar nº 52 de 06/05/2004 e a Lei Federal nº 6.766, de 19/12/1979;

DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana total medindo 1.876,21 m<sup>2</sup> (um mil, oitocentos e setenta e seis metros e vinte e um decímetros quadrados), situada à rua Luiz Bini, na sede do Município de Rio das Antas, constante da matrícula nº 5.133, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador, Estado de Santa Catarina, como determina a Lei Complementar nº 52, de 06/05/2004, que Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para Fins Urbanos no Município de Rio das Antas e dá Outras Providências, requerido pelo(a) EVALDO KNECHT, inscrito no CPF/MF sob nº 501.706.519-91 e ILZE ELISABETH KNECHT, inscrita no CPF/MF sob nº 848.958.539-374, residentes na Linha Pedra Lisa, neste Município de Rio das Antas - SC, da seguinte forma:

FRACIONAMENTO DO DESMEMBRAMENTO

ÁREA A DESMEMBRAR 743,83 m<sup>2</sup>;  
ÁREA REMANESCENTE 1.132,38 m<sup>2</sup>;

ÁREA TOTAL DE 1.876,21 m<sup>2</sup> (Levantada conforme o Levantamento Planialtimétrico para fins de desmembramento de Matrícula, de GEFERSON CORRÊA DE DEUS- Engenheiro -CREA-SC 107.121-4.

Art.2º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador autorizado a efetuar o registro da(s) área(s) fracionada(s).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 05 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret.Munic. de Adm. e Finanças

## DECRETO 04-18

Publicação Nº 1486901

DECRETO Nº 04/2018, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS - POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO NAS FONTES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de

17/03/1964;

## DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 33.675,75 (TRINTA E TRES MIL, SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.008 – SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS - SMOS

02.008.0026.0782.0410.1100.3449000000000000.03340000 – APLIC. DIRETAS ref. (237) ..... R\$ 32.837,82

02.008.0026.0782.0410.1100.3449000000000000.03890000 – APLIC. DIRETAS ref. (238) ..... R\$ 837,93

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º corre no valor de R\$ 33.675,75 (TRINTA E TRES MIL, SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, na UG-PREFEITURA MUN. DE RIO DAS ANTAS, sendo R\$ 32.837,82, na fonte 0334 (Transferência de Convênios – União/Outros) e R\$ 837,93 na fonte 0389 (Alienações de Bens destinados a Outros Programas), relativos a rendimento de aplicação financeira do Contrato de Repasse nº 804280/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES /CAIXA/ Processo nº 2623.1016945-41/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES e contrapartida.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 08 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 001 -2018**

Publicação Nº 1486902

PORTARIA N 001/2018, DE 04 DE JANEIRO 2018.

CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 04, de 02/12/1993 e alterações posteriores, CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, com a remuneração de lei com carga horária semanal de 40 horas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal:

Contratado(a):	Cargo	Período de Contratação
1. WESLLY RODRIGUES PEREIRA	MOTORISTA I VEIC LEVE	04/01/2018 a 02/10/2018
2. DAIANE FOSCHERA	RECEPCIONISTA	04/01/2018 a 02/10/2018
3. ALOIS TASCHEK	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	04/01/2018 a 03/04/2018

RIO DAS ANTAS, 04 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 002 -2018**

Publicação Nº 1486903

PORTARIA 002/ 2018, DE 04 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 88, da LEI COMPLEMENTAR Nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, a servidora abaixo relacionada sem prejuízo da remuneração, conforme atestado médico.

Nome	Função	Período da Licença
CARINE KUNH	ADVOGADA	09/01/2018 A 07/07/2018

RIO DAS ANTAS, 04 DE JANEIRO DE 2018.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA 003 -2018

Publicação Nº 1486904

PORTARIA Nº 003/2018, DE 05 DE JANEIRO DE 2018.  
APOSENTA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a legislação vigente em especial inciso I, §1 do Art 40 da Constituição Federal/88, EC Nº 41/2003, Art. 6-A da EC 70 de 29/03/2012 em consonância com o Art 14 da Lei Municipal nº 1.345 de 29/12/2005 e alterações posteriores APOSENTA POR INVALIDEZ a servidor ocupante do cargo de MOTORISTA II VEIC PESADO 40 horas semanais, matrícula 791- SCHARLES ALENCAR BARBOSA, de acordo com o Art. 37 da mesma lei os proventos integrais, ou seja, R\$ 1.637,38( hum mil seiscentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos) a contar de 20/04/2017, data do laudo médico.

RIO DAS ANTAS, 05 DE JANEIRO DE 2018.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

LILIAN DULCE ABRANGE CONSTANTINO  
Presidenta/ Gestora do Fundo de Prev Soc dos  
Serv Publ Municipais de Rio das Antas- FUP

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA 004 -2018

Publicação Nº 1486905

PORTARIA Nº004/2018 DE 05 DE JANEIRO DE 2018.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR (ES).

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos artigos 102 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE GOZO DE FÉRIAS ao(s) servidor(es) municipal (is) abaixo relacionado (s), a ser gozada da seguinte forma:

NOME DO SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS- 30 DIAS
1. CLAUDIA LINA FARIAS	18/01/2017 A 18/01/2018	16/01/2018 A 14/02/2018
2. CLAUDEMIR ALVES MACHADO	01/02/2016 A 01/02/2017	11/01/2018 A 09/02/2018
3. NADIR BIZOTTO	01/01/2017 A 01/01/2018	08/01/2018 A 06/02/2018
4. CARMEM MORO	02/08/2015 A 01/08/2016	08/01/2018 A 06/02/2018

II) Quando o período de férias iniciar em um mês e terminar em outro, os valores relativos ao mesmo serão pagos na folha de pagamento em que termina o gozo de férias.

III) Determina que sejam feitas as anotações correspondentes na (s) ficha (s) funcional(is) do (s) referido (s) servidor (es).

RIO DAS ANTAS, 05 DE JANEIRO DE 2018.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**PORTARIA 005 -2018**

Publicação Nº 1486906

PORTARIA Nº 005/2018, DE 05 DE JANEIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR PARA ALÉM DAS ATRIBUIÇÕES DE SEU CARGO RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DE GESTOR DA SMECE, SMIPLA E DO FMHIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 01, de 01/05/1991, com as alterações posteriores, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio das Antas, DESIGNA:

I - O servidor de cargo comissionado ISRAEL MONTEIRO, Secretário Municipal de Administração e Finanças - SMAF, para além das atribuições normais de seu cargo, responder pelas atribuições totais da gestão da Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Esportes – SMECE a contar de 02 de janeiro de 2018(inclusive) até 19/01/2018, em decorrência de férias da titular MARILENA LOSS BIER, sem percepção de qualquer remuneração em decorrência dessas novas atribuições.

II - O servidor de cargo comissionado ISRAEL MONTEIRO, Secretário Municipal de Administração e Finanças - SMAF, para além das atribuições normais de seu cargo, responder pelas atribuições totais da gestão da Secretaria Munic. de Desenv. Ind.Com.Tur. e Planejamento – SMIPLA, do FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, abreviadamente FMHIS, e da COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, abreviadamente COMPDEC, a contar de 08 de janeiro de 2018(inclusive) até 06/02/2018, em decorrência de férias do titular NADIR BIZOTTO, sem percepção de qualquer remuneração em decorrência dessas novas atribuições.

RIO DAS ANTAS, 05 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret.Munic. de Administração e Finanças

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### CONTRATO 02 PMRC

Publicação Nº 1486949

Contrato Nº : 02/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Licitação :

Objeto : LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMATICA, DENOMINADO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

Vigência : Início: 10/01/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 10/01/2018

Valor R\$ : 6.600,00 (Seis Mil e Seiscentos Reais )

### CONTRATO 02/2018 FMS

Publicação Nº 1486947

Contrato Nº : 02/2018/FMS

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO

Contratada : CIS-AMAVI - CONS. INTERMUNICIPAL SAUDE ALTO VALE

Licitação :

Objeto : O PRESENTE INSTRUMENTO É A DISPONIBILIZAÇÃO, AO MUNICÍPIO, DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DE MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES MEDIANTE A AQUISIÇÃO, PELO CIS-AMAVI, DE REFERIDOS BENS E SERVIÇOS, CONJUGADAS AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

Vigência : Início: 10/01/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 10/01/2018

Valor R\$ : 223.400,00 (Duzentos e Vinte e Três Mil e Quatrocentos Reais )

### CONTRATO 03 PMRC

Publicação Nº 1486950

Contrato Nº : 03/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : S.A LUZA SISTEMAS DE IMPRESSOES E COPIADORAS LTDA

Licitação :

Objeto : LOCAÇÃO DE 06 (SEIS) IMPRESSORAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E DE TODO MATERIAL DE CONSUMO NECESSÁRIO AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS.

Vigência : Início: 10/01/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 10/01/2018

Valor R\$ : 7.560,00 (Sete Mil e Quinhentos e Sessenta Reais )

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018

Publicação Nº 1486607

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) BRUNO ROSSONI HADLICH MACHADO, portador(a) do CPF nº 001.103.340-19, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada Blumenau nº 602, apto 102, Bairro Santana, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, prestará serviços de Terapeuta Ocupacional com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Saúde – NASF.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.233,14 (Três Mil Duzentos e Trinta e Três Reais e Quatorze Centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 07/02/2018, tudo isto em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	BRUNO ROSSONI HADLICH MACHADO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1486606

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 082.962.939-43 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no BR 470 RS Km 139, Bairro Barra Itoupava, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Navegantes em substituição à Adeline Schaffer Nau afastada em gozo de férias.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único –** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único –** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 288/2017

Publicação Nº 1486609

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 288/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONETE DO PRADO, portador(a) do CPF nº 128.297.838-16 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Andradina nº 26, Bairro Santa Rita, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Ricardo Marchi, em substituição à Elisiani Andrade afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 18 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	IVONETE DO PRADO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2017

Publicação Nº 1486594

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado

Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSIANE FRANCO WERLICH, portador(a) do CPF nº 058.186.049-77 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Bertoldo Gutjahr nº 3391, Bairro Albertina, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Navegantes, em substituição à Joice Ossemer afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 18 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JOSIANE FRANCO WERLICH
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 301/2017

Publicação Nº 1486588

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 301/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA CRISTINA KONS, portador(a) do CPF nº 098.935.569-10 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Oscar Kiefer nº 44, Bairro Centro, na cidade de Lontras – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Francisco Fleisner, em substituição à Daiane Goedert dos Santos afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.



CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARCIA CRISTINA KONS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2017

Publicação Nº 1486580

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIARA JULIA AVI, portador(a) do CPF nº 007.405.149-03 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Abelardo da Silva Ramos nº 22, Bairro Barragem, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ilse Soldatelli, em substituição à Makelly Garcia afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LUCIARA JULIA AVI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 305/2017

Publicação Nº 1486579

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 305/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 897.778.599-53 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua XV de Novembro nº 1006, Bairro Centro, na cidade de Agronômica – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ilse Soldatelli, em substituição à Denise Costa afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.



Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANIA CARLA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 306/2017

Publicação Nº 1486611

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 306/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MALIZE SCHREIBER, portador(a) do CPF nº 889.999.989-91 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Sassafras nº 54, Bairro Pamplona, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Egidio Dalmarco, em substituição à Luciana Weiss afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MALIZE SCHREIBER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 307/2017**

Publicação Nº 1486591

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 307/2017**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NEIVA WEISS, portador(a) do CPF nº 988.573.209-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Bahia nº 188, Bairro Eugenio Schneider, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Profª. Doris Janke Stupp, em substituição à Ana Lucia Kammers dos Santos afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	NEIVA WEISS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 309/2017**

Publicação Nº 1486604

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 309/2017**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA AUGUSTO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 028.694.559-25 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Erminio Stolf nº 54, Bairro Taboão, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Navegantes, em substituição à Eliane Maria Garcia Rausch afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade

do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANA PAULA AUGUSTO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 310/2017

Publicação Nº 1486593

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 310/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) BEATRIZ EDUARDA ODELLI, portador(a) do CPF nº 090.363.959-92 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Willy Schroeder nº 1738, Bairro Centro, na cidade de Lontres – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Guilherme Butzke em substituição à Edna Soares Gutz afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 21 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	BEATRIZ EDUARDA ODELLI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 311/2017

Publicação Nº 1486613

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 311/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUBIA MABA, portador(a) do CPF nº 057.742.569-28 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Angelo Romagnani nº 91, Bairro Basílio, na cidade de Apiúna – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Guilherme Butzke em substituição à Ivone Inês Sawicki afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 21 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	DANUBIA MABA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 313/2017

Publicação Nº 1486601

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 313/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NATALINA REGINALDO, portador(a) do CPF nº 594.747.939-72 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 15 de Novembro Cx 02, Bairro Centro, na cidade de Rio do Oeste – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Favinho de Mel II em substituição à Magali Gardolin Vieira afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Rio do Sul (SC), 21 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	NATALINA REGINALDO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 315/2017

Publicação Nº 1486605

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 315/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TACIANE KANTOVICK, portador(a) do CPF nº 044.596.419-76 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Santos entre nºs 266 e 290, Bairro Eugenio Schneider, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Dr. Romão Trauczynski em substituição à Glaucemara Bonacolsi afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.586,15 (Dois Mil Quinhentos e Oitenta e Seis Reais e Quinze Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 31/01/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 21 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	TACIANE KANTOVICK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 316/2017

Publicação Nº 1486600

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 316/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LIGIA POSSAMAI MAÇANEIRO, portador(a) do CPF nº 988.576.069-53 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ettore Losi nº 115 Ld 107, Bairro Centro, na cidade de Laurentino – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli em substituição à Charlene Rassweiler Pinheiro afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 21 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LIGIA POSSAMAI MAÇANEIRO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 317/2017

Publicação Nº 1486585

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 317/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) TAINÁ MARCELINO, portador(a) do CPF nº 085.676.419-18 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Princesa Isabel nº 400, Bairro Canoas, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Dr. Romão Traucynski em substituição à Jaqueline Michele Alexandre Bet afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.586,15 (Dois Mil Quinhentos e Oitenta e Seis Reais e Quinze Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 22 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	TAINÁ MARCELINO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 318/2017**

Publicação Nº 1486582

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 318/2017**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU, portador(a) do CPF nº 733.734.009-53 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pomerode nº 375, Bairro Canta Galo, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ilse Soldatelli em substituição à Claudiane Andrea Feller afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 22 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2017**

Publicação Nº 1486581

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 319/2017**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA APARECIDA BUENO, portador(a) do CPF nº 075.645.839-08 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada da Madeira nº 1316, Bairro Barragem, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Ricardo Marchi em substituição à Fabiola Regina Hinckel de Jesus afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três Mil Setecentos e Noventa e Três Reais e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade

do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 22 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CAMILA APARECIDA BUENO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 321/2017

Publicação Nº 1486598

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 321/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA, portador(a) do CPF nº 970.102.279-34 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Rua São Luiz nº 39, Bairro Boa Vista, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Adelaide Ledra em substituição à Denise Beltramini Demarch afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.448,20 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 22 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 322/2017

Publicação Nº 1486592

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 322/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PAMELA CAROLINE FERNANDES, portador(a) do CPF nº 049.112.769-32 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Loc Valada Mosquitinho nº 3170, Bairro Valada Mosquitinho, na cidade de Agrônoma – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado

o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Pref. Matheus Alves Conceição em substituição à Cheila Simone Niehues afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.103,38 (Três Mil Cento e Três Reais e Trinta e Oito Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 22 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	PAMELA CAROLINE FERNANDES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## EDITAL DE INTIMAÇÃO

Publicação Nº 1487289

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
JAIME PREIS	XXX.652.369.-XX	OFÍCIO Nº 26/2017 – SECRETARIA DA FAZENDA
RUBI DO PRADO	XXX.928.319.-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 29/2017 – SECRETARIA DA FAZENDA

Rio do Sul, 10 de Janeiro de 2018.

RONALDO DA ROCHA  
MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

## PORTARIA Nº 0003/DGP

Publicação Nº 1486562

PORTARIA N. 0003/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, ao servidor MARCON KLEINHEMPEL ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00117 065 004913373 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LARA MARCELINO KLEINHEMPEL.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

## **PORTARIA Nº 0004/DGP**

Publicação Nº 1486565

PORTARIA N. 0004/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, ao servidor IVAM DE ALMEIDA BARRETO ocupante do cargo de provimento efetivo de GUARDA MUNICIPAL, conforme certidão de nascimento n.º 108936 01 55 2017 1 00019 181 0005975 04 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de GABRIELA DOS SANTOS BARRETO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

## **RESOLUÇÃO Nº 01.2018.CMDCA, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1486919

Resolução nº 01/2018/CMDCA

Dispõe sobre a convocação da Conselheira tutelar suplente para substituição no período de férias da conselheira titular.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 287/2014.

CONSIDERANDO, o Artigo 7º da Lei 287/2014, parágrafo VII que diz que compete ao CMDCA opinar sobre o funcionamento do Conselho Tutelar.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a Conselheira tutelar Jaíra Lopes da Silva para substituir por tempo determinado a conselheira tutelar Carmem Pezenti Matias em seu período de férias a contar do dia 15/01/2018 à 29/01/2018.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de janeiro de 2018.

Jaíra Lopes da Silva  
Conselheira Tutelar Suplente

PATRÍCIA L. P. DE SOUZA  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### DECRETO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1487012

DECRETO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0009.0273.0015.0005 – Manutenção da Previdência Social Municipal

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.676,57

Para:

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0009.0273.0015.0005 – Manutenção da Previdência Social Municipal

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.676,57

Total ..... 1.676,57

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 28 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

### DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1487003

DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0243.0130.2023 – Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente

3339000000000000 – Aplicações Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 3.250,66

Para:

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0243.0130.2023 – Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente

3319000000000000 – Aplicações Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 3.250,66



Total ..... 3.250,66

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 15 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 15 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

Publicação Nº 1487005

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

001 – Serviço de Ensino

0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) ..... 128.276,27

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.180.000 – Tr. Fundeb/Fundef Rem.Mag.) ..... 16.006,92

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.180.000 – Tr. Fundeb/Fundef Rem.Mag.) ..... 46.583,23

0012.0365.0050.2012 – Manutenção de Centros de Educação Infantil - Jardins

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.180.000 – Tr. Fundeb/Fundef Rem.Mag.) ..... 22.839,25

Total ..... 213,705,67

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 21 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

Publicação Nº 1487004

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

10 – Secretaria da Saúde e Bem Estar Social



001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

3319000000000000 – Aplic. Dir. (1.386.400 – Trans. SUS/União - PAB) ..... 165.300,00

3319000000000000 – Aplic. Dir. (1.386.410 – Trans. SUS/União - PSF) ..... 3.130,00

Total ..... 168.430,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 21 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

## DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1487008

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

02 – Gabinete do Prefeito

001 – Gabinete do Prefeito

0004.0122.0011.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 3.861,90

02 – Gabinete do Prefeito

002 – Assessoria Jurídica

0004.0122.0011.2003 – Manutenção da Assessoria Jurídica

3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 14.234,85

10 – Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0243.0130.2023 – Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente

3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 6.895,56

Total ..... 24.992,31

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 21 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO**

Publicação Nº 1487007

DECRETO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

02 – Gabinete do Prefeito

001 – Gabinete do Prefeito

0004.0122.0011.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 3.184,02

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.263,50

Para:

02 – Gabinete do Prefeito

001 – Gabinete do Prefeito

0004.0122.0011.2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 4.447,52

De:

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0004.0122.0015.2005 – Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.588,06

Para:

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0004.0122.0015.2005 – Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 1.588,06

De:

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0009.0273.0015.0005 – Manutenção da Previdência Social Municipal

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 22.484,50

Para:

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0009.0273.0015.0005 – Manutenção da Previdência Social Municipal

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 22.484,50

Total ..... 28.520,08

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 21 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 1487009

DECRETO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0004.0122.0015.2005 – Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária

3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 8.561,71

Total ..... 8.561,71

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 28 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 1487014

DECRETO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

001 – Serviços Urbanos

0017.0512.0120.2042 – Cimvi – Resíduos Sólidos

3339300000000000 – Aplic. Dir. Consórcio Públ. (3.000.000 – Rec. Ordinários) ..... 8.435,05

Total ..... 8.435,05

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

# Romelândia

## PREFEITURA

### PORTARIA 8715/2018

Publicação Nº 1487381

PORTARIA Nº 8715/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, MARIA JANETE ARNEKE SAUL, referente ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2016 à 09 de janeiro de 2017, para serem gozadas de 10 de janeiro de 2018 à 09 de fevereiro de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 10 de janeiro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Marcia Maria Melz Francescon

Tecnico Administrativo II

### PORTARIA 8716/2018

Publicação Nº 1487382

PORTARIA Nº 8716//2018

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Conceder férias remanescentes a Servidora Pública Municipal NEIDE MARTA GIOTTO KUNH, no período de 10 de janeiro de 2018 à 21 de janeiro de 2018, as quais foram suspensas por conveniência do Município conforme portaria nº 8436/2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogando as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 10 de janeiro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Marcia Maria Melz Francescon

Tecnico Administrativo II

**PORTARIA 8717/2018**

Publicação Nº 1487384

PORTARIA Nº 8717/2018

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Suspender FERIAS, a partir da data de 10 de janeiro de 2018, do Servidor Público Municipal MAICO EVANDRO SCOPEL, cargo de carreira de OPERADOR DE MAQUINA, 40 horas semanais, concedida pela Portaria n.º 8689/2018, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozará os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município.

O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 10 de janeiro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Marcia Maria Melz Francescon

Tecnico Administrativo II

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N° 002/2018

Publicação N° 1486534

DECRETO N° 002, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA E FISCALIZADORA DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO/SC.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 88, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no artigo 3º, do Decreto Municipal n.º 90, de 28 de agosto de 2017, que Instituiu o Regulamento do Transporte Escolar e Comissão Organizadora do Transporte Escolar do Município de Salto Veloso/SC,

Decreta:

Art. 1º. Fica composta a Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Transporte Escolar do município de Salto Veloso, para o período correspondente a data de publicação deste decreto, até dia 31 de dezembro de 2020, com a seguinte composição por representatividade:

I – Representante da Câmara de Vereadores:

Titular: Rogério Vuelma

Suplente: Ramon Cesca

II – Representante do Executivo Municipal;

Titular: Ariane Spanholi Vígolo

Suplente: Cláudio Sartorel

III – Representante da Câmara do FUNDEB:

Titular: Anderson Leobet

Suplente: Juliana Paula Camícia Barboza

IV – Representante dos Motoristas do transporte escolar:

Titular: Paulo Sartorel

Suplente: Dirnei Perão

V – Representantes dos alunos usuários do transporte, maiores de 14 (quatorze) anos:

Titular I: Adson de Brito

Suplente I: Vanessa Manenti

Titular II:

Suplente II:

VI – Representantes dos pais de aluno usuário do transporte escolar, indicados pela APP e /ou Conselho de Pais das unidades escolares atendidas:

Titular I: Leoni de Fátima Antunes Cavali

Suplente I: Francisco Cavali Júnior

Titular II: Valdenir Zamboni

Suplente II: Katy Marise Leobet Zamboni

VII – Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Martina Celzlein

Suplente: Meryeli Donadel

Art. 2º. A alteração de representantes que compõem esta Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Transporte Escolar se dará quando da perda da representatividade do membro titular e/ou suplente, ou por pedido oficial e justificável de seus membros.

Art. 3º. Esta Comissão terá suas ações fundamentadas no regulamento do transporte escolar municipal, regida pelo decreto municipal nº 090/2017.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso/SC, 09 de janeiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL

Secretário de Administração e Finanças

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2018

Publicação N° 1486924

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2018

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE



PREGÃO PRESENCIAL 01/2018, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE PEDRA BRITA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL..

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 24/01/2018 até as 10h00min.

Abertura: 24/01/2018, às 10h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 10 DE JANEIRO DE 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018**

Publicação Nº 1486923

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 02/2018, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA MECANICA

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 24/01/2018 até as 11h00min.

Abertura: 24/01/2018, às 11h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 10 DE JANEIRO DE 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

## **PORTARIA Nº 068/2018**

Publicação Nº 1487824

PORTARIA Nº 068 DE 04 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 04 de janeiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2018, totalizando 30 dias de férias ao servidor EDIVAR ANTÔNIO DONADEL do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 01/01/2017 a 31/12/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 04 de janeiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

## **PORTARIA Nº 075/2018**

Publicação Nº 1487829

PORTARIA Nº 075 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 09 de janeiro de 2018 a 07 de fevereiro de 2018, totalizando 30 dias de férias à servidora FRANCISLENE DOS SANTOS do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 10/03/2016 a 09/03/2017, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 09 de janeiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 076/2018**

Publicação Nº 1487830

PORTARIA Nº 076 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de Férias, no período compreendido de 10 de janeiro de 2018 a 24 de janeiro de 2018, totalizando 15 dias de férias à servidora MERYELI DONADEL do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 10/01/2017 a 09/01/2018, correspondente a 15 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 10 de janeiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 077/2018**

Publicação Nº 1487835

PORTARIA Nº 077 DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 11 de janeiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2018, totalizando 30 dias de férias à servidora IVONE CAMARGO DOS SANTOS DE ANDRADE do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 03/01/2017 a 02/01/2018, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de janeiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### **PORTARIA Nº 078/2018**

Publicação Nº 1487837

PORTARIA Nº 078 DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

EXONERA SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica exonerada, a partir de 11 de janeiro de 2018, a Sra. LUCILENE PASSONI ABATI, do cargo de Professora, admitida em caráter temporário pela Portaria nº 150/2017, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 11 de janeiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO CADASTRO E ATUALIZAÇÃO DE FORNECEDORES 001/2018

Publicação Nº 1487515

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES

O Município de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que estará realizando junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília-SC, situada na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, nesta cidade, inscrição para novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme previsto no parágrafo I do artigo 34 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas atribuições. As atualizações e inscrições estarão permanentemente abertas e serão realizadas através do Departamento de Compras e Licitações, no Paço Municipal, à Rua João Goetten Sobrinho nº 555, em Santa Cecília, de 2ª a 6ª feira das 08h30min às 17h30min. Os interessados poderão obter maiores informações no endereço acima, ou pelo fone (49) 3244-2032. Santa Cecília, 10 de janeiro de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 002/2018

Publicação Nº 1487521

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de 01 (UMA) Escavadeira Hidráulica sob esteiras, de fabricação nacional, nova, com ano de fabricação mínima de 2018, peso operacional de no mínimo 21.000 kg, através da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos e da Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme descrições constantes no Anexo I, parte integrante do Edital. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br) ,site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 23/01/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h15min do dia 23/01/2018

Santa Cecília, 10 de Janeiro de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 003/2018**

Publicação Nº 1487556

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no Sistema Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos, materiais hidráulicos, ferramentas e correlatos para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br) ,site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 08h45min do dia 24/01/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h00min do dia 24/01/2018

Santa Cecília, 10 de Janeiro de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 02/2017 FMS

Publicação Nº 1486711

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, conforme "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), constantes no site <http://www.abcfarma.org.br>

Data, Horário e Local de Abertura: 24 de janeiro de 2018, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail [licitacao@santarosadelima.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadelima.sc.gov.br).

Santa Rosa de Lima, 10 de janeiro de 2018.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROC. LIC. Nº. 97/2017

Publicação Nº 1486736

Página: 1/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018			
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Achocolatado em pó, alimento achocolatado em pó instantâneo de 800 g. Ingredientes: açúcar, cacau em pó, minerais, maltodextrina, vitaminas, emulsificante, lecitina de soja, antioxidante, ácido ascórbico e aromatizante. Informação nutricional em porção de 20 g (2 colheres de sopa) Valor energético 75Kcal, carboidratos 17 g, proteínas 0,8g, gorduras totais 0,6g, saturadas 0 g, fibras alimentares 1,1 g, sódio 23 mg, cálcio 188 mg, ferro 2,6g, vitamina B1 0,23 mg, vitamina B2 0,25 mg, niacina 3 mg, vitamina B6 0,25 mg, vitamina B12 0,45 microgramas, ácido pantotênico 0,94 mg, biotina 5,6 microgramas. Deve constar data de fabricação e prazo de validade, rendimento, instruções de preparo e conservação, deverá ser entregue em caixa de papelão. Deve apresentar selo de acordo com o órgão competentes. (01-01-9979)	UND	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	apti	0	8,8000	
2	Açúcar cristal especial com as seguintes características, em pacotes de 5 kg, obtido da cana de açúcar, aspecto cor, cheiro próprios, sabor doce com teor de sacarose mínimo de 99% p/p, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas materiais terrosos e detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica atóxica, íntegro, resistente com solda reforçada, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, numero de lote, data de fabricação, quantidade do produto e a data de validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do requisitante. Na embalagem deve conter as informações nutricionais porção de 5 gramas, valor energético 20 Kcal, carboidratos 5 g, proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas, gordura trans, fibra alimentar e sódio 0g/mg, não conter glúten. O produto deve estar de acordo com as normas saúde/sanitárias vigentes (ANVISA,SIF, INMETRO e outras (01-01-9980)	Pct	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MINAS	0	9,5500	1
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	1455 APTI	0	8,8500	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	SOLEY	0	9,1000	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	estrela	0	9,6000	2
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	1876 CEDRO	0	9,7500	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017

Data do Registro: 28/12/2017

Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Amido de milho, contendo as seguintes características, amiláceo extraído do milho(Zea mays, L.), fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias tercosas e parasitas, não podendo estar umido, fermentados ou rançosos.Sob forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2.5% p/p, mínimo de amido 84% p/p e residuo mineal fixo 0.2 p/p. com a cor branca características. A embalagem devera conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade do produto> Acondicionada em caixas de papel impermeável fechada, intacta, em pacotes de 1 kg. Com registro no órgão competente. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega da unidade requisitante. Informação nutricional em porção de 20 gramas (1 colher de sopa), deverá conter: valor energético 80 kcal, carboidratos 17 gramas, proteínas 3,2g, gorduras totais, gorduras saturadas, gorduras trasn, fibra alimentar e sódio 0 g/mg. Não conter glúten. (01-01-9981)	KG	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	1746 BELA	0	2,5000	1
4	ARROZ PARBORIZADO TIPO 1: pacote com 5 kg, grupo beneficiado, sub grupo: parbolizado polido, polimento à água, com seleção eletrônica. Classe longo fino, constituído de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos. Embalagens de 5 kg em sacos plásticos transparente e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantem a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. A embalagem deve ser de plástico transparente, resistente com solda reforçada e íntegra. Ainda na embalagem, deve conter as informações nutricionais do produto em porções de 50g, valor energético 173 kcal, carboidratos 39g, proteínas 3,2g, gorduras totais 0,6g, gorduras saturadas 0,3g, fibra alimentar 0,6g, não contém Glúten. (20-01-0141)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	daju	0	3,7800	2
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	APTI	0	3,9800	3
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	MINUTINHO/D	0	10,7500	1
5	Agnoline artesanal, feito com massa, recheado com carne de frango em embalagens de 500 gramas, contendo data de fabricação e validade, com etiqueta contendo identificação e dados da empresa, embalados em sacos transparentes e resistentes, entrega conforme solicitação/cronograma do setor de alimentação escolar (01-01-9928)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	minutinho	0	10,8000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MOENDA	0	11,1000	3
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	Ki Pao	0	19,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017								Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018	
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.	

6	Biscoito caseiro (nata, manteiga, polvilho doce,coco, chocolate) feito de forma artesanal e que se utilizam de insumos naturais, sem conservante, corantes e outros aditivos utilizados em biscoitos industrializados. As embalagens devem ser de 1 kg, plastico transparente, lacrado, com garantia de higiene e consistencia adequada contendo o rótulo de produto com todas as especificações obrigatórias, data de validade, contendo etiqueta com peso. Entrega conforme solicitação/cronograma do setor de alimentação escolar (01-01-9929)	Und	LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	Ki Pao	0	17.9500	1
7	Biscoito doce tipo maria. Ingredientes: farinha de trigo, fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar gordura vegetal, açúcar invertido, amido, sal, estabilizante, lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio), embalagens apropriadas atóxicas, pacotes de 400 gramas, demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitária vigentes(ANVISA, SIF, e outros) (01-01-9982)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	prodasa	0	2.9100	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DIANA	0	2.9400	2
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	2131 PRODAS	0	3.3100	3
8	Biscoito Cream Cracker Integral, Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido Fólico, gordura vegetal hidrogenada, fibra de trigo, açúcar invertido sal refinado, açúcar, fermento biológico, fermento químico, emulsificante, aromatizante, antioxidante. Não deve apresentar entre os ingredientes: leite ou soro de leite, acidulante, ácido láctico, e emulsificante estoroll 2, lactil lactato de sódio.Deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, aprastilos, devendo estar em perfeito estado de conservação. São rejeitados os biscoitos ou bolachas mal cozidas, quimadas de caracteres organolépticos anormais. Não poderá apresentar umidade ou biscoitos quebradps. Embalagem: saco de polietileno atóxico, dupla embalagem, transparente resistente, lacrado, contendo peso líquido de até 400 gramas. Prazo de validade:mínimo de 6 meses. Rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. (01-01-9983)	Und	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	2089 COROA	0	3.9000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DIANA	0	3.9400	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	parati	0	6.0000	3

Página: 4/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018  
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	CAFE: Solúvel, granulado, embalagem de vidro com peso líquido de 200 g, contampa que possibilite vedar o produto após sua abertura, com 100% de pureza. Não deve apresentar sujidade, umidade, rendimento insatisfatório, misturas e peso insatisfatório. Deve ter sabor característico. Na embalagem deverá conter as seguintes informações: Indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses a partir da data da entrega. Ingredientes: 100% café. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar. (20-01-0149)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	amigo	0	10,5500	1
10	CANELA EMPÓ: Produto deve apresentar as características sensoriais de acordo com o produto, canela in natura, provenientes de cascas, limpas, secas, em forma de pó fino. Acondicionada em embalagens plásticas, vedadas hermeticamente, isentas de sujidades e contaminações físicas. Peso líquido de 30 gramas. Embalagem contendo informação nutricional data de fabricação, prazo de validade e lote. Não deverá conter glúten. Registro no órgão competente. Indústria Brasileira. . (20-01-0151)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	AMIGO	0	10,6000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	AMIGO	0	11,3500	3
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	2720 BELA	0	0,8700	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	INCAS	0	2,9800	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	brusto	0	3,0000	3
11	Colorífico, condimento em pó colorífico, de primeira qualidade de coloração avermelhada e sem presença de sujidades ou materiais estranhos, embalagem de polietileno, transparente, resistente. Produto obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, com aspecto de cor cheiro e sabor próprio. Ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum. Deverá conter validade de 06 a 12 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação e data de validade, entrega em pastas de 500 gramas (01-01-9985)	Und	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	2809 BELA	0	2,1500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	INCAS	0	2,1800	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	daju	0	2,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2018		Válido até: 28/12/2018		Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	COXA - SOBRECORA DE FRANGO: Com osso, congelada, firme e sem manchas, peça lisa e com coloração clara, sem excesso de gelo, com pele aderente, com embalagem plástica transparente, resistente e atóxica, limpa, não violada, que garanta a integridade do produto. Devem estar congeladas, livres de qualquer substância contaminante que possa alterá-las ou encobrir alguma alteração. Odor e sabor próprios. Acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura e do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 2 meses a partir da data de entrega. (20-01-0167)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	AURORA	0	4.7000	1
13	CARNE BOVINA MOÍDA: De 1ª qualidade, com 3 a 4% de gordura, em pacotes de 1 Kg, congelada ou resfriada. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. Em embalagem de plástico transparente e resistente, especial para alimentos, intacta. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura, com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Não serão recebidos pacotes congelados pingando sangue. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar. (20-01-0158)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	vale	0	4.7500	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	NAT	0	5.9900	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	frioeste	0	13.4700	1
14	CARNE BOVINA EM CUBOS: Carne bovina coxão mole ou contrafilé. Resfriada ou congelada, limpa, com aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, com cor própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, com odor próprio, sem osso, sem sebo, sem gordura, sem nervos. Embalada em bandejas de isopor revestidas com plástico transparente apropriado para alimentos. Embalagem de 1 a 2 Kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, data de empacotamento/fabricação, fornecedor e produto contido, bem como a quantidade do produto, número de registro no Ministério da Agricultura, com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. (20-01-0153)	KG	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	SANTA FÉ	0	13.5500	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MARCOM	0	15.8000	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	marcon	0	16.0000	1

Página: 6/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017								Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018	
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.	

15	CARNE SUÍNA EM CUBOS: Cortada em cubos pequenos de 2 a 3 cm, congelada ou resfriada, sem gordura, sem pele e sem osso. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. Embalagem de 1 kg. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. A rotulagem deve conter peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência, nome, marca, lote e informações nutricionais. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. Entrega conforme solicitação/cronograma do Setor de Alimentação Escolar. (17-01-0075)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	SANTA FÉ	0	16.2000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MARCOM	0	21.1500	3
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	SANTA FÉ	0	12.0000	1
16	Cravo da Índia: produto alimentício, constituído por botões florais, limpos e sãos. Deve apresentar aspecto e cor característicos do produto, cheiro fortemente aromático de cravo da Índia. Ausente de sujidades e contaminações físicas>embalagem plástica, íntegra e vedada hermeticamente com peso líquido de 12 gramas. Rotulagem contendo, indicações do fabricante, peso ingrediente, data de fabricação, validade e lote. Informação nutricional deve conter: 5g/porção (1 1/2 colheres de sopa) valor energético 16kcal/84 kJ, carboidratos 3 gramas, gorduras 1g, Sódio 12mg. Não contém quantidades significativas de proteínas nem glúten. Registro no órgão competente. Indústria Brasileira. (01-01-9984)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	frioeste	0	12.1000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MARCON	0	16.8000	3
			AP OESTE DISTRIBUIDORA ECOMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	2723 BELA	0	0.8700	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	brusto	0	2.2000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	INCAS	0	2.5300	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 7/20

Número do Registro de Preços: 37/2017      Data do Registro: 28/12/2018      Válido até: 28/12/2018  
 Objeto da Compra: Aquisição de gêneros de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Cereal matinal - bolinhas de milho sabor chocolate (chocolate preto e branco), em embalagens de 500 gramas, ingredientes: semolina de milho, farinha de arroz, açúcar, cacau em pó, óleo de palma, sal, lecitina de soja, açúcar invertido, bicarbonato de sódio, niacina, vitamina C, B1, B2, B6, B12, ácido fólico, ácido pantotênico, ferro, zinco, sorbitol, leite em pó, manteiga de cacau, corante caramelo, corante vermelho, aroma de chocolate, aroma de baunilha, colorido e aromatizado artificialmente, contém glúten, o prazo de validade deverá ser maior que 6 meses a partir da data de entrega. Entrega conforme solicitação/cronograma do setor de alimentação escolar. (01-01-9931)	Und	AP OESTE DISTRIBUIDORA ECOMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	3879 ALCAFO	0	9,1500	1
18	DOCE DE FRUTA- SABORES MORANGO, UVA OU ABÓBORA E MEMBALAGENS PLÁSTICAS DE POLIETILENO RESISTENTE OU DE VIDRO, ATÓXICA, ÍNTEGRA E COM LACRE DE PROTEÇÃO. CONTENDO 1KG CADA UNIDADE. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. A VALIDADE SUPERIOR A TRÊS MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA (03-01-0025)	KG	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MARIAN	0	5,2000	1
19	Evilha: 100 % natural, embalagem plástica contendo 300 gramas, congelada, com sistema IQF de congelamento, características organolépticas: cor verde, odor esabor característico do produto e textura macia. A embalagem deve constar data de fabricação, validade, lote do produto e informações nutricionais. Entrega conforme solicitação/cronograma do setor de alimentação escolar. (01-01-9932)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	ESTELA	0	4,7000	1
20	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA: Em pacote de 1kg, contendo farinha de mandioca torrada, seca, fina com acidez baixa. Com registro no Ministério da Agricultura constante do rótulo e/ou da embalagem. Não deverá apresentar odor forte e intenso, além de coloração anormal. Validade mínima de 12 meses. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Marcas de referência: (20-01-0175)	Und	AP OESTE DISTRIBUIDORA ECOMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	MOSIL/BELA	0	3,5900	1



Página: 8/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018			
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

21	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL: Tipo I, Pacotes de 5Kg, fortificada com ferro e ácido fólico. Contendo 100% trigo, glúten natural de trigo, sem aditivo químico. Especificidade de uso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. O rótulo deve conter as instruções de fabricação de no máximo 30 dias e prazo de validade de no mínimo 6 meses, lote do produto e tabela com informações nutricionais. (20-01-0177)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	ESTRELA DA	0	7,5500	1
22	FARINHA DE MILHO: Fubá de milho fino, Pacotes de 1kg. Composição 100% milho, ferro, ácido fólico. Cor amarela, não pré-cozido, em embalagens plásticas, transparente, resistente, com solda íntegra e reforçada. Com data de fabricação recente e prazo de validade. Informações nutricionais em porção de 50g (1/2x) deve conter: valor calórico 177 kcal; carboidratos 39g; proteínas de 3,6g; gorduras totais 1g; gorduras saturadas e trans 0g; fibra alimentar 2,3g; sódio 0mg; ferro 2,1mg; ácido fólico 75ug. Indústria Brasileira. (20-01-0176)	Und	A.P. OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	1783 DALLA	0	1,5500	1
23	Feijão carioca, grupo/tipo 1, 100 % feijão carioca safra nova, constituído de no mínimo 90 a 98 % inteiros e integros, sem a presença de grãos doformes ou torrados, coloração de grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras)bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado.A embalagem deve ser de plástico transparente e atóxico, resistente com solda reforçada e íntegra, não violados, resistente que garantam a integridade do produto até o momento de consumo e acondicionado em tarcos lacrados. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. A embalagem deverá apresentar lote do produto e registro em órgão competente. Entrega conforme solicitação/cronograma do setor de alimentação escolar. (01-01-9933)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	daju	0	1,6000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DAJU	0	2,6200	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	siwero	0	4,0000	1

Página: 9/20

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017								Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018	
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

24	FEIJÃO PRETO: Pacote de 01 kg. feijão classe preto, grupo tipo I, 100% feijão preto (Phaseolus vulgaris L.), de safra nova. Constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos íntegros e integros, sem a presença de grãos diformes e/ou torrados, coloração dos grãos com nuances diferentes, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. A embalagem deverá ser de plástico, transparente e atóxico, resistente, com solda reforçada e íntegra, não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo e acondicionados em fardos lacrados. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses apartir da entrega. A embalagem deverá apresentar lote do produto e Registro no órgão competente. Deve ser entregue em fardos com 30 pacotes de 01 kg. (20-01-0178)	Und	A.P.OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	GRAO DO SU	0	4,1500	3
25	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ: O produto deverá apresentar as seguintes características: fermento químico empacotado para elaboração de bolos. Embalagem de 250g/gramas. Deverá conter vedação entre a tampa e o produto. A embalagem deverá estar íntegra, sem ferrugem/amassada e/ou vazamento. Com data de fabricação, lote do produto e prazo de validade de no mínimo 04 meses. Não deverá conter glúten. Ingredientes: amido de milho geneticamente modificado, fosfato monocalcico, bicarbonato de sodio e carbonato de calcio. Com tampa medidora. Indústria Brasileira e com registro nos órgãos competentes. (20-01-0180)	Und	A.P.OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	2120 TRISANT	0	3,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2017	Válido até: 28/12/2018
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	GELATINA: Em pó de diversos sabores, embalagem de polietileno, contendo 1 kg. Ingredientes: Açúcar cristal, gelatina em pó comestível, acidulante (ácido fumarico), sal, aromatizante (aroma natural do sabor), e corantes artificiais amarelo tartrazina, amarelo crepúsculo, azul indigotina. Informação nutricional: em porção de 20g (2 colheres de sopa) deve conter: valor energético 75 kcal; carboidratos 17g dos quais açúcares 17g; proteínas 1,6g; sódio 71mg. Não conter glúten. Acondicionada em sacos plásticos, íntegros e resistentes, acondicionados em caixas limpas, íntegras e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. (20-01-0181)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	decasea	0	7,3000	1
27	Leite UHT: Leite integral fluido, processado em usina de beneficiamento através do sistema UHT. Embalagem tetra pak de 1 litro. Deverá trazer as informações gerais, data de fabricação e validade visíveis e claras. Não deverá apresentar sujidades, corpos estranhos, cor não característica, sabor ácido intenso. Prazo de validade mínimo de 120 dias. (01-03-0014)	LTS	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)  AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	SOLEY  LEO	0  0	7,3500  7,8800	2  3
27	Leite UHT: Leite integral fluido, processado em usina de beneficiamento através do sistema UHT. Embalagem tetra pak de 1 litro. Deverá trazer as informações gerais, data de fabricação e validade visíveis e claras. Não deverá apresentar sujidades, corpos estranhos, cor não característica, sabor ácido intenso. Prazo de validade mínimo de 120 dias. (01-03-0014)	LTS	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	1781 LANGUI	0	2,1500	1
28	Leite condensado em embalagem de 395 gr, obtido pela desidratação do leite, adicionado de sacarose ou glicose, embalado em caixas limpas, isenta de ferrugens, não estufado, resistente que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, atender as exigências do ministério da agricultura e DIPOA, regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (01-03-0015)	Pot	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)  A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)  MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	realta  TERRA VIVA  PIRACANJUB	0  0  0	2,1800  2,4000  2,5400	2  3  4
28	Leite condensado em embalagem de 395 gr, obtido pela desidratação do leite, adicionado de sacarose ou glicose, embalado em caixas limpas, isenta de ferrugens, não estufado, resistente que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, atender as exigências do ministério da agricultura e DIPOA, regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (01-03-0015)	Pot	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	piracanjuba	0	2,8000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	TRIANGULO	0	2,8500	2



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017								Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018	
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

29	LENTILHA: Tipo 1, classe misturada, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, embalagem de 500g em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos e não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionados em fardos lacrados. Com marca registrada. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Indústria brasileira. (20-01-0187)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	VALAR	0	5.1000	1
30	Lingüça: ingredientes, carne suína, gordura suína, água, proteína de soja, sal, açúcar, especiarias: noz moscada, pimenta vermelha e pimenta branca, aromas naturais de pimenta do reino, alho e carne bovina, realçador de sabor: glutamato monossódico (INS 621), estabilizante: tripolifosfato de sódio (INS 451), antioxidante: eritorbato de sódio (INS316), conservantes: nitrato de sódio (INS 250), nitrato de sódio (INS 251), corantes naturais :caramelo I (INS 150 a) e carmin de cochonilha (INS 120), embalada a vácuo em plástico transparente com data de validade e inspeção do SIF, embalagem de 1 kg, e cada gomo de 50 gramas. Entrega conforme solicitação/cronograma do setor de alimentação (01-01-9934)	KG	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	valar	0	5.2500	3
31	Milho verde em conserva: em sachet, linha profissional, embalagem contendo peso líquido 3 kg, e peso drenado 2 quilogramas. Característica organolépticas: cor amarela, odor e sabor característicos do produto e textura macia. O sachê não poderá ser rompido. Na embalagem deve constar, data de fabricação e validade. Informações nutricionais: Porção de 130 gramas (1 xícara de chá) deverá conter carboidratos 25 g; fibra alimentar 1,3 g; gordura saturadas 0 g; gorduras totais 0,7 g; gorduras trans 0 g; proteínas 2,9 g; sódio: 505,1 mg; valor energético 117 kcal. 491 kj, prazo de validade 24 meses a partir da entrega. Entrega conforme solicitação/ cronograma do setor de alimentação escolar. (01-01-9935)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	ESTELA	0	12.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 12/20

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018					
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018									
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

32	MARGARINA: Produto obtido de óleos vegetais líquidos hidrogenados, com sal, de consistência cremosa, aromatizada artificialmente e vitaminada com no mínimo 65% de lipídios. Embalagem intacta em potes de polietileno contendo 500g. Prazo de validade mínimo 6 meses. Data de fabricação máximo de 30 dias. (20-01-0192)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	FUGINI	0	12,8500	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	bonare	0	12,9900	3
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	PRIME	0	2,8000	1
33	Mortadela de frango em embalagem de 500 gramas: ingredientes: carne mecanicamente separada de ave; carne de frango, água, amido, pele de ave, proteína de soja, sal, especíarias; regulador de acidez, lactato de sódio (INS 325), realçador de sabor: glutamato monossódico (INS 621), estabilizante: polifosfato de sódio (INS 42ii), antioxidante: eritorbato de sódio (INS 316), conservante: nitrato de sódio (INS 250) (01-01-9936)	Und	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	1235 COAMO	0	2,8500	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	PRIME	0	4,7300	3
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	AURORA	0	4,2500	1
34	MAMÃO FORMOSA DOCE: Com 80 a 90% de maturação. Integro, sem manchas e mofo, sem rupturas e/ou parcas na casca, deve apresentar características docutivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formados, limpos, ou seja, com brilho livre de sujidades, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de resíduos de fertilizantes. Deverá ser embalado individualmente em sacos específicos para este fim. No pacote deverá estar impresso a informação nutricional e dados do fornecedor. (20-01-0190)	Und	LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	Vale	0	4,3000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	FRIMESA	0	5,0500	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	4,7500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	4,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 14/20

Número do Registro de Preços: 37/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018  
 Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Queijo mussarela, de 1ª ingredientes: leite pasteurizado, fermento lático, sal, coalho, cloreto de cálcio. Embalagem original contendo 4 kg, transparente atóxico, limpo não violado, resistente que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem obrigatória segundo legislação específica, validade mínima de 30 dias, Registro no SIF ou SIF (01-03-0017)	KG	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	LACTVIT	0	18,0000	1
39	SAGU: Pacote de 500 g, produto fabricado com amido de mandioca, tipo 1, selecionado, classe pérola. De safra recente. Composição: 100% mandioca. Em embalagem plástica intacta, isento de mofo, odores estranhos ou qualquer substância nociva. Com data de fabricação e validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega. Informação nutricional em porção de 30 g (2 colheres de sopa) deverá conter: valor energético 150 kcal; carboidratos 26 g; proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas, gorduras trans, fibra alimentar e sódio 0 g/mg Não conter glúten. (20-01-0214)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	mondai	0	18,2000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MONDAI	0	22,8000	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	manu	0	3,0000	1
40	Sai marinho iodado refinado, características técnicas: não devem apresentar sujidades, umidade, misturas inadequadas ao produto, embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg em polietileno, transparente, prazo de validade, mínimo de 12 meses, data de fabricação, máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e ou marca, ingrediente, data de validade, lote e todas as informações nutricionais. Entrega conforme solicitação/cronograma do setro de alimentação escolar (01-01-9938)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	5 ESTRELAS	0	1,4500	1
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	BELAPRATA	0	3,9200	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DONA FRANC	0	4,4900	3
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	GARÇA	0	1,5000	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	zizo	0	1,9000	3

Página: 15/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2017	Válido até: 28/12/2018				
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			APOESTEDISTRIBUIDORAE COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	DAJU	0	2,7200	4
41	OREGANO DESIDRATADO: Embalagem com 15g - O produto deverá apresentar registro no órgão competente. Não deverá apresentar misturas inadequadas ao produto, presença de impurezas, formação de grumos, coloração clara demais, sabor alterado e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega. (20-01-0202)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	INCAS	0	1,4000	1
42	VINAGRE DE MAÇÃ: De maçã. Em embalagem de plástico lacrada com 750 ml. Composição: fermentado acético de maçã hidratado, com acidez de 4,2 %. Isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos. Livre de sujidades, material tóxico e detritos de animais e vegetais. Deve constar na embalagem a data de fabricação, prazo de validade, lote do produto, nome e/ou marca e ingredientes (20-01-0219)	Und	APOESTEDISTRIBUIDORAE COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (122)	2787 BELA	0	1,4100	2
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	ZAELI	0	2,4900	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	4es	0	2,3500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	4 ESTAÇÕES	0	2,3900	2
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	KOLLER	0	3,4300	3
43	iogurte: descrição do produto, elaborado a partir de leite pasteurizado, adicionado de soro de leite, polpa de frutas e ingredientes naturais. Contendo 1 Litro, embalagem de polietileno, contendo data de fabricação, lote, validade e informações nutricionais. (01-03-0016)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	CARLITOS	0	3,5000	1
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	CARLITO	0	3,9000	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	carlitos	0	3,9500	3

Página: 16/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018		Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
44	ABACAXI PEROLA: Com polpa intacta e limpa, compacta, firme, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, aroma e sabor da espécie, sem rachaduras ou cortes na casca, não apresentando manchas, danos físicos, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência ou qualidade. Livre de unidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. De colheita recente, com acondicionamento em caixas devidamente higienizadas. Não será recebido produto em caixas sujas. (20-01-0135)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	6,2000	1			
45	BANANA CATURRA: Semi-madura com grau de maturação tal que lhes permita manipulação e conservação adequada para consumo imediato e imediato, tamanho médio, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes, devem ser íntegras, sem manchas, rupturas ou amassadas, nem muito maduras, sem bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes. Deverão ser bem desenvolvidas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionadas em peneiras íntegras. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar. (17-01-0064)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	6,4000	2			
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	2,9500	1			
46	BATATA INGLESALAVADA: escovada, grupo I ou II, classe 2, tipo especial. Sem emissão de brotos, 1ª qualidade, nova. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, livres de rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, resistente e com etiquetas constando o fornecedor. (20-01-0143)	KG	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	2,9000	1			
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	REAL	0	3,3300	3			
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	2,9900	2			
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	2,9500	2			

Página: 17/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018		Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	CEBOLA: Classe média (4), tipo especial, podendo ser "grauda" deve possuir diâmetro maior ou igual a 75 mm e menor ou igual a 90 mm, pesando entre 100 g a 200 g a unidade. Não serão tolerados defeitos externos e internos, que prejudiquem o consumo. Brotado, dano mecânico, manchas escuras, ausência de catáfilos e podre. Não será tolerado na cebola inteira a ausência de catáfilo (pelada). O produto deverá estar fresco, isento de substâncias tóxicas, sujidades ou corpos estranhos. Deverá ser de safra, não murcha, nova. Acondicionada em embalagens especiais para alimentos, em saco tipo telinha, contendo a quantidade conforme solicitação descrita. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar. (17-01-0070)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	2,9000	1
48	CENOURA: lisa, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. De colheita recente. (20-01-0161)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	REAL	0	2,9700	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	3,1900	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	3,9500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	3,9900	2
49	COUVE-FLOR: Tamanho médio a grande, de 1ª qualidade. Devem estar intactos, firmes, frescos, sem manchas, bolores, machucados, danos superficiais, não pode ter a presença de substâncias estranhas ou organismos vivos. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar. (20-01-0166)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	7,0000	1
50	MACÁ FUJI OU GALA: Categoria 1, ou seja, as frutas deverão ser fisiologicamente desenvolvidas, manipulação e conservação adequada para consumo imediato e imediato. Com polpa intacta e firme, apresentando tamanho e coloração uniforme. Não deverá conter manchas, pancadas, bolores, sujidades, ferrugem, sardas e/ou granizadas, murchas, ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Devem apresentar características do cultivar bem delimitadas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Livre de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. Acondicionamento em caixas devidamente higienizadas, encarteladas. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar. (20-01-0188)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	4,0000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	4,0500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 18/20

Número do Registro de Preços: 37/2017		Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018		Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
51	MANGA: Características Gerais: Polpa carnosas, suculenta comestível, de coloração amarela ou amarelo-alaranjada, podendo ser fibrosa conforme algumas variedades. Fruta com polpa firme, íntegra, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas. (20-01-0191)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	5,6200	1		
52	MELANCIA: Características Gerais: De Primeira qualidade. Não devem conter substâncias tóxicas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, livre de resíduos de fertilizantes. Aspecto característico, com ausência de fissuras e/ou rachaduras. Devem ser frescas e uniformes, cores e sabores próprios da espécie. A polpa deve estar íntegra e firme. (20-01-0195)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	3,9000	1		
53	MORANGO: fruto in natura. De Primeira qualidade, embalagem em bandeja de plástico transparente, apresentando grau médio de maturação, tal que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. (20-01-0199)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	18,0000	1		
54	PIMENTÃO VERDE: Firme, íntegro, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, fermento com exposição de polpa, murcho, queimado de sol e com deformação grave. O produto deve estar fresco, isento de substâncias tóxicas, sujidades, ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. (20-01-0206)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	11,3000	1		
55	TOMATE: paulista, grau médio de amadurecimento (colorido), com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho. De 1ª qualidade, não deverá ter frutos estragados. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, dano, murcho, imaturo, passados e feridos. Os produtos deverão estar frescos, isentos de substâncias tóxicas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, resistente com etiquetas constando o fornecedor. (20-01-0218)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	real	0	5,1000	1		

Página: 19/20

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. .....

Número do Registro de Preços: 37/2017							Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018	
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	REAL	0	5,1600		2



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 20/20

Número do Registro de Preços: 37/2017								Data do Registro: 28/12/2017		Válido até: 28/12/2018	
Objeto da Compra: Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA

REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017

PROCESSO Nº 97/2017

- (122) - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
- (123) - SCS COMERCIO LTDA - ME
- (126) - LUCIANA SPERANDEI - ME
- (245) - MOACIR LUIZ NOHATTO 42515572987
- (787) - MERCADO NOHATTO LTDA ME
- (819) - A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME

Santa Terezinha do Progresso, 28 de Dezembro de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROC. LIC. Nº. 96/2017

Publicação Nº 1486774

Página: 1/19

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2017

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água sanitária 2 litro, composição: hipoclorito de sódio, carbonato de sódio e água, com cloro ativo de 2 por cento a 2,5 por cento (01-01-4535)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	lirio	0	2,9500	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	LIMPINHA	0	3,0000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	verdesan	0	3,3200	3
2	Álcool etílico 70% , frascos com 1l (20-01-0221)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	flops	0	3,8000	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ITAJA	0	3,8500	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	flops	0	3,9500	3
3	Álcool etílico hidratado, 46,2 %, frasco 1l (20-01-0222)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	flops	0	3,5000	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	flops	0	3,5300	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	FLOPS	0	3,9900	3
4	Álcool gel 70%, frasco 480gr, Álcool etílico hidratado em gel, não aromatizado, limpo, transparente e isento de resíduos (20-01-0223)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ALLGEL	0	3,7000	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	flops	0	3,7500	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	flops	0	3,8000	3
5	Balde plástico capacidade 20 lt (20-01-0224)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	PLASNEW	0	8,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 2/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Amaciante 2 litros (00-00-0610)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	aroplast	0	8,1500	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ARQPLAST	0	9,0000	3
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	LAR	0	3,3000	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	lírio	0	3,3500	2
7	Cera em pasta, produto incolor, embalagem lata de 400gr. (20-01-0225)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	gota limpa	0	3,4000	3
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	CANARIO	0	5,8000	1
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	ZAVASKI	0	6,8400	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	GIOCA	0	6,9100	3
8	Cera líquida 750ml, composição: plastificantes, alcalinizantes, emulsificantes, formadores, 1,2, benzotiazolin-zona, com fragancia (20-01-0226)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	GIOCA	0	2,6500	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	gioca	0	2,7000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	andela	0	3,3900	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	aroplast	0	7,9000	1
9	Cesto para lixo com tampa, reforçado, tamanho 20l (20-01-0227)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	IMPLAST	0	8,0000	2

Página: 3/19

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Copo descartável, 180ml, tiras com 100 unid (20-01-0228)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ARQPLAST	0	8,5000	3
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	PLASNEW	0	15,0000	4
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	coposul	0	2,4000	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	coposul	0	2,5000	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	COPOSUL	0	2,5500	3
11	Desengordurante 500 ml (01-01-9926)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	Q LIMP	0	2,8000	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	gioca	0	2,8500	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	PRATIK	0	4,0000	3
12	Desinfetante líquido para banheiro, com ação germicida/bactericida, embalagem com 2l (20-01-0230)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	LIMPINHA	0	3,0500	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	lírio	0	3,1000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	gota limpa	0	3,2500	3
13	Desodorizador ambiental aerosol, sem CFC. Essências suaves. Aplicação: aromatizador ambiental. Frasco 400ml, a embalagem deverá conter externamente dados de identificação, procedência, nº de lote, validade e nº de registro no ministério da saúde. (20-01-0231)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	ultra fresh	0	6,5000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	ULTRA FLESC	0	6,5500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 4/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018 Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ULTRA FLESH	0	6.9000
14	DESODORIZADOR SANITÁRIO EM PASTILHA DE SIVA CAIXA COM 3 UNIDADES A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. (01-01-6922)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	SANI	0	4,2500
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	sany	0	4,3000
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	SANY	0	4,3500
15	Detergente neutro, frasco 500 ml (20-01-0233)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	gota limpa	0	1,0300
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	GOTA LIMPA	0	1,0500
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	zavaski	0	1,3000
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	GOTA LIMPA	0	1,3200
16	Escova oval média (00-00-4032)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	CONDOR	0	1,8500
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ECCO	0	1,9000
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	desafo	0	2,0000
17	Escova para vaso sanitário (20-01-0234)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	PLASNEW	0	2,6500
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	desafo	0	2,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 5/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	desafo	0	3,4900	3
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	SUL	0	3,5000	4
		Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	NOBRE	0	1,3000	1
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	GAUCHO	0	1,3500	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	INOVA	0	2,0000	3
		Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	gota limpa	0	0,9500	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	inove	0	1,0000	2
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	ASSOLAN	0	1,1500	3
		UND	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	betaninm	0	0,5000	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	BRIL	0	0,6000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	gota limpa	0	0,6300	3
		Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	3 CORACAO	0	2,7500	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	brígia	0	2,8000	2



Página: 6/19

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	BRIGITTA	0	2,9000	3
22	Fosforos com 10 caixas de 40 palitos (00-00-4680)	Pct	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	PARANA	0	2,3500	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	BILL	0	2,4000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	parana	0	2,4900	3
23	GUARDANAPO DE PAPEL 23 CM X 20 CM, PCT C/ 100 UNIDADES. (01-01-6928)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	DALLAS	0	1,0500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	NOBRE	0	1,1000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	florax	0	1,4000	3
24	Mangueira para jardim, kit, PVC flexível, 30mt. (20-01-0240)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	VONDER	0	31,9000	1
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	PORTO PLAS	0	32,0000	2
25	Limpa piso azulejos e calçadas 100ml (20-01-0241)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	super dean	0	4,6900	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	LIMPO MAIS	0	5,8000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	FORTE	0	6,5000	3
26	Limpa vidros com borrifador 500 ml (00-00-5804)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	gioca	0	5,0000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	GIOCA	0	5,0500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: .....

Página: 7/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Lixeiro com pedal, capacidade de 30 lt (20-01-0246)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	GIOCA	0	5,2500	3
			LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME (1067)	GLAMOUR	0	5,4900	4
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	PLASUTIL	0	34,8500	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	aroplast	0	34,9000	2
30	Lixeiro plástico capacidade 100lt (20-01-0247)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	RICHIRETO	0	45,0000	3
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	RICHETO	0	53,9000	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	aroplast	0	54,0000	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ARQPALST	0	55,0000	3
31	Lixeiro plástico capacidade 50lt (20-01-0248)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	aroplast	0	44,0000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	PLASNEW	0	44,6000	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ARQPALST	0	45,0000	3
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	PLANSEW	0	18,9000	1
32	Lixeiro plástico capacidade 30lt (20-01-0249)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	aroplast	0	19,0000	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ARQPALST	0	19,2000	3

Página: 8/19

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: .....

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	PLASNEW	0	39,4400	4
33	Luva de látex emborrachada, antiderrapante, comprimento 33cm (20-01-0250)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DANNI	0	5,3000	1
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	BONPACK	0	5,3500	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	talge	0	6,5000	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	volk	0	6,5000	4
34	Luva plástica descartável transparente, pct com 100 und (20-01-0251)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	NOBRE	0	15,0000	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	DESCARPAC	0	19,0000	2
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	BONPACK	0	33,0000	3
35	Luva descartável ambidestra de vinil, tam. M. com 100 und. (20-01-0252)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	talge	0	13,5500	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	nobre	0	13,6000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	NOBRE	0	13,7500	3
36	Pano de chão 40/70, algodão grosso (20-01-0254)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	martins	0	3,0000	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	bellei	0	3,4900	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	CE	0	3,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 9/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	PA PARA LIXO (00-00-7048)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	FORTE LIMP	0	1,9000	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ECOO	0	1,9500	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	desafio	0	2,5000	3
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	desafio	0	2,8900	4
38	Pano de prato (00-00-7113)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	PANO SUL	0	2,3500	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	martins	0	2,4000	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	CR	0	2,6000	3
39	Papel higiênico, pacote com 12unid, de boa qualidade, rolos com 30mt (20-01-0256)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	pleno	0	5,3500	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	DALLAS	0	5,4000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	fofinho	0	6,8900	3
40	Papel toalha interfolha, branco, de primeira qualidade, composto por celulose 100% virgem (23X22cm), folhas duplas, com 100 folhas (20-01-0257)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ECOOPEL	0	7,3000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	FLAMINGO	0	7,3500	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	frapipel	0	7,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 10/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018		Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário

41	PAPEL TOALHA MULTILISO, BRANCO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPOSTO POR CELULOSE 100% VIRGEM, BOBINA COM 60 FOLHAS, FOLHA DUPLA PCT COM 2 BOBINAS (01-01-6906)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	sorela	0	2,2500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	SORELA	0	2,3000	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	sorela	0	2,4000	3
42	PEDRA SANITARIA (00-00-7610)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	SANY	0	0,9300	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	gioca	0	0,9500	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	sany	0	1,1000	3
43	Prato descartável 15cm, pacote com 10 unid. (20-01-0260)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	coposul	0	0,7300	1
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	TOTAL PLAST	0	0,7500	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MINAS	0	0,8700	3
44	PRATO DESCARTAVEL 21 CM, PACOTE COM 10 UNIDADES (01-01-6924)	Pct	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	TOTAL PLAST	0	1,2500	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	coposul	0	1,2800	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MINAS	0	1,4000	3
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	COPOSUL	0	2,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 11/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Prato de papelão laminado nº 08 redondo (20-01-0262)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	CHICO	0	1,0000	1
46	Prato de papelão laminado 50x40cm retangular (20-01-0264)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	CEP	0	1,3500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	CHICOC	0	1,4000	2
47	Rastel para grama arame (20-01-0266)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	DESAFIO	0	17,5000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	VONDER	0	20,0000	2
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	WIDA	0	23,0000	3
48	Rastel para grama plástico (20-01-0267)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	LIMPOA MANI	0	10,2900	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	DESAFIO	0	12,0000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	VONDER	0	12,0000	3
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	WIDA	0	14,0000	4
49	Recarga de Gas (GLP) 13 Kg (00-00-8531)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	BRAS	0	79,5000	1
50	Rodo de alumínio 40cm, com cabo (20-01-0269)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	desafio	0	7,6900	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	desafio	0	14,9000	2



Página: 12/19

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Rodo de alumínio 60 cm, com cabo (20-01-0270)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DESAFIO	0	20.0000	3
				desafio	0	11.0000	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	desafio	0	16.9000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DESAFIO	0	25.0000	3
52	Rodo espuma, com cabo (20-01-0271)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	desafio	0	4.6900	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ECOO	0	5.5000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	desafio	0	6.9900	3
53	Rodo plástico 40cm, com cabo (20-01-0272)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ECOO	0	4.3500	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	desafio	0	4.4000	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	desafio	0	4.6900	3
54	Rolo de papel microfilme 30mt (20-01-0274)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	USE	0	4.8500	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	HOME	0	4.9000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	star	0	4.9900	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	divina	0	8.0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 13/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Rodo plástico 60cm, com cabo (20-01-0273)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	desafio	0	7,9500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DESAFIO	0	8,0000	2
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	BONPACK	0	9,0000	3
56	Sabão em barras, pacote com 5 unidades, de boa qualidade (20-01-0275)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	campeao	0	4,1500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	LAE	0	4,1900	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	zavaski	0	4,2000	3
57	Sabão em pó, pacote de 1kg, boa qualidade, composto de tensoativo amfônico, temporantes coadjuvantes, corantes/enzimas e branqueadores ópticos (20-01-0276)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	GOTA LIMPOA	0	3,6500	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	gota limpa	0	3,7000	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	girando sol	0	4,7500	3
58	SABONETE 90 GRAMAS (01-01-4541)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	maran	0	0,9800	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MOTIVUS	0	1,0000	2
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1088)	NIPS	0	1,4000	3
59	Sabonete líquido 1l (20-01-0278)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	verdesan	0	4,3300	1

Página: 14/19

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Saco cristal rolo, capacidade 5kg, com 100 und (20-01-0279)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	verdesan	0	4,3500	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	PREMISA	0	4,4500	3
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	STAR	0	3,4800	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	star	0	3,4900	2
61	Saco para lixo, capacidade 100 lt, rolo com 25 unidades (20-01-0280)	Und	LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	NOSSE ROLO	0	4,5000	3
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	star	0	4,5000	4
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ECOO	0	5,8000	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	rolplast	0	5,8500	2
62	Saco para lixo, capacidade 30lt, rolo com 50 unidades (20-01-0281)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	scs	0	6,8000	3
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ECOO	0	4,6500	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	rolplast	0	4,7000	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	scs	0	6,8000	3
63	Saco para lixo, capacidade 50lt, rolo com 50 unidades (20-01-0282)	Und	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	rolplast	0	5,1500	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	scs	0	5,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 15/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Sapão líquido, com detergente 300 ml (20-01-0283)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	GIOPAC	0	6,1500	3
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	ultra class	0	2,2500	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	GIOPAC	0	2,2800	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	class	0	2,3000	3
65	Sapão em pó, com detergente 300gr (20-01-0284)	Und	SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	class	0	1,3000	1
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	ultraclass	0	1,5000	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	SANI	0	1,9000	3
66	Toalha de rosto para bordar ponto russo e/ou ponto cruz, em algodão 45X50, em cores diversas (20-01-0285)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	TOAMINE	0	4,4500	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	toamine	0	4,5000	2
			ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA (816)	bellei	0	4,6500	3
67	Touca descartável polipropileno tam 19", para cozinha, pct com 100 und. (20-01-0286)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	DESCARPAC	0	7,4000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	NOBRE	0	7,4500	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	nobre	0	8,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 16/19

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Varal de chão com abas (20-01-0287)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	MOR	0	54,0000	1
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	MOR	0	54,5000	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	mor	0	67,0000	3
69	Vassoura de plástico, nylon, multiuso com cabo maciço, aproximadamente 50cm (20-01-0289)	Und	HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	ECCO	0	5,3000	1
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	desafio	0	5,3500	2
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	DESAFIO	0	5,6000	3
70	Vassoura colonial de palha, boa qualidade, reforçada. 48X37, cabo maciço (20-01-0288)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	COLONIAL	0	11,0000	1
			HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME (1068)	COLONIAL	0	11,0500	2
			SCS COMERCIO LTDA - ME (123)	colonial	0	11,5000	3
71	Prato de papelão laminado nº 10, redondo (20-01-0263)	Und	A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	CHICO	0	1,0000	1
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	WIDA	0	1,5000	2
			MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	CEP	0	1,6000	3
72	Prato de papelão laminado 47x37cm retangular (20-01-0265)	Und	MERCADO NOHATTO LTDA ME (787)	CEP	0	1,2500	1

Página: 17/19

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018

Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
			A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME (819)	XCHICO	0	1,3000	2
			LUCIANA SPERANDEI - ME (126)	WIDA	0	1,7000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. .....

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018						
Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário
73	Bombona de Água 20 Litros (01-01-9974)	Und	MERCADONOHATTOLTDAME (787)	DANFERRAN	0	10,2500
						1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: .....

Número do Registro de Preços: 36/2017 Data do Registro: 28/12/2017 Válido até: 28/12/2018							
Objeto da Compra: Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS N° 36/2017  
PROCESSO N° 96/2017
- (123) - SCS COMERCIO LTDA - ME
  - (126) - LUCIANA SPERANDEI - ME
  - (787) - MERCADO NOHATTO LTDA ME
  - (816) - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA
  - (819) - A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME
  - (1067) - LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME
  - (1068) - HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Santa Terezinha do Progresso, 28 de Dezembro de 2017.

**DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 01/2018**

Publicação Nº 1487694

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2018  
DIPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 01/2018

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é Fornecimento de licença para locação de software e suporte para implementação do controle interno e apresentação das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais., com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: FAEI SUPRIMENTOS E LOCACAO DE SISTEMAS LTDA - ME  
CNPJ/CPF: 07753029000193  
ENDEREÇO: RUA DA CONSOLACAO, 317 - , Xanxerê – SC.  
VALOR: R\$ 5.688,00 (cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais)

Santa Terezinha do Progresso, 08/01/2018  
DERLI FURTADO  
PREFEITO MUNICIPAL

**DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 02/2018**

Publicação Nº 1487695

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2018  
DIPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 02/2018

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA PUBLICAÇÃO DE LEIS, DECRETOS, PORTARIAS E OUTROS, PARA HOSPEDAGEM DA LEGISLAÇÃO NA INTERNET, COM LINK PARA A PÁGINA DO MUNICÍPIO., com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

NOME DO CREDOR: INFO DIGITALE - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO  
CNPJ/CPF: 86731494000108  
ENDEREÇO: RUA ERNESTO PRADA, 280 - , TROMBUDO CENTRAL – SC.  
VALOR: R\$ 4.127,64 (quatro mil cento e vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos)

Santa Terezinha do Progresso, 08/01/2018  
DERLI FURTADO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 11/2018**

Publicação Nº 1487842

PORTARIA Nº 011/2018  
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica concedida férias a servidora pública municipal, RUTIANE BINOTTO, matrícula 3875/01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira. Período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, período de gozo de férias de 11/01/2018 a 30/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de janeiro de 2018.  
DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

**TERMO DE ADJ. PROC. LIC. Nº. 96/2017**

Publicação Nº 1486776

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.: b ) Licitação Nr.: c ) Modalidade:

d ) Data Homologação:

96/2017

66/2017-PR

PREGÃO PRESENCIAL 27/12/2017

e ) Data da Adjudicação:

27/12/2017

Sequência: 0

f ) Objeto da Licitação

Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Município para o Exercício 2018

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 000819 - A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME	23	0,0000	14.319,80
- 000816 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA	13	0,0000	12.474,55
- 001068 - HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	12	0,0000	19.041,00
- 000126 - LUCIANA SPERANDEI - ME	1	0,0000	174,00
- 000787 - MERCADO NOHATTO LTDA ME	8	0,0000	21.264,90
- 000123 - SCS COMERCIO LTDA - ME	14	0,0000	17.069,20
	71		84.343,45

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****TERMO DE ADJ. PROCESSO LIC. Nº. 97/2017**

Publicação Nº 1486707

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO		Nr.: 67/2017 - PR	
CNPJ:	01.612.847/0001-90	Processo Administrativo:	
Avenida Tancredo Neves, 337		Processo de Licitação:	97/2017
C.E.P.:	89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Data do Processo:	11/12/2017
			Folha: 1/1

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.: b ) Licitação Nr.: c ) Modalidade:

d ) Data Homologação:

97/2017  
67/2017-PR  
PREGÃO PRESENCIAL 26/12/2017

e ) Data da Adjudicação:  
26/12/2017  
Sequência: 0

f ) Objeto da Licitação  
Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)  
(em Reais R\$)  
Total dos Itens

- 000819 - A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME	15	0,0000	18.479,80
- 000122 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE	11	0,0000	10.541,18
- 000126 - LUCIANA SPERANDEI - ME	3	0,0000	14.919,00
- 000787 - MERCADO NOHATTO LTDA ME	6	0,0000	11.385,40
- 000123 - SCS COMERCIO LTDA - ME	20	0,0000	70.476,35
	55		125.801,73

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROC. LIC. Nº. 96/2017

Publicação Nº 1486777

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 66/2017 - PR  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 96/2017 Data do Processo: 13/12/2017
	Folha: 1/1

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.: b ) Licitação Nr.: c ) Modalidade:  
d ) Data Homologação: e ) Objeto da Licitação  
96/2017

66/2017-PR  
PREGÃO PRESENCIAL 27/12/2017

Eventual aquisição de material de expediente e limpeza para manutenção das atividades das diversas secretarias do Municipio para o Exercício 2018

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)  
Total dos Itens

- 000819 - A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME	23	0,0000	14.319,80
- 000816 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA	13	0,0000	12.474,55
- 001068 - HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	12	0,0000	19.041,00
- 000126 - LUCIANA SPERANDEI - ME	1	0,0000	174,00
- 000787 - MERCADO NOHATTO LTDA ME	8	0,0000	21.264,90
- 000123 - SCS COMERCIO LTDA - ME	14	0,0000	17.069,20
	71		84.343,45

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LIC. Nº. 97/2017**

Publicação Nº 1486709

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO		Nr.: 67/2017 - PR	
CNPJ:	01.612.847/0001-90	Processo Administrativo:	
Avenida Tancredo Neves, 337		Processo de Licitação:	97/2017
C.E.P.:	89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Data do Processo:	11/12/2017
			Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.: b ) Licitação Nr.: c ) Modalidade:

d ) Data Homologação: e ) Objeto da Licitação

97/2017

67/2017-PR

PREGÃO PRESENCIAL 26/12/2017

Aquisição de generos de alimentação para confecção de merenda escolar para o ano letivo de 2018

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Qtde de Itens

Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 000819 - A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME	15	0,0000	18.479,80
- 000122 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE	11	0,0000	10.541,18
- 000126 - LUCIANA SPERANDEI - ME	3	0,0000	14.919,00
- 000787 - MERCADO NOHATTO LTDA ME	6	0,0000	11.385,40
- 000123 - SCS COMERCIO LTDA - ME	20	0,0000	70.476,35
	55		125.801,73



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 378/2017

Publicação Nº 1487386

DECRETO Nº378/2017 – DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família

Atividade: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.3.67–Aplicações Diretas .....R\$ 9.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.67 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado – Atenção Básica, disponíveis na Conta Corrente Nº.96.247-3 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 29 de novembro de 2017.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

### ERRATA AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 05-2018

Publicação Nº 1486931

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL - SC

ERRATA - Processo Licitatório nº.07/2018 – Dispensa de Licitação nº 05/2018. Por alteração do objeto/item do Processo Licitatório, publica-se a presente: Onde lê-se: Locação de imóvel - pavilhão medindo 24x14m (336m²), localizado na Av.Jacob Corso, Nº.510, Centro, na cidade de Santiago do Sul, próximo ao Centro Recreativo, Esportivo e Cultural - CREC, para o período de 02 de janeiro de 2018 até 31 dezembro/2018, todos os dias úteis da semana, para realização de aulas de dança, leia-se: LOCAÇÃO imóvel, espaço físico e equipamentos da LOCADORA ao LOCATÁRIO no período compreendido entre os meses de 02 de janeiro à 31 de dezembro de 2018, em praticamente todos os dias da semana, incluindo o horário comercial e até mesmo fora dele, para realização de atividades esportivas e treinamento dos alunos da rede Municipal de Ensino e também para desenvolver atividades esportivas coordenadas pela Comissão Municipal de Esportes.

Santiago do Sul - SC, 11 de janeiro de 2018.

Julcimar Antônio Lorenzetti - Prefeito Municipal.

# São Bento do Sul

## SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

### PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 42, DE 8 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1487715

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 42, de 8 de janeiro de 2018.

“DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul – SC, nomeado pela Portaria n.º 10, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – DESIGNAR a servidora PATRICIA CATIA FARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, matrícula 466, para responder interinamente, pelo cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, no período de 8 de janeiro a 27 de janeiro de 2018, em virtude de férias da servidora Ivonete Terezinha Vierne Gonçalves de Lima.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 010/2018

Publicação Nº 1486714

#### CONTRATO Nº 10/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME., Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA CAROLINA, 286, SALA, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 08546421000124, neste ato representado pelo Sr. DANIEL POSEER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, inscrito no CPF nº 049.647.839-79, doravante denominado CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PARQUE DE MÁQUINAS, PARA UTILIZAR NO CONTROLE INTERNO DE AGENDAMENTO DE SERVIÇOS ENTRE OUTROS.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 1/2018, Modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

#### II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	12,00	MES	LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PARQUE DE MÁQUINAS - SICAS RURAL ON LINE SEM LIMITE DE USUÁRIOS, ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO, VISITAS, SEM CUSTO DE DESLOCAMENTO E HORA/TÉCNICA.	380,00	4.560,00
			TOTAL		4.560,00

O valor total do contrato é de R\$ 4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais), sendo que nos preços acima, estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

#### II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante a execução e entrega dos serviços e fornecimento de Nota Fiscal, emitida pela contratada, da seguinte forma:

#### MENSAL

#### III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de 09/01/2018 até 31/12/2018, havendo interesse do Município o mesmo poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

#### IV - Do reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier à substituir.

#### VII - Da Dotação Orçamentária.

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato serão utilizados recursos previstos no 2.037.3390.00 - 1000 - 119/2018 - Manutenção da Agricultura . A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

#### VIII - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1% (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- I - Iniciar os serviços na data estabelecida pela Prefeitura, obedecendo a ordem de serviços emitida pelo órgão Municipal competente.
- II - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos Serviços.
- III - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.
- IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e providenciárias.
- V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços objeto contratado, pagando os salários, e demais despesas inerentes.
- VI - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- VII - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.
- VIII - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.
- IX - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e sua qualidade e orientações técnicas relacionados com o objeto contratado.
- X - Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 1/2018, Modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

#### CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- I - Fiscalizar e controlar desde o início, até a aceitação definitiva do objeto contratado.
- II - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.
- III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.
- IV - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 1/2018, Modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

#### CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.
- II - Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, o ajuste, será efetuado mediante termo aditivo.
- III - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Contratado, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.
- IV - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município, nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumida.
- V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.
- VI - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº 1/2018, Modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.
- VII - O presente será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 1/2018, Modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços, bem como, no mesmo, serão registradas todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.
- VII - Fica por desde já, designado o Sr. Ademir José Cima Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativa, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento. Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais. Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 9 de Janeiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL DANIEL POSEER

Prefeito Municipal Contratado

DEBORA PAULA BITTENCOURT  
Assessora Jurídica  
OAB-SC 46.806

Testemunhas: \_\_\_\_\_

## CONTRATO Nº 011/2018

Publicação Nº 1486715

### CONTRATO Nº 11/2018

O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA VICTOR KONDER, 1005, SALA 303, na cidade de Xanxerê - SC, inscrita no CNPJ sob nº 07753029000193, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. EDSON ANTONIO VALGOI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Xanxerê - SC, inscrito no CPF nº 579.791.039-04, doravante denominada CONTRATADA, de comum, resolvem contratar o objeto pelas seguintes cláusulas que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA DE CONTROLE INTERNO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ADEQUAÇÃO, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL PARA GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ENCAMINHADOS PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DE SC NO EXERCÍCIO DE 2018.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS:

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Processo Licitatório nº 2/2018, Modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

#### II – Da forma de Execução e do valor:

Os serviços contratados deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	12,00	Und	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTROLE INTERNO E PARA APRESENTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS.	450,00	5.400,00
				TOTAL	5.400,00

O valor total do contrato é de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), sendo que nos preços acima, estão incluídos fretes, tributos e demais custos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência:

O presente contrato tem a vigência a partir da assinatura do mesmo, ou seja de 10/01/2018 e expirará em 31 de dezembro de 2018 deste exercício financeiro.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos Valores e Condições de Pagamento:

I. Pela Locação Mensal o município Pagará o Valor Mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) para o Exercício. As mensalidades são vencíveis sempre no dia 10 do mês imediatamente posterior ao de referência após emissão de nota fiscal.

II. As despesas de deslocamento. será cobrado o valor de R\$ 0,75 (Setenta e cinco centavos) km Rodado Mais 50 Reais a hora Técnica de trabalho, quando se tratar de problemas não relacionados as obrigações da contratada disposto na cláusula décima.

#### CLÁUSULA QUINTA – Da Dotação Orçamentária:

I. Para cobrir as despesas do item I da CLÁUSULA QUARTA, fica a contabilidade autorizada à efetuar o empenhamento prévio na seguinte dotação orçamentária da legislação vigente:

Manutenção da Secretaria da Administração e Fazenda

#### CLÁUSULA SEXTA – Da contratação:

Conforme preceitua Lei 8.666/93, atualizada, este contrato fica vinculado ao processo de dispensa de licitação nº 2/2018.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Obrigações da CONTRATANTE:

I. Pela supervisão, gerência e controle de utilização dos SISTEMAS, incluindo:

- a) Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos SISTEMAS;
- b) Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha das máquinas; e
- c) Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização dos equipamentos do MUNICÍPIO quando da visita técnica dos mesmos.

CLÁUSULA OITAVA – Das Obrigações da CONTRATADA:

Caberá à CONTRATADA:

I. Instalar os SISTEMAS objeto deste Contrato e treinar pessoal do MUNICÍPIO na utilização dos mesmos.

II. Prestar suporte por telefone, e-mail, ou por meio de rede social, durante a vigência contratual.

III. Manter informado o técnico do MUNICÍPIO encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhes as informações necessárias.

IV. Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos SISTEMAS, causadas por problemas originados das fontes dos seus programas.

V. Tratar como confidenciais as informações e dados contidos nos SISTEMAS do MUNICÍPIO, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA NONA – Do Treinamento:

A didática do treinamento de utilização do software ao usuário ficará à critério da CONTRATADA, devendo ser observados as seguintes condições básicas:

I. O MUNICÍPIO apresentará à CONTRATADA a relação de usuários diretos do Software, para se necessário serem treinados, sendo que não mais de dois representantes de cada uma das unidades interessadas.

II. O MUNICÍPIO apresentará à CONTRATADA a relação de responsáveis indiretos, cujo objetivo será de dar suporte direto do local de execução dos serviços públicos, sendo que não mais de dois representantes de cada uma das unidades interessadas.

III. Definida a equipe de treinamento, se necessário, a CONTRATADA poderá realizar o treinamento, em uma única etapa, sem obrigações de repetição, sempre comprovadamente com relatório circunstanciado do treinamento.

IV. O treinamento constará de apresentação geral dos SISTEMAS, acompanhamento de toda a documentação ao nível de usuário.

V. O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios, sua respectiva análise e finalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Manutenção:

Entendida manutenção como a obrigação da CONTRATADA manter os SISTEMAS de acordo com as especificações a seguir:

I. Corrigir eventuais falhas dos SISTEMAS, desde que originados por erro ou defeito dos mesmos, transferindo versões e correções via internet.

II. Alterações de SISTEMAS em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação, desde que tais mudanças não influenciem na estrutura básica dos SISTEMAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Alterações dos SISTEMAS:

As alterações dos SISTEMAS, não cobertas pela manutenção; entendendo-se por alterações:

I. Mudanças de qualquer natureza em programas já definidos e elaborados para atender as necessidades do MUNICÍPIO após a aceitação do termo de implantação.

II. Elaboração de novos programas solicitados pelo MUNICÍPIO para atender suas necessidades legais ou operacionais.

III. Alterações dos SISTEMAS em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica dos mesmos.

IV. Auxílio na recuperação dos SISTEMAS em possíveis problemas originados por erros de operação, queda de energia, falha dos equipamentos, desde que não existam backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança.

V. Treinamento de pessoal do MUNICÍPIO na operação ou utilização dos SISTEMAS, em função da substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos e outras ocorrências pertinentes.

VI. Assessoria, consultoria ou elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos SISTEMAS após a implantação e



utilização de cada uma das rotinas dos SISTEMAS.

VII. Substituição dos sistemas por versões mais atualizadas, em função do aprimoramento técnico e/ou operacional.

As solicitações de manutenções ou alterações nos programas, serão enviadas pelo MUNICÍPIO, através de pessoa ou área responsável, à CONTRATADA em seu domicílio, correio eletrônico (E-mail), acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução dos serviços, a CONTRATADA repassará o programa alterado em sua forma executável, via Internet, para os endereços pactuados do MUNICÍPIO, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários dos SISTEMAS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Migração dos Dados:

A migração dos SISTEMAS existentes, se necessário para o sistema objeto deste contrato, será mediante arquivos em formato texto gerados pelo MUNICÍPIO, após a assinatura deste Instrumento contratual, desde que necessário.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Alteração Contratual:

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tornadas expressamente em Termo Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão:

A ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas no art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará na rescisão do presente Contrato, observando-se:

I. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

II. Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

III. Em caso de inadimplemento de obrigações aqui pactuadas, por qualquer uma das partes, o presente será rescindido ou suspenso.

IV. A CONTRATADA, reconhece os direitos do MUNICÍPIO em caso de rescisão, na forma do art. 55, IX, c/c art. 77, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do Art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em 10 de Janeiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL EDSON ANTONIO VALGOI

Prefeito Municipal Contratado

DEBORA PAULA BITTENCOURT

Assessora Jurídica

OAB-SC 46.803

Testemunhas: \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 08/2018

Publicação Nº 1486716

DECRETO Nº 008/2018 DE 08/01/2018

	DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE COMBATE A EVASÃO E A SONEGAÇÃO QUANTIDADES E VALORES PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal em exercício de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam definidas as medidas abaixo relacionadas com referência ao combate a evasão e sonegação de créditos oriundos de dívida de prestação de serviços, contribuições de melhorias, dívida tributária e outras do Município de São Bernardino-SC:

I – Efetuar comunicado a todos os titulares das dívidas, para o pagamento até 15/11/2018.

II – Efetuar notificação dos titulares das dívidas, para o pagamento até 31/12/2018.

III – Comunicados em rádios e/ou outros meios sonoros;

IV – Cobrança Administrativa e/ou Judicial se for o caso.

Art. 2º - Os valores a serem cobrados a que se refere o artigo anterior, constam no quadro abaixo:

RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR EM REAIS (R\$)
IPTU	44.778,59
Taxa Alvará	11.734,04
Contribuição de Melhoria	235,33
Total	56.747,96

RECEITA NÃO TRIBUTÁRIA	VALOR EM REAIS (R\$)
Hora Máquina	138.163,78
Programa Morar Melhor	2.147,83
Aluguel	2.248,82
Mudas	3.574,25
Troca-troca	23.499,21
TOTAL	166.059,64

Art. 3º - Fica encarregada a Secretaria Municipal de Administração, para cumprir o que determina a presente Portaria se for o caso, observando os prazos e valores do montante da dívida.

Art. 4º - Fica responsável a Equipe de Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, através de seu (s) Advogado (s) para realizarem a elaboração de todos os atos necessários para o ajuizamento de valores não quitados nas datas definidas no Art. 1º deste Decreto.

Art. 5 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 08 de Janeiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

## HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 02/2018 DL 02/2018

Publicação Nº 1486603

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018 - MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 02/2018. O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que realizou DISPENSA DE LICITAÇÃO, tipo menor preço, por item, para Locação de sistema de Controle Interno e Audiência Pública. Fundamentação Legal - Art. 24, inciso II da Lei n.8.666/93. Proponente: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME, CNPJ n. 07753029000193, valor R\$ 5.400,00, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014, www.saobernardinop.sc.gov.br, DOM/SC. São Bernardino-SC, aos 09/01/2018- Adeli José Riffel- Prefeito Municipal.

## PORTARIA N. 01/2018

Publicação Nº 1486718

PORTARIA Nº 001/2018 DE 02/01/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidor público Municipal, abaixo relacionada, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, conforme seu respectivo período aquisitivo.

Matricula	Nome	Função	Locação	Período aquisitivo
428/02	ADEMIR G DA SILVA	MOTORISTA	EDUCAÇÃO	05/04/2014 a 04/04/2015
256/01	ADENILSON GARCIA	MOTORISTA	EDUCAÇÃO	20/06/2015 a 19/06/2016
357/03	ANTENOR BRUN	MOTORISTA	EDUCAÇÃO	20/12/2015 a 19/12/2016
442/01	CLAUDEMIRO RIFFEL	MOTORISTA	EDUCAÇÃO	01/07/2015 a 30/06/2016
389/01	EDSON N JANTSCH	MOTORISTA	EDUCAÇÃO	13/12/2014 a 12/12/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

**PORTARIA N. 02/2018**

Publicação Nº 1486719

PORTARIA Nº 002/2018 DE 02/01/2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidores públicos Municipais, abaixo relacionados, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, conforme seu respectivo período aquisitivo.

Matr	Nome	Função	Locação	Período aquisitivo	Dias
292/02	CLADIS R KRINDGES	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	13/02/2016 a 01/01/2017	03 dias
292/02	CLADIS R KRINDGES	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	13/02/2017 a 12/02/2018	27 dias
345/10	DENISE M J ALBERT	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	03 dias
345/10	DENISE M J ALBERT	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018	27 dias
191/01	DENISE M K NETTO	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	15/02/2016 a 14/02/2017	30 dias
191/05	DENISE M K NETTO	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	10/03/2016 a 09/03/2017	30 dias
400/06	ELETICIA DHEIN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	05/02/2016 a 03/02/2017	03 dias
400/06	ELETICIA DHEIN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	04/02/2017 a 01/01/2018	27 dias
399/01	ELIANE C HOLDEFER	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	10/03/2016 a 09/03/2017	30 dias
399/09	ELIANE C HOLDEFER	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	03 dias
399/09	ELIANE C HOLDEFER	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018	27 dias
275/01	IARA B DE MARCHI	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	14/02/2016 a 13/02/2017	30 dias
277/01	IVAN C SANTIN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	14/02/2016 a 13/02/2017	30 dias

277/03	IVAN C SANTIN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	10/04/2016 a 09/04/2017	30 dias
367/01	IVANILSON ROVARIS	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	18/03/2016 a 17/03/2017	30 dias
25/01	IVETE MARIA ROSIAC	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	17/02/2016 a 16/02/2017	30 dias
89/01	IVETE MARIA ROSIAC	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	30 dias
493/02	KATIANE RHODEN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	03 dias
493/02	KATIANE RHODEN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018	27 dias
92/01	LORENI T F RHODEN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	30 dias
408/06	MAIARA SCHNEIDER	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	03 dias
408/06	MAIARA SCHNEIDER	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018	27 dias
496/04	MARISA BORGES SBERSE	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	04/05/2016 a 03/05/2017	30 dias
193/01	NEUSA A B BORGES	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	14/02/2016 a 13/02/2017	30 dias
270/01	NEUSA A B BORGES	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	14/02/2016 a 13/02/2017	30 dias
371/04	NEUSA F S F MELLO	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	03 dias
371/04	NEUSA F S F MELLO	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018	27 dias
21/01	OLINDA D SILVA VAS	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	25/09/2015 a 24/09/2016	30 dias
455/03	PATRICIA FRITZEN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	03 dias
455/03	PATRICIA FRITZEN	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018	27 dias
274/01	ROSELI B WOLFART	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	14/02/2016 a 13/02/2017	30 dias
340/06	SILMARA MOTTER	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	04/02/2016 a 03/02/2017	03 dias
340/06	SILMARA MOTTER	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	04/02/2017 a 03/02/2018	27 dias
396/10	SILVETE D NEGRI	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	03 dias
396/10	SILVETE D NEGRI	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018	27 dias
319/06	TATIANA M PIONER	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	11/02/2016 a 10/02/2017	30 dias
93/01	VERA L PESAVENTO	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017	03 dias
132/02	VERA L PESAVENTO	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 02/02/2018	27 dias
132/02	VERA L PESAVENTO	PROFESSOR	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018	30 dias

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

## PORTARIA N. 03/2018

Publicação Nº 1486720

PORTARIA Nº 003/2018 DE 02/01/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

### RESOLVE:

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidor público Municipal, abaixo relacionada, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, conforme seu respectivo período aquisitivo.

Matricula	Nome	Função	Locação	Período aquisitivo
388/04	ANGELICA A AVILA	ZELADORA	EDUCAÇÃO	17/04/2016 a 16/04/2017
475/01	CLAUDIA R MARQUES	AGENTE AUX C	EDUCAÇÃO	02/07/2016 a 01/07/2017
465/01	ELIANA D C ALMEIDA	ZELADORA	EDUCAÇÃO	16/04/2016 a 15/04/2017
370/03	ELIZIANE MOCELIN	AUX EM INFOR	EDUCAÇÃO	08/01/2017 a 07/01/2018
405/03	FERNANDA G WALKER	COORD. EDUC	EDUCAÇÃO	17/04/2016 a 16/04/2017

324/03	MARCIA SANTIN	AUXILIAR S G	EDUCAÇÃO	25/12/2016 a 24/12/2017
85/02	MARILEI D S GALUPO	AGENTE BIBLI	EDUCAÇÃO	03/01/2017 a 02/01/2018
401/04	NEUZA DOS S AGUIAR	AUXILIAR S G	EDUCAÇÃO	04/04/2016 a 03/04/2017
462/01	ROQUE GROSS	INSPETOR ESC	EDUCAÇÃO	20/04/2016 a 19/04/2017
500/02	JANILCE ZUCHI	AUX DE SER G	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 02/02/2018
473/01	ODETE ZIMMER	AGENTE AUX C	EDUCAÇÃO	02/07/2016 a 01/07/2017
516/01	ROSANGELA LARA	AUX DE SER G	EDUCAÇÃO	03/03/2015 a 02/02/2016
516/01	ROSANGELA LARA	AUX DE SER G	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017
474/01	ROSILENI M KHUN	AGENTE AUX C	EDUCAÇÃO	05/07/2015 a 04/07/2016
499/01	ROSINHA WEISMANN	ZELADORA	EDUCAÇÃO	20/02/2016 a 19/02/2017
340/06	SILVANA K DA SILVA	MONITOR DE C	EDUCAÇÃO	03/02/2016 a 02/02/2017
340/06	SILVANA K DA SILVA	MONITOR D C	EDUCAÇÃO	03/02/2017 a 01/01/2018
513/01	VANESSA BERGAMAS	NUTRICIONIST	EDUCAÇÃO	15/01/2016 a 14/01/2017
476/01	VERENA JUNGES	ZELADORA	EDUCAÇÃO	07/08/2015 a 06/08/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Secretario Municipal da ADM e Fazenda

## PORTARIA N. 04/2018

Publicação Nº 1486721

PORTARIA Nº 004/2018 DE 02/01/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.
--	--

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias normais a Servidores públicos Municipais, abaixo relacionados, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, conforme seu respectivo período aquisitivo, exceto:

Servidor 1071/01 com Férias de 01/01/2018 a 16/01/2018

Matricula	Nome	Função	Localização	Período aquisitivo
1457/01	ANDREIA KAEFFER	AUX TÊC ENF	SAÚDE	03/02/2016 a 02/02/2017
464/01	ELIZE DE F GOBI	ZELADORA	SAÚDE	15/04/2015 a 14/04/2016
1409/04	ERICA A TRINDADE	MOTORISTA	SAÚDE	04/05/2016 a 03/05/2017
1071/01	GIOMAR LOPES	ASSIST ADM	SAÚDE	19/01/2016 a 18/01/2017
1330/01	MARCELO CAETANO	ODONTOLOGO	SAÚDE	01/02/2016 a 31/01/2017
1424/01	ORIDIANE T VIGANÓ	PSICOLOGA	SAÚDE	04/04/2015 a 03/04/2016
1456/02	SILVIA TREVISOL	ENFERMEIRA	SAÚDE	08/01/2016 a 07/01/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Secretario Municipal da ADM e Fazenda

**PORTARIA N. 05/2018**

Publicação Nº 1486722

PORTARIA Nº 005/2018 DE 02/01/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidor público Municipal, abaixo relacionada, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, conforme seu respectivo período aquisitivo.

Matricula	Nome	Função	Locação	Período aquisitivo
375/03	LEDIANE RIFFEL	SECRETARIA	SOCIAL	10/01/2017 a 09/01/2018
1329/03	SERGIO PASGUALOTT	MOTORISTA	SOCIAL	01/02/2016 a 31/01/2017
453/02	SIMONE VAS VIEIRA	ASSISTENTE	SOCIAL	17/04/2015 a 16/04/2016
364/05	TATIANA M PIONER	ASSISTENTE S	SOCIAL	15/01/2017 a 14/01/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

**PORTARIA N. 06/2018**

Publicação Nº 1486723

PORTARIA Nº 006/2018 DE 02/01/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidor público Municipal, abaixo relacionada, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018, conforme seu respectivo período aquisitivo. Exceto:

Funcionário 541/01 férias de 08/01/2018 a 22/01/2018.

Matricula	Nome	Função	Locação	Período aquisitivo
541/01	ADEMIR JOSÉ CIMA	SECRETARIO	AGRICULTURA	02/01/2017 a 01/01/2018
303/03	ADEMIR NILSSON	OPERADOR 2	DMER	02/01/2013 a 01/01/2014
430/01	APARICIO MACHADO	OPERADOR 2	DMER	04/09/2016 a 03/09/2017
360/02	CASILDO A GUTJIAR	AUX S G	DMER	02/01/2017 a 01/01/2018
445/01	JONIR DE LEMOS	AUX DE SER G	DMER	01/08/2014 a 31/07/2015
404/01	LAIR STEFFENS	OPERADOR 1	AGRICULTURA	14/01/2015 a 13/01/2016



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

## PORTARIA N. 07/2018

Publicação Nº 1486724

PORTARIA Nº 007/2018 DE 02/01/2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidor público Municipal, abaixo relacionada, no período de 02/01/2017 a 31/01/2017, conforme seu respectivo período aquisitivo.

Matricula	Nome	Função	Localização	Período aquisitivo
355/03	ALCINO B BORGES	TÉC ATT FIN	ADM	08/01/2016 a 07/01/2017
444/01	DIEILA ZANETTI	SUP ADM	ADM	22/07/2015 a 21/07/2016
294/03	JULIANA BORGES	TEC ATT FINAN	ADM	17/04/2015 a 16/04/2016
287/01	LOURDES Mª PASGUA	ZELADORA	ADM	24/05/2015 a 23/05/2016
351/02	VANDERLEI HECKLE	TÉC ATT FINAN	ADM	01/02/2014 a 31/01/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

**PORTARIA N. 08/2018**

Publicação Nº 1486725

PORTARIA Nº 008/2018 DE 02/01/2018

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAR NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Art. 3º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002 e Artigo 8º do Decreto nº 017/2006 de 02/01/2006, e alterações posteriores;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a Sra. MARLI TALIAN KRINDGES, portadora do CPF nº 016.359.849-55, para atuar como PREGOEIRO nos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Art. 2º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a equipe de apoio relativo aos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

**I: EDILAINE GOMES WERNER**

CPF: 087.324.759-00

**II: ADELIRDES TEREZA FRIZON KRINDGES**

CPF: 622.302.399-53

**III: JULIANA BORGES**

CPF: 041.498.849-35

**IV: LEANDRO LUIZ FRITZEN**

CPF: 064.646.509-04

Art. 3º - Aos Cidadões a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço relevante de interesse público.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até o dia 31/01/2018.

Art. 6º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018.
--	--

**ADELI JOSÉ RIFFEL**

Prefeito Municipal

**REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA****EDILAINE GOMES WERNER**

Resp. Sec. Adm. e Fazenda

**PORTARIA N. 09/2018**

Publicação Nº 1486726

PORTARIA Nº 009/2018 DE 02/01/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidores públicos Municipais abaixo relacionada, no período de 02/01/2017 a 31/01/2017, conforme seu respectivo período aquisitivo.

Matricula	Nome	Função	Localização	Período aquisitivo
1419/01	BEATRIZ A NETTO	AGEN C SAÚDE	SAÚDE	01/12/2016 a 30/11/2017
1352/04	DILCEU B PRANGE	AGEN C SAÚDE	SAÚDE	03/01/2017 a 02/01/2018
1382/02	LUCIA RONCALHO	AGEN C SAÚDE	SAÚDE	01/02/2016 a 31/01/2017
1382/02	LUCIA RONCALHO	AGEN C SAÚDE	SAÚDE	01/02/2017 a 31/01/2018
1454/01	MARCIA T S KNOB	AGEN C SAÚDE	SAÚDE	02/05/2016 a 01/05/2017
1353/04	ROSARITA ASMANN	AGEN C SAUDE	SAÚDE	03/01/2015 a 02/01/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal  
REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA  
EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

## PORTARIA N. 10/2018

Publicação Nº 1486727

PORTARIA Nº 010/2018 DE 02/01/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.
--	--

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidora pública Municipal, abaixo relacionada, no período de 02/01/2017 a 21/01/2017, conforme seu respectivo período aquisitivo.

Matricula	Nome	Função	Localização	Período aquisitivo
1463/01	GRAZIELY FRITZEN	AG D C ENDEM	SAÚDE	15/04/2016 a 14/04/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 02 de Janeiro de 2018
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal  
REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA  
EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

**PORTARIA N. 11/2018**

Publicação Nº 1486729

PORTARIA Nº 011/2018 DE 08/01/2018

	DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RESPONDER PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DMER DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO SC DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR, o Servidor Público Municipal, Sr. ODIMAR TALIAN, matrícula nº 555/01, ocupante do cargo de Diretor da Infra Estrutura e DMER, para responder cumulativamente pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, e Secretaria Municipal da Infra Estrutura e DMER, do Município de São Bernardino – SC no período de 08 de Janeiro 2018 a 22 de Janeiro de 2018, em razão de férias do Secretário ADEMIR JOSÉ CIMA, 15 dias, conforme portaria 006/2018 de 02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino,  
em 08 de Janeiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Secretaria de Adm. e Fazenda

**PORTARIA N. 12/2018**

Publicação Nº 1486730

PORTARIA Nº 012/2018 DE 08/01/2018

	DISPÕE SOBRE INDICAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal em exercício de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - INDICAR na data de 22 de Janeiro de 2018, o Servidor Público Municipal SR IVALINO FURLANETTO, matrícula 115/01 servidor estável na função de OPERADOR II, para acompanhar juntamente com a comissão organizadora, o desenrolar das provas práticas do teste seletivo 05/2017, que serão realizadas no pátio e arredores das Secretarias Municipais da Agricultura e Meio Ambiente, e Secretaria Municipal da Infra Estrutura e DMER, a partir das 14,00 do dia 22 de Janeiro de 2018, na avaliação dos candidatos inscritos para as seguintes vagas de Motorista, Operador I e Operador II, conforme teste seletivo 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, sem direito a qualquer remuneração financeira pela indicação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina,  
em 08 de Janeiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

EDILAINÉ GOMES WERNER  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

**PORTARIA N. 13/2018**

Publicação Nº 1486732

PORTARIA Nº 013/2018 DE 08/01/2018

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 126 da Lei Municipal nº 004/97 de 06/01/97 e Lei Municipal nº 818/2010 de 16/09/2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO INTEGRAL, a Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados com suas respectivas identificações no período de 01/01/2018 a 31/03/2018 conforme abaixo identificado.

Mat.	Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Gozo
115/01	IVALINO FURLANETTO	OPERADOR 2	11/05/2003 a 10/05/2008	01/01/2018 a 31/03/2018
288/01	NORACI D VALLE	ZELADORA	08/04/2008 a 07/12/2014	01/01/2018 a 31/03/2018
80/01	RICARDO J LUDWIG	TEC AGROP	03/09/2012 a 02/09/2017	01/01/2018 a 31/03/2018
299/02	VALDECIR SCHWIRK	OPERADOR 1	04/06/2008 a 03/06/2013	01/01/2018 a 31/03/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 08 de Janeiro de 2018
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINÉ GOMES WERNER  
Secretaria Municipal da ADM e Fazenda

**PORTARIA N. 14/2018**

Publicação Nº 1486733

PORTARIA Nº 014/2018 DE 08/01/2018

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 126 da Lei Municipal nº 004/97 de 06/01/97 e Lei Municipal nº 818/2010 de 16/09/2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO em meio turno diário, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada com suas respectivas identificações no período de 01/01/2018 a 30/06/2018 conforme abaixo identificado.

Mat.	Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Gozo
				Em meio período
218/01	MARLI T KRINDGES	AUX EM CONT	11/05/2003 a 10/05/2008	01/01/2018 a 30/06/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de Janeiro de 2018

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

## PROCESSO LICITATÓRIO 02/2018 DL 02/2018

Publicação Nº 1486599

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID S/N  
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

### JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, necessita contratar locação de sistema de informática de controle interno e serviços especializados de adequação, instalação e treinamento operacional para geração de relatórios encaminhados para o TRIBUNAL DE CONTAS DE SC no exercício de 2018. Esta locação torna-se necessário para atender as necessidades do setor.

Com efeito esta Comissão resolve contratar conforme Lei 8.666/93, Art. 24, inciso II.

Dotações utilizadas:

2.003.3390.00 - 1000 - 10/2018 - Manutenção da Administração Geral

São Bernardino, SC, 10/01/2018

### COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....  
Marli Talian Krindges  
Presidente

.....  
Edilaine Gomes Werner  
Membro

.....  
Dieila Zanetti  
Membro

.....  
Juliana Borges  
Suplente

.....  
Leandro Luiz Fritzen  
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID S/N  
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Dispensa de Licitação n.º 02/2018 tem sua fundamentação legal no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 consolidada que preceitua o seguinte:



II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

São Bernardino, SC, 10/01/2018

#### COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....  
Marli Talian Krindges  
Presidente

.....  
Edilaine Gomes Werner  
Membro

.....  
Dieila Zanetti  
Membro

.....  
Juliana Borges  
Suplente

.....  
Leandro Luiz Fritzen  
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID S/N  
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Os serviços serão contratados do seguinte fornecedor relacionado abaixo, considerando a boa aceitação e funcionalidades do sistema, por se tratar de empresa que atua no mercado dispondo de experiência em tecnologia, oferecendo qualidade e inovação no sistema oferecido, considerando relatórios de despesas referente o objeto em questão de municípios da região com a mesma empresa e outras, extraídos do portal de transparência em anexo ao processo, e considerando que os valores praticados na região pela empresa estão compatíveis com os municípios da região os serviços serão contratados conforme segue abaixo:

#### FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	12,00	Und	LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTROLE INTERNO E PARA APRESENTAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS.	450,00	5.400,00
Total					5.400,00

São Bernardino, SC, 10/01/2018

#### COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....  
Marli Talian Krindges  
Presidente

.....  
Edilaine Gomes Werner  
Membro

.....  
Dieila Zanetti  
Membro

.....  
Juliana Borges  
Suplente

.....  
Leandro Luiz Fritzen  
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID S/N  
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao chefe do poder executivo para ratificação, sendo locado o sistema do fornecedor: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME CNPJ N. 07.753.029/0001-93, num valor total de R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais) conforme orçamento da empresa e relatórios de despesas referente o objeto em questão de municípios da região extraídos do portal de transparência em anexo ao processo que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

São Bernardino, SC, 10/01/2018

#### COMISSÃO DE LICITAÇÕES

.....  
Marli Talian Krindges  
Presidente

.....  
Edilaine Gomes Werner  
Membro

.....  
Dieila Zanetti  
Membro

.....  
Juliana Borges  
Suplente

.....  
Leandro Luiz Fritzen  
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO  
CNPJ: 01.612.812/0001-50  
RUA VERÔNICA SCHEID S/N  
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

#### RATIFICAÇÃO

Ratifico a decisão sugerida pela Comissão de Licitações e solicito ao Departamento de Compras, Contratos e Licitações que seja efetuada a devida compra dos fornecedores mencionados.

São Bernardino, SC, 10/01/2018

.....  
Adeli José Riffel  
Prefeito Municipal

\

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO EMPRESAS

Publicação N° 1486958

#### CHAMAMENTO PÚBLICO – REGISTRO OU ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

MUNICIPIO DE SÃO BONIFÁCIO/SC. Registro Cadastral ou Atualização. CHAMAMENTO. Atendendo ao disposto no artigo 34, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, convidamos os fornecedores e prestadores de serviços em geral, a proceder registro ou atualização cadastral na Prefeitura Municipal de São Bonifácio - SC como forma de se habilitarem aos processos licitatórios a serem realizados pela Administração em 2018. Os interessados poderão obter as instruções necessárias no Prédio da Prefeitura situado à Avenida 29 de Dezembro, 12 - Centro – São Bonifácio - SC, ou pelo telefone (0XX 48) 3252-0111, Ramal 26, das 12h00 às 18h00. São Bonifácio, 11 de janeiro de 2018. Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal.

### DECRETO N° 24/2018

Publicação N° 1487572

DECRETO N° 24 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Define o Índice de Atualização Monetária das Taxas que integram o Sistema Tributário Municipal e dá outras providências.

Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de sua competência que lhe confere o item III, do artigo 60, seção II, da Lei Orgânica de São Bonifácio, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 036/2002, RESOLVE:

#### DECRETAR

Art. 1o As Taxas que integram o Sistema Tributário Municipal tem seu valor atualizado em 2,07% (dois vírgula sete por cento), de acordo com a variação de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, do INPC/IBGE (índice Nacional de Preços ao consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para o exercício de 2018.

Art. 2o A Taxa de Licença para Localização – TLL deverá ser paga até o dia 02/04/2018.

Art. 3o O pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU poderá ser parcelado em até 05 (cinco) parcelas, tendo como vencimento as seguintes datas:

Parcela Única – 10/05/2018

1ª Parcela – 10/05/2018

2ª Parcela – 11/06/2018

3ª Parcela – 10/07/2018

4ª Parcela – 10/08/2018

5ª Parcela – 10/09/2018

Parágrafo Único – Quem efetuar o pagamento em parcela única, até o dia 10/05/2018, terá assegurado o desconto de 20% (vinte por cento), sobre o respectivo montante do imposto.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o Revogado o decreto nº 004/2017.

São Bonifácio, 10 de janeiro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 54/2017 - Nº 01/2017**

Publicação Nº 1486942

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2017**

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: TOTAL HEALT DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI, CNPJ 12.069.550/0001-46, Inscrição Estadual nº 486/0002368, sito a Rua Bento Gonçalves, 60 sala 601 – Centro – Paulo Bento – RS.

Objeto: É objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência do contrato nº 054/2017, até o dia 31/12/2018.

**PORTARIA Nº 308/2018**

Publicação Nº 1487574

Portaria n º 308/2018

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei n º 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4717/2018, deferido em 10/01/2018, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A OSNI LUIS BACKES, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II, nível 6.1-F, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 15 de janeiro de 2018, referente ao exercício 2016/2017.

São Bonifácio, 10 de janeiro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 309/2018**

Publicação Nº 1487577

Portaria n º 309/2018

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei n º 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4718/2018, deferido em 10/01/2018, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A SINEIDE ROHLING, brasileira, casada, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, Samu, nível 4.25-A, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 12 de janeiro de 2018, referente ao exercício 2016/2017.

São Bonifácio, 10 de janeiro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

### 1/2018

Publicação Nº 1486968

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2018 DISPENSA Nº 1/2018

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 1/2018, Processo de Licitação nº 1/2018 para prestação de serviço de locação e atualização de sistemas de informática, em favor de BETHA SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67. São Cristóvão do Sul (SC), 03 de janeiro de 2018. SISI BLIND – Prefeita Municipal

### 2/2018

Publicação Nº 1486969

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2018 DISPENSA Nº 2/2018

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 2/2018, Processo de Licitação nº 2/2018 para prestação de serviço de locação e atualização de sistemas de informática, em favor de PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 95.836.771/0001-20. São Cristóvão do Sul (SC), 03 de janeiro de 2018. SISI BLIND – Prefeita Municipal

### 3/2018

Publicação Nº 1486970

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2018 DISPENSA Nº 3/2018

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 3/2018, Processo de Licitação nº 3/2018 para prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, em favor de EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -EPAGRI, inscrito no CNPJ sob nº 83.052.191/0035-01. São Cristóvão do Sul (SC), 03 de janeiro de 2018. SISI BLIND – Prefeita Municipal

### 43/2017

Publicação Nº 1486966

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017 DISPENSA Nº 10/2017

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 10/2017, Processo de Licitação nº 43/2017 para serviço de realização do Processo Seletivo nº 002/2017, em favor de espólio de SCHEILA APARECIDA WEISS ME, inscrita no CNPJ nº 26.068.753/0001-22. São Cristóvão do Sul (SC), 12 de dezembro de 2017. SISI BLIND – Prefeita Municipal

### 44/2017

Publicação Nº 1486967

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017 DISPENSA Nº 11/2017

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 11/2017, Processo de Licitação nº 44/2017 para locação da casa para Funcionamento de Programas Assistenciais, em favor de espólio de ROSELEI MANOSSO, inscrito no CPF sob nº 018.502.999-00. São Cristóvão do Sul (SC), 18 de dezembro de 2017. SISI BLIND – Prefeita Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 281 DE 05 01 18 DESIGNA COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 1486687

DECRETO Nº 281, DE 05 DE JANEIRO DE 2018.

Designa Pregoeira e membros da Equipe de Apoio para o Exercício de 2018

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, atualizada; e:

- Considerando o Decreto nº 020, de 10/03/06, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências;
- Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica designada Pregoeira Municipal a servidora pública municipal Paula Natana Comachio, para o exercício de 2018, com a seguinte equipe de apoio:

- Alyne Nayara Lammel – 1º Membro
- Adriana Lúcia Pretto – 2º Membro;
- Juliane Brunetto – 1º Suplente;
- Odila Giroto Elger – 2º Suplente.

Art. 2º Fica delegada competência à Pregoeira ora designada para assinar e divulgar os editais referentes aos processos licitatórios da modalidade Pregão, na forma do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 001, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de janeiro de 2018.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

### DEC 282 DE 05 01 18 DESIGNA COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 1486688

DECRETO Nº 282, DE 05 DE JANEIRO DE 2018.

Constitui Comissão Permanente de Licitações para o Exercício de 2018.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; pelo disposto no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; e:

- Considerando o estabelecido na legislação citada, dispondo que a investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedando a recondução da totalidade de seus membros, para a mesma comissão no período subsequente;
- Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o Exercício de 2018, com a seguinte composição:

- Paula Natana Comachio – Presidente;
- Alyne Nayara Lammel – 1º Membro;
- Guilherme Nathan Campagnolo – 2º Membro
- Adriana Lúcia Pretto – 1º Suplente;
- Odila Giroto Elger – 2º Suplente.

Art. 2º A comissão permanente de licitações será responsável pelo processamento e julgamento das licitações, em todas as modalidades,



nos termos da legislação pertinente.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão permanente de licitações não serão remunerados.

Art. 4º A supervisão e acompanhamento dos trabalhos da comissão serão efetuados pela assessoria jurídica e pelo setor de contabilidade do município.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 002, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de janeiro de 2018.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

### **PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 003/2018**

Publicação Nº 1487115

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 003/2018  
PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 003/2018

A Pregoeira Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 23 de janeiro de 2018, estará recebendo as propostas dos interessados visando LOCAÇÃO MENSAL DE 01 (UM) CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@sao-domingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 09 de Janeiro de 2018.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### LAUDA ERRATA 049/2017

Publicação Nº 1487074

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de locação de embarcação com tripulação para uso como ambulância flutuante (ambulancha) no transporte de pacientes de urgência e emergência no trajeto Vila da Glória/SFS/Vila da Glória.

#### ERRATA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, torna público para conhecimento dos interessados alteração no item 01 – lote único do Termo de Referência. Acrescenta-se no item 14.1.4:

... alínea "e" Apresentar Registro na ANTAQ

fica alterado o termo de referência, do edital em epígrafe. Devido à alteração acima, a realização do certame que estava prevista para a data de 07/12/2017 às 08:30h, fica prorrogada para 25/01/2018 às 09:00 hs

O novo termo de referência encontra-se disponível no site [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br) e [diariomunicipal.sc.gov.br](http://diariomunicipal.sc.gov.br)

São Francisco do Sul, 10 de Janeiro de 2017.

Nadia Moreira Raposo

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### LEI Nº 1.941/2018

Publicação Nº 1486618

LEI Nº 1.941, DE 9 DE JANEIRO DE 2018.

DENOMINA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO FORTE, NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Rua Sossego, a transversal ao fim da Rua Antônia Rodrigues Alexandre. Contendo 250 metros de extensão por 7,00 metros de largura.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 9 de janeiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 14.665/2018

Publicação Nº 1486961

PORTARIA nº 14.665, de 10 de janeiro de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 2.648, de 26 de julho de 2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ABELARDO IGNACIO CURVELLO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 972.977.558-34, aprovado no Concurso Público nº 001/2014, para o cargo de Auxiliar de Laboratório, nível 008, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, com vencimento fixado em Lei.

Art. 2º - O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta Portaria, exceto se autorizada a ampliação de prazo, conforme o art. 16, §1º, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 10 de janeiro de 2018.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal

## PP 011-2018

Publicação Nº 1487366

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 011/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 14.448 de 30 de agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 23 de janeiro de 2018, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

#### 1. DA LICITAÇÃO

##### 1.1 – DO OBJETO

1.1.1. O presente edital tem por objeto a aquisição de materiais para o trator da gerência de agricultura, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### 2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 09h do dia 23 de janeiro de 2018.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: Será às 09h do dia 23 de janeiro de 2018, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

#### 3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: imediato.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	0904 – Secretaria de Desenvol. Econômico Sustentável Gerência de Agricultura
Projeto Atividade	1030 – Infraestrutura para Agricultura
Elemento de Despesa	44905240 – Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos Ordinários

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Minuta de Contrato

Anexo VII – Modelo de retirada do Edital

## 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), link PREGÕES E LICITAÇÕES, ou [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

## 6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex ou pelo e-mail [licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br), devendo esta ser entregue ao Pregoeiro (a) até 02 (dois) dias antes da data marcada para abertura dos envelopes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro (a).

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designada outra data para realização do pregão.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se

imediate e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

### 9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 011/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
PREGÃO Nº 11/2018  
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE  
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

c) indicação individualizada de cada item, características e descrições de que os produtos sejam compatíveis com os que estejam sendo cotados e deverão estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

#### 11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

#### 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão



convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### 13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

### 14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

#### 14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

a) serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

##### 14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo III, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

#### 14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

#### 14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

#### 15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## 16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## 17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## 19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro (a) avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a Autoridade Competente, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro (a), ou, quando houver recurso pela própria Autoridade Competente, que decidirá quanto à contratação.

## 20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal no Setor de Contabilidade, devidamente visada por funcionário autorizado pela Gerência de Agricultura, comprovando a entrega do objeto.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;

- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.

b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.

c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso da empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.

d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontada de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;

f) Pela inadequabilidade do(s) objeto(s) ou produto(s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.

g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

22.3. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

22.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

22.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

22.7. Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

22.8. Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 10 de janeiro de 2018.

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. OBJETO

Aquisição de implementos agrícolas para o trator da Gerência de Agricultura.

##### 2. OBJETIVO / FINALIDADE

Adquirir materiais necessários para o trator da Gerência de Agricultura.

##### 3. JUSTIFICATIVA

Contratação de Empresa para aquisição de implementos agrícolas necessários para atender aos agricultores da região de São Francisco do Sul – Santa Catarina. Os implementos serão incorporados a estrutura do trator desta Gerência de Agricultura.

##### 4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE ÚNICO						
Item	Qtde	Descrição dos Produtos	Um	Pr. Unit.	Pr. Total	
1	1	Grade 32 Discos em X Hidráulica (potência necessária 75cv)	Un	8.823,33	8.823,33	
2	1	Subsolador 5 Hastes (potência necessária 75cv)	Un	5.533,33	5.533,33	
VALOR TOTAL MÉDIO			R\$14.356,67			

##### 5. FORMA DE PAGAMENTO

Em até 30 dias, após o recebimento dos materiais com apresentação da nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

##### 6. FORMA DE ENTREGA

Conforme solicitação da Gerência de Agricultura.

##### 7. PRAZO DE EXECUÇÃO

Imediato.

##### 8. LOCAL DE ENTREGA

Gerência de Agricultura - Rua Barão do Rio Branco, 217, Centro, São Francisco do Sul – SC, CEP 89240-000.

Rogério Lourenço Strege  
Gerente de Agricultura

#### ANEXO II

#### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no



CNPJ/MF sob nº ..... e Inscrição Estadual sob nº ..... , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) ..... , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº ...../2018, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

#### ANEXO III

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº ...../2018

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa ..... (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº ...../2018, cujo objeto é a aquisição de materiais para o trator da gerencia de agricultura, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº ...../2018

Prezados Senhores,

..... , portador do RG ..... , abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, ..... , CNPJ ..... , DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

#### ANEXO V

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2018

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2018 que a Proponente .....  
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº ..... , com sede na cidade de .....  
....., Estado ..... , na Rua/Av ..... (endereço completo), não  
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos  
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,  
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

## ANEXO VII

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO Nº \_\_\_\_/2018

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o Fundo Municipal de Saúde e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega  
do edital e remeter ao Setor de Licitação por meio do e-mail: [licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br)

A não remessa do recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como  
de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: \_\_\_\_\_

C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura

**PP 049/2017 ERRATA**

Publicação Nº 1487071



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocío Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL**  
**LICITAÇÃO Nº 049/2017**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº. **14.448 de 30/08/2017**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08:30 (oito e trinta) horas do dia 07 de dezembro de 2017**, na **Sala de Reuniões do Setor de Licitações**, situada à Rua Hercílio Luz, nº 09, sala 03 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1.1. Contratação de empresa especializada em serviço de locação de embarcação com tripulação para uso como ambulância flutuante (ambulancha) no transporte de pacientes de emergência no trajeto Continente/Ilha-Ilha/Continente, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I - parte integrante deste Edital).

1.1.2. O prazo estimado para o consumo dos produtos constantes nesta licitação será de **12 (doze) meses**.

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Licitações, Rua Hercílio Luz, 09 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para o Pregoeiro impreterivelmente até às **08:30 (oito e trinta) horas do dia 07 de dezembro de 2017**.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES às **08:30 (oito e trinta) horas do dia 07 de dezembro de 2017**, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses;

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por LOTE, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.4. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>2701 – Fundo Municipal de Saúde</b>
<b>Projeto Atividade</b>	<b>2061 – Manutenção do Programa de Atenção Básica</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>339039 99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica</b>
<b>Vínculo do Recurso</b>	<b>13801 – Piso de Atenção Basica</b>

**3.6. PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega do objeto do contrato, condicionado a apresentação de atestado de recebimento dos mesmos pelo fiscal do contrato e Secretaria.

#### 4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;  
Anexo IA Planilha de Custos;  
Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;  
Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;  
Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;  
Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;  
Anexo VI. Minuta do Contrato

#### 5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

**5.1.** O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 7h30min às 13h30min, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

**5.2.** O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

**5.3.** Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

#### 6. DAS IMPUGNAÇÕES

**6.1.** Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br) ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

## 8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de **documento público de procuração ou instrumento particular**, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**8.2.1.** Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da **cópia do respectivo estatuto/contrato social** onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

**8.3.** Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar **cópia do respectivo estatuto/contrato social** ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

**8.4.** Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

**8.4.1.** A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

**8.4.2.** Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

**8.4.3.** Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

**8.5.** A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

## **9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

### **9.1. DOS ENVELOPES:**

**9.1.1.** A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

**ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**PREGÃO Nº 049/2017**  
**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE**  
**CNPJ**

**ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**PREGÃO Nº 049/2017**  
**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE**  
**CNPJ**

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)





**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**9.1.2.** O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no **Item 10** deste Edital.

**9.1.3** O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no **Item 14** deste Edital.

## **10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**10.1.** A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

### **10.2. Na proposta de preços deverão constar:**

**a)** Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

**b)** os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

**c)** indicação individualizada da embarcação que esteja sendo cotada, que deverá estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.

**10.3.** Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

**10.4.** Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

**10.5.** Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

**10.6.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

**10.7.** Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

**10.8.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

## **11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO**

**11.1.** Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

**11.1.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

**11.2.** Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

**11.3.** Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

**11.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

## **12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**12.1.** Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

**12.2.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

**12.3.** A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

**12.4.** Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**12.4.4.** Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

**12.5.** Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

**12.6.** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**12.7** O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**12.8** A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

**12.9.** Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

**12.10.** Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

**12.11.** Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

**12.12.** Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**12.13.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**12.14.** Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

**12.15.** Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

**12.16.** Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

### **13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

**13.1.** A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

**13.1.1.** Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocío Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**13.2.** Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

**13.3.** Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

**13.4.** Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

**13.5.** Será declarado vencedor do Item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

**13.6.** Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro **serão desclassificadas as propostas** que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

## **14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS**

### **14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO**

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo **ramo** de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

#### **14.1.1. RELATIVOS A CAPACIDADE JURIDICA**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato Consolidado, devidamente arquivado no Registro do Comércio, em se tratando de Sociedades Empresárias e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- c) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira;

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



OBS: Os documentos relacionados nas alíneas do item "13.1.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento deste Pregão, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

#### **14.1.2.RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do **Anexo III**, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração do proponente quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal do Brasil e inciso V, do art. 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/1999, conforme modelo constante no Anexo VI do presente Edital;;

#### **14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



SÃO FRANCISCO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

CNPJ: 03.264.792/0001-08

Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande

CEP: 89.240.000

Telefone: (47) 3444-6190

Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

#### 14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentar atestado(s), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter fornecido, a contento, produtos semelhantes aos ora licitados.

b) Registro da embarcação na Delegacia da Capitania dos Portos.

c) Declaração de que possui no quadro da empresa no mínimo 01 (um) moço de convés e 01 (um) marinheiro auxiliar de convés com a respectiva CIR (Carteira de Inscrição e Registro) para conduzir embarcação de transporte de passageiros

c.1) A comprovação de que os profissionais pertencem ao quadro da empresa deverá ser através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou Contrato de Prestação de Serviços, devidamente autenticados. No caso dos integrantes serem proprietários da empresa, a comprovação deverá ser através do Contrato Social da mesma.

d) Declaração do proponente de que promoveu vistorias no trajeto onde serão realizados os serviços. Todos os custos associados à visita e a inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante.

e) Apresentar o registro na Agencia Nacional de Transportes Aquaviários.

6.2. Os documentos acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

14.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.5 A autenticação de documentos **efetuada por servidor da administração** somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocío Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**14.6.** Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

**14.7.** O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

**14.8.** Se o LICITANTE for **matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz**, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

**14.9.** As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

**14.10.** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

**14.11.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

**14.11.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

**14.11.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

## 15. DOS PROCEDIMENTOS

**15.1.** Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

**15.2.** Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

**15.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**15.4.** O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

## **16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES**

**16.1.** Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

**16.2.** Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

**16.3.** Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

**16.4.** A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**16.5.** Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

**16.6.** Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

## **17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**17.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

**a)** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**b)** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**17.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocío Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**17.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **18. DOS RECURSOS**

**18.1.** Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

**18.2.** A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

**18.3.** Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

**18.4** O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**18.5.** Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

**18.6.** Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

**18.7.** A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

**18.8.** Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

**18.9.** O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

## **19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO**

**19.1.** Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

**19.2.** Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



**19.3.** Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

**19.4.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## **20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

**20.1.** Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da **minuta constante no Anexo VI**, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

**20.2.** A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

**I** - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

**II** - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

**III** - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

**IV** – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

**V** – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**VI** – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

**20.3.** O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

## **21. DO PAGAMENTO**

**21.1.** O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

**21.2.** A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

**21.3.** Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocío Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades; sendo que a penalidade de advertência poderá ser cumulada com a penalidade de multa.
- b) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação caso haja atraso superior a cinco dias na execução do contrato, configurando-se a inexecução parcial do contrato. Em caso de atraso superior a dez dias, configurar-se-á inexecução total.
- c) 20% (vinte por cento) do valor total da contratação no caso de a empresa não entregar todos os itens no prazo estipulado no edital, após cinco dias de atraso na execução do contrato.
- d) Nos casos em que a empresa entregar os itens faltantes em prazo superior ao estipulado no edital, após a tolerância de cinco dias, também incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.
- e) as multas a que se referem os itens acima incidem sobre o valor total da contratação e poderão ser descontadas de Faturas ou créditos existentes ou recolhida em até 5 (cinco) dias úteis na Tesouraria da Prefeitura Municipal, contados da ciência da empresa por carta registrada ou recebimento do e-mail, sob pena de inscrição em dívida ativa, depois de esgotados os recursos administrativos, respeitada a ampla defesa, caso o débito não seja quitado no prazo de sessenta dias;
- f) pela inadequabilidade do (s) objeto (s) ou produto (s) entregue o fornecedor dos objetos sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) do valor dos objetos entregues inadequadamente.
- g) Pela inexecução total do contrato ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado, comutável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual se for o caso.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



h) Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento contratual, este ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total dos itens adjudicados, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

i) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos, caso haja inexecução parcial do contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos, se houver inexecução total;

j) As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às LICITANTES remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

j.1) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento

j.2) As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo de forma injustificada.

**22.3.** Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da LICITANTE ou CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93, observados os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade, por decisão motivada e fundamentada em processo administrativo.

**22.4.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro da CONTRATADA.

**22.5.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**22.6.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**22.7.** Para fins do cálculo do valor da multa, os valores serão atualizados, de acordo com o INPC/IBGE, ou índice oficial, que venha a substituí-lo.

**22.8.** Esgotados todos os recursos, depois de notificado a LICITANTE ou CONTRATADA para o pagamento da multa, fica esta ciente que incidirão sobre o débito juros legais e correção monetária pelo INPC/IBGE até a quitação definitiva, sendo que após o prazo de sessenta dias, o valor devido será inscrito como dívida ativa municipal.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

**23.2.** O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**SÃO FRANCISCO DO SUL****FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC****CNPJ: 03.264.792/0001-08****Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande****CEP: 89.240.000****Telefone: (47) 3444-6190****Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br**

**23.3.** O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

**23.4.** As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

**São Francisco do Sul 23 de novembro de 2017.**

---

**JULIO ELOI DA SILVA**  
**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1.0 OBJETO

Contratação de embarcação com tripulação para uso como ambulância flutuante (ambulancha).

#### 2. FINALIDADE/JUSTIFICATIVA

Esta contratação se faz necessária para garantir o transporte dos pacientes de urgência e emergência pertencentes a parte continental de nosso Município (Vila da Glória), ligado exclusivamente através de balsa, a qual opera apenas em horários específicos diurnos, impossibilitando a remoção de pacientes através de ambulância bem como dos pacientes de urgência e emergência que encontram-se nas ilhas que fazem parte do Município localizadas na Baía da Babitonga; dos pacientes de Tratamento Fora de Domicílio (T.F.D), em horários em que não há transporte regular (lança); dos bombeiros e motorista de plantão, visto os horários da lancha que faz a travessia não serem compatíveis com as trocas de plantão, e; visita ainda garantir as visitas técnicas da equipe do ESF Vila da Glória aos pacientes que residem nas ilhas e não podem se deslocar até a unidade de saúde. O serviço será prestado por embarcação equipada com todos os equipamentos necessários a remoção de pacientes, tripulação composta 01( um) moço de convés e 01 (um) auxiliar de convés, condução da embarcação executada por turnos, estando disponível 24 horas por dia e sem limite de viagens.

#### 3.0 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



SÃO FRANCISCO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

CNPJ: 03.264.792/0001-08

Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande

CEP: 89.240.000

Telefone: (47) 3444-6190

Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	UUN	QTD (MESES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	<p>“Contratação de serviço de transporte marítimo com tripulação para uso como ambulância flutuante (ambulancha), para atuar no itinerário ilha-continente-ilha e <u>atendimento de emergência nas ilhas</u> da Baía da Babitonga, que fazem parte do Município de São Francisco do Sul, 24 horas por dia, 07 dias por semana, incluindo domingos e feriados, fazer o transporte dos bombeiros e motoristas plantonistas (as 07 e 19 horas diariamente), da equipe do ESF da Vila da Glória para visita técnica nas ilhas (realizada quinzenalmente) e transporte de pacientes de TFD (transporte fora de domicílio) nos horários em que não houver o transporte regular, com disponibilização da embarcação para uso exclusivo do serviço, sem limites de viagens com as seguintes descrições: a embarcação deve ter no mínimo 10 (dez) metros de comprimento, monocasco com estanqueidade e estrutura resistente para navegabilidade com material em: aço, madeira, fibra ou com revestimento de compatível característica estrutural, regulamentada pela NORMAM 02 e licenciadas pela Marinha do Brasil, conter 01 (um) motor de no mínimo 150 HP ou motorização que atinja comprovadamente velocidade superior a 20(vinte) nós marítimos, com um segundo motor autônomo de capacidade idêntica (150 HP) ou 01 (um) motor reserva de popa fixo e devidamente instalado de no mínimo 50 HP para casos de pane mecânica, console com indicação de temperatura do motor, velocímetro e conta giro, casco da embarcação deverá ser em “V” na proa para cortar marolas, deve ter no mínimo 03 (três) defensas, 01 (uma) âncora e 02 (duas) cordas para atracação, luzes de</p>	Serv	12	R\$ 49.813,33	R\$ 597.759,96

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



SÃO FRANCISCO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

CNPJ: 03.264.792/0001-08

Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocío Grande

CEP: 89.240.000

Telefone: (47) 3444-6190

Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



<p>navegação e fundeio para navegação diurna e noturna, assentos estofados para 02 tripulantes e no mínimo 05 (cinco) passageiros, espaço com cobertura total contra chuva para 01 (uma) maca removível e para os passageiros, suporte ou engate para soro, espaço/armário ou prateleiras abrigadas contra o tempo e de fácil higienização para as malas/bolsas e equipamentos de emergências, piso antiderrapante, suporte fixo para 01 (uma) garrafa de oxigênio de 3,5 m³, equipamento de salvatagem completo com no mínimo 08 (oito) coletes salvavidas e 01 (um) extintor de incêndio, conforme exigido pela legislação (NORMAN), um aparelho telefone celular e/ou rádio (ex: Nextel) para a tripulação devendo ficar ligado 24 hs todos os dias da semana, rádio VHF, GPS e Sirene, pintura ou adesivação em vermelho e branco, pintura ou adesivação indicativa “Ambulancha”, brasão do Município de São Francisco do Sul e do SUS (Sistema único de Saúde); deverá possuir os seguintes equipamentos de emergência: 01 carrinho condutor de transporte com suporte para soro e para cilindro de 3,5 m³, feito de aço inoxidável, 01 cilindro de 3,5m³ de oxigênio, 01 aspirador portátil, 01 DEA (Desfibrilador Externo Automático), 01 Cadeira de rodas com pneu maciço para transporte no trapiche, 01 oxímetro, 01 monitor multiparametro, 02 mantas térmicas, 01 maca rígida, 01 ambu adulto, 01 ambu infantil, 01 Detector fetal portátil com bateria recarregável, 01 maca retrátil de alumínio ou aço inoxidável, com mecanismo de retração, 01 estetoscópio adulto e infantil, 01 esfigmomanômetro adulto e infantil. A embarcação deverá ser tripulada com 01 (um) moço de convés e 01 (um) marinheiro auxiliar de convés, devidamente uniformizados, qualificados com CIR (Carteira de</p>				
---	--	--	--	--

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



SÃO FRANCISCO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

CNPJ: 03.264.792/0001-08

Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande

CEP: 89.240.000

Telefone: (47) 3444-6190

Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



	Inscrição e Registro), durante todo o tempo de execução do serviço contratado, ou seja, as 24 horas do dia, todos os dias da semana, inclusive aos domingos e feriados, e deve ser registrada, certificada e documentada pela Capitania dos Portos da Marinha do Brasil e estar com os documentos exigidos por lei dentro do prazo de validade. O combustível, a tripulação, o abastecimento do cilindro de oxigênio, a manutenção mecânica preventiva/corretiva da embarcação, os materiais médicos e equipamentos de emergência (para atender os pacientes durante o transporte serão fornecidos pela Contratada e deverão ser devidamente mantidos em bom estado de conservação e utilização pela contratada conforme determinação do Contratante.”				

**Valor Total estimado: R\$ 597.759,96****4.0 PROPOSTA**

A empresa participante deverá apresentar junto à proposta de preço, planilha de custo devidamente datada e assinada pelo contador e proprietário da empresa e, compatível com a proposta apresentada, exemplo anexo II deste edital.

**5.0 FORMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA**

Pelo período de 12 (doze) meses, 7 dia por semana, domingos e feriados conforme protocolo de atendimento do Fundo Municipal de Saúde.

**6.0 ITINERÁRIO**

VILA DA GLÓRIA-CENTRO HISTÓRICO, ATENDIMENTO NAS ILHAS DA BAÍA DA BABITONGA QUE PERTENCEM AO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

**7.0 – FISCALIZAÇÃO**

7.1 A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, por meio do servidor designado conforme segue:

**Gerência de Atenção Básica**

7.2 A fiscalização reserva-se ao direito de **recusar o serviço que não atenda a proposta ofertada**, bem como, as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

**8.0 - DO REAJUSTE**

8.1 Os preços contratuais resultante do objeto da presente licitação sofrerão reajuste anual pelo IGPM/FGV (Índice Geral de Preço do Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
www.saofranciscodosul.sc.gov.br



SÃO FRANCISCO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

CNPJ: 03.264.792/0001-08

Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocío Grande

CEP: 89.240.000

Telefone: (47) 3444-6190

Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br

**9.0 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do Município, sendo:

**EXERCÍCIO DE 2018**

<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b> Fundo Municipal de Saúde	<b>27 - 001</b>
<b>PROGRAMA</b>	<b>0056</b>
<b>PROJETO / ATIVIDADE</b> Manutenção do Programa de Atenção Básica	<b>2061</b>
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b> Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	<b>339039 - 99</b>
<b>VÍNCULO DE RECURSO</b> Piso da Atenção Básica - PAB	<b>13801</b>

**10.0 – LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL****Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC / Setor Compras**

Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)

Bairro: Rocío Grande Cidade: São Francisco do Sul – SC

Horário de entrega: De 2ª à 6ª feira, das 07h30min às 13h00min

**11.0 - PAGAMENTO**

- O pagamento dar-se-á ao Prestador de Serviços no prazo de **30 (trinta dias)** após a entrega da nota fiscal devidamente vistada pelo *Fiscal do Contrato*, atestando o recebimento dos serviços.
- A nota fiscal deverá ser entregue no *Setor de Compras* do Fundo Municipal de Saúde, no período entre o **1º dia útil até no máximo o 24º dia útil do mês corrente**.

Nádia Moreia Raposo  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria 14.197/2017

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)





FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº..... e Inscrição Estadual sob nº....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) ..... portador (a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF nº ..... a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente **PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2017**, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

#### CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



SÃO FRANCISCO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



## ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS  
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

**Edital de Pregão Presencial nº. 049/2017**

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) **cumpe plenamente os requisitos de habilitação** para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017**\_\_\_\_, cujo objeto é a Aquisição de ....., de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
**CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA**

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



SÃO FRANCISCO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

CNPJ: 03.264.792/0001-08

Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande

CEP: 89.240.000

Telefone: (47) 3444-6190

Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



## ANEXO IV

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

**Edital de Pregão Presencial nº. 049/2017**

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que **se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão** Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

**CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA**

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
www.saofranciscodosul.sc.gov.br



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES**

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

**Edital de Pregão Presencial nº. 049/2017**

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº **000/2017** que a Proponente..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº....., com sede na cidade de ....., Estado....., na Rua/Av..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
**CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA**

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
www.saofranciscodosul.sc.gov.br



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



## ANEXO VI

### MINUTA DE CONTRATO PREGÃO Nº 049/2017

#### INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o Município de São Francisco do Sul, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ. sob o nº 03.264.792/0001-08, neste ato representado por seu Gestor, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ. sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida \_\_\_\_\_, na rua \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório – **PREGÃO Nº 049/2017**, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e conformidade com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado o seguinte

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Contratação de empresa especializada em serviço de locação de embarcação com tripulação para uso como ambulância flutuante (ambulancha) no transporte de pacientes de emergência no trajeto Continente/Ilha-Ilha/Continente, de conformidade com as especificações constantes no Anexo I e proposta da vencedora parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Pelos serviços ora contratados a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ \_\_\_\_\_,00 (.....reais) mensalmente, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde juntamente com o relatório de viagens realizadas no período.

Perfaz o presente contrato o valor global de R\$ \_\_\_\_\_,00 (..... reais).

#### **Parágrafo Único**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
www.saofranciscodosul.sc.gov.br



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



<i>Unidade Orçamentária</i>	<b>2701</b> – Fundo Municipal de Saúde
<i>Projeto Atividade</i>	<b>2061</b> – Manutenção do Programa De Atenção Basica
<i>Elemento de Despesa</i>	<b>339039 99</b> – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
<i>Vínculo do Recurso</i>	<b>13801</b> – Piso de Atenção Basica - PAB

### CLÁUSULA TERCEIRA

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação de nota fiscal e planilha de embarque devidamente visada pelo Secretário Municipal de Saúde juntamente com cópia das guias de recolhimento do FGTS, INSS, sob pena da não liberação do pagamento .

### CLÁUSULA QUARTA

Os preços contratuais, em caso de prorrogação, poderão ser reajustados ao completar 12 (doze) meses pelo IGPM-FGV ou outro Índice Oficial do Governo que vier a substituí-lo.

### CLÁUSULA QUINTA

Os serviços contratados serão executados pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura deste contrato podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses re ajustável a cada 12 (doze) meses.

### CLÁUSULA SEXTA

A CONTRATADA, no caso de inexecução ou atraso na execução do objeto contratado, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado e justificado, ficará sujeita às sanções preceituadas na Lei nº 8.666/93, bem como a aplicação das seguintes penalidades:

1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

a) **advertência**, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;

b) **multa** de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;

c) **multa** de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;

d) **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)





**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.
3. A sanção prevista na alínea “d”, do item 1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.
4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.
5. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

A CONTRATADA responsabiliza-se em disponibilizar para o bom andamento dos serviços objeto deste Contrato, embarcação em perfeitas condições de uso e será responsável por todos os custos e despesas do mesmo e seu respectivo condutor, sendo suas obrigações:

15. Contratar condutor para conduzir a embarcação, que seja de comprovada idoneidade moral e capacidade profissional;
  16. Exigir dos condutores da embarcação que estes se apresentem nos locais de trabalho vestidos adequadamente, de preferência uniformizados e portando crachá, no qual deverá constar identificação da firma contratada, foto e função do condutor;
  17. Colocar como condutor da embarcação, pessoa comprovadamente habilitada na forma prevista pela legislação marítima;
  18. Responsabilizar-se por toda e qualquer avaria que a embarcação venha a sofrer, durante a execução dos serviços, momento em que este deverá ser substituído imediatamente, para se evitar a paralisação dos serviços contratados;
  19. Substituir, imediatamente, todo pessoal que sem motivo justificado venha a se ausentar durante suas atividades do local de trabalho, ou cuja presença for julgada inconveniente pelo CONTRATANTE;
  20. Executar os serviços contratados de acordo com as especificações estabelecidas pelo CONTRATANTE.
  21. Manter registro da embarcação na Delegacia dos Portos com respectivo seguro (DEPEM) válido para cobertura de danos pessoais e materiais produzidos por embarcação no período de vigência do contrato.
- h) garantir o retorno do paciente (ilha/continente), após alta médica durante a prestação dos serviços conforme descrito neste edital.

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC**  
CNPJ: 03.264.792/0001-08  
Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande  
CEP: 89.240.000  
Telefone: (47) 3444-6190  
Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



i) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;

j) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;

k) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade e regularidade fiscal da empresa e da embarcação;

l) cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

A fiscalização da prestação de serviços será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC por meio de servidor designado.

A fiscalização se reserva o direito de recusar os serviços executados que não atenderem as especificações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC.

#### **CLÁUSULA NONA**

Será a CONTRATADA a única responsável para com seus empregados, no que concerne ao cumprimento da Legislação Marítima, previdência social, seguro de acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na Legislação Federal (Portaria 3.214, de 08.07.78, do Ministério do Trabalho), sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multa por parte da CONTRATANTE ou rescisão contratual, com a aplicação das sanções cabíveis.

##### **Parágrafo Único**

São igualmente de responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com salários e encargos de seus empregados, combustível, manutenção e assistência técnica, seguros e demais despesas que venham a decorrer dos serviços ora contratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

Durante a execução dos serviços contratados, assume a CONTRATADA integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

A CONTRATANTE se reserva o direito de cancelar este contrato, fundamentada no que dispõe o Artigo 78, inciso IV, e Artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, caso a CONTRATADA não venha a iniciar os serviços dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data de convocação para assinatura do contrato, sem que a CONTRATADA apresente justificativa plenamente aceita pela CONTRATANTE.

##### **Parágrafo Único**

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)



SÃO FRANCISCO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL – SC

CNPJ: 03.264.792/0001-08

Rua Manoel Antônio Bueno nº 387 - Bairro Rocio Grande

CEP: 89.240.000

Telefone: (47) 3444-6190

Licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br



Caso o cancelamento de que trata a presente Cláusula venha a ocorrer, o CONTRATANTE poderá vir a efetivar a contratação dos serviços nos termos do Artigo 24, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

Aplicam-se ao presente contrato, para as questões de inexecução e para as pendências decorrentes de rescisão, as disposições pertinentes da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

Reserva-se à CONTRATANTE o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a CONTRATADA terá direito a receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

São obrigações do CONTRATANTE:

17. Efetuar o pagamento nas datas aprazadas;
18. Dar livre e completo acesso ao pessoal da CONTRATADA, encarregada do cumprimento dos serviços objeto deste contrato;
19. Responsabilizar-se pela organização dos serviços objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

Fica eleito o Foro da Cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, para as questões que porventura decorram do presente contrato, não obstante qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado este instrumento, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença das testemunhas abaixo, em quatro vias de igual teor e forma.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
**NADIA MOREIRA RAPOSO**  
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL  
DE SAÚDE  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro 89240-000 São Francisco do Sul-SC  
[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO 3 TA DO CONTRATO 01.16 BETHA SISTEMAS

Publicação Nº 1486797

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 0143/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Betha Sistemas Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 79/2015

CONTRATO: Termo aditivo 03 do contrato nº 01/2016

OBJETO: Locação de sistemas de gestão pública municipal nas áreas de Contabilidade Pública, compras e licitações, folha de pagamento, tributação, atendimento ao contribuinte via internet, planejamento e faturamento de água e esgoto.

VALOR: R\$ 118.283,20

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 02 de janeiro de 2018

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO Nº 16.2017 - FMAS

Publicação Nº 1486699

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO Nº 016/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Terra Nova – Sociedade Beneficente do Vale do Pirapucu – 85.217.628/0001-04

ORIGEM: Inexigibilidade nº 02/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO nos termos da Lei Municipal nº 1.613 de 16 de dezembro de 2014, de instituições para prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelo serviços prestados, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social.

VALOR: R\$ 63.600,00

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 02 de janeiro de 2018

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 020/2018

Publicação Nº 1487462

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 020/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Sociedade Educacional de Itapiranga Ltda

ORIGEM: Dispensa de licitação n. 010/2018

OBJETO: Contratação de profissional para ministrar curso de formação continuada para os professores da Rede de Ensino, com o tema: Oficina de teatro, contação de histórias e musicalização.

VALOR: R\$ 950,00

PRAZO: 11.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 10 de Janeiro de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 224/2017**

Publicação Nº 1486735

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 224/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager ME

ORIGEM: Pregão Presencial n. 153/2017

OBJETO: Aquisição de bombonas de agua mineral de 20 litros, recargas de gás GLP de 13kg e 45 kg, café, açúcar e chá para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 3.333,00

PRAZO: 11.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 10 de Janeiro de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 224/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Comércio de Bebidas Grasel Ltda-ME

ORIGEM: Pregão Presencial n. 153/2017

OBJETO: Aquisição de bombonas de agua mineral de 20 litros, recargas de gás GLP de 13kg e 45 kg, café, açúcar e chá para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 15.000,00

PRAZO: 11.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 10 de Janeiro de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 224/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial n. 153/2017

OBJETO: Aquisição de bombonas de agua mineral de 20 litros, recargas de gás GLP de 13kg e 45 kg, café, açúcar e chá para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 9.362,00

PRAZO: 11.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 10 de Janeiro de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 224/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Hotel São João

ORIGEM: Pregão Presencial n. 153/2017

OBJETO: Aquisição de bombonas de agua mineral de 20 litros, recargas de gás GLP de 13kg e 45 kg, café, açúcar e chá para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 7.020,00

PRAZO: 11.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 10 de Janeiro de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO 02/2018

Publicação Nº 1486978

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 02/2018

Pregão Presencial 02/2018

Objeto: Aquisição de camisetas para Campanhas Alusivas à área da saúde.

Tipo: Menor preço por item

Data: 30/01/2018 13:30 horas

Valor estimado: R\$ 37.638,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 10 de Janeiro de 2018

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

### PROCESSO 03/2018 FMS

Publicação Nº 1486622

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 03/2018

Pregão Presencial 03/2018

Objeto: Aquisição de medicamentos para a Farmácia Básica, SAMU e Processos Judiciais.

Tipo: Menor preço por Item

Data: 23/01/2018 13:30h.

Valor estimado: R\$ 98.950,92

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 10 de janeiro de 2018.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

### RESPOSTA RECURSO Á EMPRESA LIARTE - PREGÃO Nº 20/2017 PROCESSO Nº 27/2017

Publicação Nº 1487697

MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC

DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 27/2017 – Pregão Presencial nº 20/2017

Empresa penalizada: Liarte Vendas e Serviços Ltda. – ME.

Referente a: Aplicação de Penalidades Multa, Rescisão contratual e Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Municipal.

DOS FATOS:

Em 29 de Agosto de 2017 foi encaminhada à empresa Liarte Vendas e Serviços Ltda. – ME, pedido de esclarecimento acerca da não entrega dos itens requeridos através das autorizações de fornecimento números 435, 439, 442 e 457/2017, referentes ao Processo Licitatório nº 27/2017 – Pregão Presencial nº 20/2017.

Em 05 de setembro foi recebida justificativa da empresa para o atraso ocorrido e compromisso de atender a todos os pedidos pendentes até 14 de setembro, o que foi acatado.

Nesse interim, foi feito contato com a empresa através de e-mail, solicitando providenciasse a confecção e entrega dos cartões de visita, itens das autorizações de fornecimento supramencionadas, cujo fornecimento havia sido suspenso temporariamente pela Administração.

Em 25 de setembro, não tendo havido a entrega do material conforme prometido, e tampouco qualquer justificativa para o fato, foi encaminhada NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL, aplicando a multa de R\$ 413,34 (quatrocentos e treze reais e trinta e quatro centavos) equivalente a 10% do valor total do fornecimento, rescisão do contrato com o cancelamento das Autorizações de Fornecimento não atendidas e a suspensão do direito de licitar com a Administração por um período de 02 (dois) anos. Na mesma



data, após o envio da notificação, recebemos por uma transportadora, o material objeto das penalidades em atraso, constatando que o mesmo foi entregue na quantidade e qualidade conforme especificado.

Em 05 de outubro recebemos defesa da fornecedora, pedindo conversão das penalidades impostas a simples advertência, alegando ter sido o pedido atendido e apelando á primariedade da falta, conforme abaixo:

"Ex Positis, tendo em vista a primariedade da Suplicante, Requer e Suplica a V.S<sup>a</sup>. que se digne a dar provimento à presente, retificando o teor do ofício enviado, dando-lhe o caráter de simples ADVERTÊNCIA, eis que a boa-fé foi provada de maneira inconteste e que os materiais foram entregues e aceitos pela Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC"

#### DA CONCLUSÃO

Instruído o processo com todos os dados necessários para análise do mérito, subiu o mesmo para decisão do excelentíssimo Sr. Prefeito, sobrestando os efeitos da notificação até decisão final a requerente, do que foi informada a suplicante

Em 17 de novembro a Diretoria de Compras, recebeu a Decisão do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, para as providências cabíveis, cuja conclusão transcreve-se abaixo:

"Neste sentido, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado pela empresa LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA, devendo-se manter incólume a decisão da comissão de licitação.!"

#### DA DECISÃO DO RECURSO

Com base em todo o exposto e em conformidade com o disposto no Edital , na legislação pertinente e na decisão da autoridade superior ,ficam as penalidades impostas, a saber:

- 1) Multa de R\$ 413,34 (quatrocentos e treze reais e trinta e quatro centavos), o que equivale a 10% do valor do fornecimento, de R\$ 4.133,40 (quatro mil cento e trinta e três reais e quarenta centavos);
- 2) Rescisão contratual com cancelamento dos registros de preços da Empresa Liarte Vendas e Serviços Ltda. – ME;
- 3) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração por um período de 02 (dois) anos.

#### DOS PROCEDIMENTOS

- Notifique-se formalmente a Liarte Vendas e Serviços Ltda. – ME da decisão e
- Publique-se no site oficial da prefeitura e no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

São Joaquim, 23 de novembro de 2017.

RAQUEL MOREIRA HENRIQUE FERNANDES

Diretora de Compras

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9009/2017

Publicação Nº 1487744

DECRETO Nº 9009/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 29, 31 e 32 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 301.500,00 (trezentos e um mil e quinhentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil –  
Creche288 – 3.3.90.36.00.00.0006 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
Recursos da Contribuição ao Salário Educação ..... R\$ 5.700,00

Total desta Atividade ..... R\$ 5.700,00

Total do Órgão ..... R\$ 5.700,00

19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL19.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL19.01.18.541.0109.2.411 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal  
do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –  
FMMADS1273 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 155.800,00

Total desta Atividade ..... R\$ 155.800,00

Total do Órgão ..... R\$ 155.800,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários

880 – 3.1.91.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais,

Recursos Próprios ..... R\$ 90.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 90.000,00

30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

875 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 50.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 50.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 140.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 301.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 301.500,00 (trezentos e um mil e quinhentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

04.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de  
Administração

120 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 50.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 50.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 50.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

228 – 3.3.90.39.00.00.0006 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos da Contribuição ao Salário Educação ..... R\$ 5.700,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 5.700,00  
Total do Órgão ..... R\$ 5.700,00

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social

419 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,  
Recursos Próprios ..... R\$ 90.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 90.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 90.000,00

19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
19.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.411 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMMADS

1274 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 88.000,00  
1275 – 9.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,  
Recursos Próprios ..... R\$ 55.000,00  
1289 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanentes,  
Recursos Próprios ..... R\$ 12.800,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 155.800,00  
Total do Órgão ..... R\$ 155.800,00  
Total da Anulação ..... R\$ 301.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2017  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 9043/2017

Publicação Nº 1487745

DECRETO Nº 9043/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 29 e 31 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 2.282.400,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## 08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

212 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 222.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 222.000,00

## 08.01.12.306.0103.2.507 – Merenda Escolar – Pré – Escola - CEI

160 – 3.3.50.43.00.00.0010 – Subvenções Sociais,  
 Recursos do Convênio nº 864/95 – FAE/PNAE – Merenda Escolar ..... R\$ 1.400,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 1.400,00

## 08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola

327 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 58.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 58.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 281.400,00

## 30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

## 30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

## 30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários

879 – 3.1.90.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.101.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 1.101.000,00

30.01.28.846.0105.2.078 – Sentenças Judiciárias,  
 890 – 3.3.90.91.00.00.0080 – Sentenças Judiciais,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 220.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 220.000,00

## 30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

875 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 680.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 680.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 2.001.000,00  
 Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 2.282.400,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$2.282.400,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

## 04.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## 04.01.04.122.0105.2.013 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

120 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 900.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 900.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 900.000,00

## 08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## 08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## 08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

186 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 166.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 166.000,00

## 08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Creche

293 – 3.1.90.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,

Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 335.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 335.000,00

08.01.12.306.0103.2.507 – Merenda Escolar – Pré – Escola - CEI

161 – 3.3.90.30.00.00.0010 – Material de Consumo,  
Recursos do Convênio nº 864/95 – FAE/PNAE – Merenda Escolar ..... R\$ 1.400,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 1.400,00  
Total do Órgão ..... R\$ 502.400,00

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria  
Municipal de Assistência Social  
524 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 205.000,00  
533 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio-Alimentação,  
Recursos Próprios ..... R\$ 227.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 432.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 432.000,00

12.00 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
12.01 – SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.057 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Serviços  
Públicos  
594 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 160.000,00  
601 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio-Alimentação,  
Recursos Próprios ..... R\$ 16.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 176.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 176.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de  
Infraestrutura  
663 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 272.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 272.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 272.000,00  
Total da Anulação ..... R\$ 2.282.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de dezembro de 2017  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 9044/2017

Publicação Nº 1487746

DECRETO Nº 9044/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 29, 31 e 32 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.675.600,00 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil e seiscentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental**

220 – 3.1.91.13.00.00.0099 – Obrigações Patronais,  
 Recursos da Valorização do Magistério – 40% - FUNDEB ..... R\$ 24.300,00  
 219 – 3.1.91.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais,  
 Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB ..... R\$ 231.800,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 256.100,00

**08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Creche**

298 – 3.1.91.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 75.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 75.000,00

**08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola**

332 – 3.1.91.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 172.100,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 172.100,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 503.200,00

**30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****30.01.09.271.0105.2.075 – Encargos Previdenciários,**

880 – 3.1.91.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.172.400,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 1.172.400,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 1.172.400,00  
 Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 1.675.600,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.675.600,00 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil e seiscentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

**08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação**

189 – 3.1.91.13.00.00.0081 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 216.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 216.000,00

**08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental**

203 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,  
 Recursos da Valorização do Magistério – 60% - FUNDEB ..... R\$ 235.100,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 235.100,00

**08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Creche**

299 – 3.1.91.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 15.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 15.000,00

**08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil - Pré Escola**

333 – 3.1.91.13.00.00.0098 – Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários – Educação ..... R\$ 6.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 6.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 472.100,00

**21.00 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL****21.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL**



## 21.01.12.364.0103.2.462 – Funcionamento e Manutenção da FUNDESJ

1350 – 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.203.500,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 1.203.500,00  
Total do Órgão ..... R\$ 1.203.500,00  
Total da Anulação ..... R\$ 1.675.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de dezembro de 2017

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 9466/2018**

Publicação Nº 1487747

## DECRETO Nº 9466/2018

APROVA O Q.D.D. - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA OS ÓRGÃOS E UNIDADES GESTORAS QUE COMPÕEM O ORÇAMENTO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal 5.648/2017, que aprovou a LDO 2018, combinada com a Lei Municipal 5.649/2017, que aprovou o Orçamento de 2018,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Q.D.D. - Quadro de Detalhamento de Despesas, consignando dotações orçamentárias até o nível de Elementos de Despesas individualizadas por Fontes de Recursos, proporcionando o acompanhamento e a execução do Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Municipal nº. 5.649/2017, disposto pelo ANEXO I, parte integrante deste decreto.

Art. 2º O Q.D.D. - Quadro de Detalhamento de Despesas aprovado no artigo anterior deste decreto está disponível no Sistema Orçamentário para cada Órgão e Unidade Gestora, iniciando suas atividades orçamentárias a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º A alteração do Q.D.D. e de outras metas fiscais, obrigatoriamente deverá constar do formulário padrão de "Solicitação de Alteração Orçamentária – 2018" - ANEXO II, parte integrante deste decreto, com os campos devidamente preenchidos, inclusive o da justificativa e necessariamente estará sujeita a parecer prévio da Secretaria de Finanças.

Art. 4º Os Órgãos e demais Unidades Gestoras que compõem a estrutura Orçamentária da Prefeitura de São José, inclusive os Fundos, as Fundações, a Autarquia e a Câmara de Vereadores farão a Programação de Comprometimento Financeiro de suas despesas mensais de pessoal, encargos sociais, de custeio, investimentos e demais despesas a partir do mês de janeiro a dezembro de 2018.

Art. 5º No decorrer do exercício de 2018 terão prioridades sobre os demais, os investimentos decorrentes de obras e serviços iniciados e ainda não concluídos no exercício anterior, seguido daqueles com projetos de obras já concluídos e os demais investimentos que já tenham iniciados seus respectivos editais de licitação.

Art. 6º É vedado qualquer procedimento pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e os devidos recursos financeiros garantidos.

Art. 7º Para prosseguimento de Processo Licitatório será obrigatório a presença da Nota de Reserva Orçamentária, reservando-se das garantias de existência dos recursos orçamentários.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de janeiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2018

ANEXO II - Parte Integrante do Decreto 9466 de 08 de janeiro de 2018

ÓRGÃO / UNIDADE:											
JUSTIFICATIVA DA ABERTURA DOS CRÉDITOS ADICIONAIS:											
ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS											
SUPLEMENTAÇÃO						REDUÇÃO					
COD. REDU- ZIDO	ORGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIV.	ELEMENTO	FR	VALOR	COD. REDU- ZIDO	ORGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIV.	ELEMEN- TO	FR	VALOR
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO					0,00	TOTAL DA REDUÇÃO					0,00
DIFERENÇA = RED. X SUPL.					0,00						
São José, ____ de _____ de 2018											
.....											
RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO SOLICITANTE											

**DECRETO N° 9467/2018**

Publicação Nº 1487237

DECRETO N° 9467/2018

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal c/c a Lei Municipal 3336/1999, alterada pela Lei Municipal nº 5628/2017:

DECRETA:

Art. 1º – O Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José passará a ser composto pelos membros abaixo nomeados, aos quais passa a ser conferido os poderes previstos na Lei Municipal 3336/1999, alterada pela Lei Municipal nº 5628/2017:

I) MEMBROS TITULARES:

- a) FERNANDA VIEIRA DINIZ FARIAS – Representante da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS;  
b) THAINI DE ALMEIDA – Representante da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos do Município - SUSP;  
c) MAYARA VIEIRA E VIEIRA – Representante da Secretaria da Saúde;

- d) EVELLYN DE PAULA XAVIER – Representante da Procuradoria Geral do Município;
- e) ALEXANDRE WALTRICK RATES – Representante da FATMA;
- f) ALESSANDRA DE FREITAS – Representante da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina;
- g) BIANCA MADALONI – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- h) GUSTAVO HAHN – Representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA;
- i) CAROLINE VIEIRA RUSCHEL – Representante da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI;
- j) ROBERTO DESCHAMPS – Representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis – SINDUSCOM;
- k) JUDAS TADEU BALDESSAR – Representante da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis – AEMFLO;
- l) PAULO DOUGLAS TELES PEREIRA – Representante do Instituto Mangue Vivo – IMAVI;
- m) DANIEL ANTÔNIO MARTINS – Representante da Associação dos Moradores e Amigos da Ponta de Baixo.

**II) MEMBROS SUPLENTE:**

- a) ALEXANDRE ARAÚJO SANTOS CAMARGO PEREIRA – Representante da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS;
- b) DANIELA M. B. SCHEITHAUER – Representante da Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos do Município - SUSP;
- c) MARIANA HAMMERSCHIMITT ECCO – Representante da Secretaria da Saúde;
- d) REINALDO TSUNEO MURATA – Representante da Procuradoria Geral do Município;
- e) JOÃO GABRIEL CORREA PIMENTA – Representante da FATMA;
- f) DAYANNI CHRISTTINI ALVES – Representante da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina;
- g) CAROLINA BECKER DE AQUINO – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- h) FELIPE PICCININI DA SILVA – Representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA;
- i) ALCEU DE OLIVEIRA PINTO JÚNIOR – Representante da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI;
- j) HÉLIO CESAR BAIRROS – Representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis – SINDUSCOM;
- k) ZAMIR PEDRO PEREIRA – Representante da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis – AEMFLO;
- l) GABRIELA MOTA PEREIRA – Representante do Instituto Mangue Vivo – IMAVI;
- m) ROSANA MACHADO – Representante da Associação dos Moradores e Amigos da Ponta de Baixo.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José, 09 de janeiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**TERMO ADITIVO/TA Nº 004/2017-01**

Publicação Nº 1487595

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 004/2017-01 – Cr 004/2012 – Processo 051/2012 – Proc. Adm. 11866/2017 – Contratado: PRIME LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EIRELI – EPP. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO CLÍNICO AOS PACIENTES DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE ACORDO COM SEUS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, NORMAS E TABELA COM OS VALORES DOS PROCEDIMENTOS E DE ACORDO COM O EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2012. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 16/01/2018. .  
Data da assinatura: 03 de janeiro de 2018.

## ANEXO I DO DECRETO Nº 9466/2018

Publicação Nº 1487748

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 01 CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
 Unidade Orçamentária: 01.01 CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

					----- Importância -----	
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicação	
01.031.0101.1.556.000	CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	1470	Fiscal	80	4.875.000,00	4.875.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES					
01.031.0101.2.001.000	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL					19.125.000,00
3.1.90.01.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1471	Fiscal	80	235.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1472	Fiscal	80	11.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1473	Fiscal	80	11.235.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1474	Fiscal	80	1.636.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1475	Fiscal	80	23.000,00	
3.1.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1476	Fiscal	80	23.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1477	Fiscal	80	11.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1478	Fiscal	80	588.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1479	Fiscal	80	40.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1480	Fiscal	80	428.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1481	Fiscal	80	32.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1482	Fiscal	80	32.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	1483	Fiscal	80	1.016.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1484	Fiscal	80	85.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1485	Fiscal	80	1.741.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1486	Fiscal	80	1.284.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1487	Fiscal	80	23.000,00	
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1488	Fiscal	80	2.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1489	Fiscal	80	57.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1490	Fiscal	80	623.000,00	

					Amortização Dívida	
Fiscal	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	
Segur.	13.762.000,00	0,00	4.683.000,00	5.555.000,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	13.762.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	4.875.000,00	19.125.000,00	0,00	18.445.000,00	5.555.000,00	24.000.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.875.000,00	19.125.000,00	0,00	18.445.000,00	5.555.000,00	24.000.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 02 SECRETARIA DA CASA CIVIL  
 Unidade Orçamentária: 02.01 SECRETARIA DA CASA CIVIL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
04.122.0105.2.002.000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CASA CIVIL					2.312.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1	Fiscal	80	29.900,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2	Fiscal	80	100,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	3	Fiscal	80	1.789.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	5	Fiscal	80	34.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6	Fiscal	80	34.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	7	Fiscal	80	34.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	8	Fiscal	80	73.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	10	Fiscal	80	256.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	11	Fiscal	80	49.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	12	Fiscal	80	11.000,00	
08.244.0111.2.252.000	SUBVENÇÕES SOCIAIS					85.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	13	Seguridade	80	85.000,00	
27.811.0104.1.561.000	CIDADE ESPORTIVA					2.248.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	14	Fiscal	70	2.247.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	15	Fiscal	80	1.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	1.820.000,00	0,00	2.729.000,00	11.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.820.000,00	0,00	2.814.000,00	11.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	2.248.000,00	2.312.000,00	0,00	4.549.000,00	11.000,00	Total Geral
Fiscal	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00	0,00	4.560.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.248.000,00	2.397.000,00	0,00	4.634.000,00	11.000,00	4.645.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO  
 Unidade Orçamentária: 03.01 GABINETE DO VICE-PREFEITO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
04.122.0105.2.004.000	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO					725.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	16	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	17	Fiscal	80	541.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	18	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	19	Fiscal	80	28.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	20	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	21	Fiscal	80	32.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	23	Fiscal	80	77.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	24	Fiscal	80	29.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	25	Fiscal	80	8.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 543.000,00	0,00	174.000,00	8.000,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 543.000,00	0,00	174.000,00	8.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos 0,00	Total das Atividades 725.000,00	Total Op. Especiais 0,00	Despesas Correntes 717.000,00	Despesas de Capital 8.000,00	Total Geral 725.000,00
Fiscal 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	725.000,00	0,00	717.000,00	8.000,00	725.000,00





**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 05 SECRETARIA DE FINANÇAS  
 Unidade Orçamentária: 05.01 SECRETARIA DE FINANÇAS

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicação	----- Importância
04.123.0105.2.014.000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	38	Fiscal	80	500,00	2.154.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	39	Fiscal	80	500,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	40	Fiscal	80	1.795.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	41	Fiscal	80	8.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	42	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	43	Fiscal	80	13.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	44	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	45	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	46	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	47	Fiscal	80	248.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	48	Fiscal	80	78.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	49	Fiscal	80	3.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER					

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	1.804.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.804.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	347.000,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	2.151.000,00	3.000,00	2.154.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	2.151.000,00	3.000,00	2.154.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 06 SECRETARIA DA RECEITA  
 Unidade Orçamentária: 06.01 SECRETARIA DA RECEITA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicação	----- Importância
04.129.0105.2.064.000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE RECEITA					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	50	Fiscal	80	2.000,00	7.470.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	51	Fiscal	80	2.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	52	Fiscal	80	5.060.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	53	Fiscal	80	820.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	54	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	55	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	56	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	57	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	58	Fiscal	80	55.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	59	Fiscal	80	1.271.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	60	Fiscal	80	200.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	61	Fiscal	80	3.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	5.884.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.884.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	1.583.000,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	7.467.000,00	3.000,00	7.470.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	7.467.000,00	3.000,00	7.470.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 08 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao</b>	<b>----- Importância</b>
12.306.0103.2.026.000	MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	62	Fiscal	10	1.047.000,00	6.366.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	63	Fiscal	80	1.988.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	64	Fiscal	80	3.331.000,00	
12.306.0103.2.027.000	MERENDA ESCOLAR - CRECHE					2.403.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	65	Fiscal	10	412.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	66	Fiscal	10	420.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	67	Fiscal	80	613.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	68	Fiscal	80	958.000,00	
12.306.0103.2.322.000	MERENDA ESCOLAR - ENSINO MÉDIO					60.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	69	Fiscal	10	27.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	70	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	71	Fiscal	80	32.000,00	
12.306.0103.2.323.000	MERENDA ESCOLAR - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					712.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	72	Fiscal	10	112.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	73	Fiscal	80	200.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	74	Fiscal	80	400.000,00	
12.306.0103.2.507.000	MERENDA ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA					7.351.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	75	Fiscal	10	187.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	76	Fiscal	10	525.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	77	Fiscal	80	2.634.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	78	Fiscal	80	4.005.000,00	
12.306.0103.2.526.000	MERENDA ESCOLAR - AEE - FUNDAMENTAL					59.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	79	Fiscal	10	12.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	80	Fiscal	80	11.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	81	Fiscal	80	36.000,00	
12.306.0103.2.527.000	MERENDA ESCOLAR - AEE - EDUCAÇÃO INFANTIL					25.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	82	Fiscal	10	7.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	83	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	84	Fiscal	80	15.000,00	
12.361.0103.1.041.000	IMPL./REF./AMPL. E EQUIP. P/ UNIDADES ESCOLARES					323.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	85	Fiscal	81	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	86	Fiscal	6	208.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	87	Fiscal	81	104.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	88	Fiscal	81	5.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	89	Fiscal	6	1.000,00	
12.361.0103.1.043.000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - TRANSP.ESCOLAR - ENS. FUND.					168.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	90	Fiscal	11	167.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	91	Fiscal	81	1.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

**Prefeitura Municipal de São José**

Órgão.....: 08 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfere</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao Importância -----</b>
12.361.0103.1.175.000	IMPL./REF./AMPL. DE GINÁSIOS E QUADRAS DE ESPORTES - EDUCAÇÃO				1.102.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	92	Fiscal	11	312.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	93	Fiscal	81	52.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	94	Fiscal	161	737.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	95	Fiscal	81	1.000,00
12.361.0103.2.029.000	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				55.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	96	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	97	Fiscal	81	100,00
3.3.90.31.00.00.00	PREMIações CLT., ART., CIENT., ESP. E OU	98	Fiscal	81	100,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	99	Fiscal	81	100,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	100	Fiscal	81	100,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	101	Fiscal	81	53.400,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	102	Fiscal	81	100,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	103	Fiscal	81	100,00
12.361.0103.2.030.000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				19.694.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	104	Fiscal	81	1.070.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	105	Fiscal	81	35.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	106	Fiscal	81	12.123.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	107	Fiscal	81	941.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	108	Fiscal	81	235.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	109	Fiscal	81	117.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	110	Fiscal	81	1.294.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	111	Fiscal	80	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	112	Fiscal	6	214.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	113	Fiscal	80	37.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	114	Fiscal	81	150.900,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	115	Fiscal	81	5.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	1587	Fiscal	81	164.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	116	Fiscal	81	100,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	117	Fiscal	6	1.321.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	118	Fiscal	80	107.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	119	Fiscal	81	1.036.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	120	Fiscal	81	823.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	121	Fiscal	81	11.000,00
12.361.0103.2.031.000	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				69.598.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	122	Fiscal	80	58.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	123	Fiscal	81	1.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	124	Fiscal	98	21.246.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	125	Fiscal	99	5.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	126	Fiscal	80	3.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	127	Fiscal	98	110.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	128	Fiscal	99	10.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	129	Fiscal	80	385.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	130	Fiscal	81	806.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	131	Fiscal	98	24.507.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	132	Fiscal	99	3.107.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	133	Fiscal	81	1.299.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	134	Fiscal	80	1.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 08 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>Detalhada Total da Aplicação</b>	<b>Importância</b>
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	135	Fiscal	98	3.000,00	3.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	136	Fiscal	99	22.000,00	22.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	137	Fiscal	98	212.000,00	212.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	138	Fiscal	98	3.244.000,00	3.244.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	139	Fiscal	99	278.000,00	278.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	140	Fiscal	80	1.000,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	141	Fiscal	6	749.000,00	749.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	142	Fiscal	81	418.000,00	418.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	143	Fiscal	6	391.000,00	391.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	144	Fiscal	81	1.000,00	1.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	145	Fiscal	81	4.866.000,00	4.866.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	146	Fiscal	81	10.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	147	Fiscal	6	2.140.000,00	2.140.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	148	Fiscal	80	43.000,00	43.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	149	Fiscal	81	1.489.000,00	1.489.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	150	Fiscal	80	26.000,00	26.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	151	Fiscal	81	3.058.000,00	3.058.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	152	Fiscal	81	1.000,00	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	153	Fiscal	161	35.000,00	35.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	154	Fiscal	6	52.000,00	52.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	155	Fiscal	80	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	156	Fiscal	81	10.000,00	10.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	157	Fiscal	161	1.001.000,00	1.001.000,00
12.361.0103.2.032.000	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					747.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	158	Fiscal	81	22.000,00	22.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	159	Fiscal	122	19.000,00	19.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	160	Fiscal	81	21.000,00	21.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	161	Fiscal	121	650.000,00	650.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	162	Fiscal	122	35.000,00	35.000,00
12.361.0103.2.033.000	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA					400.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	163	Fiscal	8	400.000,00	400.000,00
12.361.0103.2.034.000	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS - ENS. FUND.					311.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	164	Fiscal	6	150.000,00	150.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	165	Fiscal	81	161.000,00	161.000,00
12.361.0103.2.051.000	VALE TRANSPORTE - ENSINO FUNDAMENTAL					600.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	166	Fiscal	81	600.000,00	600.000,00
12.361.0103.2.202.000	MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS - ENS. FUNDAMENTAL					270.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	167	Fiscal	81	270.000,00	270.000,00
12.361.0103.2.239.000	MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES					1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	168	Fiscal	81	1.000,00	1.000,00
12.361.0103.2.325.000	SAÚDE DO EDUCANDO - ENSINO FUNDAMENTAL					66.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	169	Fiscal	80	1.000,00	1.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	170	Fiscal	80	10.000,00	10.000,00



**SANTA CATARINA**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

**Prefeitura Municipal de São José**

Órgão.....: 08 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao -----</b>	<b>Importância -----</b>
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	171	Fiscal	80	55.000,00	
12.361.0103.2.515.000	VALE-TRANSPORTE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					23.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	172	Fiscal	80	23.000,00	
12.361.0103.3.908.000	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	173	Fiscal	81	1.000,00	
12.362.0103.2.037.000	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO					2.522.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	174	Fiscal	80	1.412.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	175	Fiscal	80	4.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	176	Fiscal	80	906.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	177	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	178	Fiscal	80	11.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	179	Fiscal	80	188.000,00	
12.363.0103.1.044.000	IMPL./REF./AMPL. E EQUIP. P/ ESCOLAS					1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	PROFISSIONAIS					
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	180	Fiscal	80	300,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	181	Fiscal	80	300,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	182	Fiscal	80	400,00	
12.363.0103.2.042.000	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL					6.760.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	183	Fiscal	80	1.647.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	184	Fiscal	80	17.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	185	Fiscal	80	3.448.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	186	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	187	Fiscal	80	58.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	188	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	189	Fiscal	80	23.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	1588	Fiscal	80	436.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	190	Fiscal	80	107.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	191	Fiscal	80	400.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	192	Fiscal	80	612.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	193	Fiscal	80	10.000,00	
12.363.0103.2.516.000	VALE-TRANSPORTE - ENSINO PROFISSIONAL					86.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	194	Fiscal	80	86.000,00	
12.364.0103.2.240.000	MANUTENÇÃO DO POLO UAB					11.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	195	Fiscal	80	11.000,00	
12.365.0103.1.046.000	IMPL./REF./AMPL. E EQUIP. P/ CEI					8.107.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	196	Fiscal	81	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	197	Fiscal	6	364.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	198	Fiscal	81	312.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	199	Fiscal	161	5.301.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	200	Fiscal	6	252.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	201	Fiscal	81	520.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	202	Fiscal	161	1.355.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	203	Fiscal	6	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	204	Fiscal	81	1.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 08 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
12.365.0103.2.039.000	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	205	Fiscal	98	10.683.100,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	206	Fiscal	81	1.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	207	Fiscal	98	100.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	208	Fiscal	81	9.439.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	209	Fiscal	98	5.519.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	210	Fiscal	81	1.027.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	211	Fiscal	81	10.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	212	Fiscal	98	11.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	213	Fiscal	81	81.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	214	Fiscal	81	2.204.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	215	Fiscal	98	564.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	216	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	217	Fiscal	6	321.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	218	Fiscal	11	142.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	219	Fiscal	81	77.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	220	Fiscal	161	69.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	221	Fiscal	81	1.740.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	222	Fiscal	6	321.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	223	Fiscal	81	117.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	224	Fiscal	6	599.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	225	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	226	Fiscal	81	146.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	227	Fiscal	81	2.354.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	228	Fiscal	11	7.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	229	Fiscal	161	46.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	230	Fiscal	6	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	231	Fiscal	11	323.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	232	Fiscal	81	8.000,00	
12.365.0103.2.040.000	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS - EDUC. INFANTIL					143.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	233	Fiscal	6	100.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	234	Fiscal	81	43.000,00	
12.365.0103.2.050.000	VALE TRANSPORTE - ENSINO INFANTIL					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	235	Fiscal	81	300.000,00	
12.365.0103.2.201.000	MANUTENÇÃO DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS - EDUC. INF.					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	236	Fiscal	81	10.000.000,00	
12.365.0103.2.505.000	SAÚDE DO EDUCANDO - ENSINO INFANTIL					
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	237	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	238	Fiscal	80	75.000,00	
12.365.0103.2.508.000	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	239	Fiscal	81	2.391.900,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	240	Fiscal	81	1.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	241	Fiscal	98	138.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	242	Fiscal	81	11.392.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 08 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao -----	Importância -----
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	243	Fiscal	98	4.622.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	244	Fiscal	81	477.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	245	Fiscal	81	11.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	246	Fiscal	98	12.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	247	Fiscal	81	132.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	248	Fiscal	81	2.854.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	249	Fiscal	98	903.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	250	Fiscal	81	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	251	Fiscal	6	481.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	252	Fiscal	11	214.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	253	Fiscal	81	128.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	254	Fiscal	81	2.610.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	255	Fiscal	81	107.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	256	Fiscal	6	898.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	257	Fiscal	11	116.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	258	Fiscal	81	256.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	259	Fiscal	81	2.060.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	260	Fiscal	6	75.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	261	Fiscal	11	156.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	262	Fiscal	81	10.000,00
376.000,00					
12.366.0103.2.041.000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	263	Fiscal	81	23.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	264	Fiscal	81	100,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	265	Fiscal	81	94.900,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	266	Fiscal	81	1.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	267	Fiscal	81	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	268	Fiscal	81	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	269	Fiscal	80	114.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	270	Fiscal	81	80.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	271	Fiscal	125	46.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	272	Fiscal	81	11.000,00
44.000,00					
12.367.0103.2.255.000	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUC. ESPECIAL				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	273	Fiscal	6	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	274	Fiscal	81	43.000,00
4.838.000,00					
12.367.0103.2.528.000	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - FUNDAMENTAL				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	275	Fiscal	81	300,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	276	Fiscal	98	709.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	277	Fiscal	99	1.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	278	Fiscal	98	40.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	279	Fiscal	99	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	280	Fiscal	81	300,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	281	Fiscal	98	2.186.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	282	Fiscal	99	590.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	283	Fiscal	81	150.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	284	Fiscal	98	200,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	285	Fiscal	99	200,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	286	Fiscal	81	2.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 08 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	287	Fiscal	98	608.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	288	Fiscal	99	150.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	289	Fiscal	81	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	290	Fiscal	81	25.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	291	Fiscal	81	362.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	292	Fiscal	81	3.000,00
12.367.0103.2.529.000	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - EDUCAÇÃO INFANTIL				3.597.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	293	Fiscal	81	500.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	294	Fiscal	98	500.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	295	Fiscal	81	500,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	296	Fiscal	98	50.500,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	297	Fiscal	81	1.640.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	298	Fiscal	98	259.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	299	Fiscal	81	150.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	300	Fiscal	81	1.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	301	Fiscal	98	1.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	302	Fiscal	81	1.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	303	Fiscal	81	150.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	304	Fiscal	98	108.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	305	Fiscal	81	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	306	Fiscal	81	25.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	307	Fiscal	81	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	308	Fiscal	81	1.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	139.124.000,00	0,00	62.671.800,00	11.416.200,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	139.124.000,00	0,00	62.671.800,00	11.416.200,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	9.702.000,00	203.510.000,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	9.702.000,00	203.510.000,00	0,00	201.795.800,00	11.416.200,00	213.212.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9.702.000,00	203.510.000,00	0,00	201.795.800,00	11.416.200,00	213.212.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

**Prefeitura Municipal de São José**

Órgão.....: 09 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
 Unidade Orçamentária: 09.01 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao</b>	<b>----- Importância</b>
06.124.0110.2.258.000	PROGRAMA DE APOIO À CORREGEDORIA					
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	309	Fiscal	80	1.000,00	3.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	310	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	311	Fiscal	80	1.000,00	
06.125.0110.2.295.000	IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE					
	SINALIZAÇÃO ELETRÔNICA					193.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	312	Fiscal	26	6.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	313	Fiscal	26	24.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	314	Fiscal	26	125.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	315	Fiscal	26	36.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	316	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	317	Fiscal	26	1.000,00	
06.125.0110.2.297.000	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TOTENS					3.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	318	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	319	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	320	Fiscal	80	1.000,00	
06.125.0112.2.259.000	FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES					3.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	321	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	322	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	323	Fiscal	80	1.000,00	
06.125.0112.2.298.000	CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES					3.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	324	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	325	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	326	Fiscal	80	1.000,00	
06.181.0110.1.019.000	IMPLANTAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES OPERACIONAIS					473.000,00
	DA SSDST E GUARDA MUNICIPAL					
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	327	Fiscal	26	163.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	328	Fiscal	33	300.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	329	Fiscal	80	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	330	Fiscal	26	5.000,00	
06.181.0110.2.156.000	EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO					7.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	331	Fiscal	26	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	332	Fiscal	26	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	333	Fiscal	26	1.000,00	
06.181.0110.2.261.000	MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL					9.183.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	334	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	335	Fiscal	80	9.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	336	Fiscal	80	6.473.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	337	Fiscal	80	1.412.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	338	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	339	Fiscal	26	66.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	340	Fiscal	62	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	341	Fiscal	80	85.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	342	Fiscal	153	2.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 09 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
 Unidade Orçamentária: 09.01 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Importância
					Total da Aplicação	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	343	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	344	Fiscal	80	21.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	345	Fiscal	26	210.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	346	Fiscal	62	139.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	347	Fiscal	80	262.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	348	Fiscal	153	2.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	349	Fiscal	80	376.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	350	Fiscal	26	93.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	351	Fiscal	80	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	352	Fiscal	153	7.000,00	
06.181.0110.2.296.000	ENCARGOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO COM A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					4.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	353	Fiscal	34	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	354	Fiscal	34	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	355	Fiscal	34	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	356	Fiscal	34	1.000,00	
06.182.0110.2.010.000	AÇÕES DE DEFESA CIVIL					85.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	357	Fiscal	80	53.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	358	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	359	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	360	Fiscal	80	21.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	361	Fiscal	80	1.000,00	
06.182.0110.2.016.000	ENCARGOS DO CONVÊNIO FUNREBOM					3.627.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	362	Fiscal	19	1.059.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	363	Fiscal	19	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	364	Fiscal	19	738.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	365	Fiscal	19	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	366	Fiscal	19	572.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	367	Fiscal	19	1.248.000,00	
06.183.0110.2.018.000	ENCARGOS DO CONVÊNIO TRÂNSITO - SSP					551.000,00
3.3.30.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1586	Fiscal	26	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	368	Fiscal	26	107.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	369	Fiscal	26	106.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	370	Fiscal	26	192.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	371	Fiscal	26	145.000,00	
06.183.0110.2.131.000	MANUTENÇÃO DA SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO					4.145.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	372	Fiscal	80	117.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	373	Fiscal	80	5.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	374	Fiscal	80	2.589.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	375	Fiscal	80	176.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	376	Fiscal	80	11.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	377	Fiscal	26	333.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	378	Fiscal	80	104.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	379	Fiscal	153	3.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	380	Fiscal	80	11.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	381	Fiscal	80	254.000,00	



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 09 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
 Unidade Orçamentária: 09.01 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao -----</b>	<b>----- Importância -----</b>
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	382	Fiscal	80	397.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	383	Fiscal	153	2.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	384	Fiscal	80	129.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	385	Fiscal	33	2.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	386	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	387	Fiscal	153	2.000,00	
06.183.0110.2.401.000	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIDEOMONITORAMENTO ELETRÔNICO					1.873.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	388	Fiscal	26	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	389	Fiscal	33	3.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	390	Fiscal	153	2.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	391	Fiscal	26	37.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	392	Fiscal	33	3.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	393	Fiscal	80	599.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	394	Fiscal	153	2.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	395	Fiscal	62	107.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	396	Fiscal	80	1.086.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	397	Fiscal	26	3.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	398	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	399	Fiscal	153	3.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	400	Fiscal	33	2.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	401	Fiscal	80	22.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	402	Fiscal	153	2.000,00	
06.183.0112.2.009.000	MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO					1.109.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	403	Fiscal	26	228.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	404	Fiscal	26	321.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	405	Fiscal	33	2.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	406	Fiscal	26	416.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	407	Fiscal	33	2.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	408	Fiscal	80	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	409	Fiscal	33	2.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	410	Fiscal	26	131.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	411	Fiscal	33	2.000,00	
15.451.0112.1.173.000	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL PARA O MUNICÍPIO					2.125.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	412	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	413	Fiscal	26	2.007.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	414	Fiscal	62	107.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	415	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	416	Fiscal	26	4.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	417	Fiscal	80	1.000,00	
15.452.0112.2.257.000	ESTACIONAMENTO ROTATIVO					2.863.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	418	Fiscal	26	25.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	419	Fiscal	26	12.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	420	Fiscal	26	823.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	421	Fiscal	62	128.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	422	Fiscal	62	1.470.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	423	Fiscal	26	405.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 09 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
 Unidade Orçamentária: 09.01 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
15.452.0112.2.548.000	PÁTIO DE CUSTÓDIA					
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	424	Fiscal	26	8.000,00	372.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	425	Fiscal	26	12.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	426	Fiscal	26	12.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	427	Fiscal	62	12.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	428	Fiscal	62	266.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	429	Fiscal	26	62.000,00	
15.453.0112.1.004.000	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS, PONTOS DE TAXI E TERMINAIS					2.011.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	430	Fiscal	80	85.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	431	Fiscal	33	465.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	432	Fiscal	35	126.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	433	Fiscal	60	624.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	434	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	435	Fiscal	132	710.000,00	
15.453.0112.1.102.000	IMPLANTAR SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL					39.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	436	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	437	Fiscal	80	34.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	438	Fiscal	33	2.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	439	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	440	Fiscal	80	1.000,00	
18.541.0109.2.256.000	FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES					8.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	441	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	442	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	443	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	444	Fiscal	80	1.000,00	
26.782.0112.1.099.000	VIABILIZAR A RODOVIÁRIA INTERESTADUAL					5.609.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	445	Fiscal	33	121.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	446	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	447	Fiscal	15	2.130.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	448	Fiscal	25	59.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	449	Fiscal	33	2.224.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	450	Fiscal	35	2.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	451	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	452	Fiscal	33	1.070.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	453	Fiscal	80	1.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 09 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
 Unidade Orçamentária: 09.01 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

----- Importância -----  
 Detalhada Total da Aplicacao

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
					12.396.000,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00
					12.396.000,00	0,00	0,00
					Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
					21.893.000,00	12.396.000,00	34.289.000,00
					0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00
					21.893.000,00	12.396.000,00	34.289.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
10.783.000,00	0,00	11.110.000,00	12.396.000,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.783.000,00	0,00	11.110.000,00	12.396.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
10.257.000,00	24.032.000,00	0,00	21.893.000,00	12.396.000,00	34.289.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.257.000,00	24.032.000,00	0,00	21.893.000,00	12.396.000,00	34.289.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 09 SEC. SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
 Unidade Orçamentária: 09.02 F.M. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
14.422.0105.2.260.000	MANUTENÇÃO DO PROCON				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	454	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	455	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	456	Fiscal	80	235.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	457	Fiscal	80	11.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	458	Fiscal	80	4.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	459	Fiscal	80	4.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	460	Fiscal	80	4.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	461	Fiscal	80	17.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	462	Fiscal	80	1.000,00
14.422.0105.2.263.000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR				240.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	463	Fiscal	210	24.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	464	Fiscal	210	24.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	465	Fiscal	210	24.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	466	Fiscal	210	6.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	467	Fiscal	210	121.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	468	Fiscal	210	41.000,00
14.422.0105.2.264.000	FUNC. MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR				2.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	469	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	470	Fiscal	80	1.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	248.000,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	248.000,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	248.000,00	230.000,00	42.000,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	0,00	520.000,00	478.000,00	42.000,00	520.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	520.000,00	478.000,00	42.000,00	520.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 10 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária: 10.01 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
08.243.0111.2.438.000	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	471	Seguridade	80	660.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	472	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	473	Seguridade	80	23.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	474	Seguridade	80	17.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	475	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	476	Seguridade	80	64.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	477	Seguridade	80	47.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	478	Seguridade	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	479	Seguridade	80	24.000,00
08.244.0111.2.063.000	MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				13.428.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	480	Seguridade	80	3.000.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	481	Seguridade	80	5.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	482	Seguridade	80	5.710.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	483	Seguridade	80	410.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	484	Seguridade	80	42.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	485	Seguridade	80	158.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	486	Seguridade	80	21.000,00
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	487	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	488	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	489	Seguridade	80	142.000,00
3.3.90.37.00.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	490	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	491	Seguridade	80	2.445.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	492	Seguridade	80	760.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	493	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	494	Seguridade	62	500.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	495	Seguridade	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	496	Seguridade	80	230.000,00
08.244.0111.2.082.000	MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE DIREITOS E DE				34.000,00
	POLÍTICAS PÚBLICAS				
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	497	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	498	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	499	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	500	Seguridade	80	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	501	Seguridade	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	502	Seguridade	80	10.000,00
<b>Pessoal e Enc.Soc.</b>					
Fiscal	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	9.786.000,00	0,00	267.000,00	0,00	0,00
Total	9.786.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscal	14.300.000,00	0,00	14.033.000,00	267.000,00	14.300.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	14.033.000,00	267.000,00	14.300.000,00
Total	0,00	0,00	14.033.000,00	267.000,00	14.300.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 11 SEC. DESENVOLV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 11.01 SEC. DESENVOLV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicação	----- Importância
11.334.0108.2.060.000	MANUTENÇÃO DA SEC. DE DESENV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO					1.534.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	503	Fiscal	80	23.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	504	Fiscal	80	200,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	505	Fiscal	80	1.118.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	506	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	507	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	508	Fiscal	80	8.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	509	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	510	Fiscal	34	267.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	511	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	512	Fiscal	80	49.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	513	Fiscal	80	58.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	514	Fiscal	80	3.300,00	
11.334.0108.2.521.000	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL					4.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	515	Fiscal	80	4.000,00	
15.451.0108.1.557.000	REVITALIZAÇÃO DAS ÁREAS INDUSTRIAIS					11.440.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	516	Fiscal	117	11.440.000,00	
19.573.0108.2.275.000	FOMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA					8.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	517	Fiscal	80	8.000,00	
20.608.0108.2.523.000	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO					132.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	518	Fiscal	80	2.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	519	Fiscal	80	130.000,00	
20.608.0108.2.524.000	CULTIVO NA ÁGUA E EXTRATIVISMO					19.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	520	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	521	Fiscal	80	16.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	522	Fiscal	80	2.000,00	
20.608.0108.2.525.000	PEIXE NOS BAIRROS					238.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	523	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	524	Fiscal	80	137.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	525	Fiscal	34	100.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	526	Fiscal	80	500,00	
22.665.0108.1.161.000	SALA DO EMPRESÁRIO					26.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	527	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	528	Fiscal	80	3.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	529	Fiscal	80	2.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	530	Fiscal	131	20.000,00	
22.665.0108.1.164.000	IMPLANTAR O PROGRAMA DE QUALIDADE PROFISSIONAL					151.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	531	Fiscal	131	21.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	532	Fiscal	80	2.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	533	Fiscal	131	128.000,00	



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 11 SEC. DESENVOLV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 11.01 SEC. DESENVOLV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Importância -----</b>
23.691.0108.1.159.000	INCENTIVAR MICROS E PEQUENAS EMPRESAS				<b>Detalhada Total da Aplicação</b>
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	534	Fiscal	80	500,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	535	Fiscal	131	32.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	536	Fiscal	80	500,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	537	Fiscal	131	64.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	538	Fiscal	131	62.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	539	Fiscal	131	62.000,00
23.691.0108.2.230.000	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	540	Fiscal	80	1.000,00
23.691.0108.2.276.000	FEIRAS E CONGRESSOS EMPRESARIAIS DE SÃO JOSÉ				3.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	541	Fiscal	80	2.500,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	542	Fiscal	80	500,00

<b>Fiscal</b>	<b>Pessoal e Enc.Soc.</b>	<b>Juros Enc.da Dívida</b>	<b>Outr. Desp.</b>	<b>Correntes</b>	<b>Investimentos</b>	<b>Invers. Financeiras</b>	<b>Amortização Dívida</b>
Segur.	1.142.200,00	0,00	0,00	943.000,00	11.691.800,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.142.200,00	0,00	0,00	943.000,00	11.691.800,00	0,00	0,00
Fiscal	Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral	
Segur.	11.838.000,00	1.939.000,00	0,00	2.085.200,00	11.691.800,00	13.777.000,00	
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	11.838.000,00	1.939.000,00	0,00	2.085.200,00	11.691.800,00	13.777.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 12 SEC. DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS  
 Unidade Orçamentária: 12.01 SEC. DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
04.122.0105.2.307.000	REGULARIZAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	543	Fiscal	80	1.000,00
15.323.0105.3.907.000	IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE OBRAS				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	544	Fiscal	33	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	545	Fiscal	80	1.000,00
15.323.0106.3.906.000	IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO PLANO DIRETOR				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	546	Fiscal	33	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	547	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	548	Fiscal	33	200.000,00
15.451.0106.2.056.000	MANUTENÇÃO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	549	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	550	Fiscal	80	100,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	551	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	552	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	553	Fiscal	80	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	554	Fiscal	80	900,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	555	Fiscal	80	900.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	556	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	557	Fiscal	80	10.000,00
15.451.0106.2.057.000	MANUTENÇÃO DA SEC. DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS				
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	558	Fiscal	80	23.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	559	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	560	Fiscal	80	4.100.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	561	Fiscal	80	400.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	562	Fiscal	80	4.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	563	Fiscal	80	67.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	564	Fiscal	80	3.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	565	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	566	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	567	Fiscal	80	230.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	568	Fiscal	80	85.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	569	Fiscal	80	50.000,00
15.452.0106.1.116.000	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS				
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	570	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	571	Fiscal	80	170.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	572	Fiscal	80	389.000,00
					560.000,00
					4.965.000,00

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros	Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	4.527.100,00		0,00	0,00	1.317.900,00	820.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.527.100,00		0,00		1.317.900,00	820.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais				Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	764.000,00	5.901.000,00	0,00			5.845.000,00	820.000,00	6.665.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Total	764.000,00	5.901.000,00	0,00			5.845.000,00	820.000,00	6.665.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 13 SEC. DE PLANEJ. E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
 Unidade Orçamentária: 13.01 SEC. DE PLANEJ. E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
04.121.0105.2.229.000	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS					
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	573	Fiscal	80	1.000,00	1.912.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	574	Fiscal	33	60.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	575	Fiscal	34	1.217.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	576	Fiscal	80	12.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	577	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	578	Fiscal	33	12.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	579	Fiscal	34	608.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	580	Fiscal	80	1.000,00	
04.122.0105.2.008.000	MANUTENÇÃO DA SEC. DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS					987.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	581	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	582	Fiscal	80	100,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	583	Fiscal	80	802.900,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	584	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	585	Fiscal	80	11.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	586	Fiscal	80	15.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	587	Fiscal	80	11.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	588	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	589	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	590	Fiscal	80	129.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	591	Fiscal	80	9.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	592	Fiscal	80	5.000,00	
04.122.0105.2.274.000	PROG.NAC. DE APOIO À GESTÃO ADM. E FISCAL - PNAFM - FASE 3					7.985.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	593	Fiscal	140	974.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	594	Fiscal	140	4.870.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	595	Fiscal	80	11.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	596	Fiscal	140	2.130.000,00	
04.122.0105.2.522.000	PRORROGAÇÃO DO PNAFM 2					3.789.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	597	Fiscal	140	1.819.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	598	Fiscal	80	202.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	599	Fiscal	140	1.768.000,00	
04.129.0105.2.123.000	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADM. TRIBUTÁRIA - PMAT					9.156.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	600	Fiscal	5	21.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	601	Fiscal	5	107.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	602	Fiscal	5	3.708.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	603	Fiscal	5	1.070.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	604	Fiscal	5	3.210.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	605	Fiscal	5	1.040.000,00	
15.451.0106.1.311.000	IMPLANTAÇÃO DE TRAPICHES E DECKS					1.040.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	606	Fiscal	33	520.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	607	Fiscal	34	520.000,00	
15.451.0106.1.554.000	REVITALIZAÇÃO DA BEIRA MAR E ENTORNO					1.040.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 13 SEC. DE PLANEJ. E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
 Unidade Orçamentária: 13.01 SEC. DE PLANEJ. E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	608	Fiscal	33	520.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	609	Fiscal	34	520.000,00	
15.451.0106.1.555.000	IMPL. E REVIT. INCLUINDO DRENAGEM E SANEAMENTO DE ÁREAS PÚBLICAS DE LASER, ESPORT					4.392.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	610	Fiscal	59	3.536.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	611	Fiscal	80	856.000,00	
15.451.0106.1.560.000	PROJETO PRAÇA BELA VISTA II					2.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	612	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	613	Fiscal	80	1.000,00	
15.451.0110.2.059.000	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA					33.162.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	614	Fiscal	300	71.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	615	Fiscal	300	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	616	Fiscal	300	32.917.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	617	Fiscal	300	124.000,00	
15.451.0112.1.558.000	MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE					219.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	618	Fiscal	34	214.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	619	Fiscal	80	5.000,00	
19.573.0105.1.551.000	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO					2.412.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	620	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	621	Fiscal	34	608.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	622	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	623	Fiscal	135	608.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	624	Fiscal	80	11.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	625	Fiscal	34	1.183.000,00	
19.573.0105.1.559.000	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO					1.071.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	626	Fiscal	34	1.070.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	627	Fiscal	80	1.000,00	
27.812.0104.3.103.000	PROJETO CENTRO SOCIAL ESPORTIVO - BELA VISTA					104.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	628	Fiscal	33	104.000,00	
Pessoal e Enc.Soc. Juros Enc.da Dívida Outr. Desp.Correntes						
Fiscal	826.000,00	0,00	0,00	53.405.000,00	13.040.000,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	826.000,00	0,00	0,00	53.405.000,00	13.040.000,00	0,00
Total dos Projetos	10.280.000,00	56.991.000,00	Total Op. Especiais	54.231.000,00	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	13.040.000,00	67.271.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.280.000,00	56.991.000,00	0,00	54.231.000,00	13.040.000,00	67.271.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao Importância -----
06.182.0110.3.903.000	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA EM CATÁSTROFES CLIMÁTICAS				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	629	Fiscal	80	1.000.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	630	Fiscal	80	1.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	631	Fiscal	80	1.000.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	632	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	633	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	634	Fiscal	234	728.000.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	635	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	636	Fiscal	234	324.000.000,00
15.122.0105.2.015.000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA				3.973.000.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	637	Fiscal	80	117.000.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	638	Fiscal	80	1.000.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	639	Fiscal	80	2.355.000.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	640	Fiscal	80	294.000.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	641	Fiscal	80	3.000.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	642	Fiscal	80	104.000.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	643	Fiscal	80	3.000.000,00
3.3.90.37.00.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	644	Fiscal	80	1.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	645	Fiscal	80	802.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	646	Fiscal	133	107.000.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	647	Fiscal	80	176.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	648	Fiscal	80	10.000.000,00
15.451.0106.1.028.000	CONSTR./REFORMAS/AMPL. PRÓPRIOS MUNIC./CTROS ADMINISTR.				4.660.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	649	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	650	Fiscal	117	1.053.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	651	Fiscal	133	104.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	652	Fiscal	140	2.603.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	653	Fiscal	146	156.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	654	Fiscal	117	101.000.000,00
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	655	Fiscal	117	642.000.000,00
15.451.0106.1.040.000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS				3.359.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	656	Fiscal	15	1.322.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	657	Fiscal	80	749.000.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	658	Fiscal	154	1.288.000.000,00
15.451.0106.1.131.000	RECUPERAÇÃO DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA CASAN				3.123.000.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	659	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	660	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	661	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	662	Fiscal	144	3.120.000.000,00
15.451.0106.1.138.000	REVITALIZAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS				4.093.000.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	663	Fiscal	80	1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	664	Fiscal	15	40.000.000,00



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada -----	Importância Total da Aplicação -----
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	665	Fiscal	33	1.040.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	666	Fiscal	80	37.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	667	Fiscal	131	1.040.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	668	Fiscal	132	1.040.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	669	Fiscal	135	520.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	670	Fiscal	80	374.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	671	Fiscal	80	1.000,00	
15.451.0106.1.150.000	CONSTR., RECUP., E MANUT. DE CANAIS, GALERIAS E MACRODRENAGEM					8.455.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	672	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	673	Fiscal	80	1.070.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	674	Fiscal	102	312.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	675	Fiscal	135	1.040.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	676	Fiscal	142	5.200.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	677	Fiscal	234	832.000,00	
15.451.0106.1.540.000	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS					29.267.000,00
4.4.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	678	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	679	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	680	Fiscal	142	7.286.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	681	Fiscal	15	10.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	682	Fiscal	33	717.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	683	Fiscal	35	5.230.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	684	Fiscal	64	821.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	685	Fiscal	65	720.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	686	Fiscal	66	1.012.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	687	Fiscal	80	6.980.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	688	Fiscal	117	1.040.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	689	Fiscal	120	936.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	690	Fiscal	131	208.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	691	Fiscal	133	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	692	Fiscal	146	156.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	693	Fiscal	300	624.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	694	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	695	Fiscal	117	535.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	696	Fiscal	120	695.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	697	Fiscal	131	2.140.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	698	Fiscal	135	10.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	699	Fiscal	141	40.000,00	
15.451.0106.1.542.000	IMPLANTAÇÃO DA MACRODRENAGEM					11.771.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	700	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	701	Fiscal	142	11.770.000,00	
15.451.0106.2.022.000	CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, PONTES E PONTILHÕES					1.341.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	702	Fiscal	80	518.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	703	Fiscal	80	428.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	704	Fiscal	80	395.000,00	
15.451.0106.2.023.000	MANUTENÇÃO DAS VIAS URBANAS					4.978.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	705	Fiscal	80	1.926.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	706	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	707	Fiscal	80	3.049.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	708	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	709	Fiscal	80	1.000,00	
15.451.0106.2.035.000	MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL				3.370.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	710	Fiscal	80	2.942.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	711	Fiscal	80	428.000,00	
15.451.0106.2.058.000	DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES				1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	712	Fiscal	80	1.000,00	
15.451.0106.2.205.000	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS				1.514.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	713	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	714	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	715	Fiscal	80	160.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	716	Fiscal	35	322.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	717	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	718	Fiscal	102	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	719	Fiscal	132	520.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	720	Fiscal	135	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	721	Fiscal	142	301.000,00	
15.451.0106.2.217.000	IMPLANTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS				797.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	722	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	723	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	724	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	725	Fiscal	80	534.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	726	Fiscal	119	260.000,00	
15.451.0106.3.300.000	OBRAS DA ESTRADA GERAL DO ALTO FORQUILHAS				624.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1585	Fiscal	330	124.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	727	Fiscal	330	500.000,00	
15.451.0106.3.950.000	DESAPROPRIAÇÃO EM GERAL - MUNICÍPIO				803.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	728	Fiscal	33	107.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	729	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	730	Fiscal	117	428.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	731	Fiscal	133	107.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	732	Fiscal	146	160.000,00	
15.451.0112.1.024.000	IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA DAS TORRES - SENTIDO SUL				6.421.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	733	Fiscal	33	6.420.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	734	Fiscal	80	1.000,00	
15.451.0112.1.080.000	AVENIDA DAS UNIVERSIDADES				5.200.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	735	Fiscal	33	5.200.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicação	----- Importância
15.451.0112.1.135.000	CONSTRUÇÃO DA AVENIDA BEIRA MAR CONTINENTAL	736	Fiscal	80	1.000,00	11.282.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	737	Fiscal	142	11.281.000,00	
15.451.0112.1.157.000	IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA BEIRA RIO	738	Fiscal	80	1.000,00	16.051.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	739	Fiscal	142	16.050.000,00	
15.451.0112.1.552.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA					315.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	740	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	741	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	742	Fiscal	33	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	743	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	744	Fiscal	135	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	745	Fiscal	142	104.000,00	
15.452.0106.2.020.000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA					5.359.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	746	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	747	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	748	Fiscal	80	1.059.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	749	Fiscal	80	105.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	750	Fiscal	80	215.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	751	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	752	Fiscal	80	3.235.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	753	Fiscal	80	105.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	754	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	755	Fiscal	15	312.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	756	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	757	Fiscal	102	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	758	Fiscal	135	312.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	759	Fiscal	80	10.000,00	
15.452.0106.2.513.000	LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS					8.321.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	760	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	761	Fiscal	80	8.320.000,00	
15.452.0109.2.019.000	COLETA E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL DE LIXO					25.466.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	762	Fiscal	80	25.466.000,00	
15.453.0112.1.101.000	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS URBANOS					1.302.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	763	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	764	Fiscal	15	197.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	765	Fiscal	25	261.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	766	Fiscal	35	228.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	767	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	768	Fiscal	132	208.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	769	Fiscal	135	405.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	770	Fiscal	80	1.000,00	
16.482.0106.1.084.000	PAC - POLIGONAL II					16.510.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao -----	Importância -----
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	771	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	772	Fiscal	142	1.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	773	Fiscal	142	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	774	Fiscal	142	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	775	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	776	Fiscal	142	210.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	777	Fiscal	143	2.905.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	778	Fiscal	80	642.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	779	Fiscal	135	1.040.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	780	Fiscal	142	4.915.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	781	Fiscal	143	208.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	782	Fiscal	160	5.325.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	783	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	784	Fiscal	135	624.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	785	Fiscal	142	624.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	786	Fiscal	143	10.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	787	Fiscal	80	1.000,00	
16.482.0106.1.086.000	FNHIS -					2.291.000,00
	PEDREGAL/JD. SOLEMAR/JD. PALMEIRAS/C. ONÇA/S. LUIZ/S. SARAIVA/FAZ. STO. ANT/DIST					
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	788	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	789	Fiscal	135	624.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	790	Fiscal	142	624.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	791	Fiscal	143	1.040.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	792	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	793	Fiscal	80	1.000,00	
16.482.0106.1.089.000	FNHIS - COLÔNIA SANTANA					938.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	794	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	795	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	796	Fiscal	135	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	797	Fiscal	142	416.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	798	Fiscal	143	416.000,00	
16.482.0106.1.109.000	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO HABITAR BRASIL - BID					542.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	799	Fiscal	80	21.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	800	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	801	Fiscal	142	520.000,00	
17.512.0106.1.081.000	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC					8.745.000,00
	2					
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	802	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	803	Fiscal	135	321.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	804	Fiscal	142	1.070.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	805	Fiscal	80	42.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	806	Fiscal	135	1.040.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	807	Fiscal	142	5.200.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	808	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	809	Fiscal	142	1.070.000,00	
17.512.0106.2.192.000	OBAS E AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO					1.667.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	810	Fiscal	80	1.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
 Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	811	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	812	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	813	Fiscal	102	312.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	814	Fiscal	135	208.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	815	Fiscal	142	104.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	816	Fiscal	144	1.040.000,00
17.512.0106.2.194.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO				785.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	817	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	818	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	819	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	820	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	821	Fiscal	102	208.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	822	Fiscal	135	104.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	823	Fiscal	142	208.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	824	Fiscal	144	104.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	825	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	826	Fiscal	102	52.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	827	Fiscal	135	104.000,00
17.512.0109.1.553.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS				315.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	828	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	829	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	830	Fiscal	33	104.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	831	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	832	Fiscal	135	104.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	833	Fiscal	142	104.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	3.933.000,00	0,00	51.091.000,00	139.673.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.933.000,00	0,00	51.091.000,00	139.673.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	137.125.000,00	57.572.000,00	51.091.000,00	55.024.000,00	139.673.000,00	194.697.000,00
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	137.125.000,00	57.572.000,00	51.091.000,00	55.024.000,00	139.673.000,00	194.697.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 15 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
 Unidade Orçamentária: 15.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
04.122.0105.2.005.000	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					3.917.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	834	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	835	Fiscal	80	2.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	836	Fiscal	80	3.413.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	837	Fiscal	80	353.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	838	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	839	Fiscal	80	16.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	840	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	841	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	842	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	843	Fiscal	80	43.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	844	Fiscal	80	76.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	845	Fiscal	80	1.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 3.769.000,00	0,00	147.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 3.769.000,00	0,00	147.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos 0,00	Total das Atividades 3.917.000,00	Total Op. Especiais 0,00	Despesas Correntes 3.916.000,00	Despesas de Capital 1.000,00	Total Geral 3.917.000,00
Fiscal 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	3.917.000,00	0,00	3.916.000,00	1.000,00	3.917.000,00



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 16 SECRETARIA EXECUT. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
 Unidade Orçamentária: 16.01 SECRETARIA EXECUT. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
04.131.0105.2.189.000	PUBLICAÇÃO DOS ATOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL				
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	846	Fiscal	80	1.000,00
3.3.93.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍ	847	Fiscal	80	48.000,00
04.131.0105.2.451.000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE				
	COMUNICAÇÃO SOCIAL				7.073.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	848	Fiscal	80	900,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	849	Fiscal	80	100,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	850	Fiscal	80	447.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	851	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	852	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	853	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	854	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	855	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	856	Fiscal	80	6.554.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	857	Fiscal	80	24.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	858	Fiscal	80	30.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	449.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	449.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	6.643.000,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	7.122.000,00	7.092.000,00	30.000,00	7.122.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	7.122.000,00	7.092.000,00	30.000,00	7.122.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 17 SEC. EXEC. CONTROLE INT. E TRANSPARÊNCIA  
 Unidade Orçamentária: 17.01 SEC. EXEC. CONTROLE INT. E TRANSPARÊNCIA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao
04.124.0107.2.458.000	MANUTENÇÃO DA SEC. EXEC. DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA				519.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	859	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	860	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	861	Fiscal	80	376.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	862	Fiscal	80	17.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	863	Fiscal	80	4.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	864	Fiscal	80	4.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	865	Fiscal	80	4.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	866	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	867	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	868	Fiscal	80	88.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	869	Fiscal	80	11.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	870	Fiscal	80	11.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal 395.000,00	0,00	113.000,00	11.000,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 395.000,00	0,00	113.000,00	11.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos 0,00	Total das Atividades 519.000,00	Total Op. Especiais 0,00	Despesas Correntes 508.000,00	Despesas de Capital 11.000,00	Total Geral 519.000,00
Fiscal 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 0,00	519.000,00	0,00	508.000,00	11.000,00	519.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 18 FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER  
 Unidade Orçamentária: 18.01 FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância -----
27.811.0104.2.510.000	PROGRAMA BOLSA ATLETA	1042	Fiscal	80	618.000,00	618.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ					
27.812.0104.1.051.000	CONSTRUÇÃO/REFORMA DE GINÁSIOS, QUADRAS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS					3.830.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1043	Fiscal	33	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1044	Fiscal	34	2.832.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1045	Fiscal	80	353.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1046	Fiscal	103	10.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1047	Fiscal	119	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1048	Fiscal	33	27.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1049	Fiscal	34	520.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1050	Fiscal	80	53.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1051	Fiscal	103	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1052	Fiscal	119	10.000,00	
27.812.0104.2.054.000	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER					2.855.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1053	Fiscal	80	58.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1054	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1055	Fiscal	80	1.765.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1056	Fiscal	80	35.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1057	Fiscal	80	58.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1058	Fiscal	80	53.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1059	Fiscal	80	132.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1060	Fiscal	80	25.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1061	Fiscal	80	47.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1062	Fiscal	80	585.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1063	Fiscal	103	10.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1064	Fiscal	80	82.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1065	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1066	Fiscal	80	3.000,00	
27.812.0104.2.055.000	MANUTENÇÃO DO DESPORTO COMUNITÁRIO					802.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1067	Fiscal	80	775.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1068	Fiscal	33	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1069	Fiscal	34	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1070	Fiscal	80	2.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1071	Fiscal	103	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1072	Fiscal	119	10.000,00	
27.812.0104.2.087.000	MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS E UNIDADES ESPORTIVAS					216.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1073	Fiscal	40	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1074	Fiscal	80	69.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1075	Fiscal	40	79.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1076	Fiscal	80	53.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1077	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1078	Fiscal	80	4.000,00	
27.812.0104.2.254.000	COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER PARA TODOS					11.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1079	Fiscal	80	11.000,00	



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 19 FUNDAÇÃO DO MEIO AMB. E DESENV. SUSTENT.  
 Unidade Orçamentária: 19.01 FUNDAÇÃO DO MEIO AMB. E DESENV. SUSTENT.

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao -----</b>	<b>----- Importância -----</b>
18.541.0109.1.076.000	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES- FMWADS					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1109	Fiscal	16	53.000,00	53.000,00
18.541.0109.2.091.000	REAPARELHAMENTO E TREINAMENTO DE SERVIDORES					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1110	Fiscal	16	53.000,00	53.000,00
18.541.0109.2.094.000	BIBLIOTECA AMBIENTAL, FOMENTO E PESQ. TÉC. PROD. LIMPAS / CONSCIÊNCIA AMBIENTAL					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1111	Fiscal	16	10.000,00	53.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1112	Fiscal	16	43.000,00	
18.541.0109.2.234.000	APPA PEDRA BRANCA - FMWADS					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1113	Fiscal	16	53.000,00	53.000,00
18.541.0109.2.235.000	MANUTENÇÃO DOS PARQUES - FMWADS					
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1114	Fiscal	40	74.000,00	1.324.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1115	Fiscal	80	34.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1116	Fiscal	16	107.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1117	Fiscal	40	363.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1118	Fiscal	80	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1119	Fiscal	16	359.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1120	Fiscal	40	72.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1121	Fiscal	80	25.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1122	Fiscal	16	104.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1123	Fiscal	40	72.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1124	Fiscal	80	10.000,00	
18.541.0109.2.236.000	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, REVITALIZ. E AMPL. DE PRAÇAS E JARDINS - FMWADS					
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1125	Fiscal	40	54.000,00	188.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1126	Fiscal	80	14.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1127	Fiscal	16	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1128	Fiscal	40	54.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1129	Fiscal	80	4.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1130	Fiscal	40	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1131	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1132	Fiscal	40	53.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1133	Fiscal	80	2.000,00	
18.541.0109.2.411.000	MANUTENÇÃO DA FMWADS E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SUSTENTÁVEIS					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1134	Fiscal	80	50.000,00	3.144.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1135	Fiscal	80	2.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1136	Fiscal	80	1.785.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1137	Fiscal	80	90.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1138	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1139	Fiscal	40	12.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1140	Fiscal	80	26.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1141	Fiscal	40	171.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1142	Fiscal	80	46.000,00	
3.3.90.37.00.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1143	Fiscal	40	10.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 19 FUNDAÇÃO DO MEIO AMB. E DESENV. SUSTENT.  
 Unidade Orçamentária: 19.01 FUNDAÇÃO DO MEIO AMB. E DESENV. SUSTENT.

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
3.3.90.37.00.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1144	Fiscal	80	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1145	Fiscal	16	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1146	Fiscal	40	269.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1147	Fiscal	80	193.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1148	Fiscal	80	120.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1149	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1150	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1151	Fiscal	16	104.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1152	Fiscal	40	83.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1153	Fiscal	80	21.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	1.977.000,00	0,00	1.941.000,00	950.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.977.000,00	0,00	1.941.000,00	950.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	53.000,00	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	53.000,00	4.815.000,00	0,00	3.918.000,00	950.000,00	4.868.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	53.000,00	4.815.000,00	0,00	3.918.000,00	950.000,00	4.868.000,00



**SANTA CATARINA**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

**Prefeitura Municipal de São José**

Órgão.....: 20 FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO  
 Unidade Orçamentária: 20.01 FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
13.391.0113.2.498.000	PROJ. CULTURAIS E MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO					6.450.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1413	Fiscal	80	153.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1414	Fiscal	80	8.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1415	Fiscal	80	2.707.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1416	Fiscal	80	235.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1417	Fiscal	80	58.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1418	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1419	Fiscal	80	127.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1420	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1421	Fiscal	80	11.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1422	Fiscal	40	1.041.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1423	Fiscal	80	421.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1424	Fiscal	135	1.070.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1425	Fiscal	380	486.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1426	Fiscal	80	107.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1427	Fiscal	80	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1428	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1429	Fiscal	80	1.000,00	
13.391.0113.2.500.000	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL					4.099.000,00
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1430	Fiscal	80	680.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1431	Fiscal	126	986.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1432	Fiscal	150	1.542.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1433	Fiscal	380	267.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1434	Fiscal	135	520.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1435	Fiscal	103	104.000,00	
13.392.0113.1.328.000	REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO					1.634.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1436	Fiscal	135	624.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1437	Fiscal	151	1.010.000,00	
13.392.0113.2.007.000	MANUTENÇÃO DO CENTRO MULTÍUSO					422.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1438	Fiscal	40	107.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1439	Fiscal	80	17.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1440	Fiscal	40	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1441	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1442	Fiscal	40	107.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1443	Fiscal	80	75.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1444	Fiscal	40	104.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1445	Fiscal	80	1.000,00	
13.392.0113.2.062.000	PROMOÇÃO DE EVENTOS, FEIRAS, EXPOSIÇÕES, SIMPÓSIOS E DATAS COMEMORATIVAS					3.787.000,00
3.3.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1446	Fiscal	80	193.000,00	
3.3.90.31.00.00.00	PREMIAÇÕES CLT., ART., CIENT., ESP. E OU	1447	Fiscal	80	32.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1448	Fiscal	80	1.273.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1449	Fiscal	126	2.289.000,00	
13.392.0113.2.066.000	MANUTENÇÃO DAS UNIDADES CULTURAIS E DE TURISMO					7.746.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 20 FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO  
 Unidade Orçamentária: 20.01 FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1450	Fiscal	80	34.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1451	Fiscal	80	115.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1452	Fiscal	80	288.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1453	Fiscal	150	3.829.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1454	Fiscal	151	2.289.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1455	Fiscal	152	1.144.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1456	Fiscal	80	47.000,00	
13.392.0113.2.408.000	ORGANIZAÇÃO E APOIO À PRÁTICAS CULTURAIS, EDUCATIVAS E DE TURISMO					316.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1457	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1458	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1459	Fiscal	80	314.000,00	

Fiscal	Segur.	Invest.	Total	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
3.161.000,00	0,00	0,00	3.161.000,00	3.161.000,00	0,00	0,00	15.397.000,00	5.896.000,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.161.000,00	0,00	0,00	3.161.000,00	3.161.000,00	0,00	0,00	15.397.000,00	5.896.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	1.634.000,00	0,00	1.634.000,00	1.634.000,00	22.820.000,00	0,00	15.397.000,00	18.558.000,00	5.896.000,00	24.454.000,00
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.634.000,00	0,00	1.634.000,00	1.634.000,00	22.820.000,00	0,00	15.397.000,00	18.558.000,00	5.896.000,00	24.454.000,00
										Total Geral
										24.454.000,00
										24.454.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 20 FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO  
 Unidade Orçamentária: 20.02 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
13.392.0113.2.279.000	FUNC. DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC				718.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1460	Fiscal	40	21.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1461	Fiscal	126	228.000,00
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	1462	Fiscal	150	228.000,00
3.3.90.31.00.00.00	PREMIações CLT., ART., CIENT., ESP. E OU	1463	Fiscal	80	127.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1464	Fiscal	151	114.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	718.000,00	0,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	0,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	0,00	0,00	718.000,00	0,00	718.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	718.000,00	0,00	718.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 21 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ  
 Unidade Orçamentária: 21.01 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
12.364.0103.2.461.000	MANUTENÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIAPAL - USJ				5.011.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1180	Fiscal	80	1.230.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1181	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1182	Fiscal	80	3.230.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1183	Fiscal	40	5.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1184	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1185	Fiscal	80	7.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1186	Fiscal	80	29.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1187	Fiscal	40	21.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1188	Fiscal	80	6.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1189	Fiscal	40	53.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1190	Fiscal	80	64.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1191	Fiscal	80	12.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1192	Fiscal	40	26.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1193	Fiscal	80	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1194	Fiscal	40	21.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1195	Fiscal	80	126.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1196	Fiscal	80	157.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1197	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1198	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1199	Fiscal	40	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1200	Fiscal	80	5.000,00
12.364.0103.2.462.000	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL				3.946.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1201	Fiscal	80	17.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1202	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1203	Fiscal	80	2.900.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1204	Fiscal	40	5.000,00
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1205	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1206	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1207	Fiscal	80	29.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1208	Fiscal	40	5.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1209	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1210	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1211	Fiscal	40	8.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1212	Fiscal	80	10.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1213	Fiscal	40	21.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1214	Fiscal	80	3.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1215	Fiscal	40	26.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1216	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1217	Fiscal	40	21.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1218	Fiscal	80	387.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1219	Fiscal	80	66.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1220	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1221	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1222	Fiscal	80	136.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1223	Fiscal	40	72.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1224	Fiscal	80	228.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 21 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ  
 Unidade Orçamentária: 21.01 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

----- Importância -----  
 Detalhada Total da Aplicacao

**Código**                      **Especificação**

**Despesa**    **Esfera**    **Fonte**

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
7.457.000,00	0,00	0,00	1.054.000,00	446.000,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.457.000,00	0,00	1.054.000,00	446.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral	
0,00	8.957.000,00	0,00	8.511.000,00	446.000,00	8.957.000,00	
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	8.957.000,00	0,00	8.511.000,00	446.000,00	8.957.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**  
 Órgão.....: 24 SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA  
 Unidade Orçamentária: 24.01 FUNDO ADMINISTRATIVO - SUPREV

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
09.272.0105.1.562.000	SEDE PRÓPRIA DA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - RPPS	1154	Seguridade	45	2.100.000,00	2.750.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1155	Seguridade	45	650.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS					
09.272.0105.2.397.000	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - RPPS					9.900.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1156	Seguridade	45	11.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1157	Seguridade	45	1.177.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1158	Seguridade	45	183.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	1159	Seguridade	45	35.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1160	Seguridade	45	16.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1161	Seguridade	45	70.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1162	Seguridade	45	50.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1163	Seguridade	45	65.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1164	Seguridade	45	353.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1165	Seguridade	45	23.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1166	Seguridade	45	541.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1167	Seguridade	45	58.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1582	Seguridade	45	5.000.000,00	
3.3.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1168	Seguridade	45	2.000.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1169	Seguridade	45	204.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1170	Seguridade	45	114.000,00	
99.997.0105.2.504.000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - RPPS					13.950.000,00
9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1171	Seguridade	45	13.950.000,00	

Fiscal	Segur.	Invest.	Total	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.422.000,00	0,00	0,00	0,00	1.422.000,00	0,00	0,00	8.364.000,00	2.864.000,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.422.000,00	0,00	0,00	0,00	1.422.000,00	0,00	0,00	8.364.000,00	2.864.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	0,00	0,00	Total das Atividades	Total Op. Especiais			Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	23.850.000,00	0,00			9.786.000,00	2.864.000,00	26.600.000,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	23.850.000,00	0,00			9.786.000,00	2.864.000,00	26.600.000,00



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 24 SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA  
 Unidade Orçamentária: 24.02 FUNDO FINANCEIRO - SUPREV

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
09.272.0105.2.399.000	INATIVOS E PENSIONISTAS - SUPREV - F.FINANCEIRO				20.991.000,00
3.1.90.01.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1172	Seguridade	44	16.880.000,00
3.1.90.03.00.00.00	PENSÕES	1173	Seguridade	44	2.100.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1174	Seguridade	44	11.000,00
3.3.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1175	Seguridade	44	2.000.000,00

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	18.991.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	18.991.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral	
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	20.991.000,00	0,00	20.991.000,00	0,00	20.991.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	20.991.000,00	0,00	20.991.000,00	0,00	20.991.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 24 SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA  
 Unidade Orçamentária: 24.03 FUNDO PREVIDENCIÁRIO - SUPREV

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
09.272.0105.2.547.000	INATIVOS E PENSIONISTAS - SUPREV - F.PREVIDENCIÁRIO				2.410.000,00
3.1.90.01.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1176	Seguridade	43	1.700.000,00
3.1.90.03.00.00.00	PENSÕES	1177	Seguridade	43	500.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1178	Seguridade	43	10.000,00
3.3.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1179	Seguridade	43	200.000,00

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	2.210.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.210.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	0,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	2.410.000,00	0,00	2.410.000,00	0,00	2.410.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	2.410.000,00	0,00	2.410.000,00	0,00	2.410.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

**Prefeitura Municipal de São José**

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
10.122.0102.2.545.000	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	907	Seguridade	82	365.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	908	Seguridade	82	4.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	909	Seguridade	82	6.874.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1580	Seguridade	82	1.040.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	910	Seguridade	82	400.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1581	Seguridade	82	11.960.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	911	Seguridade	82	500.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	912	Seguridade	138	15.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	913	Seguridade	82	985.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	914	Seguridade	82	2.034.700,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	915	Seguridade	138	15.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	916	Seguridade	82	318.000,00	
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1589	Seguridade	82	439.300,00	
10.122.0102.2.546.000	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE					15.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	917	Seguridade	82	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	918	Seguridade	82	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	919	Seguridade	82	5.000,00	
10.301.0102.2.531.000	AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	920	Seguridade	82	1.401.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	921	Seguridade	82	16.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	922	Seguridade	82	25.112.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	923	Seguridade	82	780.000,00	
3.1.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	924	Seguridade	138	200.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	925	Seguridade	167	25.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	926	Seguridade	167	690.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	927	Seguridade	82	1.500.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	928	Seguridade	167	4.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES D	929	Seguridade	138	1.220.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	930	Seguridade	138	53.400,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	931	Seguridade	82	66.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	932	Seguridade	138	812.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	933	Seguridade	167	33.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	934	Seguridade	82	768.000,00	
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	935	Seguridade	82	96.000,00	
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1591	Seguridade	138	380.600,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	936	Seguridade	82	500.000,00	
10.301.0102.2.532.000	AÇÕES DE SAÚDE DA FAMÍLIA					7.345.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	937	Seguridade	82	2.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	938	Seguridade	82	3.610.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	939	Seguridade	138	3.259.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	940	Seguridade	82	265.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	941	Seguridade	82	209.000,00	
10.301.0102.2.533.000	AÇÕES DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF					1.230.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	942	Seguridade	138	525.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	943	Seguridade	167	90.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfere</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao</b>	<b>----- Importância</b>
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	944	Seguridade	138	525.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	945	Seguridade	167	90.000,00	
10.301.0102.2.534.000	AÇÕES DE SAÚDE BUCAL					
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	946	Seguridade	82	183.000,00	183.000,00
10.301.0102.2.535.000	AÇÕES COM AGENTES COMUNITÁRIOS					
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	947	Seguridade	82	9.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	948	Seguridade	82	2.821.000,00	6.789.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	949	Seguridade	138	3.153.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	950	Seguridade	138	165.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	951	Seguridade	82	641.000,00	
10.301.0102.2.536.000	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE					
- PMAQ						
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	952	Seguridade	138	2.386.000,00	2.386.000,00
10.302.0102.2.537.000	AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	953	Seguridade	82	84.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	954	Seguridade	82	3.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	955	Seguridade	82	4.916.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	956	Seguridade	82	111.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	957	Seguridade	82	500.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	958	Seguridade	82	1.574.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	959	Seguridade	138	4.841.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	960	Seguridade	82	202.000,00	
10.302.0102.2.538.000	AÇÕES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES					
ODONTOLÓGICAS - CEO						
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	961	Seguridade	138	105.000,00	276.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	962	Seguridade	167	66.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	963	Seguridade	138	105.000,00	
10.302.0102.2.539.000	AÇÕES DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU					
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	964	Seguridade	82	1.000,00	1.316.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	965	Seguridade	82	314.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	966	Seguridade	138	314.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	967	Seguridade	82	156.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	968	Seguridade	138	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	969	Seguridade	138	276.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	970	Seguridade	351	7.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	971	Seguridade	138	116.200,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	972	Seguridade	82	51.000,00	
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1593	Seguridade	138	75.800,00	
10.302.0102.2.540.000	AÇÕES DO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL					
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	973	Seguridade	82	113.000,00	2.779.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	974	Seguridade	138	375.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	975	Seguridade	82	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	976	Seguridade	82	1.407.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	977	Seguridade	82	35.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicação
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	978	Seguridade	138	168.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	979	Seguridade	82	300.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	980	Seguridade	138	329.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	981	Seguridade	82	51.000,00
10.303.0102.2.541.000	AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				6.230.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	982	Seguridade	82	986.100,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	983	Seguridade	167	100.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	984	Seguridade	82	2.500.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	985	Seguridade	138	1.174.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	986	Seguridade	167	856.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1594	Seguridade	82	613.900,00
10.304.0102.2.542.000	AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA				2.929.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	987	Seguridade	42	90.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	988	Seguridade	82	500,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	989	Seguridade	82	2.147.500,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	990	Seguridade	82	23.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	991	Seguridade	42	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	992	Seguridade	42	100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	993	Seguridade	138	49.300,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	994	Seguridade	42	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	995	Seguridade	42	300.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	996	Seguridade	138	49.300,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	997	Seguridade	82	52.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1592	Seguridade	138	37.400,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	998	Seguridade	42	40.000,00
10.305.0102.2.543.000	AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				2.917.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	999	Seguridade	82	3.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1000	Seguridade	82	1.368.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1001	Seguridade	138	419.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	1002	Seguridade	82	60.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1003	Seguridade	138	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1004	Seguridade	138	390.000,00
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1005	Seguridade	138	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1006	Seguridade	138	50.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1007	Seguridade	138	424.500,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1008	Seguridade	82	155.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1590	Seguridade	138	27.500,00
10.305.0102.2.544.000	AÇÕES DE DST/AIDS/HEPATITES VIRAIS				992.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1009	Seguridade	82	500,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1010	Seguridade	82	678.500,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	1011	Seguridade	82	61.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1012	Seguridade	138	234.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1013	Seguridade	82	18.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

----- Importância -----  
 Detalhada Total da Aplicacao

Código Especificação

Despesa Esfera Fonte

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr.	Desp. Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	76.521.000,00	0,00	29.164.000,00	540.000,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	76.521.000,00	0,00	29.164.000,00	540.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	0,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	106.225.000,00	0,00	105.685.000,00	540.000,00	106.225.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	106.225.000,00	0,00	105.685.000,00	540.000,00	106.225.000,00



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 26 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
 Unidade Orçamentária: 26.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
16.482.0106.2.140.000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1031	Fiscal	80	23.000,00	23.000,00
16.482.0106.2.314.000	PROM. PÚBL. / LOT. URBANOS E OFERTA DE CONSTRUÇÃO					
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1032	Fiscal	135	104.000,00	1.114.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1033	Fiscal	135	1.010.000,00	
16.482.0106.2.315.000	PROMOÇÃO PÚBL./POR AUTOGESTÃO DE UNIDADES HABITAC. DE INTERESSE SOCIAL					
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1034	Fiscal	142	6.000.000,00	6.208.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1035	Fiscal	143	208.000,00	
16.482.0106.2.316.000	PROM./REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/URBANÍSTICA GOV. FEDERAL					630.000,00
3.3.90.35.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1036	Fiscal	135	214.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1037	Fiscal	142	208.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1038	Fiscal	143	208.000,00	
17.512.0106.2.312.000	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA SANEAMENTO BÁSICO					
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1039	Fiscal	135	104.000,00	260.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1040	Fiscal	143	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1041	Fiscal	144	52.000,00	

	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.	Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	237.000,00	7.998.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	237.000,00	7.998.000,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	Total dos Projetos	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral	
Segur.	0,00	8.235.000,00	0,00	237.000,00	7.998.000,00	8.235.000,00	
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	0,00	8.235.000,00	0,00	237.000,00	7.998.000,00	8.235.000,00	



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 28 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS  
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao</b>	<b>----- Importância</b>
08.241.0111.2.278.000	PSB - CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALEC. DE VÍNCULOS P/ IDOSOS - CATI					732.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1225	Seguridade	22	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1226	Seguridade	23	107.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1227	Seguridade	80	231.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1228	Seguridade	22	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1229	Seguridade	23	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1230	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1231	Seguridade	22	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1232	Seguridade	23	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1233	Seguridade	80	279.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1234	Seguridade	22	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1235	Seguridade	23	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1236	Seguridade	80	23.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1237	Seguridade	22	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1238	Seguridade	23	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1239	Seguridade	80	46.000,00	
08.243.0111.2.184.000	PSB- SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS					1.501.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1240	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1241	Seguridade	23	400.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1242	Seguridade	80	57.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1243	Seguridade	22	30.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1244	Seguridade	23	82.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1245	Seguridade	80	30.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1246	Seguridade	22	30.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1247	Seguridade	23	138.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1248	Seguridade	80	212.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1249	Seguridade	22	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1250	Seguridade	23	203.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1251	Seguridade	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1252	Seguridade	22	3.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1253	Seguridade	23	203.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1254	Seguridade	80	57.000,00	
08.244.0111.2.085.000	PSEAC - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE					1.992.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1255	Seguridade	23	20.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1256	Seguridade	23	5.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	1257	Seguridade	23	5.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1258	Seguridade	23	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1259	Seguridade	22	219.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1260	Seguridade	23	214.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1261	Seguridade	80	58.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1262	Seguridade	22	21.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1263	Seguridade	23	20.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1264	Seguridade	80	6.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1265	Seguridade	22	219.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1266	Seguridade	23	107.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1267	Seguridade	80	688.000,00	

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 28 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS  
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao Importância -----
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1268	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1269	Seguridade	22	104.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1270	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1271	Seguridade	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1272	Seguridade	22	175.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1273	Seguridade	23	96.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1274	Seguridade	80	19.000,00
08.244.0111.2.136.000	BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS				2.453.000,00
3.3.90.06.00.00.00	BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOS	1275	Seguridade	80	5.000,00
3.3.90.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1276	Seguridade	22	107.000,00
3.3.90.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1277	Seguridade	80	346.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1278	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1279	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1280	Seguridade	80	11.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1281	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1282	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1283	Seguridade	80	1.155.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1284	Seguridade	22	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1285	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1286	Seguridade	80	23.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1287	Seguridade	22	53.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1288	Seguridade	23	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1289	Seguridade	80	201.000,00
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍ	1290	Seguridade	80	496.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1291	Seguridade	22	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1292	Seguridade	23	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1293	Seguridade	80	11.000,00
08.244.0111.2.171.000	PSB- PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				2.341.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1294	Seguridade	23	107.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1295	Seguridade	23	2.000,00
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1296	Seguridade	23	20.000,00
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1297	Seguridade	23	20.000,00
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1298	Seguridade	23	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1299	Seguridade	22	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1300	Seguridade	23	385.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1301	Seguridade	80	117.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1302	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1303	Seguridade	22	32.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1304	Seguridade	23	230.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1305	Seguridade	80	117.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1306	Seguridade	22	230.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1307	Seguridade	23	171.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1308	Seguridade	80	117.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1309	Seguridade	23	20.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1310	Seguridade	22	15.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1311	Seguridade	23	300.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1312	Seguridade	80	23.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1313	Seguridade	22	140.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1314	Seguridade	23	50.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1315	Seguridade	80	24.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 28 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS  
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância -----
08.244.0111.2.173.000	PSB - APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO					1.022.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1316	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1317	Seguridade	23	214.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1318	Seguridade	80	11.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1319	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1320	Seguridade	23	214.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1321	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1322	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1323	Seguridade	23	214.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1324	Seguridade	80	11.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1325	Seguridade	22	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1326	Seguridade	23	156.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1327	Seguridade	80	1.000,00	
08.244.0111.2.186.000	PSEMC - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					2.062.000,00
3.1.90.04.00.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1328	Seguridade	23	200.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1329	Seguridade	23	2.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1330	Seguridade	23	10.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	1331	Seguridade	23	10.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1332	Seguridade	23	3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1333	Seguridade	22	133.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1334	Seguridade	23	300.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1335	Seguridade	80	18.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1336	Seguridade	22	64.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1337	Seguridade	23	30.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1338	Seguridade	80	2.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1339	Seguridade	22	74.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1340	Seguridade	23	300.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1341	Seguridade	80	3.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1342	Seguridade	23	10.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1343	Seguridade	22	10.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1344	Seguridade	23	600.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1345	Seguridade	40	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBAS E INSTALAÇÕES	1346	Seguridade	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1347	Seguridade	22	72.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1348	Seguridade	23	200.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1349	Seguridade	40	7.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1350	Seguridade	80	8.000,00	
08.244.0111.2.187.000	APOIO À ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS					932.000,00
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1351	Seguridade	23	2.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1352	Seguridade	23	10.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVI	1353	Seguridade	23	10.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1354	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1355	Seguridade	22	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1356	Seguridade	23	6.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1357	Seguridade	22	107.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1358	Seguridade	23	80.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1359	Seguridade	80	18.000,00	

**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**

Órgão.....: 28 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS  
Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	----- Detalhada -----	Importância ----- Total da Aplicacao
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1360	Seguridade	22	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1361	Seguridade	23	20.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1362	Seguridade	80	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1363	Seguridade	22	107.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1364	Seguridade	23	107.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1365	Seguridade	80	115.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1366	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1367	Seguridade	22	50.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1368	Seguridade	23	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1369	Seguridade	22	104.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1370	Seguridade	23	104.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1371	Seguridade	80	11.000,00	
08.244.0111.2.287.000	PSEMC- SERV. ESPECIALIZ. P/ PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA / CENTRO POP / ABORDAGEM S					1.188.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1372	Seguridade	22	40.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1373	Seguridade	23	321.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1374	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1375	Seguridade	22	16.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1376	Seguridade	23	112.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1377	Seguridade	80	33.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1378	Seguridade	22	16.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1379	Seguridade	23	321.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1380	Seguridade	80	70.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1381	Seguridade	22	57.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1382	Seguridade	23	200.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1383	Seguridade	80	1.000,00	
08.244.0111.2.426.000	APOIO E ASSISTÊNCIA A ENTIDADES - FMS					7.486.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1384	Seguridade	22	200.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1385	Seguridade	23	600.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1386	Seguridade	80	5.785.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1387	Seguridade	23	500.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1388	Seguridade	22	100.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1389	Seguridade	23	300.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1390	Seguridade	80	1.000,00	
08.244.0111.2.495.000	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E CONTRIBUTIVOS - FMS					57.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1391	Seguridade	80	57.000,00	
08.244.0111.2.514.000	MANUTENÇÃO DO FMS					605.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1392	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1393	Seguridade	22	53.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1394	Seguridade	23	53.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1395	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1396	Seguridade	22	53.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1397	Seguridade	23	53.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1398	Seguridade	80	9.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1399	Seguridade	22	53.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1400	Seguridade	23	53.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1401	Seguridade	80	1.000,00	



**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 28 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS  
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1402	Seguridade	22	53.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1403	Seguridade	23	55.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1404	Seguridade	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1405	Seguridade	22	52.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1406	Seguridade	23	93.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1407	Seguridade	80	21.000,00	
08.244.0111.2.530.000	APOIO AO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -					
	IGDSUAS/IGD BOLSA FAMÍLIA					41.000,00
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1408	Seguridade	23	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1409	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1410	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1411	Seguridade	23	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1412	Seguridade	23	10.000,00	

Fiscal	Segur.	Invest.	Total	Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp. Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
461.000,00	0,00	0,00	0,00	461.000,00	18.253.000,00	0,00	3.698.000,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
461.000,00	0,00	0,00	0,00	461.000,00	18.253.000,00	0,00	3.698.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	Total Op. Especiais	0,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	22.412.000,00	0,00	18.714.000,00	3.698.000,00	22.412.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	22.412.000,00	0,00	18.714.000,00	3.698.000,00	22.412.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 30 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 Unidade Orçamentária: 30.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesa</b>	<b>Esfera</b>	<b>Fonte</b>	<b>----- Detalhada Total da Aplicacao -----</b>	<b>----- Importância -----</b>
04.122.0105.2.267.000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1583	Fiscal	80	1.000,00	1.000,00
3.1.91.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
04.123.0105.2.069.000	CONTRIBUIÇÃO À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS					
3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	871	Fiscal	80	35.000,00	35.000,00
04.123.0105.2.070.000	CONTRIBUIÇÃO AO IBAM					
3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	872	Fiscal	80	1.000,00	1.000,00
04.123.0105.2.071.000	CONTRIBUIÇÃO À ASSOC. DE MUNICÍPIOS GRANFOPOLIS					
3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	873	Fiscal	80	800.000,00	800.000,00
04.123.0105.2.072.000	CONTRIBUIÇÃO À ADM. DA REGIÃO METROPOLITANA					
3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	874	Fiscal	80	200.000,00	200.000,00
04.123.0105.2.073.000	CONTRIBUIÇÃO À FECAM					
3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	875	Fiscal	80	36.000,00	36.000,00
04.123.0105.2.081.000	CONTRIBUIÇÃO À FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS					
3.3.70.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	876	Fiscal	80	1.000,00	1.000,00
04.123.0105.2.266.000	RESSARCIMENTOS, DEVOLUÇÕES E INDENIZAÇÕES					
3.1.90.94.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	877	Fiscal	80	200.000,00	200.000,00
3.1.90.96.00.00.00	RESSARCIMENTO DE DESPESA DE PESSOAL REQU	878	Fiscal	80	10.000,00	10.000,00
3.3.90.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	879	Fiscal	80	32.000,00	32.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	880	Fiscal	26	10.000,00	10.000,00
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	881	Fiscal	80	140.000,00	140.000,00
04.123.0105.2.267.000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
3.1.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	882	Fiscal	80	499.000,00	499.000,00
3.3.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	883	Fiscal	80	107.000,00	107.000,00
4.4.90.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	884	Fiscal	80	1.000,00	1.000,00
04.123.0105.2.268.000	ENCARGOS FINANCEIROS, OPERACIONAIS E TRIBUTÁRIOS					
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	885	Fiscal	26	321.000,00	321.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	886	Fiscal	62	21.000,00	21.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	887	Fiscal	80	9.200.000,00	9.200.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	888	Fiscal	26	53.000,00	53.000,00
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	889	Fiscal	80	510.000,00	510.000,00
06.123.0110.2.074.000	TRANSFERÊNCIAS AO FUNSET					
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	890	Fiscal	26	200.000,00	200.000,00
09.271.0105.2.075.000	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS					
3.1.90.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	891	Seguridade	80	4.200.000,00	4.200.000,00
3.1.91.13.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	892	Seguridade	80	7.062.000,00	7.062.000,00
09.272.0105.2.310.000	INATIVOS, PENSIONISTAS E SALÁRIO FAMÍLIA					
						5.261.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 30 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
 Unidade Orçamentária: 30.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Código	Especificação	Despesa	Efefera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
3.1.90.01.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	893	Seguridade	80	4.200.000,00	
3.1.90.03.00.00.00	PENSÕES	894	Seguridade	80	1.059.000,00	
3.1.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1584	Seguridade	80	2.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	895	Seguridade	80	0,00	
11.331.0105.2.080.000	VALE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL				200.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	896	Fiscal	80	200.000,00	
11.332.0105.2.076.000	CONTRIBUIÇÃO AO G.R.B.M				1.000,00	
3.3.50.41.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	897	Fiscal	80	1.000,00	
28.843.0105.2.269.000	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA				10.000.000,00	
3.2.90.21.00.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	898	Fiscal	80	3.000.000,00	
3.2.91.21.00.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	899	Fiscal	80	800.000,00	
4.6.90.71.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	900	Fiscal	80	4.000.000,00	
4.6.91.71.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	901	Fiscal	80	2.200.000,00	
28.846.0105.2.078.000	SENTENÇAS JUDICIAIS				8.889.000,00	
3.3.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	902	Fiscal	80	8.888.000,00	
4.4.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	903	Fiscal	80	1.000,00	
28.846.0105.2.079.000	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP				5.736.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	904	Fiscal	80	5.679.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	905	Fiscal	120	57.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.		Juros	Enc.da Dívida	Outr.	Desp.Correntes	Investimentos	Invers.	Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	710.000,00		3.800.000,00		26.492.000,00	2.000,00		0,00	6.200.000,00
Segur.	16.523.000,00		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Invest.	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	17.233.000,00		3.800.000,00		26.492.000,00	2.000,00		0,00	6.200.000,00
Total dos Projetos		Total	das Atividades	Total	Op. Especiais	Despesas Correntes		Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	37.204.000,00	0,00	0,00	31.002.000,00		6.202.000,00	37.204.000,00
Segur.	0,00	0,00	16.523.000,00	0,00	0,00	16.523.000,00		0,00	16.523.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	0,00	53.727.000,00	0,00	0,00	47.525.000,00		6.202.000,00	53.727.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 31 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADOR  
 Unidade Orçamentária: 31.01 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADOR

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
02.062.0105.2.301.000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO PGM				
3.3.90.14.00.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1465	Fiscal	129	11.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1466	Fiscal	129	47.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍ	1467	Fiscal	129	23.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1468	Fiscal	129	516.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1469	Fiscal	129	203.000,00

				Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal				203.000,00	0,00	0,00
Segur.				0,00	0,00	0,00
Invest.				0,00	0,00	0,00
Total				203.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos				Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal				597.000,00	203.000,00	800.000,00
Segur.				0,00	0,00	0,00
Invest.				0,00	0,00	0,00
Total				597.000,00	203.000,00	800.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 33 COMISSÃO M. DE DEFESA CIVIL - COMDEC  
 Unidade Orçamentária: 33.01 F.M. DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicação
06.182.0110.2.280.000	MANUTENÇÃO DO FUMDEC-SJ				
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1491	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1492	Fiscal	301	53.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1493	Fiscal	302	53.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1494	Fiscal	80	34.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1495	Fiscal	301	53.000,00
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1496	Fiscal	302	53.000,00
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1497	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1498	Fiscal	80	45.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1499	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1500	Fiscal	301	52.000,00
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1501	Fiscal	302	104.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1502	Fiscal	80	11.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1503	Fiscal	301	57.000,00
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1504	Fiscal	302	171.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	396.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	301.000,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	301.000,00	396.000,00	0,00	0,00
Fiscal	0,00	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Segur.	0,00	697.000,00	301.000,00	396.000,00	697.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	697.000,00	301.000,00	396.000,00	697.000,00





**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 35 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI  
 Unidade Orçamentária: 35.01 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI

Código	Especificação	Despesa	Esfere	Fonte	Detalhada Total da Aplicacao	Importância
08.241.0111.2.517.000	APOIO E ASSISTÊNCIA À ENTIDADES - FMI					828.000,00
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1537	Seguridade	22	107.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1538	Seguridade	23	107.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1539	Seguridade	40	15.000,00	
3.3.50.43.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1540	Seguridade	80	100.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1541	Seguridade	22	32.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1542	Seguridade	23	320.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1543	Seguridade	40	5.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1544	Seguridade	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1545	Seguridade	22	104.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1546	Seguridade	23	31.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1547	Seguridade	40	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	OBRA E INSTALAÇÕES	1548	Seguridade	80	1.000,00	
08.241.0111.2.518.000	MANUTENÇÃO DO FMI E CMI E ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AO IDOSO					777.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1549	Seguridade	22	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1550	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1551	Seguridade	40	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1552	Seguridade	80	250.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1553	Seguridade	22	10.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1554	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1555	Seguridade	40	1.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1556	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1557	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1558	Seguridade	22	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1559	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1560	Seguridade	40	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1561	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1562	Seguridade	22	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1563	Seguridade	23	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1564	Seguridade	40	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1565	Seguridade	80	374.000,00	
3.3.90.48.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	1566	Seguridade	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1567	Seguridade	22	32.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1568	Seguridade	23	31.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1569	Seguridade	40	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1570	Seguridade	80	1.000,00	
Pessoal e Enc.Soc. Juros Enc.da Dívida Outr. Desp.Correntes						Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	Investimentos	Invers. Financeiras	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	564.000,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	564.000,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos Total das Atividades Total Op. Especiais						Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	0,00	0,00
Segur.	0,00	1.605.000,00	1.041.000,00	564.000,00	1.605.000,00	1.605.000,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.605.000,00	1.041.000,00	564.000,00	1.605.000,00	1.605.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 36 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - FUNSEG  
 Unidade Orçamentária: 36.01 FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - FUNSEG

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Detalhada Total da Aplicacao	----- Importância
06.183.0110.2.294.000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SEGURANÇA					2.100.000,00
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1571	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1572	Fiscal	153	321.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1573	Fiscal	33	16.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1574	Fiscal	80	16.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ - VER	1575	Fiscal	153	642.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1576	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1577	Fiscal	33	610.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1578	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VER	1579	Fiscal	153	492.000,00	

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp.Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	1.103.000,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	1.103.000,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	0,00	997.000,00	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	0,00	0,00	997.000,00	1.103.000,00	2.100.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	997.000,00	1.103.000,00	2.100.000,00

**SANTA CATARINA**  
**Prefeitura Municipal de São José**  
**Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD**  
**Exercício de 2018**

Órgão.....: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
 Unidade Orçamentária: 99.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância ----- Detalhada Total da Aplicacao
99.999.0105.2.502.000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	906	Fiscal	80	54.000,00
9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				54.000,00

Pessoal e Enc.Soc.	Juros Enc.da Dívida	Outr. Desp. Correntes	Investimentos	Invers. Financeiras	Amortização Dívida
Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total dos Projetos	Total das Atividades	Total Op. Especiais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
Fiscal	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
Segur.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018

Publicação Nº 1486734

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

MOTORISTA

TALISON GREGORI ZINI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 DE JANEIRO DE 2018.  
JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito em exercício

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.02/2018 FMS

Publicação Nº 1486831

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2018

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 02/2018, Edital de Pregão Nº 02/2018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE QUE REALIZE CIRURGIAS ELETIVAS ORTOPÉDICAS, ARTROPLASTIAS TOTAL DE QUADRIL E JOELHO, PARA PACIENTES RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 23/01/2018. Abertura dos envelopes na mesma hora, dia e local, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.06/2018

Publicação Nº 1487418

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº06/2018, Edital de Pregão Nº06/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE BOMBAS DOSADORAS ELETROMAGNETICAS PARA USO NA DOSAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS NAS UNIDADES DE TRATAMENTO DO SEMAE. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 23/01/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.06/2018

Publicação Nº 1487420

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº07/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº07/2018, Edital de Pregão Nº07/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS DIVERSAS PARA USO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDES E LIGAÇÕES DO SISTEMA HIDRÁULICO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 24/01/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br)

prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.08/2018**

Publicação Nº 1487425

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº08/2018, Edital de Pregão Nº08/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ENCAMINHAMENTO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 25/01/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 009/2018**

Publicação Nº 1486553

PORTARIA Nº 009/2018.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e combinado com o inciso XI, do Artigo 4º, da Lei Complementar 001/99, de 30 de dezembro de 1999, do município de São José do Cedro;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público Municipal Claudiomir Joel Kleinibing, ocupante do cargo efetivo de Administrador de Cemitério, Grupo TSG, Matrícula nº 3116, Licença Paternidade de 05 (cinco) dias, no período de 05 a 09 de janeiro de 2018, pelo nascimento da filha Joana Cieplak Kleinibing.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro/SC, em 08 de janeiro de 2018.

JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 010/2017**

Publicação Nº 1486554

PORTARIA Nº 010/2018.

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à Servidora Pública Municipal Neusa Ducatti Kuhn, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo SAU, Nível 05, Matrícula 1967, referente ao período aquisitivo de 01/11/2014 a 31/10/2015, para serem gozadas no período de 10 a 24 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 09 de janeiro de 2018.

JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração/Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018 - SRP - PR Nº 005/2018

Publicação Nº 1486941

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/01/2018, às 07h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA USO DAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 10 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017 - FMS

Publicação Nº 1486915

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2017 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 040/2017 – Pregão Presencial Nº 037/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2018 NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, AMBAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: SILVA & GOBI LTDA - ME - CNPJ: 85.097.467/0001-54

VALOR: R\$ 3.908,60 (três mil, novecentos e oito reais, e sessenta centavos).

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80

VALOR: R\$ 3.155,30 (três mil, cento e cinquenta e cinco reais, e trinta centavos).

FORNECEDOR: BELINKI & SOUZA LTDA - ME - CNPJ: 08.831.603/0001-47

VALOR: R\$ 1.281,20 (um mil, duzentos e oitenta e um reais, e vinte centavos).

FORNECEDOR: PEGASUS ATACADISTA LTDA – EPP - CNPJ: 14.797.430/0001-90

VALOR: R\$ 5.203,65 (cinco mil, duzentos e três reais, e sessenta e cinco centavos).

FORNECEDOR: GLOBAL INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA - ME - CNPJ: 16.929.628/0001-06

VALOR: R\$ 12.940,30 (doze mil, novecentos e quarenta reais, e trinta centavos).

FORNECEDOR: ELETROMAQUINAS ASTEC LTDA - ME - CNPJ: 02.995.568/0001-15

VALOR: R\$ 4.530,60 (quatro mil, quinhentos e trinta reais, e sessenta centavos).

TOTAL: R\$ 31.019,65 (trinta e um mil e dezenove reais, e sessenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 10/01/2018.

VIGÊNCIA: 10/01/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

**PORTARIA Nº 001, DE 10 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1486892

PORTARIA Nº 001, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA - INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, Inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, de acordo com o Edital do Processo Seletivo nº 003/2017 e a Portaria nº 20 de 02 de Janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 15 de janeiro a 31 de Dezembro de 2018, o senhor MARCELO DA SILVA, no cargo de INSTRUTOR DE ARTESANATO, carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único: O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Instituto Cultural, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está previsto no item 1.3 do Edital de Processo seletivo 003/2017.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 janeiro de 2018.

RENNÂ HIGOR FEDRIGO

Presidente da Autarquia

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### ATA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 73/2017

Publicação Nº 1486640

#### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Referente à suspensão por tempo determinado do processo licitatório 73/2017.

Modalidade: Tomada de preços

Número da Ata: 01/2018

#### Objetivo da Licitação:

Contratação de serviços com fornecimento de material para reforma da cozinha da Escola Básica Municipal Professora Herminda Ivanir Ferraz, localizada na Rua João Hugo Hoss, nº 495, compreendendo uma área de 48,90m<sup>2</sup> conforme projeto arquitetônico e elétrico a disposição para retirada dos interessados.

Aos dez (10) dias do mês de Janeiro do ano de 2018, deu-se a suspensão por tempo determinado do processo licitatório nº 73/2017 na modalidade de Tomada de Preços, devido à ausência da presidente da comissão permanente de licitações, conforme Decreto nº 004/2018, sendo que fica determinado o dia 15 de janeiro de 2018, as 09:00 horas, na sala de licitações anexa à Prefeitura Municipal, cito na Rua São Luiz, nº 210, para a abertura dos envelopes.

São Miguel Da Boa Vista, 10 de Janeiro de 2018.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

ALTAIR VANDERLEI CASSOL .....TECNICO EM INFORMATICA

LUZIA BOGLER .....AUX. DE SERVIÇOS GERAIS

TACIANE CRISTINA MORSCHBACHER ..... AG. DE ELABORAÇÃO DE D.

ANDREIA REGINA HEIMBURG BONFANTI ..... AG. DE SERVIÇOS DE TRIBUTOS

CLOVES ANTONIO RAFF .....AGENTE POLITICO

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017 FMS

Publicação Nº 1486695

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 210, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.912.124/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CREDENCIANTE, a empresa BIOANALISES LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Sul Brasil, nº 583, sala 02 Policlínica Central, Centro, CEP 89874-000 no município de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.700.931/0001-04, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Srta. KARINA ZAGO, brasileira, separada, farmacêutica bioquímica, residente e domiciliada na Rua Duque de Caxias, nº 99, centro, município de Maravilha/SC, portadora no CPF nº 007.982.779-98, portador da Cédula de Identidade nº 3.826.301, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem renovar o termo de credenciamento 01/2017 FMS, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 02/2017 FMS, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de renovar para mais o prazo de vigência do termo de credenciamento 01/2017 FMS a partir de sua assinatura, sendo que o período de vigência será do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, podendo ser corrigido ao final de 12 meses quando do comum acordo, conforme correção da tabela AMB, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por exame, será aquele informado no Anexo I, do edital de chamamento/credenciamento público nº 02/2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de prorrogação do prazo de vigência do termo de credenciamento 01/2017 FMS do Edital de Chamamento, Credenciamento Público nº 02/2017, devido à necessidade de continuidade dos serviços prestados no atendimento aos pacientes Miguel boa-vistenses. Considerando a solicitação da secretária Municipal de saúde Senhorita Daiane Cristina Teixeira. Esta renovação esta de acordo com o termo de credenciamento 01/2017 – FMS na "CLAUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA: O presente objetivo é a celebração de termo de credenciamento de natureza continuada, para realização dos serviços citados no anexo I, tendo como vigência a assinatura do termo de credenciamento até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, podendo ser corrigido ao final de 12 meses quando do comum acordo, conforme correção da tabela AMB.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, SC, 28 de dezembro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

BIOANALISES LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS LTDA  
CNPJ sob nº. 08.700.931/0001-04  
Representante Legal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2017 FMS

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2017 - FMS

Publicação Nº 1486698

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 08/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 210, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.912.124/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa GRELLMANN CLÍNICA INCORPORADORA LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua José Bonifácio, nº 87, centro - na cidade de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ sob nº 15.654/807/0001-15, neste ato representado pelo, Sr. EDUART GRELLMANN, brasileiro, solteiro, médico, inscrito no CRM/SC 15.794, inscrito no CPF nº 005.005.719-00, portador da Cédula de Identidade nº 3.516.643, expedida pela SSP/SC, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem renovar o termo de credenciamento 08/2017 FMS, de acordo com o Edital de Chamamento Público n.º 03/2017 FMS, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de renovar para mais o prazo de vigência do termo de credenciamento 08/2017 FMS a partir de sua assinatura, sendo que o período de vigência será do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por exame, será aquele informado no Anexo I, do edital de chamamento/credenciamento público nº.03/2017, e conforme cláusula primeira – do objeto do termo de credenciamento 08/2017 – FMS.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de prorrogação do prazo de vigência do termo de credenciamento 08/2017 FMS do Edital de Chamamento, Credenciamento Público nº 03/2017, devido à necessidade de continuidade dos serviços prestados no atendimento aos pacientes Miguel boa-vistenses. Considerando que existem procedimentos em andamento necessitam a utilização dos serviços prestados pela empresa. Considerando a solicitação da secretária Municipal de saúde Senhorita Daiane Cristina Teixeira. Esta renovação esta de acordo com o termo de credenciamento 08/2017 – FMS na "CLAUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA:O presente objetivo é a celebração de termo de credenciamento de natureza continuada, para realização dos serviços citados no anexo I, tendo como vigência a assinatura do termo de credenciamento até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado por até 60 meses, sendo que os preços somente serão reajustados, em caso de renovação, ao final de doze meses pelo acumulado médio do INPC dos últimos 12 meses.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, SC, 29 de dezembro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

GRELLMANN CLINICA INCORPORADORA LTDA - ME  
CNPJ: 15.654/807/0001-15  
Representante Legal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 08/2017 FMS

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 15/2017 FMS

Publicação Nº 1486693

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 15/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 210, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.912.124/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CREDENCIANTE, a empresa CLINICA PASQUALOTTO S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Sul Brasil, nº 467 S, sala 105, centro - na cidade de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ sob nº 17.196.156/0001-92, neste ato representado pelo, Sr. EDER PASQUALOTTO, brasileiro, solteiro, médico, inscrito no CRM/SC 13.276, inscrito no CPF nº 023.778.749-08, portador da Cédula de Identidade nº 3.401.900, expedida pela SSP/SC, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem renovar o termo de credenciamento 15/2017 FMS, de acordo com o Edital de Chamamento Público n.º 03/2017 FMS, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de renovar para mais o prazo de vigência do termo de credenciamento 15/2017 FMS a partir de sua assinatura, sendo que o período de vigência será do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por exame, será aquele informado no Anexo I, do edital de

chamamento/credenciamento público nº.03/2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de prorrogação do prazo de vigência do termo de credenciamento 15/2017 FMS do Edital de Chamamento, Credenciamento Público nº 03/2017, devido à necessidade de continuidade dos serviços prestados no atendimento aos pacientes Miguel boa-vistenses. Considerando que existem procedimentos em andamento necessitam a utilização dos serviços prestados pela empresa. Considerando a solicitação da secretária Municipal de saúde Senhorita Daiane Cristina Teixeira. Esta renovação esta de acordo com o termo de credenciamento 15/2017 – FMS na "CLAUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA:O presente objetivo é a celebração de termo de credenciamento de natureza continuada, para realização dos serviços citados no anexo I, tendo como vigência a assinatura do termo de credenciamento até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado por até 60 meses, sendo que os preços somente serão reajustados, em caso de renovação, ao final de doze meses pelo acumulado médio do INPC dos últimos 12 meses.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, SC, 28 de dezembro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	CLINICA PASQUALOTTO S/S LTDA CNPJ: 17.196.156/0001-92 Representante Legal
--	---

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 15/2017 FMS

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 28/2017 FMS

Publicação Nº 1486686

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 28/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 210, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.912.124/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CREDENCIANTE, a empresa ANESTESIOLOGIA SÃO MIGUEL S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Guilherme José Missen, nº 165, Sala S4A3, centro - na cidade de São Miguel Do Oeste - SC, CEP 89.900-000, inscrita no CNPJ sob nº 11.312.467/0001-93, neste ato representado pelo, Sr. Arnildo Schulz, brasileiro, Casado, medico inscrito no CRM/SC nº 5.600, inscrito no CPF nº 492.052.939-20, portador da Cédula de Identidade nº 1.497.120, expedida pela SSP/RS, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem renovar o termo de credenciamento 28/2017 FMS, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº.03/2017 FMS, pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de renovar para mais o prazo de vigência do termo de credenciamento 28/2017 FMS a partir de sua assinatura, sendo que o período de vigência será do dia 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por exame, será aquele informado no Anexo I, do edital de chamamento/credenciamento público nº.03/2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de prorrogação do prazo de vigência do termo de credenciamento 28/2017 FMS do Edital de Chamamento, Credenciamento Público nº 03/2017, devido à necessidade de continuidade dos serviços prestados no atendimento aos pacientes Miguel boa-vistenses. Devido solicitação da secretária Municipal de saúde Senhorita Daiane Cristina Teixeira. Esta renovação esta de acordo com o termo de credenciamento 28/2017 – FMS na "CLAUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA:O presente objetivo é a celebração de termo de credenciamento de natureza continuada, para realização dos serviços citados no anexo I, tendo como vigência a assinatura do termo de credenciamento até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado por até 60 meses, sendo que os preços somente serão reajustados, em caso de renovação, ao final de doze meses pelo acumulado médio do INPC dos últimos 12 meses.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, SC, 27 de dezembro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	ANESTESIOLOGIA SÃO MIGUEL S/S LTDA Representante Legal
--	---

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 28/2017 FMS

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 2/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1486564

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXT. CONTRATO 2/2018

Processo Licitatório 2/2018

Inexigibilidade de Licitação 1/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PERMANÊNCIA DO IDOSO LUIZ DE OLIVEIRA, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL AUTOS Nº 090000-69-. 2017.8.24.0067, NA CASA DE REPOUSO VOVÓ EVA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR: 7.189,20

VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATADA: SIMONETTI PILLAR &amp; CIA LTDA - ME

Assina pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI

Gestora do Fundo

Assina pela CONTRATADA: SALETE BORGES

São Miguel do Oeste, 10 de janeiro de 2018

### PROC 01/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1487682

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 01/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2018

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gestor, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Prestação de serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do município de São Miguel do Oeste, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência. Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO EXTREMO OESTE DE SC – CIS/AMEOSC. Valor Total de R\$ 49.783,56 (quarenta e nove mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos). Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcílio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 10 de janeiro de 2018.

RONEI PERASSOLI

Gestor do Fundo



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 61.2017

Publicação Nº 1486533

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 61.2017- MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de material gráfico para o Município de São Pedro de Alcântara/SC.

DATA DE ABERTURA: 22/01/2018 às 09h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07h às 13h. São Pedro de Alcântara, 09/01/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### CONTRATO N.º 014/2018

Publicação Nº 1487807

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 014/2018

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor RODRIGO ROSA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 075.402.339-74, residente a Rua Antônio Paulino da Silva, nº. 83, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/01/2018, findando no dia 20/04/2018, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

RODRIGO ROSA DOS SANTOS

CONTRATADO

Testemunhas:

**PORTARIA N.º 025/2018**

Publicação Nº 1487803

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 025/2018  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA MARIA LUZIA KONS RIOS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ MARIA LUZIA KONS RIOS – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LETRA F.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA N.º 026/2018**

Publicação Nº 1487804

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 026/2018

Homologa a estabilidade funcional do servidor admitido em 25/07/2014 por Concurso Público.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Considerar-se-á estável o servidor abaixo mencionado, admitido em 25/07/2014, por Concurso Público nº. 001/2010, tendo este completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

§ CARLOS ROGÉRIO DA SILVA.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA N.º 027/2018**

Publicação Nº 1487805

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 027/2018

Concede licença sem remuneração ao servidor CARLOS ROGÉRIO DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 107, da Lei Complementar nº 05/97, combinado com o art. 7º, da Lei Complementar 15/2000,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor CARLOS ROGÉRIO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, licença sem remuneração por 02 (dois) anos, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Ficam revogadas as disposições contrárias.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA N.º 028/2018**

Publicação Nº 1487806

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 028/2018

Admite em Caráter Temporário RODRIGO ROSA DOS SANTOS para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, RODRIGO ROSA DOS SANTOS para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 014/2018.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

**PORTARIA N.º 029/2018**

Publicação N° 1487808

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.223  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 029/2018

Concede férias a servidora JAQUELINE PFLEGER.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JAQUELINE PFLEGER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 22/01/2018 a 20/02/2018, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

## Seara

## PREFEITURA

## AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS Nº 053/2017

Publicação Nº 1486560

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2017. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2017 - FMS- REGISTRO DE PREÇO ANEXO 5

## ITENS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS APROVADAS
01	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA 11 FIOS/CM², TECIDO TIPO TELA COM FIOS 100% ALGODÃO CORTADAS E DOBRADAS EM TAMANHO UNIFORME PRÉ-DETERMINADO PARA O CONSUMO 11 FIOS/CM²; 7,5 x 7,5 CM QUANDO DOBRADAS. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES	KARINA fabricante AMERICA MEDICAL LTDA, PACOTE VERDE, MELHORMED fabricante TECELAGEM MINASSREY LTDA, embalagem com tarja laranja, EUROPA 03 estrelas –POLARFIX embalagem com tarja azul e laranja.
02	ATADURAS CREPOM 13 FIOS POR CM²; TAMANHO 10 CM x 1,8 M EM REPOUSO, (FAIXAS COM 4,5 METROS DE COMPRIMENTO ESTICADAS). EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM ROLO CONFORME ABNT-NBR 14056 E PORTARIA 106/2003 INMETRO	MELHORMED fabricante TECELAGEM MINASSREY LTDA, embalagem com tarja laranja,
03	ATADURAS CREPOM 13 FIOS POR CM²; TAMANHO 15 CM x 1,8 M EM REPOUSO, (FAIXAS COM 4,5 METROS DE COMPRIMENTO ESTICADAS). EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM ROLO CONFORME ABNT-NBR 14056 E PORTARIA 106/2003 INMETRO	MELHORMED fabricante TECELAGEM MINASSREY LTDA, embalagem com tarja laranja,
04	ATADURAS CREPOM 13 FIOS POR CM²; TAMANHO 20 CM x 1,8 M EM REPOUSO, (FAIXAS COM 4,5 METROS DE COMPRIMENTO ESTICADAS). EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM ROLO CONFORME ABNT-NBR 14056 E PORTARIA 106/2003 INMETRO	MELHORMED fabricante TECELAGEM MINASSREY LTDA, embalagem com tarja laranja,
05	ATADURAS CREPOM 13 FIOS POR CM²; TAMANHO 6 CM x 1,8 M EM REPOUSO, (FAIXAS COM 4,5 METROS DE COMPRIMENTO ESTICADAS). EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM ROLO CONFORME ABNT-NBR 14056 E PORTARIA 106/2003 INMETRO	MELHORMED fabricante TECELAGEM MINASSREY LTDA, embalagem com tarja laranja,
06	COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO: TECIDO 100% ALGODÃO OU MISTO DERIVADO DE CELULOSE EM ATÉ 50%, DE LIGAMENTO TELA (TAFETÁ), COM QUATRO CAMADA DE GASE FIXADAS ENTRE SI, DE FORMA EVITAR DESLIZAMENTO DAS CAMADAS, ALVEJADOS (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUOS DE AMIDO), COM ALÇA PARA FIXAÇÃO. APRESENTAÇÃO: COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO DEVE SER FORNECIDA EM PEÇA, ISENTA DE MANCHAS, IMPUREZAS, FIOS SOLTOS, RASGOS, REBARBAS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. TAMANHO 45 x 50 CM, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES CADA. NÃO ESTÉRIL MATERIAL DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM NORMA ABNT 14767/2001	MELHORMED fabricante TECELAGEM MINASSREY LTDA, embalagem com tarja laranja,
07	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO CONFECCIONADA COM 9 FIOSFIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM OITO CAMADAS E TRÊS DOBRAS UNIFORMEMENTE ENROLADAS SOBRE SI E EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO	MELHORMED fabricante TECELAGEM MINASSREY LTDA, embalagem com tarja laranja,

SEARA, SC, 08 de janeiro de 2018.

Katia Magri Tecch

Luciana Maier Gagiolla

Jackson Três

Angela Maria De Prá Mezzaroba



**DECRETO Nº 1359**

Publicação Nº 1487006

DECRETO Nº. 1359, de 13 de dezembro de 2017.

Concede e/ou indefere evolução funcional por desempenho à servidores públicos efetivos.

O Prefeito Municipal de Seara - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 16, 17, 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 27/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara e dá Outras Providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida a evolução funcional por desempenho aos seguintes servidores municipais efetivos:

Matrícula	Servidor	Cargo	Classe Atual	Classe Promoção
1246/01	Adair Paulo Bortolini	Advogado	NC	ND
2087/01	Adriana Grasielle Cê Verza	Adjunto Administrativo	IN	NA
1512/01	Aneli Mior	Enfermeiro	NC	ND
1683/01	Ângela Maria de Pra Mezzaroba	Agente de Atividades Gerais	NC	ND
170/01	Antoninho Zandoná	Operador de Máquinas Pesadas	NM	NM
1164/01	Arcelino Anselmini	Servente Externo	NC	ND
2088/01	Arli Giovanni Bugs	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	IN	NA
	Arloci Berno			
1380/01	Arnesto Oldoni	Operador de Máquinas Pesadas	NC	ND
26/01	Célia Gris	Auxiliar de Administração	NL	NM
1181/01	César Luiz Faccina	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	NC	ND
1396/01	Cladenir Chiarello	Engenheiro Civil – 40hs	NC	ND
1149/01	Claudia Regina Fantin	Psicólogo – 40hs	NC	ND
1408/01	Claudia Regina Nardi	Agente de Atividades Gerais	NC	ND
1457/01	Claudiomir José Fernandes	Motorista de Veículos Leves e da Saúde	NC	ND
1448/01	Cleomara Santana Carraro	Assistente Social	NC	ND
120701	Daniela Vieira Da Rocha	Fonoaudióloga - 40hs	NC	ND
175/01	Darcio Mocellin	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	NB	NC
9/01	Dirlei Giombelli Wildner	Auxiliar de Administração	NL	NM
2053/01	Edes Noel de Amaral Junior	Psicólogo	IN	NA
1188/01	Edith Erica Gomann Pritsch	Servente Interno	NC	ND
141/01	Elaine Fatima Aigner Benetti	Auxiliar de Bibliotecário	NL	NM
1200/01	Elfriede Marlene Freyer	Servente Interno	NC	ND
1151/01	Elisio Krutzmann	Servente Externo	NC	ND
1165/01	Eloi Marcos Erig	Servente Externo	NC	ND
1168/01	Fiorindo Jose Martini	Servente Externo	NC	ND
1531/01	Flávio Rogério Lazzarotti	Cirurgião Dentista	NC	ND
1182/01	Genuir Mariani	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	NC	ND
1362/01	Geslaine Salete Demeda	Atendente de Unidade Sanitária	NC	ND
1580/01	Gilmar de Mello Cabral	Servente Externo	NC	ND
1355/01	Ires Hulda Zuse	Servente Interno	NC	ND
1176/01	Itamar Sabino Scalco	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	NC	ND
1516/01	Ivete Justina Camillo Debortoli	Auxiliar de Enfermagem	NC	ND
180/01	Ivo Freyer	Operador de Máquinas Agrícolas e Similares	NI	NJ
1381/01	Jacir Celino Paludo	Operador de Máquinas Pesadas	NC	ND
1522/01	Jackson Tres	Farmacêutico	NC	ND
1552/01	Jairo Zaia Zanlucchi	Assistente Social	NC	ND
1483/01	Jane Aparecida Signori Gomes	Agente de Atividades Gerais	NC	ND
2051/01	Jaqueline Godoi	Fisioterapeuta	IN	NA
29/01	Jerson Antonio Brusamarello	Auxiliar de Contabilidade	NI	NJ
2060/01	Julia Graciele Bourscheidt	Enfermeira	IN	NA
1370/01	Jurema Velela Wilke	Auxiliar de Enfermagem	NC	ND
184/01	Ladi Antonio Alberti	Servente Externo	NI	NJ
1506/01	Laudir Barotto	Operador de Máquinas Pesadas	NC	ND
1160/01	Lenir Salete Faenello Hoff	Servente Interno	NC	ND
1518/01	Liane Maria Fabrin	Auxiliar de Enfermagem	NC	ND
1366/01	Luciane Inês Viot Tocchetto	Auxiliar de Bibliotecário	NC	ND
1667/01	Manoel Pereira da Silva Neto	Operador de Maquinas Pesadas	NB	NC
1150/01	Marcia Ires Sczesny Hoff	Servente Interno	NA	NB
1862/02	Marco Antonio Viott	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	IN	NA

1147/01	Marcos Jobel Lopes	Cirurgião Dentista	NC	ND
1154/01	Maria Narcisa Spilmann	Servente Interno	NC	ND
189/01	Mário Elio Sendtko	Operador de Máquinas Agrícolas e Similares	NJ	NL
1211/01	Marise Lucia Sparremberger	Servente Interno	NC	ND
1517/01	Maristela Iesbik Zandonai	Auxiliar de Enfermagem	NC	ND
1158/01	Marlice Isabel Alfien	Servente Interno	NC	ND
1186/01	Marlise Marloni Wortmann	Servente Interno	NC	ND
1161/01	Miria Goreti Canei	Servente Interno	NC	ND
30/01	Neiva Brandt	Técnico de Tributos	NM	NM
191/01	Neori José Barrionuevo	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	NG	NH
16/01	Nilse Giombelli	Servente Interno	NI	NJ
1210/01	Nilva Ana Tedesco Lovera	Servente Interno	NC	ND
1505/01	Nilza Versa Batista	Auxiliar de Enfermagem	NC	ND
2052/01	Nivia Schneider Krause	Nutricionista	IN	NA
1351/01	Odair José Felipe	Auxiliar de Administração	NC	ND
1378/01	Orlando de Moura Gonçalves	Operador de Máquinas Pesadas	NC	ND
197/01	Pedro Valdomiro Bee	Auxiliar de Operador de Máquinas	ND	NE
2062/01	Reginaldo Orlando	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	IN	NA
	Renato Tumelero			
1399/01	Roque José Alfien	Auxiliar de Administração	NC	ND
1368/01	Selvino Luiz Benetti	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	NC	ND
2100/01	Sergio Luiz Kaefer	Motorista de Veículos Leves e da Saúde	IN	NA
1206/01	Tathiana Emmert	Fisioterapeuta – 40hs	NC	ND
1519/01	Tereza Isabel de Oliveira	Auxiliar de Enfermagem	NC	ND
2061/01	Valdir Antonio Prior	Motorista de Veículos Leves e da Saúde	IN	NA
202/01	Valdir Burin	Mecânico	NH	NI
112/01	Valmir Darci Pereira	Motorista de Veículos Leves e da Saúde	NI	NJ
1247/01	Vanessa Fernandes Paludo	Advogado	NC	ND
103/01	Walter Horst Gomann	Motorista de Veículos Leves e da Saúde	NM	NM

Parágrafo único. Os servidores das matrículas 30/01, 103/01 e 170/01, mesmo habilitados para evolução funcional por desempenho, mantêm a mesma classe por estarem na classe final de progressão.

Art. 2º. Não fazem jus à evolução funcional por desempenho, em razão de se enquadrarem nos incisos I à VI do artigo 17 da Lei Complementar 27/2008, que regulamenta os casos de suspensão da contagem do tempo de serviço, para efeito desta promoção, os seguintes servidores efetivos:

Matrícula	Servidor	Cargo	Fundamento Legal
150/01	Amalia Maria Mariano Sartori	Servente Externo	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1209/01	Barbina da Silva	Servente Interno	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1190/01	Beatriz Finger	Servente Interno	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1155/01	Carola Laura S. Castilho	Servente Interno	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
2102/01	Clari Jose Paludo	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1409/01	Clodoaldo Luiz Weber	Auxiliar de Administração	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1208/01	Denise Pucci Carraro	Auxiliar de Administração	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1145/01	Edegar C. Da Costa Filho	Cirurgião Dentista	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
10/01	Hilse da Silva Bernardi	Servente Interno	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
12/01	Jandira Maria Weber	Servente Interno	Artigo 17 – I e II da Lei Complementar 27/2008
1513/01	Liamara Michaelsen	Auxiliar de Enfermagem	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1662/01	Luiz Carlos Bernardon	Médico – 20hs	Artigo 17 – I da Lei Complementar 27/2008
1179/01	Luiz Jlebovich	Operador de Máquinas Pesadas	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008

1189/01	Marcia Maria Hartmann	Servente Interno	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1163/01	Marlene Salete da Silva	Servente Interno	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
1166/01	Mercede Nardi	Servente Interno	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008
302/01	Rudolfo Evald Freyer	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	Artigo 17 – II da Lei Complementar 27/2008

Art. 3º. Fica indeferida a evolução funcional por desempenho dos servidores abaixo, conforme artigo 19, § 7º da Lei Complementar 27/2008, que regulamenta os critérios para a evolução por desempenho:

Matrícula	Servidor	Cargo	Fundamento Legal
1602/01	Ademir Lemes da Silva	Servente Externo	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008
1365/01	Arloci Berno	Técnico Agrícola	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008
1666/01	Ivandro Roberto Novakowski	Operador de Máquinas Pesadas	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008
15/01	Marta Regina Faccina	Telefonista	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008
1229/01	Renato Tumelero	Engenheiro Agrônomo	Artigo 19 – § 7º da Lei Complementar 27/2008

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Seara – SC., 12 de dezembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 12 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

## EDITAL Nº 05/2018

Publicação Nº 1487218

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 05/2018

Convoca aprovados para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 32/2017.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do item 10 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 32/2017,

#### CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocados para admissão imediata, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, os candidatos a seguir, aprovados no Processo Seletivo Público nº. 32/2017, para as vagas de trabalho a seguir mencionadas:

I - Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO – 40H:

Número de vagas: 02

Candidato: 2º lugar – CARLOS ROBERTO MARZAROTTO

Candidato: 3º lugar – MARIANA BENETTI

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer até o dia 15 de janeiro de 2018, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h30min horas.

Parágrafo único. A bem do serviço público e considerando as demandas das atividades, a data de início dos trabalhos deverá ocorrer da seguinte forma:

= em 29/01/2018, para assumir as atividades de Inspeção conforme acordo de cooperação técnica celebrado entre a União Federal, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Seara, bem como, o Convênio nº 417/2016 – celebrado entre a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Município de Seara e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC;

= 01/02/2018, para as atividades de substituição de licença gestação e férias da Médica Veterinária que atua na Secretaria Municipal da Agricultura;

Art. 3º O não comparecimento dos candidatos para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. Os candidatos convocados, impossibilitados de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital, poderá

requerer diretamente ao Secretário Municipal da Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 10 de janeiro de 2018.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 10 de janeiro de 2018.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

## EDITAL Nº 06/2018

Publicação Nº 1487222

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 06, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Processo Seletivo para preenchimento de Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação. O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências e considerando o disposto no inciso IX do art. 2º da Lei Complementar nº 030/2008, e da Lei Complementar nº 87, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na educação escolar indígena, nos níveis de Ensino Fundamental, no ensino regular da rede pública municipal para o ano de 2018.

#### 1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através PROVAS e TÍTULOS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes, sendo executado pela Secretaria Municipal de Educação, localizada à Rua Beira Rio, nesta cidade e Município de Seara/SC. Telefone (49) 3452.40.53. Endereço eletrônico: [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br)

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 10 à 25 de Janeiro de 2018 das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, situado na rua Beira Rio, nº 5, Centro, Seara/SC.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período previsto no subitem 1.2 deste edital:

1.3.1. Acessar o site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e Link ACESSO A INFORMAÇÃO/PROCESSO SELETIVO/EDITAL 06/2018;

1.3.2. Baixar e ler na íntegra o Edital, preencher a ficha de inscrição (Anexo I), podendo optar em apenas 01 (uma) área de ensino, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar em apenas de 01 (uma) área de ensino, para tanto, o candidato deverá apresentar documentação de habilitação para a opção.

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e entregá-lo pessoalmente no endereço no item 1.2 deste edital, seguindo as instruções;

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a entrega no endereço estabelecido no item 1.2 deste edital, com o recibo de protocolo.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição estabelecido nos item 1.3 e seus subitens (1.3.1 à 1.3.4) deste Edital implicará a não efetivação da inscrição.

1.6. No dia 26 de janeiro de 2018 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia seguinte da homologação para entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação pelo telefone (49) 3452.4053 e comunicar o ocorrido;

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição.

1.8. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de cargo, seja qual for o motivo alegado.

1.9. As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir durante o ano letivo de 2018. A remuneração será a da Classe Inicial dos Anexos, I "A", III, da Lei Complementar nº 87, de 28 de dezembro de 2017 de acordo com a qualificação respectiva prevista nos anexos especificados.

1.10. São condições para a inscrição:

1.10.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do art. 12 da Constituição Federal.

1.10.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;

1.10.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

1.10.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada.

## 2. DAS DISCIPLINAS, DAS ÁREAS E DA HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

2.1. O candidato poderá se inscrever para até 1 (uma) área de ensino/disciplina devendo orientar-se pela tabela constante no subitem 2.5.2 deste Edital.

2.2. O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/área de inscrição através da entrega na Secretaria de Educação, no endereço previsto no item 1.2 deste Edital, a partir da inscrição até a data limite estabelecido no mesmo item, em envelope lacrado e identificado com fotocópia do documento que comprove a habilitação mínima exigida conforme normas dispostas no presente Edital.

2.3. O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso, devidamente registrado, ou, provisoriamente, para os formandos, declaração de que conclui e foi aprovado em todas as disciplinas, apresentando o histórico escolar até a data limite estabelecido no item 1.2 deste Edital.

2.3.1. O candidato que apresentar certidão de colação de grau, deverá, obrigatoriamente, no dia da admissão, apresentar o original e a fotocópia do diploma de colação do curso.

2.3.2 O candidato que não apresentar no dia da admissão o diploma de conclusão do curso perceberá seus vencimentos como não-habilitado até que o apresente.

2.4. O candidato, estudante do Curso de Graduação em Licenciatura Plena, deverá a entrega na Secretaria de Educação, no endereço previsto no item 1.2 deste Edital, a partir da inscrição até a data limite estabelecido no mesmo item, em envelope lacrado e identificado, o original da certidão emitida pela instituição de ensino, mencionando a fase ou semestre que o aluno está matriculado e frequentando as aulas, bem como histórico das disciplinas cursadas.

2.5. As disciplinas e a respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir.

### 2.5.1. Área de Educação Escolar Indígena

2.5.1.1. Na área de Educação Escolar Indígena serão oferecidas vagas para:

2.5.1.1.1. Educação Infantil: Educação Infantil crianças de 4 e 5 anos:

2.5.2. A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato.

Área Atuação/Disciplina	Habilitação Mínima Exigida
Educação Infantil	Habilitado: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior ou Licenciatura Intercultural Indígena. Não Habilitado: Diploma de curso de Magistério ou Magistério Indígena, ou frequência a partir da terceira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura.
Língua Kaingang	Habilitado: Licenciatura Intercultural Indígena – Terminalidade das Linguagens/Ênfase Línguas Indígenas Não Habilitado: Diploma do curso Magistério ou Magistério indígena ou Certidão de Frequência a partir da primeira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

2.5.2.1. Os candidatos à vaga de Língua Kaingang deverão apresentar, no momento da contratação, declaração de sua liderança indígena/cacique ou da FUNAI quanto à sua proficiência na respectiva língua.

2.5.2.2. O professor de Educação Infantil, assumirá a regência da turma.

2.5.2.3. O professor de Língua Kaingang, de forma suplementar assumirá as aulas de kaingang, educação física, jogos, cultura e artes.

## 3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme art. 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

3.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou



que forem criadas no prazo de validade do presente processo.

3.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01 (uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

3.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5. Os benefícios previstos no art. 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições previsto no subitem 1.2 deste Edital. O candidato deverá preencher o Anexo III, deste Edital, entregar na Secretaria Municipal de Educação, até as 17h30min do dia 25 de janeiro de 2018, sob pena de indeferimento do pedido:

3.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;

3.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;

3.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário: (a não solicitação de prova especial eximirá a Secretaria Municipal de Educação de qualquer providência).

3.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo (subitem 3.5) e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

3.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

3.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados

3.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de aposentadoria por invalidez.

#### 4. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Após o preenchimento do requerimento de inscrição, conforme especificado no subitem 1.3.4 deste Edital, o candidato deverá apresentar cópia dos documentos especificados nos subitens 7.2 e 7.3 deste edital, até as 17h30min do dia 25 de janeiro de 2018, em um envelope com a seguinte identificação:

4.2. Este envelope será lacrado e assinado pelo candidato e pelo funcionário que irá receber os documentos, no local do lacre no momento da entrega.

4.3. O envelope com os documentos deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Educação, na Avenida Beira Rio, nº 05 Seara/SC, no horário das 8h00min às 11h30min e das 14h00min às 17h30min.

4.4. O candidato deverá trazer o comprovante de inscrição ou requerimento preenchido, para receber a autenticação de entrega dos títulos.

4.5. O candidato que não entregar a documentação solicitada nos subitens 7.2 e 7.3 deste Edital pontuará apenas com a nota da prova escrita.

4.6. A entrega da documentação para candidatar-se a qualquer vaga é de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior a inscrição.

4.7. Não serão feitas cópias de documentos na Secretaria Municipal da Educação ou em qualquer escola da rede municipal de ensino;

4.8. Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os



apresentar até prazo estipulado;

4.9. Os títulos entregues serão inutilizados após decorrido o prazo de 365 dias corridos, contando da data da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo, exceto os constantes nas alíneas "a", "b" "c" "d" dos subitens 7.2 e 7.3 deste Edital que serão arquivados nos registros pessoais do Departamento de Recursos Humanos.

4.10. Para fins de contratação de habilitado, o profissional será contratado conforme a documentação entregue no ato da inscrição.

4.11. Documentos para inscrição de professor de Educação Infantil:

4.11.1. Professor Habilitado:

4.11.1.1. De caráter obrigatório: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em educação infantil ou Normal Superior ou Licenciatura Intercultural Indígena.

4.11.1.2. De caráter optativo: Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de dezembro de 2017;

4.11.1.3. De caráter optativo: Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação e na Educação Escolar Indígena

4.11.2. Professor não Habilitado:

4.11.2.1. De caráter obrigatório: Diploma de curso de Magistério ou Magistério Indígena, ou frequência a partir da terceira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura

4.11.2.1. De caráter optativo: Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de dezembro de 2017;

4.11.2.3. De caráter optativo: Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação e na Educação Escolar Indígena.

4.12. Documentos para inscrição de professor de Língua Kaingang:

4.12.1. Professor Habilitado:

4.12.1.1. De caráter obrigatório: Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Intercultural Indígena – Terminalidade das Linguagens/Ênfase Línguas Indígenas.

4.12.1.2. De caráter optativo: Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de dezembro de 2017;

4.12.1.3. De caráter optativo: Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação e na Educação Escolar Indígena

4.12.2. Professor não Habilitado:

4.12.2.1. De caráter obrigatório: Diploma e histórico do curso Magistério ou Magistério indígena ou Certidão de Frequência a partir da primeira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.

4.12.2.1. De caráter optativo: Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 30 de dezembro de 2017;

4.12.2.3. De caráter optativo: Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação e na Educação Escolar Indígena.

4.13. O profissional que concluiu o curso e não recebeu o certificado ainda, poderá entregar uma declaração de conclusão de curso devidamente assinada e validade pela entidade na qual cursou, acompanhado do histórico das disciplinas cursadas

## 5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.

5.2. As provas serão realizadas no dia 01 de Fevereiro de 2018 com início às 9h00min e término às 11h00min. tendo como local Auditório João Furlanetto situada na Avenida Beira Rio, Nº 05, centro, Seara/SC.

5.3. A duração da prova escrita será de até 2h (duas horas), já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

5.4.1. Cédula de Identidade - RG;

5.4.2. Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

5.4.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

5.4.4. Certificado Militar;

5.4.5. Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

5.4.6. Passaporte.

5.4.1. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4.

5.4.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.5. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.5.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.5.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

5.6. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.

5.6.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.6.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.8. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.9. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.10. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.11. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.12. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.13. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.

5.14. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

## 6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova terá peso 5 (cinco) com 20 questões de múltipla escolha, conforme abaixo:

6.2. O candidato que obter 0 (zero) na prova escrita será desclassificado do presente Processo Seletivo.

6.3. Para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico (matemática)	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos na Área de Educação/Cultura Indígena/Kaingang	05 (cinco)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)

Total de Questões	20 (vinte)
-------------------	------------

#### 6.4. Para o Cargo o de Professor de Língua Kaingang;

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Raciocínio Lógico (matemática)	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos na Área de Educação/Cultura Indígena/Kaingang	05 (cinco)
Língua Kaingang	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

6.5. Fica vedado duas inscrições, sendo uma o cargo de Professor de Educação Infantil e outra para a Língua Kaingang.

6.5.1. Ocorrendo a hipótese estabelecida no subitem 6.5 deste Edital, as duas inscrições serão indeferidas.

6.6. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo II deste Edital.

6.7. A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória da nota da prova acrescida do computo dos títulos.

#### 7. DOS TÍTULOS

7.1. Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área de Educação:

7.2. Para os professores habilitados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
a) Especialização e ou pós-graduação lato sensu na área específica, ou da educação	2,0 ponto - máximo um título -
b) Graduação	1,0 pontos - na área específica
c) Tempo de Serviço no Magistério, por período de contrato, contagem até 30/12/2017 devidamente assinados e identificados pelo responsável. (Para efeito de contagem será desconsiderado o tempo concomitante.)	0,005 - por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto.
d) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, com registro e reconhecidos	0,05 pontos – para cada 20 horas limitado a 1 (um) ponto
e) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da cultura indígena e educação escolar indígena educação, com registro e reconhecidos.	0,10 pontos – para cada 20 horas limitado a 1 (um) ponto.

7.3. Para professores não habilitados a Prova de Títulos são considerados:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
a) Diploma do curso Magistério ou Magistério Indígena ou Certidão de Frequência a partir da primeira fase/período/semestre em Curso de Licenciatura Intercultural Indígena.	2,00 (dois pontos) para Diploma de Curso de Magistério e Magistério Indígena ou 0,20 (zero vírgula vinte) pontos por fase concluída, contadas a partir da 1ª fase/período/semestre, limitado a 2 (dois) Pontos.
b) Tempo de Serviço no Magistério, por período de contrato, contagem até 30/12/2017 devidamente assinados e identificados pelo responsável. (Para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante.)	0,005 - por mês efetivo no exercício, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais, como um mês, limitado a 1 (um) ponto.
c) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação, com registro e reconhecidos.	0,05 pontos – para cada 20 horas limitado a 1 (um) ponto.
d) Curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da cultura indígena e educação escolar indígena educação, com registro e reconhecidos.	0,10 pontos – para cada 20 horas limitado a 1 (um) ponto.

7.4. Os títulos de que dispõe a tabela dos profissionais habilitados, no que diz respeito à titulação por doutorado, mestrado, pós e graduação NÃO serão cumulativas. Será considerado para fins de contagem de pontos o maior título apresentado;

7.5. O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado;

7.6. Serão pontuados como títulos, certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação.

7.8.1. Os cursos e certificados a que se refere os subitens 7.2 e 7.3, deste Edital só serão considerados se forem emitidos por:

7.8.1.1 Instituições de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo MEC;

7.8.1.2. Órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais da Educação ou credenciados pelos mesmos;

7.8.1.3. Secretarias Municipais de Educação;

7.9. Os professores não titulado são classificados em listas separadas dos habilitados.

## 8. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

8.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pela Secretaria Municipal de Educação e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

8.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas páginas descritas no subitem 1.2 deste Edital, e afixados também no Mural Oficial da Prefeitura, situado no átrio do Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Avenida Anita Garibaldi, 371, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

## 9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em todas as fases da classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

9.1.1. Melhor nota em conhecimento específico;

9.1.2. Melhor nota na prova escrita;

9.1.3. Idade mais elevada;

9.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

## 10. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBEJTIVA

10.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, com peso 50% (cinquenta por cento) e terá caráter classificatório.

10.1.1. Fica desclassificado o candidato que zerar na prova escrita.

10.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

NPO  
Onde:

NPE = Nota da prova escrita  
TQP = Total de questões da prova  
NAP = Número de acertos na prova

## 11. DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova escrita e dos títulos mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$NTC = (NPE \times 0,50) + NPT$ , onde:

NTC = Nota Total do Candidato  
NPE = Nota da prova escrita (subitem 10.2 deste Edital)  
0,50 = Peso da Prova Escrita (Peso 50 % subitem 10.1 deste Edital).  
NPT = Nota da prova de Títulos (subitens 7.2 e 7.3 deste Edital - Valor máximo 5 pontos).

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de dois dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido a Prefeita Municipal, cuja decisão será publicada nos site e [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br).

12.2. Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo e apresentado exclusivamente, via presencial através de requerimento escrito, interpostos até 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da

contagem do prazo e relativos:

12.2.1. Da homologação das inscrições;

12.2.2. Dos gabaritos divulgados nos site previstos no subitem 12.1 deste edital.

12.2.3. Do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

12.3. Para protocolar o recurso o candidato deverá ser realizado junto a Secretaria Municipal de Educação no endereço Rua Beira Rio, nesta cidade e Município de Seara - SC;

12.4. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

12.5. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

12.6. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

12.7. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

12.8. Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

12.9. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

12.10. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

12.11. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

### 13. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

13.1. As vagas disponíveis para a chamada de professores ACT's ficarão vinculadas aos professores efetivos e lotados, em atribuição de exercício e outros ocupantes de cargos comissionados, licenças legais, bem como aquelas não ocupadas no último concurso público, e em função da demanda de matrículas, podendo ser chamados, havendo necessidade maior do que a pretendida.

13.1.1 As vagas a serem preenchidas serão 01 (uma) para Educação Infantil e 01 (uma) para Língua Kaingang, para atender as crianças de Educação Infantil da área Indígena para o ano letivo 2017. A data de escolha de vagas será no dia 06 de fevereiro de 2018, tendo como local a Secretaria Municipal da Educação, no turno Matutino a partir das 8h30min.

13.2. O candidato que escolher vaga de ano todo, surgindo outra vaga, sendo ela no mesmo turno da vaga anteriormente escolhida, não será consultado;

13.2.1. Após a escolha das vagas de ano todo, surgindo novas vagas no decorrer do ano letivo, a escolha se dará pela ordem de classificação dos candidatos, à partir do primeiro da lista de reserva técnica.

13.3. Os professores não habilitados somente serão chamados se não houver mais nenhum professor e auxiliar habilitado a ser chamado.

13.4. O levantamento de vagas será efetuado pela Secretaria Municipal da Educação, de acordo com o número de aulas e/ou turmas disponíveis nas escolas da rede municipal de ensino, mediante a necessidade no decorrer do ano letivo 2018.

13.5. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha da vaga, bem como, aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada.

13.6. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

- 14.3. O Município não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.
- 14.4. Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.
- 14.5. O gabarito oficial será disponibilizado no site do Município e Mural Público da Prefeitura a partir das 10 (dez) horas do dia subsequente à data da aplicação da prova.
- 14.6. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.
- 14.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.
- 14.8. A Prefeitura Municipal de Seara e a Secretaria Municipal da Educação não se responsabilizam por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas será seguida a listagem classificatória.
- 14.9. A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2018.
- 14.10. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação conforme solicitação do Departamento de Pessoal, constantes do Anexo IV.
- 14.11. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.
- 14.12. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por função, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.
- 14.13. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento do Processo Seletivo designada por Decreto do Poder Executivo Municipal.
- 14.14. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da Secretaria Municipal da Educação de Seara.
- 14.15. O candidato efetivo que já possuir 40 (quarenta) horas de trabalho semanais no Serviço Público Municipal ficará impedido de escolher aulas, mesmo sendo em outra área de atuação.
- 14.16. Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal da Educação e com o Projeto Político-Pedagógico da Educação Escolar Indígena, buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2018.
- 14.17. O contrato do professor substituto poderá ser prorrogado enquanto perdurar o afastamento do titular, mesmo que por motivo diverso ao que gerou o primeiro afastamento, desde que não haja interrupção entre os períodos.
- 14.18. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.
- 14.19. Os candidatos classificados no teste seletivos serão admitidos sob o regime Estatutário estabelecido pela Lei Complementar nº 18/2003 e de acordo com a Lei Complementar nº 30/2008 e Lei Complementar nº 21/2003.
- 14.20. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.
- 14.21. Os professores poderão ser remanejados de escolas e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.
- 14.22. Fazem parte do presente Edital os seguintes Anexos:
- 14.22.1. Anexo I – Requerimento de Inscrição
- 14.22.2. Anexo II – Conteúdos Programáticos;
- 14.22.3. Anexo III – Requerimento para Candidato Portador de Necessidades Especiais;
- 14.22.4. Anexo IV – Documentos Necessários para Admissão.
- 14.23. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, conforme o número de vagas, carga horária e dia de escolha estabelecidas no subitem 13.1.1 deste Edital a ser publicado no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br).





**ANEXO II**  
**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****I – CONTEÚDO COMUM PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSOR**

a) Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Figuras de linguagem. Ortografia. Acentuação. Pontuação. Coesão e Coerência. Gêneros Textuais.

b) Matemática e Raciocínio Lógico Matemático: Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações problemas.

c) Conhecimentos Gerais e Atualidades: Dados históricos, geopolíticos e socioeconômicos, do município, do estado, do país e do mundo. Fatos relevantes da atualidade no Brasil e no Mundo e suas vinculações históricas. Informações atuais sobre artes, esportes e cultura, no Brasil e Mundo. Meio Ambiente. Política e cidadania no Brasil. História do Município. Fatos relevantes do Município.

d) Conhecimentos na Área da Educação: Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Plano Municipal de Educação. Concepções Pedagógicas. Planejamento na prática educativa. Avaliação. Currículo. O lúdico como instrumento de aprendizagem. Desenvolvimento da criança e do adolescente. Educação Inclusiva. Psicologia da aprendizagem. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

e) Cultura Indígena/Kaingang: Aspectos da Cultura Kaingang em Santa Catarina, Racismos. Cidadania e políticas afirmativa. As sociedades indígenas no mundo contemporâneo. Patrimônio cultural. Elaboração de novas identidades culturais no mundo sob o impacto da industrialização e urbanização. Direito dos povos; povos indígenas e comunidades tradicionais. Saberes formais e saberes tradicionais indígenas.

**II – CONHECIMENTOS ESPECIFICOS:**

a) Professor de Educação Infantil: Desenvolvimento infantil. Organização do trabalho pedagógico na educação infantil. A organização do espaço na Educação Infantil. Rotinas na educação infantil. Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em Educação Infantil. Avaliação na educação infantil. Teorias educacionais. Concepções Pedagógicas. O desenho infantil. Limites. O lúdico como instrumento de aprendizagem. O jogo e o brincar. Sexualidade. Família. Educação Inclusiva. Mídia e Educação. Referencial Curricular Nacional para educação infantil. Linguagens e linguagens geradoras. Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais.

b) Professor de Língua Kaingang: Ensino da Língua Materna. Políticas Linguísticas. Metodologia de estudos de línguas. A importância da língua materna. A experiência do professor na sala de aula. Sistema de escrita: o alfabeto da língua materna. Vocabulário básico em língua materna: numerais, partes do corpo humano; armas e instrumentos. Construção de frases em língua materna e tradução em portuguesa.

**ANEXO III****REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Nome: \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, inscrito

(a) para o Cargo de, \_\_\_\_\_ Residente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_,

Bairro: \_\_\_\_\_, Fone: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_, portador da necessidade especial \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condições especiais (\*) para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município/SC, conforme Edital nº 06/2018, anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

(\*) Anexar documento apresentando as condições diferenciadas de que necessita para realização da prova e/ou justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da sua área de deficiência.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017**

Publicação Nº 1486965

Processo Licitatório nº. 008/2018  
Edital de Tomada de Preços nº. 001/2018.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, até às 08h30min do dia 26/01/2018, documentação e propostas referentes à Contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução de obra de reforma de uma edificação em alvenaria onde está instalado o C.E.I. Dona Ilse, situado a Rua Pinheirinho, nº 22, bairro Industrial, Seara/SC, totalizando uma área a ser reformada de 163,70 m<sup>2</sup> (externa) e 715,80 m<sup>2</sup> (interna). A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br), e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 10 de janeiro de 2018.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 1/2018**

Publicação Nº 1486623

PORTARIA Nº 1/2018, de 09 de janeiro de 2018.  
Concede férias à servidora

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Conceder férias à servidora ADRIANA DE CAMARGO, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Administradora Legislativa, Nível 50, matrícula 2, referente ao período 1º de abril de 2016 a 31 de março de 2017, por 30 (trinta) dias, a partir do dia 11 de janeiro de 2018.

ELISEU AREND (FONSO)
----------------------

Presidente da Mesa
--------------------

**PORTARIA Nº 2/2018**

Publicação Nº 1486628

PORTARIA Nº 2/2018, de 09 de janeiro de 2018.  
Concede férias à servidora

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Conceder férias à servidora WANDERLÉIA TONDELLO BASTISTA, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Servente, Nível 10, referente ao período 10 de dezembro de 2016 a 09 de dezembro de 2017, por 30 (trinta) dias, a partir do dia 15 de janeiro de 2018.

ELISEU AREND (FONSO)
----------------------

Presidente da Mesa
--------------------

**PORTARIA Nº 3/2018**

Publicação Nº 1486814

PORTARIA Nº 3/2018, de 09 de janeiro de 2018.  
Designa servidora para fiscalização de Contrato nº 10/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Adriana de Camargo, para acompanhar e fiscalizar, nos termos do art. 67, da Lei n.º 8666/93, o Contrato nº 10/2017, de 21 de dezembro de 2017.

Art. 2º A servidora não receberá nenhuma remuneração extra, sendo que a prestação do serviço será considerada relevante.

Art. 3º Os efeitos desta Portaria cessam, com o encerramento da vigência do Contrato, inclusive suas possíveis alterações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISEU AREND (FONSO)
----------------------

Presidente da Mesa
--------------------

**PORTARIA Nº 4/2018**

Publicação Nº 1486815

PORTARIA Nº 4/2018, de 09 de janeiro de 2018.

Designa servidoras para fiscalização dos Contratos nºs 12, 13, 14 e 15/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Marinês Miranda para acompanhar e fiscalizar, nos termos do art. 67, da Lei nº 8666/93, os Contratos nºs 12, 13 e 14, de dezembro de 2017 e a servidora Adriana de Camargo para acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 15, de 28 de dezembro de 2017.

Art. 2º As servidoras não receberão nenhuma remuneração extra, sendo que a prestação do serviço será considerada relevante.

Art. 3º Os efeitos desta Portaria cessam, com o encerramento da vigência do Contrato, inclusive suas possíveis alterações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISEU AREND (FONSO)
----------------------

Presidente da Mesa
--------------------

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 013/2018

Publicação Nº 1487069

DECRETO Nº 013/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PAMELA TEREZINHA ROSSIGNOLLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Municipal nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido licença sem remuneração, a pedido, à Servidora Pública Municipal PAMELA TEREZINHA ROSSIGNOLLO, matriculada sob nº 902, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, nível 11-A, do Grupo 1-SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Esta licença compreende o período de 19 de janeiro de 2018 a 18 de janeiro de 2019 (01 ano).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 10 de janeiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 005/2018

Publicação Nº 1487298

DECRETO Nº 005, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA COSTELLA VALMORBIDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal TERESINHA COSTELLA VALMORBIDA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com lotação Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, no período de 10.01.2018 a 08.07.2018, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 10 de janeiro de 2018.

VANDERLEI GALLINA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

### PORTARIA 013/2018

Publicação Nº 1486629

PORTARIA Nº 013, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal FRANCIANE APARECIDA PERERA, ocupante do cargo de Odontóloga com lotação na Secretaria Municipal da Saúde de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16.08.2016 a 15.08.2017 a serem gozadas no período de 15.01.2018 a 13.02.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
10 de janeiro de 2018.

VANDERLEI GALLINA

Prefeito Municipal em Exercício



REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

## PORTARIA 014/2018

Publicação Nº 1486630

PORTARIA Nº 014, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal TATIANA TONEL, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 14.10.2016 a 13.10.2017 a serem gozadas no período de 15.01.2018 a 03.02.2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando vinculado ao DOM, conforme Lei Municipal 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
10 de janeiro de 2018.  
VANDERLEI GALLINA  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

## PORTARIA 015/2018

Publicação Nº 1486633

PORTARIA Nº 015, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal MARILENE MANN REOLON ocupante do cargo de Coordenadora das Atividades da Saúde, com lotação na Secretaria Municipal da Saúde de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 22.05.2016 a 21.05.2017 e 22.05.2017 a 21.05.2018 a serem gozadas no período de 23.01.2018 a 11.02.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
10 de janeiro de 2018.  
VANDERLEI GALLINA  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**PORTARIA 016/2018**

Publicação Nº 1486635

PORTARIA Nº 016, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal ELISANDRA ALBANI, ocupante do cargo de Controle Interno, com lotação no Gabinete do Prefeito de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2014 a 31.01.2015, e 01.02.2015 a 31.01.2016 a serem gozadas no período de 15.01.2018 a 03.02.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
10 de janeiro de 2018.  
VANDERLEI GALLINA  
Prefeito Municipal em Exercício

**REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:**

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**PORTARIA 017/2018**

Publicação Nº 1486636

PORTARIA Nº 017, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal VALDECIR TOSETTO, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Administração, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Cultura e Esportes de 10 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16.01.2017 a 15.01.2018 a serem gozadas no período de 24.01.2018 a 02.02.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
10 de janeiro de 2018.  
VANDERLEI GALLINA  
Prefeito Municipal em Exercício

**REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:**

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**PORTARIA 018/2018**

Publicação Nº 1486637

PORTARIA Nº 018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal DIEGO GUSTAVO KIRCH ocupante do cargo de Assessor Cultural, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, de 20 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 04.01.2017 a 03.01.2018 a serem gozadas no período de 15.01.2018 a 03.02.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
28 de setembro de 2015.

VANDERLEI GALLINA  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**PORTARIA 019/2018**

Publicação Nº 1486639

PORTARIA Nº 019, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Abono Pecuniário ao Servidor Público Municipal JOSE REZENDE, ocupante do cargo de TESOUREIRO, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, 10 dias de abono, relativas ao período aquisitivo de 07.01.2017 a 06.01.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sul Brasil, 10 de janeiro de 2018.

VANDERLEI GALLINA  
Prefeita Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**PORTARIA 021/2018**

Publicação Nº 1486645

PORTARIA Nº 021, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal GERI MARCOS SIGNOR, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes de 19 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 18.02.2016 a 17.02.2017, a serem gozadas no período de 15.01.2018 a 02.02.2018.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
10 de janeiro de 2018.

VANDERLEI GALLINA  
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO  
Diretor de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL 002/2018**

Publicação Nº 1487675

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL  
AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇO  
Processo Administrativo nº.002/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº.002/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2018.

Recebimento dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 25 de janeiro de 2018

Abertura dos envelopes: 08:45 horas do dia 25 de janeiro de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 10 de janeiro de 2018.

Vanderlei Gallina  
Prefeito Municipal em Exercício

**PREGÃO PRESENCIAL 003/2018**

Publicação Nº 1487679

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº.003/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº.003/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO.

Recebimento dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 25 de janeiro de 2018

Abertura dos envelopes: 14:00 horas do dia 25 de janeiro de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo [www.sulbrasil.sc.gov.br](http://www.sulbrasil.sc.gov.br).

SUL BRASIL – SC, 10 de janeiro de 2018.

Vanderlei Gallina

Prefeito Municipal em Exercício

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 169, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1486803

DECRETO Nº 169, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 1.263,89 (um mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2036

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0400 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.263,89

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 1.263,89 (Hum mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2036

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0400 - Aplicações Diretas ..... R\$ 1.263,89

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 172, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1486809

DECRETO Nº 172, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/15, de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 51.109,14 (Cinquenta e um mil, cento e nove reais e quatorze centavos) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Município.

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2002

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 390,55

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 3.976,15

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.0149 – Aplicação Direta

Decorrente de Operações entre Órgão Público ..... R\$ 1.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2016

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 5.521,34

Atividade 2019



Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 6.817,28

Atividade 2022

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 3.584,25

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Transf. à Instituições

Privadas s/ fins lucrativos ..... R\$ 1.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 2.979,26

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 20.840,31

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 5.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 51.109,14 (Cinquenta e um mil, cento e nove reais e quatorze centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do município.

02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2002

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 390,55

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 4.976,15

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2016

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 5.521,34

Atividade 2019

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas..R\$ 6.817,28

Atividade 2022

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 3.584,25

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 1.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 2.979,26

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 20.840,31

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas..R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 174, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1486812

DECRETO Nº 174, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

**"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 1.753,56 (Um mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2013

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0402 - Aplicações Diretas.....R\$ 1.753,56

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 1.753,56 (Um mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2013

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0402 - Aplicações Diretas.....R\$ 1.753,56

Art. 3º. Fica suplementada a importância de R\$ R\$ 11.138,77 (Onze mil, cento e trinta e oito reais e setenta e sete centavos) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0402 - Aplicações Diretas.....R\$ 11.138,77

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº128/2017 REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 1487040

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº128/2017 REGISTRO DE PREÇO

Aos dez dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, as quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 128/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto registro de preço a AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE PINUS E EUCALIPTO SERRADO (PRANCHAS, VIGA, TABUAS, RIPAS, MADEIRA QUADRADA) PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E AGRICULTURA, modalidade fornecimento parcelado. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) IRMÃOS ROSSATO E CIA LTDA ME, representada neste ato por João Marcelo Rossato.

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, passa a vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontra-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa baixou o valor da sua proposta, sagrando-se assim vencedor a empresa IRMÃOS ROSSATO E CIA LTDA ME com o valor total do lote de R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não teve manifestação de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 10/01/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 10 de Janeiro de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

IRMÃOS ROSSATO E CIA LTDA ME

**DECRETO Nº 158, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. "FICAM ESTABELECIDAS AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 1486796

DECRETO Nº 158, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

"FICAM ESTABELECIDAS AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art. 8º e 13º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 de conformidade com as Leis Municipais nºs 2.345/2017 e 2.352/2017 .

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal do Desembolso Para o Exercício Financeiro de 2018, consolidando a Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único. O Anexo I deste Decreto estabelece as Metas Bimestrais de Arrecadação, enquanto o anexo II estipula a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, para o exercício de 2018.

Art. 2º A Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal aprovados por este Decreto poderão ser alterados durante o exercício de 2018, sempre que o comportamento da arrecadação e a realização das despesas indicarem a necessidade de intervenção para alcançar o equilíbrio fiscal e financeiro.

Art. 3º Havendo incremento das receitas em valores superiores aos fixados neste Decreto ficam os valores estabelecidos no Cronograma de Desembolso reajustado nos mesmos percentuais.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 166, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1486799

DECRETO Nº 166, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2013

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0402 Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 167, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1486800

DECRETO Nº 167, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/16.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2013

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0402 - Aplicações Diretas...R\$ 20.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2013

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0402 - Aplicações Diretas...R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 168, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1486801

DECRETO Nº 168, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.298/16.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 3.829,77 (Três mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no exercício anterior.

11- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0400 Aplicações Diretas ..... R\$ 1.703,12

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0400 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.126,65

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 170, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1486805

DECRETO Nº 170, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

**"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298 de 22/11/2016.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 37.154,84 (Trinta e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 37.154,84

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 28 DE DEZEMBRO DE 2017.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 171, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".**

Publicação Nº 1486806

DECRETO Nº 171, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.298/16.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 10.569,83 (Dez mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0402 - Aplicações Diretas.....R\$ 10.569,83

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 10.569,83 (Dez mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0402 - Aplicações Diretas.....R\$ 10.569,83

Art. 3º. Fica suplementada a importância de R\$ R\$ 29.580,48 (Vinte e nove mil, quinhentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0402 - Aplicações Diretas.....R\$ 29.580,48

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 173, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 1486810

DECRETO Nº 173, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298 de 22/11/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 39.141,45 (Trinta e nove mil, cento e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2016

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0401 Aplicações Diretas ..... R\$ 33.129,62

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0401 Aplicações Diretas ..... R\$ 6.011,83

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PR 133/2017**

Publicação Nº 1486945

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 133/2017, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. Os envelopes contendo a documentação e proposta de preço serão recebidos até às 10h00min do dia 25/01/2018, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 10 de Janeiro de 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN  
PREFEITO MUNICIPAL E.E

### **RETIFICAÇÃO PR 008/2017**

Publicação Nº 1487339

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017  
RETIFICAÇÃO

O Município de Tangará, através do Chefe do Poder Executivo, torna público aos interessados em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do mesmo. Referente ao valor unitário e total e especificação do item 1 e 2 do pregão nº 008/2017 objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BORDADO EM FITA, PEDRARIA EM CHINELO, PET-COLAGEM E BISCUIT PARA O CENTRO DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Houve um equívoco no lançamento do valor unitário e total do item 1 e 2, onde era item 1 R\$ 687,67 agora se lê R\$ 1.203,42 unt e item 2 onde era R\$ 688,33 agora se lê R\$ 1.204,57 unt consequentemente alterando também o valor total dos itens, alterado também a especificação dos itens. Permanecendo com a mesma data e hora. Passando a vigora com a nova redação.

Os demais conteúdos ficam inalterados.

Tangará, 10 de Janeiro de 2018  
Valmor Antonio Vivian  
Prefeito Municipal e.e



# Tijucas

## PREFEITURA

### CHAMADA PUBLICA Nº 001/SME/2018

Publicação Nº 1486908

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/SEC/2018

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios a Serem Adquiridos pela Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para o ano de 2018, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data para Apresentação da Documentação e Proposta: 11 de janeiro à 30 de janeiro de 2018, das 7h00 às 13h00.

Data para Abertura da Documentação e Proposta: 31 de janeiro de 2018 às 8h00, no Setor de Licitação.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitação, sito a Rua Cel. Büchelle, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)

Neide Reis – Secretária Municipal de Educação.

### DECRETO Nº 1300/2018

Publicação Nº 1486912

DECRETO Nº 1300, 10 DE JANEIRO DE 2018.

Permite o uso de espaço público.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 82 e na forma do inciso III do § 2º do art. 13, todos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições da Lei Municipal nº 2579, de 18 de Maio de 2015, e demais disposições legais, e ainda;

Considerando o encerramento das atividades da empresa Sérgio Capitolino de Souza – Me, em função do falecimento do titular, que ocupava a sala 3 do Terminal Rodoviário Miguel Vieira de Brito, na qualidade de concessionária, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade Concorrência nº 208/PMT/15, resultando firmado o contrato nº 341/PMT/2015, em 05 de novembro de 2015, que era Agenciadora de Passagens da empresa Reunidas S.A.;

Considerando o fechamento da sala da Agenciadora de Passagens da empresa Reunidas S.A, ficando esta sem ponto de venda de passagens no Terminal Rodoviário Miguel Vieira de Brito, dificultando o atendimento dos usuários de transportes coletivos;

Considerando requerimento formulado pela empresa Reunidas Turismo S/A, solicitando a concessão de uso de espaço para suprir momentaneamente a necessidade de manutenção dos serviços prestados no Terminal Rodoviário Miguel Vieira de Brito;

Considerando que o processo licitatório para concessão de uso dos espaços (salas) ainda não ocupados no Terminal Rodoviário Miguel Vieira de Brito será providenciado em breve e que a permissão de uso é instituto previsto a título precário.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso de espaço público, identificado como sala 2 do Terminal Rodoviário Miguel Vieira de Brito à empresa Reunidas Turismo S/A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.176.082/0001-80.

Art. 2º A permissão de uso prevista neste decreto é concedida a título precário, até a conclusão do processo licitatório para concessão de uso dos espaços públicos ainda disponíveis no Terminal Rodoviário Miguel Vieira de Brito.

Art. 3º A Permissionária fica condicionada as seguintes premissas:

I – Efetuar o pagamento mensal de R\$ 375,52 (trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), referente à utilização da loja 02 piso térreo – ponto de venda de passagens, pelo espaço de 14,10 metros quadrados (valor mensal m² = R\$ 26,63 m² ocupado), e 06 % (seis por cento) sobre o valor total a título de Quota Iluminação, Conservação, Limpeza, Vigilância e Coleta Urbana, que correspondem aos valores fixados no Processo Licitatório, Concorrência Pública nº 208/PMT/15 e mais o reajuste devido no período das contratações iniciais e a emissão deste decreto;

II – A permissão de uso será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada, caso o processo licitatório não esteja encerrado no prazo inicial;

III – No caso de prorrogação por mais de 12 (doze) meses, aceitar reajuste do valor mensal pelo IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado);

IV – Não possuir débitos exigíveis com o Município de Tijucas;

V – Assinar contrato de permissão de uso remunerada de espaço público, onde constarão os encargos, direitos e obrigações das partes.

VI – Concluído o processo licitatório e não sendo vencedora, a Permissionária deverá desocupar o local no prazo inicial previsto no inciso II deste decreto, independentemente de notificação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Tijucas (SC), 10 de janeiro de 2018.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

#### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 173/PMT/17 - PROCESSO 190/PMT/17 - DISPENSA 042/PMT/17**

Publicação Nº 1486895

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 173/PMT/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/PMT/2017 – DISPENSA Nº 042/PMT/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATADA: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI - ME.

OBJETO: SERVIÇO DE GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE INDIVIDUALIZAÇÃO DO FGTS DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS/SC, POR MÊS APURADO, CONFORME DADOS DE PLANILHA EM ANEXO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$ 6.750,00 (SEIS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

TIJUCAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMDR/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 001/FMDR/2018**

Publicação Nº 1486889

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMDR/2018

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

Nº 001/FMDR/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica pesada e elétrica, com fornecimento de peças originais e ou/paralelas de 1ª linha, com desconto em relação à tabela do fabricante, para conserto da frota, do Fundo Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Tijucas, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote;

Data de Abertura: 23 de janeiro de 2018, às 11h30min;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PMT/2018**

Publicação Nº 1486783

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/PMT/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada, licenciada e legalizada para disposição final dos resíduos provenientes da construção civil (apenas reforma) e serviços urbanos (poda/varrição/limpeza de terrenos e móveis inservíveis) para a Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 23 de janeiro de 2018, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 002/PMT/2018**

Publicação Nº 1486828

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/PMT/2017  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 002/PMT/2017

Objeto: Contratação de serviço e fornecimento de materiais para execução de sinalização viária horizontal, com tinta acrílica a base de solvente, em conformidade com as normas da ANBT/NBR 11862, solicitado para o DITRAN, pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 23 de janeiro de 2018, as 09h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 003/PMT/2018**

Publicação Nº 1486835

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 003/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica leve, pesada, elétrica, funilaria, pintura automotiva, estofaria e tapeçaria, com fornecimento de peças originais e ou/paralelas de 1ª linha, com desconto em relação a tabela do fabricante, para conserto da frota mecanizada do Corpo de Bombeiros, da Secretaria Municipal de Obras, transportes e Serviços Públicos.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Data de Abertura: 23 de janeiro de 2018, às 11h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 004/PMT/2018**

Publicação Nº 1486859

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 004/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de lavagem, revitalização, higienização e fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para o prédio do Terminal Rodoviário Miguel Vieira de Brito, que está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 23 de janeiro de 2018, as 12h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 005/PMT/2018**

Publicação N° 1486875

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO N° 005/PMT/2018

Objeto: Aquisição de folhas de papel em impressão digital (OUTDOOR) a serem utilizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item .

Data de Abertura: 23 de janeiro de 2018, às 08h30min.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 01/2018**

Publicação N° 1487813

PORTARIA N.º 001/2018/CMT, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data à servidora ELIZANGELA LOPES MOREIRA SANTOS, efetiva, matrícula nº 192, do cargo de RECEPCIONISTA, 20 (vinte) dias de férias, a serem gozadas em 08/01/2018 à 27/01/2018, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUAREZ SOARES  
Presidente

**PORTARIA 02/2018**

Publicação N° 1487814

PORTARIA N.º 002/2018/CMT, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

DISPENSAR o servidor Gustavo Lemos Souza, matrícula nº. 168, da função gratificada de Controlador Interno.

JUAREZ SOARES  
Presidente

**PORTARIA 03/2018**

Publicação N° 1487815

PORTARIA N.º 03/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR Mariana Ferreira Amaral, do cargo comissionado de Diretor Geral, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES  
Presidente

**PORTARIA 04/2018**

Publicação Nº 1487816

PORTARIA N.º 04/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

DESIGNAR RAFAEL SPRICIGO, matrícula n.º 163, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jornalista, para exercer a função gratificada de Controlador Interno, prevista na Lei nº 2672/2017, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES  
Presidente**PORTARIA 05/2018**

Publicação Nº 1487817

PORTARIA N.º 05/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR Luiz Cleberson De Moraes, do cargo comissionado de Assessor Jurídico, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES  
Presidente**PORTARIA 06/2018**

Publicação Nº 1487819

PORTARIA N.º 06/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR Orivaldo Teixeira, do cargo comissionado de Gerente Financeiro, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES  
Presidente**PORTARIA 07/2018**

Publicação Nº 1487820

PORTARIA N.º 07/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR Rhammyses Linhares, do cargo comissionado de Gerente Administrativo, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES  
Presidente**PORTARIA 08/2018**

Publicação Nº 1487821

PORTARIA N.º 08/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR Rogerio dos Anjos, do cargo comissionado de Gerente Legislativo, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES  
Presidente

**PORTARIA 09/2018**

Publicação N° 1487822

PORTARIA N.º 09/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR Adilson Weber, do cargo comissionado de Gerente de Patrimônio, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES

Presidente

**PORTARIA 10/2018**

Publicação N° 1487823

PORTARIA N.º 10/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR André Luiz de Souza Junior, do cargo comissionado de Gerente de Assuntos das Assessorias Parlamentares, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES

Presidente

**PORTARIA 11/2018**

Publicação N° 1487825

PORTARIA N.º 011/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

EXONERAR Luiz Antônio da Silva, do cargo comissionado de Gerente de Assuntos das Comissões, a partir de 10 de janeiro de 2018.

JUAREZ SOARES

Presidente

**PORTARIA 12/2018**

Publicação N° 1487826

PORTARIA N.º 012/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data à servidora LAYS TEIXEIRA ZIMERMANN, comissionada, ASSESSORA PARLAMENTAR, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas em 11/01/2018 à 09/02/2018, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUAREZ SOARES

Presidente



**PORTARIA 13/2018**

Publicação Nº 1487828

PORTARIA N.º 013/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor GILVANE SOARES, comissionado, ASSESSOR PARLAMENTAR, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas em 11/01/2018 à 09/02/2018, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUAREZ SOARES  
Presidente

**PORTARIA 14/2018**

Publicação Nº 1487831

PORTARIA N.º 014/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor FÁBIO CORREIA, comissionado, ASSESSOR PARLAMENTAR, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas em 09/01/2018 à 08/02/2018, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUAREZ SOARES  
Presidente

**PORTARIA 15/2018**

Publicação Nº 1487834

PORTARIA N.º 015/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data ao servidor CARLOS ALEXANDRE DA SILVA, comissionado, ASSESSOR PARLAMENTAR, 30 (trinta) dias de férias, a serem gozadas em 11/01/2018 à 09/02/2018, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUAREZ SOARES  
Presidente

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 10/2018 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR SAMAE

Publicação Nº 1487569

DECRETO Nº 10, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.875/201, Art.6º;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do SAMAE, na importância de R\$ 6.148,25 (Seis mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), para as Dotações abaixo especificadas:

Funcional: 17.512.0015.2.032 – Manutenção do SAMAE.

4 – 3.1.71.00.00.00. 2.032 - Transferência a Consórcios Públicos ..... R\$ 2.093,76

Funcional: 17.512.0015.2.032 – Manutenção do SAMAE.

6 – 3.3.71.00.00.00. 2.032 - Transferência a Consórcios Públicos ..... R\$ 2.093,76

Funcional: 17.512.0015.2.032 – Manutenção do SAMAE.

8 – 3.3.93.00.00.00. 2.032 - Transferência a Consórcios Públicos ..... R\$ 963,84

Funcional: 17.512.0015.2.032 – Manutenção do SAMAE.

9 – 3.1.71.00.00.00. 2.032 - Transferência a Consórcios Públicos ..... R\$ 996,89

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

Órgão: 10 – SAMAE	
Unidade: 01 – Sistema de Água e Esgoto	
Funcional: 17.512.0015.2.032 – Manutenção do SAMAE.	
7 – 3.3.90.00.00.00.02000- Aplicações diretas .....	R\$ 6.148,25

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 09 de janeiro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19 2017 FMS - AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS

Publicação N° 1487809

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 19/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Merco Soluções em Saúde S/A; Nutriport Comercial Ltda; Bruthan Comercial Ltda; Nutrimedical Comercio Atacadista de Produtos Nutricionais, Medicamentos e Hospitalares Eireli Epp; LFP Comércio de Produtos para Saúde Eireli – Epp e Nutrimil Comercio de Produtos Alimentícios Ltda – Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 443.543,00 (quatrocentos e quarenta e três mil quinhentos e quarenta e três reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/01/2019

Timbó, 10/01/2018

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 25 2017 SAMAE - AQUISIÇÃO DE AREIA, PÓ DE BRITA E PEDRISCO COM PÓ

Publicação N° 1487810

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 25/2017 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - Samae.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de areia, pó de brita e pedrisco com pó, destinados à utilização na manutenção de calçadas e vias públicas do Município e em consertos e obras realizadas pelo setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Dragao Industria e Comercio Ltda Me e Areias Kretz Ltda Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 87.717,12 (oitenta e sete mil setecentos e dezessete reais e doze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/01/2019

Timbó, 10/01/2018

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente Samae

### NOTA DE ESCLARECIMENTO PREGÃO PRESENCIAL N.º 86 2017 PMT

Publicação N° 1487811

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 86/2017 - PMT  
NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Município de Timbó/SC esclarece aos interessados que o período de contratação do objeto da licitação é de 12 (doze) meses, conforme disposto no item 10.2 do edital, desta forma, a quantidade informada para os itens 02 e 04 da tabela constante do Anexo I (retificada) é resultado da multiplicação da quantidade de veículos por mês, respectivamente, o valor de referência por veículo/mês.

Timbó (SC), 10/01/2018

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

# Timbó Grande

## PREFEITURA

### PREGÃO 3/2018

Publicação Nº 1487596

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2018  
MODALIDADE Pregão Presencial N 3/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir produtos para alimentação e limpeza. Acesso pública terá inicio às 09:00 horas, do dia 23 de janeiro de 2018, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 10 de janeiro de 2018.  
Ari José Galeski  
Prefeito Municipal

# Três Barras

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO 01-2018

Publicação N° 1486823

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO 01-2018 ao Contrato nº 02/2015 Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, inscrito no CNPJ sob o nº 83.528.646/001-73 Contratada: IPM INFORMATICA PUBLICA MUNICIPAL LTDA, com sede na Avenida Trompowsky, 354, 7º andar, Centro, Florianópolis – SC, inscrita no CNPJ sob n.º 01.258.027/0001-41, Objeto do Apostilamento: INCLUIR DOTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 Dotação Orçamentária...: 33903911000000- Locação de softwares. Três Barras, 10 de janeiro de 2018. Cerival da Cruz - Presidente

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018

Publicação Nº 1486540

EXTRATO DE CONTRATO 03/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ODETE ANA LOPES DE LIMA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização, realização de feiras multisetoriais ou setoriais, objetivando a comercialização de espaços expositivos da Expotílias 2018, de acordo com as especificações constantes no presente edital e seus anexos.

VALOR: O valor ajustado para o presente contrato é R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

DOTAÇÃO: A receita proveniente desta permissão integrará o orçamento da Administração Municipal através da Rúbrica Orçamentária 4.1.9.9.0.99.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 5 meses.

DATA ASSINATURA: 10/01/2018

TREZE TÍLIAS, 10/01/2018.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2018

Publicação Nº 1487838

EXTRATO DE CONTRATO 04/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: COMÉRCIO E TRANSPORTES ALTENBURGUER

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação de logradouros públicos e praças, roçadas de lugares públicos, pintura de meio fio, limpeza de bocas de lobo nas vias públicas e poda de árvores, de acordo com as especificações constantes no presente edital.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 214.800,00 (Duzentos e quatorze mil e oitocentos reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 115/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias previstas para 2018.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 12 meses, podendo ocorrer a prorrogação, conforme lei 8.666/93.

DATA ASSINATURA: 10/01/2018

TREZE TÍLIAS, 10/01/2018.



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 002/18

Publicação Nº 1487137

DECRETO 002/18 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

“ATUALIZA TRIBUTOS, TABELAS E DEMAIS RECEITAS MUNICIPAIS”.

ERICO BARCHFELD, Prefeito do Município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 1261/2000 de 28 de dezembro de 2000.

DECRETA:

Art. 1º - ficam atualizados em 1,94% (um vírgula noventa e quatro por cento), todos os tributos, tabelas, valores de referência e demais receitas municipais para o exercício de 2018, conforme o (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - INPC pelo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – IBGE.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02 de janeiro de 2018, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de janeiro de 2018.

ERICO BARCHFELD

Prefeito de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 1948/2018

Publicação Nº 1487839

DECRETO Nº 1948/2018.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE ANUAL DAS TAXAS E TRIBUTOS MUNICIPAIS COM SEUS RESPECTIVOS VENCIMENTOS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF);

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados todas as taxas e tributos municipais para o ano de 2018 com base na variação do INPC de 2017 fixada em 2,07% (dois vírgula zero sete por cento).

Art. 2º Os prazos de vencimento das referidas taxas e tributos será a seguinte:

- Alvará de Localização e Funcionamento – dia 28.02.2018;

- Alvará Sanitário – dia 30.03.2018;

- O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, será efetuado nos seguintes prazos:

I - Mensalmente no total de 12 parcelas arrecadadas até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao que se refere o débito, nos casos do imposto homologado ou por estimativa;

II – Mensalmente, em 12 (doze) parcelas, arrecadadas até o dia 10 do mês subsequente a que se refere o débito, nos casos do valor do imposto ser fixo;

III – Em cota única com vencimento em 30 de março de 2018, quando do recolhimento do ISS fixo em uma única parcela.

- Taxa de funcionamento em horário especial – dia 30.04.2018;

- IPTU pagamento em parcela única (desconto de 2,02%) – dia 30.04.2018; em 4 parcelas sem desconto com vencimento em 30.04.2018, 31.05.2018; 29.06.2018 e 31.07.2018.

Art. 3º Será considerado o valor de R\$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) por mês, quando não é informado o faturamento mensal, para fins de recolhimento do ISS fixo.

Art. 4º Fica prorrogado para Entidades Sociais, o prazo de validade do Alvará de Localização e Funcionamento do exercício de 2017, até 28.02.2018, desde que o Atestado de Vistoria para Alvará de Funcionamento emitido pelos Bombeiros esteja válido.

Art. 5º Fica determinado que o Alvará de Localização e Funcionamento para o exercício de 2018 terá sua validade até 28.02.2019.

Art. 6º O valor da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), para 2018 passa de R\$ 260,51 (duzentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos) para R\$ 265,90 (duzentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tunápolis, em 11 de janeiro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

# Urubici

## PREFEITURA

### EDITAL 001/2018

Publicação Nº 1486986

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público o Edital de pregão presencial, destinado à Outorga de cessão de uso para explorar o espaço denominado "Arena de Shows", durante a realização da XIV Festa Nacional das Hortaliças, com cessão do direito de exploração, com o uso dos bens públicos a ela afeitos, que se realizará nos dias 22 a 25 de março de 2018, em conformidade com o Termo de Referência, no anexo I do edital. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 24/01/2018 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 24/01/2018 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail [licitação@urubici.sc.gov.br](mailto:licitação@urubici.sc.gov.br), site [www.urubici.sc.gov.br](http://www.urubici.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

# Urupema

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 03/2018 - PMU

Publicação Nº 1486962

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA  
SETOR DE LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 23/01/2018, às 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor preço por item, objetivando a contratação de assessoria contábil para prestação de serviços para secretaria de administração, contabilidade e tesouraria e controle interno municipal. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou kekopc@gmail.com, das 13h00min as 19h00min ou pelo site <http://www.cidademaisfriado brasil.com.br/>

Urupema, 11 de Janeiro de 2018.  
EVANDRO FRIGO PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 04/2018 - PMU

Publicação Nº 1487699

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA  
SETOR DE LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 25/01/2018, às 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor preço por item, objetivando a aquisição de materiais para serem utilizados em trabalhos de artesanato à serem realizados na Secretaria de Promoção Social e Habitação. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou kekopc@gmail.com, das 13h00min as 19h00min ou pelo site <http://www.cidademaisfriado brasil.com.br/>

Urupema, 11 de Janeiro de 2018.  
EVANDRO FRIGO PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 01/2018, DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1486651

EDITAL Nº 01/2018, DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

Abre inscrições e fixa normas para Processo Seletivo Simplificado destinado ao provimento de vagas temporárias do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita/SC.

O Município de VARGEM BONITA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Coronel Vitorino, 966, centro, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Melânia Aparecida Roman Meneghini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com as Leis Complementares nº 004/93 e 005/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias de excepcional interesse público do quadro único de pessoal da administração direta do município de Vargem Bonita, nos termos do presente edital.

#### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente certame originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM.

1.2. Considerando a necessidade de preencher temporariamente vagas abertas, em função de servidores públicos estarem em licença-prêmio e licença-maternidade, bem como, em virtude de decisão judicial em mandado de segurança que suspendeu contratação pública para elaboração de concurso público para provimento em caráter efetivo, o presente processo seletivo destina-se ao provimento de vagas para atender necessidade temporária de excepcional interesse público a ser ocupados na atual situação e consoante a disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do concurso [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br) para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

#### II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para todos os cargos do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br) na opção correspondente ao município de Vargem Bonita do dia 11/01/2018 até às 15:00 hs do dia 25/01/2018, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1. O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2. O candidato deverá prestar ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a realização da prova.

2.1.3. O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) VÁLIDO cujo qual deverá permanecer ativo e lido constantemente até o final deste certame, sob responsabilidade do candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail, é obrigação do mesmo providenciar o mais breve possível para conclusão de sua inscrição.

2.1.4. O candidato que não tiver condições de acesso para fazer a inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se ao CRAS, na sala do TE-LECENRO, localizado na Rua Ernesto Salvador, s/nº, Centro, no horário das 13:30 às 17:00hrs, no qual será auxiliado por funcionário da própria municipalidade para realizar sua inscrição on-line.

2.1.5. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. O comprovante de inscrição, o boleto bancário e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição do boleto deverão ser mantidos em poder do candidato e recomenda-se apresentá-los no local de realização das provas, caso haja qualquer intercorrência no dia.

2.3.1. O candidato que não portar junto, no dia da realização da prova, os documentos citados acima, perderá o direito de se manifestar frente a situações inesperadas que possam vir a acontecer momentos antes da realização das provas.

2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o cargo pretendido no referido certame:

Ensino Superior	R\$ 100,00	Cem Reais.
Ensino Médio	R\$ 60,00	Sessenta Reais.

2.4.1. O candidato que não possuir condições financeiras para arcar com o pagamento da taxa de inscrição sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família, deverá requerer a isenção de tal pagamento, através do preenchimento da declaração contida no Anexo V, assumindo inteira responsabilidade, podendo responder criminalmente por falsidade ideológica.

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6. Serão aceitos pedidos de isenção da taxa de inscrição para todo candidato que se enquadrar na condição de doador de sangue fidelizado desde que comprovado sua condição mediante documentação emitida pela entidade coletora. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser encaminhado obrigatoriamente via Sedex, devendo a documentação chegar até a empresa para análise e apreciação até a data limite constante no cronograma do Anexo VI, sob pena de não ser acatado após esta.

2.7. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser conforme o modelo estabelecido no Anexo VI do presente Edital, acompanhado da

declaração original e/ou cópia autenticada emitida pela entidade coletora pela sua condição de doador de sangue fidelizado.

2.8. Após análise dos pedidos de isenção será divulgado uma listagem contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição, conforme data já agendada no cronograma do Anexo III.

2.9. Os candidatos que tiveram seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento de sua inscrição até a data limite conforme cronograma, sob pena de eliminação do certame.

2.10. Quem pode solicitar isenção de taxa de inscrição:

2.10.1. Somente serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição do candidato doador de sangue fidelizado;

2.10.2. A isenção será efetuada mediante a apresentação de comprovante de doador voluntário de sangue, considerando obrigatoriamente e somente doações anteriores a data de abertura do certame.

2.10.2.1. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora (Hemosc), informando o número cadastral, número de doações e data, enviando via SEDEX/AR para o seguinte endereço:

ASSUNTO: EDITAL 01/2018 – PROCESSO SELETIVO – VARGEM BONITA

GEORGEO ALMEIDA ME - APRENDER.COM

Rua Duque de Caxias, 844, 1º Andar

CENTRO – 89.600-000 – JOAÇABA - SC

2.11. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

2.12. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

2.13. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br) no link correspondente ao município de Vargem Bonita em questão logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.

2.6.1 Tanto o Boleto Bancário quanto o comprovante de inscrição poderão ser gerados quantas vezes forem necessário, observando-se o período de vigência das inscrições, ou seja, após encerrado o prazo das inscrições, não será mais possível a impressão dos mesmos.

2.14. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, preferencialmente nas agências do Banco do Brasil.

2.15. A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.16. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.17. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.18. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.19. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes do Anexo I.

2.20. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo V, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail ([contato@aprenderesc.com.br](mailto:contato@aprenderesc.com.br)) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

### III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, § 2º, da Lei nº 2.899, de 17 de maio de 2006, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas em Concursos Públicos.

3.2. O disposto no subitem 3.1 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5%, (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo exigido.

3.3. Em razão do número de vagas deste certame, não haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência. Estes poderão concorrer em igualdade de condições com os demais candidatos. Porém, deverão observar a compatibilidade e entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores.

3.4. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.5. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referentes à deficiência deverá encaminhar OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo VI a cópia simples do CPF e a cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM – Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – 89.600-000.

3.6. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8. O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão terminativa sobre:

a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e

b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9. O candidato com deficiência participará deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao



conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato do preenchimento do formulário on-line de inscrição, NÃO ASSINALAR NA OPÇÃO INDICADA E NÃO ESPECIFICAR QUAL CONDIÇÃO.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile, necessitar de um intérprete ou em qualquer outra condição especial deverá requerer obrigatoriamente no ato da sua inscrição, conforme mencionado no item anterior.

3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer obrigatoriamente no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, no tamanho 15 ou 18.

3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

#### IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo III e estarão disponíveis no endereço eletrônico [www.aprendersc.srv.br](http://www.aprendersc.srv.br) na opção correspondente ao município de Vargem Bonita e também no site [www.vargembonita.sc.gov.br](http://www.vargembonita.sc.gov.br)

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1. Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no Anexo V, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1. O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site [www.aprendersc.srv.br](http://www.aprendersc.srv.br) na opção correspondente ao município de Vargem Bonita que deverá ser encaminhado eletronicamente após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail [contato@aprendersc.com.br](mailto:contato@aprendersc.com.br).

#### V – DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1. A contratação obedecerá a Lei Complementar Municipal nº 003/1993 de 09 de janeiro de 1993 e alterações, para provimento de vagas temporárias do Quadro de Pessoal Permanente e Temporário da Prefeitura Municipal (Estatuto dos Servidores Públicos Municipal) e filiada ao RGPS (Regime Geral da Previdência Social).

#### VI – DA PROVA

6.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, **SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h30min, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será na ESCOLA MUNICIPAL ÂNGELO ANZOLIN, SITO À RUA AV. JOSÉ LORENZATTO, 1316, na cidade de Vargem Bonita – SC, com início da aplicação das provas às 08h30min.

6.4.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame e a Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site [www.aprendersc.srv.br](http://www.aprendersc.srv.br), na aba correspondente ao município de Vargem Bonita.

6.4.2 É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

6.5. O Município de Vargem Bonita reserva-se no direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o número de candidatos inscritos no presente certame, se necessário for.

6.6. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de duas horas e meia (2,5h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.7. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento de identificação válido e com foto e recomenda-se portar junto o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição para eventuais intercorrências que vierem a ocorrer, conforme reserva o item 2.3.1

6.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.11. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.7, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.12. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.13. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

- 6.14. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do certame.
- 6.14.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.
- 6.14.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.
- 6.14.3. É dever do candidato antes de começar a responder o caderno de provas, conferir se seu cartão resposta está compatível com seu caderno de provas.
- 6.15. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.
- 6.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.
- 6.17. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado, bem como, entregar o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do certame.
- 6.18. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.
- 6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala ao terminar as provas só poderão deixar o local juntos.
- 6.20. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

## VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

- 7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Atualidades e Conhecimentos sobre Legislação Municipal, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.
- 7.2. A prova de conhecimentos para todos os cargos será objetiva e constará de 20 (Vinte) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.
- 7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos de Língua Portuguesa	05	0,52	2,60
Conhecimentos de Matemática	05	0,42	2,10
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05	0,38	1,90
Conhecimentos Legislação Municipal	05	0,68	3,40
Total	20		10,00

- 7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica preferencialmente de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.
- 7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.
- 7.5.1. É de inteira responsabilidade do candidato a assinatura do cartão resposta e do seu preenchimento. A falta de assinatura implicará na não correção do cartão-resposta e consequente eliminação do candidato do referido certame.
- 7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):
- a) Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
- b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.4 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.
- 7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 01 (um) decimal, sem arredondamento.
- 7.8. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico [www.aprender.sc.gov.br](http://www.aprender.sc.gov.br).
- 7.9. O caderno de provas estará disponível para todos no site da empresa organizadora, na aba de processos em andamento, no link do município de Vargem Bonita.
- 7.10. Havendo necessidade de recurso para impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico [www.aprender.sc.gov.br](http://www.aprender.sc.gov.br), na aba "processos em andamento" no link do município de Vargem Bonita, conforme prazos previstos em Edital.
- 7.11. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.
- 7.12. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

## VIII – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 8.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a cinco (5,0) pontos.
- 8.2. A nota final para os cargos somente com a prova escrita e objetiva será através da soma dos acertos conforme cálculo abaixo:
- $$PO = (NaCP \times 0,52 + NaCM \times 0,42 + NaCGA \times 0,38 + NaLM \times 0,68) = NF$$
- $$NF = PO$$
- Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Português; NaCM: Número de acertos em questões de Matemática; NaCGA: Número de acertos em questões de Conhecimento Gerais e Atualidades; NaLM: Número de acertos em questões sobre Legislação Municipal; NF: Nota Final.
- 8.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.
- 8.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:
- a) maior nota na prova de Conhecimentos Legislação Municipal;

- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- c) maior nota na prova de Língua Matemática;
- d) maior nota na prova de Língua Conhecimentos Gerais e Atualidades.
- e) maior idade;
- f) número de filhos;

#### IX – DOS RECURSOS

- 9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do certame que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo III deste Edital.
- 9.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br) na aba de processos em andamento na opção correspondente ao município de Vargem Bonita, no qual deverá ser enviado para o e-mail [contato@aprender.sc.com.br](mailto:contato@aprender.sc.com.br) dentro dos prazos e horários estabelecidos por este Edital.
- 9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 9.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.
- 9.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.
- 9.5. As decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da empresa responsável.
- 9.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.
- 9.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.
- 9.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão divulgadas no site da organizadora do certame - APRENDER.COM, para conhecimento de todos os candidatos e interessados.
- 9.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo, nomeado pelo Decreto 007/2018, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

#### X – DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. O resultado final do processo seletivo que destina-se ao provimento de cargos em caráter temporário, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente através de Decreto Municipal e publicado no endereço eletrônico [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br) e no órgão de publicação oficial do município.

#### XI – DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 11.2. As contratações temporárias serão regidas pela Lei Municipal Complementar nº 025/99, de 17 de dezembro de 1999.
- 11.3. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto à Prefeitura Municipal de Vargem Bonita.
- 11.4. A Prefeitura de Vargem Bonita publicará em Edital de Convocação via chamamento de candidato, através do site da prefeitura: [www.vargembonita.sc.gov.br](http://www.vargembonita.sc.gov.br). É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todos os Editais.
- 11.5. A contratação e o exercício da função, dependerão da comprovação da documentação exigida pelo Departamento Pessoal no ato de sua contratação.
- 11.6. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.
- 11.7. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato.
- 11.8. A convocação será feita através do telefone fornecido pelo candidato na ficha de inscrição.

#### XII – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

- 12.1. Delega-se competência à Aprender.com para:
  - a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as provas;
  - b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
  - c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
  - d) prestar informações sobre o Processo Seletivo;
  - e) definir normas para aplicação das provas;

#### XIII – DO FORO JUDICIAL

- 13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao certame de que trata este Edital é o da Comarca de CATANDUVAS - SC

#### XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.
- 14.2. O prazo de validade do presente Processo Seletivo é de um (01) ano, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.
- 14.3. Os candidatos aprovados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade.
- 14.4. A aprovação no certame não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.
- 14.5. Será excluído do presente certame, por ato da empresa responsável APRENDER.COM, vencedora do processo licitatório, o candidato que:
  - a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
  - b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;

d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br), deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

14.7. Os Gabaritos Oficial das provas objetivas de conhecimentos, serão divulgados no endereço eletrônico [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br).

14.8. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Processo Seletivo designada pelo Decreto 007/2018.

14.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I – Dos Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação.

b) ANEXO II - Do Conteúdo Programático para todos os cargos.

c) ANEXO III – Do cronograma – (Sujeito a alterações).

d) ANEXO IV – Do Requerimento/Declaração para Deficiente Física e/ou Condição Especial.

e) ANEXO V - Declaração de Hipossuficiência Financeira.

f) ANEXO VI - Declaração de Doador Fidelizado de Sangue.

g) ANEXO VII – Do Extrato do Edital.

14.10. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no site [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br).

Vargem Bonita - SC, 11 de Janeiro de 2018.

Melania Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal ANEXO I

#### DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO.

CARGO/FUNÇÃO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	TIPO PROVA	SALÁRIO INICIAL
Professor	03	20	Ensino Superior na Área	P.O	R\$ 1.174,28
Monitor	02	40	Ensino Médio	P.O	R\$ 1.082,34
Professor Educação Física	01	40	Ensino Superior na Área	P.O	R\$ 2.345,09
Professor Educação Física	01	20	Ensino Superior na Área	P.O	R\$ 1.174,28
Médico ESF	01	40	Ensino Superior na Área	P.O	R\$ 13.821,54

PO - Prova objetiva.

#### ANEXO II

##### DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS

Língua Portuguesa: Leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem; estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação.

Conhecimentos Gerais e Atualidades: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Vargem Bonita. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Vargem Bonita. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Vargem Bonita. Ecologia e meio ambiente.

Legislação Municipal: Lei Orgânica Municipal e seus Anexos. Lei Ordinária 885/02 (Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Vargem Bonita), Lei Complementar 24/99 (Institui o Código de Posturas do Município de Vargem Bonita).

#### ANEXO III

DO CRONOGRAMA  
(Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO, FICAR ATENTO À TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.SRV.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
1.	Divulgação do Edital	11/01/2018
2.	Publicação do Edital	11/01/2018
3.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	11/01 até 25/01/2018
4.	Período de Isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue Fidelizados	11/01 até 19/01/2018
5.	Pré-Divulgação das Inscrições Deferidas para Doadores de Sangue Fidelizados	23/01/2018
	Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	30/01/2018
6.	Recursos quanto às Inscrições	30/01 até 31/01/2018
7.	Homologação Final das Inscrições	01/02/2018
8.	Ensalamento dos Candidatos	01/02/2018
9.	Realização das Provas objetivas de conhecimentos para todos – 08:30h	04/02/2018
10.	Divulgação do Gabarito Provisório	05/02/2018
11.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17:00 hrs)	05/02/2018
12.	Divulgação do Gabarito Oficial	09/02/2018
13.	Divulgação dos Aprovados	09/02/2018
14.	Recursos quanto à Classificação (horário limite de recebimento até 17:00 hrs)	09/02/2018
15.	Homologação do Resultado Final do Concurso Público	12/02/2018

**NOTA:**

\*\*\* Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame e a Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, CABENDO AOS CANDIDATOS A OBRIGAÇÃO DE ACOMPANHAR AS PUBLICAÇÕES oficiais através do site [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br) e/ou na aba correspondente ao município de Vargem Bonita.

\*\*\* É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

**ANEXO IV**

**REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO**

**VAGA PARA DEFICIENTE FÍSICO E /OU CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_,

Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito para o Processo Seletivo 001/2018 da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita (SC), inscrição sob o número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_requer a Vossa Senhoria:

01) ( ) Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: \_\_\_\_\_ CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_ CRM: \_\_\_\_\_

02) ( ) Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte: ( ) -15; ( ) -18

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de Amamentação: \_\_\_\_\_

c) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha



deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Vargem Bonita (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018.

Assinatura Candidato

ANEXO V

#### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu, (nome) \_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_, residente e domiciliado no (endereço completo) \_\_\_\_\_, DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115, de 29/08/1983 e ainda, com finalidade de obter isenção do pagamento de Taxa de Inscrição do Concurso Público do Município de Vargem Bonita/SC, que minha renda mensal "per capita" familiar não ultrapassa um salário mínimo e meio nacional.

Declaro ainda, estar ciente que estou sujeito às sanções civis, administrativas e criminais aplicáveis por força de Lei, em sendo comprovada a falsidade das afirmações supra.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

(local) (data)

Assinatura do Candidato

(Firma reconhecida em Cartório)

ANEXO VI

#### DECLARAÇÃO E REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Obrigatório anexar junto a Declaração da entidade coletora (HEMOSC)

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no cargo de \_\_\_\_\_ – Inscrição n.º \_\_\_\_\_ do Processo Seletivo Edital 001/2018 da PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA – SC, residente e domiciliado a Rua/Av. \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_  
DECLARO sobre as penas da lei de que sou doador de sangue.

Sendo assim REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de doador de Sangue fidelizado.

Nestes Termos firma a presente declaração e

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018

(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

\*\*\* Encaminhar para o endereço indicado no item 2.10.2.1

ANEXO VII

#### EXTRATO DO EDITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

EDITAL Nº 01/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

Abre inscrições e fixa normas para Processo Seletivo Simplificado destinado ao provimento de vagas temporárias do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita/SC.

O Município de VARGEM BONITA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Coronel Vitorino, 966, centro, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público que fará realizar Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias de excepcional interesse público do quadro único de pessoal da administração direta do município de Vargem Bonita, nos termos do edital.

As inscrições para todos os cargos do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico [www.aprendercsc.srv.br](http://www.aprendercsc.srv.br) na opção correspondente ao município de Vargem Bonita no



período de 11/01/2018 até às 15:00 horas do dia 25/01/2018, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

O candidato que não tiver condições de acesso para fazer a inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se ao CRAS, na sala do TELECENTRO, localizado na Rua Ernesto Salvador, s/nº, Centro, no horário das 13:30 às 17:00hrs, no qual será auxiliado por funcionário da própria municipalidade para realizar sua inscrição on-line.

O Edital na sua íntegra poderá ser obtido nos endereços eletrônicos: [www.vargembonita.sc.gov.br](http://www.vargembonita.sc.gov.br) e [www.aprender.sc.gov.br](http://www.aprender.sc.gov.br). Outras informações poderão ainda ser obtidas junto à Secretaria de Administração, Planejamento de Finanças, na sede da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, sito à Rua Cel. Vitório nº 966 – Centro – Vargem Bonita – SC, em horário de expediente.

Vargem Bonita, 10 de Janeiro de 2018.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2018

Publicação Nº 1487064

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2018  
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2018

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para Eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de Chapeação, pintura, reparos e trocas de peças dos veículos Placa OKH 2709, veículo placa LYC 3843, veículo placa MKN 7815, veículo placa QII 2126, veículo placa OKF 2634, veículo placa MKC 9214, veículo placa MBY 1446, veículo OKH 2699, veículo placa MJE 2034 pertencentes a Secretaria de Educação.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 03/2018, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09: 00 HORAS do dia 24 de janeiro de 2018.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09:00 horas do dia 24 de janeiro de 2018, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 10 de janeiro de 2018  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

### PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2018

Publicação Nº 1487434

Prefeitura de Vidal Ramos  
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2018  
PREGÃO Nº. 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2018

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a aquisição de AREIA PARA MANUTENÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, com o intuito de atender as necessidades deste Município em todos os seus Departamentos, de acordo com as descrições e quantidades estimadas no Anexo II deste edital;

Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante prévia requisição.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2018 - PREGÃO PRESENCIAL nº. 04/2018, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até o dia 24/01/2018, às 10:30 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 hrs, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br). – Vidal Ramos, 10 de janeiro de 2018  
LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14.702/18

Publicação Nº 1486985

DECRETO Nº 14.702/18, DE 8 DE JANEIRO DE 2018.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 82/2018,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, LAYS FIGUEIRÓ RIBEIRO VIEIRA, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto nº 11.973/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 12 de janeiro de 2018.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 14.703/18

Publicação Nº 1486989

DECRETO Nº 14.703/18, DE 8 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, IVORI VANDERLEI FANTIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.704/18**

Publicação Nº 1486975

DECRETO Nº 14.704/18, DE 8 DE JANEIRO DE 2018.

Admite RODRIGO VESCOVI para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Contador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 31, §8º, da Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 14.428/17 e o Termo de Posse nº 039/17,

RESOLVE

Art. 1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, RODRIGO VESCOVI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público ao Edital nº 001/2017, homologado em 31 de julho de 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 14.678/17.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.705/18**

Publicação Nº 1486977

DECRETO Nº 14.705/18, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Decreto nº 13.853/17, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.215/2015 e alterações e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 185/2018,

DECRETA

Art. 1º Altera o art. 1º, I, d, do Decreto nº 13.853/17, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I)

(...)

d) Representantes da Secretaria de Administração:

TITULAR: CRISTYANE FIORELLI MENDES;

SUPLENTE: VÂNIA URBANO DOS SANTOS;

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 14.706/18**

Publicação Nº 1486990

DECRETO Nº 14.706/18, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Altera o Decreto nº 12.966/16, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.215/2015 e alterações e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 187/2018,

DECRETA

Art. 1º Altera o art. 1º, I, "a", "b" e "c", do Decreto nº 12.966/16, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Saúde, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I)

a) Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:

Titular: CARLOS ANTÔNIO BARZOTTO

Suplente: ANDRÉA APARECIDA BERTO

b) 9ª Gerência de Saúde:

Titular: RAQUELITA DALLA CORTE CANTARELLI

Suplente: FABÍOLA BIAZOTTO

c) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: SANDRA STOELKE TRANCOZO

Suplente: LUAN SIMON

(...) "

Art. 2º Altera o art. 1º, II, "a", do Decreto nº 12.966/16, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Saúde, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

II)

a) Hospital Divino Salvador:

Titular: JANICE OLIVETE DE BONA

Suplente: ANDRÉ RAGNINI

Art. 3º Altera o art. 1º, III, "f", do Decreto nº 12.966/16, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Saúde, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

III -

(...)

f) Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região – CREFITO10

Titular: ADRIANO SLONGO

Suplente: EDIMA MORESCO

Art. 4º Altera o art. 1º, IV, "e" e "j", do Decreto nº 12.966/16, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal de Saúde, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

IV –

(...)

e) Sindicato dos Empregados do Comércio de Videira:

Titular: ÂNGELO RAIMUNDO RIZZI

Suplente: GILMAR ALVARO PENSO



(...)

j) Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus Videira - UNOESC:

Titular: NEI CARLOS SANTIN

Suplente: ANA PAULA SCHERER DE BRUM

(...)”

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **DECRETO Nº 14.707/18**

Publicação Nº 1486976

DECRETO Nº 14.707/18, DE 8 DE JANEIRO DE 2018.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 83/2018,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARINILSE DE CORDUVA GONÇALVES DE MEIRA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 12.729/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2018.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - PMV**

Publicação Nº 1486792

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 10/01/2018

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE VIDEIRA, SITUADO NA RUA ANTÔNIO PINTO, BAIRRO ALVORADA, Nº173, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC.

LOCADOR: ANGELITA MARIA COLLE MARINOZZI

Valor R\$: 15.437,40 (quinze mil quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 10 de janeiro de 2018.  
CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
VICE-PREFEITA NA CHAFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL

**PORTARIA N° 0019/18**

Publicação N° 1486994

PORTARIA nº 0019/18  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 34119/2017,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARISA ROSANE DELANI, Professora, a partir de 1º de fevereiro de 2018 até 1º de maio de 2018, referente ao quinquênio de 6 de julho de 1998 até 5 de julho de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA N° 0020/18**

Publicação N° 1486992

PORTARIA nº 0020/18  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 44/2018,

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor SERGIO BRAZ IURKEVICZ, Auxiliar Operacional, a partir de 5 de fevereiro de 2018 até 5 de maio de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2018.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0021/18**

Publicação Nº 1486991

PORTARIA nº 0021/18  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 45/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor CLEO RISSI, Auxiliar Operacional, a partir de 1º de fevereiro de 2018 até 1º de maio de 2018, referente ao quinquênio de 2 de janeiro de 2013 até 1º de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0022/18**

Publicação Nº 1486982

PORTARIA nº 0022/18

Revoga a Portaria nº 0117/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0117/17, que designa ANDREIA GEMELLI SIMIONI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Videira, 8 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**TERMO ADITIVO Nº 01/2018 - PMV**

Publicação Nº 1486566

Termo Aditivo nº 01/2018  
Contrato/Ata nº: CT nº 85/2017/2016  
Processo: PR nº 76/2017-PMV  
Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

Objeto: incluir os veículos adquiridos pela Secretaria de Infraestrutura na apólice de seguro mantida com a contratada através do contrato nº 85/2017.

Valor R\$ 14.275,62 (quatorze mil duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Data: 10/01/2018.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE CANCELAMENTO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0072/2016

Publicação Nº 1486617

#### AVISO DE CANCELAMENTO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0072/2016

O Município de Xanxerê/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Adriano de Martini, CANCELA o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0072/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), dia 18/12/2017, Edição nº 2410, página 2507, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Saúde anexo ao Processo. Xanxerê-SC, 09 de janeiro de 2018. Adriano de Martini – Prefeito Municipal em Exercício.

### ERRATA DO EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0081/2017

Publicação Nº 1486845

#### ERRATA DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0081/2017

O Município de Xanxerê-SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, retifica a publicação realizada no dia 13/12/2017, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Edição nº 2407, página nº 1483, passando a ser:

Extrato do 1º Aditivo ao Contrato nº 0081/2017

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Abreu & Abreu Serviços Eireli - ME

Objeto: Complementação de Obra na Unidade Básica de Saúde do Bairro Vista Alegre, no município de Xanxerê.

Fica aditado ao Contrato Originário, o valor de R\$ 6.685,00 (seis mil seiscentos e oitenta e cinco reais) conforme Ofício justificando do Setor de Engenharia, Parecer do Controle Interno e Parecer Jurídico em anexos.

Dotação orçamentária: 15.1501.10.301.1001.44900000.0102 (reduzido 01)

Xanxerê-SC, 07 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0106/2017

Publicação Nº 1486939

Retificação PR 0106

“RETIFICAÇÃO DE EDITAL”

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0171/2017

EDITAL nº 0106/2017

Modalidade: “PREGÃO PRESENCIAL”

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que está RETIFICANDO o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MAIOR OFERTA, conforme segue:

DO OBJETO: Tem por objeto o presente Pregão Presencial, a outorga de permissão de uso de espaço público para realização, organização e exploração da área da Arena de Shows, durante a realização da XVIII Edição da EXPO FEMI - 2018, no período de 28 de abril a 06 de maio do ano de 2018 com autorização de direito de exploração, com o uso de bens públicos a ela afeitos, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

DA RETIFICAÇÃO – Fica retificada a Letra “c” do Item 10.1.4 do Edital e 1º Alteração, passando a ser:

10.1.4. Qualificação Técnica

c) Apresentar Registro do Profissional no CREA/CAU, comprovando o vínculo com a licitante (contrato de prestação de serviços ou vínculo empregatício).

Fica mantida a data de recebimento e abertura das propostas por não alterar o objeto do Edital, conforme abaixo:

Recebimento das propostas: Até às 08:45 horas do dia 15 de janeiro de 2018.

Abertura das propostas: Dia 15 de janeiro de 2018, às 09:00 horas.

Local: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC, localizada na Rua Dr. José de Miranda Ramos, n.º 455, centro, na cidade de Xanxerê-SC.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Edital originário e 1º alteração de Edital.

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2018.

ADRIANO DE MARTINI

Prefeito Municipal em Exercício

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA 001/2018 TORNEARIA E FERRARIA PANSERA EIRELI

Publicação Nº 1487791

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2017PMXV  
 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 052/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI e a empresa TORNEARIA E FERRARIA PANSERA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 05.491.779/0001-09, nesta Ata representada pelo sua administradora, Sra. JULIDE MARIA PANSERA, portadora do CPF nº 251.382.789-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 052/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível aquisição de peças para a manutenção preventiva e corretiva de Ensiladeiras do município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Lote: 1 JF				Preço Total do Lote:		125.600,00
Item	Quant.	Unid.	Descrição e Código da Peça	Marca	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	30,00	UN	CONTRA FACA. COD. 2043892.	JF	28,8603	865,81
2	20,00	UN	JOGO PARAFUSO. COD. 5002276.	JF	98,3561	1.967,12
3	20,00	UN	JOGO PARAFUSO E FACA. COD. 5002277.	JF	99,7919	1.995,84
4	10,00	UN	SUORTE AFIADOR. COD. 2014188.	JF	128,509	1.285,09
5	10,00	UN	TAMPA INTERMEDIÁRIA. COD. 2056070.	JF	347,477	3.474,77
6	10,00	UN	ENGRENAGEM DO COMANDO. COD. 2055600.	JF	66,0493	660,49
7	3,00	UN	CAIXA ROLAMENTO. COD. 2101086.	JF	113,4326	340,30
8	3,00	UN	TAMPA CAIXA ROLAMENTO. COD. 2045162.	JF	22,2558	66,77
9	10,00	UN	TUBO ELEVADOR. COD. 21011533.	JF	305,1192	3.051,19
10	15,00	UN	REGULADOR DE BICO. COD. 3054602.	JF	61,3828	920,74
11	5,00	UN	TUBO ALAVANCA. COD. 2064771.	JF	134,9704	674,85
12	6,00	UN	BASE DA ARTICULAÇÃO. COD. 2101535.	JF	206,4042	1.238,43
13	10,00	UN	BICO DE SAÍDA. COD. 2101140.	JF	397,014	3.970,14
14	30,00	UN	ESPIA QUEBRA JATO. COD. 2101193.	JF	11,6304	348,91
15	10,00	UN	QUEBRA JATO. COD. 2101146.	JF	53,3061	533,06
16	10,00	UN	MANCAL CILINDRO DENTADO. COD. 3045238.	JF	24,4095	244,10
17	10,00	UN	TAMPA MANCAL CILINDRO DENTADO. COD. 30045238.	JF	21,8968	218,97
18	4,00	UN	BASE PARA POLIA. COD. 304946704.	JF	262,0436	1.048,17
19	4,00	UN	ROTOR. COD. 2105054.	JF	1.165,9144	4.663,66
20	30,00	UN	KIT FACAS ROTOR. COD. 2105058.	JF	798,3355	23.950,07
21	20,00	UN	PARAFUSO DE FIXAÇÃO DO ROTOR. COD. 2044948.	JF	14,215	284,30
22	30,00	UN	PEDRA AFIADOR. COD. 2048715.	JF	120,6118	3.618,35
23	50,00	UN	PARAFUSO BRAÇO AFIADOR. COD. 5000303.	JF	1,5794	78,97
24	30,00	UN	MOLA ROLO DENTADO MÓVEL. COD. 5001194.	JF	34,8195	1.044,59
25	20,00	UN	EIXO PALIO GRANDE. COD. 2049492.	JF	147,9649	2.959,30
26	20,00	UN	CHAVETA.	JF	4,487	89,74
27	30,00	UN	CORREIA. COD. 1550.	JF	694,236	20.827,08
28	30,00	UN	CORREIA. COD. 1600.	JF	572,1883	17.165,65
29	15,00	UN	DISCO ROTOR. COD. 2105054.	JF	468,9503	7.034,25
30	10,00	UN	TAMPA CAIXA. COD. 2101156.	JF	341,7335	3.417,34
31	8,00	UN	CAIXA ROLAMENTO COMPLETO. COD. 2101087.	JF	325,9391	2.607,51
32	10,00	UN	CAPA DA CORREIA. COD. 2602409.	JF	775,3618	7.753,62
33	30,00	UN	DISCO DE CORTE. COD. 2075376.	JF	116,3043	3.489,13
34	5,00	UN	EIXO ROLO GRANDE. COD. 2044010.	JF	71,7928	358,96
35	5,00	UN	ROLO DENTADO. COD. 2013321.	JF	202,4556	1.012,28
36	5,00	UN	ROLO LISO. COD. 2043683.	JF	223,2755	1.116,38
37	10,00	UN	EIXO ROLO LISO. COD. 2049270.	JF	49,178	491,78

38	10,00	UN	EIXO ROLO DENTADO. COD. 2013321.	JF	61,7418	617,42
39	20,00	UN	CHAPA ROLO LISO. COD. 2045253.	JF	5,7434	114,87
Lote: 2 NOGUEIRA				Preço Total do Lote:		229.500,00
Item	Quant.	Unid.	Descrição e Código da Peça	Marca	Preço Unit. Máximo	Preço Total
40	15,00	UN	BICO DE SAIDA SEMI HIDRAULICA. COD. 2602435.	NOGUEIRA	829,0292	12.435,44
41	15,00	UN	REGULADOR DE BICO. COD. 6480813.	NOGUEIRA	79,8134	1.197,20
42	30,00	UN	MOLA DE QUEBRA JATO. COD. 2904509.	NOGUEIRA	12,8731	386,19
43	20,00	UN	QUEBRA JATO. COD. 6481801.	NOGUEIRA	125,2984	2.505,97
44	2,00	UN	DISCO DE ROTOR. COD. 2602353.	NOGUEIRA	871,9396	1.743,88
45	2,00	UN	CUBO DE ROTOR. COD. 3602362.	NOGUEIRA	247,164	494,33
46	20,00	UN	CUBO COMANDO QUEBRA JATO. COD. 2901308.	NOGUEIRA	128,7312	2.574,62
47	10,00	UN	ARCO DA LAVANCA CJ. COD. 6481011.	NOGUEIRA	107,276	1.072,76
48	10,00	UN	BICO DE SÁIDA SOLDADA. COD. 6480753.	NOGUEIRA	359,5893	3.595,89
49	10,00	UN	EIXO DE CAMBIO. COD. 2602486.	NOGUEIRA	114,9999	1.150,00
50	10,00	UN	ENGRENAGEM COMANDO. COD. 2055600.	NOGUEIRA	76,5522	765,52
51	15,00	UN	ENGATE ENGRENAGEM CORTE. COD. 3044125.	NOGUEIRA	26,0895	391,34
52	3,00	UN	BRAÇO FUNDIDO CILINDRO LISO. COD. 2014529.	NOGUEIRA	155,0782	465,23
53	10,00	UN	ENGRENAGEM DA TAMPA. COD. 3049439.	NOGUEIRA	72,9477	729,48
54	3,00	UN	BRAÇO ARTICULADO DO CILINDRO MÓVEL. COD. 3049235.	NOGUEIRA	217,1267	651,38
55	10,00	UN	ENGRENAGEM INTERNA DO BRAÇO COM ROLAMENTO. COD. 2055616.	NOGUEIRA	84,3619	843,62
56	10,00	UN	TUBO MOLA DO BRAÇO ARTICULADOR. COD. 3016130.	NOGUEIRA	16,4776	164,78
57	15,00	UN	EIXO DA ENGRENAGEM DO BRAÇO. COD. 2044031.	NOGUEIRA	12,2724	184,09
58	10,00	UN	ENGRENAGEM INTERMEDIÁRIA DO BRAÇO. COD. 3055615.	NOGUEIRA	76,8096	768,10
59	10,00	UN	ENGRENAGEM MAIOR CILINDRO DENTADO. COD. 3101764.	NOGUEIRA	253,1714	2.531,71
60	10,00	UN	ENGRENAGEM MENOR CILINDRO DENTADO. COD. 3101764.	NOGUEIRA	206,8282	2.068,28
61	20,00	UN	EIXO DO CILINDRO DENTADO MOVÉL. COD. 3101765.	NOGUEIRA	117,9178	2.358,36
62	20,00	UN	ENGRENAGEM DO CILINDRO MOVÉL DENTADO. COD. 2049270.	NOGUEIRA	52,4794	1.049,59
63	10,00	UN	VEDAÇÃO COMPLETO CILINDRO DENTADO MOVÉL. COD. 3049265.	NOGUEIRA	75,0932	750,93
64	10,00	UN	TAMPA INTERMEDIÁRIA SOLDADA. COD. 2061948.	NOGUEIRA	103,6716	1.036,72
65	10,00	UN	CILINDRO DENTADO MOVÉL. COD. 3056070.	NOGUEIRA	203,3954	2.033,95
66	10,00	UN	TAMPA DO MANCAL DO CILINDRO DENTADO MOVÉL. COD. 3045238.	NOGUEIRA	24,0727	240,73
67	10,00	UN	EIXO DO CILINDRO DENTADO RECOLHEDOR. COD. 2044010.	NOGUEIRA	86,679	866,79
68	50,00	UN	FACA COMPLETA DO RECOLHEDOR. COD. 2075376.	NOGUEIRA	146,7536	7.337,68
69	50,00	UN	EIXO DO CILINDRO LISO. COD. 2044000.	NOGUEIRA	68,2276	3.411,38
70	20,00	UN	CILINDRO LISO.. COD. 2043683.	NOGUEIRA	243,302	4.866,04
71	5,00	UN	KIT FACA ROTOR. COD. 2602360.	NOGUEIRA	644,5144	3.222,57
72	20,00	UN	KIT PARAFUSO ROTOR. COD. 2602460.	NOGUEIRA	345,6863	6.913,73
73	30,00	UN	CORREIA 5/5V. COD. 1500.	NOGUEIRA	584,8689	17.546,07
74	30,00	UN	CORREIA 5/5V. COD. 1600.	NOGUEIRA	640,2234	19.206,70
75	20,00	UN	TAMPA DA CORREIA COMPLETA. COD. 2602409.	NOGUEIRA	755,2233	15.104,47
76	5,00	UN	POLIA 5V @1652@3105 COMPLETO 102. COD. 3101775.	NOGUEIRA	338,1341	1.690,67
77	5,00	UN	POLIA 5V @450@3950 COMPLETO 102. COD. 3101774.	NOGUEIRA	402,4997	2.012,50
78	30,00	UN	RASPADOR ROLO LISO. COD. 2602385.	NOGUEIRA	12,3153	369,46
79	30,00	UN	CONTRA FACA. COD. 2602351.	NOGUEIRA	58,5298	1.755,89
80	20,00	UN	EIXO ROTOR. COD. 2044040.	NOGUEIRA	158,7685	3.175,37
81	10,00	UN	KIT FACA ROTOR. COD. 2602370.	NOGUEIRA	790,1524	7.901,52
82	50,00	UN	ROLAMENTO. COD. 6x308 50 6X307 50.	NOGUEIRA	49,0466	2.452,33
83	5,00	UN	CAIXA DA TRANSMISSÃO. COD. 2061655.	NOGUEIRA	623,7458	3.118,73
84	10,00	UN	MANCAL LADO POLIA. COD. 3101348.	NOGUEIRA	206,0558	2.060,56
85	10,00	UN	MANCAL LADO PLATAFORMA. COD. 3044891.	NOGUEIRA	146,0241	1.460,24
86	10,00	UN	TAMPA COMPLETA CARCASA. COD. 2602339.	NOGUEIRA	644,5144	6.445,14
87	10,00	UN	EIXO DA COROA. COD. 2602368.	NOGUEIRA	61,791	617,91
88	10,00	UN	EIXO ESQUERDO COROA E PINHÃO. COD. 2602369.	NOGUEIRA	105,5596	1.055,60
89	5,00	UN	ENGRENAGEM DE CORTE. COD. 3044125.	NOGUEIRA	116,7163	583,58
90	30,00	UN	CHAVETA 10X8X30. COD. 2106094.	NOGUEIRA	10,4272	312,82
91	40,00	UN	PEDRA DE AFIADOR. COD. 2602375.	NOGUEIRA	297,7983	11.911,93
92	10,00	UN	MANCAL DO AFIADOR. COD. 6486289.	NOGUEIRA	50,9347	509,35
93	5,00	UN	MANCAL DOS AFIADOR. COD. 3602379.	NOGUEIRA	298,7423	1.493,71
94	50,00	UN	PARAFUSO FRANCES COM PORCA M16X70. COD. 5002900.	NOGUEIRA	8,2388	411,94
95	30,00	UN	EIXO DO AFIADOR. COD. 486135.	NOGUEIRA	55,5261	1.665,78
96	60,00	UN	PARAFUSO SEXTAVADO M 12X40 8.8 ZB PORCA. COD. 5000171.	NOGUEIRA	2,1026	126,16
97	30,00	UN	CABO QUEBRA JATO. COD. 2105054.	NOGUEIRA	154,0484	4.621,45
98	15,00	UN	DISCO DO ROTOR. COD. 2602352.	NOGUEIRA	2.886,2403	43.293,60



99	15,00	UN	ENGRENAGEM DE CORTE 8 ML. COD. 3048662.	NOGUEIRA	143,3208	2.149,81
100	15,00	UN	ENGRENAGEM DE CORTE 11 ML. COD. 3048672.	NOGUEIRA	136,4551	2.046,83
101	40,00	UN	MOLA 07X37 COMPRIMENTO 260 ML. COD. 5002938.	NOGUEIRA	56,1268	2.245,07
102	30,00	UN	CONTRA FACA INFERIOR PLATAFORMA. COD, 2043906.	NOGUEIRA	44,8843	1.346,53

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 052/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugenio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 10 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA  
CLAUDI BABINSKI – Prefeito em Exercício

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
JULIDE MARIA PANSERA – Representante

EUGENIO FRANA – Fiscal da ata

### ATA 002/2018 ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO OESTE

Publicação Nº 1487792

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2017 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 053/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI e a empresa ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO OESTE, inscrita no CNPJ nº 72.307.960/0001-00, nesta Ata representada pelo seu representante, Sr. ANABEL GAIO, portador do CPF nº 559.984.619-91, nos termos das Leis nºs 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 053/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível prestação de serviço de arbitragem referente às competições esportivas do ano de 2018 promovidas pelo município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
------	--------	-------	---------------	-------------	-------------

1	100,00	JOG	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Futebol de Campo 2018 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controles de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	450,00	45.000,00
2	10,00	JOG	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Bocha Rafa Vollo 2018 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos, repassar relatórios após cada rodada comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	174,00	1.740,00
3	150,00	JOG	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Futsal Amador 2018 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	270,00	40.500,00
4	8,00	DI	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Voleibol Amador 2018 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	241,00	1.928,00
5	10,00	DI	Prestação de serviço de arbitragem Olimpíada Municipal de Xavantina conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	241,00	2.410,00
6	8,00	DI	Prestação de serviço de arbitragem COPA XAVANTINA DE FUTSAL conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	265,00	2.120,00
TOTAL					93.698,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 053/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 10 de Janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA

CLAUDI BABINSKI – Prefeito em Exercício

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
ANABEL GAIO – Representante

NABOR BEE – Fiscal da ata

### PP 001/2018 PMXV

Publicação Nº 1486963

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto a locação e instalação de estruturas em tendas, palco, bilheteria, gerador e energia, banheiros químicos e contratação de serviço de segurança (de acordo com as especificações do anexo "C" deste Edital), para o 54º aniversário do Município de Xavantina, a realizar-se de 02 a 03 de fevereiro de 2018.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por lote.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 24/01/2018.

Abertura: dia 24/01/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 10 de janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

### PP 002/2018 PMXV

Publicação Nº 1487292

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de materiais para premiações (Troféus e medalhas), destinado para as competições promovidas pelo Departamento de Esportes do Município de Xavantina, conforme as especificações constantes do anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Global.

Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 24/01/2018.

Abertura: dia 24/01/2018, às 08h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 10 de janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

# Xaxim

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N° 003/2018

Publicação N° 1486653

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 003/2018

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Objeto: Repasse de recursos financeiros necessários à MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CIS AMOSC, o qual o Município de Xaxim é consorciado, conforme Contrato de Rateio n° 83/2017.

Valor: R\$ 26.352,08 (vinte e seis mil e trezentos e cinquenta e dois reais com oito centavos)

Vigência: 08.01.2018 à 31.12.2018

Dotações: 2.041 – 5 – Manutenção das Atividades da Saúde

Licitação: Processo Licitatório n° 001/2018 – Dispensa de Licitação n° 001/2018

Xaxim/SC, 08 de Janeiro de 2018. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO N° 004/2018

Publicação N° 1486657

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 004/2018

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Objeto: Rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS, conforme Contrato de Rateio n° 134/2017.

Valor: R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais)

Vigência: 08.01.2018 à 31.12.2018

Dotações: 2.041 – 5 – Manutenção das Atividades da Saúde

2.044 – 17 - Manut. do Bloco M.A.C Amb. Hosp. e Lim. De Financiamentos

Licitação: Processo Licitatório n° 002/2018 – Dispensa de Licitação n° 002/2018

Xaxim/SC, 08 de Janeiro de 2018. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO N° 005/2018

Publicação N° 1486659

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 005/2018

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Objeto: Prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Valor: R\$ 15.420,00 (quinze mil quatrocentos e vinte reais)

Vigência: 08.01.2018 à 31.12.2018

Dotações: 2.022 - Manut. das Atividades Administrativas

Licitação: Processo Licitatório n° 004/2018 – Dispensa de Licitação n° 003/2018

Xaxim/SC, 08 de Janeiro de 2018. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

# Consórcios

## ARIS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Publicação Nº 1487038

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Exmo. Sr. Luciano José Buligon, no uso de suas atribuições legais e visando atender às disposições do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público denominado ARIS, CONVOCA:

Os(as) senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados ao consórcio público denominado Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC, com a seguinte ordem do dia Data: 31 de janeiro de 2018

Horário: 10h30 (1ª convocação) e 11h00 (2ª convocação)

Local: Auditório da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS

Rua Cândido Ramos, nº 250, Bairro Capoeiras - Florianópolis/SC

Ordem do dia:

- 1) Análise e aprovação da Prestação de Contas do ano de 2017;
- 2) Homologação dos novos municípios consorciados;
- 3) Assuntos diversos.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

Luciano José Buligon

Presidente da ARIS

Prefeito de Chapecó

## CIGA

### EDITAL Nº 03/2018 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017 - RETIFICAÇÃO DE PROGRAMAS E REFERÊNCIAS

Publicação Nº 1487054

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

#### EDITAL Nº 03/2018 – RETIFICAÇÃO DE PROGRAMAS E REFERÊNCIAS

Douglas Fernando de Mello, Presidente do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, torna público o presente Edital Retificativo, informando o que segue:

1. Inclui-se na publicação PROGRAMAS E REFERÊNCIAS, para o cargo de Controlador Interno, as bibliografias abaixo:

13. PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica. Contabilidade Introdutória e Intermediária. 9ª edição. São Paulo: Atlas. 2014.
14. NETO, Alexandre Assaf, Estrutura e Análise de Balanços. São Paulo. Atlas: 2015.
15. CHAGAS, Gilson, Contabilidade Intermediária, São Paulo: Saraiva. 2014.
16. Lei nº 6.404/1976.

2. Informa-se que as Legislações, Resoluções, Normas, Manuais e Instruções Normativas constantes no Programa, independentemente de constar nas referências, poderão ser utilizadas para elaboração de questões, tornando-se, assim, item que deve ser considerado como referência.

Florianópolis, 09 de janeiro de 2018.

Douglas Fernando de Mello

Presidente do CIGA

**Extrato de Contrato n. 13 - Câmara Municipal de Nova Erechim**

Publicação Nº 1487359

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2018  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Nova Erechim  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Erechim  
CNPJ: 01.802.947/0001-89  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 14 - Câmara Municipal de Nova Itaberaba**

Publicação Nº 1487351

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2018  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Nova Itaberaba  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Itaberaba  
CNPJ: 04.562.315/0001-83  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 08 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 15 - Prefeitura Municipal de Major Vieira**

Publicação Nº 1487345

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2018  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Major Vieira  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Major Vieira  
CNPJ: 83.102.392/0001-27  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 37/2017  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:



Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 16 - Prefeitura Municipal de Guatambu**

Publicação Nº 1487333

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Guatambu

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guatambu

CNPJ: 95.990.206/0001-12

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.405,00 (seis mil e quatrocentos e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 17 - Prefeitura Municipal de Urubici**

Publicação Nº 1487324

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Urubici

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Urubici

CNPJ: 82.843.582/0001-32

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 12.451,68 (doze mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 18 - Prefeitura Municipal de Treze Tílias**

Publicação Nº 1487295

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Treze Tílias

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Treze Tílias

CNPJ: 82.777.251/0001-41

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.580,00 (oito mil e quinhentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 08 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 595 - Prefeitura Municipal de Ibiam**

Publicação Nº 1487319

EXTRATO DE CONTRATO Nº 595/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ibiam

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 58/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à

publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 596 - Prefeitura Municipal de Irineópolis**

Publicação Nº 1487312

EXTRATO DE CONTRATO Nº 596/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Irineópolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ: 83.102.558/0001-05

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 94/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 17.133,84 (dezesete mil, cento e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 597 - Prefeitura Municipal de Matos Costa**

Publicação Nº 1487303

EXTRATO DE CONTRATO Nº 597/2018  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Matos Costa  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Matos Costa  
CNPJ: 83.102.566/0001-51  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 27/2017  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**CIMCATARINA****DELEGAÇÃO 0012018**

Publicação Nº 1487778

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE
--	--------------------------------------

Ato Delegatório 0001/2018

Informamos Vossa Senhoria por meio deste, os poderes de conta corrente a serem cadastrados para movimentação financeira para o CNPJ n.º 12.075.748/0001-32 do Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA. As contas cadastradas sob o CNPJ acima, serão movimentadas mediante assinatura do Diretor Financeiro Sr. Luiz Fernando Raldi CPF 007.140.999-88 RG. 4.059.572 e do Diretor Executivo Sr. Elói Ronnau CPF n.º 590.962.419.91 e RG. N.º 1.917.493.

Salientamos que as movimentações financeiras serão assinadas em conjunto dos 02 (dois) Diretores acima citados, com exceção da consulta a saldos e extratos, que podem ser consultados de forma individual.

Os Poderes a serem cadastrados são os seguintes:

EMITIR CHEQUES  
ABRIR CONTAS DE DEPOSITO  
AUTORIZAR COBRANCA  
UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES  
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO  
SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES  
AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES  
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS  
ENDOSSAR CHEQUE  
REQUISITAR CARTAO ELETRONICO  
MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM CARTAO ELETRONICO  
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES  
CANCELAR CHEQUES  
BAIXAR CHEQUES  
EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS  
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS  
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE  
EFETUAR SAQUES - BB RURAL RAPIDO  
EFETUAR SAQUES - POUPANCA  
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO  
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO  
EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG  
CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS  
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

EMITIR COMPROVANTES  
EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE  
EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMER  
FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS  
ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO  
CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO  
CARTAO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO  
AUTORIZAR ADESAO E MOVIMENTACAO DE PONTOS  
ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO  
ASSINAR INSTR.CONVENIO E CONTRATO PREST.SERVIÇO

Florianópolis 02 de janeiro de 2018

Atenciosamente,

Lucimar Antonio Salmória Elói Ronnau Presidente do Cimcatarina Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi  
Diretor Financeiro

## CIMVI

### LICITAÇÃO Nº 016/2017 - PARECER E DECISÃO - RECURSO CONTRA O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Publicação Nº 1487423

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PROCESSO LICITATÓRIO

Licitação nº 016-2017

Licitação Compartilhada

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para realizar serviços de TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM CAMINHÃO EQUIPADO COM SISTEMA ROLL ON ROLL OFF E FORNECIMENTO DE CAÇAMBA, conforme Edital e Anexos | 23.10.2017  
RECURSO CONTRA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

RECORRENTE: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.336.801/0001-71, com sede na Rua Fernando Krauss, nº 620, Galpão 02, Bairro Gaspar Mirim, em Gaspar, Estado de Santa Catarina.

#### PARECER JURÍDICO

Trata-se de recurso contra a decisão que julgou as propostas, proferida nos autos do processo licitatório mencionado em epígrafe, interposto pelo representante legal da licitante SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP, sustentando, em apertada síntese, que a proposta apresentada pela empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.154.345/0001-62, fosse reanalisada em razão de inconsistências constantes na planilha de composição dos custos para que ao final esta fosse desclassificada, proferindo-se



nova decisão de reclassificação com a declaração da recorrente como vencedora.

Aduziu que a empresa Adobe omitiu informações necessárias e distorceu outras que se corretamente aplicadas importariam em uma proposta de preços superior ao da recorrente. Dentre suas razões impugna a planilha de custos apresentada pela empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP argumentando: a) que a mesma apresentou os custos de um único profissional; b) que não considerou o piso salarial do motorista de caminhão; c) erros na elaboração da planilha consistentes em divergência no quantum do valor pago a título de adicional de periculosidade/insalubridade; d) divergência no cálculo dos encargos sociais; e) impossibilidade de aquisição dos equipamentos de proteção individual pelos valores apresentados pela empresa ADOBE bem como valor de vale alimentação inferior à previsto em Convenção Coletiva do Trabalho; f) falta de apresentação de composição unitária dos custos dos equipamentos.

Devidamente intimadas as demais licitantes, houve apresentação de contrarrazões pela empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP refutando as argumentações lançadas pela recorrente e pugnando pela manutenção da decisão.

É em suma o relatório.

Passo à análise da matéria.

O recurso não merece provimento.

De início, no que se refere aos custos de profissionais a empresa vencedora, provisória do certame, pontuou em suas contrarrazões que:

Analisando os documentos apresentados no processo licitatório verifica-se a veracidade das argumentações lançadas na contrarrazões recursais, devendo, portanto, ser rechaçado, neste ponto, a argumentação vertida no recurso.

Já no que tange a circunstância de que a licitante ADOBE não considerou o piso salarial do motorista de caminhão, novamente as contrarrazões e documentos com ela carreados dão conta de que:

Feitos os esclarecimentos no que se refere ao piso salarial, não há o que prover quanto as alegações da recorrente, visto que a licitante vencedora também encontra-se amparada por norma coletiva do trabalho apresentando os custos unitários em sua planilha em conformidade com tais elementos.

A vista de tais fatos resta vencido, também o argumento vertido no recurso interposto no que se refere a diferença do vale alimentação a ser pago, bem como as subsequentes divergências que seguiriam em efeito cascata no cálculo dos encargos e adicionais.

Já no que se refere aos possíveis erros na elaboração da planilha consistentes em divergência no quantum do valor pago a título de adicional de periculosidade/insalubridade e encargos sociais, além do que já foi alinhado no parágrafo anterior, deve-se esclarecer que a empresa vencedora confirma a existência de um erro de digitação, apresentando, todavia, justificativa no sentido de que o mesmo não traz qualquer alteração no valor final apresentado, tampouco no subtotal do custo da planilha, razão pela qual, considero que, neste caso, há um mero erro formal que, contudo, não impõe a desclassificação da proposta vencedora.

Ressalto que nesta linha de entendimento segue a doutrina e jurisprudência majoritárias conforme entendimentos que serão colacionados e melhor pormenorizados posteriormente, especialmente quando passar à digressão sobre a composição unitária dos custos dos equipamentos, raciocínio que será perfeitamente aplicável a situação em testilha.

No que se refere a impossibilidade de aquisição dos equipamentos de proteção individual pelos valores apresentados pela empresa ADOBE não existem sequer documentos capazes de comprovar a veracidade das afirmações apresentadas pela recorrente, não passando suas irresignações de meras alegações despidas de qualquer fundamento, razão pela qual devem ser rechaçadas.

Por fim, no que diz respeito a falta de apresentação de composição unitária dos custos dos equipamentos, ressalto que a pretensão da recorrente a impor critérios que vão muito além das exigências contidas no próprio edital de licitação e impõe um formalismo exacerbado que deve ser a todo custo repellido.

Aliás, quanto ao excesso de formalismo, recorde-se que quando do julgamento do recurso apresentado pela mesma recorrente contra sua inabilitação, já restei assentado meu posicionamento, que é trilhado na esteira dos entendimentos atualmente majoritários em doutrina e jurisprudência, no sentido de afastar quaisquer regras ou critérios que imponham um formalismo desproporcional e desarrazoado.

Estranhamento, no presente recurso a recorrente altera seu anterior posicionamento, pretendendo importar regras absolutamente excessivas, razão pela qual devem ser afastados seus argumentos e imposto o não provimento do recurso.

De bom alvitre que se registre o que reza a Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O dever de agir está ligado à própria noção de prerrogativas públicas, razão pela qual não poderia no caso vertente a simples "dúvida" servir de empecilho à habilitação da recorrente, mesmo porque é ela a mais vantajosa à Administração e existem no bojo de todo o processo licitatório elementos que indicavam o cumprimento dos deveres por parte da licitante, como já acima restou anotado.

Maria Sílvia Zanella Di Pietro leciona:

Precisamente por não poder dispor dos interesses públicos cuja guarda lhes é atribuída por lei, os poderes atribuídos à Administração têm o caráter de poder-dever; são poderes que ela não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela omissão. Assim, a autoridade não pode renunciar ao exercício das competências que lhe são outorgadas por lei; não pode deixar de punir quando constata a prática de ilícito administrativo; não pode deixar de exercer o poder de polícia para manter o exercício dos direitos individuais em consonância com o bem-estar coletivo; não pode deixar de exercer os poderes decorrentes da hierarquia; não pode fazer liberalidade com o dinheiro público. Cada vez que ela se omite no exercício de seus poderes, é o interesse público que está sendo prejudicado.

(Direito Administrativo, 20ª Ed. Atlas, p.50)

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apreciando caso análogo ao presente, no qual se fez prevalecer o formalismo, independentemente do resultado a ser atingido no processo licitatório, ou seja, situação na qual prevaleceu o excesso de rigor, pode assentar o seguinte entendimento:

DIREITO PUBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATORIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLAUSULAS



DO INSTRUMENTO CONVOCATORIO PELO JUDICIARIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGENCIAS DESNECESSARIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PUBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO.

O "EDITAL" NO SISTEMA JURIDICO-CONSTITUCIONAL VIGENTE, CONSTITUINDO LEI ENTRE AS PARTES, E NORMA FUNDAMENTAL DA CONCORRENCIA, CUJO OBJETIVO E DETERMINAR O "OBJETO DA LICITAÇÃO", DISCRIMINAR OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES E O PODER PUBLICO E DISCIPLINAR O PROCEDIMENTO ADEQUADO AO ESTUDO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

CONSOANTE ENSINAM OS JURISTAS, O PRINCIPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL NÃO É "ABSOLUTO", DE TAL FORMA QUE IMPEÇA O JUDICIARIO DE INTERPRETAR-LHE, BUSCANDO-LHE O SENTIDO E A COMPREENSÃO E ESCOIMANDO-O DE CLAUSULAS DESNECESSARIAS OU QUE EXTRAPOLEM OS DITAMES DA LEI DE REGENCIA E CUJO EXCESSIVO RIGOR POSSA AFASTAR, DA CONCORRENCIA, POSSIVEIS PROPONENTES, OU QUE O TRANSMUDE DE UM INSTRUMENTO DE DEFESA DO INTERESSE PUBLICO EM CONJUNTO DE REGRAS PREJUDICIAIS AO QUE, COM ELE, OBJETIVA A ADMINISTRAÇÃO.

NO PROCEDIMENTO, E JURIDICAMENTE POSSIVEL A JUNTADA DE DOCUMENTO MERAMENTE EXPLICATIVO E COMPLEMENTAR DE OUTRO PREEXISTENTE OU PARA EFEITO DE PRODUIR CONTRA-PROVA E DEMONSTRAÇÃO DO EQUIVOCO DO QUE FOI DECIDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, SEM A QUEBRA DE PRINCIPIOS LEGAIS OU CONSTITUCIONAIS.

O FORMALISMO NO PROCEDIMENTO LICITATORIO NÃO SIGNIFICA QUE SE POSSA DESCLASSIFICAR PROPOSTAS EIVADAS DE SIMPLES OMISSÕES OU DEFEITOS IRRELEVANTES.

SEGURANÇA CONCEDIDA. VOTO VENCIDO.

(MS 5.418/DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/03/1998, DJ 01/06/1998, p. 24) extraído do sitio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça.

Hely Lopes Meirelles, a propósito, destaca:

"O princípio do procedimento formal, todavia, não significa que a Administração deva ser 'formalista' a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas, diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes"

(Licitação e contrato administrativo. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 27).

Quanto à flexibilização do edital, notadamente com o intuito de dar prevalência ao objetivo maior da licitação, a qual é, justamente, a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, assim tem se manifestado o Sodalício Catarinense:

"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR A PACIENTES DO ESTADO DE SANTA CATARINA. INABILITAÇÃO DA APRESENTANTE DA MELHOR PROPOSTA POR DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS DO EDITAL. INOCORRÊNCIA. SEGURANÇA CONCEDIDA.

No procedimento licitatório, a Administração não pode, na fase de habilitação, surpreender os licitantes com exigências que não estejam, clara, objetiva e previamente dispostas, assim como o princípio da vinculação ao edital "não significa que a Administração deva ser formalista a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes" (Hely Lopes Meirelles). (Mandado de Segurança n. 2008.081629-4, da Capital. Relator: Des. Newton Janke, j. em 13.05.09). subscrito não é do original. Extraído do sitio eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

"É certo que a licitação deve ser guiada pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do formalismo, e que tais diretrizes propõem-se a garantir os fins do certame e os interesses públicos do órgão licitante. Todavia, não pode o respeito à formalidade, ou qualquer um dos outros princípios, ser excessivo a ponto de frustrar o objetivo principal da concorrência pública que é, em última análise, a contratação da oferta mais vantajosa para a Administração."

(Reexame Necessário em Mandado de Segurança n. 2007.061035-2, de Lages. Relator: Des. Vanderlei Romer, j. em 29.04.08). Extraído do sitio eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EXIGÊNCIA CONTIDA NO EDITAL - DOCUMENTOS QUE A SUPREM

Se houve mera irregularidade na juntada da documentação exigida pelo edital, que foi suprida pelos outros documentos anexados, é violadora de direito líquido e certo a inabilitação da empresa licitante."

(Mandado de Segurança n. 2006.013114-5, da Capital. Relator: Des. Luiz César Medeiros, j. em 12.07.06). Extraído do sitio eletrônico do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Em conclusão, transcreve-se as brilhantes palavras da ilustre Desembargadora Maria Isabel de Azevedo Souza, no sentido de que "A licitação [...] não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o participante mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em vencer o certame, sobrepairá o interesse público a ser perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado tanto quanto possível a maior competitividade do certame. Neste quadro, a exclusão de licitante sob alegada irregularidade for mal é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público." (TJRS – ARN 70012083838, Vigésima Segunda Câmara Cível, j. em 28/ 07/ 2005, Rel. Des. Maria Isabel de Azevedo Souza) (grifei).

Por fim é bom que se registre que, de todas as razões apresentadas pela empresa recorrente a mesma sequer conseguiu comprovar que o valor final, caso eventualmente fossem acolhidas suas argumentações, superaria o da proposta que apresentou, devendo ainda ser registrado o fato de que a empresa vencedora é EPP fazendo jus aos benefícios e prerrogativas da LC nº 123/06.

Logo, deve ser negado provimento ao recurso.

Ante o exposto, é o PARECER pelo NÃO PROVIMENTO do recurso interposto, com a consequente manutenção da decisão.

À Comissão de Licitações para decisão e, sendo esta pela convalidação dos motivos elencados neste Parecer:

P.R.I.A.C.-se.

Timbó, 10 de janeiro de 2018.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo  
Advogado  
OAB/SC 17.721  
CIMVI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
PROCESSO LICITATÓRIO

Licitação nº 016-2017

Licitação Compartilhada

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para realizar serviços de TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM CAMINHÃO EQUIPADO COM SISTEMA ROLL ON ROLL OFF E FORNECIMENTO DE CAÇAMBA, conforme Edital e Anexos | 23.10.2017  
RECURSO CONTRA O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

RECORRENTE: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.336.801/0001-71, com sede na Rua Fernando Krauss, nº 620, Galpão 02, Bairro Gaspar Mirim, em Gaspar, Estado de Santa Catarina.

#### DECISÃO

Trata-se de recurso contra a decisão que julgou as propostas, proferida nos autos do processo licitatório mencionado em epígrafe, interposto pelo representante legal da licitante SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP, sustentando, em apertada síntese, que a proposta apresentada pela empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.154.345/0001-62, fosse reanalisada em razão de inconsistências constantes na planilha de composição dos custos para que ao final esta fosse desclassificada, proferindo-se nova decisão de reclassificação com a declaração da recorrente como vencedora.

Aduziu que a empresa adobe omitiu informações necessárias e distorceu outras que se corretamente aplicadas importariam em uma proposta de preços superior ao da recorrente. Dentre suas razões impugna a planilha de custos apresentada pela empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP argumentando: a) que a mesma apresentou os custos de um único profissional; b) que não considerou o piso salarial do motorista de caminhão; c) erros na elaboração da planilha consistentes em divergência no quantum do valor pago a título de adicional de periculosidade/insalubridade; d) divergência no cálculo dos encargos sociais; e) impossibilidade de aquisição dos equipamentos de proteção individual pelos valores apresentados pela empresa ADOBE bem como valor de vale alimentação inferior à previsto em Convenção Coletiva do Trabalho; f) falta de apresentação de composição unitária dos custos dos equipamentos.

Devidamente intimadas as demais licitantes, houve apresentação de contrarrazões pela empresa ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP refutando as argumentações lançadas pela recorrente e pugnando pela manutenção da decisão.

Parecer Jurídico encartado aos autos opinando pelo não provimento do recurso.

É em suma o relatório.

Passo à análise da matéria.

Convalido as razões entabuladas no PARECER JURÍDICO encartado aos autos as quais utilizo como fundamento para esta DECISÃO e, NEGOU PROVIMENTO ao recurso interposto.

P.R.I.A.C.-se.

Timbó, 10 de Janeiro de 2018.

Paulo Roberto Weiss  
Presidente do CIMVI

#### LICITAÇÃO Nº 016/2017 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 1487449

##### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO: 016/2017

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 016/2017, consoante ata de julgamento.

Timbó, 10 de Janeiro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS  
Presidente

Ciente da adjudicação

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO  
Advogado  
OAB/SC nº 17.721

**LICITAÇÃO Nº 016/2017 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 1487451

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

LICITAÇÃO: 016/2017

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº 016/2017, o participante:

ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP	R\$546.736,80
---------------------------	---------------

Timbó, 10 de Janeiro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

**CIS/AMOSC****RESOLUÇÃO Nº 01/2018**

Publicação Nº 1487605

**RESOLUÇÃO Nº 01/2018**

EDER IVAN MARMITT, Prefeito de Sul Brasil e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Estatuto Social:

RESOLVE:

Art. 1º Designar a ocupante do Cargo Técnico Administrativo, SÔNIA MARA DE BASTIANI DOS SANTOS, para exercer as funções de Pregoeira nos processos licitatórios, modalidades Pregão Presencial e Eletrônico, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 2º Ficam designados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios, modalidades Pregão Presencial e Eletrônico, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os seguintes empregados públicos: I – Geísa Müller de Oliveira – Membro; II – Graziela Tessaro: Membro; III – Mayelli Dallagasperina Favareto – Membro.

Art. 3º A Pregoeira e a equipe de apoio têm como atribuições, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, análise de sua aceitabilidade e a sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 01/2017.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 10 de janeiro de 2018.

Eder Ivan Marmitt

Prefeito de Sul Brasil e Presidente do CIS-AMOSC

**RESOLUÇÃO Nº 02/2018**

Publicação Nº 1487607

**RESOLUÇÃO Nº 02/2018**

EDER IVAN MARMITT, Prefeito de Sul Brasil e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Estatuto Social:

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, nos termos do § 4º do art. 51 da Lei nº 8.666/1993, a Comissão Permanente de Licitação para atuar nas modalidades de Concorrência, Tomada de Preços, Convites e nos casos de Dispensas e Inexigibilidades de Licitação, integrada pelos seguintes empregados públicos:

I - Sônia Mara de Bastiani dos Santos (Presidente);

II - Geísa Müller de Oliveira – Membro;

III – Graziela Tessaro: Membro;

IV – Mayelli Dallagasperina Favareto – Membro.

Art. 2º Fica revogada a Resolução nº 02/2017.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 10 de janeiro de 2018.

Eder Ivan Marmitt

Prefeito de Sul Brasil e Presidente do CIS-AMOSC

**CIS/AMURC****EXTRATO 1ºADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO**

Publicação Nº 1486816

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2016, FIRMADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC E BRUNO LUIZ HORSKI, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO, CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 03.887.256/0001-50, com sede à Rua João da Cruz Kreiling, 1085, centro, no município de Canoinhas, SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e BRUNO LUIZ HORSKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 047.307.959-38, residente e domiciliado sita a Rua Marechal Floriano, 900, apto 01, no município de Canoinhas, SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 30/11/2016, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato e considerando os índices oficiais de mercado, aplicar-se-á neste a atualização dos valores previstos na cláusula terceira.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Fica alterada a cláusula terceira, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC cujo acumulado dos últimos doze meses soma 1,83%, que passa a ter a seguinte redação: O preço certo e ajustado pelo aluguel imóvel anualmente é de R\$ 18.183,00 (dezoito mil, cento oitenta e tres reais) que será pago em 12 (doze) parcelas fixas e mensais na importância de R\$1.515,25 (um mil e quinhentos e quinze reais e vinte cinco centavos) cada, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao mês vencido.

Fica alterada a cláusula quinta, que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até o dia 30 de novembro de 2018, podendo ser renovado através de termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, SC, 20 de novembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

PRESIDENTE CISAMURC

LOCADOR

BRUNO LUIZ HORSKI

LOCATÁRIO

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_

**EXTRATO 1ºADITIVO CONTRATO VEXXA 2017**

Publicação Nº 1486817

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 20/2017, FIRMADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC E VEXXA INFORMÁTICA LTDA, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO, CISAMURC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 03.887.256/0001-50, com sede à Rua João da Cruz Kreiling, 1085, centro, no município de Canoinhas, SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e VEXXA INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 95.754.578/0001-40, com sede no endereço: Rua Lauro Linhares, 728 Sala 402 – Centro Executivo Monchique, Trindade – Florianópolis – SC, Cep: 88036-001, neste ato representado por Evandro Henrique Bressan, brasileiro, inscrito no CPF: 806.430.359-15, com endereço profissional já mencionado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 01/04/2017, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de duração do contrato, o qual tem vigência até o dia 31 de dezembro

de 2018, podendo ser prorrogado, nos termos Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, SC, 24 de novembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA  
PRESIDENTE CISAMURC

VEXXA INFORMÁTICA LTDA
------------------------

Evandro Henrique Bressan
--------------------------

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_ 2) \_\_\_\_\_

## EXTRATO ADITIVO CONTRATO PREST SERV 009/2016

Publicação Nº 1486804

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2016

Data: 31/05/2017

Contratante: CISAMURC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

Contratada: HB SERVIÇOS MEDICOS LTDA - CNPJ nº. 13.538.952/0001-05

Objeto: Prorrogação do prazo de duração do contrato.

Das alterações: Fica alterado item "6" que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até 31 de maio de 2018, podendo ser renovado através de termo aditivo.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamamento Público nº. 001/2016).

Data da Assinatura: 31/05/2017.

Assinantes: Juliano Pozzi Pereira pelo Contratante e, Helton Boettcher pelo Contratada.

## EXTRATO ADITIVO CONTRATO PREST SERV 020/2016

Publicação Nº 1486808

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2016

Data: 31/05/2017

Contratante: CISAMURC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

Contratada: Centro de Radiologia Odontológica Diagnodonto LTDA - CNPJ nº. 04.043.289/0001-87

Objeto: Prorrogação do prazo de duração do contrato.

Das alterações: Fica alterado item "6" que passa a ter a seguinte redação: O presente contrato por prazo determinado tem vigência até 31 de maio de 2018, podendo ser renovado através de termo aditivo.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamamento Público nº. 001/2016).

Data da Assinatura: 31/05/2017.

Assinantes: Juliano Pozzi Pereira pelo Contratante e, Celso Hideschi Iqueuti pelo Contratada.

## EXTRATO CONTRATO PREST SERV 053/2016

Publicação Nº 1486813

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – 53/2017 – PAULO RICARDO DA COSTA LOPES CLINICA MEDICA EIRELI-ME  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviço nº. 53/2017.

Contratante: CISAMURC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO

Contratado: PAULO RICARDO DA COSTA LOPES CLINICA MEDICA EIRELI-ME

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta, procedimentos e exames na especialidade de medicina física e reabilitação.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamamento Público nº. 001/2016).

Data da Assinatura: 15/12/2017.

Assinantes: Juliano Pozzi Pereira pelo Contratante e, Paulo Ricardo da Costa Lopes pelo Contratada.

**CIRSURES****EXTRATO CONTRATO 024/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487431

CONTRATO Nº: 024/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 308.077,20 (Trezentos e oito mil e setenta e sete reais e vinte centavos).

**EXTRATO CONTRATO 025/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487441

CONTRATO Nº: 025/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 179.811,60 (Cento e setenta e nove mil e oitocentos e onze reais e sessenta centavos)

**EXTRATO CONTRATO 026/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487444

CONTRATO Nº: 026/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 327.257,16 (Trezentos e vinte sete mil e duzentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos)

**EXTRATO CONTRATO 031/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487437

CONTRATO Nº: 031/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 71.059,30 (Setenta e um mil e cinquenta e nove reais e trinta centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO 026/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487540

CONTRATO Nº: 031/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017



Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 71.059,30 (Setenta e um mil e cinquenta e nove reais e trinta centavos)

### **EXTRATO DO CONTRATO 027/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487504

CONTRATO Nº: 027/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 377.604,36 (Trezentos e setenta e sete mil e seiscentos e quatro reais e trinta e seis centavos.)

### **EXTRATO DO CONTRATO 028/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487526

CONTRATO Nº: 028/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018.

Valor Global: R\$ 244.543,68 (Duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos).

### **EXTRATO DO CONTRATO 029/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487518

CONTRATO Nº: 029/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREVISO

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2018

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 61.135,92 (Sessenta e um mil e cento e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos)

### **EXTRATO DO CONTRATO 030/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487509

CONTRATO Nº: 030/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de destinação e tratamento final dos resíduos sólidos urbanos coletados no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 340.443,36 (Trezentos e quarenta mil e quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO 033/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487494

CONTRATO Nº: 033/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ORLEANS

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 30.805,04 (Trinta mil e oitocentos e cinco reais e quatro centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO 034/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487531

CONTRATO Nº: 034/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 33.396,38 (Trinta e três mil e trezentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO 035/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487512

CONTRATO Nº: 035/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREVISO

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor Global: R\$ 80.247,48. (Oitenta mil e duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO 036/2017 - CIRSURES**

Publicação Nº 1487508

CONTRATO Nº: 036/2017

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos no território do município CONTRATANTE, a serem depositados no galpão de triagem anexo ao aterro sanitário da CONTRATADA.

Assinatura: 19/12/2017

Vigência: Início: 02/01/2018 – Fim: 31/12/2018

Valor global: R\$ 63.809,34 (Sessenta e três mil e oitocentos e nove reais e trinta e quatro centavos)